

**Simpósio
Internacional**

3^o INTER- DISCIPLINARIDADE SUSTENTABILIDADE e DESENVOLVI- MENTO

**PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL**

ANAIS

**Mirleide Chaar Bahia
Suely Rodrigues Alves
Flavio Henrique Souza Lobato**

Organização



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA

Diretor Geral: Armin Mathis

Diretora Adjunta: Mirleide Char Bahia

EDITORA

Editor-Chefe: Silvio José de Lima Figueiredo

Divisão de Editoração: Aurilene Ferreira Martins

Albano Rita Gomes

CONSELHO CIENTÍFICO

Presidente - Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará

Vice-Presidente - Profa. Dra. Mirleide Char Bahia – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodriguez – Universidad de La Habana, Cuba

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia, Leticia

Prof. Dr. Julien Meyer – Université Grenoble Alpes, CNRS, GIPSA-lab, France

Prof. Dr. Josep Pont Vidal – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro, Portugal

Prof. Dr. Miguel Piñedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Armin Mathis



Coordenação Geral

Armin Mathis - Diretor geral do NAEA
Mirleide Chaar Bahia - Diretora adjunta do NAEA
Suely Rodrigues Alves – Secretária Geral do evento

Comissão Organizadora

Alan Souza da Silva
Alan Tiago Corrêa
Albano Rita Gomes
Aldalina Maria de Oliveira Ramos
Ana de Nazaré Veloso Medeiros
Aurilene Ferreira
Camilla Souza Barbosa
Carmem Dilcely da Silva dos Santos
Carolina Maues da Silva
Cassia Karimi Vieira Cativo
Diego Lopes
Elivaldo de Souza Cristo
Flavio Henrique Souza Lobato
João Cauby de Almeida Junior
José Nilberlânio Vieira
Josilene do Nascimento Ferreira
Juliana Azevedo Hamoy
Laiane Katrine da Silva Castro
Letícia Pompeu de Sales
Maria da Paz Correa Saavedra
Maria do Socorro Barbosa Albuquerque
Maria Silvana Chedieck Martins
Paulo Afonso Dias de Lima
Paulo César Correia Guedes Mesquita
Rafaela Santos Carneiro
Raimundo Alexandre Moraes
Rosângela Mourão
Roseany do Socorro Caxias Lima
Ruthane Saraiva da Silva
Thiliane Regina Barbosa Meguis
Wellington Augusto Andrade Fernandes

Comissão Científica

Adagenor Lobato Ribeiro
Amarildo Ferreira Júnior
Armin Mathis
Claudio Fabian Szlafsztein
Durbens Nascimento
Fábio Fonseca de Castro
Jose Pont Vidal
Juarez Carlos Brito Pezzuti
Larissa Carreira
Leila Márcia de Sousa de Lima Elias
Marcela Vecchione-Gonçalves
Marilena Loureiro
Ponciana Freire
Ricardo Theóphilo Folhes
Rosana Fernandes
Sabrina Mesquita do Nascimento
Silvio José de Lima Figueiredo
Simaia Salles das Mercês

Comissão Científica Júnior (Sessão de Pôster)

Antonio Arthur Cruz do Nascimento
Brenda Cordovil Correa dos Santos
Flavio Henrique Souza Lobato
Helbert Michel Pampolha de Oliveira
Jessica Alejandra Solorzano Orellana
Juliana Azevedo Hamoy
Raquel Serruya Elmescany
Thiliane Regina Barbosa Meguis
Wellington Augusto Andrade Fernandes

Assessoria de comunicação

Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira
Manuela Almeida André

**Mirleide Char Bahia
Suely Rodrigues Alves
Flavio Henrique Souza Lobato**

Organização

3 **Simpósio
Internacional**

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

**↓
PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL**

Belém | NAEA
2024

Capa
Márcio Novelino

Editoração
Ione Sena



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA

- S612a Simpósio Internacional Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Desenvolvimento (3.: 2023: Belém, PA).
Anais [recurso eletrônico] / 3º Simpósio Internacional Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Desenvolvimento; Mirleide Chaar Bahia, Suely Rodrigues Alves, Flavio Henrique Souza Lobato, organização. — Belém: NAEA, 2024.
1 recurso online (678 p.)
- Tema: Pesquisa, ensino e extensão na Amazônia para um desenvolvimento regional com responsabilidade global
Modo de acesso: <https://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes?start=70>
ISBN: 978-85-7143-230-7
1. Sustentabilidade - Amazônia - Congressos. 2. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. I. Bahia, Mirleide Chaar, org. II. Alves, Suely Rodrigues, org. III. Lobato, Flavio Henrique Souza, org. IV. Título.

CDD 22. ed. – 304.209811

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

© Direitos Reservados à Editora Naea
Av. Augusto Corrêa, nº 1 - Campus Universitário do Guamá, CEP: 66.075-750
Belém, Pará, Brasil
(91) 3201-7231 | naeaeditora@gmail.com

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL	7
1.1 Programação	9
2 GRUPOS DE TRABALHO	15
2.1 GT 01 Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais	16
2.2 GT 02 Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas	206
2.3 GT 03 Gestão de Recursos Naturais	308
2.4 GT 04 Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia	416
2.5 GT 05 Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico – trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo	526
3 RESUMOS SIMPLES	618
3.1 Trabalhos premiados: “Prêmio Jovem Pesquisador(a) - Destaque em Pesquisa Interdisciplinar na Amazônia”	678



APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma unidade acadêmica da Universidade Federal do Pará (UFPA). Ele foi criado em 1973, com o objetivo de estimular e executar projetos de pesquisa sobre a Pan-Amazônia e formar quadros profissionais especializados em planejamento do desenvolvimento regional.

Em 50 anos, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos contribuiu para a formação de pesquisadores e de professores não somente para o estado do Pará e para a Amazônia brasileira, como também para a Pan-Amazônia e outras regiões do planeta. O pensamento sobre uma das regiões mais importantes do mundo, a Região Amazônica, foi por muito tempo dominado por narrativas cujas abordagens, muitas vezes, apresentavam distorções e visões relativas a olhares sempre externos. Nesse sentido, a criação do NAEA foi um passo importante para a produção científica e, portanto, de pensamento científico sobre a região, ao mesmo tempo em que ela se complexificava com as políticas públicas para o desenvolvimento regional.

Assim, na busca de adequar o seu olhar analítico à crescente complexidade que se formou na região, o NAEA ampliou a sua abordagem do desenvolvimento regional incorporando estudos sobre o caráter e o papel do Estado e sobre as formas de gestão usadas na implementação das políticas públicas. Do ponto de vista temático, o NAEA busca acompanhar de forma crítica as diversas formas de uso dos recursos naturais nos seus impactos sobre a região, as mudanças e dinâmicas que caracterizam os ambientes rurais e urbanos e as diversas formas de resistência e autogestão que estão presentes nos movimentos sociais e nas populações tradicionais.

Dessa maneira, o NAEA está comprometido com um modelo de desenvolvimento regional preocupado não apenas em definir um caminho de desenvolvimento para a região que está em conformidade com as suas potencialidades ecológicas, mas também em considerar as consequências desse caminho para as outras regiões (= justiça intragerações) e para futuras gerações, tanto na mesma região quanto no resto do globo.

Esse desenvolvimento, por sua vez, tem como objetivo a sustentabilidade da região e a sua implementação requer uma intervenção integrada junto as dimensões ambiental, econômico, social e institucional. Nessa perspectiva, por meio da atuação em conjunto nessas esferas, defendemos que será possível criar e usar efeitos de sinergia capazes de deslançar círculos autofortalecentes de *feedback* positivo na região, aptos a colocá-la no caminho da sustentabilidade que, inclusive, manifesta-se de forma diferente em cada uma dessas dimensões.

O NAEA E SUA RESPONSABILIDADE COMO INSTITUIÇÃO ACADÊMICA PARA COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A atuação para um desenvolvimento sustentável exige uma alta capacidade de lidar com complexidade e integração, de modo a processar as ligações e interdependências que existem entre as dimensões sociais, ambientais, econômicas e ecológicas do desenvolvimento. Assim, processar complexidade e reduzir complexidade por meio de modelos são atividades comuns da academia, sendo essa capacidade um elemento importante na tarefa de subsidiar um processo de discussão sobre sustentabilidade.

Não obstante, falta para as universidades em geral habilidade para comunicar os seus conhecimentos para grupos e organizações que têm uma capacidade muito restrita de lidar com a complexidade. Superar essas deficiências sem, contudo, reduzir complexidade ao senso comum é um dos desafios colocados para os docentes na formação dos nossos discentes nos programas de pós-graduação.

Isso porque, colocar uma região no caminho da sustentabilidade é um processo árduo e longo. Tomar a frente desse processo requer uma organização cuja 'expectativa de vida' acompanha esse horizonte temporal e que é capaz de fazer e ao mesmo tempo apreender com os erros e sucessos cometidos. O NAEA, com mais de cinquenta anos de existência, aproxima-se desse perfil mais do que as organizações do sistema político

– cujo horizonte de tempo é definido pelas eleições – e as organizações da sociedade civil – cuja existência sempre depende de um problema na sociedade e de acesso a recursos para poder ‘sanar’ esse problema.

O sistema da ciência, mesmo na sua forma em ambiente periférico, está submetido a um código de comunicação que busca ‘a verdade’, usufruindo de uma grande confiabilidade dentro da sociedade. Essa confiança pode se constituir como fator importante para corroborar sua liderança e legitimar uma condução contextual do processo de agenda *building*, que visa deliberadamente uma mudança do *status quo* e que é legitimada não por um consenso básico, mas pela forma como o processo decisório foi dirigido.

Desse modo, as nossas ações de pesquisa, levadas a cabo por um conjunto de docentes em cooperação com universidades amazônicas e institutos de pesquisa nacionais e internacionais na forma de projetos integrados, são uma contribuição essencial de conhecimento gerado para o desenvolvimento regional da Amazônia.

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINARIDADE, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO

Belém, 20-22 de novembro de 2023

O III Simpósio Internacional “Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Desenvolvimento”, com o tema central “Pesquisa, Ensino e Extensão na Amazônia para um Desenvolvimento Regional com Responsabilidade Global”, deu continuidade aos dois Simpósios anteriores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, nos últimos dois quinquênios: NAEA 45 anos, em 2018, e NAEA 40 anos, em 2013.

O referido evento visou fortalecer o diálogo entre as instituições localizadas na Pan-Amazônia e aquelas sediadas em outras regiões do país ou no exterior, reunindo pesquisadores brasileiros e estrangeiros que ocupam um lugar de destaque na produção de discursos científicos e políticos sobre a região. Na oportunidade, o momento foi de traçar balanços sobre a qualidade das nossas pesquisas e dos resultados alcançados, mas também de identificar, mediante diálogos com atores não acadêmicos, novas demandas e problemas que precisam ser enfrentados na tentativa de elaborar uma proposta de desenvolvimento sustentável com inclusão e participação social para a região.

Dessa maneira, o evento teve seus objetivos alcançados, pois foi possível a realização de debates sobre questões importantes no campo interdisciplinar do conhecimento, inclusive na produção científica sobre desenvolvimento na e sobre a Amazônia, com caráter crítico e inovativo, em 02 (duas) Conferências; 13 (treze) Mesas Redondas e 05 (cinco) Grupos de Trabalho (GT).

Houve a participação de representantes de diversas instituições internacionais e nacionais: *University of Florida*; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), dentre outras.

Além disso, o evento incentivou as relações com a graduação e a pós-graduação a partir de apresentação de trabalhos (comunicações orais) e pôsteres, mesas redondas e lançamentos de livros, com a presença de alunos da pós-graduação e de iniciação científica de vários cursos de graduação que puderam abordar a temática do evento.

Nesse sentido, o Simpósio reuniu aproximadamente 800 participantes entre acadêmicos e profissionais, nacionais e internacionais, de diferentes áreas do conhecimento, tais como ciências ambientais, ciências políticas, administração, sociologia, economia, turismo, dentre outras áreas de conhecimento, em aproximadamente 220 trabalhos científicos.

A large, bold, dark green number '3' is positioned in the upper left corner. The top right curve of the '3' is highlighted with a brownish-orange color. The background of the entire page is a complex, colorful geometric pattern in shades of green, teal, and yellow, featuring various shapes like circles, squares, and triangles, some with wavy lines and stylized eyes.

**Simpósio
Internacional**

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

**PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL**

PROGRAMAÇÃO

3^o Simpósio Internacional

INTER-DISCIPLINARIDADE SUSTENTABILIDADE e DESENVOLVIMENTO

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

20 a 22 de Novembro de 2023

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

BELÉM/PARÁ

REALIZAÇÃO



APOIO



PROGRAMAÇÃO

Dia 20/11/2023, segunda-feira

14h às 18h - Credenciamento

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA (Campus Básico)

15h - MESA DE ABERTURA INSTITUCIONAL

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA (Campus Básico)

16h às 18h - MESA REDONDA 01 - Os desafios para o desenvolvimento e o papel da ciência para o futuro da Amazônia

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA (Campus Básico)

Coordenador: Prof. Dr. Armin Mathis (NAEA/UFPA)

Palestrantes:

Prof^ª. Dr^ª. Mercedes Bustamante (Presidente da CAPES)

Prof. Dr. Ricardo Galvão (Presidente do CNPQ)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Iracilda da Cunha Sampaio (Pró-reitora da PROPESP/UFPA)

Prof^ª. Dr^ª. Edna Castro (NAEA/UFPA)

Prof. Dr. Francisco de Assis Costa (NAEA/UFPA)

Prof. Dr. Luis Aragon (NAEA/UFPA/Cátedra UNESCO)

18h às 19h - CONFERÊNCIA DE ABERTURA - A importância da transdisciplinariedade e da colaboração para o futuro da Amazônia

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA (Campus Básico)

Coordenador: Prof. Dr. Francisco de Assis Costa (NAEA/UFPA)

Conferencista: Prof^ª. Dr^ª. Marianne Schmink (Center for Latin American Studies/University of Florida)

19h – Sessão de Lançamento de Livros

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA (Campus Básico)

Dia 21/11/2023, terça-feira

09h às 12h/14h às 18h - Credenciamento

Local: NAEA/UFPA (Campus Profissional)

09h às 10h30 - MESAS REDONDAS (MRs)

MR02 - Da fronteira agrícola à bioeconomia: A trajetória de pesquisa do Grupo de Pesquisa Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia (DADESA)

Local: Auditório do NAEA/UFPA (Campus Profissional)

Coordenador: Prof. Dr. Francisco de Assis Costa (NAEA/UFPA)

Palestrantes:

Prof. Dr. Roberto Monte-Mór (UFMG)

Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes (NAEA/UFPA)

Prof. Dr. Harley Silva (ICSA/UFPA)

Prof. Dr. Raul Ventura Neto (ITEC/UFPA)

Prof. Dr. Ricardo Folhes (NAEA/UFPA)

MR03 - Memórias do NAEA: a primeira turma do Curso de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM)

Local: Mini-auditório do NAEA/UFPA (Campus Profissional)

Coordenador: Me. João Tertuliano Lins

Palestrantes:

Prof^ª. Dr^ª. Edna Castro (NAEA/UFPA)

Prof^ª. Dr^ª. Rosa Acevedo (NAEA/UFPA)

Prof. Dr. José Freire

MR04 - Comunicação da ciência na e para a Amazônia

Local: Auditório do Instituto de Ciências da Educação (ICED/UFPA - Campus Profissional)

Coordenador: Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro (NAEA/UFPA)

Palestrantes:

Prof^ª. Dr^ª. Luciana Miranda Costa (UFRN)

Prof. Dr. Otacílio Amaral Filho (ILC/UFPA)

Prof^ª. Dr^ª. Célia Regina Trindade Amorim (ILC/UFPA)

Prof^ª. Dr^ª. Marina Ramos Neves de Castro (ILC/UFPA)

11h às 12h30 - MESAS REDONDAS (MRs)

MR05 - Desenvolvimento e sua crítica no contexto de urgências climáticas

Local: Auditório do NAEA/UFPA (Campus Profissional)

Coordenadora: Prof^ª. Dr^ª. Edna Castro (NAEA/UFPA)

Palestrantes:

Prof. Dr. Eunápio do Carmo (FACSS/UFPA-Campus Breves/Marajó)

Prof. Dr. Carlos Vainer (UFRJ)

Prof^ª. Dr^ª. Leila Ferreira (UNICAMP)

MR06 - (In)Sustentabilidade turística, políticas públicas e dilemas amazônicos

Local: Auditório do Instituto Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFPA - Campus Profissional)

Coordenador: Prof. Dr. Sílvio Lima Figueiredo (NAEA/UFPA)

Palestrantes:

Prof^ª. Dr^ª. Vânia Lúcia Quadros Nascimento (ICSA/UFPA)

Prof^ª. Dr^ª. Mônica de Nazaré Araújo (UFMA)

Prof^ª. Dr^ª. Susy Rodrigues Simonetti (UEA)

MR07 - Educação ambiental, meio ambiente e sustentabilidade na América Latina

Local: Auditório do Instituto de Ciências da Educação (ICED/UFPA - Campus Profissional)

Coordenadora: Prof^ª. Dr^ª. Marilena Loureiro (NAEA/UFPA)

Palestrantes:

Prof. Dr. Vilmar Pereira (UNIOESTE)

Prof. Dr. Marcos Sorrentino (USP/MMA)

12h30 às 14h – Intervalo para almoço

14h às 18h – SESSÃO DE PÔSTERES

Local: NAEA/UFPA

14h às 18h – GRUPOS DE TRABALHO (GT)

Local: NAEA/UFPA (Campus Profissional)

GT01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Coordenação: Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo (NAEA/UFPA), Prof^ª. Dr^ª. Marilena Loureiro (NAEA/UFPA), Prof^ª. Dr^ª. Larissa Carreira (NAEA/UFPA), Prof^ª. Dr^ª. Sabrina Mesquita do Nascimento (UFPA), Prof^ª. Dr^ª. Simaia Salles das Mercês (NAEA/UFPA) e Prof. Dr. Amarildo Ferreira Júnior (IFRR)

GT02 - Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Coordenação: Prof. Dr. Durbens Nascimento (NAEA/UFPA), Prof. Dr. Armin Mathis (NAEA/UFPA), Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro (NAEA/UFPA) e Prof. Dr. Jose Pont Vidal (NAEA/UFPA)

GT03 - Gestão de Recursos Naturais

Coordenação: Prof. Dr. Claudio Fabian Szlafsztein (NAEA/UFPA) e Prof. Dr. Juarez Carlos Brito Pezzuti (NAEA/UFPA)

GT04 - Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Coordenação: Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro (NAEA/UFPA), Prof^ª. Dr^ª. Rosana Fernandes (NAEA/UFPA) e Prof^ª. Dr^ª. Ponciana Freire (NAEA/UFPA)

GT05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico – trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

Coordenação: Prof^ª. Dr^ª. Marcela Vecchione Gonçalves e Prof. Dr. Ricardo Theóphilo Folhes (NAEA/UFPA)

18h - Programação Cultural

Dia 22/11/2023, quarta-feira

09h às 12h/14h às 16h - Credenciamento

Local: NAEA/UFPA (Campus Profissional)

09h às 10h30 - CONFERÊNCIA - Desenvolvimento, Conjuntura Brasileira e Sustentabilidade

Local: Auditório do NAEA/UFPA (Campus Profissional)

Coordenadora: Prof^{fa}. Dr^a. Edna Castro (NAEA/UFPA)

Conferencista: Prof. Dr. Márcio Pochmann (Presidente do IBGE)

11h às 12h30 - MESAS REDONDAS (MRs)

MR08 – Mineração na Amazônia - entre resistências locais e transformações globais

Local: Auditório do NAEA/UFPA (Campus Profissional)

Coordenador: Prof. Dr. Armin Mathis (NAEA/UFPA)

Palestrantes:

Prof. Dr. Maurílio Monteiro (UNIFESPA)

Prof. Dr. Marcelo José de Oliveira (UNIFAP)

Prof. Dr. Luiz Jardim de Moraes Wanderley (UFF)

MR09 - Mudanças climáticas e transições ambientais como desafios para a Amazônia

Local: Auditório do Instituto de Ciências da Educação (ICED/UFPA - Campus Profissional)

Coordenador: Prof. Dr. Cláudio Szlafsztein (NAEA/ UFPA)

Palestrantes:

Prof^{fa}. Dr^a. Regina Célia de Oliveira (UNICAMP)

Me. Wendell Andrade (Instituto Talanoa)

Me. Valter José Marques (Ex-diretor de ordenamento territorial da Amazônia do – CPRM)

Adv^a. Esp. Juliana Cristina Vasconcelos Maia (PPGD/UFPA)

Prof. Dr. Marcelo Bentes Diniz (ICSA/UFPA)

MR10 - Memórias do NAEA: Egressos - suas experiências no NAEA e a importância da formação no NAEA para a sua vida profissional

Local: Mini-auditório do NAEA/UFPA (Campus Profissional)

Coordenadora: Prof^{fa}. Dr^a. Voyner Ravena Cañete (NEAP/UFPA)

Palestrantes:

Prof. Dr. Amarildo Ferreira Júnior (IFRR)

Prof^{fa}. Dr^a. Mônica de Nazaré Araújo (UFMA)

Prof. Dr. Marco Antônio Chagas (UNIFAP)

Prof. Dr. Bruno César Malheiro (UNIFESSPA)

12h30 às 14h – Intervalo para almoço

14h às 16h – SESSÃO DE PÔSTERES

Local: NAEA/UFPA (Campus Profissional)

14h às 16h – GRUPOS DE TRABALHO (GT)

Local: NAEA/UFPA (Campus Profissional)

16h às 17h30 - MESAS REDONDAS (MRs)

MR11 - Sobre ambientes, clima e novas (bio) economias nas relações sociedade-natureza: políticas de (sobre)vivência, mobilização de direitos e cosmopolíticas amazônicas

Local: Auditório NAEA/UFPA (Campus Profissional)

Coordenadora: Prof^{fa}. Dr^a. Marcela Vecchione Gonçalves (NAEA/UFPA)

Palestrantes:

Prof^{fa}. Dr^a. Tatiana Oliveira (NAEA/UFPA)

Dr^a. Flávia Santos (Advogada Malungu)

Prof^{fa}. Dr^a. Cristiana Losekann (UFES)

Prof. Dr. Bruno César Malheiro (UNIFESSPA)

MR12 - Cooperação Sul-Sul: Experiências e perspectivas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia

Local: Auditório do Instituto de Ciências da Educação (ICED/UFPA - Campus Profissional)

Coordenador: Prof. Dr. Luis Aragon (NAEA/UFPA/Cátedra UNESCO)

Palestrantes:

Prof. Dr. Miguel Clüsener-Godt (Ex-Diretor da Divisão de Ciências Ecológicas da UNESCO)

Prof. Dr. Pedro Staevie (UNILA)

Prof. Dr. Hisakhana Corbin (NAEA/UFPA)

Prof^{fa}. Dr^a. Jacqueline Freire (CABAE/UFPA)

MR13 - Belo Monte: uma tragédia socioambiental contada pelo monitoramento participativo independente e pela pesquisa de contrato

Local: Mini-auditório do NAEA/UFPA (Campus Profissional)

Coordenador: Prof. Dr. Juarez Carlos Brito Pezzuti (NAEA/UFPA)

Prof^{fa}. Dr^a. Janice Muriel (UFPA-Campus Bragança)

Prof. Dr. Jansen Zuanon (INPA)

18h00 - Programação Cultural de Encerramento



3

Simpósio
Internacional

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

GRUPOS DE TRABALHO



3

Simpósio
Internacional

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

GT 01 • Sessão 1

Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Coordenação

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo (NAEA/UFPA), Prof^ª. Dr^ª. Marilena Loureiro (NAEA/UFPA),
Prof^ª. Dr^ª. Larissa Carreira (NAEA/UFPA), Prof^ª. Dr^ª. Sabrina Mesquita do Nascimento (UFPA),
Prof^ª. Dr^ª. Simaia Salles das Mercês (NAEA/UFPA) e Prof. Dr. Amarildo Ferreira Júnior (IFRR)

FLEXIBILIDADE EQUATORIAL: UMA NOÇÃO REFERIDA À “FLORESTA URBANIZADA”

GT 01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Gabriel Carvalho da Silva Leite¹

1. INTRODUÇÃO

Relevantes transformações técnicas e organizacionais atualmente em curso na Amazônia brasileira, associadas a processos pós-fordistas de flexibilização produtiva (Castro, 1995), inscrevem-se no amplo movimento de reestruturação regional operado pelo “vetor tecnoindustrial”, que é, no entendimento de Becker (1996), herdeiro da economia de fronteira e resultado da coalescência de projetos de atores interessados na mobilização de recursos naturais e de negócios.

Dotado de grande poder de determinação, tal vetor, todavia, não está sozinho na configuração da realidade amazônica. Simultânea e contraditoriamente, forças preservacionistas e forças conservacionistas formam, em convergência, um “vetor tecnoecológico” de transformação regional (Becker, 1996). As primeiras são frutos da nova consciência ecológica, “que visa preservar a natureza como estoque da vida”, e da nova geopolítica ecológica, “que visa preservá-la como reserva de valor”. Por seu turno, as forças conservacionistas são “alternativas comunitárias de ‘baixo para cima’ que, para sua sobrevivência, se aliam a redes sociais transnacionais” (Becker, 1996, p. 228).

Tem-se reconhecido, no conservacionismo do “vetor tecnoecológico”, uma flexibilidade endógena, que não se confunde, pois, com aquela do industrialismo pós-fordista, expressando-se na adaptação e no convívio de populações humanas – em que se incluem organizações sociais ancestrais (indígenas), históricas de longa duração (campesinatos históricos) e também aquelas de origem mais recente – com as condições estabelecidas pela natureza no trópico úmido, onde se destaca o bioma amazônico e os seus diversificados ecossistemas.

Acresce que há outras manifestações de convivência e interação sustentadas entre os sistemas socioeconômicos locais e o meio geográfico da região, que precisam ser consideradas nesta que é, hoje, uma “floresta urbanizada” (Becker, 1995), cuja diversidade, complementa Trindade Jr. (2013), é, também, a das formas e conteúdos urbanos. Nesse sentido, merece destaque aquilo que o geógrafo Milton Santos, tratando das cidades dos países ditos subdesenvolvidos, denominou de flexibilidade tropical, isto é, as metamorfoses do trabalho dos setores populares no quadro das ecologias urbanas.

Resultado das primeiras etapas de um projeto de pesquisa de doutorado em andamento, correspondentes à sua instrumentação teórico-conceitual, o presente trabalho busca propor, com inspiração na proposição do autor mencionado, a noção derivada de flexibilidade equatorial, referida a divisões de trabalho baseadas nas ecologias bio-sociotécnicas específicas e distintivas da Amazônia contemporânea.

2. METODOLOGIA

Metodologicamente, o presente trabalho consiste em um exercício de “redução”, entendido este, à maneira do que propõe Ramos ([1958] 1996, p. 73, grifo nosso), como o procedimento metódico que procura

¹ Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa), gabrielcarvalholeite16@gmail.com.

tornar sistemática a atitude crítico-assimilativa das teorias gerais, não se confundindo com isolacionismo, pois é “[...] dirigida por uma aspiração ao universal, mediatizado, porém, pelo local, regional ou nacional”.

No caso vertente, trata-se de “reduzir”, à particularidade regional amazônica, a noção de flexibilidade tropical, originalmente proposta por Milton Santos como uma contribuição à teoria da urbanização no “Terceiro Mundo” (Santos, 1994) e, em particular, no Brasil (Santos, 1993). Para tanto, apoiamos-nos na revisão e sistematização bibliográfica da obra do autor em referência, bem como em literatura técnico-científica que a permite atualizar e ajustar à realidade socioespacial da Amazônia contemporânea.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Proposta originalmente na década de setenta (Santos, 1979) e continuamente atualizada desde então (Dantas; Arroyo; Cataia, 2017), a teoria dos circuitos da economia urbana afirma que a introdução, nos países de história colonial, de padrões produtivos e hábitos de consumo oriundos dos países centrais do capitalismo, em sua fase técnico-científica, induz a uma urbanização crescente com segmentações profundas das quais emergem, como uma totalidade dialética, dois subsistemas – o circuito superior e o circuito inferior.

Segundo Santos (1979), o circuito superior da economia urbana, diretamente tributário daquelas modernizações tecnológicas e organizacionais, é constituído por empresas com tecnologia capital-intensiva e formas tipicamente capitalistas de organização do trabalho, conquanto também incluía uma franja marginal (designada circuito superior marginal), em que tais características são matizadas em diversos níveis. O circuito inferior, por seu turno, é produto indireto das mesmas modernizações, sendo composto por atividades de pequena escala, com tecnologia trabalho intensiva e modalidades diversas (não obrigatoriamente assalariadas) de organização do trabalho.

Cada circuito é responsável pela instalação, dentro das cidades, de divisões de trabalho típicas. Haveria, assim, segundo Santos (2006), duas formas de especialização de atividades, duas formas puras (e várias outras mistas) que dão como resultado dois tipos superpostos de divisão do trabalho. De um lado, uma primeira forma pura, aquela que procede “de cima para baixo”, é rígida, pois depende de normas estritas, de cuja obediência depende a sua eficácia. De outro, a segunda forma pura de divisão do trabalho, feita “de baixo para cima”, é plástica, está sempre recriando as suas normas:

[...] a partir da variedade infinita de ofícios, do fato de que cada ator é muito móvel, de que um quadro ocupacional não é fixo – um mesmo ator desempenhando diversos papéis dentro da cidade – e dando lugar a divisões do trabalho que são proteiformes. É um movimento permanente, fundado nas metamorfoses do trabalho, produzindo a flexibilidade tropical com grande adaptação à conjuntura e respeito ao papel das ecologias urbanas – materiais e sociais – do próprio meio geográfico (Santos, 2006, p. 23, grifo nosso).

De grande importância nas cidades brasileiras, sendo responsável pela criação de inúmeras ocupações urbanas (Santos, 1993), a flexibilização tropical adquire, ademais, feições específicas numa região, a Amazônia, cuja história social e econômica, à diferença de outras regiões brasileiras em que o uso do território se fez como sua progressiva mecanização, esteve intimamente relacionada às ofertas e ritmos próprios de um meio natural original e complexo – o bioma florestal amazônico (Costa, 2019).

Com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), e utilizando dados do cadastro de empresas da Receita Federal e do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), Silva et al. (2022) identificaram, em toda a extensão da Amazônia Legal, 267.687 agentes econômicos ligados, direta ou indiretamente, ao que os autores denominaram de “atividades baseadas em biodiversidade” – atividades cujo fundamento é a existência do bioma amazônico –, dos quais a maior parte (79%) é registrada como Microempreendedor Individual (MEI), o que indica o predomínio de atividades de pequena escala, com

baixa geração de empregos formais e nível limitado de faturamento, distribuindo-se pelos municípios da região com maior ênfase naqueles de maior população.

As características e o padrão de distribuição espacial desses agentes indicam, conforme nos ilustra a teoria de Santos (1979), a relevância do circuito inferior desta que é, nos termos dos autores supracitados, a “economia urbana do extrativismo e da biodiversidade”, típica de regiões intensivas em biodiversidade tropical, como a Amazônia, e caracterizada por processos de diversificação mediados por divisão social e técnica do trabalho urbanas (Silva et al., 2022).

Apenas parcialmente captadas pelas estatísticas oficiais, dada a forte informalidade das respectivas atividades, tanto nos setores rurais (agricultura, extrativismo e pesca) quanto nos setores urbanos (processamento, comercialização e serviços), essas divisões proteiformes de trabalho criam, assim, uma flexibilidade equatorial (Trindade Jr.; Leite; Oliveira, 2021), manifestação da flexibilidade tropical baseada nas ecologias bio-sociotécnicas específicas e distintivas da Amazônia.

As horizontalidades estabelecidas entre cidade e floresta, onde os tempos são mais lentos (Santos, 1994), como em trapiches, em palafitas, em flutuantes, em feiras, na beira-rio, em bairros rururbanos, nos terreiros das habitações, nos tipos de mobilidade intra e interurbanas (Montenegro, 2014; Trindade Jr.; Leite; Oliveira, 2021), constituem, assim, os principais domínios da flexibilidade equatorial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do projeto colonial mercantilista, em suas diferentes fases, ao projeto industrial capitalista, inaugurado com a experiência Ford e reeditado desde a década de sessenta, a flexibilidade equatorial tem sido sistematicamente negada, mediante as ações políticas para isso necessárias, pelos sucessivos modelos econômicos impostos à Amazônia.

Sem sucesso completo, todavia. Como vimos, há evidências empíricas a indicar que esse “trabalho velho” (Becker, 2013), que tem garantido a interação prolongada entre cidade e floresta, permanece relevante na região, não somente nas suas pequenas cidades ribeirinhas, tratadas como tradicionais, mas também em outros tipos de cidades locais, de colonização mais ou menos antiga ou recente, em cidades intermediárias da rede urbana da região e mesmo nas grandes metrópoles regionais.

Nesses tempos pós-fordistas que são os nossos, a flexibilidade equatorial parece ainda indicar, como no tempo das cidades de Ford, caminhos alternativos ao urbanismo e à urbanidade tecno-industrial.

5. PALAVRAS-CHAVE

Flexibilidade equatorial; Floresta Urbanizada; Amazônia.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. K. Undoing myths: the Amazon – an urbanized forest. In: CLÜSENER-GODT, M.; SACHS, I. (ed.). Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon region. Paris: UNESCO, v. 15, 1995. p. 53-89.

BECKER, B. K. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. R. C.; CORRÊA, R. L. (org.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 223-244.

BECKER, B. K. A urbe amazônica: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CASTRO, E. M. R. Industrialización truncada: globalización, postfordismo y degradación socioambiental en la Amazonia. Revista Mexicana de Sociología, Ciudad de México, v. 57, n. 2, p. 31-55, abr./jun. 1995.

COSTA, F. A. A brief economic history of the Amazon (1720-1970). Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2019.

- DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (org.). Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Sebo Vermelho, 2017.
- MONTENEGRO, M. R. Globalização, trabalho e pobreza nas metrópoles brasileiras. São Paulo: Annablume, 2014.
- RAMOS, G. A redução sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1958] 1996.
- SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. Por uma epistemologia existencial. In: LEMOS, A. I. G.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (org.). Questões territoriais na América Latina. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 19-26.
- SILVA, H. et al. Biodiversidade e economia urbana na Amazônia. Nota de Política Econômica nº 026, São Paulo, MADE/USP, out. 2022. Disponível em: <https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/npe-26-biodiversidade-e-economia-urbana-na-amazonia/>. Acesso em: dez. 2022.
- TRINDADE JR., S-C. C. Uma floresta urbanizada? Legado e desdobramentos de uma teoria sobre o significado da cidade e do urbano na Amazônia. Espaço Aberto, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 89-108, 2013.
- TRINDADE JR., S-C. C.; LEITE, G. C. S.; OLIVEIRA, H. M. P. Amazônia: saberes locais, solidariedade orgânica e flexibilidade equatorial. RA'EGA: o espaço geográfico em análise, Curitiba, v. 52, p. 84-107, 2021.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O MODO DE MORAR RIBEIRINHO NA AMAZÔNIA

GT 01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Maria Gabriela de Andrade de Sena¹

Lucas Wellington da Silva Silva²

1. INTRODUÇÃO

O processo de produção do espaço na Amazônia ocorre a partir da ação de vários sujeitos sociais e da relação entre eles e com a natureza a partir de um processo conflituoso, no qual o Estado propõe a produção de um espaço controlado e homogeneizado, enquanto a classe trabalhadora concebe o espaço no cotidiano de seu uso, para satisfação de suas necessidades relativas à sobrevivência, bem como no plano afetivo através de suas manifestações socioculturais (Oliveira, 1999).

Destaca-se que a Região Norte possui frágil oferta de serviços públicos e é considerada uma das regiões de maiores desigualdades socioeconômicas do país, além de possuir um grande contingente de trabalhadores empobrecidos e que vivem em habitações precárias. Em relação às políticas implementadas na Amazônia brasileira, é comum ocorrer o enfrentamento dos problemas sociais sob uma solução padronizada baseada nas realidades do sul e sudeste do país, o que implica não só no planejamento, mas na execução de políticas públicas que, geralmente, não são suficientes para atender necessidades sociais como as de saúde, moradia, educação, habitação das populações do Norte e Nordeste do Brasil.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo fornecer contribuições teóricas iniciais e aproximativas para o debate sobre o modo de morar ribeirinho na particularidade da região amazônica, objeto do trabalho em questão.

2. METODOLOGIA

Para apreender a discussão proposta, optou-se pelo método materialista histórico-dialético de Karl Marx e suas categorias singularidade, universalidade e particularidade e, como procedimento metodológico, utilizou-se levantamento bibliográfico de autores marxistas que discutem a questão da habitação na Amazônia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Amazônia é uma região que ultrapassa os limites geográficos brasileiros e apresenta complexidades quanto à sua compreensão e teorização. Leal (2007) divide a história da região em quatro grandes períodos: o exploratório, que compreende século XVI; o período colonial português, entre o ano da fundação de Belém (1616) e o início do Império (1822); o período de vinculação às economias capitalistas hegemônicas, do século XIX em diante; e a fase da contemporaneidade onde essa vinculação é redefinida em função da Divisão Internacional do Trabalho após a Segunda Guerra Mundial.

Para Trindade Júnior (2006), existem três noções que buscam definir a Amazônia atualmente: a Amazônia como um ecossistema; como espaço estratégico de ação; e como fronteira. Porto-Gonçalves (2018)

¹ Mestranda em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, e-mail: mariagabriela.andradesena@hotmail.com.

² Graduando em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, e-mail: lucwel.silva@gmail.com.

também destaca algumas dessas diversas visões *sobre* a Amazônia: I - Amazônia como natureza prístina; II - Amazônia como vazio demográfico; III - Amazônia como “reserva” e fonte inesgotável de recursos; IV - Amazônia como região do futuro.

Embora sejam conformadas pelas contradições comuns da produção capitalista do espaço, as cidades brasileiras têm suas especificidades quanto à questão urbana e habitacional. Para Oliveira (1999), a formação das cidades recentes da Amazônia ocorreu através da aplicação de políticas desenvolvimentistas que produziram espaços e tempos diferentes dos até então vividos pela população da região, os quais passaram a ser vistos com novos valores e novas funções.

Na Amazônia, mais da metade da população reside nas cidades e, especialmente, nas pequenas cidades localizadas nas beiras dos rios ou estradas. Sakatauskas e Santana (2016, p. 157) afirmam que “as pequenas cidades, no Brasil, devem ser compreendidas enquanto espacialidades que compõem a totalidade do espaço brasileiro, marcadas pela diversidade”. As pequenas cidades da Amazônia, embora apresentem condições de exploração semelhantes às demais cidades do país, demonstram formas de uso e ocupação do solo específicas do modo de vida ribeirinho presente na região, marcada pela presença de povos e comunidades tradicionais.

O estudo de Santana (2012) aponta a desigualdade e a seletividade no investimento em infraestrutura habitacional em pequenas cidades na Amazônia, elemento que demonstra a enorme precariedade das condições habitacionais de pequenas cidades no estado do Pará – com destaque para a carência no acesso à água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, além da alta incidência de domicílios rústicos (casas construídas com material improvisado e inadequado).

Já nas grandes e médias cidades, das quais insere-se Belém, capital do estado do Pará, tem-se uma grande parcela de áreas de cotas baixas, que ao longo dos anos foram ocupadas por populações de baixo poder aquisitivo advindas de áreas rurais e que hoje constituem comunidades em palafitas no perímetro urbano (Trindade Jr., 1997). Assim, observa-se que a habitação produzida informalmente em Belém manifesta parcialmente o tipo palafita amazônico ao preservar as relações internas com a casa, apesar do espaço sofrer adaptações ao meio urbano (Menezes, 2015)

A cidade de Belém e de seu entorno integra diferentes tipologias habitacionais devido à forte expressão da identidade e cultura do estado que reúne, ao mesmo tempo, um lado urbano, fruto da intensa colonização na cidade como rota estratégica de circulação de mercadorias, e um outro ribeirinho, a qual representa mais de 50% do território e é composta por 39 ilhas cujo a presença de povos e comunidades tradicionais é marcante.

As ilhas conjugam diferentes culturas originárias de ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais, geralmente habitantes de pequenas casas de madeira, das quais grande parte são em estilo palafita, construídas às margens dos rios e furos ou sobre terrenos alagadiços, sem rede de esgoto, água encanada, coleta de lixo regular e, comumente, distanciadas umas das outras, o que demonstra um estilo de vida peculiar que se diferencia do modelo urbano.

A Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) demonstrou por meio do Diagnóstico Socioterritorial de Belém, divulgado em 2017, que a população das ilhas vivencia diferentes situações de vulnerabilidades sociais e violações de direitos, especialmente pelo isolamento geográfico, insuficiência e dificuldade de acesso aos equipamentos das políticas sociais públicas. Esse fator incide nas condições de moradia da população, demonstrando que o acesso precário às políticas sociais pode influenciar na adequação da habitação.

Assim, ao considerar a relação entre a inadequação habitacional no Pará e a moradia ribeirinha é necessário avaliar a oferta e a qualidade dos serviços e políticas públicas distribuídos no território, ratificando o que Engels (2010) afirmou de que o modo como é satisfeita a necessidade de moradia é um critério que permite saber como são satisfeitas outras necessidades humanas.

Assim, a questão da moradia não se limita à necessidade do espaço físico da casa e não se esgota nele, mas abrange o acesso aos demais direitos que determinam a reprodução da vida, os quais são suprimidos pela ordem do capital (quer seja à saúde, à educação, à renda, ao lazer, aos equipamentos urbanos, ao transporte público e outros).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para analisar a inadequação habitacional na Amazônia, bem como a particularidade da habitação ribeirinha, são necessários esforços para apreender a totalidade concreta da realidade e isso só será possível por meio de aproximações sucessivas, tendo em vista a realidade dialética vivenciada por populações ribeirinhas dentro da dinâmica do modo de produção capitalista. Santana e Ferreira (2016, p. 154) afirmam que “as categorias da particularidade, singularidade e universalidade, que correspondem às dimensões do real, constituem-se em elementos fundamentais para a apreensão dos complexos determinantes da realidade social”.

Os diferentes contextos que envolvem a heterogeneidade amazônica indicam que, na análise da realidade social, o método marxiano subsidia o alcance dessa totalidade por meio das mediações que se movem entre seus complexos. Assim, quando não há a apreensão das mediações, o método dialético se enrijece e resulta em ações descoladas da realidade e das possibilidades históricas determinadas (Pontes, 2021). Portanto, é na particularidade que os problemas sociais aparecem com suas múltiplas determinações, constituindo-se uma das categorias centrais do método a ser tomada no planejamento e execução de políticas habitacionais em conformidade com as necessidades particulares dos usuários na Amazônia.

5. PALAVRAS-CHAVE

Amazônia. Produção do espaço; Moradia ribeirinha.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

Fundação Papa João XXIII. **Diagnóstico socioterritorial de Belém: um olhar sobre o município e as territorialidades dos CRAS**. Belém, 2017.

LEAL, Aluizio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia (uma visão política). In: TRINDADE, J. R. B.; MARQUES, G. (org.). **Revista de Estudos Paraenses (edição especial)**. Belém: IDESP, 2010.

MENEZES, Tainá Marçal dos Santos. **Referências ao projeto de arquitetura pelo tipo palafita amazônico na vila da barca (Belém-PA)**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

OLIVEIRA, José Aldemir. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: Amélia Luísa Damiani, Ana Fani Alessandrini Carlos, Odette Carvalho de Lima Seabra (org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

PONTES, Reinaldo Nobre. **A categoria de mediação em face do processo de intervenção do serviço social**. 2021. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/instrumentos-e-tecnicas-de-intervencao/pontes-r-mediacao-e-servico-social>. Acesso em: 25/05/2023.

SAKATAUSKAS, G.L.B.; SANTANA, J.V. Peculiaridades sobre a dimensão urbana de pequenas cidades no contexto amazônico. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, n. 2, p.151-170, jan./jun. 2016.

SANTANA, J. V. Pequenas Cidades na Amazônia: desigualdades e seletividade. *In*: SANTANA, J.V.; HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. do S. F. (org.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012.

SANTANA, Joana Valente; FERREIRA, Benedito de Jesus P. A categoria da particularidade na produção do conhecimento: apontamentos na área da educação. *In* **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 148-156, dez. 2016.

TRINDADE JR, S-C., C. As baixadas de Belém na divisão econômica e social do espaço da cidade. *In*: TRINDADE JR, S-C., C. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: NAEA/ UFPA, 1997.

TRINDADE JR., Saint Clair. Pensando a Concepção de Amazônia. *In*. SILVA, J.B; LIMA, L.C.; ELIAS, D. (org.). **Panorama da Geografia Brasileira 1**. São Paulo: Annablume, 2006.

CONSULTAS PÚBLICAS E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM PROGRAMAS URBANOS: UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA DE SANEAMENTO DA ESTRADA NOVA

GT01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*Naiara de Almeida Rios¹
Oriana Trindade de Almeida²*

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 foi um passo importante para o Governo brasileiro repensar a condução de suas políticas públicas, priorizando em termos legais os elementos sociais e ambientais, como a inclusão da participação social em processos decisórios e o Capítulo que dispõe sobre o Meio Ambiente, em seu Capítulo VI (BRASIL, 1988; ROCHA, 2008; ALMEIDA, 2017).

A participação social, também chamada de participação cidadã, popular, comunitária ou democrática, passou a estar diretamente ligada à construção da cidadania, dos cidadãos e da democracia. Isso porque, as melhorias socioambientais são produto de uma sociedade que reconhece seus problemas e busca soluções, à medida que se insere nos debates sociais a partir dos processos de democratização (JACOBI, 2008; MILANI, 2008; ROCHA, 2009).

A criação do Estatuto da Cidade (Lei n. 1.0257/01), em 2001, foi outra importante conquista legal para a gestão ambiental participativa no país. Entre os elementos participativos presentes no estatuto, as consultas públicas se destacam como um dos instrumentos necessários para a garantia da gestão democrática na cidade.

Na cidade de Belém, a participação social esteve ligada aos movimentos sociais da década de 1980, e tinham também na pauta de suas reivindicações a criação de projetos de macrodrenagem e saneamento para as baixadas belenenses. E em meio ao contexto da redemocratização do país e o aumento dos problemas socioambientais na cidade, a prefeitura de Belém criou em 2005 o Programa de Saneamento da Estrada Nova - PROMABEN, com o objetivo de promover obras de saneamento e macrodrenagem na bacia hidrográfica da Estrada Nova, e mais de 300 mil pessoas seriam beneficiadas direta e indiretamente pelo projeto (PROMABEN, 2007).

A bacia hidrográfica da Estrada Nova (formada pelos bairros do Jurunas, Condor, Cremação, Guamá, Cidade Velha, Batista Campos e São Brás) é considerada um dos espaços com mais problemas socioambientais da cidade, entre eles, a exclusão social, violência, degradação ambiental, ocupações irregulares, e precariedade dos equipamentos básicos de infraestrutura urbana. Por isso, projetos como o PROMABEN são de grande relevância para a área e para a população que mora ali.

O PROMABEN se enquadra no modelo de gestão democrático de cidades, sendo a participação social um de seus elementos obrigatórios presente em todas as suas etapas, e estruturado pelo seu Programa de Participação Comunitária (PPC), cujo objetivo principal é incluir mecanismos de percepção e envolvimento

¹ Mestra, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA, naiara.arios@gmail.com

² Doutora; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA, e-mail fonte 11

social dos moradores para uma gestão transparente e democrática (PROMABEN, 2007). Este trabalho tem como objetivo identificar estrutura participativa das consultas públicas realizadas pelo PROMABEN, no período de 2005 a 2023.

2. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto a pesquisa se dividiu em duas etapas. A primeira, referente ao levantamento de dados secundários, e momento se utilizou como fonte de dados os documentos de Estudo Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do PROMABEN, o projeto do Programa de Participação Comunitária (PPC), os relatórios de obras oficiais do programa e as Atas e relatórios das consultas públicas. Essas Atas são referentes as audiências realizadas nos anos de 2006 a 2020.

A segunda etapa, compreende na observação e participação das consultas públicas que aconteceram nos anos de 2021 a 2022.

No período de 2006 a 2022 o PROMABEN realizou nove consultas públicas.

3. RESULTADOS

As consultas públicas referentes ao PROMABEN começaram no ano de 2006. A primeira delas, teve como objetivo apresentar a comunidade da Estrada Nova o EIA e o RIMA do Projeto Orla ao qual o PROMABEN fazia parte (o PROMABEN e o Portal da Amazônia faziam parte do projeto de revitalização da Orla do Rio Guamá), e contou com a presença de 1.062 pessoas. De acordo com a Ata da consulta pública, os relatórios foram explicados para a população, mas não consta a abertura de espaço para os moradores tirarem suas dúvidas.

Em 2007, o PROMABEN realizou outra consulta pública para apresentar o EIA e RIMA especificamente do projeto. Não consta nos documentos oficiais maiores detalhes sobre a estrutura da apresentação nem dúvidas feitas pelos presentes.

No ano de 2012 houve o encerramento da primeira etapa do projeto, chamado de PROMABEN I. Em 2013, as obras foram retomadas, dando início a segunda fase do projeto, intitulada de PROMABEN II. No mesmo ano, foi realizada uma consulta pública referente à divulgação do Estudo de Avaliação Ambiental do PROMABEN II. De acordo com a Ata oficial dessa audiência pública, foi registrada a presença de 127 pessoas. Primeiramente, foi feita a apresentação do projeto pelos técnicos do PROMABEN, e em seguida os representantes do projeto leram e responderam perguntas dos moradores que haviam sido encaminhadas antes do início da reunião. Foram enviadas 21 perguntas, mas não consta na Ata se todas foram respondidas, no documento aparecem apenas respostas a perguntas que estavam dentro do tema da reunião.

No ano de 2020 a prefeitura de Belém junto ao PROMABEN, realizou duas consultas públicas para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. As consultas aconteceram nos dias 09 de janeiro e 03 de fevereiro. Durante a primeira consulta pública, 260 pessoas compareceram, e foi lhes apresentado a estrutura e o desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico. Ao final da apresentação, foi aberta a palavra para os presentes fazerem suas colocações e tirarem suas dúvidas. Mas, não consta no relatório do evento todas as perguntas realizadas, foram apenas destacadas algumas falas da população que confirmavam a importância da participação popular. E, a segunda consulta pública, contou com a presença de 225 pessoas da sociedade civil no distrito de Outeiro. Após a apresentação técnica, houve a abertura para a discussão e a comunidade pôde apresentar perguntas e colocações. Foram registradas 30 manifestações.

Em 2021, em função da pandemia do Covid 19, foram criados o *site* do Sistema de Esgotamento Sanitário e o canal do PROMABEN no *Youtube*. Por meio dessas plataformas digitais as consultas públicas

foram realizadas e a população pôde acompanhar de forma *on-line* e enviar suas perguntas antes e durante as audiências.

Em outubro de 2021, foram realizadas duas consultas públicas. A primeira foi referente ao Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do PROMABEN, que foi apresentado para a população pelos técnicos do programa. Ao final da apresentação, as perguntas foram lidas e respondidas. A segunda consulta desse mês, foi referente a apresentação do Relatório de Controle Ambiental (RCA) do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES). Essa aconteceu de forma presencial (na sede do PROMABEN) e *on-line* (transmitido pelo canal do *YouTube* do PROMABEN), e seguiu a mesma estrutura de apresentação da anterior. Todas as perguntas foram respondidas.

Algumas falas de moradores presentes se destacaram, entre elas, a de um morador do bairro da Cremação, que disse ser a primeira vez que uma consulta pública era realizada para tratar do PROMABEN em seu bairro. E outro, do bairro do Jurunas, chamou atenção para a baixa comunicação entre o projeto e os moradores durante os últimos anos. Reforçou a importância do Programa de Comunicação Social apresentado, que precisa está em vigor a todo momento, e sugeriu reuniões mais frequentes com os moradores, a fim de estimular também a participação deles.

Em janeiro de 2022 foi realizada mais uma consulta pública, cujo objetivo foi apresentar aos moradores da bacia da Estrada Nova os Estudos Ambientais do Conjunto habitacional e Comercial e das obras de saneamento no “miolo do Jurunas”. A apresentação aconteceu de forma *on-line*, e foi transmitida pelo canal do *YouTube* do PROMABEN, e ao final, as dúvidas enviadas pelos moradores foram respondidas.

No mês de fevereiro de 2022 foi realizada a segunda consulta pública referente ao Sistema de Esgotamento Sanitário da Estrada Nova, com objetivo de divulgar o Plano de Controle Ambiental (PCA) para a implementação do sistema, e seguiu o mesmo esquema das consultas anteriores. A reunião foi transmitida de forma *on-line* pelo canal do *YouTube* do PROMABEN. No mês de maio de 2022 o PROMABEN realizou mais uma consulta pública, referente ao Plano Específico de Reassentamento (PER). Após a finalização da apresentação, a população fez suas perguntas. Foram contabilizadas mais de trinta perguntas escritas, e foram respondidas por blocos de perguntas similares.

4. CONCLUSÕES

Entende-se que as consultas públicas são um instrumento importante para a construção de um espaço democrático, apresentação de propostas e discussão com a comunidade sobre o PROMABEN. Os problemas socioambientais que acometem a bacia da Estrada Nova, e as expectativas de melhorias locais rondam os anseios dos moradores. Mas, no decorrer dos anos, o distanciamento entre projeto e população foi enfraquecendo a participação social, que se somam demora na finalização das obras, e as constantes paralisações, a intensificação dos problemas socioambientais, como os alagamentos, geraram uma percepção socioambiental negativa quanto aos resultados do PROMABEN.

As consultas públicas realizadas pelo PROMABEN apesar de parecerem similares, seguiram formatos distintos. As reuniões que aconteceram de 2006 a 2020 seguiram um padrão de valorização nas exposições técnicas, e a participação da população ficou em segundo plano. A partir de 2021, essas consultas assumiram um viés mais popular, sendo apresentadas de forma verticalizada e respondendo e discutindo todas as questões apresentadas pelos moradores. Os próprios relatórios das consultas públicas do ano 2021 e 2022 são mais detalhadas e possuem maior rigor técnico na elaboração. Essas diferenças podem ser de caráter político, uma vez que o PROMABEN passou por três gestões municipais diferentes. E ao mesmo tempo, percebe-se que houve um enfraquecimento na participação social no país através de obstáculos natureza burocrática, política, e da sobreposição dos interesses.

5. PALAVRAS-CHAVE

Consultas públicas, gestão democrática, participação social.

6. AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

JACOBI, Pedro Roberto; BARBI, Fabiana. Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. **Rev. Katál. Florianópolis**, v. 10 n. 2 p. 237-244 jul./dez. 2007.

MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de administração pública – RAP**, Rio de Janeiro, núm. 42, vol. 3, páginas, 551-79, maio/jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/w8Sd7tHxv3dHcLmgW5DrpZs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 de outubro de 2021.

ROCHA, Roberto. A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 6, n. 11. 2009. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/790>. Acesso em 20 de abril de 2023.

PROMABEN – Programa de Saneamento da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova. Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Programa de reabilitação urbano-ambiental da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (PROMABEN). Memorial descritivo. Belém: Engesolo Engenharia LTDA; set. de 2007. Tomo 01/03. Prefeitura de Belém.

OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE “BAIXADA”, DE EXPANSÃO URBANA E A QUESTÃO DOS TERRENOS DE MARINHA EM BELÉM-PA: DIFICULDADES PARA A ARRECADAÇÃO DE IMPOSTO TERRITORIAL

GT01 – Sociedade, urbanização e estudos populacionais

Mozart Victor Silveira¹

Carla Peixoto²

Fabiano Diniz³

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a constituição do espaço urbano de Belém-PA, com foco nas ocupações espontâneas em terrenos de marinha e nas dificuldades da administração tributária para arrecadar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O IPTU é vital para financiar políticas públicas relacionadas ao direito urbanístico e as despesas governamentais.

O texto ressalta que a implantação eficaz de um imposto imobiliário no Brasil é um desafio devido à pressão política e à visibilidade desse imposto. A insatisfação pública em relação ao IPTU é comum, uma vez que é um imposto com grande visibilidade e de pagamento direto, enquanto outros impostos indiretos são menos discutidos. A falta de confiança nas autoridades públicas também contribui para a insatisfação.

A ocupação informal do solo é um obstáculo significativo para a arrecadação do IPTU, pois essas propriedades geralmente são excluídas da tributação, minando a potencial universalidade do imposto. A falta de dados consistentes sobre a arrecadação do IPTU na região amazônica é uma realidade a ser enfrentada, e é reflexo dessa ocupação espontânea, o que indica que o imposto imobiliário tem importância limitada como fonte de receita local.

Além disso, muitas áreas urbanizadas no Brasil são favelas ou ocupações informais, o que torna o estudo da informalidade e a precariedade das habitações complexo. A desigualdade na ocupação do solo no Brasil resultou em problemas sociais, ambientais, econômicos e habitacionais.

Nesse contexto, a pergunta central do artigo é: quais são os desafios para a tributação imobiliária em uma região caracterizada pela informalidade e dificuldades jurídicas, como as áreas de ocupação espontânea em Belém-PA? O artigo busca identificar as dificuldades na arrecadação imobiliária, considerando os potenciais benefícios fiscais e extrafiscais do IPTU.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo com o método materialista dialético para a interpretação e análise dos dados coletados, com pesquisa bibliográfica, documental, de campo e entrevistas.

¹ Doutorando na linha de pesquisa Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), e-mail: mozart.silveira@yahoo.com.br.

² Doutoranda na linha de pesquisa Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), e-mail: carla_peixoto@hotmail.com.

³ Mestre em Direito - Área de Concentração Direitos Humanos - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e-mail: diniz.fab@gmail.com.

A análise bibliográfica ocorreu no sentido de selecionar conceitos que trouxessem ao conteúdo aqui exposto argumentos referentes às classificações necessárias para discutir o tema, e serão melhores apresentados no tópico de resultados e discussões.

Ao longo da pesquisa, alguns materiais e métodos foram necessários para responder à pergunta que originou esse resumo. Os dados coletados foram apurados entre os anos de 2022 e 2023. Em especial, utilizou-se da Lei Ordinária nº 3.732, que deu a redação ao Código Tributário e de Rendas de Belém (BELÉM, 1977).

Além disso, foi realizada pesquisa de campo por meio da observação direta, especialmente em bairros no município de Belém com menor infraestrutura além da presença de terrenos de marinha, como os bairros do Guamá, Terra-Firme, Tapanã, Pratinha e Benguí.

Outra parte relevante da pesquisa foi a realização de entrevistas semiestruturadas com Agente do Poder Executivo (APE) Municipal da Secretaria Municipal de Finanças de Belém e relacionado com a arrecadação tributária imobiliária. Isso se revelou de extrema importância, pois eles são responsáveis pelo operacional e pela gestão da administração tributária municipal no nível mais próximo da população. São servidores que realmente trabalham com as mudanças legislativas no dia-a-dia e não os responsáveis por essas mudanças.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Algumas categorias importantes foram apresentadas e discutidas no decorrer do trabalho. Inicialmente, os terrenos de marinha: são áreas que fazem parte do patrimônio da União no Brasil. Eles são definidos como terras banhadas pelo mar, rios navegáveis ou lagoas sujeitas à influência das marés. Esses terrenos são bens da União e, portanto, não podem ser propriedade privada, mas podem ser objeto de enfiteuse, um direito real que permite a posse e uso dessas terras mediante o pagamento de uma pensão ou foro à União.

O IPTU, imposto municipal que incide sobre propriedades urbanas, possui questões em aberto em relação à sua cobrança do nos terrenos de marinha, devido à dualidade de domínio entre a União e os ocupantes dessas áreas. A legislação permite a cobrança do IPTU quando há domínio útil (posse) da União (BRASIL, 1988), e essa responsabilidade tributária recai sobre os ocupantes.

Outra categoria discutida é a desigualdade socioeconômica, uma vez que Belém apresenta uma alta taxa de desigualdade, com uma disparidade significativa entre os rendimentos dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população (SALATA; RIBEIRO, 2020). Isso reflete uma distribuição desigual de recursos e oportunidades na cidade.

Em relação à ocupação do solo, percebemos que a cidade possui diversas áreas alagadiças e com ocupações informais em muitas delas, e que essas características geográficas desempenharam um papel fundamental na estrutura urbana. O planejamento urbano excludente levou a ocupações precárias em áreas vulneráveis, como as baixadas, uma expressão da cidade informal, autoconstruída a partir da ocupação de terras desvalorizadas pelo mercado formal, ainda que próximas da porção mais central e infraestruturada da cidade (RODRIGUES *et al.*, 2013).

Ao tratarmos de aglomerados subnormais (AGSN), que é a definição que órgãos oficiais dão genericamente para áreas com infraestrutura precária, densidade populacional elevada e falta de serviços básicos (IBGE, 2010). Esses assentamentos informais representam uma parcela significativa da população da cidade.

Outro ponto discutido se refere à expansão urbana, uma vez que à medida em que a cidade se expande, novos assentamentos precários surgem em áreas de expansão. Na maioria dos casos, esses assentamentos situam-se longe dos serviços e de infraestrutura adequada. A população mais pobre é forçada a se deslocar para essas áreas devido à falta de opções habitacionais acessíveis (TRINDADE JÚNIOR, 1998). Isso nos

mostra a característica da segregação socioespacial quando se percebe que áreas mais distantes do centro da cidade confrontam-se com precariedade de serviços

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme entrevistas (APE, 2002) e busca em dados em documentos oficiais, percebemos uma carência de dados atualizados sobre a realidade das ocupações precárias do município, o que dificulta o planejamento urbano eficaz. Isso contribui para a persistência das condições precárias de moradia.

Outro ponto que merece destaque é a necessidade de políticas habitacionais, dado que a situação descrita destaca essa necessidade visando melhorar a qualidade habitacional, bem como investimento em infraestrutura para aparelhamento das áreas de baixadas.

Outro fato que precisa ser trabalhado é a conscientização por parte de grupos interessados a desempenharem um papel ativo, principalmente por parte da população civil, na promoção de mudanças positivas e no apoio a políticas que abordem a desigualdade e as condições de vida precárias.

A questão tributária esbarra em problemas complexos que vão além do mundo legislativo. Isso porque a questão da desigualdade, falta de informação, excesso de ocupações espontâneas (que são consideradas, do ponto de vista do fisco municipal, desordenadas).

As desigualdades sociais e urbanas existentes em Belém, especialmente nas áreas de AGSN. A tributação imobiliária é vista como uma ferramenta que poderia ajudar a reduzir essas desigualdades por meio da progressividade, mas enfrenta desafios, conforme exposto em entrevista, devido à informalidade e desatualização do cadastro imobiliário, que é fundamental para determinar os valores do IPTU.

Devido a essas dificuldades na tributação imobiliária, as autoridades municipais podem preferir obter receitas por meio do Imposto Sobre Serviço, que é regressivo. Isso significa que o ISS pode taxar de forma mais injusta aqueles que têm mais recursos, o que pode agravar as desigualdades socioeconômicas e fiscais.

A cobrança do IPTU em áreas de AGSN pode ser politicamente desafiadora, especialmente devido à falta de infraestrutura e serviços públicos nessas áreas. A implementação do imposto pode ser vista negativamente pela população local, o que dificulta sua aplicação, dado que é um imposto transparente. Ou seja, uma de suas virtudes acaba atuando contra ele mesmo.

Então, sobre as dificuldades, temos uma situação complexa em relação à tributação imobiliária em áreas informais e em terrenos de marinha em Belém. Trata-se de um problema legal, social e econômico.

5. PALAVRAS-CHAVE: IPTU; BELÉM; TERRENOS DE MARINHA.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGENTE DO PODER EXECUTIVO. **Entrevista gravada**: Discurso para compor o *corpus da pesquisa*. 2022.
- BELÉM. **Lei Ordinária nº 3.732, de 30 de dezembro de 1977**. Dá nova redação ao Código Tributário e de Rendas do Município de Belém. Belém: Câmara Municipal de Belém, 1977. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?lei=7056&ano=1977&tipo=1. Acesso em: 9 mar. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao/compilado.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.
- IBGE. **Censo demográfico**: 2010: aglomerados subnormais: primeiros resultados. IBGE, Rio de Janeiro, 2010.
- RODRIGUES, R.; *et al.* Urbanização das baixadas de Belém – Pará: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 15., 2013, Recife. **Anais...** Recife: ANPUR-UFPE, 2013. p. 1-16.

SALATA, A. R.; RIBEIRO, M. G. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre, RS, n. 1, 2020. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2020/10/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES1_01v02.pdf. Acesso em: 18 maio 2022.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. 408 f. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo: 1998.

GRADIENTE URBANO: PROPOSTA METODOLÓGICA PARA RECONHECIMENTO ESPACIAL DO PERIURBANO AMAZÔNICO

GT 01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Renata Maciel Ribeiro¹
Ana Cláudia Duarte Cardoso²
Silvana Amaral³
Antônio Miguel Vieira Monteiro⁴

1. INTRODUÇÃO

O periurbano, enquanto espaço ainda não totalmente assimilado pela urbanização capitalista-industrial, revela-se como um território com verdadeira possibilidade de coexistência com a floresta, suscitando dúvidas necessárias sobre a suposta incompatibilidade entre a urbanização e a natureza (Gomes et al., 2017; Cardoso, 2021a; 2021b; Vicente, 2022; Cardoso e Cardoso, 2022). Neste sentido, Cardoso (2021a) discute a existência e permanência do *periurbano estendido* na Amazônia paraense, que, intensamente habitado por camponeses nativos, povos indígenas e quilombolas, realiza-se espacialmente a partir de articulações entre vilas, povoados e comunidades, no entorno das cidades, mediadas pelo desenvolvimento de cadeias produtivas baseadas no bioma. Ainda que propositalmente invisibilizado e constantemente excluído das agendas de planejamento urbano e territorial, o reconhecimento desse território de (re) existência e (re)conexão é essencial para a compreensão da complexidade do urbano amazônico e valorização de outras narrativas e racionalidades como importantes e válidas (Cardoso, 2021a).

Diante disso, neste trabalho, busca-se a partir de elementos de representação formal explorar uma alternativa metodológica que possibilite instrumentalizar uma proposta de delimitação espacial do *periurbano estendido*. Para tal, propõe-se uma recategorização e análise de trajetórias das classes de situação dos setores censitários do Censo Demográfico (IBGE) para a construção de tipologias associadas a um gradiente urbano, destacando dois tipos intermediários como objetos de representação do periurbano presente no contexto da Amazônia paraense, em particular, na Região Metropolitana de Belém.

2. METODOLOGIA

A definição e identificação espacial do gradiente urbano partiu da interpretação, compatibilização e reagrupamento das classes de situação dos setores censitários, oficialmente definidas pelo IBGE (IBGE, 2000; 2010; 2021). A partir da definição das classes de situação (Figura 1) foi possível propor um reagrupamento, de modo a direcionar a definição das tipologias para a composição do gradiente urbano.

¹ Doutoranda em Ciência do Sistema Terrestre, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, renata.ribeiro@inpe.br.

² Doutora em Arquitetura, Universidade Federal do Pará, aclaudiacardoso@gmail.com.

³ Doutora em Engenharia de Transportes, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, silvana.amaral@inpe.br.

⁴ Doutor em Engenharia Elétrica e Ciência da Computação, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, miguel.monteiro@inpe.br.

Figura 1 - Proposta de reagrupamento das classes para composição do gradiente urbano a partir das definições oficiais das classes de situação.

	S I T U A Ç Ã O	D E S C R I Ç Ã O
URB URBANO	1 Área urbana com alta densidade de edificações²	Área legalmente definida como urbana e caracterizada por alta densidade habitacional, loteamentos, construções, arruamentos, intensa ocupação humana e transformações decorrentes do desenvolvimento urbano; e <i>aquelas reservadas à expansão urbana¹</i> .
	2 Área urbana com baixa densidade de edificações²	Área legalmente definida como urbana, porém caracterizada por ocupação predominantemente rural, apresentando grande extensão de terra com baixa densidade habitacional e construtiva, <i>como processos de expansão urbana, áreas verdes desabilitadas etc.²</i> .
PERI 1 PERIURBANO 1	3 Núcleo urbano² (Área urbana isolada e Aglomerado rural de extensão urbana)	Área definida e denominada por lei municipal, e separada da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal; e assentamentos situados em área fora do perímetro urbano, mas desenvolvidos a partir da expansão de uma cidade ou vila. <i>Tais assentamentos podem ser constituídos por loteamentos já habitados, conjuntos habitacionais, aglomerados de moradias ditas subnormais ou núcleos desenvolvidos em torno de estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços¹</i> .
PERI 2 PERIURBANO 2	5 Aglomerado rural - Povoado	É o aglomerado rural isolado sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústrias, usinas, etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas primárias (extrativismo vegetal, animal e mineral; e atividades agropecuárias), terciárias (equipamentos e serviços), ou mesmo secundárias (industriais em geral), no próprio aglomerado ou fora dele.
	6 Aglomerado rural - Núcleo	É o aglomerado rural isolado vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina, estabelecimentos agropecuários etc.) dispendo ou não dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados. Possui caráter privado ou empresarial, como característica definidora.
RUR RURAL	7 Aglomerado rural - Lugarejo²	É o aglomerado rural isolado que não dispõe, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos urbanos definidores dos povoados e que também não estão vinculados a um único proprietário.
	8 Área rural²	Área externa ao perímetro urbano, exclusive as áreas de aglomerado rural. <i>Caracterizada pela dispersão de domicílios e estabelecimentos agropecuários²</i> .

(1) alteração/inclusão feita em 2010; (2) alteração/inclusão feita em 2021.

Em seguida, baseado no trajeto teórico-conceitual desenhado por Cardoso (2021a), definiu-se conceitualmente as tipologias do gradiente urbano⁵ como: (i) *urbano*, representando um processo de urbanização mais avançado, ou seja, onde há delimitação clara do espaço edificado e provisão de infraestruturas; com baixa possibilidade de manejo do território sob a perspectiva de uma economia referida ao bioma; (ii) *periurbano 1*, representando um processo de urbanização pouco consolidado, ou seja, com menor densidade construtiva e habitacional; caracterizado por servir como área de reserva para especulação imobiliária e expansão urbana; (iii) *periurbano 2*, representando um processo de urbanização pouco consolidado, com baixa densidade construtiva e habitacional e possibilidade de reprodução concomitante de territórios de viver e de produzir; e (iv) *rural*, representando um processo de urbanização

⁵ Neste trabalho, a denominação dos tipos é uma mediação necessária que usa a classificação oficial de situações do IBGE como base de representação geoespacial. Na Amazônia, o urbano é constantemente reconhecido e delimitado a partir de uma perspectiva colonizatória e dicotômica, baseada em simplificações que promovem apagamentos e invisibilidades, onde o repertório socioespacial que não se adequa ao urbano industrial é interpretado e definido como “rural”. Diante desta problemática, no contexto deste trabalho, o “rural” é apenas uma representação, que parte da proposta de classificação oficial do IBGE, porém re-interpretado como parte de um gradiente urbano para o contexto amazônico.

incipiente, onde, prioritariamente, não há assentamentos humanos, e/ou possuem caráter privado ou empresarial (associado a um único proprietário).

Definidas as tipologias, as classes de situação foram reagrupadas (Figura 1). A reclassificação das classes de situação pôde orientar na interpretação e classificação final do gradiente urbano.

2.1. Análise de Trajetórias

As malhas censitárias e suas informações associadas foram atribuídas ao espaço celular regular de 1 km², tendo como base os setores das situações indicativas de ocupação nucleada (situações 1, 2, 3, 5, 6 e 7) com um buffer de 5 km como estratégia metodológica para a inclusão das áreas rurais (situação 8). A classe de situação foi agregada na grade celular a partir do operador “classe com maior intersecção de área” em duas etapas: i) a partir das bases originais com todos os setores; e ii) a partir das bases com apenas os setores em situações indicativas de ocupação nucleada. Assim, o efeito do operador de privilegiar os setores com áreas maiores - situação 8 - pôde ser corrigido pela segunda operação.

A situação atribuída a cada célula nos três períodos censitários considerados neste estudo (2000, 2010 e 2021) foi avaliada de forma integrada e não comparativa. Assim, reduz-se as incompatibilidades decorrentes da evolução das técnicas de coleta e produção dos dados, além de inserir a dimensão temporal para análise das mudanças de situação ao longo do tempo. A depender da estabilidade (sem transição) e das transições das trajetórias, assim como das situações iniciais, finais e recorrentes, cada célula foi então identificada como pertencente à classe *urbano*, *periurbano 1*, *periurbano 2* e *rural* (Figura 2), considerando o reagrupamento das situações previamente definido (Figura 1).

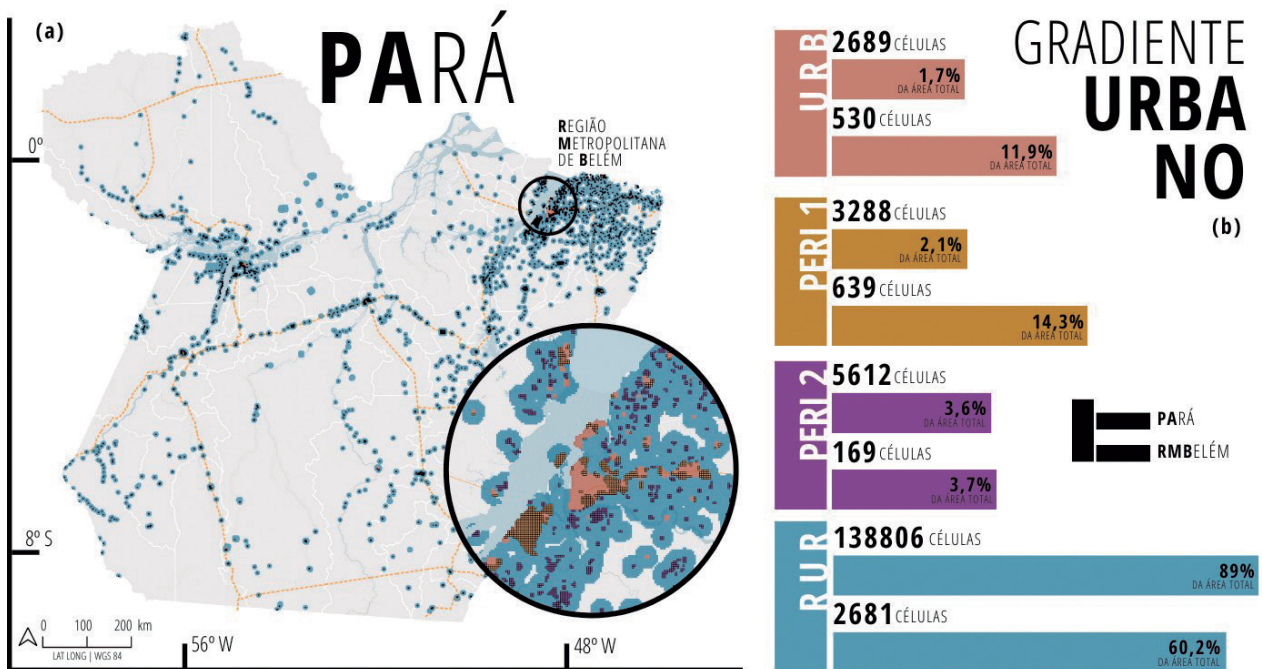
Figura 2 - Critérios para classificação no gradiente urbano considerando as situações e suas trajetórias de evolução.

U R B U R B A N O	Trajetoórias sem transição das situações 1 e 3 ; ou nas quais no mínimo dois anos sejam situações 1, 2 ou 3, sendo o último ano de situação 1 ou 3.
PERI 1 PERIURBANO 1	Trajetoórias sem transição da situação 2 ; ou nas quais no mínimo dois anos sejam situações 1, 2 ou 3, sendo o último ano de situação 2; ou ainda nas quais dois anos sejam situações 5, 6, 7 ou 8, com transição para situação 1, 2 ou 3 no último ano.
PERI 2 PERIURBANO 2	Trajetoórias sem transição das situações 5 e 7 ; ou nas quais no mínimo dois anos sejam situações 5, 6, 7 ou 8, sendo o último ano de situação 5 ou 7; ou ainda nas quais dois anos sejam situações 1, 2 ou 3, com transição para situação 5, 6, 7 ou 8 no último ano.
R U R R U R A L	Trajetoórias sem transição das situações 6 e 8 ; ou nas quais no mínimo dois anos sejam situações 5, 6, 7 ou 8, sendo o último ano de situação 6 ou 8.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De modo geral, os resultados para o estado do Pará e para a Região Metropolitana de Belém (RMB) destacaram a significativa participação do *periurbano 1* e *periurbano 2* em relação à classe *urbano* (Figura 3b). Este resultado indica o potencial em área do periurbano na Amazônia paraense em ambas as escalas de análise.

Figura 3 - Resultado do gradiente urbano para o estado do Pará e Região Metropolitana de Belém.



O resultado específico para o estado do Pará mostrou que, depois do *rural*, o *periurbano 2* se destaca em relação às demais tipologias (Figura 3b), indicando a forte presença de áreas com processo de urbanização menos consolidado, com áreas pouco adensadas e espaços com possibilidade de exercício concomitante das funções de habitar e produzir. Em relação a RMB, diferente do observado para o estado, é possível notar a maior participação do *periurbano 1* (Figura 3b), tipologia representativa de arranjos territoriais com processo de urbanização pouco consolidado que serve, prioritariamente, de área de expansão urbana.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do gradiente urbano possibilitou ampliar a interpretação das classes de situação do Censo, contribuindo no reconhecimento espacial do periurbano amazônico no contexto do estado do Pará - bem mais extenso do que o *urbano* em ambas as escalas de análise. Os resultados observados para o estado do Pará e para a RMB apresentaram semelhanças e particularidades, indicando os diferentes arranjos territoriais que se revelam com a mudança de escala de análise, assim como a importância de buscar compreender a evolução e configuração da urbanização da Amazônia a partir de abordagens capazes de detectar, sem hierarquizar, diferentes trajetórias.

5. PALAVRAS-CHAVE

Urbanização na Amazônia; Periurbano amazônico; Gradiente Urbano.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GOMES, T. V. et al. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. Cadernos Metrôpole, v. 19, p. 891-918, 2017.
- CARDOSO, A. C. D. Que contribuições virão da Amazônia brasileira para o urbanismo do século XXI? Thésis, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 36-53, 2021a.
- CARDOSO, A. C. D. A Trama dos Povos da Floresta: Amazônia para além do verde. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 28, n. 3, p. 57-87, 2021b.

CARDOSO, A. C. D.; CARDOSO, C. L. ATLAS (E GLOSSÁRIO) DE ESTRUTURAS HÍBRIDAS PRODUZIDAS PELA URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA ORIENTAL. DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, v. 3, n. Especial, 2022.

IBGE. Malha de Setores Censitários de 2000. 2000. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?edicao=26573>>. Acesso em Junho de 2023.

IBGE. Malha de Setores Censitários de 2010. 2010. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?edicao=26589>>. Acesso em Junho de 2023.

IBGE. Malha de Setores Censitários de 2021. 2021. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?edicao=35544>>. Acesso em Junho de 2023.

VICENTE, L. R. O espaço periurbano de Belém (PA) entre transformações, resistências e re-existências. Orientadora: Ana Cláudia Duarte Cardoso. 2022. 182 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

PRODUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL A PARTIR DA MORADIA, NO LOTEAMENTO FLORESTA PARK ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2020 NA CIDADE DE ANANINDEUA-PA

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Adriana Bezerra Miranda¹

1. INTRODUÇÃO

No presente estudo exposto, iremos desenvolver algumas questões da produção de moradia, em especial para a população de menor renda, sendo de fato um problema que atinge a maioria da população brasileira, que vive em espaços não planejados, onde se estabelecem a desigualdade e a segregação socioespacial de moradia, com ausência de políticas públicas, espaço desordenadamente construído, como falta de saneamento básico e água encanada. Abordaremos a desigualdade e a segregação socioespacial, mostrando como os espaços ocupados sem planejamento, são marginalizados pela sua formação do conjunto construído. Essa dominação se estende para a população e a questão da moradia recebe influências.

Com intuito de discutir sobre a produção de moradia, o presente estudo tem como questões a responder como ocorreu a formação do loteamento no contexto da formação da cidade de Ananindeua, de que forma vem se dando a produção de moradia no loteamento e quais as condições socioespaciais de moradias no loteamento.

Diante das problemáticas levantadas, a pesquisa possui objetivos que visam obter uma melhor compreensão acerca delas. Ela irá focar-se em um ambiente onde acontece a produção do espaço, com o objetivo de entender como ocorre a produção de moradia, tendo como base as questões sociais no loteamento Floresta Park, levando em conta que o loteamento foi um dos primeiros espaços a serem formados no município de Ananindeua, às margens da BR 316, podemos afirmar que há uma bagagem considerada para o estudo proposto. Com os objetivos específicos, o trabalho busca identificar como a desigualdade socioespacial vem afetando os moradores do loteamento, e discutir a produção do espaço como fator determinante para a condição de moradia no loteamento.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho utiliza-se do materialismo histórico e dialético para fazer da pesquisa bibliográfica que, de acordo com Gil (2010, p.29-31), é elaborada com base em materiais já publicados. A pesquisa, também, é do tipo qualitativo, pois segundo Vieira e Zouain (2005) afirmam que “a pesquisa qualitativa vem a atribuir uma importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles”. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é essencial para esse estudo, pois visa compreender os indivíduos socialmente.

A metodologia aplicada para esse estudo teve como base a pesquisa de campo que, segundo Gonçalves (2001, p.67), a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa com pretensão de buscar a informação diretamente com a população que fará parte da pesquisa. Esse método exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto

¹ Graduada em Geografia bacharelado, Universidade Federal do Pará-UFPa, e-mail; adriaannabezerra0627@gmail.com

de informações através de levantamento de dados podendo ser por meio de entrevistas ou questionários a serem documentadas.

Para esse trabalho, se fez necessária a aplicação de questionário devidamente elaborado, com perguntas estruturadas, com intuito de responder às questões/problemas da pesquisa.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

3. Resultados e Discussão

Apresentaremos os resultados e algumas discussões obtidas a partir dos questionários e entrevistas semiestruturadas aplicadas durante a pesquisa, referentes a produção de moradia no loteamento Floresta Park, localizado na cidade de Ananindeua.

Primeiramente, identificamos que, dos 25 entrevistados, a maior parte tem entre 40 a 60 anos, o estado civil está entre casados ou união estável, apenas um dos entrevistados não possui o ensino médio completo e somente 2 completaram o ensino superior. Esses dados são interessantes para termos uma base sobre o perfil de cada morador que reside no loteamento Floresta Park.

Os moradores que residem no loteamento vieram de outras localidades, especificamente do interior do Pará ou da região nordeste, principalmente do estado do Maranhão a procura de empregos melhores. Acerca da produção das moradias, 24 delas estão em processo de construção, ou seja, mesmo que já estejam residindo nelas, elas ainda não estão 100% finalizadas, com exceção de uma apenas. Isso ocorre por vários fatores, o principal é por falta de condições financeiras. Os questionários também tiveram, como pergunta, o tempo que os moradores residem no loteamento e os anos que as moradias estão em construção, para uma melhor compreensão foi proposto um gráfico com os dados obtidos.

Todas as casas são próprias de seus proprietários, de alvenaria, e nenhum deles obteve algum tipo de auxílio do governo para as conseguir, sendo a maioria compradas com seus próprios fundos. No caso da saúde pública, os moradores criticam a falta de acesso no loteamento. Eles explicam que para ter algum acesso a consultas ou exames, na maioria das vezes, o deslocamento é a pé ou de bicicleta, percorrendo mais de 1 km para se consultar em outro bairro. Os moradores também relatam que, se precisarem de uma urgência e emergência, precisam recorrer a UPA da cidade nova ou do Distrito Industrial, que se localizam muito distante do loteamento.

Por conta da distância do loteamento para o centro de comércio de Ananindeua, muitos moradores têm a vontade de se mudar para outra localidade que tenha supermercados, lojas, drogarias de fácil acesso, além da falta de emprego.

A insegurança também é vista como um dos fatores determinantes para alguns moradores que residem há muitos anos no loteamento se mudarem, pelos constantes assaltos dentro do loteamento. Todavia, segundo os moradores, eles são cometidos por pessoas oriundas de outros bairros, principalmente após o início das obras de macrodrenagem e revitalização do canal Maguari Açu, pois antes o acesso ao loteamento era mais limitado.

Outro acontecimento ocorre, devido ao baixo orçamento dos moradores da margem social, onde sua moradia é a na periferia, local onde vive a população mais pobre da capital, de forma infra irregular, sem saneamento básico ou um ajuste do terreno, sejam de conjuntos habitacionais segregados (minha casa, minha vida), seja em invasões sem o aval do Estado. (CAMPOS, 2016, p. 206).

Dessa forma, a maioria dos moradores não acabaram de fazer suas casas e, passados mais de 20 anos que o loteamento foi habitado, é comum ver moradias inacabadas.

A respeito dos aspectos relativos à percepção dos moradores sobre o loteamento, foram levantados os dados sobre o que estes consideram como características positivas e negativas do residencial. Nesse sentido, há um fator que apresenta preponderância em relação aos outros: mesmo as moradias estando de formas precárias ou desigual para a maioria da população residente, os moradores vivem em casa própria,

que foi apontado várias vezes por eles como o principal aspecto positivo do local. Em segundo lugar aparece a tranquilidade do bairro e a boa vizinhança relatada por eles.

Com relação aos aspectos negativos, é possível observar que a infraestrutura geral do bairro é o seu grande problema, já que foram apontados como aspectos negativos o estado de conservação das ruas, a infraestrutura, de forma geral, e os problemas com a rede de esgoto. Além disso, a provisão e ineficiência dos serviços e equipamentos públicos também desagrada a população, como o transporte público e a insegurança.

O processo de produção de moradia ocorre de forma espontânea no loteamento Floresta Park através de moradias autoconstruídas, que são feitas pelos próprios moradores. Segundo Silvestre e Cardoso (2013), no Brasil, 70% da provisão habitacional é realizada através da autoconstrução não assistida, processo pelo qual as próprias pessoas constroem suas casas sem auxílio de técnicos com formação na área, tomando suas próprias decisões projetuais. Com isso, elas utilizam seus recursos financeiros para a compra de material e contratação de mão de obra sem qualificação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado buscou compreender como ocorre a produção de moradia no loteamento Floresta Park, no município de Ananindeua, tendo como base a desigualdade socioespacial e segregação, tendo em vista que os espaços ocupados por grande parte da população, para a construção de moradia, acaba se tornando um grupo social desfavorecido e marginalizado, considerado que vivem em condições precárias, com ausência de infraestrutura, planejamento urbano, saúde pública de qualidade, sem transporte público eficiente. Juntamente com isso, a pesquisa visa entender a formação dessas áreas de ocupação e quais são as condições socioespaciais vivenciadas pela população. Por conseguinte, nos resultados adquiridos se constatou que, a produção de moradia no loteamento se inicia com a compra de terrenos de baixos valores por serem em uma área de ocupação irregular e, ao longo dos anos, se torna um problema para a população, pois a falta de recursos financeiros impede o término das construções. Com isso, as moradias ficam com valores baixos no mercado imobiliário, impossibilitando a aquisição de outra moradia fora do loteamento, gerando a conformidade em continuar no mesmo lugar.

Diante dos resultados apresentados, se faz necessário apontar que os espaços a que são acometidos os moradores urbanos, devido a “ausência” do estado enquanto provedor de serviços públicos a uma grande parcela dessa população, e a falta de empregos e os rendimentos baixos, ocasionam a precariedade das moradias e a piora na qualidade de vida da população dos centros urbanos.

5. PALAVRAS-CHAVE

Moradia, Segregação, Desigualdade socioespacial

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, R. L. **Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais**. Cidades, v.4, n.6, p.62-72, 2007

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP> Alinea, 2001.

MOTTA, L. **A Questão da Habitação no Brasil: Políticas Públicas, Conflitos Urbanos e o Direito à Cidade**. Disponível em: . Acesso em: 10 junho. 2016.

SILVESTRE, M. G.; CARDOSO, L. R. A. **Assistência técnica para melhoria habitacional**. Arquitextos, São Paulo, ano 14, n. 157.00, Vitruvius, jun. 2013. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2013.

ESPACIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NA VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ NA VIGÊNCIA DO DIRETÓRIO POMBALINO

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Laís Cristiane Martins Freitas¹
Daguinete Maria Chaves Brito²
Emmanuel Raimundo Costa Santos³

INTRODUÇÃO

A Vila de São José de Macapá constituiu um epicentro das relações socioterritoriais articuladas na Província do Grão-Pará, no século XVIII, expandindo sua importância geohistórica para a formação da rede urbana colonial. Os investimentos e adaptações estruturais realizadas na povoação colonial sinalizaram o controle da metrópole portuguesa em assegurar e administrar suas possessões além-mar mesmo diante dos desafios geográficos e econômicos encontrados na Costa Setentrional que enfatizaram amplos desafios para a arrematamento da mão de obra indígena e africana para o desenvolvimento da agricultura comercial na Foz do Amazonas.

Com base nisso este trabalho deriva da dissertação de mestrado intitulada “Espaço, Espacialidades e Trabalho na Vila de São José de Macapá no contexto do Diretório Pombalino” defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amapá (Unifap). O objeto de estudo é a geohistória da Vila de São José de Macapá a partir da implementação e do funcionamento da legislação do Diretório dos Índios (1757-1798). O objetivo geral é analisar a dinâmica socioterritorial e socioeconômica da Macapá colonial na vigência do Diretório Pombalino a partir da análise documental do século XVIII. Como objetivos específicos adotados, no primeiro se buscou identificar nas narrativas documentais o cerne das relações socioterritoriais que enfatizam a geografia histórica no processo de formação da Vila de Macapá e como segundo objetivo específico, analisar as vivências dos sujeitos históricos (portugueses, indígenas e africanos) como agentes importantes na construção das espacialidades da Vila de São José de Macapá e respectivamente da geohistória da Amazônia brasileira.

2. METODOLOGIA

O referido estudo concentra como metodologia a análise bibliográfica e documental (correspondências coloniais do século XVIII) que identificam a montagem de estruturas, fixos e fluxos econômicos ressaltando uma ampla economia regional baseada no extrativismo vegetal (drogas do sertão) e o cultivo de arroz características que apontam a dinâmica socioterritorial de ocupação na Amazônia brasileira e no Estado do Amapá a partir da introdução da agricultura comercial na povoação colonial na Foz do Amazonas.

¹ Licenciada em História e Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: martinslais3@gmail.com

² Doutora e Professora do Curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: dagnete@uol.com.br

³ Doutor e Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail:emmanuel@unifap.br

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O sistema do Diretório Pombalino articulou inúmeras ações que visavam a integração dos povos indígenas a partir dos moldes do trabalho, desarticulando os modos de vida locais, no entanto, as correspondências coloniais demonstram a criação de estratégias e rotas de fugas para resistir ao avanço colonial português na região recriando os espaços e viabilizando novos espacialidades. A Vila de Macapá é um exemplo da justaposição de espacialidades movida pelas ações de portugueses, indígenas e africanos (tráfico interprovincial), o que expandiu sua importância geohistórica representada nos mapas temáticos elaborados a partir da leitura e análise dos documentos coloniais.

A montagem da povoação de Macapá localizada nas terras do Cabo Norte introjetou de vez os objetivos de ocupação e povoamento para a região que durante séculos esteve sob administração dos missionários mediante o Regimento das Missões, essa legislação predominou por longos períodos nas colônias da América Portuguesa. Sua permanência nos aldeamentos indígenas movimentou uma ampla economia colonial e uma rede de autoridades e representantes da Coroa Portuguesa para a Província do Grão-Pará que contabilizou grandes investimentos e várias experiências atreladas ao serviço real tornaram possíveis interpretar a Vila de São José de Macapá como um campo nodal da junção de sistemas de ocupação e de administração colonial favorecida pela sua localização estratégica e singular composta intermitentemente pela movimentação de vários grupos sociais (MARIN, 2003; GOMES, 2003).

Os desdobramentos da história do espaço urbano colonial a partir da estruturação da Vila de São José de Macapá (1758), pontuam a mesclagem dos modelos de organização projetados e articulados para a povoação de Macapá. A estagnação da economia colonial por longos períodos na povoação de Macapá não difundiu apenas as dificuldades em promover a agricultura comercial, mas igualmente foi a mola propulsora para que as autoridades coloniais reconhecessem as debilidades e os desafios do desenvolvimento da economia agrária na Costa Setentrional, destarte, esse entendimento revela que a montagem de uma estrutura nessa região realçou os percalços e as possibilidades da distribuição espacial que remeteu muitas vezes a adaptação e improvisação para a montagem de uma estrutura econômica (MARIN, 1999).

A documentação colonial produzida no século XVIII pelas autoridades portuguesas identificam os processos de estruturação da povoação de Macapá que dependia administrativamente do Estado do Grão-Pará para a organização interna da vila, essa dependência administrativa é uma característica elementar para entender como a administração colonial manteve-se por longos períodos influenciando as decisões internas relacionadas a produção, circulação de gêneros alimentícios e mesmo a montagem de estruturas para reforçar a segurança territorial (MARIN, 1999). A experiência na Vila de Macapá é caracterizada por um contraste de estruturas econômicas sobrepostas que atravessaram o tempo e as várias oscilações no abastecimento interno na vila, sob essa perspectiva, a Vila de Macapá não é um caso isolado da administração colonial portuguesa, mas uma experiência e referência acrescida pela inclinação e justaposição de relações econômicas e de poder materializadas em suas espacialidades.

Os efeitos do sistema do Diretório Pombalino estiveram presentes em toda as estruturas montadas na Vila de São José de Macapá, considera-se relevante que nos documentos coloniais imprimam experiências concretas da magnitude da administração e fiscalização colonial sobre os espaços de reprodução lusitana. O afloramento dessas experiências é manifestado pela incorporação de técnicas agrícolas, todavia, a autossuficiência esperada nas primeiras décadas não esteve no conjunto das vantagens iniciais no norte do Estado do Grão-Pará. a Vila de São José de Macapá foi montada depauperada de recursos, inclusive a chegada dos primeiros colonos açorianos demonstra a debilidade financeira no transporte das famílias para o Cabo Norte, outro fator acometido se referiu ao estímulo aos colonos para que desenvolvem a agricultura nas novas terras (RAVENA, 2005).

As povoações coloniais eram expressivas construções do modelo reformista projetado em anos consecutivos da vigência do Diretório Pombalino, gradualmente a elevação dos povoados em vilas coloniais

desencadeou inúmeras transformações nos modos de vida, introjetando novas relações sociais com o espaço que paulatinamente anexava formas e traços portugueses (MALCHER, 1998). Assim, compreende-se que a correlação entre o espaço e os sujeitos foi um fator predominante no século XVIII, a implantação de um modelo de organização inspirado nas ideias iluministas e reformistas vinculou não somente a maneira como as formas de organização passaram a ser articuladas, mas a própria relação com o espaço ocupado foi alterada.

Descrivendo as experiências de colonização na Amazônia Portuguesa, Becker (2005), analisa que os processos não se esgotaram apenas na transformação natural do espaço geográfico colonial, progressivamente os impactos sobre os territórios são marcas visíveis da pressão portuguesa em estabelecer nos espaços coloniais uma estrutura condizente com os objetivos de ocupação e povoamento. Certamente, ao longo do século XVIII essas transformações espaciais são evidenciadas agravadas pela implantação de fixos e redes de abastecimento e comunicação as quais aos poucos foram alteradas em diferentes momentos da experiência colonial (SANTOS, SOUZA, 2022; BECKER, 2005).

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados identificam e demonstram a relevância da geohistória da Vila de São José de Macapá, uma vez que a povoação localizada no norte do Estado do Grão-Pará significou a junção de uma dupla experiência de povoamento e de introdução da agricultura comercial motivada pela inserção da política do diretório pombalino. O trabalho indígena e posteriormente a inserção mão de obra africana se apresentaram como as principais características da sociedade colonial portuguesa, o estudo se orienta a partir do processo de consolidação do projeto pombalino na Amazônia Portuguesa, onde a interface da História e da Geografia no estudo da rede urbana colonial na Vila de São José de Macapá esteve interligada às transformações em todo o Estado do Grão-Pará.

Decerto, as experiências coloniais na porção setentrional do Estado do Grão-Pará concentram uma dinâmica urbana colonial profícua no estudo da geografia histórica na Amazônia Setentrional. Conclui-se que a geografia histórica da Vila de São José de Macapá é uma experiência distinta onde diversas populações construíram espacialidades movidas por interesses e negociações que expandiram a sua importância geohistórica.

5. PALAVRAS-CHAVE

Vila de São José de Macapá. Geohistória. Documentos coloniais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados* 19(53), 2005. p. 71-86.

MALCHER, Renata. *As cidades da Amazônia no século XVIII – Belém, Macapá e Mazagão*. Porto:FAUP/publicações. 2ª edição, 1998.

MARIN, R. E A. Prosperidade e Estagnação de Macapá Colonial: as experiências dos colonos. In. *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)* /Flávio dos Santos Gomes (organizador). Maria Fernanda B. Bicalho (et al.]. – Belém: Editora Universitária/UFGA, 1999,p. 33-62.

MARIN, Rosa E. GOMES, Flávio dos Santos. Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (séculos XVII e XVIII). *Revista de História (USP)*, nº 149, dezembro, 2003, p. 69-107.

RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. *Novos Cadernos NAEA*, v. 8, n.2. Dez., 2005, p. 125-149.

SANTOS, Emmanuel. R. C; SOUZA, Diego. A. S. Vilas, Circulação e Espaços Produtivos nas Terras do Cabo Norte. *GEO UERJ*, Rio de Janeiro, n.40, e64995, 2022.

CONFIGURAÇÕES DA GEO-HISTÓRIA NO TRANSPORTE COLETIVO PERIURBANO: FACES E CONSOLIDAÇÕES OPERACIONAIS NO PAE EIXO FORTE, SANTARÉM - PA

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Gabriel Augusto Nogueira dos Santos¹

INTRODUÇÃO

A organização do sistema de transportes de passageiros obedece a diversas configurações associadas ao poder concedente, em uma relação ao mesmo tempo conflituosa, ao mesmo tempo pacífica em um jogo de interesses. Nesse sentido, o transporte é considerado como um dos principais ou o principal alicerce acerca das configurações espaciais, na manifestação de alterações desse espaço e suas interações na dicotomia entre urbano e rural, conforme destaca Lemos (2020) ou até mesmo, nas relações do ir e vir do passageiro, quanto na questão do escoamento da produção e do favorecimento do turismo.

Dentro desse processo, a atuação empresarial em áreas específicas, podem ser caracterizadas em formas de concorrências, surgimento de monopólios ou até uma configuração “informal”, como é o caso dos alternativos, tornam o processo de operacionalização do transporte coletivo como algo complexo. A partir disso, o elemento transporte coletivo ganha as faces de um direito social, mas que aparece como um elemento mercadológico que impulsiona disputas e uma necessidade de rigor.

O trabalho em questão, procura discutir sobre a ótica da geo-história, a formação operacional do transporte no Projeto Agroextrativista Eixo Forte (PAE Eixo Forte), localizado na região oeste do Pará, no município de Santarém. Com cerca de 20 (vinte) comunidades, tem como especificidade, o analisar da formação empresarial de empresas ao longo da história na região e compreender esses processos sob a ótica do capital, que engloba também uma perspectiva do materialismo histórico-dialético.

METODOLOGIA

Traz-se como aspectos metodológicos, as seguintes formas: o primeiro, que é o método de interpretação, baseados na perspectiva do materialismo histórico-dialético, a partir das contraposições da sociedade. Em primeiro momento, traz-se Santos (2004, 2008) como elemento de discussão relacionado as novas formas espaciais e aos circuitos da economia, tanto superior, quanto inferior, onde traz uma questão que as mudanças espaciais podem orientar novas configurações.

Já o método de análise, é relacionado em uma perspectiva qualitativa, a partir da questão de observação participante e um levantamento documental sobre as configurações do transporte da região. Nesse sentido, foi pensado além do levantamento bibliográfico sobre a temática, a questão documental de notícias, dados oficiais da Secretaria de Transporte e a observação participante no mapeamento de itinerários e entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores do transporte coletivo na área de estudo.

¹ Bacharel e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas, Tecnólogo em Logística pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí, Especialista MBA em Gestão de Instituições Públicas e Especialista em Educação de Jovens e Adultos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Atualmente é doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará e Graduando em Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. E-mail: nogueira.gabriel01@gmail.com.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É importante a contextualização da formação do PAE Eixo Forte nos seguintes momentos: a primeira, relacionada com a criação do movimento em prol da região e a projeto de assentamento. Segundo Thomas (2010), Gomes (2017) e Silva (2019), os movimentos sociais em prol da área surgiram por volta dos anos 1980, impulsionados pela Igreja Católica e tem uma forte organização associada as características da extração e da agricultura familiar, onde posteriormente transformou-se em 2003, como Projeto Agroextrativista.

Além disso, é importante destacar esse processo histórico, outrora relacionado com a então “região de Alter do Chão”, uma formação e característica própria na organização associativa e cooperativa nas questões dos movimentos sociais, ainda existentes nos dias atuais. Já o segundo momento, englobam as fases do transporte coletivo, isto é, a operação de empresas, a construção e posterior asfaltamento da rodovia PA-457 (Rodovia Everaldo Martins), que contribuiu em partes para as disputas operacionais e surgimento de monopólios, apesar da sua característica vincular-se a uma configuração periurbana ou rururbana.

Na trajetória geo-histórica, é importante destacar o termo empresa, onde Lemos (2020), destaca uma trajetória de pequenos empresários em áreas específicas e condições precárias. No entanto, a configuração do transporte na região da Eixo Forte e Alter do Chão, já há a presença de empresas consolidadas. Na primeira fase, podemos destacar a existência da empresa Transportes Alter do Chão, empresa dissidente da antiga Pérola do Tapajós, esta de cunho urbano e interdistrital, na configuração operacional da linha, que perdura até meados do início dos anos 2000.

Um fator interessante na trajetória e disputa operacional, engloba a presença de um agente empresarial de fora da cidade de Santarém, neste caso, a Perpétuo Socorro, empresa cuja matriz era localizada em Belém do Pará, mas continha na sua filial, presença acionária de empresários locais. Podemos associar nesse sentido, duas questões: a primeira, vinculada as tipologias empresarias, que é um conceito debatido por Henry (1999), onde a Perpétuo Socorro pode se destacar como uma empresa hegemônica, enquanto que a Transportes Alter do Chão, ainda tinha um cunho familiar e local.

Posteriormente, a partir do ano de 1996, a empresa com sede em Belém, passou a ter uma característica monopolizante na região da Eixo Forte, com a consolidação operacional nas comunidades de Cururunã, Santa Maria, Pajuçara, enquanto que a segunda continuava apenas na linha distrital da Vila de Alter do Chão, em que chegou até a uma operação com carros padrão rodoviário e com tarifas diferenciadas, características principais do transporte periurbano.

É importante salientar, que por o sistema de Santarém ser caracterizado por concessões precarizadas, conforme destaca Santos (2022), as trocas operacionais envolviam basicamente ou a compra e venda de ativos dos itinerários por parte das empresas ou pela determinação do órgão gestor, como foi o caso da Viação Borges, empresa local que teve uma participação por quase 10 anos na região, sendo retirada da mesma por pressão comunitária e determinação do órgão gestor.

Nesse sentido, as dinâmicas de organização social em prol de um transporte de qualidade, é refletir sobre a ótica do transporte enquanto direito social e relacionado com as dinâmicas do ir e vir e da economia das comunidades. Acompanhados nesse trajeto, destaca-se a questão mercadológica, que faz frente a consolidação monopolística do transporte, como é o caso da empresa Eixo Forte Transportes Urbanos, criada a partir de uma dissidência operacional da Perpétuo Socorro, contando com veículos e as linhas já citadas anteriormente.

Caracterizada como uma terceira fase, que perdura até a atualidade, a atuação da empresa citada engloba desde uma garagem localizada em uma das comunidades, destaca como uma forma de consolidação operacional, a partir da territorialização e posteriormente, monopolização do transporte. Ainda que a empresa tenha uma característica de operação local, a mesma no cenário atual, pode ser caracterizada como Hegemônica e Evolutiva, pela questão de frota e principalmente, pelas características de expansão.

O cenário em questão, traz o diferencial do que é o transporte na sua gênese, caracterizada pelas vinculações aos cenários urbanos ou impulsionadas por vetores locais, como é o caso de dissidências

operacionais, mudanças configuracionais, que se relacionam com formas, objetos que é o Projeto de Assentamento e principalmente, a dicotomia mercado x social.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda não são conclusões, nem considerações finais, mas sim parciais de uma pesquisa em andamento. A questão do transporte no PAE Eixo Forte, englobam desde o transporte como vetor de desenvolvimento, quanto a consolidação empresarial em busca de lucratividade, onde muitas das vezes, a sociedade por si só não faz presente nos poderes de decisão.

É interessante destacar a questão política e social dentro do PAE Eixo Forte como elemento consolidador das atuações empresariais, ainda que a relação com os órgãos gestores sejam controversas, tanto com os moradores, tanto com os agentes empresariais. O debate nesse sentido, pode ser pensado a partir de uma política pública participante, em que engloba os diversos elementos da sociedade. Portanto, o debate iniciado sobre transporte coletivo no Projeto Agroextrativista ainda demanda maiores relações, associados a questão do transporte periurbano e o que é o conceito de periurbano aplicados na região Amazônica.

PALAVRAS-CHAVE

Periurbano, Transporte Coletivo, Santarém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Taynara do Vale. **Santarém: uma articulação possível entre urbanização e natureza**. 2017. 114f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém.

HENRY, Etienne. **OnibuCad, cadastramento tipológico e dinâmica de escala da viação**. In: BRASILEIRO, Anísio. HENRY, Etienne (Org.). *Viação Ilimitada: Ônibus das Cidades Brasileiras*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999, p.233-282.

LEMONS, João Henrique Zoehler. **Por uma geo-história do transporte rodoviário de passageiros: contextos de operação na região Oeste de Santa Catarina**. Revista Transporte Y Territorio, p. 288-319, 2020.

SANTOS, Gabriel Augusto Nogueira dos. **Entre idas e vindas: dinâmicas do transporte coletivo na área metropolitana de Santarém - PA**. 2022. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2004, 384p.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2008, 433 p.

SILVA, Valdecy dos Anjos da. **Projeto de assentamento agroextrativista Eixo Forte em Santarém-PA: cenários dinâmicos de um assentamento diferenciado**. 149 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém.

THOMAS, Shaji. **Educação Ambiental Participativa na Promoção da Cidadania: experiência das comunidades urbanas do Eixo Forte na cidade de Santarém-PA**. 2010. 117f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Universidade da Amazônia, Belém.



3

Simpósio
Internacional

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

GT 01 • Sessão 2

REFLEXÕES INICIAIS SOBRE O CAPITALISMO DE DESASTRE

GT01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*Carla Maria Peixoto Pereira¹
Mozart Victor Ramos Silveira²*

1. INTRODUÇÃO

Objetiva-se, neste resumo expandido, apresentar reflexões iniciais sobre a noção de capitalismo de desastre. Nos últimos trinta anos, tem-se verificado um aumento na ocorrência de desastres no Brasil. Segundo o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, no período de 1991 a 2022, se teve mais de 62 mil ocorrências de desastres naturais no Brasil, o que desalojou e desabrigou em torno de 9 milhões de pessoas, ocasionou 4.728 óbitos e causou um prejuízo total de um pouco mais de 502 bilhões de reais (BRASIL, 2023). Este Atlas não inclui o que se considera enquanto desastres tecnológicos, como, por exemplo, os que ocorreram nos municípios de Mariana e Brumadinho, no estado de Minas Gerais e os que tem ocorrido rotineiramente no município de Barcarena, no estado do Pará, os quais a sistematização de pesquisas científicas demonstram ter ultrapassado trinta ocorrências no mesmo período mencionado acima (Maia, 2017; Pará, 2018; Hazeu *et al.*, 2019; Steinbrenner *et al.*, 2020 e Hazeu e Costa, 2022). Neste contexto, formulou-se a seguinte questão norteadora: “Quais são as principais características do capitalismo de desastre?”. A discussão justifica-se pela importância da análise desta relação, a qual pode vir a se traduzir em políticas públicas de moradia, saneamento básico, saúde etc. A partir da questão norteadora e o objetivo geral delineados, estabelece-se como objetivos específicos a apresentação teórica do capitalismo de desastre, para, ao final, se apresentar a discussão proposta.

2. METODOLOGIA

A pesquisa tem natureza qualitativa, elegendo-se como técnicas a pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura sobre as principais temáticas, e uso de dados secundários.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O capital vê a natureza como uma reserva de valores de usos potenciais na produção e realização de valores das mercadorias. Esses usos potenciais podem ser por meio de processos e coisas, apoiando-se no uso direto ou indireto da tecnologia. A natureza é repartida dentro do conceito jurídico de propriedade privada delineado pelo estado, implicando na limitação e cercamento do bem ambiental, que em muitas culturas, é um bem comum. Existe, desse modo, uma decomposição da natureza pelo capital e uma recomposição dela em mercadoria e direitos de propriedade, que é reforçada pela noção de responsabilidade ambiental corporativa, o que auxilia em uma monetização da natureza compatível com o discurso ecológico. Daí advém a ideia de capitalismo de desastre sob a luz da realidade amazônica, a qual, indiscutivelmente, é, para o capital, espaço de grande reserva de valor de uso potencial na produção e realização de valores de mercadoria, o que explica “[...] o manto da responsabilidade ambiental como fundamento legítimo do ambientalismo das grandes empresas do futuro [...]”, bem como o aumento “[...] do domínio das regras

¹ Mestra em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, Naea/Ufpa, carla_peixoto@hotmail.com.

² Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Naea/Ufpa, mozart.silveira@ufpa.br

que regem a relação metabólica do capital com a natureza nos discursos públicos e na política *tout court*” (HARVEY, 2016, não paginado).

Oliver-Smith, estudioso de desastres em países do sul global, propõe que o desastre é um evento que combina agentes destrutivos e uma população vulnerável, que interrompe as necessidades básicas sociais, físicas e simbólicas da estrutura social da comunidade (OLIVER-SMITH, 2020; PERRY, 2007). Logo, na mesma conjuntura, deve existir uma população humana e um agente potencial destruidor, que são mutuamente constitutivos e embutidos nos sistemas naturais e sociais dos processos que acontecem localmente. Por conta disso, Oliver-Smith defende que não existe uma definição estrita do que é desastre, mas um conjunto de características que, quando verificadas na mesma conjuntura, caracteriza a ocorrência do desastre (OLIVER-SMITH, 2020). O desastre pode revelar as relações das estruturas sociais e econômicas de uma comunidade, suas relações sociais e ambientais externas, a natureza adaptativa pós-desastre da comunidade e como o conhecimento adquirido com esse evento pode ajudar a reduzir o dano e a vulnerabilidade da comunidade. A fonte do risco atualmente ultrapassa a natureza e se encontra na sinergia da degradação e vulnerabilidade ao risco que é exacerbado por forças políticas, econômicas e sociais. Portanto, para Oliver-Smith (2020, p. 29), “*A disaster is made inevitable by the historically produced pattern of vulnerability, evidenced in the location, infrastructure, sociopolitical structure, production patterns, and ideology, that characterizes a society*”³. Esses padrões são criados a partir da produção da vida material, emergindo das relações sociais com a natureza e com a institucionalização dessas relações.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto, crê-se que não há dúvidas de que vivenciando o ônus recorrente dos desastres, que são frutos da intervenção humana no ambiente e da ganância inerente ao sistema capitalista, o qual demanda tempos de giro cada vez menores e de recuperação de crises (criada pelo próprio sistema) cada vez mais rápida, o que muitas vezes resulta na compreensão de que a redução de custos, inclusive nas questões relacionadas a segurança da atividade econômica, é o caminho a se seguir para dar conta das exigências utilitaristas estabelecidas pelo mercado, cuja mão é dada ao Estado no momento de socializar o prejuízo. A perspectiva teórica dos desastres, cujos estudos iniciaram há pouco menos de cem anos, já demonstra a importância de compreensão desse fenômeno para a sociedade, bem como na construção de estratégias para lidar com a fase de pós-desastres e com os impactos negativos que são, muitas vezes, duradouros em múltiplos âmbitos, como o ambiental e até mesmo envolvem a memória coletiva do trauma da comunidade atingida. A preocupação com o entendimento do que é desastre e de como ele acontece é tão fundamental para a conservação da vida humana, que não há outro caminho de estudo que não seja a multidisciplinaridade. O Direito, junto da Sociologia, da Antropologia e dos campos de estudo afins, deve buscar, em conjunto com o sistema de justiça multinível, construções de normas jurídicas e conformações de direitos fundamentais que deem suporte as políticas públicas necessárias para evitar a ocorrência dos desastres e que, quando não for possível, possibilitem ações de mitigação e de resiliência no espaço, as quais abranjam de forma ampla todos os afetados e considerem as questões regionais, culturais, de raça e gênero envolvidas.

Neste contexto, o aumento da ocorrência de desastres naturais demonstrado pelos dados do Atlas dos Desastres Naturais no Brasil, conforme apresentado, é indicativo de que o efeito bumerangue dos riscos e incertezas já nos alcançou e continuará nos submetendo à catástrofes, enquanto não houver uma mudança de postura significativa do Estado e da sociedade civil, no sentido de não apenas mitigar as ocorrências e resultados dos desastres, mas modificar o seu modo de vida gradativamente e rapidamente. Outrossim, é

³ Tradução livre da autora: O desastre se torna inevitável por meio da produção histórica de um padrão de vulnerabilidade, evidenciado pela localização, infraestrutura, estrutura sociopolítica, produção de padrões e ideologia que caracteriza uma sociedade.

importante destacar que o Atlas não insere em seu corpo os desastres tecnológicos, que são recorrentes no Brasil, dada a opção por atividades econômicas de alto risco e cujos custos sociais, ambientais e econômicos são também suportados pelo Estado e subsidiados pela sociedade civil, a qual, muitas vezes, não foi consultada, ouvida ou considerada durante a implementação da atividade econômica desastrosa. Logo, os desastres tecnológicos também deveriam ter sua ocorrência registrada pelo Estado brasileiro, já que os entes federativos devem cumprir os planos de resiliência e mitigação previstos no ordenamento jurídico internacional e que estão inseridos dentro do conteúdo jurídico do direito à cidade sustentável, previsto no Estatuto da Cidade. Neste cenário, o capitalismo de desastre já se encontra configurado no Brasil como mais uma faceta de comportamento do sistema capitalista, sendo a ocorrência dos desastres, que deveria sempre ser surpreendente e chocante, já considerada uma normalidade, dada a sua recorrência, como no município de Barcarena/Pa, mencionado anteriormente neste trabalho.

O discurso de crescimento e desenvolvimento econômico, que tem em seu bojo a reprodução a qualquer custo do sistema capitalista, é utilizado também sob o manto de direitos fundamentais, tal como o direito à cidade. Harvey (2014) propõe, o direito à cidade pode ter atribuído a si múltiplos sentidos, a depender de quem discursa, ainda que não siga as balizas teórico-normativas estabelecidas. A implementação das atividades de risco em espaços não vocacionados para tal, mas atraentes para o mercado, por contar com território (nem sempre desocupado), incentivos fiscais, flexibilização das normas trabalhistas e ambientais, particularmente as inseridas na Amazônia oriental, se dá por meio da propaganda de concretização do direito à cidade e de realização de outros direitos, o que, quando confrontado com a construção teórico-normativa deste direito, desmantela integralmente essa perspectiva, que é antípoda.

Deste modo, o capitalismo de desastre, em plena era das catástrofes, corrói ainda mais a perspectiva democrática do direito à cidade, de retomada da vida urbana e do habitar e enquanto direito coletivo que propugna pela gestão coletiva do excedente do capital no espaço, ao mesmo tempo em que também se fortalece ao ser disseminado como algo necessário para que se tenha direitos básicos, como acesso à alimentação e moradia. A nomenclatura direito à cidade tem sido utilizada de forma distorcida para fomentar o capitalismo de desastre e privilegiar o sistema que lucra concomitantemente ao criar o desastre e em sua recuperação. Neste sentido, conclui-se que as implicações do capitalismo de desastre no direito à cidade são absolutamente negativas, fragmentando esse direito que é essencial para o habitar democrático e cujos parâmetros de aplicação judiciais ainda estão sendo estabelecidos.

5. PALAVRAS-CHAVE

Capitalismo; desastre; natureza.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais**. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, 2023. Disponível e: <https://s2id.mi.gov.br/paginas/atlas/>. Acesso em 14 ago. 2023.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Edição *Kindle*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HAZEU, Marcel Theodor.; RODRIGUES, Jaqueline Cruz.; SOUZA, Alex; SENA, Thais. O capital internacional na Amazônia: a exploração do caulim pela empresa Imerys em Barcarena *In: CASTRO, Edna Maria Ramos de; CARMO; Eunápio Dutra do (org.) Dossiê Desastres e Crimes de Mineração em Barcarena: análise crítica de políticas e práticas empresariais da mineração no Pará, Maranhão e Minas Gerais, desregulamentação, violação de direitos e crimes socioambientais*. Belém: NAEA: UFPA, 2019. p.149-168.

HAZEU, Marcel Theodor; COSTA, Solange Gayoso. **Amazônia em Guerra: (re)existência e disputa territorial e Barcarena**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2022.

MAIA, Rosane de Oliveira Martins. **Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de “desenvolvimento”**. Tese (doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

OLIVER-SMITH, Anthony. “What is a disaster?”: anthropological perspectives on a persistent question. *In*: OLIVER-SMITH, A. HOFFMAN, S. **The angry Earth: disaster in anthropological perspective**. 2ª ed. Abingdon; New York: Routledge, 2020. pp. 29-41.

PARÁ. Assembleia Legislativa do estado do Pará (ALEPA). **Danos ambientais na bacia hidrográfica do rio Pará**. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito. 2018b. Disponível em: https://www.alepa.pa.gov.br/midias/midias/135_0445fa8da93940afabc5c36edd7able1.pdf. Acesso em 18 jun. 2023.

PERRY, Ronald W. What is a disaster? *In*: RODRÍGUEZ, H. QUARANTELLI, E.L. DYNES, R.R. **Handbook of disaster research**. New York: Springer, 2007. p.1-16.

STEINBRENNER, Rosane Albino; GUERREIRO NETO, Guilherme; BRAGANÇA, Pedro Loureiro de; CASTRO, Edna Maria Ramos de. Desastre da mineração em Barcarena, Pará e cobertura midiática: diferenças de duração e direcionamentos de escuta. *Revista Eletrônica e Comunicação, Informação e Inovação em Saúde - Recis*, abr.-jun., 14, 2020. p. 307-328. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/145512>. Acesso em 18 jun. 2023.

O ESTADO E O CONFLITO DAS CLASSES SOCIAIS NO PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Mônica Moraes Ribeiro¹
Marcos Felipe Rodrigues de Sousa²
Pedro Neves de Castro³

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as desigualdades entre classes sociais nas cidades e no planejamento urbano brasileiro. Objetiva-se avaliar a atuação do Estado e as institucionalizações da reforma urbana nas últimas décadas. É considerado qualitativamente fontes secundárias na literatura e em documentos, tal como o Estatuto da Cidade. Ainda que os instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade, mediante a mobilização da sociedade civil, tenham alcançado êxitos, como pela função social da propriedade, a sua implementação não foi suficiente para a resolução de problemas urbanos. Um maior acesso à habitação, saneamento, dentre outros aspectos para a qualidade de vida e justiça social para as classes desprivilegiadas, não foram efetivados pelo Estado.

O trabalho traz as seguintes reflexões: quais as problemáticas do planejamento urbano brasileiro em termos de classes sociais? O acesso participativo para as classes trabalhadoras na estrutura do Estado foi eficiente para a redução das desigualdades sociais urbanas? O Estatuto da Cidade conseguiu alcançar êxitos para uma ampliação de direitos? Com isso, o objetivo deste estudo é discutir teoricamente: o papel do Estado, o planejamento urbano brasileiro e as lutas de classes inerentes nesse processo.

2. METODOLOGIA

Objetiva-se analisar a relação do Estado com as classes sociais e o planejamento urbano, delineando uma discussão teórica do planejamento urbano brasileiro, e documental, a partir do Estatuto da Cidade. Através de uma análise crítica, se debate a forma como as classes sociais se manifestam na estrutura do Estado, as suas relações de poder e os seus conflitos no espaço urbano.

Dessa maneira, utilizamos os seguintes aspectos: a descrição temporal do planejamento urbano, como em Villaça (2005), Rolnik (1990) Burnett (2011) e Fernandes (2016). Ademais, das disputas entre as classes sociais através do planejamento, tais como no Plano Diretor e uma discussão sobre o Estatuto da Cidade. Diante de uma pesquisa documental sobre a Lei n.º 10.257, de 10/7/2001 (Estatuto da Cidade), o trabalho pondera seus pressupostos e instrumentos urbanísticos (*E.g.* Plano Diretor, IPTU Progressivo, e Gestão Democrática) para uma ampliação de suas benesses e comedimentos em termos classistas.

A pesquisa se vale de fontes de pesquisas e documentos secundários, seja no uso de produções bibliográficas e do uso documental do Estatuto da Cidade. De maneira qualitativa, é apresentado como resultado uma análise classista sobre a institucionalização de políticas públicas do planejamento urbano.

¹ Doutoranda - PPDSTU/ NAEA (UFPA). Mestra em Ciências Ambientais (UEPA). profa.monica.mr@gmail.com

² Doutorando - PPDSTU/ NAEA (UFPA). Mestre em Ciência Política (UFPA). marcos.sousa@naea.ufpa.br

³ Mestrando - PPDSTU/ NAEA (UFPA). Especialista em Estado, Governo e Democracia (CLACSO). pedronevesdecastro@gmail.com

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço condiciona e reproduz relações de produção e propriedade que contribuem ao conflito de classes e à manutenção de hegemonias. Neste sentido, a cidade ganha forma e reproduz desigualdade social, racial, injustiça ambiental e climática. A cidade reproduz as relações sociais próprias do modo de produção hegemônico e conforma o elemento espacial da formação social. Das lutas de classe revela-se um modo de produção priorizado pelo Estado e seu planejamento em meio a essa formação social específica e diversificada. A chamada *seletividade estratégica* que orienta o *efeito de Estado* (JESSOP, 2017).

Podemos compreender o processo de contradição da luta de classes — que é antagônico enquanto deixa frustrações mediante concessões “ao capital” ou “à classe trabalhadora” — a partir das instituições de planejamento. No que tange estas instituições, levantamos alguns exemplos: Orçamento Participativo municipal, o Plano Diretor Participativo (PDP) das cidades e o Estatuto da Cidade.

Essas formas institucionais não resolvem os conflitos sociais, mas o atualizam sob novas instituições e seletividades estratégicas do Estado que, no bojo desse conflito, dialogam com as estratégias de cada parcela de classe. É certo que essa forma estatal gera um *efeito de Estado* próprio. Esse efeito traz consigo um âmbito pedagógico, pois reproduz a sua *visão hegemônica* e forma organizativa para a sociedade – ou seja, reproduz o modo de produção cuja sua seletividade pretende caminhar.

É notável que os problemas urbanos no Brasil decorrem de um contexto político e econômico que o pontuou na periferia do capitalismo. Os problemas do espaço urbano procederam dessas relações de produção e a estrutura de poder próprias do capitalismo (SOUZA, 2008). Visando superar ou diminuir os problemas urbanos com o ordenamento territorial das cidades, o Estado brasileiro institucionalizou um conjunto de políticas e planejamentos. Porém, esses planejamentos incorporaram um panorama para a manutenção das classes hegemônicas capitalistas, o domínio perante as classes populares, a exclusão social e participativa das classes trabalhadoras ao ordenamento e planejamento das cidades.

O Estatuto da Cidade apresenta importantes instrumentos urbanísticos visando a qualidade de vida e justiça social, tais como uma visão para a gestão democrática e o regulamento da propriedade urbana para um bem coletivo e da sustentabilidade nas cidades (BRASIL, 2001). Todavia, o cumprimento de suas orientações esbarra em limitações: não execução e atendimento do Estatuto em determinados municípios e no caráter ilusório dos PDPs (VILLAÇA, 2005).

O acesso participativo promovido pelo Estatuto da Cidade não foi suficiente para a redução das assimetrias sociais. O ideário reformista do Estado para o urbanismo contribuiu com o fetiche do plano diretor enquanto solvente de problemas sociais históricos (BURNETT, 2011). Além da problemática da não existência de um planejamento urbano em alguns municípios ou da sua não implementação (MARICATTO, 2015), o acesso à Conselhos, audiências públicas, e dentre outros aparatos do Estado, não foram condizentes para a qualidade de vida das classes populares.

Na institucionalidade do Estado é possível que avance reduções das assimetrias entre os marcadores sociais da diferença entre classes. Contudo, apenas com a politização crítica do planejamento urbano, na sua condução pelas classes trabalhadoras, com maior descentralização política, financeira e de poder. Neste sentido, o Estado deve possuir estas condições necessárias para a efetividade dos planos diretores participativos, não apenas com um aprimoramento tecnocrata ou voltado para a racionalidade econômica do mercado.

Dado que o Estado e o espaço urbano comportam uma diversidade de atores, interesses e organizações políticas, apenas um planejamento estratégico não será o suficiente para transformações estruturais (ROLNIK, 1990). A partir dessa concepção ilusória da participação popular nos planos diretores, questiona-se a efetividade dos mesmos.

Porém, é importante ressaltar que embora os instrumentos dos planejamentos urbanos, primordialmente pós-estatuto da cidade, apresentem limitações, não se pode desconsiderar a sua

importância. Isto teria consequências problemáticas: do desejo de se esvaziar o poder estatal no planejamento urbano, em não ocupar estes espaços de representação política e rejeitar as lutas políticas e sociais dos movimentos da reforma urbana desde a ditadura militar.

O conjunto dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade, concentrados no movimento a um desenvolvimento urbano pelo IPTU progressivo no tempo, do direito de preempção, nos instrumentos de regularização fundiária com as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e o uso capião especial do imóvel urbano, são alguns exemplos positivos do legado do Estatuto (MARGUTI; COSTA; GALINDO, 2016).

É fundamental que se reconheça que as desigualdades sociais urbanas entre as classes não são apenas reflexo de uma má execução ou falta de planejamento urbano, porém, são frutos das consequências globalizadas do capitalismo e do seu desenvolvimento. Sendo apenas possível, remediar os seus males, e em alguns casos, não sendo efetivo minimamente para essas condições.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estatuto da Cidade, com as inovações jurídicas e institucionais, não foi acompanhado de outras transformações estruturais na sociedade brasileira (CARVALHO; RODRIGUES, 2016). No Estatuto da Cidade é concedido o direito à cidade, o direito à terra urbana, a moradia, ao transporte, a infraestrutura urbana, ao saneamento ambiental, ao lazer e dentre outros direitos coletivos. Entretanto, ao se observar a realidade dos municípios brasileiros, é perceptível que esse reconhecimento institucional do direito à cidade é oposto ao que se vive no espaço urbano, sendo frequente a negação de direitos e distribuição desigual aos indivíduos (AMANAJÁS; KLUG, 2018).

Apesar do Estatuto da Cidade ter avançado em criar um espaço para a ampliação democrática, a sua efetividade vem sendo restringida, seja pela não execução adequada do plano diretor, quanto pela subordinação a outros interesses distintos ao da classe trabalhadora. Um dos pontos de partida para tentar contornar esses duros obstáculos estão na politização crítica do próprio planejamento, assim como o reconhecimento da desigualdade social e estrutural entre as classes (LEFEBVRE, 2001).

Se conclui que o atual Estatuto da Cidade, embora também seja um instrumento pioneiro como resultado da movimentação e articulação política de grupos como o Movimento da Reforma Urbana, é atualmente insuficiente para resolução dos conflitos das cidades. Porém, como direciona Fernandes (2016), é essencial que se lute pela implementação plena dos seus instrumentos, visando avançar na reforma urbana.

5. PALAVRAS-CHAVE

Estatuto da Cidade. Planejamento Urbano. Classes Sociais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMANAJÁS, R; KLUG, L. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. In: COSTA, M; THADEU, M; FAVARÃO, C. B. **A Nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Brasília: IPEA, 2018. P. 29 – 44.

BRASIL. **Lei Nº 10.257, de 10/7/2001 (Estatuto da Cidade)**. Diário Oficial da União, Seção I (Atos do Poder Legislativo). Edição Nº 133, de 11/7/2001.

BURNETT, F. L. **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista: a fetichização dos planos diretores participativos**. São Paulo: Annablume, 2011. 310 p.

CARVALHO, C. O.; RODRIGUES, R. A. O Estatuto da Cidade e seus 15 Anos: opiniões novas na casa velha. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.37, n. 131, p.53-65, jul/dez. 2016.

FERNANDES, E. Estatuto Da Cidade, Mais De 10 Anos Depois. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 212-233, 11 abr. 2016.

JESSOP, B. **El Estado**: pasado, presente, futuro. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2017. 352 p.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Centauro, 2001. 137 p.

MARGUTI, B.; COSTA, M. A.; GALINDO, E. P. A Trajetória brasileira em busca do direito à cidade. In: COSTA, M. A. **O Estatuto da Cidade e a Habitat III**. Brasília: IPEA, 2016. p.11-25.

MARICATO, E. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, 112 p.

ROLNIK, R. Morar, atuar e viver. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, v.1, n.9, p.1 – 15, jan. 1990.

SOUZA, M. **Mudar a cidade**: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 558 p.

VILLAÇA, F. **As ilusões do Plano Diretor**. São Paulo: Edição do autor; 1º edição, 2005. 95 p.

DISCURSOS E PRÁTICAS EMPRESARIAIS NO AGRONEGÓCIO DO DENDÊ NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU

GT01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Raiane Jéssila dos Santos¹

Rosalva Souza da Silva²

Elielson Pereira da Silva³

INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa utilizado neste resumo é *Greenwashing*: Discursos e Práticas Empresariais no Agronegócio de Óleo de Palma no Município de Tomé-Açu, que se justifica por ser um assunto atual e servir de base para pesquisas em diversos estudos. O fenômeno agora amplamente observado de *greenwashing* ou “maquiagem verde” é caracterizado por estratégias insidiosas de comunicação corporativa destinadas a retratar-se publicamente como defensores ambientais quando na verdade estão fazendo exatamente o oposto. Enquanto muitas empresas se preocupam com o comportamento respeitoso e o cumprimento da legislação vigente, outras preocupam-se apenas em gerar lucros sem se preocuparem com o meio social, ou seja, beneficiam-se do comportamento desrespeitoso e da utilização de práticas de “lavagem ecológica”. Para De Souza (2017), o principal objetivo do *greenwashing* é fazer com que a população acredite que suas ações são ecologicamente corretas, quando na verdade são apenas “maquiagem verde”. Contudo uma investigação documental se fez necessário visando descobrir se há lavagem verde por parte das empresas de dendê em Tomé-Açu, e qual o impacto que isso pode ter na população da microrregião. Além disso, buscará esclarecer se a legislação vigente é implementada de acordo com um modelo de gestão social e ambientalmente responsável, ou se o *greenwashing* é utilizado como prática de marketing para representar negócios ecologicamente corretos, quando na verdade é apenas “maquiagem verde”. É importante considerar que as empresas que aderirem a modelos de gestão social e ambientalmente corretos, sem se envolverem em práticas de *greenwashing*, trarão resultados positivos para a organização e para a sociedade como um todo, e ganharão respeito nos mercados em que atuam.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos foram descritos utilizando ferramentas utilizadas na pesquisa qualitativa, consistiram em estudos bibliográficos e documentais considerando sistemas de busca nos Periódicos Capes, Teses e Dissertações Capes, Bancos de Dados Científicos e repositórios institucionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo do trabalho foi revelar as políticas de comunicação e marketing das empresas de cultivo de dendê que atuam no município de Tomé-Açu, Pa. Vale ressaltar que segundo estatísticas oficiais (2021)

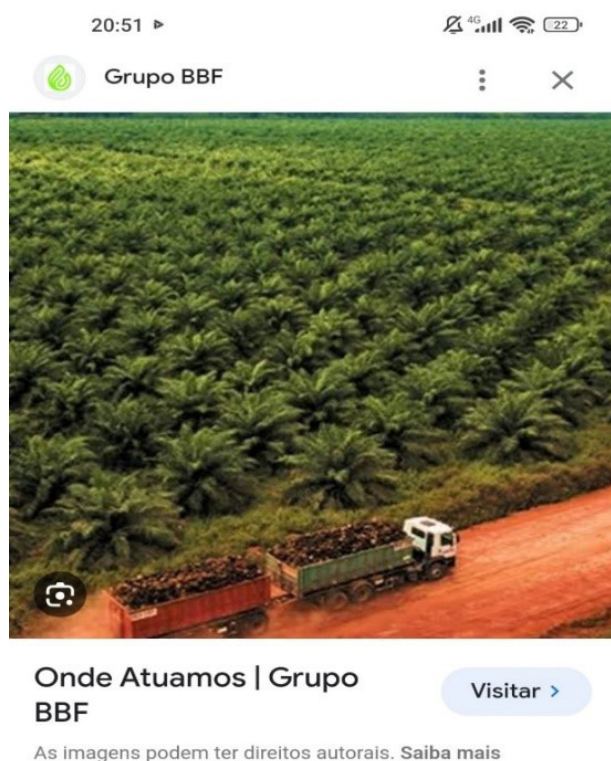
¹ Graduada em Administração pela Universidade Federal Rural da Amazônia

² Graduada em Administração pela Universidade Federal Rural da Amazônia

³ Doutor em Ciências e Desenvolvimento Socioambiental junto ao NAEA/UFPA. Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Tomé-Açu. Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

encontradas no site do IBGE, o município é um dos maiores produtores de óleo de palma do estado do Pará, concentrando a maior área de plantio com produção de 536,7 mil toneladas. Atualmente, o município de Tomé-Açu é centro de duas empresas de óleo de palma: BBF (Brasil BioFuels), BBB (Belém Bioenergia Brasil). A BBF era anteriormente Biopalma S.A, que se desfez da indústria de dendê e a vendeu para a BBF em setembro de 2020; já a BBB foi uma empresa fundada pela Petrobrás Biocombustível e pela associação portuguesa Galp Energia. Porém, em novembro de 2019, a Petrobrás Biocombustível deixou a empresa e vendeu seus ativos. A política oficial para promover o agronegócio de óleo de palma no Nordeste do Pará, ancorada em discursos centrados no “desenvolvimento sustentável”. principalmente como uma promessa de renovação da matriz energética através da produção de agrocombustíveis. Tais declarações justificaram o aumento da produção de óleo de palma e estratégias foram implementadas com base neste a motivação para aumentar a produção, que se refletiu em práticas específicas, como, entre outras coisas, a chamada integração da agricultura familiar. Porém, a partir dos dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), é possível inferir que essa promessa não passou de mera retórica, uma vez que em fevereiro de 2023, a produção de biodiesel proveniente de óleo de palma é de apenas 1,8% do total produzido no Brasil. Embora os resultados não sejam importantes para a produção biodiesel de óleo de palma, empresas de óleo de palma continuam destacando o desenvolvimento do óleo de palma na Amazônia com discursos direcionados a oportunidades para energia limpa e renovável. Também é muito importante comparar esses resultados com problemas que evidenciam contradições sociais e estruturais nos locais onde estas empresas operam.

Figura 1: Grupo BBF



Fonte: Brasil BiolFuels 2023

Devido à falta de incentivos oficiais para a produção de óleo de palma na Bahia, o modelo do agronegócio descrito acima migrou para o estado do Pará. A indústria em grande escala transformou um produto sagrado das religiões de matriz africana em sinônimo de violência e destruição de comunidades quilombolas, indígenas e camponesas que moram no nordeste do estado do Pará. Com pouca ligação cultural com o cultivo do óleo de palma também é onde se concentra a maior parte da produção de frutos

do Brasil. Comunidades tradicionais acusam grandes empresas de dendê de invadir seus territórios, expulsando os moradores, o que, além de trazer graves consequências socioambientais para a área, também destrói a relação ancestral desses povos com a terra (METRÓPOLES, 2022). Estas graves alegações demonstram que as empresas produtoras de óleo de palma utilizam o *greenwashing* para continuarem a aumentar as receitas indefinidamente, mascarando assim todos os danos causados pelo cultivo do óleo de palma. Embora as empresas de dendê veiculem estratégias focadas no desenvolvimento regional, à medida que as plantações de dendezeiros se expandem, os efeitos socioambientais da atividade implicam em danos irreparáveis ao meio ambiente e à vida dos moradores locais. A utilização do grande capital pode sempre contar com o apoio ilimitado de importantes departamentos governamentais para apoiar as suas estratégias empresariais. Com a promessa de desenvolver a área e deter o desmatamento, os projetos de plantações de dendê que exploram “áreas degradadas” trouxeram mudanças que afetam diretamente a população e moradores dessas áreas. (Costa, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que embora tenha sido constatado que para se manterem competitivas no mercado, as organizações precisam utilizar ferramentas de publicidade e marketing para conscientizar sobre práticas socialmente sustentáveis, é necessário levar em conta que essas propagandas são realmente verdadeiras que não utilizam maquiagem verde. Em vez disso, fornecem informações enganosas ao público, como ausência de ética e desrespeito ao público e ao meio ambiente. Uma série de informações importantes foram evidenciadas, dando respostas sobre como o uso da publicidade e da retórica distorceu a realidade. A chegada das empresas trouxe alguns benefícios às comunidades, mas também muitos danos ao ambiente biofísico, simbólico e psicológico das pessoas. As duas empresas reiteradamente veiculam a ideia de que são criadoras de emprego, erradicando a pobreza e promovendo a recuperação de “áreas degradadas”. Contudo, no decorrer do resumo conseguimos identificar algumas experiências que nos permitiram visualizar o descompasso entre o discurso e as práticas empresariais do agronegócio de óleo de palma no município de Tomé-Açu.

PALAVRA- CHAVE

Dendeicultura, Práticas empresariais, Desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BORGES, Rebeca. **Ouro líquido: produção de dendê explora populações negras e indígenas no Brasil**. Metrôpoles. Disponível em: < <https://www.metropoles.com/materias-especiais/ouro-liquido-producao-de-dende-explora-populacoes-negras-e-indigenas-no-brasil-2>.> Acesso em: 03 de out. 2023.

COSTA, Dalva Maria Foro da. As veias abertas pelo dendê: efeitos na bacia hidrográfica doigarapé Ipitinga do assentamento Nazaré, Acará – Pará. 2019. 41 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Licenciatura em Educação do Campo – Habilitação em Ciências Naturais) – Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, Polo Acará.

SOUZA, Fernando Vidal de. **“Uma abordagem crítica sobre o greenwashing na atualidade.”** Revista De Direito Ambiental e Socioambientalismo 3.2 (2017). Disponível em: <<https://indexlaw.org/index.php/Socioambientalismo/article/view/3765>> Acesso em: 07 fev. 2023.

Santos, Raiane Jéssila dos; SILVA, Rosalva Souza da. Greenwashing: discursos e práticas empresariais do agronegócio do dendê em Tomé- Açu. 2023. 34 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharelado em Administração). Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Tomé-Açu

LÓGICAS DE COLONIALIDADE NOS CAMPOS DO MARAJÓ: ENTRE A PECUÁRIA E RIZICULTURA

GT01 - SOCIEDADE, URBANIZAÇÃO E ESTUDOS POPULACIONAIS

Marinete Silva Boulhosa¹
Flávia Ferreira Gomes²
Silvio José de Lima Figueiredo³

1. INTRODUÇÃO

Desde o processo de colonização do Brasil, a história do país foi escrita e contada, por todas as formas de violência e expropriação, lógicas de dominação do colonizar que, por mecanismos ideológicos, legais, religiosos, “científicos”, bélicos, entre outros, submeteram um continente inteiro aos interesses mercantilistas eurocêntricos de expansão.

De lá para cá, o país viveu profundas transformações, mas aqui e em outros países da América Latina, há “certas permanências” que marcam lógicas de comportamentos e modelos de desenvolvimentos que reproduzem discursos e práticas vivenciados no Brasil colônia, cuja herança ressoa em novas práticas mercantilistas modeladas por agentes do capital.

Nesse contexto, a história vem sendo revisitada e revisada, e novas teorias e conceitos surgem para tentar explicar e contestar a continuidade da dominação, da violência, da submissão, marcas da colonização e presentes na contemporaneidade, através dos estudos de colonialidade e decolonialidade.

Assim, o presente artigo objetiva refletir como as lógicas coloniais se mantêm e se reproduzem na Amazônia marajoara, à luz dos debates sobre colonialidade e decolonialidade, fazendo uma análise da secular atividade da pecuária extensiva e da atual rizicultura, uma nova atividade econômica, introduzida na Ilha a partir de 2010.

Tal observação nos permitirá compreender a permanência e reprodução dos processos de ocupação, expropriação, ataques aos povos autóctones, constituição de latifúndios que marcaram a prática da pecuária, umas das mais importantes atividades econômicas da Ilha, e como a nova atividade que hoje se impõe à região, carrega as mesmas lógicas de dominação.

2. METODOLOGIA

Para a elaboração artigo, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, partindo da análise dos temas colonialidade, eurocentrismo, globalização, decolonialidade, agronegócio e a monocultura do arroz na ilha no Marajó, e do “papel” histórico atribuído à região.

¹ Bacharel em Turismo. Mestre em Antropologia. Professora efetiva do IFPA/Belém, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/ UFPA. E-mail: marinete.boulhosa@ifpa.edu.br

² Bacharel em Turismo. Pedagoga. Especialista em Planejamento e Áreas Amazônicas. Mestre em Serviço Social. Pedagoga da Secretaria Estadual de Educação do Pará. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/ UFPA. E-mail: flaviaferreira31@yahoo.com.br

³ Doutor em Ciências da Comunicação (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. E-mail: slima@ufpa.br

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os colonizadores chegaram às Américas impregnados de um sentimento etnocêntrico, e visão evolucionista, caracterizando o processo colonial num racismo estrutural e produtor de uma dominação irrestrita, como assevera Castro (2018). Mas, a violência, expropriação, submissão, dominação e outras características presentes nas relações coloniais, objeto de explicações unívocas, tendenciosas, naturalizadas ao longo da história, passaram a ser contestadas, revisitadas, histórica e epistemologicamente, até porque tais relações se estenderam e se mantêm na contemporaneidade, demandando pesquisas, elaboração de novas teorias e conceitos que nos ajudem a compreender a continuidade dessa dominação.

Nesse sentido, a história da colonização e da Modernidade, em destaque na América Latina, é revisitada e revisada a partir de novas categorias de análises críticas, desenvolvidas nos estudos de colonialidade e decolonialidade. Tais abordagens, que partem da perspectiva dos colonizados, trazem novos saberes e experiências que nos ajudam a rever as questões de poder na Modernidade.

Quijano (2005) define colonialidade como a continuidade de um padrão de poder associado a uma forma de trabalho, a uma “raça” controlada por um grupo, constituída a partir da descoberta das Américas e que se mantêm na contemporaneidade, através de novas práticas, modeladas pelo grande capital. Já Mignolo (2017) concebe colonialidade como o lado mais escuro da Modernidade, sendo a Modernidade uma narrativa complexa, originada na Europa, que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas. O conceito de colonialidade, nos ajuda a compreender como os processos de dominação e expropriação da Amazônia, caracterizados historicamente, pela violência, impunidade, consenso do Estado nação, violação de direitos humanos, mortes, etc. permanecem e são atualizados através da manipulação da legislação, dos procedimentos administrativos e burocráticos e do impedimento das manifestações das populações autóctones, sob a égide de uma lógica desenvolvimentista aplicada a uma região lida como “atrasada”, segundo o olhar do “novo colonizador”.

Localizada a nordeste do Estado do Pará, na desembocadura do rio Amazonas, a Ilha do Marajó, é a maior ilha fluvio-marinha do mundo, com uma área de 57,683,06 Km² (IBGE, 2022). Compondo o arquipélago marajoara, é formada por 12 municípios distribuídos entre seus dois maiores ecossistemas: a oeste, a grande floresta tropical e, a leste, os extensos campos naturais. Foi nesses campos que, ainda no período colonial, foi instalada a pecuária extensiva na Ilha do Marajó. Tal atividade até hoje se destaca como uma das mais importantes na economia da ilha.

Com a distribuição de terras em sesmarias doadas às vezes há uma só família, o processo de concentração de terras foi consolidado, as relações de poder eram tecidas em torno dessas concentrações, mantidas até hoje sob o domínio de uma elite de fazendeiros que se perpetuam através do direito de herança, constituindo o que, no Marajó é definido, por moradores da ilha, como “terras de família” (BOULHOSA, 2016). A ocupação colonial no Marajó está intimamente ligada à história da instalação das fazendas de gado e seus proprietários, o que contribuiu para a instalação dos grandes latifúndios, os quais nasceram sob a violência e expropriação das populações nativas (ARAÚJO, 2002).

Essa atividade, por inúmeras vezes entrou em crise, ora pelos intensos e rigorosos ciclos sazonais de cheias e estiagem do Marajó (MIRANDA NETO, 2005), ora pela proliferação de doenças entre os rebanhos (TEIXEIRA, 1953), pelo roubo de gado (GALLO, 1980), pelas dificuldades logísticas e perda de competitividade (XIMENES, 1997), mas também, ou principalmente, pelo pouco avanço tecnológico (BOULHOSA, 2016). E é nesse contexto que chega à ilha a monocultura do arroz, quando então os campos onde a pecuária secular era exercida, vão dar lugar ao agronegócio da rizicultura. Os primeiros fazendeiros de arroz que chegaram ao Marajó, a convite de empresários paraenses e governo estadual, foram expulsos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, por determinação judicial em 2009. É assim, a partir de 2010, em Cachoeira do Arari e Salvaterra, que se inicia a introdução da rizicultura na região, dentro de uma lógica de interesse de um pequeno grupo. Nesses municípios os fazendeiros do arroz encontraram extensos

latifúndios, preços da terra relativamente baixos, localização privilegiada, próxima a centros consumidores como Belém, Manaus

e Macapá e incentivo político estadual (GOMES et al. 2018).

Mas, se em Roraima o conflito era com indígenas, no Marajó, ele vai se dar com comunidades quilombolas, ribeirinhos e populações urbanas. E sobre a rizicultura desenvolvida no Marajó, o que se tem a se dizer é que: utiliza extensas áreas de terra (favorece o latifúndio); é mecanizada; emprega grande quantidade de agrotóxicos (FABRINI apud GOMES *It al* 2018); usa grande quantidade de recursos hídricos, retirados de rios, lagos e açudes, água que também é utilizada por moradores locais (HUFFNER; MEIRELLES, 2016); concorre com a sobrevivência de quilombolas, ribeirinhos, entre outros (CRUZ, SILVA, 2014); e, provoca exclusão de pequenos criadores, produtores de leite e queijo, dos pastos, anteriormente alugados, obrigando-os a procurarem áreas mais distantes e caras (GOMES, et al 2018).

Ao lançar um olhar sobre a realidade do Marajó à luz das abordagens decoloniais, é possível compreender o porquê da continuidade de velhas práticas. É como assistir a reprise de uma novela colonial, onde a lógica da colonialidade, travestida em suas versões modernas, a saber, neoliberalismo (CASTRO, 2018), eurocentrismo (MIGNOLO, 2017) globalismo (IANNI, 2000), neocolonialidade (LOUREIRO, 2019) continua a desterrar, através das formas de violência legal, social, política, ideológica, psíquica e física, uma multidão de desfavorecidos, em favor de uma minoria.

4. CONCLUSÕES

Toda barbárie existente no processo de colonização das Américas, vem encontrando, na lógica da Modernidade, mecanismos diversos de permanência e reprodução. Assim, no passado, quando o Brasil foi colônia da Europa, hoje, em um Brasil “mais desenvolvido”, mantém uma relação de colonialidade com um Brasil “mais atrasado”, cujos interesses de uma elite empresarial, apoiada por governos neo-liberais, suplantam as demandas e necessidades da sociedade, do povo.

Nesse contexto, os estudos decoloniais nos possibilitam uma revisão, uma releitura de nossa própria história e constituição; constituição das Américas, do Brasil, da Amazônia, e do local, trazendo provocações e inquietações que nos obrigam a deslocar o olhar, a produzir novas epistemes, num exercício contínuo e crítico de olhar um local de análise, por lentes outras, não as que mascararam e distorceram a realidade, por tantas vezes visitada, mas não vista.

PALAVRAS-CHAVE

Colonização, Decolonialidade, Modernidade, Ilha do Marajó.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO MARIN, R. E. Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX. Revista Estudos Econômicos, v. 15, n. especial, p. 153-167, 1985.

ARAÚJO, S. M. S. Cultura e escolas-de-fazenda na ilha de Marajó, um estudo com base em Raymond Williams. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da FEUSP. São Paulo, 2002.

BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, 2010.

BRUNO, R. Agronegócio, palavra política. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8., anais. Porto de Galinhas, 2010. 20 p.

BOULHOSA, M. S. Entre a sela e o santo. Belém, IFPA, 2016.

CASTRO, E. M. R. . Neoextractivismo en la minería, prácticas coloniales y lugares de resistencia en Amazonia, Brasil. Perfiles Económicos , v. 5, p. 35-76, 2018.

- CASTRO, E. M. R. Epistemologias e caminhos da crítica sociológica latino-americana. In: Edna Castro; Renan Freitas Pinto. (Org.). Decolonialidade & Sociologia na América Latina. 1ª ed. Belém: Editora NAEA, UFPA, 2018, v. 1, p. 25-52.
- CRUZ, B. E. V; SILVA, A. R. F. Conflito pelo uso do território nos campos marajoarasPará: entre o uso monopolista e o uso coletivo do território. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), Belém, n. 1, v. 01, p. 76-87, jan./jun. 2014.
- IANNI, O. Tendências do pensamento brasileiro. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(2): 55-74, novembro de 2000. FAPESPA. Relatório sobre a Vulnerabilidade Social no Estado do Pará. Belém, 2015.
- GALLO, Giovanni. Marajó a ditadura da água. Belém: Secult, 1980. GOMES et al. Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia Marajoara. Rev. NERA Presidente Prudente, ano 21, n. 42, pp.135-161, Dossiê – 2018.
- HUFFNER, J. G. P.; MEIRELLES, R. S. Os reflexos socioeconômicos e ambientais do avanço da rizicultura no município de Cachoeira do Arari – Pa. Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia, UFES, Janeiro-Junho, 2016.
- IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil: Ranking do Pará. 2010. JURANDIR, Dalcídio. Marajó. 3º ed. Belém: Cejup, 199
- LISBOA, P. L. B. A terra dos Aruã: uma história ecológica do arquipélago do Marajó. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.
- LOUREIRO, V. R. Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial. In: CASTRO, E. (org.). Pensamento crítico latino-americano: reflexões sobre políticas e fronteiras. São Paulo: Annablume, 2019. p. 197-224.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. Org. COSTA, J. B. N. MALDONADO-TORRES, N. GROSFOGUEL, R. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades)
- MEIRELLES, J. C. S. F. Arroz no Marajó: a impunidade do agronegócio. Inc.Soc., Brasília, DF, v.7 n.2, p.86-96, jan./jun. 2014.
- MIGNOLO, W. Colonialidade o lado mais escuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 32 N° 94, Junho/2017.
- MIRANDA NETO. Marajó: desafio da Amazônia. 3ª ed. rev. e atual. Belém: Edufpa, 2005. QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Ins LANDER, R. (coord.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires; Clasco, 2005. p.107.
- QUINTERO, P. FIGUEIRA, P. ELIZALDE, P. C. Uma breve história dos estudos decoloniais. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand e os autores. MASP Afterall, 2019.
- SAID, Edward W. Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SOUZA, Márcio. Breve história da Amazônia. 2 ed. Rio de Janeiro: AGIR, 2001. TEIXEIRA, J. F. O arquipélago do Marajó. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1953. WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: UnB, 1991.
- XIMENES, Tereza. Uma oportunidade de análise do desenvolvimento sustentável – a pecuária no Marajó. In. XIMENES, Tereza (Org). Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para Amazônia 21. NAEA/ UFPA/SUDAM, 1997.

A IDENTIDADE AGRÁRIA EM BRAGANÇA-PA: ENTRE RERESENTAÇÕES HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*João Plínio Ferreira de Quadros¹
Deyverson Luener Oliveira Ferreira²
Nádila Ronnielly F. do R. de Quadros³
Joana d’Arc de Vasconcelos Neves⁴*

1. INTRODUÇÃO

Neste estudo, explora-se a formação das identidades dos agricultores em Bragança, analisando as influências históricas e contemporâneas. Utilizando a Teoria das Representações Sociais (TRS), investigou-se as representações ao longo do tempo e como essas representações moldaram a vida dos agricultores. Os dados históricos foram coletados por meio de pesquisa documental, e entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com os agricultores. Os resultados obtidos revelaram mudanças significativas nas representações, as quais foram influenciadas por políticas governamentais e discursos promovidos pela Igreja Católica. A identidade de agricultor familiar emergiu como resultado da transmissão geracional de conhecimento, da formação institucional e das práticas familiares, mesmo em um contexto de baixa tecnologia na região local.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada nesta pesquisa está embasada nos princípios teórico-metodológicos da Teoria das Representações Sociais (TRS), com enfoque na abordagem processual desenvolvida por Serge Moscovici (1978) e Jodelet (2001). O objetivo foi analisar as diversas representações e significados que os trabalhadores rurais atribuem ao longo da história do município de Bragança, considerando a influência de variados contextos em sua formação identitárias.

Para alcançar esse propósito, a pesquisa utiliza a historiografia como base para compreender a produção de conhecimento e o contexto histórico que moldou as identidades dos trabalhadores rurais em Bragança ao longo do tempo. A análise se concentra em três momentos históricos específicos: o período da construção da estrada de ferro, o período da ditadura militar e a influência dos discursos da Igreja Católica, bem como o contexto atual conforme relatado pelos participantes da pesquisa.

A metodologia adotada neste estudo compreendeu duas etapas distintas de coleta de dados. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa documental extensiva, que englobou a análise de documentos encontrados nos arquivos paroquiais de Bragança-PA. Essa pesquisa documental permitiu compreender a produção de conhecimento e as representações históricas que moldaram a identidade dos trabalhadores rurais em Bragança ao longo do tempo.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - UFPA e Mestre em Linguagem e Saberes da Amazônia – UFPA Campos de Bragança, joãoambiental2017@gmail.com

² Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - UFPA e Mestre em Linguagem e Saberes da Amazônia – UFPA Campos de Bragança, deyversonluender@gmail.com

³ Mestranda em Linguagem e Saberes da Amazônia, UFPA Campos de Bragança, nadilafontel@yahoo.com.br

⁴ Doutora em “Educação nas Territorialidades Amazônicas” UFPA, Professora do Programa de Pós Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia – PPLSA/UFPA, jdneves@ufpa.br.

Posteriormente, foi conduzido entrevistas semiestruturadas com 10 agricultores familiares que participam da Feira do Agricultor Familiar de Bragança, localizada no estado do Pará. A escolha desses participantes proporcionou uma visão aprofundada das experiências e perspectivas dos próprios trabalhadores rurais. Durante as entrevistas, buscou-se identificar as representações sociais, os significados e os valores atribuídos por esses indivíduos à sua identidade de agricultores familiares.

A análise dos dados coletados foi conduzida seguindo a estrutura analítica proposta por Jodelet, com foco na identificação das objetivações e ancoragens presentes nos discursos dos participantes e nos documentos históricos. Esse enfoque permitiu compreender não apenas as representações sociais dos trabalhadores rurais, mas também como essas representações foram construídas, influenciadas e mantidas ao longo do tempo, considerando os diferentes contextos históricos que permeiam a região de Bragança.

Parte superior do formulário

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A constituição das representações de homens e mulheres do campo na região bragantina é um tema abordado por Neves (2015), Leandro e Silva (2012), e Hébette (2004). Suas pesquisas destacam que a origem dessas representações está intrinsecamente ligada à diversidade de sujeitos e aos conflitos e tensões decorrentes da ocupação da região bragantina, especialmente nos projetos de colonização.

O desenvolvimento histórico da região bragantina experimentou um aumento significativo com a construção da estrada de ferro Belém-Bragança, um projeto ferroviário que as autoridades da época consideravam como um marco fundamental no desenvolvimento regional. De acordo com Leandro e Silva (2012), essa ferrovia foi concebida com o propósito de reduzir as distâncias entre as localidades, facilitando a circulação de produtos entre Bragança e Belém. A importância estrutural desse empreendimento colonizador se manifestou na dinamização da ocupação produtiva dos lotes agrícolas e na melhoria do transporte de alimentos para abastecer as cidades ao longo da rota Bragança-Belém.

Conforme observado por Maciel (2019, p. 246), na Prelazia do Guamá, localizada na Amazônia Paraense, as atividades econômicas de agricultura e pecuária eram elementos essenciais desse território. As famílias camponesas da região bragantina obtinham seus sustentos por meio da venda de produtos como farinha, pescado, gomas de tapioca, artesanato e diversos itens comerciais, como beijos, pimenta do reino e feijão.

É importante ressaltar que a expansão da agricultura na região contou com inúmeras intervenções do Bispo da Prelazia do Guamá, Dom Eliseu, e do Padre Miguel Giambelli. Entre as estratégias adotadas para promover o desenvolvimento agrícola, destacam-se as viagens de Dom Eliseu em busca de parcerias junto ao Ministério do Trabalho, com o objetivo de trazer imigrantes para trabalhar com hortas e criação de gado no território da Prelazia. Além disso, estabeleceu-se uma parceria com o Serviço de Educação e Assistência Rural (SEAR) para implementar na região bragantina o que o Serviço de Assistência Rural (SAR) realizava no Rio Grande do Norte (LIVRO DE TOMBO, 1947 – 1956, VOLUME II p. 64).

No contexto contemporâneo, a auto identificação dos agricultores familiares na região bragantina é influenciada por diversos elementos, sendo um dos mais notáveis a transmissão geracional de conhecimento e valores relacionados à agricultura. Como destacado por Sarti (2004), a família desempenha um papel central nesse processo, pois é por meio dela que a história e as práticas agrícolas são continuamente transmitidas, ressignificadas e perpetuadas desde o nascimento, por meio de palavras, gestos, atitudes e até mesmo silêncios.

Esses resultados fornecem uma compreensão mais aprofundada das representações dos agricultores familiares na região bragantina, evidenciando a influência de fatores históricos, a importância da agricultura como atividade econômica e o papel crucial da transmissão geracional na construção de sua identidade.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelam a evolução das representações dos trabalhadores rurais na região bragantina ao longo da história. Essas representações abrangem desde a figura do colono durante a era da estrada de ferro até o conceito de agricultor familiar na contemporaneidade, influenciados por processos colonizadores e discursos da Igreja Católica.

As políticas governamentais introduziram modelos de agricultores “exemplares” para contrastar com as práticas tradicionais. Além disso, a Igreja Católica promoveu clubes agrícolas e influenciou modos de vida e trabalho na região. A família desempenhou um papel fundamental na construção da identidade dos agricultores familiares, transmitindo conhecimento e valores ao longo das gerações.

Em suma, esses resultados destacam a complexidade da formação da identidade dos trabalhadores rurais na região bragantina, refletindo uma interação dinâmica entre fatores históricos, políticos e religiosos, ao mesmo tempo em que reconhecem a importância das tradições familiares nesse processo

5. PALAVRAS-CHAVE

Representações Sociais; Historiografia; Agricultura Familiar.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HÉBETTE, J; ALVES, Juliette Miranda; QUINTELA, Rosângela da S. Parentesco. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004.

JODELET, Denise. **As representações sociais** (tradução Lílian Ulup) Rio de Janeiro: Ed. Verj. 2001.

LIVRO DE TOMBO 1947 – 1956, Prelazia do Guamá, VOLUME II p. 64.

LEANDRO, Leonardo M. de Lima. SILVA. Fabio C. da. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15 n. 2, p. 143-174, dez. 2012.

MACIEL, Rogerio Andrade. Cultura material escolar e as representações de educação no sistema radiofônico para os caboclos “ingênuos” na Prelazia do Guamá (1957-1980). 353 f. **Tese (Doutorado)** – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

MOSCOVICI. Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro, ZAHAR, Brasília, 1978.

NEVES, Joana d’Arc de Vasconcelos. Juventude e inclusão: representações sociais sobre a condição juvenil no campo. 2014. 333 f. **Tese (Doutorado)** - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2015.

SARTI, C. **O jovem na família o outro necessário**. In: NOVAES, R; VANNUCHI, P (Org.). Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: editora fundação Perseu Abramo, 2004.

ANÁLISE DAS AÇÕES VOLTADAS AO ATENDIMENTO DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DOS PROGRAMAS CHÃO LEGAL E TERRA DA GENTE, NO MUNICÍPIO DE BELÉM, A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

GT01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Thayanna Paula Neves Barros¹

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o ordenamento jurídico brasileiro demonstrou pouca ou nenhuma proteção jurídica às mulheres quanto ao gerenciamento de patrimônios e aquisição de propriedades, mantendo-as durante muito tempo fora das negociações de cunho patrimonial e, conseqüentemente, gerando inúmeras dificuldades do seu acesso à propriedade da terra. Cenário marcante também na Amazônia e no Município de Belém, em razão das intensas disputas fundiárias e processos de expropriação de terras decorrentes do avanço do capitalismo ao longo da formação histórico-social da região (Wolff, 1998).

Logo, a dificuldade de acesso à terra ocasionou intensas migrações das populações rurais para as áreas urbanas em formação, gerando um aumento acelerado das precárias condições de habitabilidade, infraestrutura básica e acesso a serviços públicos essenciais e, atingindo, substancialmente, as mulheres de menor renda que, ainda hoje são diretamente afetadas por um capitalismo marcado pela anuência do Estado e sob domínio das grandes empresas e do mercado imobiliário, que impõem barreiras à garantia do direito à moradia de qualidade, assim como prejudica a experiência dessas mulheres nas cidades, por conta da insegurança, dos custos e dos obstáculos à locomoção, que tornam ainda mais difícil a vida urbana das mulheres em situação de vulnerabilidade social, considerando ainda a dupla jornada de trabalho, dentro e fora de casa, que muitas delas enfrentam.

Assim como nas demais cidades e regiões do Brasil, a vivência do urbano no espaço amazônico possui particularidades e relações singulares entre os seus sujeitos, os quais, apresentam demandas que fogem dos padrões propostos nas políticas públicas em geral que, como bem esclarece Trindade Jr. (2015, p. 330), “insistem em negar as particularidades e singularidades da Amazônia, em nome da edificação de cidades modernas e distantes das verdadeiras potencialidades ecológicas e socioculturais locais e regionais”. Neste cenário, as mulheres amazônidas urbanas apresentam experiências sobre o espaço urbano diversas, que demandam políticas públicas e programas sociais com enfoque de gênero, observadas as necessidades das beneficiárias, às raízes regionais e a história que essas mulheres carregam, considerando os atravessamentos de gênero, raça/etnia e classe sobre os seus corpos (Saffioti, 1976; 1987).

2. METODOLOGIA

Para a análise do objeto desta pesquisa, foi utilizada como orientação teórico-metodológica o materialismo histórico-dialético a partir da perspectiva de gênero proposta por uma das leituras introduzidas pelo movimento de pensamento crítico feminista, especificamente, a de fundamentação marxista.

¹ Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: barrosthayanna@gmail.com.

Quanto à técnica de pesquisa, optou-se por adotar a técnica de métodos mistos, com a convergência de elementos de natureza qualitativa e quantitativa (Creswell, 2007). A instrumentalização da coleta de dados se deu, a princípio, com o levantamento bibliográfico, seguido do levantamento e análise documental (Cellard, 2012) acerca das leis e atos normativos aplicáveis aos processos de regularização fundiária urbana, e dados estatísticos referente às precariedades no acesso a habitação pelas mulheres, em especial, mulheres negras; a condições dessas habitações, segundo critérios de acesso a serviços essenciais básicos e infraestrutura; a renda enquanto fator preponderante ao acesso a moradia de qualidade; e a ausência de documentação que comprove a propriedade, além da realização de entrevistas semiestruturadas (Yin, 2001) com atores sociais e agentes públicos atuantes nos processos de regularização fundiária de interesse social executados Programas Chão Legal e Terra da Gente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante das informações obtidas através da análise documental e das entrevistas realizadas, foi observada uma certa evolução quanto à implementação de medidas para melhor atender às necessidades e demandas das beneficiárias dos programas de regularização fundiária, uma vez que quando iniciados os processos no Município de Belém, antes mesmo da existência de um conjunto de leis próprias para esse fim como há atualmente, as ações consistiam, a princípio, apenas na entrega do título pela Companhia aos moradores de áreas de propriedade da CODEM.

Não havia, portanto, uma atuação no sentido de aplicar medidas em prol melhoria na qualidade de vida da população para além da entrega do título, logo, ainda não apresentava também nenhuma medida jurídica ou prática focalizada no atendimento de necessidades específicas das mulheres, inseridas na legislação federal somente em 2009, com a Lei nº 11.977/2009 (Brasil, 2009).

Ainda assim, mesmo com a instituição do Programa Chão Legal, não houve um projeto no interior da CODEM com medidas claramente definidas de incentivo ao empoderamento das mulheres beneficiárias da regularização fundiária, no entanto, os agentes executores dos processos buscavam suprir esta lacuna, por meio de um atendimento mais humanizado, com a implementação de ações que facilitassem a participação e informação das beneficiárias acerca do processo de regularização.

Quando da transição do Programa Chão Legal para o atual Programa Terra da Gente, na CODEM, apesar de não terem sido implementadas grandes alterações legais quanto ao tratamento destinado às mulheres nos processos de regularização fundiária, manteve-se a preocupação em priorizar a mulher no decorrer do processo de titulação e a nova gestão buscou implementar algumas medidas direcionadas a promoção da equidade de gênero; assim como firmou parceria com as Coordenadorias da Mulher, da Diversidade Sexual, Antirracista e Secretaria de Direitos Humanos, para viabilizar a garantia dos direitos da população LGBTQIA+ e da população negra; criou ainda o Escritório CODEM Mulher, a princípio para atendimento das servidoras internas, mas com propostas de ações de capacitação às mulheres beneficiárias do Programa Terra da Gente e encaminhamento destas a outros Programas desenvolvidos pela Prefeitura de Belém e Governo do Estado do Pará, como o Programa Donas de Si e Alepa Cidadania.

Foi instituído também o Programa Empreender Mulher, que nasceu da identificação de um público de mulheres beneficiárias, tidas como principal referência à titulação, correspondente a um percentual de 85% (CODEM, 2021) do total de beneficiários do Programa Terra da Gente, muitas delas vítimas de algum tipo de violência, seja física, psicológica ou sexual; ou ainda, encontrando-se em situação de extrema vulnerabilidade, expostas ao desemprego e à fome (TV Cultura, 2021).

Ressalte-se, porém, que, as beneficiárias entrevistadas, ao serem indagadas acerca do conhecimento sobre medidas relacionadas ao incentivo à obtenção de emprego e renda por parte da CODEM, através do Terra da Gente, informaram não ter ciência das ações, o que aponta uma carência no diálogo entre a CODEM e a sociedade. As falas de algumas entrevistadas também indicaram que essa atuação da CODEM

tem apresentado um caráter mais informativo, através de reuniões comunicando as ações do Programa, do que participativo, com discussões acerca das demandas das beneficiárias e sugestões de medidas por parte destas, de modo que as mulheres acabam sendo tratadas como receptoras passivas, ao invés de participantes ativas dos processos (Carloto, 2004).

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do cenário apresentado, existe a proposta de tornar os processos de regularização fundiária mais inclusivos, pelo Programa Terra da Gente, substituto do Chão Legal através da oportunidade de acesso ao título de propriedade e de ações voltadas ao acolhimento e proteção das mulheres, bem como por meio de auxílio à obtenção de emprego e renda.

Logo, as ações do Programa Terra da Gente apontam para uma mudança de cenário gradual, já que tem lançado mão de algumas diretrizes voltadas à perspectiva de gênero, como incentivo à autonomia e autossustentação das mulheres, capacitação profissional, trabalho e geração de renda; combate à violência sexual e doméstica e combate à pobreza das mulheres (Carloto, 2004). Por outro lado, é possível observar que o Programa ainda precisa fortalecer o caráter participativo das suas ações, questão levantada pelas entrevistadas integrantes de grupos de apoio às mulheres, a fim de ampliar o planejamento e a execução de práticas que considerem as particularidades das condições de vida locais das mulheres beneficiárias da regularização fundiária urbana, as quais, para serem melhor identificadas demandam a escuta sobre as suas experiências, vivências e opiniões.

5. PALAVRAS-CHAVE

Mulheres. Regularização fundiária. Município de Belém.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm. Acesso: 10 dez. 2020.

CARLOTO, Cássia Maria. Ruptura ou reforço da dominação: gênero em perspectiva. *In*: GODINHO, Tatau (org.); SILVEIRA, Maria Lúcia (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 149-156.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al* (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CODEM, Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém. **CODEM realizou na quinta-feira, 18, o sonho das famílias da Sub-Bacia I da Estrada Nova, que esperavam há quase 10 anos pelo tão sonhado título definitivo e propriedade**. Belém, 19 nov. 2021b. Facebook: Codem.Oficial.Belem. Disponível em: <https://www.facebook.com/105450168206795/posts/pfbid0Pj1koy2M2ZmJQ9LDYlMvW4hXSyXm76Ue47QUf9tNFnQarPhRa6HTC1WrMgbbfWUQl/?mibextid=cr9u03>. Acesso em: 15 out 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976. 384p.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. 134p.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Cidades e centralidades urbanas na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Revista Cidades**, São Paulo, vol. 12, n. 21, p. 305-334, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/4872>. Acesso: 10 maio 2021.

TV CULTURA. Codem na TV Cultura. **Sem Censura Pará**. Entrevista com o diretor-presidente da CODEM, Lélío Costa. Belém, 21 jul 2021. Facebook: Codem.Oficial.Belem. Disponível em: <https://www.facebook.com/105450168206795/posts/pfbid0267GaoAV1pXZWMCSjYrnSGm6a6ee9sDQ6vEePxRRMntoXPDAwTxqARVSD3PBRNPXAl/?d=w>. Acesso em: 15 nov. 2022.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias, Franciscas e Raimundas**: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre 1870-1945. 1998. 284f. Tese (Doutoramento em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30433326.pdf>. Acesso em: 05 maio 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205p.

TRABALHO, ECONOMIA E “DESENVOLVIMENTO” NO NORDESTE PARAENSE: A COMUNIDADE DE CARATATEUA E AS TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS NA AMAZÔNIA

GT01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Joelson Martins da Paixão¹

Mayko Rodrigo Martins da Paixão²

Anderson Willamis de Oliveira Fernandes Junior³

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia se destaca pela complexidade e extensão física, cultural, socioambiental, econômica e histórica, onde a proximidade entre as populações humanas que vivem e sobrevivem nessa região, geram, a partir das relações de trabalho e socialização, economias diversas e satisfatórias para as populações tradicionais, como a pesca na região costeira e o extrativismo em unidades de conservação marinhas. Contudo, as relações de poder provenientes do sistema capitalista de produção desagradam o bem estar social e promovem vários problemas atuais que afetam e desestruturam a organização sustentável de comunidades tradicionais na Amazônia Atlântica Costeira.

Assim, junto com o avanço da fronteira capitalista, várias formas de dominação, tais como: a expropriação de terras, a exploração nos produtos comercializados pela agricultura familiar, o trabalho escravo, dentre outros, contribuem para uma crescente pauperização e redução da qualidade de vida das comunidades tradicionais (MARTINS, 1980). Apesar desse cenário, diversos povos tradicionais extrativistas, ribeirinhos e pescadores artesanais resistem à inserção desse modo de produção, a partir do seu trabalho e culturas tradicionais. Esse é o caso da Comunidade de Caratateua. Ela situa-se na zona de amortecimento da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu no município de Bragança, nordeste do Pará, a 200km da capital, Belém. Trata-se de uma comunidade que se destaca pela produção pesqueira e agrícola, que serve para manter economicamente as famílias e abastecer a cidade de Bragança e arredores.

Diante disso, o objetivo deste trabalho foi compreender como as condições de existência local, provenientes do trabalho e da relação homem-natureza, convivem com a concorrência e as transformações do seu modo de vida pelos empreendimentos e pela racionalidade capitalista. Os resultados foram extraídos, a partir dos relatos dos moradores mais antigos da região por meio da metodologia de História de Vida.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa possui caráter qualitativo. Adotou-se essa orientação, pois se acredita que essa abordagem possibilitaria uma melhor compreensão das condições de existência dos atores sociais em relação a organização social da Comunidade de Caratateua. Como técnica de captação de dados, utilizou-se a metodologia da História de Vida. BECKER (1994) acrescenta que a história de vida aproxima-se mais do

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – NAEA UFPA Campus Bragança, theomartinspaixao13@gmail.com

² Graduado em Licenciatura em Pedagogia- UniFatecie – Acadêmico em Tecnologia em Gestão Ambiental, Faculdade UniBF – maymartinspaixao1991@gmail.com

³ Graduado em Licenciatura em Pedagogia – Universidade do Estado do Pará Campus Vigia, anderson.fernandestutb@gmail.com

“terra a terra”, a história valorizada é a história própria da pessoa conectada ao contexto social vivenciado. Assim, foram realizadas quatro entrevistas com perguntas semiestruturadas gravadas em áudio, além de anotações e fotografias.

Os entrevistados foram 15 moradores mais antigos e nascidos na comunidade que exerciam atividades de extrativismo, pesca e agricultura, sendo homens com idade de 73 anos a 75 anos e mulheres de 75 a 81 anos. Os atores sociais participantes da pesquisa mostraram total interesse em expor detalhadamente as narrativas, sendo eles fundamentais para melhor analisar e compreender o contexto social, ambiental, cultural e econômico da organização social da comunidade, como também, contribuir para futuros trabalhos científicos voltados para a realidade local.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade Tradicional de Caratateua foi formada, assim como a região amazônica, pela mistura do português, indígenas e negros. Por ser o primeiro território avistado, no decorrer da expansão marítima até a chegada no território que hoje se encontra Bragança, foi logo colonizado pelos europeus, sua fundação remota os séculos XVI e XVII (BLANDTT, 1999). Atualmente a comunidade se divide em vários bairros: Centro, Pedreira, Una, Capanema, Trevo, Jaqueira, Centrinho e Rua Nova. Os bairros do Una e Centrinho são as áreas mais afastadas da comunidade e denominadas como bairros rurais, pois é nesses espaços que ocorre a maior produção agrícola da comunidade, tanto para consumo quanto para venda na cidade de Bragança. A produção de farinha de mandioca (*Manihot esculenta*) e a plantação de árvores frutíferas são as principais atividades de rentabilidade para muitas famílias da comunidade e de vilas circunvizinhas. Esse é o caso da família da Dona Dica, uma das entrevistadas, a qual expõe que criou seus filhos e netos com a renda que tinha da produção. O senhor Zé Paixão, de 75 anos, outro entrevistado, é pescador aposentado e narra que a pesca artesanal na década de 1950 e 1960 era farta, com abundantes cardumes de peixes de alto valor econômico, em especial a Pescada Amarela (*Cynosciom Acoupa*) e Corvina (*Argyrosomus Regius*). Parte do trecho relatado pelo entrevistado diz: (...)

na época antiga, agente ia de canoa até na boca da salina, um furo de maré, e com 4 dias na pesca agente trazia fatura. Chegava aqui na comunidade, vendia o que tinha que vender, dava a boia dos companheiros e repartia com os nossos familiares, mas, agora as coisas tão difícil, tão se acabando os peixes, o pessoal de fora pegam de tudo e nem deixam crescer. (Entrevista realizada em 18/07/2023)

Conforme se observa na fala do pescador, segundo sua vivência, nas últimas décadas, essa atividade está sendo realizada de forma predatória e insustentável, prejudicando assim, as populações costeiras da região com a escassez ou redução dessas espécies em áreas mais acessíveis. Segundo seu Zé Paixão, isso vem ocorrendo pela migração de empresas de outros estados, pequenos e grandes empreendedores para a região bragantina que, trabalham com grandes embarcações e sem manejo correto com os recursos pesqueiros. Essa observação também está presente nos dados obtidos por outros entrevistados, quando se referem à forma de trabalho. Segundo eles, a forma de extração e pesca das gerações anteriores tinha uma cultura fortemente ligada à conservação da natureza, manuseio correto dos bosques de mangue, das matas e recursos hídricos. O extrativismo do Caranguejo-Uçá é outra fonte de renda e subsistência em Caratateua, assim como, em diversas comunidades tradicionais dentro das Reserva Extrativistas Marinhas na Amazônia Costeira. Essa atividade demanda conhecimento sobre a época de captura e beneficiamento da produção do produto, mas, a forma de captura do crustáceo que vem sendo feita pelo capitalismo empresarial causa sérios problemas socioambientais na cadeia produtiva e na vida das populações dependentes desse mercado. A captura das fêmeas no período de acasalamento e de caranguejos pequenos para o beneficiamento por empresas locais, são as principais causas da insustentabilidade da produção. A entrevistada e catadeira de Caranguejo, Dona Pina relata que o valor que vendem a polpa da massa e a pata para os atravessadores é muito baixo, quase nem dá para manter a alimentação diária, e quando a venda é para empresas o valor que

esta arrecada no mercado tende a ser o triplo daquele que é repassado pelos catadores. Um fato importante é que todos os saberes sobre os métodos de trabalho e produção foram ensinados pelos pais de seus pais (os avós) e isso mostrou que os conhecimentos tradicionais sobre a cultura, o uso de plantas medicinais e outros meios ainda, mesmo que pouco, continuam sendo repassados de geração para geração.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto é possível observar que a comunidade se desenvolveu a partir de saberes e fazeres sociais de cidadãos que são parte da historicidade local, que apesar das dificuldades, criam arranjos de sobrevivência junto ao sistema capitalista. A venda de produtos melhora a qualidade de vida e o bem estar de todos os envolvidos, quando feita pelos próprios produtores e povos tradicionais. Todavia, quando feita, direta ou indiretamente, por empresas particulares, o rendimento médio tende a cair, em troca de uma certa estabilidade oferecida pelas empresas (no caso de parte da população que se tornam trabalhadores formais). Porém, há uma exploração quando esses produtores se submetem a figuras de atravessadores, podendo ser eles, pessoas físicas e jurídicas, na forma de empresas, como é o caso da coleta de caranguejo. Outro fato a destacar é o prejuízo à população que depende da oferta da natureza, quando a exploração desses recursos se dá de maneira inadequada, obrigando-os a condições cada vez mais difíceis, reduzindo as chances de reprodução do seu modo de vida. Também se notou que, atualmente, há muitos processos de mudanças sociais e políticas que requerem maior atenção em prol do desenvolvimento comunitário sustentável, onde o associativismo e o cooperativismo nas cadeias de arranjos produtivos podem contribuir com melhores condições de justiça social, segurança alimentar e distribuição de renda equitativa na Amazônia Costeira.

5. PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento; Caratateua; Bragança

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER..H. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. 2 a. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

BLANDTT, Lucinaldo S. “O homem e o recurso caranguejo: economia e educação”. Monografia. Bragança, UFPA, 2000. BRASIL, ANO. Ministério do Meio Ambiente.... MARTINS, José. Expropriação e Violência: a questão política no campo. Editora Hucitec, São Paulo, 1980.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO COM A PRODUÇÃO DE MANDIOCA ENTRE ÀS FAMÍLIAS DO QUILOMBO DA AMARQUALTA

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Natanielle Ribeiro Guedes de Oliveira¹

Crystiane Amaral Coutinho²

Harley dos Santos Martins³

1. INTRODUÇÃO

Dentro da contextualização do movimento de resistência negra à escravidão no Brasil, houve o surgimento dos povoamentos formados pelos resistentes denominado como *kilombo*, palavra de origem africana que significa “acampamento” ou “fortaleza”, lugar utilizado como refúgios para diversas finalidades e que no Brasil surge como lugar de resistência para a sobrevivência (FERREIRA et al. 2020). NUNES e SANTOS (2021) descrevem que os termos “quilombo” e “quilombola” como conceitos que passam a fazer parte do direito nacional. CAMPOS (1998) menciona o quilombo como um espaço de resistência escrava e negra em geral, tratando também de sua relação com a formação dos espaços urbanos no período pós-abolição.

Com o processo do sistema de escravidão, atribuídos aos negros trazidos do continente africano, ocorre as trocas de conhecimentos entre escravocratas e escravizados e em seguida veio a luta pela subsistência, na qual a adaptação de vida dos negros inicia um novo panorama. Agora resistir exige a adaptação em florestas e rios amazônicos, o que só foi possível com o compartilhamento de saberes entre os indígenas, negros e mestiços, contando com o início da presença dos mamelucos (filhos de indígenas com brancos europeus), cafuzos (filhos de indígenas com negros) e os mulatos (filhos de negros com brancos europeus), assim definidos na época colonial.

Com o exposto, a presente pesquisa buscou verificar o perfil das famílias da Comunidade Quilombola Alto do Acará que trabalham na agricultura de subsistência e em particular na manufatura de produtos extraídos da mandioca, fazendo também uma reflexão sobre a qualidade de vida no trabalho dessas famílias. A pesquisa é qualitativa de cunho exploratório e descritivo, utilizando-se de técnicas bibliográficas, pesquisa documental e questionário online (com perguntas objetivas). Após a aplicação da pesquisa, retirou-se conclusões tratadas abaixo.

2. METODOLOGIA

A seguinte pesquisa tem cunho empírico, utilizando as metodologias exploratória e descritiva (GIL, 2002). A pesquisa também se mostra de cunho qualitativo (TEIXEIRA, 2007). Foi empregada na pesquisa também as seguintes técnicas e procedimentos: pesquisa bibliográfica (GIL, 2002; Vergara, 2024), pesquisa documental (ZAMBELLO e et al. 2018) e questionário online (FONTANA, 2018) para possíveis participantes, através da plataforma WhatsApp.

Sobre o universo e amostra, o quilombo Alto do Acará é composto por seis comunidades quilombolas, cinco delas são ribeirinhas: Ipitinga Grande, Ipitinga Miri, Monte Sião, Vila Formosa e Turé e a sexta está localizada em terra firme denominada de 19 do Massaranduba. São aproximadamente 1800 moradores

¹ Mestranda em Administração, PPGAD-ICSA-UFPA, natanielle83@gmail.com

² Mestranda em Administração, PPGAD-ICSA-UFPA, kryscoutinho@gmail.com

³ Doutor em Engenharia e Gestão Industrial, UFPA, harleymartins@yahoo.com.br

entre adultos e crianças, sendo 615 remanescentes associados que se auto reconhecem quilombolas, com aproximadamente 315 famílias de remanescentes e apenas 107 pessoas possuem acesso à internet. Participaram da Pesquisa mulheres e homens associados e não associados que fazem parte do grupo intitulado “Guerreiras de Dorotéia” e atuam com o manejo da mandioca. A pesquisa foi destinada para as 107 pessoas que tem acesso à internet, alcançando 43% delas (46 pessoas), sendo 37 mulheres e 09 homens.

Quanto ao questionário online, este foi elaborado mediante levantamento teórico e levando em consideração os objetivos propostos na pesquisa. Foi construído na plataforma Google Forms, disponibilizado no período de 07 a 16 de junho de 2023, utilizando ainda para divulgação e coleta de dados a plataforma digital WhatsApp. Foi adotada escala adaptada com base na escala de Likert, com perguntas objetivas. Uma parte do questionário se destinou a entender o perfil da comunidade quanto as práticas de cultivo de mandioca e a outra parte procurou compreender a respeito da qualidade de vida do trabalho dos respondentes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao sexo dos participantes, a maioria é do sexo feminino onde 30,4% se consideram mulheres-adultas, 13% se consideram mulheres-jovens, seguindo a participação de 10,9% de homens-adultos; do tempo de experiência 30,4% dos participantes possuem de 0 aos 10 anos como produtores; outro resultado que chama a atenção são os participantes que possuem mais de 40 anos de experiência, que soma 17,4%, isso quer dizer que dos participantes que responderam se consideram adultos, provavelmente começaram a trabalhar com a mandioca ainda na infância e reforçando a afirmativa quanto ao tempo de serviço de mais de 40 anos temos 84,8% que responderam ter aprendido com os pais a trabalhar com a cultura da mandioca e a questão de como utilizam o tempo para o serviço com a mandioca: 37% trabalha 15 dias direto na roça e os demais dias do mês trabalham em outras atividades agrícolas e 30,4% trabalham o mês inteiro com a cultura de mandioca pela parte da manhã, que é considerado um horário tranquilo e frio, sendo que no local de plantio da mandioca a umidade é baixa e com o calor fica bem complicado trabalhar de forma segura dentro da roça ou nos retiros (casas de farinha).

Ainda analisando as respostas recebidas, podemos observar que 50% dos produtores dividem o produto extraído da mandioca da seguinte forma: metade da produção vendem em feiras e a outra metade utilizam para o consumo em família; 36,6% vedem partes da produção para atravessadores e a outra metade utilizam para o consumo em família e pelo menos 6% afirmaram não comercializar o produto, utilizando tudo para o consumo da família, isso ocorre porque algumas famílias no quilombo cultiva o costume de utilizar a farinha como a principal fonte de alimento. Quanto a finalidade de comercialização: 41,3% afirmaram que a produção corresponde a 50% da renda da família; outros 41,3% afirmaram que a produção é uma renda extra da família e pelo menos 6,9% afirmaram que é a renda principal da família.

Quanto aos níveis de satisfação em relação a qualidade de vida do trabalho, pode-se observar que dos 46 participantes consideram como nível de satisfação bom: autonomia 50%; integração social 58,7% e importância, relevância e significado da tarefa 50%. Por outro lado, os participantes alegam nível de satisfação regular em: Treinamento e Capacitação 34,8%; segurança e Saúde 34,8%; equilíbrio entre trabalho e vida pessoal 47,8%; Compensação 58,7 e Meritocracia 52,8%. A Autonomia segundo os participantes, alegam fica entre os níveis de satisfação Bom e Excelente com 76,1%; e 56,5% alegam um nível de satisfação bom e excelente para a Importância das tarefas. Quanto aos níveis de insatisfação observa-se que dos 46 participantes 41,3% alegam o nível de insatisfação péssimo e ruim, quanto Treinamento/capacitação; por outro lado 56,5% alegaram o nível de insatisfação péssimo e ruim quanto a segurança e saúde.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliando os resultados a respeito do perfil dos respondentes, percebe-se que sua maioria se considera Mulher Adulta, tem mais de 10 anos trabalhando no cultivo de Mandioca, passa apenas 15 dias do seu mês

cuidando da roça, aprendeu esse trabalho com seus pais, vende parte de sua produção e outra parte utiliza para consumo próprio, e percebe esse valor recebido com essa produção ou como uma renda extra para sua família ou como metade da sua renda familiar.

Vale destacar que as áreas com melhor avaliação na percepção dos respondentes quanto a qualidade de vida do trabalho foram as áreas de Autonomia no trabalho e Integração Social, muito porque o cultivo da Mandioca se dá em conjunto e sem as obrigações dos trabalhos formais no que se refere a carga horária e prazos de produção.

Com base nos dois pontos de satisfação de qualidade de vida no trabalho identificados com nível de satisfação “péssimo” e “ruim” (treinamento/capacitação e segurança/saúde), percebeu-se que é necessário a implementação de investimentos voltados para o setor de agricultura no quilombo a fim de aumentar o treinamento e a capacitação de seus produtores, bem como é necessário a criação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar das comunidades quilombolas como um todo, além da ampliação das políticas já existentes no que se refere a garantia de segurança e saúde para essa população.

As limitações desse trabalho podem ser identificadas em sua amostra (que foi apenas de um quilombo, de pessoas com acesso à internet) e na profundidade de seu conteúdo pesquisado (que foi apenas a qualidade de vida no trabalho), trazendo assim como pesquisas futuras a necessidade de pesquisas aprofundando no tema QVT para identificar as causas raízes das insatisfações de outros universos de pesquisa procurados no que se refere a sua qualidade de vida no trabalho.

5. PALAVRAS-CHAVE

QVT, QUILOMBOLA, MANDIOCA

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

CAMPOS, Vicente Falconi. **TQC - CONTROLE DE QUALIDADE TOTAL**. 2.ed. São Paulo: Bloch Editores, 1992.

FERNANDES, E. C. **Qualidade de vida no trabalho: Como medir para melhorar Salvador**, BA: Casa da Qualidade, 1996.

FERREIRA, M. C. **Qualidade de vida no trabalho: Uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores**. Brasília, DF: Paralelo 15, 3ª ed, 2016.

NUNES, Diego; SANTOS, Vanilda Honória dos. **Por uma história do conceito jurídico de quilombo no Brasil entre os séculos XVIII e XX**. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, v. 66, n. 1, p. 117-148, jan./abr. 2021.

PONTES, Altem Nascimento et al. **Ciências Ambientais: Política, Sociedade e Economia da Amazônia**. Belém: EDUEPA, 2020.

PONTES, Altem Nascimento et al. **Comunidade Quilombola África**, Abaetetuba, PA. Belém: EDUEPA, 2020.

Quilombolas: quem são, origem, tradição e condições. Saiba mais detalhes do povo e dessa comunidade que são símbolos da resistência à escravatura. Disponível: <<https://www.educamaisbrasil.com.br>> Postado por Jessica Alves em 29/03/2023 e atualizado pela última vez em 29/03/2023. Acessado em 05 out. 2023.

SILVA, DINIZ DA. **Identidade e Cultura dos Quilombos Contemporâneos do Maranhão: Um Estudo Sobre Narrativas Escritas de Comunidades Quilombolas de Itapecuru Mirim**. Revista De Letras - Juçara, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 152–164, 2022.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As Três Metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ZAMBELLO, Aline Vanessa et al. **Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018.

DIREITOS HUMANOS E POVOS TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA

GT01 – Sociedade, urbanização e estudos populacionais

Raquel Correia de Oliveira¹

1. INTRODUÇÃO

A presente proposta de pesquisa apresenta o tema “direitos humanos e povos tradicionais da Amazônia”, a fim de conhecer como o capital opera neste território e de que forma os povos tradicionais resistem a estes processos, que se constituem em particularidades que precisam ser reconhecidas pelo Estado e sociedade.

Nos últimos observa-se um aumento do interesse pelo referido debate, entretanto, na atualidade a Amazônia tem se destacado no cenário social como palco de diversos conflitos decorrentes da lógica de produção existente na relação capital *versus* trabalho. Há um processo de intensificação da apropriação das riquezas presentes nos territórios, que ocorre desde o processo de colonização e que são escamoteadas sob o mote do “desenvolvimento”.

Contudo, observa-se que o desenvolvimento propagado pelo capital não alcança as populações tradicionais, e hoje há um recrudescimento da pobreza, violência, desastres ambientais, aumento da mineração, garimpo ilegal, que têm efeito nocivo nas condições de vida da população.

Nesse sentido, esta proposta busca compreender quais são as particularidades dos direitos humanos na Amazônia, no que tange a resistência dos povos tradicionais diante da expropriação imposta pelo modo de produção capitalista.

O contexto da realidade amazônica é marcado por intensas violações de direitos humanos que apresentam particularidades que devem ser consideradas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é contextualizar as particularidades dos direitos humanos na Amazônia, destacando a resistência de povos tradicionais frente às formas de expropriação que ocorrem no território, em face do avanço da acumulação do capital na região.

Destaca-se que, a proposta ora apresentada refere-se a parte de uma pesquisa bibliográfica que foi iniciada em uma das disciplinas cursadas no doutorado, e que terá como produto final a construção de um artigo científico.

2. METODOLOGIA

Enquanto procedimento metodológico utiliza a pesquisa bibliográfica, que compreendeu a seleção de trabalhos concernentes à temática abordada. Para trabalhar acerca das particularidades dos direitos humanos na Amazônia utiliza Gilberto Marques (2019), Violeta Loureiro (2002) e Rodrigues e Ribeiro (2006), que propõem reflexões pertinentes a formação sócio-histórica da Amazônia, destacando sua inserção na lógica do modo de produção capitalista, que reverberou no aumento exacerbado da desigualdade social e na destruição da natureza.

¹ Doutoranda em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, e-mail: docufpa22@gmail.com

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na atual conjuntura, falar de Amazônia requer uma reiterada reflexão acerca de todos os processos históricos ocorridos até então, pois estes são reveladores de uma história marcada por resistências em face de violações históricas e estruturais de direitos humanos, que se mostram por meio de altos índices de violência, conflitos e degradação ambiental decorrentes das disputas territoriais (Rodrigues; Ribeiro, 2016).

Para uma análise crítica sobre as particularidades dos direitos humanos na Amazônia é preciso considerar o processo de formação social, política e econômica, observando que à Amazônia é designado um papel dentro do modo de produção capitalista, qual seja, o de fornecedor de matérias-primas.

As políticas de ocupação e de “desenvolvimento” desde sempre estiveram a serviço do grande capital a fim de garantir seu livre acesso aos recursos naturais e a exploração dos sujeitos que vivem na Amazônia (Marques, 2019).

Desde o início do processo de colonização no Brasil, a Amazônia desempenhou um papel de fornecedora de matérias-primas, e seu território era observado enquanto espaço que deveria ser explorado a fim de produzir riquezas para os colonizadores. É preciso ressaltar que aqui já havia diversos povos originários que em determinado momento foram subjugados e escravizados para garantir que os colonizadores tivessem sucesso em sua busca por territórios a serem apropriados e explorados.

Loureiro (2002) ressalta que a história dos homens na Amazônia tem sua construção marcada por dois eixos completamente conflitantes, em que de um lado predomina uma visão paradisíaca com criação de mitos da e sobre a região; por outro lado, há um processo de intensa violência cotidiana que é conformada por um permanente processo de exploração da natureza que tem causa no preconceito contra o homem e a própria natureza.

Assim, um dos primeiros mitos foi o de que a Amazônia seria a “terra da superabundância e o celeiro do mundo” (Loureiro, 2002, p. 109) a que todos poderiam recorrer em algum momento de necessidade, sem perceber que os recursos naturais não podem durar para sempre, principalmente diante de uma exploração desenfreada.

Diante do reconhecimento da exuberância e riqueza da natureza existente, os homens e mulheres não têm o mesmo reconhecimento. Pelo contrário, verifica-se o preconceito com relação aos seus modos de vida e visões sobre a natureza, em que desde o processo de colonização são vistos como empecilhos para que a região se desenvolva conforme os padrões moldados pelo capitalismo. Estes sujeitos constantemente são alvo de violências, que tornam o seu cotidiano marcado por incertezas quanto à garantia de que poderão viver com dignidade em seus territórios.

Desde o início do processo de colonização a exploração dos recursos naturais passa por ciclos, ou seja, em determinado momento se volta para atividades que possam gerar lucros ao grande capital, como foi por exemplo com a comercialização das “drogas do sertão”, borracha, madeira, e mais recentemente, com a exploração do minério e o agronegócio.

Ressalta-se que durante todos esses ciclos de exploração a população tem sofrido graves prejuízos, principalmente com a invasão de terras pertencentes aos povos originários. Conforme destacado por Marques (2019) há uma concepção de que os espaços são vazios, e que portanto, a presença dos povos originários que ocupam o território não é algo importante. Para os colonizadores estes são vistos como incivilizados, e nem mesmo a terra onde vivem lhes pertence. Sendo assim, os que vinham de fora deveriam ocupar os seus territórios e produzir riquezas, pois isto era algo que seriam incapazes de fazer, visto que sua relação com a natureza apresenta uma lógica distinta (Marques, 2019).

Nesse sentido, a adoção desta concepção até hoje impacta as condições de vida das populações amazônicas, as quais têm seus modos de vida considerados inferiores e que não contribuem em nada para o desenvolvimento da região. Não há o reconhecimento de que esses sujeitos têm seu próprio modo de se relacionar com a natureza, que para eles é condição *sine qua non* de existência.

Conforme Krenak (2020), a sociedade está cada vez mais mergulhada em uma forma de sociabilidade que valoriza somente aquilo que o dinheiro pode comprar, e por isso, cada vez mais a humanidade se torna uma máquina de produzir coisas, enquanto a vida em sua essência é desvalorizada. A vida daqueles que não conseguem se inserir no ritmo frenético do processo de acumulação capitalista tornou-se descartável, não tem valor para o grande capital, e isso é cada vez mais evidente (Krenak, 2020).

Isso fica claro ao considerar que apesar da Amazônia possuir riquezas naturais em abundância, é uma das regiões mais pobres do país. A população sofre com a falta de acesso à saúde, moradia, educação, enquanto os grandes empreendimentos que exploram a região têm lucros exorbitantes, que são enviados para fora.

Há que se notar que nos últimos anos os indicadores têm apresentado dados que evidenciam que os grandes empreendimentos em nada têm contribuído para a melhora das condições de vida da população mais pobre que vive na Amazônia. Ao citar o estado do Pará, Marques (2019) reflete que há uma generalização e reprodução da pobreza. Destaca que “os 10 municípios brasileiros com pior IDH [...] encontravam-se todos na Amazônia Legal, sendo quatro no Pará, inclusive o pior de todos, Melgaço, localizado na ilha de Marajó, onde se estimava que até metade da população municipal fosse analfabeta (Marques, 2019, p. 221).

Esses dados evidenciam o quanto é preocupante a situação dos direitos humanos na Amazônia, que durante séculos vem concentrando os piores índices do país no que diz respeito às condições de vida da população. As violações são constantes com destaque para conflitos rurais, desrespeito aos territórios de povos indígenas e comunidades quilombolas, crimes praticados contra defensores de direitos humanos. Tais processos atingem os grupos sociais vulneráveis, com destaque para comunidades indígenas e quilombolas, trabalhadores rurais e os próprios defensores de direitos humanos (Rodrigues; Ribeiro, 2016).

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade dos povos tradicionais da Amazônia tem sido marcada por eventos que deixam claro todos os processos de violações de direitos humanos que estão ocorrendo nos territórios. Desse modo, debater sobre as particularidades dos direitos humanos na Amazônia é imperativo, visto que elas não podem ser desconsideradas, e trazem a possibilidade de uma compreensão acerca do aprofundamento dos processos de dominação que o capital vem concentrando na região, bem como as respostas que os sujeitos impactados vem apresentando.

5. PALAVRAS-CHAVE

Expropriação. Particularidades da Amazônia. Resistência.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, p. 107-121. 2002.

MARQUES, Gilberto. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das letras, 2020. Bibliografia: p. 53-64. ISBN 978-85-5451-795-3.

RODRIGUES, Isabela Feijó Sena; RIBEIRO, Cristina Figueiredo Terezo. Violação dos direitos humanos na Amazônia uma análise dos casos na comissão Interamericana de direitos humanos envolvendo povos tradicionais. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/display/210567511>. Acesso em: 27 set. 2022.



3

Simpósio
Internacional

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

GT 01 • Sessão 3

AÇÃO COLETIVA E TURISMO NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS/PA¹

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Juliana Azevedo Hamoy²

Mirleide Chaar Bahia³

INTRODUÇÃO

A Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós é uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável instituída em 1974. Localizada no Pará, norte do Brasil, seu território está entre 4 municípios: Belterra, Aveiro, Placas e Rurópolis. Essa FLONA é formada por 23 comunidades tradicionais e dois territórios indígenas, e tem como principais fontes de renda o manejo florestal sustentável e o turismo. Criada em um contexto de ditadura militar, a intenção inicial era a retirada dos residentes, porém, a organização dos moradores resultou em um movimento de ação coletiva pelo direito de permanecer em suas terras, influenciando a forma como a gestão local é conduzida.

O objetivo desse estudo é analisar a relação entre a ação coletiva e o turismo na FLONA Tapajós, com direcionamento para as comunidades Maguari, Jamaraquá e São Domingos. O turismo na FLONA do Tapajós oferece a possibilidade de acessar praias e trilhas, as quais são divididas entre as comunidades. Válido ressaltar que as trilhas da comunidade de São Domingos são menos conhecidas e, conseqüentemente, têm poucos visitantes que as utilizam para lazer e turismo. A comunidade Maguari é um pouco mais conhecida e tem, inclusive, uma árvore centenária como atrativo, porém são trilhas mais longas e demoradas, restringindo o acesso. A comunidade mais visitada é a Jamaraquá, que conta com mais estrutura, se comparada às demais.

METODOLOGIA

Esse estudo, de cunho qualitativo, tem a pesquisa teórica baseada nas categorias Ação coletiva (Ostrom, 2008) e Turismo (Figueiredo e Nóbrega, 2015). Também foram realizadas pesquisas de campo e entrevistas semiestruturadas com moradores das três comunidades. Os agentes entrevistados das comunidades foram selecionados a partir do critério de acessibilidade. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

Resultados e discussão

O turismo pode ser entendido como uma prática social que envolve o deslocamento de um indivíduo para fora do seu local de moradia, vivência de experiências diferentes do seu cotidiano e o retorno ao seu local de moradia habitual. Estudar o turismo envolve compreender que não se trata de uma atividade exclusivamente econômica, mas também de vivências, encontros e trocas de experiências (Figueiredo e Nóbrega, 2015). A FLONA Tapajós tem algumas comunidades organizadas para o desenvolvimento do turismo, entre as quais estão Maguari, Jamaraquá e São Domingos, *lôci* dessa pesquisa.

A ação coletiva é uma categoria que pode contribuir significativamente para compreender as relações e formas de organização dos comunitários do *lôcus* estudado. O entendimento sobre a ação coletiva se apoia,

¹ Pesquisa financiada via Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

² Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA), Professora na Faculdade de Turismo/UFPA. E-mail: Julianahamoy@gmail.com

³ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA), Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA. E-mail: mirleidebahia@gmail.com

para Ostrom (1998, p.1), no ponto de vista que “[...] indivíduos em situação de interdependência encaram escolhas nas quais a maximização de interesse próprio de curto prazo produz resultados que deixam todos os participantes pior do que alternativas possíveis”.

Na ótica de Cefai (2007) é possível constatar que o conceito de ação coletiva está associado à tentativa de construir um coletivo de modo organizado, relativamente formalizado e institucionalizado, por indivíduos com objetivos comuns, num contexto de cooperação e competição com outros coletivos. O autor defende que as ações coletivas dependem do contexto no qual se aplicam, considerando que cada ação tem uma história. Partindo dessa perspectiva, juntamente com a própria história de instituição da FLONA e os conflitos existentes, a organização de cada comunidade também tem sua importância, sobretudo, pelas diferenças existentes entre as comunidades no direcionamento de atividades econômicas (turismo, artesanato e manejo florestal).

Cada comunidade tem seu regimento próprio, elaborado pelos próprios comunitários, ao mesmo tempo em que existem normas em comum para todas as comunidades da FLONA. Esses aspectos foram, e são, construídos a partir de processos democráticos em reuniões entre moradores e entre as comunidades. Contudo, os conflitos existem e fazem parte da própria égide da participação, onde interesses particulares e comunitários estão em lados opostos. Os conflitos existentes entre os interesses comuns e os particulares pode ser percebido tanto dentro das comunidades – entre os moradores - quanto entre as comunidades da FLONA. Um dos pontos identificados foi sobre a concorrência entre as comunidades sobre o recebimento de visitantes. Não se pode dizer, de acordo com os entrevistados das três comunidades, que há conflito, mas um entrevistado utilizou a palavra “ciúme”, conforme abaixo:

Conflito não, **acho que tem ciúme** [risos]. Tem ciúme porque essas comunidades, elas têm uma... Recebe mais turista mesmo, porque na alta temporada vem muita, muita, muita lancha passa tudo pro Jamaraquá, porque eu sempre, quando a gente vai fazer uma prestação de contas com os meninos que trabalha no CAT ali, [...] a associação, na alta temporada, ela dá bem lucro. Então num mês, ela chega a faturar de... De cinco a seis mil, num mês (Entrevista, informante Jamaraquá 4, 2022. Grifo nosso).

A mesma questão sobre a existência ou não de conflitos e/ou concorrência entre as comunidades para atrair mais turistas foi perguntada a um morador de outra comunidade:

Não, assim, conflito não. As vezes acontece, assim, algumas *falâncias*, né? Por ali, assim, mas não tem aquela coisa de ter uma reunião e discutir aqui, tipo “ah! A comunidade assim tá fazendo isso, fazendo aquilo”, não. No meu ponto de vista não tem, né? Entre as comunidades, não. (Entrevista, informante Maguari 1, 2022)

Outro informante também afirmou a inexistência de conflitos, contudo, um trecho de sua fala se destaca:

[...] a gente queria também colocarem aqui uma pousada pro pessoal do turismo, que Jamaraquá tem, né? Uma pousada deles, que eles montaram e tal [...], aí que a gente não tem é isso. E é por isso que muitas vezes a pessoa chega aqui e vai passando, né? Maguari, Jamaraquá, e a gente mesmo fica brabo aí, né, porque não tem... (Entrevista, informante São Domingos 1, 2022)

Não se pode afirmar a existência de conflitos ou disputa entre as comunidades em si. Entende-se que existe um orgulho significativo em ser parte de sua comunidade, contudo, alguns aspectos podem auxiliar a compreensão desse contexto: a) foi informado pelos próprios moradores que existe um costume em Alter do Chão (Santarém) em oferecer Jamaraquá, sem citar as demais comunidades; b) também citado pelos comunitários, é a limitada divulgação das demais comunidades, que somado aos outros aspectos, contribuiu para que, de fato, Jamaraquá receba um fluxo maior de pessoas. Não se acredita necessariamente em conflitos

diretos, porque muitos moradores dessas comunidades são parentes e amigos, além do que o “ciúme” citado nas entrevistas se restringe ao turismo (pelo fluxo), porém isso não é creditado às comunidades, e sim à atuação de agentes externos, tal como as agências de viagens. Essas questões influenciam indiretamente em uma relativa competitividade, mas que não são determinantes na gestão coletiva.

Outro ponto que gera conflitos é com relação à forma de organização para desenvolver o turismo. Nas comunidades pesquisadas da FLONA do Tapajós, são os próprios comunitários que recebem e são responsáveis por todos os serviços prestados: condutores de trilhas, serviços de hospedagem e de restaurantes. Cada comunidade possui um coordenador local de turismo e sua própria organização para receber os turistas. Os condutores citaram alguns cursos realizados: guia especializado, observação de animais, controle de fogo e coordenador de comunidade turística.

Cada condutor, durante um passeio, pode acompanhar até 5 pessoas, e o valor que recebe é de R\$ 150,00 por grupo. O valor recebido é 80% individual, e 20% direcionado para a associação, que utiliza essa renda para melhorias estruturais, manutenção do espaço físico da associação e outras benfeitorias, as quais são aprovadas em coletividade e realizada pelos próprios comunitários. Pertinente saber que o valor alcançado em serviços de hospedagem e restaurantes é direcionado apenas para os comunitários que prestam esses serviços. Isso porque esses espaços são construídos individualmente, bem como a organização também é individual. Os entrevistados que não possuem esses empreendimentos destacaram isso como uma questão conflitante. Os donos desses estabelecimentos não ajudam financeiramente a associação, o que alguns moradores acham injusto.

Na comunidade Jamaraquá, a associação comunitária comprou um carro Doblô para atender às necessidades de transporte, devido à falta de serviços (saúde, transporte público, etc.) adequado. Porém, durante uma mudança democrática de gestão, o Doblô foi vendido sem o conhecimento dos moradores e substituído por uma Strada inadequada para as necessidades da comunidade. Esse episódio revelou uma quebra de confiança na relação comunitária, pois a decisão foi tomada sem consulta e transparência. Isso comprometeu a confiança, reciprocidade e cooperação na comunidade, elementos fundamentais para sua coesão social, de acordo com Ostrom (1998).

Ostrom (2008), apontou princípios que devem ser considerados em um sistema de ação coletiva. Com base nesses princípios, o quadro 1, demonstra o que foi percebido no decorrer da pesquisa de campo na FLONA:

Quadro 1 - Comparativo dos princípios de Ostrom e o contexto da FLONA

Princípio	Contexto da FLONA
1. Limites claros de acesso aos recursos de uso comum e de seus usuários;	A partir da relação entre o ICMBio e as comunidades estudadas, existe a compreensão sobre os limites de acesso e as possibilidades de uso comum e individual do espaço.
2. A definição das regras deve ser adequada ao contexto local;	No contexto do turismo, as normas foram elaboradas para evitar a concorrência entre as comunidades, considerando que os atrativos são similares, os moradores acreditam que as oportunidades de ofertar serviços turísticos também deve ser.
3. Os usuários participam na definição/adaptação das próprias normas de uso – acordos coletivos;	Os usuários elaboram suas próprias regras comunitárias, contudo as regras dos grupos de turismo são para as três comunidades, bem como participam de processos decisórios de acordos coletivos tanto em relações intercomunitárias, quanto frente a associação mãe e ao ICMBio.
4. Os benefícios gerados pela gestão comum são proporcionais aos custos de utilização;	Os benefícios são considerados desproporcionais, visto que o turismo é organizado pela coletividade, porém nem todos os benefícios advindos do turismo são compartilhados entre os comunitários envolvidos, a exemplo de pousadas e restaurantes, que usam o turismo (coletivo) para se beneficiar com serviços nos quais os ganhos são individuais.

5. As autoridades externas reconhecem as regras da comunidade;	A organização dos moradores já existe antes da criação do ICMBio. Com o ICMBio existe uma relação de parceria e respeito, conforme os entrevistados.
6. Há monitoração das regras por parte dos usuários, com penalizações para os infratores;	Os acordos coletivos e o monitoramento existem pelos próprios moradores, com sanções que podem impedir a atuação de condutores, no caso do turismo.
7. É facilitada a negociação para resolução de conflitos;	Há uma instituição e/ou conselho que delibere exclusivamente sobre os conflitos envolvendo o turismo, além das associações locais, a associação mãe e o conselho gestor
8. Alinhamento e articulação intersetorial na gestão	Existem as instancias de gestão que se direcionam conforme seu nível: local – associações comunitárias e/ou intercomunitárias, nível de FLONA como representante de todas as comunidades.

Fonte: elaborado pela autora, com base nos princípios de Ostrom (2003).

Ostrom (2003) organizou esses princípios a partir de observações de casos sobre a governança de recursos e apontou algumas variáveis que se repetiam em casos exitosos. Esses princípios indicam algumas normas específicas que podem ser norteadores em uma gestão compartilhada, contudo, não há uma metodologia específica a ser seguida, pois cada coletividade deve implantar suas regras de acordo com a sua realidade, de modo sustentável e cooperativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora existam alguns conflitos persistentes, a organização e autonomia dos moradores na condução na gestão local demonstra a existência de uma ação coletiva. Ao tratar da organização e da ação coletiva na FLONA, nota-se pelas comunidades estudadas, a existência de uma coletividade organizada, formalizada e institucionalizada, com objetivos comuns em um contexto de cooperação e competição com outros coletivos. Ao mesmo tempo em que também existe competição entre as comunidades também se mantém, e, conforme as possibilidades, é administrado pelos próprios moradores.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo; Ação Coletiva; Floresta Nacional do Tapajós

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CEFAÏ, D. **Por que nos mobilizamos?** Teorias da ação coletiva. Paris: Éditions La Découverte, 2007.
- FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, N. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, N. AZEVEDO, F. (Org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015
- OSTROM, E. Policy Analysis in the Future of Good Societies. **The Good Society**, v. 11, n. 1, p. 42-48, 2003.
- OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. 21. Nova York: Cambridge University Press, 2008.

CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM SANTARÉM: uma análise preliminar

GT 01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

***Pablo Vitor Viana Pereira*¹
*Marilena Loureiro*²**

1. INTRODUÇÃO

As discussões sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC) surgiram em decorrência de múltiplos fatores, dentre eles a crise socioambiental contemporânea, que está diretamente relacionada à ideologia desenvolvimentista, a qual associa o desenvolvimento ao crescimento econômico e ao progresso técnico-científico, como apontam Araújo e Gelbcke (2008). Logo, O Turismo de Base Comunitária, em tese, segundo Irving (2009, p.114), tende a “ser aquele tipo de turismo que favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento”. Com base nesses elementos, definiu-se os seguintes questionamentos: quais são os agentes internos e externos do Turismo de Base Comunitária nas comunidades analisadas e quais os papéis desempenhados por cada um deles? como se configuram as relações ecosocioeconômicas entre os agentes do campo relacional do Turismo de base comunitária?; e quais são as implicações do Turismo de Base Comunitária (TBC) nas dinâmicas ecosocioeconômicas das comunidades analisadas? Pensando nisso, o objetivo principal dessa pesquisa é analisar as relações ecosocioeconômicas existentes no turismo de base comunitária no município de Santarém – Pará.

2. METODOLOGIA

Para responder as indagações dessa pesquisa, optar-se-á por uma abordagem qualitativa, já que se trata de questões muito particulares, a exemplo das iniciativas de turismo de base comunitária. A pesquisa se utilizará do referencial teórico-metodológico como forma de compreensão do fenômeno social, levando em consideração o recorte espacial definido, as comunidades de Anã, Atodi e Arimum (Santarém-Pará). Para tanto, será utilizado os principais conceitos (campos e *habitus*), proposto por Bourdieu (1983), para compreender o campo de relações do TBC, articulando estruturas (os jogos, as nuances, as disputas) e ações dos agentes. Com relação à natureza das fontes utilizadas para abordagem e tratamento do objeto de pesquisa, este estudo consistirá da combinação entre pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo (SEVERINO, 2007).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com objetivo de caracterizar as contribuições do turismo de base comunitária em Santarém, especificamente na comunidade de Anã, foi realizado nos dias 27, 28 e 29 de julho de 2021 uma visita inicial na referida comunidade. Como técnica de pesquisa utilizou-se da observação simples com anotações em diário de campo.

¹ Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, NAEA/UFPA, pablo.viana28@gmail.com

² Doutora em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido, PPGDSTU-NAEA/UFPA, marilenals@ufpa.br

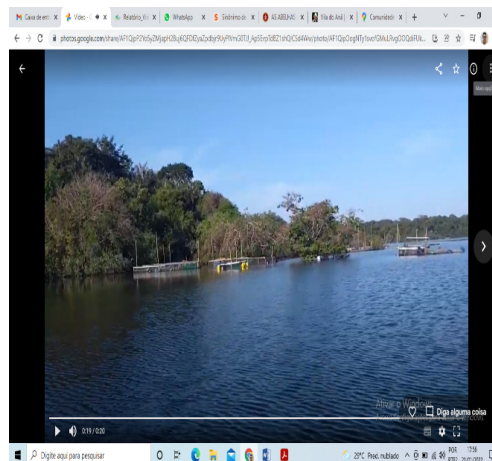
Como parte da observação constatou-se, que a comunidade é a porta de entrada do Rio Arapiuns, e é uma referência no Turismo de Base Comunitária, e conta com hospedaria para até 36 pessoas, sendo 21 em alojamento fechado e 15 em redário aberto, além de um restaurante comunitário que oferece opções de comidas vegetarianas e veganas, além de café da manhã regional (TURIARTE, 2021).

Fotografia 1: Visita ao manejo das abelhas sem ferrão



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Fotografia 2: criadores de peixes em redes flutuantes



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Fotografia 3: Farinhada da comunidade de São Marcos



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Fotografia 4: artesanato da comunidade de São Marcos



Fonte: Acervo pessoal (2021).

É importante destacar que uma das grandes dificuldades desse tipo de experiência turística é a falta de estratégias para introduzir estas iniciativas nos mercados turísticos (GRACIANO; HOLANDA, 2020), ou seja, pouco divulgam essas iniciativas, quando anunciam é para passeios de “bate e volta”, geralmente saindo de Alter do Chão.

Essa visita de campo inicial foi importante para uma aproximação entre o pesquisador e o local pesquisado. Conseguir ainda que preliminarmente conhecer a estrutura e o funcionamento da pousada e do restaurante, como funciona a comunicação da Turiarte com os visitantes, como funciona o acesso a localidade, bem como pude vivenciar alguns roteiros oferecidos pela cooperativa.

Outro ponto importante é ressaltar que a pesquisa se encontra em andamento. Como parte desse processo, foi construído a partir da disciplina abordagem metodológica do campo social, um quadro apresentando preliminarmente os agentes do campo do turismo de base comunitária em Santarém, além de uma breve caracterização dos mesmos.

Agência de Campo	Caracterização da Agência
TURARÊ	Cooperativa que organiza, opera e comercializa, diretamente ou em cooperação com agências de viagens e outros parceiros, roteiros individuais e em grupo de turismo de base comunitária, na região de Santarém, envolvendo principalmente 4 comunidades do rio Arapiúna, onde também gerencia duas posturas comunitárias.
APROARÁ	Associação de Produtores Rurais de Aná
APAA	Associação de Produtores Agroextrativistas de Aná
TAPAJÓARA	Organização das Associações Comunitárias do RIBEIX Tapajós-Arapituna
Amplamaa	Associação de Moradores, Pescadores e Produtores Agroextrativistas Da Comunidade De Akodi - Rio Arapiúna
JM PACAR	Associação de Moradores e Pescadores Agroextrativistas da Comunidade de Atimua
FENOLE	Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande
Projeto Saúde e Alegria (PSA)	É uma iniciativa civil sem fins lucrativos que atua desde 1987 na Amazônia brasileira, promovendo e apoiando processos participativos de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável.
Projeto Bagagem	É uma ONG cuja missão é promover o turismo de base comunitária como ferramenta para valorização e desenvolvimento sustentável do turismo no Brasil.
Turismo Consciente	É uma operadora de turismo criada com o objetivo de comercializar viagens por toda região amazônica com sede em São Paulo.
Ecologia Osibirás	É uma operadora de ecoturismo que, em conjunto com comunidades locais, procura desenvolver e estabelecer um modelo alternativo de turismo que gere renda às iniciativas sociais comunitárias. Fica sediada no município de Belém.
Turistas	Pessoas oriundas de outros municípios, Estados e países, que passam um tempo determinado no lugar visitado.
Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBIO)	Autorquia em regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Integrada ao Sistema Nacional do Meio Ambiente.
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Autorquia federal, autônoma de primeira e executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.
Secretaria de Estado de Turismo do Pará (SETUR/PA);	Órgão estatal destinado ao desenvolvimento e à execução de políticas públicas para o turismo no Estado do Pará
Secretaria de Turismo do município de Santarém (SEMTR)	Órgão da administração direta do município de Santarém responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas para o Turismo.
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Instituição federal de ensino superior, organizada sob a forma de autorquia, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) sediada no Estado do Pará
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	Instituição federal de ensino superior com sede num dos polos mais estratégicos da Amazônia, no município de Santarém.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário avançar no que tange à autogestão dos projetos de TBC na região amazônica e fortalecer a cooperação que permita o envolvimento do governo em conjunto com a comunidade e o mercado. Por outro lado, Graciano e Holanda (2020) apontam que o planejamento e a governança devem ser trabalhados para superar os desafios do TBC, como: relações de poder, processos de gestão e organização da atividade, profissionalização, posicionamento de mercado e formas de organização produtiva sem sucumbir às exigências do mercado.

5. PALAVRAS-CHAVE: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA. ECOSOCIOECONÔMIAS. SANTARÉM.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. D. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, n.1, p. 161-179. 2020.
- IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

FESTAS QUILOMBOLAS E OS ENTRELACES PARA O TURISMO

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*Stephanni Gabriella Silva Sudré*¹

*Silvio Lima Figueiredo*²

*Fernando Campelo Pãozinho*³

*Andressa Ferreira Ramalho Leite*⁴

1. INTRODUÇÃO

O turismo e o poder simbólico, cooperação comunitária, lutas e resistências, que demonstra em sua obra a possibilidade de inversão da lógica e institui nova categoria de análises do turismo (Figueiredo, 2022).

As regiões turísticas do Tocantins, através da força política e do mercado, buscam promover-se como destino de belezas naturais (ecoturismo), de economia criativa (artesanato) e das vivências nas comunidades tradicionais, especialmente pelas comunidades quilombolas.

Da região norte do estado do Tocantins, na Região dos Vales do Grandes o que se conhece abrange nacionalmente, as áreas balneárias entre os rios Araguaia e Tocantins, dedicado ao turismo regional através das cachoeiras, praias fluviais, ilhas naturais e lagos artificiais, são atrativos de presença frequente nos roteiros turísticos. Muitos movimentos são identificados nesta região, em particular das comunidades quilombolas, que influenciam o fluxo turístico regional através das festas e têm ampla ressonância nos ciclos de visitação da região.

Neste contexto, em que se identifica este trabalho, teve como objetivo entender a inter-relação entre as comunidades quilombolas em festas e possíveis entrelaces com a visitação turística, na região norte do Tocantins e analisar a percepção da comunidade sobre a maneira que o turismo se estabelece nas festas.

De mesmo modo, admite-se apresentar as expectativas para o turismo que se eleva nas comunidades quilombolas por meio das práticas, que mesmo se aproximando do turismo cultural se ganha vertentes na educação patrimonial, atraído pelas facetas da comunicação social e o encontro cultural.

O estudo foi desenvolvido no âmbito do Programa Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável em Trópicos Úmidos do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia na Universidade Federal do Pará – UFPA/NAEA, em colaboração com o Curso de Tecnologia em Gestão do Turismo da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT.

2. METODOLOGIA

Esta proposta de investigação que observa a Comunidade Quilombola Dona Juscelina, localizada em Muricilândia, no norte de Tocantins, que é margeada pela rodovia regional TO-222 que liga a rodovia BR-153 (Rodovia Transbrasiliana) e a cidade de Araguaína ao rio Araguaia na direção oeste.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: stephanni.sudre@ufnt.edu.br

² Pós-Doutorado em Sociologia na Université Rene Descartes, Paris V, Sorbonne. Universidade Federal do Pará. E-mail: silviolimafigueiredo@gmail.com

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará. E-mail: fernando.campelo@mail.uft.edu.br

⁴ Doutora em Turismo. Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: andressa.leite@ufnt.edu.br

Trata-se de um estudo qualitativo, com a finalidade de investigar a complexidade do fenômeno central e apresentar perspectivas simbólicas do objeto de estudo (Creswell, 2007). E deverá colaborar para extrair, descrever e compreender a inter-relação da comunidade pesquisada através das festas, com o desafio de investigar o fenômeno social sem cair na objetivação do que é subjetivo (Bruyne, Herman e Schoutheete, 1977).

Deste modo, para apresentar as expectativas locais para o turismo na comunidade, foram criados quatro encontros presenciais (entre outubro/2022 e janeiro/2023) em busca de ampliação da relação da pesquisa com a comunidade. Dentre as quatro atividades propostas, foram realizadas rodas de conversas de apresentação do projeto, conversa sobre o turismo, atividades participativas de integração e interação e entrevistas. E para este estudo destacamos os membros colaboradores quando citados de forma direta nas letras A a F).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

E as comunidades quilombolas do norte do Tocantins têm entre suas práticas culturais as festas que constituem momentos de convivência e através dos saberes e fazeres locais e se organizam coletivamente em um calendário diverso, seja por festas, festejos, festivais, shows, encontros ou reuniões, ou com motivação recreativa, religiosa, esportiva ou comunitária, etc.

O turismo compõe o complexo conjunto da realidade social global, considerando seu “tamanho” desdobrando-se em diferentes formatos a partir dos sujeitos que ofertam e dos que o vivenciam como turistas. Nesse universo múltiplo e dinâmico, o turismo conquista significativa visibilidade, configura-se como parte do turismo cultural tendo como atratividade as características culturais étnicas. Em meio ao turismo étnico pode-se encontrar diferentes etnias compostas por quilombolas, ribeirinhos, indígenas, dentre outros grupos, que em si também se subdividem.

A comunidade pesquisada apresenta práticas sociais que motivam a visitação na localidade e todas elas acontecem por meio das festas, que mesmo se aproximando do turismo cultural ganham as vertentes da educação patrimonial, motivado pelas facetas da comunicação social e o encontro cultural. Que através da coordenação do turismo de forma comunitária, estabelece o ambiente de autodeterminação e apropriação dos dizeres e do turismo com baixa intensidade de intervenção externa demonstrando originalmente sua produção cooperativa.

Os membros da comunidade demonstraram interesse pelo tema de Turismo, e um dos participantes menciona que as festas são “marco para a comunidade com o fortalecimento comunitário” (participante A), e muitas das visitas “as pessoas vem ver / conhecer suas origens e nós revivemos as nossas origens” (participante F).

A ancestralidade apresenta contornos para o turismo que estruturam mecanismos de resistência necessários diante dos frequentes “ataques que as comunidades quilombolas vêm sofrendo” (participante C) nos últimos anos. E todo encontro é uma oportunidade de construção de projetos e ações de melhoria para a comunidade, lembrando-se da importância e o “compromisso da comunidade em dar continuidade aos projetos” (participante B) que recebem.

O turismo é um “assunto que chama atenção, nossa comunidade precisa muito de orientações” (participante A), isso porque se de um lado “já fazemos parte do turismo” (participante F) de outro o “turismo é um assunto novo” (participante E).

E a comunidade apresenta diversas práticas culturais de interesse da educação patrimonial e o turismo, através das festas tradicionais com culinária, dança, música, artesanato, literatura, religiosidade, e outros aspectos do patrimônio da cultura quilombola. O patrimônio natural está presente na comunidade e se apresenta para o “turismo com a riqueza também com a presença do rio” (membro D) favorecido pelos eventos, a pesca artesanal, a culinária regional e as temporadas de praia no rio Murici.

As festas como principais abordagens dos quilombolas para o turismo, são atividades periódicas e tradicionais dessa comunidade, que se organizam em seus momentos de integração coletiva, manifestam

suas expressões culturais entre a temporalidade e a espacialidade do mundo real e ritual. As festas ampliam as oportunidades de relação entre a produção dos saberes e a ocupação dos espaços por grupos sociais que buscam assegurar a reprodução de suas marcas identitárias, utilizando o campo da cultura para o 'refazimento' comunitário, buscando nos espaços de memória as lembranças e saberes em torno da história, com momentos de convivência e construção coletiva.

Em uma abordagem multidimensional as práticas culturais envolvem as festas, por meio dos símbolos, lugares, objetos e a interação social dos agentes locais. Contudo, é necessário entender a relação entre a produção dos saberes quilombola e turismo como espaço de vivências coletivas criadas a partir das festas, que formam o ambiente formado pela sociabilidade da dança, canto, as comidas, conversas e religiosidade.

As festas na comunidade quilombola poderão colaborar com a construção e debate sobre os caminhos para o turismo aliado às questões socioambientais das comunidades quilombolas, na tentativa de lidar com as limitações de autogestão, autodeterminação, reconhecimento, conscientização social, justiça social entre outros.

A visão da comunidade sobre as festas está estreitamente ligada à capacidade de representação da ancestralidade negra e das origens afro-brasileiras, e atuam como ferramentas de educação, consciencialização e união.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alternativas e oportunidades de enriquecimento da compreensão do turismo podem surgir do reconhecimento dos saberes e fazeres tradicionais, e para tanto, encontraram inúmeras implicações estruturais para a valorização destas atividades culturais.

A divisão gradativa com a reprodução conceitual do turismo exclusivamente pelas experiências empresariais e governamentais deverá marcar através das festas sua reconfiguração como atividade comunitária, por meio de propostas autônomas de legitimamente, autenticidade e originalidade de atuação no turismo.

E nesse contexto, que o presente trabalho se posiciona numa perspectiva crítica e de ruptura aos modelos de turismo e pela valorização das práticas que emergem a partir de dinâmicas, lugares e valores socioculturais como os presentes nas festas quilombolas.

O turismo construído pelas comunidades quilombolas através das festas tradicionais posiciona-se com distanciamento dos modelos de mercado, e apresentam a essência das práticas culturais dos povos quilombolas, e contribuem como produção e organização comunitária. E, assim, observa-se que através das vivências, hospitalidade ancestral e a memória cria-se uma manifestação do encontro e estreitamento dos laços comunitários, onde a coletividade e a partilha são fatores de comemoração e fortalecimento.

E entre as inúmeras práticas culturais as festas representam o conjunto etnográfico da história e da cultura de um povo, que une crenças, hábitos e tradições dos saberes quilombolas, revelados na culinária, nas danças, no artesanato, nas encenações, nos ritos, celebrações e demais manifestações. E possuem o significado de existência, identidade e pertencimento, em que no mesmo espaço-tempo dialogam e jogam entre si, e vem consolidar referências do grupo e alicerces da memória coletiva.

Contudo, o presente estudo demonstrou que a despeito de não terem sido constatadas como agentes do turismo na região, mobilizam visitantes e viajantes, desde suas concepções iniciais, através de encontros, interações, comemoração e festas, por inúmeros motivos ligados à ancestralidade quilombola.

5. PALAVRAS-CHAVE

Turismo; Festas; Quilombola; Tocantins; Amazônia.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bruyne, P., Herman, J., Schoutheete, M. (1977). Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica. (2a ed.) Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Creswell, J. W. (2007). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. (2a ed.). Porto Alegre: Artmed.

Figueiredo, S. J. L. (2022). Alternativas de Turismo de Base Comunitária na Amazônia Legal brasileira. Revista Franco-brasileira de Geografia. Confins, 54 (1). Dossiê Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas. Resgatado de: <https://journals.openedition.org/confins/45154>

RIOS (EM) MOVIMENTOS: MOBILIDADE, LAZER E TURISMO NAS ILHAS DO COMBU E DE COTIJUBA - PARÁ

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Thiliane Regina Barbosa Meguis¹

1. INTRODUÇÃO

A configuração de uma cidade amazônica representa além da forma urbana, a forma ribeirinha, com a sua grandiosidade das vias fluviais, e modos de vida, de valores, e de hábitos marcados por uma temporalidade específica (TRINDADE Jr, 2016). Nesse sentido, os rios vêm desempenhando, historicamente, um papel fundamental no processo de ocupação da Amazônia, permitindo a ocupação e a colonização.

Além do rio se configurar como um elemento essencial para a logística de deslocamento e de acesso, faz parte, principalmente, da essência de vida Amazônica. Além do imaginário que é construído com relação a região, por isso, tem papel relevante na produção simbólica local, dos povos, das relações que se criam, e dos visitantes que buscam vivenciar em suas experiências essa relação.

São 43 ilhas que mantêm relações constantes com a Belém continental. Essas relações perpassam aspectos como escoamento de produtos tanto das ilhas, quanto para o continente, deslocamento em busca de serviços de cidadania (emissão de documentos etc.) e, de modo específico nos últimos 15 anos, um aumento significativo na prática do turismo e do lazer nas ilhas.

Dentre essas ilhas, a do Combu e a de Cotijuba têm destaque no deslocamento motivado pela prática do lazer e do turismo. E, portanto, foram escolhidas para essa análise. As relações com as frentes fluviais, que se ligam ao processo de modernização regional, e a uma temporalidade ribeirinha, mostram-se como importantes recortes analíticos de estudo, pois permitem entender a articulação da mobilidade amazônica, a partir da relação que se cria com o rio e das suas possibilidades, no que diz respeito ao desenvolvimento local e ao turismo.

A ilha do Combu, está situada ao norte de Belém nas margens do Rio Guamá. O seu acesso ocorre por meio do transporte fluvial a partir da praça princesa Isabel, localizada no bairro da Condor, num deslocamento que leva em torno de meia hora, dependendo do local que o visitante pretende chegar.

A ilha de Cotijuba está localizada às margens da baía do Marajó, a 22 Km (em linha reta) do centro de Belém e faz parte do Distrito Administrativo do Outeiro (DAOUT). O acesso à ilha acontece a partir de Belém, por meio de embarcações, saindo do terminal portuário localizado no mercado Ver-o-Peso, tendo o deslocamento uma duração, em média, de uma hora e meia, ou saindo do bairro de Icoaraci (Distrito a 20 km de Belém do Pará), com duração, em média, de quarenta e cinco minutos.

O objetivo principal dessa pesquisa é: Analisar a mobilidade dos fixos e dos fluxos, levando em consideração a dimensão e/ou vivência ribeirinha amazônica e suas contribuições para o desenvolvimento local.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU- 2018). thilianemeguis@gmail.com

2. METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo do trabalho optou-se por uma abordagem etnográfica, no entanto, a análise não busca fazer um trabalho antropológico, nem se apropriar da antropologia enquanto um método exclusivo de análise, mas se valer de algumas técnicas, para interpretar, mesmo que não seja em sua totalidade, a realidade local.

Um dos objetivos que levaram à escolha da etnografia enquanto abordagem para a pesquisa é a possibilidade de poder entrar em contato com o universo dos sujeitos e compartilhar experiências, não para que possa haver mudanças nas visões de mundo, e nem apenas para descrever a realidade local, mas para que ocorra uma relação de troca de experiências, vivências e saberes, e deste modo tentar observar o que não estava previsto no início da pesquisa, saindo assim com uma referência nova de entendimento, ou pelo menos pistas novas, do que não fora previsto anteriormente.

Para estudar a mobilidade turística, faz-se necessário recorrer aos “métodos moveis”, ou seja, o esforço que os pesquisadores da área têm construído por meio dos “novos paradigmas das mobilidades” (SHELLER, URRY, 2004).

De acordo com Freire-Medeiros e Pinho (2016), mesmo com motivações diversas, condições e confortos nos deslocamentos, direta ou indiretamente ocorre à interligação entre as mobilidades das pessoas, das coisas, das ideias. Os sistemas estão cada vez mais complexos e interdependentes, porém interligados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreender a formação socioespacial da Amazônia e as contribuições de autores locais para o seu entendimento dinâmico e complexo das vivências e das experiências em cada descoberta no campo, pois só quem vivência de perto terá uma mínima noção do que é a Amazônia e como se constroem e reconstroem as suas dinâmicas. “[...] A Amazônia é vista como uma porção dinâmica de uma totalidade em permanente reconstrução, o território brasileiro” (TRINDADE JÚNIOR, LEITE, OLIVEIRA, 2021, p. 13).

O esforço realizado para se despir de uma visão mecanicista e incorporar no olhar as lentes da mobilidade em que as pessoas se fixam dentro de um espaço ou mesmo se movimentam como forma de vivenciar experiências diferentes do seu cotidiano (visitante), foi um desafio constante no decorrer da pesquisa. Já para o morador local a relação com a mobilidade por meio do rio é algo constante e faz parte do seu dia a dia, seja para resolver um problema em Icoaraci ou em Belém ou mesmo para visitar um parente, nessas idas e vindas a relação com o rio apenas se fortalece por meio de uma relação simbólica e cultural contínua.

Alicerçou em compreender a virada das mobilidades influenciada pela vida social móvel, destaca-se que as escalas mais privilegiadas estão muitas vezes distribuídas desigualmente por uma hierarquia que está pautada nos fluxos que se movimentam e nos fixos que muitas vezes, por questões que perpassam por relações de poder, acabam por não se mover. Repensar o turismo a partir de suas mobilidades considerando não apenas as práticas cotidianas de deslocamento como uma experiência, mas como uma prática social significativa, corporificada, moldada pelo meio ambiente, pela cultura, pelas relações de poder e simbólicas, pelas estruturas sociais, além das tecnologias de transporte e de informação (URRY, 2007; CRESSWELL, 2010).

Na Amazônia ocorre a coexistência de temporalidades, pois os tempos lentos ainda permanecem, principalmente quando o barco fica a disposição de sua lotação para poder fazer o seu percurso, o que causa algumas reclamações, como por exemplo, “quanto tempo ainda falta para o barco sair?” “Quantas pessoas faltam para o barco sair?” “Égua, nada desse barco sair”. Esse tempo “lento” é tido como um momento de espera que muitas vezes não é compreendido pelo visitante como uma vivência ou algo comum ao dia a dia amazônico. Eu enquanto pesquisadora, e não mais a usuária do transporte, pude perceber a importância

desse tempo de espera como algo característico da região e por mais que tenham horários bem definidos para que ocorra a viagem, esse momento vai acontecer e é algo com significado para as lentes da mobilidade.

Na ida para a ilha do Combu observa-se uma dinâmica um pouco diferente, todos os agentes usam coletes salva vidas e a maioria fica observando a paisagem ao redor, conversando com as pessoas do lado e poucos utilizam o celular nesse percurso. O que pode ser influenciado pela duração da viagem, a qual é de apenas trinta minutos, dependendo do local do desembarque.

No momento do retorno das ilhas visualiza-se outra dinâmica, de pessoas mais cansadas, mais caladas e querendo chegar ainda mais rápido do outro lado da ilha para retornarem as suas residências, o único movimento diferente que pode-se observar, ocorre quando o rio faz um movimento mais brusco e com isso a embarcação sai do seu eixo, e nesse momento as pessoas interagem uma com as outras por gestos e comentários sobre o movimento, além da água que adentra a embarcação e molha as pessoas, como se estivesse chamando atenção, seria como uma forma de reforçar a sua importância para a região e para a mobilidade das pessoas, com o intuito mais específico de enfatizar o movimento contínuo no espaço e a ininterrupta parcela de transformação do mesmo.

Por mais que ocorra em outras regiões, na região Amazônica pode-se perceber a natureza conflituosa entre o tempo rápido da sociedade capitalista, que cada vez mais busca estar em vários lugares em um pequeno espaço de tempo, colidindo-se com tempos mais lentos que formam as dinâmicas regionais da Amazônia e em especial das ilhas do Combu e de Cotijuba. O que não se observa apenas na mobilidade, mas também em outros setores de produção e reprodução do espaço.

Assim como especifica Huertas (2007) a navegação fluvial que estabelece na região eixos de sucessões e de coexistências, pois os rios e as embarcações são compartilhados por agentes com diferentes usos dos mesmos, o que não se caracteriza apenas pela especificidade das embarcações, mas pelos ritmos em que as pessoas imprimem nesse processo de deslocamento entre as ilhas.

O que seria algo lento para o visitante e mesmo para o morador, é algo normal para os trabalhadores das embarcações. A teoria das mobilidades só pode ser visualizada nos lugares, por meio da captação das singularidades, a partir da região amazônica com múltiplas temporalidades.

O autor Santos (1994b) caracteriza esse tempo lento como uma forma de resistência da região Amazônica em meio a esse tempo rápido do capitalismo, o qual busca cada vez mais o acesso rápido, o deslocamento com agilidade. E essa rapidez se apresenta como uma possível solução para o tão alcançado desenvolvimento local.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as dinâmicas amazônicas a partir da teoria das mobilidades é um desafio, pois cada usuário se comporta de uma maneira diferente, alguns ficam mexendo nos celulares, outros conversando com a pessoa do lado, alguns pegam os coletes com a intenção de se prevenir, outros escutam músicas, compram algo na embarcação, sempre entra e sai um vendedor diferente e alguns ficam apenas contemplando a paisagem e observando as pessoas. Ressalta-se que essas dinâmicas são visualizadas na saída de Icoaraci para Cotijuba.

O rio, portanto, se caracteriza como um local de encontro e desencontro, levam e trazem histórias únicas que foram vividas e revividas em cada processo de embarque e desembarque, dentro do barco, no momento em que o barco balança de uma maneira diferente e que quase sempre causa um desconforto entre os usuários, e nesse momento surgem conversas que não estavam programadas, e vivências que só são experienciadas por meio da mobilidade.

PALAVRAS-CHAVE

Mobilidades; Turismo; lazer.

REFERÊNCIAS

CRESSWELL, T. Towards a politics of mobility. **Environment and Planning D: Society and Space**, 28, 17-31. 2010.

FREIRE-MEDEIROS, B.; PINHO, P. de S. O turismo num mundo de mobilidades. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.23.2, 2016, p.5-16.

HUERTAS, D. M. Da Fachada atlântica ao âmago da hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola. 2007. 315f. **Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)** - Departamento de Geografia, faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: **Hucitec**, 1994b.

SHELLER, M; URRY, J (orgs.). **Tourism mobilities: places to play, places in play**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2004.

TRINDADE JR, S. C. Formação Metropolitana de Belém (1960-1997). -1. Ed. – Belém, PA: **Paka-Tatu**, 2016.

TRINDADE JR., S. C.; LEITE, G. C. da S.; OLIVEIRA, H, M, P de. O pensamento de Milton Santos e a Amazônia. –Rio de Janeiro: **Consequência Editora**, 2021.

URRY, J. **Mobilities**. London: Polity, 2007.

PERCEPÇÃO DA PAISAGEM URBANA E ACÚSTICA DO BOSQUE RODRIGUES ALVES - JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA EM BELÉM - PARÁ

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Jamile da Silva Vrbská¹

André Santana²

Luiz de Jesus Dias Silva³

Gustavo da Silva Vieira de Melo⁴

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo de realizar uma análise e discursão acerca da percepção da paisagem urbana e acústica, tendo como objeto especificamente o Bosque Rodrigues Alves, na Cidade de Belém do Pará, cujo espaço circunscrito é um fragmento original da floresta amazônica que resistiu às transformações da paisagem urbana dentro de um contexto de expansão e adensamento da cidade. O recorte temporal elencado diz respeito a um retrospecto histórico desde a fundação do Bosque, até a contemporaneidade, periodizando de acordo com os principais marcos sociais e econômicos nesse interstício e, acima de tudo, os reflexos na paisagem urbana; pesquisando no tempo presente as intensidades sonoras percebidas no interior do parque. A metodologia adotada é de cunho qualitativo e quantitativo, tendo como um dos recursos, levantamento historiográfico, os métodos etnográfico de análise e aproximação do objeto de pesquisa (GEERTZ, 1989), discussão quanto à percepção da paisagem (MERLAU-PONTY, 1999; SIMMEL, 1983) e aferições dos ruídos acústicos (SCHAFFER, 2001) e ao final, comparam-se os índices encontrados com os relatos perceptivos dos usuários do espaço.

A evolução de uma paisagem está ligada à história de qualquer comunidade que se fixa em um determinado sítio. A implantação e o desenvolvimento de um núcleo urbano são influenciados por vieses culturais, políticos, ecológicos, econômicos e sociais ao longo do tempo. À transformação da cidade ao longo do tempo, denominamos evolução urbana, a cidade é modelada de acordo com o aspecto cultural de sua população. O caráter e a identidade das coisas e lugares exprimem o modo de como a sociedade cria significados e símbolos.

Estamos inseridos em um contexto de grandes riscos ambientais onde mudanças climáticas passaram a ser uma pauta presente no cotidiano da sociedade. Os estudos sobre o som na cidade, assim como, os caracteres sonoros que atuam no ambiente construído, principalmente nos grandes centros urbanos ganham destaque entre as questões ambientais e os desafios da sustentabilidade. Na realidade a partir da pós-revolução industrial, o ouvido humano não tem trégua de estímulos diversos, o som em si possui grande influência na qualidade do ambiente nas cidades.

Daumal et. al (2013) indicam que o aumento do índice sonoro foi ocasionado principalmente pela multiplicação das fontes de origem desses sons, também através do número de obras sem amortecimento, falta de prevenção nos impactos sonoros, crescente aumento no transporte e uso indiscriminado de dispositivos sonoros individuais e comunitários.

¹ Arquiteta e Urbanista, aluna de Mestrado, PPGAU-UFPA, jamilevrbska@gmail.com

² Arquiteto e Urbanista, aluno de Doutorado, PPGAU-UFPA, andrelss76@hotmail.com

³ Professor Doutor da FAU/PPGAU-UFPA, ljesusds@hotmail.com

⁴ Professor Doutor do PPGAU-UFPA, gmelo@ufpa.br

O som, enquanto fenômeno espacial, é capaz de caracterizar e modificar as dinâmicas de um lugar. Suas propriedades, quantificadas e qualificadas em natureza, timbre, intensidade, frequência e duração, relacionam-se com a morfologia do espaço urbano. Schafer (2001) ressalta que os aspectos formais do som e a natureza de sua materialidade são alterados a partir da interação do comprimento e amplitude das ondas sonoras com os elementos de seu contexto urbano, tornando cada ambiente sonoro, único.

O espaço urbano tomado pelo ruído, estimula estudos da arquitetura do som. O ambiente sonoro é considerado um agregado de muitos sons que podem evocar emoções específicas. Schafer (2001) descreve a paisagem sonora como a análise de todos os tipos de sons de uma determinada zona ou região, ressaltando a diversidade de sons que a compõem, não somente aqueles considerados desagradáveis. Seus estudos ressaltam, ainda, a imprescindibilidade desses sons para a identidade de um local.

À luz das considerações introduzidas e dos conceitos apresentados, este estudo aborda a paisagem sonora e o comportamento dos caracteres do som no interior do Bosque Rodrigues Alves, na cidade de Belém. Pretende-se demonstrar a necessidade de reconhecê-las e identificá-las nas escalas urbanas, a fim de se pensar sobre a percepção positiva ou negativas do som nos espaços públicos, quais sensações esses ruídos despertam nos usuários do espaço? Como eles percebem os ruídos externos ao Bosque? A paisagem acústica aproxima ou afasta as pessoas desse espaço?

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada no presente artigo está relacionada a associação do levantamento de dados teóricos, bem como, através da coleta de dados provenientes de levantamento em campo. Em um primeiro momento foi realizada uma pesquisa histórica e documental, assim como, revisão bibliográfica acerca do Bosque Rodrigues Alves, para subsidiar as reflexões contidas no presente estudo. Posteriormente foram realizadas as medições de ruídos em pontos estratégicos do objeto de análise. Além da coleta de dados, foram realizadas incursões para observação direta devidamente anotadas em diários de campo utilizando assim, métodos etnográficos de aproximação do objeto de estudo. De porte desses dados, foi possível elaborar uma discussão acerca do impacto perceptivo causado por espaços verdes inseridos em malhas urbanas adensadas e como esses espaços são capazes de filtrar a percepção da intensidade sonora ambiente no meio urbano.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos valores mensurados e suas posições, observou-se que a vegetação existente no interior do Bosque amortece e dissipa os ruídos do tráfego urbano nos arredores, tornando o ambiente mais ameno no ponto de vista da paisagem acústica. Essa constatação também colabora para a verificação de que o som medido internamente é composto basicamente por sons do ecossistema existente no local, o que ainda torna um valor relevante de 52 dBA, que em um outro local poderia ser considerado ruidoso. O que ocorre é que nessa situação, a composição acústica é formada de elementos naturais, como folhas, pássaros, vento, conversas em tom ameno ou gritos de crianças, todos somados a outros sentidos como odores de vegetação, temperatura aliviada pelas sombras e as demais sensações do local que juntas modificam a sinergia e tornam os números imprecisos, fazendo uma leitura de que os sons da natureza não são considerados ruídos para quem procura o local para contemplá-la.

Sons, ambientes e sentimentos são imateriais, eles projetam o “como” do lugar e, portanto, são muitas vezes difíceis de nomear. “Algo está no ar ...”, “parece que ...” ou “Tenho a sensação de que ...” são frases que se aproximam da descrição da paisagem sonora. No entanto, por mais evasivo que seja o som, por mais indefinido que possa parecer, como definido e claro é um único tom, como preciso e isolado é uma única palavra, os tons e seus sobretons, a seção áurea e as palavras seguem o princípio da divisão contínua.

Para Silva (2021, p.23), “percepção é uma atitude, que nos seres humanos, é resultante da cognição de informações advinda dos órgãos sensoriais diante de um determinado objeto no mundo ou mesmo diante do mundo”, assim, conceituando percepção, o autor no induz a refletir sobre o que viria a ser percepção da paisagem, pois a paisagem é percebida e o que se percebe é um fenômeno a partir de uma visão de mundo. A ciência não tem e não terá jamais o mesmo sentido de ser, que o mundo percebido (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 3).

Simmel (1983) ressalta como o nascimento da noção de paisagem associa-se à emergência de um certo olhar, de uma percepção diferenciada em relação à totalidade, que era denominada, desde os antigos, como Natureza. A paisagem nasce a partir de uma visão estética inédita em relação à Natureza, sendo possível distingui-la e contemplá-la mesmo que à distância. Nela incide um novo estigma, a percepção espacial que rompe com o continuum sensível, ao mesmo tempo em que o reconstitui e o disponibiliza sob novos parâmetros dinâmicos de conformação.

A denominação “*stimmung*” refere-se a uma atmosfera e uma referência afetiva inerente à paisagem e ao estado de alma simultâneos. A atmosfera de uma paisagem condiz com o entendimento de algo que não está totalmente isolado de um observador, o mesmo que a perceber. Também não é possível dizer que o mesmo estaria totalmente inserido, analogamente a uma projeção interna, contando com as projeções das experiências internas do observador e com a carga de sua própria história pessoal. Não existe, portanto, paisagem naturalmente dada, sendo resultante desta mediação.

Tomando como base a compreensão fenomenológica da percepção através da filosofia de Maurice Merleau-Ponty, trabalha-se a noção de que existe um “logos do mundo estético”, uma produção constante de sentidos na esfera do sensível, no espectro da presença do corpo material e do mundo (MERLEAU-PONTY, 1999, p. XII). Neste sentido, na materialidade da paisagem existe um apelo de sentido, coexiste uma expressividade, perceptível em sua “*stimmung*”. Os alicerces da percepção da paisagem configuram-se através da conformação entre o observados e o mundo. A noção de paisagem é utilizada inúmeras vezes na Fenomenologia da Percepção, quando Merleau-Ponty a localiza, de modo exemplar, no domínio da volta às coisas mesmas, como campo inicial do conhecimento, anterior, fundante e pressuposto da racionalidade.

A noção de corpo trabalhada por Merleau-Ponty é sensível, tem a capacidade de perceber o meio, assim como, exerce influência neste. O observador estabelece uma relação de causa e efeito com o meio: é sonoro e audível, vidente e visível, tocante e tangível. Neste sentido, a espacialidade e a temporalidade não são externas ao sujeito: este não está no tempo e no espaço, mas é do tempo e do espaço, ele os habita (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 193). A noção de espacialidade aplicada ao corpo não está relacionada a coordenadas cartográficas, mas abrange aspectos situacionais, relacionados ao desejos, reações e percepções. De acordo com Marilena Chauí:

“O espaço do corpo é topológico, onde há o alto celeste e da moral elevada, o baixo infernal e da baixeza de caráter, o lado esquerdo e agourento e o lado direito e dos bons augúrios. Não possui propriedades métricas, pois perto e longe nascem de nossa pressa, fadiga ou esperança; aberto ou fechado exprimem nossa ousadia ou pavor, traz essências afetivas como o lugar onde nascemos, onde mortos queridos estão enterrados, onde um amor começou, ou terminou, onde uma guerra aconteceu.” (CHAUI, 1981, p. 225)

A instauração de um lugar está inteiramente vinculada à corporeidade e à intersubjetividade que lhe dizem respeito, aspecto que pode ser estendido à paisagem: enquanto lugar, depende inteiramente de como ali nos instalamos, sendo um espaço de abertura e não passível de plena determinação.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os ambientes urbanos possuem sua identidade, que é ligada à cultura local, e experiência através som. Os ambientes falam através de seus usos e vivências. Na mesma linha, os elementos ambientais, que associamos aos caracteres bioclimáticos, como clima e ventilação naturais, influenciam na propagação

sonora, e podem por exemplo representar barreiras sonoras, sejam elas naturais como a topografia, ou artificiais, como um edifício.

A cidade possui sua própria dinâmica, e nela alguns sons se destacam na paisagem. Tendemos a nos focar nos ruídos, presentes principalmente nos sons de tráfego de carros, motos, ônibus e metrô. Dessa forma, os sons da arquitetura sonora fundem-se na atmosfera da cidade mecânica e caótica e se transformam – nos transformam – nos levando a outros estados de espírito. Não percebemos como a paisagem sonora pode definir um lugar, mudar uma emoção, começar a soar.

5. PALAVRAS-CHAVE

Percepção, paisagem, Belém.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUÍ, Marilena. Da realidade sem mistérios ao mistério do mundo (Espinosa, Voltaire, Merleau-Ponty). São Paulo, Brasiliense, 1981. Collot, Michel. Pensée-paysage. Paris, ActesSud, ENSP, 2011.

DAUMAL, F. Arquitetura acústica poética e desenho. Barcelona: Arquitecta, Edicions Upc, 2002.

DAUMAL, F.; GORTARI, J. de; VALDÉS, F; ORELLANA, F. Comparación de la estética sonora de espacios públicos en Barcelona y en la ciudad de México. Espacios sonoros y audiovisuales 2013. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2013.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

Merleau-Ponty, M. (1999). Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes.

SCHAFER, M. R. The soundscape: our sonic environmental and tuning of the world. 2. ed. Rochester: Destiny Books, 1994.

SIMMEL, Georg. Sociologia. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). Simmel. Tradução de Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, Luiz de Jesus Dias. Percepção do Ambiente Construído Humanizado. In. SILVA, Luiz de Jesus Dias (Org.). Percepção do Ambiente Construído. Por mais humanização em arquitetura e urbanismo. Belém: Paka-Tatu, 2021

ESPAÇOS DE CULTURA E LAZER EM BELÉM

GT 01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Magda Franciane Nascimento Alexandre¹
Marceli de Cássia Alencar dos Santos Silva²
Diego Lopes de Souza³
Josiane Santos da Silva⁴

1. INTRODUÇÃO

O mundo tem se tornado cada vez mais urbano ou urbanizado. Dados da FAO (2019) mostram que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas e, segundo a projeção, as cidades abrigarão 70% da população mundial até 2050. Quando pensamos em desenvolvimento, economia, industrialização, planejamento, tecnologia, ciência e inovação, tem-se a cidade como a principal propulsora dessas temáticas. Por outro lado, movimentos e lutas sociais, questões ambientais, políticas, culturais e suas interrelações, mostram que existem diversos problemas concernentes ao ambiente urbano.

Nesse contexto, os maiores desafios contemporâneos emergem justamente daquilo que chamamos de planejamento urbano. Se por um lado a cidade é o lócus do progresso e da inovação, por outro, tem ampliado processos de exclusão, fragmentação e divisões de classes sociais, paradoxos e injustiças. O estado de caos urbano, e tóxico, e aumento dos índices de violência provocando reações em cadeia, como estresse, aumento de problemas psíquicos e depressivos (DECARLI, FILHO, 2008) tornando as atividades e práticas de lazer essenciais no contexto citadino. Portanto, as políticas públicas de cultura e lazer são essenciais para repensar o atual modelo de planejamento urbano, no que se refere aos aspectos culturais e de lazer. Nesse panorama, o objetivo deste artigo é fazer o levantamento dos espaços de cultura e lazer mais utilizados, a mobilidade e permanência nesses locais.

2. METODOLOGIA

2.1 Breve caracterização de Belém

A cidade de Belém (Figura – 1) é a capital do estado do Pará, e se localiza ao nordeste do estado sendo a primeira capital da região norte do Brasil. Tem uma localização geográfica privilegiada, banhada pelos rios Guamá e Pará, e pela Baía do Guajará. Possui vias de acesso fluvial e rodoviário pela BR-316 (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2018).

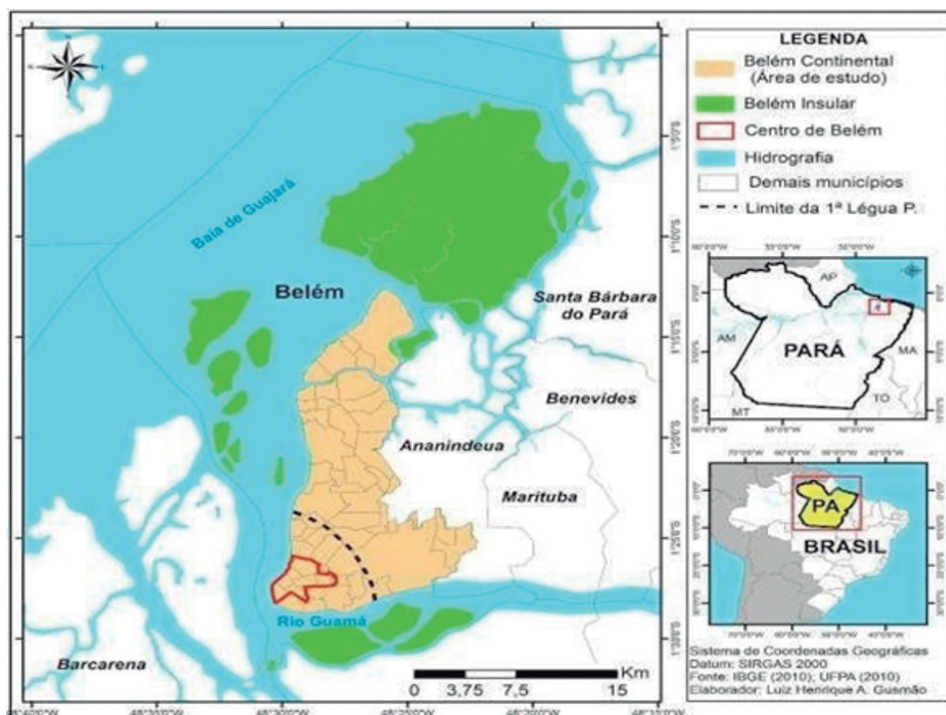
¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA, e-mail: magda.agronomal@gmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA, e-mail: marcelialencar11@gmail.com

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA, e-mail: diego.lopes@naea.ufpa.br

⁴ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA, e-mail: agricultura.js@gmail.com

Figura – 1: Mapa de Localização de Belém no Estado do Pará e no Brasil.



Fonte: IBGE, 2010/UFPA, 2010/GUSMÃO, SOMBRA, 2018. Elaboração Luiz Henrique A. Gusmão⁵.

A cidade integra a Mesorregião Metropolitana de Belém e a Microrregião Belém. Sua área territorial abrange cerca de 1.059,406 km², a menor porção do território (34,6%) encontra-se na região continental e o restante 65,4% corresponde ao conjunto de suas 39 ilhas. (IBGE, 2010). Onde vivem 1.446.042 habitantes, abriga em torno de 1/3 da população do Estado do Pará, caracterizando o principal centro urbano do Estado (SESMA, 2017, p. 10-12). Contudo, existe constante dificuldade enquanto a mobilidade e o acesso da população aos serviços em geral (SESMA, 2017, p. 9).

A pesquisa contou com uma abordagem qualitativa, utilizou-se como método, a pesquisa bibliográfica e análise documental que desse suporte aos dados encontrados em campo. Utilizou-se questionário semi-estruturado com 26 entrevistados residentes em Belém, abrangendo questões referentes a como os espaços de cultura e lazer são mais utilizados, a mobilidade e permanência nesses locais, conforme será mostrado no tópico seguinte.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 26 pessoas entrevistadas, 16 são do sexo feminino e 10 do sexo masculino. Destes, 12 estão na faixa etária até 29 anos, considerados jovens e o restante na faixa etária até 57 anos, adultos (doze na faixa etária de 20 a 30 anos; onze de 31 a 40 anos; dois de 41 a 50 anos e um com idade entre 51 e 60 anos. A maioria (88,46%) encontra-se na faixa etária entre 20 e 40 anos. No quesito profissão, 27% são estudantes de pós-graduação, 8% agrônomas e os demais pertencem a uma diversidade de profissões: Assistente social (4%), professor (4%), Extensionista Rural (4%), Engenheiro Florestal (4%), Contador (4%), Advogado (4%), Biomédico (4%), Vendedor (4%), Auxiliar jurídico (4%), Analista (4%), Técnico agropecuário (4%), Zootecnista (4%), Pesquisador (4%), Jornalista (4%), Costureira (4%), Administrador (4%).

Do total de 71 Bairros de Belém foram entrevistados representantes de 18 Bairros. Destes, seis (6) se localizam no Centro da Cidade (São Brás, Cremação, Nazaré, Guamá, Jurunas e Condor); quatro (4) estão no

⁵ Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-Localizacao-de-Belem_fig1_322369694. Acesso em: 15 de Jun. de 2022.

limite (Marco, Pedreira, Terra Firme e Souza); e nove (9) estão distantes do centro de Belém (Ananindeua, 40 horas, Val-de-Cans, Guanabara, Coqueiro, Castanheira, Icoaraci e Mosqueiro). A maioria (57,69%) dos entrevistados reside no centro ou próximo dele, e os demais 42,31% distantes.

A maioria dos entrevistados frequenta espaços de cultura e lazer em áreas do centro de Belém, com exceção para o Shopping Grão Pará, Bosque, Portal da Amazônia, Parque do Utinga, Praia de Mosqueiro, Balneário Fazendinha (Santa Izabel), e a Orla de Icoaraci, sendo considerados locais distantes. Os espaços usados com maior frequência ao mês para lazer, são: os espaços turísticos, as praças, praias, balneários e piscina e o shopping, conforme nos mostra o Quadro 1.

Quadro 1: Principais espaços de cultura e lazer mais frequentados pelos entrevistados em Belém.

Espaços de Cultura e Lazer	Mais citados (entrevistados)	Número de Citações	Dificuldades
Espaços Turísticos	Ver-o-Peso, Estação das Docas, Feira do Açaí, Portal da Amazonia, Parque do Utinga, Mangal das Garças, Ver-o-Rio, Porto Futuro, Teatro da Paz, Bosque Rodrigues Alves	33	Preços Distância / Falta de Limpeza
Praças	Carmo, República, Batista Campos, Horto, Marex, Almir Gabriel, Paraíso dos Pássaros e Vila de Mosqueiro	21	Falta de Limpeza
Shoppings	Pátio Belém, Boulevard, Grão Pará	19	Transporte
Praias/ Balneários/Piscina	Mosqueiro, Fazendinha, Cotijuba, SESC	19	Distância
Outros	Orla de Icoaraci, Casas de Show, Centur, Museu, Barracão Cultural	15	Distância
Cinemas	Líbero Luchard, Olimpia, Cinema de shoppings	8	Preço

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

No tocante ao transporte usado para chegar a esses locais, 61,54% utiliza transporte público ônibus, e 26,92% o transporte próprio (carro, moto, bicicleta) e 54% automóveis de aplicativos. Enquanto ao tempo de locomoção à esses locais 30% dos entrevistados responderam que levam cerca de uma à duas horas para chegar ao local; podendo variar de 30 a 40 minutos e de 15 a 25 minutos.

Os resultados demonstram que os entrevistados frequentam com maior intensidade os espaços turísticos, praças, shoppings e praias/balneários e piscina. Às duas primeiras opções demandam um deslocamento que varia de 15 há 45 minutos. Enquanto as praias variam de 1h30 minutos há 2 horas. Essa demora no percurso é uma das principais problemáticas apontadas pelos entrevistados, por conta do desconforto no traslado, demora do transporte e intensos congestionamentos, motivos que dificultam e/ou inviabilizam o entrevistado a participar de eventos culturais, ou de lazer. A permanência dos entrevistados nos locais de lazer é relativa dependendo de alguns fatores, como, a insegurança nas paradas de ônibus, assédio, exclusão social (vestimenta fora do padrão exigido implicitamente pelo estabelecimento), falta de acessibilidade para deficientes físicos, homofobia, machismo nos estádios de futebol e o racismo.

Existem diversos espaços aparentemente abertos ao público, porém, ocorrem barreiras, muitas vezes invisíveis a olho nú, tornando muitos desses lugares inacessíveis ao grande público. Dentre os espaços que excluem grande parcela da população belenense, estão o Porto Futuro, Estação das Docas e Shoppings. As motivações são diversas, como a localização (longe das periferias, tornando difícil acesso aos cidadãos que moram mais afastados deste centro), padrão de preços (valores acima do padrão de lugares mais populares) e racismo estrutural (que exclui por aparência e vestimenta) que promovem o afastamento dos frequentadores de bairros mais distantes e/ou periféricos.

4. CONCLUSÕES

A partir dos questionários aplicados, observa-se a preferência dos usuários pelas praças, espaços turísticos, praias e balneários seguidos dos shoppings. O primeiro grupo é compreendido como um lugar democrático de expressões populares, o segundo como forma mercadológica segmentada.

As informações indicam que existe a necessidade de melhoria nos aspectos de transporte público e dos valores cobrados nos espaços culturais e de lazer. Outro ponto é a conscientização do racismo estrutural que existe nas instituições que promovem a cultura e lazer na cidade. Por isso, a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a presença popular, na perspectiva de democratizar os espaços tornando-os mais acessíveis ao grande público.

5. PALAVRAS-CHAVE

Urbano; Espaços culturais; Lazer.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DECARLI, N.; FILHO, P. F. Plano diretor no estatuto da cidade: uma forma de participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos. **Senatus**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 35-43, Maio 2008.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). Estudos Hidrogeológicos para a Gestão das Águas Subterrâneas da Região de Belém/PA: **Relatório Final/ANA**; Elaboração e Execução: Profill Engenharia e Ambiente S.A – Brasília: ANA, 2018. p. 208.

FAO. Framework for the Urban Food Agenda. Rome, 2019. Disponível em: https://www.fao.org/3/CA3151EN/ca3151en.pdf?utm_source=twitter&utm_medium=social+media&utm_campaign=fao. Acesso em: 15 de Jun. 2023.

GUSMÃO, L.; Sombra, D. Produção desigual do espaço: O processo de verticalização em Belém (PA). **Contribuciones a las Ciencias Sociales**. 2018. p. 18.

IBGE. Censo Demográfico de Belém. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=0&uf=15>. Acesso em: 15 de Jun. 2023.

SESMA BELÉM. **Plano Municipal de Saúde (PMS) Belém** – PA 2018 – 2021. Secretária Municipal de Saúde, Núcleo Setorial de Planejamento – NUSP, 2017. p. 108.

O lazer na comunidade quilombola do rio Arapapu ilhas de Abaetetuba-PA.

GT01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*Eleonai dos Santos Pinheiro¹
Fernando Manuel Rocha da Cruz²*

1. INTRODUÇÃO

Historicamente o tempo livre esteve presente na vida do homem caracterizado como não trabalho, ou seja, depois de caçar, pescar, fazer suas atividades de sobrevivência, o mesmo repousava. Nos moldes atuais, impulsionado pela Revolução Industrial, esse tempo livre, passou a ser caracterizado como lazer, e sua necessidade como direito, pois os trabalhadores precisavam de horas de folga, haja visto que o trabalho nas fábricas era composto de longas jornadas de trabalho. Assim, o lazer se constitui como direito, tendo como marco histórico o manifesto de Paul Lafargue, que objetiva garantir horas de folga para a classe operária.

Dentro dos principais pesquisadores desta temática as contribuições basilares, é os estudos de Dumazedier (1980), que categorizou o lazer em: diversão, descanso e desenvolvimento pessoal e social. E apontou os conteúdos culturais do lazer sendo eles; os culturais, os artísticos, os manuais, os sociais, os físicos esportivos e os turísticos, acrescentado por Camargo (1986).

Na contemporaneidade os estudos e pesquisas sobre o tema caminha a passo largos, frutos de congressos, simpósios e grupos de pesquisas, no Brasil e no mundo. Recentemente, a necessidade e sua real importância, ficou ainda mais evidente, para a grande maioria da população, a necessidade de se ter o lazer e seus espaços, foi a pandemia de covid 19, momento muito triste para o mundo, pelas perdas de ententes queridos, e também pela ociosidade da maioria da população que ficou reclusa em casa, impedida de fazer determinadas atividades de lazer.

Situar o lazer no mundo contemporâneo significa tentar compreendê-lo no contexto histórico, político, econômico, social e cultural da sociedade, identificando mudanças, reconhecendo diversidades e desvelando desigualdades. Desta forma, a compreensão do lazer deve expressar a síntese das múltiplas configurações de sociedades, instituída pela dinâmica da economia, da política e da cultura, entendendo-o como um fenômeno em permanente transformação (BAHIA, 2012).

E importante destacar que nas políticas públicas voltada para o lazer, não ocorre uma real efetivação de alguns desses conteúdos, nos espaços de lazer dos bairros periféricos da cidade, e tão pouco nas áreas do meio rural, e quando ocorre, são em momentos esporádicos e centrados apenas nos centros das cidades, porém é fundamental que as políticas de lazer sejam trabalhadas em momentos contínuos, e assim a população possa dispor de equipamentos e espaços que propicie melhores possibilidades de lazer. O estudo do lazer em Abaetetuba já faz parte de minhas inquietações, que resultou no meu trabalho de conclusão de curso pautado em pesquisar “As vivências de lazer nos espaços e equipamentos de Abaetetuba-PA” (2012), mais especificamente, em três praças: a Praça de Nossa Senhora da Conceição (Praça de Conceição), Praça

¹ Graduado em Educação Física (UFPA 2012); Especialização em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer (UFPA 2015) e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cidades: territórios e identidades (PPGCITI/UFPA 2023). E-mail: eleonai.esp@gmail.com.br.

² Doutor Europeu em Sociologia, Professor colaborador no PPGCITI/UFPA, Campus de Abaetetuba. E-mail: fmrcruz@gmail.com

Francisco Azevedo Monteiro (Praça da Bandeira) e Praça Manoel de Castro (Praça do Barco). E também da especialização em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer, onde meu trabalho de conclusão foi voltado para o: Centro de Artesanato e Cultura do Miriti de Abaetetuba: dinâmicas de uso (2015).

Neste trabalho, propõe investigar o Lazer nas vivências dos ribeirinhos quilombola do rio Arapapu, no município de Abaetetuba. No modo de encarar esse tema vinculado a linha Identidades: linguagens, práticas e representações, do Programa de Pós-Graduação em Cidades: territórios e identidades da UFPA, representa a busca pelo fortalecimento do debate epistemológico sobre as práticas, as identidades e as representações culturais das vivências culturais de lazer no fortalecimento dos saberes e as relações com o espaço vivido.

O locus da pesquisa é a comunidade ribeirinha quilombola do Rio Arapapu, no município de Abaetetuba/Pará, Região Amazônica, o acesso a comunidade pode ser por ramais que dura cerca de 1 hora e de barco em média 40 minutos, da sede do município. São diversas as problemáticas encontradas na comunidade ribeirinha quilombola do rio Arapapu, no município de Abaetetuba. Pois, nas últimas década, existiram inúmeras mudanças, tanto positiva como também “negativa”, no que tange a vida econômica, social e cultural, acarretando diversos impactos na vida dos moradores locais. Pois, no passado a realidade da comunidade era muito diferente do que se apresenta atualmente, eram poucas famílias, pouco movimentações de barcos no rio, e uma economia voltada para produção de telhas nas olarias, a subsistência com venda de açaí, da pesca, da fabricação de paneiro, ambos com baixo poder aquisitivo. Já no ano de 2000, com a demarcação de titulação de terra quilombolas, e os advento dos programas sociais do governo federal, tais como: Bolsa família e principalmente o programa Luz Para Todos, que foi a chegada da energia elétrica na comunidade, a abertura de ramais e a verticalização do açaí em meados de 2014, deu início a um aumento do poder aquisitivo dos moradores e uma mudança na relação de trabalho, assim como, um aumento no número de pessoas que começaram a morar na comunidade, e que cresce significativamente ano após ano. Nesse sentido, toda a dinâmica da comunidade, sendo elas: política, econômica, social e cultural, estão sobre novas reconfigurações e entender como as práticas de lazer da comunidade foram modificadas e reconstruídas é o papel crucial dessa pesquisa.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é: identificar como se dão as vivências culturais do lazer dos ribeirinhos quilombola do rio arapapu, no município de Abaetetuba-pa, perante as novas reconfigurações da comunidade e as mudanças ocorridas nos últimos 50 anos, resgatadas por meio da memória de seus moradores.

A pesquisa será documental e de campo, de caráter descritivo analítico, com uma abordagem de caráter qualitativo, sendo a técnica de coleta da pesquisa realizada através da observação participante, visitas de campo e entrevistas semiestruturas com os principais agentes (poder público, líderes comunitários, moradores) desse espaço. De acordo com Lüdke, (1986) com a observação participante, a identidade e os objetivos da pesquisa são revelados ao grupo pesquisado desde do início.

Para consolidar nosso aporte teórico faremos uso da pesquisa bibliográfica, pois de acordo com Oliveira (2008, p. 96) “a pesquisa bibliográfica baseia-se na necessidade de se fazer revisões bibliográficas periódicas, que visam apresentar, de modo organizado o estágio atual do conhecimento de um determinado assunto”.

A pesquisa encontra-se em andamento. Porém, como destacado por diversos pesquisadores, as vivências de lazer vão desde o poder econômico até às espacialidades dos espaços e equipamentos de lazer da cidade, criando sujeitos que vivenciam o lazer a partir de um viés de consumidor. Tal pode se dever ao fato de não se preocuparem com os problemas sociais que os rodeiam (BAHIA, 2012). Este é um apontamento que já podemos perceber nas visitas realizadas.

Ao olhar para o locus de pesquisa, temos que, para se planejar os espaços de lazer de uma determinada comunidade e suas atividades culturais é necessário ter clareza sobre os reais valores incutidos nas

atividades planejadas e se correspondem ao conjunto de representações que caracterizam a população local, seu modo de vida, seus costumes e hábitos, entre outros, pois se os valores forem substituídos às representações também serão. nesse sentido, acredita-se que este estudo trará uma amostra significativa de uma realidade do lazer vivido na comunidade quilombola ribeirinha do rio arapapu, que poderá ser objeto de discussão e fomentos de políticas públicas que venham manter a importância de vivências culturais voltadas na perspectiva da valorização dos espaços de lazer da comunidade para o fortalecimento socioeconômico, pautado no uso sustentável dos recursos naturais, na sua valorização para a vida e na reafirmação de sua cultura e no aumento do sentimento de pertencimento do “lugar” onde vivem.

PALAVRAS-CHAVE

Lazer, identidade e ribeirinho

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA, Mirleide Chaar. **O Lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará**. 2012. 300f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2012.

CAMARGO, Luis Otávio de Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **A pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Valéria Rodrigues de. **Desmitificando a Pesquisa Científica**. Belém: EDUFPA, 2008.

PINHEIRO. Eleonai dos Santos. **As vivências de Lazer nos Espaços e Equipamentos de Lazer de Abaetetuba- Pará**. Monografia. UFPA. Castanhal, 2012.

PINHEIRO. Eleonai dos Santos. **Centro de Artesanato e Cultura do Miriti de Abaetetuba: dinâmicas de uso**. 2015. Trabalho de Conclusão de especialização em Especialista em Planejamento e Gestão pública do Turismo e do Lazer. UFPA. Belém, 2015.

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE A POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO CAMPOS DE ESTUDOS DO LAZER DO BRASIL

GT 01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Gustavo Maneschky Montenegro¹

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a temática de gênero e sexualidade se faz cada dia mais presente no cotidiano da sociedade. É possível notarmos a discussão nos meios de comunicação em geral, nos espaços de educação formal e/ou como pauta de movimentos sociais. Por muito tempo, a discussão sobre a orientação sexual foi tratada como tabu na sociedade, sendo até mesmo considerada crime em algumas partes do mundo, o que gerou, para a Comunidade LGBTQIA+², uma luta constante e incansável por seus direitos.

Segundo Oliveira (2020), a trajetória de uma pessoa LGBTI+ é frequentemente marcada pela estigmatização, humilhação, exclusão social, violência e negação de direitos, especialmente os direitos fundamentais, como a própria vida, simplesmente pelo preconceito enraizado em nossa sociedade. As manifestações homofóbicas, segundo Leal e Carvalho (2009), são fruto de relações de poder exercidas sobre pessoas que não se adequam ao padrão heteronormativo, ocasionando a “famosa” LGBTfobia.

A sigla LGBTQIA+ é de relevância inquestionável, levando em consideração que representa não só a orientação sexual e identidade de gênero de um indivíduo, mas também busca dar voz aos direitos de igualdade social de todos que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros ou transexuais, *queer*, intersexos, assexuais e todas as orientações sexuais e identidades de gênero que existam. Essas populações sofrem diversos tipos de violências e exclusões, por não se ajustarem à identidade sexual convencional imposta pela sociedade, incluindo, nesse contexto, a exclusão dos espaços de lazer (Reis; Martins, 2020).

De acordo com Oliveira (2020), em 2019, 329 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da LGBTfobia: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%). Comparativamente aos anos anteriores, observou-se, em 2019, surpreendente redução das mortes violentas de LGBT+. Segundo o documento, o ano recorde foi 2017, com 445 mortes, seguido em 2018, com 420, e 329 mortes em 2019, registrando-se, portanto, uma diminuição de 26% face a 2017 e 22% em relação a 2018.

Nesse contexto, as populações LGBTQIA+ têm restrições para o acesso ao lazer. Fatores como medo de olhares discriminatórios e atos de violência física impõem, para essa população, um cerceamento do lazer público. Isso reflete na incipiência dos espaços de lazer, os quais, quando existentes, são privados e de acesso restrito a grande parte da população (Reis; Martins, 2020). Portanto, ao não se ajustarem à identidade sexual hegemônica, os LGBT se veem, muitas vezes, excluídos dos espaços de lazer.

¹ Doutor em Estudos do Lazer; Docente do Curso de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); gustavo@unifap.br.

² Movimento político e social que defende a diversidade, busca mais representatividade e direitos para essa população. Reunindo orientações sexuais, ou seja, por quem cada pessoa se sente sexual e afetivamente atraída e identidades de gênero como a pessoa se identifica, cada letra possui um significado, em que L: representa lésbicas; G: gays; B: bissexuais; T: transgêneros; Q: queer; I: intersexo; A: assexuais; acrescido de um símbolo de soma no final, como uma tentativa de incluir demais variações de orientação sexual e identidade de gênero que não estão representadas nas primeiras letras.

Tecendo essas informações, entende-se o lazer como uma manifestação da cultura e necessidade humana (Gomes, 2014), caracterizado como uma área investigativa interdisciplinar. O lazer é uma esfera da vida social que demonstra desigualdades econômico-culturais, dadas as condições de classe, gênero, sexualidade e étnico-raciais que marcam a vida dos povos latino-americanos (Gomes, 2014). Portanto, ao se falar de acesso ao lazer, deve-se levar em conta as diferentes barreiras e formas de opressão enfrentadas pelos vários grupos sociais que marcam nossa estrutura social.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo mapear a produção de conhecimentos sobre a comunidade LGBTQIA+ e o lazer. Ressalta-se que, historicamente, esse agrupamento social é colocado sob condição de subalternidade no sistema capitalista. Partindo desse pressuposto, o levantamento foi realizado em três locais distintos: dissertações e teses do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGIEL/UFMG); nos periódicos Revista LICERE (vinculada ao PPGIEL/UFMG) e Revista Brasileira de Estudos do Lazer – RBEL (vinculada à Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer - ANPEL); nos Anais do Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL). A escolha desses locais ocorreu, pois, no contexto brasileiro, esses espaços têm se consolidado academicamente no cenário do campo de Estudos do Lazer.

2 METODOLOGIA

Dessa maneira, a pesquisa ocorreu por meio de um mapeamento de publicações a respeito do lazer e a comunidade LGBTQIA+ nas Revistas *Licere* e RBEL; nas dissertações e teses do PPGIEL e nos Anais do CBEL. Foram selecionados trabalhos disponíveis até dezembro de 2022. Ao todo, foram encontradas 12 pesquisas, sendo cinco artigos; três trabalhos disponíveis nos anais do CBEL, sendo dois resumos (edições de 2016 e 2018) e um resumo expandido (edição 2021); trabalhos do PPGIEL, apresentando três dissertações e uma tese.

Para a seleção dos artigos nos periódicos, primeiramente, eram lidos os títulos dos trabalhos. Quando identificada aproximação com a temática LGBTQIA+, eles eram selecionados. O mesmo critério foi adotado para a seleção dos trabalhos nos Anais do CBEL. Foram lidos os títulos de todos os trabalhos publicados e, na medida em que se identificavam aproximações com o tema em tela, foram agrupados à pesquisa. As dissertações e teses do PPGIEL foram consultadas diretamente na página *on-line* do Programa, na aba Dissertações e teses. O *site* disponibiliza trabalhos defendidos desde o ano de 2008. Assim, foram lidos os títulos de todos os trabalhos disponibilizados até dezembro de 2022, sendo selecionados aqueles em que foram identificados temas ligados ao assunto desta pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo, foram encontradas 12 pesquisas, sendo cinco artigos; três resumos disponíveis nos anais do CBEL e quatro trabalhos do PPGIEL, sendo três dissertações e uma tese. Quanto às Revistas, a *Licere* possui dois artigos sobre a temática em tela, um publicado no ano de 2014 e um em 2020. Já a RBEL, dispõe de três produções disponíveis, as quais datam de 2014, 2020 e 2021. As temáticas abordadas pelos artigos são: LGBTQIA+, lazer e manifestações esportivas; diversidade sexual e políticas públicas de lazer para as pessoas LGBTQIA+; produções científicas dos principais periódicos nacionais e internacionais de lazer, relacionadas às populações LGBTQIA+.

Em relação aos trabalhos disponíveis nos Anais do CBEL, identificaram-se três produções, que tematizam: as ações, sobre lazer, realizadas por ONGS que atuam com a temática LGBT; igualdade de gênero na prática do corfebol, em Portugal; produções científicas dos principais periódicos nacionais e internacionais de lazer, relacionadas às populações LGBTQIA+.

Sobre as dissertações e teses do PPGIEL Foram encontrados quatro trabalhos disponíveis no repositório de dissertações e teses do PPGIEL/UFMG que abordam diretamente o objeto desta pesquisa, quais sejam: (a) “Homossexualidades masculina, lazer e Hiv/aids: entre a revelação e o encobrimento das identidades” (2009); (b) “Na parada do lazer: diagnóstico do campo de atuação profissional em ONGs LGBT

de Belo Horizonte/MG” (2011); “Quando o silêncio é rompido: homossexualidades e esportes na internet” (2013) e (d) “Pedagogia do Armário: identidade, pertencimento e apropriação do futebol por torcedores homossexuais” (2018).

De modo geral, as pesquisas indicam restrições para o acesso ao lazer das populações LGBTQIA+, sendo que as temáticas discutidas variam, tais como: lazer, manifestações esportivas e pessoas LGBTQIA+; organização de torcidas *gays*; diversidade sexual e políticas de lazer; produções científicas relacionadas às populações LGBTQIA+. Se, por um lado, não se trata de tema completamente invisibilizado, por outro, infere-se que ainda é necessário ampliar a discussão, com mais autores e autoras que se dediquem a produzir sobre o assunto.

As produções sobre a temática ainda são incipientes e pouco debatidas, pois, além do baixo quantitativo de produções, as datas das publicações são espaçadas, o que sugere falta de continuidade na produção de conhecimento sobre esse tema. Isso revela a baixa visibilidade da comunidade LGBTQIA+ na sociedade e também no contexto acadêmico, indicando a necessidade de mais pesquisas a respeito do tema, como forma de incentivo e empoderamento.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que as produções sobre a temática ainda são incipientes e pouco debatidas, pois, além do baixo quantitativo de produções, é possível encontrar textos que se repetem, sendo elaborados pelos mesmos autores, com apresentação de “recortes” das suas pesquisas. Além disso, as datas das publicações são espaçadas, o que sugere falta de continuidade na produção de conhecimento sobre esse tema. Isso revela a baixa visibilidade da comunidade LGBTQIA+ na sociedade e também no contexto acadêmico, indicando a necessidade de mais pesquisas a respeito do tema, como forma de incentivo e empoderamento.

Diante disso, reconhecemos que esta pesquisa apresenta limitações. Ressaltamos que os trabalhos aqui apresentados não expõem todo o universo de produções acadêmicas sobre lazer e pessoas LGBT. Ou seja, este artigo apresenta um recorte da discussão em tela, pois outras pesquisas, em outros ambientes científicos, podem ser encontradas e revelar resultados diferentes dos aqui apresentados.

Com isso, a partir das análises feitas, observou-se que a comunidade perpassa por décadas e décadas de preconceitos e desigualdades sociais, o que promove sua marginalização e exclusão, privando-a de direitos básicos, como a saúde, educação e o lazer. Sendo assim, políticas públicas que incluam a população devem ser implementadas, de forma que se instigue o estudo sobre o assunto, trazendo visibilidade e força a luta da população LGBTQIA+.

PALAVRAS-CHAVE

Lazer; Populações LGBTQIA+; Produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Christianne Luce. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, n. 1, p. 3-20, 2014.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar?. **E-compôs**, v. 12, n. 2, p. 1-15, 2009.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-2019.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

REIS, Danilo Augusto Santos; MARTINS, Alberto Mesaque. Diversidade sexual e políticas públicas de lazer para as pessoas LGBTTI. **LICERE**. v. 23, n. 4, p. 510-534, 2020.

A MEMÓRIA BIOCULTURAL COMO SIGNOS VISUAIS EM OBRAS DE ARTE DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Elloane Carinie Gomes e Silva¹

Bruno de Oliveira da Silva²

Josiane Santos da Silva³

Rosa Elizabeth Acevedo-Marín⁴

1. INTRODUÇÃO

O presente texto sintetiza o processo de compreensão de signos visuais da memória biocultural identificados em objetos oriundos de grupos sociais amazônicos e que permitem a leitura de elementos relacionados à organização social, processos de territorialização, uso comum dos recursos naturais, técnicas humanas e tradições criativas. O conceito de memória biocultural foi popularizado nos debates acerca da crise civilizatória e o Antropoceno (HARAWAY, 2021; HERNANDEZ, 2022), recebendo características detalhadas no livro “A Memória Biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais” (2008), dos autores Victor M. Toledo e Narciso Barrera-Bassols.

Em resumo, a memória biocultural comporta os sistemas naturais e socioculturais do contato de grupos humanos com a natureza; pois, cada cultura “interatua com seu próprio ecossistema local e com a combinação das paisagens e suas respectivas biodiversidades” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008, p. 27). Ao escolhermos essa teoria como base de nossa reflexão sobre obras de arte amazônicas, entendemos que a experiência da atividade visual se constitui em uma trajetória possível de interpretação da intersubjetividade, um dos principais elementos da arte (CASTRO, 2020).

As noções de temporalidades e sentidos da arte que utilizamos vêm das reflexões de Castro e Castro (2017), adornadas pelos trabalhos de Goldstein (2014), sobre o conceito de “artificalização” e Loureiro (2007) em sua “conversão semiótica” na arte e na cultura. Mas, porque tal preocupação com a intersubjetividade? O que uma atividade visual pode trazer para o debate sobre o desenvolvimento na Amazônia? Tanto quanto um horizonte teórico-metodológico, avistamos uma trajetória de compreensão que entremeia as novas formas de estar no mundo contemporâneo dos povos e populações da Amazônia, como bem diz Mbembe (2014), “(...) a construção do comum é inseparável da reinvenção da comunidade”; faz-se necessário, portanto, as práticas de pesquisa voltadas para as sensibilidades, atitudes críticas dos sujeitos sociais e os novos territórios.

2. METODOLOGIA

Diante do exposto, o estudo partiu de uma abordagem qualitativa, com um objetivo exploratório-descritivo e interpretativo: compreender os signos da memória biocultural presentes em objetos artísticos

¹ Doutoranda no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, elloane.carinie@gmail.com.

² Doutor em Turismo e Hotelaria pela Escola de Artes, Comunicação e Hospitalidade da Universidade do Vale do Itajaí, portalbruno.oliveira@gmail.com.

³ Doutoranda no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, agricultura.js@gmail.com.

⁴ Professora no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, rosaacevedomarin@gmail.com.

de grupos amazônicos. Sucedemos ao trabalho de reflexão centrado no método semiótico, subsidiado pelo trabalho de Peirce (2017). Procurou-se estabelecer uma compreensão prática que enfatizasse a “ação dos signos”, ou seja, o processo de significação denominada semiose, a partir da qual são feitas as interpretações dos signos visuais presentes nos objetos e suas correlações.

Para Walter Benjamin (2012), é possível a compreensão da linguagem da arte por intermédio das relações com a teoria dos signos. Com efeito, a análise semiótica – que circunscreve os processos sógnicos na cultura e natureza em processos de significação, comunicação e interpretação (NOTH; SANTELLA, 2017) – aplicada ao objeto artístico, permite distintos recortes, dentre eles o da *leitura* ou *compreensão* de elementos visuais, os quais permitem o ordenamento do repertório de signos que podem ser narrados, observados ou intuídos.

Não obstante, basear a pesquisa em uma única atividade visual por parte dos autores evidencia alguns limites de interpretação estabelecidos pela ausência de dados específicos fornecidos pelos produtores das obras e que poderiam subsidiar a compreensão dos elementos. Ainda assim, esse movimento de análise é importante como uma trajetória de compreensão semiótica em torno da significação estética ou social no processo de objetivação do objeto. Para tanto, o material teórico recolhido como fonte de dados para a análise, permite o trabalho de reflexão centrados nos conceitos escolhidos para o debate.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o estudo ampliado deste texto, foram escolhidas obras de arte oriundas de cada um dos estados da região norte do Brasil; no entanto, apresentaremos aqui, apenas uma delas e seu processo de compreensão: As louças de barro do Quilombo Maruanum, no Amapá, que configuram uma prática cultural, artística e social, transmitida de mulher para mulher por meio da literatura oral e que resguarda um acervo de elementos materiais e imateriais que integram, secularmente, um sistema linguístico próprio. (AUTORES, 2021). Dentre os objetos modelados pelas mulheres quilombolas, encontra-se a louça mostrada na Figura 01, adquirida durante uma pesquisa *in loco*.

Figura 01. Louça de barro do Maruanum. Fonte: Acervo dos autores (2019)



A Figura 01 mostra uma panela cerâmica em suas cores naturais, na qual as louceiras buscam evidenciar o barro do Maruanum, matéria-prima extraída dos campos de várzea na região durante o verão amazônico, indicando a conformidade no ritmo de confecção das louças com a dinâmica hidrológica do estuário amazônico. Existe ainda, a ênfase do signo *solo* atrelado à territorialidade específica do grupo: o *barreiro*, espaço de subjetivação das mulheres quilombolas. Como explicam Marín e Castro (2004, p. 62), o “território não existe em si, ele é impensável fora de um contexto de ação e de atores”. Ademais, o tom acinzentado do barro transformado em cerâmica, também sinaliza a junção de um importante elemento de confecção do objeto, o *caripê*⁵, que serve como antiplástico quando misturado à massa composta por barro e água até a formação de uma pasta homogênea. Corpo e espaço são camadas de sentidos quando intuimos a percepção do grupo sobre as referidas matérias-primas; habilidade de sentir o *ponto certo* do barro, desde a retirada, até às tessituras e à queima (temperatura, cor, odor, consistência, maciez, etc.); designa, portanto, seus símbolos sensoriais, ou seja, percebidos pelos sentidos e transfigurados em objeto estético, o objeto convertido em arte (LOUREIRO, 2007).

Em sua dimensão subjetiva, o signo ainda designa o “lugar de memória”, reforçado pela inscrição “louceiras do Maruanum”, sendo o espaço partilhado – também sensível (RANCIÈRE, 2009) –, no qual a tradição é recriada por meio de um processo de identificação coletiva (MOTTA, 1992). Os outros desenhos presentes na louça são oriundos do repertório próprio das ceramistas, que fazem referência aos *símbolos das paisagens*, em específico, os padrões identificados na Figura 01 são representações estilizadas das *folhas da floresta*, características dos princípios criativos do grupo e que denotam a produção de uma concepção simbolizadora da experiência vivida no território (LOUREIRO, 2007). Existe ainda um segundo padrão de desenho com marcas mais simples, configurando uma sequência assimétrica de pequenos furos que podem indicar uma marca própria da louceira que produziu a peça, uma identificação individual.

4. Conclusões/Considerações Finais

Visualidades, sensibilidades e corporeidades em distintos territórios amazônicos; isso tudo é arte? Como conceito, Gombrich (1999, s.p.) enfatiza que “Arte com A maiúsculo não existe”. Em uma definição histórico-linguística ocidental, Williams (2007) destaca que o termo *art* é usado na língua inglesa desde o século XIII, da p.r.⁶ latina *artem*, que significa *habilidade*. Nessa profusão de entendimentos, concordamos com a reflexão convergente de Castro e Castro (2017) a partir dos trabalhos de Dewey (1997), Gombrich (1999), Huyghe (1998) e Maffesoli (1990): a arte está vinculada ao ser humano e à sua forma de estar no mundo; a arte é algo, naturalmente produzido nos processos de *estar-junto* e *sentir-junto*, o que se dá, principalmente, por meio de um saber ordinário e coletivo, vivenciado na cotidianidade das interações e de participação no mundo.

Não foi a intenção deste texto reduzir as artes aos signos visuais, mas por meio deles evidenciar o horizonte de caminhos possíveis para o entendimento das experiências criativas (criadoras?) das culturas na sua interação natural e social e, sobretudo, a forma como transfiguram simbolicamente as subjetividades produzidas em seus territórios. Longe de compor uma crítica das artes, enfatizamos que, com elementos identitários próprios, as Louceiras do Quilombo Maruanum reproduzem um abundante repertório de objetos tecidos sob a luz das suas cosmologias e perenizados por saberes comuns e tecnologias sociais, sendo as atrizes no “teatro da memória”, interagindo com a biodiversidade do seu “cenário” amazônico (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008).

5. PALAVRAS-CHAVE

Artes Amazônicas. Signos Visuais. Artes e Desenvolvimento Sustentável.

⁵ Termo popular do *Cariapé*, designação das árvores do gênero *licania scabra* (FERREIRA, 2016). As cascas da árvore são queimadas e peneiradas; suas cinzas são misturadas ao barro amassado.

⁶ “(...) última palavra rastreável, da qual se derivam os significados de raiz” (WILLIAMS, 2007, p. 49).

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. **Estética e Sociologia da Arte**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- CASTRO, Fábio Fonseca de. **Entre o Mito e Fronteira**. Belém: Biblioteca Horaciana, 2020. E-book Kindle.
- CASTRO, Marina R. N. de; CASTRO, Fábio F. de. Banalidade e Intersubjetividade na Arte. **Porto Arte: Revista de Artes Visuais**, Porto Alegre, v. 22, n. 36, p. 181-193, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2179-8001.42960>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- FERREIRA, Fabrício. “**Desde que me entendi**”: Tecendo saberes e fazeres relativos à louça da Comunidade Quilombola do Maruanum. 2016. 199f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. Arte, artesanato e arte popular: fronteiras movediças”. In: OLIVEIRA, Adriana; SATIKO, Rose (orgs.), **Bixiga em artes e ofícios**, São Paulo: EDUSP, 2014. p. 223-257.
- GOMBRICH, Ernst. **A História da Arte**. 16ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- HARAWAY, Donna. **O Manifesto das Espécies Companheiras**: Cachorros, pessoas e alteridade significativa. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.
- HERNANDEZ, Aline R. Calvo. Memória Biocultural: Cultura(s)-natureza(s) na contramão do Capitaloceno. **Tramas y Redes**, n. 3, p. 25-49. Disponível em: <https://doi.org/10.54871/cl4c301a> . Acesso em 17 set. 2023.
- LOUREIRO, João de J. Paes. **A Conversão Semiótica na Arte e na Cultura**. Edição Trilíngue. Belém: EDUFPA, 2007.
- MARÍN, Rosa E. Acevedo; CASTRO, Edna Ramos. Belém: Círculos de Agricultura e Escravidão. O Caminho, o Engenho e o Canavial: Lugares e Materialidade das Ralações Sociais. In: MARÍN, Rosa E. Acevedo; CASTRO, Edna Ramos (Org.). **No Caminho de Pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará**. 2 ed. Belém: NAEA/UFPa, 2004. p. 55-113.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.
- MOTTA, Marly. **A nação faz cem anos**: A questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Editora da FGV-CPDOC, 1992.
- NOTH; Winfried; SANTAELLA, Lucia. **Introdução à semiótica**: passo a passo para compreender os signos e a significação. São Paulo: Paulus, 2017.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.
- RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível**: estética e política. 2ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2009.
- TOLEDO, Victor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La Memoria biocultural**: La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Barcelona: Icaria, 2008.
- WILLIAMS, Raymond. **Palavras-Chave**. Um vocabulário de cultura e sociedade. 3ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

3

Simpósio
Internacional

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

GT 01 • Sessão 4

REFLEXÕES ACERCA DA RESISTÊNCIA DE POVOS INDÍGENAS, RIBEIRINHOS E QUILOMBOLAS NA REGIÃO DO VALE DO ACARÁ NA AMAZÔNIA PARAENSE

GT01 – SOCIEDADE, URBANIZAÇÃO E ESTUDOS POPULACIONAIS

Crystiane Amaral Coutinho¹

Andrea do Socorro Aguiar do Nascimento²

Marinalva Cardoso Maciel³

1. INTRODUÇÃO

O papel geopolítico da região amazônica está relacionado ainda ao seu papel na divisão internacional do trabalho, como região colonizada e, portanto, historicamente fornecedora de *commodities*, lógica econômica cuja configuração global é mantida por grandes empresas industriais e financeiras que ocupam os territórios a fim de aumentarem o lucro do capital, influenciando os países juridicamente e politicamente (CASTRO, 2012). Para CASTRO, (2012, p. 59) “grandes projetos, construídos para oferecer ao mercado os recursos naturais, são entregues a grandes empresas, nacionais e estrangeiras, que se localizam, via de regra, em territórios ocupados, mas se impõem à população local como prioridade nacional.”. Isso quer dizer que os projetos pensados para a Amazônia brasileira ainda mantém o modelo colonizador, ainda é voltado para fora da Amazônia.

Isso se reflete no Estado do Pará, no Vale do Acará, território objeto desta pesquisa, cujo cenário de ocupação das terras indígenas, ribeirinhas e quilombolas está inserida na colonialidade, cujas práticas violentas contra as populações tradicionais são avassaladoras e silenciadas e a razão pela qual a região do Acará, assim como a região do Marajó, e outras regiões mais afastadas da capital apresentam conflitos territoriais, lutas, pela terra dos povos originários e tradicionais. A resistências dos povos da floresta amazônica é fruto do aprendizado de anos de apagamento, silenciamento e violência.

Entre os dias 04 a 09 de agosto de 2023 houve ações do Governo Lula na Amazônia: Diálogos Amazônicos e Cúpula da Amazônia, onde envolveram-se princípios democráticos importantes: participação social e cooperação regional. Naturalmente um evento desse porte chama atenção da população, provoca reflexões e ações de movimentos sociais.

Longe dos holofotes, no Município de Tomé-Açu, Pará, a vida sem maquiagem se mostra, em territórios de ancestralidade, onde indígenas, ribeirinhos, quilombolas buscam pelos direitos aos pertencimentos e permanências em seus territórios, versus aos grandes empreendimentos de origem estrangeiras. Naquele dia 04/08, indígenas da etnia Tembé, na região do Vale do Acará-Pará, protestavam contra formas truculentas empreendimentos de óleo de palma, atualmente sob a administração do grupo Brasil BioFuels (BBF), anteriormente era da BioPalma e antes desse era a Vale. Seguranças da BBF armados, atiraram contra o grupo e um indígena foi atingido na virilha, no dia 07/08 mais três indígenas são alvejados e um deles preso. Com o conflito se acirrando o movimento social composto por Indígenas, Ribeirinhos e Quilombolas-IRQ, toma a iniciativa de manifestação e se direciona até Belém-Pará.

¹ Mestranda em Administração, PPGAD-ICSA-UFPA, krys.coutinho@gmail.com

² Mestranda em Administração Pública, PPGGP-UFPA, asan.direito@gmail.com

³ Docente, ICEN e ICSA, UFPA, marinalvamaciel@gmail.com

Enquanto o movimento social do IRQ vai em busca dos direitos humanos para seus grupos que por coincidência ocorrem durante as programações descritas acima, surgem diversas inquietações sobre esse grupo, até então ignorado e anônimo. A principal é compreender como as lideranças do IRQ estão vivenciando o racismo estrutural, demonstrado, no período de 04 a 09 de agosto de 2023, durante os Diálogos Amazônicos e a Cúpula Amazônica. O objetivo da pesquisa foi analisar como o racismo estrutural na Amazônia é percebido pelas lideranças do Movimento Social do IRQ.

A análise se amparou nas teorias pós-colonial, na teoria marxiana e marxista para análise do movimento social. Adotando uma pesquisa exploratória e explicativa, com metodologia qualitativa, utilizando como instrumentos de pesquisa análise documental, questionário semiestruturado. Concluindo que as violências em territórios indígenas, ribeirinhos e quilombolas ocorre desde a colonização, onde a brutalidade e técnicas de marginalizar as pessoas não são ações atuais, como vivenciada pelo IRQ, o que se tem de novidade na pesquisa é a percepção de pessoas quanto ao racismo estrutural, a fala das lideranças sobre as vivências e a necessidade em realização de mais investigações junto aos povos originários e tradicionais.

2. METODOLOGIA

Sobre Pesquisa Social, Gil (2008) menciona que é pautada na realidade social, entendida no sentido amplo, envolve todos os aspectos relativos ao homem, suas relações entre si e com as instituições sociais. Por ser uma pesquisa qualitativa e explicativa, percebe-se os fatos: baleamento de indígenas da etnia Tembé, como a realidade social da colonialidade no Brasil e na Amazônia. Em suma, empresas instaladas nas florestas ignoram os povos amazônicos e seus representantes. O Movimento IRQ analisado, demonstra a importância da força coletiva dos povos das florestas e rios, o racismo estrutural torna os povos subalternizados ao poder do capital.

Para análise dos fatos utilizou-se teóricas pós-colonial, marxista e marxiana, as primeiras porque Cesárie (1978) já disse que o modo de invadir do capitalismo europeu precisaria ser desnaturalizado, trazendo a luz da análise científica as percepções dos viventes das violências da herança colonizadora. Quijano (2005) traz análise a respeito da colonialidade do poder e suas influências nas realidades dos povos colonizados e Mignolo (2008) a necessidade de desobediência epistêmica, que representa ouvir as pessoas que vivem sobre a realidade opressora do capital. Marx (2014) fundamenta para a compreensão dos conflitos na região do Vale do Acará-PA. Sobre o papel dos Movimentos sociais em rede, utiliza-se a análise de Gohn (2013, 2014 e 2022).

Dos participantes: alcançou 08 lideranças, todos moradores, moradoras e residentes nas Comunidades e Aldeias representadas, que estão localizadas na Zona Rural dos Municípios de Acará e Tomé-Açu, no Vale do Acará, Estado do Pará. Sendo 05 (cinco) lideranças quilombolas, 02 (duas) lideranças indígenas e 01 (uma) liderança ribeirinha; cinco se reconhecem como remanescentes de quilombola, dois como indígenas e um como ribeirinha; quanto ao gênero cinco se assumem como mulheres e três se identificam como homens, possuem idade entre 26 aos 62 anos; todos possuem ensino fundamental completo, três possuem graduação completa e um está na pós-graduação; quanto a raça os participantes se identificam como pardos, negros e indígenas; os participantes se reconhecem como atuantes da classe trabalhadora.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

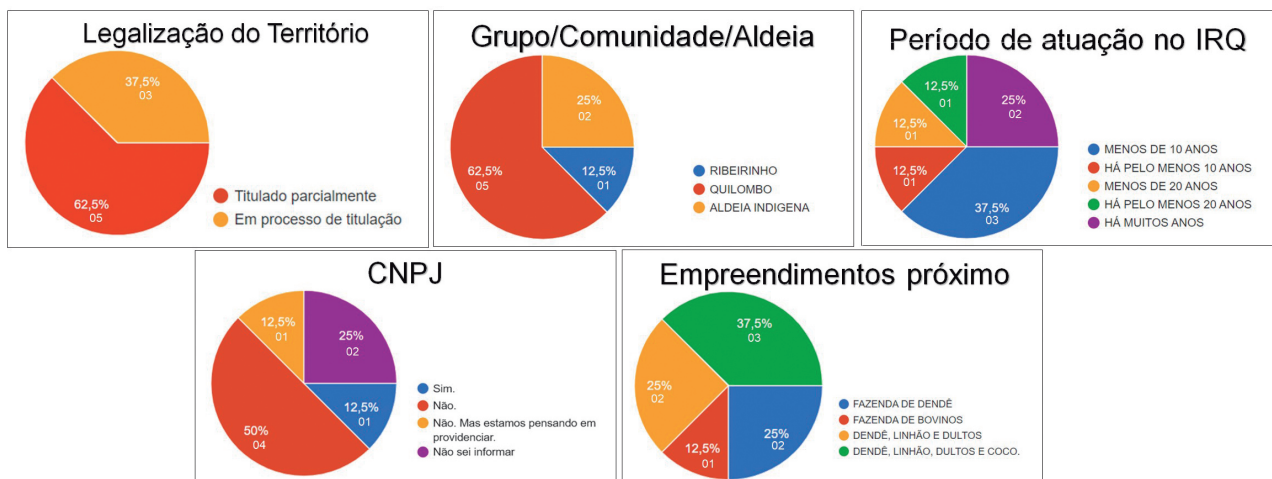
A Europa se colocou no lugar de civilização do mundo e em tempos capitalistas ela tem imposto este modo de produzir a vida, (Quijano, 2005). A história do capitalismo na América Latina se estende à Amazônia e ao Estado do Pará, o que inclui os povos amazônicos no rol de populações não-europeias, de racionalidade inferior, que, portanto, precisariam da “civilização”, da “modernidade” segundo o pensamento colonizador. Para Cesárie (1978) é necessário descivilizar a Europa, isso quer dizer mostrar a percepção dos povos vítimas do movimento histórico capitalista de colonização cujo método foi pautado na invasão de territórios, violências múltiplas, invisibilidade e genocídio contínuo dos povos colonizados. Os conflitos na

Amazônia são inúmeros devido a entrada de empresas na região, sejam exploradoras de minérios, da água, da produção energética, das terras, as populações locais são as mais prejudicadas desde a perda de seus territórios até a perda das suas vidas.

Os movimentos sociais surgem fortemente no Brasil como múltiplas forças populares potenciais e limitadas. A potencialidade está no desenvolvimento de valores, ideias e fortalecedores de saberes, geradores de solidariedade social e coesão nas comunidades; as limitações estão na execução de ações civis, que ainda são autocentradas, pautadas em estratégias de sobrevivência, sendo as tomadas de decisões dessas ações ainda de cima para baixo, o que não restringe o desenvolvimento da autonomia das populações (GOHN, 2013). O movimento IRQ, é um movimento social amazônico de iniciativa dos povos da floresta e rios. A força coletiva desse movimento social pode ser percebida no diálogo entre as comunidades plurais: indígenas, ribeirinhas e quilombolas são símbolo de resistência. Conjunto de pessoas com diferenças culturais, que se percebem juntos em suas realidades conectadas aos rios, à floresta, à fauna e flora da Amazônia e às suas ancestralidades. Essa é uma tomada de consciência fundamental para a proteção da vida e dos territórios indígenas, ribeirinhos e quilombolas na Amazônia. Segundo Gohn, 2013, p. 40: “Movimentos Sociais constituem-se como um dos sujeitos sociopolíticos presentes no associativismo no Brasil porque eles foram, e ainda são, as bases de muitas ações coletivas no Brasil a partir de 1970.”. Para Gohn (2014, p.58) busca-se: “em Marx os cimentos da teoria crítica dos movimentos sociais” o que representa compreender a sociedade de classes na qual estão inseridos os movimentos sociais. Reconhecer-se como classe trabalhadora (proletária) é compreender que a diversidade de pensamentos entre as pessoas e comunidades deve ser respeitada e alternativas para enfrentamento e quiçá superação coesas entre as pessoas que vivem sob a pressão e opressão cotidiana do capital.

A Figura 01, os participantes descrevem a Caracterização do Território do Movimento IRQ.

Gráfico 01 – Caracterização do Território do Movimento IRQ. Vale do Acará - 2023



Fonte: Autoras. Ago/2023

Portanto, a Tabela 01 demonstra as respostas gerais dos participantes sobre o quantitativo de habitantes em idade adulta.

Tabela 1 – Quantitativo de Habitantes por Comunidade/Grupo/Aldeia do Movimento IRQ - 2023

Quantitativo de Habitantes – IRQ – 2023.	
DESCRIÇÃO	QUANT.
INDIGENA	48
RIBEIRINHO	70
QUILOMBOLA	2.500
Total	2.618

Sobre os relatos dos acontecimentos no período de 04 a 09 de agosto, a atuação do IRQ e os resultados das demandas, abaixo o organograma, conforme o relato das oito lideranças que participaram da pesquisa:

DISCUSSÕES:

Os conflitos fundiários e pela posse do território não são novidades. Principalmente quando se trata de invasões de territórios amazônicos, que desde o programa do governo militar “integrar para não entregar” tem intensificado as invasões dos territórios dos povos sob a desculpa de “avanço civilizatório”. Poder evidenciar à luz da comunidade científica relatos sobre a região do Vale do Acará, no estado do Pará, na região Amazônica, que faz parte da luta e resistência histórica dos povos colonizados pelo capitalismo europeus é dar o direito ao uso da voz aos protagonistas em tempo real.

O tempo do silenciamento, está quebrando os paradigmas junto às comunidades, o processo de fortalecimento dos povos que chegou através de políticas públicas como por exemplo as cotas nas universidades demonstram essa mudança. Ainda que importantes as políticas públicas são insuficientes e a efetividade que alcance a eliminação da desigualdade social ainda são um horizonte a ser seguido, mas analisa-se a força do movimento social IRQ, quando com consciência de classe social, apropria-se dos instrumentos jurídicos para demonstrar as violências sofridas em seus territórios, nos quais as balas e mortes não são frutos da imaginação das populações. Há uma organização de povos da floresta amazônica chamado Movimento Indígena, Ribeirinho e Quilombola que traz em seu nome o companheirismo dos que compreendem que a diversidade não é diferença, que lutar por causas isoladas só desconstrói a luta na Amazônia, que é a luta de classes. O Movimento IRQ atua com a força da soberania popular, que tem sido teórica, mas que nesses episódios expendem-se para a esperança da cidadania para todos.

Por fim, não há cidadania para as populações da Amazônia sem demarcação dos territórios, sem Consulta Prévia Livre e Informada diante de qualquer empreendimento que cogite se instalar nas localidades. E não se trata de documento juridicamente válido, mas sim de envolver as pessoas que vivem nos territórios no processo de tomadas de decisões.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão das classes sociais, dos movimentos sociais e do racismo estrutural sob a perspectiva das vivências dos povos amazônicos ainda é um campo de pesquisa social que necessita de mais investigação, em especial a luz das teorias pós-coloniais e marxianas que são complementares e explicativas das realidades vividas pelos povos marginalizados pelo capital como os Indígenas, Ribeirinhos e Quilombolas.

Os casos de indígenas, de ribeirinhos e de quilombolas, o IRQ, proporcionou a percepção das pessoas acerca da eliminação dos seus corpos, onde percebe-se o racismo estrutural desde o momento em que pessoas são racializadas para seres exploradas, ou quando se justifica o uso de arma de fogo para a proteção da propriedade privada.

5. PALAVRAS-CHAVE

Indígenas; ribeirinhos; quilombolas; amazônia; movimento social.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Edna [org]. **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Belém, NAEA, 2017, 408 p.

CASTRO, Edna. **Expansão das Fronteiras, Megaprojetos de Infraestruturas e Integração Sul americana**. CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012

CARMO, Eunápio Dutra do; HAZEU, Marcel theodoor; NASCIMENTO, Nádia do Socorro Fialho; COSTA, Solange Maria Gayoso. Barcarena Livre: Resistências e lutas de comunidades tradicionais frente aos desafios socioambientais da mineração. In: **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Belém, NAEA, 2017, 365-387 p

CESÁRIE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978, 67 p.

Discurso do Presidente da República Federativa do Brasil Luis Inacio Lula da Silva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tfs2rPoFedE>. Acesso em 05 de out de 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008, 199 p.

GOHN, Maria da Glória. **Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações das sociais civis como impactam e por que importam?** Petrópolis: Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2022, 260 p.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 7ª ed. Petrópolis: Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2013, 189 p.

GOHN, Maria da Glória; Bringel, Breno M (org). **Movimentos sociais na era global**. 2ª ed. Petrópolis: Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2014, 246 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Marin Claret, 2014, 221 p.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF. Dossiê Literatura, Língua e identidade. N° 34, p. 287-324, 2008.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, 117-142 p.

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DO POVO NEGRO NA AMAZÔNIA APÓS A ABOLIÇÃO: A SEGURANÇA ALIMENTAR DOS REMANESCENTES QUILOMBOLAS DO ALTO ACARÁ

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*Paulo de Deus Nunes dos Santos¹
Crystiane Amaral Coutinho²*

INTRODUÇÃO

“Somos parte da terra, e ela é parte de nós.” (CHEFE INDÍGENA SEATTLE, 1854). Um dos grandes dilemas no momento contemporâneo é a escassez de alimentos; problemática revelada em territórios quilombolas, indígenas e ribeirinhos, que sobreviveram décadas da pesca, caça, criação de animais e cultivo da lavoura de subsistência. Transformações advindas do plantetion, mineração, rodovias e ferrovias circundando e até sobrepondo os territórios, além da pesca e caça predatória que aconteceu no passado por desconhecimento e acontece hoje por extrema necessidade.

Os negros e negras que foram arrancados do “seio e coração” da mãe África, postos em porões de navios, trazidos como mercadorias perecíveis, para o novo mundo e comercializados nos portos da Província do Grão Pará e Maranhão, (AHLERT E LIMA, 2019), enfiados nas entranhas do “inferno verde”, conhecido como Amazônia, em especial à Região do Alto Acará. Imediatamente postos a trabalhos forçados, onde exigia-se muito esforços físico e para tanto necessitava-se de alimentação equivalente, tarefa do senhor do engenho, dono da lavoura de cana de açúcar, do tabaco ou da madeira. Assim sendo, os filhos do continente negro, não precisavam buscar suas subsistências na natureza como faziam, esquecendo estratégias de captura de caça, pescado e a relação com a agricultura por um longo período e por várias gerações.

Com a abolição da escravidão no Brasil (1888), o ato mais esperado pelo negro amazônico ou afro-amazônico, expos uma triste e amarga realidade, não tinham a propriedade da terra, sem documentação pessoal não havia cidadania, sem domínio da escrita, altamente discriminados e o que é pior, sem as estratégias de caça, pesca e domínio da agricultura de subsistência; o que os levou a trabalhar para os seus ex-dono em troca da alimentação e ao mesmo tempo buscando meios de sobrevivência junto aos nativos e mestiços da região; reaprendendo com a natureza, visando promover seu próprio bem-estar. (NUNES, SANTOS, 2021).

Durante a escravidão, houveram poucas trocas de conhecimentos entre escravocratas e escravizados, o que dificultou as estratégias pela sobrevivência, exigindo adaptações dos negros nas florestas e rios amazônicos; compartilhamentos de saberes com os indígenas e mestiços, foram mais difundidos no pós-escravidão. Descrevendo a resistência pela subsistência e sobrevivência, em particular pela busca tradicional da pesca, caça e cultivo.

A atual pesquisa visa, identificar os procedimentos utilizados para garantir a alimentação da população negra, pós abolição, tentando evidenciar a segurança alimentar contemporânea dos remanescentes

¹ Graduado em Sociologia, UFRR, paulonunes.altoacara@gmail.com

² Mestranda em Administração, PPGAD-ICSA-UFPA, kryscoutinho@gmail.com

quilombolas do Alto do Acará. Para contextualizar, utiliza-se pesquisa exploratória e descritiva, pesquisas bibliográficas, documentais e rodas de conversas com os anciões, de cunho qualitativo. Com a coleta de informações foi possível constatar as mudanças no consumo alimentar e suas consequências. Alcançando resultados que demonstram a severa transformação no quilombo pesquisado, exigindo políticas públicas voltadas para a segurança alimentar.

2. METODOLOGIA

A Associação de Moradores e Agricultores Remanescente Quilombolas do Alto Acará-AMARQUALTA, constituída por seis comunidades quilombolas: Vila Formosa; Turé; Ipitinga Grande; Ipitinga Miri; 19 do Massaranduba e Monte Sião. Está localizada na Região do Alto Acará, Município de Acará, mesorregião do nordeste paraense, com a área territorial de aproximadamente 40.000 hectares e a população em torno de 2000 pessoas, composta por aproximadamente 350 famílias. O acesso pode ser pela Rodovia PA 252, Km 34 ou pelo Rio Miritipitanga. Com clima equatorial. Vegetação original, substituída por vegetação secundária e terciária, sendo intercaladas com cultivos agrícolas. Tendo terra firme, várzeas e igapós.

Os remanescentes quilombolas lutam pela titulação total do territórios através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e Instituto de Terras do Pará-ITERPA, via Vara Agrária do Estado e Ministério Público Federal-MPF.

Participaram das rodas de conversa os anciões que residem no território e os que por motivos de saúde residem fora do quilombo, tendo alcançado 78 participantes.

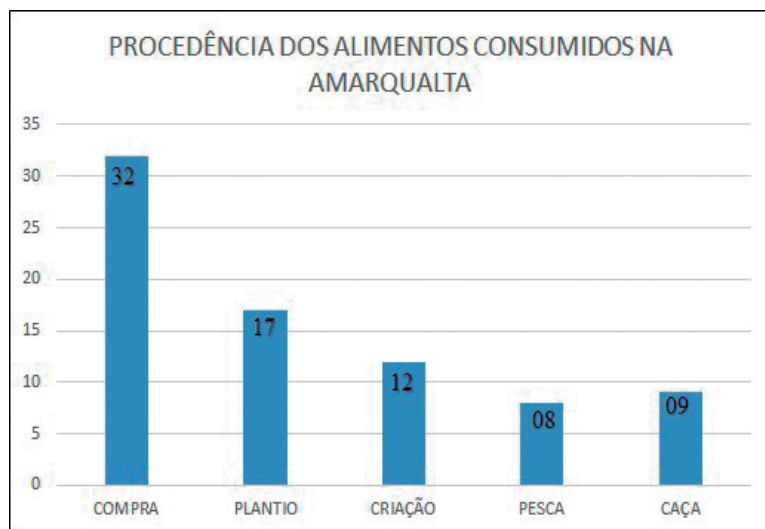
Para contextualizar utiliza-se pesquisa exploratória e descritiva, pesquisas bibliográficas, documentais, pesquisa online e rodas de conversas com os anciões, de cunho qualitativo, onde se registrou dados para a construção do relatório de identificação de armadilhas, utensílios e demais objetos utilizados na pesca e caça, tendo sido possível comparar as mudanças, nessas atividades no quilombo. Estes procedimentos iniciaram em julho de 2023 e segue uma proposta de resgate da identidade do quilombo junto aos idosos e idosas.

O processo ocorre com a formação da roda de anciões, onde os participantes iniciam a conversa e vão alternando entre expositores e ouvintes. Os dados qualitativos foram elaborados e coletados através da plataforma Google forms, compartilhados pelo aplicativo WhatsApp e trabalhados em planilhas do Software Word 2012.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre as respostas dos participantes, identificou-se o aumento no consumo de alimentos industrializados, enquanto que a criação de animais, caça, pesca e cultivo para consumo, diminuiram drasticamente nos últimos anos. A degradação da terra, sofre com o agronegócio da palma, que transformou a vegetação e a fauna. Na figura 01, consta a procedência dos alimentos que são consumidos pelos participantes.

Figura 01 – Procedência dos Alimentos Consumidos pelas Famílias da AMARQUALTA, 2023.



Na AMARQUALTA, os produtos provenientes do comércio, basicamente são: alimentos enlatados; embutidos; carnes: vermelha, branca e vegetais. A garantia na diversidade de alimentos, leva em consideração a locomoção por via rodoviária, com a organização do quilombo houveram aberturas de estradas. A chegada de grandes empreendimentos como os dutos da Hidro, a palma do dendê da Brasil Bio Fuls-BBF, os linhões da Hydro e Transmissora de Energia do Pará-ETEPA e outros empreendimentos, afastaram a migração natural dos animais silvestres (caça e pesca), impactos na segurança alimentar sentidos pelos ribeirinhos, quilombolas e indígenas.

Os participantes descreveram, alguns modelos de armadilhas utilizados para pesca, caça e as técnicas que foram passando entre as gerações. No Quadro 01, os tipos de armadilhas e suas funcionalidades na pesca.

Quadro 01 - Armadilhas Artesanais para Pesca, usados por Indígenas, Quilombolas e Mestiços:

QUADRO 01 – ARMADILHAS PARA PESCA	
Identificação	Descrição
Cercagem de peixes	Ato de represar os igarapés no pico máximo das enchentes; as pessoas se revezam batendo freneticamente com varas nas águas do igarapé, o ruído provocado, restringe a passagem dos peixes até a maré baixar, após isso coloca-se o cunambi macerado (folhas de uma espécie de arbusto venenoso) para capturar os peixes.
Gapuiar	Pescar nos igapós ou no leito dos igarapés revirando os paus, tronqueiras, folhas e etc, em busca de peixes, quelônios, caranguejos e camarões;
Matapi	Armadilha para capturar peixes, siris e camarões;
Camina	Espécie de <i>paneiro</i> alongado, coloca uma isca no seu interior, um dispositivo de acionamento para emersão rápida, acionado quando o peixe morde a isca.
Trombeta	Espécie de <i>matapi</i> longo e afunilado (em forma de cone), onde o peixe entra e não consegue retornar;
Camboa	Pequena cerca usada para fechar cursos d'águas ou igarapés na maré alta, com a intenção de prender e capturar os pescados na maré baixa.
Kakuri	Artefato construído nas vias de acesso aos lagos e mananciais, fechasse estes acessos com estaquias e se constrói um curral na parte mais profunda do córrego ou riacho;
Curral	semelhante ao kakuri, apropriado para os rios, confeccionados com estruturas de varas de madeiras de lei e resistentes a água, cercados com estacas, normalmente da estirpe do açazeiros maduros, formato cilíndrico de dimensões variadas, que vai de um metro à três metros de diâmetro, uma ou duas esteiras que sai da parte cilíndrica e vai até a parte mais rasa da margem.

Parapará	Armadilha semelhante ao matapi com abertura lateral conhecido como língua.
Siririca	Arte de pescar tucunarés e jacundás, uma vara de aproximadamente três metros de comprimento, uma linha ou fio de um metro com um ou mais anzóis na ponta e um pedaço de pano da cor vermelha;
Bater timbó/ cunambi	Pesca com cunambi ou timbó normalmente feita nos igarapé, lagos e tronqueiras de paus (sulapa). O cunambi é macerado com um bastão, conhecido como mãe de pilão, o timbó é esmagado com um porrete, até soltar a seiva e aplicada onde há presença dos peixes.
Mazará	Armadilha feita com troncos de palmeiras de: pupunha, caraná, açazeiros e sororocas, com miolos apodrecidos.
Faxiar	Pesca noturna com a utilização de tochas e facões, as margens de igarapés, rios e igapós.
Perequerar	Pesca noturna, utilizando-se fiska ou zagaias com o apoio de lanternas olho de boi, lanternas à bateria (pilhas), lamparinas (aracapá) e por último farol.
Caniços de espera	Pesca noturna, onde se utiliza uma vara, linha de aproximadamente um metro e um anzol, fixado as margens de Rios, Igarapés ou lagos;

No quadro 02, os tipos de armadilhas e suas funcionalidades na caça.

Quadro 2 - Armadilhas Artesanais para Caça, usados por Indígenas, Quilombolas e Mestiços:

QUADRO 01 – ARMADILHAS PARA CAÇA	
Identificação	Descrição
Mondel ou mundé	Armadilha para pequenos animais, composta de uma vara de aproximadamente três metros, submetido ao esforço de envergamento, com um sistema de gatilho e iscas. Abate a presa por esmagamento;
Laço	Armadilha artesanal, construída com uma vara flexível, um barbante ou cipó de 2 a 3 metros, amarrado na extremidade da vara e na outra ponta do fio ou cipó um laço, flexiona-se a vara, coloca-se o laço preso a um mecanismo de acionamento e dentro uma isca para a presa, que pode ser caça ou aves;
Caçada com cães	Prática de adentrar nas florestas com apoio de cães de caça, esses perseguem as presas até encurralar, entocaiar, levar para os rios, igarapés e lagos ou mesmo capturar e abater com suas presas;
Caçada de espera ou de amoitar	Caçada noturna, onde o caçador busca por uma árvore frutífera e apreciada por animais de pequeno e médio porte, de hábitos noturno, durante o dia constrói um abrigo suspenso no tronco da referida árvore e aguarda a presa e com o auxílio de lanterna e lança abate a presa;
Caçada de varrida	O caçador durante o dia escolhe uma área onde há bastante incidência de caças de hábitos noturno, faz uma pequena trilha, remove as folhas secas e gravetos do caminho para evitar ruídos ao caminhar durante a noite, com o auxílio de uma lanterna, uma lança, arco e flecha ou espingarda, abate a presa.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segurança alimentar utilizando materiais e artefatos locais, fazem parte da identidade e do cotidiano dos participantes que conseguiram contribuir ricamente com a elaboração do relatório sobre a vivência ancestral.

Concluindo que há mudanças significativas na segurança alimentar dos remanescentes e que essas práticas estão interferindo na qualidade de vida dos sujeitos; transformações relevantes no solo, com atividades agrícolas no método tradicional em edificações de roças, ocorrem de maneira descontrolada; para contribuir com os custos na aquisição de alimentos é efetuado rompimentos de costumes ancestrais como a caça, a pesca e a lavoura, tais irregularidades ameaçam a permanência da população quilombola no território.

Portanto, políticas públicas na agricultura e pecuária, como as criações e manuseios de animais de pequenos porte, piscicultura, agricultura mecanizada a reeducação alimentar de subsistência, devem ser atividades inseridas no quilombo, para tentar diminuir o êxodo rural.

Estudos futuros necessitarão serem efetivados, para mapear ações e reações não expostas na presente pesquisa.

5. PALAVRAS-CHAVE

QUILOMBO; SEGURANÇA ALIMENTAR; ESTRATÉGIAS.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

AHLERT, Martina. LIMA, Jefferson Yuri da Silva. “Nesse mundo ninguém se governa”: Encantaria e luta em Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim/Maranhão). *Anais VI ENADIR - GT17. Processos de reconhecimento de direitos, mediação intercultural e disputas territoriais no Brasil contemporâneo*, 2019. Disponível em: <https://nadir.fflch.usp.br/anais-vi-enadir-gt17>. Acesso: 05 out 2023.

BRASIL. **Decreto n. 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial, Brasília, 2003. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em 03 out 2023.

FERREIRA, Priscila Fonseca {et al.} **Subsistência e Agricultura Familiar na Comunidade Quilombola África, Abaetetuba, Pará – Brasil**. Organizador: Altem Nascimento Pontes {et al.}. pág. 86-97. Ciências Ambientais: Política, Sociedade e Economia da Amazônia. Belém: EDUEPA, 2020. Belém: EDUEPA, 2020.

GONÇALVES, Janaina Pinheiro {et al.} **Sociedade e sistemas produtivos na amazonia: o caso da comunidade Ramal do Bacuri e Sua Relação como os Recursos naturais**. Organização: Martina Ahlert {et al.} *Processos de reconhecimento de direitos, mediação intercultural e disputas territoriais no Brasil contemporâneo*, 2019. Disponível em: <https://nadir.fflch.usp.br/anais-vi-enadir-gt17>. Acesso: 03 out 2023.

NUNES, Diego; SANTOS, Vanilda Honória dos. Por uma história do conceito jurídico de quilombo no Brasil entre os séculos XVIII e XX. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 66, n. 1, p. 117-148, jan./abr. 2021. ISSN 2236-7284. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/72690>. Acesso em: 04 out. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v66i1.72690>.

SILVA, Wilma Amâncio {et al.} Condições de Vida dos Agricultores Familiares Quilombolas. **Revista Geografia** (londrina) v. 31. n. 2. pp. 129, julho/2022. ISSN 2447-1747. Disponível em: < <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/45529>>. Acessado em 02 out. 2023.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As Três Metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 4. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2004.**

ZAMBELLO, Aline Vanessa {et al.} **Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico**; organizador: Thiago Mazucato. Penápolis: FUNEPE, 2018.

DEMARCAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS NA REGIÃO AMAZÔNICA

GT 01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Manuella Gabrielly Oliveira de Oliveira¹

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa investiga a relevância da demarcação dos territórios indígenas e as medidas socioambientais e climáticas que são proporcionados pelas Terras Indígenas demarcadas na Amazônia. Para responder tal problemática, a pesquisa parte de objetivos específicos que são desenvolvidos em seções distintas, iniciando-se em examinar os benefícios sociais, culturais e ambientais promovidos pelas comunidades indígenas e seus territórios. Em seguida apresentará uma análise antropológica dos impactos ambientais, climáticos e sociais na Amazônia Legal ocasionados por rebeliões e conflitos fundiários. Além disso, analisará sobre o PL do Marco Temporal (Projeto de Lei 490/2007) e seus impactos quanto ao direito à terra dos povos indígenas e reflexos socioambientais. Os apontamentos da pesquisa demonstram a responsabilidade do âmbito federal em garantir a organização das áreas que compõem a região Amazônia, a partir da regularização fundiária, a fim de reduzir seus conflitos.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada envolveu o método dedutivo, abordagem qualitativa e técnica de pesquisa bibliográfica e documental.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As terras ocupadas por ribeirinhos, quilombolas e nações indígenas representam uma relevante porcentagem da Floresta Amazônica. A exemplo disso, de acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto Socioambiental - ISA, os povos originários realizam a proteção e manejo de 27% da biota, bem como conservam cerca de 27% do armazenamento de gás carbônico da Amazônia – ou seja, em torno de 13 bilhões de toneladas (ISA, 2018). Além disso, tendo em vista que o estoque de CO₂ pelas florestas é necessário para que haja um abrandamento quanto ao acervo de dióxido de carbono na atmosfera terrestre existente na atualidade, os povos tradicionais contribuem significativamente para a redução dos problemas ambientais e climáticos ocasionados pela ação humana.

A preservação das TI's são fundamentais para contribuir no equilíbrio do ecossistema, haja vista que os povos indígenas garantem a conservação do bioma Amazônia, conseqüentemente agem como obstáculo ao avanço dos problemas florestais e atmosféricos ocasionados pelo homem. A respeito disso, entre os anos 2000 e 2014, houve a redução de menos de 2% da mata nativa nas Terras Indígenas segundo cálculos realizados pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, com base em dados coletados

¹ Pós-graduanda em Direito Agroambiental, no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), Bacharel em Direito pelo CESUPA, manuellaoliveira@outlook.com.

pelo Sistema PRODES. Enquanto que a perda média de floresta na Amazônia registrada nesse mesmo intervalo de tempo foi de 19% (IPAM, 2015). Todavia, atualmente a região se tornou alvo mundial, posto a sua relevante contribuição à evolução das mudanças climáticas e o aumento da emissão de gases de efeito estufa, em especial a propagação de dióxido de carbono, interligam-se as ações históricas humanas (NOBRE et al, 2007).

A violência, ocupação, exploração e invasão são situações fortemente marcadas na região, alcançando patamares radicais definitivos às mudanças na vida dos povos nativos. Segundo análises realizadas pelos pesquisadores do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon, foi possível constatar um total de 963 conflitos fundiários apenas no estado do Pará e 4.477 nos demais estados localizados na Amazônia Legal, entre os anos de 2010 e 2019 (BRITO et al, 2021, p. 41). A grilagem e intrusão de terceiros em terras públicas, Unidades de Conservação (U.C.) e Terras Indígenas (TIs), são alguns dos exemplos. Ademais, tais conflitos favorecem o crescimento da degradação da Floresta Amazônica e, conseqüentemente, ao aumento do índice de emissão de gás carbônico.

Nesse sentido, conquanto o avanço constitucional disposto no art. 231, §1º, da Constituição de 1988, em assegurar a posse permanente das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, atualmente, muito se discute sobre o Projeto de Lei nº 490/2007. O projeto em comento debate sobre o “marco temporal” para a demarcação de territórios indígenas os quais se encontravam ocupados na data de 5 de outubro de 1988 – mesmo período em que a Constituição fora promulgada. Tal discussão teve início no ano de 2009, durante o julgamento da Petição 3.388 pelo Supremo Tribunal Federal – STF, onde traz o entendimento de que, para que as terras sejam compreendidas como ocupadas tradicionalmente, cabe comprovar objetivamente que os povos habitantes realizavam a posse destas desde a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 2023).

Compreendido como um dos maiores julgamentos da história do STF, no dia 21 de agosto desse ano, o Plenário rejeitou a tese do marco temporal, PL 2.903/2023, confirmando a principal compreensão de que a data da promulgação da Constituição Federal não pode ser parâmetro para determinar a temporalidade da ocupação territorial das comunidades tradicionais. Apesar da grande conquista, os embates não acabaram posto a possibilidade de o Congresso Nacional legislar sobre a temática e que muito preocupam os povos originários, haja vista as pressões das bancadas ruralistas. Possibilidade essa concretizada seis dias após o julgamento do STF, o Senado retomou o tema aprovando o referido PL, contendo 43 votos a favor e 21 contrários, contendo como principais aspectos: o marco temporal dos territórios indígenas; a exploração econômica desses territórios originários, incluindo a contratação de serviços de indivíduos não indígenas (BRASIL, 2023).

Importa ressaltar que o PL já havia sido firmado inconstitucional tanto pelo Ministério Público Federal – MPF, por intermédio da Nota Técnica nº 1/2020/6ª CCR/MPF, quanto pela Defensoria Pública da União – DPU, a partir da Nota Técnica nº 11 – DPGU/SGAI DPGU/GTI DPGU. Outrossim, em março deste ano, Organizações Não Governamentais – ONG’s apelaram as Nações Unidas – ONU, abordando sobre a ameaça da PL em frente ao “marco temporal”. Tal pedido realçou 4 pontos indagadores do projeto, sendo eles “a inconstitucionalidade do projeto, a inviabilização da demarcação de terras indígenas, o desprezo a consulta e o consentimento livre, prévio e informado, e, por fim, a divergência com os esforços de proteção ambiental e enfrentamento às mudanças climáticas” (CONNECTAS, 2023).

Conforme analisado ao longo desta pesquisa, os direitos dos povos originários são historicamente infringidos e ignorados, mesmo que estes possuam direitos aclamados como “originários”, assim promulgado pela Constituição Federal regente. Portanto, assegurar o direito étnico, cultural, econômico

e territorial dos povos indígenas é dever da União, de modo que, a ausência do seu apoio confronta principalmente a Constituição Federal, o Estatuto do Índio e a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo a que este trabalho se propôs fora de analisar a relevância da demarcação de terras dos povos indígenas e seus impactos sociais, ambientais e climáticos à região Amazônica. Elencando os empecilhos atuais para a devida efetivação, tal como os conflitos fundiários e o Projeto de Lei 2.903/2023, conhecido como PL 490/2007.

Esta pesquisa pode encontrar a relevância de efetivar o direito ao território habitado pelos povos indígenas, posto os benefícios relacionados, por exemplo, ao desenvolvimento social e econômico, como também da conservação cultural, histórico e patrimonial promovida pelos povos tradicionais. Para tanto, as nações indígenas dependem do apoio da união para habitarem em suas terras de forma segura, haja vista que são vítimas do desmatamento ocasionados por grileiros e demais conflitos fundiários. Em consequência, a cada dia aumento do desmatamento e queimadas provocados por tais conflitos, corroboram para o crescimento de emissão de gases de efeito estufa e desgastes ambientais na região amazônica.

Outrossim, a aprovação do PL do Marco Temporal corrobora para o crescimento das invasões, ocupações e explorações das terras, comprometendo ainda mais a segurança dos ocupantes originários, sua cultura e o bioma presente em prol do “desenvolvimento econômico” do país. Promover um limite temporal aos direitos assegurados aos povos originários fere a construção histórica e cosmológica desses povos, ignorando suas lutas e conquistas perante os inúmeros conflitos fundiários enfrentados até os dias atuais. Ademais, o Estatuto Constitucional Indígena e a Constituição Federal garantem a segurança dos povos tradicionais e o reconhecimento da posse indígena, fatores esses, inclusive, apontados na conclusão da Nota Técnica do MPU.

Conclui-se que a defesa de um marco temporal é contraditório às considerações do direito internacional dos direitos humanos, além de se opor ao entendimento de direito originário à posse, positivado no artigo 231 e parágrafos, CF/88, dentre os quais: reconhecem o direito à posse permanente, vedam a remoção dos povos indígenas das suas terras, bem como direciona a competência da União em promover a demarcação segurança e respeito dos seus bens. Por fim, a demarcação promove não apenas a conservação territorial, social, cultural desses povos, conforme disposto no art. 232, CF/88, bem como corrobora positivamente para a manutenção ambiental e climática do bioma amazônico.

5. PALAVRAS-CHAVE

Conflitos fundiários. demarcação. territórios indígenas

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. NOTA TÉCNICA Nº 11 - DPGU/SGAI DPGU/GTI DPGU. **Defensoria Pública Geral da União - DPGU**. Brasília – DF, 2023.

BRASIL. NOTA TÉCNICA Nº 1/2020/6ª CCR/MPF. **Ministério Público Federal - MPF**. Brasília – DF, 2023.

BRASIL. **Senado Federal**. Aprovado no Senado, marco temporal para terras indígenas segue para sanção. Senado Notícias, Agência Senado. Brasília – DF, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/27/aprovado-no-senado-marco-temporal-para-terras-indigenas-segue-para-sancao>

BRASIL. **Senado Federal**. Projeto do marco temporal das terras indígenas chega ao Senado. Senado Notícias, Agência Senado. Brasília – DF, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/01/projeto-do-marco-temporal-das-terras-indigenas-chega-ao-senado>. Acesso em: 4 out. 2023

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Petição 3.388 – RR, Relator: Ministro Carlos Ayres Britto. Brasília, DF, 19 de março de 2009. Diário da Justiça Eletrônico. 2010.

BRITO, Brenda et al. **Leis e práticas de regularização fundiária no Estado do Pará**. Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia – Imazon, Belém – PA, p. 41, 2021.

Direitos Constitucionais do Índios. Povos Indígenas no Brasil. **Instituto Socioambiental – ISA**. [s.i.], 2018. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Constitui%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 02 mar. 2023

NOBRE, Carlos A.; SAMPAIO, Gilvan; SALAZAR, Luis. Mudanças Climáticas e Amazônia. **Ciência e Cultura**. vol.59. nº3. São Paulo – SP, 2017. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n3/a12v59n3.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2023

Organizações levam à ONU os riscos de PL sobre marco temporal. **Conectas Direitos Humanos**. São Paulo – SP, 2023. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/organizacoes-levam-a-onu-os-riscos-de-pl-sobre-marco-temporal/?gclid=CjOKCQjwtmlBhD3ARIsAARoaEysahf9fg-bMZlsKIcbVpPJBfg7v9pqWXnw2ix7KgBNfF1SlPR-XisaApDceALw_wcB>. Acesso em: 09 jul. 2023

Terras Indígenas na Amazônia Brasileira: reservas de carbono e barreiras ao desmatamento. **Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM**. Brasília – DF, 2015. Disponível em: <<https://ipam.org.br/bibliotecas/terras-indigenas-na-amazonia-brasileira-reservas-de-carbono-e-barreiras-ao-desmatamento/>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

IDENTIDADE CULTURAL NA AMAZÔNIA: A ETNOGRAFIA DO DIA DOS POVOS INDÍGENAS NOS AIPÃ ANAMBÉ (PA/BRASIL)

GT01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Ezequiel Fonseca Araújo¹
Fernando Manuel Rocha da Cruz²

1. INTRODUÇÃO

O dia dos povos indígenas – evento celebrado anualmente no Brasil, a 19 de Abril – representa um grito de resistência e autoafirmação, podendo ser entendido, ainda, como um elemento de salvaguarda da cultura e identidade para os 180 povos (comunidades) indígenas espalhados pelo interior da Amazônia, com uma população de aproximadamente 208 mil indivíduos³. Nas comunidades mais afastadas dos modos de vida tradicionais em decorrência das influências modernas, o mesmo torna-se um espaço para a realização de rituais indígenas, prática de modalidades esportivas, pintura corporal e outros elementos identitários.

Assim sendo, a partir da etnografia das práticas culturais, definimos por objetivo, refletir sobre como a comunidade indígena Aipã Anambé, no Estado do Pará, reproduz sua cultura e identidade, sem esquecer os desafios que se apresentam à mesma, na atualidade.

2. METODOLOGIA

Fazer etnografia significa dar voz a uma minoria silenciosa; caminhar em um mundo desconhecido, abrindo itinerários, passando das contingências para a autodeterminação, no mundo da existência solidária e cidadã (Mattos, 2011). Nesse sentido, Cruz (2011) acrescenta que a atividade científica é uma atividade social total praticada por agentes cujo processo de constituição segue trâmites sociais e, por conseguinte, o texto etnográfico deve constituir-se como esforço científico da compreensão da realidade. Concordantes com a presente reflexão, apoiamos-nos na etnografia para estudar o dia dos povos Indígenas, nomeadamente da comunidade Aipã Anambé, para coletar dados e/ou informações para, posteriormente interpretá-los.

Desse modo, assumimos o intuito de, participando das práticas sociais, dialogar sobre os modos de vida tradicionais da comunidade, reconfigurados pela influência da modernidade, cientes de que no processo de investigação devemos levar em consideração não somente o que é visto e experimentado, mas também o não explicitado, ou seja, aquilo que é dado por suposto (Lima *et al.*, 1996).

Assim, como estratégia de coleta de dados, adotamos a observação participante, a qual é “realizada quando se toma nota dos factos, dos gestos, dos acontecimentos, dos comportamentos, das opiniões, das ações, das realidades físicas, em suma do que se passa ou existe num dado momento” (Cruz, 2011, p. 14).

Assim sendo, a realização da etnografia de práticas sociais que salvagam a cultura e a identidade dos Anambé, encontra na celebração do dia dos Povos Indígenas, uma oportunidade para compreender os elementos identitários e culturais característicos das populações tradicionais, como a prática da pintura

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (SINCITI), Universidade Federal do Pará – Campus de Abaetetuba, e mail: zickfonseca@hotmail.com

² Doutor Europeu em Sociologia, Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI), Universidade Federal do Pará – Campus de Abaetetuba, e mail: fernando.cruz@ufpa.br

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br> – Último acesso: Agosto/2023

corporal, as danças embaladas pelas músicas cantadas na língua indígena e a realização de provas que remetem aos hábitos tradicionais dos primeiros habitantes do Brasil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 2023, a celebração que mais uma vez foi organizada pelas lideranças indígenas juntamente com a coordenação da Escola localizada no interior da comunidade, contou com a presente de autoridades públicas do Município de Moju e Mocajuba além de indígenas do Território Indígena Assurini, localizada no Município de Tucuruí/PA.

A celebração do dia dos Povos Indígenas na comunidade Aipã Anambé representa uma ferramenta de autoafirmação identitária e cultural. Uma vez que, neste dia, os habitantes da comunidade usam os adereços indígenas, cantam e dançam em sua língua materna, com os corpos pintados, símbolos da luta e da resistência.

O evento, em um misto de festa e competição, caracterizou-se pela reprodução dos movimentos realizados pelos indígenas durante as suas atividades laborais, o que revela uma estreita relação com os modos de vida dos Anambé. Embora, se verifiquem outras modalidades que apresentam movimentos ainda ligados aos modos de vida tradicionais, porém, reconfigurados pelo contato com a vida contemporânea.

Corroborando com a reflexão acerca da inexistência de identidades fixas e imutáveis, plenamente unificadas (Hall, 2006), os Anambés vão reconfigurando suas identidades, mantendo-se, ainda que a duras penas, a sua cultura e tradição. Nesse sentido, a celebração do dia dos povos indígenas assume uma importante missão: apresentar aos mais novos os principais elementos identitários e culturais preservados ao longo das gerações, embora alguns já apresentem evidentes marcas herdadas da convivialidade com a sociedade moderna.

Notadamente, entre os elementos mais preservados ao longo dos anos, figura a pintura corporal, símbolo de resistência, utilizada, inclusive, nos momentos de lutas por direitos e melhorias da qualidade de vida, como a conquista da terra. Em contrapartida, recai sobre o uso da língua materna a constatação de ser aquele que mais sofreu com as interferências alheias à coletividade, tornando-se hoje, uma língua debilitada⁴ (Lima; Sousa; Melo, 2022), desvinculada de funções sociais, limitada, portanto, à nomeação dos nascituros, apesar dos esforços do professor de Língua indígena da comunidade.

Enquanto expressão da cultura e identidade dos povos indígenas, a pintura corporal é um importante elemento identitário comumente utilizado pelos Anambé, especialmente em eventos comemorativos, apresentações e/ou encontros oficiais entre as comunidades.

Geralmente, cada grupo indígena possui um repertório próprio de técnicas e padrões que estão muito associados à sua organização social, à sua cosmologia e às relações que o grupo mantém com a natureza. Utilizando os pigmentos vermelhos - obtido com o pó da semente do urucum - e azul-escuro, quase negro - proveniente da polpa do jenipapo verde misturado em água - os Anambé reproduzem sobre o corpo as pinturas de alguns animais, - tucano, jabuti e tucunaré, para os homens e paca e surubim para as mulheres, geralmente.

Ao manter estes e outros elementos identitários e culturais, tais como a utilização do casco feito de madeira em toras como meio de transporte (embora alguns já utilizem embarcações com motores de popa), a produção de farinha de mandioca na forma de mutirão entre os núcleos familiares, os Anambé sinalizam o desejo de preservar seu modo de vida tradicional, seus costumes e tradições.

Todavia, esta preservação não significa a manutenção de uma identidade uníssona e imutável, pois os mesmos vivem num constante processo de negociações e conflitos entre os ditos 'modos tradicionais'

⁴ O conceito refere-se as línguas marcadas pelo fato de estar em situação de languidez e não ser mais usada de maneira coloquial ou social, mas apenas em situações de representação de algum contexto cultural, em rituais e atividades religiosas.

e aqueles adquiridos na convivialidade com a vida moderna, evidenciado, por exemplo, pelo uso do arco e flecha apenas nas provas em eventos comemorativos, pois peixes e caças são adquiridos mediante a utilização de armas modernas como as de fogo.

Alteradas pela convivialidade com a modernidade, as identidades indígenas reconfiguram-se, mantendo-se elementos culturais próprios e característicos das comunidades tradicionais. E assim continuam o processo de adaptabilidade da vida, recompondo-se e reinventando-se, sem deixar de estampar no corpo (e na alma) as marcas da ancestralidade cultural, forjada na luta pela defesa da vida, pelo reconhecimento de direitos necessários para a sobrevivência de toda a comunidade.

As identidades se ressignificam, transformam-se pelas relações sociais estabelecidas - algumas abusivas, desrespeitosas e preconceituosas -, e apesar das significativas perdas para a comunidade, continuam de pés fixos no chão da história, de corpo pintado e flecha na mão, dançando e cantando, em Tupi Guarani, o canto da resistência, da autoafirmação de um povo que, apesar de tudo, resistirá.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A etnografia das práticas sociais de salvaguarda da cultura e identidade, evidenciadas na celebração do Dia dos Povos Indígenas na comunidade Aipã Anambé, sugerem-nos a preservação de hábitos e costumes tradicionais, como a pintura corporal, a dança e a música cantada utilizando-se uma variante do Tupi Guarani, a utilização de adereços características dos populações tradicionais, além da reprodução, através de algumas modalidades esportivas, dos movimento característicos dos modos de vida tradicionais e suas atividades laborais.

5. PALAVRAS-CHAVE

Identidade cultural. Comunidade Indígena. Práticas sociais.

6. REFERÊNCIAS

CRUZ, F. M. R. **A tematização nos espaços públicos**: estudo de caso nas cidades de Porto, Vila Nova de Gaia e Barcelona. Uma análise sobre a qualidade e estrutura dos espaços públicos. Tese de doutorado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dENWY>. Acesso em: 20 jun. 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

LIMA, C.M.G.; DUPAS, G.; OLIVEIRA, I.; KAKEHASHI, S. **Pesquisa etnográfica**: iniciando sua compreensão. Rev. latino-am. enfermagem, Ribeirão Preto, 1996, v. 4, n. 1, p. 21-30.

LIMA, Ademar dos Santos.; SOUSA, Rosineide Magalhães de.; MELLO, Antonio Augusto Souza. **Amazônia**: as últimas línguas indígenas sobreviventes. Tellus, Campo Grande, MS, ano 22, n. 49, p. 133-171, set./dez. 2022

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. **“Estudos etnográficos da educação**: uma revisão de tendências no Brasil”, in Carmem Lúcia Guimarães de Mattos, e Paula Almeida de Castro (orgs), *Etnografia e educação: conceitos e usos*. Campina Grande: EDUEPB, 25-48. 2011

OS WARAO E O ACOLHIMENTO EM BELÉM-PA

GT 1 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Danilo Sodré¹

1. INTRODUÇÃO

Os indígenas da etnia Warao, vindos da Venezuela, enfrentaram deslocamentos forçados ao longo de sua história em busca de sobrevivência, assim como outros povos indígenas no Brasil. Atualmente, é importante compreender a identidade dos migrantes Warao em Belém, no Pará, incluindo suas características, origens e motivos para a migração.

A integração dos Warao em Belém envolve esforços coordenados entre autoridades municipais e estaduais, ONGs e a comunidade local, visando oferecer abrigo, alimentação, assistência médica, educação e apoio psicossocial. No entanto, enfrenta desafios como recursos limitados, crescente demanda por serviços e a necessidade de políticas públicas mais abrangentes.

Compreender as complexidades enfrentadas pelos migrantes Warao e reconhecer os esforços na recepção é crucial para desenvolver políticas e ações que promovam sua integração na sociedade brasileira, respeitando sua cultura e necessidades. À medida que a migração global evolui, abordar essa questão com empatia, cooperação e base em evidências é essencial para garantir a inclusão digna de todas as populações vulneráveis, incluindo os Warao.

2. METODOLOGIA

Nesta pesquisa, adotou-se uma abordagem metodológica que integra diversas técnicas, combinando revisão da literatura com análise de dados quantitativos e qualitativos para investigar o fenômeno da migração dos Warao para Belém, no estado do Pará. As técnicas de coleta de dados empregadas neste estudo incluíram pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e trabalho de campo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Quem são os Warao?

Os Warao são originários do Delta do rio Orinoco, na Venezuela. De acordo com o censo demográfico venezuelano de 2011, cerca de 50.000 pessoas se identificam ou têm origem no povo Warao. Quanto ao modo de vida dessa comunidade, de acordo com a pesquisa de Ramos, Botelho e Tarragó (2017), inicialmente, os Warao sobreviviam da atividade de caça e da coleta dos recursos disponíveis na floresta, ocasionalmente deslocando-se dentro do território venezuelano. No entanto, eles passaram por um período de fixação devido ao surgimento de novas formas de organização, resultantes das interações comerciais com outras etnias do Caribe, que compartilhavam conhecimentos mais avançados em horticultura e no processamento de mandioca. Essa troca de conhecimento e mercadorias entre os Warao e os povos caribenhos foi possível graças ao seu conhecimento em navegação e construção de canoas, como identificam os autores:

¹ Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA), Bacharel e Licenciado em Geografia (IFCH/UFPA). E-mail: danilo.sodre@naea.ufpa.br.

[...] algumas tinham a capacidade de até cem pessoas e que serviam não apenas como meio de transporte das pessoas, como também eram fundamentais para as relações de trocas materiais e intercâmbios sociais deles com povos da Guiana Inglesa (RAMOS, BOTELHO e TARRAGÓ, 2017, p. 8).

Antes de realizarem a migração para o Brasil e outros países, os Warao foram forçados a intensificar sua migração dentro da Venezuela, mais especificamente um êxodo rural devido à nova dinâmica econômica que se desenvolveu ao longo dos anos em sua região histórica de origem. A partir da década de 1950, a apropriação de seus territórios por empresas petrolíferas e pela expansão da agricultura geraram consequências ambientais e sociais negativas para os Warao, intensificando os deslocamentos dessa população para o contexto urbano venezuelano, até chegar à migração internacional (FRÖHLICH, 2022).

Historicamente, ocorreram quatro ciclos de migração dos Warao, de acordo com Ramos, Botelho e Tarragó (2017): 1) De 1920 a 1940, com a expansão agrícola na região do delta do rio Orinoco; 2) A partir da década de 1960, com a construção de estradas e projetos de infraestrutura voltados para a indústria petrolífera na região; 3) A partir de 1990, também relacionado a novos projetos da indústria petrolífera; 4) A perda de programas sociais, associados à hiperinflação da Venezuela, fez com que os Warao se deslocassem para outros países.

Dessa forma, o deslocamento Warao para o Brasil pode ser explicado pelo seu histórico de expulsão de suas terras originárias desde o século XX, devido à incorporação de seus territórios à nova dinâmica econômica da Venezuela, principalmente relacionada à indústria petrolífera e também à expansão da agricultura. Nos primeiros momentos, a fuga para as cidades torna possível – mesmo que de forma precária – o sustento de grupos em cidades venezuelanas, seja empregado como mão-de-obra de baixa qualificação, vendendo artesanato ou até mesmo praticando a mendicância (coleta). Entretanto, com a crise econômica assolando o país, a vida nas cidades venezuelanas, que já não era fácil para os Warao, ficou mais difícil pela falta de capacidade de comprar alimentos e produtos básicos para sua sobrevivência. Esse deslocamento para o Brasil e pelo território brasileiro é uma estratégia de subsistência desse grupo. Inclusive, são comuns as idas e vindas desse povo entre o Brasil e a Venezuela, seja para trazer parentes e amigos que ficaram ou até mesmo para levarem mantimentos.

3.2. Como ocorre o acolhimento dos Warao em Belém?

De acordo com a Prefeitura Municipal de Belém (PMB), a chegada de venezuelanos intensificou-se a partir de 2017. É possível observar, durante o deslocamento na cidade, um número significativo de migrantes venezuelanos, a maioria indígenas da etnia Warao, pedindo apoio da população belenense nos semáforos. Se tornando um grande desafio para uma cidade amazônica que não havia presenciado neste século um fluxo considerável de migrantes internacionais, com a particularidade de serem povos originários.

A PMB empreendeu esforços não apenas para uma recepção inicial e o atendimento emergencial dos migrantes Waraos, mas também garantir acesso a serviços de moradia, alimentação, educação, saúde, inclusão socioeconômica com benefícios sociais buscando um acolhimento efetivo na cidade garantindo direitos fundamentais.

De acordo com a PMB (2020) os migrantes atendidos durante os anos de 2017 a 2020 chegaram a 1.299, sendo a maioria de nacionalidade venezuelana e da etnia Warao. Entre as ações realizadas pela prefeitura pode-se destacar: a) o atendimento social, b) acolhimento institucional em abrigos da prefeitura, c) acompanhamento de famílias não acolhidas nos abrigos com visitas técnicas de funcionários da FUNPAPA – são imigrantes venezuelanos Waraos que decidiram ficar na cidade por conta própria em cortiços ou casas alugadas, nos bairros da Campina, Tapanã e no distrito de Outeiro –, d) disponibilização de alimentos e materiais de higiene e limpeza, e) cadastramento para regularização migratória – Sistema de

Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) e Sistema do Comitê Nacional para os Refugiados (SISCONARE) – f) cadastramento de famílias no Cadastro Único para inserção em programas sociais.

O órgão responsável para tratar a migração de venezuelanos na capital paraense é a Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA (Secretaria de Assistência Social), que visa criar uma rede de apoio em parceria com o governo do Estado do Pará, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as migrações (OIM) e algumas entidades e organizações não governamentais que oferecem apoio para atender as demandas dessa população dentro do município de Belém. Duas medidas foram fundamentais para melhor acolher os migrantes Warao: 1) Estabelecimento de abrigos e casas de passagem que recebiam o apoio do governo municipal, mas que ficavam sob os cuidados dos próprios migrantes (2017 até 2020), a partir de 2021 a PMB decidiu acabar com essas casas de autogestão, a decisão pode ser explicada pela desorganização e falta de condições mínimas de habitação que esses espaços vinham apresentando na mídia local. Estabelecendo assim apenas um local para acolher: Espaço de Acolhimento Institucional do Tapanã (EAT)², mas dessa vez sob a gestão da própria PMB; 2) Criação do Núcleo de Atendimento aos Migrantes e Refugiados (NAMIR), que tem como finalidade receber e sanar as demandas de migrantes e refugiados com atendimento especializado e encaminhamento para serviços públicos, serviços de organização documental, como o agendamento para tirar documentos, regularização migratória, consulta sobre benefícios sociais, etc. Outra forma de apoio é a mediação e solução de problemas de cunho étnico e cultural que acontecem vez ou outra dentro e fora do EAT, além do fornecimento de cestas básicas doadas (PMB, 2020).

Vivenciei durante alguns dias o funcionamento do NAMIR. Pude constatar que há uma carência de recursos, estrutura e equipe técnica. O principal foco dos últimos anos desse espaço tem sido os migrantes venezuelanos da etnia Warao, até sua criação é, na realidade, uma resposta à migração venezuelana Warao. Há duas explicações para isto, primeira por serem os grupos de migrantes que mais se destacam na cidade, com fácil reconhecimento e segundo por esse grupo de migrantes serem os maiores e mais vulneráveis na capital paraense.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, a PMB por suas ações, demonstra que tem atuado para promover um acolhimento e uma rápida inserção dos migrantes Warao dentro da realidade local no menor tempo possível, respeitando as particularidades culturais e étnicas desses grupos. Porém, existem barreiras físicas, culturais e econômicas que devem ser contornadas para alcançar de forma significativa os objetivos internacionais de acolhimento e integração de migrantes e refugiados, para que eles tenham acesso a direitos fundamentais como todo e qualquer ser humano em solo brasileiro.

5. PALAVRAS-CHAVE

Migração. Warao. Acolhimento. Belém. Venezuela.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRÖHLICH, M. **Migrações como resistência: um ensaio sobre a migração contemporânea dos Waraos na Amazônia brasileira**. In: Gonçalves, Verónica e Filipii, Eduardo (Ed.) *Amazônia no século XXI: temas de estudos estratégicos internacionais* (pp. 181-199). Porto Alegre: UFRGS/FCE. 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgeei/wp-content/uploads/2022/05/Amazonia-no-Seculo-XXI-Temas-de-Estudos-Estrategicos-Internacionais.pdf>.

² Verificar mais informações sobre os migrantes no EAT na dissertação de Sodré (2022). Disponível em: <https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2022/DANILO%20FERREIRA%20SODR%C3%89.pdf>.

INE – Instituto Nacional de Estadística. **XIV Censo Nacional de Población y Vivienda. 2014.** Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/documentos/Demografia/CensodePoblacionyVivienda/pdf/nacional.pdf>. Acesso em: 30 de set. 2023.

PMB – Prefeitura Municipal de Belém. **Relatório informativo: atual contexto de migrantes e refugiados indígenas Warao no município de Belém.** Fundação João Paulo XXIII – FUNPAPA, Núcleo de Atendimento ao Migrante e Refugiado – NAMIR, 2020.

RAMOS, L. TARRAGO, E. BOTELHO, E. U. **Parecer técnico nº 208/2017.** Sobre a situação dos indígenas da etnia Warao, da região do delta do Orinoco, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, 14 mar. 2017. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/352654297/Parecer-Tecnico-n208-2017-WARAO-BOA-VISTA>. Acesso em: 02 de out. 2023.

SODRÉ, D. **Migração Internacional na Pan-Amazônia: Um estudo sobre a migração venezuelana e o acolhimento dos migrantes em Boa Vista-RR e Belém-PA.** Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 207 p. 2022. Disponível em: <https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2022/DANILO%20FERREIRA%20SODR%C3%89.pdf>. Acesso em: 02 de out. 2023. as normas da ABNT)

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E A EXTRAÇÃO DO CARANGUEJO-UÇA NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERACU

GT 01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Deyverson Luener de Oliveira Ferreira¹

João Plínio Ferreira de Quadros²

Joelson Martins da Paixão³

1. INTRODUÇÃO

A região Amazônica compreende-se por sua complexa construção espacial, territorial, geográfica, estrutural e política, além de suas diferentes composições culturais, sociais, comunitárias, econômicas, de identidades e relações sociais. E ao longo desse processo de construção dos espaços dos contextos amazônicos deparasse com aspectos que precisam ser analisados e estudados por cada especificidade que envolve determinado fenômeno. As construções desses “espaços amazônicos” foram permeadas por complexas relações que se deram ao longo de séculos, décadas e permeia hoje por diferentes dicotomias.

Conforme o pensamento de Ana Pizzaro (2012) em seu livro *Amazônia: as vozes do rio, imaginário e modernização*, faz algumas reflexões sobre o que é a Amazônia hoje, mas discutindo de que forma foi se dando esse processo de construção e reconstrução desses espaços, como a Amazônia por muito tempo foi construída por discursos totalmente externo a ela. Para a autora, hoje a Amazônia é compreendida como uma região que precisa ser estudada e entendida por diferentes óticas e particularidades dentro de cada contextualidade, uma região com uma riqueza, de línguas, simbologias, costumes e representações sociais, com diversos saberes, identidades e modos de vida, que se relacionam pelas águas, florestas, animais e natureza (Pizzaro, 2012).

Nesse sentido, o presente estudo busca construir uma discussão sobre a relação do trabalho e a extração do Caranguejo-uçá na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu. O estudo em sua dimensão traça um levantamento de estudos realizados sobre essa relação de trabalho na extração do Caranguejo-uçá na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, fazendo uma relação com outros componentes que se interligam dentro das práticas laboral na pesca do caranguejo.

Nesse sentido, é importante formular um questionamento de como se dá a relação entre o trabalho e a extração do caranguejo-uça dentro da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu? Compreendendo quais as relações que estão estabelecidas entre a dinâmica da extração do caranguejo-uçá e as relações sociais, econômicas, ideológicas e políticas que está envolvido dentro da atividade desses trabalhadores.

Baseando-se ao pensamento de Castro (1999), o trabalho recria continuamente essas relações, reúne aspectos visíveis e invisíveis, tangíveis e simbólicos. O trabalho está longe de ser uma realidade simplesmente econômica. Nas sociedades tradicionais, no seio da produção agroextrativistas, o trabalho é representado por um caráter único, ou seja, reunindo os elementos técnicos e de gestão o mágico, o ritual e o imaginário

¹ Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA, Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia – UFPA, deyversonluener@gmail.com.

² Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA, Mestre em linguagens e Saberes na Amazônia – UFPA, joãoambiental2017@gmail.com.

³ Especialista em Política da Igualdade Racial na Escola -UFPA, Licenciado em Pedagogia –UFPA, theomartinspaixaol3@gmail.com.

coletivo (Castro, 1999). O trabalho configura por relações complexas, pois precisa ser compreendido pela sua atividade laboral e o resultado dessa atividade, as interligações do produto desse trabalho e as dinâmicas em que estão envolvidas.

2. METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado por uma abordagem qualitativa na busca de ter melhores resultados possíveis acerca dos resultados descritivos obtidos relacionando os sujeitos com o objeto de estudo. A pesquisa é do tipo de abordagem qualitativa por buscar articular entre os sujeitos interlocutores e objeto estudado. O estudo se caracteriza em uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interação entre o sujeito e o objeto de pesquisa (Chizzotti, 2001). Para o estudo foi feito um levantamento bibliográfico de estudos que abordam o objeto estudado, fazendo esse levantamento será feito uma análise do conteúdo dentro do estudo já realizado.

Quanto os procedimentos de análise e os resultados da pesquisa, será elaborada, uma análise pretendendo se trabalhar a organização e interpretação dos dados a partir da análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2009), organizando em três etapas; pré-análise, que vai explorar o material para tratamento de dados. A análise de conteúdo, sendo um método que vai investigar sobre a abordagem qualitativa, incorporada sobre um conjunto de técnicas de pesquisa, e por último que será o tratamento dos dados, a fase de vai averiguar os resultados obtidos, possibilitando descrever como foram os resultados do estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A zona costeira da região bragantina está inserida no maior e mais bem preservado ambiente tropical úmido do planeta (Brasil, 2012). Com base nos dados do IBGE, Bragança se localiza na mesorregião do nordeste paraense, no qual abrange os municípios de Augusto Correa, Bonito, Bragança, Capanema, Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Santa Maria do Pará, Santarém Novo e São Francisco do Pará e Viseu (IBGE, 2012).

A Reserva Extrativista Marinha de Caeté- Taperaçu foi criada no decreto de 20 de Maio de 2005. Sendo assim, segundo o plano de manejo que tem como “objetivo garantir a preservação do ecossistema e o uso sustentável dos recursos naturais da RESEX de Caeté-Taperaçu pelos extrativistas usuários dela que tiram seu sustento [...]” (Brasil, 2012, p.14).

Segundo Araújo (2006), a pesca do caranguejo-uçá na região de Bragança é composta por vários aspectos, onde é comercializado de duas maneiras; caranguejo vivo ou a massa e a pata do caranguejo que é retirada. As técnicas usadas pelos pescadores na captura do caranguejo-uçá são usadas da seguinte forma: braçal e com gancho, no primeiro os catadores colocam o braço dentro da geleira (toca do caranguejo), até alcança-lo e retira-lo, sendo assim, trazendo a até a superfície. Com o gancho é realizado com a utilização de uma vara de madeira, onde coloca-se em sua extremidade um ferro no formato de “J”, sendo usado quando o tirador não consegue alcança-lo com o braço (Cordeiro, 2017. Et al).

De acordo com Castro (1999), o trabalho em determinados contextos amazônicos, foge de uma lógica totalmente mercadológica que visa o acúmulo de capital, como é desenvolvido em processos de industrialização. A construção do trabalho nos contextos amazônicos busca compor os modos de vida de comunidades e pessoas que vivem e dependem de recursos oriundos da natureza. Na relação do trabalho e os modos de vidas, as comunidades em contextos específicos, como nas tradicionais, interligam o trabalho às formas de vivência; possibilitando, dessa maneira, entender o trabalho como materializador de outros mecanismos desenvolvido dentro das relações estabelecidas (Castro, 1999). Com base ao pensamento de Diegues (2010), dentro dessa dinâmica das comunidades tradicionais que constituíram um modelo de cultura diferenciada, baseando-se na relação intensa com o território habitado, no qual a exploração dos

recursos naturais proporcionou a sobrevivência dessas populações através da observação e experimentações de um extenso conhecimento dos processos naturais.

Em meio aos recursos naturais que são extraídos dos manguezais (animal, vegetal e mineral), evidencia-se o caranguejo-uçá que se torna uma das principais atividades econômicas das famílias que usufruem dos manguezais. Nesse sentido, enfatiza-se a importância da atividade de extração do caranguejo-uçá para as famílias que vivenciam essa prática por um aspecto geracional, onde o trabalho dentro dessa dinâmica de extração ganha significados que vão além de fatores simbólicos. Segundo o pensamento de Costa (1979), o caranguejo-uçá é uma espécie própria do ecossistema de manguezal. A espécie do caranguejo-uçá durante seu período reprodutivo os machos e fêmeas saem de suas galerias (tocas) e andam pelos manguezais para o acasalamento, configurando um fenômeno que é conhecido como andada (Schmidt, 2006). Durante esse período de andada os órgãos com suas respectivas determinações legais de fiscalização e proteção ambiental realizam campanhas e fiscalizam as áreas de manguezais nesse período para não acontecer a captura da espécie, objetivando respeitar o ciclo de reprodução para assim manter a preservação e o equilíbrio da espécie.

Conforme o pensamento Quintana e Hacon (2011), mediante a relação do trabalho e a extração de recursos da natureza configuram uma relação muito complexa que envolve diferentes concepções. Dentro da dinâmica do trabalho produtivo existe um fenômeno voltado para a produção de valores de uso, que se apropriam de recursos da natureza para satisfazer as necessidades humanas, convertendo-se em uma riqueza material, ou seja, em riqueza pronta para ser desfrutada pelo conjunto de uma sociedade (Quintana e Hacon, 2011). Para as autoras, em meio a contexto globalizado muitas atividades de comunidades tradicionais estão sofrendo direta e indiretamente as influências de um pensamento capitalista e pelo acúmulo de capital.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de um estudo que busca estudar como se dá a relação do trabalho dentro de uma atividade de extração do Caranguejo-uçá no contexto de uma RESEX, possibilita criar uma visão ampla de vários mecanismos que estão interligados dentro dessa prática. O estudo parte de premissas iniciais para dar prosseguimento para outras investigações sobre essa atividade que muitas comunidades exercem no entorno da RESEX.

5. PALAVRAS-CHAVE

Trabalho. Extração do Caranguejo-uçá. Reserva Extrativista.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. R. R. Fishery statistics and commercialization of the mangrove crab, *Ucides cordatus* (L.), in Bragança - Pará - Brazil. 2006. 193 p. Tese (Doutorado) - Center for Tropical Marine – ZMT, Bremen, 2006.
- BRASIL. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté- Taperaçu (PA)**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, DF, Dezembro de 2012.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- CASTRO, Edna. **Tradição e modernidade a propósito de processos de trabalho na Amazônia**. *Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 1 - dezembro 1999*.
- CORDEIRO, C. A.M., Et al... **Análise da cadeia produtiva do caranguejo-uçá (*ucides cordatus linnaeus, 1763*) na vila do treme, Bragança- Pará**. Congresso técnico científico da engenharia e da agronomia contecc'2017 hangar convenções e feiras da Amazônia - Belém - pa 8 a 11 de agosto de 2017.

COSTA, R. S. Biologia do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763) (Crustacea – Decapoda) do Nordeste brasileiro. **Bol. Soc. Cear. Agron.** Fortaleza, v. 20, p. 1-74, 1979.

CHIZZOTTI, A.; Pesquisa em ciências humanas e sociais. 5. Ed – São Paulo: Cortez, 2001.

DIEGUES, A. C. S. *et al.* **Saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** São Paulo: USP, 2000.

IBGE. 2012. Bagança, Pará. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/braganca.pdf>. Acessado em: 09/05/2023.

PIZARRO, Ana. **Amazônia as vozes do rio: imaginário e modernização.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012.

QUINTANA, Ana Carolina; HACON, Vanessa. **O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental.** O social em questão – ano XIV – nº 25/26 – 2011.

SCHMIDT, Anders Jensen. **Estudo da dinâmica populacional do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus cordatus* (Linnaeus, 1763) (Crustacea-Decapoda-Brachyura) e dos efeitos de uma mortalidade em massa desta espécie em manguezais do sul da Bahia.** 2006. 199p. Dissertação (Mestrado em Oceanografia) Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

MULHERES E DESENVOLVIMENTO NA RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*Karen Gabriely Sousa Santos¹
Ligia Terezinha Lopes Simonian²*

1 INTRODUÇÃO

As comunidades extrativistas da Amazônia Legal resistem ao avanço predatório do capital na região. Associações de pescadores, marisqueiras, coletores de castanhas, entre outros, têm continuamente se organizado na garantia da regularização de seus territórios. Isso a partir da valorização econômica, cultural, social e ambiental da floresta em pé. As Reservas Extrativistas (RESEX) resultam de um legado de mobilização liderado por seringueiros como Chico Mendes na década iniciada em 1980.

Como se depreende de Allegretti (2002) e de Simonian (2018), o surgimento das RESEX na perspectiva socioambiental de base comunitária foi fortemente influenciada pela participação sindical nas áreas mais profundas da Amazônia brasileira. Inicialmente, esse processo ocorreu na Amazônia Sul-Ocidental, mas em seguida ele alastrou-se por toda a Amazônia brasileira. Inclusive presentemente, propostas para a criação de novas RESEX estão sendo articuladas.

Essa pesquisa foi construída a partir da disciplina “antropologia social” do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA). A antropologia do desenvolvimento não pode ser separada do desenvolvimento antropológico, tanto no que diz respeito ao trabalho de campo quanto à capacidade de teorização dos estudos etnográficos. Como ressaltam Gardner e Lewis (1996), ao invés de ficar presa nos discursos dominantes do desenvolvimento, a antropologia do desenvolvimento tem que ser usada para desafiar seus principais pressupostos e representações.

Ainda segundo Gardner e Lewis (1996), a dicotomia entre “conhecimento para compreensão” e “conhecimento para ação” é equivocada. De fato, essas possibilidades no trato do desenvolvimento estão sempre interrelacionadas. Mas o que se configura como essencial nos termos de Simonian (2007) é incluir a perspectiva dos extrativistas e agroextrativistas – no caso, da Amazônia brasileira – nas discussões, nas análises e no encaminhamento das políticas e ações relativas ao desenvolvimento.

O intento do trabalho concentra-se na resistência local às atividades de desenvolvimento, o que contradiz noções estáticas e dualistas de tradicional e moderno. O aporte teórico-conceitual desenvolve-se a partir de uma pesquisa de campo no município de Curuçá, na Reserva Extrativista Mãe Grande. Ela é uma Unidade de Conservação de administração federal no bioma Amazônia de Marinha Costeira. A reserva dispõe de uma área de 37.062,00ha, instituída pelo decreto nº 4340 em 22 de agosto de 2002 (Curuçá, 2023). O órgão gestor é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável (PPGDSTU/NAEA/UFPA) karen.santos@naea.ufpa.br.

² Pós-Doutora pela Universidade da Cidade de Nova Iorque (CUNY). Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA) e professora e pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), onde atua junto aos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU). simonianl@gmail.com.

Além do decreto, a gestão da unidade dispõe de cinco portarias instituídas entre os anos de 2005 e 2020. Bem como, duas concessões de uso, uma entre órgãos governamentais e outra de concessão para a comunidade que vive do extrativismo. A concedente é o ICMBIO e a concessionária é a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG). Uma das entrevistadas desse estudo é a senhora Sandra Regina Gonçalves, liderança da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM) e representante da AUREMAG.

O foco da investigação surgiu a partir da ampla divulgação do projeto “Mães do Mangue” patrocinado pela agência internacional *Purpose*. A agência de impacto social intermedia ações de responsabilidade e sustentabilidade entre empresas privadas e comunidades em pelo menos em sete países do mundo. O “Mães do Mangue” surge do financiamento e parceria entre *Purpose* e *Rare Brasil*. Esta última se intitula como um grupo de liderança global, na mudança da relação entre o ser humano e a natureza, com foco em projetos de aquicultura.

De acordo com o site institucional, a *Rare* direciona seus esforços para o estado do Pará, por este concentrar a maior quantidade de pescadores artesanais estimada do Brasil, com cerca de 224 mil pescadores ou 25% dos pescadores no país. A pesquisa de campo dispõe de duas entrevistas realizadas no município de Curuçá, mesorregião do Marajó e sede da microrregião de Salgado, entre os dias 25 e 27 de agosto desse ano. As ações de empoderamento de mulheres marisqueiras, discursos e conflitos foram o mote do trabalho.

2 METODOLOGIA

A pesquisa de campo de abordagem etnográfica supõe que o escrever é tão fundamental quanto o olhar e o ouvir. (Oliveira, 1996). As interpretações construídas orientaram-se na realidade dos mangues e sua conjuntura espacial de sociabilidade. Como enfatiza Simonian (2018), as pesquisas de campo nas RESEX apresentam uma realidade nem sempre evidenciada pela legislação ambiental. Os conflitos na exploração dos recursos naturais pelos usuários dessas Unidades de Conservação de Uso Sustentável são constantes.

Como destacado por Batista e Simonian (2013), consideradas como nova modalidade de ocupação, na RESEX Mãe Grande de Curuçá vislumbrou-se, a partir dos programas de crédito, novos insumos voltados às atividades produtivas e a dignidade das famílias da região, o que demarca um território em disputa. As lideranças femininas atraem a atenção de ONG e agências de fomento ambiental, sendo os trechos das entrevistas a seguir de duas mulheres residentes nessa RESEX. Uma, a Sandra Regina Gonçalves, liderança da CONFREM e da AUREMAG e uma das idealizadoras do Projeto “Mães do Mangue”. A segunda interlocutora é Maria de Fátima Vieira de Souza, marisqueira e pescadora da comunidade de Arapuri em Curuperé/Curuçá.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A igualdade de gênero é uma das metas da quinta ODS, e por isso, é interessante atentar-se para o contexto de inclusão de atores sociais antes marginalizados. As “ações afirmativas para as mulheres dos povos e comunidades tradicionais”, faz parte das atividades do projeto “Direitos humanos das mulheres indígenas e quilombolas: uma questão de governança!”, que atualmente é financiado pela Iniciativa Internacional da Noruega para o Clima e as Florestas, do Governo da Noruega.

Dessa maneira, o gênero é fator relevante ao ser relacionado com o desenvolvimento de um país, seja por se conectar com o alcance dos direitos civis e políticos ou por enfatizar as taxas de direito social e econômico. É indiscutível na literatura sobre desenvolvimento humano que o investimento nas mulheres e a sensibilidade ao gênero oferece um caminho a longo prazo. E segundo Alaei, Akgüngör, Chao W-F et al. (2017) e Rankin (2001), isso ocorre principalmente em relação à saúde, a educação e o desenvolvimento local.

O projeto “mães do mangue” surge a partir de uma proposta intermediada pela Rare Brasil entre a agência Purpose e a Sandra Gonçalves da AUREMAG de Curuçá. A Rare desde 2017 desenvolve pesquisas sobre o pescado e o camarão na RESEX Mãe Grande. A partir de 2019, o grupo começou a instrumentalizar a Associação incentivando um “clube de poupança” na comunidade. Sobre o Projeto “Mães do Mangue”, Sandra Gonçalves (GONÇALVES, 2023) ressaltou que: “E aí a Monique me ligou, ela disse “Sandra” tem uma ONG elas são só de mulheres, não tem homem dentro da ONG, o nome é *Purpose* elas querem ser madrinhas de vocês”.

Sandra destacou durante a entrevista, o protagonismo e a autonomia na tomada de decisão do projeto, para que não fosse uma imposição. Após escutar a proposta da agência, Sandra sugeriu a criação de uma campanha que ela mesma intitulou de “Mães do Mangue”, uma vez que a maioria das mulheres marisqueiras são chefes de família, concentram os saberes tradicionais na região e dependem do extrativismo para o sustento de seus filhos. Segundo Gonçalves (2023), “[...] eles não queriam dar dinheiro por dar, mas ajudar a desenvolver algo a partir do protagonismo das mulheres da RESEX, hoje somos quase 700 mulheres empoderadas.

O projeto teve como resultado o lançamento de um livro de receitas, a criação de uma logo e a gravação de um minidocumentário sobre “mulheres no mangue”. As imagens e evidências do projeto são utilizadas como propaganda por empresas parceiras da *Purpose* e da *Rare*. É necessário considerar como é transversalizada a perspectiva de gênero em ações de responsabilidade social pela iniciativa privada desde os acordos, pactos e convenções em favor dos direitos das mulheres.

O conceito de “empoderamento” e o esvaziamento dado a ele com o mote de operacionalizá-lo é um exemplo dessa transversalização instrumental. De acordo com Berth (2019), o termo “empowerment” foi criado pelo sociólogo americano Julian Rappaport em 1977 e de modo simples significaria “ganhar a liberdade e poder fazer o que você quer ou controlar o que acontece com você” (BERTH, 2019, p. 29). Note-se, no entanto, que um termo mais próximo com o que ocorre na sociedade amazônica é fortalecimento.

De acordo com Maria de Fátima Vieira de Souza – marisqueira e pescadora entrevistada na comunidade de Arapuri em Curuperé – a escassez de peixe é uma realidade frequente na região. A economia familiar se sustenta pelos auxílios governamentais, seja a bolsa escola ou seguro defeso. Mãe de sete filhos, essa interlocutora retrata a dificuldade do extrativismo de camarão e da pesca nos últimos anos.

Quando questionada sobre a variabilidade de peixe no Maria respondeu que “[...] tem de tudo, mas agora está numa época ‘vasqueira’³. Agora a gente pega mais para comer e vende dois, três quilos e olhe lá” (SOUZA, 2023). Sobre o auxílio governamental, Souza (2023) expôs dificuldades em acessar as políticas de redistribuição de renda; e quando perguntada se recebia algum auxílio do Estado ela respondeu: “[...] recebo e não recebo, tipo assim, a gente recebe seis meses de seguro defeso, quer dizer, foi o primeiro ano que a gente recebeu o seguro defeso. Aí recebe defeso e corta a bolsa”.

A fala da marisqueira retrata a dificuldade de várias famílias que dependem do extrativismo nos mangues. Ela nos contou que trabalha na pesca e na “mariscagem” desde os 16 anos de idade. Aos 40 anos, pela primeira vez ela e a família tiveram acesso ao seguro defeso, política essencial na sobrevivência de comunidades que vivem da pesca artesanal no período da piracema. Maria relatou ainda que boa parte do bolsa família é investida na educação formal dos filhos para que não vivam da pesca como os pais.

4 CONCLUSÕES

A participação de mulheres amazônidas, indígenas ou não indígenas é escassa na construção de programas e projetos de desenvolvimento na região. E quando são incluídas na construção de políticas

³ Vasqueira é termo utilizado para escassez.

públicas nota-se que prevalece uma perspectiva de essencialidades e idealizações do ser mulher. A exemplo a “Rede Mães do Mangue” traduz uma participação reificada, a partir do gênero, da maternidade como a característica do cuidado. Aqui e como se depreende de Simonian (2001), a preservação do meio ambiente e economia de base comunitária cristalizam o papel de reprodução social historicamente desempenhado pelas mulheres.

Contudo, destaca-se a escolha do nome pelas próprias mulheres do “território”, que tem construído a noção de desenvolvimento local a partir da perspectiva coletiva que representa seus anseios e escolhas. Como ressalta D’Incao (1997), a sociedade amazônica passou pelo processo “[...] avesso da modernização [...]”. Quer dizer que o efeito dos projetos de desenvolvimento implementados pelo Estado incorre conforme a mesma D’Incao (1997, p. 350) em: “[...] desapropriação de espaços e de redes sociais, culturais e ambientais, sem a contrapartida da reinserção concomitante em novos espaços [...]”.

Em um primeiro momento, o que o projeto de modernidade trouxe à Amazônia consistiu na desarticulação social, cultural e econômica das comunidades locais. Para que, em outro momento fosse recriada uma nova sociabilidade (GUDYNAS, ACOSTA, 2011) despossuída de laços constitutivos do território como zona de confluência da vida e do “Buen Vivir”. Nessa direção, importa que se repense os projetos em andamento na RESEX Mãe Grande, especialmente quanto a possíveis insustentabilidades quanto ao meio ambiente.

5 PALAVRAS-CHAVE

Antropologia do Desenvolvimento; Mulheres, Reserva Extrativista.

7 REFERÊNCIAS

ALAEI K, AKGÜNGÖR S, CHAO W-F, et al. Cross-country analysis of correlation between protection of women’s economic and social rights, health improvement and sustainable development. *BMJ Open* 2019;9:e021350. doi:10.1136/bmjopen-2017-021350.

ALLEGRETTI, M. H. A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Brasília, Tese (Desenvolvimento Sustentável) – UNB, 2002.

BATISTA, I. M. da S.; SIMONIAN, L. T. L. Implicações políticas, econômicas e socioambientais da RESEX Mãe Grande de Curuçá: perspectivas de desenvolvimento sustentável no estuário paraense? *Novos Cadernos: NAEA*, Belém, v. 16, n. 1, p. 203-2020, jun. 2013. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1325>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BERTH, J. Empoderamento/Joice Berth. – São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. p. 184 (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

CURUÇÁ, Reserva Extrativista Mãe Grande de. Unidades de Conservação no Brasil: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/3469>> Acesso em: set. 2023.

D’INCAO, M. Â. Mulher e modernidade na Amazônia. In: ÁLVARES, M. L. M. et al. *Mulher e Modernidade na Amazônia*. Belém: Gepem/Cfch/Ufpa, 1997. Cap. 22. p. 4-383.

GARDNER, K.; LEWIS, D. The anthropology of development. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (Ed.). *Anthropology, development and the post-modern challenge*. London: Pluto Press, 1996. p. 50-76.

GONÇALVES, S. R. Entrevista concedida à Ligia Terezinha Lopes Simonian e Karen Santos, a respeito do Projeto Mãe do Mangue. Curuçá, 25 agosto. 2023. Não paginado. (Anotações das autoras, arquivo pessoal).

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación y la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. Revista CEPAL y Praxis Latinoamericana. Venezuela, Facultad de Ciências Económicas y Sociales, Universidad del Zulia, Año 16, n.º 53, p. 71-83, abr.-jun. 2011.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

RANKIN, K. N. Governing development: neoliberalism, microcredit, and rational economic woman, *Economy and Society*, 30:1, 18-37, 2001. DOI: 10.1080/03085140020019070.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 48, n. 1, p. 118-139, 30 nov. 2018. Semestral. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v48i0.58920>.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, E. (Org.). *População e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém, NAEA-UFPA. 2007. p. 25-44.

SIMONIAN, L. T. L. *Mulheres da Amazônia brasileira: entre trabalho e a cultura*. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 270 p.

SOUZA, M. de F. V. de. Entrevista concedida à Ligia Terezinha Lopes Simonian e Karen Santos, a respeito da pesca e da mariscagem em Curupeté. Curuçá, 26 agosto. 2023. Não paginado. (Anotações das autoras, arquivo pessoal).

ETNOSABERES DAS MULHERES DO QUILOMBO DO UMARIZAL-BAIÃO/PA DIANTE DA CRISE CLIMÁTICA

GT01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Herondina Teixeira Lima¹

Gilberto Teixeira Lima²

INTRODUÇÃO

Os etnosaberes tradicionalmente são praticados nas sociedades locais e repassados através das experiências e vivências, do contato direto com a natureza e com a cultura regional. Esses costumes são ensinados e transmitidos oralmente de geração em geração, e dessa forma sendo referência para a conservação da diversidade natural (TRECANI, 2006). Este artigo objetiva compreender de forma teórica preliminar os ensinamentos (etnosaberes) protagonizados por mulheres quilombolas ao longo de sua trajetória para a sustentabilidade ambiental. Portanto o repasse dos etnosaberes são valiosos, pois fornece informações milenares importantes para a sustentação ecológica, para o uso dos elementos extraídos da natureza e também tem como finalidade suprir as necessidades humanas. Assim é primordial compreender que esse trabalho dialoga com a educação, com a sustentabilidade ambiental, com o conhecimento dos povos quilombolas, em especial as mulheres, em sua natureza para o debate sobre o racismo ambiental. Os etnosaberes são vivenciados nos quilombos através das práticas culturais repassadas por gerações, e são ensinamentos que resistem ao tempo, pois desta maneira valoriza e preserva a identidade dos povos tradicionais no cuidado com meio ambiente, na busca pelo bem viver e na manutenção da floresta em pé. Neste sentido o papel da mulher quilombola vem demonstrando sua ação de maneira educativa no repasse desses etnosaberes equilibrando o meio ambiente e a resistência dos quilombos. Hoje a ação capitalista devastadora vem na contramão colaborando diretamente para o desequilíbrio da biodiversidade, para a derrubada das florestas, para o comprometimento da qualidade de vida que afeta as comunidades quilombolas. Para Monken (2008), é preciso constituir espaços de trocas e pactuações objetivando alcançar qualidade de vida e sentimento de bem estar, com vistas a prevenção de riscos e danos à saúde das populações em áreas delimitadas. Como a garantia de acesso a equipamentos e serviços públicos de saúde. Ribeiro (2014), destaca os valores atribuídos pela sociedade às mulheres, que às excluem historicamente dos espaços de poder. Entre eles estão a fragilidade, a frivolidade, a submissão. Levando a crer que a mulher não está habilitada para executar atividades que demandem esforço físico, e por sua vez não conseguiriam assumir posições de poder e funções de liderança. Para Castro (2006), territórios denominados de quilombos remontam aos meios de vivências originários africanos, representa o rompimento com a dominação escravocrata, e retrata a resistência de valores identitários e preservação de suas práticas culturais. O presente trabalho tem como objetivo analisar as práticas de resistência cultural e a realidade da saúde de mulheres da comunidade quilombola de Umarizal Beira/Baião – Pará, considerando os etnosaberes da população feminina, sobre o processo da intervenção antrópica e o enfrentamento da crise climática, e suas repercussões nas condições de vida e saúde das mulheres do quilombo. Descreve a influência do papel da mulher quilombola de Umarizal Beira, identificando as principais transformações nas suas condições de vida; Visa compreender

¹ Mestranda, PPGEEA/UFPA, limaherondina@gmail.com

² Mestrando, PPGSA/UFPA, betolimakil@gmail.com

as diferentes estratégias desenvolvidas pelas mulheres de Umarizal Beira para o enfrentamento da antropização diante da crise climática, identificando elementos relativos aos problemas socioambientais e de saúde, e caracterizar os etnosaberes das mulheres quilombolas de Umarizal da Beira na atualidade, considerando o conhecimento repassados de geração em geração, como forma de resistência cultural com a perspectiva de reduzir as necessidades e problemas sociais e de saúde. Como se pode entender o papel da mulher quilombola de Umarizal/Baião/Pará, a forma se identifica as principais transformações antrópicas nas condições de saúde e de vida das mulheres de quilombo de Umarizal, e de como os etnosaberes das mulheres quilombolas resistem aos processos sócio-históricos diante do desenvolvimento econômico do quilombo de Umarizal/Beira/Pará. O presente trabalho justifica-se pelo estudo da análise das práticas de resistência cultural e da realidade da saúde de mulheres da comunidade quilombola de Umarizal Beira/Baião – Pará, considerando a situação de vulnerabilidade dessas mulheres, a situação de desigualdade étnico-raciais e de gênero. Diante dessa realidade a pesquisa utilizará os etnosaberes da população feminina do quilombo no enfrentamento das condições de saúde, de educação e de ocupação de espaços na comunidade, destacando os danos da antropização e os efeitos da crise climática. **Referencial teórico:** Segundo HONNET (2003), A busca por direitos e cidadania possibilita o autorreconhecimento e compreender potenciais como autoconfiança e autorrespeito diante das práticas de violência, discriminações, machismo, racismo, misoginia, patriarcado e as desigualdades sociais. A construção de identidade como autonomia e autodeterminação têm as mulheres negras e quilombolas como protagonistas de sua própria história. Conforme SANTOS (2005). “Ser negro” é antes uma denominação dada pelo homem branco e imposta aos dominados “negros”. Por SANTOS (2011). Para mulheres negras e quilombolas o exercício da cidadania, da autonomia e da liberdade de todos os direitos conquistados para as mulheres é limitado pelas concepções de racismo e discriminações vivenciadas no cotidiano. Relata SOUZA (2015). Em relação aos etnosaberes compreende-se como construção de identidade, CASTELLS (1999) nos afirma que a identidade é um processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significados. Segundo TILIO (2009), quando a identidade passa a identificar um grupo, e não apenas cada indivíduo separadamente, ela distingue um grupo e seus membros dos demais grupos. Dessa forma os etnosaberes das mulheres quilombolas são conhecimentos tradicionais transmitidos de geração em geração, por meio da oralidade e das práticas cotidianas. Segundo Williams e Jackson (2005), as diferenças étnico-raciais, econômicas e educacionais são consequências da discriminação histórica e repercute nas condições de saúde das comunidades quilombolas. Para FERNANDES (2022) a religiosidade, a música, e diversas práticas tradicionais de cuidados numa comunidade quilombola, como a prestada por parteiras, a utilização de plantas medicinais pelos erveiros e os cuidado que tem na religiosidade seu fundamento principal que são prestados pelas benzedadeiras e rezadeiras. Conforme FERNANDES (2022) o quilombo é mais que do que um lugar de negros foragidos, representa um levante contra o estado imperial, um território político de enfrentamento a lógica de exploração escravocrata. Um quilombo recria os modos de vida originários dos povos africanos, símbolo da ruptura com a escravidão, e reconstrução de sua identidade cultural expressos nas práticas de relação com recursos da floresta (O'DWYER, 2002; CASTRO, 2006). Na atualidade, as comunidades quilombolas possuem outra ressignificação, e buscam a garantia do acesso à terra e a cidadania (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002). Foram séculos de luta para que o Estado brasileiro reconhecesse os direitos dos descendentes da escravidão, pois a exclusão e a invisibilidade histórica de homens e mulheres foram a lógica perversa que tirou a dignidade humana daquele povo, FERNANDES (2022). **Considerações:** Os etnosaberes expressam num quilombo a relação das vivências praticadas e repassadas culturalmente por esses povos tradicionais, dessa forma os ensinamentos são reproduzidos por gerações valorizando a cultura, a construção da identidade, o cuidado e a preservação do meio ambiente. Nessa direção a presença feminina é protagonista e consolidada nas comunidades quilombolas, sua ação

representa o papel de organizar, educar coletivamente o grupo para um desenvolvimento que equilibre o meio ambiente para a sobrevivência dos quilombos. No entanto, a antropização vem colaborando diretamente para o desequilíbrio da biodiversidade, através dos impactos dos grandes projetos de desenvolvimento, afetando a qualidade de vida dessas comunidades tradicionais. Assim como, as diferenças étnico-raciais, econômicas e educacionais são consequências da discriminação histórica e repercute nas condições de saúde das comunidades quilombolas. O presente trabalho realizou um levantamento de referências atuais acerca de um estudo para compreender as estratégias de resistência das mulheres do quilombo de Umarizal a partir de seus etnosaberes, diante da crise climática. Os procedimentos metodológicos utilizados foram um abrangente levantamento bibliográfico e documental em instituições, entidades e sites. Por fim o trabalho descreveu a importância dos etnosaberes das mulheres quilombolas e as condições de saúde e qualidade de vida, levando-se em consideração a reprodução física, econômica e cultural dessa comunidade, e também a sua influência na resistência pelo pertencimento ao território e nas diferenças etnicorraciais.

PALAVRAS-CHAVE

Etnosaberes; Mulheres Quilombolas; Crise Climática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLS, M. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2018
- CASTRO, H.M.M. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memórias do cativo e políticas de reparação no Brasil. Revista da USP, v. 68, p. 104-111, 2006a.
- FERNANDES, Fernandes, Luciana Mendes. Territorialidade, história, condições de vida e saúde em comunidades quilombolas amazônidas: o caso de Umarizal Beira, Baião, Pará / Luciana Mendes Fernandes. -- 2022. 357 f.: il. color.
- HONNET, AXEL. Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais. Ed. 34 Ltda, São Paulo, 2003
- MONKEN, M.; PEITER, P.; BARCELLOS, C.; ROJAS, L. I.; NAVARRO, M.; GONDIM, G. M. M.; GRACIE, R. O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. In: CARVALHO, A. et al (Org.). Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- MOURA, B. M., MULHERES DE AXÉ E O TERRITÓRIO DA UNIVERSIDADE Encruzilhando Epistemologias e Refundando Pedagogias. Brasília: UNB, 2021.
- NAZARE, M. L., ENTRE CAMPOS, TESOS, VÁRZEAS E FLORESTAS: Relação com as paisagens nos processos de formação identitária e resistência afromarajoara. Castanhal. UFPA, 2021.
- O'DWYER, E. C. Quilombos: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002.
- RIBEIRO, Dijamila. Linguagem, Gênero e Filosofia: Qual o mundo criado para as mulheres! Uma abordagem Wittgensteiniana. Sapere Aude – Belo Horizonte, V5 – n.9, p.453-463 – 1º Sem. 2014. ISSN: 2177-6342.
- ROCHA, C. J. T e RAMOS, J. B. S. Estudos antrópicos na Amazônia: entre textos e contextos interdisciplinares; coletânea interdisciplinar (volume 1) – 1ed. – Curitiba: Appris, 2020.
- SANTOS, Clara. A construção social do conceito de identidade profissional. Interações: sociedade e as novas modernidades, (S.I), v.5, n.8, 2005. Disponível em <https://interacoes->
- SANTOS, Marzo; MOLINA NETO, Vicente Aprendendo a ser negro: A perspectiva dos estudantes. Cadernos de pesquisa v.41 n.143, 2011

SCHMIT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Rev. Ambiente & Sociedade*, ano V n. 10, p. 129-136, 2002.

SOUZAS, R. LIBERDADE, VIOLÊNCIA, RACISMO E DISCRIMINAÇÃO: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS E QUILOMBOLAS DA MESORREGIÃO CENTRO-SUL DA BAHIA/BRASIL. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as negros/as (ABPN)*, (S.I.), v.7, n.16, p.89-102, 2015. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/99>.

TILIO, R. C. Reflexões acerca do conceito de identidade. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, v. 1, n. 1, p. 109-119, 2009

TRECCANI, Girolamo Domenico Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação / Girolamo Domenico Treccani –Belem, 2006.

WILLIAMS, D. R.; JACKSON, P. B. Social sources of racial disparities in health. *Health Affairs*, Bethesda, v. 24, n. 2, p. 325-334, 2005.

3

Simpósio
Internacional

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

GT 01 • Sessão 5

OS REFLEXOS DA COVID-19 NO TRABALHO INFORMAL DAS BOIEIRAS DO VER-O-PESO EM BELÉM DO PARÁ

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Andréa Silva de Melo¹

1. INTRODUÇÃO

O Complexo do Ver-o-Peso, considerado a maior feira à céu aberto da América Latina e importante centro de abastecimento de hortifrutigranjeiros e pescados da região paraense, também possui um papel importante para os trabalhadores informais que ali vivem. Dentre esses, destaca-se o setor das “boieiras” (alimentação), liderado por mulheres pretas e pardas e mães-solo, que tiveram suas atividades laborativas e familiares impactadas pela pandemia da Covid-19.

O presente trabalho é uma pesquisa em andamento do Mestrado em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPa) e tem como objetivo compreender as experiências e percepções de trabalhadoras do setor alimentício do Ver-o-Peso diante dos impactos da Covid-19 e os mecanismos de sobrevivência diante da suspensão do trabalho. Analisando também a atuação do Poder Público, por meio de auxílios, mas que não supriram a renda familiar adquirida pelo trabalho constante na feira.

Dessa forma, os objetivos específicos da pesquisa são: a) Investigar como as feirantes viveram ou se mantiveram durante o período de isolamento/distanciamento social; b) Identificar as estratégias elaboradas pelas feirantes para o enfrentamento da Covid-19 e políticas públicas estaduais de amparo às feirantes necessitadas; c) Analisar as vivências e trajetórias de trabalhadoras do setor alimentício do Ver-o-Peso; d) Verificar as dificuldades enfrentadas pelas feirantes no cotidiano da feira e suas interseccionalidades e; e) Definir as formas de sociabilidade (SIMMEL, 1983) e pertencimento ao Complexo do Ver-o-Peso que as feirantes sentem, como um lugar de encontro econômico, social, cultural e religioso, enquanto um fato social total (MAUSS, [1925] 2015).

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, sob a perspectiva da Sociologia e da Antropologia sobre o trabalho informal na feira do Ver-o-Peso no contexto da Pandemia da Covid-19. Durante o período de 30 de abril a 21 de julho de 2022, realizei uma primeira incursão ao campo, servindo-me da abordagem etnográfica, sendo utilizados os dados de uma interlocutora no presente estudo. Em março de 2023, foi realizada uma segunda fase da pesquisa com a aplicação de roteiros semiestruturados em entrevistas com duas trabalhadoras do Ver-o-Peso, bem como aos responsáveis de associações de feirantes. Além da pesquisa empírica, utilizei outras fontes como: dados oficiais dos governos (Estadual e Federal), das mídias jornalísticas e de institutos de pesquisas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho informal é um elemento presente na feira, em que o labor não é registrado, como no setor das “boieiras” (alimentação) do Ver-o-Peso, liderado por mulheres negras, onde as atividades se constituem desde a preparação de comidas até no atendimento aos fregueses, como influência direta do racismo estrutural e da desigualdade social no país (ALMEIDA, 2018).

¹ Mestranda em Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPa). E-mail: andrea.silva.melo30@gmail.com

O Poder Público também aparece na feira, por meio da fiscalização e regularização dos boxes feitos pela Secretaria de Economia (SECON) e pelo SEBRAE nos cursos de capacitação aos feirantes com acesso e registro junto a figura do microempreendedor individual. Assim, essa nova lógica de trabalho flexível, desencadeia a individualização do trabalho (CASTELLS, 2002), transformando o indivíduo em uma “empresa de si mesmo”, em que organiza o seu curto tempo e define seu caráter pessoal (SENNETT, 2009).

A rotina da feirante e, principal interlocutora da pesquisa, *Maria*² é exaustiva: “Aqui 8 horas da manhã, o box já tem que tá funcionando, porque a partir das 9h, os clientes já começam a aparecer e eu trabalho sozinha e largo só 7h da noite”. Diante da Covid-19, sua rotina sofreu mudanças: “Foi horrível, parou tudo! Eu peguei também. Aí uma amiga me falou que a Prefeitura tava fazendo teste aqui de graça, aí eu fui e deu positivo. Fechei o box e fui pro interior”.

Dentre as alternativas de sobrevivência utilizadas pelos feirantes, estão as vendas on-line pelos aplicativos digitais, além dos auxílios fornecidos pelo Governo Estadual, como a entrega de cestas básicas e o programa de crédito emergencial (Fundo Esperança). Apesar disso, alguns feirantes alegaram dificuldades no uso e no acesso aos aplicativos de entrega (JORNAL LIBERAL 1a ED., 2020), evidenciando as diferentes percepções e vivências dos trabalhadores do Ver-o-Peso durante a Covid-19 que alterou todo o ambiente e o labor na feira do Ver-o-Peso, principalmente das mulheres feirantes.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

As feirantes do setor alimentício do Ver-o-Peso, cuja maioria são mulheres negras (pretas e/ou pardas) são vulnerabilizadas diretamente pelo racismo estrutural e pela desigualdade social presentes na sociedade, fazendo com que vivenciassem os impactos causados pela pandemia da Covid-19 em suas vidas e ofícios, para a sustento de suas famílias.

Assim, tiveram que adotar mecanismos de sobrevivência, principalmente, durante o período crítico de distanciamento/isolamento social, em que as atividades da feira foram suspensas. Diante do descaso estatal e da falta de políticas públicas efetivas para resguardar as vidas das feirantes da feira, visto que mesmo diante da distribuição de cestas básicas e de auxílios governamentais, não chegaram para todas e não foram suficientes para suprir essa fase crítica. Consequentemente, a inserção delas e dos demais feirantes do mercado, foram evidenciados negativamente às estatísticas dos números de óbitos e de contaminados na capital paraense.

A pesquisa ainda se encontra em andamento, visto que, com a etnografia e as idas constantes ao campo, novos dados irão surgir e compor a construção da pesquisa.

5. PALAVRAS-CHAVE

Informalidade; Ver-o-Peso; Covid-19.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

ALMEIDA, Silvio. O que é Racismo Estrutural? In: **Feminismos Plurais**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. vol. I, 6a ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002, cap. 4.

Feirantes do Ver-o-Peso utilizam o delivery para continuar as vendas durante pandemia. *Jornal Liberal* 1a ed. Belém: TV Liberal, 17 jun. 2020. **Programa de TV**. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8632692/>>. Acesso em: 21 out. 2021.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. 2015 [1925] São Paulo: Cosac & Naify, 2015, p. 183-314.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. 14a ed., Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2009.

SIMMEL, Georg. O problema da sociologia. In: **Sociologia**. Evaristo de Moraes Filho (Org.); Florestan Fernandes (coord.). Editora Ática, SP, 1983.

² Nome fictício

O LUGAR EM UMA FEIRA DE BELÉM DO PARÁ

GT01 - Sociedade, Urbanização e Estudo Populacionais

Fábio Rodrigo de Moraes Xavier¹

1. INTRODUÇÃO

O estudo busca perceber o lugar na feira do Guamá. O local, ele fica em Belém, no Estado do Pará, na Amazônia brasileira. A pesquisa possui como objetivo, a percepção da interação na relação entre frequentadores da feira. Assim como, as identificações entre os indivíduos que participam daquele costume cotidiano, ele que é presente no local. Dessa maneira, o procedimento utilizado em nossa investigação, é de autores como Dardel, na ideia de envolvimento entre pessoas no contexto do cotidiano e Carlos, na percepção do lugar, dentro do mundo habitual. Além disso, nós temos Schutz, na observação da intersubjetividade e Simmel, na perspectiva da interação, como construção social. Também é utilizado na investigação, a etnografia, ela como experiência, dessa maneira, nós temos como base, a Peirano, para pesquisa de campo, dentro da coleta de dados, na feira do Guamá. Portanto, dentro desse contexto, nós obtemos como resultado, o lugar, em que ele ocorre na integração geográfica entre aqueles sujeitos na ligação comunicativa, na integração entre os frequentadores naquele cotidiano da feira. Desse modo, a pesquisa, ela possui como conclusão, a interação entre aqueles indivíduos, em que isso proporciona, o lugar, ao movimento da relação entre aquelas pessoas, que são pertencentes à feira do Guamá.

2. METODOLOGIA

O estudo possui como base, o entendimento do lugar a partir da interação entre os frequentadores da feira do Guamá. O local, ele fica na Amazônia brasileira, no Pará, na cidade de Belém, na periferia da capital, dentro do bairro do Guamá. Na localidade, nós temos ligações entre pessoas, que proporciona aquele movimento espacial e temporal diversificado dentro do cotidiano da feira.

O nosso objetivo com a investigação, é de entender a interação no local, ainda mais, os costumes que surgem por conta dessas relações existentes entre aqueles sujeitos naquele cotidiano. A nossa indagação central, ela diz respeito à produção do lugar na feira do Guamá e de que modo isso ocorre, no envolvimento entre sujeitos que estão na localidade. Dentro do movimento relacional entre aquelas pessoas, ao processo da construção cotidiana entre aqueles frequentadores.

Nesse sentido, a nossa base de autores para o estudo aqui proposto, ela terá (DARDEL, 2011), na reflexão sobre o movimento entre indivíduos no mundo habitual, e também, nós teremos (CARLOS, 2007), no entendimento do lugar na condição do cotidiano. Além disso, nós temos (SCHUTZ, 2012), na intersubjetividade e (SIMMEL, 2013), na ideia da interação dentro do processo de construção social. Por último, nós possuímos como base, a etnografia como experiência da (PEIRANO, 2014).

O procedimento usado em no nosso estudo, utiliza-se de autores, que pensam sobre o lugar. Além de que, nós tivemos a pesquisa de campo, a mesma durou cerca de sete meses. E possibilitou observações, informações, imagens, coleta de dados para entender, o que ocorre naquela realidade da feira. Na lógica cotidiana existente no local, que é habitualmente presente entre os frequentadores que participam da feira.

¹ Mestre em Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará, fabio.rodriigo.moraes.xavier@gmail.com.

Dessa maneira, nós conseguimos obter o entendimento sobre aquele cotidiano, em que ele se caracteriza, como processo no ato da interação entre os sujeitos que frequentam a localidade. E é produzido, na relação entre os frequentadores da feira.

Assim sendo, o estudo aqui proposto, ele terá dois momentos, o primeiro é da interação e o lugar, na movimentação entre os frequentadores, e no segundo, nós traremos o lugar de costumes, ele como processo de familiaridade existente entre aquelas pessoas. Essa perspectiva proporciona observar o cotidiano e a significação que ali ocorre naquela realidade. E que isso equivale, ao ato de produção daquele local, ele que é construído entre aqueles sujeitos, eles que ali interagem e produzem aquele movimento da feira do Guamá. Por conta disso, nós temos como justificativa em nossa pesquisa, o lugar na condição de fenômeno interacional dentro da realidade da feira. Na expressão da cultura e da sociedade, no qual, aquela localidade pertence, em sua movimentação habitual, na relação de identificação entre os indivíduos que estão dentro daquele tempo e espaço da feira.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O lugar, ele possui como base, a identificação dentro do movimento de interação entre as pessoas que participam da feira. Portanto, trata-se da lógica que constrói a localidade como acontecimento, e promove a movimentação entre os frequentadores.

Em nossa relação primordial com o mundo, ao nos abandonarmos às virtudes protetoras do lugar, firmamos nosso pacto secreto com a terra, expressamos por meio de nossa própria conduta, que nossa subjetividade de sujeito se encolha sobre a terra firme, se assente, ou melhor, repouse. É desse lugar, base de nossa existência, que, despertando, tomamos consciência do mundo e saímos ao seu encontro, audaciosos ou circunspectos, para trabalhá-lo. (DARDEL, 2011, p. 40 – 41).

Assim, o lugar, ele pertence à produção da identificação que ocorre entre sujeitos que participam da feira. Além disso, ele acontece na estrutura entre indivíduos, que se movimentam naquele cotidiano.

princípio, somente o ponto de entrada é claramente reconhecido; além fica o espaço. Após um tempo, mais referências são identificadas e o sujeito adquire confiança no movimento. Finalmente, o espaço consiste em caminhos e referências familiares – em outras palavras, lugar. (TUAN, 1983, p. 81).

Então o lugar, ele aparece como posicionamento do sujeito com aquele tempo e espaço do local. Aos caminhos sensíveis, e ao distanciamento entre aqueles indivíduos. Nós podemos assim pensar na relação entre os frequentadores. Como exemplo, o vendedor em seu box, o açougueiro com orgulho em cortar carne, na mulher que vende ervas e que sabe fórmulas medicinais, ao morador de rua que procura restos de comida ao redor da feira.

A existência do lugar, ele ocorre na logística do local, ainda mais, na interação presente entre aqueles indivíduos. E também é visto, nos produtos, como na mandioca e farinha, que são parte da referência da nossa região amazônica. Além disso, na culinária, no peixe-frito com farinha “baguda” e na maniçoba, muitas vezes servida em época de Círio da Nossa Senhora de Nazaré. Todos esses são atributos do lugar.

Nesse contexto, nós temos o lugar de costumes, ele que nasce da familiaridade que o local possui entre os indivíduos que participam da feira. Ele também ocorre nos relacionamentos entre frequentadores. Nas interações, e ao tipo de sociabilidade que é pertencente àquele grupo.

Assim, o mundo social onde o homem nasce e tem de achar seu caminho é por ele vivenciado como uma rede fina de relacionamentos sociais, de sistemas de signos e de símbolos com sua estrutura de significados particular, de formas institucionalizadas de organização social, de sistemas de posição e prestígio, etc. O significado de todos esses elementos do mundo social, em toda a sua diversidade e estratificação, assim como o padrão de sua própria textura, é tido como

pressuposto pelas pessoas que nele vivem. A soma total dos aspectos relativamente naturais, que o mundo social tem para as pessoas que nele vivem, constitui, para usar uma expressão de William Graham Summer, os costumes do “grupo interno”, que são socialmente aceitos como as formas boas e corretas de se confrontar coisas e pessoas. São vistos como pressupostos porque se provaram eficientes até então e, sendo socialmente aprovados, são vistos como fatos que dispensam explicação ou justificativa.

Esses costumes constituem herança social que é transmitida às crianças que nascem e crescem dentro do grupo. (SCHUTZ, 2012, p. 80).

A herança social, ela equivale ao processo de transmissão, ao modo de integração que o lugar da feira possui em sua realidade. A exemplo, nós temos a placa de venda do açaí, que é uma bandeira vermelha com o nome do produto em letras da cor branca, como também, na parede do mercado principal, nós temos imagens de produtos diversos, como legumes, frutas, peixes. Além disso, nós temos isso na exposição da carne, que fica geralmente em cima do balcão ou em um freezer. Mais ainda, nós podemos ver essa questão, no peixe cortado em peças, já que o produto, ele fica pendurado em acessório de ferro nas barracas da feira.

Essa ideia, ela é vista também, na utilização de sacos para colocar legumes ou frutas. Na venda de açaí, em sua vasilha de metal, como as de um litro ou de meio litro que servem para a quantificação do produto. Ainda mais, na farinha de tapioca, ela que também muitas vezes é vendida em litro ou meio litro. E quando a pessoa vai comprar o produto, o vendedor, ele já vai com uma vasilha específica para farinha de tapioca e não precisa nem pesar em uma balança, ele somente verifica a quantidade ou já deixa em um saco com o volume específico.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do lugar na feira do Guamá, ele é desenvolvido na ligação entre os frequentadores que promovem a identificação. O indivíduo, ele participa daquela estrutura de vivência da feira. Onde, isso compõe de narrativas para a realidade como movimentação daquele lugar. Nós entendemos com isso, o envolvimento entre aquelas pessoas, nos produtos, nas estruturas de costumes, dentro daquele espaço e tempo da localidade.

Assim sendo, nós observamos o espaço e tempo da feira, na lógica de sentido que envolve aquela realidade. Na experiência dentro da interação entre aqueles frequentadores. Em que isso permeia o lugar da feira, onde pertence aquela sociedade culturalmente constituída. Dessa maneira, a interação entre os frequentadores, ela ocasiona a integração entre aquelas pessoas. Ao processo da identificação, no envolvimento que é presente naquele cotidiano.

Então com esse processo, nós temos os costumes, eles são pertencentes aquela realidade da feira e é resultado das interações entre aqueles indivíduos. A localidade, ela possui heranças que vem das pessoas que frequentam o local. Isso influencia aquele cotidiano nas estruturas que a feira do Guamá, ela possui. Em seus modos de expressão, eles que são produzidos habitualmente dentro daquela realidade e proporciona, o lugar na feira do Guamá.

Nesse contexto, nós percebemos o quanto é significativo o lugar na feira, pois ele proporciona o entendimento do cotidiano socialmente e culturalmente instituído pela integração entre aqueles indivíduos. E proporciona o entendimento de que a interação, ela define a comunicação entre os sujeitos. No envolvimento do mundo em que vivemos, na relação entre pessoas, sociedades e culturas que estão à nossa volta.

Enfim, o artigo, ele possui como ponto principal, a observação do cotidiano em sua pragmática geográfica. Além disso, o estudo, ele proporciona reflexões iniciais, que trazem a feira, como ambiente de estruturação do lugar dentro do processo interacional. Portanto, a pesquisa, ela possui como ideia, a construção existencial do ser humano. Em que o indivíduo, ele expressa a sua cultura, a sua sociedade como maneira de construção do seu mundo, em que as pessoas da feira, elas ali se encontram, no envolvimento

coletivo. Desse modo, isso pertence à experiência do cotidiano, em que, nós também participamos, em nossa relação com diversos lugares, no qual interagimos, dentro do contato com o outro, na nossa construção de realidade ao envolvimento com a existência cotidiana presente em nossas vidas.

5. PALAVRAS-CHAVE:

Interação; lugar; Feira.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARANDOLA, E. ; WERTHER, H. ; OLIVEIRA, L. (org.). **Qual o espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2012, 328 p.

CARLOS, A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85 p.

DARDEL, E. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução: Holzer, H. São Paulo: Perspectiva, 2011, 176 p.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p.377-391, jul./dez. 2014.

SCHUTZ, A. **Sobre a fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2012, 357 p.

SIMMEL, G. Sociologia do espaço. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 27, n.79, 75-112 p, 2013.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983, 250 p.

FEIRA DO VER-O-PESO: CENTRALIDADE E O AVANÇO DAS NOVAS FORMAS DE CONSUMO

GT01 - SOCIEDADE, URBANIZAÇÃO E ESTUDOS POPULACIONAIS

*Flávia Ferreira Gomes¹
Marinete Silva Boulhosa²
Silvio José de Lima Figueiredo³*

1.INTRODUÇÃO

O espaço urbano das cidades brasileiras, desde a década de 1970, acompanha a reprodução dos desdobramentos das crises cíclicas e sistêmicas do capital apontando a geração de profundas mudanças societárias protagonizadas pelos “não tão novos” agentes do capital. Neste contexto, dentre as muitas mudanças, a engrenagem do sistema capitalista sob a égide do neoliberalismo criou as condições para tornar legítima a internacionalização de um novo padrão de consumo doutrinário e um modelo de abastecimento difundido pelo mundo, através do serviço ofertado nos supermercados e hipermercados, favorecido pelas inovações tecnológicas, redução nos custos com transportes e logística, melhorias na conservação dos alimentos, incremento nas campanhas de consumo de massa, crescimento da urbanização, dentre outros fatores (MÉSZAROS, 2002; CHESNAIS, 1996, HARVEY, 2011; SANTOS, 2011; SPOSITO e SOUSA, 2022). Nas décadas seguintes estes agentes (supermercados e hipermercados) passam a constituir grandes redes de atacarejos que se espraiam pelo mundo, em especial, nas regiões metropolitanas, como a Região Metropolitana de Belém (RMB), servindo de novos espaços de expansão do capital.

No Brasil, os primeiros supermercados surgiram por volta de 1950, na cidade de São Paulo. Este tipo de estabelecimento teria surgido, em Belém, na década de 1960. A partir de 1970, já reunidos em grandes grupos econômicos, se tem a instalação da rede Makro e Carrefour, em São Paulo, exemplifica um dos novos nexos da internacionalização do capital onde o segmento do mercado brasileiro passa a ser disputado por grandes grupos econômicos internacionais (SPOSITO e SOUSA, 2022). Segundo dados da Associação Brasileira de Supermercado⁴ (ABRAS), os atacarejos estão presentes em diversas cidades do interior do estado, e na RMB, Belém concentra o maior número de unidades⁵, seguida de Ananindeua, Marituba, Benevides, Castanhal e Santa Izabel.

¹ Bacharel em Turismo. Pedagoga. Mestre em Serviço Social. Pedagoga da Secretaria Estadual de Educação do Pará. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/ UFPA. E.mail: flaviaferreira31@yahoo.com.br

² Bacharel em Turismo. Mestre em Antropologia. Professora efetiva do IFPA/Belém, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/ UFPA. E-mail: marinete.boulhosa@ifpa.edu.br

³ Doutor em Ciências da Comunicação (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. E.mail: slima@ufpa.br

⁴ Os atacarejos reúnem características dos hipermercados, pelo auto serviço, usam grandes estruturas, que opera com vendas no atacado e no varejo. As grandes redes são Atacadão, Assaí Atacadista, Mix Atacarejo, respectivamente bandeiras com capital internacional e a última com capital nacional.

⁵ Ver mais no site da Associação Brasileira de Supermercados; Associação Brasileira dos Atacarejos.

Na RMB, mesmo com o espraiamento de redes de atacarejo um segmento do setor terciário não apenas resiste, como se mantém, enfrentando essa ambiência, e criando novas estratégias, as feiras livres. Em Belém, há aproximadamente 38 feiras e 19 mercados⁶, demonstrando a força de formas tradicionais de comércio e sociabilidades, como centro de abastecimento de produtos originários da região, e também como símbolo de cultura e de identidade. Destaca-se a feira do Ver-o-Peso um importante entreposto comercial e pesqueiro da região, relacionando-se diretamente com municípios da região e também com outras regiões do país, sendo central na cadeia de comercialização de pescado, função secular que se fortalece na contemporaneidade (SILVA, 2016).

A partir deste contexto este artigo tem como objetivo abordar a centralidade da feira do Ver-o-Peso, na ambiência urbana marcada pela expansão de novas formas de consumo materializadas pelas redes de atacarejo.

1.1 Lócus da pesquisa

A feira do Ver-o-Peso tem sua gênese histórica no século XVII, localizada em Belém, Pará, às margens da baía do Guajará, “por sua localização ribeirinha mantém uma interface imperativa com o mundo rural da Amazônia”, parte do abastecimento da feira do Ver-o-Peso é originário das ilhas que circundam Belém, produzindo uma interface entre o urbano e o ribeirinho, tão única como componente modelador de atividades, paisagens e estratégias elementos que ajudam a identificar e mapear sua centralidade (CRUZ, 1973,1966; LEITÃO, 2010; JOSEPH, 2004).

Após, aterramentos, intervenções estruturais e ampliação, em 1903, a feira do Ver-o-Peso adquiriu a morfologia que tem na atualidade, sendo também chamada de Complexo do Ver-o-Peso, constituída pelas Docas do Ver-o-Peso, Feira Livre, Feira do Açaí, Mercado de Carne ou Mercado Francisco Bolonha, Mercado de Peixe ou Mercado de Ferro, Solar da Beira, Praça do Relógio e Praça do Pescador.

Historicamente, foi sendo tecida sua centralidade, pela junção de elementos da sua localização espacial singular (ribeirinha e urbana), pela função econômica (centro de abastecimento), sócio-histórica (manutenção e resguardo de formas tradicionais de comércio) e turística (entendendo práticas turísticas como práticas humanas que permitem interações sociais, visitas, passeios, experiências e sociabilidades e de lazer), assim como cotidianamente, também, produz novos produtos, cenas, agentes e sentidos.

2. METODOLOGIA

Para alcance do objetivo deste artigo os procedimentos metodológicos definidos foram organizados em duas etapas: uma pesquisa bibliográfica alusiva às feiras livres, rede de atacarejos e desenvolvimento endógeno; e uma pesquisa documental, onde foram levantados dados primários coletados junto à Secretaria Municipal de Economia (SECON/PMB), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Pará) e no site da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), além de coleta em sites especializados, como da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) sobre a expansão dos atacarejos na Região Metropolitana de Belém.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O modelo de desenvolvimento imposto à cidade de Belém, pela Coroa Portuguesa, era a repetição de um padrão já visto nas demais colônias portuguesas espalhadas pelas Américas. Um modelo saqueador das riquezas, impositivo, invasivo, sustentado por processos de ocupação e dominação, pautados pelo ideário eurocêntrico de superioridade, de expansão e acumulação de poder, cujas consequências imprimiram à

⁶ Segundo dados disponibilizados pelo Departamento de Feiras, Mercados e Portos de Belém (DFMP) da Secretaria Municipal de Economia (SECON-PMB), 2023, este quantitativo deverá ser atualizado, portanto pode haver alterações.

região uma subalternidade contrária às suas riquezas naturais e culturais. Na contemporaneidade, o novo ideário de desenvolvimento excludente reatualiza suas formas de dominação, e expansão através do avanço de capital internacional pelo espraiamento de grandes redes de atacarejo, interligando o global e o local com a introdução de novas formas de consumo, grandes estruturas e modalidades de compras, direcionadas a ampliar consumidores (COSTA e RIBEIRO, 2022). Outro mecanismo utilizado são as campanhas promocionais, como destacar um dia da semana com ofertas promocionais de produtos hortifrutigranjeiros, estabelecendo concorrência direta com as feiras livres.

No Pará, desde meados dos anos 2000, estas redes de atacarejo estrategicamente vem avançando com unidades em importantes rodovias que interligam cidades do interior do estado, e em Belém, além dos bairros, há unidades inclusive ocupando áreas da orla, região ocupada tradicionalmente por feiras livres. Como a feira do Ver-o-Peso, considerada a maior feira livre da América Latina, com mais de 26 mil metros quadrados, cerca de 5.000 trabalhadores distribuídos em mais de 20 setores, onde é possível encontrar uma diversidade de produtos hortifrutigranjeiros, plantas medicinais e ervas, aves, carnes, peixes típicos da região, artesanato, comidas típicas, além de produtos industrializados, só encontrados nesse tipo de segmento (LEITÃO, 2010; SILVA, 2018; JOSEPH, 2004).

Neste contexto de espraiamento dos atacarejos a feira do Ver-Peso se mantém como um importante entreposto comercial da RMB, com embarque, desembarque, circulação e comercialização de produtos originários da cultura paraense, fazendo parte de uma economia mais ampla, particularizada por elementos preceituais do desenvolvimento endógeno como a valorização da história de vida dos trabalhadores, as redes de relações e seu sistema sociocultural, que também permeiam as outras funções da feira, como a social, cultural e a turística, pois a feira do Ver-o-Peso se constitui como expressão da identidade, pois é produtora de sociabilidades, de encontros não somente para comprar, mas para visitar, conhecer o artesanato, a gastronomia típica, produtos originários, paisagens e ter experiências únicas, uma essencialidade só encontrada no Ver-o-Peso (VÁSQUÉZ BARQUERO, 2001).

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os novos nexos da internacionalização do capital vêm impondo novas formas de consumo, e o segmento do mercado brasileiro de atacarejo passa a ser disputado por grandes grupos econômicos internacionais hegemônicos, cujas implicações exigem a ampliação dos debates. Nesse contexto, observar a centralidade/importância econômica, social, cultural e turística do Ver-o-Peso na produção cotidiana da cidade de Belém, Pará, oportuniza novos olhares sob este segmento de comércio tradicional como espaço de resistência e de valorização de produtos e formas tradicionais de consumo.

5. PALAVRAS-CHAVE

Ver-o-Peso, Centralidade, Atacarejo, Belém.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Silvia Laura, ALMEIDA LINS, Alexandre Sócrates de, MARTINS, Roberto, FIGUEIREDO, Silvio Lima. Performances endêmicas no Mercado do Ver-o-Peso, Belém do Pará, Revista Paisagens Híbridas, v. 1, Nº 2, 2018, UFRJ, ISSN: 25959638.

CASTRO, Edna e SILVA, Ivaneide Souza. Interações rural-urbano: a sociobiodiversidade e o trabalho em portos, feiras e mercados de Belém, Pará v. 16, n.1, Suplemento, p. 109-126, jun. 2013, ISSN 1516-6481.

CASTRO, Edna e CAMPOS, Índio. Formação Socioeconômica da Amazônia, (Orgs). Belém, Naea, 2015.

- COSTA, Jeanny Farias, RIBEIRO, Willame de Oliveira. (Re)produção dos Atacarejos no Brasil e no Pará. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-0831 - on line), Belém, v. 09, n. 02, p. 08 – 26, jul.-dez. / 2022. DOI: <https://doi.org/10.17648/ihgp.v9i2.64>.
- CRUZ, E. O Ver-o-Peso: um capítulo da história colonial do Pará. Revista de História. v. 24, n. 50, p. 519-526, 1962. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121648.
- CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- JOSEPH, Isaac. Belém: paisagem, coisa pública. Cadernos do IPPUR, Rio de Janeiro, ano XVIII, n.1-2, p.41-90, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. (reimp.) São Paulo: Centauro, 2010.
- LEITÃO, Wilma Marques, RODRIGUES, Carmem Izabel. Mercado do Ver o Peso: Belém. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/silo.tips_localizacao-da-cidade-e-do-mercado.pdf. Acesso em: 09/09/2021.
- LEITÃO, Wilma Marques (Org.). Ver o Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém. Belém. NAEA, 2010.
- MÉSZÁROS, ISTVÁN. Para Além do Capital. Das Crises Cíclicas à Crise Estrutural. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/no-dia-do-feirante-conheca-feiras-reconhecidas-como-patrimonio-publico-do-brasil>, 25/08/2022. Dia do feirante conheça feiras reconhecidas como patrimônio público do Brasil.
- SAMPAIO, Carlos Cioce, GRIMM, Isabel Jurema, PROCOPICK, Mario. Encadeamento ecossocioeconômico e gestão urbana: um estudo das feiras livres na cidade de Curitiba (PR). Novos Cadernos NAEA v. 21, n. 1, p. 35-56, jan-abr 2018, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.
- SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: USP, 2011.
- SILVA, Luiz de Jesus. Pedra, Redes e Malha na circulação do pescado do Ver O Peso ao meio urbano de Belém do Pará. Tese (doutorado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, 2016.
- SOUZA, Márcio História da Amazônia [recurso eletrônico]: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI / Márcio Souza. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.
- SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão, SOUSA, Guilherme Moreira. Concentração. Concentração econômica e expansão territorial: lógicas espaciais do ramo supermercadista. In: As lógicas Econômicas e espaciais do ramo supermercadista. Vitor Koiti Miyazaki...(et al). Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. V. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: FEE/ UFRGS, 2001, 278 p.

AGRO É POP OU A GLOBO É AGRO? PODER, COMUNICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*Larissa Carreira Chimionato*¹

*Edna Maria Ramos de Castro*²

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte da tese de doutorado produzida pela autora sob orientação da co-autora, a qual analisou as relações de poder e dominação no campo da agropecuária através da construção de narrativas e padrões de consumo forjados pela comunicação dos agentes hegemônicos que integram o campo midiático, representado pela Rede Globo em parceria com o campo do Mercado e do Estado. Serão analisadas propagandas em vídeo integrante da Campanha da Rede Globo intitulada “AGRO, a indústria riqueza do Brasil”, com o intuito de promover o mercado do agronegócio. De forma crítica e através de uma análise minuciosa, juntamente com o nosso embasamento teórico, pudemos testar a hipótese de que a crença nas narrativas de riqueza construídas pela comunicação midiaticizada do agronegócio possibilita a pactuação de um modelo hegemônico de desenvolvimento baseado no neoextrativismo, no pensamento colonial e no paradigma cartesiano-materialista, forjando uma consciência de consumo dos agentes da sociedade.

Através de uma análise detalhada da referida campanha, incluindo materiais midiáticos de diversos formatos como vídeos, áudio, imagens e textos, foi possível detectar padrões, estratégias e narrativas utilizadas dentro de uma estratégia única e global de valorização da imagem do setor do agronegócio.

Pode-se concluir que apesar da imensa força e poder que os agentes hegemônicos possuem dentro do campo alimentar e especialmente, do campo do agronegócio, ainda sim, faz-se necessário uma pactuação de fato entre a sociedade, ditos consumidores, com os agentes ofertantes, já que os agentes consumidores precisam de validade do modelo de consumo vigente para a perpetuação do campo de consumo e das regras que regem o campo de conflito.

2. METODOLOGIA

Foram utilizados os referenciais teóricos e metodológicos dos conceitos de campo, *habitus* e crenças de Pierre Bourdieu, Poder de Foucault, marketing de Kotler e propaganda de Bernays, consciência de consumo com as teorias de Hegel e Jung, paradigmas e narrativas de desenvolvimento com Rist e Korten, campo do desenvolvimento e Amazônia com Edna Castro, veganismo com Singer e Ferrigno, dentre outros. Foram analisados 103 vídeos integrantes da campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil” ao todo, e demais materiais de comunicação da emissora, através da metodologia de análise midiática de Leach e Liakopoulos. A pesquisa demonstrou que a Rede Globo além de ser um poderoso integrante do campo midiático.

Dentre o *corpus* global de pesquisa, foram selecionadas um *corpus* específico para a demonstração dos resultados da pesquisa, considerando a criação e análise do campo de disputa das narrativas de

¹ Doutorado, NAEA/UFPA, carreiralarissac@gmail.com

² Doutorado, NAEA/UFPA, edna.mrcastro@gmail.com

poder e estratégias de comunicação adotadas pelos agentes hegemônicos do campo para a dominação da construção das narrativas de consumo dos produtos alimentícios do agronegócio.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os novos padrões de consumo mais conscientes e sustentáveis, estão gerando uma nova dinâmica no jogo do mercado de produção de proteínas, tanto em empresas de produtos de origem animal, quanto em novas empresas de produtos de origem vegetal, criando novos cenários de disputas e de poder pelos hábitos de consumo e pela discussão sobre saúde, meio ambiente e ética. Essa nova tendência que está promovendo uma movimentação em todo o mercado alimentício e na indústria da agropecuária, está sendo impulsionada principalmente por consumidores individuais que buscam novas alternativas de consumo, ou seja, a demanda surgiu a partir dos agentes não-hegemônicos do campo do mercado e não pelos agentes hegemônicos, como as indústrias ou os seus parceiros como a mídia. Como se dá esse processo, o jogo de poder dentro do mercado, a dominação das informações pelas propagandas, as estratégias e táticas e as implicações do habitus dos agentes de consumo, são questões que serão tratadas na presente tese, dentro de um âmbito maior de discussão sobre as consequências dessa reconfiguração no jogo do mercado, das atuais discussões sobre o planeta e o meio ambiente, e ainda, sobre o debate dos modelos filosóficos de desenvolvimento na Amazônia.

No geral, não há consciência sobre a lógica de mercado que está operando os ciclos de vidas dos produtos, as campanhas de marketing e as estratégias de mídia (propagandas, cinema, televisão, rádio e outras) sobre o consumo de alimentos, considerando que o “marketing é um processo social e gerencial através do qual indivíduos e grupos obtêm aquilo que desejam e de que necessitam, criando e trocando produtos e valores uns com os outros” (KOTLER, 1998, p.3), e assim, há pouco questionamento sobre porque a sociedade está constituída em uma determinada cultura, com valores voltados ao consumo e à dominação da natureza para a produção de produtos e serviços, e muito menos há um grande debate sobre os pilares que baseiam os modelos filosóficos de desenvolvimento, cujas bases seguem o paradigma cartesiano materialista.

Entre outras coisas, os hábitos de consumo de uma sociedade estão diretamente associados ao capital cultural (BOURDIEU, 1997) compartilhado e transmitido de maneira praticamente imperceptível aos membros da sociedade desde a infância, fomentando os valores, padrões de comportamentos e visões de mundo que conduzem o indivíduo a tomar determinadas ações e escolhas durante a sua vida. A indústria da Agropecuária na Amazônia, bem como outras grandes indústrias, também se valem da construção social do consumo de massa para fortalecer a cultura de consumo de carne de origem animal através do grande investimento em publicidade na mídia, tanto em propagandas quanto em publicidade de produtos midiáticos de entretenimento, promovendo a sensação de normalidade e aceitação das dinâmicas de produção e consumo dos seus produtos, que hoje ainda são hegemônicos e com grande impacto na economia.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que a Rede Globo além de ser um poderoso integrante do campo midiático, também integra o campo do mercado, sendo esses agentes os mais dominantes dentro do campo da agropecuária, juntamente com o Estado, cujo exercício do poder constitui a construção dos padrões de consumo e da narrativa constituinte do modelo de desenvolvimento, em um processo legitimado e validado pelos agentes da sociedade, os consumidores. Também foi demonstrado que há uma parcela de agentes que age de forma contrária as regras do campo, exercendo um consumo anti-hegemônico capaz de promover uma perturbação dentro do campo e a criação de novas dinâmicas econômicas e sociais por parte de agentes hegemônicos e não hegemônicos. Também se concluiu que a mudança nos modelos de

desenvolvimento passa pela mudança de paradigma da realidade, oriunda da mudança coletiva e individual da consciência de consumo. Seguindo o modelo baseado no paradigma hegemônico materialista cartesiano, não há possibilidade de mudança real e efetiva nos modelos econômicos e de desenvolvimento para um resultado verdadeiramente harmônico entre a produção econômica, a preservação do meio ambiente e o respeito as demais espécies que compõem a biosfera da Terra. A tese conclui que a mudança nos modelos de desenvolvimento independem da mudança ideológica no controle dos agentes hegemônicos que estão no poder, e está atrelada a conformação da consciência coletiva, produto da consciência individual, que é validante do paradigma.

5. PALAVRAS-CHAVE

Agronegócio; Rede Globo; Poder; Consumo; Consciência;

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

ACEVEDO, C. R.; TAMASHIRO, H.; RAMUSHI, C. L.; ACEVEDO, M. M.; CAMPO, I.; CATÃO, B.; **Motivação, valores e sentimentos por trás da resistência ao consumo e veganismo**. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 5, n. 8, p. 12979-13004 aug. 2019.

BAUER, M. W., GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes 2002

BERNAYS, E. L. **Propaganda**. Horace Liveright. Nova York: 1928.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

CARREIRA, L. **As relações de poder na política energética brasileira: análise do processo comunicacional do planejamento do Complexo Hidrelétrico do Tapajós**. Dissertação. Belém: NAEA, 2015.

CASTRO, E.; CAMPOS, I. **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

HABERMAS, J. **Teoría de la Acción Comunicativa, I**. Madrid: Taurus, 1999.

JUNG, C. G. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1964.

KOTLER, P. **Marketing 4.0**. Rio de Janeiro: Sextane, 2017.

RISK, G. **El desarrollo: historia de una creencia occidental**. Madrid: La Catarata, 2002.

A REESTRUTURAÇÃO URBANA E A SUBCENTRALIDADE DA AVENIDA PRINCIPAL DO CONJUNTO MAGUARI NO BAIRRO COQUEIRO EM BELÉM-PA

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Michael Cardoso de Souza¹
Marcos Vinícius de Rezende Lembrança²

1. INTRODUÇÃO

O comércio e os serviços localizados em determinado espaço são fatores que irão desencadear diversos processos espaciais, haja vista que a reprodução do espaço urbano irá se pautar nessas ações. Dessa forma, os centros e subcentros urbanos irão se constituir como grandes potencializadores de reestruturação urbana ao longo dos anos, tendo o capital como um atrativo para que essas relações sejam desencadeadas, afinal, a partir de uma perspectiva capitalista, a cidade tornou-se uma enorme potência econômica de geração de lucros. Esses serviços possuem poder de estruturação urbana e via de acesso ao centro principal, porém o conjunto de serviços ofertados neste subcentro urbano diminui a necessidade de deslocamento ao centro principal.

A Avenida Augusto Montenegro em Belém do Pará é um produto do processo de descentralização da cidade de Belém, possuindo serviços do circuito superior da economia urbana, ou seja, serviços que são usufruídos, em sua maioria, pela classe de alto poder aquisitivo tais como bancos, faculdades, comércio, serviços modernos, atacadistas no geral, e *shopping centers*. Já os serviços de circuito inferior da economia urbana estão associados à população de baixa renda e são mais evidentes dentro dos conjuntos habitacionais e bairros pobres, e podem ser exemplificados como feiras populares, mercadinhos, varejo.

Portanto, a problemática central desta pesquisa baseia-se no seguinte questionamento: Como se constitui a reestruturação urbana e a subcentralidade na Avenida Principal do Conjunto Maguari em Belém-PA? Concomitantemente, as questões norteadoras são: De que forma se constitui a formação de espaços multifuncionais dos equipamentos urbanos no Conjunto Maguari? Como a centralidade se apresenta enquanto grande potencial estruturador do espaço urbano? Qual a influência que a Avenida Augusto Montenegro, enquanto eixo de expansão metropolitana, exerce sobre os fenômenos urbanos do Conjunto Maguari? Quais as percepções dos moradores quanto às consequências advindas do processo de formação da subcentralidade urbana na Avenida Principal?

As hipóteses levantadas nesta pesquisa denotam que a Avenida Principal do Conjunto Maguari, em Belém-PA, passou por diversas mudanças ao longo dos anos, deixando de ser uma área predominantemente residencial para tornar-se, através da diversidade de empreendimentos localizados nela, predominantemente comercial, reestruturando o espaço e alterando o cotidiano dos moradores do conjunto que enfrentam algumas problemáticas advindas com esse processo, seja através do aumento

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGG, Universidade do Estado do Pará – UEPA. E-mail: michaeldesouzamc@gmail.com

² Graduando do sexto semestre em Licenciatura Plena em Geografia, Universidade do Estado do Pará – UEPA. E-mail: marcos.vdrlebranca@aluno.uepa.br

da criminalidade ou pela falta de infraestrutura da avenida que não suporta o tráfego de caminhões, carros e pessoas nessa área comercial. Além disso, observa-se que esse processo de centralidade urbana na avenida principal do Conjunto Maguari está correlacionado com a expansão metropolitana de Belém, tendo como vetor de expansão a Avenida Augusto Montenegro que influencia os demais processos ocorridos em seu entorno.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a reestruturação urbana e a subcentralidade na Avenida Principal do Conjunto Maguari em Belém-PA. Associadamente, os objetivos específicos incluem: Identificar como se constitui a formação de espaços multifuncionais dos equipamentos urbanos no Conjunto Maguari; Entender de que forma a centralidade se apresenta enquanto grande potencial estruturador do espaço urbano; Identificar a influência que a Avenida Augusto Montenegro, enquanto eixo de expansão metropolitana, exerce sobre os fenômenos urbanos do Conjunto Maguari; Descrever as percepções dos moradores quanto às consequências advindas do processo de formação da subcentralidade urbana na Avenida Principal.

A pesquisa justifica-se pela necessidade em compreender os fenômenos urbanos associados ao Conjunto Maguari e à Avenida Augusto Montenegro em Belém-Pa e suas inter-relações. Analisar esses processos significa caracterizar os empreendimentos comerciais que se localizam na Avenida Principal e entender quais os fatores que impulsionaram esses empreendimentos ao longo dos anos e qual o resultado dessas práticas. É importante reconhecer por quem e para quem esses serviços estão sendo feitos, sua área de abrangência, sua diversidade, seus objetivos e suas problemáticas de inserção no contexto intraurbano.

2. METODOLOGIA

A pesquisa, de natureza qualitativa, está estruturada a partir dos seguintes procedimentos metodológicos:

Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico a partir de obras e autores que deram suporte para discutir os conceitos de espaço urbano, centralidade urbana e leituras que revelem o contexto local sobre a formação metropolitana de Belém e a Avenida Augusto Montenegro. Conjuntamente a isso, foi realizado o levantamento documental, com o intuito de reunir as informações necessárias acerca do Conjunto Maguari, como dados censitários e demais dados de contexto para somar às análises.

Posteriormente a essas etapas, os dados empíricos foram obtidos a partir de participação direta e participativa em trabalho de campo, para a realização de entrevista semiestruturada com os comerciantes e trabalhadores dos pontos comerciais, e entrevista com os moradores do Conjunto Maguari que se deu de forma presencial e online. Nessa fase de trabalho de campo, também foi realizado um levantamento fotográfico da Avenida Principal do Conjunto Maguari para que as realidades apresentadas possam ser mais observadas e melhor conceituadas.

Por fim, após a coleta dos dados e da realização das primeiras etapas da pesquisa, foi realizado o tratamento dos dados coletados, com as transcrições das entrevistas, sistematização dos dados com a produção de quadros, tabelas e gráficos com as informações coletadas, e a produção cartográfica com mapa de localização do Conjunto Maguari em Belém-Pa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Avenida Augusto Montenegro é uma das principais vias de acesso ao centro, apesar da avenida possuir importância central no quesito de serviços, o principal centro não perde sua influência ou pertinência, pois ainda permanece concentrando muitos serviços, atividades comerciais e gestão pública e privada, o que remete a um tipo de hierarquia urbana. A importância da avenida está no seu potencial

estruturador urbano, os bairros, condomínios e conjuntos habitacionais no seu entorno possuem dinâmicas próprias e por sua vez, subcentralidades.

O Conjunto Maguari é um conjunto habitacional localizado no quilômetro 9 da Avenida Augusto Montenegro. O conjunto possuía o objetivo de habitação para a população de baixa renda, e se constitui em 32 alamedas, possuindo duas vias conhecidas como Avenida Principal e Avenida Secundária. Devido a sua forma ampla e a malha em quadrícula, facilita os trajetos realizados no conjunto e torna atrativa a atividade comercial, na medida em que possibilita a redução de deslocamento para áreas centrais, devido aos diversos tipos de serviços e comércios que estão dispostos na Avenida Principal atualmente. O que chama a atenção é a subcentralidade da Avenida Principal, e a presença do grande capital na Avenida Augusto Montenegro.

Instalada no centro do conjunto, a subcentralidade da Avenida Principal do Conjunto Maguari está associada a serviços do circuito inferior da economia urbana, sendo mais presentes serviços de rápido consumo tais quais açougues, bares, sorveterias, mercadinhos de pequeno porte, lojas de pequeno porte, farmácias, salões de beleza, barbearias, mercearias e também estabelecimentos como assistências técnicas, lojas de materiais de construções, academias e serviços de rápido consumo que dão vida à centralidade de caráter essencialmente econômico.

De acordo com dados obtidos em trabalho de campo (2023), cerca de 95% dos moradores entrevistados utilizam os empreendimentos comerciais do Conjunto Maguari diariamente. Antes da chegada desses serviços na Avenida Principal, os moradores relataram que antes precisavam se deslocar para as áreas mais distantes do conjunto, para outros bairros e principalmente para o centro comercial de Belém, ou seja, o surgimento dos variados comércios no conjunto ao longo dos anos reduziu o deslocamento das pessoas e facilitou o acesso aos bens e serviços oferecidos na Avenida Principal. A partir dos levantamentos de dados obtidos em campo, apenas 20% dos entrevistados se deslocam para outras áreas comerciais, na maioria dos casos, para utilizar os serviços de *shopping center* ou para os supermercados atacadistas localizados na Avenida Augusto Montenegro.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área comercial instalada na Avenida Principal trouxe não só a comodidade, o conforto e a facilidade de acesso aos serviços pelos moradores, como também intensificou as problemáticas ligadas à infraestrutura viária do Conjunto Maguari que há anos não é reformada e que hoje já não suporta o trânsito de pessoas, veículos particulares e de transporte de cargas que circulam diariamente pelo conjunto.

As consequências da subcentralidade no Conjunto Maguari, elencadas pelos moradores nas entrevistas, são: congestionamentos, avenida mais esburacada, trânsito difícil, fluxo de pessoas em diferentes meios de transportes, lixo nas ruas, além de problemas como a poluição visual urbana, desorganização arquitetônica e saneamento irregular no conjunto. Por conta da forte demanda consumidora, a estreita largura da Avenida Principal sofre com infrações de trânsito como filas duplas que dificulta a circulação de pessoas e produtos e sobrecarrega a Avenida Principal.

Nessa perspectiva, a Avenida Principal do Conjunto Maguari contém diversos serviços, em sua maioria, de rápido consumo. Essa grande oferta resulta em uma centralidade no decorrer da avenida que abastece a demanda consumidora do próprio conjunto, de outros conjuntos habitacionais, condomínios e até outros bairros. O fluxo intenso de pessoas resulta no interesse de empreendedores de começar um negócio, dessa forma o espaço do Conjunto Maguari sofre intensas reestruturações com o objetivo comercial, a exemplo de lotes comerciais para aluguéis. O artigo também aborda o não acompanhamento da infraestrutura local, além de percepções críticas voltadas para as consequências da centralidade da avenida.

5. PALAVRAS-CHAVE

Subcentralidade; Comércio; Conjunto Maguari.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Rogério. O centro e a centralidade urbana—aproximações teóricas a um espaço em mutação. **Cadernos curso de doutoramento em geografia. FLUP**, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato et al. **O espaço urbano**. Ática, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução de MARTINS, S. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MILANI, Patricia Helena; ARANHA, Adimara. Centralidade urbana um estudo do centro principal de Três Lagoas-MS. **Geografia em Atos (Online)**, v. 1, n. 9, 2009.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano** - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, 242 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, R. D. P. **A área de expansão de Belém: um espaço de múltiplas vivências**. Dissertação. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belém, 2016.

VILLAÇA, Flavio José Magalhães . **Espaço intra urbano no Brasil** . São Paulo: Studio 2001.

A PRODUÇÃO ESPACIAL URBANA DA AVENIDA BOULEVARD CASTILHOS FRANÇA

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*Ana Paula Neves Lins¹
Jonathan Rodrigues Nunes²*

1. INTRODUÇÃO

A Avenida Boulevard Castilhos França apresenta-se, ao longo da história, como uma das mais relevantes avenidas da capital paraense. Localizada no Centro Histórico de Belém (CHB), tal avenida é composta por várias rugosidades espaciais, que para Santos (1988) são definidas como registros de épocas passadas consolidadas no espaço, além de, também, possuir uma importante função nos fluxos do espaço urbano, bem como novos empreendimentos ligados à lógica do capital. O presente artigo pretende realizar uma breve periodização histórica da avenida, além de fazer uma leitura geográfica acerca da sua configuração espacial.

2. METODOLOGIA

Para a realização do presente estudo, realizou-se revisão bibliográfica sobre o recorte espacial em questão, além de artigos temáticos da Geografia de suporte para a discussão através do viés espacial. Além disso, também houve a realização de trabalho de campo para a verificação da área e das dinâmicas espaciais presentes.

3. RESULTADOS

Integrando o bairro da Campina, segundo bairro mais antigo da capital e popularmente chamado de “bairro do comércio” por conta da predominância da sua função comercial ao longo da história, a avenida atualmente possui cerca de 1,3 km de extensão, sendo uma das mais movimentadas da cidade.

Para início, é importante resgatar a história da avenida, que foi fundada ainda na época do Império, possuindo o nome de Rua Nova do Imperador. Neste momento, necessitava-se de um caminho para o porto, o “cais da cidade”, e a avenida possuía exatamente a função de interligar o porto ao núcleo urbano. Já no período da Bellé Époque, importante marco para a economia da capital, houve o processo de “embelezamento” da área central da cidade, seguindo moldes franceses. Antônio Lemos, intendente da capital no período, seguiu esta tendência ao aderir o padrão dos famosos *boulevards* franceses, que eram ruas largas, arborizadas, geralmente com pistas divididas e projetadas com alguma preocupação paisagística. Além disso, as mudanças na avenida, principalmente quanto a sua largura, também facilitavam o escoamento dos produtos que eram exportados.

Sendo assim, no início do século XX, iniciou-se a reforma da Rua Nova do Imperador aos moldes de Boulevard, nascendo, assim, o Boulevard da República. Tal nome contrastava com a conjuntura política da época, com o processo de mudança do regimento da monarquia para a república, assim sendo um exemplo de como os processos históricos se articulam com o espaço na transformação de toponímias espaciais. E no mesmo período, Antônio Lemos padronizou a área do Boulevard da República, onde só

¹ Especialista em Geografia Geral e mestranda em Diversidade Sociocultural – MPEG, apnlins099@gmail.com

² Especialista em Planejamento e Gestão do Turismo e mestrando em Turismo e Hotelaria - UNIVALI, jonathanrodrigues58@hotmail.com

eram permitidas as construções de casarios no estilo português eclético. Anos depois, o nome da avenida foi alterado para Boulevard Castilhos França, em homenagem a Castilhos França, importante líder da Revolução de 1930 no Pará. Em 1977, o conjunto arquitetônico da avenida foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), juntamente com o complexo do Ver-o-Peso, sendo considerada parte adjacente do mesmo.

Avenida Boulevard Castilhos França entre o antigo e o novo, o global e o local.

É perceptível o diálogo global-local ao citarmos o próprio projeto de “embelezamento” da cidade que Antônio Lemos procurou implantar em Belém, com a reforma da rua aos moldes de *Boulevards*, por exemplo. Ao notarmos isso, é perceptível também a tentativa de dar ares europeus à Belém, vide o período da Bellé Époque. No entanto, as particularidades locais do espaço urbano fizeram a avenida ser um tanto quanto diferente daquelas encontradas em Paris, mostrando assim que esta dinâmica global, na verdade, não é homogênea, visto que as particularidades locais também são ressaltadas no espaço. O Boulevard da República tornou-se “um cais de proteção e uma avenida beira-rio que são duas medidas não só recomendáveis como necessárias ao embelezamento, à dinamização e ao progresso desse trecho” (Maranhão, 2000, p.119), denominado por Nunes (2017) de *boulevard-cais*.

A paisagem, de acordo com Santos (1988), é tudo aquilo que o olho vê, mas para além disso, é uma forma, resultado de estruturas, funções e processos que variam durante o tempo. Considerando a paisagem um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais, analisemos, então, a paisagem da avenida Boulevard Castilhos França e alguns dos processos e funções que a envolvem: desde muito tempo até os dias atuais, a avenida possui um papel importante quanto a dinâmicas de fluxos, tanto de pessoas como de mercadorias, podendo ser considerada um importante sistema de engenharia (Santos, 1998) para Belém. Como citado anteriormente, essa importância se deu por conta do porto que está próximo da área estudada. Num primeiro momento, tanto o transporte de produtos como de pessoas era a principal função daquela avenida, quanto num segundo momento, adiciona-se a isso o fato da sua estrutura seguir moldes franceses de avenidas quanto por facilitar o escoamento do látex.

Atualmente, em visita à campo, é visualmente perceptível que a avenida possui grande relevância principalmente por interligar o centro histórico da cidade com demais bairros da área de expansão, através de um fluxo intenso de transportes individuais e coletivos, além de ser e ser utilizada para transporte de embarques e desembarques do porto. Além disso, manifestações culturais e religiosas, como o Arrastão do Pavulagem e o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, também atravessam a avenida em diferentes meses ao longo do ano, quando ocorrem suas celebrações, marcando as multiterritorialidades.

Outro exemplo da inserção da lógica global do mercado na avenida são as grandes verticalizações da área, que contrastam com os prédios de época. Sobre essas rugosidades, é importante ressaltar que algumas das suas funções foram mudadas para atender a lógica do espaço de consumo (ver imagem 1), visto que a avenida se localiza numa área nobre da cidade, também sendo um ponto turístico, refletindo, assim, exatamente que essa permuta que ocorre na função dos objetos espaciais depende das necessidades sociais, sendo o espaço produzido para atender as demandas da produção no espaço, de forma dialética.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação procurou detalhar objetivamente a dinâmica do local e do global, do antigo e do novo na formação da paisagem da Avenida Boulevard Castilhos França, que atualmente, é uma paisagem heterogênea, marcada pela influência da estrutura econômica que reflete diretamente na função das formas encontradas na paisagem bem como na forma da paisagem, sendo esta o resultado da sucessão de tempos e fatos históricos. Desta forma, o estudo tem relevância por pautar a geografia na compreensão da dinâmica espacial belenense, ressaltando como a formação do recorte espacial em questão ocorreu ao longo das décadas.

5. PALAVRAS-CHAVE

Belém, Geografia, Avenida Boulevard Castilhos França

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

HAESBAERT, R.. **Região, diversidade territorial e globalização**. GEOgraphia (UFF), Niterói, v. 1, n.1, p. 15-39, 1999.

IPHAN, **Monumentos e espaços públicos tombados**. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1217/>. Acesso em 2019. MARANHÃO, Haroldo. **Pará, Capital: Belém: Memórias & Pessoas & Coisas & Loisas da Cidade**. Belém: Editora Supercores, 2000.

NUNES, M. C. R. G.. **Boulevard da República: espaço republicano construído na Baía do Guajará**. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA & CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 9, p. 72-91, 2017.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

O MOVIMENTO HIP HOP, SEU ESPRAIAMENTO E (RE)EXISTÊNCIA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE BELÉM DO PARÁ

GT01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*Luana Carina Moraes Machado¹
Sandoval dos Santos Amparo²*

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa “O movimento hip hop, seu espriamento e (re)existência nos espaços públicos de Belém do Pará” (em curso) propõe a reflexão conceitual a partir dos sujeitos que se encontram e produzem o espaço urbano considerado “cartão-postal” da cidade, o Mercado de São Brás. Busca-se compreender a realidade de grupos subalternos do movimento hip hop dentro desses espaços públicos e elucidar como se passa, atualmente, os conflitos em torno do uso deste espaço por grupos historicamente marginalizados. O movimento hip hop na cidade – objeto empírico em análise – já possui uma forte e representativa reverberação cultural para o estado do Pará, contudo, sem (ainda) o devido apoio dos agentes hegemônicos.

Esta pesquisa tem a pretensão de analisar o uso dos espaços públicos pelas batalhas de rap em Belém e sua relação com os agentes hegemônicos. Ao desmembrar tal objetivo em etapas específicas, tem o propósito de relacionar os conceitos de espaço ao movimento hip hop, especificamente as batalhas de rima em Belém e identificar a relação do poder hegemônico diante das práticas do movimento contra hegemônico do hip hop.

O estudo dos conflitos acerca do uso dos espaços pela geografia e as ciências sociais, incluindo o espaço público, têm sido debatidos dentro de determinados contextos histórico-geográficos. Contudo, mais recentemente, determinados grupos apontam demonstrar suas culturas, saberes, rituais e práticas, visando usufruir dos espaços públicos, que para eles se apresenta de certa forma, obstruído, retirando-lhes o que lhes é de direito. Dentro desta realidade de (in)visibilidade de determinados grupos sociais, que aqui nesta pesquisa chamamos de grupos marginalizados, temos a missão de compreender como esses mecanismos de exclusão são criados diante destes grupos que muitas vezes compartilham e mantêm vivos saberes ancestrais de povos historicamente invisibilizados socialmente, principalmente a cultura negra nas suas infinitas ramificações, práticas e saberes, em sua relação direta com o espaço como “instância” da sociedade (Santos, Espaço e Método).

A discussão teórica que visa debater e analisar como esta perspectiva atravessa a geografia atual, repercutindo no conceito de espaço geográfico. Em específico, o conflito em torno do uso do espaço. Para esta pesquisa, o uso dos espaços públicos por grupos historicamente excluídos socialmente dentro do movimento hip hop. Ainda como conceito-base, temos o debate epistemológico entre espaço, paisagem e território como substratos das realizações e das execuções de tais práticas dos grupos que serão investigados, dentro das suas circunscrições, domínios e demonstrações de poder, visando compreender como e onde tais grupos se organizam para assegurar o “direito à cidade”(Lefebvre, O Direito a Cidade, 2003) por meio da re-existência no território, ou ainda, se podem ser considerados agentes desterritorializados e/ou reterritorializados.

¹ Especialista e mestranda em Geografia pela Universidade do Estado do Pará, luanamoraes.geo@hotmail.com.

² Doutor em geografia, professor titular da Universidade do Estado do Pará campus Conceição do Araguaia, sandoval.amparo@uepa.br.

O espaço é a categoria de base para a percepção geográfica do mundo e neste trabalho não é diferente. Assim, buscamos aprofundar uma proposta teórica advinda da geógrafa britânica Doreen Massey, no seu livro “Pelo espaço” (2008), em que o espaço é debatido a partir de perspectivas subjetivas. Além disso, nos filiamos à perspectiva de que o espaço e sua representação (outro elemento chave nesta pesquisa) são elementos comumente articulados, mas que precisam de uma atenção especial para que não sejam generalizados ou até mesmo esquecidos na teia de outros conceitos em voga na Geografia. Propomos investigar o espaço a partir de uma perspectiva em que vivenciamos a “fabricação” de realidades como um produto turístico – simulacro. Quais mecanismos atuam nesta modelação, qual visão de mundo constrói? Propõe-se, assim, uma Geografia dos povos e dos lugares, construções alicerçadas na história.

O objeto de análise desta pesquisa é o uso dos espaços públicos de Belém do Pará por grupos invisibilizados do movimento hip hop, especificamente as batalhas de rima, que atuam nestas áreas em busca de manifestar-se enquanto agentes de produção artística, cultural e de conhecimentos ancestrais e seus engajamentos contra os sujeitos hegemônicos.

2. METODOLOGIA

Inicialmente, tal análise visa fazer o levantamento introdutório da movimentação e dos usos do espaço público por grupos do movimento hip hop (batalhas de rima) que frequentam tais áreas na cidade através da realização de um campo exploratório, visando observar o fenômeno *in loco*, fazendo da realidade empírica o ponto de partida para mapear o movimento do qual estes agentes fazem parte (ou se inserem). Num primeiro momento, não foram realizadas entrevistas ou intervenções mais profundas no objeto estudado, apenas a observação e a análise dos rituais, das práticas organizacionais, dos elementos visuais mobilizados, da percepção e da receptividade por parte do público em geral. Além disso, como do poder público, representado nestes locais por agentes de segurança a serviço do estado.

Para melhor desempenho da pesquisa, busca-se um diálogo entre os conceitos de espaço, regimes de verdade, subalternidade, descolonialidade e globalização, com o objetivo de compreender as movimentações de grupos socialmente excluídos do movimento hip hop em espaços públicos com tamanha visibilidade como o Mercado de São Brás em Belém do Pará, e explicar tal realidade a partir dos conceitos elencados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das categorias fundantes desta pesquisa que são espaço, subalternidade e globalização, aliadas à observação e investigação dos grupos que engendram o movimento hip hop na cidade de Belém do Pará, pode-se constatar – ainda de forma provisória – que o uso do espaço público no Mercado de São Brás, pela Batalha de São Brás, um movimento “pioneiro” de batalhas de rima, dança, e outras vertentes desta cultura de raízes negras, e que surgiu na cidade por volta de 2009, pode ter sido um propulsor para a criação de uma diversidade de outros grupos que atuam no mesmo movimento dentro do espaço urbano da cidade.

Contudo, as falas dos participantes do movimento relatam inúmeras tentativas de silenciamento por parte dos agentes de segurança pública, representantes dos agentes hegemônicos – o capital imobiliário e turístico –, que incontáveis vezes interromperam as batalhas de rima visando o dispersamento violento dos jovens periféricos que ali estavam, reivindicando “o direito à cidade” no espaço público urbano. Passados alguns anos desde o nascimento da batalha pioneira, diversas outras batalhas de rima ligadas ao movimento hip hop em Belém começaram a surgir em outras partes da cidade. A cada bairro a ritualidade de se envolver no movimento se fazia presente entre os jovens periféricos e isso demonstra que o papel redentor da arte tem grande significado para muitos destes jovens. Além de proporcionar lazer e um alívio para as tensões e frustrações da vida, a arte também se torna um caminho profissional para muitos. Essa dispersão pela cidade demonstra a força e o engajamento que o público marginalizado historicamente, conseguiu a partir do estreitamento de laços e objetivos em comum dentro de um movimento que por longos anos não teve o apoio de nenhum representante do poder público, mas que (re)existiu e deixou sua marca na geografia e na história da cidade de Belém do Pará.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espraiamento da Batalha de São Brás em diversas outras manifestações culturais ligadas ao movimento hip hop pela cidade de Belém e o contínuo abraço coletivo que tal ação provocou dentro dos meios midiáticos, veículos culturais e admiradores do movimento e da relevância que ele alcançou fez com que a postura dos agentes hegemônicos fosse revista, haja visto as suas inúmeras tentativas de frear as batalhas de rima passaram a gozar de uma má imagem ante a opinião pública e que com o tempo, o número de admiradores do movimento na cidade cresceu significativamente.

Recentemente, no dia 21 de março de 2023, quando é comemorado o Dia Internacional da Eliminação da Discriminação Racial, a prefeitura de Belém criou o decreto municipal de número 106.650, que autoriza o uso de espaços públicos na cidade pelo movimento cultural do Hip Hop, decisão que foi assinada pelo prefeito da cidade Edmilson Rodrigues, demonstrando que a postura que o poder público tem hoje do movimento é, aparentemente, diferente daquela de quando ele se iniciou, em meio à turbulência do poder público e da periferia que passava a usufruir de um espaço público no centro da cidade.

Contudo, sabe-se que os problemas enfrentados pelos grupos marginalizados do movimento hip hop em Belém não sanaram com tal medida. Ainda atualmente, o público que mora ao redor dos espaços públicos em que se realizam as batalhas desaprova a presença daqueles jovens periféricos nos espaços, acionando a Polícia para encerrar com estas manifestações culturais, como se as mesmas infringissem, em algum aspecto, a lei. Muitos problemas ainda se fazem presente dentro desta prática ainda tão recente em Belém. Esta pesquisa parte da necessidade de uma investigação contínua e aprofundada, que possibilite a análise desse significativo e representativo movimento a (r)existência da cultura (re)existente na capital paraense, como ocorre em em diversas outras regiões de um país marcado pela colonização e a diversidade territorial e reafirmando uma sustentabilidade na sua completude da palavra, atingindo o bem estar e a vivência das pessoas, culturas em todos os tipos de ambientes.

5. PALAVRAS-CHAVE

Hip Hop; Belém; Marginalizados; Espaço, Espaço Público.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BELÉM. decreto municipal de número 106.650. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/232666/prefeitura-de-belem-decreta-uso-livre-de-espacos-publicos-da-cidade-pelo-movimento-hiphop?fbclid=PAaaSZqtx3UqPrs7zjAqWlsjCqMWRAbVAty1BA8zeGuPuerwrIGfiUQz8z_dA>. Acesso em: 25/04/2023.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.:21 cm.

GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 43-72, 2012.

Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico / organização Valter do Carmo Cruz, Denílson Araújo de Oliveira. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017

Lefbvre, Henry O Direito à Cidade e A Produção do Espaço

MASSEY, Doreen. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton – Espaço e Método

A DINÂMICA URBANA DURANTE O CARNAVAL, EM VIGIA DE NAZARÉ – PARÁ

GT01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*Antonio Genivan Nunes Braz¹
Fernando Manuel Rocha da Cruz²*

1. INTRODUÇÃO

Vigia de Nazaré, popularmente chamada “Vigia” situa-se a 93km da capital do estado do Pará localizando-se na Mesorregião Nordeste Paraense e na Microrregião do Salgado. Fundada em 06 de janeiro de 1616, é considerada uma das cidades mais antigas do Pará. Vigia possui uma rica diversidade histórica, cultural e religiosa. Dentre os mais relevantes, podemos citar o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, a Câmara Municipal, a qual foi um dos palcos da Revolução Cabana (Cabanagem) de 1835, o museu histórico da Vigia, as igrejas católicas Madre de Deus construída pelos Jesuítas a partir de 1732, e a Igreja de Pedra, os quais atraem turistas há várias décadas. O principal item econômico que faz parte da rotina cultural dos vigienses concentra-se no pescado, com destaque para uma espécie, a gurijuba (BRAZ, 2007).

Vigia é uma das cidades mais antigas do Pará e ainda conserva aspectos da colonização portuguesa, além de ter sido um dos palcos da revolução popular denominada Cabanagem, como já referimos. Se caracteriza por possuir ruas estreitas, calçadas com paralelepípedos, casas com fachadas típicas do século XVIII e a famosa Igreja Matriz Madre de Deus. Numa cidade cheia de alegria e embelezada pelo patrimônio histórico, o Carnaval é bastante convidativo e divertido.

O objetivo geral do artigo é, por conseguinte, compreender a dinâmica da cidade para o processo de configuração de Identidade Cultural e suas implicações ao nível do Turismo Cultural na cidade de Vigia de Nazaré (Pa).

2. METODOLOGIA

A pesquisa que subsidia este artigo é de cunho qualitativo, tendo em vista aprofundar o objeto de estudo. Buscou-se assim adotar uma postura de “observador participante” como defende Oliveira (2006) com o intuito de se atingir a “fusão de horizontes” entre os atores sociais envolvidos no evento carnavalesco (LAPLANTINE, 1988).

A escolha de um **Escopo de Etnografia**, como modalidade da pesquisa e análise da sociedade constitui uma das vias para a construção do conhecimento e tem sido a solução encontrada pelos antropólogos a partir do diálogo com outros antropólogos para resolver os problemas com que se defronta ante seus “dados de campo”, ou seja, dialogar consigo mesmo produz o novo sem deixar de ser o que é, como bem compreende Stéphane (2014).

Culturalmente, Vigia tem se destacado no estado há vários anos pelo seu irreverente e alegre Carnaval. Dentre os diversos atrativos culturais que integram o carnaval de Vigia, o bloco carnavalesco “As Virgienses”, com 32 anos de história, desponta como o principal atrativo para o evento, atraindo foliões que literalmente invadem as estreitas ruas do centro da cidade, contribuindo para marcar a Identidade Cultural do município

¹ Mestrando em Cidades, Territórios e Identidades – PPGCITI/UFPA, Campus de Abaetetuba. E-mail: g.braz28@hotmail.com

² Doutor Europeu em Sociologia, Professor colaborador no PPGCITI/UFPA, Campus de Abaetetuba. E-mail: fmrcruz@gmail.com

de Vigia e possivelmente, concorrendo para atrair turistas. Isto torna-se evidente na segunda-feira de carnaval. Um grande aumento no fluxo de pessoas, visitantes, turistas, veículos individuais e coletivos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Notoriamente, toda a cidade se mobiliza para este evento, procurando recepcionar bem os visitantes/e turistas, mas principalmente para se preparar para o forte aquecimento na economia informal. E este é, sem dúvida, outro aspecto bastante relevante da festa. A cidade torna-se minúscula para tanta gente, principalmente no dia do desfile dos blocos tradicionais.

Diversas são as práticas que geram renda no período do carnaval, em Vigia. Aqui, existem residentes que alugam alguns dos compartimentos das suas casas ou mesmo a totalidade das suas residências, se retirando, nesse período, das mesmas. Os valores dos aluguéis são considerados altos e satisfatórios para os proprietários. A procura é intensa e normalmente é prévia. Alimentação e bebidas por grande quantidade de bares e restaurantes têm elevada procura. A esta situação, acresce a exploração da atividade comercial, mesmo por habitantes que não a exercem durante o ano civil, improvisando na frente de suas casas, locais de venda.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salienta-se que este estudo acerca do carnaval da cidade de Vigia de Nazaré, o qual busca compreender o processo de configuração de identidade cultural, bem como suas implicações ao desenvolvimento da prática de turismo cultural, encontra-se em fase inicial, no âmbito do PPGCITI – Programa de Pós-Graduação em Cidades: Territórios e Identidades, linha de pesquisa 2: Identidades: Linguagens, Práticas e Representações, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Manuel da Rocha Cruz, na Universidade Federal do Pará (UFPA)/Campus de Abaetetuba.

5. PALAVRAS-CHAVE

Carnaval; Identidade Cultural; Turismo Cultural

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Disponível em <http://www.abnt.org.br>. Acesso em: 22/05/2023

BENI, M. C. Análise estrutural do turismo – 9ª. Ed.- São Paulo: Editora Senac SP, 2003. BRAZ, A. G. N.O bloco carnavalesco “As Virgienses” como veículo impulsor do turismo no núcleo urbano da cidade de Vigia de Nazaré, no estado do Pará. Trabalho de Conclusão de Curso. Soure. UFPA, 2007.

CORDEIRO, P. Memórias dos carnavais de vigia (1932-1970). Vigia de Nazaré – Pará, s. ed, 2007.

CRUZ, F. M. R. Turismo y Carnaval. Estudios sobre los impactos en el patrimonio cultural de la ciudad de Natal/ RN (Brazil). Revista Andraluza de Antropologia, p.3-21.

DAMATTA, R. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro – 6ª Ed. – Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FERREIRA, F. O livro de ouro do carnaval brasileiro. Rio de Janeiro: Ediouro, 20]04. FIGUEIREDO, S. Turismo cultural. São Paulo: ECA, 2008.

HALL, S. A identidade Cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 10. Ed.- Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

LAPLANTINE, Francois. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

STÉPHANE, Beaud, FLORENCE, Weber. Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014

ORLA PARA QUEM? UM ESTUDO DA ORLA DE BELÉM-PA SOB O OLHAR DECOLONIAL

GT01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Camilla Souza Barbosa¹

1. INTRODUÇÃO

A cidade, como produto histórico-social (Carlos, 2007), também se encontra na dimensão constituída pelo paradigma do pensamento moderno europeu. Em Belém do Pará, o espaço da orla é resultado de diversos momentos atrelados a linha do tempo da sociedade que a construiu, o que permite associar a forma urbana com as relações socioespaciais nela desenvolvidas. O Rio Guamá e a Baía do Guajará contribuem com a vida urbana pela sua função econômica e social, como uma zona de união que intercepta a produção do espaço social. A valorização da orla tem como marco inicial a presença da colonização portuguesa, pois as importações e exportações influenciaram na relação secular entre a cidade e o uso portuário (Baena, 2004). Em vista disso, a história da construção de seu espaço urbano é caracterizada por processos que o dotaram de grande relevância na cidade. Diante deste cenário, o presente trabalho tem por objetivo analisar se as dimensões da colonialidade se encontram presentes na produção do espaço urbano da orla de Belém. Por fim, a discussão aborda um olhar decolonial sobre a produção de espaço urbano, em uma desobediência epistêmica para sairmos do domínio dos conceitos modernos e eurocentrados (Mignolo, 2008).

2. METODOLOGIA

Este resumo expandido é um recorte da dissertação “Planos e Usos na Orla de Belém-PA” desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFGA. A análise é desenvolvida através de revisão bibliográfica e pesquisa documental para discutir sobre 3 questões: a) valorização da orla de Belém; b) os processos urbanos da área da Estrada Nova; c) recente requalificação urbana da orla.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostraram que a produção de espaço se encontra sob a lógica da colonialidade ao propagar discursos do progresso e da modernização, que negam a diversidade de realidades urbanas e não promovem o direito à cidade. A produção de espaço urbano na orla tem como principal objetivo a valorização desta parte da cidade, com lugares voltados a economia da cultura que seguem a concepção do espaço fragmentado na sociedade capitalista (Lefebvre, 2008), com carência de propostas direcionadas às fragilidades socioambientais existentes na área. Neste trabalho, é situada a produção de espaço urbano dentro da relação de dominação da colonialidade (Quijano, 1992), que ocorre em diversas maneiras no mundo social das populações colonizadas. Para Maldonado-Torres (2008), a atitude descolonial surge quando entendemos o mundo da morte construído pela colonização. Através do olhar decolonial é possível reconhecer a pluralidade existente no mundo. Ao resistir e desconstruir padrões e perspectivas que são produto da violência, lutamos contra as desigualdades que provêm da permanência destas colonialidades.

Em Belém, a colonização influenciou em uma dinâmica socioespacial atrelada a relevância da proximidade aos cursos d'água; a orla herdou formas e funções de acordo com o vínculo entre as atividades

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFGA), Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFGA), barbosacamilla@gmail.com.

econômicas desenvolvidas em seu espaço vivido ao longo dos séculos (Barbosa, 2018). O uso portuário estabelecido pela lógica colonial influenciou na valorização desta parte da cidade e, posteriormente, no seu entendimento como centro da cidade, designa como ações provenientes de uma matriz colonial do poder podem agir sobre diferentes âmbitos do mundo social (Mignolo, 2008).

A valorização da orla, e a sua própria formação como lugar, é produto da associação de lógicas inerentes ao espaço, de acordo com os objetos técnicos que formam o espaço em questão (Santos, 2017). Quando Penteado (1968) descreve a formação dos dois primeiros bairros de Belém, nota-se a relação entre o Rio Guamá e a Baía do Guajará com o espaço: “[...] resultaram os dois primeiros bairros da cidade, um em função do campo de influência do Guamá, a Cidade (hoje Cidade Velha), outro em função do campo de influência da baía ou do estuário, a Campina” (Penteado, 1968, p. 49). O campo de influência mencionado é gerado pela lógica atribuída ao usos desses cursos d’água, isto é, as práticas de povoamento e de exploração que se encontram na base da sociedade capitalista moderno-colonial (Frigeri; Santos, 2020). Afinal, Lefebvre (2008) afirma que o espaço não tem uma lógica interna, própria, ele é dotado pelo conteúdo atribuído pela sociedade.

Ao sul de Belém do Pará, a área da Estrada Nova² detém uma dinâmica socioespacial caracterizada pela resistência da cultura ribeirinha através da vida nas baixadas³ em contato com a água. Na Amazônia, o rio é um elemento fundamental na constituição da rede urbana amazônica, e em Belém, atua como agente de conexão desde os instantes iniciais da sua realidade urbana (Corrêa, 1987). As feiras e os portos presentes na Estrada Nova são um reflexo da indissociabilidade das embarcações no cotidiano da cultura ribeirinha, elas são a materialização das suas relações sociais e econômicas (Furtado, 1992). Deste modo, o processo de ocupação das baixadas ocorre em uma inter-relação construída historicamente, a partir de uma apropriação do espaço que envolve sistemas culturais e sociais (Diegues, 1998).

Contudo, no Plano Diretor do Município de Belém (Belém, 2008), as problemáticas enfrentadas na Estrada Nova não são compreendidas de acordo com a sua relevância histórico-cultural. Como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), o intuito é de promover a regularização fundiária e melhores condições de vida, e como Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA) é determinado a necessidade de “recuperação urbanística, paisagística e do patrimônio arquitetônico” (Belém, 2008, p. 71). No âmbito das Zonas do Ambiente Urbano (ZAU), há um posicionamento adaptado às práticas capitalistas, em que a transformação urbana é dirigida pela sua capacidade de gerar lucro, pois dentre as propostas existem um forte ímpeto pela requalificação urbana em detrimento da remoção das habitações de baixa renda, com o discurso ambiental sendo utilizado para justificar tais práticas em áreas de fragilidade socioambientais.

A requalificação urbana é uma prática condizente ao planejamento estratégico, que trata a cidade como um empreendimento e fomenta uma imagem da cidade associada ao capital simbólico e a lógica de competição entre cidades (Arantes, 2000; Vainer, 2000). A noção de cidade-mercadoria inserida em um mercado global de cidades é descrito Frigeri e Santos (2020) como um processo urbano relacionado à colonialidade do poder (Quijano, 1992), em que a acumulação do capital movimenta uma transformação urbana a favor da privatização dos espaços, ampliando a segregação socioespacial.

Nas últimas décadas, a orla de Belém passou por uma transformação urbana determinada pela execução de intervenções urbanas como tentativa de soerguimento econômico (Barbosa, 2018). Paisagens urbanas pós-modernas (Zukin, 2000) foram formuladas para valorização econômica dos espaços a partir do uso estratégico da cultura em favor do consumo. O discurso do “resgate das raízes ribeirinhas” foi utilizado para fortalecer Belém a competir pelo mercado turístico e de investimentos, com os elementos

² A área da Estrada Nova está diretamente relacionada à Avenida Bernardo Sayão (popularmente conhecida por Estrada Nova) e compreende parte dos bairros do Jurunas, Condor e Guamá. Construída na década de 1940, a via logo se consolidou como um eixo de conexão da região sul ao centro da cidade (Penteado, 1968).

³ As baixadas são áreas de várzea ocupadas pela população de menor poder aquisitivo, originalmente estruturadas por moradias palafíticas relacionadas à cultura ribeirinha.

da cultura ribeirinha sendo utilizados para fomentar o pertencimento ao espaço amazônico; assim, o que antes era associado a práticas higienistas passou a ser aceito devido a sua capacidade de valorizar os empreendimentos urbanos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na orla de Belém do Pará, a colonialidade é percebida no modo em que a paisagem urbana é formulada seguindo a lógica da mercantilização da terra. A execução de projetos e planos que negam realidades urbanas amazônicas, como as baixadas da Estrada Nova, mostram como os valores do pensamento moderno europeu se encontram embrenhados no imaginário social.

O espaço da orla também é lugar de apropriação dos ribeirinhos, cuja cultura não deveria ser lembrada somente pela rentabilidade no contexto da produção de paisagens pós-modernas. A gestão e o planejamento urbanos precisam reconhecer que a vida urbana admite diversos modos de viver, a segregação socioespacial não deve ser normalizada, é preciso romper com as colonialidades que perduram em arranjos e formas urbanas.

5. PALAVRAS-CHAVE

Espaço; colonialidade; Amazônia.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, O. **Uma Estratégia Fatal**: a cultura das novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.
- BARBOSA, C. **Planos e Usos na Orla de Belém-PA**. 183f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, 2018.
- BELÉM. **Plano Diretor Urbano do Município de Belém. LEI Nº 8.655, de 30 de julho de 2008**. Belém: Secretaria Municipal de Urbanismo, 2008.
- CARLOS, A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CORRÊA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- DIEGUES, A. **As Ciências Sociais e as sociedades marítimas e insulares**. In: _____. Ilhas e mares: simbolismo e imaginário. São Paulo: Hucitec, 1998. p.42-57.
- FRIGERI, A.; SANTOS, G. **Os Processos urbanos sob a ótica da colonialidade do poder, do ser e do saber**. Raído, Dourados, MS, v. 14, n. 34, jan./abr. 2020.
- FURTADO, L. **Sem barco, como pescar?** In: XIMENES, T. et. al. Embarcações, homens e rios na Amazônia. Belém: UFPA, 1992.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.
- MALDONADO-TORRES, N. **La descolonización y el giro des-colonial**. Tabula rasa, n. 9, p. 61-72, 2008.
- MIGNOLO, W. **Desobediência epistemológica. A opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.
- QUIJANO, A. **Colonialidad y Modernidad/Racionalidad**. Perú Indíg. 13(29): 11-20, 1992
- PENTEADO, A. **Belém – Estudo de Geografia Urbana**. 2º vol. Belém: Universidade Federal do Pará. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo. 1968.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2017.
- VAINER, C. **Pátria, Empresa e Mercadoria**: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.
- ZUKIN, Sharon. **Paisagens Urbanas e Pós-modernas: mapeando cultura e poder**. In: ARANTES, A. A. (org.). O Espaço da Diferença. Campinas: Papirus Editora, 2000.



3

Simpósio
Internacional

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

GT 01 • Sessão 6

PRÁTICA DE EXTENSÃO NO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE INFORMÁTICA COM A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITANCUÃ-MIRI

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Roselene de Souza Portela¹
Lidiane Maria Siqueira David²
Welson de Sousa Cardoso³
Elenik Costa Lima⁴

1. INTRODUÇÃO

O resumo objetiva apresentar a experiência do curso de informática desenvolvido com a comunidade quilombola de Itancuã-Miri do município do Acará, Pará. Essa prática advém do trabalho de assessoria do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) vinculado a Faculdade de Serviço Social, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará. O PARU desenvolve extensão universitária alicerçado no tripe ensino-pesquisa-extensão.

Diante de tais colocações, apresenta-se o projeto “políticas urbanas e ações universitárias na região metropolitana de Belém RMB” que tem em sua interlocução de execução o PARU. Desse modo, as ações do projeto têm como objetivo capacitar os jovens para inserção no mercado de trabalho a partir de dois cursos, a saber: 1) Informática Pai D’Egua e 2) Empreendedorismo Social.

É neste contexto, portanto, que se apresenta a experiência do Curso de Informática que está em desenvolvimento com a comunidade quilombola de Itancuã-Miri, que será apresentado no decurso deste resumo. Essa experiência contribui com o fortalecimento dos movimentos sociais na luta pela defesa dos seus direitos e que tem como resultados o fortalecimento da democracia e dos processos decisórios, que envolvem diversos atores públicos e sociais na trama da formulação de políticas públicas possíveis, através de práticas inovadoras de extensão universitária de inclusão da sociedade civil e do estado nos processos de investigação, intervenção e proposição de políticas públicas de desenvolvimento local e regional.

2. METODOLOGIA

O desígnio teórico-metodológica de análise para construção deste trabalho se desenvolve a partir da teoria social crítica, o materialismo histórico e dialético. Este instrumento analítico é imprescindível para assimilar os movimentos de totalidade urbana e social amazônica na mediação com os processos particulares e singulares das expressões da questão social.

Os procedimentos metodológicos advêm de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, e de experiência de campo, no acompanhamento dos sujeitos no decurso do curso de informática desenvolvido no segundo semestre de 2023.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Universidade Federal do Pará, por meio da socialização do conhecimento vem elaborando ao longo da sua existência e efetivação o compromisso com o desenvolvimento social, mediante o desafio de ampliar

¹ Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais. Docente Adjunto FASS/PPGSS/UFPA, roselene@ufpa.br.

² Assistente Social no Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU/UFPA). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFPA, lididvd@gmail.com.

³ Estatístico. Doutor em Ciências Socioambientais. Docente Adjunto da FASS/PPGSS/UFPA, cardoso@ufpa.br.

⁴ Discente de Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará, eleniklima7@gmail.com

sua interação com a sociedade na qual está inserida. Assim sendo, é por intermédio de programas e projetos de extensão que há trocas de saberes, acadêmicos e populares, viabilizando, assim, o desenvolvimento da formação crítica docente e discente com o fortalecimento de políticas públicas. Portanto, esse movimento contribui para o exercício da cidadania fomentando o estreitamento dos vínculos entre universidade e sociedade, sendo esse um caminho a ser percorrido.

Diante do exposto, entende-se que a extensão universitária resgata junto à sociedade, o seu papel político e o processo educativo de engajamento dos discentes e docentes do serviço social a serviço dos setores populares, permitindo a condensação de forças sociais na articulação de práticas coletivas concretas (Sá; Cruz; Costa 2005).

Nesse sentido, o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) e o Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA) têm desenvolvido ações de extensão e de pesquisa que possibilitam o processo de formação sociopolítica e profissional, oportunizando a inserção de bolsistas e a realização de estágios.

Reitera-se que, para a região metropolitana, destacando as especificidades destas cidades no contexto particular amazônico, acompanhando, formando, capacitando e buscando fortalecer a organização social e política dos segmentos excluídos na luta pelo direito à cidade com a efetivação de outros direitos sociais básicos (saúde, cultura, mobilidade, educação, lazer entre outros).

Nesta perspectiva, no âmbito das políticas urbanas se faz necessário destacar um olhar para o segmento popular que vivem nas grandes metrópoles cidades em situação de exclusão e vulnerabilidade social e econômica em geral que muitas vezes não tem oportunidade de qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a importância do PARU é reafirmada por meio da assessoria que consiste em ação desenvolvida por profissional com conhecimento específico na área e toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alterá-la (Matos, 2010). Ademais, o PARU tem em seu bojo o viés da capacitação e formação sociopolítica aos movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade, objetivando a maior participação cidadã, prioritariamente as demandas da população em situação de vulnerabilidade social.

O PARU compreende a Extensão como indissociável do Ensino e da Pesquisa, sendo que essa indissociabilidade se realiza pela democratização do saber acadêmico, pela visão integrada do social, pela relação transformadora universidade-sociedade e por meio da produção de novos saberes, através de relação dialética teoria-prática e consolidação da práxis (Sá; Cruz; Costa 2005).

À situação educacional dos jovens brasileiros que decorrem, em grande medida, do acesso restrito à educação infantil e da baixa efetividade no ensino fundamental, evidenciadas pela elevada distorção idade – série e pelos incipientes índices de conclusão deste nível de ensino. Desse modo, parcela considerável das crianças ingressa na juventude com elevada defasagem educacional, tanto do ponto de vista quantitativo (anos de estudo) quanto em termos qualitativos (capacidades e habilidades desenvolvidas). Estas defasagens são agravadas pelas precárias condições socioeconômicas, que concorrem para manter baixo o rendimento dos estudantes e, não raro, ampliar as taxas de abandono escolar.

Em relação aos dados de escolarização da juventude paraense, em 2015, 42% dos jovens tinham o ensino fundamental incompleto; os jovens com ensino médio completo eram 27,61%; com o ensino médio incompleto chegaram a 20,18%; jovens com ensino superior completo representavam somente 2,63%; e o quantitativo de jovens sem escolarização era de 2,15% (PARÁ, 2018). Além disto, considera-se o índice de baixa formação para adultos de 25 anos ou mais de idade que concluíram, no mínimo, o ensino médio passou de 47, 4% em 2018 para 48,8% em 2019, em 2016 tinha o percentual de 45,0%, segundo a PNAD Continua (2019).

Dentro desse contexto de desigualdade, de exclusão social, de altas taxas de situação educacional, de jovens e adultos, e desemprego com a precariedade das ocupações produtivas atualmente disponíveis, é importante capacitar para fazer a “transição para mercado de trabalho”, procurando facilitar sua contratação e oferecer-lhe melhores oportunidades de trabalho.

Diante de tais realidades, apresenta-se o projeto extencionista “políticas urbanas e ações universitárias na região metropolitana de Belém RMB” que objetiva capacitar jovens para inserção no mercado de trabalho

a partir do domínio e uso de tecnologias digitais, além da informática e empreendedorismo.

Frente a realidade contraditória, notoriamente, a demanda para este projeto se estendeu para a população quilombola de Itancuã-Miri que fica localizada no município do Acará, Pará, sendo sua distância da região metropolitana de Belém cerca de 48,2 km, via Alça Viária do Pará. Esta comunidade possui uma população de 544 pessoas, com composição, aproximadamente, de cerca de 96 famílias (Censo, 2022), que se encontra em situação fundiária titulada.

As particularidades vivenciadas por esse público que estão na Terceira Turma do Curso de Informática Pai D'Egua possui singularidades, e estão em acompanhamento pelo PARU via a realização do curso de capacitação Informática Pai D'Egua, que se iniciou no segundo semestre de 2023. Dentre as singularidades destacam-se por serem grupo étnicos, predominantemente constituído de população negra rural, descendentes de ex-escravizados, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.

Reitera-se que, nos dias atuais é fundamental o domínio e o uso de tecnologias digitais, aliada ao desenvolvimento de processos de empreendedorismo com tecnologias sociais, uma vez que vivermos em uma sociedade globalizada onde essas tecnologias digitais estão cada dia mais presentes nas vidas das pessoas.

Nesse viés, portanto, a relevância da realização do curso de informática para esse público de Itancuã-Miri são propositivas no avanço das práticas extensionistas do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), pois configura-se na transversalidade do trabalho de assessoria com os movimentos sociais populares, sendo esse um dos objetivos do programa, que consiste em manter práticas investigativas e interventivas junto a comunidades locais no debate em torno das demandas sociais utilizando metodologia participativa na elaboração do planejamento e implementação de políticas públicas.

4. Considerações Finais

A experiência do Curso de Informática vivenciado pela comunidade quilombola de Itancuã-Miri é uma realidade que está em construção pela via do projeto “políticas urbanas e ações universitárias na região metropolitana de Belém RMB”, alicerçado no PARU. Esta contribui com o fortalecimento dos sujeitos no território como também incentiva a busca por conhecimentos e capacitação para o mercado de trabalho.

Portanto, é importante considerar o acesso à novas oportunidades em processos de intervenção coletivos que visem a criação de ações empreendedoras, para que os mesmos possam instrumentalizar suas práticas profissionais com inovação e proatividade, aproveitando iniciativas produtivas existentes nas comunidades. Sendo assim, o curso contribui para a potencialização dessas iniciativas, melhorando suas ações para aumentar os benefícios sociais, econômicos e coletivos.

5. PALAVRAS-CHAVE

EXTENSÃO. PARU. COMUNIDADE QUILOMBOLA.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CENSO. População quilombola de Itacoã-Mirim, Acará – Pará. 2022.

MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica. Revista Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais, 2010.

PARU. Relatório de Atividade de extensão: acompanhamento da Terceira Turma do Curso de Informática Pai D'Egua. Projeto Políticas Urbanas e Ações Universitárias na Região Metropolitana de Belém – RMB/PA, 2023.

PNAD Contínua, 2017: número de jovens que não estudam. 2017.

PNAD Continua, 2019: mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não concluíram a Educação Básica. 2019.

SÁ, M. E. R. de; CRUZ, S. H. R.; COSTA, S. M. G. Programa de Apoio à Reforma Urbana – PARU: integrando o ensino, a extensão e a pesquisa. In: STOCKINGER, Silva da Costa (Org.). Textos de Teoria e Prática de Serviço Social: estágio profissional em Serviço Social na UFPA. v. 2. Belém: Ed. Amazônia-UFPA, 2005.

CONTRIBUIÇÕES DE PROFESSORES-COMUNITÁRIOS NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NOS LENÇÓIS MARANHENSES

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*Fernando Campelo Pãozinho¹
Silvio José de Lima Figueiredo²
Mônica de Nazaré Ferreira de Araújo³*

1. INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) se estabelece como uma prática turística desenvolvida por agentes-protagonistas locais para promoção de benefícios endógenos a partir do encontro com o visitante no território. Esta prática torna como principal centro, o comunitário em posição de iniciativa individual ou coletiva do fazer turístico, seja por meio da oferta de serviços turísticos configurados em empreendimentos ou não.

Nesta direção, o TBC surge a partir de três aspectos importantes: as ideias ambientalistas promovidas a partir da década de oitenta, em consonância com o surgimento de novas expressões como o Desenvolvimento Sustentável; a expansão do turismo no mundo, com viagens realizadas não somente nos destinos tradicionais, como nas cidades europeias, mas em áreas naturais e em países do capitalismo periférico, a partir do ecoturismo; e a oportunidade das comunidades assumirem a gestão de visitas turísticas a partir da diversificação de suas atividades econômicas e alternativas de reprodução (Figueiredo, 2022).

No Maranhão, o desenvolvimento do turismo de base comunitária é visualizado na literatura, em projetos como o da Central de Turismo de Santo Amaro do Maranhão, selecionado através do edital de chamada pública Mtur/n. 001/2008 (Silva et al., 2009).

As comunidades de Santo Amaro (MA), apresentam níveis distintos quando abordado acerca do desenvolvimento da atividade turística; enquanto em Betânia e na sede, a atividade turística se apresenta de modo mais organizado, em Travosa e Espigão percebe-se a atividade acendendo ainda timidamente (Araújo et al., 2018).

No entanto, além destas comunidades descritas, existem outras em estágios iniciais no processo de formação e organização da atividade turística, como a comunidade de Satuba.

Neste sentido, o objetivo desta presente pesquisa é entender o papel dos professores-comunitários, enquanto agentes na construção do campo do turismo de base local na comunidade de Satuba em Santo Amaro (MA).

Como objetivos específicos elencam-se: (i) conhecer a percepção dos professores-comunitários sobre as possibilidades do turismo (ii) demonstrar as práticas desenvolvidas que se aproximam do campo do TBC em Satuba.

¹ Discente de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), fernando.campelo@mail.uft.edu.br

² Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), silviolimafigueiredo@gmail.com

³ Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão (DETUH/UFMA), monica.nazare@ufma.br

A partir dos resultados desta pesquisa preliminar, pretende-se colaborar com às discussões que conectem as realidades locais aos princípios do TBC em regiões indutoras de fluxos turísticos, como os Lençóis Maranhenses.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada consistiu no desenvolvimento de uma pesquisa exploratória-descritiva de abordagem quali-quantitativa a partir de estudo bibliográfico e documental, com posterior pesquisa de campo para aplicação de entrevistas e configurações de boletins de escuta, observação direta e análise de conteúdo.

Para a coleta de dados em pesquisa de campo foram realizadas visitas *in loco* na comunidade de Satuba, em julho de 2022.

No tratamento e interpretação dos dados, as entrevistas foram transcritas e os discursos analisados com base no universo de 07 professores-comunitários da Escola Municipal Professora Maria Oliveira da Silva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como análise dos discursos apresentados é possível depreender que para os professores-comunitários, as contribuições da escola no desenvolvimento da prática turística, perpassa pela sua missão no desenvolvimento educacional da comunidade a partir da produção e resgate de informações e conhecimentos tradicionais de sua própria historicidade, memória, hábitos, costumes, bem como sua relação com a natureza auxiliando no processo de conscientização ambiental, valorizando as belezas locais, no intuito de instigar novos olhares para o turismo.

Outro importante resultado foi a constatação de que 86% dos professores-comunitários de Satuba se percebem como agentes importantes no campo de desenvolvimento do turismo na localidade.

No processo pedagógico, questionou-se aos entrevistados, o histórico de abordagem sobre a temática turismo em sala de aula, observando que 57% nunca abordou, diante dos 43% que relataram aplicação do assunto em suas atividades de ensino-aprendizagem. Este dado, demonstra que estrategicamente a aplicação transversal do turismo nas atividades escolares pode ter o efeito de aproximar ainda mais esta prática da realidade da comunidade de Satuba.

Um importante ponto de análise para o campo do TBC na comunidade de Satuba foi perceber a opinião dos professores-comunitários sobre qual o primeiro passo para a localidade poder desenvolver a prática do turismo.

Neste sentido, foram apontados como respostas, as necessidades de organização, união, o acolhimento e a qualificação como válvulas propulsoras para o desenvolvimento do TBC em Satuba. Ainda relataram com unanimidade que receberiam turistas em suas residências, caso oportunizado.

Por fim, procurou-se saber se os entrevistados já realizaram viagens por motivações turísticas, conhecendo outras realidades de práticas turísticas. Dos respondentes, 86% (seis professores) já estiveram na condição de turista, enquanto 14% (1 professor-comunitário) nunca viajou a turismo.

Após apresentação e análise da percepção dos professores-comunitários de Satuba em Santo Amaro do Maranhão, pode-se inferir que os professores que já tiveram alguma experiência em viagens turísticas conseguem se sentir agentes na missão de desenvolver o turismo na localidade, enquanto possivelmente, aquele (a) sem a mesma experiência, não se percebe como agente de transformação para a causa do turismo na comunidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferente da realidade de envolvimento de outras comunidades tradicionais com o turismo na região dos Lençóis Maranhenses, Satuba apresenta um campo em formação para a prática do turismo de base comunitária.

Em síntese, a comunidade de Satuba ainda não apresenta a organização coletiva necessária para fortalecer a construção do campo do turismo de base comunitária, entretanto, os sujeitos-agentes comunitários que podem influenciar nesta mudança, assumem papéis e lutas diárias dentro e fora das salas de aula para atender a um objetivo comum, qualidade de vida para população por meio de práticas sustentáveis, endógenas e autênticas com seus visitantes.

5. PALAVRAS-CHAVE

Professores-comunitários; Turismo de Base Comunitária; Lençóis Maranhenses.

6. AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) – código de financiamento 001 e da Secretaria Municipal de Turismo de Santo Amaro por apoio logístico e articulação junto à comunidade de Satuba.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M.N.F.; GOMES, E.L.S.; ASCENO Júnior, I.S.; VIEIRA, K.C.D. O Turismo de Base Comunitária em Santo Amaro do Maranhão: impressões primárias e novas relações. In: 1º Fórum de Extensão Mais IDH. A extensão como ferramenta de transformação social. 2018, São Luís. **Comunicação Oral**, MA: FAPEMA (BR).

FIGUEIREDO, S.J.L. Alternativas de Turismo de Base Comunitária na Amazônia Legal brasileira. Dossiê Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**. n. 54, 2022.

MITCHELL, R.E; REID, D.G. Community integration: Island tourism in Peru. **Annals of Tourism Research**, 28(1), 2001. p. 113-139.

SILVA, K.T.P.; RAMIRO, R.C.; TEIXEIRA, B. S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: Bartholo, R.; Sansolo, D.G.; Bursztyn, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

O LUGAR DA ESCOLA NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA ARAÍ-PEROBA, AUGUSTO CORRÊA, PARÁ, UM ESTUDO SOBRE AS PERSPECTIVA E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*Elba Renata Picanço da Silva¹
Marilena Loureiro da Silva²*

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz um relato de experiência em Educação Ambiental em uma Reserva Extrativista Marinha (RESEX) no contexto da Amazônia brasileira. Trata-se de uma temática de extrema relevância dos debates contemporâneos da pesquisa em educação ambiental. As inquietações para a proposição da pesquisa, surgiram de experiências e vivências cotidianas na localidade/comunidade de Araí, Augusto Corrêa-PA, onde foi possível perceber a necessidade de se investigar os impactos da implementação da Resex Marinha Araí-Peroba na organização do currículo escolar e na organização didática da escola local.

Brandão (1986), destaca a importância da educação e da escola na formação da consciência dos indivíduos, ressalta ainda que a escola tem como tarefa, provocar e facilitar a reconstrução dos conhecimentos e formas de conduta que os sujeitos assimilam de forma direta e acrítica nas práticas sociais, dentro e fora do ambiente escolar (Brandão,1986). Dessa maneira, compreende-se que a escola, contribui diretamente na formação de cidadãos mais conscientes e participativos em assuntos relacionados às questões de responsabilidade socioambiental, visando garantir qualidade de vida às presente e futuras gerações.

Partindo desse pressuposto, não podemos mais pensar numa educação voltada apenas para a questão da escolarização, traduzida em conhecimentos e saberes específicos, devemos pensar numa educação no sentido mais amplo. Libâneo (1989) argumenta que a função da escola é preparar os indivíduos para desempenhar papéis sociais e, conseqüentemente, a Educação Ambiental requer uma postura crítica a partir de uma reflexão sobre a realidade, que se consolida através de uma prática, cujo objetivo maior é a promoção de um comportamento adequado à proteção ambiental.

A Educação Ambiental surge com o objetivo de promover a integração do ser humano com o meio ambiente, através de uma relação harmônica, consciente do equilíbrio dinâmico na natureza, que possibilite, por meio de novos conhecimentos, valores e atitudes, a inserção do educando e do educador como protagonistas do processo de transformação do atual quadro ambiental de nosso planeta. (Guimarães, 1995).

Freire (1979), enfatiza que o homem é considerado sujeito quando passa a refletir sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto, quanto mais o homem refletir sobre a sua realidade, mais ele se torna

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) vinculado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará, Email: elbapicanco@hotmail.com.br.

² Pós-doutorado em Educação Ambiental e Justiça Climática. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.

consciente e comprometido, pronto a interferir para mudar sua realidade. Neste sentido, o ambiente em que a escola está inserida, no caso uma unidade de conservação, deveria favorecer práticas educativas voltadas a temática ambiental, como meio de educar o homem para a cidadania, bem como para a sua integração à vida social e política de sua comunidade.

Atualmente, se percebe uma grande necessidade de fortalecer a consciência ambiental, vista como proposta para se alcançar mudanças efetivas neste cenário de crise e possibilitar a compreensão sobre a importância de uma educação ambiental crítica e inovadora, a partir da escola. É preciso, portanto, a formatação de novas propostas dos currículos escolares, com a adoção de posturas mais críticas e sustentáveis em relação a comunidade escolar, tendo em vista, as mudanças catastróficas que vem ocorrendo, tanto local, quanto globalmente, mudanças estas, que trazem consequências que afetam diretamente a vida das pessoas.

Diante dessa conjuntura, é relevante considerar o papel da Educação Ambiental como um elemento importantíssimo na viabilidade e sustentabilidade da unidade de conservação local. Daí a necessidade de estratégias educativas que possam facilitar o processo de conscientização e fomentar a participação social para o fortalecimento desta Unidade de Conservação. Essas estratégias podem estimular a organização de ações conjuntas e facilitar o diálogo quanto ao papel dos grupos sociais na conservação dos recursos naturais.

Selecionamos como *locus* da pesquisa a Escola Emiliano Picanço da Costa, localizada na Resex Marinha Araí-Peroba, município de Augusto Corrêa-Pará, aproximadamente 50 km da sede do município. A pesquisa partiu das seguintes questões-problema: Qual é o papel da Escola em relação à conscientização para a preservação e sustentabilidade da Reserva Extrativista Marinha Araí-Peroba? Quais estratégias a escola utiliza para inserir em seu currículo, instrumentos/elementos relacionados à sustentabilidade da RESEX? Assim, o objetivo foi traçado para identificar se há práticas de educação ambiental desenvolvidas na Escola Emiliano Picanço da Costa, que sejam favoráveis à sustentabilidade da Reserva Extrativista Marinha Araí-Peroba.

2. METODOLOGIA

A pesquisa aponta para abordagem de natureza qualitativa, pois busca compreender os fenômenos estudados em contato direto com o objeto de estudo. Considerando esse contexto como ponto de partida para interpretar a realidade dos sujeitos que serão investigados. Bogdan e Biklen (1994) afirmam que na pesquisa qualitativa, as questões a serem investigadas **não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda sua complexidade e em contexto natural [...] e privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação**

A pesquisa qualitativa proporciona maior aproximação com o objeto de estudo, haja vista que esse procedimento põe em evidência pontos relacionados ao cotidiano. Caracteriza-se como um estudo de caso, visto que, o trabalho tem como um dos objetivos, analisar de forma mais aprofundada determinado contexto. O estudo de caso na visão de Yin (2005) trata-se de uma forma de se fazer pesquisa investigativa de fenômenos atuais dentro de seu contexto real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas.

A coleta de dados se deu através de observações e entrevista com 5 professores, 8 alunos, 1 gestor e 1 coordenador da referida escola, com roteiro de perguntas semiestruturado. Segundo Manzini (1990-1991, p. 154), “a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas

à entrevista”. Segundo o autor, esse tipo de entrevista pode fazer surgir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos resultados obtidos, foi possível constatar que há uma grande necessidade de diálogo entre os diversos setores da sociedade. Observou-se que na Escola Emiliano Picanço da Costa, há uma grande lacuna quando se fala em práticas voltadas à temática ambiental. A questão observada parece ser a falta de iniciativa, com vistas a se consolidar práticas mais participativas, acessíveis e realizáveis em todos os níveis sociais.

Esta investigação permitiu identificar o papel que a Escola vem desenvolvendo diante das problemáticas ambientais em contexto amazônico, nota-se a ausência de ações/projetos que promovam a preservação ambiental, bem como, o desenvolvimento de práticas socioambientais que contribuem para a minimização de práticas predatórias ao meio ambiente. Diante dos resultados desta análise, foi possível constatar que a questão ambiental tem sido pouco discutida na Escola Emiliano Picanço, o que ficou evidente, mediante as falas dos sujeitos entrevistados:

“Nos últimos anos eu não vi nenhum projeto que integrasse escola e Resex. Acredito que as escolas dentro dessa unidade, deveriam ter o tema eterno de preservação e sustentabilidade” (Professor B). “Não se discute um currículo voltado pra essa realidade da RESEX – não se discute a questão do tempo de aula, por exemplo, os horários da maré e etc., é tudo absorvido da cidade” (Professor E). “Os conteúdos são predefinidos pela SEMED/Augusto Corrêa, embora ele possa ser alterado, isso acaba não acontecendo” (Professor C).

Diante do exposto, constatou-se que a escola não tem procurado adequar seu currículo à realidade dos sujeitos, tampouco do contexto no qual ela está inserida, uma unidade de conservação. Percebe-se que não há estratégias e ações educativas passíveis de serem consideradas contribuintes para a sustentabilidade ambiental. Sendo assim, para que estas práticas sejam efetivas e eficiente, é fundamental que ela seja pensada e incorporada a partir da escola, através de ações conjuntas, que possibilitem a conscientização dos sujeitos para a sustentabilidade da RESEX Araí-Peroba.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito à Escola, é necessário nos perguntarmos se há coerência entre o que se pensa, ou seja, entre o que se planeja e o que realmente é praticado na escola, se é possível realizar mudanças e promover transformações em meio a tantas limitações e resistências. Estas e outras inquietações devem estar presentes no cotidiano de cada educador, principalmente da gestão escolar, sempre na perspectiva de orientar uma prática educativa que garanta ações baseadas nas reais necessidades da escola, bem como do contexto em que ela está inserida.

De fato, a proposta pedagógica da escola ainda é muito superficial, à medida que, o que está no papel pouco condiz com as práticas cotidianas. Em outras palavras, os atores educacionais da escola Emiliano Picanço da Costa, necessitam explorar o currículo escolar de uma forma mais contextualizada à realidade dos sujeitos. Entende-se que a escola e todo o seu corpo docente deve levar em consideração o seu contexto, criando estratégias educativas para facilitar o processo de sensibilização e participação de toda comunidade para o fortalecimento desta unidade de conservação.

Portanto, espera-se que este trabalho possa ser um ponto de partida para outros estudos, mas principalmente, que possa servir de subsídio para possibilitar mudanças necessárias do ponto de vista educacional, bem como, contribuir para a tomada de consciência sobre o lugar da escola na formação de

cidadãos mais críticos e reflexivos. É imprescindível chamar a atenção de toda sociedade, sobre a importância da escola como um ambiente de potencialização das questões socioambientais, possibilitando, através de ações educativas, o desenvolvimento comunitário e a conservação da natureza.

5. PALAVRAS-CHAVE

Educação Ambiental, Escola, RESEX Araí-Peroba.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGDAN, R. BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1989. Coleção Primeiros Passos.

FREIRE, P. **Ação Cultural Para a Liberdade e Outros Escritos**. 4 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

LIBÂNEO, J.C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1989.

MANZINI, E.J. **A entrevista na pesquisa social**. didática. São Paulo. V 26/2, p. 149-158,1991.

OLIVEIRA, M.M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

YIN, H.K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre; Bookman, 2002.

REVISANDO OS CONCEITOS TEÓRICOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA RELAÇÃO COM CONTEXTO AMAZÔNICO

GT01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Mariana Cunha Bhering¹
Marilena Loureiro da Silva²

1. INTRODUÇÃO

A partir de 1990, o Brasil atua de maneira mais vigorosa na participação do debate ambiental no âmbito internacional, especialmente na atuação partir da “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, em 1992 e “Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável”, destacam-se como marcos importantes para fomentar a tanto o desenvolvimento sustentável como a Educação Ambiental.

O artigo tem por objetivo apresentar a distinção e os entraves teóricos sobre o conceito de Educação Ambiental e sua relação com a educação. Assim como, a perspectiva direcionada ao contexto Amazônico.

2. METODOLOGIA

O artigo utiliza da abordagem qualitativa, bibliográfica, com discussão teórica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa sessão serão analisadas as concepções teóricas da Educação Ambiental e em seguida a Educação Ambiental e suas aproximações com a educação amazônica.

3.1 Revisão teórica da Educação Ambiental

A Educação Ambiental (EA) é primeiramente um processo educativo, assim ela pode perpassar por diferentes vertentes.

Leher (2016) denomina essas correntes como a primeira *culto à vida silvestre* (e ecocientificismo), a segunda com tendência *anticapitalista*. Enquanto Sauv  (2005) considera a EA em correntes com longa tradi o e correntes mais recentes.

Mello e Trivelato (1999) sugerem a divis o das correntes e tr s grupos: Grupo Conservador, Grupo da Ecologia Social e Grupo da Ecologia Pol tica. O primeiro voltado para problemas na extin o de recursos naturais e na degrada o da natureza. O segundo como mais global. O terceiro grupo da Ecologia Pol tica prop e transforma o social e almeja um novo modelo de desenvolvimento, com conceito de meio ambiente mais amplo e metodologias mais participativas.

Por outro lado, a concep o cr tica e transformadora promove o debate para descobrir a causa e promover as transforma es sociais que geram impacto ambiental, considerando os aspectos hist ricos, econ micos e sociais, como aponta os autores como Loureiro (2005, 2004), Carvalho (2004) e Guimar es

¹ Doutoranda em Desenvolvimento S cioambiental, Universidade Federal do Par  - UFPA, marianacbhering@gmail.com

² Doutora em Desenvolvimento S cioambiental, Universidade Federal do Par  - UFPA, institui o, marilenaloureiro@yahoo.com.br

(2004, 2005 e 2013). Bem como, a EA naturalista promotora de mudança de comportamentos sem reflexão sobre as causas, por meio de uma Educação conteudista, transmissora de informações e comportamentalista, busca simplesmente sensibilizar o indivíduo, prioriza os aspectos biológicos e ecológicos.

Dessa maneira, a Educação Ambiental é uma forma interdisciplinar de integrar os debates econômicos, ambientais e sociais, trazendo reflexões e alicerce para compreender os problemas atuais: mudanças climáticas, desenvolvimento com preservação ambiental, necessidade de alternativa de energia e combustível. A EA na perspectiva crítica - transformadora inclui o respeito a toda diversidade da população e seus modos de vida.

3.1 Educação ambiental aproximações com a educação Amazônica

Tendo em vista grande a diversidade social, cultural, econômica e política do Brasil, faz-se necessário também no campo teórico da Educação Ambiental direcionar para o aporte teórico que contemple a complexidade da região Amazônica, tal como indica Silva (2018).

Assim, Silva (2009) reafirma o desafio de ampliar nossas vozes nos mais diversos cenários e como as práticas de EA no ambiente amazônico corroboram com construção de políticas de emancipação e leitura crítica deste ambiente, e do mesmo modo envolve os esforços para a construção da sustentabilidade global. Assim, para autora, faz uma relação de perspectivas e EA, uma seria da perspectiva *ecológico-preservacionista*, mensurando a negação da dimensão política da E.A. A segunda perspectiva denominada *sócio ambiental* com a visão da integração e de interdependência recíproca das relações estabelecidas. E uma terceira concepção seria a *cidadã*, no qual os processos decisórios nas comunidades tem a função de pensar a questão ambiental de maneira coletiva.

Assim, para a autora, as práticas de Educação Ambiental nas comunidades da Floresta do Tapajós aproximavam da perspectiva “teórica de uma educação ambiental pensada a partir da articulação entre as necessidades de conservação ambiental e as necessidades humanas”p. 150, que por isso não pode ser classificado como ecológico-preservacionista. Silva (2009), indica que mesmo com os avanços teóricos da proposição da educação ambiental no ProManejo nas comunidades da Floresta do Tapajós, essa prática fica restrita a dinâmica escolar, sendo que os professores ocupam uma centralidade, sendo os maiores responsáveis pelo seu desenvolvimento.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade é tanto econômica, social e geográfica, as mudanças brutais que perpassam na paisagem e no meio ambiente não consideram as pessoas na medida que a dinâmica do processo produtivo expulsam e desenraízam pessoas, não assegurando o direito à cidade ou ao entorno. (SANTOS, 2007). Assim, a Educação Ambiental no âmbito escolar se torna essencial como projeto pedagógico e político. Freire (1992) ressalta que os saberes dos educandos e educandas estão inseridos no horizonte maior, o horizonte do contexto cultural, que não pode ser entendido fora de seu recorte de classe. A discussão sobre Educação Ambiental está em evidência, vista sua importância para cidadania, direitos humanos e preservação ambiental, continua sendo um campo de disputa.

Na medida que as crises ambientais têm intensificados, sobretudo a região Amazônica, com o desmatamento, poluição de rios e mares, por vezes por grandes projetos de empreendimento agressivos que não consideram os agentes locais como protagonistas, assim, a Educação Ambiental, pode ser um instrumento interdisciplinar importante para gerar reflexão para toda população, especialmente crianças e jovens, tanto na educação popular quanto na educação básica. Portanto, para além da perspectiva tradicional ecológico-preservacionista de EA, a perspectiva *cidadã* (Silva, 2018) indica ser uma possibilidade para o avanço da EA, pois, ela abarcar os processos decisórios nas comunidades com sua dimensão coletiva e mais democrática.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Ambiental, Amazônia e perspectiva cidadã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MENDES, Carolina Borghi; BIONDO LHAMAS, Ana Paula; SOBRAL DA SILVA MAIA, Jorge. Aspectos da Educação Ambiental crítica: reflexões sobre as desigualdades na pandemia da COVID-19. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (IMPRESSO), v. 15, p. 361-379, 2020.

CARVALHO, I. C. M. A invenção e auto-invenção na construção psicossocial da identidade: experiência constitutiva do educador ambiental. In: GUIMARÃES, M. (Org.). Caminhos da Educação Ambiental da forma a ação. Campinas: Papirus, 2006. p. 31-50.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. In: LAYTARGUES, P.P. (org). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília, MMA. Diretoria de Educação Ambiental, 2004. p. 25-35.

_____ Intervenção Educacional. In: FERRARO-JUNIOR, L. A. (Coord.). Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 189-199.

_____ Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual. Revista margens, Vol. 7, N. 9, 2013.

LOUREIRO, C. F. B. Teoria Crítica. In: FERRARO-JUNIOR, L. A. (Coord.) Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 323-332.

MELLO, Celina Martins; TRIVELATO, Silvia Frateschi. Concepções em educação ambiental. In: II encontro nacional de pesquisa em educação em ciências. Valinhos, SP: Instituto de Física da Ufrgs, 1999. Disponível em: <http://www.abrapecnet.org.br/enpec/ienpec/trabalhos/G11.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.

SANTOS, Milton. O espaço do Cidadão, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 7 ed., 2007.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Cap. 1. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SILVA, Marilena Loureiro da. Trajetórias de educação ambiental na Amazônia Paraense: releituras e inquietações do legado freiriano na formação do educador. Quaestio, Sorocaba, SP, v. 20, n. 2, p. 341-355, ago. 2018.

_____ in MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (Cord.). Vamos cuidar do Brasil : conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental : UNESCO, 2007.

O MUSEU-MEMORIAL DA VILA DA BARCA COMO PRODUÇÃO DE UMA ONTOLOGIA AMAZÔNICA

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*Andrey Manoel Leão de Leão*¹
*Kelvyn Werik Nascimento Gomes*²

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho busquei analisar a musealização³ do Museu-Memorial Vila da Barca. O museu está localizado na comunidade da Vila da Barca, que é uma comunidade localizada no bairro do Telégrafo, em Belém/PA, às margens da Baía do Guajará. A Vila é considerada uma das maiores comunidades urbanas sobre palafitas da América Latina e é resultado da implementação da perspectiva da modernidade na região que, através da urbanização do *Boom* da economia da borracha (fim do século XIX e início do XX), expulsou comunidades de origens ribeirinhas - grupos com uma forte relação com o rio - do centro da cidade (Sarges, 2000). De acordo com um levantamento recente, vivem hoje na Vila da Barca cerca de 1.100 famílias, no total 7.000 pessoas (Guimarães, 2020).

Na atualidade, a Comunidade da Vila da Barca tem sofrido com a ausência de políticas públicas efetivas voltadas para áreas como saúde, cultura, educação, esporte e lazer, habitação e saneamento básico; além de uma imagem preconceituosa de ser um espaço perigoso, onde impera a criminalidade e o abandono. Na contramão, através da Associação dos Moradores, busca-se fazer ações sociais para o fortalecimento da comunidade e suprir as demandas onde as políticas governamentais se fazem como ausências. A associação assim fica responsável pela cobrança do governo e pelo oferecimento de serviços de melhoramento de saneamento básico, como limpeza de fossas e recolhimento de lixo; doação de alimentos, como cestas básicas; serviços profissionalizantes, etc. Além disso, para manter o espírito comunitário, a associação promove festas religiosas, campeonatos de esportes, festas comemorativas, como o Arraial da Vila, considerado o maior arraial junino comunitário de Belém, entre outras.

2. METODOLOGIA

Para analisar metodologicamente a musealização do museu, uso da perspectiva da Análise Crítica do Discurso que visa analisar como o discurso se relaciona com o poder, se ele se faz como uma instância de dominância ou contra-dominância (Dijk, 2008). Para isso, é necessário saber que todo discurso tem um já dito, que são formulações perpetradas que, de certa forma, foram esquecidas, mas definem o que o sujeito articula (Orlandi, 2005). Portanto, o discurso tem relação com o seu contexto histórico e atual. Logo, para analisar a musealização do Museu-Memorial da Vila da Barca, fiz visitas ao museu, documentei suas ações e entrevistei os responsáveis pela instituição. Por fim, sabendo como se deu o processo que visou comunicar o acervo do museu, confronto com o seu contexto dado tanto frente aos discursos produzidos sobre a comunidade, quanto frente aos produzidos sobre a região.

¹ Doutorando do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico-Úmido-NAEA-UFGA, andreyleao2@gmail.com.

² Mestre em História Social da Amazônia pelo PPHIST-UFGA, kelvyn_werik@hotmail.com.

³ Musealização é o processo comunicativo que atua sobre um para expor suas complexas redes de significados (Brulon, 2018).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto do museu buscou a valorização e o reconhecimento da comunidade para além do imaginário recorrente na sociedade belenense de um lugar onde impera a criminalidade e as “ausências”. Por isso, foram levantadas fotos e recortes de jornais para a criação de um acervo sobre a comunidade e que serviu como elementos narrativos e documentais. A partir disso, criou-se exposições itinerantes pela comunidade mostrando estes acervos com uma narrativa que demonstrava como foi o surgimento da comunidade e de sua associação dos moradores, demonstrando através de fotos cedidas, principalmente, por moradores as festas públicas comunitárias, a construção da primeira Unidade de Saúde, da escola de Escola de Samba existente antigamente na comunidade, do trabalho comunitário e fotos de moradores locais. Além disso, demonstrou-se também recortes de jornais que representavam como a Vila era vista pela sociedade belenense, como lugar de violência e criminalidade. O intuito narrativo, então, era demonstrar a narrativa preconceituosa sobre a Vila e desconstruí-la através destes outros documentos que mostravam uma comunidade unida e vivaz.⁴

De acordo com a comunidade e os responsáveis pelo museu, todas as ações do museu tiveram como ideia, salvaguardar o seu maior patrimônio, definido por eles, que é a comunidade. Mas não somente a comunidade, mas também preservar a relação comunitária que há entre os moradores e sua relação com o rio, já que a Vila da Barca é formada por pessoas de identidade ribeirinha, vindas em sua maioria dos interiores do estado. Portanto, as peculiaridades das práticas museológicas do Museu-Memorial da Vila da Barca são suas ações para preservar um patrimônio vivo, territorial e social que é a comunidade. Por isso que o museu é a própria comunidade, sendo exemplificado e exposto nas relações comunitárias e seus vai-e-vem tanto em relação ao rio, quanto em relação a suas locomoções sobre as palafitas urbanas que há no território.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enric Dussel, filósofo Latino Americano, demonstra que a modernidade categoriza o “ser” somente como aquele que desenvolve um pensamento racional dentro de uma epistemologia de um centro político-social-territorial. Ou seja, para o “outro” ser considerado como um semelhante, é necessário ele ter certas características para ser percebido pela ótica da modernidade. Ao não ser visto como um “ser”, estes “outros” sofrem, por causa disso, inúmeras violências que não são percebidas como uma violação, pois têm uma justificativa objetiva, que é a ideia que estes “outros” são culpados por se manterem na barbárie e ameaçam o desenvolvimento e o progresso social, já que não conseguem assimilar uma episteme ditada pela modernidade como a correta. Portanto, de acordo com o autor, isso se dá porque o “ser” latinoamericano não consegue ser percebido pela filosofia exógena ao sul-global, pois suas categorias não conseguem olhar em um nível ontológico, sendo esse o limite da epistemologia moderna em relação à cultura latinoamericana. Por isso, a epistemologia moderna não consegue se colocar no lugar do outro porque não há como haver um diálogo, já que não entende o “outro” como uma voz, como um ser. (Dussel, 1997; Dussel, 1997b; Matos, 2008).

Neste sentido, Dussel aponta que para desvincular dessa percepção e combater a violência da modernidade é necessário desvincular dessa ética moderna, criando um contra discurso, uma Ética da Libertação onde o destaque é a vida, principalmente as dos não sentidos. Esta Filosofia da Libertação, então, é demonstrar o outro como “ser” a partir de uma percepção, métodos próprios e pela realidade local (Dussel, 1997; Dussel, 1997b). Oliveira (2005), a partir disso, identifica nas ideias de Dussel cinco passos para uma libertação do sistema de poder moderno, que são : 1) reconhecer o outro como ser e assim reconhecer sua dor; 2) reconhecer que essa dor não é sentida, pois esses sujeitos não são vistos como vítimas; 3) reconhecer que há um sistema que impossibilita de ver estes sujeitos como vítimas; 4) ter a consciência que embora

⁴ As fotografias e os vídeos das ações do projeto do Museu Memorial foram divulgados no perfil do Instagram da Associação dos Moradores da Vila da Barca (<https://www.instagram.com/viladabarca/>)

seja igual, este outro tem uma consciência diferente; e 5) reconhecer a responsabilidade para agir contra o sistema e a favor da libertação do outro (Oliveira, 2005).

A partir disso, é possível ver como o discurso do Museu-Memorial da Vila da Barca tem por sentido esses ideais da Filosofia da Libertação de Dussel, em que o próprio autor aponta como o caminho para a decolonialidade. Isso se dá na ideia do museu como a própria comunidade/territorial e seu patrimônio como a comunidade enquanto “indivíduos”, criando um discurso que busca demonstrar, através de uma musealização local, a importância daquela cultura amazônica que se faz através de características próprias da região, marcada, principalmente, por sua forte relação com o seu meio (no caso é a relação da comunidade da Vila com o rio), que é um demarcador da identidade local, criando assim uma forma decolonial de pensar sobre o nível ontológico, onde o “ser amazônico” é percebido e tido como importante a partir de suas vivências, diferindo da lógica da modernidade que criou inúmeras narrativas que colocam este “ser amazônico” como inferior, pois era considerado subdesenvolvido, atrasado, selvagem.

As ações museológicas, então, se fizeram a partir de um caráter particular de uma musealização feita no coração de uma das maiores cidades amazônicas, e sabendo do caráter subalterno da região frente ao restante do país⁵, e em também no nível internacional, fazendo parte do sul global, vejo a potencialidade de decolonialidade que as instituições museais têm para promoverem enlutamentos e contra-argumentar contra uma colonialidade ôntica que é o seio da filosofia da modernidade.

5. PALAVRAS-CHAVE

Decolonialidade; Museu; Amazônia;

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

BRULON, Bruno. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. In: **MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO**, v. 11, p. 189-210, 2018.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008, 281 p.

DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da Libertação na América Latina**. 2ª Ed. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola/UNIMEP, 1977a.

DUSSEL, Enrique D. **Para uma ética da Libertação Latino Americana**. - a Ed. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola/UNIMEP, 1977b.

GUIMARÃES, João Paulo. Vila da Barca, comunidade em Belém do Pará sofre com a pandemia. In: **Jornalistas Livres**. 08 de jul. 2020. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/vila-da-barca-comunidade-em-belem-do-para-sofre-com-a-pandemia/>. Acesso em: 14 de set. 2023.

LOUREIRO, VIOLETA R. **Amazônia, Colônia do Brasil**. 1. ed. Manaus-AM: Editora Valer, 2022. 352p

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial: a problemática da “diferença” e da exclusão social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005. 100 p.

MATOS, H. A.. **Uma Introdução à Filosofia da Libertação Latino-americana de Enrique Dussel**. 2008. (Tradução/Livro). Disponível em: <https://nefilam.files.wordpress.com/2011/09/uma-introduc3a7c3a30-c3a0-filosofia-da-libertac3a7c3a30.pdf>. Acessado em: 15 de set. 2023.

SARGES, Maria de Nazaré de. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870 – 1912)**. 1 ed. Belém: Paka-Tatu, 2000

⁵ Levando em consideração a ideia que a Amazônia é tratada como colônia do Brasil (Loureiro, 2022).

EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PAN-AMAZÔNIA: O CASO DO NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS DA UFPA

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*José Nilberlanio Vieira¹
Marilena Loureiro da Silva²*

1. INTRODUÇÃO

A educação superior na Amazônia, incluindo os níveis mais elevados de ensino como a pós-graduação *stricto sensu*, representa uma oportunidade extremamente importante para o desenvolvimento da região e de seu povo, na medida em que favorece a mobilidade social (WANDERLEY, 2003). Entende-se que a formação recebida pelos profissionais no ensino superior tem implicações e reflexos sobre sua realidade social e econômica específica, sobre as demandas por soluções e melhorias, bem como sobre as possibilidades que emergem de sua formação recebida no ensino superior com vistas a atuar na redução da desigualdade social (LUCENA; LEAL, 2020). Neste sentido, este trabalho, cujos resultados ainda são preliminares, tendo em vista que esta é uma pesquisa em andamento, aborda o acompanhamento e análise das trajetórias profissionais de egressos da pós-graduação *stricto sensu* realizada pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável na Amazônia e Pan-Amazônia, considerando o aspecto da interdisciplinaridade na formação acadêmica desses egressos (PPGDSTU, 2021); UFPA (2022). Tem, especificamente como locus de pesquisa, o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), que constitui o recorte empírico de análise, considerando que esta é uma subunidade pertencente ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA) (PPGDSTU, 2021); (UFPA, 2022).

2. METODOLOGIA

Este trabalho utiliza uma metodologia que privilegia o caráter qualitativo e exploratório, pretendendo explorar as reflexões dos egressos acerca de sua formação para o desenvolvimento sustentável recebida no curso. Foram aplicados questionários do tipo *survey*, a egressos de mestrado e de doutorado, tendo como recorte temporal os anos de 2007 a 2020, obedecendo os princípios éticos da pesquisa científica (CRESWEL, 2007); (CHIZZOTTI, 2000); (LAKATOS; MARCONI, 2003); (MINAYO, 2004).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares apontam que os egressos do mestrado e do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA) possuem uma diversidade de formações acadêmicas, evidenciando o caráter interdisciplinar do programa. Além disso, a atração de alunos de várias regiões do Brasil e até de países da Pan-Amazônia ressalta a reputação do programa na área de estudos socioambientais. A motivação para escolher o PPGDSTU/NAEA para o mestrado, envolve fatores como o prestígio da instituição, a nota atribuída pela Capes e a falta de outras opções similares na

¹ Mestre, PPGDSTU/NAEA/UFPA, nilber2004@gmail.com.

² Doutora, PPGDSTU/NAEA/UFPA, marilenals@ufpa.br.

época de seus estudos. A interdisciplinaridade do programa e seu foco na sustentabilidade da Amazônia também foram considerados relevantes.

A ênfase na interdisciplinaridade permitiu aos egressos construir conhecimentos em áreas como ciência política, economia ecológica, ecologia política e geografia. Além disso, a pesquisa também os capacitou a lidar com dimensões sociais e econômicas da sustentabilidade.

O alto índice de egressos de mestrado que optaram por continuar no programa cursando o doutorado, sugere um nível de satisfação e reconhecimento da qualidade do programa por parte dos alunos. Isso indica que o PPGDSTU/NAEA atende às necessidades de formação avançada em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e questões socioambientais.

De modo geral, os egressos do Programa destacam que os conhecimentos adquiridos durante sua formação nesse programa têm uma influência significativa em suas vidas profissionais e contribuem de várias maneiras para a sociedade, como: 1) desenvolvimento de competências de pesquisa e escrita; 2) Preparação para a Docência; 3) Ampliação do Conhecimento Bibliográfico e Autoral; 4) Abordagem Interdisciplinar; 5) Acesso a Pesquisas de Alta Qualidade; 6) Atuação Profissional com Assertividade, etc.

Os egressos destacam várias contribuições significativas do programa para sua formação avançada de pós-graduação, podendo-se citar: 1) Aprimoramento do Conhecimento; 2) Visão Crítica e Sistêmica; 3) Ampliação de Interesses de Pesquisa, dentre outras.

A contribuição dos egressos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia é bastante relevante. Eles atuam em várias áreas, desde pesquisa acadêmica e orientação de alunos até o desenvolvimento de políticas públicas, projetos de extensão e trabalho com comunidades locais. Além disso, muitos deles têm participado ativamente em projetos de desenvolvimento em países da América Latina e da Pan-Amazônia, promovendo uma visão integrada e colaborativa para abordar desafios socioambientais.

No entanto, alguns egressos observam que ainda não viram resultados econômicos imediatos da formação, mas acreditam que o valor da formação do programa será mais reconhecido no futuro.

Quanto ao acompanhamento dos egressos, a pesquisa indica que há margem para melhorias. Embora a maioria dos egressos conheça o *website* do NAEA, poucos estão cientes das presenças do programa nas redes digitais, como Instagram e Twitter, sugerindo que o programa deve investir mais na divulgação desses canais de comunicação.

Sobre como o acompanhamento dos egressos deve ser realizado, os egressos propõem diversas formas, incluindo convites para eventos acadêmicos, participação em grupos de pesquisa, atualização do Currículo Lattes, proferir palestras e até mesmo promover eventos de interação entre os egressos para compartilhar experiências pós-formação. A pesquisa também destaca que é importante para o programa manter um contato mais próximo e efetivo com os egressos, envolvendo-os em atividades acadêmicas e mantendo-os informados sobre oportunidades de engajamento.

Essas sugestões dos egressos podem ser consideradas valiosas para o aprimoramento contínuo do PPGDSTU/NAEA, garantindo que ele continue contribuindo de maneira significativa para a ampliação do debate teórico e da vivência prática no dia a dia das comunidades sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia e da Pan-Amazônia.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) tem desempenhado um papel fundamental na formação profissional e acadêmica de seus egressos. Os depoimentos dos ex-alunos refletem a qualidade do ensino e dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, bem como sua contribuição para o desenvolvimento da Região Amazônica e Pan-Amazônica no contexto do desenvolvimento sustentável.

O PPGDSTU/NAEA se destaca por sua abordagem interdisciplinar e seu foco na Amazônia, proporcionando aos egressos uma compreensão profunda das complexidades dessa região única. Eles mencionaram ter desenvolvido pensamento crítico, visão sistêmica e habilidades de pesquisa avançadas, além de uma valorização das relações interpessoais e da diversidade de origens dos alunos.

As recomendações dos egressos para o aprimoramento do programa incluem maior promoção de eventos acadêmico-científicos, uma plataforma de acompanhamento de egressos, atualização constante de conteúdos e disciplinas, maior enfoque na economia política e a promoção de redes de pesquisadores.

Desta forma, para os egressos pesquisados, o PPGDSTU/NAEA demonstra ser uma instituição de excelência que prepara seus egressos para fazerem contribuições significativas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e da Pan-Amazônia. Por meio de uma formação interdisciplinar sólida e do engajamento ativo de seus ex-alunos, o programa desempenha um papel crucial na construção de um futuro mais sustentável para essa região vital. Suas contribuições e recomendações mostram que o PPGDSTU/NAEA continua a ser uma referência na promoção do conhecimento e da ação em prol do desenvolvimento sustentável na Amazônia.

5. PALAVRAS-CHAVE

Educação superior; pós-graduação stricto sensu; acompanhamento de egressos; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LUCENA, J. M. V. M. de .; AVELINO LEAL, D. . Educação, Ensino e Tecnologia e as Identidades Amazônicas (Education, Teaching and Technology and the Amazonian Identities). Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, Manaus, Brasil, v. 6, n. ed.especial, p. e131820, 2020. DOI: 10.31417/educitec.v6ied.especial.1318. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1318>. Acesso em: 22 jul. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PPGDSTU (Site). O Programa. Disponível em <<https://ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/>> Acesso em 31 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2025), 2022. Disponível em <<https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/documentos/PDI-2016-2025.pdf>> Acesso em 19/01/2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2025. 2022. Disponível em <https://www.ufpa.br/images/docs/PDI_2016-2025.pdf> Acesso em 12/05/2022.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NA AMAZÔNIA PARAENSE

GT01 – Sociedade, urbanização e estudos populacionais

Helbert Michel Pampolha de Oliveira¹

1. INTRODUÇÃO

A nova divisão territorial do trabalho consolidada no Brasil ao longo do século XX desempenhou um papel fundamental no processo de incorporação do conhecimento à produção e, evidentemente, ao território (Santos; Silveira, 2012). O ensino superior, por sua relevância na formação de mão de obra qualificada, tornou-se peça fundamental nesse particular, sendo necessário, portanto, expandi-lo pelo país (Teixeira, 1989).

Desse modo, o fenômeno da educação superior passa a se apresentar como uma nova variável para a compreensão das remodelações do território brasileiro em ciência, técnica e informação (Santos; Silveira, 2000). Isso porque, *pari passu* às aceleradas transformações materiais e sociais vivenciadas pelo Brasil no século passado (Santos; Silveira, 2012), houve, também, a necessidade/exigência por novas qualificações profissionais.

Salienta-se que a demanda por formação superior constitui, na verdade, um reclamo por cidadania (Santos, 2014), isto é, por um tipo de fixo social e da respectiva prestação de um serviço essencial à sociedade, tal qual o reclamo por um posto médico e um correlato serviço de saúde de qualidade. Em regiões como o Norte do Brasil, onde a presença do ensino superior se revela histórica e geograficamente tímida, aquela demanda ainda se impõe com urgência e sob desafios.

É nesse sentido que este trabalho intenta realizar uma análise panorâmica quanto à presença do ensino superior nessa região, em especial, na Amazônia paraense; realidade essa que conta com a atuação de seis instituições públicas de ensino superior e que, aqui, será discutida a partir do número de campi que ofertam cursos de graduação e da quantidade de matriculados nesse nível de formação por município.

2. METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa contou com: a) levantamento e revisão bibliográfica de autores que discutem temas como a urbanização brasileira no período da globalização e o ensino superior e seu processo de expansão no território brasileiro; e b) levantamento de dados secundários sobre as instituições públicas de ensino superior instaladas no Pará (qualitativos), bem como sobre os campi e os matriculados (quantitativos) na graduação na rede pública por município paraense.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil conheceu um acelerado processo de urbanização do território no século XX (Santos; Silveira, 2012). Nesse momento, a necessidade de integrá-lo interna e funcionalmente e o conseqüente aprofundamento da divisão territorial do trabalho tanto produziram um “alargamento dos contextos” (Santos, 2012) quanto uma expansão do ensino superior (Teixeira, 1989), tendo em vista a crescente demanda por saberes técnicos nas mais distintas porções do território brasileiro (Santos; Silveira, 2000).

¹ Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo NAEA/UFPA. E-mail: helbertmichel93@gmail.com

Desde então, a oferta de ensino superior (público e privado) tem se revelado regionalmente desigual no país; desigualdade essa evidenciada nos dados do último Censo da Educação Superior de 2021 (INEP, 2022), sobretudo se se observar – sem desconsiderar a população absoluta por região – o número de matriculados em cursos de graduação presenciais e a distância (Tabela 1).

Tabela 1 – População absoluta (2022) x matrículas em cursos de graduação (2021ⁱ), por região

Região	População absoluta	Nº de matriculados na graduação		
		Pública	Privada	Total
Norte	17.349.619	197.173	557.308	754.481
Nordeste	54.644.582	572.365	1.283.246	1.855.611
Centro-Oeste	16.287.809	197.418	622.720	820.138
Sudeste	84.847.187	785.217	3.142.229	3.927.446
Sul	29.933.315	326.488	1.299.666	1.626.154
Brasil	203.062.512	2.078.340	6.908.214	8.986.554

ⁱ Ano base do último Censo da Educação Superior, publicado em 2022.

Fonte: Elaborado pelo autor, em 2023, com base em IBGE (2022) e INEP (2022).

A diferença quantitativa entre os números da educação superior pública e privada é um elemento que também chama a atenção nos dados da Tabela 1, pois demonstra um déficit no sistema público e uma inflação bastante significativa no campo da iniciativa privada. Assim, de quase 9 milhões de alunos matriculados em cursos de graduação no Brasil, em 2021, apenas 23,1% desse total correspondem à rede pública; situação essa que, regionalmente, se expressa da seguinte maneira: 30,8% no Nordeste, 26,1% no Norte, 24% no Centro-Oeste, 20% no Sul e 19,9% no Sudeste.

Nesse quesito, nota-se que as regiões Nordeste e Norte, respectivamente, apresentam as maiores taxas de matriculados nesse sistema público de educação, algo que, de tal forma, guarda certa relação com as políticas governamentais de expansão e interiorização do ensino superior público que, especialmente entre os anos de 2003 e 2014, buscaram ir de encontro às desigualdades socioespaciais nas regiões menos favorecidas do território brasileiro (Araújo, 2013).

Integrando a região numericamente menos expressiva face aos demais espaços regionais do país (Tabela 1), o estado do Pará possui atualmente seis instituições públicas de ensino superior em seu território: i) Universidade Federal do Pará (UFPA); ii) Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); iii) Universidade do Estado do Pará (UEPA); iv) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); v) Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); e vi) Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) (Quadro 1).

Quadro 1 – As instituições públicas de ensino superior da Amazônia paraense

Instituição	Ano de criação	Sede	Campi fora de sede
UFPA	1957	Belém	Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí.
UEPA	1993	Belém ⁱ	Altamira, Ananindeua, Barcarena, Bragança, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Igarapé Açu, Marabá, Moju, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Salvaterra, Santarém, São Miguel do Guamá, Tucuruí e Vigia.
UFRA	2002 ⁱⁱ	Belém	Capanema, Capitão Poço, Paragominas, Parauapebas e Tomé-Açu.
IFPA	2008	Belém ⁱ	Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá, Óbidos, Paragominas, Parauapebas, Santarém, Tucuruí e Vigia.

UFOPA	2009	Santarém (oeste paraense)	Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná.
UNIFESSPA	2013	Marabá (sudeste paraense)	Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara.

ⁱA UEPA possui 5 campi no município de Belém, enquanto o IFPA dispõe de 2.

ⁱⁱ Institucionalizada em 2002, a UFRA é oriunda da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), criada em 1972. Fonte: Elaborado pelo autor, em 2023, a partir de MEC (2023).

Com estruturas interiorizadas, algumas mais, outras menos, tais instituições contribuem com a promoção de cidadania nos municípios paraenses onde possuem campi e, em tese, atuam mediante o tripé ensino-pesquisa-extensão. Dentre os níveis de ensino, a graduação é tida como parte essencial das atividades promovidas por essas instituições e, no ano de 2021, o Pará registrou 70.797 alunos matriculados no ensino de graduação na rede pública; quantitativo esse que representa quase 23% das 312.506 matrículas totais de graduação (público e privado) registradas naquele mesmo ano na Amazônia paraense (INEP, 2022).

Sistematizando alguns dados do Censo da Educação Superior de 2021, a Tabela 2 arrola os municípios do estado do Pará que sediam campi de instituições públicas de ensino superior com o número de matriculados na graduação na rede pública.

Tabela 2 – Número de matriculados na graduação na rede pública em municípios que sediam campi

Município	Nº de campi	Nº de matrículas	Município	Nº de campi	Nº de matrículas
Belém	9	33.886	Moju	1	491
Santarém	3	5.510	Rondon do Pará	1	420
Marabá	4	4.285	Igarapé-Açu	1	414
Castanhal	3	2.960	Salinópolis	1	405
Cametá	3	2.461	Santana do Araguaia	1	347
Bragança	3	2.230	Vigia	2	323
Abaetetuba	1	1.992	Barcarena	1	312
Altamira	3	1.829	Salvaterra	1	312
Tucuruí	3	1.465	Soure	1	300
Paragominas	3	1.303	Redenção	1	291
Breves	2	1.134	Xinguara	1	268
Parauapebas	3	1.058	Oriximiná	1	259
Ananindeua	3	1.043	Itaituba	2	258
Conceição do Araguaia	2	918	Juruti	1	254
Capanema	2	834	São Félix do Xingu	1	222
Tomé-Açu	1	820	Óbidos	2	159
Capitão Poço	1	737	Alenquer	1	148
São Miguel do Guamá	1	586	Monte Alegre	1	89

Fonte: Elaborado pelo autor, em 2023, com base em INEP (2022).

Evidencia-se, desse modo, a existência de 71 campi de instituições públicas de ensino superior distribuídos em 36 (25%) dos 144 municípios paraenses, dos quais 30 municípios possuem até 1.999 alunos matriculados e 46 campi, representando um total de 18.991 matrículas de graduação na rede pública (26,8%

de 70.797 no Pará). Com quantitativo de matrículas entre 2.000 e 2.999 alunos, têm-se os municípios de Castanhal, Cametá e Bragança, cada um com 3 campi (Quadro 1) e, nessa ordem, 2.960, 2.461 e 2.230 graduandos no ensino superior público (Tabela 2); realidades socioespaciais essas que, aliás, desempenham importantes papéis em suas sub-regiões imediatas.

Os municípios de Marabá e Santarém, cujas sedes são tidas como cidades médias em função das centralidades econômico-política e socioterritorial que possuem na rede urbana regional (Trindade Júnior, 2015), destacam-se por registrar entre 3.000 e 5.999 matrículas de graduação no sistema público (Tabela 2). Favorecidos pelas políticas recentes de expansão da educação superior, ambos foram contemplados com a criação de universidades federais e com implantação de campi do instituto federal (Quadro 1). Assim, possuindo 3 instituições públicas de ensino superior cada, Marabá dispõe de 4.285 matrículas e 4 campi, enquanto Santarém registrou 5.510 matriculados e 3 campi (Tabela 2).

Já Belém reúne a sede de 4 das 6 instituições públicas de ensino superior e 9 campi – UEPA (5), IFPA (2), UFPA (1) e UFRA (1) – na Amazônia paraense (Quadro 1). Pela sua condição de capital do estado e seu pioneirismo em face da expansão da educação superior na Região Norte (Teixeira, 1989), o município concentra 33.886 matrículas de graduação na rede pública (Tabela 2), isto é, quase 48% dos 70.797 alunos nesse nível de ensino público no Pará, segundo dados do INEP (2022).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do ensino superior em qualquer realidade onde se faz presente é inegável, sobretudo em regiões marcadas por fortes desigualdades, como o Norte do Brasil. Quanto ao Pará, inobstante os avanços em relação à rede pública, os dados do Censo da Educação Superior de 2021 (INEP, 2022) também evidenciam a necessidade de ampliação dessa oferta em outros espaços da Amazônia paraense.

Algo nesse sentido tem sido sinalizado com a proposta de criação de novas instituições a partir do desmembramento de campi já estabelecidos em determinados municípios paraenses, como, as federais do Nordeste Paraense, sediada em Bragança; do Xingu, em Altamira; da Amazônia Tocantina, em Cametá; e do Marajó, em Breves; bem como as estaduais do Sul e Sudeste do Pará, em Marabá; e do Oeste do Pará, em Santarém.

Assim como a criação de instituições em Marabá e Santarém foi relevante pela conseqüente implantação de campi em municípios de suas respectivas sub-regiões (Quadro 1), espera-se que a instalação de uma universidade federal em uma realidade como a marajoara, por exemplo, tenha o mesmo sentido, qual seja: promover a cidadania concreta (Santos, 2014) nas mais distintas realidades do Pará, favorecendo o acesso das populações amazônidas ao ensino superior público gratuito e de qualidade.

Afirma-se, portanto, que a potencial criação dessas universidades na Amazônia paraense, em médio ou longo prazo, vai ao encontro das demandas cidadãs pela ampliação do ensino superior e, particularmente, da oferta de graduação na região, além de reforçar a condição socioespacial das cidades cujos municípios sediarão as instituições propostas e seus possíveis campi.

5. PALAVRAS-CHAVE

Ensino superior público, cidadania, Amazônia paraense.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. *In*: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013. p. 157-171.

IBGE. Censo demográfico 2022. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 set. 2023.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2021**. Brasília, DF: INEP, 2022.

MEC. Cadastro e-MEC. **e-MEC**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2023.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília, DF: ABMES, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 12, n. 21, p. 305-334, 2015.

MEMÓRIA E CULTURA POLÍTICA E PERIFÉRICA: UMA HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA DA BARCA (1984-2023)

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Kelvyn Werik Nascimento Gomes¹

Karina Nascimento Gomes²

1. INTRODUÇÃO

Memória e Cultura Política e Periférica é um estudo em desenvolvimento que surge como um dos desdobramentos do projeto aprovado e financiado pela lei Aldir Blanc no edital de Museus e Memoriais de Base Comunitária intitulado “Cultura e Memória Periférica: Museu Memorial da Vila da Barca”. O projeto iniciado em 2020 em decorrência da crise de saúde e social causada pela pandemia de COVID-19 é uma iniciativa de membros da comunidade, que, percebendo as perdas significativas para a memória do lugar em decorrência do falecimento de alguns moradores vítimas da Covid ou pelo seu estado avançado de idade, buscam a valorização e o reconhecimento da Vila da Barca, para além do imaginário recorrente na sociedade belenense, no geral, de um lugar onde impera a criminalidade e as “ausências”, buscaram conjuntamente propor a criação de um lugar (no momento um espaço virtual) que fosse abrigando aos poucos a História e a Memória da comunidade.

O projeto também buscou desvelar e socializar a história da Vila da Barca a partir de pesquisa documental e memorial, integrando a comunidade e refletindo sobre processos de formação e reformulação das identidades e afetividades relacionados ao espaço, ao tempo vivido e as práticas experimentadas nele, a partir da formatação de um espaço de memória social e coletivo, de cultura periférica, organizando acervo documental sobre essa história, integrando a comunidade a partir de um grupo de jovens para o desenvolvimento de pesquisas e produções audiovisuais.

Como resultados o referido projeto identificou cerca de 180 reportagens em jornais sobre temas distintos relacionados a Vila da Barca, mas no geral estão relacionados à violência e à criminalidade; já as fotografias cedidas principalmente por moradores, são fotos de festas públicas – como a “rua da alegria” ou a já tradicional festa junina – temas cotidianos, o processo de formação da Associação de Moradores, a construção da primeira Unidade de Saúde, a conquista da Escola de Samba, o trabalho comunitário e mesmo festas de família foram cedidas para a digitalização e somam, até a escrita deste texto, em torno de 659 arquivos divididos em 39 pastas.

É a partir da análise deste acervo que esse trabalho se estrutura. Ao selecionar e analisar as fotografias cedidas por moradores e as reportagens referentes a criação e a história da Associação de Moradores da Vila

¹ Professor e pesquisador, Mestre em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA). Também é autor e produtor de projetos socioculturais. Suas pesquisas são voltadas para as áreas de História e Comunicação, com ênfase em História Ambiental e Urbana, Cultura, Memória, Espaços, Identidades e Narrativas.

² Advogada, bacharela em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará (FAD-UFPA). Tem se dedicado aos estudos na área de Direitos Humanos, Direitos Fundamentais, Direito da Cidade e da Favela, Criminologia.

da Barca (AMVB), pode-se identificar uma série de temas a serem discutidos, entre eles a possibilidade da participação coletiva proporcionada pela política de base; a participação feminina nesse movimento, a atuação política de grupos sociais ditos marginalizados e que, argumenta-se, configura-se como uma “cultura política e periférica”.

2. METODOLOGIA

Este trabalho parte da coleta, seleção e análise de fontes históricas e narrativas com ênfase em publicações de jornais e fotografias de acervos pessoais na perspectiva proposta pela Escola dos Annales que possibilitou a ampliação das possibilidades de pesquisas a partir de diversas fontes (Burke, 2011), entre elas os já bastante utilizados periódicos, como os jornais de circulação comercial, por exemplo; mas sobretudo fontes que permitissem contar uma história vista de baixo, do lugar, das pessoas comuns, como é o caso do acervo virtual do Museu Memorial da Vila da Barca cujo repositório é formado por fotografias pessoais cedidas pelos próprios moradores.

Tais fontes permitem que se discutam questões relacionadas à memória da comunidade, memória não apenas experimentada, mas também construída a partir de narrativas orais, como as vivências dos moradores mais antigos que são contadas e registradas no imaginário do grupo, ou como propõe Michel Pollak, como percepções da realidade enquanto fenômeno construído coletivamente (1992). Esta memória é ao mesmo tempo coletiva e compartilhada, como propõe Maurice Halbwachs, e que está intimamente vinculada ao quadro espacial, a relação com o lugar (2004).

A abordagem adotada aqui também prevê discutir as questões relacionadas a cultura política da comunidade a partir da proposta de Edilza Fontes, como uma forma de fazer política a partir de uma área fora dos centros urbanos do centro sul, focando nas memórias que, nesse caso, seriam as memórias da comunidade, aquelas registradas nos jornais, nas fotografias, mas também em suas narrativas orais (2013). O conceito de cultura também pode ser pensado a partir daquilo proposto por Roque de Barros Laraia que a define como basicamente como uma série de características que fazem sentido dentro de um grupo e contexto específicos. Esses modos de fazer, neste caso, política, são repassados, retransmitidos, mas não são estáticos, imutáveis. São, na verdade, adaptáveis às suas próprias realidades de tempo e espaço, mas capazes de gerar identidades, o que, por sua vez, não implica a identificação uniforme e linear da totalidade do grupo (1986).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento e a análise das fontes e dados apontam que, tendo sido fundada em 1985, a Associação dos Moradores da Vila da Barca (AMVB) é resultado da união de um grupo de pessoas que, com intuito de lutar pelos seus direitos, fundaram esta instituição. Assim, a AMVB pode ser considerada como um símbolo de cooperação, resistência e ação política fora dos centros institucionais de poder. Desde a colaboração com diferentes grupos até lutas mais gerais como fornecimento de energia elétrica e água encanada nas casas dos moradores, esta Associação sempre se fez presente para representar e auxiliar a comunidade (Vila da Barca luta por dias melhores. **O Liberal**. 01 de agosto de 1991. p. 1 e 5).

Sua assembleia de criação pode ser considerada como um exemplo de participação democrática ao congregar considerável número de moradores, já que o importante era participar e colaborar para o bem comum da comunidade. Em clima festivo, para comemorar a criação da Associação, discursaram, brindaram e assinaram a ata de criação da associação. Considerando a importância daquele momento, registraram o evento em fotografias que sobreviveram ao tempo. Como resultados alcançados até aqui a partir da análise dessas fontes, é possível observar que, de maneira inclusiva, há a participação de massa de mulheres como

membros dirigentes, ou ainda aqueles que se interessavam pelas questões da comunidade, mas que não sabiam assinar o próprio nome, por exemplo, registraram seu apoio “carimbando” a ata com suas próprias digitais. Um registro histórico de suma importância do acolhimento e respeito da Vila da Barca por todos os seus moradores.

Essas fontes também permitem registrar e analisar as ações de manutenção de práticas políticas coletivas e ainda distantes dos centros institucionais de poder mantiveram-se em atividade como a utilização da casa dos moradores como “sede” provisória onde eles se reuniam (sempre às quartas-feiras, segundo registros) para debater questões de interesse da comunidade. Tempos depois, os registros fotográficos e as narrativas orais permitem alcançar acontecimentos como a conquista, junto à prefeitura de Belém, de um terreno localizado na Rua Belém, hoje Professor Nelson Ribeiro, nº 66, onde construíram, graças a doação, inclusive da própria força de trabalho de muitos deles, a sede definitiva da Associação que está de pé desde 1991 (Entidade Ergue sede própria na Vila da Barca. **O Liberal**. 25 de julho de 1991). Mais tarde, os relatos apontam que esta instituição cederia parte de seu terreno para, em parceria com a prefeitura de Belém, ser construída a primeira Unidade de Saúde da Vila da Barca: um pequeno prédio para atendimento médico da população em geral.

A ação política da AMVB se estendeu ao longo da história da comunidade. Buscando, de forma coparticipativa, justiça social e atendimento básico à população como a extensão e manutenção da rede elétrica e de água encanada, ou ainda a manutenção das estivas. Em 2020, por exemplo, com o avanço da crise gerada pela pandemia do novo coronavírus, a AMVB e outros grupos compostos por moradores e atuantes na comunidade, como a Comissão Solidária, reuniram-se mais uma vez em prol do bem-estar coletivo. Conseguiram doações de alimentos, produtos de higiene e limpeza frente às necessidades mais imediatas de seus moradores.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura política fomentada pela AMVB ao longo de sua história é concomitante ao que Tony Bovaird pensa como coprodução e coparticipação entre comunidade e governos como um acordo de governança que busca efetivar políticas públicas que atendam as demandas e necessidades específicas de cada lugar (2015). Os exemplos que podemos citar referentes a esta política empregada desde a década de 1980 na Vila da Barca estão na construção da Unidade Básica de Saúde e da sede da instituição.

No entanto, esta frutífera relação parece ter sucumbido a práticas característica da politicagem brasileira, como o personalismo e o compromisso partidário ao invés da efetivação das Políticas de Estado que pensem essas comunidades e seus comunitários como agentes sociais fazedores de política baseados inclusive em experiências progressas. Daí a importância, também, de se resgatar esta memória de uma cultura política periférica de atenção às demandas locais das próprias comunidades, como forma de fomento à prática política que por diversas vezes e diferentes motivos é excluída dos centros institucionais de poder, ou mesmo se distanciam deles pela ausência de confiança oriunda das experiências negativas acumuladas ao longo do tempo (Bentzen, 2020).

5. PALAVRAS-CHAVE

Cultura; memória; Vila da Barca.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

BENTZEN, Naja; PRZETACZNIK, Jakub. Eastern Partnership 3.0: principles, priorities, and prospects. 2020.

BOVAIRD, Tony et al. Activating citizens to participate in collective co-production of public services. **Journal of Social Policy**, v. 44, n. 1, p. 1-23, 2015.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930–1935). **Revista Estudos Políticos**, v. 4, n. 8, p. 131-151, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **La memoria colectiva**. Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

O Liberal. 01 de agosto de 1991. p. 1 e 5.

O Liberal. 01 de maio de 1989.

O Liberal. 25 de julho de 1991.

O Liberal. 28 de novembro de 1991. p. 7.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.



3

Simpósio
Internacional

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

GT 02 • Sessão 1

Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Coordenação

Prof. Dr. Durbens Nascimento (NAEA/UFPA), Prof. Dr. Armin Mathis (NAEA/UFPA),
Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro (NAEA/UFPA) e Prof. Dr. Jose Pont Vidal (NAEA/UFPA)

VER O NOVO: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DO TURISMO NO PARÁ

GT02 - Estado, Planejamento e Políticas Públicas

*Shaiane Vargas da Silveira*¹

*Alexandre Rabelo Neto*²

*Natália Ferreira de Souza*³

1. INTRODUÇÃO

A gestão do turismo no Brasil está formalizada na Política Nacional de Turismo (Lei Federal nº 11.771, de 17 de setembro de 2008), que estabelece a organização e composição do Sistema Nacional de Turismo, que tem por objetivo promover o desenvolvimento das atividades turísticas, de forma sustentável, pela coordenação e integração das iniciativas oficiais com as do setor produtivo.

O Estado do Pará, seguindo o exemplo nacional, criou em 2011 o Sistema Estadual de Gestão de Turismo (SEGETUR), pela Lei nº 7.593, de 28 de dezembro de 2011, que tem por missão institucional promover o desenvolvimento turístico no Estado do Pará, de forma integrada e articulada, com os órgãos que o compõem.

Além de estabelecer o Sistema, a Lei cria o órgão executivo responsável pelo Turismo no Pará, a Secretaria de Estado de Turismo, que assumiu, a partir de 2014 todas as funções da extinta Companhia Paraense de Turismo (PARATUR).

Criada em 1971, a PARATUR possivelmente foi uma das últimas instituições de sociedade de economia mista, de capital fechado, responsável pelo setor Turismo nas unidades federativas brasileiras, mas, assim como outras, não teve o escopo suficiente para atender todas as necessidades de um setor dinâmico e de amplo crescimento mundial. Se insere nestas necessidades o arranjo institucional, no qual o Turismo avançou a partir da gestão compartilhada e participativa, seja pela instituição dos conselhos, comitês e fóruns temáticos.

O SEGETUR PARÁ, que tem o Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (FOMENTUR) e a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) em sua formação básica, apresenta-se com as funções de Propor a política estadual de desenvolvimento do turismo; Promover e divulgar o turismo do Estado do Pará no País e no exterior; Estimular as iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; e Planejar, coordenar, supervisionar e avaliar os planos e programas de incentivo ao turismo.

Na estrutura indicada, a SETUR é o órgão central da SEGETUR PARÁ, cuja atuação está voltada para a observância e o cumprimento de sua finalidade institucional e das funções desenvolvidas pelos órgãos integrantes do sistema.

A criação da Secretaria ocorreu no mesmo ano da contratação de empréstimo do Governo do Pará para a execução do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 2012.

¹ Doutora em Políticas Públicas, PPGP/UFPI, shaiane@ufpi.edu.br

² Doutor em Administração, PPGP/UFPI, alexandrenaka@hotmail.com

³ Bacharel em Turismo, UNB, natalia.ferreira77@gmail.com

Desde então, passados mais de dez anos, o desempenho institucional do SEGETUR PARÁ se encontra maduro e a presente pesquisa busca, dentre seus objetivos específicos, verificar os avanços do Turismo a partir da consolidação do Sistema e analisar o modelo de gestão adotado e suas características utilizando como tema transversal o PRODETUR, que provavelmente provocou o fortalecimento institucional do Turismo em muitas unidades federativas

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi qualitativa com abordagem ora indutiva ora dedutiva, caminhando em par com análise e síntese, tendo em vista que são complementares para a compreensão da realidade e proposição de uma teoria (Gray, 2012). O processo indutivo se revelou nos estudos exploratório e descritivo, necessários para a demonstração de como se relacionam os aspectos contemporâneos da gestão pública.

Para o estudo documental foi reunido material referente aos atos oficiais dos órgãos e dos programas que são objeto do estudo, bem como à legislação que tem relação com o tema. O estudo foi realizado antes das entrevistas, mas sua conclusão estará aberta para novas inserções de materiais a partir do depoimento e sugestão de novas fontes de dados, indicadas pelos sujeitos entrevistados.

Na análise de dados utilizamos como referência a indicação de Yin (2016), que diz o seguinte sobre as três primeiras fases de análise qualitativa:

A primeira fase analítica, compilar dados para formar uma base de dados formal, exige uma organização cuidadosa e metódica dos dados originais. A segunda fase, decompor os dados, pode envolver um procedimento de codificação formal, embora não necessariamente. A terceira fase, recompor, é menos mecânica e se beneficia da capacidade do pesquisador de identificar padrões emergentes. Diversas formas de criar arranjos de dados podem ajudar a revelar tais padrões nessa terceira fase. (YIN, 2016, p. 261)

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a recomposição dos dados coletados na pesquisa bibliográfica e documental selecionamos a trajetória do PRODETUR II que se organizou a partir de três componentes, sendo um deles o Fortalecimento da Capacidade Municipal de Gestão do Turismo, com atividades orientadas para garantir que o governo local e a população disponham de instrumentos adequados e desenvolvam a capacidade para manter e incrementar as atrações turísticas e os serviços locais necessários para o crescimento por longo prazo do turismo.

Da avaliação dos resultados do programa, em sua primeira etapa, surgiram alguns aspectos que mereceram maior cuidado na concepção da segunda fase, em que se destaca, por exemplo, a necessidade de redução dos impactos negativos causados no meio ambiente, ocorridos em função do planejamento municipal inadequado e da execução e supervisão de obras sem a devida atenção para a adoção de medidas que pudessem amenizar esses impactos.

De acordo com o Relatório de Término de Projeto, já falando do PRODETUR II, o componente Fortalecimento da Capacidade Municipal de Gestão do Turismo teve um investimento global de aproximadamente US\$ 67 milhões e gerou como produtos a elaboração de 47 planos diretores, sem atingir a meta de 53 municípios. Vale ressaltar que outras ações também fazem parte destes investimentos, como a capacitação e melhoria da infraestrutura para a gestão do turismo.

De acordo com o relatório também podemos verificar que cinco, dos onze fatores críticos na implementação do programa, estão relacionados com a gestão pública, quais sejam: Mudanças nas administrações em função das eleições; Falta de quadro técnico nas secretarias, o que provoca uma descontinuidade quando da mudança de gestão; Desequilíbrio nas suas contas, gerando conseqüentemente situação de inadimplência, o que impede o acesso aos recursos da União; Denúncias e queixas da sociedade civil sobre temas relacionados ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ocasionando embargos e atrasos em obras; e Falta de planejamento e acompanhamento adequado.

No Estado do Pará o PRODETUR II teve como foco contribuir com o desenvolvimento social equilibrado e a melhoria das condições de vida do povo paraense, interiorizando as atividades turísticas e proporcionando às comunidades locais o incremento na renda, respeitando os preceitos do desenvolvimento sustentável além de contribuir com o aumento de emprego formal nos municípios beneficiados, graças à atividade turística.

O Programa foi desenvolvido no período 2008 a 2013, em sua fase preparatória e, naquela oportunidade, a Coordenação do mesmo conduziu o processo até a fase de elaboração e tratativas do contrato de Empréstimo, junto ao BID. Na ocasião, dentre outras ações, foram realizados o Diagnóstico e o Plano de Ação nas áreas de abrangência do Estado, compreendendo as exigências de viabilidade do BID, segundo resposta da SETUR por meio do canal de ouvidoria.

De acordo com a SETUR, os recursos do programa, que totalizavam US\$ 44 milhões, seriam investidos em projetos de infraestrutura e saneamento básico, fortalecimento da gestão, estratégias de comercialização, estratégias de produtos turísticos e gestão ambiental em município das regiões de Belém, Marajó e Tapajós.

Conforme disposto na plataforma da SETUR, os projetos que compõem o PRODETUR PA tinham o propósito de serem desenvolvidos nos polos Belém (Belém continental e insular), Marajó (Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras) e Tapajós (Santarém e Belterra) uma vez que estes municípios apresentam maior fluxo para o turismo na região, o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nas áreas insulares de Belém e no arquipélago do Marajó, e a indicação de Santarém e Belém, dentre as 65 cidades indutoras da atividade turística no Brasil, pelo Ministério do Turismo.

Em acordo de cooperação técnica entre SETUR e Auditoria Geral do Estado (AGE) em 2014, foram previstos objetivos firmados no termo de cooperação para execução do PRODETUR PARÁ, porém, conforme destacado pela SETUR, a fase de Execução, prevista para 2014, após assinatura do contrato, não ocorreu, devido ao cancelamento das tratativas. Sobre o assunto, o Centro de Informações Públicas, do Banco Interamericano de Desenvolvimento informou que:

O projeto intitulado Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará – PRODETUR PARÁ (BR-L1243) foi aprovado pelo Banco em novembro de 2013. A normativa interna do Banco estabelece um prazo máximo que pode transcorrer entre a aprovação do empréstimo pela Diretoria do BID e a assinatura dos respectivos contratos, dependente de aprovações legislativas e autorização da União no caso brasileiro. O prazo estipulado foi excedido no caso do Prodetur Pará, o que levou ao cancelamento do empréstimo. (BID, 2023)

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo ainda constitui um tema de relevância conturbada na gestão pública e com esta pesquisa se espera contribuir para a compreensão dos processos gerenciais a partir de um estudo de caso que demonstre a importância dos sistemas e das estratégias de fortalecimento institucional.

No caso do SEGETUR PARÁ observamos que o modelo de gestão não internalizou as oportunidades ou problemas do PRODETUR II, diferenciando-se dos estados que assim desenvolveram o planejamento do Turismo baseado nas orientações operacionais e conceituais do Programa. Agora, portanto, o intuito é aprofundar o estudo sobre o Estado da Arte da Gestão do Turismo no Pará, pois a relevância deste tema impacta diretamente os rumos de desenvolvimento que se espera no Estado e, conseqüentemente, para o território no qual as políticas públicas se aplicam, tendo vista a premissa de que o Pará se consolide como destino líder da Amazônia

5. PALAVRAS-CHAVE

Gestão pública. Turismo. Prodetur.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO; BANCO DO NORDESTE. **Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste: segunda fase: regulamento operacional.**

BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento. Centro de Informações Públicas, RFI Ticket. Destinatários: Prof.^a Shaiane Vargas da Silveira. Delta do Parnaíba, Piauí, 16 de mai. de 2023. 1 mensagem eletrônica.

GRAY, D.E. **Pesquisa no Mundo Real.** 2.ed. Porto Alegre, Brasil: Penso, 2012 ok

YIN, R.K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Porto Alegre: Penso, 2016

ANÁLISE DAS DECISÕES JUDICIAIS PROVISÓRIAS EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS COLETIVOS URBANOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

GT02 - Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Autor Adriano Souto Oliveira¹

1. INTRODUÇÃO

Este estudo pretende demonstrar alguns aspectos negativos da postura dos Juízos ao proferir decisões remocionistas em processos envolvendo conflitos fundiários coletivos na Região Metropolitana de Belém-RMB², a partir da análise documental para comprovação da propriedade ou posse que instrui as petições iniciais de 14 processos de comunidades atendidas pela Defensoria Pública do Pará no ano de 2022.

Os dados obtidos visam corroborar o referencial teórico no sentido de que o Judiciário tem contribuído para legitimar irregularidades, em detrimento do princípio da função social da propriedade e dos ditames da Lei 13.465/2023.

2. METODOLOGIA

A observação será feita a partir da análise de 14 ações judiciais³ remocionistas, envolvendo comunidades atendidas no ano de 2022⁴ pelo Núcleo de Defesa da Moradia da Defensoria Pública do Estado do Pará, que figuram nos polos passivos de ações possessórias e tem como objetivo responder aos seguintes questionamentos: 1. Qual a localização do conflito? 2. Qual a natureza jurídica da parte requerente? 3. Qual a base documental que instrui a inicial para comprovação da propriedade/posse? 4. Qual a espécie de decisão judicial proferida? 5. Houve análise prévia da cadeia dominial do imóvel para concessão da medida? 6. Foram produzidos documentos técnicos pelo Juízo para cotejo entre a área “documentada” e a área ocupada, antes da ordem de desocupação?

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Região Metropolitana de Belém caracteriza-se pela carência de infraestrutura e equipamentos públicos, instabilidade na posse e situação de extrema pobreza⁵, o que tem provocado uma série de conflitos possessórios.

Nessas áreas, a forma de ocupação irregular é um problema histórico, que foi agravado pela falta de políticas públicas voltadas à regularização fundiária, que contribuiu para acentuar a segregação socioespacial e a precarização da qualidade de vida das pessoas (MILANO, 2016, p. 248).

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia – PPGDDA. Especialista em Direitos Fundamentais pela UFPA. Defensor Público. *E-mail*: adrisouto8@gmail.com

² Consideram-se para este estudo os Municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel e Santa Bárbara, excluindo-se o Município de Castanhal em razão da divisão interna de atribuições da Defensoria Pública do Pará, vez que os dados analisados foram disponibilizados pelo Núcleo de Defesa da Moradia, sem atribuição em Castanhal, em que pese tal município figurar na RMB no ordenamento do Estado.

³ Os processos analisados ingressaram no Judiciário em anos distintos, ou seja, de 2009 a 2022.

⁴ De acordo com pesquisas realizadas no acervo do Núcleo de Defesa da Moradia, no ano de 2022 foram atendidas 30 novas Comunidades, sendo que 14 envolviam conflitos coletivos judicializados.

⁵ De acordo com o CAD Único, configura pessoa na extrema pobreza aquela que percebe renda *per capita* menor ou igual a 105 reais (2022). (BRASIL. Lei 14.284 de dezembro de 2021).

A origem desse problema pode ser explicada a partir da formação do ordenamento territorial brasileiro - desde a invasão pelos portugueses (TRECCANI, 2018, p. 35) - até as legislações que se seguiram, que legitimaram grilagens de extensas áreas de terras e consolidaram latifúndios com títulos fraudados, documentos sobrepostos, ocupação de áreas públicas e políticas desenvolvimentistas dos governos militares, gerando um caos social e latifundiário na Amazônia (LOUREIRO, 2005, p. 3), não só rural quanto também urbano, o que tem possibilitado a legalização de usurpações (HOLSTON, 2015, p. 1).

A Resolução 010/2018-CNDH em seu Art. 7º, Inc. V, deixa claro que quando se tratar conflito possessório judicializados, o(a) magistrado(a), antes de apreciar a liminar deverá verificar se o autor da ação possessória demonstrou a função social da posse do imóvel, se comprovou o exercício da posse efetiva sobre o bem e, cumulativamente, em caso de posse decorrente de propriedade, se apresentou título válido.

De fato, espera-se que o(a) julgador(a), ao aplicar o ordenamento jurídico ao caso concreto contribua para o fortalecimento do estado democrático de direito e a garantia dos direitos sociais constitucionais, entretanto, o Judiciário paraense tem se mostrado conservador e estigmatizante, pois tem prestigiado a defesa do direito à propriedade privada, mesmo quando inexistente qualquer comprovação sobre o cumprimento da função social da propriedade (RODRIGUES, 2022, p. 110).

Assim, visando confrontar a afirmação de Holston (2015) e Rodrigues (2022) com dados concretos, após estudo de 14 processos envolvendo Comunidades atendidas pelo Núcleo de Defesa da Moradia da Defensoria Pública do Estado do Pará no ano de 2022, observamos os seguintes resultados:

I - Quanto à **localização dos conflitos na Região Metropolitana de Belém** foram constatados 11 em Belém; 01 em Marituba; 01 em Santa Izabel e 01 em Santa Bárbara;

II - Sobre a **natureza jurídica da parte requerente**, percebeu-se que 02 processos são movidos pela administração pública, 02 por sociedades de economia mista e 10 foram propostos por particulares;

III - Acerca da **base documental** que instruiu a inicial para comprovação da propriedade/posse, observou-se que 09 demandantes juntaram certidões simples⁶ dos registros dos imóveis em Cartórios; 02 anexaram contratos particulares de compra e venda; 02 apresentaram escrituras públicas e 01 cessão de direitos;

IV - No que concerne ao **tipo de decisão judicial proferida**, verificou-se que 10 comunidades estão ameaçadas de despejo e 02 foram removidas em razão das decisões judiciais que determinaram as reintegrações de posse dos imóveis sob litígio. Apenas 02 pedidos de tutela foram indeferidos;

V - Da análise documental observou-se que antes da concessão da tutela, em nenhum dos casos, o Juízo realizou uma **análise prévia da cadeia dominial** do imóvel ou solicitou que o(a) requerente apresentasse as coordenadas e delimitação do imóvel pretendido ou realizasse o cotejo com a área efetivamente ocupada;

VI - Sobre a (in)existência de **documentos técnicos produzidos pelo Juízo** para cotejo entre a área documentada e a área efetivamente ocupada, não houve a produção em nenhum dos processos analisados. Entretanto, em procedimento administrativo, o setor de arquitetura e Urbanismo do Núcleo de Defesa da Moradia realizou estudos técnicos referentes a 05 comunidades das 14 analisadas, e, por meio dos pareceres emitidos observou-se que 04, ou seja, 80% dos imóveis sob litígio nos processos apresentam incongruências entre a documentação acostada aos autos para comprovação da posse/propriedade e a área ocupada pela comunidade, seja porque apenas parte do imóvel enquadra-se na área pleiteada, seja pela absoluta ausência de dados capazes de localizar espacialmente o terreno pretendido. Por outro lado, apenas um caso analisado, ou seja, 20%, apresentou congruência entre a documentação e a área ocupada. Entretanto, em todas as situações foram proferidas decisões determinando a reintegração integral do imóvel descrito na inicial em favor dos demandantes. Daquele total, 09 comunidades ainda não dispõem de parecer técnico da Defensoria sobre esse ponto.

⁶ Denominação utilizada pelo autor para definir Certidões que não mostram o inteiro teor dos registros e averbações, tampouco o destacamento do imóvel do patrimônio público.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados revelam como pontos negativos que quase a totalidade dos Juízos da RMB têm ignorado a Resolução 010/2018 da Comissão Nacional de Direitos Humanos e o Art. 562 e segts do CPC, optando pelo caminho inverso em suas decisões remocionistas, pois desprezam o princípio da função social da propriedade, omitem-se em determinar a realização de estudos técnicos, produção de mapas temporais e comparativos ou juntada de certidões da cadeia dominial, corroborando o entendimento de Rodrigues (2022) e Holston (2015) de que o judiciário é estigmatizante, conservador e tem contribuído para a consolidação de usurpações.

Os pareceres técnicos elaborados pelo Setor de Arquitetura e Urbanismo do Núcleo de Defesa da Moradia em 05 processos de 2022 demonstram que 80% dos documentos apresentados nos autos pelos requerentes são insuficientes para comprovação da posse/propriedade sobre a integralidade do imóvel pretendido ou não dispõem de informações que indiquem com precisão a localização e delimitação das áreas.

Em que pese os dados obtidos serem uma amostra em um universo, podemos deduzir de forma empírica, que o judiciário paraense, por meio de suas decisões em processos de conflitos possessórios urbanos, tem contribuído para a legitimação de possíveis ilegalidades possessórias, em prejuízo da observância do princípio da função social da propriedade e adoção de medidas alternativas como o chamamento do ente municipal para assumir a responsabilidade pela regularização fundiária de interesse social nas ocupações já consolidadas de difícil reversão, conforme disposto na Lei 13.465/2017.

5. PALAVRAS-CHAVE

Decisões Judiciais em conflitos possessórios. Legitimação de ilegalidade. Direito à moradia.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

BRASIL. **Lei nº 13.465/2017** de 11 de julho de 2017. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm > acesso em 14 ago. 2023.

BRASIL. **Resolução 10/2018 – CNDH**, de 17 de outubro de 2018. Disponível em: < https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/outubro/resolucao-para-garantia-de-direitos-humanos-em-situacoes-de-conflitos-por-terra-e-aprovada-pelo-conselho-nacional-dos-direitos-humanos/copy_of_Resoluon10Resoluosobreconflitospossessriosruraiseurbanos.pdf/view > acesso em 21 set. 2023.

HOLSTON, James. **LEGALIZANDO O ILEGAL: propriedade e usuração no Brasil**. Disponível em: < www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07 >, acesso em 16 ago. 2023.

IBGE. **Aglomerados Subnormais 2019. Classificação preliminar**. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=acesso-ao-produto> > Acesso em 14 ago. 2023.

MILANO, B. Giovana. **Conflitos fundiários urbanos e Poder Judiciário decisões jurisdicionais na produção da segregação socioespacial**. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2016.

LOUREIRO, Violeta Reñalefsky. PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária na Amazônia**. Disponível em: www.scielo.br/j/ea/a/pstJcmXTJKSNGRYZNLPWwhsN/?lang=pt, acesso em 15 ago. 2023.

RODRIGUES, Roberta Menezes et al. XIMENES, Juliano et al (org). **Reforma Urbana e Direito à Cidade - Belém**. Observatório Metrôpoles. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2022.

TRECCANI, Girolamo. SANTOS, Cleilane. **Formação da Propriedade Territorial no Brasil: análise histórica**. In FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha (Coord.) E-book - 1ª Belém: Edição Universidade Federal do Pará. 2018. Disponível em Manual de Direito Agrário. Disponível em: < https://www.cidh.ufpa.br/pdf/livros/eBook_Manual_Direito_Agrario_2018.pdf >, acesso em 15 ago. 2023.

VOZES AMAZÔNIDAS NA GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NA CÚPULA DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA DE 2023

GT02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

*Gabrielle Rani Marino Lima¹
Juan Carlos Neves Pereira²
Juliana Morgado Fernández³*

1. INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XX, o debate sobre a *governança ambiental global* tem crescido, na busca por uma abordagem diferente das relações internacionais centradas nos Estados. A governança, conforme definido pela Commission on Global Governance (1995), envolve diversos atores, públicos e privados, que trabalham dinamicamente para resolver problemas comuns – o que inclui ONGs, associações, sindicatos, comunidades científicas e empresas.

Considerando que, atualmente, a questão ambiental é uma das principais pautas das agendas internacionais (Lorenzetti e Carrion, 2012), a governança ambiental global ganha cada vez mais destaque. E, como exemplo de atores tradicionais, há o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), estabelecido em 1978 e posteriormente transformado na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), é um antigo mecanismo de cooperação internacional entre Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Suriname. Seu propósito original era promover cooperação e desenvolvimento nos Estados Amazônicos, garantindo a soberania de cada país na região (Macedo, 2020, p. 154).

Já em relação aos atores não-estatais, é essencial mencionar o movimento indígena transnacional – que, de acordo com Brysk (2000), dignifica o conjunto de organizações, indivíduos e grupos de apoio não-indígenas, os quais se integram com o intuito de gerar desenvolvimento e crescimento na autonomia e na participação dos povos indígenas em suas sociedades e no sistema internacional. E, segundo Urt (2011), a governança global evidencia esses povos como importantes *stakeholders* devido a sua independência em territórios estrategicamente significativos, o que faz com que impactem diretamente nela como membros da sociedade civil.

Essa suposta gestão coletiva do meio ambiente, contudo, enfrenta inúmeros desafios, sobretudo no que diz respeito à convergência de interesses entre os atores envolvidos, à tentativa de alcance mundial das políticas públicas e à democratização da participação de atores diversos nos processos de tomada de decisão. Sendo assim, o objetivo central deste resumo expandido é examinar a participação dos povos indígenas amazônicos como entidade de governança ambiental global com enfoque na atuação desta na Cúpula da OTCA de 2023.

Já como objetivos específicos busca-se expor as demandas das comunidades indígenas amazônicas na Cúpula da OTCA de 2023; comentar a inserção de comunidades indígenas amazônicas no contexto da Cúpula; examinar como essas demandas foram incorporadas pelos líderes de Estado dos países-membros da OTCA na redação da Declaração de Belém.

¹ Bacharel em Relações Internacionais, Universidade do Estado do Pará, e-mail: gaby.marino17@gmail.com.

² Graduando em Relações Internacionais, Universidade do Estado do Pará, e-mail: juan.cnpereira@aluno.uepa.br.

³ Graduanda em Relações Internacionais, Universidade do Estado do Pará, e-mail: juliana.fernandez@aluno.uepa.br.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, possui finalidade básica e apresenta caráter exploratório. O método de abordagem utilizado é a indução e o objetivo do estudo é de caráter exploratório. Foi utilizado aqui, primeiramente, o procedimento técnico da pesquisa bibliográfica, a partir de dados de origem secundária buscados, sobretudo, em livros e artigos científicos. Ademais, utilizou-se, também, a pesquisa documental, partindo de dados de origem primária – como a Declaração de Belém e a Petição e o Protocolo da sociedade civil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos dias 8 e 9 de agosto ocorreu, na cidade de Belém do Pará, a Cúpula da Amazônia - IV Encontro de Presidentes dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica. Antes da reunião, no mês de junho, uma Petição assinada por diversas entidades, grupos e organizações da sociedade civil foi encaminhada aos presidentes dos países amazônicos e seus Ministérios das Relações Exteriores e diretamente à OTCA. O documento solicitava “[...] espaços para a participação ativa e efetiva dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e da sociedade civil no planejamento e desenvolvimento da Cúpula Amazônica.” (Instituto Socioambiental, 2023).

Infelizmente, dada a estrutura organizacional fixa da reunião de chefes de Estado, a solicitação não foi atendida, e esses grupos viram a necessidade de encontrar outros meios para expressar suas demandas políticas. Consequentemente, fora e em paralelo ao enlace estrutural oficial da Cúpula da OTCA de 2023, cerca de 600 indígenas se reuniram em Belém, sem apoio financeiro e logístico do governo federal. Tinham como objetivo discutir seus interesses para o desenvolvimento sustentável, inclusivo e pluri-étnico da Amazônia, reunindo lideranças, entidades e povos de todos os estados da Amazônia Legal e de demais países da Panamazônia.

Tal evento, nomeado Cúpula dos Povos Indígenas, simbolizou a exclusão desses povos – os primordiais detentores de conhecimento sobre as florestas – dos espaços de deliberação e debates formais acerca da Amazônia (Neto, 2023). “Não fomos convidados, mas viemos para Belém, porque a nossa luta é feita de resistência”, exclamou Toya Manchineri, coordenador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. Embora toda a complexidade e importância de tal evento, este não integrou a programação oficial divulgada pela Cúpula da OTCA de Belém.

Outra forma que a sociedade civil encontrou de reivindicar as suas demandas foi a elaboração de um Protocolo durante os “Diálogos Amazônicos”, uma conferência que precedeu a Cúpula. Nela, “[...] representantes de entidades, movimentos sociais, academia, centros de pesquisa e agências governamentais do Brasil e demais países amazônicos se reuniram em diversas frentes, com o objetivo de formular sugestões para a reconstrução de políticas públicas sustentáveis para a região.” (Peduzzi, 2023).

Esse documento registrou a contribuição da sociedade civil brasileira para a Cúpula da Amazônia e demandou a elaboração de um acordo multilateral que impedisse o atingimento do ponto de não-retorno da floresta amazônica. O Protocolo foi apresentado aos chefes de Estado durante a reunião da Cúpula da Amazônia, na qual os oito países que compõem a OTCA assinaram a “Declaração de Belém”.

No Protocolo escrito pela sociedade civil, propôs-se aos governos membros da OTCA a elaboração de um acordo multilateral para evitar o ponto de não-retorno da floresta amazônica. Esse documento, contendo a assinatura de organizações que fazem parte do movimento indígena, como Operação Amazônia Nativa e o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, focava em um acordo que incluiria políticas de monitoramento, fiscalização e economia sustentável. Tratava também do combate às queimadas e poluição, da cooperação técnica e do reconhecimento de saberes tradicionais. Outro ponto seria a criação de medidas de implementação que teriam o objetivo de eliminar o desmatamento na região até 2030, tais como fortalecer a expansão de áreas protegidas e reprimir ações ilícitas ambientais (OC, 2023).

Em contrapartida, ao se analisar o documento oficial da Cúpula, a Declaração de Belém, assinada pelas autoridades presentes no evento, percebe-se que muitas demandas foram contempladas. No entanto, questiona-se a validade de uma discussão que concerne às comunidades indígenas sem a sua presença concreta nos espaços de tomada de decisão, e sem abordar pautas urgentes como a exploração de petróleo na região.

De todo modo, a Declaração menciona a necessidade da garantia dos direitos dos povos indígenas e do seu bem-estar pleno. Dentre as 113 cláusulas do documento, destacam-se: a) O estabelecimento de uma Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento; b) A criação de um Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas para promover o diálogo entre governos e povos indígenas da Amazônia, c) A realização de reuniões que congreguem representantes do governo, da sociedade civil e dos povos indígenas; d) Promover a preservação, a revitalização e reconhecimento das expressões culturais amazônicas, em particular as línguas e culturas indígenas (OTCA, 2023).

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise documental da Petição pela participação ativa e efetiva dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e da sociedade civil no planejamento e desenvolvimento da Cúpula da Amazônia, do Protocolo elaborado após as discussões do evento Diálogos Amazônicos, conclui-se que demandas essenciais da população amazônica foram, sim, levadas em consideração no momento de deliberação pelos chefes de Estado.

Mas, considerando que a Política, nos contextos interno e internacional, é regida por interesses e por relações de poder, a sociedade civil (nas suas formas local, nacional e transnacional) ainda encontra empecilhos para que suas reivindicações tenham espaço. Um exemplo disso é o fato de a declaração não abordar a exploração de petróleo nos territórios amazônicos – que é considerada um dos motivos do deterioramento das terras indígenas, mas esbarra em interesses individuais de alguns Estados-membros da OTCA.

Logo, apesar da esperança trazida pela Declaração de Belém, é senso comum questionar quando efetivamente as 113 cláusulas serão implementadas ou se não passarão de uma lista de promessas, e se o maior diálogo que foi prometido entre os governos e as comunidades tradicionais será fomentado em espaços oficiais. Ainda há, sem dúvidas, esforços a serem realizados pelas autoridades competentes para atender às demandas de grupos marginalizados da sociedade, que lutam fortemente para terem suas vozes ouvidas, e para tê-los como elementos efetivos da governança ambiental global.

5. PALAVRAS-CHAVE:

Povos Indígenas; Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; Governança Ambiental Global.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRYSK, Alison. From Tribal Village to Global Village: Indian Rights and International Relations in Latin America. **Stanford University Press**, Stanford, CA, 2000.

COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE. Our global neighbourhood. Oxford, Inglaterra: Oxford University Press, 1995. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ERVY7>. Acesso em: 03 de out. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. (2023). **Petição pela participação de indígenas e da sociedade civil na Cúpula da Amazônia**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/efUY2>. Acesso em: 05 out. 2023.

LORENZETTI, J. V.; CARRION, R. M. Governança ambiental global: atores e cenários. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, 10, n. 3, 2012

MACEDO, Marcus Vinicius Aguiar. **A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e os seus 40 anos de existência: retrospectiva e perspectivas como ferramenta de integração regional para a sustentabilidade amazônica. Orientador: Eduardo Ernesto Filippi. 2020. 576 f.** 2020. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NETO, Cícero. Cúpula dos Povos Indígenas fica isolada da Cúpula da Amazônia. **Amazônia real**, Belém, 07 de ago. de 2023. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/cupula-dos-povos-indigenas/>. Acesso em: 21 de set. de 2023.

OC, Protocolo da OTCA, 2023. Disponível em: <https://encr.pw/YPC1g>. Acesso em: 20 set. 2023

OTCA. Declaração de Belém, 2023. Disponível em: <https://abrir.link/JMyJm>. Acesso em 05/10/2023.

PEDUZZI, Pedro. Belém sedia Diálogos Amazônicos a partir desta sexta-feira. **Agência Brasil**, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/rAINR>. Acesso em: 20 set. 2023.

PEIXOTO, Roberto. Cúpula da Amazônia: entenda o que ficou de fora e o que entrou no acordo assinado pelos 8 países. G1, Belém, 09 de ago. de 2023. Disponível em: <https://abrir.link/UwwiP>. Acesso em: 22 de set. de 2023.

URT, João Nackle. Povos indígenas como atores da governança global. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, III, 2011, São Paulo. **Proceedings**, São Paulo: Scielo, 2011, p. 1 - 18.

NEXUS ÁGUA-FLORESTA-CLIMA: UMA PLATAFORMA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA LEGAL

GT02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Ariadne Reinaldo Trindade¹
Tabilla Verena da Silva Leite²
Cláudio Fabian Szlafsztein³

1. INTRODUÇÃO

A demanda por recursos naturais vem crescendo rapidamente há décadas causando graves consequências para os humanos e ecossistemas em diferentes escalas (BLEISCHWITZ et al., 2018). Atividades humanas alteraram a cobertura da terra em prol de melhorar as condições de vida, prover alimentos e abrigo para a população crescente. Por isso, um dos desafios mais urgentes da humanidade é possibilitar o desenvolvimento humano sem, contudo, colocar em risco a sadia qualidade do ambiente em prol das futuras gerações (GOMES e FERREIRA, 2018).

Deste modo, as florestas tropicais são lugares essenciais para a sustentabilidade ambiental e para o futuro do nosso planeta e desde a década de 1980 passaram por mudanças substanciais (SANCHEZ et al., 2020). Especificamente, a floresta amazônica desempenha um papel fundamental nos ciclos globais da água e carbono, e suas características favorecem o desenvolvimento de florestas e rios, que fornecem serviços ecossistêmicos vitais (FUNATSU et al., 2019; BUENO et al., 2019). Entretanto, sua manutenção e funcionamento foram enfraquecidos pelas mudanças no clima e uso da terra, principalmente com o desmatamento (LONGO et al., 2020).

Que impacta diretamente nas emissões de CO₂ (MARENGO e SOUZA Jr., 2018) e nas variações climáticas como deficiências e/ou excesso de chuvas em várias regiões influenciam a dinâmica do ciclo hídrico das bacias (BOLWERK e ERTZOGUE, 2021). Na bacia amazônica, esse desmatamento tem implicações substanciais para a biodiversidade e o clima, comprometendo a sustentabilidade ambiental local, regional, continental e global (RIQUETTI et al., 2023).

Com as crescentes pressões sobre os recursos naturais, há a necessidade de técnicas de monitoramento de ecossistema rápidas e econômicas para informar o progresso em direção às metas ambientais globais (HONECK et al., 2018). Por isso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com seus 17 objetivos e 169 metas foram anunciados na agenda 2030 e adotados por 193 países (LINSER e LIER, 2020).

A abordagem *nexus* para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pode ser deduzida de forma direta a partir de considerações conceituais, assim a questão mais complexa permanece em como adotá-la e implementá-la (HÜLSMANN e ARDAKIANIAN, 2018). Assim, para compreendê-la, refere-se aos estudos que calculam dados básicos para demonstrar as ligações e identificar os principais problemas, riscos ou áreas de oportunidade na gestão de recursos hídricos (DAI et al., 2018).

¹ Mestre em Ciências Ambientais, Doutoranda no Programa Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, ariadne.trindade@naea.ufpa.br.

² Mestre em Geografia, Doutoranda no Programa Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, verenatabilla@gmail.com.

³ Professor Titular, na Universidade Federal do Pará, ioselesz@gmail.com.

2. METODOLOGIA

Para a pesquisa utilizou-se a literatura nacional e internacional, em um estudo descritivo, de natureza qualitativa realizado a partir da temática em artigos científicos publicados entre 2019 a 2023, considerando as palavras-chave: 'água', 'floresta', 'clima', 'nexus' e 'Objetivos de Desenvolvimento Sustentável'. Dos artigos encontrados, foram selecionados os que traziam conceitos, questões de pesquisa e metodologias, com a intenção de identificar quaisquer estudos que utilizaram questões sobre gestão hídrica das florestas e mudanças climáticas nas bacias hidrográficas, a fim de identificar interligações que podem ser o foco de estudos futuro.

Área de estudo

A Amazônia Legal brasileira ou "Amazônia Legal" é uma região de 5.016.136,3 km², com 59% do território geográfico do Brasil, representa 67% das florestas tropicais do mundo (FRANCO, CAETANO, 2023). Rica em recursos naturais, com a maior bacia hidrográfica do mundo, aproximadamente 40 mil espécies de plantas e valioso estoque de minerais, além de apresentar grande variabilidade espacial e temporal de precipitação pluvial e possui o clima classificado como Köppen Af (úmido equatorial) (DALAGNOL et al., 2017; COSTA e ALVES, 2018; MOURA et al., 2018).

Integrando os estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Acre, Tocantins, Mato Grosso e parte significativa do Maranhão. Nesta região, as atividades agrícolas, o garimpo, a mineração e as hidrelétricas exercem destacado impacto ambiental em suas águas, afetando, principalmente, os igarapés e outras fontes de abastecimento no meio urbano (SANTOS e SANTANA, 2021).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Amazônia Legal é uma região com nove estados da Bacia Amazônica que tem sido palco de constantes mudanças de uso e cobertura da terra, apesar de seu papel como sumidoura de carbono e hotspot de biodiversidade. Estas mudanças impactaram a erosão do solo em muitas regiões da Bacia Amazônica, removendo a densa cobertura florestal e substituindo-a por atividades voltadas à agricultura e pecuária (RIQUETTI et al., 2023).

Sua perda de biodiversidade limita severamente a provisão de longo prazo dos principais serviços ecossistêmicos em diversas escalas espaciais (AGUDELO et al., 2020). Assim como o desmatamento que aumenta a emissão de carbono na região (MARENGO e SOUZA Jr., 2018) e a demanda de água e quando aliadas ao crescimento populacional afetam os recursos hídricos (MELLO et al., 2020).

O que por consequência afetará o clima regional e global com deficiências e/ou excesso de chuvas em várias regiões (BOLWERK e ERTZOGUE, 2021), na diminuição das chuvas sobre as áreas florestadas e aumento da frequência dos eventos de seca (KRUID et al., 2021).

Deste modo, em uma análise atual os ODS podem se configurar como mecanismos importantes para redesenhar a agenda governamental e os modelos de gestão nos próximos anos, identificando as interligações que antes eram considerados separadamente (OKUMU et al., 2021). E criando soluções integradas através da otimização de sinergias, o nexus auxilia a enquadrar uma análise sobre o acesso aos recursos e sua sustentabilidade (COUTO et al., 2021).

Por isso, entender e analisar a conexão entre atividades humanas e o ambiente é essencial para que haja uma gestão e uso mais sustentável dos recursos naturais, pois essas interações estão associadas a uma ampla gama de questões que incluem a segurança dos recursos hídricos e as mudanças climáticas (MABHAUDHI et al., 2021; OKUMU et al., 2021).

A conservação da biodiversidade e a mitigação do impacto negativo das alterações climáticas através da manutenção de serviços ecossistêmicos, como o sequestro de carbono, dependem da proteção de florestas (NUNES et al., 2020). Que contribuam para filtragem de poluentes na água, controle de enchentes e regulação de precipitação, conservação da biodiversidade (OKUMU et al., 2021)

Dessa forma, entende-se que as florestas desempenham um papel essencial no cumprimento de objetivos como ODS 6 (água potável e saneamento), ODS 13 (ação contra a mudança global do clima) e ODS 15 (vida terrestre). Logo, ao assegurar a segurança florestal estamos também garantindo a segurança hídrica e climática.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia Legal constitui uma área que fornece uma variedade de serviços ecossistêmicos vitais. Seus rios são usados para navegação e energia hidrelétrica; a floresta é um importante sumidouro de carbono e de biodiversidade e sua evaporação fornece uma fonte de vapor de água para a chuva, influenciando o clima da região. Conclui-se que ao assegurar a conservação e restauração das florestas, estaremos considerando as interconexões existentes que ajudam a alcançar importantes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

5. PALAVRAS-CHAVE

Floresta; Desmatamento; Serviços Ecossistêmicos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

AGUDELO, C.; MAZZEO, N.; DÍAZ, I.; BARRAL, M.; PIÑEIRO, G.; GADINO, I.; ROCHE, I. Land use planning in the Amazon basin: challenges from resilience thinking. **Ecology and Society**, v. 25, n. 1, 2020. DOI: 10.5751/ES-11352-250108.

BOLWERK, D.; ERTZOGUE, M. Mudanças climáticas e/ou mudanças socioculturais na Amazônia Legal. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.12, n.1, p.202-213, 2021. DOI: 10.6008/CBPC2179-6858.2021.001.0017.

COSTA, J.; ALVES, N. Os recursos estratégicos da Amazônia brasileira e a cobiça internacional. **Revista Perspectiva**. Porto Alegre, v. 11, n. 20, p. 65–86, 2018.

COUTO, L. C.; CAMPOS, L. C.; FONSECA-ZANG, W.; ZANG, J.; BLEISCHWITZ, R.; Water, waste, energy and food nexus in Brazil: Identifying a resource interlinkage research agenda through a systematic review. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 138, 2021. DOI: 10.1016/j.rser.2020.110554.

DALAGNOL, R.; BORMA, L.; MATEUS, P.; RODRIGUEZ, D. Assessment of climate change impacts on water resources of the Purus Basin in the southwestern Amazon. **Acta Amazonica**, v. 47, n. 3, p. 213–226, 2017. DOI: 10.1590/1809-4392201601993.

FRANCO, P. A. I.; CAETANO, M. **Analisando as perspectivas climáticas decoloniais**: O caso da região da Amazônia Legal brasileira. IFA - Edition Culture and Foreign Policy, 2023. DOI: doi.org/10.17901/799.

MABHAUDHI, T.; NHAMO, L.; CHIBARABADA, T.; MABAYA, G.; MPANDELI, S.; LIPHADZI, S.; SENZANJE, A.; NAIDOO, D.; MODI, A.; CHIVENGE, P. Assessing progress towards sustainable development goals through nexus planning. **Water** (Switzerland), v. 13, n. 9, p. 1–13, 2021. DOI: 10.3390/w13091321.

MARENGO J.; SOUZA M. Mudanças Climáticas: impactos e cenários para a Amazônia. São Paulo, Editora Instituição ALANA, 33 p., 2018.

MELLO, K.; TANIWAKI, R.; PAULA, F.; VALENTE, R.; RANDHIR, T.; MACEDO, D.; LEAL, C.; RODRIGUES, C.; HUGHES, R. Multiscale land use impacts on water quality: Assessment, planning, and future perspectives in Brazil. **Journal of Environmental Management**, v. 270, p. 1-16, 2020. DOI: 10.1016/j.jenvman.2020.110879.

MOURA, M. N.; VITORINO, M.; ADAMI, M. Análise de componentes principais da precipitação pluvial associada a produtividade de soja na Amazônia legal. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 22, 2018. DOI: 10.5380/abclima.v22i0.55109.

NUNES, S.; GASTAUER, M.; CAVALCANTE, R. B. L.; RAMOS, S. J.; CALDEIRA, C. F.; SILVA, D.; RODRIGUES, R. R.; SALOMÃO, R.; OLIVEIRA, M.; SOUZA-FILHO, P. W. M.; SIQUEIRA, J. O. Challenges and opportunities for large-scale reforestation in the Eastern Amazon using native species. **Forest Ecology and Management**, v. 466, 2020. DOI: 10.1016/j.foreco.2020.118120.

OKUMU, B.; KEHBILA, A.; OSANO, P. A review of water-forest-energy-food security nexus data and assessment of studies in East Africa. **Current Research in Environmental Sustainability**, v. 3, p. 100045, 2021. DOI: 10.1016/j.crsust.2021.100045.

RIQUETTI, N. B.; BESKOW, S.; GUO, L.; MELLO, C. R. Soil erosion assessment in the Amazon basin in the last 60 years of deforestation. **Environmental Research**, v. 236, n. 2, 2023. DOI: 10.1016/j.envres.2023.116846.

SANTOS, G.; SANTANA, A. Água, saneamento e objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) na Amazônia: Dificuldades na gestão integrada e universalização dos serviços. **Revista Tempo do Mundo**, n. 27, p. 326-354, 2021. DOI: 10.38116/rtm27art12.

POR UMA DIPLOMACIA AMAZÔNICA: REVISÃO DA EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO INSTITUCIONALISMO DE UMA DIPLOMACIA PARA A AMAZÔNIA

GT02 - Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Maria Eduarda de Sena Diniz¹

1. INTRODUÇÃO

Em agosto de 2023, (pela primeira vez) em Belém, no Pará, chefes de Estado dos oito países integrantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. O presidente Lula, que cumpria agenda no norte e nordeste do país nos últimos dias, também participou do evento. No primeiro dia, foram apresentadas às autoridades propostas produzidas durante o evento Diálogos Amazônicos, que ocorreu dias antes na mesma cidade. Coube aos governos dos países que integram a OTCA avaliar o material e decidir quais sugestões serão acatadas.

O objetivo do governo federal visava convencer os países da região a assumir a meta de desmate zero na Amazônia – o que o Brasil prometeu fazer até 2030. Para que isso seja possível, Lula terá de equilibrar interesses das outras nações envolvidas e lidar com as contradições internas do governo. A atenção de Lula para a região Amazônica não é novidade: há décadas há interesse de apropriação internacional sobre a Floresta Amazônica, em que grande parte se concentra no Brasil. Para além de questão territorial, as discussões sobre a Amazônia envolvem discussões de soberania estatal e um “xadrez de forças” entre os Estados.

Incluem-se nos interesses internacionais, sejam eles legítimos ou não, a cobiça pela exploração econômica de multinacionais, disputas geopolíticas por poder, propostas de internacionalização da Amazônia, preocupações com o bioma, os povos originários, e o papel da região no controle das mudanças climáticas.

Pensando nisso, a Diplomacia entra como fator primordial para garantir os interesses do Estado Brasileiro. A questão que esta pesquisa levanta é: Pode-se falar em uma Diplomacia Amazônica estruturada? Observando o contexto atual, pode-se dizer que há tempos se busca esse tipo de Diplomacia através da Cooperação Internacional. Durante a Cúpula da Amazônia, citada anteriormente, o presidente Lula se reuniu com os países da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), o organismo internacional que mais representa interesses diplomáticos da região, até hoje.

Para uma diplomacia tradicional, as práticas diplomáticas são utilizadas em nível global ou entre nações em diferentes partes do mundo. Ela envolve as relações entre Estados soberanos e busca promover os interesses nacionais de cada país por meio de negociações, tratados, acordos e comunicação diplomática. Contudo, a máxima ainda é de que cada país tem o direito de tomar decisões autônomas em seus assuntos internos e externos, com base em seus interesses nacionais.

As nações se envolvem em negociações bilaterais com outros países e também participam de negociações multilaterais por meio de organizações internacionais, como as Nações Unidas, para abordar questões globais. No caso, Estados soberanos que detêm parte da região Amazônica se uniram para defender seus direitos sobre a região e garantir sua soberania nas decisões do espaço diante de tantos interesses estrangeiros.

¹ Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Paraná, mariaeduarda.senadiniz@gmail.com.

A diplomacia amazônica se refere às ações e estratégias diplomáticas adotadas pelos países que compartilham a região amazônica, bem como por outros atores internacionais interessados na preservação e no desenvolvimento sustentável dessa área. A Amazônia é uma vasta região tropical que abrange partes de nove países da América do Sul: Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Bolívia, Equador, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. A diplomacia amazônica visa abordar questões relacionadas à proteção ambiental, desenvolvimento econômico, soberania territorial, e outros desafios que afetam a região.

Os países amazônicos reconhecem a importância de trabalhar juntos para enfrentar desafios comuns, como o desmatamento, a exploração de recursos naturais e a conservação da biodiversidade. A diplomacia amazônica promove a cooperação regional por meio de organizações e acordos, como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Iniciativa de Cooperação Regional Amazônica (IRCA).

Uma das principais preocupações da diplomacia amazônica é a conservação da vasta biodiversidade da região e a mitigação das mudanças climáticas. Isso envolve a promoção de políticas e ações para combater o desmatamento ilegal, a exploração ilegal de recursos naturais e a degradação dos ecossistemas.

A região amazônica é de grande importância estratégica para os países que a compartilham. A diplomacia amazônica também aborda questões relacionadas à soberania territorial e ao uso sustentável dos recursos naturais, respeitando os princípios de autodeterminação e cooperação.

O presente trabalho busca, assim, **analisar os esforços do Brasil na promoção de uma Diplomacia Amazônica eficaz e sustentável, por meio da colaboração com organismos regionais, com foco especial na OTCA, identificando os progressos alcançados, os desafios enfrentados e os impactos na conservação da Amazônia e no cenário geopolítico global.**

2. METODOLOGIA

A análise dos esforços do Brasil na implementação da Diplomacia Amazônica, por meio da cooperação com organismos como a OTCA, requer uma metodologia sólida e abrangente. Será feita uma revisão da literatura detalhada relacionada ao tema. Isso inclui a diplomacia amazônica, cooperação regional na região amazônica e o papel desempenhado pela OTCA. Serão identificados estudos acadêmicos, relatórios de organizações internacionais e fontes de informação relevantes para a análise.

Será realizada a coleta de dados quantitativos e qualitativos que sejam pertinentes à diplomacia amazônica do Brasil e à cooperação com a OTCA. Esses dados vão abranger informações sobre o histórico das ações, acordos firmados, investimentos financeiros, indicadores de desmatamento, entre outros, com fontes confiáveis, como relatórios governamentais, dados da OTCA e informações de organizações não governamentais. O foco será no método de análise qualitativa para examinar os dados e informações coletados. Isso pode incluir análise de conteúdo de documentos, discurso e políticas relacionadas à diplomacia amazônica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apenas recentemente que o Itamaraty passou a incluir em seus estágios para novos diplomatas aprovados no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática jornadas de Diplomacia Amazônica, visto que agora que se busca consolidar esse tipo de diplomacia nas tradições da Política Externa Brasileira. Isso se mostra como a melhora de uma antiga dificuldade: a de estabelecer uma diplomacia amazônica estruturada, que reside principalmente em uma série de desafios complexos e multifacetados que a região amazônica enfrenta. Apesar de não haver plano específico, as recentes movimentações do presidente Lula, e mesmo de governadores dos estados nortistas, apontam para a tentativa de uma institucionalização desse tipo de diplomacia.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os países amazônicos têm sistemas políticos e econômicos variados, o que pode dificultar a coordenação e a implementação de políticas comuns. Questões internas, como corrupção e instabilidade política, já afetaram a diplomacia amazônica. Alguns países amazônicos enfrentam desafios significativos em termos de falta de recursos financeiros e capacidade técnica para lidar com questões ambientais e de desenvolvimento sustentável. Isso pode dificultar a implementação eficaz de acordos e iniciativas regionais.

Além dos desafios internos, a região amazônica também é afetada por pressões externas, como a demanda global por commodities, que pode incentivar a exploração de recursos naturais, muitas vezes de forma insustentável. E por fazer fronteira com diversos países da América do Sul, alguns dos quais têm relações complexas com atores globais, como os Estados Unidos, China e Rússia. Isso acrescenta uma camada adicional de complexidade geopolítica à diplomacia amazônica.

Apesar desses desafios, a diplomacia amazônica é essencial para abordar as questões críticas relacionadas à região, como a conservação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a preservação da biodiversidade. A criação de uma diplomacia amazônica estruturada requer esforços contínuos de cooperação, negociação e coordenação entre os países amazônicos, bem como o envolvimento de atores internacionais interessados em apoiar esses esforços.

5. PALAVRAS-CHAVE

Diplomacia; Diplomacia Amazônia; Institucionalismo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

BEDRAN, Marina. **Projetando a Amazônia: desenvolvimentismo e ecologia no cinema experimental brasileiro dos anos 1970**. Antíteses, Londrina, v.16, n. 31, p.172-201, jan-jun. 2023.

CARDOSO, Hévila Maria Silva ; LIMA, Pedro William Fróes ; SILVA, Mayane Bento. **COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA NA AMAZÔNIA: GANHOS E DESAFIOS DA RELAÇÃO SINO-PARAENSE**. 2023.

CERVO, Amado L.; LESSA, A. Carlos. **O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014)**. Revista Brasileira de Política Internacional, v 57, no 2, p. 133-15, 2014.

COMEX STAT, Sistema de Estatísticas do Comércio exterior. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio/43004>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Observatório da Cooperação Descentralizada no Brasil**. Brasília: CNM, 2009.

JUNQUEIRA, Cairo G. B. **Paradiplomacia: a transformação do conceito nas Relações Internacionais e no Brasil**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB, v. 1, p. 43-68, 2017.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia brasileira e a cobiça internacional**. Manaus: Reggo/Academia Amazonense de Letras, 2021.

NÚMEROS E PERFORMANCE DA CIÊNCIA SOBRE A AMAZÔNIA ENTRE 1980 E 2022

GT02 - Estado, instituições, planejamento e políticas públicas

Carlos Potiara Castro¹

1. INTRODUÇÃO

A região amazônica é notável pelo interesse que desperta em pesquisadores de vários campos científicos contemporaneamente. É uma região onde ainda são descobertas novas espécies de seres vivos ou onde é feita a coleta de dados em larga escala para simulações complexas. Além disso, ela ocupa um lugar central nas discussões de ecologia política que tem uma interface relevante com políticas públicas, notadamente relacionadas à transição ecológica, à ciência e à tecnologia. O estudo aqui proposto visa satisfazer à necessidade de se conhecer a ciência que se faz sobre a Amazônia, em seus aspectos quantitativos. Para tal, foram acessados dados sobre o número de publicações sobre a Amazônia a partir do Web of Science (WoS), a fim de estudar suas tendências e evolução temporal em quarenta e dois anos, entre 1980 e 2022. Verificou-se que a velocidade de crescimento da ciência sobre a região amazônica foi superior ao da ciência como um todo nesse período, duplicando a cada 7 anos. O estudo revelou ainda que as áreas de pesquisa das ciências da vida e das ciências da terra são as mais dinâmicas e produtivas, seguidas pelas de medicina tropical e ciências sociais. O dataset deste estudo possui um número médio de citações alto, com um campo como o de Geociências Multidisciplinar alcançando 23%, Meteorologia e Ciências Atmosféricas 22% e Ciências Ambientais 21% de suas publicações classificadas entre as 10% mais citadas em nível global. Finalmente, vimos uma transformação no perfil institucional e nacional da produção científica: centros de pesquisa brasileiros ultrapassaram os norte-americanos em número de publicações, com destaque para instituições amazônicas. Enquanto que instituições europeias mantiveram uma produção científica proporcionalmente sustentada e as chinesas despontaram nos últimos cinco anos.

2. METODOLOGIA

O uso do número de publicações individuais, distribuídas no tempo, tem se mostrado apropriado para mapear as tendências e as dinâmicas da ciência e é usado de forma recorrente por vários estudos (Chen et al., 2005; Michels e Schmoich, 2012; Yu et al., 2012; Bornmann e Mutz, 2015; Li et al., 2018), desde pelo menos os trabalhos pioneiros de Price sobre cientometria (Price, 1976; Fernandez-Cano et al., 2004). Pois é através das diversas formas de comunicações científicas que um processo de acúmulo kuhniiano do conhecimento ocorre, permitindo que informações individuais se agreguem para superar antigos paradigmas e gerar novos campos de interesse de pesquisa. Nesse sentido, o processo de apresentação dos trabalhos para o escrutínio público por seus pares é parte integral e essencial da atividade dos pesquisadores (Larsen and von Ins, 2010). Esses documentos que informam sobre os avanços da ciência se tornam cada vez mais diversos com o advento das novas tecnologias e os formatos digitais, mas continuam a constituir uma base sólida para uma avaliação das dinâmicas do fazer científico (Rowlands, 2018).

Este trabalho apresenta os resultados dos cálculos da taxa de crescimento e do tempo de duplicação, tabelas com as principais publicações e campos do conhecimento, além de dados sobre artigos altamente citados presentes no material recolhido e sobre a origem geográfica e institucional dos artigos estudados.

¹ Professor Adjunto A, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, poticastr@ufpa.br .

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de ter sido visitada por vários naturalistas viajantes ao longo da história, a ciência produzida sobre a região amazônica não foi, na maior parte do tempo, quantitativamente extensa, quando expressa em número de publicações. É reputado que o primeiro artigo científico publicado sobre a Amazônia date de 1854 e seja de autoria do cientista britânico e pioneiro da teoria da evolução Alfred Russell Wallace, que escreveu “On the insects used for food by the indians of the Amazon” (Wallace, 1854; Kutschera and Hossfeld, 2013). Daquele período até meados do século XX, foram geradas, de forma irregular, poucas publicações sobre a região. Entre 1950 e 1979, em um crescendo, a média anual atinge 15,7 de acordo com o WoS. Em 2019 esse número chega a 2.428 entradas, indicando uma produção científica que cresceu rapidamente, em particular a partir do início da década de 1990.

Os gráficos mostram o crescimento exponencial da produção global de publicações científicas sobre a região amazônica ao longo de 42 anos, no período de 1980 a 2022. O resultado mostra que houve um crescimento a uma taxa de 10,35% ao ano nesse período, com o volume de publicações dobrando a aproximadamente cada 7,03 anos. Um crescimento e período de duplicação que supera largamente aquele da base de dados do WoS, que cresceu no período coberto por esta pesquisa 3,8% ao ano e duplicou a cada 18,6 anos². E difere sensivelmente do período de duplicação apontado por Bornmann e Mutz (2015) de 9 anos para a ciência contemporânea como um todo, ou de 10 a 15 anos previsto anteriormente por Price (Larsen and Ins, 2010).

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O padrão de crescimento exponencial das publicações sobre a região amazônica deve ser examinado à luz do processo de consolidação das instituições de ensino e pesquisa de países de desenvolvimento intermediário, como os BRICS (JANG, 2000). Sem esse prisma, não conseguimos apreender as dinâmicas descritas neste estudo. Diante disso, há três elementos nesse processo a serem observados.

Primeiramente, o esforço de produção científica por pesquisadores oriundos de países desenvolvidos, que continuam sendo agentes maiores nesse colégio invisível de especialistas sobre a Amazônia. O segundo é a dinâmica de institucionalização de políticas públicas e de burocracias nacionais de ciência e tecnologia nos países amazônicos (Costa, 1998; Neves, 2007) que depois de um período pioneiro de algumas décadas de construção institucional passam a ter os meios de produção científica em maior escala. O terceiro momento, tão importante ao nosso entender quanto os outros dois, é o surgimento quantitativamente relevante de uma produção realizada por instituições localizadas na Amazônia, que já foi classificada por governos militares brasileiros, como país marginal (Castro, 2014; Braga e Costa, 2020).

O crescimento da produção da literatura científica sobre a Amazônia entre 1989 e 1992 por outro lado nos pareceu mais complexo de compreender. É que, analisando os dados coletados, não encontramos elementos que permitissem identificar padrões relacionados a temáticas, áreas do conhecimento ou a instituições para explicá-lo. Por outro lado, é um período que possui um significado histórico, já que houve uma série de eventos mobilizadores de instituições e da sociedade em torno da questão amazônica. Viu-se, nesses três anos, recordes de queimadas da floresta, a organização da Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, o impacto internacional do assassinato de Chico Mendes, as viagens do cacique Raoni à Europa, a assinatura dos três principais tratados internacionais ambientais, uma mudança na cobertura da Amazônia pela imprensa internacional (Lipietz, 1991; Zhouri, 2004; Hecht, 2011; Aguiar Gomes et al., 2018; Castro, 2021), entre outros eventos que podem ter colaborado com o vivo aumento do interesse dos cientistas pela região.

² Esse dado nos leva à hipótese de que o crescimento efetivo da produção científica sobre a região amazônica pode ter conhecido um incremento ainda maior. O que poderá ser verificado apenas com novos estudos, baseados em fontes e métodos diversos deste aqui apresentado.

Entretanto, a evidência mais expressiva encontrada por este estudo é a relacionada à performance e ao nível de excelência de parte tão significativa das publicações acessadas através da base de dados do WoS. É uma informação crítica para instituições que operam políticas de ciência e tecnologia, como os ministérios nacionais ou as fundações de fomento, já que envolve uma questão de critérios de eficiência alocativa de recursos finitos. É igualmente relevante para as estratégias de trabalho e de cooperação das instituições e dos pesquisadores que realizam as pesquisas. Assim como para a sociedade como um todo, por mostrar a seriedade das pessoas que desenvolvem pesquisa localmente ou que aqui realizam seus trabalhos de coleta de dados (Malhado, 2014).

5. PALAVRAS-CHAVE

Bibliometria; produção científica; Amazônia

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

AKSNES, D. W.; LANGFELDT, L.; WOUTERS, P. Citations, Citation Indicators, and Research Quality: An Overview of Basic Concepts and Theories. **SAGE Open**, Thousand Oaks, v. 9, n. 1, p. 1-17, Feb. 2019. Doi 10.1177/2158244019829575.

ALEIXANDRE-BENAVENT, R., *et al.* Trends in Global Research in Deforestation. A Bibliometric Analysis. **Land Use Policy**, v. 72, p. 293–302, 2018. Doi 10.1016/j.landusepol.2017.12.060.

BORNMANN, L.; MUTZ, R. Growth Rates of Modern Science: A Bibliometric Analysis Based on the Number of Publications and Cited References. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 66, n. 11, p. 2215–222, Apr. 2015. Doi 10.1002/asi.23329.

CASTRO, C. P. **Le Symbolisme de l'Amazonie dans la presse européenne de la fin du XXe siècle**. Belém: Editora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2021.

COMISSÃO Gulbenkian. **Para abrir as ciências sociais**. São Paulo, Editora Cortez, 1996.

COSTA, F. de A. **Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia. Questões para o desenvolvimento sustentável**. Belém: Cejup, 1998.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. Indigenous People, Traditional People, and Conservation in the Amazon. **Daedalus**, v. 129, n. 2, p. 315–38, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20027639>. JSTOR.

MALHADO, A. C. M. *et al.* Geographic and Temporal Trends in Amazonian Knowledge Production. **Biotropica**, v. 46, n. 1, p. 6–13, 2014. Doi 10.1111/btp.12079.

PRICE, D. S. A General Theory of Bibliometric and Other Cumulative Advantage Processes. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 27, n. 5/6, p. 292-306, 1976.

SAID, E. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VAN LEEUWEN, T. Strength and Weakness of National Science Systems: A Bibliometric Analysis through Cooperation Patterns. **Scientometrics**, v. 79, n. 2, p. 389–408, 2009. Doi 10.1007/s11192-009-0426-y.

ZHANG, L.; POWELL, J.; BAKER, D. Exponential Growth and the Shifting Global Center of Gravity of Science Production, 1900–2011. **Change: The Magazine of Higher Learning**, v. 47, n. 4, p. 46-49, 2015.

ZHOURI, A. Global–Local Amazon Politics: Conflicting Paradigms in the Rainforest Campaign. **Theory, Culture & Society**, v. 21, n. 2, p. 69–89, 2004. Doi 10.1177/0263276404042135.

TECNOBUROCRACIA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO: O PAPEL DO PENSAMENTO DE CLARA MARTINS PANDOLFO PARA A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NA AMAZÔNIA

GT02 - Estado, instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Marlon Kauã Silva Cardoso¹

Tânia Guimarães Ribeiro²

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir as contribuições da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a partir do pensamento de Clara Martins Pandolfo, sua antiga diretora do Departamento de Recursos Naturais, para o planejamento econômico da Amazônia. Clara Martins Pandolfo era filha do comerciante português Albano Martins, que mudou-se para Belém no final do século XIX, atraído pela borracha, com a paraense Judith Barreau, neta e irmão de um seringueiro, jornalista e um dos líderes da Cabanagem chamado Eduardo Angelim. Clara foi pioneira em todas as funções que exerceu em vida: ingressou na antiga Escola de Química Industrial do Pará, cujo diretor era o naturalista Paul Le Cointe, um dos maiores pesquisadores da flora amazônica; foi a primeira mulher a se formar em química na região Norte e uma das cinco do país, em 1929; foi professora, exercendo magistério por 20 anos em colégios de Belém e na própria UFPA; trabalhou na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e na sua sucessora, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (De Mello, 2011). A interpretamos como personagem fundamental para o planejamento e desenvolvimento de atividades produtivas capitalistas – como dendê, extração de madeira, mineração, pecuária – na Amazônia que buscava combinar crescimento econômico com preservação ambiental. Metodologicamente, selecionamos alguns jornais que retratam sua vida pessoal, bem como seus trabalhos presentes no repositório da SUDAM, para entender sua trajetória e seu pensamento e interpretá-los sociologicamente. Nesse sentido, partimos da noção de que o Estado é o responsável por planejar a economia de uma dada sociedade e, por conseguinte, da própria Amazônia. O planejamento econômico possui duas instâncias fundamentais: a estrutura de apropriação econômica e a estrutura de dominação política. Todavia, o planejamento é sempre político e, em última instância, é um processo que começa e termina no âmbito das relações e estruturas de poder (Ianni, 1971, p. 310). Na maioria das vezes ele implica em um crescimento, relativo ou absoluto, do poder executivo. Além disso, o planejamento compreende a criação de estruturas políticas administrativas (Como os ministérios de Planejamento e os Institutos de Pesquisas Aplicadas), das tecnoestruturas estatais, como é o caso SPVEA (seus objetivos foram estabelecidos em 1953, pelo presidente Getúlio Vargas através da Lei nº 1806), e da SUDAM (criada por meio do art. 9 da Lei nº 5.173, de 27/10/66), e dos tecnocratas e funcionários (Ianni, 1971, p. p. 310). Clara Martins Pandolfo, enquanto membra dessas tecnoestruturas estatais, pode ser lida como uma tecnoburocrata que ajudou a planejar, com o apoio do Estado, o desenvolvimento para a Amazônia. A “tecnoburocracia local”, na Amazônia, era formada por vários funcionários de órgãos como a SUDAM, o BASA, a SUFRAMA, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária-Incra e órgãos estaduais de todas as unidades federativas, assim como funcionários ministeriais e

¹ Mestrando em sociologia, Universidade Federal do Pará, marlonka.mk@gmail.com.

² Docente no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, taniagr@ufpa.br.

intelectuais, que, sem questionar o processo de ocupação do capital na Amazônia, acabaram por incentivar esses empreendimentos na região: “[...] desde ‘que as empresas estejam instituídas sob a forma de S/A’ – o que exclui liminarmente, os pequenos produtores” (Loureiro, 2019, p. 95). O papel de Clara Martins Pandolfo nesse arranjo estatal torna-se evidente quando esmiuçamos seu pensamento e encontramos as noções de crescimento econômico combinado com preservação ambiental, como defendem as propostas de modernização ecológica para a Amazônia (Hannigan; Burnett 2009), ou a de capitalismo verde que entende a natureza como mercadoria, recursos naturais que devem ser precificados e explorados (Castro, 2012, p. 41). Clara Pandolfo entendia biodiversidade como “recursos” que deveriam ser explorados de forma racional. Entre esses “recursos” estavam a Terra (Recursos do solo e subsolo); as Águas (Reserva hídrica, recursos hidráulicos e pesqueiros); e a Floresta (madeira, fauna, outros produtos vegetais como borracha, castanha do Pará, Pau-Rosa e Oleaginosas) (Pandolfo, 1973). O pensamento conservacionista de Clara Pandolfo pode ser identificado em seu elogio aos artigos publicados na Revista brasileira de tecnologia, escrito pelo grupo de trabalho encarregado de elaborar uma política florestal para a Amazônia, criado por decreto da presidência da República nº 83. 518, de 29/05/79. As diretrizes gerais desse plano seriam: a) realizar o zoneamento-econômico do espaço territorial amazônico; b) implementar as áreas de proteção ou preservação na Amazônia brasileira, num total de 13 milhões de ha, dos quais 2/3 (100 milhões de há) são na floresta pluvial tropical (Hiléia); c) demarcar e regularizar terras indígenas; d) disciplinar e regulamentar a estrutura fundiária; e) implementar florestas nacionais num total mínimo de 60 milhões de ha; f) institucionalizar um sistema de administração florestal na região; g) intensificar as pesquisas sobre a formação, especialização e aperfeiçoamento de recursos humanos, bem como da flora e fauna. h) recuperar terras degradadas; i) implementar criadouros de animais silvestres para fins econômicos ou de repovoamento; m) rever e reformular a legislação ambiental; e) implantar as florestas tropicais (Pandolfo, 1982, p. 19-20). Esses pontos seriam, portanto, bases para uma política conservacionista que, juntamente com outros estudos, entre eles o plano “Floresta regional de rendimento”, contribuiriam à preservação da floresta amazônica. Uma política que combinaria, portanto, o econômico e o ecológico como faces da mesma moeda. Nas palavras da autora: “Trata-se de uma proposta de utilização em bases conservacionistas, para deter o extrativismo predatório e fazer da exploração florestal, na Amazônia, uma atividade economicamente viável e ecologicamente correta” (Pandolfo, 1982, p. 21). Outra política marcante da trajetória de Clara Pandolfo foi a opção do reflorestamento por meio de monoculturas, “florestas artificiais”, como o dendê na estada Belém/Mosqueiro. Para ela, o reflorestamento através dos plantios artificiais era uma proposta reservada aos grandes projetos destinados à formação de florestas homogêneas, ou ao povoamento misto de espécies de valor industrial, como é o caso do dendê conduzido pela SUDAM, visando a produção de óleo, e os plantios de Gmelina arbórea, realizado pela empresa Jari, destinado à produção de celulose (Pandolfo, 1974, p. 16). Contudo, embora ela endossasse em seus escritos a expansão do capitalismo na Amazônia, pessoalmente ela guardava ressalvas e resistências em relação a algumas dessas atividades na Amazônia por conta de seu alto potencial destrutivo para o meio ambiente, como lembra Lúcio Flávio Pinto: “Um episódio ilustra o que ela foi. No início da década de 80, o então superintendente da Sudam, Elias Sefer, queria aprovar de qualquer maneira três projetos agropecuários no Acre. O principal argumento era que o Estado não fora “beneficiado” por nenhuma fazenda dos incentivos fiscais. O problema é que elas ficariam em área de floresta densa e uma resolução da própria Sudam proibira essa localização. A doutora Clara se colocou contra a iniciativa. O superintendente encaminhou os três projetos por um atalho para a reunião do Conselho Deliberativo. Denunciei o fato em *O Estado de S. Paulo* e *O Liberal*, provocando grande repercussão. O superintendente tentou se explicar: não precisava ouvir o Departamento de Recursos Naturais porque conhecia a Amazônia como ninguém. O que devia servir-lhe de defesa, o condenou de vez” (Pinto, 2011). Por fim, analisando seus textos acreditamos que Clara Martins Pandolfo, enquanto funcionária pública da SUDAM, pensou a Amazônia como fronteira de commodities para o mercado mundial,

defendendo, na forma de atividades planejadas e reguladas pelo Estado, a pecuária, a mineração, a extração madeireira, o dendê, e etc. No entanto, frisamos que em seu pensamento e trajetória pessoal também encontram-se presentes uma forte preocupação com a questão ambiental, sobretudo com a floresta Amazônica, desde que acompanhada com o crescimento econômico.

PALAVRAS CHAVES

Clara Martins Pandolfo; Planejamento; Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Edna Maria Ramos. Desenvolvimento e ambiente. *In*: GAMA, João Ricardo; LEÃO, Andréia Simone Rente (Orgs). **Sociedade, Natureza e desenvolvimento – SND**. Santarém: UFOPA. Vol. 1, pp. 17-60.

DE MELO, Murilo Fiuza. **Clara Pandolfo, uma pioneira em defesa da floresta**. Diário do Pará. 2011. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/biografias/3046419>. Acesso: 14/11/2022.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971.

LOUREIRO, Violeta Refkalesky. **Amazônia: Estado, homem e natureza**. ed. 4. Belém: Cultural Brasil, 2019.

PINTO, Lúcio Flávio. **Clara Pandolfo: 109 anos**. 2011. Disponível em: <<https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2021/06/12/clara-pandolfo-109-anos/>>. Acesso: 14 nov. 2022.

PANDOLFO, Clara Martins. **Seminário sobre a realidade amazônica para professores da Disciplina “Estudos de problemas brasileiros”. Tema: Amazônia brasileira – o meio físico. os recursos naturais**. Belém: SUDAM, 1973.

PANDOLFO, Clara Martins. **Ecologia e desenvolvimento da Amazônia**. Belém: SUDAM, 1982.

PANDOLFO, Clara Martins. **Estudos básicos para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento dos recursos florestais e de uso racional dos recursos da Amazônia**. ed. 2. Belém: SUDAM, 1974.

HANNIGAN, John; BURNETT, Annahid. **Sociologia ambiental**. Petropolis: Vozes, 2009.

UMA ANÁLISE SOBRE A REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

GT02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Luma Cavaleiro de Macêdo Scaff¹

Wanda da Penha Sales²

1. INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável encontra-se em constante transformação cujo marco é a Convenção de Brundtland, exigindo formatação jurídica integrada e multinível entre aplicabilidade, sustentabilidade e intergeracionalidade.

A união dos aspectos econômico, ambiental e social foi amparada pela Organização das Nações Unidas (ONU) na oportunidade da edição da Agenda 2030, enquanto meta da parceria global no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao declarar o empenho em alcançar o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões de forma equilibrada e integrada.

A Convenção da Diversidade Biológica – CDB (UN, 1992) alinha objetivos, emprego de termos e princípios a serem utilizados de forma comum entre os países signatários, com especial relevância para o desenvolvimento sustentável, principalmente no que tange a repartição dos benefícios derivados do uso de recursos genéticos.

Em âmbito nacional, a Lei nº 13.123/2015 (Lei de Repartição de Benefícios), conhecida como marco legal da biodiversidade apresenta disposições que se referem ao acesso ao patrimônio genético, à proteção e ao acesso ao conhecimento tradicional associado e à repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

O meio ambiente, enquanto conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que, permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

A proteção da biodiversidade integra o ambiente a ponto de contribuir para as formas de vida. A repartição de benefícios oriundos da biodiversidade é instituto que interfere diretamente na dinâmica entre o financiamento de direitos, as políticas públicas e o meio ambiente, com destaque para o mecanismo da repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Considerando a relação entre a proteção da biodiversidade e o meio ambiente ecologicamente equilibrado, indaga-se em que medida o mecanismo da repartição de benefício está relacionado ao uso sustentável da biodiversidade? Objetiva-se analisar o mecanismo de repartição de benefícios, previsto na Lei nº 13.123/2015 e seu Decreto Regulamentador nº 8.772/2016, e sua relação com o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Os objetivos específicos deste trabalho: a) desenvolver referencial teórico entre a relação da proteção da biodiversidade e o meio ambiente ecologicamente equilibrado, no âmbito jurídico internacional e

¹ Mestre e Doutora pela Universidade de São Paulo. E-mail: lumascff@yahoo.com.br

² Especialista em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: wanda_sales10@hotmail.com

nacional; b) investigar o sistema normativo nacional sobre o mecanismo de repartição de benefícios da biodiversidade; c) examinar a natureza jurídica do instrumento econômico previsto nos artigos 19 a 22 da Lei nº 13.123/2015 e seu Decreto Regulamentador nº 8.772/2016.

2. METODOLOGIA

Utiliza-se pesquisa bibliográfica e documental, com o uso de fontes primárias e método hipotético-dedutivo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os resultados, observou-se que a Agenda 2030 busca instigar que cada país trace metas ousadas para a realização dos Objetivos propostos, respeitando as realidades nacionais e regionais diante do contexto de implementação mundial conjunta. Não cenário nacional, preleciona Moreira et al (2017, p. 71) que “a repartição de benefícios foi muito reduzida nesta Lei, o que leva a graves distorções dos preceitos previstos na CDB e no arcabouço jurídico internacional de forma geral”.

Ao investigar o sistema normativo nacional, em especial a Lei nº13.123/2016, observou-se que o instituto da repartição de benefícios é um mecanismo que visa dividir os proveitos derivados do uso do patrimônio genético e do conhecimento tradicional entre os provedores (de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais) e os usuários.

Não se trata, pois, de um simples pagamento por serviços ambientais. Isto porque aquele que usa do recurso ambiental ou do conhecimento tradicional para desenvolver um produto em prol do lucro tem a obrigação de repartir com os provedores os ganhos gerados pela exploração econômica do produto. Nesse contexto a legislação constitui a repartição de benefícios a partir de um critério, cujo marco é a origem do conhecimento.

Sendo a exploração econômica de produto oriundo de acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional de origem não identificável, a repartição de benefícios monetária poderá, a critério do usuário, ser depositada diretamente no Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNRB), sem necessidade de celebração de acordo de repartição de benefícios.

No caso de exploração econômica de produto oriundo de acesso unicamente a patrimônio genético (sem conhecimento tradicional associado), é prevista a possibilidade da repartição de benefícios também acontecer de forma não monetária.

No caso de exploração econômica de produto oriundo de acesso a conhecimento tradicional de origem identificável, o usuário do conhecimento deve firmar um contrato de repartição de benefícios (monetários e/ou não monetários) com a comunidade provedora do conhecimento tradicional. Nesses casos, o usuário fabricante do produto deve também destinar uma parte dos benefícios (monetários) ao FNRB.

Diante da dificuldade de se amoldar a repartição de benefícios aos modelos já existentes e pela peculiaridade do bem ambiental, torna-se um regime jurídico *sui generis*.

Estudar e buscar compreender a mais eficiente aplicação do sistema de repartição de benefícios permite não apenas que todos os atores envolvidos no processo tenham acesso aos direitos decorrentes da exploração do patrimônio genético, como também corrobora para o alcance do desenvolvimento sustentável através das parcerias colaborativas.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se a preocupação atual com a junção dos aspectos econômico, ecológico e social, tal como fora norteadada pela ONU na oportunidade da edição da Agenda 2030, documento que concretiza a parceria global no alcance dos ODS, o qual declara o empenho em alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – econômica, social e ambiental – de forma equilibrada e integrada.

Importa frisar que a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável denota que o prisma social emerge de forma substancial, o que demonstra de forma determinante que a finalidade precípua da junção entre os dois primeiros aspectos sempre foi e cada vez mais é a evolução social equilibrada.

Assim, o maior desafio da legislação brasileira sobre repartição de benefícios é estimular a pesquisa e a agregação de valor da biodiversidade em benefício da sociedade brasileira e do desenvolvimento nacional e, ao mesmo tempo, garantir o retorno dos benefícios aos povos indígenas, às comunidades tradicionais e ao país.

5. PALAVRAS-CHAVE

Repartição de benefícios da biodiversidade; meio ambiente; desenvolvimento sustentável.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAD, Ana Lúcia Delgado; SAMPAIO, Maria José Amstalden. **Acesso a Biodiversidade e Repartição de Benefícios:** perspectivas futuras e sugestões de ação para o Brasil. DOCUMENTO RESERVADO. Brasília, CGEE. Mimeo, 2005. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1I85g83TaVoJ:www.cgee.org.br/atividades/redirect.php%3FidProduto%3D1763+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em: 03 mar. 2018.

BASTOS, Rodolpho Zahluth; TUPIASSU, Lise; GROS-DÉSORMEAUX, Jean-Raphaël. **Regime de repartição de benefícios da biodiversidade:** Lei nº 13.123/2015. Belém: Best Amazônia/UFPA, 2017.

BRASIL. **Lei nº. 13.123, de 20 de maio de 2015.** Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica. Brasília: DOU, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113123.htm>. Acesso em: 16 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016.** Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: DOU, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8772.htm>. Acesso em: 23 dez. 2018.

CECHIN, Andrei; BARRETO, Cristiane. **Governança e políticas públicas no antropoceno.** Sustentabilidade em Debate, v. 6, n. 2, p. 14-16, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/viewFile/16002/11494>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

COMPARATO, Fábio Konder. **Estado, empresa e função social.** In: Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 85, v. 732, out. de 1996, p. 38-46.

Confederação Nacional da Indústria; GSS Sustentabilidade e Bioinovação; Natura Inovação e Tecnologia de Produtos. **Acesso e repartição de benefícios no cenário mundial:** a lei brasileira em comparação com as normas internacionais. Brasília: CNI, 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos avançados**, v. 13, n. 36, 1999, p. 147-163.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 48, 1997, p. 11-32.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 37-132.

DIAS, Luciana Laura Carvalho Costa. Repartição de Benefícios: Qualquer coisa é melhor do que nada. **Revista da AGU**, Brasília-DF, v. 17, n.01, 237-260, jan./mar. 2018.

DIÓS, Marcelle Mourelle Perez. Reflexões sobre a análise econômica do direito na seara ambiental. **Revista de Direito da Cidade**, v. 3, n. 2, p. 106-155, 2011. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/9852> > Acesso em: 03 mar. 2018.

KON, Anita. Responsabilidade social das empresas como instrumento para o desenvolvimento: a função da política pública. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 41, 2013.

MOREIRA, Eliane Cristina Pinto (Org.); PORRO, Noemi Miyasaka (Org.); SILVA, Liana Amin Lima da (Org.). **A “NOVA” LEI N.º 13.123/2015 NO VELHO MARCO LEGAL DA BIODIVERSIDADE**: Entre Retrocessos e Violações de Direitos Socioambientais. São Paulo: Inst. O direito por um Planeta Verde, 2017.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, 2012, p. 65-92.

UNITED NATIONS (UN). **Convention on Biological Diversity**. Rio de Janeiro: UN, 1992. Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2018.

VASCONCELOS, Rosa Miriam de. Conhecendo a nova lei de acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional (Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015). **Conselho Federal de Biologia, Brasília**, v. 9, 2015. Disponível em: <<http://www.propq.ufscar.br/pesquisador/Conhecendo%20a%20Lei%2013.123%20de%202015%20-%20versao%201%20junho%20-com%20Sumario.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

GT02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Brenda Aryanne Damasceno Monteiro¹

1. INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental é um tema essencial nas práticas pedagógicas do mundo atual, pois, dentre outras finalidades, objetiva direcionar os cidadãos à formação de uma consciência crítica e a um novo estilo de vida. Essa importância desperta o interesse para realização de pesquisas no âmbito escolar, ainda que a educação ambiental não se restrinja somente aos ambientes escolares.

Uma grande responsabilidade social é depositada aos professores que são vistos como referências sobre as temáticas atuais da sociedade na escola. Os profissionais da educação, por vezes, podem se sentir pressionados diante dessa constatação, mas em contrapartida, suscita que estes pensem em práticas cotidianas que podem enriquecer os conteúdos em sala de aula.

A participação dos professores na introdução da Educação Ambiental na escola básica é muito cobrada, porém Guimarães (2012, p.36), observa que apesar da difusão crescente da Educação Ambiental pelo processo educacional “essa ação educativa geralmente se encontra fragilizada em suas práticas pedagógicas, na medida em que tais práticas não se inserem em processos que gerem transformações significativas da realidade vivenciada”, já que é pressuposto que a educação, para ser transformadora, precisa estar alinhada ao que o aluno vive, ou seja, deve ser contextualizada.

A transversalidade da questão ambiental em todos os níveis escolares, abordada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997) advém da necessidade de problematização do entendimento das consequências das alterações ambientais causadas em decorrência do modo de vida de uma maioria da sociedade. Essa transversalidade pode ser considerada por alguns como sinônimo de interdisciplinaridade mesmo que os conceitos e práticas sejam diferentes (REIGOTA, 2017).

Sobre a educação ambiental, Reigota (2017, p.11) defende que seja feita “a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos”, propiciando assim uma reflexão que resulte na participação democrática dos cidadãos nas tomadas de decisão na busca de soluções práticas, viáveis e sustentáveis que possam transformar a nossa realidade socioambiental.

A disciplina de ciências é vista como a mais próxima da educação ambiental por ser responsável pela socialização de assuntos como aquecimento global, ciclo da água e carbono, poluição e outros, que são aproximados ao que se entende sobre a prática pedagógica ambiental,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, brendamasceno24@hotmail.com

sendo assim, aos professores de ciências pode ser cobrado o que deveria ser feito por todo o quadro de profissionais das escolas.

Partindo da hipótese de que aos professores de ciências é cobrada uma maior participação na apresentação dos conteúdos da Educação Ambiental, suscitou-se a realização da presente pesquisa que buscou comprovar ou refutar essa afirmativa, a partir de coleta de dados em forma de revisão bibliográfica.

2. METODOLOGIA

Foi realizado uma revisão bibliográfica para uma abordagem qualitativa sobre trabalhos em Educação Ambiental realizado com professores de ciências em escolas básicas, para verificar a incidência do tema em projetos de pesquisa. A escolha de revisão bibliográfica aconteceu pois “os artigos de revisão, assim como outras categorias de artigos científicos, são uma forma de pesquisa que utiliza fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de pesquisa de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente um determinado tema” (BOTELHO, CUNHA, MACEDO, 2011).

A busca de trabalhos sobre o tema foi realizada no Google Acadêmico que reúne os principais resultados desenvolvidos por pesquisadores das universidades e publicados para divulgação dos estudos para o meio social.

A escolha de professores de Ciências como sujeitos da pesquisa advém do meu interesse na área resultante da minha formação assim como para investigar paralelo ao que consta na literatura de que aos professores de ciências recai uma grande responsabilidade sobre o ensino de Educação Ambiental.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através de uma pesquisa no Google Acadêmico delimitada com as palavras “Educação Ambiental e Professores de Ciências” em um período dos anos de 2018 até 2023, foram encontrados aproximadamente 15.700 resultados que foram filtrados de acordo com maior aproximação com o interesse do presente trabalho.

Alguns trabalhos relatam que foram realizados com todos os professores da escola, e os resultados demonstram que os professores de Ciências têm mais afinidade com o tema e que os outros sentem dificuldade relatando uma falta de conhecimento sobre questões ambientais.

É importante destacar que a Educação Ambiental não está relacionada somente a questões ambientais, mas que permeia questões sociais, tais como o consumo consciente, distribuição de alimentos, água e terra, dentre outros que podem ser perpassados no dia a dia dos conteúdos escolares tomando como partida a experiência do que os alunos trazem de sua vida.

Outro problema identificado através da leitura dos trabalhos filtrados, é a de que professores de Ciências acabam adotando projetos de educação ambiental de maneira isolada e pontuais em datas comemorativas do ano letivo, muitas vezes não direcionadas para a realidade local, ou com o objetivo de conscientização de alunos. É importante tal constatação para que os professores das

demais áreas, conscientes do que consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais tomem iniciativa de colaborar com tais projetos para que a Educação Ambiental seja cada vez mais presente no ensino na educação básica.

Também foi possível identificar entre os artigos filtrados, trabalhos em que os professores relatam a falta de formação continuada para que eles se aperfeiçoem na sua prática em Educação Ambiental.

Outro assunto relevante encontrado através da pesquisa de trabalho sobre educação ambiental no Google acadêmico foram os que abordavam concepções e percepções ambientais dos professores. Entender como o profissional entende o meio ambiente é fundamental para interpretar as suas ações sobre educação ambiental nas escolas, Sauv  (2005) elenca quinze correntes sobre conceber e praticar a educa o ambiental, que partem principalmente das concep es e percep es ambientais dos professores.

4. CONCLUS ES/CONSIDERA ES FINAIS

Diante dos trabalhos verificados atrav s da pesquisa bibliogr fica pode se constatar que   admitida uma aproxima o da disciplina de ci ncias da natureza com a educa o ambiental e que h  uma tentativa de acender a necessidade de que todos os professores se mobilizem no trabalho do tema nas escolas seguindo o que consta na legisla o da educa o brasileira.

  necess rio que os professores invistam mais em sua forma o continuada, mas que para isso tenham incentivo e apoio dos ambientes escolares com a oportunidade de que mais eventos sobre o tema sejam includos na programa o da institui o voltado para a forma o dos professores ao longo do ano letivo e n o somente em a es pontuais.

5. PALAVRAS-CHAVE

Educa o Ambiental, Ci ncias, Professores

7. REFER NCIAS BIBLIOGR FICAS

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; · MACEDO, Marcelo. **O m todo da revis o integrativa nos estudos organizacionais**. Gest o e Sociedade. Belo Horizonte, v.5, n. 11, p. 121-136 · maio-ago. 2011 · ISSN 1980-5756.

BRASIL, Minist rio da Educa o. Secretaria de Educa o Fundamental. **Par metros Curriculares Nacionais**. Introdu o. Bras lia: MEC/SEF, 1997.

GUIMAR ES, M. **A forma o de educadores ambientais**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus editora, 2012.

REIGOTA, M. **O que   educa o ambiental**. S o Paulo: Brasiliense, 2017.

SAUV , L. **Uma cartografia das correntes em educa o ambiental**. Educa o Ambiental: pesquisa e desafios, p. 17-44, 2005.

3

Simpósio
Internacional

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

GT 02 • Sessão 2

NARRATIVAS EM CONFRONTO E REPRESENTATIVIDADE: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DE LULA E HELDER BARBALHO SOBRE A AMAZÔNIA EM PRÉVIA DE MEGAEVENTOS INTERNACIONAIS AMBIENTAIS

GT02 - Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

*Rodolfo Silva Marques¹
Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira²
Mário Camarão França Neto³*

1 INTRODUÇÃO

O Pará detém o segundo maior território entre as 27 unidades federativas brasileiras e é um dos sete estados da região Norte (formada também por Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins e Acre), integrando a Amazônia Brasileira. A capital, Belém, tem 1.303.389 habitantes⁴, tendo o título “metrópole da Amazônia”, está encrustada na floresta amazônica e tem sob responsabilidade de sua prefeitura, além da administração da cidade, 39 ilhas.

Belém vive uma evidente carência de ações sistemáticas diante dos desafios comuns dos centros urbanos como mobilidade, tratamento de esgoto, de resíduos sólidos e abastecimento de água, e outros problemas sociais. De acordo com o IBGE, no Censo 2022, Belém tem apenas 67.9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 22.3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 36.1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

Em maio de 2023, um marco cronológico se instituiu no contexto de Belém e da Amazônia. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), anunciou que o Brasil será a sede da 30^a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas (COP-30), em 2025 – o evento ocorrerá na capital do Pará.

A Conferência reúne lideranças mundiais, todos os anos, para tratar soluções para o combate ao aquecimento global e a favor do desenvolvimento sustentável. A Amazônia esteve em pauta na COP-26 e COP-27, ocorridas, respectivamente, em Glasgow, na Escócia, e em Sharm el-Sheikh, no Egito. As pautas da defesa da floresta amazônica em pé, da soberania nacional, do enfrentamento das mudanças climáticas e da sustentabilidade emergiram em vários discursos.

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professor-Doutor da Universidade da Amazônia (UNAMA), rodolfo.smarques@gmail.com.

² Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), no Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA); Professora-Doutora da Universidade da Amazônia (UNAMA) — Belém-PA-Brasil, Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Culturas da Universidade da Amazônia (UNAMA) — Belém-PA-Brasil, ivana.professora2020@gmail.com.

³ Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (UM / Portugal), Professor-adjunto da Universidade da Amazônia (UNAMA) — Belém-PA-Brasil, mariocamarao@gmail.com.

⁴ População do último Censo (2022) de acordo com o IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>. Acesso em: 14 set.2023.

2 METODOLOGIA

Neste trabalho, a proposta é avaliar quatro discursos – dois do presidente Lula e dois do governador Helder Barbalho –, nos dois marcos cronológicos escolhidos: o anúncio da COP-30, em Belém, em 26 de maio de 2023; e na abertura da Cúpula da Amazônia, em 08 de agosto de 2023. Os discursos se materializam nos eventos dentro de um campo de disputa de narrativas políticas. Por isso, enquanto desenho de pesquisa, são usados três caminhos: a revisão de literatura, análise do conteúdo e análise crítica do discurso, a partir dos casos selecionados. Nessas análises, são observadas quatro categorias nas falas de Lula e Helder: a) políticas públicas; b) bioeconomia; c) Amazônia; d) mudanças climáticas. Usa-se, também, o recurso metalinguístico da nuvem de palavras.

Nessa pesquisa, nos referirmos à comunicação como processo, os discursos se constituem a partir de intenções e valores, necessitando uma contextualização uma vez que estão condicionados por múltiplas determinações: sociais, históricas e culturais, sendo resultado do lugar que os sujeitos ocupam na estrutura social com suas peculiaridades na hierarquização de poder a que se submetem.

Assim, a análise do conteúdo se torna imprescindível para entender estes os discursos – nem sempre explícitos – contribuindo para a apreensão da comunicação como processo em sua totalidade, fundamentada em um método crítico. Adota-se ainda nesse estudo a perspectiva da linguagem como um construto das relações e as realidades, por isso definida como práticas discursivas, ou melhor, prática social dialógica como define Bakhtin é o autor de referência que utilizamos para pensar esse caráter dialógico.

Percebemos que os sentidos são produzidos nesse fluxo de linguagem com enunciados que são anteriores às nossas referências que sustentam os enunciados do presente e a expectativa de enunciados futuros. Bakhtin (2006) define a dialogia como um elemento constitutivo da linguagem, identificada de forma implícita ou explícita circulando nosso contexto social, permitindo nessa relação de produção de sentidos e de ação no mundo. Por isso, torna-se necessária a segunda etapa metodológica, a Análise Crítica do Discurso (ACD), em Van Dijk na visada de um dispositivo teórico analítico, articulado conjuntamente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os megaeventos têm sido frequentemente visualizados como catalisadores de mudanças, ocupando um espaço significativo no imaginário coletivo. Para muitos, representam a chave para enfrentar e superar, por exemplo, desafios urbanísticos persistentes, ao mesmo tempo que posicionam as cidades anfitriãs sob holofotes globais.

Consideremos o exemplo da COP 30 em Belém, prevista para 2025. Ao contrário de cidades que sediaram megaeventos no país, Belém não experimentou uma metamorfose urbana de grande escala. Isso levanta questões sobre a natureza e o impacto dos diferentes tipos de megaeventos. Desse modo, é essencial também entender o que as cidades e seus habitantes ganham com a realização de tais eventos.

A escolha da cidade-sede para um megaevento é uma decisão carregada de significado e representatividade. A cidade selecionada não é apenas um local para o evento, mas se torna um símbolo e um representante de uma nação ou região no cenário mundial. Esta escolha pode influenciar a forma como a cidade e seus habitantes são percebidos globalmente. Portanto, os discursos em torno dos megaeventos não apenas alimentam expectativas locais, mas também moldam a imagem e a identidade da cidade no imaginário global.

Além do protagonismo evidente de Lula para a escolha de Belém para sediar a COP-30, após sua vitória na eleição presidencial de 2022, é indiscutível a atuação destacada do governador do Pará Helder Barbalho, que, em janeiro de 2023, iniciou seu segundo mandato à frente do executivo estadual. Durante seu primeiro mandato, entre 2019 e 2022, Helder procurou manter uma posição de liderança nos âmbitos nacional e internacional e se consolidar como referência amazônica.

A culminância desses movimentos de Helder foi o fato de ele ter assumido, em janeiro de 2023, já em seu segundo mandato, a presidência do Consórcio da Amazônia Legal – grupo formado pelos nove estados da região norte juntamente com Mato Grosso e Maranhão. O Consórcio representa os interesses de cerca de 59% do território nacional, com quase 30 milhões de habitantes na região.

Em uma democracia consolidada (DAHL, 2001), a representatividade emerge como um pilar fundamental. Ela serve como garantia de que as vozes das minorias não apenas ressoem, mas também influenciem as tomadas de decisão políticas. Em essência, busca assegurar que todos, independentemente de sua origem, identidade ou orientação, tenham suas experiências e perspectivas reconhecidas e valorizadas. É a afirmação do direito inerente de cada indivíduo de expressar-se, ser reconhecido e ter sua voz refletida nas estruturas de poder. Desempenha um papel crucial na formação da subjetividade e identidade dos membros de um grupo.

Quando falamos de Amazônia e COP 30 observamos que algumas questões relativas à representatividade são colocadas em palco. A representatividade de uma região em um país não é apenas uma questão de presença política ou cultural, mas também molda a percepção e a representação dessa região no imaginário coletivo. A maneira como uma região é representada, especialmente em fóruns internacionais, pode ter implicações profundas para sua identidade, reconhecimento e desenvolvimento.

Estabelecendo uma analogia, podemos pensar na representatividade e representação da Amazônia no contexto da COP 30, uma conferência de relevância global. A participação da Amazônia neste fórum não é apenas simbólica, mas também estratégica. A maneira como a região é representada, as vozes que são amplificadas e as narrativas que são priorizadas têm implicações reais para as políticas e decisões que emergem desse encontro.

Nos eventos prévios, do Diálogos Amazônicos e Cúpula da Amazônia, realizados em Belém, no mês de agosto de 2023, houve uma primeira amostra do cenário para quem está na Amazônia e como enxergam a região a partir da participação e imaginário. A representatividade dos povos da Amazônia nesses eventos prévios à COP 30 é, portanto, crucial. Se suas vozes, preocupações e perspectivas forem marginalizadas, a representação resultante da Amazônia corre o risco de ser unidimensional. Por outro lado, uma representatividade robusta e inclusiva pode garantir que a representação ampla, abrangendo tanto seus desafios quanto os direitos, aspirações e sabedorias.

A mídia também desempenhou um papel crucial na formação do imaginário sobre a Amazônia. Imagens de florestas densas, rios majestosos e, por vezes, cenas de desmatamento e destruição, permeiam a percepção pública. Estas representações, muitas vezes desprovidas de contexto, alternam entre a idealização bucólica da natureza e a denúncia de práticas predatórias. Além disso, é essencial reconhecer a influência dos povos originários e comunidades locais na construção da identidade amazônica. Suas tradições, histórias e lutas são fundamentais para uma compreensão ampla da região.

4 CONCLUSÕES

É possível apontar, como conclusões preliminares, considerando-se que a pesquisa está em andamento, dois pontos fundamentais.

O primeiro deles é a consonância entre os discursos avaliados de Lula e de Helder Barbalho, apontando para a prioridade de políticas públicas para a Amazônia e para a necessidade do enfrentamento das questões peculiares e de vulnerabilidade da região.

Outro ponto é a exploração dos discursos a respeito da Amazônia, mesclando as narrativas e o imaginário a partir das lideranças políticas.

No transcorrer da pesquisa, outros pontos ainda deverão emergir à guisa de conclusões

PALAVRAS-CHAVE

Representatividade; Amazônia; megaeventos; COP-30; análise do discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977], 2016.

DAHL, Robert. Sobre a democracia. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

de Mattos Rocha, Lia. Megaeventos esportivos e seus legados para a vida nas cidades e a democracia (Apresentação). **Interseções: Revista De Estudos Interdisciplinares**, 22(2), 2020.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016

MATTOS, Lia de. Dossiê Megaeventos e seus legados <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/download/54544/35162>. Acesso em: 01 out.2023.

MOZZATO, Anelise; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, 731-747, 2011.

ROCHE, Maurice. **Mega-events and Modernity**: Olympics and Expos in the Growth of Global Culture. Front Cover. Routledge, 2000.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso, Notícia e Ideologia**: Estudos na Análise Crítica do Discurso. 1 ed. Porto: Campo das Letras, 2005.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3LoLZry>. Acesso em: 01 out.2023.

O BIOPODER E SUA INFLUÊNCIA NA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA RESEX DO RIO UNINI

GT02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Cassia Karimi Vieira Cativo¹

Violeta Refkalefsky Loureiro²

Edna Maria Ramos de Castro³

1. INTRODUÇÃO

Os conceitos de Biopolítica e Biopoder tem contribuído para a compreensão em torno das escolhas do Estado, na construção de políticas públicas para a Amazônia. Nesta região as políticas públicas foram construídas a partir de viés economicista, o qual priorizava o desenvolvimento econômico em detrimento do social.

Como reflexo, a Amazônia passou a presenciar a devastação ambiental, extermínio de populações indígenas, perseguição e morte de líderes comunitários, sem haver ações efetivas para conter a esses problemas. Foucault assim como Weber acredita que o Estado tem o monopólio legítimo da força, para Foucault esse monopólio é usado para impor vigilância e regras na população, dessa forma docilizar seus corpos.

Nesse sentido, o Estado que deveria atuar de forma justa com todos seus cidadãos, passa a ter o poder de determinar quem vive e quem morre. Assim, quando criar políticas que não correspondem à realidade local, fecham os olhos para questões ambientais e conflitos, acaba por optar por quem permanece vive e quem não é útil nessa sociedade.

Diante deste cenário, o presente ensaio tem por objetivo fazer uma reflexão em torno do conceito de biopoder e como ele tem rebatimento na efetivação das políticas públicas dos moradores do Rio Unini. No que se tange à metodologia, esta foi de natureza qualitativa, com a utilização de material bibliográfico e documental produzido pelo conselho que possibilitaram melhor compreensão em torno da temática.

2. METODOLOGIA

Em busca de compreender a temática em questão, optou-se pela abordagem qualitativa, utilizando-se livros, teses, dissertações e manchetes de jornais. Por se tratar de um recorte de dissertação, os dados fazem parte da pesquisa de campo realizada entre os anos de 2019 a 2020, no Conselho Deliberativo do Reserva Extrativista do Rio Unini. Por fim, os dados foram analisados e organizados em categorias que possibilitaram uma importante reflexão do acesso das políticas públicas para esta população.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Resex do Rio Unini foi criada a partir do decreto S/N de 21 de junho de 2006, ocupando uma área de 849.684, 79 hectares, localizada entre os municípios de Novo Airão (18.974 hab.), Barcelos (27.364 hab.) e com

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU/ NAEA/UFPA; e-mail: Karimivieira@hotmail.com

² Professora Emérita da Universidade Federal do Pará/UFPA, atuando como voluntária no Instituto de Filosofia e Ciência Humanas/IFCH; e-mail:violetarefkalefskyloureiro@gmail.com.

³ Professora Emérita da Universidade Federal do Pará/UFPA, atuando no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/ NAEA e no Instituto de Filosofia e Ciência Humanas/IFCH; email: edna.mrcastro@gmail.com

destes temas, *“toda reunião a gente apresenta as mesmas pautas, saúde, educação, energia, INSS, e cadê que já mudou? Não mudou nada e pelo que vejo nem vai mudar”* (ATA, 2011, s/p).

Estas demandas constituem para os comunitários da Resex do Rio Unini como um desafio, pois o acesso a serviços básicos como vacinação, escolas com infraestruturas adequadas, material escolar, saneamento básico, são ofertados de forma precarizada e/ou quase inexistentes. Em conversas informais com comunitários da Resex perguntei se em cada comunidade existia um posto de saúde com medicação disponível a eles; relataram que existe a casa da Agente de Saúde e que esta possui medicação contra malária, *“se você tiver outra coisa, uma dor de cabeça, dor de estomago ou outra coisa, ou você traz remédio da cidade e deixa guardado em casa, ou você faz remédio caseiro, porque é difícil, não vem pra cá”* (Morador da comunidade Floresta).

As famílias relatam que quando há necessidade de médico, muitos vão até o município de Novo Airão ou Barcelos. *“Quando há uma emergência a gente liga pra secretaria de saúde e eles mandam a lancha pegar, mais demora porque aqui é bem longe”* (Moradora Lagos das Pedras). Um episódio que descreve a precarização do acesso a serviços de saúde foi o ataque de morcego na comunidade de Taapira, em 2017. Nessa localidade uma família foi atacada enquanto dormia por morcegos, das 6 pessoas atacadas 3 faleceram e uma terceira sobreviveu com sequelas da doença. Os morcegos são transmissores de raiva e, em uma entrevista concedida ao jornal Amazônia Real⁴ o pai das crianças, e conselheiro da Resex, fez a seguinte declaração:

Falei para o pessoal da Saúde fazer algo, os morcegos são transmissores de doenças (raiva). Não tem um lugar mais seguro para a gente dormir. Nada foi feito”, lamenta Levi. “É muito difícil [a vacinação], é muito complicado. Quando acontece essas coisas [a doença], aí todo mundo se mobiliza. Às vezes você pode evitar, com uma simples visita, com uma simples prevenção.

Nos registros das Atas é possível identificar inúmeras solicitações de intervenções de políticas sociais naquela região. Entre os registros feitos pelos conselheiros estão: falta de energia elétrica, chuva que danificou o aparelho que transmitia as aulas, medicamento e a presença pelo menos uma vez de médicos nas comunidades, a visita de assistentes sociais para orientação em relação ao bolsa família, aposentadoria e o BPC.

Os estudos de Foucault (2008), ajudam a compreender como a biopolítica vem atuando nas comunidades indígenas e não indígenas da Amazônia. Para ele a biopolítica atua sobre os processos de natalidade, mortalidade, produção de doenças, problemas políticos, econômicos entre outros. Desse modo, o Estado passa a criar instituições de saúde, escolas, campanhas de vacinas, organizam o espaço das cidades a fim de ter controle sobre os corpos e a vida de sua população.

Nesta região, a degradação ambiental, o extermínio de populações indígenas, líderes comunitários, ambientalista e a não efetivação das políticas públicas acabam tornando-se validadas pela omissão do Estado. Dessa forma, a limitações dos povos rurais da Amazônia no acesso às políticas públicas como saúde, educação, previdência social, reforma agrária, entre outras, a qual contribui para o agravamento da condição social e econômica destas famílias. Nas palavras de Scherer (2004, p. 14):

As disparidades regionais são notórias, confirmadas pelo abandono e pela segregação à qual muitas dessas comunidades se encontram submetidas, sobretudo em microrregiões do Amazonas onde o índice do IDH é baixíssimo. As políticas sociais criadas para responder às demandas dos ribeirinhos são, a nosso ver, excludentes e discriminatórias e as exigências burocráticas são inúmeras e completamente dissociadas de suas vidas, paisagens e espacialidades.

A Amazônia, que possui um mosaico de terras, rios e florestas, é a mesma que abriga populações com disparidade no acesso às políticas públicas. Dessa forma, a situação de pobreza não é entendida apenas pela

⁴ <https://amazoniareal.com.br/resex-rio-unini-pai-do-garoto-que-morreu-com-suspeita-de-raiva-humana-pedi-ajuda-da-saude/> acessado em março de 2019.

ausência de recursos financeiros, mas, se expressa pela fragilidade no acesso a serviços sociais, como de saúde, educação, previdência social, entre outros. Por fim, em muitas comunidades Amazônia a população enfrenta sérios déficits de cidadania, com acesso precarizado aos serviços públicos e convivendo com o analfabetismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado através de seus aparelhos institucionais vem ao longo dos anos garantido a manutenção e o desenvolvimento das relações de produção, da biopolítica e do biopoder. As ações desenvolvidas pelo Estado por meio de vigilância e regras, acabam tornando os corpos dóceis, produzindo segregação, dominação e hierarquização entre os indivíduos.

Na Amazônia essa biopolítica aplicada aqui por meio de criação de políticas desenvolvimentista, tiveram impacto negativo nas comunidades indígenas e não indígenas, bem como, um efeito devastador para o meio ambiente, como consequência, o Estado passa a escolher quem vive e quem morre.

Esse biopoder enfatizado por Foucault não deixou de existir no século XX, regiões como da Resex do Rio Unini sofrem com a omissão do Estado na efetivação de políticas públicas. Como consequência, passam a viver de forma precarizada, recebendo serviços como de saúde, educação, previdência social, e outros, de forma descontinuada.

Por fim, o Estado se faz presente nestas comunidades, por instituições como ICMBio e nas legislações ambientais, cujo papel regulador e fiscalizador está cotidianamente presente na vida dessas famílias. Contudo, ele opta por fechar os olhos e atuar fornecendo políticas públicas paliativas que não conseguem dar conta dos problemas das comunidades.

5. PALAVRAS-CHAVE

Biopoder, Políticas públicas, Reserva Extrativista do Rio Unini

7. REFERÊNCIAS

CATIVO, Cassia Karimi Vieira. **A “política” na política ambiental**: Análise do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Rio Unini. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2020.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SCHERER, Elenise. **Mosaico Terra-Água**: A Vulnerabilidade Social Ribeirinha na Amazônia–Brasil. In: VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais; Coimbra, POR. Universidade de Coimbra, 2004.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SEGURANÇA DA SOCIEDADE EM REGIÕES DE BARRAGENS NA AMAZÔNIA

GT02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Aline Furtado Louzada¹

1. INTRODUÇÃO

A regulação da segurança de barragens deve se estruturar em uma governança de risco inclusiva (RENN; SCHWEIZER, 2009), visando propiciar regras e inserir agentes institucionais, organizações não governamentais e sociedade civil na identificação, avaliação, gestão e comunicação dos riscos, mas também que estes entes sejam empoderados de participação efetiva na construção de políticas públicas para a segurança da sociedade (RENN, 2008). Partindo deste pressuposto, este artigo tem como objetivo central evidenciar as discursividades sobre riscos tecnológicos associados às barragens de hidrelétricas amazônicas, a partir dos pressupostos da governança de risco (IRGC, 2017). Nesse estudo de caso, o recorte espaço-territorial envolve a região do baixo rio Tocantins, e abrange onze municípios paraenses: Abaetetuba, Baião, Barcarena, Breu Branco, Cametá, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tucuruí. O critério de seleção desta região corresponde aos municípios que estão inseridos na área de influência do Plano de Ação Emergência da barragem de Tucuruí.

2. METODOLOGIA

Foi utilizada a Análise do Discurso nesta pesquisa por possibilitar o cruzamento de interdiscursos evidenciados pelos dispositivos teóricos de análise do “dito” (já-dito em outro lugar) com as noções de subentendido ou implícito (PÊCHEUX, 1997; ORLANDI 2015). Os dados documentais foram selecionados a partir de três grupos: técnicos (relatórios e manuais), legais-normativos (legislação e resolução normativa), e manuscritos científicos. O framework conceitual para construção do corpus de análise proposto nesta pesquisa encontra-se no campo interdisciplinar entrecortado pela governança de risco (RENN, 2008; RENN; SCHWEIZER, 2009; IRGC, 2017;), e os discursos sobre os riscos tecnológicos associados às barragens de hidrelétricas amazônicas. Sendo assim, foram identificados os argumentos que evidenciam a inclusão ou exclusão de canais de participação, e o silenciamento do envolvimento social no planejamento de novas hidrelétricas, e também na gestão da segurança da barragem de Tucuruí, PA.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A região amazônica nas últimas décadas se tornou campo para a maioria dos planejamentos de aproveitamentos hidráulicos para geração de energia propostos pelo governo federal, em função da viabilidade de seu aproveitamento. Nos documentos, por serem estritamente técnicos, há um silêncio acerca das complexidades socioambientais que envolvem a construção e operação de hidrelétricas. Entretanto, uma série de problemas pela construção de hidrelétricas na Amazônia podem ser destacados sob o ponto de vista econômico, socioambiental e cultural (CASTRO et al., 2014; MAGALHÃES, HERNANDEZ 2009).

¹ Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental – NAEA/UFPA, Universidade Federal do Pará, alinelouzada@ufpa.br.

A justificativa ao aproveitamento hidrelétrico da região amazônica recai sob a demanda de energia em longo prazo para o desenvolvimento econômico do país e não apenas sob a necessidade de energia elétrica para atender a demanda regional. Esse fato, dentre outros aspectos, resultou na existência de conflitos e confrontos, debates e discussões acadêmicas, processos jurídicos e lutas de resistências dos povos amazônicos (BERMANN 2013; CASTRO et al., 2014). Essas reivindicações acabam não entrando nas discussões governamentais para construção de hidrelétricas, evidenciando o silêncio dessas problemáticas nas documentações oficiais de planejamento energético.

Não é levada em consideração também a aceitabilidade e/ou tolerabilidade pelas comunidades afetadas quanto aos riscos de hidrelétricas. Nesse contexto, os riscos são produzidos pelos empreendedores, que se beneficiam dos lucros gerados, mas os prejuízos são experimentados coletivamente. Estes fatores são objetos de persistente silenciamento nas discursividades tecnocráticas. Então, assim como as reivindicações acabam não entrando nas discussões governamentais para construção de hidrelétricas, também são omitidos os riscos associados às barragens à operação de hidrelétricas.

Quando são analisados os manuais direcionados ao setor de segurança e os destinados aos construtores de barragens e aos operadores de hidrelétricas (CBDB, 2001; ELETROBRÁS, 2003; MI, 2002), pontua-se que o risco está bem delimitado. Esta definição é realizada a partir da análise circunscrita apenas pelo campo das ciências exatas, em que as mensurações estão basicamente enquadradas em aspectos de avaliação quantitativas expressas em termos matemáticos ou probabilísticos. Neste aspecto, denota-se que o sistema perito detém o poder para produzir conhecimento sobre os riscos (GIDDENS, 1991) e os interdiscursos indicam a existência de assimetrias na percepção social sobre este risco calculado.

Então, estas avaliações não levam em consideração o contexto social na percepção dos riscos (AVEN, 2012). Nesse contexto, a identificação da aceitabilidade e/ou tolerabilidade precisa ser considerada para a aprovação de projetos hidrelétricos (BOUDER, SLAVIN; LÖFSTEDT 2007) e, também, para a gestão da segurança das barragens. Assim, o contexto amazônico precisa ser considerado, bem como a tolerabilidade destes riscos aos povos amazônicos diante dos danos produzidos e a equitativa distribuição de benefícios sociais na região de implantação destes projetos.

As discursividades produzidas pela comunidade afetada evidenciam que esta avaliação da aceitabilidade dos riscos também não é materializada no contexto local. Destaca-se que os danos decorrentes da construção da barragem não foram devidamente compensados às comunidades atingidas pela hidrelétrica de Tucuruí (ALMEIDA; MARIN 2014). Desse modo, a avaliação da aceitabilidade quanto aos riscos de hidrelétricas pelas comunidades afetadas é desconsiderada nos manuais técnicos e inexistente nos interdiscursos da gestão da segurança de barragens. Dessa maneira, esses riscos acabam sendo estimados pelos construtores de barragens em seus planejamentos e esta estimativa acaba sendo legitimada pelo poder público no momento da aprovação dos projetos hidrelétricos e da concessão de licenças ambientais.

Dessa forma observa-se que as hidrelétricas na Amazônia são planejadas por uma burocracia que não considera a participação social como um elemento fundamental na governança do risco. A ausência de canais de comunicação e espaços de participação para o efetivo envolvimento da comunidade limita a contribuição destes grupos na regulação da segurança de barragens e fragiliza os processos de tomada de decisão. Sendo assim, é preferida, no contexto local, a omissão de informações sobre os riscos e, também, a manutenção do silenciamento da percepção da comunidade sobre os riscos de rompimento da barragem de Tucuruí.

Nesse sentido, evidencia-se uma assimetria na percepção do risco entre comunidade, poder público e empreendedores. Esse elemento reflete a noção de que não há um conhecimento adequado sobre risco e, também, não há o conhecimento de quem é essa comunidade afetada, e nem há de fato o reconhecimento sobre qual é o espaço potencialmente atingido na região de jusante diante de uma ruptura do barramento. Então, a perspectiva pontuada nos interdiscursos descredencia a importância de consulta social para

aprovação do planejamento de hidrelétricas, assim como também desconsidera os danos ambientais e a necessária execução de medidas de mitigação aos riscos produzidos sobre as regiões de implantação de projetos hidrelétricos.

A comunicação que as empresas operadoras de hidrelétricas estabelecem com a comunidade local, refletida no distanciamento do empreendedor e na concentração das informações e decisões, e ainda na falta de transparências na gestão dos riscos, não permite o estabelecimento de diálogos e o envolvimento da sociedade nos processos de tomada de decisão. Estes recursos apresentam-se para a comunidade afetada pelo risco enquanto elementos de distanciamento, apontando estes quesitos como importante entrave a ser superado em vista de um processo de governança de risco, especialmente envolvendo a segurança de barragens em cenários amazônicos. Nesse contexto, infere-se haver fragilidade em elementos centrais da governança, como na comunicação dos riscos para a comunidade inserida na região de jusante da barragem.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que as hidrelétricas na Amazônia são planejadas por uma tecnocracia que não considera a participação social como um elemento fundamental na governança do risco. Verificou-se também que há um silêncio acerca das complexidades socioambientais da região Amazônica nas documentações técnicas e legais-normativas. Sendo assim, os riscos tecnológicos associados às hidrelétricas na Amazônia são capturados pela hegemonia discursiva da burocracia do setor hidrelétrico, prevalecendo ausência de canais de comunicação e espaços de participação para o efetivo envolvimento da comunidade nos processos de governança de risco. Estes fatores limitam a contribuição de grupos sociais na regulação da segurança de barragens e fragiliza os processos de tomada de decisão para a governança de risco. Dessa forma, identificou-se que é preferida, no contexto amazônico, a omissão de informações e, também, a manutenção do silenciamento da percepção da comunidade sobre os riscos tecnológicos associados ao rompimento de barragens hidrelétricas.

5. PALAVRAS-CHAVE

Governança de risco; segurança de barragens; hidrelétricas na Amazônia.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA; A.W.B.; MARIN, R. E. A. Atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí. Caderno Nova Cartografa Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais, N. 10 (set. 2014) - Manaus: UEA Edições, 2014.

AVEN., T. The Risk Concept: Historical and Recent Development Trends. Reliability Engineering and System Safety, 99, p. 33-44, 2012.

BERMANN, C.. A resistência às obras hidrelétricas na Amazônia e a fragilização do Ministério Público Federal. Novos Cadernos NAEA, v. 16, p. 97-120, 2013.

BOUDER, F.; SLAVIN, D.; LÖFSTEDT, R. E. The tolerability of risk. A new framework for risk management. London: Earthscan. 2007.

CASTRO, E. M. R. de, ALONSO, S., NASCIMENTO, S.M., CARRERA, L., Corrêa, S. A. Hidrelétricas na Amazônia e dilemas da sociedade. Papers do NAEA, 14, p. 1-21, 2014.

CBDB - COMITÊ BRASILEIRO DE GRANDES BARRAGENS. Guia básico de segurança de barragens. Rio de Janeiro: CBDB, 2001.

ELETOBRÁS - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. Critérios de Projeto Civil de usinas hidrelétricas. Brasília: Eletrobrás, 2003. em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991. 156p

IRGC - INTERNATIONAL RISK GOVERNANCE COUNCIL. Introduction to the IRGC risk governance framework - Geneva, IRGC, 2017.

MAGALHÃES, S.M.S.B, HERNANDEZ, F.M. (Orgs.). Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. UFPA: Belém, 2009.

MI - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Manual de Segurança e Inspeção de Barragens. Brasília: MI, 2002.

ORLANDI, E. P. A Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 12.ed. São Paulo: Pontes Editores, Campinas, SP, 2015.

PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 2.ed. São Paulo: Pontes, 1997.

RENN, O. Risk Governance - Coping with Uncertainty in a Complex World. Earthscan, London, 2008.

RENN, O., P. SCHWEIZER. Inclusive risk governance: Concepts and application to environmental policy making. Environmental Policy and Governance, v. 19, p. 174-85. 2009.

PRÁTICAS INOVATIVAS DE GESTÃO AMBIENTAL DE BELÉM DO PARÁ: APA ILHA DE COTIJUBA

GT02 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Silvia Laura Costa Cardoso¹

1. INTRODUÇÃO

Os exemplares de floresta amazônica inseridos na parte continental de Belém do Pará e na região insular do entorno da cidade possuem potencialidades que oferecem benefícios aos seus moradores e visitantes, como por exemplo, a suavização do microclima que proporciona o bem-estar das pessoas. Além dos benefícios ambientais e paisagísticos, esses fragmentos de florestas vivas contribuem para o incremento da pesquisa científica, favorecem o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, lazer e ecoturismo, dentre outros benefícios sociais, culturais e econômicos. Desse modo, exige um olhar holístico para elas por parte dos gestores públicos, no sentido de que a efetiva presença do poder público e a vontade política de fazer são de suma importância para atender as necessidades e demandas da sociedade, bem como na prestação de serviços inerentes à conservação sustentável para as gerações presentes e futuras. Sustentabilidade esta que se apresenta de forma transversal, porque envolve pessoas e objetivos comuns, no sentido de proteger o meio ambiente, como também, respeitar e valorizar os saberes tradicionais, a história e a cultura de um lugar.

Para que a agenda da sustentabilidade se incorpore efetivamente no desenvolvimento de inovações na gestão pública é necessário que o fortalecimento institucional e a vontade política de fazer sejam assegurados pelos gestores públicos.

Assim, no campo da gestão ambiental, os processos que conduzem as ações nas áreas públicas verdes (APV), muitas vezes estão voltados aos usos desses lugares pelos moradores locais e visitantes como opção de lazer, diretamente vinculados à apropriação de consumo de serviços de entretenimento, bem como degradação ambiental pelo manejo dos recursos florestais desordenado, pesca artesanal e predatória ou consumo de bens materiais e serviços, na forma de produto cultural, estes ofertados pelo mercado cultural, representado pelos segmentos do lazer, do esporte, do entretenimento e do turismo.

Esta proposta preliminar de pesquisa intitulada “Práticas inovativas de gestão ambiental de Belém do Pará: o caso da APA Ilha de Cotijuba”, busca analisar as práticas inovativas de gestão ambiental da prefeitura de Belém (2021/2024), cujo *slogan* de seu plano de governo preconiza uma “cidade para todos”.

No bojo da gestão ambiental municipal, a “Belém de novas ideias” possui como uma das demandas presentes no plano diretor (PDU/2008) e no plano plurianual (PPA - 2021/2024), a criação de 10 (dez) unidades de conservação (UC's) no território do município de Belém e ilhas do entorno, sob a gerência Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA). Para alcançar tal demanda, a SEMMA, por meio do Departamento de Gestão de Áreas Especiais (DGAE), possui como ação prioritária ampliar os mecanismos norteadores de proteção da biodiversidade presentes no PDU/2008, nas áreas que integram a zona de interesse ambiental (ZEIA) e na macrozona de interesse ambiental (MZAN) (BELÉM, 2008).

Neste quadro, no período de fevereiro a maio de 2021, o DGAE/SEMMA realizou o primeiro estudo de viabilidade de gestão de áreas remanescentes com potencial para a proteção da biodiversidade. O relatório

¹ Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental. PPGDSTU/NAEA/UFGA. E-mail: silvialaura19@gmail.com.

intitulado: “Desafios de potencialidades para criação e regularização de UC’s em Belém” identificou a partir de uma pesquisa com dados secundários, as áreas com potencial para a criação de UC’s municipais, visando a proteção dos remanescentes florestais e os recursos naturais (BELÉM, 2021a).

Dentre as possíveis áreas elencadas no relatório técnico, a fim de serem transformadas em UC’s municipais, conforme preconiza a lei 9.985/2000, do Sistema Nacional de Unidades de conservação (SNUC), destaca-se a Ilha de Cotijuba, que no estudo em questão, foi classificada com potencial para a criação e implantação da APA da Ilha de Cotijuba, sendo esta, a primeira unidade de conservação municipal a ser criada durante a gestão (2021-2024) seguindo as diretrizes da lei do SNUC.

O SNUC² promulgado em 2000, foi instituído visando a regulamentação do art. 255 da Constituição Federal, é considerado um dos mais importantes marcos legais da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), porque, dentre outras coisas, dispõe sobre a criação e implementação de unidades de conservação e preconiza a participação social por meio de mecanismos que favorecem a participação social, tais como, a consulta pública e a criação de conselhos gestores na perspectiva da conservação dos recursos naturais.

A partir da promulgação da lei do SNUC, a exigência da elaboração dos planos de manejo e formação de arenas de debate como os conselhos gestores ganharam maior importância, buscando atingir um sistema de gestão democrática.

Nesse sentido, busca-se entender as práticas inovativas a serem implementadas no âmbito da gestão ambiental no município de Belém e que se caracterizam em ações inovativas públicas, particularmente, a criação da APA de Cotijuba.

A inovação pública vincula-se a realização de novas ideias, em práticas e atividades do setor público para a solução dos problemas e sua relação com a sociedade em termos de efetividade na prestação de serviços ou para atender as necessidades e demandas sociais, ambientais ou econômicas no âmbito local ou global (SOBRINHO et al, 2020, p. 23).

Autores como Vries, Bekkers e Tummers, 2016 (apud Sobrinho et al, 2020) argumentam que pela ótica da nova administração pública, o debate sobre a inovação pública está concentrada em 4 tipos de inovação: (1) inovação de processos; (2) inovação de produto ou serviço; (3) inovação de governança; (4) inovação conceitual.

Ainda no entender dos autores, para ser considerada uma inovação, um processo ou um resultado esta deve atender a dois critérios: o primeiro da novidade, ainda que uma inovação não necessite ser original, deve ser nova para seus usuários e para o contexto na qual se insere. O segundo critério é a melhoria para ser considerada uma inovação, um processo ou resultado deve ser mais eficaz, mais eficiente do que as opções anteriores apresentadas e/ou experienciadas pelos usuários (SOBRINHO, et al, 2020).

Nessa perspectiva, a APA municipal Ilha de Cotijuba³ se insere como proposta preliminar de pesquisa, tendo em vista que se apresenta como uma inovação pública com direta intervenção do poder

² As UC’s previstas no SNUC estão divididas em 12 categorias, distribuídas em dois grupos. O primeiro grupo é representado pelas Unidades de Proteção Integral, no qual a preservação da natureza é o principal objetivo. Nesse grupo, regras e normas são mais restritivas, sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta ou danos a tais recursos como por exemplo: atividades voltadas à visitação, recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental. O segundo grupo corresponde às Unidades de Uso Sustentável, que conciliam a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Nesse grupo, as atividades que envolvem coleta e o uso dos recursos naturais são permitidas, mas desde que praticadas de forma a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, conforme definido nos seus respectivos planos de manejo (BRASIL, 2000). A APA se enquadra nesse segundo grupo.

³ A ilha de Cotijuba localiza-se à margem direita do Rio Pará, entre as baías do Marajó e Guajará; estando a uma distância de 9 km do distrito de Icoaraci e a 33 km do centro de Belém. Seu território se estende por uma área de, aproximadamente, 60 km quadrados e uma área litoral de 15 km de extensão. Atualmente a ilha de Cotijuba está dividida em 12 comunidades, sendo elas: Poção, Fazendinha, Educandário, Canivete, Seringal, Pedra Branca, Centro, Quatro Bocas, Praia da Saudade, Flecheira, Praia Funda e Vai-Quem-Quer (BELÉM, 2021b).

público municipal, cujo objetivo permeia o desenvolvimento local sustentável com propostas de políticas públicas de conservação dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras, devido os impactos ambientais que vem sofrendo a Ilha de Cotijuba nos últimos anos, muitos pela ausência do poder público na fiscalização e no controle de atividades que degradam a biodiversidade e, conseqüentemente, na mesma direção pelos seus residentes.

Ao longo dos anos, a ocupação urbana desordenada vem impactando de maneira negativa a Ilha, o que tem contribuído para a degradação de seus recursos naturais sem que haja uma maior preocupação tanto da população que habita a ilha, quanto do poder público municipal que é o gestor local, com as possíveis conseqüências à sua biodiversidade.

O avanço da malha urbana, de forma desordenada tem relação com a prática da atividade turística, especialmente, nos períodos de férias escolares (julho/dezembro) e em finais de semana e feriados prolongados, pois, favorece o aumento do fluxo de visitantes do chamado turismo de massa.

Pela lente de um observador anônimo pode-se afirmar que a atividade turística como é realizada hoje na ilha consiste em uma das mais impactantes ao meio natural de Cotijuba, pois é realizada sem nenhum planejamento turístico por parte do poder público municipal, que considere as ameaças e conseqüentes riscos à biodiversidade local.

Destaca-se também, os graves problemas socioambientais identificados na ilha que estão relacionados a ineficiência na aplicação dos instrumentos urbanísticos de gestão urbana, melhoria no transporte público dentro da ilha, acesso a saúde com qualidade, a falta de educação ambiental para a população local e visitantes.

Com relação as atividades de turismo praticadas na área, Pereira (2019) descreve que esta possui subdivisões de acordo com o espaço geográfico da ilha, e configura-se em turismo excursionista, turismo de segunda residência, turismo ecológico e turismo de base comunitária. De acordo com o autor, a maioria das visitas ocorre durante as férias escolares, finais de semana e feriados prolongados.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em estudos exploratórios, combinados com pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, por meio de vários procedimentos, tais como: participação em reuniões dialogadas com a sociedade civil organizada para formação do conselho gestor, entrevistas não diretivas com atores sociais que serão diretamente afetados pelas mudanças oriundas da implementação das práticas inovadoras de gestão ambiental que fornecerão subsídios para a gestão municipal da APA de Cotijuba.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificou-se em um levantamento preliminar do estudo, que foi realizada a consulta pública junto aos representantes da sociedade civil organizada da ilha de Cotijuba, em setembro de 2021, a fim de consubstanciar a elaboração do decreto de criação da APA de Cotijuba, de acordo com o diagnóstico realizado pelo DGAE/SEMMA, denominado “Caracterização Socioambiental de Áreas com potencial para a criação de Unidades de Conservação: Subsídios para a criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha de Cotijuba - Belém/PA” (BELÉM, 2021b).

Entretanto, devido à conflitos de natureza política, a implantação da APA Ilha de Cotijuba não avançou até a presente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas cidades pós-modernas, as áreas verdes caracterizam-se por representar espaços que precisam ser legalmente criados com objetivos de conservação para suprir o rompimento ocasionado pelo processo

desordenado de urbanização das cidades (CARDOSO, 2019, p. 24). Converte também com essa assertiva, a resistência de certos lugares à especulação imobiliária, para a construção de condomínios, hotéis e imóveis visando o incremento do mercado imobiliário ou o turismo de veraneio.

O efeito multiplicador do turismo que visa gerar emprego e renda e desenvolver economicamente o local contribuiu, sobremaneira, para ampliação de outras atividades derivadas dessa dinâmica, como por exemplo, o crescimento do número de pousadas, casas de veraneio, bares, restaurantes e outros empreendimentos. Por outro lado, contribuiu para o surgimento de novas ruas e vielas com loteamentos irregulares que constituem-se em iminente ameaça a biodiversidade da ilha.

Desse modo, a implantação da APA Ilha de Cotijuba, pela PMB, se consolidaria como um mecanismo norteador para as políticas públicas a serem elaboradas e implementadas na ilha, a fim de atender as necessidades e demandas dos moradores, visitantes e turistas e contribuir para o desenvolvimento local sustentável.

5. PALAVRAS-CHAVE

Inovação Pública. Gestão Ambiental. Unidade de Conservação

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELÉM. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Divisão de Áreas Especiais DAE/DGAE. **Desafios de potencialidades para criação e regularização de Unidades de Conservação em Belém**. Relatório. SEMMA/PMB, Belém, 2021a.

_____. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Divisão de Áreas Especiais DAE/DGAE. **Caracterização Socioambiental de Áreas com potencial para a criação de Unidades de Conservação**: Subsídios para a criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha de Cotijuba - Belém/PA. Diagnóstico SEMMA/PMB, Belém, 2021b.

_____. **Plano Diretor Urbano PDU**. Lei 8.655, de 30 de julho de 2008. Diário oficial [do] município n. 11.189, Belém/PA, 31 jul.2008. Disponível em <http://www.belem.pa.gov.br>. Acesso em 02 ago. 2023.

_____. Anuário Estatístico do município de Belém SEGEP/PMB, 2020. Disponível em: <https://anuario.belem.pa.gov.br/>. Acesso em 02 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. SNUC. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 19 jul. 2000. Disponível em <http://www.mma.gov.br>. Acesso em 31 ago. 2023.

_____. Censo Demográfico 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>. Acesso em 02 fev. 2022. CARDOSO, Silvia Laura Costa. **Jardins Botânicos**: Preservação, Práticas Sociais Gestão e Turismo no Ambiente Urbano. 2019. 329f. Tese. Doutorado em ciência do desenvolvimento socioambiental -. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido/PPGDSTU, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA, Universidade Federal do Pará/UFPA. Belém/PA, 2019.

PEREIRA, Nabila Suelly Souza. Metropolização e turismo: um estudo sobre a ilha de Cotijuba, Belém – Pará. Papers do NAEA, Belém, v. 1, n. 3, ed. 434 a 461, p. 360-399, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v28i3.8387>. Acesso em 31 ago. 2023.

SOBRINHO, Mário Vasconcellos; RODRIGUES, Diana Cruz; VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque; NEBOT, Carmen Pineda (Orgs.). **Inovações Sociais e Públicas para o Desenvolvimento**. Belém: Unama, 2020. 298p. (Série Gestão Social e Desenvolvimento Local, n.3). Ilustr. ISBN 978-65-80274-05-7. Disponível em: <http://www.unama.br>. Acesso em 20 set. 2023.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INDÍGENAS EM BELÉM 2013-2023

GT02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

*Kassya Cylene Assunção Fernandes¹
Armin Mathis²*

1. INTRODUÇÃO

Desde a Constituição Federal do Brasil de 1988, e com uma série de outros marcos legais dentre os quais se destaca a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, vem se intensificando a discussão sobre metodologias que possibilitem voz àqueles que seriam os beneficiados pelas políticas públicas. Um desses debates acontecem no contexto do ciclo das políticas públicas com o entendimento que o envolvimento de usuários nas etapas do ciclo é fundamental para o alinhamento das estratégias às reais demandas da sociedade.

Para o alcance dessa meta, desponta como uma alternativa a avaliação participativa, que permite a participação de um maior número de envolvidos no processo de atribuição de valor a uma política pública. Desde 2017, a Prefeitura de Belém vem desenvolvendo algumas ações voltadas ao atendimento de povos indígenas urbanos, grupo historicamente vulnerabilizado, mas que é detentor dos direitos de participação acima citados. Entretanto, apesar da existência de estratégias e serviços para essa população, experiências de envolvimento desses usuários na avaliação participativa das políticas públicas ainda não são realizadas.

2 OBJETIVO

A pesquisa se propôs em atualizar a discussão sobre o tema das políticas públicas promovidas para indígenas urbanos em Belém, nos últimos 10 anos, buscando identificar as políticas que existem e analisar se foram realizados processos de participação dessa população nas etapas do ciclo das políticas públicas, sobretudo se foram realizados processo de avaliação participativa.

3. METODOLOGIA

O primeiro passo da pesquisa foi a revisão bibliográfica, para aprofundar as discussões sobre políticas públicas para indígenas no Brasil; seguido de levantamento de fontes que tratassem dos desafios de indígenas em contextos urbanos e ao mesmo tempo, e revisão de literatura sobre políticas públicas, ciclo de políticas públicas e avaliação de políticas públicas. Para identificar as políticas públicas para indígenas urbanos na cidade de Belém, foi feita consulta no site da Agência Belém e nos dois principais periódicos do município, O Liberal e Diário do Pará, no período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2022, período referente à duas gestões de Zenaldo Coutinho e dois primeiros anos de Edmilson Rodrigues. Também foram feitas consultas para a ouvidoria da Prefeitura de Belém e para as ouvidorias de pastas federais relacionadas à temática. As consultas permitiram atualizar as informações sobre políticas públicas para indígenas urbanos em Belém e sobre a participação deles em processos avaliativos.

¹ Mestranda na Universidade Federal do Pará – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento (PPGGPD). E-mail:kassyafernandes@gmail.com

² Pós-doutor no Instituto Ibero-Americano de Berlin, professor titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: armin.mathis@ufpa.br

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2017, um grupo indígena iniciou o processo de imigração para Belém. Fugindo da grave crise de violação de direitos humanos, os indígenas Warao refugiados e migrantes da Venezuela chegaram à cidade em busca de sobrevivência e vida digna. A presença desses indígenas Warao atraiu os olhares tanto do judiciário como de organismos internacionais, além da sociedade civil, que passaram a advogar junto a gestão municipal de Belém sobre estratégias diferenciadas para essa população, considerando a atenção pautada na especificidade indígena.

Assim, a chegada dos Warao a Belém, resultou em um afloramento da discussão sobre os indígenas em geral que moravam na cidade, pois evidenciou a inexistência de políticas públicas focadas em povos originários ou tradicionais. De fato, constatou-se na pesquisa, que antes da chegada dos indígenas venezuelanos, somente eram realizadas pela gestão municipal ações do até então Dia do “Índio”, em 19 de abril. Os indígenas brasileiros não eram mencionados como receptores de benefícios, o que mudou em 2020 com o início da vacinação contra COVID 19 no Brasil, quando esse público foi destacado como prioritário para a imunização.

A partir de 2021, algumas estratégias começam a ser realizadas pelo Prefeitura Municipal de Belém voltada ao atendimento diferenciado de indígenas vivendo na cidade. Uma delas foi a criação do segmento indígenas do projeto Tá Selado - Fórum Permanente de Participação Social de Belém, que se propõe em ser o locus no qual a população tem a oportunidade de definir as políticas públicas que são prioritárias para que a capital do Pará se desenvolva como um lugar de justiça social e garantia de direitos. A gestão também investiu na criação da Coordenação de Educação de Indígenas, Imigrantes e Refugiados na Secretaria Municipal de Educação e da Coordenação Antirracista de Belém. Desde esse período, atividades comemorativas passaram a ser realizadas em abril e em agosto em alusão a datas de valorização da identidade e com programação transversal e intersetorial de serviços e atividades para indígenas e não-indígenas. Apesar de reuniões realizadas no contexto do Fórum Tá Selado e outros encontros com representações indígenas, não foi identificada a realização de metodologias participativas na implementação e nas avaliações de políticas públicas em Belém.

Entendendo que processos participativos são fundamentais para que as políticas públicas estejam alinhadas às necessidades dos usuários, sobretudo grupos vulnerabilizados que possuem demandas específicas, a avaliação participativa, que é o processo de atribuir valor à uma política pública a partir da participação dos beneficiários pelas ações a serem analisadas, se coloca como alternativa viável para envolvimento dos beneficiários no ciclo das políticas públicas.

No Brasil, tem sido ainda um grande desafio envolver os usuários em todo o ciclo das políticas, e Belém também é cenário desse desafio, já que não foram localizadas iniciativas nesse sentido. É preciso deixar claro que foram encontrados registros de reuniões com representações indígenas e diálogos que ocorreram no contexto do Fórum Tá Selado, porém segundo os textos divulgados, não se utilizou metodologia alinhada aos princípios da avaliação participativa.

Defende-se na pesquisa que a avaliação participativa pode responder a demanda de envolvimento dos usuários, ao estabelecer canais de colaboração construídos de maneira coletiva, que levam ao engajamento e maior compromisso com a política em si, pelo estímulo do sentimento de pertença, promoção da aprendizagem social e fortalecimento da cidadania. (SANTOS, AZEVEDO E MARCELINO, 2017, p. 468).

A avaliação participativa dialoga de forma visceral com as demandas de participação de povos indígenas nas políticas públicas que lhes afetam. Existe todo um escopo de marcos legais nacionais e internacionais que apontam para a necessidade do envolvimento dos beneficiários indígenas para obtenção de insumos que orientem para a melhor continuidade dos projetos, serviços ou atividades, ou pela extinção dos mesmos. Contudo, se escuta de pessoas indígenas ainda são raras nos territórios, processos avaliativos são mais raros ainda.

A Convenção da OIT 169, ratificada pelo Brasil em 2004 no Decreto 5051 e posteriormente pelo Decreto 10.088, em 2019, permitiu o reconhecimento de indígenas como povos, portanto com direitos à autonomia e à autodeterminação. E como já dito anteriormente, a Constituição Federal também teve papel fundamental em garantir os direitos humanos dessa população, entre eles o de participar dos processos de construção das políticas públicas.

Adiciona-se a elas a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas assinada pelos países que compõem a Organização das Nações Unidas, em 2007, que dispõe no artigo 18º que povos indígenas possuem o direito de opinar e orientar quanto a decisões que lhes afetem, e no artigo 19º, devem ser promovidas consultas nas quais os indígenas possam ter compreensão da proposta, de maneira que se sintam livres para concordar ou não.

Investir nesse caminho poderia ser a chave para a criação e implementação de ações fundamentais e adequadas às necessidades de povos originários, sobretudo nas cidades. Mendonça (2019) corrobora com esse pensamento ao colocar que no Brasil ainda vigora a forma de atuação estatal que define prioridades de cima para baixo e resistentes à verdadeira promoção da participação.

O desafio seria tirar o direito do papel e promover a comunicação intercultural com foco em realizar “mudanças ideológicas e político-administrativas do Estado, de maneira que o diálogo possa ser construído com base na perspectiva e na interação de ambos os lados da relação” (Mendonça, 2019).

5. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação de indígenas no ciclo das políticas públicas nas cidades brasileiras ainda não é algo comum ou disseminado amplamente, mas é urgente que se amplie esse debate o quanto antes. Em Belém, apesar de haver gestores indígenas e de serem realizados encontros com representações indígenas, seja em reuniões temáticas ou no contexto do Fórum Tá Selado, utilizando a metodologia da avaliação participativa de políticas públicas, pode-se afirmar que indígenas não participam de forma sistemática nos processos de implementação e avaliação das políticas públicas que os beneficiam.

6. PALAVRAS-CHAVE

Indígenas, políticas públicas, avaliação

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUM, Ricardo; MENEZES, Monique. RISCADO, Priscila. **Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão - Public policy analysis: from the technical to ideas**. Revista Agenda Política, vol.3, n.2, julho/dezembro – 2015

ARAÚJO, Jordeanes N. Araújo; e BARROSO, Suellen Andrade Barroso. **Os indígenas e a cidade: processos identitários, direitos e políticas públicas no contexto urbano**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de Agosto de 2014, UFRN, Natal/RN.

AVRITZER, Leonardo. **A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate** in: Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/ Roberto Rocha C. Pires. Brasília: Ipea, 2011.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia. **Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988.

_____. Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Legislação, Brasília, DF, 2019.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **A política da avaliação de políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 20, nº 59, outubro de 2005. pg 97 – 109

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIRAU, Kárine Michelle e SILVA, Carolina Rocha. **Povos Indígenas no espaço urbano e políticas públicas**, 2013.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006

MENDONÇA, Ygor de Siqueira Mendes. **Consulta prévia no estado do Pará: um estudo sob a perspectiva interdisciplinar da participação**, 2019. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2019.

MINTRON, Michael. **Public Policy**. Chapter 1. New York: Oxford University Press, 2019. p. 2-14.

PONTE, Laura Arlene Saré Ximenes. **Políticas Públicas e os Indígenas Cíadinos: estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010)**. Dissertação. NAEA - UFPA. Belém - PA, 2012

ROSA, Marlise. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito : reflexões a partir das experiências de Manaus-AM e de Belém-PA** / Marlise Rosa. - 1. ed. Rio de Janeiro : E-papers, 2021.

SANTOS, S. R.; AZEVEDO, M. A.; MARCELINO, F. T. **Avaliação participativa das políticas como proposta inovadora no setor público: delineamentos e procedimentos**. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar - RECEI. Mossoró, v. 3, n.9, 2017.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, , p. 20-45, jul./dez. 2006.

TREVISAN, Andrei Pittol; e BELLEN, Hans Michael van. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 2008. p. 529 - 50.

A QUESTÃO DA MORADIA EM ÁREAS VUNERÁVEIS E AS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO MODELO CAPITALISTA: UM DESAFIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

GT02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Milene Cardoso Ferreira¹

Myrian Silvana da Silva Cardoso Ataíde dos Santos²

Luly Rodrigues da Cunha Fischer³

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre Estado, instituições, planejamento e políticas públicas relacionado ao contexto do direito à cidade, moradia e meio ambiente na Amazônia é desafiador e necessário, uma vez que o discurso do desenvolvimento ainda é operado fortemente sob a lógica do capital nas discussões contemporâneas. Este estudo tem como proposta tecer um olhar crítico sobre essa questão, avaliando o papel do Estado, suas responsabilidades e a real atuação quanto às políticas de habitação.

Para tanto, como metodologia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica exploratória e análise qualitativa. Ao final, como resultado, procura demonstrar como as formas de uso e ocupação dessas áreas são determinadas pelo modo de produção do capital, que direciona o desenvolvimento do território e as políticas públicas de moradia, tornando-se, por conseguinte, um desafio ao desenvolvimento sustentável na Amazônia.

2. METODOLOGIA

Para a consecução do trabalho, considerou-se adequado recorrer ao estudo exploratório, de natureza qualitativa, delineado por pesquisa bibliográfica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. A Moradia no Entorno das Áreas Vulneráveis: Um Desafio para as Políticas Públicas de Desenvolvimento na Amazônia.

Nas últimas décadas, a ordem jurídica urbanista e ambiental no Brasil evoluiu significativamente, consolidando-se por meio de importantes legislações específicas como a Lei nº 6.938/81 (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente), Lei nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades) e a Lei nº 13.465/2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana e que trazem novos contornos para o tratamento de áreas vulneráveis do ponto de vista físico, ambiental, urbanístico e social (Brasil, 1981; 2001; 2017).

Nesse contexto, a Amazônia, por ser uma região estratégica e heterogênea, apresenta diferentes formas de ocupação e uso do seu território, que, por sua vez, é resultante de processos históricos e sociais distintos (Trindade Junior, 2015).

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDDA) da Universidade Federal do Pará. E-mail: milenycardoso@yahoo.com.br.

² Doutora em Engenharia Civil e professora da Faculdade de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: myrian@ufpa.br.

³ Doutora em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e professora adjunta do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA. E-mail: lulyfischer@ufpa.br.

A região, na realidade, apresenta-se em constante transformação, pois sofre as pressões e as influências dos centros dinâmicos do país e do mundo, apesar de possuir uma dinâmica própria e uma capacidade de resistência e inovação, mesmo com seus conflitos e contradições.

Segundo Benatti e Fischer (2013, p. 55-56), apesar da legislação ambiental ter se consolidado no país durante a década de 90, a questão ambiental continuou tendo uma influência secundária, mínima, no planejamento econômico, apresentando alguma mudança somente em 2003, com o lançamento do Programa Amazônia Sustentável. Todavia, sem lograr êxito quanto à separação entre a questão econômica e ambiental e a permanência de uma situação fundiária desorganizada.

Por outro lado, não se pode esquecer que as estratégias políticas e o modelo de desenvolvimento pensado para a região se alinham à “um *mainstream* de interpretação acerca da Amazônia que não considera a dinâmica da história regional como fator importante”, ou seja, não respeitam os saberes locais, suas particularidades históricas e as experiências dos grupos sociais que ocupam o lugar (Ravena *et al.*, 2018, p. 39).

A região segue a lógica do modelo capitalista de produção e acumulação pautada na concepção comum de *centro e periferia* aos países subalternos na sistemática global, com promessas de progresso e crescimento econômico e visão utilitarista da natureza (Ravena *et al.*, 2018, p. 30-43).

Quanto às áreas de preservação ambiental, sua regularização está prevista no § 2º do art. 11 da citada Lei 13.465/2017, mediante a elaboração de estudos técnicos que justifiquem as melhorias ambientais em relação à situação de ocupação informal, inclusive por meio de compensações ambientais, caso necessário.

Dentro do território amazônico, os processos de ocupação dessas áreas vulneráveis apresentam-se latentes, merecendo destaque para o estudo realizado por Santos *et al.* (2022), intitulado Diretrizes Socioambientais e Sanitárias para Regularização Fundiária Urbana em uma Área na Amazônia, que discute as diretrizes socioambientais e sanitárias para regularização fundiária das casas à margem do igarapé Lago Verde, no bairro da Terra Firme, em Belém – PA.

Analisando o aparato jurídico pertinente, a pesquisa demonstrou que a comunidade Lago Verde caracteriza-se como Área de Preservação Permanente urbana e que, traçadas as diretrizes socioambientais e sanitárias exigidas, é possível encontrar alternativas para garantir o direito à permanência das famílias em seu entorno com melhoria na vida dos moradores, reduzindo os impactos ambientais que vem sendo causados ao lago, subsidiando futuro projeto de regularização fundiária da área pesquisada, especialmente por interesse social (Santos *et al.*, 2022, p. 3-19).

3.2. Segregação Ambiental e Exclusão Social: Faces de um desenvolvimento que não aplica a função social da propriedade.

Aprofundando os estudos na ocupação do espaço urbano, Trindade Júnior (1993) explica que um espaço ocupado por grupos socialmente excluídos é um espaço sem cidadãos, pois a posição ocupada por cada ser humano dependeria de sua localização no território; se inexistente infraestrutura urbana, tem-se espaços sem cidadãos.

Reproduzindo o pensamento de Lefebvre (1991, p. 33), o direito à moradia aflora na consciência social, fazendo-se reconhecer, de fato, na indignação provocada pelos casos dramáticos, no descontentamento engendrado pela crise, entretanto, não é reconhecido formal e praticamente, a não ser como um apêndice dos “direitos do homem” (*apud* Carlos, 2017, p. 63).

Constata-se que esse reconhecimento não tem se concretizado para a maioria das pessoas no país, pois sua urbanização é resultado de modelos de industrialização e desenvolvimento condicionados a países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, cujo resultado recria a exclusão social e segregação territorial para grande parcela da população brasileira.

Neste sentido, a compreensão do problema e da luta pela moradia deve ir além. Ela deve se dar no conjunto das condições sociais de existência, onde a prática social é submetida aos imperativos da reprodução do capital, que produz uma sociabilidade [um modo de vida em sociedade] apropriada às exigências desta reprodução.

Portanto, compreende-se que os problemas de regularização fundiária e de proteção ambiental estão conectados nessa matriz do modo de produção do espaço urbano brasileiro que, por sua vez, é pautada numa ordem socioeconômica excludente do ponto de vista social e predatória para o meio ambiente, sendo improvável, por conseguinte, assegurar qualquer sustentabilidade sem interferir no padrão de desenvolvimento existente.

4. Conclusões/Considerações Finais

Falar das ocupações urbanas em áreas vulneráveis não é uma tarefa simples, tendo em vista a grande complexidade de elementos que necessitam de análise, pois o tema deve ser compreendido em suas várias dimensões, ou seja, sob o enfoque ambiental, social e econômico, que constantemente se contrapõem.

Por outro lado, para se avaliar, hoje, o papel do Estado e sua responsabilidade em relação à moradia é necessário contextualizar o seu funcionamento a partir da concepção capitalista do modo de produção e apropriação do espaço urbano, que tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas também a conduta dos governados.

Esta análise coloca-se como imprescindível para se perceber a necessidade de prestações estatais positivas, afigurando-se como um clamor latente no contexto climático atual, em especial na Amazônia, que subsidiará a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-30) em 2025, cujas obras de saneamento e urbanização planejadas não dialogam com os reais interesses da população, violando, assim, o direito humano fundamental à moradia.

5. PALAVRAS-CHAVE

Moradia; Políticas públicas; Amazônia.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Edivania Santos; CRUZ, Sandra H. Ribeiro; VASCONCELOS, Elisa M. Almeida; SÁ, Maria Elvira R. de. Política de Habitação de Interesse Social e Movimentos Sociais Urbanos. In: ALVES, Edivania Santos; CRUZ, Sandra H. Ribeiro; VASCONCELOS, Elisa M. Almeida; SÁ, Maria Elvira R. de. (Orgs) **Política de Habitação de Interesse Social: Projeto Técnico Social**. Belém: ICISA/UFPA, 2014, p. 14-30.

BENATTI, José Heder; FISCHER, Luly. As novas tendências do planejamento nacional brasileiro: fim da Amazônia legal? In: SILVEIRA, Vladimir Oliveira da *et al.* **Direito e Desenvolvimento no Brasil do Século XXI** - livro 1. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20561. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm. Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm. Acesso em: 16 jul. 2023.

CARLOS, A. F.; ALVES, G.; PADUA, R. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. In: **Justiça espacial e o direito à cidade**. (org) Editora Contexto: São Paulo, 2017, p. 33-62.

RAVENA, Nírvia; CARDOSO, Cláudia Duarte; SANTOS, Renata Callaça Gadioli dos; PERES, Janaina Lopes Pereira. Em busca de políticas públicas decoloniais de desenvolvimento: possibilidades na Amazônia brasileira. **Revista NAU Social**, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/38487740/Em_busca_de_Pol%C3%ADticas_P%C3%BAblicas_Decoloniais_de_Developolvimento_Possibilidades_na_Amaz%C3%B4nia_Brasileira>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SANTOS, Myrian Silvana da Silva Cardoso Ataíde dos; GONÇALVES, Jéssica Corrêa; FILHO; Marco Antônio dos Santos Figueiredo; BRITO, Fábio Sergio Lima. Diretrizes Socioambientais e Sanitárias para Regularização Fundiária Urbana em uma Área na Amazônia. **Revista PUCGOIAS**, 2022. Disponível em: <pucgoias.edu.br/index.php/graduacao/article/view/12285/5692>. Acesso em: 16 mai. 2023.

TRINDADE JUNIOR, Saint Clair Cordeiro. **Produção do espaço e diversidade do uso do solo em área de baixada saneada**. 1993. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1993.

TRINDADE JUNIOR, Saint Clair Cordeiro. Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Revista Cidades**, São Paulo, v. 12, n. 21, p. 305-334, 2015.

AMAZÔNIA E O DESENVOLVIMENTISMO: AS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE A EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS

GT02 - Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

*Nathan Nguangu Kabuenge¹
Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira²
Alda Cristina Silva da Costa³*

1. INTRODUÇÃO

O modelo capitalista de exploração dos recursos naturais para o crescimento econômico sempre traz consigo o embate entre a preservação da natureza e o desenvolvimento. Desenvolvimento que sempre se fez a custo da degradação ambiental: poluição, desmatamento, queimadas. Degradação que, na Amazônia, sempre foi causada, por exemplo, pelo desmatamento que, conseqüentemente, provoca o aumento global da temperatura já que a floresta amazônica configura-se como fonte fornecedora da umidade atmosférica e deste fato, controla as temperaturas e ritmo de chuvas.

Refletindo com Castro (2012), o desafio hoje é de achar um padrão de sociedade e da econômica que incorpora o homem e o meio físico, portanto, a natureza, nos processos de desenvolvimento. Quer dizer, precisa-se pensar o modelo de desenvolvimento que se fortaleceu “nos últimos séculos e nos acompanha neste terceiro milênio, no qual o interesse principal este no crescimento econômico, sem considerar os impactos sobre a sociedade e a natureza” (CASTRO, 2012, p. 17). Só assim, constataremos que colocando a natureza no centro dos processos de desenvolvimento, não se sustentaria a oposição feita entre o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente já que artificial e criada, de acordo com Diesel (1995), no século XX, com a concepção do desenvolvimento como crescimento econômico. Nessa concepção, não se desconsiderava os impactos ambientais e sociais causados contra a natureza por tal crescimento. A natureza era considerada “como fonte inesgotável de recursos” (CASTRO, 2012, p. 22). Concepção que não mudou no caso da Amazônia legal considerada a última fronteira do capital justificando a intervenção desenvolvimentista do poder público ou das instituições na Região.

[...] entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos [...] para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (FONSECA, 2014, p. 40, grifo do autor).

O desenvolvimentismo buscava, através do Estado, a aceleração do crescimento econômico no molde capitalista sob a impulsão do setor industrial. Nesta busca, o que importa é somente o progresso mesmo a revelia do meio ambiente. É aqui que reverbera a questão da professora Loureiro (2012, p. 527), “é viável pensar em outra forma de desenvolvimento para a Amazônia brasileira– [...]– sob a qual os habitantes e a natureza da Região não sejam tão explorados, a natureza seja melhor conservada e os conflitos sociais,

¹ Doutor, PPGCLC/UNAMA, nathannguangu@gmail.com.

² Professora Doutora, PPGCLC/UNAMA, ivana.professora2020@gmail.com.

³ Professora Doutora, PPGCOM/UFPA, aldacosta@ufpa.br.

reduzidos? Infelizmente, a justificativa desenvolvimentista que acompanhou o anúncio da possível exploração do petróleo na margem equatorial revela que para as instituições brasileiras (públicas ou privadas) e o poder público, não há outra lógica de se desenvolver que não seja o desenvolvimentismo. Ou seja, o Estado brasileiro e as instituições ainda não vislumbraram,

[...] viabilidade de se construir uma vida mais justa e digna para todos, a partir de parâmetros de desenvolvimento diferentes, e por isso alternativo sem relação aos parâmetros definidos e impostos pelo modelo hegemônico em vigor no mundo ocidental, que se tem mostrado indiferente aos incontáveis desacertos e males que desencadeia nos países e regiões periféricas. não se trata, aqui, de negar a existência de uma globalização em curso no mundo e seus impactos, especialmente sobre as regiões periféricas; mas de acreditar que apesar dela, e paralelamente a ela, é possível desenvolver mudanças positivas e muito significativas em favor da região e de seus povos, desde que haja uma mobilização das muitas forças internas e recursos de que a Amazônia dispõe. (LOUREIRO, 2012, p. 527)

A exploração do petróleo na Foz do Amazonas, apresentada como indispensável para a viabilização da transição energética do Brasil pela Petrobras é uma boa ilustração desse modelo hegemônico de desenvolvimento. E a divergência entre os prós e contras dessa exploração representada no impasse entre o Ministério de Meio Ambiente e Mudança Climática e o Ministério de Minas e Energia do governo Lula mostra bem a incapacidade das instituições e Estado brasileiro de pensarem em outro modelo de desenvolvimento para a Amazônia.

Também, vale dizer, tanto os prós quanto os contras, ambas são duas faces da mesma moeda que é o desenvolvimentismo já que no final das contas, é ele que vence como é o caso da liberação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, da primeira licença para Petrobras perfurar poço de petróleo na margem equatorial. Assim, a questão não é de serem prós ou contras, mas de pensar em outro modelo de desenvolvimento da Amazônia diferente do modelo hegemônico, como bem colocou Loureiro, que traz consigo o falso dilema entre desenvolver ou preservar, dilema que ficou claro na crítica do presidente da Colômbia, Gustavo Petro, com a possibilidade do governo Lula autorizar as atividades petrolíferas na Foz do Amazonas, durante a Cúpula da Amazônia.

Assim, considerando com França (1998, p. 21) que, “o advento e evolução dos modernos meios de comunicação, sem dúvida, alteraram o processo de produção das linguagens e as relações entre a palavra e o terreno do vivido”. Ou como aponta por Rodrigues (2000, p. 5), que os meios redefiniram “a relação da experiência humana com o espaço e com o tempo, [portanto, com a mídia] as relações entre espaços distantes tornam-se tanto mais fácil, rápida e confortável quanto menos nos deslocarmos e mais nos conectarmos” nas oportunidades de comunicação que oportunizam tais meios de comunicação. Por isso, em Canclini (2002, p. 41), consideramos que os meios de comunicação não são “unicamente como redes invisíveis e deslocalizadas, cuja dinâmica poderia ser entendida somente através das estratégias empresariais e dos recursos tecnológicos mobilizados”, mas devemos também entender sua dinâmica no sentido social de produção de um mundo possível. Contudo, entender a comunicação em França (2001), como relação ou como processo de compartilhamento e produção de sentidos, portanto, do imaginário do estar junto na contemporaneidade, objetivou-se analisar, as construções narrativas jornalísticas sobre a possível exploração de petróleo na Foz do Amazonas.

2. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo do trabalho, a partir da análise pragmática da narrativa jornalística, principalmente, no desdobramento da mimesis ricoeuriana em I, II e III, analisamos seis matérias, duas por cada portal: G1, CNN e Poder360 sobre a possível exploração do petróleo na margem equatorial (para ilustrar o teor das matérias analisadas, citamos o título da matéria do Poder360, “Exploração na Foz do

Amazonas é um paradoxo necessário, diz Prates⁴) e sua repercussão na Cúpula da Amazônia que aconteceu em 2023 em Belém do Pará. Ilustrativamente, Esses portais foram escolhidos aleatoriamente. Buscou-se ver se essas matérias tinham vocação de provocar um debate ético-político sobre o modelo de desenvolvimento na Amazônia além da oposição entre preservação da natureza e desenvolvimento.

Começamos as análises tomando cada matéria como sendo um texto. Assim, consideremos que tal texto foi escrito pelos jornalistas a partir de suas cosmovisões de mundo que constituíam suas pré-compreensões e pré-explicações do assunto tratado. Pré-compreensões essas representavam seu mundo prefigurado ou a mimesis I. No mundo da configuração, mimesis II, os portais construíram a intriga: Exploração do petróleo na Foz do Amazonas. É a partir dessa intriga que nós, no mundo da refiguração, mimesis III, enquanto seus leitores e pesquisadores, analisamos refigurando tal intriga.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Depois das análises, percebemos que os portais, abordaram a questão da exploração do petróleo fazendo a oposição entre o desafio de preservar a Amazônia e o imperativo de desenvolver o Brasil. Por isso, sustentou-se que os portais analisados, tendiam a empobrecer o debate público sobre planejamentos e políticas públicas do poder público ou das instituições sobre modelo de desenvolvimento na Amazônia uma vez que eles apresentaram um falso paradoxo entre a preservação da Amazônia e o desenvolvimento do Brasil.

Observou-se também que nas estratégias narrativas dos portais, uma amplificação do embate entre dois ministros do governo Lula como forma de apontar a contradição do presidente da República e seu discurso de preservação da Amazônia durante a campanha eleitoral de 2022.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a mídia é uma das grandes fontes de produção do imaginário contemporânea, o seu papel na sociedade deveria ser de construção do mundo possível em que há interação entre homem e seus processos de produção e a natureza. Esse papel social dos meios de comunicação não foi o que constatamos nas narrativas dos portais analisados sobre a exploração do petróleo na margem equatorial já que ao abordar esta questão, os portais evidenciaram o desconforto entre dois ministros do governo Lula e deste fato, amplificar um falso paradoxo entre a preservação da Amazônia e o desenvolvimento do Brasil. Um paradoxo que impede pensar no outro modelo de desenvolvimento em que, como diria Loureiro (2012, p. 527), “os habitantes e a natureza da Região não sejam tão explorados, a natureza seja melhor conservada e os conflitos sociais, reduzidos”. Conflito que nasce devido ao fato que, de acordo com a histografia da Amazônia, as intervenções do poder tanto público quanto econômico na Região, sempre foi desenvolvimentista, beneficiando pouca gente.

5. PALAVRAS-CHAVE

Amazônia. Foz do Amazonas. Narrativa jornalística.

⁴ Informação tirada no site do portal: <https://www.poder360.com.br/brasil/exploracao-na-foz-do-amazonas-e-um-paradoxo-necessario-diz-prates/>

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANCLINI, N. G. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública**. Campinas, v.08, n.1. p. 40-53, 2002.

CASTRO, Edna. Desenvolvimento e Meio Ambiente. IN: GAMA, J.R.; LEÃO, A. S. R. (Orgs.). **Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento**. Ciclo de Formação Interdisciplinar. v. 01. Santarém, Pará: UFOPA, 2012. p. 16-60.

DIESEL, Vivien. Leituras sobre a crise do desenvolvimento. In: **PAPER DO NAEA**. n. 52. Belém: NAEA/UFPA, dez. 1995.

FONSECA, P. C. D. **Desenvolvimentismo**: a construção do conceito. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, 2015.

FRANÇA, V. V. **Jornalismo e vida**: a história amena de um jornal mineiro; prefácio de Michel Maffesoli. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1998.

FRANÇA, V. V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? **Ciberlegenda**, Niterói, UFF, v. 05, np. 2001.

LOUREIRO, V. R. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. **REVISTA Direito GV**. São Paulo v. 08, n.2. p. 527-552, jul-dez 2012.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. v. 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

RODRIGUES, A. D. Para uma genealogia do discurso da globalização da experiência. www.bocc.ubi.pt. Lisboa, p. 1-13, 2000.

PERSPECTIVAS INFANTIS SOBRE O URBANO: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA PARA FORMAÇÃO CIDADÃ VOLTADA A REFORMA URBANA

GT02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

*Josiane Caetano de Mendonça¹
Kassya Cylene Assunção Fernandes²*

1. INTRODUÇÃO

Os desejos e as expectativas das crianças sobre os bairros em que vivem e quais as necessidades delas para uma transformação urbana. A pesquisa abordou esse tema fazendo uma análise sobre a importância da participação cidadã de meninos e meninas na definição da política urbana, refletindo sobre o papel da escola para a construção da visão crítica, a partir da escuta de alunos de uma escola pública municipal, situada no bairro da Terra Firme, na cidade de Belém - PA.

A participação social é um dos elementos-chave das discussões sobre o Planejamento e a Gestão Urbanos, pois pode permitir o estabelecimento um espaço urbano direcionado a suprir as necessidades e garantir a justiça social para todos aqueles que vivem nesse local (SOUZA, 2008, p.87). Nesse sentido, uma cidade mais democrática e justa seria construída também ao garantir que demandas de crianças fossem conhecidas e atendidas, assim como de qualquer outro grupo social, étnico, etário, econômico, social ou político.

2. OBJETIVO

Foi inspirado nessas reflexões que a pesquisa buscou responder à pergunta: quais os desejos e as expectativas das crianças do bairro da Terra Firme com relação ao local onde moram? E ao mesmo tempo ponderar sobre a importância da participação de crianças no planejamento urbano de Belém e sobre o papel da escola na formação de crianças com visão crítica sobre a cidade.

Também objetivou-se avaliar como os alunos observavam a estrutura de seu bairro e se existiam equipamentos e serviços que atendiam suas necessidades; e identificar as mudanças que as crianças consideram importantes para o atendimento de suas necessidades.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada foi a pesquisa de campo de caráter exploratório com abordagem qualitativa. Para a realização da pesquisa utilizou-se a técnica de amostragem, com uma turma de 30 alunos, entre 9 e 11 anos, do ensino fundamental do ciclo II - 2º ano (5º ano) de uma escola municipal da Terra Firme em Belém. Nessa etapa do ensino fundamental, os alunos já foram apresentados a conteúdos que desenvolvem habilidades, permitindo às crianças observar e refletir criticamente sobre o espaço urbano a partir das especificidades locais de uma cidade amazônica.

Para a realização da pesquisa, foi disponibilizado papel A4, lápis, caneta e lápis de cor e solicitado que fizessem uma redação e um desenho com temática: A cidade que temos e a cidade que queremos! No dia

¹ Mestranda em Gestão Pública na Universidade Federal do Pará – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, josi_caetano24@hotmail.com

² Mestranda em Gestão Pública na Universidade Federal do Pará – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, kassyafernandes@gmail.com

em que a pesquisa foi aplicada, havia 25 alunos presentes, todavia, deste total, apenas 14 redações estavam legíveis e abordaram o tema proposto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Maricato (2015) considera que para um bom planejamento urbano é preciso garantir a participação social a fim de se criar um espaço democrático, com debate democrático, no qual os conflitos entre os agentes urbanos sejam evidenciados e redirecionados. Albarello e Modler (2022) afirmam que a exclusão histórica de crianças dos processos de participação se dá pelo olhar adultocêntrico que não os considera como seres capazes de contribuir com as diversas políticas públicas existentes nas cidades.

Isso impacta em cidades que são perigosas em diversos aspectos, locais onde ocorrem violações de direitos e violências, desde a construção de ruas sem acessibilidades, escuras, até as desigualdades de acessos a equipamentos culturais e de esporte e lazer.

A partir da análise das redações, observou-se que crianças possuem uma preocupação com deficientes, assunto presente em dez redações que citam a falta de acessibilidade e respeito às pessoas com deficiência. Em oito redações, a questão do racismo e o desejo que no futuro as pessoas não sejam discriminadas pela cor da pele.

Dez redações demonstram a insegurança vivenciada pelas crianças em seu cotidiano, revelando um bairro violento, como narrado nos trechos: “A cidade que eu quero no futuro eu quero que não tenha mais buraco (nas ruas), brigas, assalto, tiroteio e o racismo, ...”. “A cidade de belém e uma cidade que não tem muita cegurança tem muito bandido a soute e todo mundo sai de casa com medo e preocupado ...”.

O lazer foi mencionado em seis redações, revelando a carência de praças, parques e espaços para a prática de atividade física. Outro aspecto evidenciado em seis redações diz respeito à precariedade de infraestrutura do bairro onde situa-se a escola, uma vez que seis crianças relataram o desejo de ruas limpas, sem buracos e lama, almejando ruas asfaltadas e pontes reformadas.

Após a atividade de escrita, foi solicitado às crianças que desenhassem o que elas gostariam para a cidade/bairro onde vivem. Foram 14 desenhos que apontam para que paisagem urbana as crianças gostariam de ver em seu bairro. O item mais presente nos desenhos foram árvores e praças, tendo sido destaque em dez produções. Mesmo nas imagens que focaram mais em casas, a presença de árvores é marcante apontando para a necessidade de um maior investimento em áreas arborizadas e floridas.

Por meio da análise dos desenhos, observa-se o quanto o lazer e o brincar são importantes para crianças. Nove imagens têm como elementos brinquedos de parque e/ou crianças brincando. O terceiro item mais desenhado foi rua asfaltada e sinalizada. Em seis desenhos, os alunos demonstraram a importância da infraestrutura das ruas para suas vidas e dois desenhos foram integralmente dedicados à estrutura de ruas. O bairro da Terra Firme não surgiu de um planejamento da área, tendo ruas em tamanhos distintos, várias delas sem sinalização ou calçadas padronizadas.

Desenhados em duas imagens cada, aparecem escolas, hospitais e animais. Evidenciando que para as crianças a educação, o acesso à serviços de saúde e a convivência com animais fazem parte do que elas almejam para o futuro, além de seres direitos que a elas pertencem e sobre os quais elas têm consciência.

Seis desenhos traziam pessoas no contexto da cidade que é sonhada para o futuro, três deles, porém, apontavam ainda para aspectos das relações humanas, ou seja, uma cidade que é formada de pessoas também. Uma traz a palavra paz escrita no centro do desenho, com um casal com flores nas mãos e um coração envolta, o que pode indicar que para o aluno, em especial, uma cidade ideal para seu futuro seja favorável ao amor e promoção da paz.

Um segundo desenho mostrou um churrasco acontecendo e tem uma pessoa cadeirante desenhada no contexto com outras pessoas. O terceiro mostra um casal e uma entrega de presente. Os desenhos mostram o quanto as crianças desejam uma cidade com relações saudáveis e harmônicas entre as pessoas, ou seja, uma cidade que favoreça o amor.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espaços de lazer, serviços de saúde, escolas, ruas asfaltadas. Esses são alguns dos desejos e expectativas das crianças do bairro da Terra Firme com relação ao local onde moram. A consulta realizada com as 14 crianças do C2 - 2º ano de uma Escola Municipal de Belém, mostrou que por conta das habilidades trabalhadas com meninos e meninas oriundas da Base Nacional Comum Curricular, os alunos são capazes de expressar quais problemas existem no seu bairro e quais as melhorias que gostariam que fossem geradas na sua região de moradia.

Assim, para que a cidade de Belém e, conseqüentemente, o bairro da Terra Firme se constituam como locais garantidores de direitos de crianças e adolescentes é importante ouvir os anseios para obter visões distintas sobre a cidade. Recorrente nas redações os temas: respeito às diferenças e segurança, observa-se a consciência cidadã desenvolvida no decorrer da vida escolar, refletida na preocupação em relação ao racismo e discriminação e da pessoa com deficiência, assim como foi observado no tema do trânsito, o segundo item mais desenhado pelas crianças.

Portanto, entre os itens que os alunos querem para o futuro do bairro estão: áreas de lazer (parques e praças com brinquedos), ruas asfaltadas e sinalizadas, escolas, hospitais, áreas arborizadas e serviços, como banco e mercados. Presente em algumas imagens e destaque em três, os alunos desenharam a cidade que querem com relações humanas. A partir disso, podemos considerar que para crianças, a cidade e o bairro precisam ser locais bem estruturados que favoreçam os encontros e a convivência familiar e comunitária.

5. PALAVRAS-CHAVE

Planejamento urbano, participação social, participação infantil

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBARELLO, Letícia dos Santos; MODLER, Néborá Lazzarotto. Estudo acerca da relação entre a cidade e a criança. **Seminário Internacional de Arquitetura e Urbanismo** (2:14 e 15, jul., 2022 : Joaçaba, SC). Anais do II Seminário Internacional de Arquitetura e Urbanismo / Universidade do Oeste de Santa Catarina – Xanxerê: p. 71-78. Editora Unoesc, 2022.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069. Brasília - DF, 13 de julho de 1990.

BRASIL. Estatuto das Cidades, Lei 10.257. Brasília - DF, 10 de julho de 2001.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Brasília - DF. 2018 Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

BARCELOS, C. R. H; CALLAI, H. C.; OLIVEIRA, T. D. Planejamento urbano e Educação para efetivação do direito à cidade. **Salão do Conhecimento**. Outubro de 2021.

BARROS, A. J. P; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CUNHA, L.G. **Comunicação Popular, Comunitária e Movimentos Sociais** - Relações entre os conceitos a partir da historicidade do Bairro da Terra Firme, em Belém (PA). Revista Alteior - São Paulo. Ano 08. Vol. 02. Ed.16.

EVANGELISTA, Ariadne de Sousa; MARIN, Fátima Aparecida Dias Gomes. Desejos e expectativas das crianças sobre a cidade. **Revista Cocar**. V.17 N.35, p. 1-19, /2022

GOMES, Marcos Vinícius. Para além dos muros da escola: a relação cidade-educação em debate. **Giramundo**, Rio de Janeiro, V. 1 , N. 2, p. 67 - 80, jul/dez, 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARICATO, E. Cidades e luta de classes no Brasil. O urbano da conjuntura do início do século XXI. In: Para entender a crise urbana. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2015. 112p. : il. p. 17-54.

SOUZA, M. L. de. **A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 454-465.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 25.113.

VAZ, Alexander Cambraia N. **Modelando a participação social: uma análise da propensão à inserção em Instituições Participativas, a partir de características socioeconômicas e políticas**. Revista Brasileira de Ciência Política, no10. Brasília, janeiro - abril de 2013, pp. 63-106.

Belém ainda não alinhou o currículo da rede municipal a Base Nacional Comum Curricular. O Liberal, Belém, 27 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/belem-ainda-nao-alinhou-curriculo-da-rede-municipal-a-base-nacional-comum-curricular-1.567299>. Acesso em: 30 de setembro de 2022.

Belém debate regionalização do currículo escolar no II Encontro de Formação Permanente. Agência Belém. 24 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/218993/semec-debate-regionalizacao-do-curriculo-escolar-no-ii-encontro-de-formacao-permanente>. Acesso: 30 de setembro de 2022.

**Simpósio
Internacional**

3 INTER- DISCIPLINARIDADE SUSTENTABILIDADE e DESENVOLVI- MENTO

**PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL**

GT 02 • Sessão 3

CONDIÇÕES DE SAÚDE MENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DO AMAPÁ: UMA ANÁLISE DOS ÍNDICES DE SUÍCIDIOS NO PERÍODO DE 2017 A 2021

GT02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Giselly Marília Thalez Pantoja¹

1. INTRODUÇÃO

Em 2022, foi lançado o Relatório Mundial Sobre Saúde Mental (World Mental Health Report) que traz informações significativas sobre as condições de saúde mental no mundo, mostrando que essas condições continuam a causar um grande impacto na vida das populações. De acordo com o documento quase um bilhão de pessoas no mundo vivem com algum transtorno mental diagnosticável, e a maioria destas pessoas não possuem acesso adequado aos serviços de saúde, e os sistemas e serviços de saúde mental continuam mal equipados para satisfazer a necessidade das pessoas, e a “saúde mental é um direito humano básico” (WHO, 2022).

Entre 2000 e 2019 a maioria dos países apresentou uma redução nas taxas de suicídio, com redução global de cerca de 36%, mas a região das Américas, apresentou um crescimento de 17%, sendo que o Brasil foi um dos países com maior taxa de crescimento de suicídios. O estado do Amapá, nos últimos anos apresentou dados preocupantes sobre as taxas de suicídio. De acordo com o Boletim Epidemiológico N. 02 (2020) a taxa geral de suicídio no Amapá, acompanha a taxa nacional (de 7,2 óbitos por 100.000 hab.), mas no que se referem aos municípios, principalmente a capital, esse número tem tido aumento significativo nos últimos anos “cuja taxa que em 2016 era de 5,1 óbitos/100.000hab., saltou para 8,2 em 2018 e vem mantendo tendência crescente em 2019, alcançando 9,1 óbitos/100.000hab., elevando o patamar de risco do Estado”.

Esse alerta para o patamar de risco no Amapá produz um *start* para que se busque novas pesquisas sobre as condições de saúde mental no espaço amapaense, visto que não somente no Amapá, mas no Brasil em geral, existem grandes dificuldades de levantamento de informações sobre o quantitativo de pessoas acometidas por esses transtornos, assim como a busca por tratamentos nas suas mais variadas formas. As políticas públicas tentam suprir a demanda que aumenta a cada ano, mas esbarram em fatores estruturais que implicam diretamente em uma assistência precária, ou na ausência dela. Nesse sentido, os objetivos principais deste trabalho são: 01) Analisar as taxas de suicídios no estado do Amapá no período de 2017 a 2021; e 02) Compreender como as políticas de saúde pública tem sido aplicadas para a minimização das precárias condições de saúde mental e das taxas de suicídio no Amapá. Para alcançar tais objetivos propostos utilizou-se a metodologia a seguir.

2. METODOLOGIA

Como metodologia para este trabalho utilizou-se um estudo ecológico epidemiológico, de série temporal, que analisou casos de suicídios ocorridos no estado do Amapá no período de 2017 a 2021. Para Morgenstern (1982) os estudos ecológicos possuem dois principais escopos; 1) gerar ou testar hipóteses etiológicas, como explicar a ocorrência de uma doença, 2) avaliar a eficiência das intervenções na população.

¹ Doutoranda em Geografia pela Unversidade Federal do Pará – UFPA. Email: gise_thalez@hotmail.com

Para este estudo utilizou-se como base de dados o Relatório Mundial Sobre Saúde Mental (World Mental Health Report, 2022); dados de óbitos por suicídio registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Sistema Único de Saúde (SUS); e dados do Sistema de Vigilância Sanitária (SVS). Também foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais sobre as principais políticas públicas e programas que atuam na questão da saúde mental no Amapá.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As informações sobre as condições de saúde mental no Amapá ainda são escassas, assim como em grande maioria dos estados e municípios brasileiros, principalmente no que se remetem aos dados dos transtornos de depressão e ansiedade, seja pela ausência de notificação de casos, ou pela própria carência de assistência, estrutura, ou de políticas públicas efetivas que minimizem os danos de uma má saúde mental. O que muito se utiliza são os dados de boletins epidemiológicos sobre notificação de lesão autoprovocada e óbitos por suicídio, o que a partir de alguns estudos foi verificado que cerca de 90% dos casos de suicídio estão associados a transtornos mentais (WHO, 2022; SILVA, 2017; BRASIL, 2021), sendo a depressão a mais comum destes transtornos. O suicídio é responsável por mais de uma em cada 100 mortes em todo o mundo, e para cada morte por suicídio ocorrem mais de 20 tentativas de suicídio.

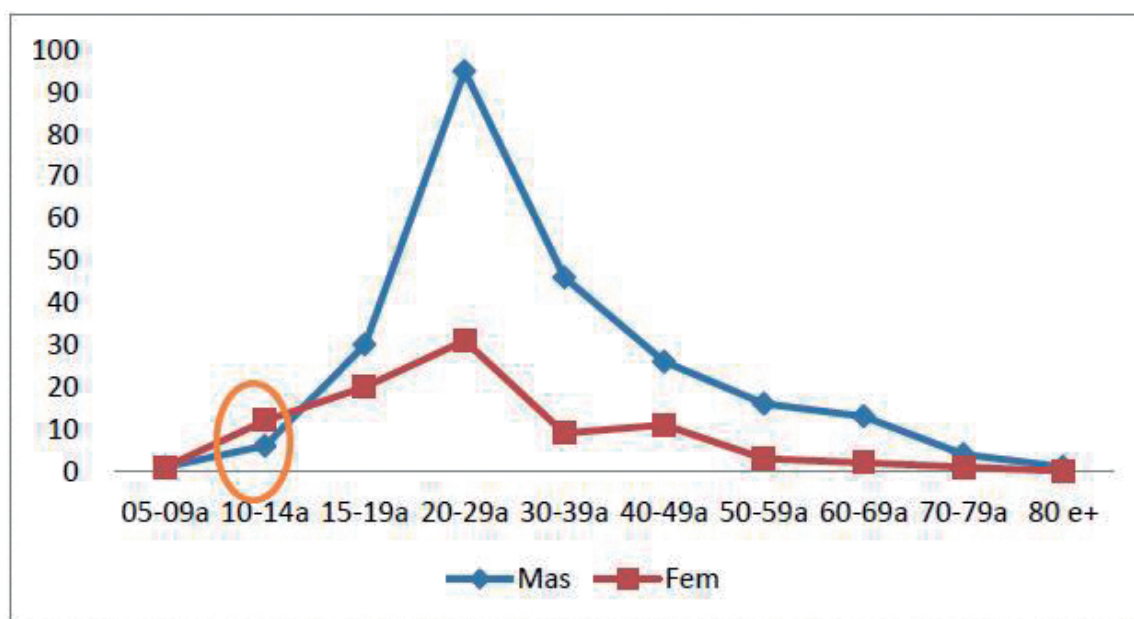
O estado do Amapá está localizado na região norte do Brasil, apresenta uma população de 733.508 habitantes (IBGE, 2022) distribuída em 16 municípios, e concentrada populacionalmente na região sudeste do estado, municípios de Macapá e Santana, que agregam cerca de 75% de sua população total. O espaço amapaense apresenta características estruturais de serviços de saúde ainda muito precárias quando comparadas aos demais estados da federação, ou quando analisadas o alcance de suas políticas públicas.

Desde o ano de 2017 o estado do Amapá apresenta dados de crescimento nas taxas de suicídio nas faixas etárias de 20 a 39 e 10 a 19 anos, sendo o primeiro grupo com taxas mais elevadas para o sexo masculino. O suicídio é considerado a terceira causa externa de mortalidade entre adultos jovens e adolescentes do sexo masculino (AMAPÁ/SVS, 2022). Nos últimos anos houve um aumento nas taxas de morte por suicídio nos coeficientes de mortalidade por causas externas no Amapá entre 2017 e 2019, em 2020 houve uma queda de 7,0 para 5,9, e em 2021 essa taxa volta a subir para 7,2.

O aumento da precocidade nas mortes por suicídio tem sido uma preocupação global. A infância e a adolescência são tempos de vida altamente suscetíveis as influências ambientais, e dependendo dos ambientes, do cuidado, da aprendizagem, e do apoio, as condições mentais podem ser alteradas ou se manterem saudáveis (WHO, 2022). Um importante dado a ser destacado é a prevalência do transtorno de depressão acometerem mais as meninas na fase da adolescência, elas apresentam o dobro de chances de sofrer de depressão do que os meninos, e essa tendência permanece nas mulheres de forma mais expressiva durante toda a vida adulta (SILVA, 2017).

Quanto ao gênero, a maioria da população que comete o suicídio no estado é do sexo masculino na faixa etária entre 20 e 29 anos, mas na faixa entre 10 e 14 anos é prevalente o sexo feminino; e nas jovens na faixa etária entre 15 e 19 foi verificado um aumento no ano de 2018, de 08 óbitos em 2017 para 20 em 2018 (AMAPÁ/SVS, 2022), assim como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 01: Mortalidade por suicídio segundo sexo e faixa etária – Amapá/BR (2017-2022).



Fonte: SVS (2022)

Quanto a distribuição de óbitos por suicídio no Amapá, em primeiro lugar destaca-se Macapá, que apresentou um índice muito elevado no ano de 2019, contribuindo para o patamar de risco do estado, obtendo um índice de 9,1 óbitos/100.000hab. Por ser a capital do estado, apresenta uma infra-estrutura melhor do que nos demais municípios, assim como uma maior oferta de serviços de saúde, seja no público ou no privado, contribuindo para um melhor direcionamento em tratamento, apoio e acolhimento da população com condições de saúde mental fragilizada. De acordo com o boletim epidemiológico N. 02 (2020) entre 2015 e 2020 Macapá representou 68% dos óbitos por suicídio do estado, seguido por Santana com 12%, Laranjal do Jari (6%), e Mazagão (4%).

O aumento das taxas de suicídio no Amapá carecem ainda de estudos mais específicos, tanto dos fatores de risco e proteção, da estrutura de saúde, e da atuação das políticas públicas em via de melhorias e redução destes casos. Importante destacar, que a maioria dos suicídios consumados são oriundos de alguma tipologia de transtornos mentais. Nesse sentido, se faz necessário que as políticas e ações atuem na prevenção, diagnóstico e tratamento destes transtornos para que possa ocorrer uma diminuição destes casos, visto que o suicídio é tido como “morte evitável” pelos órgãos de saúde mundial (WHO, 2022), sendo assim, é passível de intervenções que promovam a diminuição de sua ocorrência (LOÉS, 1996), pois a maioria absoluta dos casos de suicídio possui causas detectáveis e tratáveis (SILVA, 2017)

Assim como em outras partes do Brasil e do mundo as estruturas de atendimento da saúde mental no Amapá ainda são muito precárias, seja na busca de dados sobre as condições de saúde mental da população, ou de sua própria estrutura. Entretanto, nos últimos anos algumas políticas, programas, e ações estão sendo implementadas junto as condições de saúde mental. Dentre essas políticas destaca-se a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) que são voltados para a estabilização e acompanhamento de pacientes. No estado todo a rede conta com 09 unidades do CAPs, sendo 04 unidades localizadas na capital, e as demais distribuídas em Santana, Laranjal do Jari, Oiapoque, Porto Grande, e Mazagão. Destas unidades, as que possuem uma melhor estrutura são as localizadas na capital, que contam com uma rede maior de profissionais e de espaços para acolhimento, com consultas médicas, atendimento psicológico, atendimento de fisioterapia, serviço social, e fonoaudiólogo. As demais unidades nos outros municípios ainda possuem um atendimento precário, e os outros dez municípios restantes não possuem essa tipologia de atendimento.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as principais conclusões que chegam-se com este trabalho, destacam-se: - Os transtornos mentais são considerados os principais fatores de causas de suicídios no mundo, no Brasil, e no Amapá, por isso as condições de saúde mental devem ser olhadas com mais atenção; - No Amapá entre 2017 e 2021 as taxas de suicídios oscilaram, sendo que em 2019 a capital Macapá apresenta uma taxa muito elevada que coloca o estado em patamar de risco; - Entre o aumento dessas taxas de suicídio no Estado, destaca-se as taxas mais elevadas nas faixas etária de 20 a 39 e 10 a 19 anos; - É preciso um olhar atento aos jovens (10 a 19 anos), principalmente entre as meninas de 10 a 14 que tiveram elevadas as taxas de suicídio no período de estudo. - A estrutura de atendimento a questão de saúde mental ainda é precária no estado, seja na oferta de serviços (no público ou no privado), seja na oferta de profissionais, seja no atendimento de urgência, seja na coleta de dados, ou nos atendimentos em municípios mais distantes, ou até mesmo na ausência desta estrutura; e - Algumas políticas **públicas são desenvolvidas, seja na escala estadual ou municipal, e geram resultados positivos, mas que ainda precisam ser ampliados e melhorados.**

5. PALAVRAS-CHAVES

Suicídio; Política Pública; Amapá.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAPÁ.. Superintendência de Vigilância em Saúde/SVS. **Boletim Epidemiológico N. 02** - 31/08/2020.

_____. Superintendência de Vigilância em Saúde. **Análise da Morbimortalidade por suicídios no estado do Amapá.** 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. **Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil.** Boletim Epidemiológico. 2021;52(33).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022.** Disponível em: Acesso em 07 ago. 2023.

LÓES, T. **Violência no Trânsito.** Saúde em Foco. 5;7-9.1996.

MORGENSTERN, H. Uses of Ecologic Analysis in Epidemiologic Research. **AJPH** - December 1982, Vol. 72, No. 12. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1650553/pdf/amjph00659-0026.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SILVA, A.B.B. **Mentes Depressivas:** as três dimensões da doenã do século. 1 ed. - São Paulo; Principium, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World mental health report: transforming mental health for all.** 2022.

GESTÃO AMBIENTAL DESCENTRALIZADA NO MUNICÍPIO DE OURÉM, PARÁ, BRASIL

GT02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Benedito Evandro Barros da Silva¹

Arthur Felipe Lima dos santos²

Glauber Epifanio Loureiro³

1. INTRODUÇÃO

O município de Ourém conhecido como “Pérola do Guamá” rico em belezas naturais e manifestações culturais localizado na mesorregião nordeste paraense, a partir das três últimas décadas do século XX tem sofrido um acelerado processo de degradação ambiental motivado por práticas pouco sustentáveis, como a extração de minério de agregados da construção civil (areia, seixo e argila), pecuária extensiva e exploração madeireira, (SOUZA, *et al.*, 2016). Diante dos desafios apresentados, nos últimos anos, o município de Ourém, têm fortalecido ações de descentralização ambiental de forma compartilhada com o Estado por meio de apoio técnico e jurídico visando melhorar os mecanismos de gestão que subsidiam a estruturação e o fortalecimento dos sistemas municipais de meio ambiente (GUIMARÃES *et al.*, 2011; PARA/PMV, 2016).

A descentralização é apresentada como uma nova concepção de formular e executar política pública e tem sido associada com a abertura de canais inovadores de participação de atores sociais envolvidos (SCARDUA, BURSZTYN, 2003). Para tanto conceitua-se descentralização como sendo a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades espacialmente menores, entre as quais o município e as comunidades, conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para as unidades territoriais de menor amplitude e escala (SILVA e AZEVEDO-RAMOS, 2018).

Diante da problemática o presente estudo objetivou analisar a evolução histórica da institucionalização da descentralização da gestão ambiental no município de Ourém, buscou responder o seguinte questionamento: (1). Quais as principais políticas públicas de incentivo a descentralização da gestão ambiental no município de Ourém? Ao final se pretende avaliar a hipótese de que o rearranjo do arcabouço legal e o apoio do programa estadual de incentivo à descentralização ambiental a nível nacional e Estadual foram cruciais para motivar o município a descentralizar a gestão ambiental.

2. METODOLOGIA

Para o levantamento das políticas públicas de gestão ambiental no Município de Ourém-PA foram realizados estudos com dados secundários (livros; artigos técnicos e científicos; banco de dados estatísticos de órgãos públicos; relatórios técnicos; além dos dados disponíveis na base da série Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, do IBGE). O período analisado foi de 1990, início da política nacional de meio ambiente, até o ano de 2022.

¹ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, e Analista Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA. Marabá - PA, Pará, Brasil. E-mail: evandroourem@gmail.com

² Mestre em Ecologia Aquática. Programa de Pós-Graduação e Ciência Animal- Universidade Federal do Pará-UFPA. Secretário de Meio Ambiente - SEMMA Ourém-PA. Email. santos.afl@gmail.com

³ Mestre em Engenharia Civil. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Pará-UFPA. Professor Assistente IV da Universidade do Estado do Pará – UEPA-Campus Marabá. Email. epfania@uepa.br

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 01 apresenta a institucionalização das políticas públicas de gestão ambiental no município de Ourém. Organizadas por anos em uma escala crescente do período de 1990 até o ano de 2022. Tendo o período de 1990 até o ano de 2013 a gestão concentrada no governo Federal e Estadual. Somente a partir do ano de 2014 é de fato que o município implementa seu sistema de gestão descentralizada, beneficiado pela maior definição jurídica e regulamentação a nível federal, o caso do artigo 23 da constituição federal por meio da lei complementar 140/2011e a nível estadual se tem a criação das resoluções do conselho estadual de meio ambiente - COEMA (079/1999, 116/2014) referentes a atividade de impacto local. Outro ponto foi o apoio técnico e jurídico dado ao município por parte da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) a partir do ano de 2013, que foi fundamental para a implementação do sistema de meio ambiente no município.

Tabela 1 - Evolução da institucionalização das políticas públicas de gestão ambiental no município de Ourém no período de 1990 a 2022.

Períodos	Políticas de incentivo a Gestão Ambiental no município de Ourém
1990 a 2008	1990 - Lei orgânica municipal de 04 de abril de 1990.
	2002 - Código de postura do município de Ourém, (código administrativo – Lei nº 1658/2002).
	2003 - Lei nº 1.668/2003 – Política Municipal de Meio Ambiente de Ourém.
	2008. Lei Municipal nº - 1.750/08, de 30 de dezembro de 2008. Criou na nova estrutura administrativa da Secretaria municipal de Meio Ambiente de Ourém-PA bem como suas atribuições.
2013 a 2016	2013. Decreto Municipal nº 25, de 01 de fevereiro de 2013. Nomeação do Secretário Municipal de Meio Ambiente.
	2013 - Lei nº 1.784/2013, de 28 de novembro de 2013. Que dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente de Ourém, Estado do Pará e da outras providências.
	2013 - Decreto nº 87, de 16 de dezembro de 2013. Regulamenta o Fundo Municipal de Meio Ambiente de Ourém – FMMA, criado pela lei Nº 1.784, de 28 de novembro de 2013.
	2013 - Decreto nº 88, de 16 de dezembro de 2013. Dispõe sobre nomeação dos membros do conselho municipal de meio ambiente de Ourém e dá outras providências, criado pela lei Nº 1.784, de 28 de novembro de 2013.
	2013 - Lei nº 1.788, de 20 de dezembro de 2013. Dispõe sobre as taxas pelo exercício regular do poder de polícia e as tarifas de competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ourém, PA.
	2013 – Pacto contra o desmatamento assinado com o Programa Estadual Municípios Verdes.
	2014 – Início da Descentralização da Gestão Ambiental de Ourém.
	2014/2016 - Recebimento de bens e apoio técnico do fundo Amazônia e do Programa Municípios Verdes
2020 a 2022	2020 – Lei 1969/2020 - Política Municipal de Saneamento Básico de Ourém-PA. Dispõe Sobre a Política Municipal de Saneamento Básico de Ourém, Estado do Pará, e dá Outras Providências.
	2022 – Lei Municipal nº 1976, de 22 de dezembro de 2021. Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025. Destina recursos para ações de meio ambiente.

Fonte: Elaborado pelos Autores.

As políticas públicas de gestão ambiental municipal descentralizada na Amazônia e em especial o estado do Pará, tiveram seus avanços institucionais e suas implementações motivadas pela necessidade de se reduzir o desmatamento nos municípios (SILVA, AZEVEDO-RAMOS, FARIAS, 2019). o que demandou maiores responsabilidades aos municípios, obrigando os mesmos a terem participação mais efetiva no controle do desmatamento, sob a penalidade de sofrerem restrições a créditos e terem sua economia local comprometida ((PPCDam, 2004).

Diante dos desafios apresentados, a partir de 2013, o município de Ourém, fortaleceu ações de descentralização ambiental de forma compartilhada com o Estado por meio de apoio técnico e jurídico visando melhorar os mecanismos de gestão que subsidiam a estruturação e o fortalecimento dos sistemas municipais de meio ambiente (GUIMARÃES et al., 2011). Esses esforços tiveram resultados positivos no ano 2014, quando se tem o marco zero da gestão ambiental no município, pois foi assinada em 27/02/2014 e publicada no diário oficial em 06/03/2014 a habilitação para exercer a gestão ambiental descentralizada, onde a partir desta data o município, poderia licenciar, fiscalizar todos os empreendimentos geradores de impacto local, dentre eles a extração e beneficiamento dos agregados de emprego imediato na construção civil conforme listados no anexo da resolução COEMA 162/2021. Destaca-se que a habilitação resultou em diversos termos de cooperação e convênios celebrados entre o Estado do Pará SEMAS e o programa municípios Verdes (PMV) com recursos provenientes do Fundo Amazônia, como podemos destacar: Capacitação dos servidores para realização do cadastro ambiental rural, licenciamento e fiscalização ambiental rural, aquisição de Computadores, veículos, motocicletas, barcos, impressoras, etc. (GUIMARÃES e FEICHAS, 2009; PARA/PMV, 2016).

Vale ressaltar que até o ano de 2000 o município detinha 80% de sua cobertura florestal passando para menos de 10% até o ano de 2023 (INPE, 2023), como resultado de uma gestão historicamente concentrada no poder público Federal e Estadual, o que poderia ter sido evitado com a implementação de políticas públicas de gestão ambiental descentralizadas que estavam instituídas nos anos 1980 a nível nacional (constituição federal de 1988 e a política nacional de meio ambiente lei 6.938/1989) e a nível estadual (política estadual de meio ambiente lei nº 5.887/1995) e a nível local anos 1990 a 2000 (lei orgânica de 1990 e a política municipal de meio ambiente - Lei nº 1.668/2003. No entanto a pouca definição jurídica e apoio técnico, ausência de infraestrutura e interesse político podem ter influenciado a não implementação dessas políticas a nível local (que historicamente teve sua gestão concentrada no Estado).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Ourém tem progredido na descentralização da gestão ambiental, com especial ênfase ao período 2013 a 2014 quando foi favorecido pela maior definição jurídica com a regulamentação do artigo 23 da constituição federal por meio da lei complementar 140/2011, que com apoio recebido pelo governo do Estado do Pará, por meio da SEMAS aprovou suma séria de medidas e conseguiu implementar seu sistema de meio ambiente. Porém essas políticas públicas não têm sido implementadas de forma eficientes e transparentes, uma vez que, os problemas ambientais como desmatamento e ausência de recuperação de áreas degradadas persistem (DE MACÊDO COELHO *et al.*, 2022).

5. PALAVRAS-CHAVE

Descentralização, Gestão Ambiental, Ourém-Pará.

REFERÊNCIAS

DA SILVA, Benedito Evandro Barros; AZEVEDO-RAMOS, Cláudia. Desafios e oportunidades de mensurar políticas públicas ambientais descentralizadas na Amazônia: O caso do Pará. **Paper Naea**, 393: 3-21. Belém. 2018.

DA SILVA, Benedito Evandro Barros; AZEVEDO-RAMOS, Claudia; FARIAS, Hilder André Bezerra. The impact of decentralization policies: the environmental performance applied to municipalities of the Amazon. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 51, 2019.

DE MACÊDO COELHO, Y. C., DE MEDEIROS, P. S., SANTOS, J. A., & LUCAS, F. C. A. Perception of environmental impacts of aggregate mining: A case study from the municipality of Ourém, Pará, Brazil. **Resources Policy**, v. 78, p. 102825, 2022.

GUIMARÃES, J., VERÍSSIMO, A., AMARAL, P., & DEMACKI, A. **Municípios Verdes**: caminhos para a sustentabilidade. Belém: Imazon, 2011. 156p. Disponível em: <<http://www.imazon.org.br/publicacoes/livros/municipios-verdes-caminhos-para-a-sustentabilidade>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

GUIMARÃES, R. P., FEICHAS, S.A. a Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, n.12, v.2, p.307-323, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n2/a07v12n2.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

INPE. Projeto PRODES; Banco de dados desmatamento nos Municípios. São José dos Campos. Disponível em <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodes.php>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PARÁ. Programa Municípios Verdes. Atividades e Resultados 2014/2015. 2016. Disponível em: <<http://municipiosverdes.com.br/files/Resultados.pdf>>. Acesso em: 11 Jul. 2016.

Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal - (PPCDAm). 3.^a fase (2012-2015). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80120/PPCDAm/_FINAL_PPCDAM.PDF>. Acesso em: 3 jun. 2016.

SCARDUA, F. P., BURSZTYN, M. A. A. Descentralização da política ambiental no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 18, n. 1-2, p. 291-314, 2003.

SOUZA, J. T. M.; PENA, H. W. A.; SILVA, B. E. B. Análise espacial das atividades de mineração: expansão das áreas de Cavas de seixo e areia no município de Ourém, PA. **Revista Observatório de la Economia Latinoamericana**, v. 1, p. 1-32, 2016.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PLANEJAMENTO DA UFPA, CAMPUS BELÉM: ANÁLISE A PARTIR DO OLHAR DOS ALUNOS

GT02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Maria Ludetana Araujo¹
Marilena Loureiro da Silva²
Raimundo Nonato de Souza Bouth³

1. INTRODUÇÃO

Este texto centraliza a análise no planejamento da Educação Ambiental (EA) enquanto disciplina curricular ofertada pela Universidade Federal do Pará (UFPA), *campus* Belém, no que se refere à disponibilidade dos conteúdos aos alunos do curso de Pedagogia.

Tal curso é composto por oito semestres e é ofertado nos turnos matutino e noturno com entrada no primeiro e no segundo semestre anualmente em cada turno. O interesse pela disciplina decorre da relação direta dos autores com a temática da EA na oferta de uma disciplina eletiva porque não existe no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) nenhuma disciplina obrigatória com essa finalidade, o que acarreta implicações para o planejamento da maior instituição pública em número de alunos e em dimensão geográfica do Pará – a UFPA.

Nesse sentido, o texto tem por objetivo desvelar como a EA é compreendida no planejamento da UFPA, *campus* Belém a partir da análise dos alunos.

2. METODOLOGIA

Para alcançar a finalidade do texto utilizamos a pesquisa bibliográfica que segundo Gil (2002) decorre de material já publicado sobre o assunto. Além disso, fizemos uso da pesquisa de campo junto aos alunos do Curso de Pedagogia no ano de 2022 aplicando um questionário com a finalidade de obter respostas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Santos (2022) destaca que o planejamento é sempre uma atividade racional que faz parte da rotina da administração seja ela pública ou privada porque as fases do caminho a ser percorrido devem incluir as demandas da comunidade impactada. No caso das Instituições educacionais o planejamento deve ter como finalidade o processo de ensino e aprendizagem.

Particularmente na Amazônia que segundo Aragón (2018) possui território presente em oito países as demandas devem ser entendidas nas suas peculiaridades geográficas e de riquezas naturais no caso na Amazônia brasileira que se estende por nove estados entre eles o Pará onde a UFPA está localizada, o que demanda um planejamento compatível com sua posição nacional e internacional na formação de sujeitos comprometidos em cumprir as demandas globais como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que pode ser realizado por meio de disciplinas como foco na Educação Ambiental. A Amazônia

¹ Doutora em Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, E-mail: ludetana@ufpa.br

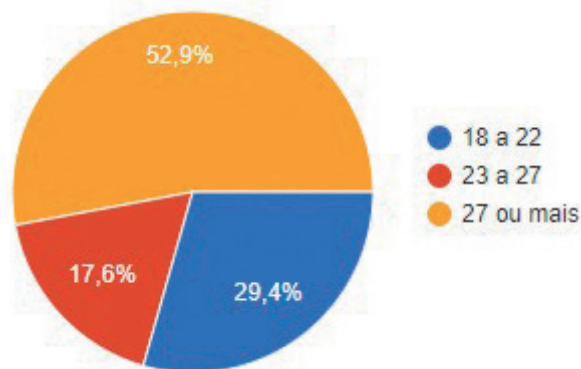
² Doutora em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, E-mail: marilenals@ufpa.br

³ Mestrando pelo Proficiamb, Universidade Federal do Pará, E-mail: professorbouth@gmail.com

possui muitas riquezas que são cobiçadas por diversos organismos internacionais, o que lhe coloca numa posição de permanente destaque para colonialismo de dados (VALE, 2022).

Na aplicação do questionário as questões fechadas nos permitem identificar o perfil dos alunos e as noções mais técnicas sobre o público que se dedicou ao tema no contraturno, estando matriculado em prol da aprendizagem sobre o tema da Educação Ambiental.

Gráfico 1 - Média de idade dos discentes



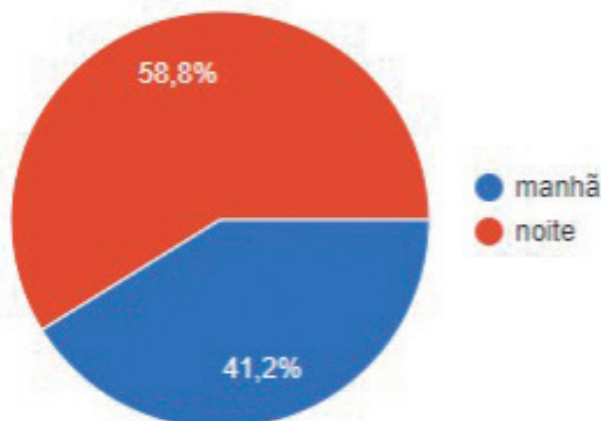
Fonte: Elaboração própria (2022).

Em relação à idade dos alunos, verificamos que mais de 50% dos alunos já estão acima dos 27 anos, o que pode indicar relativa escolha consciente por cursar a disciplina, já que não são tão jovens quando comparados com calouros que ingressam no ensino superior na sequência do ensino médio e em idade adequada dentro dos parâmetros oficiais.

Ao realizar uma análise da relação entre educação e desenvolvimento na Amazônia, Santos (2022) destacou que a região historicamente possui baixos índices educacionais e que a idade dos sujeitos está aquém da média nacional nos padrões oficiais. Os fatores para essa realidade vão desde as ausências de políticas públicas condizentes com as necessidades locais até questões básicas, como deixar filhos com alguém em casa para estudar, quando são alunos do noturno.

Além disso, as questões que envolvem os estudantes da Amazônia, o que inclui a capital paraense – Belém, carece ainda de políticas públicas eficazes que possam suprir as necessidades para ter o mínimo de dignidade de se chegar até os locais de estudos. É preciso dar condições de acesso e permanência ao ensino superior com ações coletivas, tais como: transporte de qualidade, iluminação pública, ampliação dos horários de circulação de ônibus no caso dos alunos do noturno.

Gráfico 2 - Turno de estudo



Fonte: Elaboração própria (2022).

O Gráfico 2 demonstra que quase 60% dos discentes estudam a noite. Segundo seus relatos, vemos que eles possuem uma jornada profissional maior quando comparada com os alunos do período matutino. Isso, porque possuem filhos, responsabilidade familiar, financeira e trabalhos. No horário da disciplina eletiva, era solicitada uma declaração pelos alunos à direção da Faculdade de Pedagogia, para poderem justificar ausência no trabalho e assim evitar faltas. Além disso, 94,1% são do sexo feminino.

Terribili Filho (2004) destaca os desafios encontrados por alunos do turno da noite, entre eles: o trajeto para ir estudar, com relações diretas com a segurança pública; aspectos de infraestrutura; e as relações sociais com um grupo social. Com isso, vê-se como estão imbricadas múltiplas dimensões que não somente as relacionadas ao curso.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desvelar como a EA é compreendida no planejamento da UFPA, *campus* Belém a partir da análise dos alunos foi um processo pautado ao longo de uma semestre na oferta da única disciplina eletiva do PPC Pedagogia revelando que há interesse significativo dos alunos em saberem sobre os conteúdos dessa disciplina ofertada no turno vespertino para não implicar no turno regular dos alunos, desacando que a cada semestre de oferta da disciplina o número de matriculados e participantes é superior a quaisquer outras disciplinas eletivas.

Pela fato de não ser obrigatória entendemos que a UFPA precisa realizar adequações permanente no seu planejamento para possibilitar outros debates teóricos no campo socioambiental para além dessa disciplina eletiva porque o pedagogo do século XXI precisa estar conectado com demandas de sociedade globalizada com informações em tempo real, que os potencialize a atuar de forma sustentável em seus locus de atuação.

5. PALAVRAS-CHAVE

Planejamento institucional. UFPA. Educação Ambiental.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÓN, L. E. **A dimensão internacional da Amazônia**: um aporte para sua interpretação. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

TERRIBILI FILHO, Armando. **Ensino superior noturno no Brasil**: as dificuldades do entorno educacional e a importância do relacionamento social no ambiente educacional. Educação, Santa Maria, v. 29, n. 1, p. 21-36, jan./jun. 2004.

GIL, A.C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. Atlas. 2002.

SANTOS, T. F. A. M. **Educação e desenvolvimento (in) sustentável da Amazônia brasileira**. Curitiba: Appris, 2022.

VALE, Cassio. **A educação como negócio social na Amazônia brasileira**. 199f. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Pará. Belém, 2022.

A AMAZÔNIA LEGAL E SEUS DESAFIOS NA GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS: UM ESTUDO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL E ÁREAS PROTEGIDAS SOB A ÉGIDE DO ESTADO

GT02 - Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Viviane Corrêa Santos¹
Márcia Aparecida da Silva Pimentel²

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa examina o ordenamento territorial do Estado na Amazônia Legal, destacando conflitos entre objetivos econômicos e a preservação de Áreas Protegidas. Evidencia a necessidade de uma gestão mais eficiente dos recursos naturais na região, em meio a complexidades socioambientais.

O ordenamento territorial, instrumento estatal vital, visa compreender o potencial ecológico, econômico e social do território, protegendo recursos naturais e promovendo desenvolvimento econômico, mas enfrenta desafios na Amazônia devido a conflitos entre objetivos governamentais e a preservação de Áreas Protegidas (AP). Isso resultou em projetos que, embora destinados a apoiar APs, foram deliberadamente tornados vulneráveis, favorecendo necessidades econômicas. Este estudo enfoca as políticas de ordenamento estatal na Amazônia, destacando a desconsideração de seu papel como gestor de recursos naturais e regulador de usos, prejudicando a biodiversidade das APs (SILVA e SILVA, 2022).

2. METODOLOGIA

A metodologia consistiu na análise de produções teóricas, conceituais e históricas sobre o processo de ocupação da região amazônica e sua concepção de fronteira, além de levantamentos bibliográficos de conteúdos e ações atuais do Estado publicadas em sites governamentais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criação de Áreas Protegidas desempenha um papel estratégico na delimitação e controle de territórios, regulando seus usos e ocupações (MEDEIROS, 2006; HEIDRICH, 2008). Nos Estados Unidos, o pioneirismo ocorreu em 1872 com o Parque Yellowstone, dedicado exclusivamente à preservação e afastamento da sociedade indígena (DIEGUES, 2008; DIAS e PEREIRA, 2010).

No Brasil, a criação de Áreas Protegidas tem raízes na preocupação histórica com recursos naturais de valor econômico, culminando com o estabelecimento do Parque Nacional de Itatiaia em 1937 (MEDEIROS, 2006; DIAS e PEREIRA, 2010). No entanto, ao contrário dos EUA, o primeiro parque nacional brasileiro enfrentou pressões urbanas devido à concentração populacional e atividades econômicas próximas, resultando em conflitos ambientais e sociais (FRANCO, SCHITTIN e BRAZ, 2015; BENSUSAN, 2006).

O crescimento agrícola, industrial e urbano no Brasil exigiu a ordenação do território para proteger recursos naturais e reservas biológicas (LOPES, 2008). O ordenamento territorial é uma política estratégica do Estado que visa atuar em todo o território nacional (KOHLHEPP, 2002).

É fundamental analisar as políticas de ordenamento criadas para a Amazônia Legal e entender as motivações por trás da criação das Áreas Protegidas, que desempenham um papel crucial na promoção eficiente do ordenamento territorial (KOHLHEPP, 2002).

¹ Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA, viviane.santos@uepa.br.

² Professora Pós-doutora em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA, mapimentel@ufpa.br.

A região amazônica foi integrada ao longo da história na formação do território nacional, influenciada por fluxos relacionados ao capitalismo (Becker, 1997). O ordenamento territorial na Amazônia Legal, considerando as questões regionais e a divisão territorial do Brasil, foi impulsionado pela ideia de que a região poderia aliviar tensões sociais em outras áreas do país, especialmente o Nordeste (OLIVEIRA, 1991; KOHLHEPP, 2002).

Becker (1997), argumenta que essa ideia de “vazio demográfico” na Amazônia foi um mito perpetuado pelo Estado, que atraiu investimentos e negou a presença das populações locais, incluindo indígenas e caboclos. A década de 1960 viu avanços na integração econômica da Amazônia Legal no mercado brasileiro, impulsionada por incentivos fiscais para atrair capital para a região.

No entanto, esse processo também trouxe desafios, incluindo pressões sobre os recursos naturais, conflitos de terra, violência e favelização (Kohlhepp, 2002). O Estado buscou estratégias de ocupação da região, atraindo grupos empresariais que exploraram recursos naturais e mão de obra disponível, resultando na ocupação de áreas anteriormente consideradas vazias (COELHO; TOLEDO; CANTO, 2022).

Essas mudanças na paisagem amazônica, combinadas com a chegada de novos atores sociais, levaram a disparidades econômicas e infraestruturais (SILVA e SILVA, 2022). O governo militar implementou uma política de integração na Amazônia, substituindo a concepção de fronteira geográfica por uma fronteira ideológica, alinhada com a ideologia capitalista norte-americana, promovendo a integração e a exploração por multinacionais (OLIVEIRA, 1991; KOHLHEPP, 2002).

Diante dos impactos na região, foram realizados levantamentos sobre os recursos florestais, resultando em propostas como o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia-PDA, que buscava alternativas à exploração predatória dos recursos florestais por meio de incentivos fiscais e infraestrutura para o escoamento (VALVERDE e FREITAS, 1980).

Além disso, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) foi criado como parte da estratégia de ordenamento territorial, explorando as potencialidades econômicas da região em setores como agricultura, silvicultura e agroindústria (OLIVEIRA, 1991).

No entanto, essas políticas de desenvolvimento enfraqueceram na década de 1980, destacando a necessidade de reformas na estrutura política e institucional do Estado para abordar questões ambientais em meio a pressões internacionais (BRITO, 2001).

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto aborda a função estratégica das Áreas Protegidas e a história de sua criação no Brasil. Destaca-se a diferença entre o modelo brasileiro e o norte-americano, com desafios como a pressão urbana nas primeiras. A expansão agrícola e o desenvolvimento urbano foram impulsionados pela necessidade de ocupar mais território, e por essa razão, destaca-se o ordenamento territorial como instrumento crucial para a proteção de recursos naturais.

Na Amazônia, houve integração ao longo da história, muitas vezes ignorando as populações locais e causando impactos socioambientais. A política de “integrar para não entregar” durante o governo militar visava à exploração econômica, nesse contexto, a exploração de recursos florestais trouxe desafios. O programa POLAMAZÔNIA buscava aproveitar o potencial econômico da região, dessa forma, a década de 1980 indicou a necessidade de reformas para lidar com questões socioambientais.

Em resumo, o texto destaca a complexa relação entre desenvolvimento, conservação ambiental e ordenamento territorial na Amazônia, ressaltando a importância de políticas equilibradas e práticas sustentáveis.

Essas conclusões apontam para a complexidade da relação entre desenvolvimento, preservação ambiental e ordenamento territorial na Amazônia brasileira, evidenciando a importância de políticas públicas equilibradas e estratégias de uso sustentável dos recursos naturais nessa região crítica para a biodiversidade global.

5. PALAVRAS-CHAVE

Gestão; Políticas Ambientais; Planejamento

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. K. (1997). **Amazônia**. São Paulo: Ática.

BENSUSAN, N. (2006). **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 176. https://lcb.fflch.usp.br/sites/lcb.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Conservacao_da_Biodiversidade.pdf.

BRITO, D. C. de. (2001). Reforma do Estado e sustentabilidade: a questão das instituições desenvolvimentistas da Amazônia. (Org.) COELHO, M. C. N.; CASTRO, E.; MATHIS, A.; HURTIENNE, T. *In.*: **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de desenvolvimento regional**. Belém: Cejup, UFPA-NAEA.

COELHO, Andréa; TOLEDO, Peter de; CANTO, Otávio do. (2022). Ordenamento do território e a dinâmica do desmatamento na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia Física**, [S.l.], v. 15, n. 6. DOI:10.26848/rbgf.v15.6.p2960-2977.

DIAS, J. M.; PEREIRA, N. M. (2010). **Considerações sobre a evolução do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o ordenamento territorial da Amazônia: interações entre o Estado e a Ciência**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 21, p. 69-88, jan./jun. 2010. Editora UFPR. https://www.researchgate.net/publication/305864297_Consideracoes_sobre_a_evolucao_do_Sistema_Nacional_de_Unidades_de_Conservacao_e_o_ordenamento_territorial_da_Amazonia_interacoes_entre_o_Estado_e_a_Ciencia.

DIEGUES, A. C. S. (2008). **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec: NUPAUB-USP/CEC. <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/O%20mito%20moderno.compressed.pdf>.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SCHITTIN, Gilberto de Menezes; BRAZ, Vivian da Silva. (2015). HISTÓRIA DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS ÁREAS PROTEGIDAS: PANORAMA GERAL. **Historiæ**, Rio Grande, 6 (2): p. 233-270. <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5594>.

HEIDRICH, A. L. (2008). Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. (In.) SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular.

KOHLHEPP, G. (2002). Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos avançados** - av; 16 (45): 37-61, maio-ago. 2002. <https://www.scielo.br/j/ea/a/mY9cRhvB6MLvsHrYL8gBs4F/>.

LOPES, J.R.B. (2008). **Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 233. <https://static.scielo.org/scielobooks/df6bv/pdf/lopes-9788599662823.pdf>.

MEDEIROS, Rodrigo. (2006). Evolução das tipologias e categorias de Áreas Protegidas no Brasil. **Revista Ambiente e sociedade** – Vol. IX. nº. 1 jan./jun. p. 41-64. <https://www.scielo.br/j/asoc/a/C4CWbLfTKrTPGzcN68d6N5v/?format=pdf&lang=pt>.

OLIVEIRA, A.U. de. (1991). **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2ª ed. São Paulo: Papirus.

SILVA, Viviane Vidal da; SILVA, Ricardo Gilson da Costa. (2022). Amazônia, Fronteira e Áreas Protegidas: dialética da expansão econômica e proteção da natureza. **Ambiente & Sociedade** São Paulo. Vol. 25. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200224r1vu2022L3AO>.

VALVERDE, O.; FREITAS, T. L. R. de. (1980). **O problema florestal da Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes.

AS AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA ZONA COSTEIRA PARAENSE: A APLICABILIDADE DO ICMS VERDE

GT02- Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Ellen Cristina do Monte Silva¹

1. INTRODUÇÃO

As ações de políticas públicas voltada para a conservação ambiental na Zona Costeira Paraense é o foco desta pesquisa. Essa pesquisa tem como área de estudo a Zona Costeira Paraense, no qual abriga uma faixa de 1200 km com uma superfície de 129.795,031 Km², concentrando 47% da população em 47 municípios no Estado do Pará (PARÁ, 2020, p.8). Na faixa marítima representada pela Zona Costeira do Pará foram se constituindo progressivamente 12 Resex marinhas com população residentes no limite e no entorno desta Unidade de Conservação-UC.

Uma das alternativas para a conservação ambiental se trata de um espaço regulado como a criação de Reservas Extrativistas Marinhas – Resex, juntamente com o tributo arrecadado como o ICMS verde que versa sobre ações repassadas do Estado aos municípios para incentivar a conservação ambiental e melhorias da qualidade de vida da população.

Este artigo tem como objetivo tratar das ações das políticas públicas de conservação ambiental com relação à aplicabilidade do ICMS² verde aos municípios na zona costeira paraense. De acordo com Ferreira (2016, p.47) as políticas públicas são ações do Estado junto à sociedade que permite se criar princípios de sustentabilidade de acordo com a necessidade local, sendo crucial assegurar o direito ao ecossistema costeiro da geração atual e das vindouras.

2. METODOLOGIA

Dentre os procedimentos metodológicos utilizar-se-ão instrumentos de política pública ambiental denominada de ICMS verde. Através de pesquisas bibliográficas como dados primários e secundários, para posteriormente a preparação de questionários com perguntas estruturadas e semiestruturadas para a realização de entrevistas na Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará – SEMAS, a fim de sanar as dúvidas, haja vista que todos os dados se encontram no site do órgão público do Estado.

Fará um estudo conceitual do ICMS verde no Estado do Pará, para posteriormente como resultado à implementação das políticas públicas como o repasse do ICMS verde aos municípios localizados na zona costeira paraense, especificando os que criaram Resex marinhas no período de 2014 a 2020, a fim de mensurar através de dados quantitativos como os municípios vêm recebendo o recurso e de que forma isso vem permitindo um desenvolvimento territorial.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No dia 06 de janeiro de 2022 foi realizada uma entrevista na SEMAS³, referente aos dados do ICMS verde do Estado do Pará. A DIORED - Diretoria de Ordenamento, Educação e da Descentralização da Gestão

¹ Mestre em Geografia, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, ellencristinaifpa@gmail.com

² O ICMS verde é um instrumento econômico de política ambiental que tem como objetivo incentivar os municípios a criar e manter as unidades de conservação, sendo áreas protegidas ou de uso sustentável.

³ SEMAS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Ambiental é o órgão responsável pelo tratamento dos dados de acordo com a metodologia adotada segundo a Lei nº 7.638, de 12 de julho de 2012, na qual determina em seu artigo 2 que os municípios beneficiados são os que abriguem em seus territórios unidades de conservação e outras áreas protegidas. Para efeito desta lei consideram-se as unidades de conservação as de uso sustentável e de Proteção Integral previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza – SNUC lei de n.9.985 de 18 de julho de 2000.

Unidades de Conservação de acordo com o artigo 2º:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000)

Dentro da categoria de uso sustentável estão inseridos os critérios: Terras indígenas, Áreas militares, Proteção Integral, Reserva Pesqueira e Cadastro Ambiental Rural – CAR. Dessa forma, o critério Reserva Extrativista Marinha pode ser enquadrada no quesito Reserva pesqueira, haja vista que não existe a mesma nomeação. De acordo com PARÁ (2021) “para os municípios serem beneficiados por essa política ambiental, eles devem possuir em seus territórios Unidades de Conservação e outras áreas protegidas, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC”. Sendo assim, as Reservas Extrativistas marinhas fazem parte da realidade da zona costeira da Amazônia Paraense e os municípios que receberam esses espaços devem se enquadrar nos princípios de conservação ambiental a partir do Programa Municípios Verdes – PMV.

De acordo com a tabela 1 abaixo, segue os valores do ICMS verde dos municípios localizados na zona costeira da Amazônia Paraense, sendo no total de 12 Reservas Extrativistas Marinhas, o período escolhido numa escala espaço-temporal de 2014 a 2020 reflete o período em que o ICMS verde passou a ser adotado pelos municípios do Estado do Pará. Sendo que no ano de 2014 todos os municípios já estavam recebendo os valores do ICMS verde.

Tabela 1: Repasse do ICMS verde aos municípios das Resex marinhas da Amazônia Paraense.

Municípios	2014	2020	Resex
Augusto Corrêa	64379.81	1275715.2	Araí-Peroba
Bragança	50463.23	1301731.0	Caeté-Taperaçu
Magalhães Barata	114356.84	782149.8	Cuinarana
Maracanã	172311.13	1279038.1	Maracanã
Marapanim	126654.57	1287324.5	Mestre Lucindo
Santarém Novo	347224.43	819824.7	Chocoaré-Mato Grosso
São Caetano de Odivelas	151616.97	1282452.2	Mocapajuba
Soure	139921.87	1524076.3	Soure
Viseu	23655068	1539871.7	Gurupi-Piriá
São João da Ponta	154866.36	794558.7	São João da Ponta
Curuçá	179379.14	1273510.1	Mãe Grande de Curuçá
Tracuateua	302650.64	1286137.5	Tracuateua

Fonte: SEMAS. gov.br/ICMS verde – 01/2022

O repasse do ICMS verde para todos os municípios do Estado do Pará aconteceram em 2014, tendo um efeito muito positivo para os municípios como Magalhães Barata que teve a criação da Resex Marinha de Cuinarana no mesmo ano, podendo se enquadrar nos critérios de conservação ambiental, redução do desmatamento, dentre outros.

Porém no BRASIL (2000) que trata da legislação sobre as Unidades de conservação existem diversas categorias sendo estas: áreas protegidas, monumentos históricos, reservas florestais e marinhas, dentre outros. Ao se tratar de unidades de conservação na região Norte, especificando os municípios do Estado do Pará relacionar ao bioma da floresta amazônica, no qual não tem como adotar critérios que se relacionem a ambientes marinhos e costeiros que são espaços ocupados na zona costeira da Amazônia Paraense, além do bioma de manguezal.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

As populações tradicionais que estão localizadas em territórios de Resex marinhas conduzem uma produtividade econômica voltada para subsistência e não promovendo impactos grandiosos ao meio ambiente. No entanto, com o crescimento da indústria pesqueira tornou-se primordial criar políticas públicas que reduzissem o uso exagerado da pesca e da catação de caranguejo, tendo que respeitar o momento do defeso.

Para os municípios que passaram a receber o ICMS verde e ao mesmo tempo foi adotada a criação de Resex marinhas que tiveram que se adequar ao Programa dos Municípios Verdes que tem como principal objetivo a manutenção dos ecossistemas, sendo este costeiro ou outro, e também a qualidade de vida da população. Ao me referir ao termo qualidade de vida em municípios do nordeste paraense, deve-se promover forma de melhorias na educação, logística e geração de emprego.

Ao realizar uma entrevista na Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMAS foi ouvida e analisado os dados de que a categoria Reservas Extrativistas Marinhas não se enquadra nos critérios, mas pensando no que foi discutido desde 2020 através de novas metodologias e novos critérios de repasse do ICMS verde, entende-se que Reserva de uso sustentável pode ser nomeado como Reserva Extrativista Marinha.

Com a implantação do ICMS verde, a preocupação com o meio ambiente resulta de novos valores e culturas que precisam ser enquadrados pelos Estados Brasileiros ao criarem políticas públicas que precisem primeiramente pensar nas questões ambientais, mas não deixando de produzir. Nesse caso, pensar que o espaço foi reduzido para a criação de Reservas Extrativistas Marinhas, como um dos exemplos das categorias de Unidades de Conservação, na zona costeira da Amazônia Paraense é criar estratégias de organização social porque a partir do momento que o espaço é delimitado, constroem-se políticas públicas eficazes com a organização através de associações que vem promovendo novas formas de gerir o recurso que chega nestas comunidades.

5. PALAVRAS-CHAVE

Zona Costeira Paraense, Políticas Públicas, ICMS verde.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

BRASIL, **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Lei nº 7.638, de 12 de Julho de 2012**. Dispõe sobre o tratamento especial de que trata o parágrafo 2º do art. 225 da Constituição do Estado do Pará. Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Belém. Pará. 16 de julho de 2012.

FERREIRA, Luciano Cavalcante de Souza. **ICMS Verde: um estudo sobre a adequação de seus indicadores à sustentabilidade amazônica**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Direito do Centro Universitário do Estado do Pará. Belém. Pará. 2016. 141p.

PARÁ. **Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS**. ICMS Verde: critério ecológico no Estado do Pará. Belém-Pará. Janeiro/2021. Disponível em: <http://www.semas.pa.gov.br/icms/verde>. Acesso em: 09 de setembro de 2021.

PARÁ, **Lei nº 9.064, de 25 de maio de 2020**. Institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC/PA). Diário Oficial do Estado. Pará, 2020.

SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E TEIAS CRIMINOSAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

GT02 - Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

João Cauby de Almeida Júnior¹

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre algumas das ameaças que se fazem presentes no território amazônico brasileiro, extremamente prejudiciais à sua população, às suas instituições e ao desenvolvimento da região. Algumas delas são transnacionais, não limitadas, portanto, a fronteiras ou soberanias; mas que exigem rápidas e efetivas respostas dos Estados nacionais alcançados por essas ameaças.

As discussões sobre o desenvolvimento da região amazônica, pautadas muitas vezes no binômio conservação versus exploração, pouco destacam o aspecto da segurança da população que vive e tenta sobreviver em meio à atuação e aos riscos representados pelas organizações criminosas, agora com práticas convergentes entre crimes ambientais, tráfico de drogas e outros delitos conexos, onde seus autores se utilizam, frequentemente, da mesma logística delituosa já instalada na região.

As nocivas convergências dessas práticas delituosas, que configuram verdadeiras teias criminosas, atuam em desfavor da biodiversidade amazônica e da segurança da sua população, como informa o mais recente Relatório sobre drogas e crimes da ONU (UNODC, 2023), de acordo com o qual os traficantes de drogas estão ampliando suas atividades criminosas por meio da extração ilegal de madeira e da ocupação de terras de forma ilícita, uma espécie de criminalidade combo que desafia a capacidade de resposta estatal.

Propõe-se neste trabalho que a noção tradicional de segurança internacional, fortemente vinculada à ideia de Estado nacional, não possui parâmetros explicativos para dar conta de fenômenos como esses, ligados a criminalidade organizada, que desafiam as eventuais respostas estatais e demonstram a relativização da ideia de soberania e de fronteiras físicas, pois nelas não encontram limites.

Novas formas de compreensão sobre ameaças, suas modalidades e os potenciais danos que possam causar não só ao Estado (mas também à sociedade ou ao indivíduo), têm contribuído para a revisão de conceitos e contribuído para a expansão da noção de segurança, dando-se especial ênfase à dimensão da segurança humana.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada neste trabalho tem caráter exploratório de natureza qualitativa, envolvendo pesquisa bibliográfica e documental, voltada para a segurança da região amazônica. E o referencial teórico utilizado é o da segurança internacional, na dimensão da segurança humana, considerando a evolução da agenda de pesquisas dessa área do conhecimento.

¹ Doutor em Relações Internacionais, Universidade Federal do Pará, joocauby@ufpa.br

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Além dos enormes desafios referentes à preservação e ao desenvolvimento da região, o enfrentamento da criminalidade organizada na Amazônia brasileira requer também a mobilização de recursos, capacidades e estratégias do Estado, não somente na forma de uma resposta militar, mas dentro de uma agenda de segurança humana e de desenvolvimento para a região.

Do ponto de vista da segurança, há sempre de se considerar que tipo de ameaça impacta mais no Estado nacional objeto de análise. Em países em desenvolvimento as ameaças internas podem ter maior atenção do que as externas, tendo em vista a maior fragilidade interna desses Estados. Suas vulnerabilidades e fontes de insegurança podem decorrer dessa condição (Ayoob, 1991).

E mesmo internamente a um país, é preciso considerar o contexto onde a ameaça é percebida, pois dentro dele pode haver regiões com condições geográficas e relações fronteiriças diferenciadas, como é o caso da Amazônia brasileira.

De acordo com Saint-Pierre (2011), a ameaça não é algo dado que possa ser considerado isoladamente. Todos seus componentes, do emissor do sinal ao seu receptor, devem ser avaliados. Ele a define como “uma representação, um sinal, uma disposição, gesto ou manifestação percebida como o anúncio de uma situação não desejada ou de risco para a existência de quem percebe.” (Saint-Pierre, 2004b, p. 23).

A concepção de segurança utilizada neste trabalho, a segurança humana, diz respeito a capacidade de identificar possíveis ameaças, de buscar evitá-las quando possível ou de, ao menos, mitigar os efeitos delas decorrentes quando elas se materializam em atos danosos às pessoas e à sociedade. Em relação à Amazônia, as pesquisas sobre desenvolvimento da região pouco abordam a dimensão da segurança, como se fosse possível promover o desenvolvimento da região sem levar em conta as ameaças que afetam seu território e sua população.

Nesse sentido, cumpre atentar para o que prevê o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 1993, de acordo com o qual o conceito de segurança deve mudar de uma abordagem exclusiva em segurança nacional para dar mais destaque à segurança das pessoas, ao desenvolvimento humano, à segurança alimentar e à segurança ambiental (PNUD, 1993).

Além da sua importância para a aproximação conceitual das noções de segurança e desenvolvimento, deve-se destacar nesse relatório, que, “pela primeira vez, segurança foi explicitamente ligada a políticas de desenvolvimento dentro do sistema ONU” (Rocha, 2017, 115). Tem-se consciência da complexidade desse debate que envolve segurança e desenvolvimento, o enseja sua investigação mais acurada em outras investigações científicas, para dar conta de todas as questões envolvidas.

Por hora, registre-se que a noção tradicional de segurança, fortemente atrelado a preceitos ligados ao fortalecimento de exércitos nacionais, confrontos armados e proteção a fronteiras físicas, onde o estado era o objeto central de proteção (e fonte de perigos), tornou-se limitado com o transcorrer do tempo para explicar os novos fenômenos e ameaças que viriam a surgir no contexto global. E, dentre essas últimas, pode-se citar, como exemplo, os riscos climáticos que atingem, com intensidade cada vez maior, populações inteiras (Brüseke, 1999).

O uso da força, até então atrelada à legitimidade da soberania estatal, passou a ser também um instrumento de coerção utilizado por outros atores, numa espécie de privatização da violência. Em interessante estudo sobre esses atores não estatais, Mary Kaldor (1999) reporta-se a novos tipos de conflitos violentos em que os envolvidos não têm necessariamente razões ideológicas ou geopolíticas para promovê-los. Um tipo diferenciado de guerra, onde a maior parte das vítimas são civis e não militares.

Aos discorrer sobre essas guerras não tradicionais, que privatizam os atores e deslegitimam o uso da força, em face do tipo de agente que passa a exercê-la, ela chama atenção para a expansão da violência realizada pelo crime organizado e para a atuação de grupos paramilitares, dentre outros (ibid.).

Se na Amazônia colombiana a atuação dos grupos paramilitares, ora envolvidos em crimes ambientais ou com o tráfico de drogas, é uma fonte de preocupação para suas autoridades; na Amazônia brasileira tem-se a centralidade das organizações criminosas, envolvidas com esses crimes e outros mais. E aqui não se pode perder de vista, inclusive pela sua extrema gravidade, os crimes perpetrados por algumas delas contra a população Yanomami, ao promoverem garimpo e desmatamento ilegais em suas terras, destruindo a floresta, contaminando os rios de onde provém seus principais alimentos e ceifando vidas.

A Amazônia se estende por nove estados do Brasil e seu território é utilizado de maneira estratégica por organizações criminosas, que percebem as dificuldades de fiscalização que a geografia da região impõe à resposta estatal. Ela alcança uma considerável porção do território brasileiro, comportando 11.300 km de fronteiras com sete países vizinhos, o que denota a necessidade de cooperação entre os países da Pan-Amazônia para promover o enfrentamento dessas organizações.

E na Amazônia a criminalidade parece se reinventar, migrando por vezes de uma atividade delituosa para outra, quando a fiscalização se intensifica sobre uma delas. Há, ainda, uma espécie de criminalidade combo, a exemplo da que se observa na exploração ilegal de madeira, no sul do Pará, pois, além do crime ambiental em si, outros crimes são perpetrados, como corrupção e homicídios, para que aquele seja encoberto ou para que a empreitada delituosa originalmente planejada tenha êxito.

As teias criminosas dessas organizações alcançam também outros territórios, dentro e fora do Brasil. É o caso da economia ilícita da mineração promovida pelas mesmas, acerca da qual a Polícia Federal já mapeou, desde 2016, diversos territórios alcançados por essa prática ilegal. E nesse rastreamento dos caminhos da criminalidade ambiental na Amazônia, identificaram-se conexões transfronteiriças que perpassam por outros países da região, como Suriname, Guiana Francesa e Venezuela (Waisbich; Husek; Santos, 2022).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região amazônica é marcada por diversas ameaças à segurança da sua população. A cobiça pelas riquezas da sua biodiversidade e suas peculiaridades geográficas, que dificultam a fiscalização e o controle estatal, contribuem para a proliferação de organizações criminosas, responsáveis por diversos danos ambientais e sociais.

Assim, observa-se o quão importante é aprofundar o debate sobre segurança humana e desenvolvimento da região amazônica, numa perspectiva transnacional, e que compreenda a necessidade de se ir além do tipo de resposta estatal tradicionalmente utilizada para fazer frente a essas ameaças, que representam perigo à sobrevivência das pessoas, na medida em que lhes causam insegurança ambiental, alimentar e à própria existência.

5. PALAVRAS-CHAVE

Amazônia, Organizações criminosas, Segurança humana

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYOOB, Mohammed. The Security Problematic of the Third World. **World Politics**, Vol. 43, p. 257-283, jan.1991.

BRÜSEKE, Franz Josef. Risco social, risco ambiental, risco individual. **Terra Incógnita: reflexões sobre globalização e desenvolvimento**. ALTVATER, Elmar et al. Belém, UFPA/NAEA, 1999.

DONADELLI, Laura Meneghim; SAINT-PIERRE, Hector Luis; VITELLI, Marina Gisela. Os documentos de defesa do Brasil: aproximações sucessivas a Doutrina de Segurança Nacional. *Revista de Relações Internacionais, Estratégia y Seguridad*, v. 16, n.2, p. 141-155, 2021.

KALDOR, Mary. **New and old war: organized violence in a global era**. Stanford University Press, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (1993): Relatório do Desenvolvimento Humano: Participação popular. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/content/human-development-report-1993>> Acesso em 10 set. 2023.

ROCHA, Raquel Maria de Almeida. O histórico da segurança humana e o (des)encontro das agendas de desenvolvimento e segurança. **Rev. Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 104-129, 2017.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. “Defesa” ou “segurança”? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. **Contexto Internacional** [online]. v. 33, n. 2, p. 407-433, jul./dez. 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cint/a/7hYQwTNRzvcqfr9dqMd3PKJ/?lang=pt>>. Acesso em 16 set. 2023.

UNODC. World drug report 2023. Viena, 2023. Disponível em: <<https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/world-drug-report-2023.html>>. Acesso em: 17 set. 2023

WAISBICH, Laura Trajber; HUSEK, Terine; SANTOS, Vinicius. Territórios e caminhos do crime ambiental na Amazônia brasileira: da floresta às demais cidades do país. **Instituto Igarapé**, Rio de Janeiro/RJ, p. 1-52, jul. 2022.

O DESAFIO DA FORMAÇÃO DE UMA ESFERA PÚBLICA PARTICIPATIVA, DEMOCRÁTICA E AMPLIADA NO BRASIL

GT02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Luis Carlos Freitas Rodrigues¹

1 INTRODUÇÃO

A construção de uma democracia deliberativa depende, fundamentalmente, da existência de uma esfera pública ampla, participativa, mutável, em que os sujeitos busquem de forma horizontalizada o entendimento em um “mundo da vida” onde os envolvidos estabelecem um limite entre o mundo objetivo e o mundo intersubjetivo contido em uma arena de discussões e deliberações reforçadas pelas tradições culturais que caminham na direção de uma validade que estimule e alcance as diversas diferenciações de posicionamentos entre seus membros, que estão, no dia-a-dia em uma constante interação de forças. (HABERMAS, 2012)

Nas periferias das metrópoles brasileiras o fortalecimento da participação social junto as políticas públicas implementadas tanto pela união, como pelos demais entes subnacionais tem se tornado um meio na tentativa de se consolidar, (i) a substituição de um modelo de oferta de serviços públicos de forma clientelista, onde a dependência dos cidadãos junto a uma representação política personalista tenta, com grande esforço, ceder lugar a deliberação e a decisão do coletivo; (ii) a implementação de conselhos, comitês e outros instrumentos de participação previstos constitucionalmente tem sido utilizados com maior frequência pela comunidade, mesmo diante de vários casos de cooptação desses meios pelas forças políticas tradicionais; e (iii) a disseminação mais democrática e ágil das informações sobre as políticas públicas que serão implementadas em determinado local estão mais transparentes e disponíveis para o cidadão e/ou seus representantes na sociedade civil.

Esses três fatores se juntam-se a outros que, diante de nossa democracia ainda jovem, e os ataques que ela sofreu nos últimos quatro anos, podem representar uma oportunidade para se formar uma esfera pública e/ou fortalecer uma já existente, neste caso para a demanda e oferta de serviços de utilidade pública pelo Estado, principalmente junto a população mais pobre e vulnerável, que em muitos casos desconhece os seus direitos, ou mesmo não acredita neles.

Conhecer as bases que geram a formação de uma esfera pública democrática no Brasil torna-se então um desafio para os que se dedicam a analisá-la e também aos que estão na linha de frente, no dia a dia nas ações de representatividade social país a fora, tentando colocar em prática os anseios da comunidade a qual eles representam.

O objeto desse trabalho e fazer uma breve análise sobre o desafio quanto formação de uma esfera pública democrática e participativa no Brasil junto as ações de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.

O objetivo é contribuir com a discussão sobre a implementação de esferas públicas democráticas e participativas no Brasil pós Constituição de 1988, seus avanços e desafios em uma sociedade desigual e impedida, durante quase toda a sua história de exercer seu poder decisórios sobre políticas públicas.

2. METODOLOGIA

Será realizado uma revisão da bibliografia sobre os temas esfera pública, democracia deliberativa, participação e controle social, com foco nas formas de participação social junto as políticas públicas do Estado Brasileiro após a promulgação da Constituição de 1988.

¹ Doutor, Universidade Federal Rural da Amazônia- UFRA, luis.rodrigues@ufra.edu.br

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca por uma discussão sobre a forma como atualmente as esferas públicas surgem em torno das políticas públicas que estão presentes nas diversas comunidades brasileiras é o que move este trabalho, que almeja como resultado contribuir com os diversos autores que tem se debruçado sobre o tema a algum tempo, e também apresentar as lideranças sociais, que fazem parte de uma esfera públicas local e regional, a perspectiva de uma maior compreensão e domínio do estado da arte quando do enfrentamento das diversas forças retrogradadas que ainda dominam muitos dos espaços coletivos de deliberação e controle social formados por força de lei no Brasil, como os Conselhos.

Seria assim uma esfera pública com maior dinamismo social, com um número maior de formas de ampliar a representatividade daqueles que ali estão, e de emponderá-los, não de excluí-los, como faz a esfera pública da democracia liberal capitalista, mas com o desafio de “[...] mobilizar o explosivo potencial aclamativo de amplas camadas da população e, principalmente, atingir sua parte politicamente mais indiferente” (HABERMAS, 2003, p. 246), fazendo com que os cidadãos dessas camadas populacionais sejam tocados através de uma verdadeira publicidade que mantenha sempre informado sobre os reais propósitos de um pleito que se discute em uma esfera pública livre e amplificada.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a discussão sobre a formação de uma esfera pública efetivamente conduzida pelo cidadão deveria se levar em conta: “Interesses nas questões públicas; posse de informações e conhecimentos; ter princípios políticos estáveis e padrões morais; capacidade de observação acurada; engajamento em comunicações e discussão; comportamento racional; consideração por interesses comunitários” (BERELSON, 1950 *apud* HABERMAS, 2003, p. 247), porém é descartada pelo Estado Liberal Capitalista, que vai promover uma esfera pública acéfala e pré-moldada nos interesses do mercado, que, em última instância, deve ter sempre como base o distanciamento das demais classes sociais, criando uma publicidade que nunca foi pública, uma participação “ampla”, mas restrita a uma só classe, e uma igualdade que nunca pode existir, já que ela quebra a lógica desigual desse Estado.

5. PALAVRAS-CHAVE

Esfera Pública; Políticas Públicas; Participação Social;

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

DOS SANTOS, Mauro Rego. Desafios para a democratização da gestão municipal através dos conselhos municipais. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; WAHL, Joachim. *Cidade, democracia e Justiça social*. Rio de Janeiro: FASE, Rosa Luxemburg Foundation, 2004. p. 41-51.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro; Editora Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalidade social*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012. tomo 1.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CLEMENTE JUNIOR, Augusto. Democracia deliberativa e orçamento público: experiências de participação em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Curitiba. *Revista Sociologia e Política. Curitiba*, v. 20, n. 43, out. 2012.

RODRIGUES, Luis Carlos Freitas. Participação social junto ao orçamento público municipal: os casos de Capanema, Cametá e Marabá no Estado do Pará Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2021.

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL: DO COLONIALISMO À CONTEMPORANEIDADE

GT02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Marcos Felipe Rodrigues de Sousa¹

Durbens Martins Nascimento²

1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta uma análise sobre as dinâmicas do desmatamento na Amazônia Legal e sua estreita relação com a ocupação e constituição histórica, social e econômica da região. Explora-se a origem e o impulso do desmatamento por meio dos processos históricos da colonização da Amazônia e modelos de desenvolvimento do capitalismo. O estudo revela a complexidade do desmatamento, envolvendo diversas cadeias produtivas, atores locais e internacionais, como o Estado brasileiro, empresas transnacionais e uma rede de mercados que contribuíram para a prática do desmatamento.

Sinteticamente, avaliamos as causas históricas do desmatamento na Amazônia, utilizando fontes bibliográficas e dados secundários sobre os índices de desmatamento. Observamos como essas dinâmicas do desmatamento na região é resultado das ações tanto de atores estatais como não estatais, envolvendo mercados legais e ilegais, com índices que flutuaram conforme o contexto político e econômico do Brasil.

2. METODOLOGIA

Empregou-se uma abordagem metodológica qualitativa, por meio de um levantamento bibliográfico especializado sobre a temática do desmatamento na Amazônia, além da análise de dados secundários, como aqueles fornecidos pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite/INPE (PRODES).

O PRODES contabiliza por satélite de observação da terra a perda de floresta primária em toda a Amazônia Legal Brasileira. A sua metodologia consiste em identificar polígonos de desmatamento por corte raso, na remoção completa da cobertura florestal primária, com áreas superiores a 6,25 ha. (INPE, 2019).

A partir do Portal TerraBrasilis do INPE é possível obter dados em uma série histórica do desmatamento na Amazônia Legal desde 1988. Ainda que o PRODES seja uma das principais referências para análise histórica do desmatamento na Amazônia Legal, utilizamos a pesquisa bibliográfica documental para avaliar dados anteriores à 1988, tais como em Marques (2022), Prates e Bacha (2010, 2011) e Castro e Castro (2022).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam que o desmatamento está intrinsecamente ligado à colonização da Amazônia e à expansão da ocupação territorial. Além de, aos projetos de desenvolvimento do Estado, aos crescentes conflitos fundiários, à demanda global por commodities e associados ao enfraquecimento da governança

¹ Doutorando - PPDSTU/ NAEA (UFPA). Mestre em Ciência Política (UFPA). marcos.sousa@naea.ufpa.br

² Professor Titular da UFPA. Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental (2005) pelo NAEA/UFPA. durbens@ufpa.br.

ambiental no país. Historicamente, a região foi percebida pelas frações de classe ligadas ao grande capital, nacional e internacional, por meio do Estado, como um espaço para a exploração intensiva de seus recursos naturais.

O processo do desmatamento esteve caracterizado por múltiplos aspectos, entre os quais a exploração de recursos naturais desde o período colonial europeu na região e a expansão agrícola (CASTRO; CAMPOS, 2015; MARQUES, 2022), bem como através da intensificação nos ciclos da borracha no século XIX (PRATES; BACHA, 2010, 2011). A partir do século XX, a expansão da fronteira agropecuária, impulsionada pelas demandas globais por commodities, contribuiu significativamente para o desmatamento (FEARNSIDE; LAURANCE, 2012).

Os planejamentos de desenvolvimento durante a ditadura militar incentivaram a colonização, migração e exploração na Amazônia, principalmente com a construção da Transamazônica (LOUREIRO, 2022). Diversos fatores também contribuíram para o desmatamento, como o aumento da extração de madeira e da mineração (AZEVEDO et al.; 2022; MATHIS, 2021), a flexibilização e restrição das políticas ambientais ao longo do tempo, primordialmente na gestão de Jair Bolsonaro (ARAÚJO, 2020). Ademais, com as mudanças no uso da terra com a expansão de infraestruturas e urbanização (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021), os conflitos fundiários pela posse da terra (TORRES; DOBLAS; ALARCON, 2017) e, por fim, as influências do mercado de terras (CASTRO; CASTRO, 2022; COSTA, 2022).

A ditadura militar cometeu erros nos programas de crescimento econômico na Amazônia impulsionando o desmatamento, como os Planos Nacionais de Desenvolvimento, o Programa de Integração Nacional e o Proterra (PRATES; BACHA, 2011). Exemplos dessas ações também estão no Polamazonia e no Programa Grande Carajás. Na década de 1980, o Estado investiu recursos em projetos específicos para exportação e exploração na Amazônia, como o Projeto Calha Norte (NASCIMENTO, 2005) e o Polonoroeste, os quais contaram com financiamento do Banco Mundial para aumentar a produção agrícola e atividades agropecuárias (PRATES; BACHA, 2011).

Em síntese, diversos fatores político-econômico-sociais-culturais foram apontados pela literatura como causas diretas e indiretas do desmatamento na Amazônia. Tais como: a não designação das florestas públicas, a expansão da agricultura, pecuária, a extração de madeira, a degradação florestal, o crescimento urbano, as mudanças climáticas, as atividades industriais, a mineração, a construção de hidroelétricas, infraestrutura e logística, o crescimento populacional e o preço das terras e demanda global por energia e commodities (GAZONI, 2011; MARGULIS, 2003; PRATES; BACHA, 2010, 2011).

Durante a gestão do governo Bolsonaro os índices do desmatamento se agravaram. Segundo Azevedo et al. (2022), o Brasil perdeu 42 mil km² de vegetação nativa nos primeiros três anos do governo. Em 2021, houve uma média de 191 novos eventos de desmatamento por hora, sendo que 59% da área desmatada e 66,8% dos alertas de desmatamento ocorreram na Amazônia. A atividade agropecuária foi responsável por 97% do desmatamento. Nesse mesmo ano, 69,5% da área desmatada estava em propriedades privadas, e houve expansão para Unidades de Conservação e Terras Indígenas (AZEVEDO; et al., 2022).

O Brasil conseguiu reduzir em 80% sua taxa de desflorestamento entre 2014 a 2012, mas em 2018, foi 14% maior que em 2017. O maior índice da série avaliada pelo PRODES do INPE se deu em 1995, com 29.059 km² de desmatamento na Amazônia Legal. Com exceção do período de 2009 a 2018, desde 1986 o índice do desmatamento não foi inferior a 10 mil km² (MARQUES, 2022).

Entre 2019 a 2022, o desmatamento acumulado na Amazônia foi de 35 mil km² (INPE, 2022). Mesmo com o aumento do desmatamento, a fiscalização foi enfraquecida nesse período. Dados do Mapbiomas (2022) demonstram que entre 2019 a 2021, apenas 2,4% dos alertas de desmatamento foram seguidos de ações de combate de órgãos ambientais do Governo Federal.

Entre os anos de 2004 e 2022, estados da Amazônia Legal lideraram as taxas de desmatamento por km² no Brasil. Em 2004, que registra o segundo maior índice de desmatamento na Amazônia Legal desde

1988, o estado do Mato Grosso foi o que mais desmatou, com 11.814 km². De acordo com o acumulado do desmatamento desde 1988 até 2023, a lista dos estados que mais desmataram na Amazônia Legal: Pará (34,61%), Mato Grosso (31,56%), Rondônia (13,72%), Amazonas (6,93%), Maranhão (5,47%), Acre (3,63%), Roraima (1,91%), Tocantins (1,82%) e Amapá (0,35%) (INPE, 2023).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa investigação contribui para uma revisão da literatura sobre as origens e expansão do desmatamento na Amazônia brasileira, possibilitando uma compreensão mais aprofundada desse fenômeno de relevância ambiental, social e climática. A partir dos resultados apresentados, podemos observar que as dinâmicas do desmatamento têm suas raízes no período colonial.

Contudo, essas dinâmicas não se limitam apenas ao colonialismo europeu, mas também incluem um colonialismo interno do Estado brasileiro em relação aos territórios amazônicos. Violeta Loureiro (2022) destaca que a Amazônia permanece no presente como no passado, funcionando como uma colônia. Antes, explorada pelos europeus, e atualmente, subordinada ao Estado brasileiro. Essa visão ressalta a continuidade de padrões históricos que perpetuam a exploração da região, tornando essencial repensar as abordagens de desenvolvimento e conservação.

Com a eleição do governo petista em 2022, surge uma janela de oportunidade para encaminhar a diminuição dos índices do desmatamento. A retomada de políticas ambientais, a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente e da Mudança Climática, a abordagem transversal de políticas socioambientais, são passos promissores. No entanto, é necessário enfrentar obstáculos para uma transformação real, buscando não apenas alcançar o desmatamento zero, mas também promover melhorias socioambientais e climáticas que impulsionem a inclusão social no país e a garantia dos direitos humanos.

5. PALAVRAS-CHAVE

Desmatamento; Amazônia; Governança Ambiental.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, S. M. Environmental Policy in the Bolsonaro Government: the response of environmentalists in the legislative arena. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 1-20, 2020.

AZEVEDO, T; et al. **Relatório Anual de Desmatamento 2021**. São Paulo: MapBiomas, 2022. 126 p.

CASTRO, E. CAMPOS, Í. (Orgs.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. 640 p.

CASTRO, E.; CASTRO, C. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. **NOVOS CADERNOS NAEA**, v. 25, p. 11-36, 2022.

COSTA, F. Racionalidade do Mercado de Terras na Amazônia: impactos e perspectivas no caso do Pará. **Made**, São Paulo, n.8, p.1-17, 2022.

FEARNSIDE, P.; LAURANCE, W. INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA: as lições dos planos plurianuais. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 25, n. 64, 2012.

GAZONI, J. L. **A contribuição relativa das forças primárias do desmatamento na Amazônia**. 2011. 228 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

INPE. Mapa de desmatamento (PRODES/DESMATAMENTO) – TerraBrasilis. **INPE**. Brasília, 2023.

INPE. **Metodologia Utilizada nos Projetos PRODES e DETER**. INPE, Brasília, 2019. 33 p.

LOUREIRO, V. **Amazônia Colônia do Brasil**. Manaus: Editora Valer, 2022, 352 p.

MALHEIRO, B; PORTO-GONÇALVES, C; MICHELOTTI, F. **Horizontes amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Expressão Popular, 2021. 300 p.

MARGULIS, S. **Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira**. Brasília: Banco Mundial, 2003. 100 p.

MARQUES, L. Brasil, 200 anos de devastação O que restará do país após 2022?. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 36, n. 105, p. 169-184, 2022.

MATHIS, A. Extração Mineral e Desenvolvimento na Amazônia. In: Jadson Porto; Nilton Marques de Oliveira. (Org.). **Entre espaços regionais e locais**: intenções de desenvolvimento. led.Maringá: Uniedusul, 2021, v., p. 52-65.

NASCIMENTO, D. M. Projeto Calha Norte: política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea. 2005. 355 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, NAEA Belém, 2005. PPGDSTU.

PRATES, R. C.; BACHA, C. J. C. Análise da relação entre desmatamento e bem-estar da população da Amazônia Legal. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 48, p. 162-189, 2010.

PRATES, R.; BACHA, C. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez. 2011.

TORRES, M; DOBLAS, J; ALARCON, D. **“DONO É QUEM DESMATA”**. Conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agrônomo da Amazônia, 2017. 280 p.

TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO BAIXO AMAZONAS

GT02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Rogério Almeida¹

INTRODUÇÃO

O saque, a pilhagem, as violências têm sido alguns dos desdobramentos das políticas desenvolvimentistas impostas para a Amazônia. Estas induzidas por um Estado autoritário que, independente do perfil ideológico do governo fomentaram e continuam a fomentar a presença e a territorialização do grande capital a partir de favorecimento às grandes corporações nacionais e internacionais, vide a agenda do PAC 03. Este conjunto de fatores resulta de uma geopolítica que tem conferido à região um papel de subalternização aos principais centros econômicos, dentro e fora do país, bem como a tem consolidado como exportadora de produtos primários. Uma região de estoques de riquezas. Uma colônia.

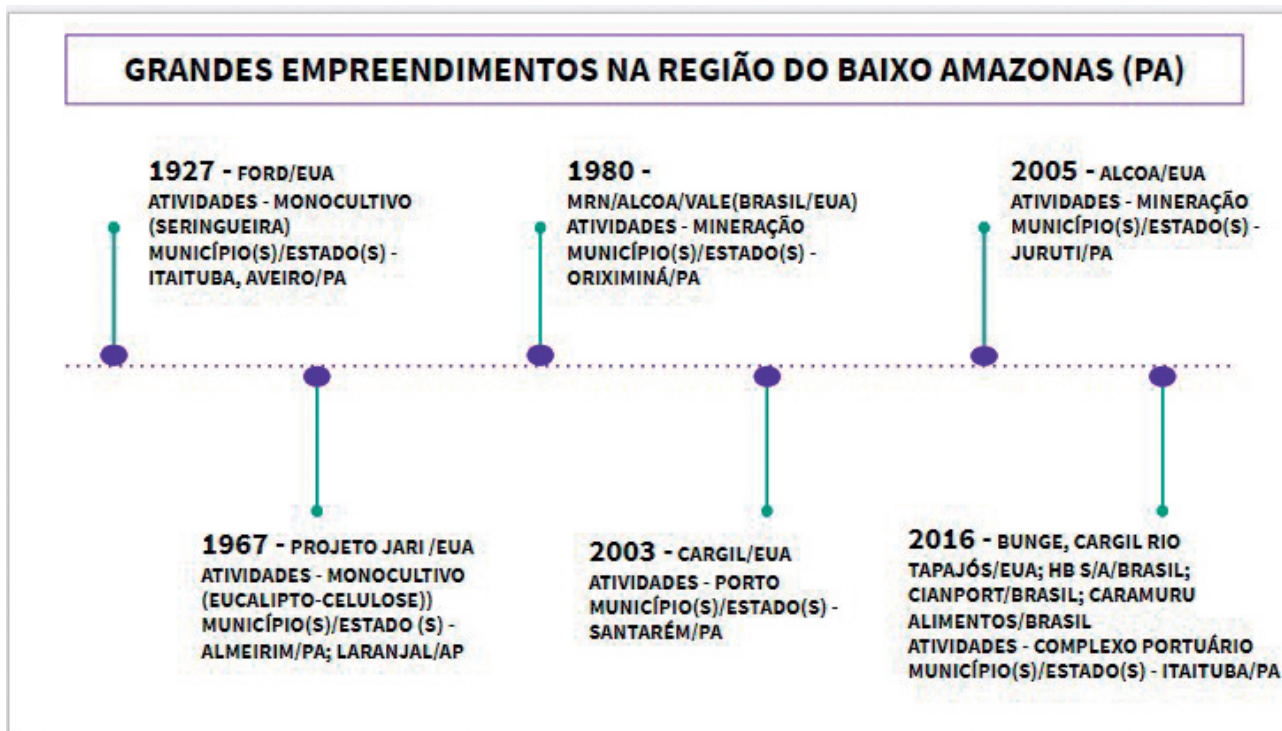
Martins (1991 e 1993) ao avaliar a integração subordinada da Amazônia, argumenta tratar-se de um projeto assentado e consolidado, tendo como premissa a grande propriedade rural em aliança com o grande capital. Um projeto elaborado dentro do arcabouço da Doutrina de Segurança Nacional. Neste sentido o poder público tem ocupado papel central de indutor da economia, criador de institucionalidades, políticas de financiamento e renúncia fiscal, e um facilitador de acesso à terra e às riquezas que nela existem, por parte das grandes corporações e do capital nacional e internacional.

Neste trabalho enfocamos experiências transcorridas no Baixo Amazonas paraense ou oeste do estado, a da Ford (1930), da Cargil (2000) e da Alcoa (2000). Todavia, o recorte temporal destas experiências beira a casa de um século – dos anos de 1930 até os dias atuais – quando a Amazônia, no ocaso do período da economia gomífera e da territorialização do campesinato², experimenta pela primeira vez a ocupação do seu território de forma sistemática e planejada, tendo como base a grande empresa capitalista. Trata-se do advento da Ford nos municípios de Aveiro e Itaituba, no primeiro momento, e em Belterra, em seguida, nos idos de 1930, no governo de Vargas, num ambiente político mundial marcado entre guerras e a crise de 1929.

Já nos anos da ditadura civil-militar, temos o registro da experiência do multimilionário estadunidense Daniel Ludwig, no município de Almeirim, no Vale do Jari, fronteira dos estados do Pará e Amapá. O portfólio do projeto envolvia/envolve um conjunto de ações que passavam pelo monocultivo de eucalipto em grande escala de espécies exóticas para a produção de celulose (indústria) e pecuária. Tal empreendimento, que foi iniciado nos anos de 1960, perdura até o presente momento. É considerado um dos casos mais escabrosos de grilagem de terra e de apoio do Estado com vistas a acessar terras públicas, renúncia fiscal e acesso a crédito público. A ditadura marca a integração subordinada da região de forma sistemática aos circuitos da economia mundial. Representa a maior inflexão na reconfiguração do território da história da Amazônia. A linha do tempo abaixo sinaliza para os principais empreendimentos ao longo dos anos no Baixo Amazonas.

¹ Especialista e mestre pelo NAEA/UFGA. Doutor em Geografia, USP. Docente do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

² Francisco de Assis Costa pondera que o ocaso do período da economia gomífera colabora contraditoriamente para a territorialização camponesa na região.



Fonte: produzido pelos autores (2021).

Sobre a conjuntura do grande capital na fronteira Martins (1993) pondera que tais situações podem ser consideradas como desencontros entre estranhos, sujeitos e tempos. O tempo do indígena, o tempo do camponês, o tempo do capital, o tempo do pesquisador, o tempo do funcionário público. O que Milton Santos irá reinterpretar em outros moldes.

O mesmo Martins (1993) interpreta tratar-se de um rio em que conflitam o moderno e o arcaico. Um ambiente que proporciona aos sujeitos historicamente marginalizados um processo de organização, enfrentamento e ocupação no cenário político em defesa de seus direitos de posse e uso da terra e das riquezas. Contudo, trata-se de um cenário marcado por permanências, a exemplo da concentração da terra, o Estado autoritário, a acumulação primitiva e (re) existenciais, a exemplo da inflexão promovida a partir dos debates e enfrentamentos relacionados com a implantação da Reservas Extrativistas (Resexs) como paradigma de reforma agrária para a região.

Todavia, ao contrário da experiência desenvolvimentista ancorada em polos do século passado, a presente conjuntura impõe ao Baixo Amazonas consolidá-lo como um corredor de exportação. Para tanto, visa implantar obras de infraestrutura na agenda recente em diálogo com os parâmetros da Iniciativa de Integração Regional Sul-americana – IIRSA. Projeto que possui rebatimento no âmbito da política nacional a partir do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), bem como em projetos como o Arco Norte. O Arco Norte possui como meta principal a instalação de um conjunto de obras de infraestrutura voltado a consolidar o Baixo Amazonas (oeste do Pará) como um corredor de exportação de *commodities* produzidas no Brasil Central, em particular, no Mato Grosso. No pacote constam complexos portuários, modal de transporte (hidrovia, rodovia e ferrovia) e complexos hidroelétricos. O objetivo reside em reduzir os custos da exportação de grãos via os portos do Sul (Paranaguá) e Sudeste (Santos). O que coloca em xeque a autonomia dos territórios da sociodiversidade local, que possui ranhuras milenares. E, por falar em território, segue abaixo uma breve reflexão sobre a categoria.

TERRITÓRIO: UMA PEQUENA INFLEXÃO

Com o estágio recente de desenvolvimento do capital, tratado por uns como globalização, por outros como mundialização (Chesnais), e por outros ainda como o imperativo da economia mundial, a categoria território ganha interesse de diversas disciplinas, entre elas a Filosofia, as Ciências Sociais, as Relações Internacionais, a Geografia e a Comunicação. No contexto em que as fronteiras de espaço e tempo foram rompidas, por conta do advento das recentes tecnologias dos campos de informação e comunicação, que recorte adotar sobre a categoria território, quando a fluidez de informação e do capital transbordam fronteiras, por conta das múltiplas redes que perpassam os nossos dias de forma onipresente e contínua?

Autores como Raffestin (1993), Santos (2000) e Fernandes (2006) alertam que o passo inaugural é compreender o espaço. Raffestin (1993) enfatiza se tratar de um local sem valor de troca, apenas com valor de uso. Assim seria o local da possibilidade. Conformado pelas dimensões materiais e simbólicas, transformado pelo trabalho de diferentes grupos de interesses, onde as relações de poder são determinantes. Nesse sentido, o conflito pela disputa do poder, em múltiplas faces e dimensões, ocupa o cerne do debate sobre o território.

A partir dos pressupostos sobre conflito de Robert Sack, Haesbaert (2002, p. 119) entende que o território representa uma tentativa de um indivíduo ou grupo de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica.

Santos (2000) investiga o problema do território a partir da perspectiva do Estado moderno e sublinha que a política exerce o papel central, e não o domínio das técnicas de produção. Se no Estado moderno cabia à nação o poder decisório, na recente cena mundial a hegemonia é ocupada pelas agências multilaterais e empresas transnacionais. Ainda que o contexto mundial, marcado pelo neoliberalismo exija o Estado mínimo, é sobre ele e sua força normativa que recai a produção de condições favoráveis para a circulação do capital.

Sousa (1995) amparado em Raffestin defende que o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. O geógrafo argumenta que territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais, as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias. Territórios podem ter um caráter permanente, mas também, podem ter uma existência periódica ou cíclica.

Os estudos examinados sobre a categoria em destaque indicam que não devemos contemplar uma abordagem linear, e sim, trabalhar na perspectiva de territórios, posto ser constante o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, como apresentado por Raffestin. Trata-se de uma perspectiva dialética, e por isso, deve ser observada como um processo marcado por um intenso dinamismo, onde a destruição, construção e reconstrução de territórios são constantes.

Se, de certa forma, ocorre o consenso sobre a tese da disputa pelo poder, como característica mais marcante do processo de produção do território, Haesbaert (2002, p. 121) sublinha que tal disputa tem como chancela as desigualdades de forças que envolvem o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Ao nos debruçamos no sentido em tentar identificar os sujeitos que disputam o controle pelo território, na região que compreende o estudo em questão, ratifica-se a tese de Haesbaert.

Ianni (1995), Chesnais (1996) e Santos (2000), entre outros, são categóricos ao analisar o presente momento do modo de produção capitalista, quando refletem acerca do caráter estratégico que possui a ciência e a tecnologia no planeta para o controle do poder. Nesse horizonte, é a grande corporação que encarna o elemento que conforma a definição do território nas Amazônias. E, é ela, através de suas redes de comércio, que conecta o local com o global, colocando-se em oposição às populações locais que tencionam a disputa em direção contrária.

No debate sobre a categoria, Oliveira (2004, p. 40) argumenta que:

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e o proprietário de terra. [...] A construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto, contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo a construção do território é, contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução.

No caso amazônico, com ênfase na região oeste do Pará, onde se pretende a edificação de grandes obras de infraestrutura, a partir da demanda de grandes corporações da agricultura capitalista (Bunge, Cargil, Amaggi), e do setor mineral, a exemplo da Alcoa em Juruti, bem como de setores de geração de energia hidroelétrica, que conjuga empresas nacionais (Eletrobras, Cemig) e internacionais (Suez/França), tais corporações passam a ter o protagonismo na conformação do território. Tudo aos moldes das primeiras experiências desenvolvimentistas elaboradas nos anos iniciais do século XX, que colaboraram para a associação entre o grande capital e oligarquias rurais, no processo de manutenção do monopólio da terra. Em sua concepção, Oliveira (2004) assevera que o capital em sua essência é internacional, porém, a lógica que envolve a terra é essencialmente nacional.

Neste sentido, indígenas, camponeses, remanescentes de quilombos e outros sujeitos do conjunto da sociedade amazônica buscam forjar formas de (re) existência na defesa de seus territórios, sendo a mobilização da identidade a partir da baliza jurídica da Convenção de nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um dos recursos, a exemplo do que ocorre com indígenas e remanescentes de quilombos, no Baixo Amazonas. Contudo, não o exclusivo.

PALAVRA-CHAVE:

Território. Baixo Amazonas. Capital.

BIBLIOGRAFIA

A Integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA. 1ª. ed. Belém: FASE, 2004

ALMEIDA, Rogerio Henrique. **Mineração na Amazônia - a cadeia do alumínio em questão**. Disponível em <https://www.blogger.com/u/1/blog/post/edit/2855144732410612921/1293851191782455123>. Acesso em agosto de 2021.

_____. **Empate no Jari**. In Arenas amazônicas: economia, grandes projetos, populações tradicionais, expropriações e resistências. ALMEIDA, Rogerio e CAMPELO, Lilian (org). Editora Balaio, Santarém. p. 37 – 57, 2018

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Editora Xamã, São Paulo, 1996

COSTA, Francisco de Assis. Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos Paper do NAEA 094, Junho de 1998.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente. Ano 8, n. 6 p. 14 - 34 Jan./jun. 2005.

_____. **500 anos de luta pela terra**. CULTURA VOZES, Petrópolis. Disponível em: <http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293html>. Acesso em: 22 de janeiro de 2006.

GRANDIN, Greg. **Fordlândia**: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva. Tradução Nivaldo Montingelli Jr. Rocco. Rio de Janeiro, 2010.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Editora Contexto, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://www.cargill.com.br/>. Acesso em: janeiro de 2021.

IANNI, Octávio. **A sociologia no século XXI**, Humanas. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Porto Alegre, v-18, n.º 1/2, jun/dez,1995.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. São Paulo, Hucitec, 3ª edição, 1991.

_____. **A chegada do Estranho**, USP, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. **In**: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (org). **O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social**. . Casa Amarela, São Paulo, 2004, p-29-70.

Os Impactos Sociais da Soja no Pará. Comissão Pastoral da Terra (CPT), Santarém/PA, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia- encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Editora Consequência, Rio de Janeiro, 2017

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000.

TERRA DE DIREITOS. Sem Licença para Destruição Cargill e Violação de Direitos no Tapajós., 2021.

SENA, Cristovam. Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia. **Cadernos de História da Ciência – Instituto Butantan** – vol. IV (2) jul-dez, p. 89 – 108, 2008.

SOUSA, M. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **In**: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Geografia: conceitos e temas**. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995. p.77 – 117

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, Vol. VIII, 1941. p. 77-81. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoesoficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-viii/view>. Acesso em: 09 de novembro de 2020.

O ESTADO E A DIVERSIFICAÇÃO DA MATRIZ ENERGÉTICA DA AMÉRICA LATINA EM 1970.

GT02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Jessica Alejandra Solórzano Orellana¹

Fábio Fonseca de Castro²

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é refletir sobre os motivos pelos quais, nos anos 1970, existiu uma política de expansão de infraestruturas hidrelétricas na América Latina mesmo com os grandes impactos sobre populações atingidas por essas obras. A hipótese de trabalho é que um dos motivos foi a ideia de escassez energética na região, ainda que em termos absolutos existisse uma escassez em comparação da quantidade de energia produzida e consumida em outros países, a pergunta na América Latina é: escassez energética para quem? Ou para quais atividades? Os resultados da pesquisa apontam que por trás do discurso do desenvolvimentismo se implementou um modelo de crescimento econômico focado na indústria e a mercantilização da natureza, enquanto que outras economias não industriais, que tinham suas necessidades energéticas melhor atendidas pelo uso direto da natureza, acabaram sendo profundamente afetadas, deixando camadas da população sem sustento econômico pela perda das suas fontes de sustento.

2. ENERGIA E ESTADO

A energia move o mundo como o conhecemos. Transporte, produção industrial, pequena produção, moradia, construção, serviços públicos, etc. A sociedade moderna, em termos gerais, tem se construído sobre crescentes processos de incorporação de energia, tanto nas atividades quotidianas, quanto nas atividades industriais. Cada mudança da sociedade moderna pode ser registrada pelos diferentes momentos de incorporação de novas fontes de energia nos processos produtivos: lenha, carvão, petróleo, hidroeletricidade. Em termos contemporâneos, no século XX, isso tem sido chamado de “desenvolvimento” ou “progresso”. Consumo crescente de energia, produção industrial e crescimento econômico estão atrelados na sociedade moderna capitalista desse século.

No caso da América Latina e o Caribe, as necessidades energéticas da região se incorporaram como políticas públicas, atravessadas por expectativas de crescimento econômico. Porém, grande parte dessas iniciativas se planejaram de forma alheia aos territórios onde essa energia será produzida / extraída.

A influência da energia na vida e produção da sociedade contemporânea é tão importante que, ao pensar o futuro da humanidade, converte-se num elemento importante a considerar. Isso tem sido assim desde aproximadamente os anos 1930, a partir de diferentes missões científicas de identificação de materiais suscetíveis de aproveitamento energético na América Latina, o que exigiu a diversificação das fontes de energia disponível no continente. Essa diversificação esteve focada especificamente na ampliação da produção hidrelétrica América Latina (Rubio, M. D. Mar, et al. 2010)

¹ Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido / NAEA – UFPA. jessicasolorzano99@gmail.com

² Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido / NAEA; Programa de Pós-graduação em Comunicação. UFPA. fabio.fonsecaecastro@gmail.com

Antes da década de 1970, na América Latina, as principais fontes de energia eram: biomassa, carvão e petróleo. A partir dessa década a matriz energética se diversifica e cresce a hidreletricidade, sob a ideia de que isso iria trazer também mudanças positivas para os países, contudo, isso só seria possível, a través da mudança de sistemas de produção pre ou semi capitalista para sistemas completamente capitalistas.

Through the force of circumstances, with the spread of technical progress an increasing proportion of the economically active population of Latin America, as part of the peripheral area, will be diverted from agriculture towards industry and other urban occupations. Yet, that would not constitute a full solution unless certain pre-capitalist or semi-capitalist methods of production (still used by a large part of the population) were to evolve towards methods characterized by a high level of capitalization per man and high productivity. Though this is indeed very important, the problem of the economic development of Latin America cannot be limited to these terms, for to do so would be to ignore other fundamental aspects. This is not surprising, for though there are certain common denominators in the appearance of the problem in the different countries, there are also specific differences which must be considered lest unwarranted generalizations are arrived at. (Prebisch, 1951, p. 87)

Essa configuração e diversificação da matriz energética e a ideia de superação de formas sociais não modernas não é ahistórica, senão que é o resultado dos processos históricos que se desenvolveram no continente e em cada país. Neste caso, a ideia da escassez de recursos energéticos e de subdesenvolvimento da região latino-americana foi igual para todos os países (Escobar, 1995; Rist 2008) pelo qual o crescimento era quase uma demanda ou receita dada pelos países desenvolvidos. Assim, uma ideia dominante de modernidade se implementou.

Entretanto, a modernidade, como processo social, é um processo maior e anterior à década de 1970, que sistemática e historicamente se reproduz a través de diferentes desdobramentos. Nesse sentido, as ideias do uso da técnica, da produção de mercadorias e da troca via mercado já existiam muito antes do século XX. O que é novo neste século é a mercadoria que se produz: a hidreletricidade, vinculando-a com a ideia de que o subdesenvolvimento era por falta de energia disponível e que o progresso chegaria da mão dos grandes projetos hidrelétricos pela sua possibilidade de mudar as formas produtivas pre-modernas e/ou pre-industriais.

3. EXPANSÃO DE HIDRELÉTRICAS E ESPAÇOS SOCIAIS

A ideia de que a maior disponibilidade de energia desencadearia processos produtivos modernos foi parte do discurso institucional do Estado. Mas esse discurso desconheceu a própria dinâmica dos grupos sociais que eram considerados “pré-capitalistas” ou “pre-modernos”. Essa falta de reconhecimento desses grupos, em termos sociais, revela um dado importante: ao pensar o desenvolvimento do século XX, persistiram duas visões de aquilo que seria o desenvolvimento. Uma, a estatal, se impondo sobre aquela que estava sendo construída localmente pelas populações rurais, na sua vida quotidiana. Na leitura desta pesquisa, propõe-se que essas duas visões se correspondem com diferentes ethos: o primeiro que impulsiona a alienação da reprodução social ao mercado e a mercancia (ethos realista) e o segundo que se alinha com o consumo e criação de valores de uso (ethos barroco) (Echeverría 2008, 2012).

A tecnologia de objetivação da natureza e conhecimentos dos povoados rurais atingidos por infraestruturas hidrelétricas estava em ampla relação com o médio natural no qual viviam. Mas todas as sociedades fazem isso, por que esses povoados seriam diferentes? Porque essa relação estava mediada fortemente por valores de uso da natureza disponível. Quer dizer que seu aproveitamento social e tecnológico da natureza tinha relação com o uso direto que podiam fazer dos bens naturais. Assim, a construção do mundo social girava em função das possibilidades que a própria natureza dava a eles para produzir e se reproduzir social e economicamente.

Contudo, por que o paradigma tecnológico dessas populações estava vinculado com a natureza? Para responder essa pergunta é preciso compreender que toda cultura tem uma relação específica com a natureza e diferentes formas tecnológicas de resolver os problemas cotidianos, com os diversos acervos de conhecimento à mão aos que têm acesso.

A proposta analítica desta pesquisa argumenta que aquelas trajetórias rurais nas que a força produtiva elegida é a natureza (em contraposição da mercantilização e industrialização da natureza), seguindo a teoria dos *ethos*, são uma forma histórica constante de se adaptar, dar uma resposta ou disputar a tentativa de resolução de uma contradição fundamental, instalada no centro da modernidade capitalista que nos atravessa historicamente de forma estrutural (Chávez, 2015; Echeverría, 1998; Harvey, 2014): a contradição entre a produção e consumo de valores de uso e valores de troca.

A partir dessa relação com o médio natural se pode analisar que em cada trajetória que se corresponde com um *ethos* específico existe uma própria conceptualização do que é progresso. Assim, a ideia da existência de uma forma específica de progresso se desmancha e dá cabida para pensar que a conceptualização de progresso é histórica e socialmente criada e que podem existir múltiplas visões sobre o progresso (Dosi, 1982).

Propõe-se que, sendo que o desenvolvimentismo pertence a uma forma moderna – o *ethos* realista – de mercantilização da vida e das suas diferentes possibilidades de realização que tenta se espalhar no território através do crescimento industrial, a compra de terras, os processos de indenização pelas culturas das populações locais, se entendem como o desdobramento lógico do avanço e pretensão de hegemonia de esse *ethos* em concorrência violenta com as formas de vida que se alinhavam com aquela outra proposta de modernidade, que se corresponde com um *ethos* barroco que, ainda frente a essa violência toda, tenta resistir.

4. CONCLUSÕES

O presente trabalho é uma tentativa de problematizar como e quais são as perdas da sociedade frente ao avanço do discurso desenvolvimentista e o crescimento da infraestrutura hidrelétrica. No geral, neste processo, pode-se observar o avanço de um *ethos* que troca os valores de uso da natureza pela mercantilização da vida e de suas possibilidades.

Uma consideração que se faz nessa pesquisa é que o resultado desse avanço de um *ethos* que mercantiliza a vida e que se impõe por mecanismos institucionais, no caso a través do Estado impulsionando os projetos hidrelétricos, é a externalização dos custos e das consequências. Assim, as populações locais são quem deve resolver os problemas cotidianos que as hidrelétricas geram nas suas vidas e nesse processo, conhecimentos do aproveitamento e criação de valores de uso da natureza são perdidos. O que acaba sendo uma perda para a sociedade como um todo.

5. PALAVRAS-CHAVE

Ethos. Diversificação energética. Modernidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Chávez, D. **Valor De Uso Y Contradicción Capitalista**. Quito, 2015.

Días, I.; Valdés, J. L.; Siguenza, J. Una Mirada Crítica Sobre La Modernidad. *Entrevista Bolívar Echeverría. Norteamérica*, V. 1, P. 207–222, 2009.

Dosi, G. Technological Paradigms And Technological Trajectories. A Suggested Interpretation Of The Determinants And Directions Of Technical Change. **Research Policy**, V. 11, N. 3, P. 147–162, 1982.

Echeverría, B. **Valor De Uso Y Utopía**. , 1998.

Echeverría, B. La Modernidad “Americana” (Claves Para Su Comprensión). **La Americanización De La Modernidad**. P.17–49, 2008.

Echeverría, B. **Definición De La Cultura**. 2012.

Escobar, A. **Encountering Development. The Making And Unmaking Of The Third World**. United States: Princeton University Press, 1995.

Harvey, D. **Diecisiete Contradicciones Y El Fin Del Capitalismo**. 2014.

Latina, B. D. D. D. A. **Hacia Una Visión Energética Compartida En América Latina**. 2018.

Prebisch, R. **Economic Survey of Latin America 1949**. New York, United Nations publication. 1951.

Rist, G. **The History Of Development**. Londres: Zed Books Ltd, 2008.

Rubio, M. D. Mar, et al. “Energy as an indicator of modernization in Latin America, 1890–1925.” **The Economic History Review**. 2010: 769-804.



3

Simpósio
Internacional

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

GT 03 • Sessão 1

Gestão de Recursos Naturais

Coordenação

Prof. Dr. Claudio Fabian Szlafsztejn (NAEA/UFPA)

Prof. Dr. Juarez Carlos Brito Pezzuti (NAEA/UFPA)

A SOCIOBIODIVERSIDADE E BIOECONOMIA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS, O CASO DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA (*Bertholletia excelsa* Bonpl.)

GT03 – Gestão de Recursos Naturais

*Silvia Carla Galuppo*¹

1. INTRODUÇÃO

As áreas protegidas na Amazônia desempenham um papel importante na conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, bem como para a promoção de experiências positivas de desenvolvimento sustentável. As unidades de conservação (UCs) são categorias específicas de áreas protegidas, regulamentadas no Brasil pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação². Elas abrangem diversas categorias, como parques nacionais, reservas biológicas e extrativistas, entre outras. Antes de se tornarem áreas protegidas, muitos destes territórios foram explorados economicamente, resultando na extração excessiva de recursos naturais, a exemplo do pau-rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke) (Contim, 2018). No entanto, nas últimas décadas, os produtos amazônicos ganharam reconhecimento nacional e internacional por suas propriedades alimentares, medicinais e cosméticas. Isso levou ao interesse global por produtos amazônicos cultivados e obtidos de maneira sustentável, impulsionando a bioeconomia³.

Apesar desse potencial, há poucas informações disponíveis sobre a quantidade e os valores gerados pelos comércios dos produtos da sociobiodiversidade⁴ nas UCs. Esses números ficam diluídos em porcentagens municipais e estaduais de exportação. Com esta pouca divulgação dos arranjos produtivos das UCs, passa idéia de “área intocada que não produz nada”, isso cria a impressão da inexistência da diversidade biológica existente e dos produtos em potencial que permitem um comércio significativo. Esta mentalidade que ignora a realidade de muitas UCs, pode prejudicar a formulação de políticas públicas destinadas às UCs e à conservação, beneficiando grandes projetos amazônicos pautados em escala empresarial e multinacionais, como por exemplo, as hidrelétricas e agronegócio, em detrimento dos interesses das comunidades locais (Nobre & Nobre, 2018; Vecchione-Gonçalves, 2022). Nas últimas décadas, muitos produtos da Amazônia, têm se tornado conhecidos e apreciados em nível nacional e internacional devido às suas propriedades alimentares, medicinais ou cosméticas, no estado do Pará, por exemplo, estes produtos geraram no ano de 2019 o valor de R\$ 5,4 bilhões de reais (Costa, et. al. 2021). Houve um

¹ Bióloga, doutoranda da Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PGDSTU do Núcleo e Altos Estudos Amazônicos NAEA, linha de pesquisa Gestão de Recursos Naturais. E-mail: silviagaluppo@hotmail.com

² https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm

³ Este trabalho utiliza o conceito de bioeconomia na abordagem agroecológica, na qual valoriza a biodiversidade, envolve comunidades locais e indígenas, equilibra o uso de recursos biológicos com a preservação da diversidade, promove a inclusão social e compartilha benefícios econômicos de forma justa, fortalecendo a resiliência das comunidades e ecossistemas para o desenvolvimento sustentável e proteção do patrimônio natural (Gutiérrez, et al., 2023).

⁴ A sociobiodiversidade se refere à interação entre a diversidade biológica (biodiversidade) e as culturas humanas (sociocultura) em um determinado ambiente. Ela engloba uma variedade de espécies e ecossistemas, bem como o conhecimento tradicional e práticas culturais de comunidades locais que dependem desses recursos naturais. A sociobiodiversidade reconhece a importância das relações entre os seres humanos e a natureza e promove a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que valoriza a diversidade cultural e os direitos das comunidades indígenas e tradicionais.

grande aumento no interesse global por produtos amazônicos, especialmente aqueles que são cultivados e coletados de maneira sustentável, alinhados com os princípios da sociobiodiversidade e da conservação, sob o termo mais recente denominado bioeconomia.

O objetivo deste trabalho é trazer debate acadêmico o que vem acontecendo com a extração da Castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) em algumas Reservas Extrativistas - RESEX federais, no âmbito do Programa de Monitoramento da Biodiversidade – Programa Monitora⁵ do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, como ferramenta de acompanhamento da bioeconomia de um produto da sociobiodiversidade amazônica.

2. METODOLOGIA

O procedimento metodológico se fundamentou em uma pesquisa qualitativa com levantamentos bibliográficos sobre a castanha-da-amazônia, esta espécie é bastante estudada e o recorte da pesquisa foi ligado a valores socioeconômicos relacionados ao seu extrativismo, sua bioeconomia em UCs e iniciativas de desenvolvimento do protocolo

de monitoramento da castanha-da-amazônia em Reservas Extrativistas da Amazônia do âmbito federal.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) é uma árvore nativa amazônica, uma espécie de uso ancestral, conhecida por suas grandes sementes comestíveis, podem ser chamadas de castanhas-do-pará, castanha-do-Brasil ou castanha, já existindo uma padronização ao nome castanha-da-amazônia, indicando sua região de ocorrência, fortificando o nome do bioma para a sua comercialização. Ela é uma das mais altas e longevas da floresta, atingindo até 50 metros de altura tendo registros de indivíduos maiores (Roosevelt et al., 1996; Balée, 1998; Posey, 1985; Wadt et al., 2023).

As sementes da castanha-da-amazônia são ricas em nutrientes e essenciais na dieta e economia das comunidades tradicionais. O manejo sustentável da castanheira possui um histórico de conhecimento do povo da floresta, preservando-a ao longo prazo e conservando a biodiversidade. Além das sementes, a castanha-da-amazônia oferece madeira⁶ para construção, usos medicinais e produção de artesanato. A extração e o comércio de suas sementes são fontes importantes de renda para comunidades locais que impulsionam a economia regional. Internacionalmente, a castanha alcança um mercado crescente movimentando US\$ 450 milhões/ano no mercado de alimentos saudáveis e orgânicos, contribuindo para a conservação florestal e práticas responsáveis de manejo. Além disso, o processamento da castanha pode resultar em uma série de subprodutos valiosos, como óleo, farinha e produtos cosméticos, ampliando ainda mais suas oportunidades econômicas. Portanto, a castanha-da-amazônia desempenha um papel crucial na bioeconomia da região, promovendo a preservação ambiental, geração de riqueza e sustentabilidade econômica (Salomão, et al., 1995; Balée, 1998; Posey, 1985; Wadt et al., 2023). A castanha desempenha um papel significativo na bioeconomia regional. De acordo com o IBGE (2022)⁷, o Brasil produziu 38.169 toneladas de castanha em 2022, um dos três produtos brasileiros mais explorados. Costa et al. (2021) mostrou que a

⁵ O Programa Monitora é uma estratégia de monitoramento da biodiversidade do governo federal brasileiro pelo ICMBio, órgão que gerencia as UCs federais, possui um protocolo de monitoramento do alvo Castanha-da-amazônia que realiza o levantamentos como o mapeamento dos castanhais (tanto o participativo quanto por inventário das áreas), gerando dados sócioprodutivos, com baixo custo de execução e de fácil replicação. <<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/monitoramento>> e Instrução Normativa ICMBio 2/2022.

⁶ O corte desta espécie em floresta nativa é proibido Lei desde 1965 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm#art19) sofrendo atualizações e atualmente protegida pelo Decreto 5975 de 2006 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5975.htm)

⁷ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html>

castanha lidera o terceiro lugar de exportações no Pará, atrás do fruto do Açaí (*Euterpe oleracea* Mart) e da amêndoa do Cacau (*Theobroma cacao* L.) em índices relevantes dinâmicos (ascendentes). Em BRASIL (2018) encontra-se os produtos da sociobiodiversidade ofertados pelas UCs federais, indicando 20 associações amazônicas envolvidas na produção expressiva da castanha.

Diante deste panorama, iniciativas do Programa Monitora e parceiros como Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ e EMBRAPA Rondônia elaboraram um protocolo de monitoramento para a Castanha-da-amazônia como ferramenta, onde os dados sobre os castanhais, sua produção, quantidade de extrativistas e atores envolvidos na comercialização estão sendo monitorados até o momento em cinco RESEX: Cazumbá Iracema (UC piloto no Acre); Rio Ouro preto, Rio Cautário e Lago do Cuniã (em Rondônia), Ipaú Anilzinho (Pará). Este levantamento permitirá valorizar o produto da sociobiodiversidade castanha-da-amazônia produzidas nestas UCs, dando mais visibilidade a bioeconomia agroextrativista (Tófoli, et al., 2019; BRASIL, 2018).

4. CONCLUSÕES

Verifica-se um número reduzido de artigos específicos que permitam uma análise mais apurada sobre a produção da castanha-da-amazônia em UCs, de forma mais expressiva e valorizada para a economia da população local. Iniciativas em rede como o Observatório da Castanha⁸ enfoca a melhoria das condições dos extrativistas, visando sua fortificação na cadeia de produção e políticas públicas envolvendo diversos parceiros governamentais e não governamentais (ONGs), olhando para o manejo florestal sustentável, boas práticas na pós colheita e certificação de produtos no estabelecimento de condições ambientais, sociais e econômicas favoráveis para garantir manutenção da biodiversidade, da floresta em pé e das pessoas que nela vivem.

5. PALAVRAS-CHAVE

Extrativismo, Amazônia, Gestão dos recursos naturais

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALÉE, W. Historical ecology: premises and postulates. In: BALÉE, W. (ed.). *Advances in Historical Ecology*. New York: Columbia University Press, 1998. p. 13-29.

BRASIL. Estratégia do programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Programa Monitora: estrutura, articulações, perspectivas. (Org.) RIBEIRO, K. T. Brasília: ICMBio, 2018.

BRASIL. Catálogo de produtos da sociobiodiversidade do Brasil ofertados pelos povos e comunidade tradicionais em unidades de conservação federais. (Org.) FIGUEIREDO C. R., ROCHA, J. da M. N. & Burlamaqui, F. Brasília: ICMBio, 2018.

CONTIM, A.S.C. & CONTIM, L. S. R. A tecnologia produtiva do pau-rosa (*Aniba roeodora* Ducke) como aliada no desenvolvimento sustentável da região amazônica. *Inclusão Social*, Brasília, DF, v. 12 n. 1, p. 199-207, jul./dez 2018.

COSTA, F.A., CIASCA, B.S., CASTRO, E.C.C., BARREIROS, R.M.M., FOLHES, R.T., BERGAMINI, L.L., SOLYNO SOBRINHO, S.A., CRUZ, A., COSTA, J.A., SIMÕES, J., ALMEIDA, J.S., SOUZA, H.M. Bioeconomia da sociobiodiversidade no estado do Pará. Brasília, DF: The Nature Conservancy (TNC Brasil), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Natura, IDB-TN-2264, 2021.

⁸ <https://observatoriodacastanha.org.br/>

GUTIERREZ, L. et al. Bioeconomia e Sociobiodiversidade na perspectiva agroecológica para o bem viver. *Revista Brasileira de Agroecologia*. v. 18. N 1. P 129-150. 2023. ISSN 1980-9735. DOI: <https://doi.org/10.33240/rba.v18i1.23741>.

NOBRE, I. & NOBRE, A.C. The Amazonia Third Way Initiative: The Role of Technology to Unveil the Potential of a Novel Tropical Biodiversity-Based Economy [Internet]. *Land Use - Assessing the Past, Envisioning the Future*. IntechOpen; 2019. Available from: <http://dx.doi.org/10.5772/intechopen.80413>

POSEY, D. A. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of Kayapó Indians of the Brazilian Amazon. *Agroforestry Systems*, v. 3, n. 2, p. 139-158, June 1985. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00122640>.

ROOSEVELT, A. C.; COSTA, M. L.; MACHADO, C. L.; MICHAB, M.; MERCIER, N.; VALLADAS, H.; FEATHERS, J.; BARNETT, W.; SILVEIRA, M. I.; ANDERSON, A.; SILVA, J.; CHERNOFF, B.; REESE, D. S.; HOLMAN, J. A.; TOTH, N.; SCHICK, K. Paleoindian cave dwellers in the Amazon: the peopling of the Americas. *Science*, Washington, v. 272, n. 5260, p. 373-384, Apr. 1996. DOI: <http://dx.doi.org/10.1126/science.272.5260.373>.

SALOMÃO, R. P.; ROSA, N. A.; NEPSTAD, D. C.; BAKK, A. Estrutura populacional e breve caracterização ecológica/econômica de 108 espécies arbóreas da floresta Amazônica Brasileira – I. *Interciência*, v. 20, n. 1, p. 20-29, 1995.

VECHIONE-GONÇALVES, M. Financiando a Amazônia: do piloto de proteção nos anos 90 à bioeconomia descarbonizada do terceiro milênio. In: *Finanças verdes no Brasil: perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde*/Org. Miola, I. Z et al. São Paulo: Blucher, 2022.

WADT, L. H. de O., MAROCCOLO, J. F., GUEDES, M. C. & SILVA, K. E. da. (Edts.) *Castanha-da-amazônia : estudos sobre a espécie e sua cadeia de valor : aspectos sociais, econômicos e organizacionais*. Quatro Volumes. Brasília, DF: Embrapa, 2023.

TÓFOLI, C. F., LEMOS, P. F. de, CHIARAVALLOTI, R. M. & PRADO, F. (Orgs). *Monitoramento Participativo da Biodiversidade: Aprendizados em evolução*. 2.ed. – São Paulo: IPÊ – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS / MEMNON; 2019

PANORAMA DA MINERAÇÃO NO ESTADO DO AMAPÁ

GT03 – Gestão de Recursos Naturais

Marcelo José de Oliveira¹

1. INTRODUÇÃO

Em 2023, o estado do Amapá completou 80 anos de desmembramento do estado do Pará. Nessas oito décadas, uma das atividades econômicas que mais contribuíram para o desenvolvimento social e econômico desse território foi a mineração (Oliveira, 2010; Chagas, 2013). Oliveira (2020) aponta que a indústria extrativa mineral dominou a economia amapaense na segunda metade do século passado, porém, em função do encerramento tanto do seu principal projeto de mineração: o de manganês; quanto de outros de menor porte à mesma época, ocorreu o fim de um virtuoso e importante ciclo mineral, impactando diretamente no cenário econômico amapaense e que também deixou significativos passivos e externalidades, tanto ambientais quanto sociais (Monteiro, 2003; Chagas, 2013). Oliveira (2010) destaca o início de um novo ciclo mineral no ano de 2005, o qual teria tido franco crescimento até o ano de 2012, contudo, registrando forte retração no ano seguinte e; se mantendo em queda até o ano de 2018 (Oliveira e Mathis, 2017; Oliveira, 2020). Nesse sentido, o presente estudo teve por objetivo analisar o comportamento da atividade de mineração no estado do Amapá e avaliar seus impactos econômicos nos últimos anos, período compreendido entre 2017 a 2022.

2. METODOLOGIA

O estudo teve como recorte espacial o estado do Amapá, já o recorte temporal foi o período de 2017 a 2022. Para avaliar o comportamento do setor mineral foi realizada a coleta, tabulação e análise de dados secundários disponíveis em diversos bancos de dados oficiais, onde foram selecionadas variáveis ou indicadores relacionados aos objetivos da investigação, tais como: produção e valor da produção mineral estadual no banco de dados da Agência Nacional da Mineração (ANM); contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB) estadual disponibilizados pelo IBGE e; números da balança comercial no sistema de comércio exterior (Comextat) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MIDIC)

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Valor e Produção Mineral do Estado do Amapá: 2017 - 2022

O valor da produção mineral total do Amapá nos últimos seis anos foi de 5,62 bilhões de reais, uma média anual de R\$ 937.308.181, sendo que, 76,6% foram derivados do comércio de ouro, 17,6% do caulim e 3,9 % de minério de ferro (Tabela 1). Percentuais que, grosso modo, indicam que a mineração no Amapá depende quase exclusivamente de dois projetos extrativos minerais: o principal de ouro e outro de caulim. Registra-se que ambos passam por uma fase de forte queda na produção, como veremos a seguir.

¹ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental. UNIFAP. geomarcelooliveira@gmail.com

Tabela 1. Valor nominal (à época em R\$ 1,00)) e produção (toneladas) de substâncias minerais do estado do Amapá de 2017 a 2022.

		2017	2018	2019	2020
Ouro	Valor	518.735.743	578.493.813	754.405.534	1.148.575.582
	Prod.	4,14	3,93	4,2	4,09
Caulim	Valor	113.379.111	161.387.180	179.883.154	197.838.324
	Prod.	248.611	216.854	191.883	169.683
Ferro	Valor	10.926.190	-	-	28.062.937
	Prod.	91.500			143.885
Outros	Valor	16.308.594	18.913.249	19.321.360	36.052.343
Total	Valor	675.658.232	759.818.149	953.717.348	1.410.771.200
		2021	2022	Total	Média
Ouro	Valor	817.641.029	470.297.566	4.288.149.268	714.691.545
	Prod.	2,74	1,8	19,56	3,26
Caulim	Valor	221.718.724	88.048.478	962.254.971	160.375.829
	Prod.	152.806	128.841	860.067	143.344
Ferro	Valor	109.144.770	72.981.170	221.115.068	55.278.767
	Prod.	417.048	237.550	889.983	222.495
Outros	Valor	43.691.291	-	134.286.837	26.857.367
Total	Valor	1.192.556.943	631.327.214	5.623.849.087	937.308.181

Fonte: ANM (2023) MIDIC (2023).

Nota 1. Outros: brita ou cascalho, água mineral, areia, argilas; cujos dados não estão ainda disponíveis para o ano de 2022.

Nota 2: Valores da produção mineral para os anos de 2017 do caulim e, de 2022 de demais substâncias foram estimados a partir de dados extraídos da base de comércio exterior, em dólar, os quais foram convertidos para o real, conforme taxa de câmbio - US\$/R\$: 2017: 3,1920; 2022: 5,1648. (IPEA, 2023).

O ouro foi a substância mineral de maior participação no valor de produtos minerais comercializados pelo Amapá. Entre 2017 e 2022 foram produzidas cerca de 19,56 toneladas de ouro, valorizadas a mais de 4,28 bilhões de reais, uma média anual de R\$ 714.691.545/ano, sendo que praticamente toda produção é derivada do projeto Mina Tucano em Pedra Branca do Amapari (Tabela 1). A produção aurífera sofreu uma redução de 56,4% no período.

A seguir, vem o minério de caulim da CADAM localizado em Vitória do Jari (sul do Amapá). A produção total entre os anos de 2017 e 2022 foi de 860.067 toneladas comercializadas (média de 143 mil toneladas/ano) ao valor total estimado próximo de R\$ 962.254.971,00; ou uma receita média anual de pouco mais de 190 milhões de reais. O comportamento deste projeto de mineração nos últimos anos foi de forte queda, com uma redução na produção de quase metade: 48%.

Há ainda registro de produção ou saída (venda) de minério de ferro em pelo menos quatro dos seis anos em análise provenientes de projetos parcialmente paralisados dos municípios de Mazagão e Pedra Branca do Amapari. A produção total comercializada foi de pouco mais de 888 mil toneladas, uma média anual de 222 mil/ano, que alcançaram um valor estimado em R\$ 221 milhões (Tabela 1).

3.3 Contribuição da mineração ao Produto Interno Bruto (PIB) do Amapá: 2017 - 2020

Em nível nacional, a extração mineral contribuiu no período de 2017 a 2020 com aproximadamente 2,1% ao PIB do país. A tabela 2 mostra que na região norte a participação é superior: 8,9%, quadro este

em grande parte derivado da pujante mineração em território paraense. Já no Amapá a participação da mineração no PIB estadual foi em média de apenas 0,1%, era de 0,21% em 2017 (o melhor desempenho do período analisado) e caiu para somente 0,06% em 2020 (Tabela 2). No total contribuiu com apenas de 65 milhões de reais no período, valor bem distante do apontado por Oliveira (2020) quando atingiu mais de um bilhão de reais entre os anos de 2004 e 2016; uma contribuição média de quase 1%/ano da indústria extrativa mineral na composição desse indicador no referido período.

Tabela 2. Participação do Produto Interno Bruto (PIB) gerado diretamente pela mineração ao PIB da região norte e ao estado do Amapá.

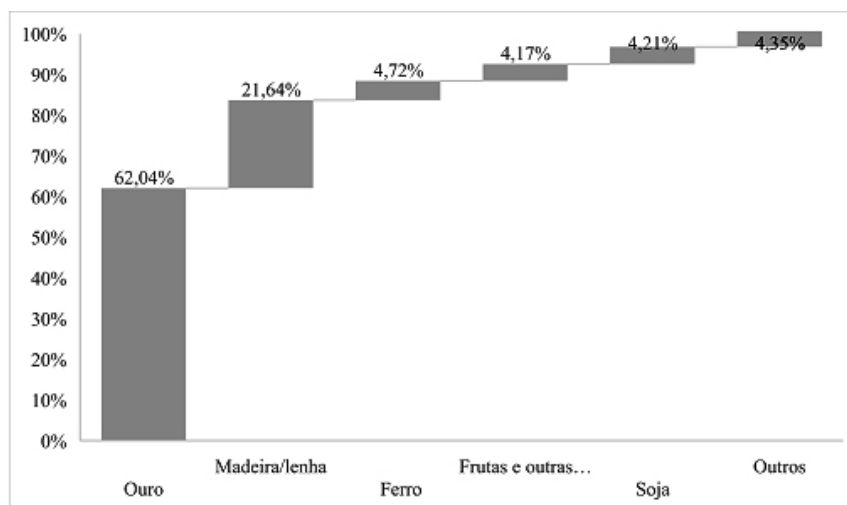
		2017	2018	2019	2020	Média
	PIB Total	328.770	345.177	373.470	426.154	368.393
Norte	PIB Indústria Extrativa	20.989	21.549	33.759	59.564	33.966
	%	6,38%	6,24%	9,04%	13,98%	8,9%
	PIB Total	14.473	15.665	16.324	17.212	15.918
Amapá	PIB Indústria Extrativa	30	21	3	11	16
	%	0,21%	0,13%	0,02%	0,06%	0,1%

Fonte: IBGE (2022).

3.3 Impacto da mineração na balança comercial do estado do Amapá: 2017 - 2022

O estado do Amapá exportou entre os anos de 2017 e 2022 aproximadamente US\$ 1,6 bilhões, ou US\$ 276,1 bilhões/ano (MDIC, 2023). Segundo Oliveira (2020) é na balança comercial do estado do Amapá que é percebido o maior impacto da atividade mineral, pois correspondeu em média por cerca de 90% do valor exportado até 2018, sendo reduzido para aproximadamente 67% nos últimos seis anos pela venda internacional de ouro e ferro (Gráfico 1). A atividade sempre foi a responsável direta pela condição superavitária do estado, contudo, essa condição vem se invertendo nos últimos anos, pois a queda na produção mineral vem reduzindo o valor das exportações, sendo que nos últimos dois anos, passou para condição de déficit.

Gráfico 1 – Participação de principais produtos da pauta de exportação do estado do Amapá. Média para o período de 2017 a 2022.



Fonte: MDIC (2023b)

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados no presente estudo indicam que a indústria extrativa mineral no estado do Amapá nunca esteve tão fragilizada e então forte queda quanto nos últimos anos. Corroborando o que vinha sendo apontado por Oliveira (2020): a rápida volatilidade da atividade mineral no território amapaense. Há hoje somente dois projetos de mineração industrial de porte no Amapá: o de caulim em Vitória do Jarí e o de ouro em Pedra Branca do Amapari e; ambos com produção em significativo declínio e com poucas perspectivas de recuperação em curto a médio prazo. Outrossim, o setor mineral que já foi pujante e importante para economia do estado, está cada vez mais invisível ao contexto economia do Amapá, com uma contribuição ínfima ao PIB estadual, que não alcança nem uma casa decimal. Com a forte dependência da balança comercial do estado do Amapá aos produtos minerais, com a forte queda produtiva mineral, significativa também foi a redução no volume de valores exportados, registrando uma condição a muito tempo não registrada: a de déficit na balança de comércio do estado.

5. PALAVRAS-CHAVE

Setor Mineral, Amazônia, Amapá;

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). **Anuário Mineral Brasileiro Interativo**. Acesso em 07.04.2023.

CHAGAS, M. A. **AMAPÁ: a mineração e o discurso da sustentabilidade – de Augusto Antunes a Eike Batista**. 1ª Edição. Rio de Janeiro, Garamound, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Regionais : Tabelas - PIB pela ótica da produção (2010 - 2020): Tabela 7 - Conta de produção por atividade econômica - Amapá**. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em 22 de junho de 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Exportação e Importação Municípios**. Disponível em <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>. Acesso em 15.05.2022.

MONTEIRO, M. A. **A ICOMI no Amapá Meio século de mineração industrial na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA, Pará. V. n. 2. P. 113-168, 2003.

OLIVEIRA, M. J. **Mineração e desenvolvimento local: benefícios e desafios aos municípios amapaenses**. Belém, 2010. Tese (doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. 269p

OLIVEIRA, M. J. **Mineração e seus impactos econômicos no Estado do Amapá**. In: CHELALA, C (org.). Economia do Estado do Amapá. Clube dos Autores: São Paulo, 2020. p. 109-141.

OLIVEIRA, M. J.; MATHIS, A. **O recente Ciclo de Mineração no estado Amapá: uma análise preliminar com base na Produção Mineral, Arrecadação de Royalties e Taxa Anual por Hectare**. Papers do NAEA 363, 2017. Pag.1-29.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: AÇÕES, IMPACTOS E CENÁRIOS PARA A AMAZÔNIA LEGAL

GT03 – Gestão de Recursos Naturais

*Milena Leal Costa*¹
*Euryandro Ribeiro Costa*²
*Claudio Szlafsztein*³

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o aumento da temperatura no planeta tem sido o maior desafio para a humanidade. Pois é preciso ações de medidas mitigatórias ou adaptativas pois os seus efeitos incluem ondas de calor, secas intensas, vendavais, inundações, aumento das temperaturas, culturas e pragas invasoras (GHADGE; WURTMANN; SEURING, 2019; BANCO MUNDIAL, 2021) provocadas pelo aumento das emissões de Gases de efeito Estufa (GEEs), destacando-se principalmente o dióxido de carbono, o metano e o óxido nitroso.

A Conferência de Estocolmo, em 1972, foi um dos eventos preliminares de discussão sobre o meio ambiente. Posteriormente, outros encontros ocorreram até chegarmos ao primeiro Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 1990) denominado o Primeiro Ciclo de Avaliação (AR1) como pauta da Agenda Internacional que já ressaltava como as mudanças climáticas se impunham como uma questão global que exigia uma cooperação internacional e acrescentava que as regiões podem ser afetadas de formas diferentes em razão do aumento da temperatura do planeta (BRASIL, 2022).

No caso do Brasil, as regiões de maior vulnerabilidade às mudanças climáticas são as regiões norte e nordeste, especialmente, a Amazônia, que em razão de suas peculiaridades, a elevação climática poderia chegar entre 7°C e 8°C, até 2100. Tal fato, prenuncia uma alteração radical da floresta amazônica – a chamada “savanização”, diferentemente, do que ocorreria no sul e sudeste onde os impactos seriam mínimos (MARGULIS; DUBEUX, 2009).

O presente trabalho pretendeu analisar como o aumento das emissões dos gases de efeito estufa (GEEs) influenciam no aumento das desigualdades na Amazônia Legal.

2 METODOLOGIA

A pesquisa que orientou o trabalho teve o caráter de revisão bibliográfica, com dados secundários produzidos através de revistas eletrônicas e fontes de instituições públicas e privadas na área. Buscou-se realizar uma análise sucinta tomando como base de análise, principalmente, os Relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e Parceiros Pela Amazônia (PPA).

¹ Economista e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/ NAEA/UFPA), e-mail: milena.costa@naea.ufpa.br

² Engenheiro Ambiental e Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/NUMA/UFPA), Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA/AP), e-mail: euryandro@gmail.com

³ Geólogo e Doutor em Ciências Naturais na Kiel University (Alemanha). Professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, e-mail:iosele@ufpa.br

A área de estudo contemplou o território denominado de Amazônia Legal, área definida pela Lei Federal nº 1.806/1953 que equivale a 59% do território nacional abrangendo todos os estados da região norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), Mato Grosso e parte do Maranhão (estado com o maior número de municípios na área) que somados suas dimensões político-territoriais atingem 5.088.668,44 km² e possuem, aproximadamente, 28 milhões de habitantes (IMAZON, 2021).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As concentrações de gases de efeito estufa (GEEs) distribuídos homogeneamente na atmosfera desde 1750, continuam a aumentar (IPCC, 2021). As medições reportadas no Relatório de Síntese - AR5 afirmam que em 2011, as concentrações continuaram a aumentar na atmosfera e chegando a médias anuais de 410 ppm para dióxido de carbono (CO₂), 1.866 ppb para metano (CH₄), e 332 ppb para óxido nitroso (N₂O) em 2019.

De acordo com Sistema de Estimativas e Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), em 2019 foram emitidos 1.137,13 megatons de CO₂ e removidos 455,08 megatons de CO₂ em toda a Amazônia Legal. O Estado do Pará ficou em primeiro na emissão (400,59 megatons de CO₂), em seguida, Mato Grosso (230,23 megatons de CO₂) e, em terceiro, o Amazonas (148,33 megatons de CO₂) (IMAZON, 2021).

Segundo o SEEG, as estimativas de emissões de GEE na Amazônia Legal, de 2010 a 2019, mostraram que a atividade de mudança no uso da terra foi a que mais emitiu. Em 2010, foi de 432,9 megatons de CO₂, chegando a 731,8 megatons de CO₂, em 2016, alcançando um resultado crescente. No ano seguinte, a emissão baixou para 632,5 megatons de CO₂ e voltou a crescer em 2018 para 668,1 megatons de CO₂. A atividade da agropecuária ficou em segundo lugar nas emissões, apresentando também resultados crescentes entre os anos de 2010 e 2018, com 172,7 megatons de CO₂ e 201,4 megatons de CO₂, respectivamente (IMAZON, 2021).

No entanto, de acordo com a Taxa de desmatamento e o PIB Real per capita na Amazônia Legal, 2010/2020 houve uma inversão nas curvas do PIB e do Desmatamento, ou seja, quando o desmatamento diminuiu, o PIB real per capita cresceu (IMAZON, 2021). A Amazônia Legal, corresponde a 13% da população brasileira, a densidade demográfica da região é baixa com 5,6 hab./km² e a sua contribuição no PIB nacional é apenas de 8% ainda muito incipiente para o grande potencial que a região representa (PPA, 2021).

Em relação aos dados sobre a proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita abaixo de US\$ 1,90 PPC, segundo as Unidades da Federação – 2021, identificaram que o estado do Maranhão tem 21,1% da população na situação de extrema pobreza e o Acre é o antepenúltimo com 16,5%. A média do Brasil (8,4). Dos nove estados que compõem a Amazônia Legal, sete deles estão acima da média nacional. Analisando também a proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita abaixo de US\$ 5,50 PPC, segundo as Unidades da Federação – 2021, identificaram que o Maranhão tem 57,5% da sua população abaixo desse limite e quase todas as Unidades de Federação das Regiões Norte e Nordeste, com exceção de Rondônia e Tocantins, possuíam incidência de pobreza superior a 40% da população em 2021. A média do Brasil (29,4%). (IBGE, 2022).

Os resultados nos mostram as desigualdades regionais presentes quando comparamos as demais regiões com os estados que pertencem a Amazônia Legal e pode se acentuar com o aumento da temperatura média global aumentar em 2°C (IPCC, 2021). Estamos emitindo mais do que removendo os GEE da atmosfera devido ao tipo de atividade desenvolvida na região que inclui, o desmatamento de florestas para o uso da terra em outras atividades como agropecuária, as queimadas para o plantio e outras que acontecem de forma contínua para a plantação na floresta. O ciclo contínuo aumenta os efeitos climáticos provocando chuvas em excesso em algumas áreas e seca em outras partes, perda da qualidade do solo e da produtividade, traz insegurança de renda e alimentar, conflitos pelas terras e muitas vezes migrações.

4 CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da formação do planeta, a humanidade convive com as mudanças climáticas. O que se discute hoje é até que ponto a aceleração do aumento do grau da temperatura nas últimas décadas é de causas naturais ou pela interferência humana. Estas provocam fenômenos atípicos e interferem na vida das pessoas e acentuam as desigualdades entre regiões, principalmente, aquelas mais vulneráveis econômica e socialmente, como a Amazônia Legal.

No momento, apenas sabemos que as informações que temos ainda são muito incipientes e necessitam de mais estudos aprofundados que nos mostrem como mitigar ou adaptar os efeitos dos transtornos climáticos que vivenciamos. Mas acima de tudo, se pensar o Brasil levando em consideração as suas heterogeneidades para mudar o atual cenário de grande parte dos estados que a compõe a Amazônia Legal e que se encontram em proporções de pessoas em situação de extrema pobreza e pobreza acima da média do Brasil.

5. PALAVRAS-CHAVE

Mudanças climáticas; Amazônia Legal; desigualdades regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GHADGE, A., Wurtmann, H; SEURING, S. Managing climate change risks in global supply chains: A review and research agenda. **International Journal of Production**, 2019.

IMAZON Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Fatos da Amazônia 2021: Amazônia 2030**. Centro de Empreendedorismo da Amazônia. 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023

IBGE Instituto de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores nacionais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: 2022. p.154 p. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 49.)

IPCC Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Cambio climático. **Informe de Síntesis**. Contribución de los Grupos de trabajo I, II y III al Quinto Informe de Evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático [Equipo principal de redacción, R.K. Pachauri y L.A. Meyer (eds.)]. IPCC, Ginebra, Suiza, 2014, p. 157

_____ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Summary for Policymakers. In: Climate Change 2023: **Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, p. 1-34, 2021.doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001

MARGULIS, S; DUBEUX, C. Economia da mudança do clima no Brasil. Boletim Regional, Urbano e Ambiental. **IPEA**, 2009.

BRASIL - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI). Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima – **IPCC**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/paginas/painel-intergovernamental-sobre-mudanca-do-clima-ipcc>. Acesso em: 04 out. 2023

PPA PARCEIROS PELA AMAZONIA. **A tese da aceleração do PPA**. 2021. Disponível em: https://ppa.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Relatorio-PPA_2021_rev-PPA_PT-1.pdf. Acesso em: 30 de set. 2023

A PERCEÇÃO DE COMUNITÁRIOS TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA SOBRE A ASSOCIAÇÃO COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

GT03 – Gestão de Recursos Naturais

Jéssica Pacheco¹

1. INTRODUÇÃO

Mais da metade das florestas públicas brasileiras são consideradas florestas sociais, haja vista estarem destinadas a povos e comunidades tradicionais, como indígenas, extrativistas, ribeirinhos, bem como a assentados da reforma agrária (SFB, 2016), sem contar com as florestas de áreas tituladas e habitadas por comunidades quilombolas.

Esse cenário das florestas brasileiras revela um relevante fato sobre a sua conservação, o de que é necessário o envolvimento de povos e comunidades tradicionais para o desenvolvimento de estratégias para as produções florestais sustentáveis, e isto inclui não apenas seu modo de relação com seus territórios, e de sua interação normalmente considerada de não degradação da natureza (ALMEIDA, 2011), como também, e não menos importante, a sua forma de organização social.

Algumas características desses grupos sociais são comumente destacadas, tais como sua diferenciação cultural, a reprodução histórica de seu modo de vida, tendo como base a cooperação social e relações próprias com a natureza (DIEGUES E ARRUDA, 2001). Por outro lado, conquanto a diversidade étnica e organizacional seja uma característica marcante das comunidades tradicionais amazônicas, a constituição de associações e cooperativas comunitárias é uma realidade amplamente estabelecida entre diferentes comunidades tradicionais habitantes de florestas amazônicas (ESPADA, 2015; PACHECO E AZEVEDO-RAMOS, 2019; FARIAS, 2021; PACHECO et al., 2022)

Na Reserva Extrativista Verde Para Sempre – Resex VpS, no município de Porto de Moz, Pará, diferentes comunidades se organizam em associações ou cooperativas, com o objetivo principal de reivindicar direitos, e desenvolver atividades produtivas e comerciais (ESPADA, 2015; ICMBIO, 2020; PACHECO, 2022). Entre Comunidades do Setor Rio Acaraí, destaca-se a Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - CNSPS, cujos comunitários se organizaram e constituíram a Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável do Rio Arimum - ACDSRA. Já as Comunidades Paraíso, São José, Matias e Boas Novas se organizaram para a criação da Associação Comunitária Deus Proverá – ACDP (ICMBIO, 2020).

A atividade principal desenvolvida nas referidas comunidades é o manejo florestal comunitário madeireiro – MFC. Na comunidade representada pela ACDSRA, o MFC é realizado desde 2007 por meio do apoio do PROMANEJO, e desde 2014 é desenvolvido pela Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum – Coomnspra. Nas Comunidades representadas pela ACDP, a primeira autorização para exploração ocorreu em 2016, e continua até o presente. Em ambas as experiências, os recursos financeiros obtidos com a atividade florestal são destinados para o pagamento de seus custos, para a prestação de serviço de seus associados, e distribuídos para benefícios de seus associados (PACHECO, 2017; 2022).

¹ Mestre em Planejamento do Desenvolvimento – NAEA/UFPA. Advogada. jessica.pcheco@gmail.com

Diante do tempo de existência da ACDSRA e da ACDP, como meio em que as comunidades CNSPS, e as Paraíso, São José, Matias e Boas Novas, respectivamente, organizaram-se para serem representadas e desenvolverem suas atividades produtivas, o presente trabalho tem como objetivo analisar a percepção de comunitários das referidas comunidades da Resex VpS sobre benefícios gerados com a organização comunitária em associação.

2. METODOLOGIA

O presente estudo contou com a realização de entrevista semiestruturada, em que foram entrevistados 11 (onze) pessoas entre comunitários das Comunidades CNSPS, Paraíso e São José. Também foram realizadas análises do Plano de Manejo da Resex VpS, da legislação referente à associação civil, e o levantamento bibliográfico referente às associações de comunidades tradicionais da Amazônia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os entrevistados, 54,5% eram do sexo feminino e 45,5% do sexo masculino, que tem se distribuem entre agricultores, pescadores, agroextrativistas e funcionários de escola dentro da Resex. O principal motivo de terem se associado se dividiu entre a obrigação de se associar por ser casado, a necessidade de representação jurídica e do recebimento de políticas públicas, para recebimento de benefícios e de complemento da renda por meio do manejo florestal.

As atividades envolvidas no manejo florestal foram destacadas como as que os entrevistados já participaram dentro das associações, além de alguma participação em cargos de gestão das organizações. Ao serem questionados sobre quais resultados positivos a Associação já gerou para a Comunidade, as respostas principais foram: o acesso à energia solar, a internet, o complemento da renda por meio do manejo florestal, a disponibilidade de lancha para viajar para a cidade de Porto de Moz e o acesso à moradia por meio de benefícios do INCRA.

A organização social em associações já foi percebida como ponto forte de comunidades que realizam o manejo florestal madeireiro, inclusive cooperando na sua organização interna (PACHECO et al., 2022). As respostas apresentadas pelos entrevistados evidenciam que tal forma de organização vem proporcionando benefícios sociais almejados na intencionalidade de suas criações (ICMBIO, 2020), como também que as conquistas de direitos e de desenvolvimento socioeconômico dependeram de seus esforços, mobilizações e articulações institucionais, isto é, que o aguardo em atuações exclusivamente estatais poderia ter retardado o alcance de tais objetivos.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fortalecimento das organizações de comunidades tradicionais habitantes de florestas públicas é fundamental para se pensar em desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Os benefícios advindos desde a criação das associações comunitárias criadas evidenciam que novas oportunidades produtivas e sociais podem ser desenvolvidas com o acesso à energia elétrica, a complementação da renda por meio do manejo florestal, o acesso à internet, e à saúde e educação, com a obtenção de uma lancha, isto é, garantia e efetivação de direitos sociais e econômicos.

5. PALAVRAS-CHAVE

Comunidades tradicionais. Reserva Extrativista. Associação.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

ESPADA, A. L. V. Parceria enquanto dimensão da governança ambiental para o manejo florestal comunitário na Amazônia: o caso da Floresta Nacional do Tapajós. 2015. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE. Plano de Manejo da Reserva Extrativista Verde Para Sempre. Brasília.

PACHECO, Jéssica; AZEVEDO-RAMOS, Cláudia; NAKANO, Eduardo. A autonomia produtiva dos moradores de florestas públicas na Amazônia: dois estudos de caso de manejo madeireiro comunitário. **Sustentabilidade em Debate/Sustentabilidade em Debate**, v. 13, n. 1, 2022.

PACHECO, Jéssica dos Santos. Análise da autonomia das populações tradicionais no manejo comunitário de recursos florestais madeireiros em unidade de conservação da Amazônia. 2017.

A VOLTA DO FUNDO AMAZÔNIA E AS CONTRIBUIÇÕES AO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA AMAZÔNIA LEGAL

GT03 - Gestão de Recursos Naturais

*Roberta Carolina Araujo dos Reis*¹

*Igor Borges*²

*Ana Luisa Rocha*³

1 INTRODUÇÃO

Em meio às discussões e tratados sobre o tema de mudanças climáticas, a região amazônica se torna protagonista. As políticas voltadas para a redução de emissão de gás carbônico na atmosfera começam a ser implementadas com o objetivo de conseguir frear o aumento da temperatura global. Por conta disso, o Fundo Amazônia como um expoente da política de REDD+ no Brasil se coloca em posição de destaque. No entanto, desde o ano 2019 houve a paralisação da política provocando o aumento descomunal das taxas de desmatamento, sendo esse quadro começado a ser revertido no início de 2023 com a eleição do novo governo.

Neste sentido, o trabalho tem como objetivo geral analisar em que medida o Fundo Amazônia contribui para o combate às mudanças climáticas na Amazônia legal e como objetivos específicos: a) estudar a concepção e o funcionamento até o contexto atual do Fundo Amazônia; b) analisar os resultados do Fundo associados as taxas desmatamento;

2. Metodologia

Para atender aos objetivos do estudo foi utilizado o método dedutivo, a partir de uma revisão bibliográfica, pesquisa documental, dados empíricos dos Institutos de Pesquisa sobre as taxas de desmatamento, resultados práticos do projeto e notícias de jornais de alta circulação em conjunto com posicionamentos do Governo sobre a atualização do Fundo Amazônia.

3. Resultados e Discussão

O Fundo Amazônia foi criado no ano de 2008 pelo Decreto n. 6.527/2008, o mesmo pretende

¹ Advogada. Mestre em Direito na Universidade Federal do Pará com ênfase em Direitos Fundamentais e Meio Ambiente. Pós Graduada em Direito Agroambiental no CESUPA. Graduada em direito pelo CESUPA. Integrante do Grupo de Pesquisa Direito, Desenvolvimento e Meio Ambiente na Amazônia. Pesquisadora do Projeto de Pesquisa “Gerando Jurisprudência Favorável aos Povos e Comunidades Tradicionais no Tribunal Regional Federal da 1 região - Jurisprudência Socioambiental Positiva (JUSP)” e ao Grupo de Pesquisa “Natureza, Territórios, Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia Brasileira” ligados a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia - UFPA. robertacarolinareis@gmail.com

² Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD - UFPA), na linha de pesquisa sobre Direitos Fundamentais e Meio Ambiente. Especialista em Direito Agroambiental pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro do GRUPO DE PESQUISA DIREITO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA - GEDAM (CESUPA). Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Pós-Modernidade e Agroambientalismo (UFPA). Advogado. Professor no Centro Universitário do Norte (Uninorte). iigor.sborges@hotmail.com.

³ Pesquisadora do INCT Proprietas. Doutora em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD/UFPA) em regime de cotutela com a Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne (École Doctorale de Droit de la Sorbonne). Mestra em Direito pelo PPGD/UFPA. Especialista em Direito Imobiliário, Notarial e Registral pela UNISC. Consultora Jurídica na Urbe Amazônia. Professora Universitária.

captar doações ou investimentos, que não serão reembolsados para ações que promovam a prevenção, a fiscalização, proteção e desenvolvimento sustentável no bioma amazônico (Marcovitch, 2013).

O Fundo, então, se concretiza em um instrumento baseado em três características principais: “financiamento baseado em resultados comprovados; participação de diversos atores em sua estrutura de governança, que teria autonomia gerencial; e custos reduzidos de gerenciamento” (Areal, p. 65, 2020). De acordo com o art. 1º caput e §4, os recursos utilizados no Fundo são compostos das doações e do produto das aplicações financeiras realizadas a partir dos saldos que ainda não tenham sido desembolsados.

A gestão é realizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além disso, até junho de 2019 toda a estrutura de governança recebia o apoio de dois Comitês criados com funções específicas: Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA).

Destaca-se que a captação dos recursos está vinculada aos dados de redução de emissão de CO₂, isto é, para viabilizar as doações deve-se comprovar através dos dados do Comitê Técnico se está havendo redução da deflorestação na Amazônia (BNDES, 2021).

A pasta do meio ambiente do governo que assumiu em 2018 no Brasil adotou um padrão de governança que colocaria em risco o desenvolvimento sustentável, consistindo em explorar de forma predatória a terra adotando medidas de diminuição das autoridades ambientais e restringindo os repasses a ações de sustentabilidade (Missiato, Silva, Carvalho, Denes e Massiato, 2021). Seguindo esse padrão, o Decreto n. 9.759/2019 publicado em 11 de abril de 2019, oficialmente alterou as diretrizes da administração pública federal e teve implicações no Fundo Amazônia.

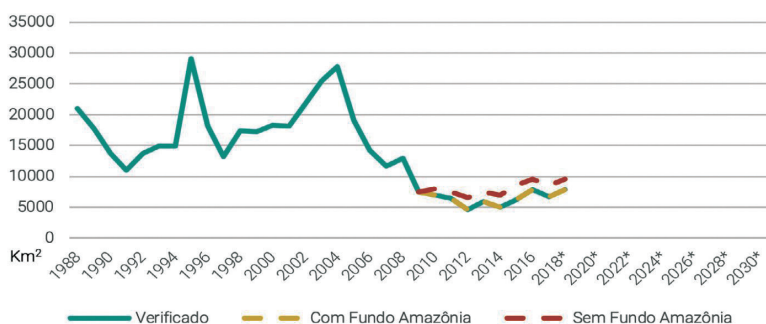
Logo, de forma unilateral e sem estudos sobre as consequências em relação a essa medida, os dois comitês foram extintos com essa legislação. Com esse cenário, tanto a Alemanha quanto a Noruega, os dois países de maior contribuição para a política, suspenderam suas doações (Welle, 2019; Negrao, 2019). O governo brasileiro, então, após a paralisação dos recursos pelos principais doadores internacionais, suspendeu o Fundo Amazônia por completo.

Ressalta-se que órgãos como o IBAMA recebiam verbas associadas ao Fundo Amazônia, ao todo mais de 60% dos recursos foram utilizados a instituições do governo para auxiliar principalmente nas funções de fiscalização (Figueiredo, 2022), e estes restaram extremamente prejudicados com a paralisação do Fundo.

Com esta condição os dados do desmatamento dispararam sendo em 2020 o primeiro ano após a paralisação as taxas começaram a ser mais altas desde a criação de 2008 chegando a recordes e seguem aumentando em níveis absurdos, ou seja, a paralisação da política de REDD+ mais importante do Brasil provocou consequências desastrosas e até irreversíveis para o meio ambiente, descumprindo os tratados internacionais e as legislações internas que o protegem. Em 2022 chegou a ser atingido 1197 Km², enquanto em 2018 os dados estavam na média de 217 Km², de acordo com o IMAZON (2022).

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) divulgou um estudo na época da política ativa que demonstra a associação com a diminuição das taxas de desmatamento e como poderia ter sido caso não houvesse. Veja-se no gráfico abaixo:

Gráfico: Contribuição do Fundo Amazônia até 2018 para a diminuição das taxas de desmatamento



Fonte: CEPAL (Relatório de Avaliação de Meio Termo da Efetividade do Fundo Amazônia (2008-2018)

Logo, é possível constatar que mesmo que não tenha como se ter uma previsão isolada da contribuição da política ambiental nesta seara, é inegável que após a paralisação houve uma alta do desmatamento atingindo níveis exorbitantes não vistos durante a vigência do Fundo.

No total durante os 12 anos de atuação foram apoiados 102 projetos associados aos quatro maiores eixos que a política propõe sendo elas: monitoramento e controle, atividades produtivas sustentáveis, gestão territorial, ciência, inovação e instrumentos econômicos. As atividades que mais receberam apoio da política foram as de monitoramento e controle, que utilizaram 46% dos recursos desembolsados (BNDES, 2021).

Com a eleição do novo governo em 2023 houve a assinatura do Decreto 11.368/2023 assim houve o ressurgimento do Fundo, com o propósito de colocar em prática o combate às mudanças climáticas, com o reestabelecimento dos comitês que antes haviam sido excluídos, tanto o COFA como o CTFA. Com a inclusão do Ministério dos Povos Indígenas e do Ministério da Justiça e da Segurança Pública (antes sua participação era realizada por meio da FUNAI) (BRASIL, 2023). Assim, atualmente o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (antigo Ministério do Meio Ambiente), irá definir anualmente quais serão os limites para a captação dos recursos.

Neste cenário, a Alemanha e Noruega, os principais doadores do Fundo Amazônia, anunciaram que os repasses não serão mais paralisados (MATOSO, 2023). No dia, 3 de outubro de 2023, o BNDES (2023) afirmou que houve a doação de em média R\$45 milhões de reais para o Fundo, sendo provenientes da Suíça e dos Estados Unidos (Folha de São Paulo, 2023) e também há tratativas com o Reino Unido para haver maiores doações (GOVERNO FEDERAL, 2023).

De acordo com o próprio site do Fundo Amazônia (2023), a política vem passando por uma reestruturação em relação às doações. Afirma que em relação aos governos estrangeiros e empresas nacionais que queiram doar já pode e que “está se estruturando para receber doações de instituições multilaterais, de organizações não governamentais e também de pessoas físicas” (FUNDO AMAZÔNIA, 2023).

Neste sentido, espera-se que muitas reestruturações ainda estejam programadas para acontecer em relação à política, justamente pelo seu protagonismo no combate as mudanças climáticas.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resumo buscou abordar os principais pontos quanto ao mecanismo do Fundo Amazônia, relacionando-o com o combate as mudanças climáticas por meio da avaliação das taxas de desmatamento. Portanto, restou-se claro a partir dos resultados expressivos que o Fundo Amazônia proporcionou que uma política eficiente nesse âmbito e sua suspensão significou uma grande perda para o avanço das medidas climáticas no país e porventura para a Amazônia Legal que viu suas florestas serem degradadas em números altíssimos.

5. PALAVRAS-CHAVE

Fundo Amazônia; Mudanças Climáticas; Desmatamento

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARCOVITCH, Jacques (Org.). **Fundo Amazônia: Uma Experiência de Cooperação Internacional e Gestão Brasileira**. São Paulo: FEA/USP, 2013. Disponível em: <http://mudarfuturo.fea.usp.br/temas/artigos/fundo-amazonia-evolucao-recente-e-perspectivas/>

WELLE, Deutsche. Ministério alemão diz que vai suspender investimento de R\$ 155 milhões na Amazônia. **G1**, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/10/ministerio-alemao-diz-que-vai-suspender-investimento-de-r-155-milhoes-na-amazonia.ghtml>. Acesso em 2 de maio de 2023.

NEGRAO, Heloisa. Após Alemanha, Noruega também bloqueia repasses para Amazônia. **El País**, São Paulo, 15 de agosto de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219_277747.html. Acesso em 2 de maio de 2023.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Proposta regulamenta Fundo Amazônia em lei. Agência Câmara de Notícias, Brasília, 21 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/850267-proposta-regulamenta-fundo-amazonia-em-lei/>. Acesso em 2 de abril de 2023.

CEPAL. Relatório de Avaliação de Meio Termo da Efetividade do Fundo Amazônia 2008- 2018. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Relatorio-Avaliacao-Meio-Termo-Fundo-Amazonia.pdf>. Acesso em 3 de abril de 2023.

BNDES. Fundo Amazônia Relatório de Atividades 2021. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2021_port.pdf. Acesso 2 de abril de 2023.

CGU. Relatório de Avaliação da Governança do Fundo Amazônia. 2022. Disponível em; <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/1042162>

MATOSO, Filipe. Após Lula reativar Fundo Amazônia, Noruega diz que R\$ 3 bilhões já podem ser investidos. G1, Brasília, 3 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/01/03/apos-lula-reativar-fundo-amazonia-noruega-diz-que-r-3-bilhoes-ja-podem-ser-investidos.ghtml>. Acesso em 2 de abril de 2023.

MAZUI, Guilherme. GOMES, Pedro Henrique. Lula assina decreto que retoma Fundo Amazônia e outras medidas ambientais. G1, Brasília, 1 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/01/lula-assina-decreto-que-retoma-fundo-amazonia-e-outras-medidas-ambientais.ghtml>. Acesso em 2 de abril de 2023.

BRASIL. Decreto n, 6527/2008. Dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6527.htm. Acesso em 2 de maio de 2023.

BRASIL. Decreto n. 11.368/2003. Altera o Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, para dispor sobre a governança do Fundo Amazônia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11368.htm. Acesso em 2 de maio de 2023.

UOL NOTÍCIAS. Governo reativa fundo Amazônia e Alemanha repassa R\$ 200 milhões. Uol, Brasília, 3 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/01/03/governo-reativa-fundo-amazonia-e-alemanha-repassa-r-200-milhoes.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso 2 de maio de 2023.

GOVERNO FEDERAL. Reino Unido anuncia R\$ 500 milhões para o Fundo Amazônia. Gov.br, Brasília, 8 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/reino-unido-anunciar-500-milhoes-para-o-fundo-amazonia>. Acesso em 17 de maio de 2023.

FUNDO AMAZÔNIA. Perguntas Frequentes. 2023. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/como-apresentar-projetos/perguntas-frequentes/>. Acesso em 2 de maio de 2023.

MAY, Peter H.; MILLIKAN, Brent; GEBARA, Maria Fernanda. O contexto de REDD+ no Brasil: determinantes, atores e instituições. Publicação ocasional 62. Bogor, Indonésia: CIFOR, 2011. p.48-49.

MARCOVITCH, Jacques; PINSKY, Vanessa Cuzziol. Amazon Fund: financing deforestation avoidance. Revista de Administração, São Paulo, v.49, n.2, p.280-290, 2014.

AÇAIZAIZAÇÃO EM QUINTAIS AGROFLORESTAIS: ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO BAIXO ITACURUÇÁ

GT03 - Gestão de Recursos Naturais

Janete Rodrigues Botelho¹

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa está em andamento no programa de pós graduação de sociologia e antropologia no curso de doutorado, o qual vem tratar da intensificação da produção do açaí em quintais agroflorestais em áreas de terra firme no território quilombola das ilhas de Abaetetuba. O qual tem por objetivo, analisar através de estudo sócio antropológico o processo de intensificação da produção do açaí em particular, sobre as transformações dos quintais agroflorestais de terra firme na comunidade quilombola do Baixo Itacuruçá.

Assim como suas implicações na vida cotidiana desses atores sociais, uma vez que, os quintais agroflorestais tem uma grande importância, por se constituir como meio de subsistência, preservação de traços do passado e geração de renda para esses povos. Desse modo, o estudo dessas mudanças deve ter enfoque processual, considerando, além do ponto de partida e a situação atual, as inter-relações dos fatores envolvidos com as modificações, bem como seu movimento constante ao longo do tempo.

Daí a motivação para a realização dessa pesquisa parte de outras realizadas na comunidade quilombola do Ipanema sobre a produção do açaí, a qual realizei primeiro em 2017, a partir do meu TCC, que tratou do perfil socioeconômico de agricultores e das técnicas de produção e práticas de manejo do açaí na comunidade quilombola do rio Ipanema. E em 2020, continuei minha pesquisa nessa mesma comunidade para compreender o processo de agroextrativismo e o sistema de produção e comercialização do açaí. E apesar de ser uma temática que está presente no meu dia a dia, e que faz parte da minha realidade enquanto quilombola, ainda assim, essa pesquisa precisa de estudos mais aprofundados e que precisam ser investigadas e comprovadas cientificamente.

2. METODOLOGIA

Todo estudo requer compromisso, dedicação e respeito pelos sujeitos que fazem parte do processo da pesquisa, Bachelard (1996), considera que todo conhecimento científico constitui-se na troca que ocorre entre o sujeito e o objeto, no caso específico deste estudo, sobre a ampliação do olhar local para um olhar mais universal a partir do distanciamento do objeto de pesquisa, quanto mais o pesquisador mergulha seu olhar sobre o objeto pesquisado, mais ele aprofunda sua compreensão do mundo que o cerca.

Trata -se de uma pesquisa de caráter qualitativo, pois de acordo com Gerhardt et al. (2009), esta não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Esta técnica ajuda para que se possa ter uma interpretação de dados, a qual gera um resultado de investigação. Quanto aos procedimentos técnicos está sendo realizada pesquisas bibliográficas, que de acordo com Gil (2007), estas são desenvolvidas mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos, ou seja, são materiais que já estão prontos, sendo

¹ Doutoranda do curso de pós graduação em sociologia e antropologia (PPGSA), UFPA, janegirl100@hotmail.com.

muito importante fazer reflexão de obras bem escritas.

Quanto a técnicas de coleta de dados serão obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas. Segundo Gerhardt et al (2009), nesse tipo de entrevista é o pesquisador que organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, permite e incentiva que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.

Outra técnica é a observação participante. “Este termo pode abrigar o plural e o diverso que a compõem é porque pode abrigar a diversidade e a pluralidade de modos de viver e pensar a alteridade e a autorreflexão na produção do conhecimento sobre a diversidade humana”. (SCHMIDT, 2006, p.15). Portanto, é importante que o pesquisador tenha interação com o problema. Após concluído a coleta de dados daremos início ao processo de análise dos referidos dados, no qual serão organizados, sistematizados a partir dos pressupostos teóricos que fundamentam a perspectiva interpretativa do projeto em execução.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por se tratar de uma pesquisa que está em andamento, trouxemos no tópico de resultados e discussões, uma discussão mais teórica, partindo da reflexão do açaí em seu contexto para além da alimentação. De acordo com Homma (1993), dentre os principais produtos extrativos que foram economicamente importantes, estão o cacau (*Theobroma cacao*) e a seringueira (*Hevea brasiliensis*). E hoje temos a castanha-do Brasil (*Bertholettia excelsa*), a madeira e o açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.). O açaizeiro atualmente está em evidência, principalmente para as comunidades tradicionais amazônicas, que coletam o fruto não apenas para se alimentar, mas também para contribuição na questão econômica.

Azevedo (2010), relata que nas últimas três décadas, o açaizeiro vem se destacando por seu impacto positivo na economia para o estado do Pará, com o aumento do consumo do suco ou “vinho” de açaí. Pois este, agora não faz parte somente do hábito alimentar das populações ribeirinhas e pobres da cidade de Belém, mas também das populações com alta poder financeira.

Nogueira (1997), Queiroz (2008), Pagliarussi (2010), Carvalho (2013) e Azevedo (2013) afirmam em seus estudos, que a produção de açaí vem aumentando no decorrer dos anos, especialmente por conta do consumo que vai além das comunidades tradicionais, deixando de ser hábito apenas das populações de várzeas e das áreas urbanas mais pobres, uma vez que o mercado vem se expandindo além do local, seguindo para o regional, o nacional até chegar ao global.

Logo, podemos associar esse aumento da produção do açaí, aos novos rumos que este produto tomou. Isto é, tanto nos cosméticos, presente nos perfumes, creme corporal, capilar, entre outros, como na área alimentícia, os quais desenvolveram vários produtos, como: sucos, sorvetes, suplementos energéticos, entre outros. Diante desses acontecimentos, vamos ter um aumento na demanda do fruto, e como consequência direta, o interesse dos agricultores em produzir cada vez mais. Começando as mudanças de hábitos e costumes, que de certa forma, representam uma cadeia de transformações sucessivas na produção do açaí, que vai desde a coleta até a forma de comercialização.

Para Homma (2014), a crescente demanda pelo açaí e a elevação dos preços, principalmente na entressafra, de janeiro a junho, provocaram a busca por alternativas do aumento de produção e produtividade, com emprego de novas técnicas e tecnologias, tanto nas áreas de produção tradicional de várzea como em áreas de terra firme. Nas áreas de várzea vem ocorrendo a expansão do cultivo para áreas desocupadas, e na terra firme vem acontecendo o plantio das palmeiras também nos espaços dos quintais agroflorestais.

Haja vista, que a diversificação das culturas vegetais dentre as espécies florestais, agrícolas, medicinais, ornamentais e também frutíferas, são essenciais para a subsistência local, não só pela diversidade de

espécies cultivadas, mas também pela inexistência do uso de agrotóxicos para a manutenção destas. Assim também, como a criação de animais domésticos (galinhas, patos, porcos), que servem para a alimentação, são de suma importância para os quilombolas, por se tratar de alimentos culturalmente consumidos situados próximos as suas residências e apresentar-se de forma saudável, sem nenhum processo químico. Os estudos de Rocha Garcia *et al.* (2015) permitiram verificar que a produção dos quintais agroflorestais possibilita uma alimentação mais saudável às famílias, o que reflete na melhoria da qualidade de vida destes indivíduos.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A intensificação da produção do açaí vem causando mudanças na relação dos quilombolas na comunidade do Baixo Itacuruçá com o uso do território, uma vez que estes começaram a plantar açaí em “meio” aos seus quintais agroflorestais, como forma de produzir o fruto. Dessa forma, o avanço do cultivo do açaí se configura no detrimento de outras culturas, principalmente o da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), que antes era a principal atividade desenvolvida na áreas de terra firme, além da produção de milho (*Zea mays*), arroz (*Oryza sativa*) entre outras plantações perenes que vem perdendo espaços para as palmeiras do açaí. Além disso, nos espaços dos quintais agroflorestais estão presentes as dinâmicas cultural alimentar e a relação que eles mantem com a natureza, baseado no respeito e nas representações.

Portanto, quando os quilombolas começam inserir o açaizal nos quintais agroflorestais como estratégias de produção, eles não tem em mente, formar uma monocultura ou qualquer outro situação que está presente no agronegócio. Estes vão caminhando, de acordo com o mundo capitalista, o qual exige-os cada vez mais o aumento da produção, impondo aos ‘grupos sociais, políticas públicas pensadas de cima para baixo, principalmente quando o assunto está relacionado ao desenvolvimento de determinados territórios ou sociedade.

5. PALAVRAS-CHAVE

Produção do açaí, Quintais agroflorestais e Comunidade quilombola.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, A. 1991. Forest management strategies by rural inhabitants in the Amazon estuary. Pages 351-360 in A. Gómez Pompa, T. C. Whitmore, and M. Hadley, eds. Rain Forest Regeneration and Management. The Parthenon Publishing Group, Paris.

AZEVEDO, James Ribeiro de. Sistema de manejo de açaizais nativos praticados por ribeirinhos. São Luis/MA: EDUFMA, 2010, 100p. il.

AZEVEDO, Rodrigo Aleixo Brito de Análise e descrição de sistemas agrícolas: teorias para não naturalização da agricultura Revista Verde (Mossoró – RN – Brasil) v.2, n.2, p 01–26 Julho/Dezembro de 2007- <http://revista.gvaa.com.br>

HOMMA, A. K. O. A (in)racionalidade do extrativismo vegetal como paradigma de desenvolvimento agrícola para a Amazônia. In: COSTA, J. M. M. da (Coord.). Amazônia: desenvolvimento ou retrocesso. Belém: CEJUP, 1992. p. 163-207.

PAGLIARUSSI, M. S. **A cadeia produtiva agroindustrial do açaí**: estudo da cadeia e proposta de um modelo matemático. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Engenharia de Produção) - Escola de Engenharia de São Carlos.2010. USP.

MACHADO, D. O. A agro biodiversidade de quintais agroflorestais em propriedades agrícolas familiares na BR 174, Ramal do Pau-Rosa, Manaus, AM. 2016. 86 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura no Trópico Úmido) - Programa de Pós-Graduação em Agricultura no Trópico Úmido – PPGATU, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Manaus.

MATOS-FILHO, J. R. *et al.* Quintais agroflorestais em uma comunidade rural no vale do Rio Araguari, Amazônia Oriental. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.12, n.3, p.47-62, 2021. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2021.003.0005>

BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Gil, Antônio Carlos, 1946- Método e técnicas da pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GERHARDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. / Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa. In: MYNAIO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 27^a ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCHMIDT, Maria Luísa Sandoval. Pesquisa participante: Alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*, 2006, 17(2), 11-41. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v17n2/v17n2a02.pdf>. Acesso: Agosto de 2017

O PAPEL DOS PROJETOS DE PD&I ENVOLVENDO MANGUEZAIS COMO INSTRUMENTO DE ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

GT03 - Gestão de Recursos Naturais

*Ludmilla Valente Viana Silva*¹

*Luciene Ferreira Pedrosa*²

1. INTRODUÇÃO

O conceito de meio ambiente ecologicamente equilibrado engloba a conservação das propriedades e funções naturais do meio permitindo a existência dos seres vivos (Machado, 2012). Na década de 60 ocorreram movimentos sociais (ambientais, civis etc.) em decorrência da identificação de escassez dos recursos naturais e impactos significativos à biota devido a ações relacionadas à revolução industrial e ao desenvolvimento econômico, como a exploração e produção de petróleo e gás natural.

Os debates evoluíram para o enfrentamento das mudanças climáticas ganhando destaque na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992 (RIO 92) quando foi adotada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e os países signatários se comprometeram a cumprir os compromissos nela assumidos (ONU, 2023a).

Ações antrópicas, principalmente aquelas envolvendo a emissão de gases de efeito estufa, ocasionaram um aumento de 1,1°C na temperatura da superfície global entre 2011 e 2020, tendo como parâmetro a temperatura entre os anos de 1850 e 1900 (IPCC, 2023), ampliando os efeitos das mudanças climáticas. Deste modo, foi assinado o Acordo de Paris que teve como principal objetivo a limitação do aumento da temperatura média global em 2°C acima dos níveis pré-industriais, e estabelecendo o limite desejável do aumento em 1,5°C (ONU, 2023b).

Em decorrência desse cenário, é necessária a utilização de medidas de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas por meio da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), parte integrante da Agenda 2030, equilibrando a manutenção da vida humana, a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável (ONU, 2023c).

A Cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), prevista nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil, é um exemplo de instrumento que incentiva investimentos na transição energética, principalmente após a publicação da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 2/2021, onde o Conselho determinou o tema como prioridade na destinação de recursos dessa natureza (Brasil, 2021). Dentre os projetos desenvolvidos com recursos da cláusula de PD&I para este fim, este trabalho científico abordará projetos de armazenamento de carbono envolvendo manguezais (carbono azul) com o objetivo de demonstrar a importância da conservação e restauração desses ecossistemas como instrumentos de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

¹ Mestranda em Cultura e Sociedade (PGCult), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ludmilla.valente@discente.ufma.br.

² Mestre em Planejamento Ambiental, COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lucipedrosa@gmail.com.

2. METODOLOGIA

A metodologia a ser aplicada neste trabalho é análise comparativa documental (Gil, 2002) por meio de revisão sistemática da literatura, de publicações científicas que tratam de mudanças climáticas, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), captura e armazenamento de carbono e manguezais, dos atos normativos e contratos nacionais que tratam sobre exploração e produção de petróleo e gás natural e Cláusula de PD&I da ANP. Quanto aos projetos de PD&I envolvendo manguezais, será feita uma análise documental a partir dos relatórios finais dos projetos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O recente relatório da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), divulgado em 2019, informa que a natureza encontra-se em estágio de declínio global com “taxas sem precedentes na história da humanidade – e a taxa de extinção de espécies está se acelerando, com graves impactos sobre as pessoas em todo o mundo” (IPBES, 2019). O momento é de adoção de medidas mais eficientes e com resultados a curto e médio prazo voltadas para adaptação e mitigação que são necessárias para o desenvolvimento sustentável.

A adaptação realiza a função de reduzir as chances de exposição e vulnerabilidades às alterações climáticas e quando falamos em biodiversidade, o conceito inclui ajustes por meio de processos ecológicos e evolutivos (IPCC, 2023). A mitigação, por sua vez, refere-se à prevenção e redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEEs) na atmosfera (UNEP, 2023). Soluções Baseadas na Natureza (SBN) possuem características de proteção, conservação, restauração e manejo sustentável dos recursos naturais, apresentando resultados promissores em relação a adaptação assim como a mitigação (IPCC, 2023).

Carbono Azul (*blue carbon*) é o termo utilizado para tratar da captura de carbono realizada por ecossistemas costeiros e oceânicos como manguezal. Ecossistemas costeiros realizam o sequestro de carbono em ritmo mais rápido que, por exemplo, florestas tropicais e podem manter essa atividade por milhões de anos (NOAA, 2023).

Os manguezais brasileiros destacam-se em matéria de Carbono Azul uma vez que 10% do armazenamento mundial de carbono em biomassa de manguezal encontra-se no Brasil e, deste modo, a erosão deste ecossistema geraria quantidades consideráveis de CO₂ na atmosfera (Rovai, 2021). O Maranhão, o Amapá e o Pará possuem 50% de área de manguezais localizados na Amazônia Legal (ESPIG *et al*, 2007), sendo que entre os estados do Maranhão e Pará encontra-se a “maior área contínua de manguezais no mundo, com um área estimada de 7.433 km²” (SANTOS, 2022).

A Cláusula de PD&I da ANP, que em 2022 gerou uma obrigação de investimentos da ordem de R\$ 4,4 bilhões em pesquisa e desenvolvimento, tem como prioridade incentivar projetos voltados para a transição energética. Deste modo, as empresas petrolíferas passaram a identificar novas oportunidades aumentando o portfólio de projetos relacionados a outras fontes de energia, como hidrogênio, a descarbonização e armazenamento de carbono, incluindo Soluções Baseadas na Natureza.

Nesta temática, dois projetos realizados pela empresa petrolífera Enauta com recursos da Cláusula de PD&I da ANP tiveram por objeto manguezais. O primeiro deles, Costa Norte, desenvolveu uma metodologia para compreensão dos processos costeiros e definição da vulnerabilidade de manguezais localizados bacias do Pará-Maranhão e Foz do Amazonas. O segundo projeto trata da “Contribuição das Florestas de Mangue do Estado do Rio de Janeiro ao Processo de Mitigação do Aquecimento Global através do Armazenamento de Carbono”.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, frente aos compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris, deverá nos próximos anos ampliar de modo ambicioso suas metas de mitigação na emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) para

alcançar os objetivos mundiais definidos para 2030. A indústria de óleo e gás natural, por meio de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico, poderá auxiliar nesse processo, conforme as expectativas da sociedade para a conservação e preservação do meio ambiente, assim como para o enfrentamento das mudanças climáticas. Compõe a estratégia da ANP o aumento do uso dos recursos de PD&I em projetos de descarbonização, visando uma transição energética efetiva, ordenada e justa.

Denota-se esse entendimento a partir da Resolução CNPE nº 2/2021, que determina a priorização de aplicação dos recursos de PD&I em temas como hidrogênio, biocombustíveis e armazenamento de energia. Tendo em vista o aumento do investimento em projetos dessa natureza, vislumbra-se um novo momento vivido pela indústria de petróleo e gás natural.

Assim, trata-se da implementação de estratégia regulatória visando prover para a sociedade brasileira um ambiente de liderança em pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico no setor de energia, capaz de posicionar o Brasil em uma situação privilegiada para atrair investimentos e lidar com os desafios de sustentabilidade e descarbonização da indústria.

5. PALAVRAS-CHAVE

Mudanças climáticas; PD&I; carbono azul

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

BRASIL. Resolução CNPE nº 2 de 14 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despacho-do-presidente-da-republica-307393461>. Acesso em 5/10/2023.

CORREIA, Mary Lúcia Andrade; DIAS, Eduardo Rocha. **Desenvolvimento sustentável, crescimento econômico e o princípio da solidariedade intergeracional na perspectiva da 13 justiça ambiental**. Periódico: Planeta Amazônia – Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas, n. 8, p. 63-80. Macapá, 2017.

ESPIG, Silvana Andreoli. **Identificação do sistema mangue na Ilha do Maranhão através de técnicas de classificação utilizando imagens do sensor CCD-CBERS-12**. Anais do XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 de abril de 2007.

INTERGOVERNMENTAL SCIENCE-POLICY PLATFORM ON BIODIVERSITY AND ECOSYSTEM SERVICES (IPBES). **Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services**. Bonn: IPBES, 2019. Disponível em: <https://www.ipbes.net/global-assessment>. Acesso em: 30/9/2023.

IPCC. (2021). **Relatório do IPCC - Sexto Relatório de Avaliação - Sumário para os Tomadores de Decisão**. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_FullVolume.pdf. Acesso em: 18 de setembro de 2023.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 20. Ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

National Ocean Service - NOAA. Disponível em: O que é Blue Carbon? (noaa.gov). Acesso em: 5/10/2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONUa. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992**. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/rio1992>. Acesso em: 17 de setembro de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONUb **Acordo de Paris**. Paris, França, 2015. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/what-is-the-paris-agreement>. Acesso em: 17 de setembro de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONUc. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 5/10/2023.

United Nations Environment Programme (UNEP). **Mitigação**. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/explore-topics/climate-action/o-que-fazemos/mitigacao>. Acesso em 12/9/2023.

ROVAI, Andre. *et al.* **Brazilian Mangroves: Blue Carbon Hotspots of National and Global Relevance to Natural Climate Solutions**. *Frontiers in Forests and Global Change*. Sec. Tropical Forests. Volume 4 - 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/ffgc.2021.787533/full>. Acesso em 5/10/2023.

SANTOS, Adriano. **Dinâmica espaço-temporal da cobertura dos manguezais e seu potencial para o sequestro de CO₂ no litoral oriental amazônico**. UFMA, Departamento de Oceanografia e Limnologia, PRODEMA, São Luís, 2022.

A CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA B COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOVER O FORNECIMENTO ÉTICO NA CADEIA PRODUTIVA DO CUMARU POR COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA

GT03 – Gestão de Recursos Naturais

*Pollyanna Coêlho de Sousa*¹
*Oriana Trindade de Almeida*²
*Sergio Luiz de Medeiros Rivero*³

1. INTRODUÇÃO

A espécie *Dipteryx odorata* (Aubl.) é uma árvore nativa do Brasil, com distribuição geográfica na região amazônica (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima), no Nordeste (Maranhão), e Centro-Oeste (Mato Grosso). Os nomes vernaculares são: serrapia em espanhol, tonka em inglês e cumaru em português (CARVALHO *et al.*, 2020). A madeira tem valor comercial, as sementes podem ser usadas para confecção de Biojoias e artesanatos ou na culinária. Nos últimos anos as amêndoas têm ganhado espaço no mercado internacional, utilizada na indústria de perfumaria e cosméticos. O motivo é a presença da cumarina em seu óleo essencial, substância utilizada como narcótico, estimulante e fixador (CARVALHO, 2009).

A extração dos frutos é feita por agricultores familiares, que também realizam a pecuária. No verão ocorre a dispersão dos frutos (setembro a novembro), enquanto algumas espécies agrícolas estão na entressafra, sendo mais um item que compõe a renda familiar. As áreas de produção podem ser mata primária ou secundária dos lotes individuais, em áreas vizinhas ou coletivas, conhecidas como “cumaruzais” (SILVA *et al.*, 2010). Áreas cultivadas em sistemas agroflorestais no Estado do Pará mostraram-se viáveis economicamente, sendo mais uma alternativa de ocupação de solo ao produtor, mesmo que o beneficiamento tenha um custo mais elevado que os outros elementos do sistema (RÊGO *et al.*, 2017). No entanto, o extrativista ainda precisa superar alguns obstáculos na cadeia produtiva da amêndoa de cumaru, destacando-se a falta de dados que permitam caracterizar os elos da cadeia, preços baixos, perda de produto na pesagem, quando vendidos a atravessadores, documentação de origem do produto inexistente, além da sazonalidade no fornecimento (SILVA *et al.*, 2010).

Atualmente há um conjunto de produtos extrativistas que são certificados, com a finalidade de valorizar o trabalho realizado pelas comunidades tradicionais e visando mercados diferenciados cujos compradores estão dispostos a pagar um valor mais elevado. Um dos sistemas de certificação que tem se popularizado no setor privado é o Sistema B Corp, criado por uma organização sem fins lucrativos, B-Lab em 2006 na Pennsylvania (EUA). A iniciativa surgiu a partir da contestação do B-Lab a respeito da legislação americana que não obrigava as corporações a considerarem objetivos socioambientais nos atendimentos legais. As informações ainda são escassas sobre o desempenho das empresas B, mas alguns dados são

¹ Doutoranda em Desenvolvimento socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará – UFPA, pollyanna.coelho@hotmail.com.

² Doutora em Ciências Ambientais, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Universidade Federal do Pará – UFPA, orianaalmeida@gmail.com.

³ Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará – UFPA, sergiolmrivero@gmail.com.

disponibilizados no site oficial da organização (JACOBI; BESEN, 2017). Atualmente são 304 empresas credenciadas no Brasil, 1.077 na América Latina e 7.081 no mundo (SISTEMA B, 2023).

O objetivo do estudo foi analisar o desempenho socioambiental de uma associação de produtores rurais que produz amêndoas de cumaru, a partir da aplicação dos requisitos voltados para a cadeia de fornecedores da certificação “Sistema B Corp” e identificar os desafios e oportunidades para o fornecimento ético e sustentável por comunidades tradicionais na Amazônia.

2. METODOLOGIA

A coleta dos dados foi realizada na comunidade Nova União, localizada no Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE Camburão, área rural do município de Alenquer no estado do Pará. Do total de 139 famílias assentadas, 24 produtores de cumaru foram foco deste estudo. Realizou-se uma entrevista e 24 questionários semiestruturados foram aplicados. O formulário de avaliação do Sistema B foi utilizado e seguiu as Áreas de Impacto: Governança; Trabalhadores; Comunidade; Meio Ambiente; Clientes; Questionário de divulgação. Após a avaliação dos resultados relacionados a associação, optou-se por analisá-los em uma matriz SWOT (*Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças)).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A associação AGRIFNO realiza uma atividade econômica que ajuda a resolver um problema socioeconômico e ambiental com a coleta de frutos de cumaru. Trata-se da base da renda familiar local e caracterizada como de baixo impacto ambiental, ajudando a manter o meio ambiente e a proteger o território. Cada produtor coleta os frutos em suas áreas de produção, em seguida transportam as residências. No quintal, embaixo de árvores, as mulheres fazem a quebra dos frutos e guardam as amêndoas em sacos de polietileno de 60 quilos. O marido e os filhos negociam o produto com os atravessadores na cidade ou na própria comunidade. Os atravessadores possuem “armazéns de cumaru”, populares em Alenquer, comercializando para empresas da região e exportadoras.

A articulação interna e a divisão de tarefas dentro das famílias e entre os associados, que organizam reuniões constantes tanto para divisão do trabalho como na busca de melhorias para a coletividade são apontadas como pontos fortes da organização, mas a comercialização ainda não é coletiva. Foi verificado o esforço da associação na busca por parceiros para desenvolver ações que visem a melhoria da qualidade de vida das famílias, como o Sindicato dos Produtores Rurais de Alenquer e a prefeitura. A AGRIFNO é presidida por uma mulher e há outros espaços ocupados por associadas. Essa participação de mulheres em todas as atividades é nítida na comunidade, seja nas decisões, nas tarefas da família e nas atividades produtivas. A participação de jovens e idosos também é marcante.

Com relação aos pontos fracos analisados, a dependência de atravessadores é um fato que fragiliza a comercialização da organização. Já as regras que envolvem os direitos e deveres dos associados, apresenta fragilidades como o não atendimento aos direitos trabalhistas, tratativas contra o trabalho escravo ou análogo a escravidão e infantil, renda digna, saúde e segurança, além da previsão de benefícios como seguro de vida, plano de ação contra acidentes, entre outros. Outras fraquezas ressaltadas foram a falta de controle financeiro interno, que cubra as principais atividades econômicas e o fato de a associação não ter um escritório, usando o barracão comunitário e a casa das lideranças como apoio para arquivar documentos e realizar eventos e reuniões. Por conta disso, já ocorreu a perda de material de escritório e documentos importantes que precisam ser reimpressos toda vez em que há necessidade. Falta também a construção de um protocolo coletivo sobre o uso dos recursos naturais.

No ambiente externo, uma das oportunidades levantadas foi o monitoramento da renda dos associados com a venda dos produtos agroextrativistas, algo que não é realizado, e a associação não tem como monitorar os benefícios econômicos para as famílias e pensar em ações para maximizar esses benefícios. Ressalta-se também a importância do conhecimento do próprio território, ou seja, quem são os atores envolvidos no comércio das amêndoas de cumaru e quais seus interesses, a logística e os custos para a saída da produção da comunidade até Belém, quem são os outros compradores (para além dos atravessadores). São informações que fornecem, para a associação, uma visão estratégica do negócio e que não tem sido utilizada. Pelo contrário, no modelo em vigor, os produtores têm uma relação de empregado e patrão com os atravessadores locais.

A falta de manutenção das estradas principais e vicinais, situação que piora consideravelmente no inverno, dificultando o escoamento dos produtos é um dos principais entraves para o desenvolvimento da cadeia. A falta de transporte próprio é o segundo maior problema apontado pelos produtores. A Assistência Técnica Rural regular é um fator apontado pelos extrativistas como muito relevante e que poderia melhorar as atividades produtivas.

A associação possui uma área coletiva com viabilidade para construir o escritório e galpão para armazenagem do cumaru. O barracão comunitário que deveria passar por reforma em 2021 já é utilizado para encontros e assembleias. Como não existe posto de saúde, esta é uma estrutura que poderia também fazer parte desse conjunto de imóveis que a associação poderá gerir. Uma parceria com a prefeitura local poderia trazer melhorias para a escola, que é precária. A situação dos estudantes piora ainda mais, pois a merenda escolar é de péssima qualidade e não há transporte escolar (as crianças precisam andar até sete quilômetros de distância para poder estudar).

Os impactos ambientais precisam ser monitorados e esses cuidados devem abranger todos os produtores de cumaru, com a identificação, seleção e monitoramento das áreas de produção, intensidade de coleta por família, medidas mitigadoras dos impactos, plantio de enriquecimento, acompanhamento fenológico, entre outros. Um risco crítico identificado foi o descarte de resíduos, pois foi identificado uma grande quantidade de mesocarpo de cumaru nos quintais das propriedades, que pode causar algum dano às pessoas devido sua toxicidade. Resíduos sólidos domésticos foram observados em vários locais da comunidade, mostrando que atividades em educação ambiental precisam ser realizadas. Os moradores utilizam o lixo orgânico, utilizando como alimento para os animais, o lixo inorgânico, quando tratado, é queimado ou enterrado. Os cuidados com a saúde, segurança e qualidade de vida dos produtores precisam ser priorizados.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da comunidade Nova União e associação AGRIFNO tendo como fulcro a certificação do Sistema B, mostrou que a associação necessita construir acordos de gestão comunitária e construção de ferramentas de gestão internas para tratar os entraves identificados, como um Plano de Uso de Recursos Naturais que cubra os impactos socioambientais, a saúde e segurança do trabalhador, identificação e monitoramento das áreas de produção florestal, áreas de alto valor para a conservação, identificação de espécies raras, diversificação na produção e na busca de novos clientes, indo além do fornecimento direto ao atravessador, adequação nas estruturas e construções comunitárias e demais acordos de convivência e uso de bens comuns. O Sistema de Avaliação da certificação B é eficaz para avaliar a situação e recomendar ações, apesar de ainda possuir linguagem e algumas temáticas que ainda não fazem parte do cotidiano das comunidades tradicionais.

5. PALAVRAS-CHAVE

1. Sociobiodiversidade; 2. Extrativismo; 3. Comunidades Tradicionais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

CARVALHO, P. E. R. Cumaru-Ferro: *Dipteryx odorata*. Colombo: Embrapa Florestas, 2009. 8 p. (Embrapa Florestas. Comunicado técnico, 225).

CARVALHO, C. S.; LIMA, H. C.; CARDOSO, D. B. O. S. *Dipteryx*. In: FLORA do Brasil 2020. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB22954>. Acesso em: 27 set. 2021.

JACOBI, P. R., & BESEN, G. R. (2017). Empresas do sistema B - Inovação em sustentabilidade. Em A. Phillip Jr., C. Sampaio, & V. Fernandes, *Gestão empresarial e sustentabilidade*. Barueri, SP: Manole.

RÊGO, L. J. S.; SILVA, M. L.; SILVA, L. F.; GAMA, J. R. V.; REIS, L. P. Comercialização da amêndoa de Cumaru nos municípios de Santarém e Alenquer, leste da Amazônia. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, V.8, n.3, set/dez. 2016 ISSN: 2176-8366 DOI 10.18361/2176-8366/rara.v8n3p338-361.

SILVA, T. M. da; JARDIM, F. C. da S.; SILVA, M. da S.; SHANLEY, P. O mercado de amêndoas de *Dipteryx odorata* (cumaru) no estado do Pará. *Floresta*, v. 40, n. 3, p. 603-614, 2010.

SISTEM B. Avaliação de Impacto B. Disponível em: <https://sistemabbrasil.org/bia-a-avaliacao-de-impacto-b/>. Acesso em: jun. 2023.

AGRAVOS AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICOS DA MINERAÇÃO EM UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA

GT03 - GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS

Andréa Cristina dos Santos e Silva¹

Fábio José Brito dos Santos²

Rosana Pereira Fernandes³

1 INTRODUÇÃO

O processo de integralização da Amazônia iniciou na década de 1960 com diversas obras de infraestrutura, a fim de que o processo de internacionalização local não se expandisse. A ocupação territorial da região oeste aumentou consideravelmente o aporte populacional e, em decorrência, surgiram diversos problemas de ordem ambiental.

O Município de Barcarena, em inserção à Região Metropolitana de Belém, através da recente lei complementar nº 164/2023, alterada em 2023, inciso VIII ao Art. 1º (PARÁ, 2023). Essa unidade territorial apresenta histórico ambiental de impactos minero-industriais, sendo um polo industrial a partir de 1970 com a implantação do complexo Albrás-Alunorte, com produção de alumina e alumínio destinada à exportação, tendo como suporte logístico o porto de vila do conde.

A pesquisa aborda os impactos ambientais, ocorridos no Município de Barcarena, em 2018, os objetivos relacionam-se em identificar as frações minerais decorrente de um suposto vazamento de rejeitos da industrialização que resultou em comprometimento no recurso aquífero em orlas e rios adjacentes (Orla da Praia de Beja, Orla da Cidade de Abaetetuba, Rio Arapiranga, Rio Gajará do Beja, Rio Campupema, Rio Maracapucu, Rio Pará, Rio Igarapé dendê, Rio Igarapé Curuperê), assim como a condição socioeconômica, perfil de renda, aos atores sociais pertencentes a área afetada da comunidade de Bom Futuro.

2 METODOLOGIA

Quanto à natureza, configura-se como estudo de caso, no qual propõe a compreensão de um problema específico, partindo de uma análise a respeito dos agravantes ambientais e as implicações sociais e econômicas. A pesquisa preliminar identificou a Comunidade Bom Futuro, rios e orlas, como a área de maior impacto de efluentes industriais.

Quanto ao objetivo, caracteriza-se como exploratória, subsidiada em documentos primários, dados bibliográficos, informações, material cartográfico, análise de arquivos oficiais, assim como fontes secundárias. A coleta sistemática apresenta a finalidade de caracterizar o território, utilizando técnicas como entrevista para o entendimento das relações de determinada população.

A abordagem apresenta caráter qualitativo e quantitativo, considerando as informações da população local. A pesquisa bibliográfica realizada por meio de consultas a artigos, livros, dissertações, plataformas e sites eletrônicos, contribuiu à elaboração da base teórica referencial, nas perspectivas temáticas relacionadas ao desenvolvimento social e aos objetivos do desenvolvimento sustentável.

¹ Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, UFPA. E-mail: andreasilva.fisio@gmail.com

² Mestrado em Educação, FUC, E-mail: fabysantos819@gmail.com

³ Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Docente colaboradora do NAEA/UFPA, EGPA e IESP. E-mail: rosafer@uol.com.br.

No estudo de pesquisa documental a análise de relatórios, ofícios, laudos e similares substanciam a conformidade dos resultados e a descrição das implicações das atividades e resultados obtidos.

A metodologia do diagnóstico local foi obtida através de entrevista em campo, a fim de mapear a estrutura social das vulnerabilidades e confrontar com os dados oficiais extraídos, a fim de que se conclua o relatório com evidências da realidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas análise em levantamento social, constatou-se as seguintes condições de qualidade da água: 18 pessoas relataram coloração amarelada; 14 pessoas notaram alteração na cor, sabor e cheiro; sete pessoas relataram ter notado mudança de coloração (marrom e vermelho); três pessoas relataram ter notado turbidez na água (água barrenta); uma pessoa notou a mudança de aspecto na água (cor branca com caráter espumoso); e oito não souberam prestar esta informação.

No estado de calamidade pública pós impacto ambiental (BARCARENA. Fórum,2018), onde as famílias pertencentes à comunidade receberam tempestivamente visitas de suporte domiciliares, pois conforme laudo do IEC-2 (2018), o comprometimento da qualidade da água impactou diretamente esta comunidade e a sua liderança comunitária demarcou geograficamente o território. No quadro 1, nível das frações minerais.

Quadro 1 – Nível das Frações Minerais

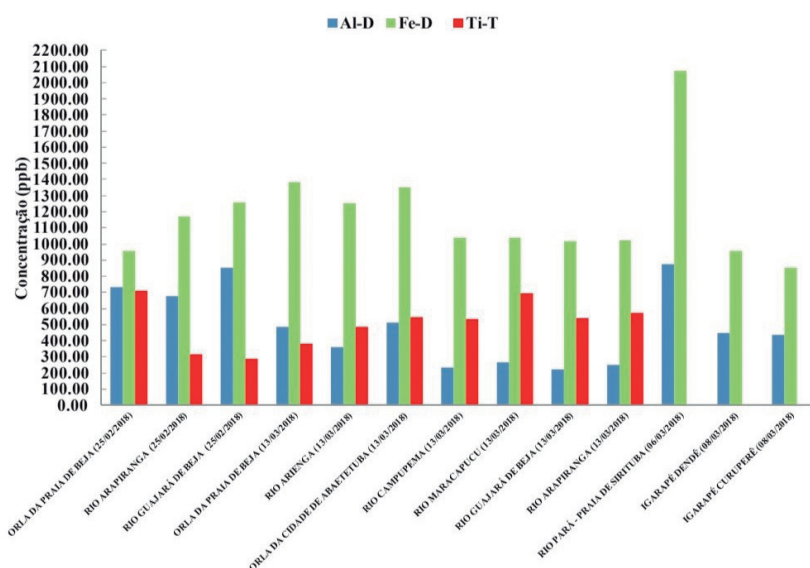


Figura 21: Níveis de alumínio dissolvido (Al-D), ferro dissolvido (Fe-D) e titânio total (Ti-T) em águas superficiais de rios e Igarapés dos municípios de Barcarena e Abaetetuba a partir de amostras coletadas após o dia 17/02/2018.

Fonte: RELATÓRIO TÉCNICO 003,2018.

Em relação à análise da água, dos parâmetros observáveis, respeitando as características amazônicas, considera-se nos locais: Orla da Praia de Beja, Rio Arapiranga, Rio Gajará do Beja, Orla da Cidade de Abaetetuba, Rio Campupema, Rio Maracapucu, Rio Pará, Rio Igarapé dendê, Rio Igarapé Curuperê. No fracionamento constatou-se que os minerais de maior proporção concentração (ppb) são os minerais ferro em maior proporção, em proporção média alumínio, em menor proporção o titânio. Esse dado é importante, pois é um marco característico de que as condições do solo local apresentam esta peculiaridade em relação aos tipos de minerais, parâmetro importante para a compreensão dos processos de monitoramento, nível de referência, teor de concentração e grau de turbidez, haja visto que as condições da água na Região Amazônica apresentam características peculiares.

As vulnerabilidades sociais e econômicas, na perspectiva da renda mínima e na verificação matricial das 118 famílias entrevistadas: 67 pessoas declararam ter renda familiar entre 0 a 1 salário mínimo; 37 possuem renda de 1 a 2 salários mínimos; e 14 renda de 2 a 5 salários mínimos.

É salutar as questões de território e atores locais em comunidades. Os empreendimentos dispõem de conflitos e áreas de agravos em comprometimentos ambientais, segundo Castro (2019):

Zona de sacrifício é um conceito com capacidade analítica para se entender o que ocorre com certos espaços onde a destruição ambiental os torna inviáveis à vida, seja humana ou não humana. Tal noção parte da necessidade de se entender situações novas que aparecem, desde o final do século XX, com o agravamento das condições de vida no planeta, o aumento da desigualdade e das áreas degradadas, processos esses associados ao crescimento de povos destituídos de seus territórios e dos direitos, desterritorializados, refugiados por conflitos políticos, religiosos ou de outra natureza, deslocados forçados pelo Estado e por grandes empresas com seus mega projetos de infraestrutura - construção de hidrelétricas, de diques, de irrigação de grandes áreas, de rodovias e ferrovias, etc. (CASTRO,2019)

A vulnerabilidade a respeito do comprometimento hídrico foi pronunciada por meio das condições encontradas na água que, segundo o relato dos residentes, notadamente no campo da pesquisa, a maioria observou alteração visível na coloração da água, no aspecto e, também, no odor e sabor: 18 pessoas relataram coloração amarelada na água; 14 pessoas notaram alteração na cor, sabor e cheiro; sete pessoas relataram ter notado mudança de coloração (marrom e vermelho); três pessoas relataram ter notado turbidez na água (água barrenta); uma pessoa notou a mudança de aspecto na água (cor branca com caráter espumoso); oito pessoas não souberam prestar esta informação.

4. CONCLUSÕES

De acordo com as disposições elencadas em dados coletados em 2018 e ainda em 2023, a população referiu dificuldades na utilização da água para o consumo, advindo de auxílio público e privado para recebimento de água potável.

Quanto ao território pertence à comunidade Bom Futuro, área mais atingida, no percurso deste impacto, observam-se que convivem nestas condições. Atualmente, a problemática em questão são deficitárias, sob prognóstico de área de sacrifício, território degradável e comprometido no que tange ao recurso hídrico, porém, medidas de ajuste de conduta foram tomadas e os grandes geradores, em parceria, obstinaram projetos na área, a fim de reparar os danos que, neste meio tempo, são monitorados por órgãos de fiscalização.

5. PALAVRAS-CHAVE

Impactos ambientais, Município de Barcarena, Comunidade.

6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCARENA. Fórum. Estado de Calamidade Pública nº 01. **Diário Municipal de Barcarena**. Barcarena, 23 fev. 2018. Acesso em: 10. jan. 2022.

CASTRO, Edna Ramos de; CARMO, Eunápio Dutra do (org.). **Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho**. Belém: NAEA/UFPA, 2019. E-book (256 p.). Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/1190>. Acesso em: 05. out. 2023.

IEC – INSTITUTO EVANDRO CHAGAS. **Nota técnica SAMAM-IEC 002/2018**. Disponível em: <http://www.iec.gov.br/collectiva-hydro/nota-tecnica-samam-iec-002-2018-compressed/>. Acesso em 05.out. 2023.

PARÁ. **Lei Complementar n. 164, de 05 de abril de 2023**. Disponível em: http://www.sefa.pa.gov.br/legislacao/interna/lei/lc2023_p0164.pdf. Acesso em: 10 de ago. de 2023.

RELATÓRIO TÉCNICO 003-2018. **AVALIAÇÃO PRELIMINAR DOS IMPACTOS AMBIENTAIS REFERENTE AO TRANSBORDO**. Disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2018/08/11-RELAT%C3%93RIO_T%C3%89CNICO_SAMAM_003-2018.pdf . Acesso em: 05 de out. de 2023.



**Simpósio
Internacional**

3 INTER- DISCIPLINARIDADE SUSTENTABILIDADE e DESENVOLVI- MENTO

**PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL**

GT 03 • Sessão 2

“AQUI É MINHA FARMÁCIA VIVA”: O USO DE PLANTAS MEDICINAIS NA VILA DO CARMO, CAMETÁ, PARÁ

GT03 – Gestão de Recursos Naturais

Solange Barbosa Quaresma¹
Edivandro Ferreira Machado²
Sarah Gabriella do Nascimento Silva³
Walker José Sousa Oliveira⁴

1. INTRODUÇÃO

Mesmo com o avanço e com o desenvolvimento da indústria farmacêutica, o uso de plantas medicinais, de modo tradicional, permanece vivo, em todo o mundo (Badke *et al.*, 2012). Na Amazônia, para muitos grupos tradicionais, as plantas medicinais nunca foram uma alternativa. Sempre foram, na verdade, a primeira opção de tratamento e de cuidado com a saúde humana. Em vista disso, este estudo objetiva trazer dados e informações para reafirmar a importância das plantas medicinais na vida humana.

2. METODOLOGIA

Tem-se como colaboradora da pesquisa a Dona Guilhermina, que reside na Vila do Carmo, localizada à margem direita do Rio Tocantins, no município de Cametá, Pará. Ela é uma grande referência no que diz respeito ao conhecimento e ao uso de plantas medicinais, tanto dentro quanto fora da Vila do Carmo.

Para a coleta de dados e informações, realizou-se pesquisa de campo no mês de outubro de 2019, sendo realizada duas visitas ao *locus* da pesquisa; aplicou-se questionário semiestruturado. Seguindo as recomendações de Fidalgo e Bononi (1989), realizou-se a coleta das plantas medicinais. As plantas coletadas dizem respeito às mais utilizadas pela colaboradora da pesquisa, seja para o autocuidado ou para o cuidado da saúde de outrem. Os exemplares coletados foram identificados na Embrapa, sob número de identificação 128/2019, e constituíram exsicatas que estão depositadas no herbário da instituição, em Belém do Pará.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dona Guilhermina, uma senhora conhecida na Vila do Carmo, possui mais de 300 espécies de plantas medicinais e ornamentais em seu quintal. O grande conhecimento e o uso de plantas medicinais para o cuidado da saúde humana se deram no meio familiar, sobretudo por ensinamentos de sua mãe. Hoje, não diferindo dessa transmissão de conhecimentos de uma geração para outra, Guilhermina tem repassado seus conhecimentos sobre as plantas medicinais para uma de suas filhas. Seus netos, que brincam pelas hortas e pelo quintal, também não deixam de aprender, gradualmente.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural, Museu Paraense Emílio Goeldi, e-mail: solangequaresma@museu-goeldi.br.

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, e-mail: edivandro22ferreira@gmail.com.

³ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, e-mail: gsarah450@gmail.com.

⁴ Pós-Graduando em Ensino de Geografia, Universidade Federal do Pará, e-mail: walkeroliveira844@yahoo.com.

O seu quintal é lugar de saúde. Assim, por apresentar uma diversidade tão grande de plantas, Guilhermina afirmou que “aqui é minha farmácia viva”. Ao ser questionada sobre quais plantas eram mais procuradas e utilizadas para fins medicinais, Dona Guilhermina listou e teceu comentários sobre oito espécies (Quadro 1).

Quadro 1 - Plantas medicinais mais utilizadas por Dona Guilhermina, Vila do Carmo, Cametá, Pará, Brasil.

Nome popular	Nome científico	Família	Parte usada	Formas de uso	Uso terapêutico
Barba-de-paca	<i>Nepsera aquatica</i> Naudi.	Melastomataceae	Folhas	Chá	Erisipela
Boldo	<i>Gymnanthemum amygdalinum</i> (Delile) Sch. Bip. ex Walp.	Asteraceae	Folhas, raízes	Chá	Dor de barriga, diarreia, prisão de ventre, problemas no estômago e no fígado, antimalárico e problemas hepáticos
Amor-crescido	<i>Portulaca pilosa</i> L.	Portulacaceae	Folhas	Chá, sumo	Problemas estomacais, diarreia, erisipela e queda de cabelo
E l i x i r paregórico	<i>Piper callosum</i> Ruiz & Pav.	Piperaceae	Folhas	Chá, banho	Infecção urinária
P i r a r u c u branco	<i>Kalanchoe pinnata</i> (Lam.) Pers.	Crassulaceae	Folhas	Chá	Anti-inflamatório, infecção urinária, intestinal, no fígado e estômago
Pirarucu preto	<i>Kalanchoe crenata</i> (Andrews) Haw.	Crassulaceae	Folhas	Chá	Anti-inflamatório, infecção urinária, intestinal, no fígado e estômago.
Pariri	<i>Fridericia chica</i> (Bonpl.) L.G. Lohmann	Bignoniaceae	Folhas	Chá, garrafada	Anemia
Sete-dores	<i>Plectranthus barbatus</i> Andr.	Lamiaceae	Folhas	Chá	Gastrite, problemas digestivo, dores espasmódicas abdominais e mal-estar

Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

As espécies listadas, com distintos fins terapêuticos, são usadas sobretudo por meio dos chás. Essa forma de uso está muito relacionada com a parte da planta mais utilizada: as folhas. Os chás, por meio da decocção e/ou da infusão, dão-se, principalmente, pelo uso das folhas (Pereira; Coelho-Ferreira, 2017), que são perenes.

Dentre as plantas listadas, o boldo (*Gymnanthemum amygdalinum*), de amplo conhecimento na medicina amazônica, tem propriedades antioxidante, antimicrobiana e antiparasitária; atua como antipirético, laxativo, antimalárico e anti-helmíntico (Duarte; Silva, 2013). No estudo de Pereira e Coelho-Ferreira (2017), o boldo também era usado para o tratamento de problemas gastrointestinais.

A barba-de-paca (*Nepsera aquatica*), da família Melastomataceae, apresenta carência de estudos etnomedicinais, fitoquímicos e farmacológicos, pois, comumente, as plantas dessa família são empregadas na ornamentação (Cruz; Kaplan, 2004). De acordo com Maciel (2021), plantas dessa família apresentam usos medicinais diferenciados e para diferentes fins, a saber: dermatoses, ginecológicos para leucorreia e infecções vaginais.

O amor-crescido (*Portulaca pilosa*) é uma planta com propriedades terapêuticas utilizada por todo o país, sobretudo no Norte (Barata *et al.*, 2009), para diferentes finalidades, a saber: cicatrizante, doenças hepáticas, úlceras, diarreia, disenteria, cólica, no tratamento de queimaduras, erisipelas, feridas, eritemas, queda de cabelo, fraturas e luxação muscular (Mors, Rizzini, Pereira, 2000; Revilla, 2002; Brandão *et al.*, 2020).

Na literatura, o elixir paregórico (*Piper callosum*) é indicado para tratar problemas no trato digestivo, para problemas musculares, má digestão (Martins *et al.*, 2005). *Piper callosum* também é utilizada como afrodisíaco, adstringente, digestiva, antidiarreica, hemostática local, antileucorreica (Ayres, 2020).

Duas espécies da mesma família (Crassulaceae) foram listadas, sendo elas: pirarucu branco (*Kalanchoe pinnata*) e pirarucu preto (*Kalanchoe crenata*). De acordo com Santos *et al.* (2020), a *Kalanchoe pinnata* possui muitos benefícios dada a sua ação anti-inflamatória, antibacteriana, analgésica, calmante, bactericida e cicatrizante. Também é indicada para outras aplicações, como: infecção urinária, intestinal, no fígado e estômago, colesterol (Ferreira; Rodrigues; Costa, 2016). Alguns desses benefícios também são pontuados para *Kalanchoe crenata* no estudo de Guzzi (2011).

O pariri (*Fridericia chica*), assim como no estudo de Silva *et al.* (2020), é indicado para pessoas com anemia. Além disso, os autores pontuam outras indicações: hepatite B e anti-inflamatório. Batalha *et al.* (2022) frisam outras aplicações terapêuticas: antitumoral, antiviral, cicatrizante e antioxidante.

Outra espécie importante para Dona Guilhermina e para as pessoas que a procuram em busca de remédios e plantas medicinais é popularmente conhecida como sete-dores (*Plectranthus barbatus*). Segundo Costa e Nascimento (2003), essa planta possui propriedades analgésica e antidiséptica. Para Lorenzi e Matos (2008), ela apresenta aplicações terapêuticas, como: no tratamento de gastrite, na dispepsia, azia e mal-estar gástrico.

Nota-se que as principais plantas medicinais utilizadas por Dona Guilhermina têm respaldo na bibliografia científica. Isto é, as aplicações terapêuticas têm respaldo científico. Isso é elogiável, sobretudo quando se olha para a Amazônia, onde tem pouco médico para muita gente, gente essa que mora, muitas vezes, em locais longínquos, distantes de centros urbanos e de atendimento básico de saúde.

4. Conclusão

O uso de plantas medicinais faz parte da vida dos povos da Amazônia, são importantes no cuidado, na manutenção e na recuperação da saúde humana. Em vista disso, mostrou-se que Dona Guilhermina é um exemplo de especialista em plantas medicinais, ajudando na saúde familiar e de outros que a procuram em busca de plantas e de remédios. Foram apresentadas as oito plantas mais frequentes, mostrando seus usos terapêuticos, pontuados pelo relato oral, e consoantes com a literatura, o que reforça a importância e a veracidade das aplicações terapêuticas das plantas medicinais, que são abundantes nos quintais, locais de conservação da biodiversidade e da gestão de espécies vegetais importantes à vida humana.

5. PALAVRAS-CHAVE

Conhecimentos Tradicionais. Medicina Tradicional. Quintais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYRES, V. F. S. **Estudo químico e atividades biológicas do óleo essencial, extrato bruto e frações de *Piper callosum* Ruiz & Pav (Piperaceae)**. 2020. 95f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos). Itacoatiara-AM, UFAM, 2020.

BATALHA, A. D. S. J. *et al.* Therapeutic Potential of Leaves from *Fridericia chica* (Bonpl.) L. G. Lohmann: Botanical Aspects, Phytochemical and Biological, Anti-Inflammatory, Antioxidant and Healing Action. **Biomolecules**, 12(9):1208, 2022.

BADKE, M. R. *et al.* Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 21(2), p. 363-70, 2012.

BARATA, L. E. S. *et al.* Plantas Medicinais Brasileiras. II. *Portulaca pilosa* L. (Amor-crescido). **Revista Fitos**. vol. 4, nº 1, 2009.

- BRANDÃO, D. L. N. *et al.* Importância do amor-crescido (*Portulaca pilosa* L.) para a medicina tradicional amazônica: uma revisão bibliográfica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, vol.12 (3), p.1-11, 2020.
- CRUZ, A. V. M.; KAPLAN, M. A. C. Uso medicinal de espécies das famílias Myrtaceae e Melastomataceae no Brasil. **Floresta e Ambiente**, v. 11, n.1, p. 47-52, ago./dez. 2004.
- COSTA, M. C. C. D.; NASCIMENTO, S. C. Atividade Citotóxica de *Plectranthus barbatus* Andr. (Lamiaceae). **Acta Farm. Bonaerense**, 22 (2), p.155-158, 2003.
- DUARTE, M. do R.; SILVA, A. G. Anatomical characters of the medicinal leaf and stem of *Gymnanthemum amygdalinum* (Delile) Sch. Bip. ex Walp. (Asteraceae). **Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences**, vol. 49, n. 4, 2013.
- FERREIRA, L. B.; RODRIGUES, M. O.; COSTA, J. M. Etnobotânica das plantas medicinais cultivadas nos quintais do bairro de Algodual em Abaetetuba/PA. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, vol., 10(3), p. 220-372, 2016.
- GUZZI, S. **Desenvolvimento, estudo de estabilidade e teste *in vivo* da formulação gel com extrato e fração enriquecida de *Kalanchoe crenata* (Andrews) Haworth**. 2011. 122f. Dissertação (Mestrado em Farmacologia). Florianópolis-SC, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.
- LORENZI, H., MATOS, F. J. A. **Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas**. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2008.
- MACIEL, V. S. **Análise da composição do óleo essencial e da fração hexânica do extrato das folhas de *Tibouchina aspera* AUBL**. 2021. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Farmácia). Macapá, Universidade Federal do Amapá, 2021.
- MARTINS, A. G. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais, alimentares e tóxicas da Ilha do Combu, Município de Belém, Estado do Pará, Brasil. **Rev. Bras. Farm.**, 86(1): 21-30, 2005.
- MORS, B. W; RIZZINI, T. C; PEREIRA, A. N. **Medicinal Plants of Brazil**. Reference Publications, Inc., EUA, p.289, 2000.
- PEREIRA, M. G. S.; COELHO-FERREIRA, M. Uso e diversidade de plantas medicinais em uma comunidade quilombola na Amazônia Oriental, Abaetetuba, Pará. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 7, n. 3, p. 57-68, 2017.
- REVILLA, J. **Plantas úteis da Bacia Amazônica**. Ed. SEBRAE-AM/INPA, Manaus, p.532, 2002.
- SANTOS, M. N. L do. O uso medicinal da *kalanchoe pinnata* (Corama) no tratamento da gastrite. **Braz. J. Hea. Rev**, Curitiba, v. 3, n. 6, p.18133-18144. nov./dez. 2020.
- SILVA, E. A. B da. Plantas medicinais, usos e memória na Aldeia do Cajueiro, Pará. **Gaia Scientia**, vol. 14(3), p. 31-50, 2020.

ETNOBOTÂNICA NA FUNBOSQUE: IDENTIFICAÇÃO DE ESPÉCIES TRADICIONALMENTE UTILIZADAS PELA COMUNIDADE ESCOLAR.

GT03 – Gestão de Recursos Naturais

*Mônika Fecury Moura¹
Renato Rodrigo Cavalcante²
Ana Vitória Dos Reis Santos³
Agnaldo Aires Rabelo⁴*

1. INTRODUÇÃO

O município de Belém (PA) possui uma área insular que corresponde a cerca de 65% do seu território, sendo que estas ilhas ocuparam funções distintas na organização espacial de Belém ao longo do tempo. Neste contexto, a ilha de Caratateua, localizada na porção norte do município de Belém, teve a sua ocupação inicial por volta da segunda metade do século XIX e a partir de 1980 iniciou a sua fase de integração a dinâmica metropolitana (BARBOSA et al, 2012).

A Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira (Funbosque), localizada em Outeiro (PA), é um centro de referência na educação ambiental para crianças, adolescentes e na educação de jovens e adultos. No ambiente físico destacam-se também os profissionais, que em sua maioria, são moradores da Ilha de Caratateua. Devido as suas características geográficas e socioeconômicas, ainda podem ser observados elementos culturais relacionados aos conhecimentos e hábitos terapêuticos do uso de plantas medicinais em quintais urbanos.

Atualmente, existem poucos os trabalhos que investigam a utilização destas plantas correlacionando à cultura local com o intuito de reunir informações que evidenciem as dinâmicas existentes entre a sociedade e as plantas medicinais. De acordo com Brasil (2010), estas plantas podem ser conceituadas como vegetais que possuem substâncias com propriedades terapêuticas, em sua totalizada ou partes específicas, sendo utilizadas com propósitos de cura. Assim, os estudos etnobotânicos permitem analisar como uma população acumula conhecimentos oriundos de seus locais de origem, como também a propagação das informações para as novas gerações (CAVALCANTE & SILVA, 2014). Neste contexto, o trabalho visou iniciar um estudo etnobotânico na comunidade escolar da sede da Funbosque e posteriormente expandir a área de observação para a população residente na Ilha de Caratateua.

2. METODOLOGIA

Para estimular o consumo de chás, iniciou-se a atividade denominada Chá do Bosque. Assim, as terças-feiras entre os meses de março a setembro de 2023, foram ofertados a comunidade escolar e visitantes, chás de plantas medicinais preparadas através de folhas de plantas *in vivo*, obtidas de doações de alunos e profissionais da escola. Estas plantas estão sendo propagadas em vasos de 0,5L e mantidas para posteriores trabalhos.

¹ Eng^a Agrônoma com Pós-doutorado em Agronomia, Funbosque, agromonika@gmail.com.

² Técnico em Meio Ambiente, Funbosque, renatorodrigo19@gmail.com

³ Estudante do ensino médio Técnico em Meio Ambiente, Funbosque.

⁴ Professor com Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia, Funbosque, agn.rabelo@gmail.com

O momento do chá objetivou incentivar o resgate cultural e reunir de forma espontânea as pessoas interessadas, ou curiosas, a respeito da atividade. Buscou-se também, obter informações, de forma pessoal, sobre a importância das plantas medicinais no cotidiano. Como forma de contribuir para sustentabilidade ambiental, foi requisitado que os interessados utilizassem recipientes próprios para evitar a utilização de copos plásticos descartáveis. Durante o período de 1h, ocorrem as distribuições dos chás e a explicação para cada indivíduo participantes sobre a botânica, os benefícios e a correta utilização da medicinal. Portanto, fichas com informações básicas sobre as medicinais utilizadas na atividade (nome comum da planta, nome científico da planta, características do vegetal, indicação do chá, contra-indicação e parte da planta utilizada) foram preparadas e disponibilizadas para a leitura.

Em contrapartida, mudas de diferentes espécies de plantas medicinais puderam ser recebidas na forma de doações com o objetivo de compor a biblioteca *in vivo* da escola. As plantas foram catalogadas e mantidas para serem utilizadas em aulas práticas com os alunos da Escola Bosque, assim como aumentar a diversidade de chás ofertados. A dinâmica da atividade potencializa de forma natural a formação de multiplicadores das informações obtidas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas até o momento 14 atividades do Chá do Bosque, reunindo a média de 29 pessoas. Nas três primeiras atividades, somente profissionais da escola participaram, porém, nas atividades seguintes, os alunos começaram a questionar a dinâmica que estava ocorrendo e assim alguns começaram a participar. Percebeu-se que entre os alunos não há o costume do consumo de chá. Já os adultos informaram que consomem de forma medicinal e que adquiriram os conhecimentos através de seus ancestrais. Esta informação é corroborada por Scoles (2006), que afirma que a troca de saberes e favores é uma prática muito comum entre comunidades rurais amazônicas. Outra informação obtida é que os participantes estão cientes de que a utilização de remédios artificiais está sobrepondo o tratamento produtos mais naturais, porém nota-se a disposição de iniciar o resgate desta cultura.

Foram recebidas através das doações, 41 espécies de plantas medicinais (Tabela 1), cujo os nomes científicos foram revisados com base na Lista da Flora do Brasil (2012). A identificação foi realizada através da comparação dos espécimes recebidos com plantas vivas e com fotos de exsiccatas disponíveis no TROPICOS.ORG do Missouri Botanical Garden (<http://www.tropicos.org>). A família botânica mais representativa foi a Lamiaceae, com 9 espécies identificadas, representando 21,95% das espécies. Esta família contém espécies vegetais muito conhecidas, como Erva Cidreira e Hortelanzinho.

Tabela 1 - Plantas medicinais doadas pela comunidade escolar e visitantes para compor a biblioteca *in vivo* de plantas medicinais da Funbosque.

Nome Popular	Nome Científico	Família Botânica
Açafrão	<i>Curcuma longa</i>	Zingiberaceae
Algodão roxo	<i>Gossypium arboreum</i>	Malvaceae
Amor crescido	<i>Portulaca pilosa</i>	Portulacaceae
Anador	<i>Justicia pectoralis</i>	Acanthaceae
Aroeira	<i>Schinus terebinthifolia</i>	Anacardiaceae
Aranto	<i>Kalanchoe daigremontiana</i>	Crassulaceae
Arnica	<i>Arnica montana</i>	Asteraceae
Babosa	<i>Aloe vera</i>	Asphodelaceae
Boldo	<i>Plectranthus barbatus</i>	Monimiaceae
Cibalena	<i>Ocimum sp.</i>	Lamiaceae
Chanana	<i>Turnera ulmifolia</i>	Turneraceae

Canarana	<i>Costus spiralis</i>	Costaceae
Capim marinho	<i>Cymbopogon citratus</i>	Poaceae
Coramina	<i>Pedilanthus tithymaloides</i>	Euphorbiaceae
Elixir paregórico	<i>Ocimum selloi</i>	Lamiaceae
Erva cidreira	<i>Melissa officinalis</i>	Lamiaceae
Erva de jabuti	<i>Peperomia pellucida</i>	Piperaceae
Graviola	<i>Annona muricata</i>	Annonaceae
Hortelanzinho	<i>Mentha x piperita</i>	Lamiaceae
Hortelã do maranhão	<i>Marrubium vulgare</i>	Lamiaceae
Hortelã variegada	<i>Mentha sp.</i>	Lamiaceae
Insulina	<i>Cissus verticillata</i>	Vitaceae
Japana Branca	<i>Eupatorium ayapana</i>	Asteraceae
Manjeriço	<i>Ocimum minimum</i>	Lamiaceae
Marupazinho	<i>Eleutherine bulbosa</i>	Iridaceae
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i>	Amaranthaceae
Melhoral	<i>Evolvulus sp.</i>	Convolvulaceae
Mirra	<i>Commiphora myrrha</i>	Burceraceae
Pariri	<i>Arrabidaea chica</i>	Bignoniaceae
Pata de Vaca	<i>Bauhinia forficata</i>	Fabaceae
Penicilina	<i>Alternanthera brasiliiana</i>	Amaranthaceae
Pirarucu	<i>Kalanchoe pinnata</i>	Crassulaceae
Quina	<i>Coutarea hexandra</i>	Rubiaceae
Oriza	<i>Pogostemon heyneanum</i>	Lamiaceae
Sabugueiro	<i>Sambucus nigra</i>	Viburnaceae
Sulfato ferroso	<i>Justicia secunda</i>	Acanthaceae
Sucurijú	<i>Mikania lindleyana</i>	Asteraceae
Stevia	<i>Stevia rebaudiana</i>	Asteraceae
Vick	<i>Mentha arvensis</i>	Lamiaceae
Vinagreira	<i>Hibiscus sabdariffa</i>	Malvaceae
Vindicá	<i>Alpinia zerumbe</i>	Zingiberaceae

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho avançou do estágio inicial e a biblioteca *in vivo* contem atualmente 41 espécies de plantas medicinais. Algumas delas não possuem como centro de origem a América do Sul, por exemplo a Mirra e Hortelã, mas devido a boa adaptação das plantas as condições ambientais, são espécies que atualmente podem ser encontradas com facilidade no Brasil, principalmente por sua importância medicinal. Além da manutenção das 41 espécies, iniciou-se o processo de propagação vegetal para futuras doações para a comunidade escolar e visitantes, como forma de estabelecer a dinâmica de parceria de trocas. Esta etapa conta com o auxílio de uma estagiária do terceiro ano do curso Técnico em Meio Ambiente da Escola Bosque. A atividade do Chá do Bosque prosseguirá, visto que os participantes demonstraram interesse pela continuidade, o que proporcionará novos momentos de trocas de informações de modo espontâneo. As plantas recebidas das doações podem ser um reflexo de uma população do distrito de Outeiro, visto que grande parte dos profissionais e a totalidade dos estudantes residem neste local. Para poder comprovar esta hipótese, o trabalho irá avançar a pesquisa a nível geográfico pela ilha de Caratateua, sempre com

os alunos vinculados ao trabalho. Devido os comentários de alguns participantes sobre a utilização de remédios artificiais e naturais, pretende-se relacionar as plantas medicinais observadas durante o estudo com a existência de medicamentos comerciais. As respostas irão fornecer dados para entender melhor a dinâmica etnobotânica da região e observar a difusão do uso de medicinais através do resgate dos valores culturais envolvidos.

5. PALAVRAS-CHAVE

Botânica, Sociedade, Biodiversidade, Outeiro, Ilha de Caratateua

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, E.J. da S., et al. De colônia agrícola a periferia de Belém: Um ensaio de geografia histórica sobre a ilha de Caratateua. In: Da SILVA, J.M.P., et al. Percursos geográficos: pesquisa e extensão no distrito de Outeiro, Belém-Pa, (2008-2011). 1 ed., Belém: GAPTA/ UFPA, 204p., 2012.

BRASIL. R.D.C. nº 10 de março de 2010. Dispõe sobre a fitoterapia de drogas vegetais junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de 10 de março de 2010.

CAVALCANTE, A.C.P. & SILVA, A.G. Levantamento etnobotânico e utilização de plantas medicinais na comunidade Moura, Bananeiras – PB. Revista Monografias Ambientais – REMOA, vol.14, n.2, p.3225-3230, 2014.

LISTA DE ESPÉCIES DA FLORA DO BRASIL. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. [Link]. Acesso em: 20 set.2023.

SCOLES, R. Sabiduría popular y plantas medicinales: el ejemplo de la comunidad negra de Itacoã, Acará, PA. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Ciências Naturais*, v. 1, n. 2, p. 79-102, Acará, 2006.

MANEJO DE QUELÔNIOS EM CATIVEIRO DENTRO DA FUNDAÇÃO ESCOLA BOSQUE DA ILHA DE OUTEIRO-PA

GT 03 – Gestão de Recursos Naturais

*Caroline Ribeiro Muniz¹
Francisca Nescylene Fontenele²
Izabele Cristina Santos Costa³
Ana Cristina Baia da Silva⁴*

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira (Funbosque), situada na ilha de Caratateua, distrito de Outeiro, a 35 km do centro da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, numa área preservada, de floresta tropical secundária, com 120.000 m² (12 hectares), foi criado através da lei 7.747 de 02/01/95, em virtude da abrangência do projeto, transformou-se em Fundação, e foi inaugurada em 26 de abril de 1996 com o status de primeira escola de educação ambiental da América Latina, de acordo com Souza, 2004.

O Projeto educacional, elaborado em 1994, efetivou uma proposta, traçada sobre a ótica da educação ambiental, para se estabelecer como núcleo de referente às questões sócio-ambientais, viabilizadas por meio da pesquisa-ensino e extensão, tratadas interdisciplinarmente, na construção de uma nova ética.

Dentro do tratamento paisagístico da escola que merece destaque é o lago artificial (figura 01), em formato de borboleta projetado pelo arquiteto Milton Monte, hoje é visto como parte importante Fundação, pois além de representar a fauna e flora aquática de algumas espécies da Amazônia, também promove interdisciplinaridade, pois possibilita estudos e prática pedagógicas para aprendizado de conteúdos técnico e científicos em várias áreas do conhecimento. O uso desses espaços externos à sala de aula é cada vez mais frequente como ferramenta de apoio para a aprendizagem de diversos conteúdo educacional, principalmente a educação ambiental como forma de preservação do meio ambiente.

Figura 1: Lago borboleta (Funbosque,2021).



¹ Tecnólogo em Gestão Ambiental, UNIP-Benevides, crma_2012@hotmail.com.

² Mestre em História Social, PUC-SP, fnfontenele@gmail.com.

³ Zootecnista, UFRA-Belém, izabele-costa@hotmail.com.

⁴ Técnico em Recuso Pesqueiro-Funbosque, krisromao@gmail.com.

O lago abriga duas espécies de peixes, quatro espécies de quelônios como Tartarugas da Amazônia (*Podocnemis expansa*) conhecido como o maior quelônio de água doce da América do Sul. Os adultos possuem em média 70cm de carapaça e 60kg de massa, e os filhotes pesam em média 25,8g, com a carapaça medindo em média 4,9cm (VOGT, 2008); tracajás (*Podocnemis unifilis*) que entre as espécies do gênero, é a segunda espécie maior em proporções de tamanho, podendo atingir até 70cm de extensão, perdendo somente para a Tartaruga-Gigante-da-Amazônia (IBAMA, 1989); perema ou também chamada de aperema (*Rhinoclemmys punctularia*) trata-se de uma espécie comum ocorrendo em diferentes ambientes lênticos e lóticos e inclusive em áreas urbanas poluídas e por isso foi caracterizada como menos preocupantes (IBAMA, 2019); cágado, como são conhecidos popularmente, representantes da família Chelidae, é a mais rica, contando com 23 espécies, das quais 19 ocorrem no Brasil (SOUZA, 2004); cascudo, conhecido como Acari ou Cari (*Hypostomus affinis*), é um peixe de fundo, onde vive raspando o substrato (CAMARGO e JUNIOR e PY-DANIEL, 2012). e bem como outras espécies de residência temporária. O espaço também passou por uma reforma em uma das estruturas de areia e a instalação de um sistema de filtragem no ano 2023.

Nesse espaço também acontece a reprodução natural entre as espécies de quelônios, diante disso se tornou necessário realizar um cronograma de manejo, para podermos monitorar e preservar o desenvolvimento das futuras desovas.

O objetivo desse manejo em cativeiro é evitar perdas dos filhotes no momento de eclosão, ter animais saudáveis e uma quantidade significativa para realização da soltura.

Sendo que dos temas principais da fundação é o repovoamento e preservação das espécies hídricas e a conscientização da comunidade como atuante na defesa e na proteção da fauna aquática da região que é ameaçada por diversos impactos ambientais que vem sofrendo ao longo desse tempo.

2. METODOLOGIA

Como citado anteriormente sobre a reprodução de algumas espécies de quelônio dentro do lago e a necessidade de realizar cronograma de manejo. Resolvemos aplicar um monitoramento desde setembro de 2022. Mas no período junho a setembro de 2023 conseguimos fechar um ciclo reprodutivo da espécie Tartaruga da Amazonia.

Essa necessidade de seu por conta das informações de dados anteriores de quantidade baixa de filhotes nascido em relação a quantidade de nidificação da espécie na fundação, sendo que a Tartaruga da Amazônia coloca em média 100 ovos como descrito por (Vanzolini, 1967; Oliveira e Garcez e Andrade, 2021).

O lago possui duas estruturas, sendo que apenas uma é utilizada para desova. A estruturas tem um formato de peixe, feita de cimento vazada internamente ao qual foi preenchida com areia de granulção ideal para postura e utilizada pelos quelônios para o banho de sol e hoje serve como área de desova.

Em junho iniciou-se o monitoramento da rotina das tartarugas dentro do lago, observando a formação de casal, o acasalamento e deambulação, até o momento exato da abertura de cova e a formação do ninho que aconteceu no dia 26 de julho e no dia 27 do mesmo mês, examinou-se a cova, ao qual foi identificado uma infiltração próximo ao ninho, que continha 118 ovos e logo foram remanejados para uma caixa de madeira medindo 80000 cm³, ao qual foi forrada com papel e preenchida com areia arenosa e acondicionados na mesma posição que foram encontrados e a estrutura foi realocada para uma área adequada.

A partir do dia 20 de setembro a equipe ficou monitorando a eclosão dos ovos e na madrugada do dia 26 de setembro começou o nascimento dos quelônios, sendo que tivemos 10 perdas e 60 filhotes de Tartaruga da Amazonia, após o nascimento fomos verificar o ninho que ainda tinha 22 ovos e acreditamos que 26 quelônios estão dentro do lago.

Após o nascimento os filhotes de quelônios foram colocados dentro de caixas plásticas transparentes com 3cm de lâmina d'água.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já foi mencionado acima, tivemos que realocar o ninho por conta de problema de infiltração na estrutura de areia e a ameaça de animais doméstico ao local, sendo que a transferência dos ovos é para evitar a predação e possíveis alagamento e com isso serve como estratégia de conservação muito utilizada em criação de cativeiro em areias de proteção ambiental como descreve Andrade (2008).

A taxa de sucesso na eclosão dos filhotes na transferência de ninho de acordo com artigos é significativamente positiva em relação a nenhum tipo de proteção do ninho e tem cerca de 87,7% ou até chegar 100% predação dos ninhos (ANDRADE, 2008). Essa técnica está sendo para obter sucesso do nascimento dos filhotes e os estudos têm demonstrado uma taxa de 70% a 90% eclosão (LIMA, 2007), corroborando com a taxa de 73% adquirida no manejo utilizado.

Os filhotes de quelônios da Tartaruga da Amazônia seguiram sendo monitorados em caixas plásticas transparente e após 24 horas de nascidos, foi ofertado macrófitas para a sua alimentação inicial e 30 minutos de banho de sol no horário da manhã. Esse manejo possibilitou uma taxa de 100% de sobrevivência após nascido, e evitando ação predadores tais como mosca, roedores, aves, mamíferos carnívoros e lagarto que reduzem a taxa de sobrevivência dos filhotes recém-eclodidos (ANDRADE; BALESTRA, 2016)

De acordo com (TEIXEIRA, 2018), existe mais de 140 mil matrizes manejadas em toda a Amazônia. Apesar do Brasil ter o melhor programa de manejo participativo e conservação que outros lugares amazônicos, ainda precisa ser intensificado, porque muitas populações continuam em declínio. Com a criação da Lei nº5.197/67, se tornou proibido no Brasil a venda e o consumo de animais silvestre retirados diretamente da natureza, demonstrando a vantagem e a possibilidade de reprodução em cativeiro como uma tecnologia de manejo fundamental, ficando explícito a importância da pesquisa para combater a extinção de uma espécie e mesmo com pouca estrutura é possível obter êxito.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Obteve-se sucesso com a eclosão de 86 filhotes da Tartaruga da Amazonia e servindo de aprendizagem para as novas desovas dentro da instituição e contribuir para uma diversidade ambiental através do ato da soltura dos quelônios e buscando promover a conservação de uma espécie da fauna silvestre além de conscientizar os moradores sobre o manejo sustentável de quelônios.

5. PALAVRAS-CHAVE

Quelônio; Tartaruga da Amazonia; criação em cativeiro; educação ambiental;

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

VANZOLINI, P.E. (1967) Notes on the nesting behavior of *Podocnemis expansa* in the Amazon Valley (Testudines, Pelomedusidae). *Papéis Avulsos de Zoologia*, 20:191-215.

VOGT RC. 2008. *Tartarugas da Amazônia*. Editora INPA, 104p.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 1989. *Projeto Quelônios da Amazônia: Manual Técnico*, Brasília, 09.

SOUZA, F.L. 2004. Uma revisão sobre padrões de atividades reprodutivas e alimentação de cágados brasileiros (Testudines, Chelidae). Phyllomedusa.

Teixeira ZM. Etnozoologia, educação ambiental e manejo comunitário de quelônios (Reptilia) na reserva extrativista Riozinho da Liberdade-Acre [Dissertação]. Rio Branco (Acre): Universidade Federal do Acre, 2018.

CAMARGO, Maurício; JUNIOR, Heriberto G; PY-DANIEL, Luciano R, Acaris ornamentais do Médio Rio Xingu, Belém: FAPESPA E FUNCEFET, 2012.

SOUZA, E. A Prática Docente da Escola Bosque: O desafio de uma proposta construtiva. Dissertação - Universidade Federal do Pará – Belém, p. 42, p.43.

ANDRADE, P. Criação e Manejo de Quelônios no Amazonas, Manaus: Ibama, ProVárzea, 2008.

BALESTRA, R. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis Manejo Conservacionista e Monitoramento Populacional de quelônios Amazônicos, Brasília: Ibama, 2016.

OLIVEIRA, A; GARCEZ, J; ANDRADE, P. Guia Técnico NUPA Norte Aquicultura, boas práticas na criação de quelônios amazônicos, Amazonas: Instituto Federal Amazonas, 2021.

BALESTRA, R. Plano Nacional para Conservação dos Quelônios Amazônicos, Brasília: IBAMA, 2019.

BRASIL, Lei nº 7.747 de janeiro de 1995, Autoriza o poder executivo a criar o Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SEUS IMPACTOS NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

GT03 – Gestão de Recursos Naturais

*Magda Franciane Nascimento Alexandre*¹

*Leandro Eustáquio Gomes*²

*Rafael Bastos Ferreira*³

*Marina Augusta Tauil Bernardo*⁴

1. INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas têm se caracterizado como uma problemática de nível global. É cada vez mais evidente e perceptível seus impactos negativos, especialmente, nas distintas áreas da produção agropecuária sejam na pequena, média e grande escala, ou nos modelos produtivos convencional (agronegócio) e alternativos de base ecológica (produção orgânica/agroecológica/tradicional). De acordo com Sabourin, Imbroisi e Le Coq (2017, p. 2) há uma necessidade urgente de compreender as mudanças climáticas, pois elas “constituem uma questão que afeta toda a sociedade”, principalmente em relação aos países latino-americanos devido a importância dos biomas sensíveis e da produção agrícola que se encontram confrontados com os efeitos crescentes da mudança do clima.

Pensar este cenário para a América Latina é bem complexo, pois ao generalizar esta problemática, corre-se o risco de gerar um grande equívoco em detrimento das realidades e necessidades diversas: há, nesse sentido, distintas transformações e transtornos causados pelos impactos das mudanças climáticas em cada país, região ou estado. À exemplo, o caso do Brasil que detém uma grande diversidade territorial, ambiental e cultural, porém, carece de políticas públicas específicas acerca da temática, especialmente, no que tange às consequências e riscos gerados na produção agrícola. Bem como, de estratégias para superar este grave cenário climático.

Por outro lado, a desigualdade econômica entre regiões e estados é uma preocupação no sentido avaliar e pensar novas formas de planejamento que tragam mudanças efetivas. Nesse sentido, a análise não pode limitar-se ao nível regional, ao contrário, é necessário políticas que levem em consideração os produtores em suas diferentes escalas de produção e níveis econômicos, com destaque aos grupos socioeconômicos mais vulneráveis.

A partir desse contexto indagamos: de que modo as mudanças climáticas impactam nos agrossistemas da Região Norte do Brasil? Quais são seus principais efeitos? Sem pretensões de esgotarmos o debate, pretende-se refletir a partir de bases empíricas, tal como, compartilhar a repercussão desses fenômenos no Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro-SAT-RN desenvolvido por indígenas no contexto amazônico.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAE/UFGA, magda.agronoma1@gmail.com

² Pós-doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, PPGAS/UFAM, leandroegomes@gmail.com

³ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAE/UFGA, rafaelbastos.rbf@gmail.com

⁴ Doutoranda em Direitos Humanos e Democracia na UFPR, marina.atb@gmail.com

2. METODOLOGIA

A pesquisa fez uso do método qualitativo, a partir de investigação bibliográfica e análise documental, com base em autores que discutem as mudanças do clima na Região Norte. O estudo empírico se valerá das experiências compartilhadas no Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro-SAT-RN, isto é, sistemas desenvolvidos por indígenas frente aos impactos causados pelas mudanças climáticas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No tocante as mudanças climáticas na Região Norte, a Fiocruz Minas em parceria com o Ministério do Meio Ambiente realizou uma pesquisa no ano de 2022 do qual se identificou 62 municípios em estado de vulnerabilidade às mudanças do clima localizados na região Amazônica. Foi considerado no estudo em questão, informações acerca da preservação ambiental, população, saúde, condições socioeconômicas e a ocorrência de fenômenos extremos (tempestades e doenças relacionadas ao clima). Estes dados serviram para o cálculo do Índice Municipal de Vulnerabilidade - IMV (FIOCRUZ Minas, 2022).

As projeções indicam a possibilidade de aumento da temperatura variando entre 4 e 5°C graus e redução de até 25% no volume de chuvas para os próximos 25 anos. A Região Nordeste do Estado do Amazonas será a mais afetada. Dentre aos impactos futuros do clima aponta-se: “uma possível diminuição da biodiversidade, em virtude das alterações no ciclo reprodutivo de plantas e animais”, bem como, o processo de savanização da floresta amazônica, causa direta do aumento da temperatura, além de provocar transformações na floresta amazônica em fenômenos recorrentes, como por exemplo, no período das cheias dos rios” do qual pode-se gerar inundações frequentes (FIOCRUZ Minas, 2022, n.p).

As mudanças acima demarcadas estão interligadas com o atual padrão produtivo agropecuário do Brasil baseado nos monocultivos e intenso uso de agrotóxicos. Na Figura 1 é possível observar os principais perfis em relação ao tipo de agricultura mais usada na Região Norte: “florestas”, “extrativismo”, “policultura”, “criação melhorada e extensiva e “cultura de grãos”. Os dois últimos se caracterizam como uma realidade que vem se expandindo de forma descontrolada. Segundo o IBGE (2017)⁵, o rebanho bovino na Região Norte ultrapassa 2,7 milhões de cabeças, enquanto a produção de grãos, com destaque para a soja, soma 2.8 milhões de toneladas em 2018 (CONAB, 2021)⁶. Ambos apresentaram um aumento nos últimos seis anos, porém, sofreram uma queda na produtividade devido as mudanças do clima. Tais atividades geram impactos no meio ambiente, tal como, o efeito estufa, desmatamento, destruição da floresta, etc.

Os fenômenos supracitados podem impactar na irrigação, a perda do potencial de pesca e a redução da produção agrícola, afetando, sobretudo, a segurança alimentar das populações que vivem nessa região. Porém, de acordo com a Fiocruz Minas (2022, n.p), há municípios com maior adaptabilidade às mudanças clima, em detrimento à existência de infraestrutura de saúde (leitos hospitalares), plano de contingência de desastres e presença da Defesa civil, questões enfatizadas pelo plano nacional de adaptação à mudança do clima criado em 2016.

Como exemplificativo dos impactos causados pelas mudanças climáticas, o IPHAN (2021) produziu documento detalhando em relação ao que ocorre no Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro-SAT-RN⁷.

⁵ Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/31722-ppm-2020-rebanho-bovino-cresce-1-5-e-chega-a-218-2-milhoes-de-cabecas.html#:~:text=Em%202020%2C%20o%20rebanho%20bovino,%2C%20somando%2052%2C4%20milh%C3%B5es.> Acesso em: 21 de Mai de 2022.

⁶ Disponível em: [https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/4248-tocantins-producao-de-graos-na-safra-2020-21-chega-a-5-5-milhoes-de-toneladas.](https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/4248-tocantins-producao-de-graos-na-safra-2020-21-chega-a-5-5-milhoes-de-toneladas) Acesso em: 21 de Mai de 2022.

⁷ O SAT-RN foi reconhecido como Patrimônio Cultural Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 2010. (IPHAN, 2019).

Importante apontar que a agricultura tradicional dos povos do Rio Negro corresponde ao manejo de cerca de cem espécies de mandioca e trezentas espécies de outros tipos de plantas, configurando-se em um conhecimento e papel importante na constituição e na conservação de um amplo patrimônio biológico e cultural (VELTHEM; EMPERAIRE, 2016). O território de ocorrência do SAT-RN abrange três municípios (Santa Isabel, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira), no estado do Amazonas, correspondendo às práticas culturais de 23 etnias indígenas e 19 línguas, compreendendo o universo cotidianos de aproximadamente 80 mil pessoas (IPHAN, 2019).

Figura 1 – Mapa da aptidão agropecuária de acordo com as regiões do Brasil.



Fonte: GEOGRAFIA TOTAL (2017).

Como descrito no documento expedido pelo IPHAN (2021):

As mudanças climáticas têm provocado alterações e adaptações para dar continuidade aos conhecimentos e práticas tradicionais, inclusive sobre a época de fazer roça. Não se sabe quando vai dar verão, de forma que altera nosso calendário agrícola e nosso ciclo vital da roça. Mandioca isopor, perda de sementes, alagamento, pragas, ataque de porcos. O clima mudou e tem atrapalhado o calendário de produção agrícola – o conhecimento dos velhos já não funciona mais para orientar o plantio e colheita das roças. Grandes secas têm impacto dos peixes também. Necessário buscar alternativas para adaptação e mitigação de impactos - incluir novas tecnologias para conservar alimentos. (Detentores participantes da consulta, em reunião presencial FOIRN, 2021) (IPHAN, 2021, p. 21).

Nesse sentido, o documento produzido pelo IPHAN (2021) traz evidências de como as alterações climáticas estão afetando e colocando em risco a segurança alimentar dos povos indígenas que compõem o SAT-RN e ameaçando as práticas culturais que os constituem. O que torna necessário coibir ações que contribuam para as mudanças climáticas, assim como, incentivar políticas públicas de Transição agroecológica na Região Norte para que as ações com tecnologias de base sustentável sejam mais visibilizadas, pesquisadas e compartilhadas. Deve-se tomar como fundamental a participação da sociedade civil na elaboração, implementação e avaliação das políticas para que as transformações sejam efetivas e, portanto, viabilizar caminhos reais de adaptação às mudanças do clima.

4. CONCLUSÃO

A partir dos cenários supracitados, do qual se envolvem diversos fatores ambientais, econômicos e sociais e, sobretudo, questões e transformações complexas ainda não mensuradas ou mesmo desconhecidas devido às mudanças do clima, compõem a esses desafios a construção de políticas públicas mitigadoras e compensatórias a partir da realidade local ou regional potencializando a capacidade de adaptabilidade de acordo com suas diversidades e necessidades locais.

5. PALAVRAS-CHAVE

Crise ambiental; Políticas Públicas; Amazônia.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIOCRUZ Minas. Pesquisa indica mudanças climáticas na Região Amazônica. 2022. Disponível em: <http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/pesquisa-indica-mudancas-climaticas-na-regiao-amazonica/>. Acesso em: 21 de Mai de 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN **Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)**. *Relatório de Consulta Reavaliação SAT/RN*. IPHAN. 2021.

_____. **Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro**. Coordenação Diego Simas e Yêda Barbosa. III Série. Dossiê IPHAN 19. Brasília- DF. 2019.

MENDE, Luciano. **Brasil – Mapas Geográficos do Brasil**. Geografia Total. 2017. Disponível em: <http://www-geografia.blogspot.com/2017/07/Brasil-Mapas.html>. Acessado em 04 de out. de 2023.

SABOURIN, Eric; IMBROISI, Ticiania; LE COQ, Jean-François. 2017. **Políticas Públicas de enfrentamento às mudanças climáticas na América Latina e agricultura familiar**. In: Atas da XXVII Reunião da REAF. REAF. Florianópolis: REAF, 10 p. Reunião da REAF. 27, Florianópolis, Brésil, 4 December 2017/8 December 2017. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/586176/>. Acesso em: 12 maio. 2020.

VELTHEM, Lúcia; EMPERAIRE. Laure. **Manivas, aturás e beijus: o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro**. Organizadoras Lúcia Hussak van Velthem, Laure Emperaire. Santa Isabel do Rio Negro. ACIMRN. 2016.

O Plano de Manejo e o seu uso como ferramenta de gestão da Floresta Nacional do Tapajós

GT03 - Gestão de Recursos Naturais

Ian Paulo Monteiro Santos¹

Milena Leal Costa²

Sarah Brasil de Araujo de Miranda³

Silvio José de Lima Figueiredo⁴

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia possui uma riqueza florestal ímpar e por isso tem sido alvo constante de uma exploração intensa de seus recursos. Nos últimos anos, foram observadas altas taxas de desmatamento em diversos estados do Brasil. O Pará é líder em desmatamento na Amazônia por atividade madeireira ilegal (RIBEIRO; FONSECA; PEREIRA, 2020). Apesar disso, a criação de áreas protegidas tem sido a principal resposta para alguns desafios, pois se constitui como uma estratégia de controle do território que estabelece dinâmicas e limites de uso e ocupação do solo específicos (MEDEIROS, 2006). Contudo, é importante avaliar a gestão dessas áreas para que haja o alcance dos objetivos traçados no ato da criação dessas áreas (BARROS; LEUZINGER, 2018).

Dessa forma, o Plano de Manejo de áreas protegidas foi estabelecido como uma ferramenta de gestão de caráter geral através da Lei do SNUC N.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Nela, foi atribuído ao Plano de Manejo o encargo de funcionar como o principal instrumento de gestão de Unidades de Conservação (UC) e é por meio dele que o órgão ambiental gestor estabelece o zoneamento, as normas de uso da área e o manejo dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000; BARROS; LEUZINGER, 2018). A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) estabelece que a participação popular é um dos princípios que garante o fortalecimento da democracia no Brasil. É através da participação popular que os cidadãos lutam por seus direitos e podem estabelecer parcerias com o Estado e sociedade civil para melhorar a sua vida e da sociedade (BUTLER, 2018).

Nesse contexto, surge o Planejamento Participativo, que faz parte das metodologias participativas que supõem práticas que envolvem diversos campos simultaneamente, como decisão e elaboração. Se trata de uma relação que objetiva propor a multilateralidade simultânea das relações para que o resultado seja um rico processo de intercâmbio (POGGIESE, 2011). Nesse sentido, a participação das comunidades no processo de elaboração do plano se torna essencial. As comunidades tradicionais, por exemplo, podem agir para que o seu modo de vida não seja prejudicado por uma exploração predatória (OLIVEIRA, 2016). O presente trabalho procurou analisar o Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós a partir de uma abordagem teórico-metodológica, identificando as etapas, os processos, e a estruturação do mesmo.

¹ Doutorando, Universidade Federal do Pará, ianpaulomonteiro@gmail.com.

² Doutoranda, Universidade Federal do Pará, milenaleal@hotmail.com.br.

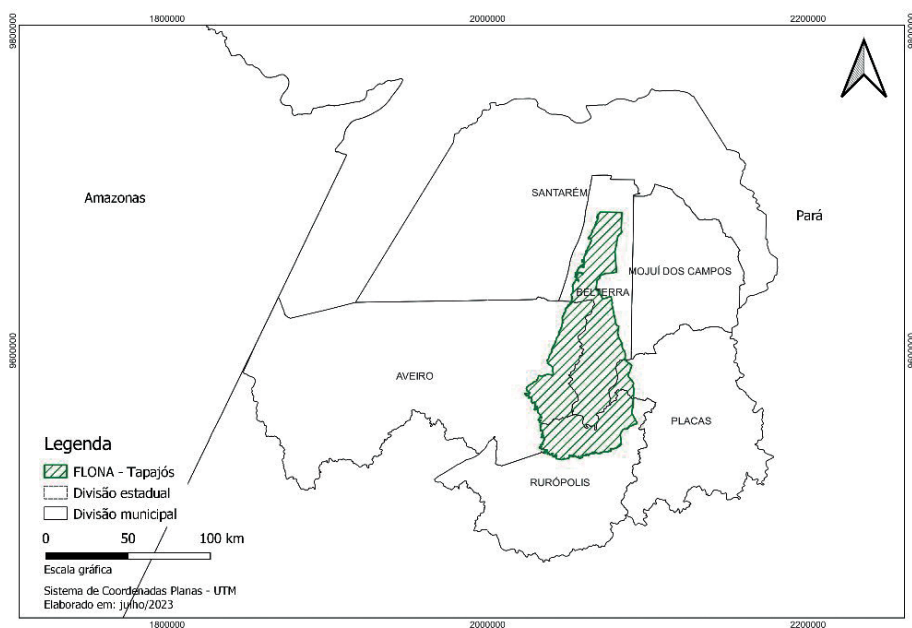
³ Doutoranda, Universidade Federal do Pará, sarahbrasildam@gmail.com.

⁴ Doutor em Ciências da Comunicação, Professor Titular, Universidade Federal do Pará, slima@ufpa.br.

2. METODOLOGIA

No trabalho, utilizou-se a pesquisa do tipo descritiva, que esteve focada no documento do Plano de Manejo da Flona Tapajós. Além disso, para fins de discussão, praticou-se, também, a pesquisa bibliográfica como meio de investigação a partir de fontes secundárias de publicações impressas e disponíveis na internet. A área de estudo se constituiu na Flona do Tapajós. Essa categoria de UC admite a presença de moradores em seu interior, além de permitir a exploração dos recursos naturais de modo que possa garantir a perenidade desses recursos e da biodiversidade nessas áreas (IBAMA, 2004).

Figura 1 – Localização da Flona do Tapajós.



Fonte: Autores, 2023.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O documento do plano está estruturado de acordo com a amplitude dos assuntos, perpassando pelos assuntos mais gerais e, a partir disso, contemplando informações mais específicas. A ação de planejar muitas vezes perpassa por uma emblemática questão, a democracia. Matus (1989) apresenta uma ampla reflexão de como o processo de planejamento pode ser democrático ou até mesmo se o próprio planejamento é democrático ou não. A equipe formuladora do Plano de Manejo da Flona Tapajós se apresentou diversa no âmbito de atuação. Porém, houve certa falta de detalhamento quanto às áreas específicas de atuação, a descrição dos profissionais responsáveis pelos diagnósticos, por exemplo, se bastou apenas no conceito de analista ou consultor. O texto do Plano apresenta uma preocupação explícita com o processo democrático da gestão da unidade. A concepção metodológica se concentrou, também, em promover apropriação pela maior parte dos segmentos sociais relevantes para a conservação da unidade.

Na etapa de diagnóstico da área, foi aplicado o Diagnóstico Rural Participativo – DRP, sendo definido como uma gama crescente de enfoques, métodos e atitudes para capacitar pessoas no compartilhamento, aperfeiçoamento e análise sobre suas condições de vida, planejamento, atuação, monitoramento e avaliação. Para a etapa de planejamento, os objetivos e atividades foram editados de acordo com os significados apresentados pelos atores envolvidos na gestão da unidade. Todas as etapas foram baseadas em literaturas discutidas no corpo do texto. O enfoque participativo desse sistema contribui para a formulação de possíveis respostas às necessidades locais. O DRP assiste o desenvolvimento sustentável quando promove a sustentabilidade dos modos de vida (COLLANTES, 2021).

A área da Flona apresenta pontos fortes e pontos fracos em diversos âmbitos. Para identifica-las, a equipe redigiu oficinas coletivas e, a partir do diagnóstico feito, foram encontrados potencialidades e pontos a serem compensados. As potencialidades da Flona se encontraram nas oportunidades de melhor articulação entre agentes públicos e sociedade civil, na divulgação das competências relativas ao âmbito de atuação da gerência e na integração dos moradores e lideranças que habitam a Flona. Os pontos a compensar foram mais volumosos e envolveram a falta de pessoal, falta de consciência das responsabilidades e competências de cada servidor, compensação da falta de técnicos com ações mais coordenadas com outras entidades que atuam na Flona, necessidade de gerência mais metódica, plano opcional, dentre outros.

Desde 1997, as comunidades ribeirinhas de Marituba, Bragança e Taquara decidiram assumir a identidade indígena e passaram a reivindicar a demarcação de uma área dentro da Flona, processo este apoiado pela Comissão Pastoral da Terra – CPT e o Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns. Em 2003, a FUNAI reconheceu essas comunidades como indígenas, porém sem a presença do IBAMA e, até a publicação da versão final do Plano, o órgão não tinha se manifestado em relação à essa questão. De forma geral, a questão fundiária, dentro do Plano, envolvia, principalmente, as comunidades ribeirinhas

O uso dos produtos madeireiros ganhou lugar de destaque no Plano. Essa problemática envolveu o uso de recursos florestais da área e, junto com os conflitos fundiários, se constitui como um dos principais conflitos da Flona. Do ponto de vista legal, a mineração, a sobreposição de áreas e ocupações irregulares e a caça e pesca clandestina foram as atividades ditas restringíveis, ilegais ou conflitantes encontradas na Flona. A Flona foi inicialmente criada sobre uma área pertencente ao INCRA, cerca de 80% da unidade pertence ao instituto, levando à formação de parceria com o IBAMA para a gestão da área. A sobreposição de terras indígenas foi uma questão problemática desde 1997 resultando em parcerias com a FUNAI. É importante ressaltar que o movimento indígena se iniciou na Flona Tapajós em 1998, com o objetivo de buscar reconhecimento de suas identidades e territórios. O destaque nessa luta se dá para a comunidade Munduruku, perpassando por outras ao longo do rio Tapajós (PEIXOTO; ARENZ; FIGUEIREDO, 2012).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, o Plano de Manejo da Flona do Tapajós engloba uma ampla gama de âmbitos em seu conteúdo. A sobreposição de áreas é um problema importante da Flona. Nesses casos, os objetivos foram convergidos em decisões mútuas entre os órgãos competentes. Um ponto a ser melhorado se refere a clareza quanto a atuação específica de cada profissional que compõe a equipe. Um ponto forte do documento, também sublinhado pelos autores deste texto, é o compromisso com o planejamento estratégico e não fixo. O plano está em constante mudança e revisão, a partir do surgimento de necessidades variadas. Essa constante edição é esperada, uma vez que a primeira versão do plano foi publicada há aproximadamente 18 anos. Apesar disso, o planejamento e a gestão da Flona Tapajós uma problemática importante atualmente: o desafio de criar uma firme conexão entre a produção científica e a absorção, o conhecimento e a utilização desse saber pelas comunidades.

5. PALAVRAS-CHAVE

Unidade de Conservação. Planejamento. Áreas Protegidas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

BARROS, L. S.; LEUZINGER, M. D. Planos de Manejo: panorama, desafios e perspectivas. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação – Direitos/UFRGS**. Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 281-303, 2018. doi: <https://doi.org/10.22456/2317-8558.81895>

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidade de Conservação**. Lei nº 9.985, de 18 de JULHO DE 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 julho, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 25 jul. 2023.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COLLANTES G., R. D. Diagnóstico rural participativo en las comunidades Emberá de Marragantí y Villa Caleta, Panamá. **Revista Semilla Del Este**, v. 1, n. 2, abr./set., p. 25-31, 2021. Disponível em: https://revistas.up.ac.pa/index.php/semilla_este/article/view/2120. Acesso em: 25 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Floresta Nacional do Tapajós – Plano de Manejo**. Brasília/DF, 2004, 581p. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/1666_20140912_170703.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

MATUS, C. **O Planejamento é democrático?** Adeus Senhor Presidente. Recife: Editora Litters, 1989.

MEDEIROS, R. Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 41-64, jan/jul 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

OLIVEIRA, A. S. de. Os dilemas socioambientais no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: uma análise pela perspectiva crítica da Educação Ambiental. 2016. 167 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

PEIXOTO, R. C.; ARENZ, K.; FIGUEIREDO, K. O movimento indígena no Baixo Tapjós: etnogênese, território, Estado e conflito. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 2, p. 279-313, dez., 2012. doi: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v15i2.719>

POGGIESE, H. **Planificación y gestión asociada (PPGA) metodologias**. 1 ed. Buenos Ayres: Espacio Editorial, 2011, 124p.

RIBEIRO, A. C. F.; FONSECA, L. C. da; PEREIRA, C. M. P. O plano de manejo florestal como instrumento de desenvolvimento sustentável na Amazônia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito**, v. 11, n. 1, jan./jun., 2020. doi: <https://doi.org/10.26843/direitoedesenvolvimento.v11i1.875>

GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS NO VIVEIRO DE MUDAS DA ESCOLA BOSQUE: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO E SUSTENTABILIDADE NA ILHA DE CARATATEUA

G3 – Gestão de Recursos Naturais

Maurenn Cristianne Araújo Nascimento¹

Mauro José Rodrigues Torres²

Wanderson Luís da Silva e Silva³

Janete Teixeira Gomes⁴

1. INTRODUÇÃO

A Fundação Escola Bosque, localizada na ilha de Caratateua, nasceu com a missão de desenvolver uma inter-relação entre o ambiente natural, social e cultura em favor da melhoria da qualidade ambiental. Nossa escola mantém um viveiro, instalado nas estruturas físicas do Casarão da Cultura / FUNBOSQUE onde encontra-se o AMA (Agentes e Monitores Ambientais) um espaço onde são desenvolvidas diversas atividades ambientais e pedagógicas, tais como “ Viveiro Educador.

Entende-se que um viveiro de mudas pode ser importante para dar sentido ao que se aprende, estimulando a aplicação do aprendizado na solução de problemas reais e valorizando sempre o protagonismo dos estudantes (BACICH; MORAN, 2018). Deste modo, apoiando-se na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), utilizou-se o viveiro de mudas já existente na Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira (Escola Bosque) como Viveiro Educador, espaço onde se utiliza os resíduos vegetais e sementes da floresta na qual a escola está inserida para “desenvolver ações de intervenção para melhorar a qualidade de vida individual, coletiva e socioambiental” (BRASIL, 2018, p. 323).

Instrumentos populares de transformação, os Viveiros Educadores, como o da Escola Bosque/AMA contribuem, ainda, para a (re) construção da “cultura do plantar”, tanto nos espaços continentais de Belém como na dimensão insular do município. Podem, ainda, favorecer o fortalecimento de relações e laços afetivos entre as pessoas, levando-as a reflexões e ações que busquem um mundo mais justo e equilibrado (GUIMARÃES; MORAIS, 2017). Nessa perspectiva, atendemos alunos do ensino fundamental e médio, utilizando sequências didáticas elaboradas com base nas habilidades da BNCC que de alguma forma estavam ligadas às atividades desenvolvidas no Viveiro Educador.

Nesse contexto, a equipe multidisciplinar de profissionais dos Agentes e Monitores Ambientais (AMA / FUNBOSQUE), buscando intervir na gestão de recursos naturais, para o desenvolvimento sustentável na ilha de Caratateua e preocupados com um ensino cidadão passou a questionar-se sobre como e quais atividades pedagógicas referentes à gestão de recursos naturais poderiam ser desenvolvidas no viveiro de mudas da Escola Bosque. Assim surgiram as seguintes inquietações: (1) Quais atividades pedagógicas

¹ Mestre em Docência em Ensino de Ciências e Matemática, Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, maurennascimento@gmail.com.

² Mestre em no Ensino de Ciências Ambientais, Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, maurotorres349@gmail.com.

³ Dr. Biodiversidade e Conservação, Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, wl.silvasilva@gmail.com.

⁴ Tecnologista em Gestão Ambiental, Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, jhaejanet@gmail.com.

poderiam incentivar o protagonismo dos alunos participantes com vista à formação cidadã?; (2) Que ações a partir do trabalho no viveiro podem incentivar a arborização e a sustentabilidade na ilha de Caratateua?

2. METODOLOGIA

O Viveiro Educador localiza-se nas dependências da Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque “Professor Eidorfe Moreira” (Sede), localizada na ilha de Caratateua, distrito de Outeiro, região insular de Belém, nas estruturas físicas do Casarão da Cultura / FUNBOSQUE onde encontra-se o AMA (Agentes e Monitores Ambientais), espaço pedagógico onde se reconhece como agentes, todos os funcionários que trabalham na escola, efetivos, temporários e terceirizados; e como monitores, os alunos da escola que se inscrevem como voluntários para trabalhar um dia por semana no contra turno dos seus estudos. A produção de mudas e manejo do viveiro é realizado por agentes com o apoio de alunos monitores. Os professores agentes e os monitores do AMA atendem alunos da Escola Bosque, escolas visitantes, universidades, pesquisadores e membros da comunidade.

A fim de responder as problemáticas, levantadas durante o trabalho no viveiro educador, nosso objetivo foi desenvolver atividades pedagógicas e de gestão de recursos naturais no referido espaço pedagógico, com alunos e comunitários a fim de contribuir para o ensino e sustentabilidade na ilha de Caratateua.

Como abordagem metodológica, escolhemos o Ensino de Ciências por investigação (CARVALHO, 2013) e elaboramos e utilizamos Sequências de Ensino Investigativas (SEI) como instrumento didático e metodológico para alcançar nossos objetivos, visto que esta ferramenta é uma proposição para o ensino de ciências, que parte do pressuposto de que com o aumento exponencial do conhecimento produzido nos últimos anos, atualmente não é mais possível ensinar tudo a todos, por isso na presente época privilegia-se mais a qualidade dos conhecimentos, do que a quantidade deles. Deste modo, os autores, valendo-se dos estudos de Piaget e Vigotsky, propõe um modelo de sequência didática que possui etapas e raciocínios imprescindíveis em uma experimentação científica, mas sempre articulando com um tópico do programa escolar e incluindo ações como o plantio e doação de mudas às comunidades extraescolares do entorno da escola e instituições públicas que interagem com o espaço do viveiro.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O viveiro educador da Escola Bosque no ano de 2023, atendeu 1113 pessoas entre alunos da escola, alunos de outras escolas, universitários e pesquisadores. Tendo produzido, até o presente (2022-2023) 8.361 mudas de espécies diversas, como Açaí BRS e Açaí Branco (*Euterpe oleracea*), Ipê Rosa (*Tabebuia rosea*), Ipê Amarelo (*Handroanthus serratifolius*), Tatapiririca (*Tapirira guianensis*), por meio da ação direta de alunos, monitores e agentes ambientais. Em atividades de compostagem, preparo de substrato através do aproveitamento das folhagens das trilhas da escola e cuidado das mudas no viveiro, proporcionando assim a gestão desses recursos naturais de forma sustentável para a promoção de uma educação que aborde assuntos relevantes para a educação ambiental, como: “ética, solidariedade, responsabilidade socioambiental, segurança alimentar, inclusão social, recuperação de áreas degradadas, entre outras possibilidades” (LEMOS; MARANHÃO, 2008, p. 10).

Ao mesmo tempo, essas atividades ambientais permitiram o trabalho pedagógico e o ensino de diversas habilidades do currículo escolar, numa perspectiva interdisciplinar e de formação para a cidadania. Permitindo atingir objetivos pedagógicos e filosóficos, pois, possibilitaram a construção do conhecimento conectado ao comprometimento, proatividade e ações sustentáveis, formando assim multiplicadores engajados (LACERDA *et al*, 2018).

Ainda na perspectiva da interdisciplinaridade, nosso trabalho pedagógico, da forma como aqui exposto, ultrapassou os muros da escola e se estendeu à comunidade extraescolar. Pois, as mudas produzidas no viveiro são levadas pelos comunitários para a arborização em seus quintais e propriedades. Além disso,

diversos plantios realizados pelos agentes e alunos das turmas atendidas em diversos espaços públicos da ilha de Caratateua, contribuindo para o fortalecimento de relações e laços afetivos entre as pessoas, levando-as a reflexões e ações que busquem um mundo mais justo e equilibrado (GUIMARÃES; MORAIS, 2017). Dessa forma, até o presente momento (2022-2023) nosso viveiro de mudas doou 4.626, como Açai BRS e Açai Branco (*Euterpe oleracea*), Tatapiririca (*Tapirira guianensis*), Cacau (*Theobroma cacao*), Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) e outras.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos com o trabalho pedagógico no viveiro educador da Escola Bosque revelam que este é um ambiente educador privilegiado, capaz de estimular a aprendizagem-serviço, sendo um espaço extremamente necessário e relevante no momento atual, especialmente com a intensificação dos fenômenos climáticos extremos em diversas partes do mundo. Valorizar, manter e multiplicar viveiros como o da FUNBOSQUE é imprescindível para uma metrópole amazônica que precisa enfrentar as consequências advindas da falta de arborização, gerindo de maneira integrada os recursos naturais presentes na instituição (ANEXO 01).

5. PALAVRAS-CHAVE

Gestão de recursos naturais; sustentabilidade; viveiro educador.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. **Porto Alegre: Penso**, 2018.

BRASIL, MEC. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. 2018.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de et al. Ensino de ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula. **São Paulo: cengage learning**, v. 164, 2013.

GUIMARÃES, Brenda Oliveira; DE MORAIS, Isa Lucia. Transformação do Viveiro Municipal de Piracanjuba, GO, em Viveiro Educador. **Anais SNCMA**, v. 8, n. 1, 2017.

LACERDA, Francinete Francis; LOPES, Geraldo Majella Bezerra; de ALBUQUERQUE, Mariana Maciel. Viveiros educadores na Caatinga—mitigação aos efeitos da mudança do clima no semiárido brasileiro. **Agrometeoros**, v. 26, n. 2, 2020.

LEMOS, Gustavo Nogueira; MARANHÃO, Renata Rozendo. Viveiros educadores: plantando vida. **Brasília: Ministério do Meio Ambiente**, 2008.

ANEXO 01

Figura 01. Imagens gerais das atividades do Viveiro Educador. Coleta de Sementes (A, B, C e D); Beneficiamento de Sementes (E); Semeadura (F). Imagens: Os Autores.



ACORDO DE PESCA: O CASO DO ESTUÁRIO DO RIO CAETÉ EM BRAGANÇA-PARÁ, AMAZÔNIA

GT03 – Gestão de Recursos Naturais

Mayra Patrícia Corrêa Tavares¹

Roberta Sá Leitão Barboza²

Marcelo do Vale Oliveira³

1. INTRODUÇÃO

O acordo de pesca surgiu na década de 1970 (D’Almeida 2006). Segundo Silva et al. (2021) no âmbito da Amazônia ele se deu pela demanda dos usuários dos recursos pesqueiros, isto é, pelos pescadores e pelas comunidades ribeirinhas que atuam na proteção dos recursos naturais. Visto que um dos objetivos do acordo de pesca é coibir a pesca predatória e, conseqüentemente regulamentar os estoques pesqueiros. Diante disso, historicamente o estado brasileiro vai sendo demandado por diferentes atores para organizar, regulamentar e controlar o uso dos recursos frente a conflitos causados pelo uso e acesso aos locais de pesca levando em consideração o movimento de reivindicação pelo espaço dos pescadores. Um dos instrumentos de gestão desses territórios locais presentes no arcabouço jurídico ambiental nacional (SNUC, 2000), que englobam as Unidades de Conservação (UC) e as Reservas Extrativistas (RESEX), são os acordos de pesca. Os acordos de pesca são um passo na direção de alcançar um consenso entre os interesses individuais e coletivos (OVIEDO et al. 2015), visando um bem comum e uma gestão responsável dos recursos naturais, de modo, que todos possam usufruir do espaço. À luz do texto de Diegues et al. (2001) as áreas de recurso comum devem ser defendidas, pois, assim acredita-se que os benefícios de base econômica local e biológica sejam mantidos. Nesse sentido, este trabalho trata da construção do acordo de pesca no estuário do rio Caeté, situado no município de Bragança, nordeste do Estado do Pará. O mesmo surgiu a partir de demandas dos pescadores das comunidades adjacentes ao rio, um total de 20 comunidades divididas em polos pela Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca -SEMAP (Polo I Vila do Almoço, Polo II Comunidade Nova Mocajuba, Polo III Vila de Arimbú e Polo IV Comunidade do Chaú). A Região de Integração do Caeté, composta por 15 municípios, a saber: Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu. Na região do Caeté destaca-se o município de Bragança como sendo o primeiro do Caeté a realizar acordo de pesca, tendo como local de desenvolvimento o rio Caeté. Nesta região ainda não há um recurso pesqueiro específico como motivação do acordo, portanto, o principal motivo são conflitos entre pescadores locais, pescadores de fora e órgão de fiscalização, sendo as causas: apreensão de apetrechos de pesca e prática de pesca considerada irregular. É importante destacar que o território onde se concentram as comunidades do médio Caeté está ao entorno da Resex Marinha Caeté-Taperaçu. Assim, torna-se necessário observar os desdobramentos desses processos, por isso, vamos focar, como objeto, nos acordos de pesca e resistências das populações locais do estuário do rio Caeté na manutenção

¹ Mestranda em Estudos Antrópicos na Amazônia pela Universidade Federal do Pará

² Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Ecologia Aquática e Pesca da Universidade Federal do Pará (PPGEAP/UFPA).

³ Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA).

de seus territórios de pesca, Desse modo, a pesquisa atual tem como objetivo: compreender os principais desafios, conflitos e resistências das populações locais em defesa de seu território que impulsionaram suas demandas por instrumentos de controle e gestão dos territórios, aspirando como solução a construção do acordo de pesca no rio Caeté.

2.METODOLOGIA

A abordagem é da sociologia das populações pesqueiras, centrada numa perspectiva socioambiental; procedimento é qualitativo; e lançou-se mão dos seguintes métodos: observação participante (GIL, 2010), mapeamento participativo (CHAVES, 2011), árvore de problemas, matriz histórica (FARIA & NETO, 2006), entrevista semiestruturada e análise de dados. Os dados foram coletados entre janeiro 2020 e fevereiro de 2023. Os interlocutores são pescadores artesanais das comunidades, lideranças comunitárias e agentes dos órgãos de fiscalização a saber: Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca - SEMAP e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. A seleção dos agentes se deu pelo acompanhamento de todo o processo de construção do acordo de pesca do rio Caeté. Os pescadores e lideranças comunitárias se deu pela participação e envolvimento no processo de gestão do acordo de pesca e também por maior tempo de vivência na prática da pesca.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população que sobrevive do médio rio Caeté se sentia incomodada com práticas de pesca indevidas pelos usuários do espaço e esse incômodo ocasionou diversos conflitos tanto entre pescadores locais quanto entre os órgãos municipal de fiscalização, a exemplo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA. Nesse sentido, os conflitos dos grupos sociais locais com pescadores externos e órgãos estatais tem dificultado o controle e manutenção dos territórios. Esses atores externos introduziram práticas de pesca consideradas “indevidas” e degradantes dos recursos naturais, o que acarretou diversos conflitos tanto entre pescadores locais quanto entre órgão municipal de fiscalização; os grupos locais se mobilizaram e pressionaram à Secretária Municipal de Aquicultura e Pesca de Bragança – SEMAP por ações de proteção do território e das práticas locais, cuja resposta institucional foi a construção de um acordo de pesca. Para o geógrafo Haesbaert (2004), a lógica do conflito se assenta como duas vias, ele faz um paralelo entre *território funcional* e *território simbólico*, o primeiro no sentido de dominação, de reapropriação dos espaços dominados pelo aparato estatal-empresarial ou completamente transformado em mercadoria, pautado na lógica do capitalismo. E o segundo está associado ao sentido de apropriação que seria um processo muito mais simbólico, carregado de marcas do vivido, do valor de uso, pautado na prioridade e não na posse. Durante os encontros nas comunidades ouvindo as narrativas dos pescadores e comunitários é perceptível encontrar as duas concepções de Haesbaert, isto é, discursos pautados no território funcional e outros pautados na lógica do simbólico, com sentimento de pertencimento aquele espaço piscoso. As reuniões possibilitaram acordos ou regras que proíbem ou limitam o uso de certos apetrechos e práticas de pesca como: o uso da malhadeira com malha menor que 30; pesca de óculos ou zagaia (auxílio de lanternas); proíbe a pesca durante o período da piracema (novembro a fevereiro); e entre outras práticas de pesca consideradas predatórias. O sucesso dos acordos de pesca está na participação da comunidade, a final ninguém conhece melhor as dificuldades do que a própria comunidade, pois, quando se tem união se tem força para fazer acontecer (Oviedo 2003). De acordo com os autores Rodrigues & Carvalho (2021), para a criação, regulamentação e manutenção do acordo de pesca é necessário apoio dos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais. Além desses, é fundamental a ajuda de entidades de representação dos pescadores como associação, sindicato dos pescadores bem como de instituições religiosas, a exemplo a igreja católica que tem agido a frente dos movimentos sociais com o Conselho da Pastoral do Pescador (CPP). Em pelo menos duas comunidades do acordo de pesca do rio Caeté, as igrejas católica e evangélica abonaram apoio a construção do acordo, os líderes e coordenadores das igrejas são lideranças também no processo de construção do acordo de pesca do rio Caeté.

4. CONCLUSÃO

As regras sociais de manejo instituídas localmente nas comunidades do acordo de pesca do rio Caeté, pelos comunitários, apresentam efetividade na manutenção dos estoques pesqueiros e recursos naturais. Com as restrições impostas aos grupos externos, as espécies voltaram a ser vistas e as práticas e atividades dos grupos sociais locais estão sendo realizadas. Reconhecer legalmente regras institucionalizadas localmente pode ser um caminho de manutenção e conservação desses territórios e das populações e suas identidades que permitam relações entre diferentes pescadores no exercício da atividade da pesca. O acordo de pesca pode colaborar no monitoramento desses recursos no rio Caeté e no respeito às diferentes dimensões como ambientais, humanas, econômicas, históricas e sociais. Todavia, estudos mais aprofundados e acompanhamento/monitoramento da implementação dos acordos são necessárias para avaliação de sua efetivação.

5. PALAVRAS-CHAVE

Acordo de pesca. Rio Caeté. Conflitos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC-Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. MMA/SBF. 2000.
- CHAVES, C. R. Mapeamento participativo da pesca artesanal da Baía de Guanabara. 185f. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGG/UFRJ. 2011.
- D'ALMEIDA, B.G. Os acordos de pesca na Amazônia: Uma perspectiva diferenciada de gestão das águas. In: ENCONTRO PREPARATÓRIO DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO-RECIFE, 15. Recife, 2006. Anais...Recife: CONPEDI, 2006.
- DIEGUES, A. C; MOREIRA, A. de C. C. Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum. NUPAUB-USP. São Paulo, 2001.
- FARIA, A. A. C; NETO, P. S. F. Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo. Brasília: MMA/IEB, 2006.
- GIL, A. C. (2010). Como elaborar projetos de pesquisa/ Antonio Carlos Gil. – 5. ed. – São Paulo: Atlas. 2010.
- HAESBAERT, Rogério. DOS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS À MULTITERRITORIALIDADE. *Porto Alegre, setembro de 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>*
- LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de “Ambientalização” de conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, jan./jun. 2006.
- OVIEDO, A. ACORDOS DE PESCA A COMUNIDADE É QUEM FAZ. ProVárzea. Brasília, julho de 2003.
- OVIEDO, Antonio. F. P; Burstyz, Marcel; Drumond, José. A. Agora Sob Nova Administração: Acordos de Pesca nas Várzeas da Amazônia Brasileira. *Rev. Ambiente e Sociedade*. São Paulo V.XVIII, n.4.p.119-138. Out.-dez.2015.
- RODRIGUES, S. C. M; CARVALHO, C. A. Acordos de pesca como instituição social de governança de territórios pesqueiros: o caso de Limoeiro do Ajuru-PA/ Suzi Carolina Moraes Rodrigues, André Cutrim Carvalho. - - Belém, PA: Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia – GAPTA/UFPA, 2021.
- SILVA, C.; CAMARGO, S.; SILVEIRA, E.; ACORDOS DE PESCA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA. *Boletim do Museu Integrado de Roraima (Online)*, Brasil, v. 14, n. 01, p. 70-80, 2021. DOI: 10.24979/bolmirr.v14i01.996. Disponível em: <https://periódicos.verr.edu.br/index.php/bolmirr/article/view/996>. Acesso em: 8 mar. 2022.

INCORPORANDO O CONHECIMENTO LOCAL NO ESTUDO DA DIVERSIDADE FAUNÍSTICA EM RESERVAS DE USO SUSTENTÁVEL EM MOÇAMBIQUE E BRASIL

GT03-Gestão dos Recursos Naturais.

Remigio Rangel Nhamussua¹

Juarez C. B. Pezzuti²

Daniely Felix-Silva³

1. INTRODUÇÃO

A fauna silvestre desempenha um papel importante na manutenção de serviços ambientais em florestas tropicais, pois são importantes agentes de polinização, decomposição e dispersores de sementes. Nos países em via de desenvolvimento, principalmente a população rural usa a fauna proveniente da caça, para o seu sustento diário, contribuindo na sua dieta alimentar e nutricional (Valeri *et al.*, 2000). Os animais mais consumidos incluem os vertebrados, como os mamíferos, tanto terrestres e aquáticos, pássaros, répteis (tartarugas e lagartos) e anfíbios (Chardonnet *et al.*, 2002). Para uma gestão mais sustentável e eficiente da fauna silvestre, avaliações populacionais constituem um pré-requisito vital. A população é pequena? É grande? As populações apresentam tendências? Quais são estas? Para responder a essas perguntas, torna-se necessário fazer avaliações contínuas. Programas de monitoramento são estratégias de longo prazo, daí que adotar protocolos simples, acessíveis, replicáveis e de baixo custo é essencial para garantir que o programa possa ser mantido por anos ou décadas, permitindo a coleta de dados de longo prazo, o que é fundamental para identificar padrões e mudanças significativas principalmente em áreas onde há muita de interação das comunidades locais com a fauna silvestre. A adoção de protocolos simples pode ser facilmente explicada e ensinada aos membros das comunidades locais, possibilitando o envolvimento ativo das mesmas no processo de coleta de dados, o que não apenas empodera as pessoas, mas permite também uma colaboração mais eficaz entre cientistas e comunidades locais (Cooney *et al.* 2018; Esbacha, 2022). Com base no uso do conhecimento local foi feito um estudo nas unidades de conservação de uso sustentável de Moçambique e no Brasil com o objetivo de fazer estimativas de abundância e densidade de vertebrados de médio e de grande porte.

2. METODOLOGIA

Em Moçambique, o estudo foi desenvolvido em Chipanje Chetu-Niassa, uma área de conservação comunitária com uma superfície de 650000 ha que é adjacente à Reserva Especial do Niassa, onde estão localizados os postos administrativos de Matchedje e Macaloge, no distrito de Sanga, na zona Norte da província do Niassa. No Brasil, o estudo foi desenvolvido na Reserva Extrativista (Resex) Rio Iriri, a qual está localizada no Município de Altamira, estado do Pará e possui uma área aproximada de 398.938 ha. Os levantamentos de fauna de grande e médio porte foram realizados a pé, seguindo os procedimentos descritos por Ahlswede *et al.* (2019) que consiste basicamente percorrer uma transeção e registrar todos os rastros de

¹ MSc, UFPA-Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. remigiox70@yahoo.com.br

² Prof. Doutor, UFPA-Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Juarez.pezzuti@gamail.com

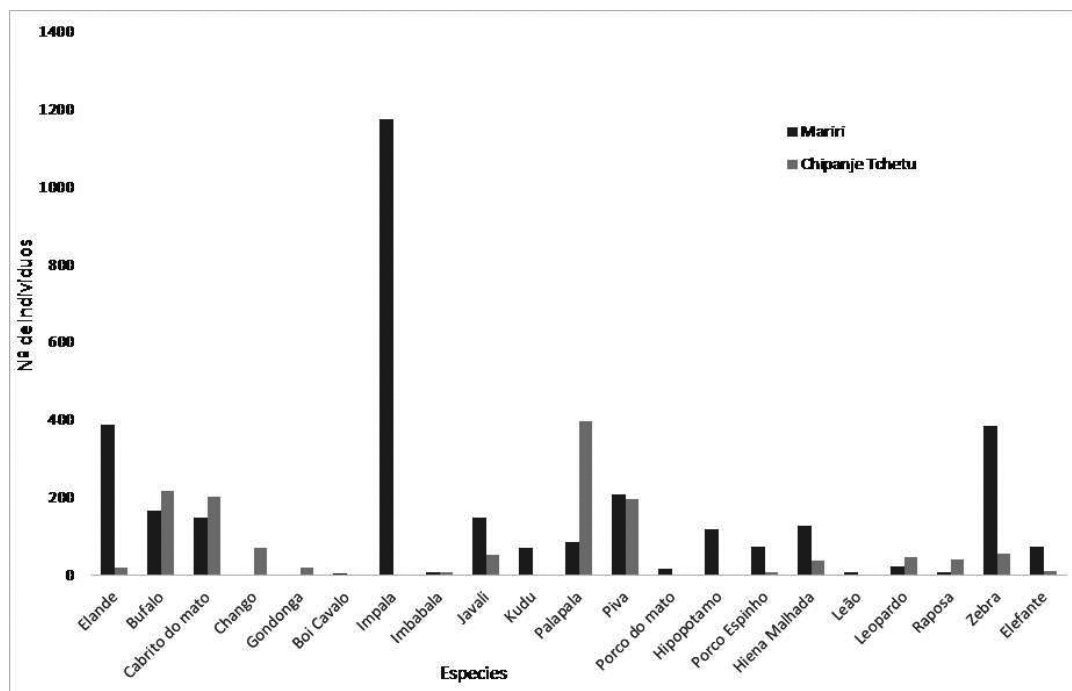
³ Dra, Daniely Felix-Silva- REDEFAUNA. danyfelix30@gmail.com

animais que a cruzam. Em Moçambique, o levantamento de rastros foi feito no período de maio a dezembro, ao longo de 26 transetos dentro da área de conservação e percorrendo todos os tipos de habitat. Os transetos tinham um comprimento de 10 km, totalizando 260 km. Os transetos foram percorridos por uma equipe de três membros, incluindo o fiscal, o qual garantia a segurança de equipe de pesquisa e, tendo em conta que tinha uma larga experiência com a área de estudo, também servia como guia local na identificação de rastros. Na Reserva Extrativa da Terra do Meio (TDM), o levantamento de rastros e outros sinais foi feito no mês de junho de 2023, totalizando 46 transetos de 1 a 5 km de. Toda a pesquisa contou com a participação dos moradores locais. O procedimento de seleção de rastros, identificação individual, interpretação e discussão em grupo seguiu o processo descrito por Liebenberg *et al.* (2021). As discussões incidiram sobre as evidências das características das pegadas e vestígios, do conjunto dos rastros, das evidências no entorno e do habitat onde os rastros e vestígios selecionados foram encontrados.

3. RESULTADOS PRELIMINARES

No presente resumo iremos apresentar os resultados preliminares do trabalho feito em Moçambique uma vez que, neste momento, a equipe de pesquisa ainda está analisando os dados coletados no Brasil e, até o dia do congresso esperamos apresentar os resultados preliminares. Nos 26 transetos de 10 km percorridos dos quais 20 em Chipanje Chetu e 6 em Mariri, totalizando 260 km de extensão, através da contagem de pegadas, foram registadas 19 espécies de mamíferos de médio e grande porte (figura 1) em Mariri e 18 espécies na região Chipanje Chetu entre carnívoros e herbívoros distribuídas em 5 ordens. Na região de Mariri se verificou a maior abundância de *Aepyceros melampus* (impala), seguido de *Taurotragus oryx* (elande) e *Equus burchelli* (zebras). Ainda considerando esta área, em relação aos carnívoros, verificou-se maior abundância de *Panthera pardus* (leopardo), seguido de *Panthera leo* (leão) e, por fim, *Canis adustus* (raposa). Na região de Chipanje Chetu para herbívoros, a *Hippotragus niger* (Palapala) foi a espécie mais abundante, seguido de *Syncerus caffer* (búfalo) e *Sylvicapra grimmia* (cabrito cinzento). Para os carnívoros, *Panthera pardus* (leopardo) foi o carnívoro mais abundante seguido pela *Crocuta crocuta* (hiena malhada) e a *Canis adustus* (raposa).

Figura 1. Composição e abundância de espécies de vertebrados de grande e médio porte nos transetos de 10km obtidos através de levantamentos com base em contagem de pegadas em Moçambique.



A densidade e o intervalo de confiança de 95% foram estimados para cada espécie. Em Mariri verificou a maior densidade de *Aepyceros melampus* (impala), seguido de *Equus burchelli* (zebras) e *Sylvicapra grimmia* (cabrito cinzento). Em relação aos carnívoros, verificou-se maior densidade de *Panthera pardus* (leopardo), *Crocuta crocuta* (hiena malhada). No Chipanje Chetu se verificou maior densidade *Sylvicapra grimmia* (cabrito cinzento) e de *Hippotragus niger* (palapala). Dados do último censo aéreo feito na área comunitária de Chipanje Chetu mostram que não foram vistos elefantes em 2018, embora houvesse sinais de sua presença. O relatório do censo de 2018 também não inclui dados de abundância de carnívoro e outras espécies como pala-pala, hipopótamo, crocodilo, ficando-se sem informações sobre o estado real da população dessas espécies. Com base neste relatório, torna-se evidente que o uso somente do método aéreo faz com que algumas espécies sejam excluídas durante a contagem, tornando o censo impreciso, de modo que a integração de outros métodos de estimativa de abundância de fauna é uma alternativa para o alcance de resultados precisos. O uso de transeções para contagem de pegadas é uma opção para responder ao monitoramento da biodiversidade faunística, possibilitando a obtenção de índices de abundância e densidade, incluindo as espécies de importância econômica e as ameaçadas. Estudo efetuado por Anadon *et al* (2009) mostrou que as estimativas de abundância usando o Conhecimento Ecológico local apresentou resultados elevados da abundância, quando comparados ao uso de transetos lineares. O uso de Conhecimento Ecológico local (CEL) para o monitoramento da biodiversidade também é recomendado pelo Van Der Hoeven *et al.*, 2004; Singh & Milner-Gulland. 2011). O CEL pode servir como uma ferramenta útil, fonte de dados complementar, e pode ser particularmente valioso para gerenciar populações de vida selvagem que ocorrem em locais remotos habitados por povos indígenas (Gilchrist *et al*, 2005).

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares do estudo mostram que a combinação do conhecimento local e científico é uma ferramenta potencial para melhorar o conhecimento sobre as espécies de vida selvagem e que o uso de Fórmula de Formozov–Malyshev–Pereleshin (Ahlsweide *et al.* 2019) constitui um método para estimativa e monitoramento da diversidade faunística. O estudo de população de fauna com base nos métodos indiretos e no conhecimento local mostrou-se com uma alternativa viável de baixo custo para pesquisas de longo prazo.

5. PALAVRAS-CHAVE

Etnoecologia, conhecimento local, fauna silvestre, monitoramento,

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANADON J. D., GIMENEZ A., BALLESTAR R., And PEREZ I. (2009). Evaluation of Local Ecological Knowledge as a Method for Collecting Extensive Data on Animal Abundance. Department of Ecological Modelling, UFZ—Helmholtz Centre for Environmental Research, Permoserstrasse 15, 04318 Leipzig, Germany.

AHLSWEDE, S., FABIANO, E.C., KEEPING, D. & BIRKHOFER, K., (2019). Using the Formozov–Malyshev–Pereleshin formula to convert mammal spoor counts into density estimates for long term community level monitoring. *African Journal of Ecology*, 57(2).

COONEY, R., ROE, D., DUBLIN, H., BOOKER, F. (2018), Involving communities in sustainable wildlife management and combating illegal wildlife trade. United Nations Environment Programme P O Box 30552, Nairobi, 00100, Kenya

CHARDONNET, P. H. et. al., (2002). The value of wildlife. *Rev. sci. tech. Off. int. Epiz.*,21.

Esbacha, M.S.(2023). Estimating mammal density from track counts collected by Indigenous Amazonian. High Meadows Environmental Institute, Princeton University, Princeton, NJ, USA. <https://doi.org/10.1016/j.pecon.2023.07.005>

Gilchrist, G., Mallory, M., & Merkel, F. (2005). Can Local Ecological Knowledge Contribute to Wildlife Management? Case Studies of Migratory Birds. *Ecology And Society*. <https://doi.org/10.5751/ES-01275-100120>

Liebenberg, L. 2021. Assessing and Certifying Indigenous Tracking Expertise and Skills. UNESCO Local and Indigenous Knowledge Systems (LINKS) section within the UNESCO Natural Sciences Sector. 22p. Available at https://en.unesco.org/sites/default/files/links_indigenous_tracking_20210913.pdf

SINGH, N.J., & MILNER-GULLAND, E. J, (2011). Monitoring ungulates in Central Asia: Current constraints and future potential. DOI: 10.1017/S0030605310000839

Van der Hoeven, C.A.; W.F. de Boer and H.T. Prins. 2004. Pooling local expert opinions for estimating mammal densities in tropical rainforests. *Journal of Nature Conservation*, 12:193-204.

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A RELAÇÃO COM A ZONA COSTEIRA PARAENSE

GT03-Gestão dos Recursos Naturais

Tabilla Verena da Silva Leite¹

Cláudio Fabian Szlafsztain²

Ariadne Reinaldo Trindade³

1. INTRODUÇÃO

O aumento da conscientização acerca dos desafios ambientais e a busca por soluções destinadas a reduzir os efeitos prejudiciais da atividade humana colocaram a importância da sustentabilidade no centro das discussões acadêmicas, políticas e socioeconômicas. Conforme Nunes (2018), o conceito de sustentabilidade emergiu com destaque a partir do ano de 1972, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu sua primeira conferência dedicada a questões ambientais em Estocolmo. Reconhecida globalmente como a Conferência de Estocolmo, esse evento marcou um ponto crucial no avanço das políticas públicas ambientais em âmbito internacional.

A magnitude do desafio apresentado pela sustentabilidade é realmente imensa, por uma perspectiva geológica, fica evidente o frágil equilíbrio que sustenta o planeta Terra, com a possibilidade trágica de extinção de todas as formas de vida, incluindo a espécie humana. Em uma escalada de tempo mais imediata, isso ressalta a importância crucial de preservar a capacidade das gerações futuras de prosperarem (DE BENEDICTO, et al., 2020).

Para Souto e Batalhão (2020) a abordagem atual da sustentabilidade está alicerçada na Agenda 2030, liderada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS são um conjunto de 17 metas globais que foram adotadas em 2015 por todos os 193 Estados-membros das Nações Unidas. Essa abordagem amplia o âmbito de avaliação das diversas dimensões da sustentabilidade de maneira mais inclusiva e democrática, englobando tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Essa perspectiva representa uma resposta à agenda final estabelecida em 2015, com o propósito de direcionar uma nova fase de compromissos políticos para enfrentar os desafios da sustentabilidade contemporânea.

Desde a declaração das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, temos testemunhado episódios de degradação e desastres ambientais em muitos países, resultantes da busca desenfreada pelo crescimento econômico a qualquer custo. Essa problemática é ainda mais grave nas áreas costeiras e marinhas, que abrigam a maior diversidade de organismos, incluindo os seres humanos, e concentram a maior parte dos recursos naturais explorados pela humanidade (SOUTO e BATALHÃO, 2020). Portanto, é de extrema importância que alcancemos as metas estabelecidas pelos ODS, em particular os objetivos 11, 13, 15 e, especialmente, o 14, a fim de promover a sustentabilidade na Zona Costeira (ZC). O principal objetivo deste

¹ Mestre em Geografia, Doutoranda no Programa Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, verenatabilla@gmail.com.

² Doutor em Ciências Naturais, Docente no Programa Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, ioseliesz@gmail.com.

³ Mestre em ciências ambientais, Doutoranda no Programa Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Dnetrindade@gmail.com.

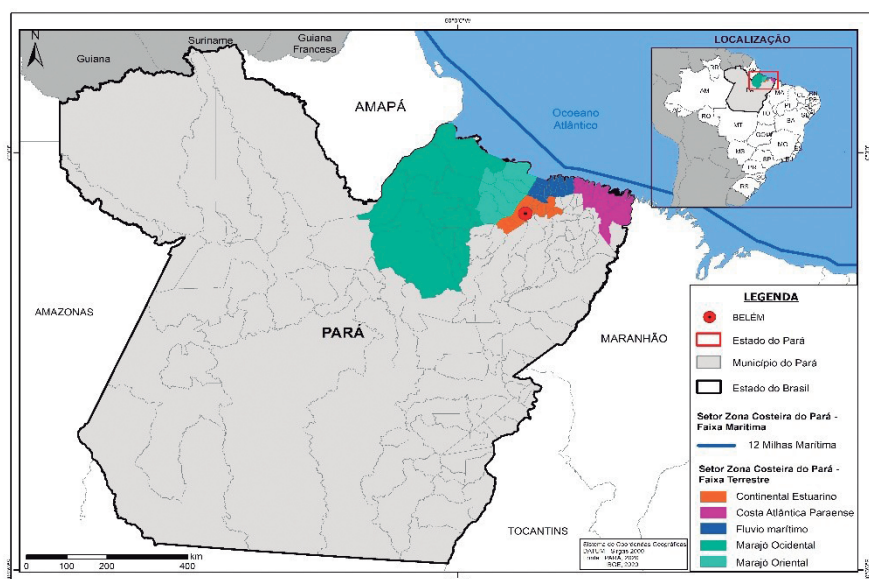
trabalho é estabelecer uma conexão entre os ODS e a promoção da sustentabilidade na Zona Costeira Paraense (ZCP).

2. METODOLOGIA

Para a pesquisa, realizou-se uma revisão bibliográfica nacional e internacional, conduzindo um estudo descritivo de natureza qualitativa com base em artigos científicos publicados entre 2018 e 2023. Foram consideradas as seguintes palavras-chave: 'sustentabilidade', 'objetivos de desenvolvimento sustentável', 'zona costeira', 'zona costeira paraense' e 'alcance dos ODS'. Além disso, realizou-se uma pesquisa de material cartográfico e uso de geotecnologias para espacializar os setores da ZCP. Dentre os artigos encontrados, selecionamos aqueles que abordavam conceitos, questões de pesquisa e metodologias, com o objetivo de identificar estudos que explorassem a relação entre sustentabilidade na zona costeira e o papel dos ODS no alcance da sustentabilidade. Essas interconexões serão o foco de futuros estudos.

A área de estudo está limitada à zona costeira do estado do Pará, no Brasil, abrangendo as faixas e setores estabelecidos pela Política Estadual de Gerenciamento Costeiro do Pará (PEGC/PA), conforme definido na Lei nº 9.064, de 2020. A PEGC/PA divide a zona costeira paraense em duas faixas distintas: terrestre e marítima. No que diz respeito à faixa marítima, a lei estabelece uma largura de 12 milhas náuticas, que corresponde ao mar territorial, conforme previsto no artigo 20, inciso VI, da Constituição da República de 1988. Quanto à área terrestre, a PEGC classifica 47 municípios paraenses como costeiros e os divide em cinco setores: Setor I – Marajó Ocidental, Setor II – Marajó Oriental, Setor III – Continental Estuarino, Setor IV – Flúvio-Marítimo, Setor V – Costa Atlântica Paraense (PARÁ, 2020, Artigo 6º), como ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Divisão dos 47 municípios e os 5 setores costeiros paraenses, conforme setores estabelecidos na PEGC.



Fonte: PARÁ, 2020. Elaboração: Os autores, 2023.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assegurar a sustentabilidade das zonas costeiras representa um desafio de extrema complexidade, requerendo uma mudança de paradigma na forma como gerenciamos e estudamos esses ecossistemas. Nesse contexto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11, 13, 15 e, em particular, o ODS 14, desempenham um papel fundamental na preservação dos ecossistemas costeiros em todo o mundo. No estado do Pará, essa preservação se torna essencial, dada a importância do estado na região amazônica.

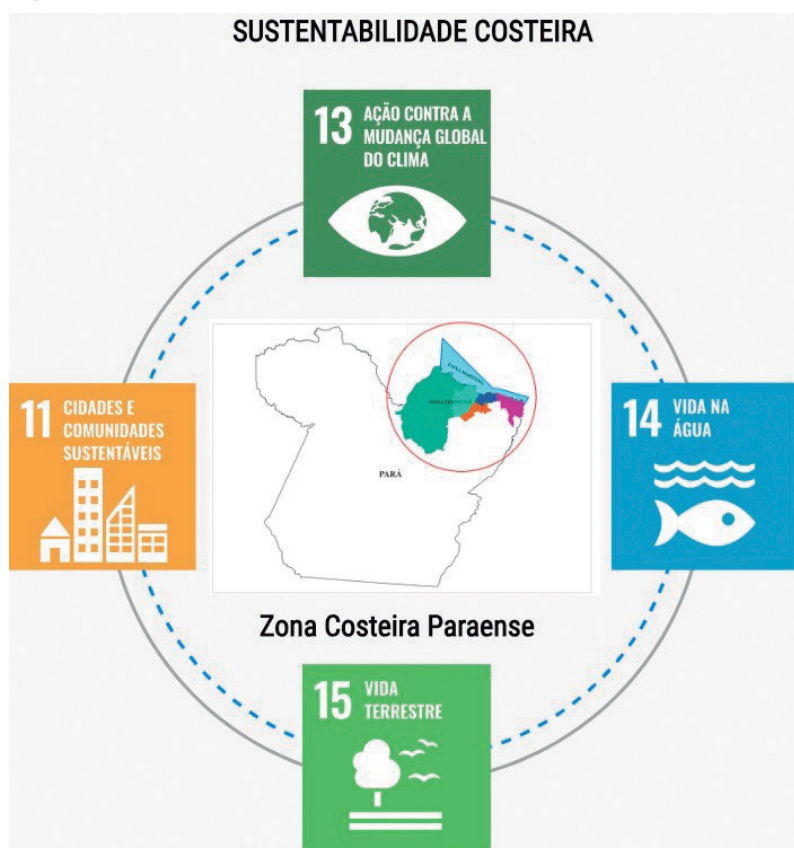
Além disso, a costa paraense se caracteriza por vastos manguezais, estendendo-se por cerca de 1.500 km de áreas baixas e alagadiças, sem a presença de praias contínuas. Estuários, lagoas costeiras e manguezais estão presentes ao longo de toda a costa amazônica, abrigando 85% dos manguezais remanescentes no

Brasil, conforme apontado por Scherer, Sanches e Negreiros (2010).

O ODS 11, denominado “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, desempenha um papel de destaque ao fomentar o planejamento urbano responsável nas áreas costeiras, assegurando que o desenvolvimento nessas regiões seja tanto ambientalmente consciente quanto socialmente inclusivo. O ODS 13, intitulado “Ação Contra a Mudança Global do Clima”, concentra-se na ação climática, sendo essencial para mitigar as mudanças climáticas que ameaçam as zonas costeiras devido ao aumento do nível do mar e a eventos climáticos extremos. O ODS 15, voltado para a “Vida Terrestre”, aborda a importância da preservação das áreas costeiras e dos manguezais, que funcionam como barreiras naturais contra a erosão costeira e prestam valiosos serviços ecossistêmicos.

Especialmente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 “Vida na Água”, inclui metas específicas direcionadas às zonas costeiras, reconhecendo a importância crítica dessas áreas para a biodiversidade marinha e para a subsistência de comunidades costeiras. Algumas das metas específicas para zonas costeiras incluem a conservação e uso sustentável dos ecossistemas marinhos e costeiros, a redução da poluição marinha, a regulamentação da pesca para garantir a sustentabilidade dos recursos marinhos e a proteção de habitats críticos, como manguezais. Além disso, o ODS 14 busca promover a gestão integrada das zonas costeiras, garantindo que a conservação dos ecossistemas costeiros esteja alinhada com o desenvolvimento econômico e social das comunidades costeiras, objetivando, assim, a sustentabilidade costeira.

Figura 2 – ODS relacionados à Sustentabilidade na Zona Costeira Paraense.



Elaboração: Os autores, 2023.

A figura 2 pode elucidar a extensão da sustentabilidade na zona costeira paraense. A sustentabilidade na ZCP pode ser significativamente ampliada por meio da implementação e alcance dos ODS 11, 13, 15 e especialmente o 14. Trabalhando de forma colaborativa na consecução desses objetivos, podemos assegurar que a zona costeira paraense seja protegida e explorada de maneira sustentável, promovendo o bem-estar das comunidades locais e preservando os ecossistemas e serviços ecossistêmicos.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para assegurar a sustentabilidade na zona costeira do Pará, é de suma importância adotar uma abordagem holística e integrada, que leve em conta a conservação dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, a mitigação das mudanças climáticas, a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento econômico das comunidades locais. Desta forma, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável podem desempenhar um papel significativo na promoção da sustentabilidade na ZCP.

5. PALAVRAS-CHAVE

Sustentabilidade, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Zona Costeira Paraense.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

DE BENEDICTO, S. C. et al. Sustentabilidade: um fenômeno multifacetário que requer um diálogo interdisciplinar. **Sustentabilidade: Diálogos Interdisciplinares**, v.1, e205158, 2020.

NUNES, M. F. Análise da contribuição das certificações ambientais aos desafios da Agenda 2030. **Revista Internacional de Ciências**, v. 8, n. 1, p. 27-46, 2018.

PARÁ. Lei Estadual nº LEI Nº 9.064, DE 25 DE MAIO DE 2020 DOE Nº 34234, DE 27/05/2020 – Institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC/PA).

SCHERER, M; SANCHES, M; NEGREIROS, D. H. Gestão das Zonas Costeiras e as Políticas Públicas no Brasil: Um Diagnóstico. In: Manejo Costero Integrado y política pública em Iberoamerica: un diagnóstico. Necesidad de cambio. p.291-329. CYTED, 2010.

SOUTO, R. D.; BATALHÃO, A.C. da S. **Indicadores aplicados ao Gerenciamento Costeiro Integrado sob a ótica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas**. In: Souto, R.D. (org.). Gestão Ambiental e sustentabilidade em áreas costeiras e marinhas: conceitos e práticas. Vol. 1. Edição da autora. Rio de Janeiro: Instituto Virtual para o Desenvolvimento Sustentável, 2020. 259p. pp. 109-130. ISBN 978-65-00-11531-4.

**Simpósio
Internacional**

3 INTER- DISCIPLINARIDADE SUSTENTABILIDADE e DESENVOLVI- MENTO

**PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL**

GT 03 • Sessão 3

TAPAJÓS SEM IPÊS: REFLEXÕES SOBRE ECOCÍDIO, COLONIALIDADE E EXPLORAÇÃO MADEIREIRA NA AMAZÔNIA

GT 03 – Gestão de Recursos Naturais

Pedro Sergio Vieira Martins¹

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido traz análises da pesquisa sobre a exploração do Ipê no Tapajós, no Oeste do Pará, na Amazônia brasileira, como fragmento do Antropoceno (TSING, 2021). A investigação parte de dados da exploração dessa espécie tal como espécie madeireira e as formas jurídicas utilizadas para sua proteção.

As conexões entre territórios de florestas ombrófilas e as cidades europeias e norte-americanas passam Unidades de Conservação constantemente tensionadas por investidas de desmatadores que buscam a madeira, mas também a terra. No tópico “metodologia” detalha-se a abordagem interdisciplinar feita alcançando também a análise jurídica da proteção de espécies florestais visadas pelo mercado madeireiro.

Por fim, discute-se a verificação da norma internacional da lista de espécies em extinção aliada a tipificação penal do ecocídio (HIGGINS et al, 2013), recentemente elaborada, que abrem possibilidades de compreensão da seletividade mercadológica da exploração do Ipê, suas consequências socioambientais e da noção das relações multiespécies. A responsabilidade estatal é a contradição tensionada nesta pesquisa que ao fim e ao cabo acompanha a pergunta sobre a compatibilidade de normas jurídicas com as relações multiespécies.

2. METODOLOGIA

As formas jurídicas são analisadas por meio de pesquisa documental e bibliográfica e revelam a construção de entendimento sobre natureza que a separa da sociedade. Acionando o conceito de antropoceno (HARAWAY, 2016) como denominação do fenômeno alertado por ecologistas e ecofeministas sobre os limites do desenvolvimento (PEREDO BELTRÁN, 2017) se possibilita a verificação das formas jurídicas que alicerçam o desenvolvimento, ao passo em que a ideia de colonialidade (QUIJANO, 2015; BRAGATO, 2016) auxilia a compreensão dessas complexas relações entre sociedade e natureza e suas interfaces jurídicas.

O caso do Tapajós, na Amazônia brasileira, é a realidade factual a ser observada pela perspectiva sociológica, ambiental e jurídica através das quais novas possibilidades de compreensão inclusive sobre a insustentabilidade de iniciativas de manejo florestal madeireiro em uma estrutura de cadeias produtivas coloniais. Um dos principais dados que se analisou é que até 2019, o Ipê estava em uma lista de espécies ameaçadas da Convenção Sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem – CITES (Decreto nº 3.607, 21 de setembro de 2000), mas a partir de relatório apresentado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Ipê foi retirado dessa lista.

A retirada do Ipê está diretamente associada com o aumento da sua exploração. Como ato administrativo do governo federal para a comunidade internacional, a retirada do Ipê da lista e sua aceitação é emblemática para a compreensão das normas jurídicas de proteção ambiental

¹ Doutorando do PPGDSTU/UFPA. Email: pedro_svm@yahoo.com.br

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as formas jurídica, o conceito de ecocídio (HIGGINS et al, 2013) pode auxiliar a compreensão do que ocorre com e a partir da liberação do Ipê. No início dos anos 2010 já era internacionalmente reconhecido o crime de ecocídio, ainda que não houvesse um conjunto de regras que permitisse a inquirição de quem destruísse ecossistemas (Higgins et al, 2013). Não se trata do risco de extinção do Ipê Amarelo como ecocídio, mas certamente como parte de um instrumento de ecocídio. Cabe unicamente ao Estado, sem qualquer participação democrática, decidir qual espécie a ser eliminada. Ou seja, o Estado é um dos principais agentes ecocidas. Para Higgins et al (2013), ecocídio é um dano extensivo, uma destruição ou perda de um determinado ecossistema é um determinado território, causado por humanos ou não.

Para a Corte Penal Internacional, a partir de 2016 o crime de ecocídio foi tipificado como: “entender-se-á por ecocídio qualquer ato ilícito ou arbitrário perpetrado com consciência de que existem grandes probabilidades de que cause danos graves que sejam extensos ou duradouros ao meio ambiente”. Tal definição, bem como sua inclusão como um quinto crime no rol do Estatuto de Roma não é uma novidade, remonta ao ano de 2010 quando foi proposta uma emenda à Comissão de Direitos das Nações Unidas para incluir o crime denominado de “ecocídio” – também conhecido como “morte da terra”. A criminalização do “ecocídio” visa prevenir os danos contra o meio ambiente, de forma dolosa, negligente ou imprudente, criando um dever de cuidado a todos os seres para além dos humanos (DRUMBL, 2000. p. 08)

4. CONCLUSÕES

O futuro possível de um Tapajós sem Ipês parece uma previsão catastrófica, mas é uma percepção de como a separação entre sociedade e natureza produzem formas jurídicas frágeis para a proteção de espécies para além do humano que estão, por outro lado (ou pelo mesmo lado), altamente envolvidas em questões socioambientais como a proteção de florestas, mudanças climáticas e conflitos territoriais.

Para além da função ecossistêmica do Ipê, sua correlação com o desenvolvimento dos grupos humanos na Amazônia é profunda. Além do uso para construção de casas, móveis e canoas, o Ipê compõe a sociobiodiversidade que se entrelaça com os animais silvestres objeto de caça. Ainda que seja freada a intensa exploração do Ipê, o mercado poderá ser abastecido com o esgotamento de qualquer outra espécie vegetal madeirável.

A ideia de ecocídio figura ainda restritivamente no âmbito da Corte Penal Internacional, mas guarda correlação entre colonialidade e o antropoceno, quando situada na Amazônia brasileira. A tipificação penal do ecocídio pode auxiliar a compreensão da complexa mudança paradigmática sobre as relações socioambientais. Extrapolar a noção de ecocídio, para além do crime, para a verificação de modelos de relação que separam sociedade e natureza é o que a prática da execução da política ambiental tem demandado.

As respostas a questão do Ipê no Tapajós, portanto, não se limitam a própria espécie, mas devem ser estendidas a compreensão e reação às formas de “exploração” da natureza que carregam consigo esquemas e estruturas de exploração da sociedade. Se a proposta de manejo sustentável tal como aplicada no Tapajós e especificamente na região da Mamuru-Arapiuns é a única resposta, temos então a política ambiental resumida a burocracia estatal. As Unidades de Conservação no Tapajós não estão blindadas para ameaças externas e internas, porém tem se constituído como profícuo instrumento territorial, ambiental, climático e multiespecífico.

A lista de espécies da fauna e da flora em risco de extinção trata não apenas das espécies animais dissociadas das relações humanas, mas seu conteúdo tem se visto cada vez mais relacionado a metas climáticas, proteção da sociobiodiversidade (além da preservação das espécies) e de modelos de mercado. Cada vez mais o campo dos direitos étnicos pode estar combinado com proteção ambiental e justiça multiespecie. Tendo em vista que este campo do direito é recente e se pauta principalmente na pluralidade das formas jurídicas, há muito o que conectar entre esses campos teóricos.

5. PALAVRAS-CHAVE

Tapajós; Madeira, Ipê, Amazônia, Ecocídio

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Discursos desumanizantes e violação seletiva de direitos humanos sob a lógica da colonialidade. *Quaestio Iuris*, v. 9, n. 04, p. 1806-1823, 2016.

DRUMBL, M.A. International Human Rights, International Humanitarian Law, and Environmental Security: Can the International Criminal Court Bridge the Gaps? *ILSA Journal of International e Comparative Law*, v. 5, n. 2, 2000.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom*, ano, v. 3, p. 139-148, 2016

HIGGINS, P, SHORT, D and SOUTH, N. 'Protecting the planet: a proposal for a law of Ecocide', special issue of *Crime, Law and Social Change* 59, 3: 251-266, 2013.

PEREDO BELTRÁN, Elizabeth. Antropoceno y Biopolítica: Narrativas, resistencias y nuevas epistemologías ante el avance de la frontera extractivista en la Bolivia del Siglo XXI. *Utopía y Praxis Latinoamericana*. Año 24, n° 84 (enero-marzo), 2019, pp. 56-67

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, setembro 2005. pp.227-278.

TSING, Anna L. Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras, *Ilha* v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015

TSING, Anna L. Manuscrito da Conferência de Encerramento da VII REACT – Reunião de Antropologia das Ciências e da Tecnologia. Tradução e Revisão Técnica por Leticia Cesarino e Thiago Cardoso. *Ilha*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021

AVALIAÇÃO DO GRAU DE CORRESPONDÊNCIAS EXISTENTE ENTRE O NEXUS WATER-ENERGY-FOOD (WEF) E A ATUAL CONJUNTURA TERRITORIAL DA CADEIA DA PALMA DE ÓLEO NO NORDESTE PARAENSE

GT03 – Gestão De Recursos Naturais

Diego de Mendonça Costa¹
Cleyton Alves Candeira Pimentel²
Carlos Eduardo do Nascimento Henriques dos Santos³
Martha Regina Jesus Melo Méra⁴

1. INTRODUÇÃO

O Relatório Internacional “*The Water, Energy And Food Security Nexus: Solutions For The Green Economy*”, concebido como o principal produto da *Bonn Nexus Conference* (realizada em 2011 na Alemanha), assume posição central na defesa ao *Nexus Water-Energy-Food* (WEF); abordagem que expande seu alcance internacional em diferentes campos epistêmicos, profissionais e políticos (Simpson e Jewitt, 2019; Torres et al., 2019; Silva e Vianna, 2022). Pautando-se em diretrizes sustentáveis similares às vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, o *Nexus WEF* correlaciona a garantia de desenvolvimento sustentável com o incentivo à produção de interdependências entre os setores hídrico, energético e alimentar assimilados por cadeias globais de valor (Hoff, 2011). Para tal, ele estabelece a água como elemento fundante, estruturante e insubstituível na dinâmica setorial, defendendo que a promoção de equilíbrio sinérgico hídrico-energético-alimentar no interior de cadeias globais reduziria gastos associados às atividades que os congregam em suas respectivas bases produtivas – impulsionando, assim, processos de desenvolvimento (Hoff, 2011; Jacobi e Giatti, 2017; Simpson e Jewitt, 2019; Silva e Vianna, 2022).

A formulação dada ao *Nexus WEF* pelo Relatório de Bonn ampara-se em discursos associados à bioeconomia e à economia verde (Hoff, 2011). Todavia, ao assumir perspectivas antropocêntricas e tecnocêntricas, renegando interpretações diversas concedidas pela gama de agentes pertencentes às localidades nas quais pretendem instituí-lo, o *Nexus* recebe críticas acadêmicas relacionadas à sua composição textual e aos seus objetivos – aparentemente concentrados em solucionar questões de ordem puramente financeira e produtiva, sobrepondo tais interesses ao atendimento a outras demandas tão ou mais imprescindíveis para o êxito de sua implementação; sobretudo em nações pouco desenvolvidas, tais como: a plena garantia do bem estar de sociedades marginalizadas e a manutenção da floresta e de seus recursos naturais (Hoff, 2011; Leck et al., 2015; Cairns e Krzywoszynska, 2016; Foden et al., 2019).

No atual cenário amazônico, por exemplo, a cadeia global de valor da palma de óleo expande seu domínio em ritmo exponencial, sendo responsável por modificar dinâmicas socioambientais, culturais, espaciais e econômicas (Brandão e Frederico, 2015; Ferreira et al., 2016; Nahum e Santos, 2018). Concentrando sua produção no Nordeste do Estado do Pará – responsável por mais de 90% de toda a palma produzida no Brasil (Pará, 2020) – corporações auxiliam na formalização da cadeia da *commodity* na mesorregião, aproveitando-se do enfraquecimento das capacidades regulatórias do Estado e do fortalecimento

¹ Doutorando em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental (PPGDSTU/NAEA/UFPA).

² Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento (PPGDSTU/NAEA/UFPA).

³ Graduando em Ciências Sociais (UFPA).

⁴ Graduada em História (UFPA).

de dispositivos de regulação privados para intensificar soberanias produtivas e incrementar lucros empresariais; sem, com isto, transferir os benefícios decorrentes de processos de acumulação à sociedade civil e aos ecossistemas locais (Sousa, 2019; Almeida et al., 2022).

Considerando-se as diretrizes norteadoras do *Nexus* WEF e as dinâmicas territoriais agressivas instituídas na Amazônia devido à expansão da cadeia da palma de óleo no Nordeste paraense, a presente pesquisa almeja promover análise crítica à abordagem, associando-a diretamente à avaliação do território amazônico tomado pela expansão das atividades produtivas direcionadas para o cultivo e beneficiamento da *commodity* (Marcovitch, 2022). Para tal, será elaborado levantamento analítico, através de comparação entre as diretrizes defendidas pelo texto-base do *Nexus* WEF com: i) os arcabouços políticos disponibilizados pelo Estado para estimular a promoção de sinergia entre os setores hídrico, energético e alimentar compreendidos por cadeias globais de valor (com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável); ii) os arcabouços políticos disponibilizados pelo Estado para formalizar o domínio produtivo da cadeia global de valor da palma de óleo na mesorregião (os quais, do mesmo modo, debruçam-se sobre preceitos bioeconômicos); e iii) o violento processo de expansão da cadeia sobre municípios e populações tradicionais do Nordeste do Pará.

2. METODOLOGIA

O processo de concepção estrutural de toda esta etapa seguiu orientações propostas por Gil (2008) – em especial, quanto à definição de sua essência exploratória e qualitativa – tendo sido dividida em:

Estado da Arte (2021): que dispôs das formulações iniciais dos objetivos, problemática, pergunta de pesquisa, justificativa e hipóteses associadas ao estudo – provenientes: I – das disciplinas ministradas pelos docentes do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU); II – do acesso a bibliografias científicas nacionais e internacionais detentoras de viés analítico, próprios da ecologia política, acerca dos principais conteúdos abordados em sua composição formal; e III – da relação intelectual construída entre os membros do Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas e Governança na Amazônia”, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

Fase I (2021): Neste momento, realizou-se Pesquisa Bibliográfica direcionada para a coleta por literaturas que fornecessem: 1) reflexão aprofundada acerca dos principais conceitos teóricos e metodológicos utilizados durante a investigação; 2) discussões acadêmicas relevantes sobre políticas públicas brasileiras de potencial interesse para a composição do estudo; e 3) auxílio para a adequação do recorte temporal e territorial da amostra.

Fase II (2022): Executou-se o levantamento e ordenamento de políticas públicas nacionais e estaduais cujas composições textuais reproduzissem (ainda que moderadamente) condições bioeconômicas próximas àquelas compartilhadas pelas diretrizes do *Nexus* Thinking, sendo elas: 1) o estímulo à promoção de sinergia entre os setores hídrico, energético e alimentar (com o intuito de reduzir gastos associados à produtividade de cadeias globais de valor e, assim, alçar nações pouco desenvolvidas ao desenvolvimento sustentável); e 2) o incremento produtivo concedido pelo Estado à expansão de cadeias globais de valor (aqui centralizado na cadeia da palma de óleo instituída no Nordeste paraense).

Fase III (2023): Produziu-se questionário com perguntas abertas, cujo conteúdo explorava: a) as atuais condições de oferta hídrica, energética e alimentar disponibilizadas pelo Estado às populações tradicionais do Nordeste paraense; b) os estímulos políticos por ele ofertados em relação à promoção de sinergia entre os setores hídrico, energético e alimentar no interior da cadeia global de valor da palma de óleo; e c) as intercorrências sociais, econômicas, ambientais e políticas direta e indiretamente incentivadas pela expansão acelerada da cadeia da *commodity* no território em questão. Em seguida, na primeira quinzena do mês de Maio de 2023, aplicou-se o total de 50 questionários em visitas aos municípios de Tailândia, Tomé-açu, Concórdia do Pará, Acará e Bonito – respectivamente os cinco maiores produtores nacionais da palma (Pará, 2020).

Fase IV (2023): Partindo dos arcabouços políticos organizados na Fase II e da aquisição de dados primários provenientes da Pesquisa de Campo empreendida nas Fases I e III, iniciou-se a análise do grau de correspondências existente entre as diretrizes inscritas no *Nexus* WEF e: i) as políticas públicas de incentivo à sinergia entre os setores hídrico, energético e alimentar incorporados por cadeias globais de valor; ii) as políticas públicas de incentivo à expansão da cadeia global de valor da palma de óleo na Amazônia; e iii) a atual conjuntura territorial de expansão da cadeia no Nordeste paraense. Selecionouse, para tal, a metodologia Qualitative Comparative Analysis (QCA); em especial, por conta das garantias disponibilizadas pelo QCA no tocante à identificação de causalidades em cenários complexos e à indicação de padrões fundamentais relativos à avaliação das capacidades institucionais envolvidas em cada setor analisado (Ragin, 2009). A operacionalização do QCA ocorre no âmbito do *software* FsQCA 3.0.

3. RESULTADOS ESPERADOS

Após conclusão da quarta e última etapa metodológica, almeja-se produzir três capítulos de discussão referentes aos resultados encontrados. O primeiro e o segundo trarão análises provenientes da sistematização dos dados primários e secundários coletados durante as Pesquisa de Campo e Pesquisa Bibliográfica empreendidas nas Fases I e III. Já o terceiro capítulo será direcionado para a análise e interpretação dos dados estatísticos produzidos na Fase IV pelo *software* FsQCA 3.0.

Desse modo, pretende-se: i) construir debate científico, por meio de perspectiva analítica, acerca de abordagens e modelos de desenvolvimento exógenos à região amazônica que desconsideram, nos momentos de elaboração e aplicação de suas diretrizes, a pluralidade ecossistêmica, cultural e social nela compreendida; ii) avaliar como a cadeia global de valor da palma de óleo vem interferindo em dinâmicas territoriais apreendidas nos cinco municípios da mesorregião que mais produzem a *commodity* no país; e iii) comparar o modelo de desenvolvimento sustentável proposto pela abordagem *Nexus* WEF com as atuais conjunturas política, econômica e socioambiental impulsionadas pela expansão da cadeia global de valor da palma de óleo em municípios pertencentes à mesorregião Nordeste do estado do Pará.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da proposição de possíveis adequações na composição estrutural do *Nexus* WEF – visando contornar problemáticas futuras associadas à aplicação do dispositivo em nações periféricas⁵ – existe o pleno desejo em contribuir com a concepção de material acadêmico engajado e direcionado para investigação de contextos produtivos amazônicos responsáveis por modificar profundamente a conservação do bioma, o bem estar das populações que dele fazem parte e as complexas relações instituídas entre ambos.

5. PALAVRAS-CHAVE

Nexus Water-Energy-Food. Desenvolvimento Sustentável. Amazônia.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. S. de; DE MIRANDA LAMEIRA, W. J.; GAVINA PEREIRA, J.; CORDEIRO THALÊS, M.; MENDES SALES, G. Potencial de pressão antrópica na região Nordeste Paraense, Brasil. **Ciência Florestal**, v. 32, n. 1, 2022.

CAIRNS, R.; KRZYWOSZYNSKA, A. Anatomy of a buzzword: The emergence of ‘the WEF nexus’ in UK natural resource debates. **Environmental Science & Policy**, v. 64, p. 164–170, 2016.

FERREIRA, V. A.; SANTANA, A. C.; RAVENA, N.; OLIVEIRA, C. M. Os fatores de repercussão da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 39, 2016.

⁵ Para as quais seus objetivos se direcionam (Hoff, 2011).

- FODEN, M.; BROWNE, A. E. U.; EVANS, D.M.; AFIADO, E. U.; WATSON, M. The water–energy–food nexus at home: New opportunities for policy interventions in household sustainability. **The Geographical Journal**, v. 185, n. 4, p. 406–418, 2019.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- LECK, H.; CONWAY, D.; BRADSHAW, M.; REES, J. Tracing the water–energy–food nexus: Description, theory and practice. **Geography Compass**, n. 9, v. 8, p. 445-460, 2015.
- MARCOVITCH, J. **A gestão da Amazônia: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas**. São Paulo: Edusp, 2022.
- NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B dos. Dendê para quê? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense. **REVISTA NERA**, n. 42, p. 113-134, 2018.
- PARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca. **Panorama agrícola do Pará (2015-2019) – Dendê (cacho de coco)**. Belém: Governo do Estado do Pará, 2020.
- RAGIN, C. C. Qualitative Comparative Analysis Using Fuzzy Sets (fsQCA). In: RIHOUX, B.; RAGIN, C.C. (ed.), **Configurational Comparative Methods**. United States of America: Sage Publications, p. 87-122, 2009.
- SILVA, P.R.; VIANNA, J.N.S. A região de MATOPIBA (Brasil) e o eixo água-energia-alimentos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 59, 2022.
- SIMPSON, G. B.; JEWITT, G. P. W. The water-energy-food nexus in the anthropocene: moving from ‘nexus thinking’ to ‘nexus action’. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 40, p. 117-123, 2019.
- SOUSA, R. B. de. Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no Nordeste paraense. **REVISTA NERA**, v. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.
- TORRES, C. J. F.; LIMA, C. H. P. DE, GOODWIN, B. S. DE. A.; JUNIOR, T. R. DE A.; FONTES, A. S.; RIBEIRO, D. V.; MEDEIROS, Y. D. P. A literature review to propose a systematic procedure to develop “nexus thinking” considering the water–energy–food nexus. **Sustainability**, v. 11, n. 24, 2019.

BIOMINNING; A NEW TERM APPROACH AN AMAZONIAN LATOISOILS BIOMINERAÇÃO; UMA NOVA ABORDAGEM DO TERMO VOLTADO A LATOSSOLOS AMAZÔNICOS

GT3 - Gestão de Recursos Naturais

Clara Vitoria de Araújo Souza¹

1. INTRODUÇÃO

Biominação é um termo atualmente associado à degradação de compostos poluentes tóxicos de origem mineral, realizado majoritariamente a partir de microorganismos (Mahajan; Gupta; Sharma, 2017; Liao *et al.*, 2019). Bactérias têm sido utilizadas para extração de minerais dentro do solo desde a década de 1940, através de infusões à base de água em solução ácida, tornando-se parte significativa da produção mundial de cobre (Mahajan; Gupta; Sharma, 2017; Ijaz *et al.*, 2016). A técnica tem permitido a extração econômica em minérios de qualidade inferior, cada vez mais necessária à medida que as reservas de alto-nível se esgotam, (Mahajan; Gupta; Sharma, 2017) e comumente após a extração tradicional.

De fato, o termo biominação tem sido utilizado para descrever uma técnica tanto alternativa, como, um recurso de emergência, com o crescimento das demandas globais por minérios. Tanto a evolução da tecnologia da indústria metalúrgica mundial quanto ausência de gestão estatal permitiram ao setor feitos como comprometer uma das maiores jazidas de ferro do mundo em menos de cinco décadas, caso da Serra dos Carajás-PA (Marques, 2018 p. 237) – há várias décadas exportando Ferro a preços baixíssimos e isentos. Para este tipo de indústria, a técnica não tem sido economicamente viável. Neste sentido, a biominação pode significar algo mais do que uma variável ecológica de uma técnica da indústria metalúrgica.

Isto porque, a exemplo do Ferro, imprescindível à modernidade, biominerais são vitais aos processos fundamentais da vida. O próprio Ferro, orgânico, é peça chave da homeostase celular (Grotto, 2008), compõe moléculas de energia celular vegetal e animal, e transporta O₂ no fluxo plasmático dos seres vivos. Neste resumo, considera-se a atualização do termo biominação para uma discussão arraigada na capacidade quali-quantitativa de um organismo de, de fato, biominerar, nos termos apresentados por Muñoz & Guieysse (2006), dada a importância da atividade na reprodução social, e do recurso natural solo para a região.

2. MICROBIOMINERAÇÃO

Dificuldades fundamentais em se separar o termo *biominação* da ideia de tratamento algal-bacteriano de águas residuais, onde ambos conseguem reunir e concentrar seu alvo de interesse (metal) com o auxílio de microorganismos (Muñoz; Guieysse, 2006), podem estar limitando a discussão em pontos delicados para países ricos em minério de Ferro, e. g. Brasil. Como um ramo da ciência, a biominação é uma subdivisão da biohidrometalurgia, que tem sido parcialmente utilizada na indústria de mineração (Schipper apud Abbasi, 2021). Nestes termos, apesar de possibilitar a extração econômica em minérios de qualidade inferior através de uma tecnologia limpa, a cinética do *bioleeching* (Mahajan; Gupta; Sharma, 2017) apresenta um atraso incompatível com as necessidades em escala industrial (Abbasi *et al.*, 2021).

¹ Mestranda em Desenvolvimento Rural do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do trópico úmido – UFPA. Email: dearaujo.cv@gmail.com

Com 20% da produção de cobre mundial obtida através da biomineração (Ijaz *et al.*, 2016), a importância econômica dos microorganismos na metalurgia ainda pode ser considerada singela, dado o tamanho da indústria. O termo biomineração é alusivo, como objeto de pesquisa dentro das ciências, quase sempre a esta capacidade dos microorganismos de concentrarem minérios para o uso da indústria (Rawlings; Dew; Plessis, 2003; Johnson, 2014). Uma vez que à atividade microbiana de concentrar minerais de interesse a partir de jazidas pobres, de rejeitos industriais, domésticos e etc. possa ser atribuída a um outro termo, como a microbiomineração, assume-se que a simples reunião de minerais em quantidades maiores tanto não se restringe à uma atividade exclusivamente microbiana, quanto pode ser entendida como atividade produtiva primária desempenhada por organismos de outra classificação.

3. BIOMINERAÇÃO VEGETAL

À característica intrínseca à algumas plantas de tolerar altas concentrações de metais pesados, e removê-los do solo, atribui-se a ideia de biomineração com o uso de plantas (Ijaz *et al.*, 2016). Novamente associado à descontaminação de solo e fixação de poluentes em geral, o termo aqui acaba completamente desprezado da ideia de modelo produtivo atribuído à variação microbiana, como no caso do cobre.

Mas, é fato que um único quilo de uma variedade específica de Soja pode conter mais de duas gramas e meia de Ferro (em pH baixo, Fe 3+, não-heme) (Yamada *et al.*, 2016). *Bioleeching*, termo específico para a técnica, é dado a um processo de interação interfacial polifásica entre minerais, microorganismos e uma solução (Liao *et al.*, 2019) mineral de interesse. Dada a especificidade de condições da Biomineração, esta não se constituiria de forma passível de comparação com o ato milenar de se jogar uma semente no solo, cultivá-la e colhê-la. No entanto, o produto é o mesmo: Ferro 3+. O tempo, entre 20 e 60 dias, é comparável, assim como, a grosso modo, as concentrações de produto obtidas. O microorganismo “catalisa” a reação de Ferro 2+, a Ferro 3+. Já a planta oxida o Fe2+ diretamente do solo, a Fe3+. Na tabela 1, compara-se a concentração de Ferro 2+ no solo, e a concentração de Ferro 3+ obtida em um quilo de produto vegetal, com a concentração de Fe2+ numa determinada solução, e o concentrado resultante da atividade enzimática de *Leptospirillum ferriphilum*.

	Concentração de Fe 2+ no substrato	Tempo de oxidação	Concentração do Produto F3+
<i>Leptospirillum ferriphilum</i> *	7,90g/L	20d	7,39g/L
<i>Glycine max</i>	0,2g/dm ^{3**}	70d	2,5g/Kg***

* Segundo Liao *et al.*, 2019, em solução estimulada a 170 rpm.

** Média de amostras de Solo recolhidas de fazenda em Santa Maria das Barreiras – PA, 2020.

*** Média de concentração de ferro solúvel (ph=2-5) em cultivares soja de Campinas-SP, segundo Yamada *et al.*, 2003.

4. LATOSSOLOS VERMELHOS AMAZÔNICOS

O uso sustentável dos recursos naturais, especialmente do solo e da água, tem vindo a crescer como tema relevante, principalmente devido ao aumento de atividades antrópicas (Araújo *et al.*, 2010). Ricos em óxidos de ferro como goethita (FeO) e hematita (Fe2O3) (Hoogerheide, 2005), latossolos vermelhos amazônicos têm alto potencial produtivo para leguminosas, estando em largas áreas da Amazônia Legal, em especial de transição com o Cerrado (Tognon; Demattê; Demattê, 1998). Estes minerais são matéria prima para uma oxidação vegetal que concentra Ferro3+ e o introduz dentro da cadeia alimentar, de forma massiva e industrial através da atividade produtiva animal.

5. DISCUSSÃO

O termo biomineração ainda não havia sido associado com a atividade biológica produtiva dos vegetais, em especial de leguminosas, de remover e bioacumular Ferro a partir do solo, em especial, a uma escala como a do agronegócio brasileiro.

Segundo Johnson (2014), Biomineração é um termo genérico utilizado para descrever “tecnologias que utilizam sistemas biológicos (...) para facilitar extração e recuperação de metais (...)”. A atividade agrícola sobre o recurso mineral *solo*, dentro do termo *biomineração*, não conflitua com a definição do autor, quando se entende o solo como recurso natural passível de biomineração.

No contexto de uma das agroindústrias que mais se desenvolve no mundo, na direção técnica das altas produtividades, e na geográfica, da Amazônia Legal, é possível que uma simples atualização do termo colabore para a observação da produção agrícola sobre a matriz natural, através de um olhar voltado aos limites materiais do substrato a ser *biominerado*, o solo. Atualização do termo pode colaborar para a visão de gestão deste recurso natural, dentro das políticas públicas para o desenvolvimento da Amazônia, e evoluir no sentido de mecanismos de compensação pela exportação do recurso.

6. REFERÊNCIAS

- ABBASI, B.; NASIRI, V.; AZAFAR, B. *et al.* Biomining Thriving On Life-Mineral Coevolution. **Hal Open science**, 2021. Disponível em: hal.science/hal-03181771
- ARAÚJO, F. S.; SALVIANO, A. A. C.; LEITE, L. F. C. *et al.* Physical quality of a yellow Latossol under integrated crop-livestock system. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 34, n. 3. Pp. 717-723. 2010.
- HOOGERHIDE, Haroldo Cornelis. **DRIS para avaliação do estado nutricional da soja em duas regiões do cerrado brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Piracicaba-SP, USP, 2005.
- GROTTO, H. Metabolismo do ferro: uma revisão sobre os principais mecanismos envolvidos em sua homeostase. **Rev. Bras. Hematol. Hemoter.** 30 (5), 2008.
- IJAZ, K.; WATOO, J.; ZESHAN, B. *et al.* Potential impact of microbial consortia in biomining and bioleaching of commercial metals. **Adv. Life Sci.** Vol 5, No 1, 2017.
- JOHNSON, D. Barrie. Biomining-biotechnologies for extracting and recovering metals from ores and waste materials. **Curr. Opin. Biotechnol.**, 30, 24–31, 2014. doi:10.1016/j.copbio.2014.04.008
- LIAO, X.; SUN, S.; ZHOU, S. *et al.* A new strategy on biomining of low grade base-metal sulfide tailings. **Bioresour. Technol.**, 294, 2019.
- MAHAJAN, S.; GUPTA, A.; SHARMA, R. Bioleaching and Biomining. *In*: SINGH, R. L. (ed.), **Principles and Applications of Environmental Biotechnology for a Sustainable Future**. Springer Singapore, jan. 2017. doi: 10.1007/978-981-10-1866-4
- MARQUES, Gilberto S. **Amazônia: Riqueza, Degradação e Saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MUÑOZ, R.; GUIEYSSE, B. Algal–bacterial processes for the treatment of hazardous contaminants: A review. **Water Res.** 40, 2799–2815. 2006.
- RAWLINGS, D; DEW, D.; PLESSIS, C. Biomineralization of metal-containing ores and concentrates. Biomineralization of metal-containing ores and concentrates. **Trends Biotechnol.**, Volume 21-1, pp. 38-44, 2003.
- TOGNON, A.; DEMATTÊ, J. L.; DEMATTÊ, J. A. Teor e distribuição da matéria orgânica em latossolos das regiões da floresta amazônica e dos cerrados do Brasil central. **Sci. agric.** 55 (3), 1998. doi: 10.1590/S0103-90161998000300001
- YAMADA, L.; BARCELOS, M.; SOUSA, R. *et al.* Composição química e conteúdo de ferro solúvel em soja [Glycine max (L.) Merrill]. **Ciênc. agrotec.** 27 (2), 2003. doi.org/10.1590/S1413-70542003000200022

AGROTÓXICOS NA AMAZÔNIA: PANORAMA DOS DANOS AMBIENTAIS E A SAÚDE HUMANA

GT 03- Gestão dos Recursos Naturais

Alana Paula de Araujo Aires¹

Nirvia Ravena²

Diego de Mendonça Costa³

Marta Regina Mera⁴

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), dados recentes disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) sinalizam para uma conjuntura anual envolvendo cerca 3 milhões de ocorrências de intoxicação humana aguda por agrotóxicos em todo o planeta. Ainda de acordo estes dados, as mortes por intoxicação por agrotóxicos alcançam o alarmante número de 20.000 óbitos ao redor do globo, sendo 14.000 em nações do terceiro mundo. (Inca, 2023). No entanto, tal levantamento pode ocultar quadro ainda pior, em função da falta de documentação nos registros a respeito das intoxicações subagudas e provocam danos severos para a saúde, como neoplasias, câncer de mama e câncer de próstata.

Nesse contexto, popularizados com o advento da Revolução Verde (processo internacional que foi incapaz de suprir a demanda alimentar global anteriormente estimada por seus principais idealizadores), os agrotóxicos são responsáveis por estimular sérios prejuízos à sociedade e ao meio ambiente (Balestro; Sauer, 2009), tais como: a degradação de ecossistemas naturais, a desapropriação de populações pertencentes ao meio rural e a posterior migração destes grupos sociais para centros urbanos (reduzindo, com isto, a força de trabalho no campo) (Dutra; Souza, 2017).

Partindo deste contexto, o presente trabalho objetiva compreender como a contaminação por agrotóxicos na Amazônia vem ocorrendo, bem como quais os principais danos produzidos ao meio ambiente e à saúde humana por conta do uso excessivo de produtos químicos do gênero. Para tal, a análise ampara-se nas hipóteses de que: i) corporações do setor da soja vinculadas ao agronegócio utilizam massivamente pesticidas em sua produção em larga escala na região, contaminando comunidades rurais adjacentes e afetando seus ecossistemas e territórios.; ii) o acréscimo progressivo na produção da commodities volta-se para o atendimento a demandas produtivas associadas aos interesses do mercado, em uma economia cada vez mais globalizada. Para isto, os objetivos específicos são: (I) discutir a comercialização de agrotóxicos no Brasil e Amazônia; (II) apresentar o processo de registro de agrotóxicos; (III) demonstrar breve panorama dos danos ambientais e a saúde humana provocadas por agrotóxicos.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental, NAEA/UFPA. Mestra em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, NUMA/UFPA. Especialista em Comunicação Científica na Amazônia, NAEA/UFPA. Economista, ICSA/UFPA. E-mail: alanah.aires@gmail.com

² Doutorado em Ciência Política e Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPERJ. Docente NAEA/UFPA. E-mail: niravena@uol.br

³ Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental, NAEA/UFPA. E-mail: diegodemendonca23@gmail.com

⁴ Economista, ICSA/UFPA. Graduanda em Bacharelado História IFCH/UFPA. PIBIC NAEA/UFPA. E-mail: marthareginamera@gmail.com

2. METODOLOGIA

Para a elaboração deste resumo expandido, utilizou-se a metodologia de Revisão Integrativa; a qual, de acordo com o descrito por Souza (2010, p. 102), “[...] determina o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto”. A pesquisa dos artigos considerou os seguintes termos: “agrotóxicos”, “saúde pública”, “pesticidas”, “intoxicação”, “danos ambientais da contaminação por agrotóxicos”, “comercialização de agrotóxicos no Pará”, “periculosidade dos agrotóxicos”, “meio ambiente e saúde humana”. Os parâmetros selecionados para a inclusão de todo e qualquer estudo no recorte final da pesquisa foram: i) produções que abordassem debates relativos aos agrotóxicos; ii) que houvessem sido publicadas entre 2015 a 2023; iii) que estivessem em formato de artigo científico; iv) e que, além de se encaixarem nos itens anteriores, tratassem de modo particular das consequências provocadas por agrotóxicos na saúde humana e no meio ambiente no Estado do Pará.

Complementando estes referenciais, foram analisados, dentro do mesmo recorte temporal, dados socioeconômicos e de infraestrutura do Estado do Pará, por meio de bases provenientes de instituições nacionais que produzem dados sociais, ambientais e toxicológicos, como: a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); o Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA); o Sistema de Informações de Agravos e Notificações (SINAN); o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e o Instituto Nacional do Câncer (INCA);

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), somente no ano de 2021 o Estado do Pará comercializou 13.095,61 toneladas de ingredientes ativos de agrotóxicos. Isto representou uma variação de 98,95% se comparado ao ano de 2020. O Pará foi o Estado da região norte que mais vendeu estes componentes; sendo o Glifosato, da classe dos herbicidas, o mais comercializado. Apesar de ser classificado pela Agência Nacional de Vigilância Nacional (ANVISA) como pouco tóxico (Categoria IV), o Glifosato é responsável por apresentar propriedades mutagênicas e cancerígenas.

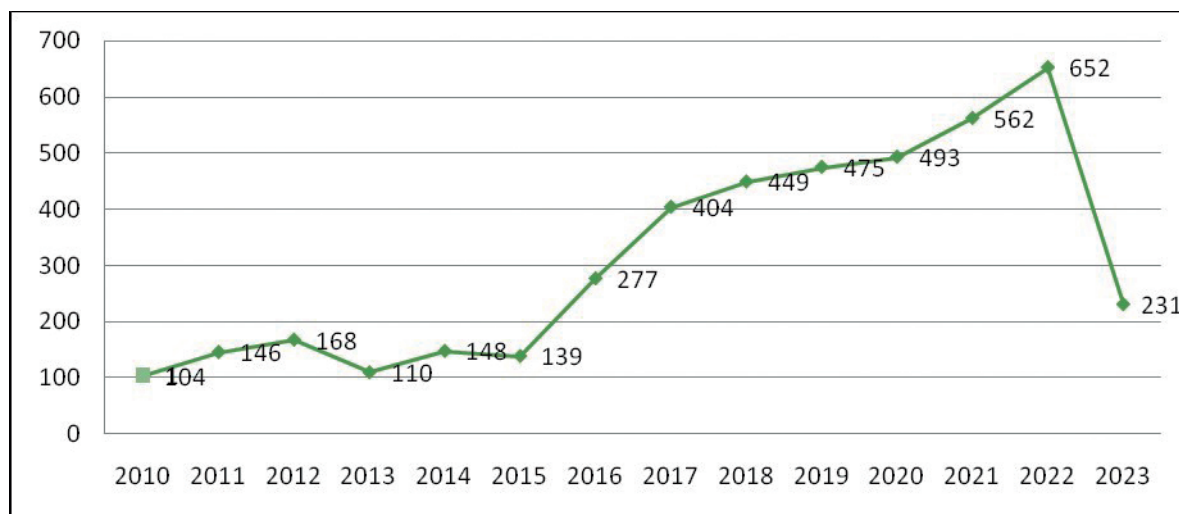
O avanço da indústria de agrotóxicos está intrinsecamente vinculado ao processo de modernização agrícola mundial pós-Segunda Guerra; caracterizado pelo uso intensivo de insumos químicos, biológicos e mecânicos (PELAEZ; TERRA; SILVA, 2010). De acordo com Folhes (2022, p. 3), “[...] a agenda do uso de tecnologias foi imposta pelos Estados Unidos e Europa para as regiões tropicais, alegando o crescimento e combate a pobreza”. Diante do contexto internacional, o processo historicamente recente do desenvolvimento da agricultura tem sido influenciado por três pilares fundamentais, a saber: a revolução verde, a implementação de políticas de desenvolvimento e os debates voltados para a questão ambiental. No âmbito brasileiro, a potencialização no uso de agrotóxicos iniciou-se na década de 1970.

Neste sentido, o objetivo do processo de registro de agrotóxicos, em teoria, seria o de reduzir os riscos à saúde humana e à conservação ambiental. Entretanto, os danos decorrentes do uso indiscriminado destes produtos ainda mantêm-se severos de um ponto de vista socioambiental, considerando que o registro em si não impede seu uso por determinados agentes. Consequentemente, este cenário se reflete em pressões do setor agrícola regulado, seja nos espaços institucionais de discussão, ou por meio de lobby diante dos poderes executivo e legislativo. Como as avaliações com maior grau de complexidade referem-se aos impactos ambientais e à saúde humana, estas levam muito mais tempo para serem concluídas. (Pelaez et al., 2015).

Desse modo, com o discurso de modernizar a agricultura e de conceber ao processo de registro dos agrotóxicos maior rigor técnico, está em discussão no Senado o Projeto de Lei nº 1459/2022; o qual, na sua essência, pretende flexibilizar a utilização, registro e comercialização destes produtos químicos. O fato é que os números de registros de agrotóxicos no Brasil, desde 2010, só aumentam (Gráfico 1). Caso a Lei venha

a ser aprovada, a tendência é que o uso de tais contaminantes amplie-se exponencialmente, ocasionando danos ainda maiores à saúde humana e ao meio ambiente.

Gráfico 1: Total de Registros de Agrotóxicos, seus componentes e Afins.



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2023

Além disso, de acordo com o relatório do IBAMA, o estado do Pará liderou em 2021 a venda de agrotóxicos. Em 2009, ele ocupava a 3ª posição na venda de agrotóxicos. Mas, nos últimos anos, o cenário mudou – em função da expansão de cadeias produtivas agrícolas no estado, como a da soja – resultando na intensificação de sua comercialização no estado (Tabela 1). Neste contexto, o panorama da comercialização de agrotóxicos já demonstra que as políticas econômicas recentes revelam-se, em sua maioria, favoráveis aos interesses do agronegócio em detrimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e justiça social (Ferreira, 2012).

Tabela 1: os 10 ingredientes ativos mais vendidos no Pará em 2022.

Ingredientes Ativos	Vendas (Tn)
Glifosato e seu sais	219.585,51
2,4-d	62.165,70
Mancozebe	50.340,24
Clorotalonil	38.320,40
Atrazina	37.298,57
Acefato	35.856,00
Malationa	13.291,23
Cletodim	9.750,70
S-metolacoloro	9.374,02

Fonte: IBAMA, 2022 (Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto n° 4.074/2002)

Unidade de medida: toneladas de IA.

Assim, somente no Estado do Pará, as intoxicações exógenas por agrotóxicos entre os anos de 2012 a 2022 corresponderam a um total de 6.951 casos notificados, sendo que o agrotóxico agrícola glifosato é responsável por 921 casos desse panorama das intoxicações exógenas. Isto sem mencionar o quadro das subnotificações, o que acarreta um agravante para toda a situação. (DATASUS/SINAN, 2023)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação atual sobre agrotóxicos, seus processos de registro e comercialização apresentam-se extremamente falhos. Ocorre uma liberação cada vez maior de pesticidas impulsionados pela própria legislação, com estímulo total do Estado e por cadeias globais de valor, como a da soja aqui na Amazônia. Isto provoca danos diretos sobre o meio ambiente e a saúde humana. Neste sentido, a contribuição inédita deste trabalho consistiu em demonstrar um breve panorama sobre os agrotóxicos na Amazônia e seus danos socioambientais. Concluiu-se que, apesar da redução no número de registro de agrotóxicos no último ano, sua comercialização ainda se mantém elevada.

5. PALAVRAS-CHAVE

Agrotóxicos. Amazônia. Meio Ambiente.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: setembro de 2011.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Fourth national report on human exposure to environmental chemicals**. Atlanta, GA: Centers for Disease Control and Prevention, 2009.

DUTRA, Rodrigo Marciel Soares; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Cerrado, Revolução Verde e evolução do consumo de agrotóxicos. **Sociedade & Natureza**, v. 29, p. 473-488, 2022.

FOLHES, Ricardo Theophilo; FERNANDES, Danilo Araújo. A dominância do paradigma tecnológico mecânico-químico-genético nas políticas para o desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia (Paper 540). **Papers do NAEA**, v. 31, n. 1, 2022.

IBAMA-INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto n° 4.074/2002.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Exposição no trabalho e no ambiente. **Agrotóxico**. Rio de Janeiro: INCA, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Ambiente, trabalho e câncer: aspectos epidemiológicos, toxicológicos e regulatórios** / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. – Rio de Janeiro: INCA, 2023.

PELAEZ, Victor; TERRA, Fábio Henrique Bittes; DA SILVA, Letícia Rodrigues. A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente. **Revista de Economia**, v. 36, n. 1, 2010.

VULNERABILIDADE FINANCEIRA À INUNDAÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACURI (BELÉM, PARÁ, BRASIL)

GT 03 – Gestão dos Recursos Naturais

Tamires de Fátima Pinto Lisboa Guimarães¹

Claudio Fabian Szlafsztein²

1. INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade é definida como a condição de pessoas, atividades socioeconômicas ou estruturas de ser afetado ou a sofrer danos diante de uma ameaça (CARDONA, 2001). Possui três componentes: a Exposição, componente física e ambiental da vulnerabilidade, que captura em que medida um grupo populacional é passível de ser afetado por uma ameaça em função da localização das pessoas em relação a ocorrência da ameaça; a Suscetibilidade, componente socioeconômica e demográfica, relaciona-se com a predisposição inerente de um grupo populacional a sofrer danos em face de um fenômeno perigoso; e a Resiliência, componente comportamental, comunitária e política, que captura a capacidade de absorver o choque e se restabelecer perante a ele, voltando a uma condição aceitável (CARDONA, 2004).

De León (2002) identifica seis tipos de vulnerabilidade diante de ameaças naturais: a) Estrutural - disposição de uma construção de ser atingida; b) Funcional - propensão à interrupção no funcionamento de uma instituição; c) Financeira - condições de fragilidade econômica; d) Social - populações que requerem cuidados especiais; e) Cultural - crenças, sobretudo de índole fatalista, em que os efeitos naturais são atribuídos a Deus, sem possibilidade de ação humana; e f) Psicológica - manifestação de traumas.

As enchentes e as inundações são fenômenos naturais de caráter hidrometeorológico ou hidrológico (SOUZA, 2005), que correspondem a uma vazão muito elevada num curso de água. A bacia hidrográfica do Paracuri, composta pelos rios Paracuri e Livramento e seus tributários, está situada na margem direita da Baía de Guajará, na porção ocidental da cidade de Belém, sofre com as consequências do transbordamento das águas ocasionado pelos altos níveis de marés, que contribuem para inundar periodicamente estas áreas, fenômeno agravado pelas precipitações (COSTA, 2009; MOURA, 2007).

A bacia concentra um dos principais polos do artesanato em cerâmica do estado do Pará. Os estabelecimentos de produção, denominados olarias, estão localizados próximos aos rios. O processo de produção, que tem início com a extração manual da argila, caracteriza-se pela utilização de atividades simples e pelo uso de pouca tecnologia (SOUZA, 2011).

Tomando por base os danos que as inundações causam ao processo de produção cerâmica e tendo como unidade de análise os setores censitários, o presente trabalho objetiva analisar a Vulnerabilidade Financeira na bacia hidrográfica do Paracuri, considerando as componentes exposição e suscetibilidade.

¹ Doutoranda em Gestão dos Recursos Naturais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)-Universidade Federal do Pará (UFPA), e-mail: tamirisboa@yahoo.com.br.

² Doutor em Ciências Naturais pela Kiel University, Alemanha, Professor Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA), e-mail: iosele@ufpa.br.

2. METODOLOGIA

Para a definição dos limites da bacia do rio Paracuri utilizou-se critérios geomorfológicos de CHRISTOFOLETTI (1980) mediante o uso do arquivo digital de curvas de níveis e pontos cotados com equidistância vertical de 1m, disponibilizados pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM.

A delimitação da área inundável na bacia considerou a cota de 4 metros, maior cota de inundação parcial e temporariamente registrada no município de Belém (BRASIL, 1976). Neste sentido foi gerado um Modelo Digital de Terreno (MDT), utilizando rotinas do ArcGis 9.3 - *Analyst/Data Management/TIN/Create TIN* e *3D Analyst/Conversion/From TIN/TIN to raster* mediante o uso dos arquivos digitais de curvas de níveis, pontos cotados e hidrografia (disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE).

A análise da Vulnerabilidade Financeira considerou a exposição e da suscetibilidade de cada setor censitário (unidade geográfica considerada nos recenseamentos demográficos do Brasil). Os setores inseridos na área inundável da bacia foram considerados expostos a ameaça de inundação, os setores com presença de olarias foram considerados suscetíveis, e vulnerável financeiramente os setores expostos e suscetíveis ao mesmo tempo;

A identificação dos setores censitários inseridos total ou parcialmente na área inundável da bacia foi realizada através da sobreposição dos vetores de área inundável da bacia e aos de setores censitários no SIG;

A produção cerâmica por setor censitário foi realizada através da consulta ao Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE, 2010).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção cerâmica constitui a principal fonte de renda para os artesãos na bacia do rio Paracuri, embora possuam atividades de complementação de renda. A renda auferida através da produção de artesanatos está entre um e dois salários mínimos (SOUZA, 2011).

O Processo de produção das peças envolve oleiros, desenhistas, nicadores, burnidores e forneiros. Após a confecção ou modelagem e antes de passarem pelos processos de queima e pintura as peças em cerâmica são expostas ao ar livre para secar, o que devido à falta de maiores espaços nas olarias muitas vezes é feito sobre um papelão estendido no chão da olaria.

Peças de cerâmica são perdidas e atividades são paralisadas acarretando danos financeiros aos produtores ceramistas quando as olarias são inundadas nos períodos de cheia dos rios, predominantemente entre dezembro e maio (CANÇADO, 2009).

Segundo relatos dos artesãos, a principal causa da perda de peças pela inundação consiste na falta de locais adequados para estocar a matéria-prima da produção e as peças semiacabadas. Na Travessa Soledade, o proprietário relatou que os blocos de argila (matéria-prima da produção) são perdidos durante a inundação devido ficarem estocados no chão da olaria (Figura 1). Na Rua 15 de agosto próximo a Travessa Soledade, os proprietários da olaria situada na margem Rio Livramento relataram que as peças em cerâmica que precisam ser colocadas no chão da olaria para secar ao entrarem em contato com a água perdem consistência (Figura 2).

Figura 1: Blocos de argila estocados na Travessa Soledade.

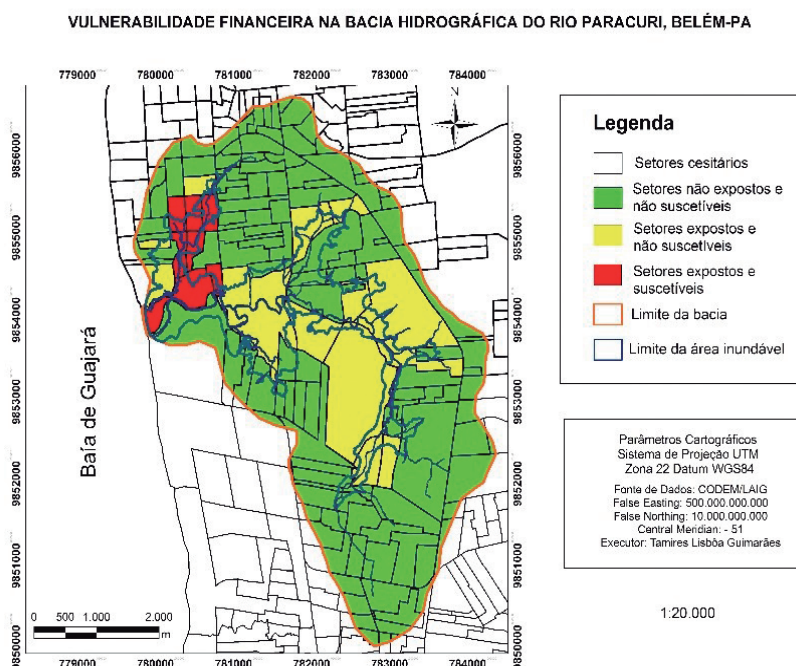


Figura 2: Produção cerâmica e peças secando na olaria da Rua 15 de agosto com a Travessa Soledade.



Segundo a delimitação da área situada sob a cota máxima de inundação em Belém (4 m) a área inundável da bacia corresponde a 3,4 Km². Dos 130 setores que compõem a bacia, 23 estão inseridos na área inundável e foram definidos como “expostos” a ameaça de inundação, destes 7 apresentam produção de cerâmica, sendo definidos como “susceptíveis”. A Vulnerabilidade Financeira na bacia hidrográfica do rio Paracuri é expressa nos 7 setores censitários onde a exposição e a susceptibilidade à ameaça de inundação são concomitantes (Figura 3).

Figura 3: Vulnerabilidade financeira na bacia hidrográfica do rio Paracuri quanto a exposição e a suscetibilidade da produção ceramista à ameaça de inundação.



A produção do artesanato cerâmico está presente em 30,4% dos setores censitários suscetíveis à inundação. Os setores censitários considerados vulneráveis financeiramente à ameaça de inundação correspondem a uma área de 0,9 km², equivalente a 26,5 % da área inundável da bacia e estão situados nos bairros Ponta Grossa e Paracuri. Nesta área existem 27 estabelecimentos produtores de cerâmica nas áreas inundáveis.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática das inundações na Amazônia ocasiona inquietações em torno de quais as principais áreas e quais as características sociais e econômicas das pessoas atingidas por estes eventos. Neste sentido, a produção deste trabalho é fruto da realização de um esforço maior que visa contribuir para o incremento da análise e da gestão dos riscos de desastres ambientais urbanos na Região, definindo e mapeando as áreas sob ameaça de inundação, áreas onde as populações mais vulneráveis ao impacto da referida ameaça estão localizadas, assim como seus instrumentos e condições de resposta para se reestabelecerem diante destes impactos.

5. PALAVRAS-CHAVE

Vulnerabilidade financeira; inundação; bacia hidrográfica.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANÇADO, V. Consequências econômicas das inundações e vulnerabilidade: desenvolvimento de metodologia para a avaliação do impacto nos domicílios e na cidade. 394 f. Tese (Doutorado em Saneamento Meio Ambiente e Recursos Hídricos: Recursos Hídricos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2009.

CARDONA, O. La necesidad de repensar de manera holística los conceptos de vulnerabilidad y riesgo: una crítica y una revisión necesaria para la gestión. Bogotá: CEDERI, 2001, 18 p.

- CARDONA, O. The need for rethinking the concepts of vulnerability and risk from a holistic perspective: a necessary review and criticism for effective risk management. *In*: BANKOFF, G.; FRERKS, G.; HILHORST, D. (Eds.). *Mapping Vulnerability: disasters, development, and people*. London: Earthscan Publications, 2004: 37-51.
- CNEFE - (<http://www.censo2010.ibge.gov.br/cnefe/>) do Censo 2010.
- CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. Brasil: Edgard Blucher, 1980.
- COSTA, B. Aproveitamento das Águas Subterrâneas na Região Metropolitana de Belém (RMB) de Forma Sistemática. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Centro de Ciências Exatas e Tecnologia) - Universidade da Amazônia, Belém, 2009.
- DE LEÓN, J. La Naturaleza de los Riesgos, un Enfoque Conceptual. Guatemala: Centro de Investigación y Mitigación de Desastres Naturales, 2002, 53 p.
- EM-DAT – The International Disaster Database. Disponível em: <http://www.emdat.be/database>. Acesso em: 15/07/2018.
- MOURA, E. Mapeamento do Halo de Dispersão Formado por Efluentes Industriais Lançados na Baía do Guajará no Trecho Compreendido Entre o Bairro de Val-de-Cães e o Distrito de Icoaraci. 80 f. Dissertação (Mestrado em Geologia e Geoquímica) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Geologia e Geoquímica, Belém, 2007.
- SOUZA, D. O Trabalho dos artesãos ceramistas de Icoaraci (Belém/PA) na dinâmica da Amazônia Brasileira. Anais do I Simpósio de Pesquisa Interdisciplinar da Amazônia Legal: Diálogos Interdisciplinares em Busca da Integração Regional. Belém: Universidade do Estado do Pará, 2011. v. I. p. 001-176.

ARMAZENAMENTO GEOLÓGICO DE CO₂: UMA ROTA DE BAIXO CARBONO PARA PROJETOS DE ENERGIA NA AMAZÔNIA

GT03 - Gestão de Recursos Naturais

Gabriel Lobato Cardoso¹
Colombo Celso Gaeta Tassinari²

1. INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado em 1987 no Relatório Brundtland das Nações Unidas, retratando o compromisso com a utilização racional dos recursos do planeta e com os direitos transgeracionais (GOLDEMBERG; LUCON, 2012). Isso refletiu, mais tarde, em iniciativas como a Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentre esses, o ODS-7, voltado à garantia de acesso a energias mais sustentáveis (ESC, 2020), tomou destaque pelas suas interfaces com o Acordo de Paris para a redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE).

No setor de óleo e gás, esse panorama fortaleceu iniciativas de descarbonização como o *Carbon Capture, Utilisation and Storage* (CCUS) (ENGLISH; ENGLISH, 2022) – um arranjo de tecnologias para a separação ou captura de CO₂ de fontes emissoras, sua compressão e transporte para um local seguro e sua injeção em uma formação geológica isolada da atmosfera (SAN MARTÍN-CAÑAS, 2020). Seu armazenamento pode se dar, sobretudo, em folhelhos negros associados a ocorrências de *shale gas*, atrelando-se a possíveis explorações comerciais de gás natural (ROCHA, 2021).

Na Amazônia, o CCUS se oportuniza a partir da Formação Barreirinha, Bacia do Amazonas, uma unidade Devono-Carbonífera de folhelhos negros (CAPUTO, 1984) com uma área prospectiva total 124.707 km² para *shale gas* (EIA, 2015) e avaliação média de recursos de 33 TCF (SCHENK et al., 2017). Partindo disso, o presente trabalho discute as possibilidades relacionadas ao armazenamento geológico de CO₂ associado ao aproveitamento de *shale gas* na Formação Barreirinha, considerando o papel do gás natural na transição energética em paralelo a mitigação de emissões de GEE.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

As perspectivas para as discussões deste trabalho foram obtidas a partir de um conjunto documental de artigos científicos qualificados, livros, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, produções acadêmicas especiais e relatórios técnicos institucionais. De modo geral, foram consultadas 20 literaturas, produzidas entre 2012 e 2023. Por se tratar de uma análise introdutória, foi realizada uma revisão bibliográfica similar a empregada por Cardoso e Tassinari (2022) para investigar as oportunidades e desafios do *shale gas* na Amazônia, proporcionando a correlação entre as observações de bibliografias relacionadas a temática e as características amazônicas.

¹ Mestre em Ciências, Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, gabrielloboato@usp.br.

² Doutor em Geoquímica e Geotectônica, Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, ccgtassi@usp.br.

3. DISCUSSÕES

O *shale gas* na Amazônia tende a se beneficiar das projeções para o horizonte 2021-2031 relacionadas à expansão da contribuição do gás natural no atendimento da demanda termelétrica e para a segurança energética na região (MME/EPE, 2022), principalmente em Sistemas Isolados, dadas as operações de baixo carbono provenientes do gás natural frente a outros recursos fósseis (BP, 2023). Caso essa expansão compreenda o *shale gas*, o armazenamento geológico de CO₂ pode ser implementado para a captação de emissões das usinas termelétricas (GOLDEMBERG; LUCON, 2012).

Com essas novas usinas se instalando nas proximidades dos pontos produtivos da Formação Barreirinha, haveria reduções de custos em função da perspectiva de estocagem das emissões nas adjacências do campo de exploração (WINDÉN et al., 2013), em zonas depletadas da formação. Tal panorama possibilitaria, ainda, o fomento à produção de hidrogênio azul por meio da reforma do gás natural com a adição de etapas do CCUS (MME/EPE, 2021), indo ao encontro da perspectiva de criação de um mercado de hidrogênio no país como uma estratégia para a descarbonização (CNI, 2022).

Por outro lado, Cardoso (2023) observa a possibilidade de conversão das atuais termelétricas a diesel para a utilização de gás. Essas UTE poderiam ser atendidas pelo *shale gas*, ocasionando menores emissões, em relação ao diesel, durante a produção de eletricidade. Nesse sentido, aproveitando-se da infraestrutura de poços existentes, o CO₂ coletado das usinas convertidas também seria armazenado no reservatório exaurido, resultando em um modelo exploratório local economicamente atrativo baseado na descarbonização e na segurança energética regional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a Amazônia, o armazenamento geológico de CO₂ desponta como possível frente para a redução de impactos ambientais de atuais e futuros projetos de energia não renovável, partindo do entendimento da transição lenta e gradual para fontes alternativas. Vale destacar, com base nas transições anteriores, que os recursos de óleo e gás ainda permanecerão na matriz energética mundial e amazônica – daí a necessidade estratégias de descarbonização do tipo, seja para o cumprimento das metas de acordos climáticos e agendas globais, seja para disponibilizar investimentos para outras fontes de energia.

5. PALAVRAS-CHAVE

Armazenamento geológico de CO₂, *Shale gas*. Amazônia.

6. AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

7. REFERÊNCIAS

- BRITISH PETROLEUM (BP). **Energy Outlook – 2023 Edition**. London: British Petroleum, 2023.
- CAPUTO, M. V. **Stratigraphy, tectonics, paleoclimatology and paleogeography of northern basins of Brazil**. 1984. 603 f. Dissertação (Obtenção do Grau de Philosophiæ Doctor em Geologia) – University of California, Santa Barbara, 1984.
- CARDOSO, G. L.; TASSINARI, C. C. G. O Potencial para Gás em Folhelho (*Shale Gas*) na Bacia do Amazonas: Oportunidades e Desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM PETRÓLEO E GÁS, 11., 2022, Belém. **Anais do 11º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Petróleo e Gás**. Natal: ABGP, 2022. 9 f.

CARDOSO, G. L. **Avaliação de recursos de gás em folhelho (Shale Gas) na Formação Barreirinha, Bacia do Amazonas, e suas perspectivas para a Amazônia.** 2023, 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências – Programa de Pós-Graduação em Energia) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Hidrogênio Sustentável – Perspectivas e Potencial para a Indústria Brasileira.** Brasília: CNI, 2022.

ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL (ESC). **Progress towards the Sustainable Development Goals.** New York: United Nations, 2020. 19 f. Report of the Secretary-General n. E/2020/57.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). **Technically Recoverable Shale Oil and Shale Gas Resources: Brazil.** Washington (DC): U. S. Department of Energy, 2015.

ENGLISH, J. M.; ENGLISH, K. L. An overview of carbon capture and storage and its potential role in the energy transition. **First Break**, v. 40, n. 4, p. 35-40, 2022.

GOLDEMBERG, J.; LUCON, O. **Energia, meio ambiente e desenvolvimento.** 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME)/EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Hidrogênio Azul: produção a partir da reforma do gás natural com CCUS.** Brasília: Ministério de Minas e Energia/ Empresa de Pesquisa Energética, 2021.

_____. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2031.** Brasília: Ministério de Minas e Energia/ Empresa de Pesquisa Energética, 2022.

ROCHA, H. V. **CO₂ geological storage in organic-rich shales of the Irati Formation, Paraná Basin, Brazil.** 2021. 176 f. Tese (Doutorado em Ciências – Programa de Pós-Graduação em Energia) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, 2021.

SAN MARTÍN-CAÑAS, S. **Data mining for prospectivity evaluation: The Irati Formation as a reservoir for the co-development of shale gas and CO₂ geological storage in the Paraná Basin – Case study of the State of São Paulo.** 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências – Programa de Pós-Graduação em Energia) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, 2019.

SCHENK, C. J. et al. Assessment of continuous oil and gas resources of Solimões, Amazonas, and Parnaíba Basin Provinces, Brazil, 2016. **US Geological Survey Fact Sheet**, v. 3009, n. 1, 2017.

WINDÉN, B. et al. An Investigation into the logistical and economical benefits of using offshore thermal power in a future CCS scheme. **Energy Procedia**, v. 37, p. 2997-3004, 2013.

DESINDIANIZAR A IMA: LA PRODUCTIVIZACION DE LA «MADRE TIERRA PIJAO» EN EL SUROCCIDENTE DEL TOLIMA (COLOMBIA)

GT03 – Gestão de Recursos Naturais

Andrés Felipe Ortiz Gordillo¹

1. INTRODUÇÃO

El factor territorial ha sido clave en los procesos de desindianización de los indígenas Pijaos ubicados en el departamento del Tolima (Colombia). Desde mediados del siglo XIX la implementación de procesos agroindustriales vinculados, fundamentalmente, al cultivo del café, así como la usurpación de tierras y otros factores, forzaron la campesinización indígena en el sur del Tolima, generando un reacomodo de la propiedad de la tierra y de sus usos, cuestión que determinó la transformación de las concepciones que sobre el territorio tenían los indígenas.

El cambio de las condiciones de trabajo transformó las prácticas socioculturales de la región, así como las simbologías respecto al mundo y las identidades de los sujetos. El modo de producción capitalista de la región tuvo como base la tierra y la fuerza de trabajo de los indígenas, quienes no tuvieron mayores alternativas económicas para su subsistencia. Esta situación, sumada a los procesos de evangelización y los intentos de “ilustración” y “culturización” impulsados por la República, generó el terreno fértil para la transición de las mentalidades indígenas respecto a Ima, la Madre tierra, y respecto a sí mismos en tanto indígenas. El resultado: el desvío hacia el mundo y la cultura campesinas.

2. METODOLOGIA

A través de una etnografía colaborativa y revisión documental se establece

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

El territorio como concepto que nombra la relación entre el espacio físico y el sujeto que lo habita, surge al mismo tiempo que el proyecto de la modernidad-colonial. La noción de Estado-nación implica una regulación del espacio, su delimitación física y, por extensión, la administración de las relaciones y actividades que desarrolla el sujeto en ese espacio delimitado por fronteras. Porto Gonçalves (2002) señala que el Estado nace como un instrumento de control de multitudes, porque permite la institucionalización de formas inéditas de organización espacial, que posibilitan tanto el disciplinamiento de la población, como el control y la regulación de los recursos naturales (p. 223-224).

Fueron múltiples las estrategias que se utilizaron para despojar a los Pijaos de sus territorios. Estas estrategias tienen un componente sociocultural fuerte, por cuanto procuraron no solo imponer un modelo político-económico exógeno, sino también intervenir el sistema de creencias sobre el cual se sustentaban las relaciones sociales del pueblo Pijao. Esta situación se ha mantenido en el tiempo, por lo cual los abuelos y abuelas identifican estrategias de dominación territorial que intervinieron sobre la vida cotidiana de los indígenas. Dice Jerónimo Guzmán, indígena Pijao:

¹ Doctorando del PPGSA UFPA. Profesor investigador de la Corporación Unificada de Educación Superior CUN Regional Tolima, integrante del Grupo de Investigación Rastro Urbano de la Unibagué. Texto producto de la investigación doctoral: “Pueblo Pijao y recuperación de Ima. Reetnización, sabidurías propias y defensa territorial en el Resguardo Indígena San Antonio de Calarma (Tolima, Colombia)” (PPGSA UFPA). andresfortizg@yahoo.es.

Lo que pasa es que el no indígena de pronto desconoce que la Madre tierra es un ser vivo –dice Jerónimo Guzmán mirando el territorio desde su casa las montañas de la serranía de Calarma–, y el que lo reconoce de pronto no lo siente como lo siente un indígena, como nosotros lo hemos aprendido a sentir. Entonces la diferencia que tenemos de entender el territorio entre los indígenas y los no indígenas puede radicar en eso, en que para nosotros la Madre tierra es tan sagrada como la parte divina que puede tener un ser humano, y para nosotros la parte sagrada es la vida, y por eso defender y liberar a la Madre tierra es defender y liberar la vida (COMUNICACIÓN PERSONAL CON JERÓNIMO GUZMÁN, 23 DE ENERO, 2019).

Para poder ser y estar con la Madre tierra de un modo propio, los pueblos indígenas requieren de la restitución y garantía de sus derechos territoriales, incluyendo la posibilidad de recuperación simbólica de sus mundos. Si bien la colonización se debe mirar como un proceso social con características colectivas en lo que refiere a la migración y a los mecanismos culturales de apropiación territorial, el sentido de este proceso era fundamentalmente privatizador y lucrativo, por cuanto se enajena la propiedad, se secularizan las concepciones nativas, y se ideologizan las ideas de “tierra”, “recurso natural”, “naturaleza” para poder insertarlas como fundamento onto-epistémico de las dinámicas productivas.

Se debe reconocer que al tiempo que el capitalismo produce mercancías y riqueza, produce desigualdades, y que son estas relaciones de poder/dominación las que, en el capitalismo, definen la estructura social y el lugar que los sujetos ocupan en ella. Por eso es importante, tal como lo señala Maldonado-Torres (2017), que las re-existencias sean entendidas como respuesta subalterna al “lado oscuro” de la modernidad, ya que esta no es solo un sistema promotor del avance científico y tecnológico de la sociedad occidental, sino que en la base de este “desarrollo” se encuentra la “negación del otro”, del “salvaje”, del “primitivo”, del “no-moderno” (p. 27). Esta misma lógica de la negación se le aplicó a la naturaleza, que fue concebida como espacio “salvaje”, “recurso natural”, “naturaleza explotable” que, por encontrarse por fuera del dominio humano, era susceptible de ser convertida en objeto de dominación (ESCOBAR, 2010, P. 141).

Como se ve desde este ejemplo regional, la lucha por la defensa del territorio y sus “recursos” se sitúa en el plano de las claves contemporáneas del poder, y traen al debate temas como la eco-gubernamentalidad, la conservación, la “securitización” de los temas ambientales, la administración y productivización de la biodiversidad, la apropiación jurídico-política de la naturaleza y la “justicialización” global de los conflictos ambientales territoriales, la instrumentalización de las comunidades locales defensoras del ambiente (PALACIO, 2006; GUDYNAS, 2010; CASTRO, 2015, 2018; MACHADO ARÁOZ, 2017; SVAMPA, 2019), además de los ya consabidos conflictos relacionados con la apropiación espuria de los recursos naturales y su usurpación a las comunidades locales, la contaminación, el calentamiento global y cambio climático, etcétera.

La crítica que hacen los Pijaos a la estructura (sociopolítica y epistémica) con la cual se define el lugar y la función de los indígenas frente a la protección de los “recursos naturales”, es decir, el papel de “cuidadores de la Madre tierra” que se les ha asignado, es que no se comprende la profundidad de lo que para ellos significa el cuidado, la crianza y el cuidado mutuos. Esa figura del “cuidador” se concibe por muchos como un asunto puramente instrumental, parecida a la figura del “guardaparques” que en Colombia contribuye a la conservación de las áreas protegidas (parques nacionales naturales y otros) y que dice trascender “fronteras, ideologías, religiones, culturas, etnias y estratos sociales y económicos”, es decir, des-socializa y des-politiza la función del cuidador, esperando un rol pasivo en cuestiones que son estructurales frente al contexto que genera los conflictos.

De este modo las territorialidades indígenas del sur y suroccidente del Tolima han estado históricamente mediadas por la colonización productivista y rentista, lo cual ha llevado, desde mediados de la década de 1970 a la estructuración de respuestas organizativas y de movilización social diferencial que han tenido como centro lucha por la recuperación de los territorios ancestrales. Estas luchas han estado mediadas por la recuperación onto-epistémica, en lo que denominamos como un proceso de re-existencia cosmopolítica para «volver al origen», cuestión que ha permitido a los Pijaos recuperar una serie de sabidurías propias o *Concepciones-vida* con las cuales redimensionar sus relaciones vitales con Ima, la Madre tierra.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

En la lógica del modelo civilizatorio occidental, a la tierra/territorio se le reconoce como “recurso natural” dispuesto para el agenciamiento instrumental del “desarrollo” que requieren los países para promover el progreso de sus pueblos; este modelo moderno de desarrollo requiere de la incorporación de recursos naturales en los sistemas de producción y comercio mundiales, para lo cual tuvo que transformar los sentidos que sobre la tierra/naturaleza se experimentaban en las diversas culturas locales, desacralizándola y reduciéndola a la condición de recurso en favor del mercado, el desarrollo y el crecimiento económico.

La campesinización de los indígenas implicó la desindianización de Ima, la Madre tierra Pijao, generándose un distanciamiento de los Pijaos de las sabidurías propias relacionadas con el territorio. Y por esta razón es tan importante para el pueblo Pijao actual recuperar a Ima y sus sabidurías, llamadas concepciones-vida, a las cuales se les entiende como parte constitutiva del proceso de re-existencia de los Pijaos. Se plantea que existe una relación directa entre el proceso de identificación de concepciones-vida como referentes de un sentipensamiento propio de la comunidad, su proceso de reetnización y sus luchas en defensa de Ima, en el sentido de que las luchas territoriales pasan necesariamente por la apropiación de un conocimiento relacional, complementario y recíproco que posibilita un bien-estar en el territorio, desde una perspectiva diferencial o «nativa», con el propósito de «volver al origen». En estas búsquedas, se identifica que este conocimiento relacional está integrado en las vivencias prácticas cotidianas de los Pijaos, y se expresan a través de una serie de sabidurías denominadas como concepciones [sobre y para el cuidado de la] vida.

5. PALAVRAS-CHAVE

Desindianización; Recuperación de Ima; Productivización territorial; Recurso natural.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

CASTRO, E. (2015). *Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder*. In FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia. Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 225-246.

CASTRO, E. (2018) *Neoextractivismo en la minería, prácticas coloniales y lugares de resistencia en Amazonia, Brasil*. In Perfiles Económicos, No. 5, Julio 2018, Chile, pp. 35-76.

CONSEJO REGIONAL INDÍGENA DEL TOLIMA [CRIT], ORGANIZACIÓN NACIONAL INDÍGENA DE COLOMBIA [ONIC], ALMÁCIGA Y WATU. (2002). *El Convite Pijao: Un camino, una esperanza*. Tolima: Ediciones Turdakke.

ESCOBAR, A. (2010 [2008]). *Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes*. Popayán: Envió editores.

GUDYNAS, E. (2010). *La ecología política del progresismo sudamericano: los límites del progreso benévolo*. En Revista Íconos, Flacso Ecuador, No. 36, enero 2010, pp. 53-67.

MACHADO ARÁOZ, H. (2017). *“América Latina” y la ecología política del sur. Luchas de re-existencia, revolución epistémica y migración civilizatoria*. En: Alimonda, H.; Toro, C. y Martín, F. (Coordinadores). *Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica* (Vol. 2). México: CLACSO, Universidad Autónoma Metropolitana.

MALDONADO-TORRES, N. (2017). *El arte como territorio de re-existencia: una aproximación decolonial*. Iberoamérica Social: Revista-red de estudios sociales VIII, p. 26 - 28. Disponible en: <https://bit.ly/3Yshh0l>.

PALACIO, G. (2006). *Breve guía de introducción a la Ecología Política: Orígenes, inspiradores, aportes y temas de actualidad*. Revista Gestión y Ambiente 9(3).

PORTO GONÇALVES, C. W. (2002) *Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades*. Em: La guerra infinita. Hegemonía y terror mundial. Argentina: CLACSO.

SVAMPA, M. (2019). *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Guadalajara, Jalisco: Calas.

ACORDOS DE PESCA E A EMERGÊNCIA DE UM MODELO DE GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS PESQUEIROS NO RIO CAETÉ, AMAZÔNIA ORIENTAL

GT03 – Gestão de recursos naturais

Cristiney Santos¹

1. INTRODUÇÃO

A luta por justiça ambiental e social sempre esteve na pauta das comunidades amazônicas (Acselrad, 2010). Visando fazer frente aos avanços da exploração predatória dos recursos naturais, iniciativas de manejo foram desenvolvidas com sucesso, possibilitando a esses povos provar que podem ser protagonistas dos movimentos de preservação das florestas, rios, igarapés e fauna associada. As comunidades da várzea amazônica desenvolveram um modelo de cogestão dos recursos denominado acordo de pesca, que consiste num modelo de gestão baseada na comunidade, visando a preservação, disponibilidade e manejo sustentável do recurso pesqueiro (McGrath et al., 2008; Perrota, 2014). Seguindo essa tendência de gestão participativa dos recursos naturais, as comunidades ribeirinhas do rio Caeté, em Bragança, articularam junto à Secretaria de Pesca a formalização de um acordo para garantir a pesca sustentável na bacia do Caeté.

Neste texto introdutório, tenho como objetivo discorrer brevemente sobre algumas questões centrais que envolvem um acordo de pesca. A partir da análise da bibliografia sobre o tema, e da observação participante nas assembleias, abordo o acordo de pesca do ponto de vista da gestão participativa; depois discorro sobre os conflitos territoriais envolvendo a temática; finalmente, falo sobre a emergência da cogestão dos recursos naturais e o processo de construção do acordo de pesca do rio Caeté.

2. ACORDO DE PESCA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS NATURAIS

O declínio da produtividade pesqueira levou as comunidades ribeirinhas amazônicas adotarem estratégias próprias de gestão dos recursos, implementando medidas como a restrição de acesso a certos corpos d'água, a proibição do uso de determinados apetrechos ou mesmo restringindo totalmente a pesca de determinadas espécies (Ruffino, 2005). Este modelo de gestão, denominado gestão participativa, possui importância tanto para administração pesqueira, como na redução dos conflitos sociais na pesca, além de prevenir danos sociais e ecológicos e dar credibilidade ao modo como os recursos naturais são geridos.

Os acordos de Pesca são instrumentos de gestão dos recursos pesqueiros, firmados por meio do diálogo entre as partes interessadas (comunidades ribeirinhas, governo e ONGs) visando assegurar a exploração sustentável dos recursos nas comunidades, preservar para gerações futuras e reduzir os conflitos sociais que envolvem a atividade pesqueira (Ruffino, 2005).

3. CONFLITOS DE PESCA E TERRITÓRIOS

Os conflitos relacionados à atividade pesqueira na Amazônia iniciaram durante a segunda metade do século XX, quando foram implementadas uma série medidas para regulamentar a atividade pesqueira e

¹ Doutorando do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Email: cristiney06@gmail.com.

aumentar a produção (Goularti Filho, 2021). Dentre as medidas estavam a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) em 1962 e o Decreto-Lei 221/1967, que concedia incentivos e isenções fiscais como estímulos à pesca (Goularti Filho, 2021); posteriormente, este dispositivo teve vários de seus artigos alterados pelo Decreto-Lei 2467/1988, ou revogados pela Lei 11.959/2009 (estatuto da pesca).

Conflitos sociais de pesca começam pela apropriação do território, seja um igarapé, lago, várzea ou rio, quando os envolvidos reivindicam a posse do recurso pesqueiro no território (Cardoso et al., 2018), apesar de rios e lagos serem considerados bens de usos comuns. Notou-se que, com o aumento da pesca para fins comerciais na Amazônia, o pescado tornou-se cada vez mais escasso (Oviedo, Bursztyn & Drummond, 2015). Segundo estes autores acordos de pesca são um passo na direção de alcançar um meio-termo entre os interesses individuais e coletivos, gerando benefícios mútuos e reduzindo conflitos.

4. ACORDO DE PESCA EM BRAGANÇA-PA

Bragança, localizada no Nordeste paraense à 220 Km de Belém, situada na margem esquerda do rio Caeté, tem na pesca artesanal uma das principais atividades econômicas (Espírito-Santo e Isaac, 2012). A bacia hidrográfica do rio Caeté possui uma área de 2.195 km² e 149 km de extensão desde a nascente no município de Bonito, até a foz na baía Caeté-Urumajó. Drenando parte de sete municípios paraenses (Bonito, Ourém, Santa Luzia do Pará, Capanema, Tracuateua, Bragança e Augusto Correa), a hidrográfica do rio Caeté é dividida em Alto, Médio e Baixo, segundo características do rio principal. O acordo de pesca se concentra na porção média do rio, portanto fora dos limites da Reserva-Extrativista marinha Caeté-Taperaçu.

A atividade pesqueira feita por “pescadores de fora” e a invasão de territórios tradicionalmente ocupados por ribeirinhos em vilas centenárias do município, tem gerado conflitos de pesca entre os habitantes do médio Caeté, onde principal consequência apontada pelos comunitários, refere-se à redução da quantidade de peixe no rio. Associado a questões ambientais, a diminuição do pescado levou as comunidades ribeirinhas a reivindicarem regras para exploração racional e ecologicamente viável visando assegurar a preservação dos recursos pesqueiros (Tavares, Barboza & Oliveira, 2022).

Segundo Cardoso et al. (2018) a luta dos ribeirinhos pelo território aquático e pela manutenção dos recursos pesqueiros, configura-se como uma das dimensões da questão agrária na Amazônia. Os pescadores artesanais do médio Caeté ao reivindicarem a formalização do Acordo de Pesca, estavam em primeira instância, mesmo que inconscientes, reivindicando a posse do território e dos recursos. Nesse sentido, o outro é visto como invasor indesejado. Para Medeiros (2008) o território possui significado biológico, econômico, social e político. O território é um lugar de mediação entre o homem e sua cultura (Escobar, 2012).

O processo de construção do acordo de pesca do rio Caeté, iniciou-se no ano de 2019, a partir de demanda dos moradores (Tavares, Barboza & Oliveira, 2022). Segundo estes mesmos autores a principal motivação dos moradores para a formalização do acordo refere-se à preservação dos recursos pesqueiros para gerações futuras e a preocupação com esgotamento imediato dos estoques.

A Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca (SEMAP) de Bragança, ao longo de 3 anos de construção do acordo de pesca intermediou mais de 30 assembleias comunitárias. Como resultado das assembleias participativas foi lavrada a minuta do acordo de pesca que teve no dia 11 de fevereiro de 2023 sua aprovação pelos delegados escolhidos pelos próprios comunitários.

O acordo de pesca do rio Caeté abrange 25 comunidades do município de Bragança, cujos polos são as vilas Almoço, Nova Mocajuba, Chaú e Arimbú (Tavares, Barboza & Oliveira, 2022), cobrindo uma extensão de aproximadamente 30 km ao longo das duas margens do rio. A divisão em polos foi uma estratégia adotada pela SEMAP, para facilitar na logística e deslocamento das equipes. Estas comunidades do médio Caeté

têm como principal fonte de subsistência a pesca artesanal, agricultura familiar, e extrativismo vegetal (Gorayeb & Pereira, 2014).

Tavares, Barboza & Oliveira (2022) afirmam que a construção do acordo de pesca não foi uma tarefa fácil, pois as equipes técnicas da SEMAP encontravam resistência dentre os próprios moradores, muitos dos quais não estavam totalmente esclarecidos sobre o que significava o acordo. Assim, alguns moradores deduziam, erroneamente, que o acordo era uma forma de proibir a pesca. Para contornar tal problema a SEMAP adotou a estratégia denominada de “parada de mobilização”, com intuito de esclarecer aos moradores sobre as vantagens do acordo e lhes apresentar experiências exitosas que ocorreram em outras regiões.

Os principais problemas relacionados a pesca apontados pelas comunidades são o uso de apetrechos de pesca considerados danosos para os peixes como a zagaia e a rede miúda, diminuição do tamanho dos peixes, assoreamento do rio, pesca predatória e sobrepesca (Tavares, Barboza & Oliveira, 2022). Outros autores também apontam problemas ambientais que afligem o rio Caeté e as comunidades ribeirinhas (Gorayeb & Pereira, 2014; Simeone et al., 2018), reforçando que já havia necessidade de implementação de regras que garantam a gestão sustentável dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Caeté.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estratégias que conciliem preservação de recursos com desenvolvimento são um desafio em ambientes naturais especialmente em áreas comuns. No entanto, na Amazônia, os acordos de pesca têm funcionado como um modelo democrático bem-sucedido, onde os próprios comunitários se organizam em busca de soluções para os problemas sociais. Estudos indicam a eficiência desse modelo participativo de auto gerenciamento na preservação dos recursos pesqueiros, redução de conflitos e justiça ambiental.

6. PALAVRAS-CHAVE

Acordo de pesca. Gestão baseada na comunidade. Rio Caeté

7. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010.

CARDOSO, M. C. et al. Pescadores artesanais, conflito de interesses e os recursos pesqueiros vistos como capital natural crítico: o caso do Lago do Juá em Santarém, Pará. **O Social em Questão**, v. 21, n. 40, p. 309–332, 2018.

ESCOBAR, A. **Más allá del tercer mundo: globalización y diferencia**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Universidad del Cauca, 2005.

ESPÍRITO-SANTO, R. V. DO; ISAAC, V. J. Desembarques da pesca de pequena escala no município de Bragança-PA, Brasil: esforço e produção. **Bol. Lab. Hidrobiol.**, v. 25, p. 31–48, 2012.

GORAYEB, A.; PEREIRA, L. C. C. **Análise integrada das paisagens de bacias hidrográficas na Amazônia Oriental**. 1ª ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

GOULARTI FILHO, A. Da sudepe à criação da secretaria especial de aquicultura e pesca: as políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 49, n. 49, p. 385–412, dez. 2021.

MCGRATH, D. G. et al. Constructing a policy and institutional framework for an ecosystem-based approach to managing the Lower Amazon floodplain. **Environment, Development and Sustainability**, v. 10, n. 5, p. 677–695, out. 2008.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. Em: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Eds.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, 2008. v. 1p. 217–225.

OVIEDO, A. F. P.; BURSZTYN, M.; DRUMMOND, J. A. Agora sob nova administração: acordos de pesca nas várzeas da amazônia brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 4, p. 119–138, dez. 2015.

PERROTA, A. Emergência de noções e práticas ambientalistas ribeirinhas face à pesca comercial. Em: ESTERCI, N.; JÚNIOR, H. A. S.-; TEREISSENC, M. J. S. (Eds.). **Territórios sociambientais em construção na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2014. p. 137–167.

RUFFINO, M. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: IBAMA, 2005.

SIMEONE, D. et al. Greater macroinvertebrate diversity and freshwater mussel density in meander margins of an Amazon river. **Freshwater Biology**, v. 63, n. 9, p. 1118–1129, maio 2018.

TAVARES, M. P. C.; BARBOZA, R. S. L.; OLIVEIRA, M. DO V. Acordo de pesca do rio caeté: conflitos e processos de construção na Amazônia. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 4, n. 1, p. 47–57, 2022.

A SETA E O ALVO? O REGULAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA PARA PRODUTOS LIVRES DE DESMATAMENTO E O CENÁRIO MADEIREIRO DO BRASIL

GT 03 – Gestão de Recursos Naturais

Rayssa Yuki Murakami Lima¹

Claudia Azevedo-Ramos²

1. INTRODUÇÃO

O Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR), estabelecido em 2023, é uma iniciativa da União Europeia (UE) para minimizar a sua contribuição para o desmatamento e a degradação florestal global. Estima-se que os países do bloco contribuam com cerca de 10% para o desmatamento global incorporado ao seu consumo (EUROPEAN COMMISSION, 2019) e que o bloco é o segundo maior importador de desmatamento tropical e emissões de CO₂ associadas (WWF, 2021).

O EUDR prevê o controle da importação e da circulação de *commodities* (e produtos) possivelmente associados ao desmatamento e degradação florestal: gado, cacau, café, óleo de palma, soja, borracha e madeira (EUROPEAN COMMISSION, 2021). Segundo o EUDR, passa a ser proibida a entrada na UE de produtos com origem ilegal ou de desmatamento ocorrido após dezembro de 2020. Dentre estas, a madeira (e produtos madeireiros) destaca-se como sendo uma das principais *commodities* consumidas em larga escala no mercado interno da UE, boa parte dessa importação proveniente de países produtores, como o Brasil

A maior parte da produção de madeira do Brasil, cerca de 10 milhões de m³/ano, é oriunda da Amazônia (AIMEX, 2022) e grande parte dessa produção é destinada à países da União Europeia. Em 2021, seis (Alemanha, Suécia, Finlândia, Itália, Espanha e Polônia) dos dez países que mais importaram madeira do Brasil pertenciam a UE (WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTIONS, 2021). A expressividade dessa relação posiciona o bloco europeu como o terceiro parceiro mais importante do Brasil nas relações comerciais específicas do setor madeireiro (WWF, 2008; ITTO, 2020)E(es-s).

Nesse contexto de oferta e demanda por madeira, países consumidores e produtores, tais quais os países da União Europeia e o Brasil, mantêm relações importantes para a promoção de um setor madeireiro mais sustentável. Portanto, neste estudo, discutimos sobre questões ainda não compreendidas acerca dos impactos do EUDR sobre o cenário madeireiro de florestas nativas do Brasil.

2. METODOLOGIA

Por ser o EUDR um regulamento muito recente, mas de potencial impacto as exportações brasileiras, este estudo teórico identifica e discute algumas possíveis implicações do Regulamento sobre o setor madeireiro de florestas nativas do Brasil a partir de informações apresentadas na literatura científica, webpages e em relatórios. A intenção é antecipar e refletir sobre medidas que possam preparar o setor e mitigar os efeitos sobre as exportações de madeira do Brasil.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/ NAEA), Universidade Federal do Pará, rayssa.yuki@gmail.com

² Professora Titular. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA), Universidade Federal do Pará. claudia.azevedoramos@gmail.com

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O EUDR traz avanços ao comércio internacional ao estabelecer critérios compulsórios para a importação de vários produtos pela UE e com isto diminuir sua pegada ecológica e o desmatamento incorporado em seu comércio com países produtores, em especial de áreas tropicais. A existência do regulamento, na esteira de várias iniciativas semelhantes de governança internacional no comércio de madeira (*Lacey Act* dos EUA, Lei de Proibição de Corte Ilegal da Austrália, *European Union Timber Regulation* da União Europeia) (SOTIROV et al. 2020) pressiona países produtores a reformarem suas políticas produtivas para poderem alcançar mercados sustentavelmente mais exigentes. No entanto, há consequências para esses países que necessitam ser previstas para melhor adequação, reduzindo os efeitos negativos potenciais.

Segundo o EUDR, a entrada de produtos no bloco europeu só será permitida se três requisitos simultâneos forem atendidos: os produtos devem ser *deforestation free*; a produção deve estar em acordo com a legislação vigente do país produtor e os produtos devem ser submetidos aos procedimentos de *due diligence* (documentação do produto, avaliação de risco e mitigação de impactos) (EUROPEAN COMMISSION, 2021).

Em relação ao primeiro requisito, a preocupação vigente é que o EUDR não distingue desmatamento “legal” de “ilegal” e, portanto, vai na contramão, por exemplo, do Código Florestal Brasileiro que permite de 20% a 80% de exploração florestal a depender do bioma (BRASIL, 2012). Amplamente reconhecido como umas das legislações ambientais mais rigorosas do mundo (SOTIROV et al., 2022), o Código Florestal poderia beneficiar competitivamente o Brasil mas sua implementação tem sido lenta, desigual e ainda muito desafiadora (CSR et al., 2023).

Sobre o segundo requisito recai o fato de que embora o cumprimento da legislação do país produtor seja compulsório, ele não é suficiente nos termos do EUDR (VEIGA e RIOS, 2022), colocando à prova a soberania e legitimidade das leis brasileiras (MUNHOZ, VALENTE e VARGAS, 2022; MORI, 2022). Ainda, no âmbito político e diplomático, o posicionamento unilateral da União Europeia pode afetar países produtores tropicais e as regras do EUDR podem confrontar aquelas da Organização Mundial do Comércio (MUNHOZ, VALENTE e VARGAS, 2022).

A *due diligence* por sua vez afeta produtores, operadores e comerciantes ligados às cadeias produtivas (CLIMATE & COMPANY; AMIGOS DA TERRA, 2023). No entanto, não está claro “quem paga a conta” dos custos adicionais gerados e o efeito deste custo sobre a atratividade e competitividade da madeira nativa brasileira dentro do mercado europeu. Há risco de uma reorganização dos fluxos de comércio (SÁ e JANK, 2022), com potencial desvio do comércio brasileiro para mercados não europeus que não possuam a mesma restrição (VEIGA e RIOS, 2022; MORI, 2022). Além disso, pode ocorrer um impacto negativo ao pequeno e médio produtor brasileiro, uma vez que estes não têm as mesmas condições de custear as adicionalidades exigidos pelo Regulamento Europeu (FERN 2021; SÁ e JANK 2022), o que pode segregá-los a mercados paralelos (muitas vezes insustentáveis) ou restringi-los a mercados domésticos.

Em resumo, o objetivo europeu de “limpar suas cadeias de abastecimento” de produtos ilegais e de origem em desmatamento é positivo ao comércio internacional ao potencializar maior responsabilidade nos países consumidores e reformas produtivas sustentáveis nos países produtores. No entanto, se não bem planejado e negociado com países produtores, possui o risco de deslocar o desmatamento para outras regiões, fazer com que países produtores exportem para mercados menos sustentáveis, e desenvolvam cadeias produtivas segregadas entre grandes e pequenos produtores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a relevância da relação entre o Brasil e a União Europeia, consideramos que o Regulamento da UE para Produtos Livres de Desmatamento tem potencial para causar impactos no cenário de exportação de produtos madeireiros de floresta nativas do Brasil. As agências de colaboração internacional poderiam contribuir em processos de adequação da produção legal no Brasil, com benefícios para ambos os lados.

Adicionalmente, cabe aos atores políticos, de mercado e da sociedade civil de ambos os lados a condução do diálogo e do processo em prol de cadeias produtivas mais sustentáveis.

5. PALAVRAS-CHAVE

Política Florestal. União Europeia. Brasil.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIMEX, Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará. **“A Cadeia Produtiva Da Madeira Na Amazônia.”** 2022. Disponível em: <https://aimex.com.br/biblioteca-florestal/publicacoes/15#gsc.tab=0>. Acesso em: 02/09/2023.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

CLIMATE COMPANY; AMIGOS DA TERRA. **“O Regulamento Da União Europeia Para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR) – Informações para grupos de interesse no Brasil”**. 2023. Disponível em: <https://climateandcompany.org/publications/o-regulamento-da-uniao-europeia/>. Acesso em 30/08/2023.

CSR, Centro de Sensoriamento Remoto; LAGESA, Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais; UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais; CIT, Centro de Inteligência Territorial; OCF, Observatório do Código Florestal; NICFI, Norway’s International Climate and Forest Initiative. **Panorama do Código Florestal Brasileiro**. 2023. Disponível em: https://csr.ufmg.br/radiografia_do_cf/pt/. Acesso em: 12/09/2023.

EUROPEAN COMMISSION. **“Stepping up EU Action to Protect and Restore the World’s Forests.”**. 2019. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/FS_19_4549. Acesso em: 24/08/2023.

_____. **“Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on the Making Available on the Union Market as Well as Export from the Union of Certain Commodities and Products Associated with Deforestation and Forest Degradation and Repealing Regulation (EU) No 995/2010”**. 2021. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legalcontent/EN/TXT/?uri=celex%3A52021PC0706>. Acesso em: 22/08/2023.

FERN. **“A Proposta Da Comissão Europeia Para Um Regulamento Sobre Produtos Livres de Desmatamento: Uma Nota Explicativa”**. 2021. Disponível em: <https://www.fern.org/pt/publications-insight/a-proposta-da-comissao-europeia-para-um-regulamento-sobre-produtos-livres-de-desmatamento-uma-nota-explicativa-2450/>. Acesso em: 27/08/2023.

ITTO, The International Tropical Timber Organization. **“Tropical Timber Market Report.”** 2020. Disponível em: https://www.itto.int/files/user/mis/MIS_16-31_Mar2020.pdf. Acesso em: 16/02/2021.

MCDERMOTT, C. L., and SOTIROV, M. “A Political Economy of the European Union’s Timber Regulation: Which Member States Would, Should or Could Support and Implement EU Rules on the Import of Illegal Wood?”. 2018. *Forest Policy and Economics*. (Maio): 180–90.

MORI, S. **“Medidas Unilaterais Não Resolvem Questões Globais e Complexas.”** Confederação Da Agricultura e Pecuária Do Brasil. CNA. 2022. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/publicacoes/artigo-sueme-mori-medidas-unilaterais-nao-resolvem-questoes-globais-e-complexas>. Acesso em: 05/09/2023.

MUNHOZ, L.; VALENTE, F.; VARGAS, D. **“Definição de Desmatamento Na Nova Regulação Europeia e Implicações.”** Observatório de Bioeconomia - Fundação Getúlio Vargas. 2022. Disponível em: <https://agro.fgv.br/publicacao/ocbio-definicao-de-desmatamento-na-nova-regulacao-europeia-e-implicacoes>. Acesso em: 10/09/2023.

SÁ, C. D.; SAWAYA, M.; **“O Impacto Da Legislação Antidesmatamento Proposta Pelo Parlamento Europeu.”** Insper Agro Global. 2022. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/o-impacto-da-legislacao-antidesmatamento-proposta-pelo-parlamento-europeu/>. Acesso em: 01/09/2023.

VEIGA, P. M.; RIOS, S. P. **“A Proposta de Regulação Europeia Contra o Desmatamento: Implicações Para o Brasil.”** CINDES - Centro de Estudos de

Integração e Desenvolvimento. 2022. Disponível em: https://cindesbrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/breves_122_a_proposta_de_regulao_europeia_contra_o_desmatamento_implicacoes_para_o_brasil.pdf. Acesso em: 25/08/2023.

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTIONS, WITS. **“Brazil Wood Imports by Country in US\$ Thousand 2021.”** 2021. Disponível em: https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/BRA/Year/2021/TradeFlow/Import/Partner/by-country/Product/44-49_Wood. Acesso em: 27/08/2023.

WWF. **“Illegal Wood for the European Market: An analysis of the EU import and export of illegal wood and related products.”** 2008. Disponível em: <https://www.wwf.eu/?143421/Illegal-wood-for-the-European-market>. Acesso em: 14/02/2023.

_____. **“Stepping up? The Continuing Impact of EU Consumption on Nature Worldwide.”** 2021. Disponível em: <https://www.wwf.eu/?2965416/Stepping-up-The-continuing-impact-of-EU-consumption-on-nature>. Acesso em: 25/08/2023.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ALIADOS À GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GT 03 – Gestão de Recursos Naturais

Cristiane da Costa Gonçalves de Andrade¹

Marilena Loureiro da Silva²

1. INTRODUÇÃO

Este estudo analisa as práticas de educação ambiental (EA) e o uso da Tecnologia de Informação (TI) na Companhia Docas do Pará, empresa pública que administra sete unidades portuárias localizadas no Estado do Pará, e como estas ferramentas podem contribuir com a incorporação de ações ambientalmente apropriadas na formação da cultura de uma organização e, por consequência, em suas práticas organizacionais.

A educação ambiental procura superar os limites dos muros da educação formal, transpondo os limites do campo científico e estabelecendo um diálogo com os vários segmentos da sociedade (PONTES; LOUREIRO, 2018).

Ganzer (2017) reporta que a educação ambiental pode valer-se dos instrumentos de gestão ambiental efetivamente executar os seus objetivos, todavia necessita de investimentos quanto à qualificação de pessoal, espaço para divulgação e realização das ações de ampliação de sensibilização e reconhecimento nas gestões, principalmente dentro das organizações, já que é uma área que demanda um trânsito de espaços.

Aliado a educação ambiental pode-se ter várias outras ferramentas, neste caso será apresentada a instituição de um sistema eletrônico de informação – SEI, que conforme a PORTARIA Nº 396, DE 12 de novembro de 2014, dispõe sobre a implantação e o funcionamento do processo administrativo eletrônico ou digital no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Plano de Implantação do Sistema foi estabelecido pela Diretoria de Planejamento e Gestão, da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O SEI possui os seguintes objetivos:

Art. 3º São objetivos do SEI-MP:

- I - Aumentar a produtividade e a celeridade na tramitação dos processos;
- II - Aprimorar a segurança e a confiabilidade dos dados e das informações;
- III - criar condições mais adequadas para a produção e a utilização de informações; IV - facilitar o acesso às informações e às instâncias administrativas; e
- V - Reduzir o uso de papel e os custos operacionais e de armazenamento da documentação

O objetivo de interesse para este estudo é o inciso V que impacta diretamente os recursos naturais com a redução do uso de papel. As ações de educação ambiental realizadas no período de 2017 a 2021, assim como a implementação do sistema SEI a partir de outubro de 2020 propiciaram melhorias nos processos, e, conseqüentemente na gestão ambiental.

¹ Mestra em Engenharia Civil: Recursos Hídricos, universidade Federal do Pará (Graduada em Engenharia Sanitária, Universidade Federal do Pará (2005-2009) cristiane.naea.ufpa@gmail.com.

² Pós-Doutora em Educação Ambiental e Justiça Climática. GPEA/PPGE/ UFMT (2019 - 2020). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido - pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. NAEA (2005). Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA - UFPA (2000). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (1992), marilenals@ufpa.br.

Cabe destacar ainda outros ganhos estimulados pela previsão de critérios de sustentabilidade em licitações públicas no arcabouço legal, mas essa discussão será tratada nas próximas pesquisas.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado por meio de levantamento e avaliação da bibliografia especializada inerente ao tema de pesquisa, através de fontes disponibilizadas na internet, referentes à educação ambiental, bem como o conhecimento da implementação do sistema de informação em questão e a utilização de dados fornecidos pelo setor de compras da CDP, referente ao histórico de aquisição de copos descartáveis e papel A4 no período de 2017 a 2021. De forma a verificar se houve impacto positivo tanto na mudança de cultura de utilização de descartáveis através das ações de educação ambiental, quanto na diminuição do uso de papel A4, a partir da instituição e uso do SEI. Para tabulação dos dados e geração de gráficos foi utilizada uma planilha Microsoft Excel, versão 2016.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O SEI iniciou o uso obrigatório na CDP em outubro de 2020, a ferramenta permite a geração eletrônica de documentos e processos, além da tramitação integrada interna e com entidades externas à Companhia, com a utilização do sistema em todos os processos o recebimento e tramitação de processos físicos foi extinto, assim a demanda por impressões foi consideravelmente reduzida. Quanto as demandas externas, são recepcionadas no setor de protocolo (Secretaria Geral – SECGER), que se encarrega de abrir um processo para encaminhamento ao setorial responsável, conforme cada caso.

A pesquisa revelou que a redução do uso de papel ocorreu a gradativamente na Companhia Docas do Pará, foram realizadas várias atividades de sensibilização dos funcionários quanto ao uso consciente do papel, considerando que se trata de um material, cuja matéria-prima básica para a sua fabricação é a celulose, que pode ser extraída de árvores. Ressalta-se que, conforme o IDEC (2008) para se produzir cinquenta quilos de papel, é necessário o corte de uma árvore, bem como uso de grande quantidade significativa de água, energia e produtos químicos tóxicos consumidos no procedimento.

O consumo mundial cresceu mais de seis vezes desde a metade do século XX, podendo chegar a mais de 300 kg por pessoa ao ano em alguns países, conforme informações do Worldwatch Institute (IDEC, 2008), daí a importância de ações que possam contribuir com a redução desses números e a apropriação das ferramentas: educação ambiental e tecnologia da informação, pois vem de encontro a essa proposta.

Apresenta-se na figura 1 a quantidade de resma de papel A4 com 500 folhas adquirida pela CDP no período de 2017 a 2021, para o edifício sede/anexo e mais cinco unidades portuárias, sendo elas: Porto de Belém, Terminal Petroquímico de Miramar, Terminal Portuário de Outeiro, Porto de Vila do Conde e Porto de Santarém.

Figura 1 - Quantidade de Papel A4 adquirido no período de 2017 a 2021



Fonte: Autores

A figura 2 exibe algumas artes utilizadas nas campanhas de sensibilização ambiental realizadas na Companhia Docas do Pará, alguns desses materiais foram afixados em pontos estratégicos como forma de estimular o funcionário a aderir e participar dos programas realizados, tal como o “CDP sem copos descartáveis” realizado no período de 2020 a 2021.

Figura 2 - Mostra das artes utilizadas nas campanhas de educação Ambiental



Fonte: Autores

A figura 3 ilustra a quantidade de copo descartável adquirido pela CDP (Sede, Porto de Belém, Terminal Petroquímico de Miramar, Terminal Portuário de Outeiro e Porto de Vila do Conde), pacotes com 100 un. No período de 2017 a 2021.

Figura 3 - Quantidade de copos descartáveis adquiridos pela CDP no período de 2017 a 2021



Fonte: Autores

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da avaliação dos dados coletados foi possível verificar que houve redução significativa na aquisição, tanto de copos descartáveis (pacotes com 100 unidades), quanto das resmas de papel A4 (500 folhas), sendo que no período de 2017 a 2021, o ano de maior aquisição foi em 2019. Infere-se que a pandemia da covid 19 também possa ter influenciado na redução das aquisições e consumo dos produtos, uma vez que as atividades presenciais ocorreram de forma parcial em momentos mais delicados da pandemia.

Considerando o consumo de papel, houve uma redução de 19,4 % em comparação do ano de 2021 com o ano de 2017 e 31% considerando o ano de 2019, possivelmente as ações de educação ambiental, a implementação do sistema de informação e as restrições ocasionadas pela pandemia propiciaram uma mudança de cultura. Ponderando que o peso de uma resma de papel A4, com 500 folhas disponível eletronicamente nos sites de compra é de 2,3 quilogramas e que é necessária uma árvore para produção de 50 kg de papel, foram preservadas aproximadamente 59 árvores com a redução do consumo de papel no ano de 2021 em comparação com o ano de 2017.

Da mesma forma houve redução considerável de aquisição e uso de copos descartáveis, onde em 2017 o consumo foi de 3.513 pacotes com 100 unidades, perfazendo um total de 351.300,00 unidades de descartáveis, superado pelo ano de 2019, onde foram consumidas 410.500,00 unidades de copos descartáveis na sede administrativa e em 4 unidades portuárias. Contudo, houve uma redução de 19% comparando 2017 a 2021 e 31% relacionando 2019 e 2021.

Assim como toda inovação, a obrigatoriedade no uso do SEI causou alteração nos padrões estabelecidos e houve resistência na aprendizagem e utilização de um novo processo, contudo, os problemas foram superados e o antigo SEI, agora SUPER GOV, está sendo utilizado em massa.

No processo empírico da pesquisa, onde acompanhou-se as atividades de educação ambiental realizadas envolvendo os funcionários e terceirizados da CDP foi possível perceber resultados efetivos no ambiente corporativo. Destaca-se a importância de a conscientização ambiental ser incorporada à política e ao planejamento estratégico da empresa, compreendendo integração de todos os setores de forma proativa, criativa, persistente e transparente.

5. PALAVRAS-CHAVE

Educação Ambiental, SEI, Recursos Naturais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Educação ambiental e meio ambiente em pauta [recurso eletrônico]/ Organizadores Adriana Aparecida Ganzer ... [et al.]. - Novo Hamburgo: Feevale, 2017. p. 420-444.

BRASIL. Portaria n° 396, de 12 de novembro de 2014. Dispõe sobre a implantação e o funcionamento do processo administrativo eletrônico ou digital no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: < <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=145&data=13/11/2014>>. Acesso em: 18 de setembro de 2023.

IDEC. Serviço: ambiente. O lado escuro do papel. Disponível em: <<http://www.idec.org.br>>. Acesso em: 18 de setembro de 2023.

PONTES, Lana Glayce Dias Ferreira; LOUREIRO, Marilena. Educação ambiental como possibilidade de compreensão crítica e superação da condição de pobreza e desigualdade social. *Universidade e Meio Ambiente*, v. 3, n. 1, 2018.



3

Simpósio
Internacional

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

GT 04 • Sessão 1

Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Coordenação

Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro (NAEA/UFPA), Prof^ª. Dr^ª. Rosana Fernandes (NAEA/UFPA)
Prof^ª. Dr^ª. Ponciana Freire (NAEA/UFPA)

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM MUNICÍPIOS AMAZÔNICOS: UMA ANÁLISE SOBRE BARCARENA (PA)

GT04 – Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia]

Eduardo José Monteiro da Costa¹

Rafael Acatauassú Ferreira²

1. INTRODUÇÃO

A partir do enfoque oferecido pela teoria da Nova Economia Institucional - NEI, de que as instituições - conceituadas como o conjunto de restrições e incentivos que regulam as interações entre os seres humanos - são os elementos-chave para se explicar o desenvolvimento ao longo do tempo; de que o crescimento econômico é visto como uma consequência do conjunto de instituições - ou matriz institucional - de dada sociedade em determinado território ao longo do tempo; e de que essa matriz institucional, não é só fruto de variáveis econômicas, como também é condicionada por fatores históricos, culturais, sociais e, claro, políticos (NORTH, 1994, 2018), o presente trabalho pretende contribuir com o debate a respeito das instituições e do desenvolvimento sustentável, a partir de uma análise, descritiva e exploratória, sobre o que vem ocorrendo, desde 2013, em Barcarena, no Pará.

Apesar dos resultados econômicos obtidos a partir de 1980, o crescimento de atividades industriais e portuárias no município paraense têm gerado encargos sociais e ambientais à Barcarena, tais como o aumento populacional e, nos últimos anos, desastres ecológicos. Nesse contexto, as últimas gestões municipais têm buscado institucionalizar, seja através de ações do executivo, seja através de instrumentos de planejamento alinhados às agendas internacionais de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas - ONU, um desenvolvimento mais sustentável em Barcarena.

Tal processo de institucionalização foi iniciado formalmente na gestão do, hoje falecido, ex-prefeito Antônio Carlos Vilaça, em 2013, através, sobretudo, de ações estratégicas, como a capacitação do corpo técnico da prefeitura, e de instituições formais, como a Lei nº 2.138/2013, que instituiu o Plano Plurianual - PPA 2014-2017 alinhado à Agenda de Desenvolvimento do Milênio.

Com a implementação da nova agenda da ONU a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em 2015, e a reeleição de Vilaça, em 2016, a institucionalização se manteve, com novas ações, como a produção do Relatório Local Voluntário sobre a Localização do Município na Agenda 2030, que mapeou a situação de cada um dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS em Barcarena.

Também foram criadas novas instituições formais como a Lei Complementar nº 49/2016, referente à Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU de Barcarena, que criou, no tecido urbano do município, Zonas Especiais de Desenvolvimento Sustentável - ZEDS, o Decreto nº 436/ 2017, que estipulou que todos os órgãos da Administração Pública Municipal deverão vincular seus planos, programas, projetos e ações à Agenda 2030, e a Lei nº 2.200/2017, que instituiu o novo Plano Plurianual - PPA 2018-2021, prevendo que o desenvolvimento a ser buscado no município seria aquele instituído nos instrumentos da ONU, adaptados à realidade local.

¹ Doutor em Economia Aplicada pela UNICAMP e docente da FACECON/ICSA e do NAEA/UFPA. E-mail: ejmcosta@ufpa.br

² Mestrando em Gestão Pública pelo NAEA/UFPA e Servidor do MPF. E-mail: rafaelferreira@mpf.mp.br

Sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, da ONU, por meio do Relatório Brundtland, o conceituou como um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. Nesse contexto, pode ser considerado também um processo, no qual os valores ecológicos, sociais e econômicos são balanceados de forma permanente e contínua. (ONU-CMMAD, 1991).

Atualmente, o prefeito de Barcarena é Renato Ogawa, eleito em 2020 e que era vice de Vilaça em seu primeiro mandato. Ogawa tem como vice Cristina Vilaça, viúva de Antônio Carlos, falecido em 2019. Cientes das dificuldades relacionadas às questões sociais e ambientais em Barcarena, os atuais gestores continuam a institucionalizar o desenvolvimento sustentável com novas instituições, como a Lei Municipal nº 2.273/2021, que instituiu o Plano Plurianual - PPA 2022-2025 e relacionou cada ação de cada programa do PPA com um dos 17 ODS, e um novo código tributário, a Lei Complementar nº 65/2021, que instituiu o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU Verde. O IPTU Verde concede benefício tributário “[...] aos proprietários de imóveis residenciais e não residenciais (terrenos), que adotem medidas que estimulem a proteção, preservação e a recuperação do meio ambiente”. (BARCARENA, 2021).

Assim, o presente trabalho analisa, através de pesquisa exploratória, descritiva e na perspectiva da Nova Economia Institucional, os resultados da institucionalização de tais agendas, em especial da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em Barcarena, entre o período de 2015 a 2023.

2. METODOLOGIA

Para realizar tal análise, primeiramente foi feito um levantamento, através de coleta bibliográfica e de dados, das ações e instituições alinhadas às agendas de desenvolvimento da ONU e fomentadas pelos gestores públicos do ente municipal, a partir do ano de 2013.

Após a consolidação dessas informações e considerando as datas de realizações dessas instituições e ações, tais dados foram relacionados com a avaliação do desenvolvimento realizada pelo Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR), que acompanha a implementação dos ODS em cidades brasileiras e foi criado em 2022 pelo Instituto Cidades Sustentáveis, no âmbito do Programa Cidades Sustentáveis e em parceria com a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (*Sustainable Development Solutions Network - SDSN*) da ONU.

A ferramenta, disponibilizada no sítio eletrônico <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>, permite a visualização de como se encontra atualmente cada um dos 17 ODS de todos os 5.570 municípios brasileiros (contabilizando o Distrito Federal - DF e Fernando de Noronha), além de apresentar cada um dos indicadores que compõem os 17 ODS.

De acordo com a ferramenta, para se atingir um dos 17 ODS é necessário que todos os indicadores que compõem tal ODS sejam avaliados acima do valor de referência (limiar verde) do indicador e as cidades estão classificadas “[...] pela pontuação geral, que mede o progresso total para o cumprimento de todos os 17 ODS. A pontuação varia de zero a 100, sendo que 100 é o limite máximo e indica um desempenho ótimo no cumprimento dos ODS”. (ICS, 2023).

Por exemplo, de acordo com a ferramenta, o município paraense de Vitória do Xingu atingiu o ODS 9 - Indústria, inovação e infraestruturas, pois os dois indicadores que compõem o ODS, o indicador de “Investimento público em infraestrutura por habitante”, que utiliza como fontes de informação o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional - SICONFI-STN e o PIB Municipal, fornecido pelo IBGE, e o indicador “Participação dos empregos em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia”, que utiliza como fonte de dados a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS/MTE, atingiram seus respectivos limiares verdes estabelecidos.

Além desses aspectos, uma funcionalidade nova, apresentada em 2023 pelo IDSC-BR, é a evolução do índice em cada município ao longo do tempo, desde quando a Agenda 2030 foi implementada, em 2015, até 2023. Mesmo a ferramenta sendo criada em 2022, os indicadores utilizados para aferir os 17 ODS pelo IDSC-BR foram reconstituídos, a partir de seus valores antigos apresentados pelos indicadores, a fim de reconstituir cenários existentes nos municípios brasileiros a partir de 2015, quando da implementação da Agenda 2030.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o IDCS-BR 2023, Barcarena é o 5ª lugar entre os 144 municípios paraenses e em 3.142 colocado em relação aos 5.570 entes nacionais, com 45,65 pontos de 100 possíveis na ferramenta. O município ainda se encontrava acima da média paraense, que é aproximadamente de 38,03 pontos, e também teve os ODS 3 e 10, respectivamente 'Saúde de qualidade' e 'Reduzir as desigualdades', avaliados como alto, com a média dos indicadores que os compunham entre 60 a 79,99 pontos, além do ODS 12 - 'Produção e Consumo Sustentáveis' avaliado como muito alto, com os indicadores do ODS, em média, entre 80 a 100 pontos.

Para o IDSC-BR, o município apresentou uma melhora de cerca de 10% na consecução dos ODS em relação ao ano de 2022, quando a pontuação do município era de 41,8 pontos, porém, Barcarena ainda apresentou seis ODS avaliados com nível muito baixo (De 0 a 39,99), a saber: ODS 4 - Educação de Qualidade; ODS 5 - Igualdade de Gênero; ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas; ODS 15 - Proteger a Vida Terrestre; ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes; e ODS 17 - Parcerias para a Implementação dos Objetivos.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise indicou que, apesar do processo de institucionalização não ter trazido melhorias significativas em ODS relacionados diretamente a aspectos sociais e ambientais, a criação de instituições formais alinhadas à Agenda 2030, como os Planos Plurianuais (Lei nº 2.200/2017 e Lei nº 2.273/2021), a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Lei Complementar nº 49/2016) e o novo código tributário (Lei Complementar nº 65/2021), assim como o incentivo de ações relacionadas à sustentabilidade, acabou aprimorando sensivelmente indicadores econômicos do município no período.

Tal como preconizado por North, ao ressaltar a importância do tempo para a evolução institucional, a manutenção da institucionalização do desenvolvimento sustentável, ainda que com ajustes a fim de melhorar seus impactos sociais e ambientais práticos, parece ser o indicado no caso de Barcarena.

5. PALAVRAS-CHAVE:

Gestão Pública Municipal; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS; Barcarena.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCARENA. **Lei Complementar nº 49, de 17 de outubro de 2016. Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Barcarena - PDDU.** Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará - DOM-PA: ANO VII, Nº 15.997. FAMEP: Pará, 28 out. 2016.

BARCARENA. **Lei Complementar nº 65, de 01 de outubro de 2021. Novo Código Tributário do Município de Barcarena.** DOM-PA: ANO XII, Nº 2.837. FAMEP: Pará, 01 out. 2021.

BARCARENA. **Lei nº 2.273, de 30 de dezembro de 2021.** PPA 2022-2025. DOM-PA: ANO XIII, Nº 2.898. FAMEP: Pará, 30 dez. 2021.

ICS - Instituto Cidades Sustentáveis. **IDSC-BR - Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>>. Acesso em 21 de ago. 2023.

NORTH, D. C. *El desempeño económico a lo largo del tiempo*. *El Trimestre Económico*, v. 61, n. 244(4), *Fondo de Cultura Económica*. pp. 567-583, 1994.

NORTH, D. C. **Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico**. Tradução: Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Tradução do Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. ONU-BR, Brasília: DF, 2015.

ONU-CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas - FGV, 1991.

A GOVERNANÇA PÚBLICA DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DA MESORREGIÃO NORDESTE PARAENSE: uma proposta de análise

GT04 – Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Francisco Eduardo Araújo de Castro da Paz¹

Rosana Pereira Fernandes²

1. INTRODUÇÃO

No atual estágio da gestão pública brasileira, a preocupação com a concretização das políticas públicas não tem sido suficiente para ampliar, de forma sistemática, as oportunidades individuais, institucionais e regionais de alçada do governo e da administração pública. A priorização de uma gestão bem estruturada, de modo a atuar com eficiência, eficácia e efetividade em favor da sociedade, nos seus diferentes níveis (federal, estadual e municipal), reclama à atuação da capacidade da ação estatal de definir suas prioridades e gerar resultados.

Nesse contexto, o tema da governança pública ganha destaque, reunindo uma série de sujeitos e predicados, em todas as instâncias de poder e funções do Governo, à nível nacional e internacional, compreendendo um processo complexo de tomada de decisão que antecipa e ultrapassa os governos, relacionado à capacidade de avaliação, direcionamento e monitoramento das políticas e serviços públicos para o atendimento às demandas e necessidades da sociedade (Paludo; Oliveira, 2021).

Instituições como a *Organization for Economic Cooperation and Development* (OECD), a *Council of the International Federation of Accountants* (IFAC), o Banco Mundial, o Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP), o Tribunal de Contas de União (TCU) e, mais recentemente, a Rede Governança Brasil (RGB) vêm, ao longo dos anos, promovendo uma série de estudos e ações visando à disseminação de conhecimento, fóruns, debates, materiais, processos de capacitação e insumos técnicos a respeito da governança pública, capitaneado, no Brasil, especialmente pelo TCU.

Diante dos desafios ao desenvolvimento dos municípios da Amazônia brasileira, por efeito dos arranjos políticos locais, das estruturas administrativas burocratizadas, da cultura organizacional, da capacidade de planejamento, dos modelos de liderança e do ordenamento institucional dos municípios (Farias Filho, 2003; Vidal; Rosa Filho, 2011; Castro, 2012; Castro; Campos, 2015; Farias Filho; Miranda, 2017; Gama; Silva, 2020), compreender o contexto de governança dos municípios paraenses de pequeno porte contribui para o diagnóstico situacional das cidades em processo de desenvolvimento, e amplia a descentralização da análise, em grande parte adstrita às cidades de médio e grande porte.

Neste sentido, considerando que o gestor deve compreender que a Governança é um meio de se atingir os objetivos da administração pública (BRASIL, 2021) e, para tanto, precisa ter conhecimento com relação aos ambientes interno e externo de sua gestão, à situação do município, às oportunidades de crescimento, às ameaças aos resultados positivos e, especialmente, os mecanismos de liderança, estratégia e controle

¹ Mestrando em Gestão Pública pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará (PPGGP/NAEA/UFP), eduardoarcapaz@gmail.com.

² Doutora em Desenvolvimento Socioambiental e Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública pelo (PPGGP/NAEA/UFP), rosana.pereira.fernandes.22@gmail.com.

que permeiam sua atuação, a realização de pesquisas com essa temática contribui para a ampliação das discussões existentes e com os processos de mudança na administração pública.

Por meio dos diagnósticos situacional e institucional de duas prefeituras selecionadas, situadas no Nordeste paraense, esta pesquisa tenciona-se analisar os mecanismos liderança, estratégia e controle existentes, de modo que tais mecanismos integram o conceito de governança pública do TCU, adotado neste estudo.

Indicadores de avaliação de governança pública municipal mais reconhecidos são: o Índice de Governança Pública Municipal (IGM), elaborado pelo Conselho Federal de Administração (CFA); o Índice de Avaliação da Governança Pública (IGovP), proposto por Oliveira e Pisa (2015); e o Índice de Governança Pública Municipal (IGovPMun), oferecido por Souza (2018). Todos eles trazem metodologias e estruturas que consideram uma série de indicadores unificados e homogêneos, embora válidos e pertinentes, possuindo métricas analíticas uniformes, com princípios, agregação de variáveis, pesos e indicadores que são aferidos em fontes de pesquisa de dados secundários, e não diretamente no *locus* administrativo das gestões.

Dada a relevância da temática (governança pública) e, considerando que o Município “é a base da organização política democrática, porque nele ocorre a verdadeira relação entre a sociedade e o Poder Público” (Costa, 2018, p. 21), esta pesquisa foi pensada em estabelecer uma análise em municípios de pequeno porte da mesorregião do Nordeste do Pará, em razão da região apresentar, como elemento-síntese de sua configuração atual, a existência de contradições no acesso aos recursos disponíveis, o que dificulta o processo de desenvolvimento econômico, social e ambiental da região (Cordeiro; Arbage; Schwartz, 2017), além de que mais de 70% dos municípios brasileiros são de pequeno porte, o que permite representar um quadro situacional de relevo.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2013), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM do estado do Pará é de 0,646, abaixo do índice nacional, de 0,727 (PNUD, 2013), o que reforça a necessidade de acampar a discussão em torno das ações governamentais, em especial, na esfera dos municípios.

Nessa ótica, o conceito de governança do Referencial Básico de Governança Organizacional do TCU, adotado por esta pesquisa, concebe a governança como a aplicação de práticas de liderança, de estratégia e de controle, que permitem aos mandatários de uma organização pública e às partes nela interessadas avaliar sua situação e demandas, direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento, de modo a aumentar as chances de entrega de bons resultados aos cidadãos, em termos de serviços e de políticas públicas (BRASIL, 2021).

2. METODOLOGIA

Metodologicamente, as técnicas de pesquisa utilizadas incluem a pesquisa documental e bibliográfica (Arruda Filho, Farias Filho, 2015), bem como a aplicação de entrevistas semiestruturadas (Marconi; Lakatos, 2021), com os gestores municipais das duas prefeituras situadas na mesorregião do nordeste paraense, previamente, selecionadas, de modo que o universo de entrevistados compreende os/as respectivos/as prefeitos/as municipais, bem como os secretários/as e procuradores/as jurídicos/as municipais.

A pesquisa adotou critérios para a seleção das prefeituras: a) perfil do/a gestor/a com base na idade (1 abaixo dos 40 e 1 acima dos 60); b) microrregiões diferentes em uma mesma mesorregião; c) possuir menos de 20 mil habitantes; d) mandato (gestor de primeiro mandato e gestor reeleito); e f) número igual ou aproximado de entrevistados com base no organograma institucional das prefeituras. O objetivo é

identificar semelhanças e discrepâncias com base em características similares e antagônicas. Espera-se, no mínimo, um alcance de 50% do universo amostral³ de entrevistados.

Como critério de seleção dos sujeitos, levou-se em consideração a Alta Administração do *locus* de investigação, as sedes do Poderes Executivos alvos da pesquisa, representadas pela figura dos Prefeitos Municipais. Considerando que a disseminação da governança pública está diretamente ligada à sensibilização junto às partes interessadas (Rede Governança Brasil, 2020), a escolha pelos gestores dos municípios levou em conta o fato de serem os representantes dos municípios e os efeitos que a liderança causa no contexto organizacional por meio do direcionamento vertical.

A pesquisa é do tipo qualitativa (Pereira *et al.*, 2018), e o tratamento dos dados se guiará pela análise de conteúdo (Bardin, 2015), obtida por meio da coleta de dados realizada mediante o uso de entrevista semiestruturada com os gestores, elaborada com base Referencial Básico de Governança Organizacional do TCU, com foco nos mecanismos de liderança, estratégia e controle. A pesquisa é anonimizada por permitir maior fidedignidade na obtenção dos resultados, uma vez que se trata de pesquisa qualitativa baseada em entrevistas, com grau de intersubjetividade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, os resultados alcançados, até o momento, são parciais.

Para a geração dos dados, definiu-se, com base nos mecanismos de liderança, estratégia e controle, os temas centrais de cada mecanismo, de modo a servir de guia para a elaboração das perguntas que compõem o roteiro de entrevista semiestruturada, aplicada em etapa posterior aos gestores que integram os municípios-alvo da pesquisa, determinados em razão do escalão funcional das prefeituras.

Quadro 1 – Práticas dos mecanismos da governança pública

Liderança	Estratégia	Controle
Estabelecimento de um Modelo de Governança	Estabelecimento de Gerenciamento de Riscos	Promoção da Transparência
Promoção da Integridade	Estabelecimento de Gestão Estratégica	Garantia da Accaountability
Promoção da Capacidade da Liderança	Monitoramento e alcance dos Resultados Organizacionais	Auditoria Interna e Ouvidoria

Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base no RBGO do TCU (2020).

Assim, de modo a alcançar os resultados, as estratégias pesquisa seguiram, até o momento, as seguintes etapas: a) definição da temática central (governança pública municipal) e do problema de pesquisa (análise da governança municipal em municípios de pequeno porte da mesorregião nordeste paraense com base no RBGO do TCU; b) levantamento bibliográfico e documental em torno da temática e de pesquisa correlatas já desenvolvidas em banco de dados abertos; c) texto de qualificação de projeto de dissertação submetido à avaliação; d) redirecionamento da pesquisa com base nos apontamentos da banca de qualificação; e) levantamento parcial de dados com base em aplicação de entrevista semiestruturada em uma das prefeituras selecionadas.

Adiante, as etapas seguintes são: 1) conclusão das entrevistas com os gestores selecionados; 2) organização dos dados coletados; 3) tratamento analítico dos dados; 4) definição de eventuais ajustes; 4) definição dos produtos a serem oferecidos aos gestores municipais; e 5) finalização da dissertação.

³ O universo amostral de entrevistados compreende, com base no organograma institucional das prefeituras, os/as Prefeitos/as, os/as Secretários/as e Procuradores/as Jurídicos/as municipais.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho buscou apresentar, parcialmente, pesquisa em desenvolvimento no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, que trata da governança pública de municípios de pequeno porte da mesorregião nordeste paraense.

Ao tematizar a governança nos municípios paraenses, esta pesquisa tenciona favorecer o debate em torno dos processos de intervenção eficaz no desenvolvimento regional da Amazônia, destacando a importância da gestão pública (municipal) para a melhoria da qualidade dos recursos humanos em prefeituras e instâncias de governança municipal, perspectiva que orienta o Grupo de Trabalho 04 – Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia, pois tematiza e discute estruturas de governança, centrada no arranjo municipal.

Pelo todo, considerando que a governança pública ganha eco na agenda internacional, especialmente, por estar preconizada em um dos ODS, no Objetivo 16.8 do ODS 16 – que trata da ampliação e fortalecimento a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global –, nada mais oportuno que levantar essa temática para a esfera-limite da atuação estatal: o Município.

5. PALAVRAS-CHAVE

Governança Municipal; Nordeste paraense; TCU.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2015.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Dez passos para a boa governança**. 2ª ed. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado, 2021.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU**. 3ª ed. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – Secex, 2020.: < <https://www.capanema.pa.gov.br/informa.php?id=328>>. Acesso em 03 ago. 2023.
- Castro, E. AMAZÔNIA: sociedade, fronteiras e políticas. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 9-16, Jan./Abr. 2012.
- Castro, E. R.; Campos, I. **Formação Socioeconômica da Amazônica**. Belém: NAEA, 2015.
- Cordeiro, I. M. C. C.; Arbage, M. J. C.; Schwartz, G. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. In: Cordeiro, I. M. C. C. et al. (Org). **Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias**. Belém: EDUFRA, 2017.
- Costa, N. N. **Direito municipal brasileiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018.
- Farias Filho, M. C.; Arruda Filho, E. J. M. **Planejamento da Pesquisa Científica**. 2a Ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- Galvão, P. R.; Gil, A. L.; Júnior, R. O. **Gestão pública municipal de alto desempenho: governança e controladoria municipal**. Curitiba: Juruá, 2016.
- Gama, J. R.; Silva, F. C. CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA E SEUS NEXOS COM A DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA NA AMAZÔNIA. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, [S. I.], v. 6, n. 19, p. e202036, 2020.
- Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

Marconi, M. A; Lakatos, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 9a ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Oliveira, A. G.; Pisa, B. J. IGovP: índice de avaliação da governança pública-instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 5, p. 1263-1290, 2015.

Paludo, A. V; Oliveira, A G. **Governança organizacional pública e planejamento estratégico**: para órgãos e entidades públicas. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação João Pinheiro (FJP) (Org). **O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro**. Brasília: 2013.

Silva, F. C.; Ravena, N. Formação Institucional e Desenvolvimento Regional na Amazônia Brasileira: Fundamentos Teóricos e Síntese Histórica. *In*: SILVA, F. C.; RAVENA, N. (Org). **Formação Institucional da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. p. 15-39.

Souza, R. O. **Índice de governança pública municipal - IgovM**: instrumento de gestão societal. 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

Vidal, J. P.; Rosa Filho, D. de S. Desafios de uma Nova Gestão Pública para o Desenvolvimento dos Municípios do Pará. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 14, n. 02, 2011.

A TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA AMAZÔNIA: o papel do Relatório Local Voluntário sobre os ODS 1, 8 e 10 no estado do Pará – 2021 e 2022

GT4 – Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

*Karla Emanuelle Cordovil Muniz¹
Zíngara de Azevedo Capeloni²*

1. INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) traduz a internacionalização dos direitos humanos (inerentes a todo e qualquer ser humano), haja vista a promoção, o reconhecimento e o respeito dos mesmos de forma mundial. Nesse sentido, frente às preocupações dos países signatários da ONU em relação às questões envolvendo desenvolvimento para o século XXI, a Organização criou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os quais foram o primeiro arcabouço legal de políticas públicas visando o desenvolvimento.

A partir disso e diante da necessidade de uma nova fase de desenvolvimento dos países, em 2015, surgiu a Agenda 2030 da ONU, ampliando o conceito dos ODM com a definição de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), havendo a integração de diversas áreas a fim de alcançar um desenvolvimento sustentável pautado em três pilares: a proteção do meio ambiente, a inclusão social e o crescimento econômico. Assim, o desenvolvimento com sustentabilidade tornou-se uma pauta relevante para os países membros da ONU, sendo que no Brasil a discussão existe nas três esferas de poder.

Nessa dinâmica, o Movimento *Voluntary Local Review* (VLRs) foi adotado pelo governo estadual do Pará, visando à apresentação pública e anual de um relatório “das principais entregas da gestão estadual que sinalizam a contribuição ao alcance dos ODS e suas metas” (RLV, 2022, p.5), adequando-se, sobretudo, ao princípio da publicidade da Administração Pública, disposto no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, o qual possui relação com a transparência e acesso às informações relevantes, confiáveis e compreensíveis.

Seguindo essa perspectiva, foram criadas, por meio da realização de doze Audiências Públicas com a sociedade civil organizada, políticas públicas como um dos principais instrumentos, capazes de influenciar os planos estaduais, a exemplo dos Planos Plurianuais (PPAs). Prova disso é que, considerando o contexto paraense, conforme aponta o Relatório Local Voluntário (RLV) sobre os ODS no Pará (2022), desde o ano de 2019 o governo estadual tem direcionado a sua gestão para o desenvolvimento sustentável nas suas 12 Regiões de Integração (RI). Assim, a estrutura do Plano Estratégico Estadual (PEE) visou alinhar o PPA 2020-2023 com as metas dos ODS.

Nesse sentido, o objeto da pesquisa versa sobre a transparência na administração pública, com base nos RLVs 2021 e 2022, em consonância com as políticas públicas adotadas e alinhadas aos ODS 1, 8 e 10³. Assim sendo, surge a seguinte indagação: de que forma os RLVs efetivam o desempenho satisfatório e a transparência da administração pública na Amazônia?

¹ Graduada em Direito (UNAMA). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). karla.muniz@icsa.ufpa.br

² Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Estácio Belém. zingaraexecutiva@gmail.com.

³ ODS 1: “Erradicação da Pobreza”; ODS 8: “Trabalho Decente e Crescimento Econômico”; ODS 10: “Redução das Desigualdades”.

Destaca-se que o objetivo geral desta pesquisa consiste em verificar quais os resultados da Administração Pública explicitados nos RLVs alinhados aos ODS no estado do Pará nos anos de 2021 e 2022, no atendimento das propostas de desenvolvimento e da transparência da Administração Pública na Amazônia.

Tal análise busca atender aos seguintes objetivos específicos: analisar os RLVs dos anos de 2021 e 2022, comparando-os a fim de compreender tanto as políticas públicas acerca dos ODS implementados, quanto os benefícios para a sociedade decorrentes do desenvolvimento sustentável do estado do Pará.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os 17 ODS são ambiciosos e interconectados e necessitam de políticas públicas, que são as ações e os programas elaborados pelo Estado a fim de garantir e efetivar os direitos previstos na CF/88. Além disso, é preciso que as ações do governo sejam transparentes para a sociedade, sendo amplamente divulgadas entre os administrados (Filho, 2016), haja vista a supremacia do interesse público em detrimento do privado. É válido destacar haver diferentes abordagens e delimitações acerca da transparência. Por este motivo, portanto, que a elaboração dos PPAs e do RLV, entendido como o mapeamento e análise dos ODS no governo estadual, são essenciais para a transparência na Administração Pública da Amazônia.

2. METODOLOGIA

As fontes de pesquisa utilizadas para compor o conhecimento teórico são a bibliográfica (fontes secundárias) e documental. Bibliográfica, a qual, segundo Marconi e Lakatos (2013), é compreendida como o levantamento de toda a bibliografia já publicada. Portanto, fez-se uso de revistas e artigos científicos correspondentes com a temática proposta, sendo selecionadas publicações acadêmicas alinhadas com os objetivos do trabalho. Para tanto, houve revisão sistemática da literatura com base em periódicos científicos (CAPES e *Google Acadêmico*). Já a documental pauta-se nos RLVs dos anos de 2021 e 2022, os quais foram disponibilizados no *site* da Secretaria de Planejamento e Administração do Pará (SEPLAD).

A abordagem utilizada foi a qualitativa com base na verificação e comparação do alcance das metas relativas às políticas públicas acerca dos ODS 1, 8 e 10 disponibilizados nos relatórios já mencionados a fim de compará-los. O método é indutivo, pois parte de um raciocínio particular, o papel do Relatório Local Voluntário sobre ODS no estado do Pará, para um geral, a transparência na Administração Pública da Amazônia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trata-se de uma pesquisa inicial, porém, com o seu desenvolvimento espera-se concretizar os objetivos estabelecidos a fim de verificar a transparência na Administração Pública da Amazônia com base nos RLVs citados.

Pela análise e comparação dos RLVs de 2021 e 2022 pode-se perceber o fato do processo de desenvolvimento sustentável ser a longo prazo, haja vista que as iniciativas e entregas das metas relativas aos ODS ocorrem com contribuição parcial ou participação mais efetiva. Todavia, mesmo com o cenário pandêmico em meados de 2020 e 2021, isto não impediu que as políticas públicas acerca dos ODS 1, 8 e 10 tivessem um impacto positivo na vida da população paraense de modo geral. Prova disso é que, conforme o RLV de 2021, o governo do estado do Pará, pretendendo alcançar a meta 8.1 do ODS 8, investiu R\$ 608 milhões em infraestrutura e logística. Já o RLV de 2022 aponta que para a mesma meta e setor foram investidos R\$716 milhões.

Outro avanço ocorreu nas metas 1.3 e 10.2 relativas aos ODS 1 e 10, respectivamente. De acordo com o RLV de 2021 para alcance da meta 1.3 foi repassado o valor de R\$ 4,6 milhões, porém no RLV de 2022 destaca-se o fato de para a mesma meta ter sido a quantia de R\$ 11 milhões. Já na meta 10.2 tem-se Programa Territórios pela Paz (TerPaz), o qual em 2020 assistiu cerca de 74 mil pessoas, nos bairros de

Belém, Ananindeua e Marituba, segundo o RLV de 2021, e em 2021 atendeu aproximadamente 150 mil pessoas, conforme informa o RLV de 2022.

O relatório de 2021 visou publicizar tanto as ações quanto as iniciativas realizadas nos anos de 2019 e 2020, considerando para tanto os planos estratégicos e instrumentos de gestão, os quais integram políticas públicas e legislações alinhadas e contributivas com os 17 ODS. Por fim, o RLV de 2022 mostra objetivamente e na perspectiva da transversalidade das ações e programas, as principais entregas/iniciativas realizadas, em 2021, suas contribuições à Agenda 2030 e os avanços efetivos em cada ODS. Os RLVs de 2021 e 2022 são robustos e detalhistas em relação ao de 2020⁴.

Desse modo, notam-se significativos avanços nas políticas públicas para o desenvolvimento sustentável das 12 RIs do Pará, demonstrando a preocupação do governo estadual tanto em alinhar a sua gestão com os ODS da Agenda 2030 da ONU quanto publicizar as suas ações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a comparação entre os Relatórios elaborados nos anos de 2021 e 2022, pode-se notar que a maioria das medidas adotadas pelo governo estadual tem transversalidade, contribuindo e impactando em diferentes metas dos ODS em questão.

Seguindo esta linha de pensamento, o RLV traz uma ideia de colaboração global, na qual o governo direciona sua gestão para a participação dos governos locais e sublocais, sendo isto essencial não apenas para o desenvolvimento socioeconômico sustentável das 12 RIs, diminuindo as desigualdades entre elas, mas também para a transparência na Administração Pública da Amazônia.

É válido ressaltar que o presente resumo apresenta limitações, a exemplo de não terem sido analisadas todas as metas dos ODS selecionados, bem como que restringi-se a um Relatório Local do estado do Pará. Destaca-se que a delimitação de cinco laudas permitidas também é um fator de limitação da pesquisa. Trabalhos futuros acerca da temática proposta podem explorar de modo mais abrangente os ODS e suas respectivas metas.

5. PALAVRAS-CHAVE

Transparência; ODS; Relatório Local Voluntário.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/. Acesso em: 17 set. 2022.

BRASIL. ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ENAP. **Agenda para o desenvolvimento sustentável: conceitos, mobilização e articulação**. Diretoria de Desenvolvimento Profissional SAIS – Área 2-A – 70610-900 – Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/719>. Acesso em: 17 set. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na ordem internacional**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

⁴ O RLV de 2020 foi o primeiro relatório publicado pelo governo do estado, apresentando a institucionalização da Agenda 2030 no Pará, a partir da adoção do Movimento Voluntary Local Review. Em razão disso, em comparação aos RLVs de 2021 e 2022, este relatório não mostra detalhamento de dados relativos aos ODS, não sendo integrado, portanto, na análise comparativa deste resumo.

RIBEIRO, Adagenor Lobato *et al.* **Perfil da Gestão Municipal no Estado do Pará: Um olhar a partir do índice de Efetividade.** Revista Contabilidade, Gestão e Governança. Brasília, V.23, N.1, p. 93-106, Jan-Abr. 2020. Disponível em: https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/1809/PDF_Pt. Acesso em: 27 set. 2023.

Pará. Governador (2020 - Helder Barbalho) **Relatório Local Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará.** Ano 2021/– Belém: Secretaria de Estado de Planejamento e Administração / Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, 2021. Disponível em: www.seplad.pa.gov.br. Acesso em: 17 set. 2023.

Pará. Governador (2021 - Helder Barbalho). **Relatório Local Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará.** Ano 2022 – Belém: Secretaria de Estado de Planejamento e Administração / Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, 2022. Disponível em: https://sdgs.un.org/sites/default/files/vlrs/202208/3_rlv_governo_do_estado_do_para_2022.pdf. Acesso em: 17 set. 2023.

Secretaria de Estado de Planejamento. **Manual de Elaboração do Plano Plurianual 2020-2023 do Governo do Estado do Pará** / Secretaria de Estado de Planejamento. — Belém: SEPLAN. Diretoria de Planejamento, 2019. 24 p.: il. Disponível em: http://seplad.pa.gov.br/wpcontent/uploads/2020/01/orientacoes_para_elaboracao_do_ppa.pdf. Acesso em: 17 set. 2023.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA PARAENSE: UMA ANÁLISE DAS TRÊS MESORREGIÕES DETERMINADAS PELO INCRA NO ESTADO DO PARÁ

GT04 - Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

*Alan Tiago Correa¹
Gisalda Carvalho Filgueiras²*

1. INTRODUÇÃO

As Superintendências Regionais (SR) São órgão descentralizados, e responsáveis pela coordenação e execução das ações do INCRA nos estados (INCRA, 2020). Em todo o país, há 49 SRs do INCRA, onde destas, 3 estão no estado do Pará. A Superintendência Regional 01 (SR 01), é compreendida pelas Mesorregiões Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense e Marajó, sendo a sede em Belém. A Superintendência Regional 27 (SR 27) compreende a Mesorregião do Sudeste Paraense, com sede em Marabá. Filgueiras e Herrera (2012) destaca que a Mesorregião do Sudeste do estado tem como marco histórico o massacre de Eldorado do Carajás e a territorialidade dos movimentos sociais do campo.

A Superintendência Regional 30 (SR 30), é formada pelas Mesorregiões do Sudoeste Paraense e do Baixo Amazonas, com sede no município de Santarém. Esse território se caracteriza, segundo Herrera (2012), pelos conflitos e disputas recentes pela terra entre os produtores familiares e grandes capitalistas.

A divisão territorial do INCRA em três Superintendências, veio da necessidade de caracterizar a história de ocupação e uso da terra no estado. Essa formação das SRs, representa os três momentos de fronteira agropecuária no interior do Pará, evidenciando as distintas características do espaço agrário estadual. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo destacar as mudanças de produção agropecuária familiar entre as três regiões determinadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, fundamentada em dados secundários através de pesquisa em banco de dados, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e bibliografia especializada no que se refere ao tema Desenvolvimento Regional e Agricultura Familiar (AF). A área de estudo do trabalho diz respeito ao estado do Pará. Buscou-se discutir a questão do valor dos imóveis, tipo de assentamentos, custos de instalação das famílias, por Superintendência Regional (SR's), cujos dados foram fornecidos pelo INCRA.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 demonstra a diferença entre os territórios, levando em consideração as condições legais das mesmas para os anos de 2006 e 2017. Podemos observar que, apesar de o maior número de estabelecimentos estar concentrado na SR-01, para ambos os anos (2006-2017), a área em relação as duas outras SRs, é significativamente menor, o que caracteriza uma melhor distribuição das terras, o oposto do que pode ser percebido no território SR-27, que os censos de 2006 e 2017, constava com 25,7% e 22,8% dos

¹ Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento, UFPA, tiagoalan17@gmail.com

² Doutora em Ciências Agrárias, UFPA, gisaldaf@yahoo.com.br.

estabelecimentos próprios, respectivamente, possuindo 49,2% (2006) e 51,1% (2017) das áreas consideradas próprias, possuindo desta forma, a maior concentração fundiária do Estado.

Tabela 1 – Condição Legal das Terras por SRs do INCRA

Estab.	Próprias		Arrendadas		Parceria		Ocupadas		
	Áreas (ha)	Estab.	Áreas (ha)	Estab.	Áreas (ha)	Estab.	Áreas (ha)		
2006	SR-30	44.351	5.755.392	501	30.667	1.522	38.281	3.588	239.386
	SR-27	44.479	10.130.143	377	53.882	153	26.771	1.007	794.566
	SR-01	84.528	4.696.120	2.244	126.364	2.525	28.087	11.062	186.946
2017	SR-30	57.579	7.929.784	581	108.997	880	55.466	1.429	277.346
	SR-27	55.836	13.413.049	460	443.979	377	63.494	1.730	160.765
	SR-01	131.571	4.912.234	1.175	61.580	4.835	62.637	6.619	76.493

Fonte: Censos, 2006;2017. IBGE.

A Tabela 2 mostra os dados agrupados do Censo Agropecuário de 2017, separando as produções da agricultura familiar e da Agricultura não familiar. Podemos verificar que o número de estabelecimentos que fazem parte da agricultura familiar representa 85% dos estabelecimentos do estado, o que contrasta com o percentual das áreas deste segmento, que para o ano de 2017, detinha apenas 30,3% das áreas. O segmento de agricultores não familiares por outro lado, mesmo possuindo apenas 14,9% dos estabelecimentos declarados, ocupam 69,7% de toda a área utilizada para a produção.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos e área da agricultura familiar e não familiar nas SRs do INCRA, 2017.

Superintendências	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Estab.	Áreas (ha)	Estab.	Áreas (ha)
SR-01	137.785	2.358.331	14.739	2.913.823
SR-27	50.113	3.282.998	14.740	11.254.170
SR-30	51.839	2.983.262	12.483	5.626.868
Pará	239.737	8.624.591	41.962	19.794.861

Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE

Na Tabela 3, estão os números da produção das três principais lavouras temporárias produzidas nos territórios. De acordo com os dados obtidos no censo agropecuário de 2017.

Tabela 3 – Número de estabelecimentos e produção de arroz em casca, milho e mandioca nas SRs do INCRA

SRs	Arroz em casca			Milho			Mandioca		
	Estab.	Quantidade		Estab.	Quantidade		Estab.	Quantidade	
		Prod. (t)	Vend. (t)		Prod. (t)	Vend. (t)		Prod. (t)	Vend. (t)
SR-01	4.607	39.903	35.246	19.777	64.521	35.947	75.646	778.414	137.235
SR-27	4.640	17.391	10.441	11.480	406.345	335.899	11.688	72.367	24.503
SR-30	3.578	45.127	34.999	9.423	82.830	62.370	22.661	191.041	45.112
Pará	12.825	102.421	80.686	40.680	553.696	434.216	109.995	1.041.822	206.850

Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE

Em relação a produção de Mandioca no estado, a SR-01, é dona da maior produção (778.414 toneladas) estadual, sendo responsável pelo abastecimento de Belém e região metropolitana, concentrando 66,3% da venda do produto no mercado paraense, tal fato se dá principalmente pela facilidade de transporte do

produto do que as demais SRs que sofrem com os problemas das estradas em situação precárias no período de chuva e por não possuírem também estruturas necessárias para o armazenamento do produto.

Na Tabela 4 estão representados número de estabelecimento e produção pecuária por SR no estado do Pará, de acordo com o censo agropecuário de 2017. Com base no exposto podemos observar que além da produção de mandioca, a SR-01 se destaca na produção de galináceos, produzindo mais de 21 milhões de cabeças para o ano de 2017, o que representa 72,5% da produção do estado. Esta produção realizada pelos agricultores dessa mesorregião atende assim como a mandioca, o mercado regional. Situação que contrasta com a SR-30, que tem sua produção voltada basicamente para alimentação.

Tabela 4 – Número de estabelecimentos produção pecuária nas SRs do INCRA

SRs	Bovinos		Caprinos		Ovinos		Suínos		Galináceos	
	Estab.	Nº de cabeças	Estab.	Nº de cabeças	Estab.	Nº de cabeças	Estab.	Nº de cabeças	Estab.	Nº de cabeças
SR-01	14.786	1.097.878	932	21.276	861	21.439	24.292	296.139	58.995	21.257.652
SR-27	51.753	9.582.921	1.973	41.856	3.789	89.003	28.250	315.431	48.685	4.224.964
SR-30	30.479	3.668.754	1.288	32.060	1.702	45.615	14.745	177.122	39.970	3.822.550
Pará	97.018	14.349.553	4.193	95.192	6.352	156.057	67.287	788.692	147.650	29.305.166

Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE

A SR-27, porém, tem apresentado números impressionantes de produção pecuária, principalmente a bovina (respondendo por 66,8% do rebanho do estado), justificada pela forma de ocupação e os incentivos governamentais no início da década de 1970-1980. Ademais, a produção de suínos também tem se destacado na SR-27, além possuir o maior número de estabelecimentos (28.250), detém 40% do rebanho suíno do estado, o segundo lugar ficou com a SR-01, que possui 37,5%.

Essa diversidade presente nas SRs, bem como de toda a Amazônia se dá muito em função do processo de ocupação e suas diversas trajetórias. Filgueiras e Herrera (2012) destacam que o processo migratório do estado do Pará caracteriza as diferentes fronteiras internas e o deslocamento das atividades produtivas relacionadas a terra e a força de trabalho.

4. Considerações Finais

O processo de integração da Amazônia ao restante do país trouxe consequências diretas na forma de ocupação da terra, formação social e política da região, que deixa de ser uma região fronteira e passa a ser um território de fronteiras, pautado na forma de ocupação da terra e no uso desenfreado dos recursos naturais presentes. Em termos de condições do uso da terra e número de estabelecimentos, constatou-se que a grande maioria dos estabelecimentos em condições de proprietários concentrados na Amazônia estão concentrados nas mãos de um pequeno grupo de pessoas.

Tal concentração de terras e estabelecimentos nas mãos de um pequeno grupo de pessoas faz com que as demais categorias (arrendatários, parceiros e ocupantes) se sujeitem a condições precárias, dependência e submissão aos detentores de capital. Todavia, mesmo a estrutura fundiária amazônica favorecendo os detentores de capitais, pudemos observar que a produção realizada pelos pequenos produtores é responsável por grande parte da produção total de alimentos demandada pela população local, sendo desta forma, fundamental para a permanência e reprodução de significativa parte da população residente.

No caso das Superintendências Regionais, verificou-se que a diversidade presente nas mesmas é fruto do processo de ocupação das mesorregiões, que se deu de forma semelhantes, porém em épocas diferentes, sendo caracterizadas pelas diferentes fronteiras internas e deslocamentos das atividades produtivas relacionadas a terra e a força de trabalho.

5. PALAVRAS-CHAVE

Estrutura Fundiária. Estado do Pará. Censo Agropecuário.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Joacir Rufino de; LACERDA, Marta Aurélia Dantas de. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 167-188, 2014.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 137-157, 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico. In: **Texto para discussão 157**. São Paulo: FVG, 2006.

FIGUEIRAS, Gisalda Carvalho; HERRERA, José Antonio. O segmento da agricultura familiar no estado do Pará: um olhar a partir dos dados do Censo de 2006. **Cadernos Cepec**, v. 1, n. 7-12, 2012.

HERRERA, José Antônio. Desenvolvimento Capitalista e a Realidade da Produção Agropecuária Familiar na Amazônia Paraense. 2012. 344f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: segunda apuração. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 01 de set. 2021.

_____. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#caracteristicas-produtores>. Acesso em: 01 de set. 2021.

A INOVAÇÃO DO SISTEMA S: SERVIÇO EDUCACIONAL DE SUSTENTABILIDADE DA NATUREZA AMAZÔNICA (SESNA)

GT04 – Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Helder Eduardo de Sousa Esteves ¹

João Paulo Silva Santos ²

Maria Deuza Da Silva Belo ³

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, rica em biodiversidade e ecossistemas únicos, enfrenta desafios devido à exploração de recursos naturais, desmatamento e mudanças climáticas. A disparidade entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano sustentável resulta em impactos ambientais negativos e desigualdades sociais. Para combater esses desafios, é essencial inovar nas políticas públicas e iniciativas educacionais. Uma dessas iniciativas é o Serviço Educacional da Sustentabilidade da Natureza Amazônica (SESNA), que tem como objetivo capacitar as comunidades locais, promover o desenvolvimento sustentável e preservar a riqueza natural e cultural da Amazônia.

Este trabalho reflete as discussões iniciais realizadas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável na Amazônia (PPGDAS) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Essas discussões abordam conceitos relevantes para estratégias de desenvolvimento sustentável na Amazônia. O processo é enriquecido pela diversidade de perspectivas e experiências dos membros do PPGDAS, que trazem suas próprias compreensões e questionamentos para a discussão. Por meio deste diálogo acadêmico, estamos expandindo nosso conhecimento sobre a Amazônia e contribuindo para o desenvolvimento de estratégias eficazes para enfrentar os desafios urgentes que a região enfrenta. Este trabalho é, portanto, uma parte essencial de nossos esforços para promover um futuro sustentável para a Amazônia.

A Amazônia tem sido o coração do desenvolvimento brasileiro desde o período colonial, com camponeses desempenhando um papel central na ocupação e desenvolvimento da região. A economia brasileira foi historicamente influenciada por ciclos econômicos, como o ciclo da borracha na região amazônica. No entanto, a degradação do bioma amazônico tem implicações alarmantes para o clima global. Autores como Fearsine (1995), Nobre e Lovejoy (2019) têm chamado atenção para os riscos que a floresta enfrenta. Estamos à beira de um ponto crítico, além do qual a regeneração florestal pode se tornar impossível. Portanto, ao traçar estratégias de gestão pública para a Amazônia, é imperativo que as políticas sejam contextualizadas dentro desta rica tapeçaria de história, cultura e ecologia. Valorizar o camponês, reconhecer a história econômica do país e priorizar a sustentabilidade não são apenas ações desejáveis, mas sim vitais para o futuro da região e do planeta.

¹ Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável - UNIFAP, helderesteves@outlook.com.br

² Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável - UNIFAP, joasantos.amp@gmail.com

³ Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável - UNIFAP, mdeuza78@gmail.com

DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE NA AMAZÔNIA LEGAL: A BUSCA POR EQUILÍBRIO ENTRE ECONOMIA E SOCIEDADE

A Amazônia Legal tem vivenciado uma onda de investimentos de grandes empresas, sobretudo em estados como Rondônia, Pará, Acre e Amapá. No entanto, o desenvolvimento econômico tem se mostrado descompassado em relação ao progresso social e ambiental. Rondônia é testemunha do avanço da agroindústria que tem impactado severamente o ecossistema local. No Pará, a intensificação das atividades mineradoras provoca desmatamento, mas também a contaminação hídrica. Esta expansão, pautada na maximização dos lucros, frequentemente relega as comunidades locais e a biodiversidade da região a um segundo plano (CASTRO; CARMO, 2019; FEARNSTIDE, 2006; VIEIRA et al., 2019).

A disparidade entre avanço econômico e desenvolvimento humano sustentável é um tema recorrente em discussões sobre a Amazônia Legal. O crescimento econômico no país, historicamente, não tem se traduzido em avanço social equitativo, a concentração de riqueza e poder em mãos de corporações e elites econômicas tem exacerbado as desigualdades sociais (FURTADO, 2020; STIGLITZ, 2013). É imperativo que as estratégias de desenvolvimento para a Amazônia Legal sejam repensadas e a gestão pública necessita implementar políticas públicas que integrem de forma harmônica o desenvolvimento econômico, a justiça social e a conservação ambiental.

NARRATIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA LEGAL: A NECESSIDADE DE INOVAÇÃO PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dentro da perspectiva de gestão pública para o desenvolvimento regional da Amazônia, é imprescindível analisar as atuais políticas públicas e identificar as falhas que impedem a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável. As políticas que promovem a exploração de recursos naturais sem a devida atenção à sustentabilidade e aos direitos das comunidades locais têm se mostrado não só insustentáveis, mas também prejudiciais a longo prazo. O desenvolvimento econômico tem sido, muitas vezes, priorizado em detrimento da sustentabilidade e dos direitos das comunidades locais (FURTADO, 2020; PORRO; CUNHA, 1992).

Projetos como o RADAM (Radar da Amazônia) da década de 1970 e o Programa Grande Carajás nas décadas de 1970 e 1980 são exemplos disso. Ambos tinham objetivos nobres, mas resultaram em mudanças ambientais significativas, deslocamentos forçados de comunidades e intensos conflitos de terras.

Além disso, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) na Amazônia, embora ambicionasse promover o desenvolvimento infra estrutural, resultou em desmatamento acelerado e questionamentos por parte de comunidades indígenas e tradicionais. Diante desses exemplos, torna-se evidente a necessidade de uma gestão pública reformulada que esteja centrada na realidade e nos direitos das populações locais. Isso é ecoado em obras como “Raízes do Brasil” (1936) de Sérgio Buarque de Holanda, que enfatiza a importância de considerar os nuances culturais e sociais no desenvolvimento de qualquer política pública. Assim, a nova proposta busca focar na capacitação de uma nova cadeia de produção, de modo a fomentar negócios alinhados à sustentabilidade e cultura amazônica. Reiterando a perspectiva de Sen (2018) a verdadeira progressão ocorre quando as pessoas são capacitadas para serem protagonistas de suas histórias.

A Amazônia Legal, rica em tradições e conhecimentos ancestrais, enfrenta desafios singulares, demandando políticas públicas inovadoras que reflitam suas realidades únicas. Portanto, emerge a necessidade de um novo modelo de política pública focado na sustentabilidade e adaptado às peculiaridades da região. Com esse objetivo em vista, sugere-se a formação de uma entidade governamental específica, composta por representantes locais como camponeses, extrativistas, seringueiros e agricultores. Estes detentores de profundo entendimento sobre a região seriam os pilares dessa transformação.

O principal papel desta entidade seria fomentar o desenvolvimento econômico local e promover a justiça social, sempre com uma lente de sustentabilidade. Além disso, valorizaria e resgataria as tradições

e os saberes locais, colocando em destaque a imperativa sustentabilidade ambiental. Uma de suas ações centrais seria a capacitação profissionalizante de jovens e adultos das comunidades tradicionais, focada em ofícios personalizados que refletem as necessidades e oportunidades da região.

Essa política inovadora não se limita apenas à economia. Um pilar fundamental é o componente educacional, capacitando habitantes locais em conhecimentos técnicos e gerenciais. Este esforço educativo é crucial para catalisar o nascimento de negócios inovadores e sustentáveis, que operam em sintonia com a preservação ambiental e almejam um desenvolvimento social equilibrado. Em resumo, a confluência de educação, capacitação profissional e valorização cultural representa a base de um desenvolvimento harmônico e sustentável na Amazônia Legal. Ao dar voz às comunidades locais na criação e implementação de políticas públicas, será possível construir uma estrutura de desenvolvimento mais justa, inclusiva e sustentável, que respeite as peculiaridades da Amazônia e promova o bem-estar de suas comunidades, ao mesmo tempo em que preserva sua riqueza natural para as futuras gerações.

A INOVAÇÃO DO SISTEMA S: SERVIÇO EDUCACIONAL DA SUSTENTABILIDADE DA NATUREZA AMAZÔNICA (SESNA)

No contexto multifacetado do Brasil, o Sistema S emerge como um estruturador vital no desenvolvimento de habilidades e na promoção da inclusão profissional através de entidades consagradas como SENAI, SENAC e SESC. Contudo, o caráter único da Amazônia requer estratégias individualizadas, refletindo suas necessidades e particularidades. Portanto, propõe-se a criação do SESNA, uma divisão do Sistema S especialmente dedicada à Amazônia.

O foco principal do SESNA é promover a ascensão e formação das populações oriundas das regiões rurais e florestais da Amazônia, como agricultores, extrativistas, seringueiros, ribeirinhos e comunidades indígenas, os quais possuem uma compreensão íntima e valiosa da vida florestal e suas tradições. O SESNA busca intensificar este saber intrínseco, integrando-o com métodos sustentáveis e inovações contemporâneas.

A graduação e formação técnica oferecidas sob o SESNA seriam meticulosamente elaborados para abordar a diversidade e complexidade da vida amazônica, incluindo formações em agroecologia, gestão de recursos naturais, energias renováveis adaptadas à selva e empreendedorismo ecológico. A adoção de ferramentas digitais modernas em programas de formação potencializará o aprendizado e disseminação de conhecimento.

Adicionalmente, SESNA objetiva formar alianças com instituições acadêmicas, organizações de pesquisa e corporações locais, construindo pontes para oportunidades de estágio, emprego e projetos colaborativos de pesquisa. Tal estratégia motivará e impulsionará a população amazônica a aplicarem seus conhecimentos adquiridos em prol do desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

Este movimento culminará na formação de uma vanguarda de empreendedores na Amazônia Legal, indivíduos que, fundamentados em práticas e conhecimentos sustentáveis, serão precursores de modelos de negócios ecológicos e inovadores, fomentando a economia local, justiça social e propiciando a salvaguarda do ecossistema amazônico. Eles serão catalisadores de uma revolução verde, interligando avanço econômico à preservação ambiental. O SESNA, ao mesclar conhecimentos ancestrais com inovações atuais, não só facilita a entrada destes no mercado de trabalho, mas também assegura que o desenvolvimento da Amazônia se concretize de maneira sustentável e harmoniosa com a cultura e a biodiversidade local.

Diante dos crescentes desafios globais, o SESNA se posiciona como uma fonte de inspiração e um caminho viável para um futuro mais equitativo e verde para a Amazônia e para o mundo. Entretanto, a singularidade da Amazônia exige uma abordagem especializada. É neste cenário que propomos o SESNA, um braço do Sistema S focado na realidade e potencial da Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE

Amazônia; Desenvolvimento Sustentável e Inovação Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, E.; CARMO, E, D. (Orgs.). Dossiê: Desastres e crimes da mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho. Belém: NAEA/UFPA, 2019.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque; CÂNDIDO, Antônio; DE MELLO, Evaldo Cabral. **Raízes do Brasil**. J. Olympio, 1936.

FEARNSIDE, P. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazônica**, v.36, n.3, p.395-400, 2006.

FEARNSIDE, Philip M. Barragens hidrelétricas na Amazônia brasileira como fontes de gases 'de efeito estufa'. **Conservação ambiental**, v. 22, n. 1, pág. 7-19, 1995.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Companhia das Letras, 2020.

LOVEJOY, Thomas E.; NOBRE, Carlos. Ponto de inflexão da Amazon: última chance de ação. **Avanços da Ciência**, v. 12, 2019.

PORRO, Antônio; CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. 1992.

PREVITALI, Fabiane Santana. Movimento camponês, trabalho e educação-liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. 2013.

VIEIRA, Ima Célia Guimarães; SILVA, José Maria Cardoso da; TOLEDO, Peter Mann de. Estratégias para evitar a perda de biodiversidade na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, p. 153-164, 2005.

ACCOUNTABILITY, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA

GT04 – Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Wane da Paixão Nunes¹
Leila Márcia Sousa de Lima Elias²

1. INTRODUÇÃO

A *accountability* é um dos fundamentos essenciais da democracia e da qualidade da gestão pública, desde que sejam observados três princípios fundamentais: a) obrigação dos governos de prestar contas; b) transparência na gestão; e c) participação social através do envolvimento dos cidadãos. Em outras palavras, trata-se de um processo de duas vias: uma via que implica que o governo conduza uma gestão transparente e outra que conta com a participação e interação da sociedade nos processos decisórios da gestão pública.

Nesse sentido, este trabalho realiza uma revisão da literatura bibliográfica sobre a *accountability*, transparência pública e controle social no âmbito da gestão pública, com o objetivo de proporcionar aos pesquisadores nacionais a ampliação de conhecimento sobre esse campo de investigação e, por consequência, maior precisão conceitual e classificatória aos estudos sobre o tema.

2. METODOLOGIA

Este trabalho é uma revisão de literatura destinada a compreender criticamente sobre a *accountability*, transparência pública e controle social no âmbito da gestão pública. Desta forma, o estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois envolve a análise de textos, teorias e ideias de fontes já publicadas. A abordagem de preceitos preocupa-se principalmente com perguntas sobre o que esperamos obter como resultado de políticas destinadas a prestação de contas governamentais, enquanto o estudo conceitualista busca trazer definições sobre o significado dos termos *accountability*, transparência pública e controle social.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O vocábulo *accountability* tem origem no verbo inglês e sua tradução para o português pode significar “responsabilidade” ou “prestação de contas”. Segundo Medeiros, Crantschaninov e Silva (2013), embora no Brasil ainda não se tenha uma tradução literal desse termo, a sua revisão de literatura indicou que no setor público a *accountability* se refere à responsabilidade e prestação de contas dos gestores públicos, onde pode refletir na obrigação dos gestores em explicar e justificar suas ações realizadas e os resultados alcançados, portanto, pode ser um elemento fundamental em sistemas democráticos, pois busca garantir transparência, integridade e confiança nas relações entre gestores e sociedade no setor público, o que destaca a importância desse termo nesse estudo em questão (ARAUJO, 2010).

Pode-se considerar que no setor público, a *accountability* está relacionada à obrigação dos gestores públicos de prestarem contas sobre o uso dos recursos públicos, a implementação de políticas e programas, e os resultados alcançados. Portanto, no setor público ela envolve a transparência na divulgação de informações, a participação dos cidadãos no processo decisório e o estabelecimento de mecanismos de controle e responsabilização. Por isso, segundo Pessanha (2007) e Smyth (2012), o conceito de *accountability*

¹ Mestranda em Gestão Pública, Universidade Federal do Pará, contabil.wane@gmail.com.

² Doutora em Desenvolvimento Sustentável Do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, leilamarciaelias@yahoo.com.br.

não pode ser dissociado da noção de controle. Lee (2008), Walker et al. (2010), Hodges (2012) e Saliterer e Korac (2013) destacaram que, na administração pública, a *accountability* deve ser considerada como um conceito multidimensional, abrangendo eficiência, eficácia, quantidade e qualidade de produção, capacidade de resposta às necessidades de serviço e satisfação dos cidadãos.

Em relação a transparência pública, as legislações infraconstitucionais referem-se às normas, leis e regulamentos específicos que foram estabelecidos para promover a transparência na gestão pública. Essas legislações são elaboradas no âmbito dos governos municipais, estaduais e federal, complementando os princípios e diretrizes estabelecidos na Constituição. Conforme Abdala e Souza (2016), a demanda por transparência é um processo em andamento que teve início com a Constituição de 1988. Segundo Silva, Jaccoud e Beghin (2005), as mudanças na gestão pública, especialmente após a assembleia constituinte, tiveram como propósito ampliar a participação de diversos atores sociais nas decisões políticas e na formulação de políticas públicas. Além disso, a transparência também assegura que a sociedade participe da gestão através de órgãos consultivos e avaliativos, como conselhos e comissões.

O acesso à informação é um direito garantido pela CF/88 (BRASIL, 1988) e é regulamentado por leis, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (BRASIL, 2000), a Lei da Transparência LC nº 131/2009 (BRASIL, 2009) e a Lei de Acesso à Informação (LAI) (BRASIL, 2011), sendo que, conjuntamente essas leis representam o Marco Legal da Transparência Pública brasileira. Uma vez que, essas leis estabelecem diretrizes, prazos e obrigações claras para a divulgação de informações, contribuindo para a prestação de contas dos gestores públicos. Portanto, ao promover a transparência e o acesso à informação, essas legislações fortalecem a confiança da sociedade nas instituições e incentivam a participação cidadã na gestão pública.

A transparência na gestão pública é um conceito multifacetado e que pode ser classificado de diferentes maneiras. Segundo a pesquisa de Melo e Cruz (2019), a classificação da transparência pode variar de acordo com os critérios adotados e as metodologias utilizadas.

Segundo estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2020), a transparência pode aumentar a eficiência na gestão pública e reduzir os níveis de corrupção. Outro estudo, realizado pela organização Transparência Internacional, mostra que a falta de transparência na gestão pública pode prejudicar a qualidade dos serviços públicos e aumentar a desigualdade social.

Os órgãos de controle da gestão pública desempenham um papel fundamental na promoção da transparência, da eficiência e da *accountability* no setor público. Esses órgãos têm como principal objetivo monitorar a aplicação dos recursos públicos e garantir que a gestão pública esteja em conformidade com as leis e normas estabelecidas. Na administração pública existe três tipos de controle: o controle externo realizado pelos tribunais de contas (TCU, TCE e TCM), o Controle interno – controladorias (CGU e CGM) e o controle social.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *accountability* é um conceito central para a promoção da transparência e da responsabilidade nas democracias, envolvendo a prestação de contas, a responsabilização, a participação cidadã e a existência de instituições e mecanismos que permitam o monitoramento e controle das ações públicas e privadas.

A falta ou insuficiência na prestação de contas dos gestores públicos pode comprometer a transparência, a eficiência e a eficácia da gestão pública (VERKUIL, 2016). Logo, a *accountability* é essencial para garantir que os recursos sejam utilizados de forma adequada, atendendo às necessidades da população e promovendo o desenvolvimento sustentável.

5. PALAVRAS-CHAVE

Accountability; Transparência Pública; Controle Social.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALA, P. R. Z.; TORRES, C. M. S. O. A. **A Transparência como Espetáculo: uma análise dos portais de transparência de estados brasileiros.** *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 8, n. 3, p. 147-166, 2016. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/AGU-1_94ed49eef1ecab3f125f55d7e4369f34. Acesso em: 26 jun. 2023.
- ARAÚJO, T. S. **A lei de acesso à informação no Brasil e a questão do acesso à informação nas democracias.** *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 5, p. 978-1.002, 2019.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidente da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 1 maio, 2023.
- BRASIL. **Lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.** Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidente da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 1 maio, 2023.
- COUTINHO, D. de M.; SANTOS, A. S. de S. **O papel do Tribunal de Contas frente à accountability.** *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Belo Horizonte, ano 18, n. 72, p. 209-233, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/882/876>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- HODGES, Ron. **Joined up government and the challenges to accounting and accountability researchers.** *Financial Accountability & Management*, v. 28, n. 1, p. 26-51, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0408.2011.00535.x>.
- LEE, Janet. Preparing performance information in the public sector: An Australian perspective. **Financial Accountability & Management**, v. 24, n. 2, p. 117-149, 2008.
- MEDEIROS, Anny Karine de; CRANTSCHANINOV, Tamara Ilinsky; SILVA, Fernanda Cristina da. **Estudos sobre accountability no Brasil: meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais.** *Revista de Administração Pública*, v. 47, p. 745-775, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122013000300010>.
- MELO, R. V.; CRUZ, E. B. **Transparência pública nos municípios brasileiros: uma análise dos rankings de transparência.** *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 80, p. 97-117, 2019.
- PESSANHA, Charles. **Accountability e controle externo no Brasil e na Argentina.** *Direitos e cidadania. Justiça, poder e mídia*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, p. 122-147, 2007.
- SALITERER, Iris; KORAC, Sanja. Performance information use by politicians and public managers for internal control and external accountability purposes. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 24, n. 7-8, p. 502-517, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2013.08.001>.
- SANTOS, J. C.; SILVA, T. C. **A importância do controle externo popular para a promoção da transparência e participação popular no contexto brasileiro.** *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, Senhor do Bonfim, v. 8, n. 1, p. 102-117, 2018.

SILVA, Sivaldo Pereira. **Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras**. *Opinião Pública*, v. 11, n. 2, p. 450-468, 2005.

SMYTH, Stewart. Contesting public accountability: A dialogical exploration of accountability and social housing. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 23, n. 3, p. 230-243, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2011.12.007>

VERKUIL, P. R. **Accountability and the Sustainable Development Goals**. *Global Governance*, [s. l.], v. 22, n. 4, p. 579-592, 2016.

WALKER, Richard M.; DAMANPOUR, Fariborz; DEVECE, Carlos A. Management innovation and organizational performance: The mediating effect of performance management. **Journal of public administration research and theory**, v. 21, n. 2, p. 367-386, 2011.

**AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
(PNAES) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

GT04 – Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia.

Michele Elane de Sá Monteiro¹
Rosana Pereira Fernandes²

1 INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, observa-se a expansão do ensino superior no Brasil, estimulada pela implementação de várias medidas que possuíam o objetivo de ampliar o número de matrículas em cursos de graduação, com vistas à democratização do acesso ao ensino superior.

Nesse contexto, em pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes, 2018) para mapeamento do perfil socioeconômico e cultural dos alunos matriculados em curso de graduação, foi identificado que 70,2% dos alunos têm renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, pertencentes às classes C, D e E.

Esse novo cenário precisa ser observado pelos gestores públicos, os quais devem planejar ações que garantam condições para que os discentes em situação de vulnerabilidade social e econômica possam ter as mesmas oportunidades educacionais que os demais discentes (Andifes, 2018).

É nessa conjuntura que o Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos alunos procedentes da rede pública de ensino e/ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio nas instituições federais de ensino superior. Com o advento do PNAES, o Ministério da Educação passou a destinar às IFES orçamento específico para o desenvolvimento de ações de assistência estudantil voltadas aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Ressalta-se que, por meio do PNAES, além da garantia de alocação de recursos para ações de assistência estudantil, há a previsão que as IFES devem estabelecer mecanismo de acompanhamento e avaliação da política de assistência estudantil ofertada aos discentes de graduação.

Tendo em vista a materialidade (montante de recursos envolvido) e relevância (impacto social) dessa política, a Controladoria Geral da União realizou, nos anos de 2015 e 2016, auditoria em 58 IFES, e apontou em seu relatório que “não foram encontradas avaliações consistentes do programa em nenhuma das IFES auditadas, sendo esta uma fragilidade relevante que evidencia lacuna de governança interna nas instituições” (CGU, 2017, p 16).

Entre as IFES auditadas encontra-se a Universidade Federal do Pará (UFPA), que é uma instituição pública federal de ensino superior, criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, a qual possui personalidade jurídica sob a forma de autarquia especial, com autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

¹ Mestra em Gestão Pública, Universidade Federal do Pará/NAEA. E-mail: michele@ufpa.br.

² Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará/NAEA. E-mail: rosafer@uol.com.br.

Mediante ao exposto, e tendo em vista os expressivos recursos orçamentários recebidos pela UFPA (aproximadamente R\$294 milhões no período de 2010-2021), e considerando que o PNAES estabelece que as IFES devem instituir mecanismos de acompanhamento e avaliação do programa, o presente trabalho se propôs avaliar a eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPA.

De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU, 2020), as organizações devem instituir práticas que permitam que a governança se estabeleça como mecanismo organizacional, a exemplo de definir quais estratégias devem ser adotadas para a melhoria da gestão; monitorar o alcance dos resultados organizacionais; e promover a transparência e garantir a *accountability*.

Dessa maneira, a avaliação de políticas públicas pode apontar elementos para o desenho de novas intervenções ou para o aprimoramento de políticas e programas em curso, e como parte da prestação de contas e da responsabilização dos agentes estatais (Faria, 2005).

2 METODOLOGIA

O percurso metodológico adotado visou alcançar o objetivo da pesquisa, que consistiu em avaliar a eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil no âmbito da UFPA. Na perspectiva da avaliação de políticas públicas, a pesquisa baseou-se na avaliação de programa, que é um empreendimento técnico-científico de uso de método da pesquisa social para investigar a situação, os problemas e os diferentes aspectos da gestão de um programa público (Januzzi, 2011).

No que se refere ao lócus da pesquisa, enfatiza-se que a UFPA possui estrutura *multicampi*, tendo 12 *campi* universitários: *campus* de Belém (sede), Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí.

Em razão disso, para a pesquisa, optou-se em agrupar os *campi* de acordo com a mesorregião geográfica a qual pertencem, sendo escolhido para ser objeto da pesquisa o maior *campi* em número de alunos de cada mesorregião. Em concordância com os critérios estabelecidos, os *campi* selecionados foram: Belém (Mesorregião Região Metropolitana de Belém); Cametá (Mesorregião Nordeste Paraense); Altamira (Mesorregião Sudoeste Paraense); Tucuruí (Mesorregião Sudeste Paraense); e Breves (Mesorregião Marajó).

Posto isto, a amostra foi constituída por alunos em situação de vulnerabilidade social e econômica, ingressantes na UFPA no ano de 2017 e que tenham sido atendidos pelo auxílio permanência estudantil no período de agosto de 2017 a dezembro de 2021. Do universo total de alunos com esse perfil, 48 alunos aceitaram participar da pesquisa, o que corresponde a uma taxa de participação de 53,9%. A estratégia de coleta de dados por meio do Sistema Gerencial de Assistência Estudantil (SIGAEST), no qual foram verificados o rendimento acadêmico dos alunos, a taxa de retenção e a taxa de evasão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados revelam informações referentes ao perfil socioeconômico dos participantes, bem como evidenciam o desempenho acadêmico e informações referentes a evasão e retenção. Os resultados indicam que 85,4% dos participantes ingressaram por meio do sistema de cotas adotado pela UFPA. Ademais, desse percentual, 64,5% ingressaram por cota associada à renda familiar (baixa renda familiar).

Nesse tema, 35,42% dos alunos possuem renda familiar bruta que varia entre R\$606,01 a R\$1.212,00; seguidos por 29,17% com renda no intervalo de R\$1.212,01 a R\$1.818,00; 16,67% com renda de R\$1.818,01 a R\$2.424,00; além de 10,42% com renda familiar de até R\$606,00 (meio salário mínimo); e, ainda, 4,17% com renda de R\$2.424,01 a R\$3.030,00. Ressalta-se que apenas 4,17% possuem renda familiar bruta superior a quatro salários mínimos (correspondente a R\$4.848,00).

No que se refere aos dados acadêmicos, 56,25% dos discentes apresentam rendimento acadêmico

bom (notas variam entre 7,0 e 8,9); 20,83% *excelente* (notas variam entre 9,0 e 10,0); 20,83% *regular* (5,0 a 6,9); e apenas 2,08 apresentam rendimento acadêmico considerado *insuficiente* para os padrões da universidade (notas variam de 0 a 4,9).

Em relação aos dados de retenção e evasão, entre os alunos participantes da pesquisa não se identificou retenção, isto é, todos os alunos estão dentro do prazo para conclusão do curso. Entretanto, destaca-se que esse dado se deu em virtude de a UFPA ter prorrogado os prazos para conclusão em razão do cenário pandêmico provocado pelo novo coronavírus (Síndrome Respiratória Aguda Grave–SARS-CoV-2).

Em que pese as definições estabelecidas nas resoluções que prorrogaram o prazo regulamentar para conclusão curso de graduação e o evidente comprometimento causado pela pandemia, conforme observado na época da pesquisa, 37,5% dos alunos participantes da pesquisa haviam concluído o curso de graduação; 37,5% encontravam-se no último semestre do curso de graduação (com previsão de término em dezembro de 2022); 13% estavam matriculados no penúltimo semestre do curso; 3% matriculados no antepenúltimo semestre do curso; e, em apenas 3% notou-se que seria necessário um tempo correspondente a pelo menos 18 meses para a conclusão do curso.

No que concerne à evasão (cancelamentos de matrículas no curso de graduação), Filho *et al.* (2007) pontuam que essa é uma das problemáticas observadas nas instituições de ensino superior, a qual tem diversos fatores causais, sendo reconhecidamente o principal deles as dificuldades econômicas para continuar no curso.

Por fim, aponta-se a constatação identificada na pesquisa, que nenhum dos alunos participantes da pesquisa evadiu, estando todos em um percurso acadêmico que indica a conclusão do curso de graduação.

4 CONCLUSÕES

Em relação aos resultados identificados na pesquisa, evidenciou-se que os alunos assistidos pelo PNAES na UFPA, em sua maioria, advêm de famílias cuja renda familiar é de até R\$1.818,00, equivalente a um salário mínimo e meio (vigência 2022).

Quanto às informações acadêmicas, constatou-se que 85,4% ingressaram por meio do sistema de cotas. Desse percentual, 64,5% ingressaram por cota associada à renda familiar (um salário mínimo e meio *per capita*). Sendo assim, compreende-se que o PNAES na UFPA está atendendo alunos inseridos dentro do perfil pretendido pelo programa, que são alunos provenientes da rede pública de ensino básico e pertencentes à família em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No tocante à retenção dos alunos participantes da pesquisa, verificou-se que todos os alunos estão dentro do prazo para conclusão do curso de graduação. Quanto à evasão, aponta-se que nenhum dos participantes da pesquisa evadiu, isto é, cancelou a matrícula no curso de graduação; todos estão em um percurso acadêmico que indica que haverá a conclusão do curso de graduação.

Diante desses dados, evidencia-se que os alunos atendidos pelo PNAES possuem rendimento acadêmico satisfatório, assim, nota-se que o programa, do ponto de vista do desempenho acadêmico dos alunos, tem alcançado sua eficácia.

Mediante o exposto, conclui-se que o programa tem alcançado sua eficácia, à medida que contribui para democratização do acesso ao ensino superior, colaborando para a redução dos índices de retenção e evasão dos alunos beneficiários do referido programa. Portanto, alcança sua finalidade: ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

5 PALAVRAS-CHAVE

AVALIAÇÃO; PNAES; UFPA.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIFES. **V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior - 2018**. Acesso em: 23 mar. de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, 2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU / Tribunal de Contas da União**. 3. ed. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado –Administração, 2020.

FARIA, C. A. P. A Política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-169, out. 2005.

JANNUZZI, P. M. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, DF, v. 36, p. 251-275, 2011.

UFPA. **Anuário estatístico 2022: ano base 2021** - Belém: UFPA, 2022. Disponível em: <http://www.anuario.ufpa.br/index.php> Acesso em: 25 fev. 2023.

FILHO, R. L. L. S; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.

ECODESENVOLVIMENTO E SUA INTERFACE COM A PANDEMIA COVID-19: IMPACTOS NA AMAZÔNIA

GT04- Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Rosiane Pinheiro Rodrigues¹

Marcilena Costa Carneiro²

Cíntia Maria Souza de Sá³

Ligia Terezinha Lopes Simonian⁴

1. INTRODUÇÃO

O conceito de Ecodesenvolvimento já vem sendo discutido a algumas décadas e pouco ainda se tem colocado em prática do que é necessário para conter avanços dos problemas advindos da exploração desenfreada de recursos naturais em nosso planeta. Segundo Sach (1993), a definição de Ecodesenvolvimento se dá através da união de forças e competências capazes de responder sobre a problemática do desenvolvimento sustentável, com uma gestão ecologicamente correta dos recursos e do meio, cujo objetivos sociais e econômicos sejam alcançados, sem prejuízos aos diversos atores envolvidos. Para o autor, é necessário observar cinco dimensões para considerar a sustentabilidade do ecodesenvolvimento, são elas: “sustentabilidade social; econômica; ecológica; espacial; e cultural.”

Esse entendimento é necessário para reduzir as diferenças sociais, alocar recursos financeiros de maneira mais eficiente, aumentar a produção de riqueza social, fazer uso consciente dos recursos ecologicamente viáveis, minimizando os impactos e desequilíbrios ambientais para evitar assim o desgaste dos mais variados ecossistemas, onde a captação desenfreada pode se tornar causadora de fenômenos indesejáveis como desastres naturais, epidemias e pandemias. Não obstante, torna-se relevante evitar aglomeração exagerada de populações em áreas específicas e a preservação da riqueza e da diversidade cultural existente nas mais diversas comunidades (Sach, 1993).

No cenário brasileiro, os eventos indesejáveis são acentuados pelos determinantes sociais e as iniquidades em saúde existentes, sendo os mais atingidos, os grupos economicamente desfavorecidos. O que resulta em consideráveis efeitos nos setores sanitário, social, econômico, político e cultural, exigindo atenção de autoridades responsáveis, da comunidade científica e da população em geral para o desenvolvimento de melhores parâmetros de prevenção, controle, resposta e recuperação frente a tais eventos (Silva *et al.*, 2023).

Na Amazônia, as populações tradicionais são consideradas essencialmente vulneráveis, principalmente pelas condições socioeconômicas em que vivem, o que se agrava pelos altos índices de analfabetismo e pobreza nessas comunidades. Estes índices estão relacionados com a má distribuição de renda existente no Brasil, o que, aumentam as iniquidades em saúde, acentuam as dificuldades com a educação, com o saneamento básico e com a segurança alimentar para essas populações. Todos esses

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, rosiuepa@gmail.com

² Graduanda de Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Pará, lenaccarneiro@gmail.com

³ Bacharel em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Pará, cintiamariasa@gmail.com

⁴ Doutora em Antropologia, Universidade Federal do Pará, simonianl@gmail.com

fatores dificultam o acesso ao cuidado e prevenção de doenças que ficaram evidenciadas na pandemia de Covid-19 (Carneiro & Pessoa, 2020).

Nesse sentido, o período pandêmico explicitou irregularidades ambientais, políticas e econômicas com as quais essas populações são submetidas devido aos grandes empreendimentos nesses territórios que destroem ecossistemas inteiros e prejudicam a saúde das pessoas alterando seu habitat, conseqüentemente produzindo novas doenças. As populações tradicionais possuem modos de vida, saberes e práticas essenciais para sustentabilidade socioambiental e nos ensinam que mesmo com a deficiência da assistência do Estado, interagem em sua comunidade através dos preceitos de socio-biodiversidade (Gomes, 2020).

A proposta do ecodesenvolvimento admite uma relação harmônica entre as políticas públicas criadas para o crescimento e desenvolvimento de países subdesenvolvidos e a sustentabilidade vivenciada pelas Populações do Campo, das Florestas e das Águas (PCFA) desde suas origens. Esse conceito ainda está longe de ser colocado em prática no Brasil em sua integralidade, visto que, a busca pelo capitalismo desenfreado ainda se sobrepõe impactando na vida principalmente dos mais vulneráveis. Diante disso, o objetivo desse estudo é discutir sobre o Ecodesenvolvimento como subsídio de melhores condições de vida as PCFA e as disparidades socioeconômicas evidenciadas pela Covid-19.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória, de análise qualitativa, realizada através da separação e leitura de obras relevantes sobre o tema. Os artigos foram selecionados a partir de buscas nas plataformas da Biblioteca Virtual de Saúde e Google Acadêmico, utilizando os descritores (Desenvolvimento sustentável, Covid-19, Vulnerabilidade social) nos Descritores em Ciências da Saúde, com a utilização dos operadores booleanos AND e OR.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo da seleção nas bases de dados, os estudos selecionados para esta pesquisa, os tópicos evidenciados são: Impactos sociais e ambientais e populações tradicionais versus ecodesenvolvimento.

Impactos sociais e ambientais

A pandemia da COVID-19 teve diversas conseqüências na região amazônica, incluindo aspectos ambientais e sociais. Nesse período, o desmatamento ilegal e os incêndios florestais aumentaram de forma alarmante na Amazônia. Isto deve-se, em parte, ao fato de os recursos naturais terem sido afetados para fazer face ao surto, o que levou a uma redução da fiscalização ambiental e ao enfraquecimento do controle ambiental. Além disso, as pressões econômicas da crise conduziram a atividades arriscadas de exploração madeireira e mineradora destinadas a manipular as florestas (Barifouse, 2020).

O crescente desenvolvimento das atividades humanas tem um impacto significativo nos ecossistemas. O impacto nos habitats naturais provoca a destruição dos ecossistemas. A urbanização, a desflorestação e o aquecimento global estão finalmente a ser revelados, já que o meio ambiente está diretamente relacionado à ocorrência de doenças zoonóticas. Assim, há um apoio crescente à necessidade urgente de adotar medidas de conservação ambiental e manter o equilíbrio através do uso sustentável dos recursos naturais (Fontenele, 2021).

O comportamento das pessoas acerca do meio ambiente mostra falta de consciência ambiental e no cenário de pandemia surgiram questionamentos e necessidades em analisar os efeitos da pandemia. Desta forma, a situação de saúde dos povos indígenas, das populações ribeirinhas e outros povos que habitam a Amazônia no período pandêmico surgem como determinante de saúde, uma vez que estas populações enfrentaram desafios significativos durante esse período, incluindo a propagação do vírus em algumas comunidades. Dentro de comunidades indígenas a luta para obter acesso a recursos médicos e enfrentar

uma invasão ilegal de terras durante uma crise, é considerado um fator de relevância diante dos impactos social e ambiental (Sirvinskas, 2020; D'Andrea, 2020).

Populações tradicionais e o ecodesenvolvimento.

Se por um lado as populações tradicionais sentiram os efeitos da pandemia no ponto de vista da saúde, perante o ecodesenvolvimento os efeitos foram diferentes. As populações tradicionais e o ecodesenvolvimento estão frequentemente interligados, pois o ecodesenvolvimento é uma abordagem que valoriza as práticas e conhecimentos ancestrais (Hellmann, Silva, 2022).

O ecodesenvolvimento valoriza a participação ativa das populações tradicionais nas decisões relacionadas ao desenvolvimento, além disso, inclui consultas e parcerias para desenvolver estratégias de desenvolvimento que sejam culturalmente sensíveis e ecológicos. Outrossim, o ecodesenvolvimento promove por vezes também o desenvolvimento endógeno, no qual as populações locais desempenham um papel fundamental na geração de oportunidades econômicas e sociais (Costa *et al.*, 2022)

Em alguns casos, os interesses econômicos de empresas e governos podem entrar em conflito com os valores e práticas das populações tradicionais. Por exemplo, a exploração de recursos naturais em territórios tradicionais pode resultar em deslocamento forçado e manipulação ambiental. Em geral, na busca de desenvolvimento econômico, algumas comunidades tradicionais podem enfrentar pressão para assimilarem os modelos econômicos e culturais ocidentais, o que pode ameaçar suas tradições e conhecimentos locais, sendo necessário o fortalecimento do empoderamento dessas populações (Costa *et al.*, 2022).

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos sociais e ambientais resultantes da pandemia de COVID-19 são inumeráveis. Destaca-se que este cenário de pandemia aliado às outras crises em vigor no país, tornaram o seu combate mais difícil, principalmente, porque o Estado, o qual deveria garantir os direitos de todos ao bem-estar social, foi relegado na gestão passada, todavia, há um esforço e novas estratégias propostas pela Agenda 2030 que renovam esperanças e o resgate pela implementação do ecodesenvolvimento, de forma a fomentar o crescimento econômico sem esgotar os recursos do planeta baseado nos saberes das populações amazônicas.

5. PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento sustentável, Covid-19, Vulnerabilidade social

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARIFOUSE, R. Pandemia vai permitir aceleração do desmatamento na Amazônia, prevê consultoria. **BBC Brasil**, v. 26, p. 660–694, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52436205>. Acesso em: 18 set 2023.

CARNEIRO, F. F.; PESSOA, V. M. Iniciativas de organização comunitária e Covid-19: esboços para uma vigilância popular da saúde e do ambiente. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/QL8wS8krxQ8p8qgjxqrP87D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 set 2023.

COSTA, M. DO C. DE L. et al. COVID-19 e mudanças ambientais: o impacto da pandemia no contexto amazônico. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, p. e71111335059–e71111335059, 2022. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i13.35059>

D'ANDREA, T. A pandemia de Covid-19 aprofunda e apresenta as gritantes desigualdades sociais do Brasil. Entrevista especial com Tiaraju Pablo D'Andrea. **Instituto Humanitas Unisinos**, v. 13, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/597914-a-pandemia-decovid-19-apresenta-as-gritantes-desigualdades-sociais-do-brasil-entrevistaespecial-com-tiaraju-pablo-d-andrea>

LOUREDANA BRITO, C. Covid-19: relação meio ambiente e educação ambiental. [s.d.]. **Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí**. Ano 01 - Edição 01 - Jan/Jun 2021. Disponível em: <https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2022/01/Covid-19-relac%CC%A7a%CC%83o-meio-ambiente-e-educac%CC%A7a%CC%83o-ambiental.pdf> Acesso em: 19 set 2023

GOMES, R. K. S.; CALADO, J. F. O resistir e reexistir das populações tradicionais e extrativistas no Território Amazônico Amapaense. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 37, n. 4, p. 28–43, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/11376/8414>. Acesso em: 19 set 2023.

HELLMANN, G. J.; DA SILVA, M. C. Um Futuro Comum: Covid-19, Sustentabilidade e Aprendizagens. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 3, n. 7, p. e371694–e371694, 2022. <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i7.1694>

OLIVEIRA, V. DOS S. et al. Alternativas ao desenvolvimento econômico: diálogos na perspectiva do Bem Viver e dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 20, n. 58, p. e11839–e11839, 2022. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.11839>.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. [s.l.] Vértice São Paulo Vértice. Textos de Economia, v. 4, n. 1, 1993.

SILVA, R. F. DA et al. A redução de risco de desastres, a agenda dos Objetivos Sustentáveis e os princípios do SUS, no contexto da pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 1777–1788, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/dDpDLMXm8GjGrVGrtPtfp5k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 set 2023.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. 18. ed. São Paulo: Saraiva jur, 2020.

TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES E A GESTÃO ESCOLAR

GT04 – Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Josiane Caetano de Mendonça¹

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa analisar a gestão escolar à luz das tendências da administração pública, a partir do desenvolvimento das teorias organizacionais e sua influência nos modelos de gestão advindos de tais teorias. Logo, apresenta-se nesse texto, histórico acerca da evolução das teorias das organizações, por conseguinte, os modelos implementados na gestão educacional e seus impactos para a implementação da gestão democrática, pois, de acordo com Denhardt (2012) as organizações são instaladas a atingir a maior eficiência possível em sua prestação de serviço, devendo corresponder às necessidades e aos desejos daqueles para quem e com quem trabalham.

2. OBJETIVO

A pesquisa busca resgatar os primórdios das teorias organizacionais e os modelos de gestão advindos de tais teorias, suas contribuições e influências na implementação da gestão escolar. Objetiva-se analisar se a evolução das tendências administrativas contribuiu para efetivação da gestão escolar democrática.

3. METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica desenvolveu-se com base em material selecionado sobre a temática, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos. O estudo baseou-se em análise bibliográfica que possibilitou o aprofundamento teórico acerca da teoria organizacional e a evolução das tendências administrativas, enfatizando suas influências nos modelos de gestão escolar.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do levantamento bibliográfico, observou-se que os paradigmas e tendências da administração pública são essenciais para o entendimento da influência de tais modelos na gestão educacional. No entanto, faz-se importante evidenciar os modelos de gestão burocrático e democrático, bem como a teoria da decisão para o entendimento da implementação do modelo de gestão adotado no âmbito educacional e seus impactos no cotidiano escolar e na qualidade do ensino.

A teoria das organizações, com base na obra de Denhardt (2012), inicia-se com as primeiras tentativas de formulação de princípios para a administração pública com enfoque na estrutura organizacional e divisão do trabalho, utilizando-se da ciência para a elaboração de guias para a ação. Anos mais tarde, estudiosos desenvolveram os princípios de design organizacional que seriam aplicáveis a todas as organizações, surgindo assim, o modelo hierárquico. Todavia, Denhardt (2012), afirma que a elaboração dos princípios enfatizava a eficiência, o controle e a estrutura, deixando em segundo plano a responsabilidade democrática. A partir dos anos 1950, tendo como principal representante Hebert A. Simon e contribuições fundamentais de Taylor e Weber, o denominado modelo racional de administração, baseava-se na organização como instrumento

¹ Mestranda em Gestão Pública na Universidade Federal do Pará – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, josi_caetano24@hotmail.com

para o alcance dos objetivos. No decorrer dos anos, novas abordagens desafiaram os pressupostos básicos do modelo racional, mostrando-se mais eficientes. Nesse contexto, o humanismo organizacional nasce na psicologia industrial identificando limitações na perspectiva racional.

As constantes mudanças na sociedade e, conseqüentemente, nas organizações apontaram que as fronteiras que antes delineavam a burocracia estavam também desaparecendo. Um novo paradigma se fundamentava na descentralização da tomada de decisão, ou seja, “à medida que o poder de decisão passa para as equipes, elas necessitam de conhecimento, informações e recompensas adicionais que estejam vinculadas aos negócios que administram” (Galbraith et al, apud Clegg; Hardy, 1998, p. 41). Ainda sobre a tomada de decisão, Sfez *apud* Vidal (2013) considera a decisão como um processo institucional em que a liberdade do sujeito adquire o papel central. O processo de decisão assume caráter essencial para o desenvolvimento, sucesso ou insucesso das organizações. Os paradigmas e tendências da administração pública aqui apresentados são essenciais para o entendimento da influência de tais modelos na gestão educacional.

O final da década de 80 é utilizado como marco temporal para situar e aprofundar a pesquisa acerca das teorias das organizações e seus impactos no modelo de gestão educacional, pois o fim do regime militar no Brasil e a globalização da economia, bem como a maior circulação de pessoas, bens e tecnologias foram cruciais não apenas nos setores produtivos e comerciais, mas também na organização dos modelos educativos, uma vez que os sistemas de ensino estão intimamente ligados ao progresso da sociedade.

A escola por muitos anos foi constituída e administrada se utilizando do paradigma burocrático. Nessa esteira, Denhardt (2012) enfatiza que a burocracia é o meio mais racional conhecido de exercer controle imperativo sobre seres humanos, caracterizando-se pela separação entre os que executam e os que planejam, organizam, dirigem e controlam ações, estas intrínsecas aos diretores escolares. Nas organizações burocráticas o discurso se fundamenta pela racionalidade e busca pela eficiência. Ao transpor tal modelo para as escolas, é possível observar o poder de decisão centralizado na figura do diretor, a rigidez das regras, a impessoalidade expressa em um ambiente sem favoritismos. Todavia, com a redemocratização do país, eclodem debates sobre a gestão democrática na educação, pois a escola como reflexo da sociedade precisava acompanhar o momento de conquista democrática que se apresentava naquele contexto. A implementação de um modelo democrático que rompa com a racionalidade não é tarefa fácil, Vidal (2013, p.22) afirma: (...) O processo de tomada de decisão na regência organizacional é um complexo processo de integração, enfrentamento a situações e problemas que apresentam diversas possíveis alternativas e que pressupõe seleções e mudanças. Portanto, a partir da promulgação da Constituição Federal, em 1988, as discussões acerca do modelo ideal de gestão a ser implementado na educação apontaram para a superação do modelo burocrático em direção a implementação da gestão democrática, embasada na tomada de decisão colegiada em prol de todos e para todos.

5. CONCLUSÕES

A pesquisa apresentou as teorias administrativas e sua evolução em busca da implementação do modelo democrático na gestão da educação básica. As apreciações acerca das teorias das organizações apresentam modelos ainda vigentes na sociedade, observam-se as instituições repletas de processos burocráticos com regras rígidas a serem cumpridas, visão técnica do trabalho, hierarquia definida e centralização das decisões.

Conclui-se que na gestão escolar não é diferente, uma vez que o modelo burocrático e mecânico está impregnado nas concepções de educação e é exigida nos procedimentos e sistemas da escola. Para tanto, ao diretor escolar é atribuída função administrativa com normas e procedimentos a serem cumpridos, funcionamento e organização da escola. No entanto, ao se implementar a gestão democrática na educação,

ao gestor escolar se adiciona a prática pedagógica e dialógica no cotidiano escolar, enfatizando-se a ampliação da participação dos atores que compõem a escola.

PALAVRAS-CHAVE:

Teorias Organizacionais, Gestão, Educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Governo Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

CLEGG, R.S; HARDY, C.; NORD, W.R. **Handbook de estudos organizacionais** – São Paulo: Atlas, 1998.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da Administração Pública**; tradução técnica e glossário Francisco G. Heidemann. – São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DOURADO, L. F. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 921-946, out. 2007 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

MOTTA, F.C.P. **O que é Burocracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PARO, V. H. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

PECI, A. **Estrutura e ação nas organizações: Algumas perspectivas sociológicas**. Revista de Administração de Empresas, v. 43, n.1, jan. 2003. P. 34

VIDAL, J.P. (2013): **Teoria da decisão: racionalidade autorreferencial** (Luhmann), processual (Sfez), e autopoietica comunicativa. Belém: Paper do NAEA. [s.n].

3

Simpósio
Internacional

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

GT 04 • Sessão 2

GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR: A EXPERIÊNCIA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS (COFIS) NO PROMABEN II, EM BELÉM-PA

GT 04 - Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Lidiane Maria Siqueira David¹
Gizele Cristina Carvalho dos Santos²
Taynáh de Nazaré Argolo Marinho³
Helber da Silva Borges⁴

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a experiência do trabalho social desenvolvido no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova II (PROMABEN) com ênfase no processo de participação popular a partir das ações realizadas com a Comissão de Fiscalização de Obras e Serviços (COFIS).

O PROMABEN II é um programa de intervenção urbanística da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) que tem por área de abrangência os bairros do Jurunas, Condor e Cremação, correspondentes as Sub-Bacias I e II, da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN) e que recebe financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do Contrato de Empréstimo 3303/OC-BR.

O programa tem o objetivo de promover a melhoria das condições socioambientais da BHEN a partir de um conjunto de ações de saneamento e infraestrutura urbana, mas também por ações sociais e ambientais, buscando assegurar a dignidade e o direito à moradia com qualidade à população moradora dos bairros que compõem a Bacia (Belém, 2022, p. 1).

Para a execução desta intervenção, se faz necessário ações de deslocamentos involuntários da população e de atividades econômicas instaladas nas áreas de abrangência do programa. Desse modo, a PMB a partir do cadastramento da população diretamente afetada e do diagnóstico socioambiental dos bairros afetados pelo PROMABEN II, elaborou o Plano Específico de Reassentamento (PER), que define todos os procedimentos operacionais para a condução do processo de remanejamento e reassentamento do público a ser deslocado da área.

O Trabalho Social no PROMABEN II é materializado por meio de três programas: o Programas de Participação Comunitária (PPC), o Programa de Comunicação Social (PCS) e o Programa de Educação Ambiental e Sanitária (PEAS), sendo detalhado para efeito deste artigo o PPC.

O PPC constitui-se em um programa imprescindível para fortalecer o processo de organização popular, pois reúne ações de mobilização e organização comunitária com destaque para as ações desempenhadas em conjunto com a COFIS.

¹ Assistente Social no Consórcio TPF Synergia. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFPA, lididvd@gmail.com.

² Assistente Social no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN/PMB). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFPA, gizelecarvalhoufpa@gmail.com.

³ Assistente Social no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN/PMB). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFPA, taynah.a.marinho@gmail.com.

⁴ Sociólogo do Consórcio TPF Synergia. Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), UFPA, helbersborges@hotmail.com.

2. METODOLOGIA

O pressuposto teórico-metodológico de análise é embasado na teoria social crítica (materialismo histórico e dialético), sendo essa ferramenta indispensável para a compreensão dos movimentos de totalidade urbana e social amazônica e mediação com os processos particulares e singulares da sua expressão social.

A metodologia perpassa sobre a pesquisa-ação (como prática pedagógica), pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Comissão de Fiscalização de Obras e Serviços (COFIS) compõem a instância participativa da gestão pública compartilhada entre o Programa de Saneamento da Bacia da Estrada (PROMABEN II) e a população afetada. Desse modo, o Plano Específico de Reassentamento (PER) alinhado com as diretrizes e orientações da OP-710 do BID, considera a participação dos moradores como elemento fundamental no processo de execução das ações de reassentamento voluntário (Belém, 2022, p. 96).

Nesse sentido, o PROMABEN II, objetivando fortalecer a gestão pública compartilhada através da participação social dos (das) moradores (as) da Bacia da Estrada Nova, iniciou diversas ações em conjunto com o Programa de Participação Cidadã da atual gestão municipal, o Fórum Permanente de Participação Cidadã: “Tá Selado”, em especial com os (as) delegados (as) e conselheiros (as) dos bairros da Estrada Nova, eleitos (as) em assembleias promovidas pelo Fórum (Belém, 2022, p. 96).

Essa Comissão conhecida como COFIS, que é eleita por trecho de obras, tem a responsabilidade de acompanhar todo o processo de intervenção física seja em nível de planejamento quanto execução das obras no trecho. Nesse viés, configura-se a gestão democrática e participativa que requer uma forma combinada de fortalecimento das organizações da sociedade civil, mudança na correlação de forças políticas, transformação qualitativa dos padrões de gestão, enfim, um processo real de democratização do Estado e das formas de gestão pública, possibilitando novas relações entre governantes e governados (Portela, 2011).

A assertiva acima expressa a gestão democrática e participativa da década de 1990, especificamente o ano de 1997, que se passou a desenvolver mecanismos de participação popular e controle social ao implantar novo tipo de planejamento e gestão com a inauguração do Orçamento Participativo (OP), desdobrado no OP Cidade e no OP da Juventude, como instâncias de decisão sobre o orçamento municipal de Belém, Pará, o que foi ampliado ao ser instalado, em 2001, o Congresso da Cidade (Portela; Cruz; Costa; Sá; 2018).

Nas duas gestões municipais de Belém (1997-2000 e 2001-2004), sob a governabilidade do PT, foram desenvolvidas experiências com base na direção política centrada na ampliação da participação da sociedade na gestão municipal e, nesse contexto, foi concebido e implementado o Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal (PDLRDP), na Gestão 2007-2010 (Portela; Cruz; Costa; Sá, 2018).

Neste contexto, cada projeto sob a execução da prefeitura havia uma Comissão de Fiscalização e Monitoramento (COFIS), que tinha caráter de elegibilidade advindas da própria comunidade, sendo as famílias atingidas, que exerciam a prática de acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos investidos em projetos para o saneamento e para moradia popular (Portela; Cruz; Costa; Sá, 2018).

Nesta linha, atualmente, apresenta-se a COFIS do PROMABEN II, na qual a gestão do programa busca implementar um processo de participação popular junto aos moradores afetados. Desse modo, são realizados um conjunto de ações tais como reuniões, visitas as obras para acompanhamento do andamento da execução dos projetos de engenharia, oficinas e capacitações de formação de conselheiros, que tem por objetivo promover o processo de fortalecimento e organização comunitária da população integrante da COFIS.

Uma das ações que se destacam são as capacitações realizadas com os integrantes da COFIS, que visam qualificar a formação política dos mesmos, sendo este um espaço de troca de saberes entre a equipe técnica e os moradores. Uma das estratégias utilizadas consiste em dialogar com uma linguagem acessível, traduzindo os termos técnicos para a realidade social dos moradores e permitindo que estes tenham acesso as informações e compreendam cada etapa do planejamento executivo do programa.

A seguir apresenta-se o quadro 1 com a relação de obras para cada COFIS e os bairros de abrangência.

Quadro 1 – relação de bairros e obras das COFIS em área de intervenção

BAIRROS	OBRAS-COFIS
Bairro do Jurunas	Construção da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental – EMEIF
	Reforma e ampliação da Unidade Municipal de Saúde - UMS
Bairro da Condor	Construção do Conjunto Habitacional II
	Construção do Centro Comercial;
	Reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde - UBS
	Construção da Creche
Bairro da Cremação	Construção da Unidade de Referência de Vigilância de Doenças Tropicais Negligenciadas – URVET
	Construção da Unidade Básica de Saúde - UBS
	Dragagem do Canal da Av. Generalíssimo Deodoro

Fonte: PROMABEN/TPF-SYNERGIA, 2023.

Na capacitação realizada em 29 de junho de 2023 foi discutido sobre a importância do controle social nas políticas públicas, o papel dos conselheiros no processo de participação e diálogo com a comunidade afetada, bem como foi tratado sobre as diretrizes do Regimento Interno da COFIS.

Nos desdobramentos da capacitação houve o momento prático-reflexivo com a formação da dinâmica de grupo, em que os participantes se dividiram em 06 (seis) grupos para discutirem sobre o Regimento Interno da COFIS e proporem sugestões de melhorias. Foram direcionados para cada membro da COFIS uma minuta do Regimento Interno, materiais e ainda foi disponibilizado um tempo para a discussão. No final cada grupo elegeu uma pessoa para apresentar o resultado do que foi tratado, apontando as críticas e sugestões de progressos.

Tal dinâmica suscitou nos grupos reflexões relevantes sobre os avanços da gestão pública em promover espaços de participação, posto que algumas lideranças relataram que atualmente sentem-se integrantes do projeto, participando, visitando e reunindo com os técnicos do programa para esclarecimento de dúvidas, informações e reclamações.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacitação das novas Comissões de Fiscalização de Obras e Serviços (COFIS) dos bairros do Jurunas, Condor e Cremação que teve por objetivo orientar sobre as obras e ações sociais do PROMABEN II, proporcionou também momentos de reflexão e proposição sobre controle social nas políticas públicas intermediada nos parâmetros do Regimento Interno da COFIS.

O resultado desta experiência contribui com o fortalecimento dos sujeitos no território promovendo, assim o exercício da participação e a inserção social. Nesse viés, a pesquisa-ação participativa contribui para o reconhecimento dos sujeitos que aprendem por intermédio da ação ativa de seus conhecimentos existentes em resposta às suas experiências com outras pessoas e seu ambiente, ou seja, mediado pela aprendizagem social (Pinto, 2014).

Desse modo, a relação multiprofissional e interdisciplinar contribuiu para o processo de sustentação no aprendizado pedagógico contido na formação dos membros representantes da COFIS, sendo essa uma relação continuada e basilar, fundamental para prospecção na formação dos sujeitos no território pelo viés da gestão democrática e participativa.

5. PALAVRAS-CHAVE

PROMABEN II. Gestão Participativa. Capacitação COFIS.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELÉM. Plano Específico de Reassentamento. Belém: UCP/PROMABEN; BID, 2022.

BELÉM. Relatório de Atividades: Capacitação das novas Comissões de Fiscalização de Obras e Serviços – COFIS/Jurunas, Condor e Cremação. UCP/PROMABEN/TPF-Synergia, 2023.

PINTO, João Bosco Guedes. Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação: textos selecionados e apresentados. Organização: Laura Susana Duque-Arrazola, Michel Jean Marie Thiollent. Editores e Revisores Farid Eid, Maria José de Souza Barbosa – Belém: UFPA/ICSA. 2014. Capítulo IV, p. 132-261.

PORTELA, Roselene de Souza; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; COSTA, Solange Maria Gayoso da; SÁ, Maria Elvira Rocha de. Planejamento urbano e gestão do trabalho social: duas faces do Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal em Belém (PA). In: SANTANA, Joana Valente. Habitação e Serviço Social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas. 1. ed. Campinas: Papel Social, 2018. p.161-179.

ESPORTE E JUVENTUDE EM DEFESA DA AMAZÔNIA - JOGOS UNIVERSITÁRIOS COMO COMPONENTE CURRICULAR INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO: ESTUDO DE CASO DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ BREVES/UFPA

GT04 - Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

*Maíla Machado Costa¹
Mathusalem Macedo Bezerra²*

1. INTRODUÇÃO

O Campus Universitário do Marajó – Breves (CUMB) da Universidade Federal do Pará (UFPA) realiza anualmente os Jogos Universitários, uma competição esportiva e cultural que envolve estudantes, servidores e prestadores de serviço da instituição. O objetivo dos jogos é promover a integração da comunidade acadêmica, o desenvolvimento social da região do Marajó e a conscientização sobre a preservação da Amazônia. O tema da XIV edição dos jogos, em 2024, é “Esporte e Juventude em Defesa da Amazônia”, que busca reforçar a importância de proteger o ecossistema amazônico como patrimônio global.

O projeto tem como metas realizar os jogos com a participação de aproximadamente 150 acadêmicos representando os 5 cursos de graduação ofertados pelo CUMB/UFPA; promover atividades esportivas nas modalidades: futsal, futebol de campo, vôlei, handebol, basquete, xadrez, tênis de mesa e minimaratonas; realizar atividades culturais; garantir a participação de alunos com deficiência; realizar avaliação médica de todos os atletas inscritos; sensibilizar pelo menos 70% dos participantes e espectadores sobre a importância da preservação da Amazônia; fortalecer o sentimento de pertencimento à instituição e à comunidade local; registrar uma participação ativa da comunidade local como espectadora; manter a tradição dos Jogos Universitários como um evento anual no CUMB/UFPA; avaliar e documentar os resultados do projeto.

A metodologia do projeto consiste na organização e execução dos Jogos Universitários como um evento/projeto de extensão, com um período de realização que se aproxima da carga horária de uma disciplina curricular de 60h, seguindo as recomendações da Resolução N. 7/2018-CNE/MEC, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

2. METODOLOGIA

Os Jogos Universitários classificam-se na categoria de evento/projeto de extensão, com um período de realização que se aproxima da carga horária de uma disciplina curricular de 60h. Ressaltamos essa analogia com um componente curricular em virtude das recomendações da Resolução N. 7/2018-CNE/MEC, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, determinando a interdisciplinaridade como um dos pilares para o desenvolvimento dos métodos e técnicas de ensino, pesquisa e extensão no Brasil, com ênfase à inserção curricular da extensão:

“Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior: (...) II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular.” (Resolução N. 7/2018 -CNE/MEC)

¹ Doutora, Universidade Federal do Pará-UFPA, maila@ufpa.br.

² Mestre, Universidade Federal do Pará-UFPA, mathusalem@ufpa.br.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2025 da Universidade Federal do Pará estabelece metas e indicadores de extensão, aos quais os Jogos Universitários se vinculam como atividade fim de nível operacional através do objetivo estratégico de “Integrar ações de ensino, pesquisa e extensão”, com o indicador “Número anual de atividades de extensão”, que está sob a responsabilidade exclusiva da Pró-Reitoria de Extensão da UFPA e suas subunidades nos Campi e Institutos. (PDI/UFPA-2016-2025).

Considerando que os Jogos Universitários do CUMB 2024 ocorrem no contexto da cooperação mútua da UFPA com a Organização das Nações Unidas (ONU) para a realização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Agenda 2030, temos a diretriz de incluir os projetos de extensão da UFPA dentro dos 17 ODS-ONU, onde, no ODS 4 Educação de Qualidade, o subitem 4.7 dispõe que:

“Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”. (Nações Unidas Brasil, 2023)

A função social dos Jogos Universitários tem na segurança e integridade física e psicológica dos atletas fatores críticos de sucesso para o evento, de modo que os Jogos Universitários 2024 - CUMB/UFPA promoverão uma ação de saúde junto a todos os atletas com oferta de avaliação médica pela SEMSA/Breves e concessão de apólice de seguro de vida pela PROAD/UFPA. Estudantes da área de saúde de instituição parceira deverão ser convocados para dar apoio no andamento das ações do projeto durante os jogos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Universidade Federal do Pará tem um compromisso sólido com o desenvolvimento social, baseado no tripé ensino, pesquisa e extensão, como delineado em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2025. O Campus Universitário do Marajó – Breves (CUMB), inserido na dinâmica desafiadora da região do Marajó, desempenha um papel vital na concretização dessa missão.

Dentre as inúmeras ações do CUMB no cumprimento de seus objetivos institucionais está a realização dos jogos universitários. Os jogos são uma tradição no Campus, que reúne estudantes, servidores e prestadores de serviço em uma competição esportiva e cultural salutar e estimulante. Essa iniciativa não só promove a prática esportiva, mas também fortalece os laços de comunidade e promove valores essenciais para o desenvolvimento integral dos participantes e da região.

No ano de 2022, o esporte universitário no Estado do Pará obteve elevada ampliação na participação de atletas universitários pertencentes a subunidades acadêmicas do interior do Estado. O Campus Universitário Marajó-Breves/UFPA obteve destaque em algumas modalidades, como o Handebol, na qual o time masculino do CUMB/UFPA se sagrou campeão da fase regional, disputada em Abaetetuba-Pa, da Superliga Universitária Paraense 2022, realizada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Pará, sendo, ainda, vice-campeã da fase final, disputada em novembro de 2022, na capital, Belém.

A excelente performance esportiva dos atletas do CUMB/UFPA os levaram à classificação para competições nacionais, como no caso dos atletas do campus das modalidades Karatê (com o primeiro do ranking paraense em sua categoria), Taekwondo e Tennis de Mesa, que trouxeram medalhas alcançadas em pódios inéditos e históricos para a região do Marajó, com participação de destaque nos Jogos Universitários Brasileiros de 2021 e 2022 (JUBs), dentre outras competições nacionais e internacionais disputadas em 2023.

A inclusão social e valorização da cultura marajoara também estão no cerne deste projeto. Ao integrar tradições locais e promover a participação de todos, reforçamos o compromisso com a diversidade e a equidade.

Dessa forma, estamos diante de uma oportunidade singular de celebrar o esporte e de inspirar ação, de moldar, não apenas atletas, mas cidadãos conscientes e engajados em nosso papel como guardiões da Amazônia. Os Jogos Universitários do Campus Universitário do Marajó-Breves da UFPA são, além de uma competição esportiva, uma manifestação de nossa responsabilidade coletiva e um testemunho do poder transformador do esporte e da juventude em prol de um futuro sustentável e inclusivo na Amazônia.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A juventude marajoara anseia por iniciativas que catalisem seu desenvolvimento e integração social, pois se situa numa realidade de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) baixos. Torna-se imperativo agirmos de maneira proativa para preencher essa lacuna e proporcionar oportunidades que envolvam essa parcela da sociedade, ávida por participar ativamente de ações construtivas.

Além dos benefícios à saúde física evidentes, o esporte desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar emocional e mental dos acadêmicos, potencializando habilidades essenciais para a vida. Assim, os Jogos Universitários transcendem as competições, unindo discentes, docentes e servidores em uma celebração do esforço, superação e espírito esportivo.

Promovendo a integração da comunidade acadêmica em um evento salutar e inspirador, que vai além da prática esportiva, com o tema deste ano “Esporte e Juventude em Defesa da Amazônia” buscamos uma transversalidade cultural e ambiental, que complementam o aspecto esportivo dos jogos universitários.

No ano de 2024, a XIV edição dos Jogos Universitários do CUMB/UFPA assume um significado de grande relevância, pois marca a retomada dos jogos após o impacto da pandemia do COVID-19, trazendo consigo um tema que reforça a necessidade de cuidados com a biosfera. Essa escolha não apenas ressalta o compromisso com a promoção da atividade física, mas também impulsiona a determinação em conscientizar e mobilizar a comunidade em prol da preservação do ecossistema amazônico, vital para o nosso planeta.

Ao elegermos esse tema, reconhecemos a urgência de proteger a Amazônia como patrimônio global, região que desempenha um papel central na regulação climática, sendo sua preservação crucial para as gerações futuras. Unindo esporte, juventude e conservação ambiental, almejamos catalisar uma conscientização que transcende os limites da competição.

Estamos juntos nessa missão, em prol da Amazônia e de um futuro sustentável para todos, almejando estabelecer vínculos efetivos entre a universidade, a comunidade e as instituições amigas do esporte universitário e da juventude marajoara, valorizando o ensino, a pesquisa e a extensão na Educação Superior da Região de Integração do Marajó.

5. PALAVRAS-CHAVE

Esporte; Juventude marajoara; Interdisciplinaridade; Educação Superior; ODS-ONU.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Brasília, 2018.

BRASIL-INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Acesso em Agosto de 2023. disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>

BRASIL-IPEA. O que é IDH? Revista Desafios do Desenvolvimento. Ano 5ª. Edição 39. Brasil, 2008.

ONU-BRASIL. Agenda 2030 - Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Acesso em: Agosto/2023. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

UFPA. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2016-2025. Belém, 2016.

UFPA. Relatório Anual da Coordenadoria de Pesquisa e Extensão. Breves-Pa, 2022. Disponível em: <https://www.campusbreves.ufpa.br/index.php/cooex-extensao>. Acesso em Agosto/2023.

A GOVERNANÇA E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO

GT04 – Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Josiane Caetano de Mendonça¹
Rosana Pereira Fernandes²

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa a governança e a gestão democrática na educação, partindo da inserção dos conceitos da governança no setor público como fomentadora da participação social na elaboração e implementação de políticas públicas, monitoramento de metas estabelecidas, bem como controle da aplicação de recursos financeiros e prestação de contas. Nesse sentido, a governança relaciona-se à gestão democrática, uma vez que o cidadão deve ser o principal parceiro e foco das políticas públicas (BRASIL, 2018). Logo, apresentam-se os aspectos históricos e teóricos da governança, bem como os princípios e diretrizes da política nacional de governança. Além disso, apresenta-se a participação social como condição essencial à democracia. Por fim, articulam-se os conceitos, princípios e diretrizes da governança à gestão democrática escolar.

2. OBJETIVO

Apresentar os fundamentos teóricos de governança e os elementos conceituais da gestão na perspectiva democrática e escolar, analisando em que medida a aplicação dos princípios da governança na educação pode contribuir no atendimento às demandas da sociedade, bem como suas implicações para ampliação da participação nos processos decisórios no ambiente escolar e emancipação dos indivíduos.

3. METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica desenvolveu-se com base em material selecionado sobre a temática, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos. O estudo baseou-se em análise bibliográfica que possibilitou o aprofundamento teórico acerca da governança pública, participação social e gestão democrática escolar, enfatizando suas influências para ampliação da participação da comunidade escolar na elaboração, implementação e acompanhamento do projeto político pedagógico da escola.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A governança surgiu do conflito de interesse entre proprietário e administrador da empresa, expresso na Teoria da Agência que propunha compreender os interesses divergentes entre principal e agente (MATIAS-PEREIRA, 2005). Fernandes e Elias (2022) ressaltam que o conceito de governança emerge no campo das organizações privadas, com o intuito de aproximar proprietários e agentes, e restringir as possibilidades de corrupção nessas organizações, despontando como instrumento regulatório, *a priori* no mundo corporativo e, posteriormente, com seus pressupostos inseridos na administração pública.

¹ Mestranda na Universidade Federal do Pará – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento (PPGGPD). E-mail: josi_caetano24@hotmail.com.

² Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa). Docente colaboradora do NAEA/UFPa, EGPA e IESP E-mail: rosafer@uol.com.br.

O aprofundamento dos conceitos da Teoria da Agência impulsionou a construção dos estudos sobre governança, além disso, a crise econômica e financeira, a crise do Estado do bem-estar social, a crise desenvolvimentista, a deficiência do modelo administrativo e a fragilidade do modelo político se constituíram como elementos fundamentais para crise do Estado contemporâneo, acarretando o movimento de Reforma do Estado a nível mundial, ocasionando significativa insatisfação da sociedade que demandava melhores bens e serviços, e menores alíquotas de tributação (MATIAS-PEREIRA, 2010; BEVIR, 2011).

A reforma gerencialista brasileira foi definida, inicialmente, no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) (BRESSER-PEREIRA, 1995). A implantação do modelo gerencial no setor público se deu em resposta ao contexto de escassez de recursos públicos, enfraquecimento do poder estatal e de avanço de uma ideologia privatizante (ABRUCIO, 1997). Por conseguinte, “o *managerialism* substituiria o modelo weberiano, introduzindo a lógica da produtividade existente no setor privado” (ABRUCIO, 1997, p. 10).

O modelo de administração gerencial, primeiramente, enfatizava a eficiência e a produtividade (FILIPPIM, 2005). A reforma administrativa passou por transformações em direção à implantação da Nova Governança Pública, incorporando o planejamento estratégico e mecanismos de *compliance* (conformidade) e gestão de risco (FERNANDES; ELIAS, 2022, p.38).

Nesse ambiente complexo, de profundas mudanças políticas, econômicas e sociais, Fernandes e Elias (2022) evidenciam que se buscava aprofundar os aspectos gerenciais, com ênfase na desburocratização e controle regulatório e fiscal da gestão pública, concomitante à implantação de componentes da Nova Governança Pública. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União assumiu papel de destaque ao elaborar o Referencial Básico de Governança Organizacional (RBGO), construído em 2013, objetivando “orientar e incentivar a implementação de boas práticas de governança por organizações públicas, principalmente pelo próprio TCU” (BRASIL, 2020).

Posteriormente, o RBGO inspirou a publicação do Decreto nº 9.203/2017, o qual prevê a implantação da política de governança pública para as agências públicas federais (FERNANDES; ELIAS, 2022, p. 38), inserindo-se os princípios da capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade e transparência (BRASIL, 2017).

Dessa forma, os princípios da governança instituídos no RBGO/TCU e reafirmados no Decreto nº 9.203/2017, assumem função orientativa da ação do agente público que deve estar comprometido com o atendimento das necessidades dos cidadãos para a implementação de boas práticas de governança nas organizações públicas. A política de governança no Brasil apresenta como um dos principais objetivos o fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições públicas.

Nesse sentido, a ampliação da participação social nos processos decisórios tornou-se elemento-chave para a efetiva descentralização e democratização do Estado; tornou-se fundamental o fortalecimento das instituições participativas e, mais especificamente, dos conselhos, a partir dos anos 2000, com a valorização e ampliação da participação, culminando com a Política Nacional de Participação Social, Decreto nº 8.243/2014, que objetivava fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública e a sociedade civil (BRASIL, 2014).

No Brasil pós-Constituinte, os debates acerca da gestão democrática na educação eclodem, pois a escola, reflexo da sociedade, precisava acompanhar o momento de conquista democrática que se apresentava. Fundamentada no princípio democrático, a gestão escolar fomenta a participação efetiva de todos que compõem a comunidade escolar com vistas a garantir a qualidade de ensino (LUCK, 2009).

Reafirmada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº 9.394/1996), a qual estabelece que o ensino público deve ser ministrado de acordo com os princípios da Gestão Democrática, a qual define no Art. 14 a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Posteriormente, a democratização do ensino no Brasil é novamente enfatizada na Lei nº 13.005/2014 que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), o qual estabelece o aumento da participação da comunidade escolar, a autonomia na tomada de decisões e resoluções de problemas.

5. CONCLUSÕES

A pesquisa apresentou os fundamentos teóricos da governança e gestão democrática na educação, analisando a contribuição da inserção dos princípios da governança pública na educação, com vistas ao atendimento das demandas da sociedade, por meio da ampliação da participação da comunidade escolar nos processos decisórios nos âmbitos administrativo, pedagógico e financeiro, elaboração e monitoramento do projeto político pedagógico e participação no conselho escolar, uma vez que a governança objetiva o bem comum. Apesar da evolução do processo político, econômico e social, ainda se visualiza, no cotidiano escolar, a resistência à participação efetiva da comunidade escolar nos processos decisórios. O modelo pressupõe a mudança de paradigma, alinhada aos princípios da governança, pretende a consolidação de gestão participativa com o poder decisório colegiado, representado pela comunidade escolar.

6. PALAVRAS-CHAVE

Governança, Gestão Democrática, Educação.

7. REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F.L. **O impacto do modelo gerencial na administração pública. Um breve estudo sobre a experiência internacional recente.** 52 p. Brasília, 1997. Disponível: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/556/1/O%20impacto%20do%20modelo%20gerencial%20na%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica.pdf>. Acesso em: maio de 2023.

BEVIR, M. **Governança democrática: uma genealogia.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 103-114, jun. 2011.

BRASIL. Governo Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

_____. **Decreto nº 8.243/2014.** Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social. Brasília – DF, 2014. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm. Acesso em: maio de 2023.

_____. **Decreto nº 9.203/2017,** que dispõe sobre a Política de Governança da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. Brasília – DF. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm. Acesso em: maio de 2023.

_____. **Guia da política de governança pública / Casa Civil da Presidência da República – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.** 86 p.: il., color.

_____. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU / Tribunal de Contas da União.** Edição 3 - Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – Secex Administração, 2020.

Bresser-Pereira, L. C. (2000). **A reforma gerencial do Estado de 1995.** *Revista De Administração Pública*, 34(4), 7 a 26. Disponível: <https://hml-bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6289> Acesso em: abril de 2023.

DIAS, T.; CARIO, S.A.F. **Sociedade, desenvolvimento e o papel estratégico do Estado: uma reflexão sobre o surgimento da Governança Pública.** *Ensaios FEE.* Porto Alegre, v 35, n. 2, p. 337-362, dez. 2014.

FERNANDES, R.P.; ELIAS, L.M. **Governança no setor público: aspectos históricos à luz da teoria dos sistemas sociais**. In: Governança no setor público [recurso eletrônico]: um olhar sistêmico na Amazônia / Leila Márcia Sousa de Lima Elias, Rosana Pereira Fernandes, organizadoras. — Dados eletrônicos. — Belém: NAEA, 2022.

FILIPPIM, E.S. **Administração pública e desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a região da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense**; orientador: Carlos Ricardo Rosseto. — Florianópolis: UFSC, 2005.

GOMES, R.M.R. **Governança pública: Avaliação das práticas em uma unidade hospitalar. – 2022**. Orientadora: Prof^ª. Dra. Marina Yassuko Toma. Coorientação: Prof^ª. Dra. Rosana Pereira Fernandes. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Belém, 2022.

MATIAS-PEREIRA, J. **Reforma do Estado e controle da corrupção no Brasil**. REGE Revista de Gestão, v. 12, n. 2, p. 1-17, 2005. Disponível: <https://doi.org/10.5700/issn.2177-8736.rege.2005.36514> Acesso em: maio de 2023.

_____. **A governança corporativa aplicada no setor público**. APGS, Viçosa, v.2, n.1, pp. 110-135, jan./mar. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4015/2246>. Acesso em novembro de 2022.

MORAES, E.P.; ELIAS, L.M.; VIDAL, J.P: **Uma análise sobre a adoção das boas práticas de governança pelo Estado do Pará**. GIGAPP Estudios Working Papers. Num.90, pag. 224-241. 2018.

LÜCK, H. et al. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, v. 1, 2009. Disponível: http://juliofurtado.com.br/wp-content/uploads/2017/08/dimensoes_livro.pdf Acesso em: junho de 2023.

LAZER E TURISMO: CONHECENDO A REGATA DE OUTEIRO EM CEDRAL-MA

GT04 – Gestão pública para o Desenvolvimento Regional na Amazônia

Marceli de Cássia Alencar dos Santos Silva¹

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, especificamente na Amazônia, recorte espacial desta pesquisa, as homogeneidades socioambientais e culturais estão presentes nas tradições de festas e festejos populares. Muitas trazem consigo heranças dos povos originários e da empresa colonial, outras já absorvem elementos da modernização e da cultura de massa, resultantes da mundo pós-global e da internacionalização da Amazônia. Festas populares, são formas de lazer que aos poucos tendem a transformarem-se em produtos turísticos. É a partir disso que o turismo se apresenta como alternativa para o desenvolvimento local e como prática de valorização e salvaguarda de tradições e suas novas roupagens.

De acordo com Marin (2018), estudar as práticas de lazer nas cidades amazônicas perpassa pela compreensão das mudanças nas sociedades urbanas. A autora questiona: “Como se alteram, sob influência de processos de expansão das cidades, as relações sociais no interior de espaços das comunidades intraurbanas?” (Marin, 2018, p.76). Nas capitais amazônicas, expande-se com rapidez a criação dos chamados “templos de consumo”, como shoppings, praças de alimentação, entre outros, fortalecendo assim a correlação entre lazer e consumo.

Num recorte territorial, a Amazônia costeira é o contexto macro deste trabalho, sendo o *locus* da pesquisa, o Povoado de Outeiro, no município de Cedral, no Maranhão. O município de Cedral, está inserido no Polo Turístico Florestas dos Guarás, na APA estadual das Reentrâncias Maranhenses, ambos nos limites da Amazônia Legal. O município tem como principal atividade econômica a pesca, comércio e pequenos serviços voltados para a atividade pesqueira (IMESC, 2012; Maranhão, 2020). Portanto, de que forma o turismo tem sido utilizado como indutor do desenvolvimento local?

Este trabalho tem como objetivo observar a dinâmica do município de Cedral durante a 38ª Regata de Outeiro. Buscou-se levantar informações sobre a formação socioambiental do povoado de Outeiro e da festa da regata; e conhecer a percepção dos turistas sobre o local. É, portanto, um estudo de caso, realizado através de pesquisa bibliográfica, observação participante, entrevista e registros áudio visuais.

2. METODOLOGIA

A metodologia estrutura-se a partir de Creswell, 2007; Yin, 1994; Monteiro, Pinto e Simonian, 2015. A pesquisa possui caráter qualitativo, de abordagem interdisciplinar, sendo um estudo de caso das atividades de lazer e turismo em um município da Amazônia brasileira. A primeira etapa consistiu em pesquisa bibliográfica de artigos acadêmicos e publicações de instituições públicas. A segunda etapa realizou-se na pesquisa de campo entre os dias seis e oito de setembro de 2023, período da Regata de Outeiro. Esta etapa contou com observação participante, realização de entrevistas e registros audiovisuais.

Solicitamos observação participante junto ao Secretário de Turismo de Cultura, na qual utilizamos de um protocolo observacional para o registro de dados. Foi observado o papel da gestão municipal de turismo no fomento de práticas sustentáveis e engajamento comunitário durante a regata de Outeiro.

¹ Turismóloga. Universidade Federal do Pará. Email:marcelialencar11@gmail.com.

Realizamos entrevista aberta com o Secretário de Turismo, registrada através de protocolo de entrevista, em que buscamos levantar informações sobre a história do evento em questão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a observação participante, foram realizadas atividades de apoio junto à secretaria de turismo (organização do palco principal, organização e distribuição de camisetas, registros fotográficos dos eventos para as mídias locais). Observamos que a realização por parte do poder público é de suma importância para a organização, mobilização e manutenção do evento. A regata é primeiramente um evento para a população em geral, entendida como forma de lazer. O caráter de atrativo turístico está se configurando conforme a visibilidade e divulgação do Polo Turístico Floresta dos Guarás.

Na entrevista aberta com o secretário de turismo, foi possível obtermos informações sobre o início da tradição da festa. Ressalta-se que o interlocutor tem uma profunda relação com o lugar e demonstra ter contato constante com a população local e conhecimento sobre o município e suas localidades. Segundo o interlocutor, a competição da regata no povoado de Outeiro deu-se por iniciativa dos pescadores locais que tinham e ainda têm na chamada “pufia”, uma forma de lazer. A regata foi oficialmente criada em 1979, por iniciativa do professor Demerval dos Santos Martins, que escolheu o dia Sete de Setembro por ocasião do feriado nacional e como forma de homenagem ao dia da independência, e teve como prêmio a bandeira do Brasil. Assim permaneceu por alguns anos, sendo mantida pela população local e a Colônia de Pescadores. Em 1989, a prefeitura inseriu a regata no calendário de eventos do município, sendo organizada pela Secretaria de Educação.

A partir de então outros atrativos foram incluídos, como concurso de beleza e apresentações culturais. No entanto, devido a convergência de eventos, a Regata de Outeiro não aconteceu por alguns anos, e assim o desfile cívico do dia Sete de Setembro foi transferido para o dia cinco de setembro, uma vez que a competição continuava a mobilizar cada vez mais a população local. Com o retorno do evento promovido pela Prefeitura Municipal, o mesmo passa a ser organizado pela Secretaria de Ação Social. Deste então, ocorre de forma ininterrupta, agregando outros atrativos. Em 2023, a Regata de Outeiro contou com desfile Garoto e Garota Regata, competição de ciclismo, feira de produtos Raiz (com artesanato e culinária regional), shows de bandas e as tradicionais radiolas maranhenses.

Entre os dias seis e oito, observou-se que o a dinâmica do município se volta para o evento, mobilizando os competidores desde os dias anteriores durante os treinos. O comércio no povoado manteve-se aquecido, mas na sede de Cedral alguns estabelecimentos de A&B alteram os horários de funcionamento. O quadro abaixo, sintetiza a observações de alguns pontos previamente elencados no protocolo observacional:

Imagem: Quadro sistemático de observações em campo

O que foi observado?	
O papel do município no fomento de práticas sustentáveis e engajamento comunitário.	
Ação de educação ambiental	Não foi identificada ação de educação ambiental. É urgente maior atenção à coleta de lixo nas áreas do evento desde os dias que antecedem o evento.
Eventos paralelos	A competição de ciclismo ocorreu no dia seis, engajando outras comunidades e povoados.
Agência de receptivo realizando roteiros	Cedral conta com serviços de receptivo turístico, mas durante os dias 6, 7 e 8 não foi observado grupos sendo conduzidos especificamente para a Regata de Outeiro.
Comercialização de produtos locais diversos	A feira de produtos Raiz reúne o artesanato e a culinária local. No entanto carece de maior visibilidade,
Mídia local e/ou regional	Houve a presença de meios de comunicação da cidade e da região na cobertura do evento.

Coleta de lixo nas áreas próximas ao evento	No dia seis, a coleta de lixo ocorreu normalmente no povoado, no entanto é urgente maior atenção para o descarte e coleta do lixo produzido nos dias de evento.
Organização dos vendedores ambulantes	Houve a divisão dos espaços destinados aos vendedores de bebidas e comidas e a localização destes nas áreas de circulação foram definidas por meio um sorteio, realizado pela secretaria de turismo e cultura.
Presença de agentes de segurança pública	Foi observado a presença de policiamento durante todo o evento. Destacase a urgência do Corpo de Bombeiros Militar, pois apenas os bombeiros civis mantiveram-se presentes no povoado, em terra. Durante a competição na água, o apoio para salvamentos é de extrema importância.
Poluição sonora e visual	A poluição sonora ocorre devido a proximidade de aparelhagens e radiolas, espalhadas nos empreendimentos e na rua que dá acesso ao local do evento.
Organização do tráfego de veículos nas áreas próximas ao evento	O tráfego de veículos é bloqueado na rua principal do povoado. No entanto, observou-se o acesso de vans de turismo, um ônibus duble deck, e outros automóveis de vendedores ambulantes. É necessário maior ordenamento do fluxo de veículos vindos de fora do povoado.
Apresentação culturais locais	A presença de elementos da cultura tradicional esteve presente durante o desfile Garoto e Garoto Regada, que levou a temática dos quilombos do município. Além deste, não houve outra apresentação que remetesse à cultura dos povos tradicionais.

Fonte: Elaborado pela autora

Nesta confluência de lazer e turismo, este último tem gerado expectativas em relação a prestação de serviços, tais como: novos estabelecimentos de A&B, meios de hospedagem e comercialização de roteiros. No entanto, partindo do pressuposto de que desenvolvimento consiste nas dimensões social, econômica, ecológica, territorial e cultural, conforme propõe Sachs (2008) a sustentabilidade socioambiental deve ir além do crescimento econômico provenientes da oferta de serviços (como no caso em questão). Caso não ocorra qualquer ordenamento do turismo local, corre-se o risco de que se repliquem modelos massificados, de alto impacto ambiental, em um cenário ainda incipiente.

4. Conclusões/Considerações Finais

O município de Cedral tende a ganhar visibilidade no contexto do Polo Turístico Floresta dos Guarás. Possui atrativos em diversos segmentos, além de manifestações das culturas tradicionais, como o Tambor de Crioula e contemporâneos, como a festa da Regata, que passa a ser compreendida pela população como tradicional. Podemos citar como pontos positivos a integração de outras secretarias durante o evento, no entanto as ações das pastas de turismo e cultura concentram-se na mesma equipe de trabalho, pois na prática todos os colaboradores acabam por assumir diversas funções.

Em relação ao meio ambiente destacamos que devido à grande comercialização de bebidas alcoólicas, as garrafas de vidro precisam de destinação adequada. É urgente o trabalho de educação ambiental, coleta e destinação dos resíduos sólidos. Todo o lixo produzido em Cedral e nos povoados, são destinados a um lixão localizado no Povoado de Jacarequara. É necessário mobilizar e integrar o setor público e sociedade para melhorias quanto ao descarte e coleta do lixo. A questão da sustentabilidade ambiental precisa ser gerenciada com maior atenção.

A presença de turistas é ocorrente, mas a produção do inventário e pesquisas de demanda não estão em andamento, portanto não há dados sobre a capacidade de oferta e perfil dos visitantes. Provavelmente a confluência de funções do setor público de turismo e cultura no cumprimento do calendário de eventos, tende a tomar espaço de outras atividades necessárias para o turismo local, visto que lazer e turismo estão num momento de transformações. Mesmo que o município tenha avançado na adequação ao ordenamento turístico nacional (mapa do turismo, regionalização e participação na instância de governança), a

produção de informações e dados internos são de grande importância para o planejamento turístico local, considerando a visibilidade que o evento tende a adquirir.

5 PALAVRAS-CHAVE

Turismo. Amazônia Maranhense. Polo Floresta dos Guarás.

7 REFERÊNCIAS

CRESWELL, John, Ward. **Projeto de pesquisa: Método qualitativo, quantitativo e misto**. 2^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2007, 248 p.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC. **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: Microrregião geográfica do Litoral Ocidental Maranhense**. São Luís: IMESC, V.1, 2012, 287 p.

MARANHÃO. **Plano Estratégico De Turismo Do Estado Do Maranhão: Plano Maior 2020, Relatório Final**. São Paulo, SP: [s.n], 2012, 341 p.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. Políticas sociais de lazer nas cidades amazônicas: pesquisas como requisito para políticas públicas. *In*: BAHIA, Mirleide Chaar (org.). **Novas leituras do lazer contemporâneo**. Belém: NAEA Editora, 2018, p. 75-89.

PINTO, P. M.; SIMONIAN, L. T. L. MONTEIRO, M. DE A. El turismo como núcleo de estudio interdisciplinario [Re]construcción de los procedimientos y adecuaciones metodológicas. **Estudios y perspectivas em turismo**, Belém, v. 5, n.º 3, 2015, p. 450–469. Disponível em : <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180739769001>. Acesso em: 19 de set. de 2023.

YIN, Robert, K. **Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos**. 2^a ed. Porto Alegre: Bookman, 1994. 320 p.

DIREITO AO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA. PLANO vs IMPACTO

GT04 - Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Jaqueline Damasceno Alves¹

Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith²

Luly Rodrigues da Cunha Fisher³

RESUMO

O presente artigo é fruto de uma pesquisa de revisão bibliográfica de método dedutivo com análise qualitativa, utilizando dados coletados no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e na ementa da disciplina Direito ao Desenvolvimento e Políticas Públicas na Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia da UFPA. A pesquisa aborda de que modo a política de desenvolvimento proposto para a Amazônia gera impactos sociais e ambientais na região. Destaca o caráter exógeno e colonial dessa política, pautado no neoliberalismo, com grandes interesses na extração de recursos naturais para a geração de commodities para o abastecimento do mercado internacional. Os resultados da pesquisa apontam o elevado grau de impacto às populações afetadas pelos projetos executados por essa política, em contraste com o discurso de progresso e desenvolvimento regional empreendido nos locais em que se realiza a implantação desses projetos.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento; Amazônia; Grandes obras.

INTRODUÇÃO

A Amazônia, maior floresta tropical do mundo, é território de muitas riquezas, possui diversidade abundante em fauna, flora, água, terra, minério e povos. Essa vastidão em recursos naturais é de interesse de todos que os sabem, tanto de quem vive nesse território e dele explora sua subsistência, quanto de governos e grandes empresas exteriores.

A exploração desses recursos ou seu aproveitamento (como alguns chamam) é justificada sob uma palavra com grande valor simbólico, o *desenvolvimento*. Este mote discursivo pode gerar diversos significados a depender quem o utiliza e dele também derivam diversas intervenções realizadas em solo amazônico, bem como conflitos resultantes dessas intervenções. O conceito de desenvolvimento, portanto, está em disputa por interesses distintos.

¹ Advogada, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia da Universidade Federal do Pará. E-mail: jaqueline.alves@icj.ufpa.br.

² Professora da Graduação e da Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, lotada no Instituto de Ciências Jurídicas. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDDA). Presidente da Comissão de Educação Jurídica da OAB-PA e Diretora-Geral da Escola Superior de Advocacia da OAB-PA (2022-2024).

³ Doutora em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade de Paris XIII (2014), em regime de cotutela. Possui graduação (2005) e mestrado em Direito (2008) pela UFPA. Professora adjunta do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA, vice-coordenadora do mestrado profissional em Direito e Desenvolvimento da Amazônia (UFPA).

A política de desenvolvimento executada na Amazônia a partir da metade do século XX é baseada em uma lógica colonial, que desconsidera os povos e suas culturas existentes neste território, desde a abertura de grandes rodovias à implantação de estação de transbordo. Ela possui intenções meramente econômicas de aproveitamento dos recursos naturais existentes na região, os quais servirão de matéria-prima para o abastecimento de um mercado externo que demanda cada vez mais energia, minério, grãos, em suma, muitas commodities.

Os planos de desenvolvimento previstos e executados na Amazônia estão conectados a uma política econômica de apropriação dos recursos naturais presente em toda América Latina, o neoliberalismo 1, que por sua vez, demanda, numa velocidade acelerada, a expansão da exploração de recursos mais preservados e em grandiosa quantidade. A adoção dessa política, no entanto, causa efeitos prejudiciais à uma série de pessoas desconsideradas nesses planos de expansão, o que tem ocasionado muitos conflitos socioambientais e impactos que repercutem em várias gerações e em regiões inteiras.

Por essa importância, o presente artigo pretende apresentar algumas das significações do desenvolvimento na Amazônia e de que modo esse discurso impacta na vida de milhares de pessoas. Para tanto, faremos revisão bibliográfica coletando algumas pesquisas que versam sobre o tema no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), bem como usará de textos presentes na ementa da disciplina Direito ao Desenvolvimento e Políticas Públicas na Amazônia do curso de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia da UFPA.

Os resultados apontam para uma discrepância entre os impactos socioambientais gerados pelos projetos destinados para a Amazônia em relação aos benefícios ofertados à população afetada. Questiona-se deste modo, a quem serve esse desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade da natureza, povos e culturas na Amazônia é um patrimônio que deve ser valorizado e mantido vivo. A preservação da floresta amazônica se torna cada dia mais importante diante da agudização das mudanças climáticas, que tem causado eventos naturais extremos e aumento de temperatura acelerada. Este tem sido um debate atual, presente em eventos como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e outros espaços. Ocorre que a conservação da floresta não é compatível com o modelo de exploração predatório instalado na Amazônia do qual se beneficiam os mesmo países e investidores que debatem o mercado de crédito de carbono como uma saída para a crise climática.

Observa-se que ao longo das décadas de exploração crescente do recursos naturais da Amazônia a rapidez com que se devasta territórios que levaram milhares de anos para serem formados é assustadora. As áreas desmatadas em torno das rodovias, as mudanças no ciclo natural das águas causados pelas hidrelétricas, as grandes crateras formadas pela exploração do minério, a contaminação da água por rejeitos de minérios, a expansão das áreas para pecuária extensiva e plantação de grãos, entre outros fatores, produzem alterações significativas na natureza.

Da mesma feita, o modo de vida das populações nativas que antes conviviam em harmonia com o ambiente passa a ter uma dinâmica alterada aos moldes da agora única alternativa apresentada pelo capital. Os impactos sociais ocasionados pelas grandes obras desenvolvimentistas alteram drasticamente a dinâmica regional em todas as suas relações, inclusive as de vizinhança e organização comunitárias destruídas nos processos de remanejamento forçado. A desconsideração dessas populações em fase de planejamento das obras viola diversos direitos desses povos, entre eles o de consulta prévia, livre e informada e gera conflitos extremamente complexos que em grande medida não são resolvidos.

Deste modo, insta dizer que a noção de desenvolvimento para a Amazônia deve considerar a diversidade da Amazônia como um fator positivo e respeitado. Ele não pode partir, portanto, de uma concepção de fora para dentro, mas sim considerar a proposta de desenvolvimento dessas populações, quais

projetos são realmente interessantes para oferecer mais qualidade de vida, saúde, segurança alimentar, saneamento, conforto, entre outros direitos e desejos. Frente ao que mostra o histórico das grandes obras e projetos de infraestrutura instalados na região sob a promessa de desenvolvimento, não tem sido vantajoso tampouco saudável do ponto de vista social, ambiental e econômico para as populações impactadas, tendo em vista que os grandes lucros gerados não ficam no território, a população local não consegue ocupar os melhores cargos e empregos, a vulnerabilização dos segmentos mais precarizados aumenta, bem como a violência, entre outros transtornos. Em suma, o projeto de desenvolvimento proposto pelo neoliberalismo para a Amazônia causa impactos desproporcionais ao território em relação efeitos positivos.

REFERÊNCIAS

BRITO, Rosane; CASTRO, Edna. Desenvolvimento da Amazônia? O plano BR 163 sustentável dez anos depois. In: **Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências** / Edna Maria Ramos de Castro - organizadora. – Belém: NAEA, 2017.

CASTRO, Edna. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In: **Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências** / Edna Maria Ramos de Castro - organizadora. – Belém: NAEA, 2017.

HARVEY, David. **Breve historia del Neoliberalismo**. Ed Akal, edição espanhol, 2005.

HAZEU, Marcel. Mineração, indústria e portos: lógicas de desapropriações e deslocamentos forçados em Barcarena. In: **Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências** / Edna Maria Ramos de Castro - organizadora. – Belém: NAEA, 2017.

OLIVEIRA, Assis da Costa. **Consequências do neodesenvolvimentismo brasileiro para as políticas públicas de crianças e adolescentes**: reflexões sobre a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. R. Pol. Públ., São Luís, v. 17, n.2, p. 289 - 302, jul./dez. 2013.

RAVENA, Nírvea. et al. **Em busca de políticas públicas decoloniais de desenvolvimento: possibilidades na Amazônia brasileira**. Revista NAU Social - v.09, n.17, p. 33 – 45 Nov 2018 / Abr 2019.

SILVA, Tienay; RAVENA, Nírvea. Neoliberalismo e mercantilização da natureza: uma crítica a partir do programa municípios verdes. In: **Amazônia: as ameaças das**

SISTEMA CONTÁBIL NA ERA PÓS DIGITAL

GT04 - Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Rosicleide Farias Oliveira¹
Leandro Calvo Cavalcanti²
Leila Márcia Sousa de Lima Elias³

RESUMO

O estudo teve como objetivo tratar sobre desafios e possibilidades de autorregulação do sistema contábil na era pós-digital. Tratasse de um estudo bibliográfico exploratório de abordagem qualitativa. O estudo conclui que o sistema contábil deve selecionar elementos a partir das operações recursivas de seus elementos internos para realizar processos comunicativos com dotação interna de sentido utilizando um repertório próprio. O estudo sugere novas abordagens a partir dessa ótica de análise para que possa ser observando como cada subsistema contábil de auditoria, custo, tributário entre outros terão que operar em suas estruturas internas. Os novos estudos devem alcançar relatórios financeiros relativos à avaliação de ativos digitais no mundo do metaverso entre outras abordagens.

PALAVRAS-CHAVE

Sistema contábil, Metaverso, Luhmann.

1 INTRODUÇÃO

As transações comerciais no contexto econômico digital evoluem continuamente. É oportuno uma ótica de análise teórica conduzir a compreensão fenomenológica desses novos modelos de negócios. A teoria autorreferencial de Niklas Luhmann permite observar de forma sistemática como a evolução da complexidade do sistema tecnológico e seu subsistema virtual metaverso tem provocado ruídos no sistema contábil para modificar suas estruturas internas.

Sistemas funcionais, jurídico, econômico, político e contábil estão tendo que se auto-organizarem para reduzir as perturbações do ambiente provocadas pelo sistema metaverso e estruturar em suas operações internas meios para realizar comunicação intersistêmicas para evolução sistêmica interna. Diante disso, o estudo tem como objetivo tratar sobre desafios e possibilidades de autorregulação do sistema contábil na era pós-digital.

O trabalho justifica-se diante da necessidade de se ter nova ótica de análise que permita compreender a complexa realidade que desafia o sistema contábil frente a era big data. Também o estudo busca apresentar possibilidade de ter uma nova forma de pensar sobre as relações intersistêmicas entre o sistema contábil, econômico e o metaverso.

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade da Amazônia. Mestranda em Gestão Pública no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. E-mail: Rosicontabilidade22@hotmail.com

² Servidor da Controladoria Geral da União, graduado em Administração pela Faculdade Batista de Vitória e em Direito pela Universidade da Amazônia, mestrando em Gestão Pública no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. E-mail: leandro.cavalcanti@cgu.gov.br.

³ Doutora em Planejamento e Desenvolvimento Regional pelo NAEAUFGPA. Discente do Programa PPGPP/NAEA/UFPA e da Escola de Governança do Estado do Pará. leilamarcia@ufpa.br

Para finalizar a pesquisa o trabalho foi construído em mais três seções além da introdução, estruturado da seguinte forma: a) Na primeira seção é abordada correlação entre os sistemas metaverso e contábil b) Na segunda seção são expostos fundamentos introdutórios básicos para compreensão da teoria autopoietica. c) na terceira trata sobre metaverso como ambiente do sistema contábil desafios e possibilidade.

2. CORRELAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS METAVERSO E CONTÁBIL

Para que possamos compreender a complexidade nas relações entre o sistema contábil e o metaverso é necessária uma abordagem introdutória contextual. Nesse tópico do estudo buscamos tratar de maneira exploratória os principais elementos que fazem correlação contextual no sistema metaverso responsáveis por provocar perturbações no sistema contabilístico. O estudo não tem a intenção de esvaziar todo conteúdo que envolver a matéria do assunto.

O metaverso está imerso nas tecnologias de Mídia Imersiva (IM) de Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR) que avançaram constantemente nos últimos

trinta anos, no mesmo período, em que a velocidade de redes aumentou drasticamente, culminando na implantação de redes 5G AL Gnbri, (2022). Nesse contexto de avanços na era big data aumentaram muito as perspectivas de adoção generalizada de mundos virtuais e aumentados. O metaverso combina big data, realidade virtual (VR), realidade aumentada (AR), inteligência artificial (AI) e outras tecnologias para reduzir a lacuna entre o contato online e offline (AL GNBRÍ, 2022).

O metaverso é um universo paralelo, povoado por avatares e todas as formas de itens digitais que possibilita comercializar bens e serviços virtuais (e não virtuais). Onde o principal facilitador do metaverso é a tecnologia blockchain subjacente e os contratos inteligentes que impulsionam a operação de criptomoedas.

O blockchain desempenha dois papéis insubstituíveis no metaverso. Por um lado, a tecnologia blockchain serve como um repositório, para que os usuários possam usá-la para armazenar dados em qualquer lugar do metaverso. Por outro lado, a tecnologia blockchain pode fornecer um sistema econômico completo para conectar o mundo virtual do metaverso com o mundo real. Especialmente, os NFTs (*"NFT"*, por suas siglas em inglês) os quais, permitem que bens virtuais se tornem objetos físicos.

Embora o metaverso possa existir sem blockchain, o blockchain é o facilitador tecnológico da chave das transações econômicas no metaverso. Blockchain rastreia digitalmente a criação e o comércio on-line de ativos e serviços digitais e mantém de forma efetiva um registro público seguro e descentralizado de transações e propriedade de dados.

Nessa perspectiva grandes plataformas e corporações estão atualmente investindo bilhões para implantar mundos imersivos que visam atividades convencionais, desde socialização e compras até educação e negócios. Paralelo a isso diversos prestadores de serviços estão atraídos em fazer negócios no metaverso, incluindo empresas de consultoria, empresas de consultoria financeira, empresas profissionais, organizações de jogos, entretenimento, artistas entre outros. E nesse contexto é válido salientar a correlação existente nessas transações de interseção entre elementos dos sistemas metaverso e contábil.

Essas transações econômicas trazem enorme desafio para a contabilidade devido à sua interpretação intangível, o que requer o aprimoramento de sua reflexão contábil em seus subsistemas como exemplo o de auditoria (ZADOROZHNYI, 2022). Devido o enorme desafio em termos de identificação, reconhecimento e reflexo no sistema contábil de ativos intangíveis não circulantes, fundo de comércio de empresas de TI, NFT, criptomoedas, custos de vendas e outros objetos do metaambiente que precisam ser reconhecidos.

3. FUNDAMENTOS INTRODUTÓRIOS BÁSICOS PARA COMPREENSÃO DA TEORIA AUTOPOIÉTICA.

Tendo em vista a abrangência da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, este artigo não pretende, de forma alguma, esgotá-la. Por isso apenas uma parte dela será explanada, o suficiente para que seja possível

compreender a relação entre o sistema contábil e o sistema metaverso, sob o prisma da diferença entre sistema/ambiente e autoorganização.

Niklas Luhmann (1927-1998) foi um dos mais influentes sociólogos do final do século XX, tendo deixado uma vasta obra que soma cerca de 14 mil páginas. Na construção da teoria de sistemas sociais autorreferentes não foi a intenção de Luhmann elaborar uma teoria específica a determinado âmbito social. A sua teoria pretende ser universal, capaz de abarcar tudo o que existe, revelando-se uma teoria geral da sociedade. Para dar conta disso, a teoria mostra-se complexa e abstrata e contém uma vasta terminologia. Existe um encadeamento de ideias que constroem uma estrutura aplicável à sociedade inteira (DE MORAIS, 2004).

Na teoria Luhmanniana sistemas é uma abstração para simplificar a realidade. Remete-se a um conjunto de elementos que interacionam entre si. Todo sistema está situado em um ambiente, ainda que se questione se o ambiente é pré-existente ao sistema (VIDAL, 2017). O conceito central em torno do qual se constrói a teoria dos sistemas sociais desenvolvido por Niklas Luhmann é o conceito de autopoiese, originalmente desenvolvido pelos dois biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela. Autopoiese (< grego: autos = self, poiein = produzir) significa auto (re) produção (SEIDL, 2004).

Os sistemas autopoieticos são, portanto, sistemas que se reproduzem a partir de si mesmos, como por exemplo uma planta reproduz as suas próprias células com as suas próprias células. Apropriou-se assim do conceito originalmente biológico, modificou-o e aplicou-o ao domínio social. De forma semelhante aos sistemas biológicos, os sistemas sociais foram conceptualizados como sistemas que reproduziam os seus elementos com base nos seus próprios elementos (SEIDL, 2004).

Outro ponto central dentro da teoria Luhmanniana é o acoplamento estrutural. **O acoplamento estrutural** refere-se à relação entre sistemas e seus ambientes. Por meio do acoplamento estrutural sistema utiliza as estruturas de funcionamento de outro sistema. Por este mecanismo, um sistema utiliza os elementos de outro para operar os seus próprios processos comunicativos (NEVES, 2005). Através do acoplamento estrutural dois ou mais sistemas interagem e influenciam as estruturas uns dos outros. Em um acoplamento estrutural, os sistemas estabelecem uma relação de dependência mútua, onde cada sistema conta com a complexidade do outro para construir sua própria complexidade interna.

O sistema não tem uma estrutura imutável que enfrenta um ambiente complexo. É condição para esse enfrentamento que o próprio sistema se transforme internamente, criando subsistemas, deixando de ser simples e tornando-se mais complexo, ou seja, evoluindo. Cada um desses subsistemas criados dentro do sistema tem o seu próprio entorno. É importante esclarecer que quando tratamos nesse estudo como exemplo de subsistema contábeis estamos parti do princípio de que ele é parte do sistema social, assim como podemos citá-lo como sistema contábil compreendemos que ele possui em seu interior subsistemas contábeis.

Um importante processo interno quanto ao modus operandi dos sistemas trata-se dos **códigos binários do sistema** que é constituído pelo próprio sistema e permite a reprodução autopoietica do sistema. Nenhum sistema pode ir além de seu código binário para a observação e a descrição do objeto analisado. O subsistema do Direito opera com base no código binário direito/não direito, já o sistema político opera com base no código poder/não poder (BACHUR, 2020). No estudo de Nunes (2012), encontramos uma proposta de código binário para o sistema de contabilidade, ele propõe falso/verdadeiro.

4. METAVERSO COMO AMBIENTE DO SISTEMA CONTÁBIL DESAFIOS E POSSIBILIDADE

O presente estudo busca compreender os desafios e possibilidades de autorregulação do sistema contábeis em relação as perturbações do sistema metaverso por meio da teoria Luhmanniana. Para isso, é importante transcender o entendimento do sistema metaverso como uma ferramenta instrumental, mas sim um sistema dinâmico de autorreferência que evolui e se adapta continuamente em resposta à dinâmica humana e social.

Disso isso é necessário reconhecer que o metaverso é subsistema do sistema tecnológico autopoiético que evolui e se adapta continuamente em resposta à dinâmica humana e social. Nessa visão, a tecnologia e o metaverso não são simplesmente uma ferramenta ou uma força externa, mas sim uma entidade evolutiva.

Enquanto as operações internas do subsistema metaverso são autocontidas e autorreferenciadas, suas ações e impactos podem ser observados em um contexto social. Isso significa que, embora não possamos observar diretamente o funcionamento interno do metaverso, podemos ver seus efeitos na sociedade, como exemplo aparece no sistema financeiro e isso provoca no sistema contábil irritação. Essa irritação se dá pelo fato que sistemas financeiros, incluindo sistemas bancários, bolsas de valores e sistemas de pagamento digital, são subsistemas do sistema econômico, o qual, possui acoplamento estrutural com o sistema contábil. O sistema contábil diante linguagem e método próprios, constitui proposições descritivas de eventos ocorridos no sistema econômico.

O reconhecimento no sistema contábil de eventos gerados no sistema econômico provocado pelo sistema metaverso, tem representado para a contabilidade um grande desafio devido à sua interpretação intangível, o que requer a evolução das estruturas internas do sistema contábil. O subsistema contábil tem regulamentação na constituição de seus elementos e de suas operações, fazendo referência ao ambiente, mas a si mesmos; e, para tornar isto possível, é necessário elaborar e utilizar uma autodescrição e uma descrição do ambiente.

A observação do ambiente é, portanto, pressuposto para o mecanismo do fechamento operacional e para que, por sua vez, as operações próprias do sistema se tornem possíveis pelos resultados de outras operações do mesmo sistema. A observação do ambiente e a auto-observação ao mesmo tempo possibilitam e são possibilitadas pelo fechamento operacional dos sistemas. Conforme Neves (2005) para se relacionar com o ambiente, o sistema realiza observações e organiza seus elementos para conseguirem operar por meio de acoplamentos estruturais. Nesse contexto, todo sistema está adaptado ao seu ambiente, não de forma coordenada, mas a partir da observação do ambiente e das construções internas de sentido, levando em consideração sua própria manutenção e sobrevivência.

Desta forma, para reconhecimento e reflexo no sistema contábil de ativos intangíveis não circulantes, fundo de comércio de empresas de TI, NFT (non fungível tokens), criptomoedas, custos de vendas e outros objetos realizados com input no sistema metaverso, a contabilidade a partir de operações recursivas de elementos internos do sistema, deve realizar seus processos comunicativos com dotação interna de sentido e utilizando um repertório próprio.

Além de desafios nesse contexto existe possibilidades positivas para o sistema contábil. O Metaverso, como mencionado anteriormente, inclui uma série de tecnologias, principalmente realidade virtual, e essas tecnologias são altamente integradas e compatíveis, o que significa a possibilidade de projetar sistemas de informação contábil que se ajustem ao ambiente virtual e ao mundo do Metaverso. Estes sistemas serão capazes de proporcionar confiança nos dados financeiros e reduzir a probabilidade de erros e prevenir oportunidades de práticas fraudulentas, graças, por exemplo, à tecnologia Blockchain, que foi validada por vários tipos de investigação sobre a sua capacidade de reduzir práticas fraudulentas

À luz dessas informações, o método de processamento em que o Metaverso é um ambiente virtual no qual a contabilidade pode ser aplicada com entradas virtuais criptografadas e altamente confiáveis, e são combinadas capacidades de realidade virtual, realidade aumentada, Blockchain e inteligência artificial; produzirá relatórios financeiros hipotéticos de alta qualidade em comparação com o ambiente físico real (Al-Gnbri, 2022)

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Atualmente, o mundo dos negócios atravessa por rápidas mudanças. Essas mudanças são marcadas por vários desenvolvimentos no sistema tecnológico, que inclui seu subsistema metaverso o qual possui

uma complexa operação interna que reproduz no sistema contábil irritações que exige reação. O presente estudo trouxe uma ótica de análise para a observação desses fenômenos a luz da teoria autorreferencial do teórico Niklas Luhmann, não foi objetivo do estudo esvaziar o assunto.

O estudo conclui que o sistema contábil deve selecionar elementos a partir das operações recursivas de seus elementos internos para realizar processos comunicativos com dotação interna de sentido utilizando um repertório próprio. O estudo sugere novas abordagens a partir dessa ótica de análise para que possa ser observando como cada subsistema contábil de auditoria, custo, tributário entre outros terão que operar em suas estruturas internas. Os novos estudos devem alcançar relatórios financeiros relativos à avaliação de ativos digitais no mundo do metaverso entre outras abordagens.

6. REFERÊNCIA

AL-GNBRÍ, Mohamed Kais. Accounting and auditing in the metaverse world from a virtual reality perspective: A future research. **Journal of Metaverse**, v. 2, n. 1, p. 29-41, 2022.

BACHUR, João Paulo. A teoria de sistemas sociais de Niklas Luhmann. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, v. 36, n. 2, 2020.

DE MORAIS, kunzler Caroline. **A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann**. Estudos de sociologia, v. 9, n. 16, 2004.

NEVES, Rômulo Figueira. Acoplamento estrutural, fechamento operacional e processos sobre comunicativos na teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann. São Paulo: USP, v. 148, 2005.

NUNES, Renato et al. **Tributação e contabilidade: alguns apontamentos sobre as relações entre os sistemas jurídico e contábil**. Tese (Doutorado em Direito) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

SEIDL, David. **Luhmann's theory of autopoietic social systems**. Munich Business Survey, v. 1-28, 2004.

VIDAL, Josep Pont. **Por meio da teoria: enfoques neosistêmicos e pós-estruturalistas**. Editora Paka-Tatu, 2017.

ZADOROZHNYI, Zenovii-Mykhaylo et al. Innovative accounting and audit of the metaverse resources. **Marketing i menedžment innovacij**, v. 13, n. 4, p. 10-19, 2022.

ESTRATÉGIA PARA BIOECONOMIA: A PROMESSA DE UM POSSÍVEL DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E SUSTENTÁVEL NO PARÁ

GT04 - Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Rosicleide Farias Oliveira¹
Ligia Terezinha Lopes Simonian²
Leila Márcia Sousa de Lima Elias³

RESUMO

Na última década, muitos países em todo o mundo adotaram estratégias abrangentes de bioeconomia. Em 2022 a fim de subsidiar a construção de políticas públicas para desenvolvimento sustentável e institucionalizar no estado uma matriz política em bioeconomia foi lançado o Plano Estadual de Bioeconomia do Pará (PlanBio Pará). Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar as principais estratégias presentes no PlanBio. A justificativa para a pesquisa nascer da ausência de estudos nessa temática na literatura, e da importância que a política representa para região. Mitologicamente, a pesquisa tem abordagem qualitativa, seus objetivos de pesquisa são exploratórios e o procedimento técnico utilizado perpassa pela pesquisa bibliográfica e documental.

PALAVRAS-CHAVE

Bioeconomia, Desenvolvimento sustentável, Plano estratégico.

1. INTRODUÇÃO

Dada a complexidade dos processos de transição para a sustentabilidade, é pouco provável que instrumentos políticos únicos facilitem tais transições. Consequentemente, os estudos de inovação reconhecem que é importante prestar atenção às combinações de políticas, ou seja, à combinação de estratégias políticas, instrumentos políticos e aos processos através dos quais tais estratégias e instrumentos emergem.

A Política de Inovação Transformativa (TIP) representa uma abordagem nova e emergente à política de ciência, tecnologia e inovação (Weber e Rohracher 2012). O termo transformação reflete a necessidade de políticas que abordem as transições de sustentabilidade, definidas como processos de mudança social fundamental em resposta a desafios sociais, como as alterações climáticas, o esgotamento de recursos, o crescimento populacional, a saúde e a segurança energética. A política de inovação trata das atividades das organizações públicas que influenciam a inovação processos, incluindo a criação de novas ideias, implementando-as e difundindo-as na sociedade.

A bioeconomia tornou-se um foco das estratégias políticas para uma mudança transformadora sustentável. Na última década, muitos países em todo o mundo adotaram estratégias abrangentes de

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade da Amazônia. Mestranda em Gestão Pública no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. E-mail: Rosicontabilidade22@hotmail.com

² Doutora em Doutorado em Antropologia pelo City University of New York/USA. Discente do Programa PPGPP/NAEA/UFPA. simonianl@gmail.com

³ Doutora em Planejamento e Desenvolvimento Regional pelo NAEAUFPA. Discente do Programa PPGPP/NAEA/UFPA e da Escola de Governança do Estado do Pará. leilamarciaelias@hotmail.com

bioeconomia para viabilizar a sustentabilidade. Em 2022 a fim de subsidiar a construção de políticas públicas para desenvolvimento sustentável e institucionalizar no estado uma matriz política em bioeconomia foi lançado o Plano Estadual de Bioeconomia do Pará (PlanBio Pará). Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar as principais estratégias presentes no PlanBio.

A justificativa para a pesquisa nascer da ausência de estudos nessa temática na literatura, e da importância que a política representa para região. O estudo está estruturado em quatro tópicos de desenvolvimento além dessa introdução, outro tópico tratando da agenda de bioeconomia no Pará, o terceiro tópico trata das principais estratégias do PlanBio Pará e seus instrumentos e as considerações finais.

2. ESTRATÉGIA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA BIOECONOMIA NO MUNDO.

A bioeconomia envolve interações sistêmicas altamente complexas entre os seres humanos, natureza e uma vasta gama de intervenientes a nível mundial. Nenhum ator de governança nem governos estaduais nem atores do setor privado possui controle suficiente para orientar sozinho o desenvolvimento de uma bioeconomia sustentável (DIETZ, THOMAS et al. 2023).

Nesse contexto, o debate global acerca de políticas públicas direcionadas à bioeconomia tem início demarcado na Cúpula da Terra, conferência da ONU, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992. Conforme De Queiroz, Flores e Sobrinho (2022), a conferência teve enfoque em debater o desenvolvimento sustentável e firmar acordos internacionais sobre a biodiversidade e o clima e entre os acordos, elenca-se a Convenção para a Biodiversidade e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), sendo a última focada no controle da concentração de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Desde o lançamento da Bioeconomia Baseada no Conhecimento pela Comissão Europeia em 2005, a bioeconomia evoluiu de uma estratégia orientada para a investigação para um modelo político em mais de 60 países (PATERMANN e AGUILAR 2021).

Segundo o estudo em Gould, Kelleher e O'Neil (2023) a Comissão Europeia publicou em 2012 a sua primeira estratégia de bioeconomia, e definiu a bioeconomia como “a produção de recursos biológicos renováveis e a conversão desses recursos e fluxos de resíduos em produtos de valor acrescentado, tais como géneros alimentícios, rações, produtos de base biológica e bioenergia”.

Gould, Kelleher e O'Neil (2023) A Estratégia de 2012, intitulada “Inovar para o Crescimento Sustentável: Uma Bioeconomia para a Europa” foi estruturada em torno de três pilares: i investimento em investigação, inovação e competências, ii melhoria dos mercados e da competitividade, e iii reforço da coordenação política e envolvimento das partes interessadas. O foco principal da agenda era o crescimento económico e a competitividade, motivando uma série de estratégias nacionais de bioeconomia (por exemplo, na Alemanha (2010; 2013), Suécia (2012), Países Baixos (2012), Finlândia (2014) e Itália (2017).

Em 2017, foi criado o Centro de Conhecimento em Bioeconomia da Comissão Europeia, com o objetivo de unir os mundos da ciência e da formulação de políticas. Em 2018, uma estratégia atualizada da UE alargou os objetivos da bioeconomia para além dos objetivos económicos, refletindo a evolução da política ambiental global e da UE, incluindo a Economia Circular da UE, a União Energética da UE, o Acordo Climático de Paris e a Agenda 2030 para os ODS (GOULD, KELLEHER, O'NEIL, 2023).

A introdução da estratégia afirmava: “Para ter sucesso, a bioeconomia europeia precisa de ter a sustentabilidade e a circularidade no seu cerne”. Os três pilares da estratégia de 2018 foram: fortalecer e ampliar os setores de base biológica, desbloquear investimentos e mercados, implantar bioeconomias locais em toda a Europa e compreender os limites ecológicos da bioeconomia (GOULD, KELLEHER, O'NEIL, 2023).

Assim, as agendas políticas globais de bioeconomia confluem em direção a sustentabilidade. A tendência para o desenvolvimento de estratégias políticas específicas para a bioeconomia tem prevalecido

nos últimos anos. Em 2020, conformem Teitelbaum; Boldt e Patermann (2020), 19 políticas de bioeconomia nacionais e macrorregionais dedicadas estratégias em todo o mundo, incluindo Áustria, Costa Rica, UE, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Japão, Letónia, Malásia, Países Nórdicos, Noruega, África do Sul, Espanha, Tailândia, Reino Unido, EUA e África Oriental.

Com uma estratégia nacional de investigação dedicada à bioeconomia publicada em 2010 e uma estratégia política nacional dedicada à bioeconomia publicada três anos depois, a Alemanha estabeleceu-se como um dos líderes mundiais em política de bioeconomia. Em 2009, foi criado um comité de peritos independentes (o Conselho Alemão de Bioeconomia) para aconselhar o Governo Federal alemão sobre questões de política bioeconomia e para promover o diálogo entre as partes interessadas.

Numerosos estados federais alemães promovem o desenvolvimento da bioeconomia com os seus programas e iniciativas. Tanto na esfera federal como regional contam com a criação de um conselho gestor para acompanhar a efetivação das estratégias previstas, também trazem abordagens de monitorização (TEITELBAUM; BOLDT; PATERMANN,2020). o sector agrícola e florestal, a estratégia destaca a necessidade de desenvolver sistemas agroecológicos holísticos com a ajuda de tecnologias e conceitos-chave que reúnem técnicas agrícolas existentes e requisitos ecológicos de maneiras inovadoras (TEITELBAUM; BOLDT; PATERMANN, 2020).

Para Dietz, Thomas et al. (2023) embora muitos países em todo o mundo tenham adotado estratégias abrangentes de bioeconomia, pouco se sabe sobre a eficácia com que essas estratégias são implementadas. Os autores chamam atenção para as lacunas na governação global e nacional da bioeconomia, as quais são grandes e não temos conhecimento baseado em evidências.

Para identificar quais lacunas permanecem na governação da bioeconomia nacional e internacional o estudo de Dietz, Thomas et al. (2023) realizou uma pesquisa com especialistas globais em bioeconomia e constatou que a nível nacional, a falta de capital para empresas start-up na bioeconomia como um fator crucial que restringe o desenvolvimento de uma bioeconomia sustentável. Também identificou que as estratégias políticas nacionais de bioeconomia e ações associadas aos planos geralmente incluem medidas políticas específicas, de “apoio a atividades de I&D (Investigação e Desenvolvimento)”, seguido de “programas de formação e capacitação”.

Uma das principais lacunas de governação da bioeconomia internacional é a transferência de conhecimento e tecnologia e troca de experiências. À medida que se espalhava da Europa para o resto do mundo, a cooperação internacional tem sido uma característica central do seu desenvolvimento. Os especialistas reafirmam a necessidade de intensificar a cooperação e coordenação intergovernamental à escala global para sustentar a produção de base biológica crescimento econômico (DIETZ, THOMAS et al.,2023).

3. AGENDA DE BIOECONOMIA NO PARÁ.

A concepção de matriz econômica das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico na Amazônia transpôs por sucessivas mudanças ao longo das últimas décadas, seja por influência do contexto histórico ou político. No contexto de bioeconomia e seguindo a tendência global de institucionalizar política estratégica para promover a bioeconomia o governo do estado do Pará tem realizado ações de uma agenda pro-bioeconomia.

O estado do Pará possui uma importante biodiversidade e recursos naturais que podem ser utilizados para a construção de uma economia sustentável. A lei nº 9.048, de 29 de abril de 2020 alterada pela lei nº 35.236, de 28/12/2022 estabeleceu a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC) institucionalizou princípios, conceitos, diretrizes e instrumentos para integrar o esforço global e promover medidas para alcançar as condições necessárias à adaptação e à mitigação aos impactos derivados das mudanças do clima. A lei trouxe instrumentos estratégicos da política;

- I – o Programa estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais;
- II – o Programa Estadual de Boas Práticas Produtivas;
- II – o Programa Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa;
- IV – o Plano Estadual de Bioeconomia; e
- V – o Sistema Estadual de Salvaguardas do Pará.

O PlanBio é um dos instrumentos estratégicos da política sobre mudança climática e está estruturado no eixo de bioeconomia do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) lançado em 2020 pelo governo do estado. O governo do Pará editou o Plano (PEAA) com a proposta de desenvolver políticas públicas baseadas em estratégias positivas de conservação, regularização ambiental e fundiária, produção sustentável e valorização ambiental.

Nesse contexto, o Plano de Bioeconomia foi lançado oficialmente durante a 27ª Conferência do Clima das Nações Unidas, a COP-27, realizada em 2022, no Egito. O PlanBio possui 92 ações, divididas entre três principais eixos. As ações se distribuem entre Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Patrimônio Genético e Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis. O plano segue a tendência mundial de direcionar os esforços pretendidos a partir da implementação de um modelo de desenvolvimento econômico, baseado no uso sustentável da biodiversidade de tal maneira que vão ao encontro de 12 dos 17 ODS.

Os ODS presentes atendidos no plano são; Fome Zero e Agricultura Sustentável (ODS 2); Saúde e Bem-estar (ODS 3); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Redução das Desigualdades (ODS 10); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11); Consumo e Produção Responsáveis (ODS 12); Ação contra a Mudança Global do Clima (ODS 13); Vida na Água (ODS 14); Vida Terrestre (ODS 15); Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16); e Parcerias e Meios de Implementação (ODS 17).

A literatura atual sobre bioeconomia enfatiza repetidamente o grande potencial da bioeconomia para desenvolvimentos sustentáveis rumo à consecução dos ODS, mas simultaneamente salienta que a realização desses potenciais enfrenta obstáculos consideráveis (DIETZ, 2018). Alguns pesquisadores argumentam que a dependência da trajetória do desenvolvimento econômico e político é a causa raiz do problema isto significa que decisões anteriores na política, na economia e na sociedade tomadas antes do surgimento do paradigma de transformação de base biológica de certa maneira moldaram o sistema econômico de tal forma que hoje dificulta o desenvolvimento de uma economia de base biológica (DIETZ, 2018).

4. O PLANO ESTADUAL DE BIOECONOMIA

O Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio), foi construído tendo como base conceito diretrizes, princípios e premissas da Estratégia Estadual de Bioeconomia, conforme definidas pelo Decreto nº 1.943/20216. Contudo, além desses aspectos, o PlanBio busca estabelecer alinhamento conceitual para a bioeconomia que se pretende adotar para o estado do Pará nos próximos anos.

Foi criado um Grupo de Trabalho – GT-PlanBio, para elaborar o plano, segundo consta no PlanBio a composição do grupo de trabalho contou com participação de servidores públicos de diversas secretarias de governo, representantes do setor privado, academia, organizações não governamentais e de povos indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais.

O plano apresentar como diferencial na compreensão de bioeconomia ênfase em um modelo de desenvolvimento de baixo carbono, pautado numa Política estadual de mudanças climáticas (PEMC) e parte do eixo socioeconômico do Plano Estadual Amazonia Agora (PEAA), por meio de soluções baseadas na natureza, e com valorização do conhecimento e cultura dos povos originários e tradicionais.

Nesse aspecto Castro, (1998) elucida que é extremamente importante, para intervir na crise ecológica, conhecer práticas e representações de diferentes grupos, pois eles conseguiram, ao longo do tempo, elaborar um profundo conhecimento sobre os ecossistemas, conhecimento que lhes garantiu até hoje a reprodução

de seu sistema social e cultural. Desta forma é imprescindível a participação de povos tradicionais na construção de políticas estratégicas de desenvolvimento.

O PlanBio apresenta sua estratégia estruturada em três eixos norteadores, cada um contendo objetivos específicos que contribuem para o desenvolvimento de um novo modelo de desenvolvimento econômico pautado pela bioeconomia no estado, conforme apresentado a seguir;

Tabela 1. Eixos norteadores das estratégias do PlanBio Pará.

EIXOS NORTEADORES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	Promover e aplicar o conhecimento científico e a pesquisa tecnológica para a valorização e produção de inovações, de forma inclusiva e com benefícios sociais, econômicos e ambientais integrados.
	Identificar e mapear o conhecimento sobre a bioeconomia paraense contido nas diversas instituições de pesquisa do estado, a fim de incentivar a pesquisa aplicada e transformá-la em novas tecnologias, capacitações e ferramentas capazes de garantir a melhoria da produção local.
PATRIMÔNIO CULTURAL E CONHECIMENTO GENÉTICO	Reconhecer as práticas tradicionais, protegê-las e valorizá-las, integrando à política de desenvolvimento socioeconômico de baixas emissões do estado do Pará, com salvaguardas socioambientais e garantias ao patrimônio genético associado ao conhecimento cultural e à biodiversidade.
	Garantir direitos das populações locais e oportunizar alternativas sustentáveis de desenvolvimento, capacitações e integridade socioambiental.
CADEIAS PRODUTIVAS E NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS	Valorizar os produtos da biodiversidade do território, de forma a agregar especificidades da região aos produtos locais, por meio de certificações, proteção de cultivares, identificação geográfica, entre outras estratégias.
	Investir no estabelecimento de ambientes de investimentos atrativos às cadeias produtivas e aos novos negócios da sociobiodiversidade, fortalecendo e verticalizando a produção, com geração de desenvolvimento local, emprego e renda e distribuição dos benefícios de forma equitativa.

Fonte; adaptado SEMAS 2022.

Na execução das ações segundo consta no PlanBio pretendesse realizar a priorização de áreas de atuação nas dimensões territoriais do estado, para isso, seguiram um processo de análise em quatro etapas e levando em conta seis critérios baseados na relevância da sociobiodiversidade para geração de renda em diferentes tipos de cadeias produtivas, nos atores sociais e nos desafios de combater o desmatamento.

5. Considerações Finais

O estudo teve como objetivo identificar as principais estratégias do PlanBio Pará e seus instrumentos. As estratégias do plano foram estruturadas em três eixos norteadores principais; Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Patrimônio cultural e Conhecimento Genético. Como instrumento do PlanBio identificamos o apoio financeiro de acesso a crédito e estruturação de fundos, política de garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade para um conjunto de intervenientes, incluindo empresas, instituições de investigação, comunidades locais e outras partes interessadas.

O estudo tratou da estratégia política de promoção da bioeconomia no mundo, e identificou com base na revisão da literatura, que bioeconomia é relativamente nova, mas está em crescimento, principalmente em países europeus vem assumindo o comando (GOULD, KELLEHER, O'NEILL 2023). Uma das principais lacunas de governação da bioeconomia internacional é a transferência de conhecimento e tecnologia e troca de experiências. À medida que se espalhava da Europa para o resto do mundo, a cooperação internacional tem sido uma característica central do seu desenvolvimento.

O monitoramento da execução do PlanBio precisa ser constantemente acompanhado, assim, mais investigação futuras pode ser oportuna para avaliar o sucesso ou o fracasso da PlanBio Pará para além das fronteiras estratégicas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei ordinária nº 9.048, de 29 de abril de 2020. Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA). Governo do Pará. [Online] URL: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/4093.pdf>. Acessado em 10 de setembro de 2023.

CASTRO, Edna Maria. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais (Paper 092). Papers do NAEA, v. 7, n. 1, 1998.

DE QUEIROZ, Luiz Fernando Paes; FLORES, Maria do Socorro Almeida; SOBRINHO, Mário Vasconcelos. Políticas Públicas de Promoção da Bioeconomia: perspectivas globais e locais com ênfase na Amazônia Paraense e suas relações com o Estado e o mercado. Open Science Research VIII - ISBN 978-65-5360-234-2 - Volume 8 - Ano 2022

DIETZ, Thomas et al. Towards effective national and international governance for a sustainable bioeconomy: A perspective from globais experts. EFB Bioeconomy Magazine, v. 100058, 2023.

GOULD, Hannah; KELLEHER, Lucas; O'NEILL, Eoin. Tendências e políticas na literatura sobre bioeconomia: uma revisão bibliométrica. Revista de Bioeconomia da EFB, p. 100047, 2023

PARÁ. Decreto nº 1.943, de 21 de outubro de 2021. Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará. 2021. Disponível em: < <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/96377.pdf> >. Acesso em 06 de setembro de 2023.

PATERMANN, Christian; AGUILAR, Alfredo. A bioeconomy for the next decade. EFB Bioeconomia magazine, v. 100005, 2021.

SEMAS, Plano Estadual de Bioeconomia do Pará- PlanBio Pará. 2022. Disponível em < https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/Plano-Estadual-V9_pg-simple-2-1.pdf > Acesso em 06 de setembro de 2023.

TEITELBAUM, Lily; BOLDT, Cristina; PATERMANN, Christian. Global Bioeconomy Policy Report (IV): A decade of bioeconomy policy development around the world. Global Bioeconomy Summit Secretariat, 2020.

Weber M. and Rohrer H. (2012) 'Legitimizing Research, Technology and Innovation Policy for Transformative Change by Combining Insights from Innovation Systems and Multilevel Perspectives in a Comprehensive "Gappoints" Framework', Research Policy, 41:1037–47.

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A RELAÇÃO COM A ZONA COSTEIRA PARAENSE

GT04 – Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Tabilla Verena da Silva Leite ¹

Cláudio Fabian Szlafsztejn ²

Ariadne Reinaldo Trindade ³

1. INTRODUÇÃO

O aumento da conscientização acerca dos desafios ambientais e a busca por soluções destinadas a reduzir os efeitos prejudiciais da atividade humana colocaram a importância da sustentabilidade no centro das discussões acadêmicas, políticas e socioeconômicas. Conforme Nunes (2018), o conceito de sustentabilidade emergiu com destaque a partir do ano de 1972, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu sua primeira conferência dedicada a questões ambientais em Estocolmo. Reconhecida globalmente como a Conferência de Estocolmo, esse evento marcou um ponto crucial no avanço das políticas públicas ambientais em âmbito internacional.

A magnitude do desafio apresentado pela sustentabilidade é realmente imensa, por uma perspectiva geológica, fica evidente o frágil equilíbrio que sustenta o planeta Terra, com a possibilidade trágica de extinção de todas as formas de vida, incluindo a espécie humana. Em uma escalada de tempo mais imediata, isso ressalta a importância crucial de preservar a capacidade das gerações futuras de prosperarem (DE BENEDICTO, et al., 2020).

Para Souto e Batalhão (2020) a abordagem atual da sustentabilidade está alicerçada na Agenda 2030, liderada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS são um conjunto de 17 metas globais que foram adotadas em 2015 por todos os 193 Estados-membros das Nações Unidas. Essa abordagem amplia o âmbito de avaliação das diversas dimensões da sustentabilidade de maneira mais inclusiva e democrática, englobando tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Essa perspectiva representa uma resposta à agenda final estabelecida em 2015, com o propósito de direcionar uma nova fase de compromissos políticos para enfrentar os desafios da sustentabilidade contemporânea.

Desde a declaração das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, temos testemunhado episódios de degradação e desastres ambientais em muitos países, resultantes da busca desenfreada pelo crescimento econômico a qualquer custo. Essa problemática é ainda mais grave nas áreas costeiras e marinhas, que abrigam a maior diversidade de organismos, incluindo os seres humanos, e concentram a maior parte dos recursos naturais explorados pela humanidade (SOUTO e BATALHÃO, 2020). Portanto, é de extrema importância que alcancemos as metas estabelecidas pelos ODS, em particular os objetivos 11, 13, 15 e, especialmente, o 14, a fim de promover a sustentabilidade na Zona Costeira (ZC). O principal objetivo deste trabalho é estabelecer uma conexão entre os ODS e a promoção da sustentabilidade na Zona Costeira Paraense (ZCP).

¹ Mestre em Geografia, Doutoranda no Programa Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, verenatabilla@gmail.com.

² Doutor em Ciências Naturais, Docente no Programa Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, ioseliesz@gmail.com.

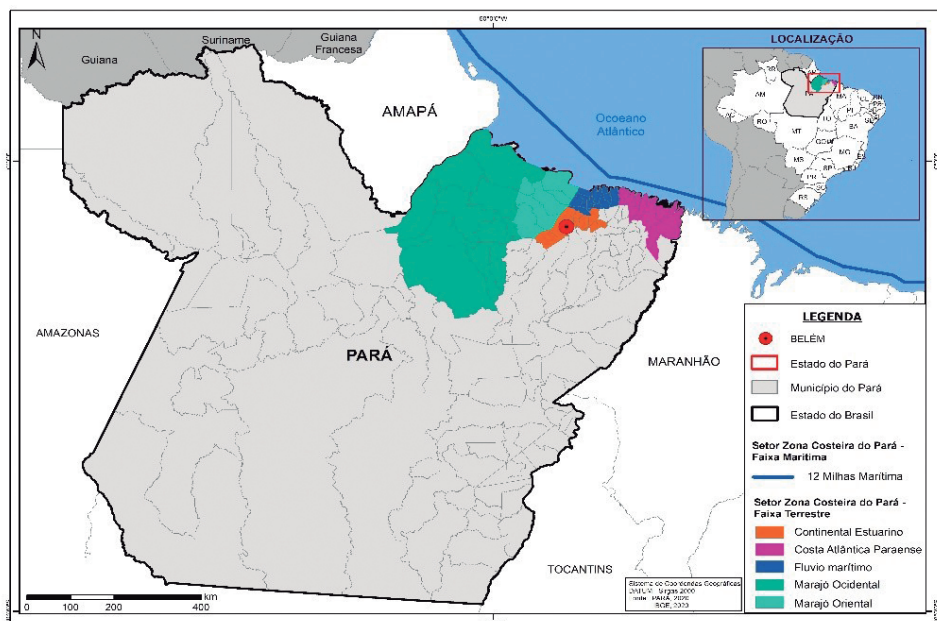
³ Mestre em ciências ambientais, Doutoranda no Programa Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Dnetrindade@gmail.com.

2. METODOLOGIA

Para a pesquisa, realizou-se uma revisão bibliográfica nacional e internacional, conduzindo um estudo descritivo de natureza qualitativa com base em artigos científicos publicados entre 2018 e 2023. Foram consideradas as seguintes palavras-chave: 'sustentabilidade', 'objetivos de desenvolvimento sustentável', 'zona costeira', 'zona costeira paraense' e 'alcance dos ODS'. Além disso, realizou-se uma pesquisa de material cartográfico e uso de geotecnologias para espacializar os setores da ZCP. Dentre os artigos encontrados, selecionamos aqueles que abordavam conceitos, questões de pesquisa e metodologias, com o objetivo de identificar estudos que explorassem a relação entre sustentabilidade na zona costeira e o papel dos ODS no alcance da sustentabilidade. Essas interconexões serão o foco de futuros estudos.

A área de estudo está limitada à zona costeira do estado do Pará, no Brasil, abrangendo as faixas e setores estabelecidos pela Política Estadual de Gerenciamento Costeiro do Pará (PEGC/PA), conforme definido na Lei nº 9.064, de 2020. A PEGC/PA divide a zona costeira paraense em duas faixas distintas: terrestre e marítima. No que diz respeito à faixa marítima, a lei estabelece uma largura de 12 milhas náuticas, que corresponde ao mar territorial, conforme previsto no artigo 20, inciso VI, da Constituição da República de 1988. Quanto à área terrestre, a PEGC classifica 47 municípios paraenses como costeiros e os divide em cinco setores: Setor I – Marajó Ocidental, Setor II – Marajó Oriental, Setor III – Continental Estuarino, Setor IV – Flúvio-Marítimo, Setor V – Costa Atlântica Paraense (PARÁ, 2020, Artigo 6º), como ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Divisão dos 47 municípios e os 5 setores costeiros paraenses, conforme setores estabelecidos na PEGC.



Fonte: PARÁ, 2020. Elaboração: Os autores, 2023.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

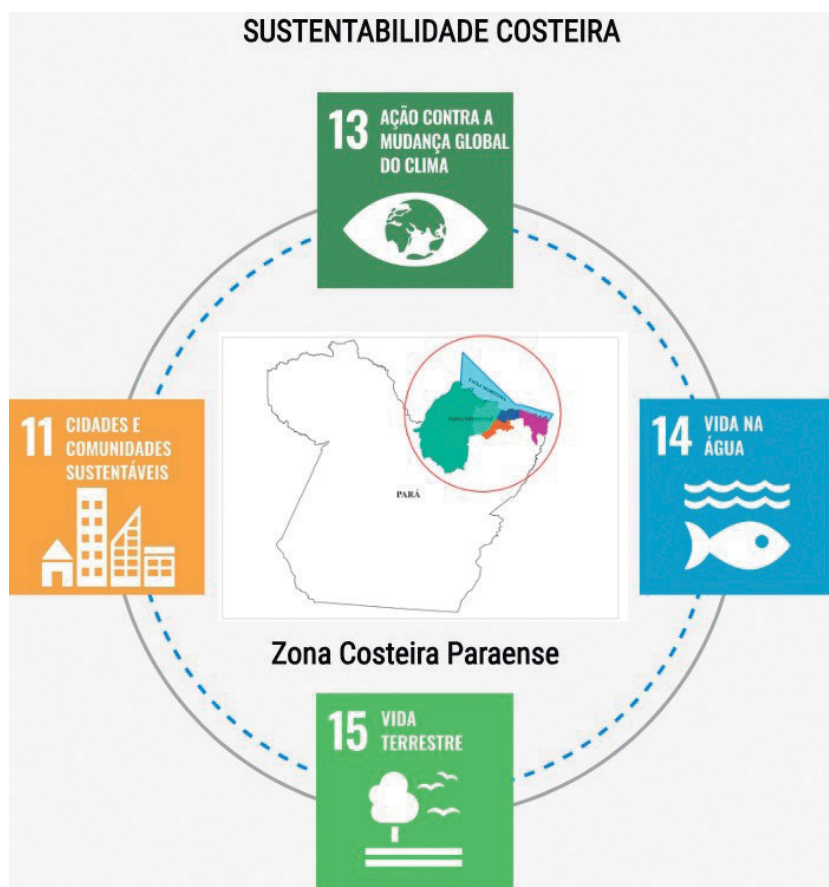
Assegurar a sustentabilidade das zonas costeiras representa um desafio de extrema complexidade, requerendo uma mudança de paradigma na forma como gerenciamos e estudamos esses ecossistemas. Nesse contexto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11, 13, 15 e, em particular, o ODS 14, desempenham um papel fundamental na preservação dos ecossistemas costeiros em todo o mundo. No estado do Pará, essa preservação se torna essencial, dada a importância do estado na região amazônica.

Além disso, a costa paraense se caracteriza por vastos manguezais, estendendo-se por cerca de 1.500 km de áreas baixas e alagadiças, sem a presença de praias contínuas. Estuários, lagoas costeiras e manguezais estão presentes ao longo de toda a costa amazônica, abrigando 85% dos manguezais remanescentes no Brasil, conforme apontado por Scherer, Sanches e Negreiros (2010).

O ODS 11, denominado “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, desempenha um papel de destaque ao fomentar o planejamento urbano responsável nas áreas costeiras, assegurando que o desenvolvimento nessas regiões seja tanto ambientalmente consciente quanto socialmente inclusivo. O ODS 13, intitulado “Ação Contra a Mudança Global do Clima”, concentra-se na ação climática, sendo essencial para mitigar as mudanças climáticas que ameaçam as zonas costeiras devido ao aumento do nível do mar e a eventos climáticos extremos. O ODS 15, voltado para a “Vida Terrestre”, aborda a importância da preservação das áreas costeiras e dos manguezais, que funcionam como barreiras naturais contra a erosão costeira e prestam valiosos serviços ecossistêmicos.

Especialmente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 “Vida na Água”, inclui metas específicas direcionadas às zonas costeiras, reconhecendo a importância crítica dessas áreas para a biodiversidade marinha e para a subsistência de comunidades costeiras. Algumas das metas específicas para zonas costeiras incluem a conservação e uso sustentável dos ecossistemas marinhos e costeiros, a redução da poluição marinha, a regulamentação da pesca para garantir a sustentabilidade dos recursos marinhos e a proteção de habitats críticos, como manguezais. Além disso, o ODS 14 busca promover a gestão integrada das zonas costeiras, garantindo que a conservação dos ecossistemas costeiros esteja alinhada com o desenvolvimento econômico e social das comunidades costeiras, objetivando, assim, a sustentabilidade costeira.

Figura 2 – ODS relacionados à Sustentabilidade na Zona Costeira Paraense.



Elaboração: Os autores, 2023.

A figura 2 pode elucidar a extensão da sustentabilidade na zona costeira paraense. A sustentabilidade na ZCP pode ser significativamente ampliada por meio da implementação e alcance dos ODS 11, 13, 15 e especialmente o 14. Trabalhando de forma colaborativa na consecução desses objetivos, podemos assegurar que a zona costeira paraense seja protegida e explorada de maneira sustentável, promovendo o bem-estar das comunidades locais e preservando os ecossistemas e serviços ecossistêmicos.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para assegurar a sustentabilidade na zona costeira do Pará, é de suma importância adotar uma abordagem holística e integrada, que leve em conta a conservação dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, a mitigação das mudanças climáticas, a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento econômico das comunidades locais. Desta forma, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável podem desempenhar um papel significativo na promoção da sustentabilidade na ZCP.

5. PALAVRAS-CHAVE

Sustentabilidade, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Zona Costeira Paraense.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

DE BENEDICTO, S. C. et al. Sustentabilidade: um fenômeno multifacetário que requer um diálogo interdisciplinar. **Sustentabilidade: Diálogos Interdisciplinares**, v.1, e205158, 2020.

NUNES, M. F. Análise da contribuição das certificações ambientais aos desafios da Agenda 2030. **Revista Internacional de Ciências**, v. 8, n. 1, p. 27-46, 2018.

PARÁ. Lei Estadual nº LEI N° 9.064, DE 25 DE MAIO DE 2020 DOE N° 34234, DE 27/05/2020 – Institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC/PA).

SCHERER, M; SANCHES, M; NEGREIROS, D. H. Gestão das Zonas Costeiras e as Políticas Públicas no Brasil: Um Diagnóstico. In: Manejo Costero Integrado y política pública em Iberoamerica: un diagnóstico. Necesidad de cambio. p.291-329. CYTED, 2010.

SOUTO, R. D.; BATALHÃO, A.C. da S. **Indicadores aplicados ao Gerenciamento Costeiro Integrado sob a ótica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas**. In: Souto, R.D. (org.). Gestão Ambiental e sustentabilidade em áreas costeiras e marinhas: conceitos e práticas. Vol. 1. Edição da autora. Rio de Janeiro: Instituto Virtual para o Desenvolvimento Sustentável, 2020. 259p. pp. 109-130. ISBN 978-65-00-11531-4.

3

**Simpósio
Internacional**

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

**PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL**

GT 04 • Sessão 3

AS INSUFICIÊNCIAS DA SUDAM E O PLANEJAMENTO REGIONAL

GT04 - Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Gerson da Silva Lima¹

Eliana Maria de Souza Franco Teixeira²

1. INTRODUÇÃO

Este artigo expõe os resultados da dissertação *As Insuficiências da Sudam e a Falência do Planejamento Regional na Amazônia* defendida em 2022 no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, cujo problema foi elucidar de que forma e quais insuficiências manifestadas pela SUDAM em seus relatórios de gestão (RG) de 2008 a 2019 mais afetam a execução de sua competência de planejamento.

Desde sua origem, em 2007, a SUDAM alega em seus relatórios de gestão de 2008 a 2019 diversas insuficiências que dificultariam a execução de suas competências. A pesquisa busca elucidar de que forma tais insuficiências afetam a execução das competências definidas na Lei Complementar nº124/07 que criou a autarquia. Esses Relatórios apontam que a insuficiência orçamentária é a mais destacada. Mas, a partir do confronto analítico entre os relatórios de gestão e as competências da Sudam previstas em lei identificou-se que outra insuficiência, menos destacada, é muito mais ameaçadora.

2. METODOLOGIA

Os objetivos da pesquisa são: identificar as insuficiências alegadas nos Relatórios Gerais (RG) da SUDAM, hierarquizando-as pela quantidade de ocorrência; analisar as competências do órgão, identificando as de maior preponderância, conforme o texto legal, e; identificar a relação entre as insuficiências relatadas e as competências, em particular, às relativas ao planejamento. A pesquisa orienta-se pela hipótese (ou teoria-tentativa) de que as insuficiências têm origens distintas, oriundas de fatores intra e extrainstitucionais, ocasionando distintos impactos sobre a execução de distintas competências, sobretudo na de planejamento, a mais relevante.

As concepções de Francisco de Oliveira são balizadores teóricos da investigação, em particular as obras *Condições institucionais do planejamento* (1966), *Crítica à razão dualista* (1972) e *Elegia para uma re(li)gião* (1977), nas quais o autor constrói sua concepção de planejamento com ênfase nas relações de poder (burocratas, classe dirigente e Estado), que o distancia da concepção das teorias do subdesenvolvimento. O método científico usado na investigação é o hipotético-dedutivo, que segundo Popper (*apud* MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 95), funciona assim: parte-se do problema P1, ao qual se indica uma solução provisória ou teoria-tentativa (TT), que exposta à crítica, busca-se eliminar erros (EE), dando origem a novo problema (P2). As afirmações dos RG foram submetidas à Análise do Discurso (AD), conforme a visão de Orlandi

¹ Mestre em Gestão Pública (NAEA-UFPA/2022). Especialista em Gestão Pública (UNAMA/2010) e em Contabilidade Governamental e Responsabilidade Fiscal (FACINTER/2010). Graduado em Pedagogia (UFPA/1994). Técnico da Sudam desde 1996. Coordenador Geral do Sintsep-PA (2016 a 2023). Membro da Executiva Nacional da Condsef (2017-2020). E-mail: gersinh0@yahoo.com.br.

² Doutora em Direito pela Universidade Federal do Pará. Mestre e graduada em Direito (UNAMA). Docente da Pós-Graduação em Direito e em Direito e Desenvolvimento da Amazônia (Instituto de Ciências Jurídicas/UFPA). Vice-Diretora da Faculdade de Direito da UFPA. E-mail: elianafranco@ufpa.br.

(2005; 2007), Brandão (2012) e Fiorin (1990). As fontes de pesquisa são a Lei Complementar nº124/2007 e os Relatórios de Gestão da SUDAM. O período de 2008 a 2019 abrange três PPA (2008-2011, 2012-2015 e 2016-2019) permitindo verificar a participação da SUDAM nos processos de construção, execução e avaliação dos planejamentos governamentais e o cumprimento da competência do órgão na gestão do plano regional. A abordagem é quali-quantitativa: levantamento quantitativo das insuficiências, com apoio em dados do Sistema do Tesouro Gerencial; análise qualitativa dos dispositivos legais e dos RG da autarquia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado mais importante foi demonstrar que a principal competência da SUDAM é formular e executar o PRDA e que, ao longo dos doze anos, atua sem ter um PRDA aprovado, liberando em nome desse plano R\$9,9 bilhões. Assim, a principal competência do órgão – planejar – não é cumprida. Esse descumprimento ocorre não em função das insuficiências destacadas nos RG, mas por causa de outra insuficiência ocultada no RG: o desuso de mecanismos legais relativos à aprovação do PRDA, desde o Condel até o Congresso Nacional.

O exame apontou que cinco das treze competências da SUDAM previstas na lei que a criou tratam da obrigação de formular o plano regional. Outras quatro referem-se à autarquia como articuladora regional, tarefa auxiliar ao planejamento. Isso confirma a centralidade do planejamento no papel de atriz regional da SUDAM.

Da análise das cinco insuficiências identificadas nos RG, constatou-se maior peso dado à insuficiência orçamentária. Mas apurou-se que o volume de recursos empenhados no período foi expressivo. Somando recursos do OGU, de emendas parlamentares e do FDA, foram empenhados em 12 anos R\$ 9,9 bilhões, sem a correção inflacionária. A média anual de investimento por Estado da região foi de R\$ 91,8 milhões; e a média total anual, de R\$ 826,6 milhões, o que põe sob suspeita a alegada insuficiência de recursos. E tudo sem haver PRDA. Isso levou a pesquisa a olhar para a maneira como a SUDAM trata a formulação de planos, que é a competência paradoxalmente menos reportada nos RG.

Nos RG as atividades referentes ao planejamento são ofuscadas pelo destaque dado à execução de ações orçamentárias e à liberação de financiamento a empreendimentos privados, ambas amparadas no volume de recursos citado acima. Mesmo assim, observa-se que a SUDAM fez muito planejamento, mas quase todo voltado para consumo interno. A partir de 2012, surge na instituição, como política dos órgãos de controle e do governo, a formulação de planejamento estratégico, e intensifica-se em 2015, tornando-se as referências ao planejamento estratégico mais relevantes que as à formulação do PRDA.

Sobre a formulação do Plano Regional do Desenvolvimento da Amazônia-PRDA, observou-se que a SUDAM até chegou a formular os PRDA dos três quadriênios, dos quais apenas sobre um (2012-2015) há registro de aprovação no CONDEL e nenhum chegou ao ser enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. Assim, a atuação da SUDAM no período analisado não foi pautada por um plano, o que não significa que ela não tenha atuado: as liberações de recursos por meio de convênios e do FDA foram realizadas a despeito de inexistir PRDA, demonstrando a dissociação entre planejamento e recursos: o primeiro não existe legalmente, os segundos agem, autonomamente, sem PRDA.

Mas, apesar da constatação de inexistência do PRDA aprovado como lei, há um fragmento do RG de 2011 (SUDAM, 2012), segundo o qual a carência do PRDA é posta no mesmo nível de servidores e de orçamento, como insuficiência que impactam a plena realização da missão institucional. Essa é a única vez, nos doze RG analisados e ainda que de forma tímida, que a SUDAM admite a insuficiência de plano regional para a execução de suas competências: a ausência do PRDA é considerada uma insuficiência.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal insuficiência da SUDAM é a ausência de Plano Regional, não obstante o elevado volume de recursos empenhado em nome desse suposto Plano. Mas também é de processo de formulação do PRDA. Não há registros nos RG de que a SUDAM tenha acionado os mecanismos de participação democrática previstos na legislação, como os comitês de gestão ou a gestão participativa com envolvimento de setores sociais representativos das múltiplas dimensões da questão regional. Sobre o único comitê criado em 2008, falta registro acerca de sua atuação e permanência. As causas da inexistência do PRDA vão da autarquia aos Poderes da República, revelando uma cadeia de falta de comprometimento político na aprovação do plano regional, não obstante o volume de recursos liberados pela Sudam em nome desse Plano. A ausência do PRDA e o embargo à participação da sociedade civil em sua formulação, implementação e avaliação, são sinais de grave perturbação no sistema de planejamento do qual a SUDAM é parte, e que reduz progressivamente, a capacidade da autarquia de executar suas competências relativas ao planejamento. É a insuficiência caminhando para a falência.

Ao confrontar a prática do órgão, registrada nos RG, e a competência de formular o PRDA, conforme a LC nº 124/2007, surgem resultados e indicações que podem provocar reflexões sobre como está e para onde deveria ir a SUDAM, justificando a intenção inicial desta pesquisa: contribuir com a Autarquia e com a academia na entrega de informações capazes de promover ações que, de alguma forma, retomem a efetiva necessidade de investir no processo participativo do planejamento regional, a única via capaz de conduzir ao desenvolvimento sustentável e incluyente da Amazônia Legal.

5. PALAVRAS-CHAVE

Sudam; Planejamento Regional; Relatórios de Gestão

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2012.

BRASIL. **Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007**. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação; dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA; altera a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar nº 67, de 13 de junho de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: 2007e, DOU, de 04.01.2007. Ano 144, nº3, Seção 1, p. 1-3. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=04/01/2007&totalArquivos=96>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa Nº 57, de 27 de agosto de 2008**. Estabelece normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão e dos processos de contas da administração pública federal. Brasília, DF: 2008. DOU 29/08/2008, Ano 145, nº 167, p. 130-131. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=130&data=29/08/2008>. Acesso em: 9 mar. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa Nº 63, de 1º de setembro de 2010**. Estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 1992. Brasília, DF: 2010a. Disponível em: <https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fportal.tcu.gov.br%2Fflumis%2Fportal%2Ffile%2FfileDownload.jsp%3FfileId%3D8A8182A24E50B945014E657CEAE9028E%26inline%3D1&wdOrigin=BROWSELINK>. Acesso em: 24 maio 2022.

FIORIN, José Luiz. Tendências da análise do discurso. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 173-179, 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636834>. Acesso em: 24 jul. 2022. Acesso em: 24 jul. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. Condições institucionais do planejamento. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 39-47, 1966.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

SUDAM. **Relatório de Gestão 2011**. Belém, 2012.

SANEAMENTO BÁSICO À LUZ DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA EM BELÉM DO PARÁ

GT0 4- Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

*Eduardo José Monteiro da Costa¹
Helder de Paula Mello²*

1. INTRODUÇÃO

Entre os grandes desafios das cidades brasileiras, atualmente, está o crescimento desordenado causado pela oportunidade de comércio, pela industrialização, logística em larga escala, pelo aumento do número de veículos – em especial os motorizados –, pelo consumo exagerado de produtos com potencial descarte de matéria-prima e ainda pelo crescimento populacional desregrado.

Para agravar, a efetivação de infraestrutura urbana foi postergada por muito tempo em Belém. A primeira parte do sistema sanitário da capital foi implantado apenas em 1915, com inatividade até a elaboração do primeiro projeto de rede de esgoto, em 1950, e cuja configuração em quatro bacias permanece até hoje. Tão somente em 1987 a Companhia de Saneamento do Pará estabeleceu um Plano Diretor de Saneamento Básico, ou seja, um projeto que absorve os limítrofes do município.

A cidade de Belém está classificada, atualmente, na 95^a posição na lista dos indicadores de saneamento e se mantém pendulando, há quase três décadas, desde o início da pesquisa, sempre nas últimas posições, conforme o Ranking do Saneamento, publicada pelo Instituto TrataBrasil, em 2023. Ou seja, Belém é a pior cidade entre as capitais com relação à efetividade em saneamento básico no país.

Importa ainda salientar a coparticipação e a qualidade da tomada de decisão política, no sentido dos interesses da sociedade, e não de seus delegados, em se tratando do item de investimento no orçamento público, que representa impasse significativo na gestão municipal, tomando como referência os critérios da Teoria da Escolha Pública (TEP) aplicados ao caso.

Nesse sentido expresso, esta pesquisa visa responder à seguinte problemática: quais fatores contribuíram para a baixa efetividade da política pública de saneamento básico na cidade de Belém no período 1997 – 2020?

Este trabalho tem como propósito entender os fatores que contribuíram para a manutenção de baixos níveis de investimentos em saneamento básico na cidade de Belém no período de 1997 a 2020.

Os objetivos específicos: Analisar, à luz da TEP, fatores teóricos explicativos que possam conformar com o baixo nível de investimento em saneamento básico. Propor alternativa de solução para a ampliação dos investimentos em saneamento básico municipal.

Com base no propósito da pesquisa, optou-se metodologicamente pela aplicação de uma abordagem quanti-qualitativa e de natureza aplicada.

Quanto à fundamentação, esta reside na necessidade de demonstrar a notabilidade da qualificação deliberativa e nas falhas de avanços na gestão de aplicação dos recursos públicos, destacando a relação das fontes de recursos estabelecidas desde o sistema federativo fiscal até a efetivação do saneamento em Belém, através da definição estratégica aplicada ao orçamento público municipal.

¹ Doutor e Prof. no PPGP NAEA/UFPA. ejmcosta@ufpa.br

² Mestre NAEA/UFPA, Prof. de Graduação/Pós em Administração. helderhpm@gmail.com

Entendemos constituir a hipótese: os interesses políticos e pessoais se sobrepõem à importância das escolhas públicas de maior interesse social e influenciam, negativamente, a efetividade do saneamento em Belém.

2. METODOLOGIA

Considerando que esta pesquisa tem como propósito apresentar proposição de solução fática, optou-se pela abordagem quanti-qualitativa e de natureza aplicada.

O estudo foi descritivo e exploratório. É descritivo porque visa explicar a natureza de certos fenômenos, como: explanação, registro, análise e interpretação de legislação técnica durante o período estudado. É exploratório quando constitui uma abordagem preliminar a um estudo de caso da instituição que se busca; além de buscar compreender a natureza geral do problema, que caracteriza o processo decisório do Legislativo de Belém.

Outrossim, foi estabelecido como pesquisa bibliográfica e documental em estudo de caso, considerando a existência de correlação da TEP com relação à deliberação orçamentária municipal sobre saneamento básico.

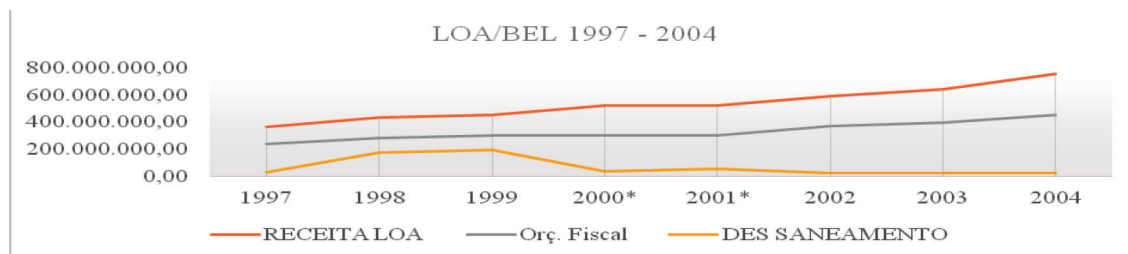
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Orçamento Aplicado ao Saneamento

A LOA estabelece o planejamento financeiro dos recursos públicos para o custeio da máquina estatal e o investimento nas diversas políticas públicas em todos os setores no município.

A primeira parte do período de pesquisa em análise, referentes às LOAs do período 1997/2004, refletida na Figura 1, expõe a conjuntura ocorrida nos anos 1998 e 1999, que corresponde ainda às transferências de recursos e de bens móveis através do governo do Estado, ou seja, corresponde a uma excepcionalidade.

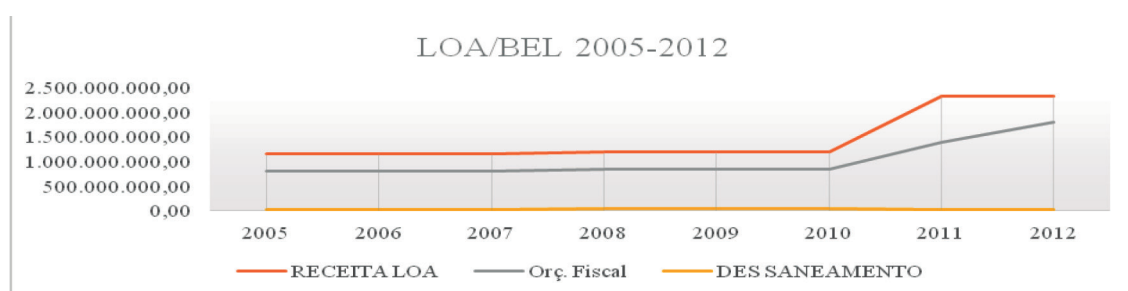
Figura 1 – Período 1997 a 2004



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas LOAS do período – CMB (2022).

O período parcial na Figura 2, espelha a contínua inobservância sobre a necessidade de valorização e aporte de recursos em saneamento básico.

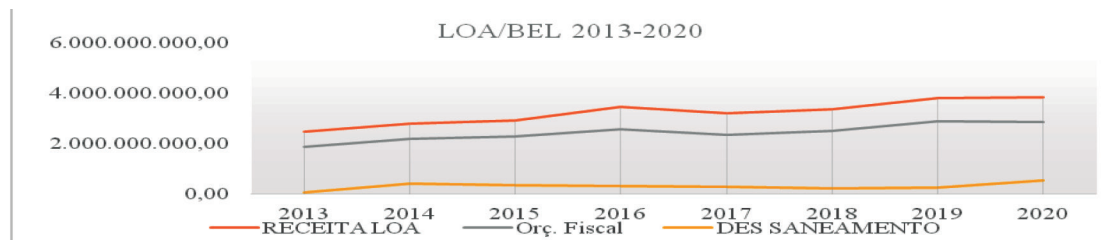
Figura 2 – Período de 2005 a 2012



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas LOAS do período – CMB (2022).

A figura 3 oportuniza reflexo consistente da análise realizada acima. Conclusivamente, os resultados expressos pelos gráficos da pesquisa delimitam apenas parte de uma realidade marcante e contínua de uma cidade que é capital de um estado rico economicamente e com mais de 400 anos de fundação.

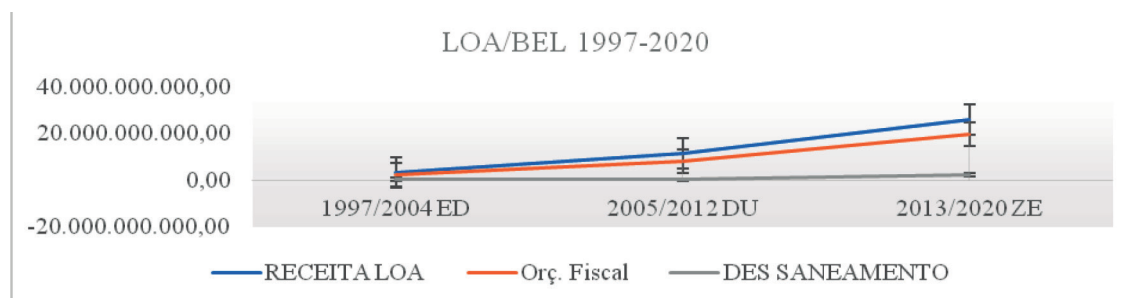
Figura 3 – Período 2013 a 2020



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas LOAS do período – CMB (2022).

Para conclusão desta análise, é interessante o espelhamento dos três períodos em análise, momento que possibilita perceber, na Figura 4, o crescimento da receita pública, acompanhada em escala pouco menor dos resultados do orçamento fiscal, considerando que se trata de período com 24 anos sequenciais.

Figura 4 – Consolidado Período Total 1997 a 2020



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas LOAS do período – CMB (2022).

Finalmente, em virtude dos reflexos nos gráficos anteriores, importa concluir pela constatação da existência de corresponsabilidade dos Poderes em tais resultados.

5. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em tudo exposto, no decorrer deste estudo, mais precisamente pós-pesquisa das LOAs, constatou-se que o fator que mais contribuiu para justificar a baixa efetividade da política de saneamento em Belém, no período em referência, foi a deliberação inassertiva do Legislativo.

No período pesquisado, os valores assentados, como investimentos em saneamento básico, expressos nas LOAs, possibilitaram constatar a insuficiência de recursos e por tempo tão significativo.

No sentido de neutralizar e resgatar a patamares similares ao da média nacional, em tese, o estabelecimento de Projeto de Emenda Constitucional, impositivo e temporário, constituído por aporte de recursos orçamentários dos três níveis federativos que atendam, efetivamente, ao regramento estabelecido.

Assim, por tudo posto, entendemos que os objetivos específicos deste estudo foram contemplados, considerando o referencial teórico apresentado não apenas sobre saneamento, mas ainda sobre a qualidade da tomada de decisão política (TEP) sobre o direcionamento dos recursos estabelecidos nas LOAs.

Em relação à hipótese estabelecida no trabalho, principalmente em virtude dos resultados da pesquisa realizada nas LOAs de Belém, no período referido, a consideramos confirmada.

Com base nas referências sustentadas pela TEP, as decisões, além do Executivo, em maior responsabilidade, recaem sobre o Legislativo Municipal, nos períodos estudados, deliberaram valores insuficientes em saneamento, tendo consciência do déficit histórico da capital paraense.

Urge salientar que este estudo não suplanta outras possibilidades de pesquisa, pelo contrário, é recomendada a amplitude das investigações em novos períodos.

PALAVRAS-CHAVE

Teoria da escolha pública; orçamento público; saneamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988].

BUCHANAN, J.; TULLOCK, G. **The calculus of consent**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1962.

CRUZ, A. A. B. R. **Teoria da escolha pública: uma visão geral de seus elementos sobre a ótica de Gordon Tullock em sua obra “Government Failure”**. Revista Virtu@l, Nova Lima, v. 9, p. 1-11, 2011.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SANTOS, L. A. dos. **Regulamentação das atividades de lobby e seu impacto sobre as relações entre políticos, burocratas e grupos de interesse no ciclo de políticas públicas: análise comparativa dos Estados Unidos e Brasil**. Brasília, DF, 2007.

SNIS. **Painel de informações sobre saneamento**. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

TRATABRASIL, Instituto. **Ranking do Saneamento 2023**. <https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2023/>.

TULLOCK, G.; SELDON, A.; BRADY, G. L. **Falhas de governo**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2005.

REFLEXOS SOCIOECONÔMICOS DAS RENÚNCIAS FISCAIS DO ESTADO DO PARÁ NOS MUNICÍPIOS PARAENSES

GT04 - Gestão Pública para o Desenvolvimento da Amazônia

*Antônio Carlos de Feitas Catete¹
Eduardo José Monteiro da Costa²*

INTRODUÇÃO

No contexto do federalismo fiscal brasileiro, o Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), o Imposto sobre a Propriedade de Veículos a Automotores (IPVA) e o Imposto sobre Transmissão *Causa mortis* e Doação (ITCD) são impostos arrecadados pelas unidades federativas. A regra constitucional de 1988 faculta aos entes federados concederem benefícios fiscais (isenção, redução de base de cálculo, anistia ou redução de alíquota de impostos). Ocorre, que como o produto da arrecadação dos impostos dos estados são compartilhados com os municípios, quando os estados concedem benefícios fiscais, reduz não apenas a sua arrecadação, mas, inclusive, as receitas dos municípios e alteram o ambiente econômico social. Portanto, a relevância deste estudo consiste em verificar os reflexos da política de renúncias de impostos adotada pelo estado do Pará no desenvolvimento econômico dos municípios paraenses.

OBJETIVOS

O objetivo deste artigo é analisar os impactos socioeconômicos das renúncias fiscais estaduais nos 16 municípios selecionados (Acará, Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Castanhal, Marabá, Marituba, Moju, Paragominas, Parauapebas, Primavera, Rio Maria, Santarém, Tailândia e Xinguara), no período de 2016 a 2020.

METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa é de caráter exploratório, posto ser a mais adequada, por fundar-se no uso de documentação indireta, mediante contato com planos e relatórios oficiais, Leis Orçamentárias Anuais (LOA), Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Planos Plurianuais (PPA) do estado e dos municípios selecionados, além de pesquisas bibliográficas.

Ademais, o critério de escolha dos municípios, sustentou-se na quantificação do volume de incentivos fiscais alocado nas respectivas unidades municipais, informado pelo Grupo de Trabalho da Secretaria de Estado da Fazenda do Pará (SEFA), instituído pela Portaria n° 393/2021 – GT-393 (PARÁ, 2021), para avaliar a política de incentivos fiscais no ano de 2020. Observou-se que esses municípios foram os que apresentaram maior volume de incentivos fiscais no ano-referência, tendo os incentivos fiscais beneficiado empresas localizadas em 42 municípios, dentre os 144 existentes no estado, e que em nos 16 municípios objeto do estudo, alocou-se 92% da totalidade dos incentivos fiscais.

¹ Mestre em Gestão Pública pelo NAEA/UFPa e Auditor Fiscal de Receitas Estaduais do Estado do Pará. E-mail: catete.pa@gmail.com

² Doutor em Economia pela UNICAMP e Professor da UFPa.

Finalmente, com o objetivo de subsidiar a análise escolheu-se o aporte institucionalista, uma escola de pensamento da Economia que vem nos últimos anos ascendendo em importância.

CONCLUSÃO

Quatro pontos conclusivos merecem atenção.

Em primeiro lugar, o primeiro dos reflexos da política de renúncias fiscais a ser avaliado é a geração de empregos, considerando que nos atos concessivos de incentivos fiscais, este item é cláusula pétrea. Quanto a esse item da pesquisa, pode-se afirmar, diante da ponderação entre, os empregos formais constantes do CAGED e a população municipal informada pela FAPESPA, que os índices de avaliação dos municípios objeto da pesquisa tiveram desempenho melhor que a média do índice do estado.

Em segundo lugar, a concessão de renúncias fiscais tem como argumento central o melhoramento do ambiente econômico, sendo a variação positiva do PIB a busca das políticas públicas. Em relação ao crescimento do PIB, a pesquisa apontou que os municípios objeto do trabalho apresentaram média de crescimento de 317%, enquanto a média do estado foi de 260%, no período entre 2007 e 2019.

O terceiro fator de avaliação da repercussão das renúncias fiscais nos municípios paraenses foi a evolução do IDH, este índice apresentou um crescimento de 70% nos municípios pesquisados, contra 56% da média do estado, portanto, o conjunto dos municípios incentivados ou beneficiados melhoraram o IDH em 25% a mais que os de todos o estado.

Finalmente, os resultados apresentados nos levam a inferir de que a política de renúncias, mesmo diante dos problemas expostos nesta pesquisa, sendo necessário que se envie esforços para a sua superação, contribuiu para a melhora da performance socioeconômica dos municípios onde se encontram jurisdicionados os contribuintes beneficiados por renúncias fiscais.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento regional; receita pública; renúncias fiscais do Pará.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam**: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. São Paulo: Campus, 2012.

ANDRADE, R. L.; MOTA, J. L. N. As teorias institucionais e a formação do estado brasileiro. **Revista Direito em Debate**, v. 27, n. 50, p. 64-74, 2018. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/7322>. Acesso em: 15 dez.2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp160.htm. Acesso em: 17 de julho de 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3203/2021**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2299134>. Acesso em 29 de janeiro de 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **Perfil do município**. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Acesso em: 15 dez. 2022.

CAVALCANTE, C. M. A economia institucional e as três dimensões das instituições. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 18, n. 3, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/8ksFHWdjFXPcNbYnQYsbYpM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2022.

- *CAVALCANTE, C. M. Commons e Veblen: da existência de uma unidade conceitual no âmbito do institucionalismo americano. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 18, n. 34, p. 56-72, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/17339/0>. Acesso em 30 de junho de 2022.
- *CHANG, H. J. **23 Coisas que não nos contaram sobre o capitalismo**. Tradução: Cláudia Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2013.
- *CHANG, H. J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo, SP: UNESP, 2004.
- *CHANG, H. J. Understanding the Relationship between Institutions and Economic Development - Some Key Theoretical Issues. Tradução: Daniel Negreiros Conceição. **Revista de economia heterodoxa**, v. 7, n. 10, 2008. Acesso em: 12 jun. 2022.
- *COSTA, E. J. M. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/Livro_APL.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.
- *COSTA, E. J. M. da. **Instituições, cultura e estado na Teoria de Douglass North**. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 24.; FÓRUM BANCO DO NORDESTE DE DESENVOLVIMENTO, 25., 2019, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza, 2019.
- COSTA, E. J. M. da. **Instituições, cultura e estado na Teoria de Douglas North**. [Niterói, RJ]: ANPEC, 2019.
- *COSTA, J. M. M. da. Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 Anos de Ação Federal. In: MENDES, Armando Dias (Org.). **A Amazônia e o seu Banco**. Manaus: Editora Valter; Banco da Amazônia, 2002.
- CUEVA, R. V. B.; FRAZÃO, A. **Compliance: perspectivas e desafios dos programas de conformidade**. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2018.
- FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS (FNP). **Anuário Multi Cidades: finanças dos municípios do Brasil**. Brasília, DF: FNP, 2022. V. 17. Disponível em: [Multimidia FNP - Multi Cidades - Ano 17/2022](#). Acesso em: 29 jan. 2022.
- FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PARÁ (FAPESPA). **Radar de indicadores das regiões de integração - 2019**. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/Menu/164>. Acesso em: 18 mar. 2022.
- GADELHA, S. R. de B. **Introdução ao federalismo e ao federalismo fiscal no Brasil**. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública, 2017. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3186/1/M%C3%B3dulo%201%20-%20Conceitos%20introdut%C3%B3rios%20sobre%20federalismo%20e%20federalismo%20iscal.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- *GALA, P. S. de O. S. A Teoria institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 89-105, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/Szh6qfj6sfzHQ7KP7b4vPfM/?lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2021.
- GOMES, N. Sá. **Teoria geral dos benefícios fiscais**. Lisboa: Centro de Estudos Fiscais, 1991.
- *GOMES, G. M.; VERGOLINO, J. R. **Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia (1960/1995)**. Brasília: IPEA, dezembro de 1997. Texto para Discussão, n. 533. Disponível em: repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2391/1/td_0533.pdf. Acesso em: 8 mar. 2022.

GOULARTI, J. G. **Política de renúncias fiscais do Estado do Pará**. Florianópolis: Insular, 2021.

*HIRSCHMAN, A. A. Generalized linkage approach to development, with special reference to Staples. **Economic Development and Cultural Change, Supplement**, Chicago, v. 25, 1977. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/3ae620fb008188da7f2d56ce58d0afaf/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1818697>. Acesso em: 8 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da população 2018**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018>. Acesso em: 18 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Demonstrativo do PIB elaborado com base em dados de Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 27 mar. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Presença do Estado no Brasil: federação, unidades e municipalidades**. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12329&Itemid=1. Acesso 18 de julho de 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

MARQUES, G. S. O Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966). In: TRINDADE, José Raimundo Barreto. **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a Spevea, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro**. Belém: Paka-Tatu, 2014. p. 61-95.

*NORTH, Douglass. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

OLIVEIRA, F. A. **Da A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil**. Brasil Debates, 1981.

OLIVEIRA, W. P. de; TRINDADE, J. R. B.; FERNANDES, D. A. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil. In: TRINDADE, J. R. B. **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a Spevea, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro**. Belém: Paka-Tatu, 2014. p. 97-123.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Relatórios Econômicos OCDE Brasil, 2018**. Disponível em: <http://www.oecd.org/economy/surveys/Brazil-2018-OECD-economic-survey-overview-Portuguese.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

PARÁ. **Lei nº 6.489, de 27 de setembro de 2002**. Disponível em: ps2021_00393.pdf (sefa.pa.gov.br). Acesso em: 23 abr. 2022.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda do Pará. **Portaria nº 393, de 21 de maio de 2021**. Disponível em: http://www.sefa.pa.gov.br/legislacao/interna/lei/lp2002_06489.pdf. Acesso em: 3 abr. 2022.

PARÁ (Estado). Secretaria de Planejamento do Estado do Pará. **Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2020**. Disponível em: https://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/lido/lido2020/lido_2020.pdf. Acesso em: 18 jul. 2020.

POMINI, A. Compliance sobre a perspectiva do governo: uma visão sobre a estrutura da Controladoria-Geral do Município de São Paulo e sua atuação no trabalho preventivo de combate à corrupção. In: CUEVA, Ricardo Vilas Bôas; FRAZÃO, Ana (coord.). **Compliance Perspectivas e desafios dos programas de conformidade**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2018.

*PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. *In*: BIELSCHOWSKY, R. (ed.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. São Paulo: Record, 2000. v. 1, p. 239 – 262. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1607/1/S33098N962Av1_pt.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB). **Demonstrativo dos gastos governamentais indiretos de natureza tributária bases efetivas**: ano calendário 2017 Série 2015 a 2020. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-ploa-2016.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2022.

*SANTOS, J. P. dos. **Do Extrativismo à Industrialização da Amazônia**: uma Análise Institucionalista-Pós-Keynesiana. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, A.; MONTEIRO NETO, A; GERARDO, J. C. **Dívidas estaduais, federalismo fiscal e desigualdades regionais no Brasil**: percalços no limiar do século XXI. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1889.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

TÔRRES, H.; QUEIROZ, M. E.; FEITOSA, R. J. **Direito tributário e processo administrativo aplicados**. São Paulo: Ed. Quartier Latin do Brasil, 2005. p. 645; 706.

TRINDADE, J. R. B.; OLIVEIRA, W. P. de. Conversão geopolítica e estratégia de desenvolvimento regional: a intervenção estatal na Amazônia brasileira a partir dos anos 1940. *In*: TRINDADE, J. R. B. **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia**: a Spevea, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro. Belém: Paka-Tatu, 2014b. p. 41-60.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PLANEJAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA INSTITUCIONAL

GT04 – Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Icaro Saraiva Laurinho¹

Bianca Suelem do Nascimento Franco²

Jean Patrick da Costa Souza³

Tadeu Junior de Castro Gonçalves⁴

1. INTRODUÇÃO

As discussões em torno do papel das instituições no desempenho econômico assumiram papel de destaque nos últimos anos, visando compreender as disparidades socioeconômicas entre as diversas economias locais, para tanto o arcabouço institucional surge como justificativa a insuficiência dos argumentos que derivam das teorias ortodoxas que buscam explicar as mudanças no cenário socioeconômico (SANTANA; BARRETO, 2016; PINHEIRO *et al.*, 2021; SAMPAIO, 2021; GALA, 2020).

A teoria institucional contribui para o entendimento dessa realidade à medida que provém elementos de compreensão sobre a estrutura e o funcionamento das organizações, a partir de regras, procedimentos e valores em dada realidade. Contudo, a Teoria Institucional destaca que as organizações operam para corresponder a um conjunto de normas e valores intangíveis no ambiente institucional a fim de alcançar a legitimidade das partes interessadas (BORGES; BORGES, 2021).

O desenvolvimento econômico e a capacidade da gestão pública refletem diretamente na alocação das políticas públicas. Assim, compreender a relação entre a capacidade da gestão pública implementar políticas públicas contribui diretamente para reconhecer as potencialidades de desenvolvimento do espaço (ANDREW *et al.*, 2011; SILVA; CRISÓSTOMO, 2019). Essa relação tem sido recorrentemente discutida nos últimos anos, especialmente no que se refere a identificar aspectos correlacionais desta relação (SILVA *et al.*, 2008).

A literatura aponta diversas influências na formação das instituições passadas e na permanência de outras, à medida que a construção institucional afeta o desenvolvimento econômico de um país, onde a qualidade institucional exerce um efeito positivo sobre o desempenho econômico (EASTERLY; LEVINE, 2002; PEREIRA *et al.*, 2011; SANTANA; BARRETO, 2016). Nesse contexto, os estudos sobre desenvolvimento institucional e econômico no cenário interno dos diversos países podem contribuir para melhorar o entendimento das questões levantadas pela literatura internacional no contexto das análises *cross-country*. (SANTANA; BARRETO, 2016; PANDE; UDRY, 2006). Nesse sentido, o estudo busca verificar a relação entre o planejamento municipal, diante dos processos que envolvem planejamento, e o do desenvolvimento econômico através de estatística correlacional.

2. METODOLOGIA

Diante do objetivo de obter uma *proxy* para mensurar o planejamento municipal criou-se um indicador a partir dos dados resultantes do questionário utilizado para formação do Índice da Efetividade da Gestão Municipal (IEGM). Para apresentação do desenvolvimento econômico municipal foi adotado o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do referido município.

O IEGM Brasil é um índice permanente que serve para proporcionar à sociedade uma visão da gestão pública sobre as dimensões extraídas da execução orçamentária dos municípios brasileiros. O IEGM mede a efetividade das gestões nos entes locais, a partir da coleta de dados declaratórios de cada ente, sendo esses dados considerados fruto da assinatura do Termo de Adesão à Rede de Indicadores Nacionais, firmado entre o Instituto Rui Barbosa e os Tribunais de Contas de cada estado da federação e do Distrito Federal (ARAÚJO *et al.*, 2021; TCE-SP, 2017).

Diante da indisponibilidade de dados no sítio eletrônico do TCM-PA e visando atender o objetivo da pesquisa, foi utilizado um corte transversal com dados referentes ao ano de 2019. Os dados sobre planejamento foram obtidos a partir do índice de efetividade da gestão, coletados nos meses de fevereiro e março de 2023. A sessão voltada para planejamento possui (36) perguntas, de modo que para alcance dos objetivos desta pesquisa foram excluídos (21) dessas. A fim de quantificar a análise binária adotou-se para cada resposta positiva, “sim”, foi atribuído um (1) ponto e, cada resposta negativa “não”, foi atribuído o valor zero (0), de modo que a nota referente a *proxy* planejamento será os somatórios dos pontos positivos, caracterizando-se como uma variável qualitativa ordinal.

A pesquisa utiliza PIB *per capita* como proxy para desenvolvimento econômico, validado pela literatura, onde os dados foram obtidos a partir do sítio eletrônico da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) onde a entidade disponibiliza diversas informações e indicadores para os 144 municípios do estado através do Anuário Estatístico do Pará.

Quadro 1 - Questionário resultante para a *proxy* de planejamento

1. O planejamento da prefeitura, para o ano de 2019, foi estruturado através de programas, indicadores, metas e ações?
2. Existe órgão ou servidor responsável pelo controle interno da Prefeitura com atribuições formalmente definidas e com a apresentação de relatórios periódicos?
3. O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo?
4. Existe equipe estruturada para realização do planejamento municipal (PPA, LDO e LOA)?
5. A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?
6. A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira?
7. A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor?
8. Há estrutura administrativa voltada para planejamento?
10. Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria?
11. Os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, recebem treinamento sobre planejamento?
12. Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade têm dedicação exclusiva para essa matéria?
13. Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento?
15. Além das audiências públicas, há levantamentos formais dos problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento?

Fonte: Elaborado pelos autores com base em TCM-SP (2017).

A análise dos *outliers* retirou (12) municípios da amostra. Posteriormente os dados foram colocados em rol com base na *proxy* de planejamento e dividida em três grupos, com (44) municípios cada. O teste de *Shapiro-Wilk* apontou que as distribuições, tanto dos grupos quanto do geral, não obedecem a uma distribuição semelhante à distribuição normal. Os agrupamentos estão descritos no quadro abaixo conforme quadro abaixo:

Quadro 2 - Descrição dos grupos analisados

Grupo	Descrição
Geral	Formado por todos os municípios da amostra
Grupo 1	Formado pelos municípios com maior nota em planejamento
Grupo 2	Formado pelos municípios com nota intermediária em planejamento
Grupo 3	Formado pelos municípios com menor nota em planejamento

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

3. Resultados e Discussão

A seguir é apresentada a análise descritiva do total de municípios estudados, após retirada de outliers, assim como é demonstrada a estatística correlacional entre as variáveis PIB *per capita* e a proxy de planejamento, através da correlação de Spearman conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Análise descritiva e correlacional

Estatísticas Descritivas da proxy de planejamento, usando (132) observações válidas.			
Média	8,9845	Enviesamento	-0,46431
Mediana	9,0000	Curtose Ex.	-0,56861
Mínimo	3,0000	Perc. 5%	4,6500
Máximo	13,000	Perc. 95%	12,000
Desv. Padrão	2,3472	Interv. IQ	4,0000
C.V.	0,26212		
Correlação de Spearman (Coeficientes)			
Geral	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
0,325224	0,205206	0,561380	0,414382
p-valor bicaudal 0,0001	p-valor bicaudal 0,1815	p-valor bicaudal 0,0001	p-valor bicaudal 0,0052

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A maioria das análises de correlação apresenta resultado estatisticamente significativo. Apenas a análise comparativa do grupo 1, grupo formado pelos municípios com maior nota em planejamento, não apresentou significância estatística. Isso sugere que os resultados, exceto para o grupo 1, são estatisticamente significativos e confiáveis. A análise dos coeficientes indica uma relação específica entre variáveis, e o valor positivo sugere uma correlação ou associação positiva, à medida que uma variável aumenta, a outra também tende a aumentar, adotando as definições de Levin e Fox (2010) pode-se interpretar que todas as análises estatisticamente significativas apresentam uma correlação moderada, de modo que corrobora a literatura atual sobre o tema.

A literatura aponta que a qualidade institucional exerce um efeito positivo sobre o desempenho econômico. De forma que políticas bem planejadas podem estimular o crescimento econômico, a produtividade e o investimento, levando a um aumento do PIB *per capita* ao longo do tempo. No entanto, deve-se ponderar as limitações estatísticas deste estudo, dado que a presunção de correlação não implica em causalidade.

No entanto, a relação entre PIB *per capita* e planejamento no setor público não é linear. Existem múltiplos fatores que podem afetar o crescimento econômico, e o planejamento bem-sucedido é apenas um deles. Fatores externos e não controláveis, como crises econômicas globais, também podem desempenhar um papel importante. Portanto, a relação entre PIB *per capita* e planejamento no setor público faz parte de um quadro mais amplo de desenvolvimento econômico e social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo aponta uma correlação positiva entre Desenvolvimento econômico e Planejamento Público Municipal, indicando que as características das instituições municipais é elemento crucial para se entender a diversidade de renda *per capita*, na figura de *proxy* para desenvolvimento municipal, entre os municípios. A análise dos coeficientes sugere uma correlação positiva, o que corrobora a literatura.

As contribuições deste estudo servem de embasamento para o desenvolvimento de políticas e planos governamentais consistentes e estáveis, a fim de fornecer um ambiente favorável para os negócios e investimentos. Possibilitando previsibilidade para os agentes econômicos, poderá elevar investimentos estrangeiros e nacionais, impulsionando o crescimento do PIB *per capita*, apesar desse estudo não apresentar uma relação causal. Para estudos futuros sugere-se novas análises estatísticas com as diversas possíveis variáveis associadas ao tema, além da possibilidade de desenvolvimento de análise qualitativa e triangulação de dados com os diversos atores envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREWS, R.; BOYNE, G. A.; WALKER, Richard M. Dimensions of publicness and organizational performance: A review of the evidence. **Journal of public administration research and theory**, v. 21, n. suppl_3, p. i301-i319, 2011.
- ARAÚJO, L. C. et al. Gestões Municipais no Brasil: um estudo a partir do Índice de Efetividade das Gestões Municipais-IEGM. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 20, p. e3137, 2021.
- BORGES, F. Q.; BORGES, F. Q. TEORIA INSTITUCIONAL: uma contribuição para a gestão pública do desenvolvimento. **Revista Ciências Humanas**, v. 14, n. 1, 2021.
- EASTERLY, W.; LEVINE, R. Tropics, germs, and crops: how endowments influence economic development. **Journal of monetary economics**, v. 50, n. 1, p. 3-39, 2003.
- GALA, P. A teoria institucional de Douglass North. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 23, p. 276-292, 2020.
- PANDE, R.; UDRY, C. Institutions and development: A view from below. **Yale University Economic Growth Center Discussion Paper**, n. 928, 2005.
- PEREIRA, A. E. G; NAKABASHI, L.; SACHSIDA, A. **Qualidade das instituições e PIB per capita nos municípios brasileiros**. Texto para Discussão, 2011.
- PINHEIRO, A. B.; COSTA, G. M.; SAMPAIO, T. S. L. Multinacionais em mercados emergentes: existem pressões institucionais para o desenvolvimento sustentável?. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 12, n. 2, p. 347-362, 2021.
- SANTANA, A. S.; BARRETO, R. C. S. Qualidade institucional e desempenho econômico: análise empírica dos municípios brasileiros, 2010. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 10, n. 2, p. 253-271, 2016.
- SILVA, C. R. M; CRISÓSTOMO, V. L. Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. **Revista de Administração Pública**, v. 53, p. 791-801, 2019.
- SILVA, M. G.; CÂNDIDO, G. A.; MARTINS, M. F. Método de construção do índice de desenvolvimento local sustentável: uma proposta metodológica e aplicada. **Revista Brasileira de Produtos Agroindustriais, Campina Grande**, v. 11, n. 1, p. 55-72, 2009.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Índice de Efetividade da Gestão Municipal (2017). Disponível em: <https://www4.tce.sp.gov.br/6524-índice-aponta-efetividade-gestao-mais-4-mil-municipios-brasil>. Acesso em: 06 out. 2023

AValiação DO NÍVEL DE GOVERNANÇA EM UMA UNIDADE HOSPITALAR: ESTUDO DE CASO DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

GT04 – Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Rosane Gomes Rosado¹
Marina Toma²
Rosana Pereira Fernandes³

1 INTRODUÇÃO

No Estado contemporâneo, a governança, devido ao seu conceito polissêmicos e difuso, possui várias possibilidades de aplicação e perspectivas de observação (Meza; Moratta; Groschupf; Roschupf, 2016), e configura-se como mudança de comportamento das organizações (Mazalli; Ercolin, 2018) e realinhamento da gestão (Martins; Marini, 2010). O tema consolidou-se após a II Guerra Mundial e estudos sobre *Good Governance* foram introduzidos por organismos internacionais, direcionados ao controle e à difusão de boas práticas (Olivieri; Nestlener; Paiva Júnior, 2018), visando à eficiência, eficácia e efetividade das ações governamentais (Brasil, 2020; Cavalcante; Pires, 2018a).

O Tribunal de Contas da União (TCU) é o incentivador da política de governança no Brasil e o decreto federal nº 9.207/2017 a define como um “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”. Este é o conceito que norteia a presente pesquisa, uma vez que o Sistema Único de Saúde (SUS) opera com um modelo de governança colaborativa (Brasil, 2018a).

No cenário paraense, a Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA), com personalidade jurídica de direito público, é referência em políticas públicas direcionadas à saúde da mulher e da criança. Em seu processo de aprimoramento da gestão, obteve o certificado de qualidade da Organização Nacional de Acreditação (ONA) II, pressupondo-se que realize boas práticas de governança. Diante dessa hipótese, a pesquisa objetiva avaliar os resultados das ações de governança em saúde na FSCMPA, mediante a mensuração das boas práticas de governança. Para tanto, adaptou-se a metodologia do Guia de Governança em Saúde aplicável às secretarias e conselhos de saúde (Brasil, 2018a) para avaliar unidades hospitalares; e testou-se a aplicabilidade desse instrumento na FSCMPA com a avaliação dos mecanismos de liderança, estratégia e controle partir da auto avaliação dos níveis estratégico e tático.

2 METODOLOGIA

Dentre os diversos trabalhos publicados pelo TCU, o Guia de Governança e Gestão em Saúde (2018), aplicável às secretarias e aos conselhos de saúde, apresenta uma metodologia de avaliação para aprimorar o funcionamento do SUS, que opera com um modelo de governança colaborativa (Brasil, 2018a; 2018c). A pesquisa foi desenvolvida na FSCMP, hospital certificado como Hospital de Ensino pela Portaria Interministerial MS/MEC nº 2.378/2004, com capacidade instalada de 486 leitos referenciados em média e alta complexidade em saúde. Atende exclusivamente o SUS e presta assistência aos 144 municípios paraenses.

¹ Mestra em Gestão Pública, Universidade Federal do Pará/NAEA. E-mail: rosane.rosado@gmail.com.

² Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará/NAEA. E-mail: yassuko@ufpa.br.

³ Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará/NAEA. E-mail: rosafer@uol.com.br.

A metodologia configura-se como Estudo de Caso, com caráter descritivo e exploratório, e abordagem quantitativa e qualitativa. O procedimento técnico adotado foi a aplicação de questionário de autoavaliação, direcionado a 68 servidores, dos quais 13 pertencem ao nível estratégico da organização e 55 ao nível tático. O questionário foi elaborado a partir dos documentos: a) novo Referencial Básico de Governança Organizacional do TCU; b) Manual Brasileiro de Acreditação para Organizações Prestadoras de Serviços de Saúde (ONA); c) Guia de Governança e Gestão de Saúde; e, d) questionário do Índice de Governança e Gestão (IGG).

O tratamento dos dados apoiou-se nas médias aritmética simples e ponderada, segundo o cálculo matemático de Barbetta (1998), com definição dos seguintes níveis classificatórios: Expressivo - 0 a 14,99%; Iniciando – 15 a 39,99%; Intermediário – 40 a 70%; Aprimorado – 70,10 a 100%.

O questionário foi dividido três blocos, para cada mecanismos de Governança: Liderança, Estratégia e Controle, desdobrados em grupos de perguntas relacionadas às boas práticas, com atribuição de valores numéricos às respostas, resultando no Índice de Maturidade de Governança para cada mecanismo e para a FSCMPA.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a literatura, os mecanismos Liderança, Estratégia e Controle são formados por três, cinco e duas boas práticas, respectivamente, consideradas essenciais ao exercício da boa governança. O Quadro 1 apresenta a avaliação para cada nível (estratégico e tático) que resultou na classificação para cada uma delas.

Quadro 1 – FSCMPA: Avaliação das boas práticas e respectivos níveis de maturidade

Práticas de Liderança	Nível Estratégico	Nível Tático	Nível Institucional	Classificação
L1 Promover a Capacidade de Liderança	64,58%	78,13%	71,36%	Aprimorado
L2 Promover a Integridade	83,73%	60,96%	72,34%	Aprimorado
L3 Estabelecer o Modelo de Governança	80,00%	61,33%	70,67%	Aprimorado
E.1 Gerir Riscos	90,83%	74,49%	82,66%	Aprimorado
E.2 Estabelecer a Estratégia	100,00%	83,26%	91,63%	Aprimorado
E.3 Promover a Gestão Estratégica	84,76%	70,86%	77,81%	Aprimorado
E.4 Monitorar o Alcance dos Resultados Organizacionais	82,22%	71,96%	77,09%	Aprimorado
E.5 Monitorar o Desempenho da Gestão	86,46%	71,40%	78,93%	Aprimorado
C.1 Assegurar a Efetividade da Auditoria Interna	37,14%	65,73%	51,43%	Intermediário
C.2 Garantir a <i>Accountability</i>	87,50%	73,94%	80,72%	Aprimorado

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Os resultados sintéticos para os mecanismos de governança estão dispostos no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – FSCMPA: demonstrativo da apuração do percentual da governança

Mecanismos de Governança	Nível Institucional	Critério de Maturidade Alcançado
Liderança	71,46%	Aprimorado
Estratégia	81,62%	Aprimorado
Controle	66,07%	Intermediário
ÍNDICE DE GOVERNANÇA	0,7387	
NÍVEL DE MATURIDADE	Aprimorado	

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

No mecanismo Liderança, os resultados apontam que os critérios para a assunção de cargos nem sempre são considerados; o Plano Anual de Capacitação não está implementado e o Regimento Interno está desatualizado; o código de ética funciona, mas ainda não está totalmente incorporado às práticas organizacionais; e o canal de denúncias, apesar de implantado, não está consolidado; de modo que a FSCMPA não possui uma estrutura de governança formalizada e interligada, ocasionando assimetrias no processo decisório.

No mecanismo Estratégia, os resultados apontam que a avaliação dos indicadores não está sendo utilizada em sua totalidade para a tomada de decisão; é necessário fortalecer o planejamento na esfera operacional e melhorar a capacidade de atuação conjunta da FSCMPA com as secretarias estadual e municipais de saúde; a gestão orçamentária precisa dar transparência e conhecimento às prioridades locais e setoriais e observar os custos operacionais; e o ensino/pesquisa necessitam incorporar seus resultados aos objetivos estratégicos.

No mecanismo Controle, é necessário estruturar o controle interno e a auditoria interna e, embora todos os relatórios anuais de gestão sejam publicados e disponibilizados, os critérios para disponibilizar, atualizar e monitorar as informações não são validados e atualizados com periodicidade. Recomenda-se implantar mecanismos para tratamento dos dados e informações, bem como divulgar e atualizar a Carta de Serviços aos usuários, com informações claras e precisas sobre cada serviço. Recomenda-se que sejam realizadas pesquisas de avaliação do grau de satisfação das partes interessadas (usuários, familiares, servidores e fornecedores, dentre outros).

4 CONCLUSÕES

A pesquisa aponta bons níveis de maturidade de governança na FSCMPA, posicionando-a em um Índice de 73,87% - estágio Aprimorado. No entanto, no mecanismo Liderança, os resultados apontam a necessidade de fortalecer o código de ética e desenvolver um modelo efetivo de canal de denúncias, estimulando o registro de ocorrências; e na Estratégia, cujos pontos fortes são a gestão da qualidade e da gestão de riscos estruturadas, a tecnologia da informação interligada por meio do prontuário eletrônico e o planejamento estratégico consolidado, é necessário fortalecer o alinhamento à estratégia geral e os processos de gestão risco. O mecanismo Controle, com o menor índice de amadurecimento, apresenta fragilidade da auditoria interna, recomendando-se sua estruturação, com definição de objetivos e metas complementares ao controle interno, bem como adoção de normas e procedimentos contra fraudes e corrupção.

Conclui-se que a pesquisa alcançou seu objetivo e deixa como contribuição três produtos para a FSCMPA: a) a análise do cenário da governança com a produção de informações que podem melhorar a capacidade de agir dos gestores; b) recomendações que podem servir de instrumentos transformadores dentro da organização, reverberando para o sistema de governança colaborativa do SUS; e, c) um instrumento de aplicação (produto final - questionário) que pode ser aplicado com periodicidade de forma a apurar a melhoria dos níveis de maturidade de governança apontados nessa pesquisa.

5 PALAVRAS-CHAVE

GOVERNANÇA; AVALIAÇÃO; SAÚDE.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Cartilha de governança corporativa**: fortalecendo a política de Governança nas Instituições Financeiras de Pequeno e Médio Porte. São Paulo: ABBC, 2009.

BARBETA, P.A. Construção de modelos para médias e variâncias na otimização experimental de produtos e processos. Tese (engenharia de produção). Florianópolis, 1998.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública**. Brasília, DF: TCU. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014a.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Guia de governança e gestão de saúde**: aplicável a Secretarias e Conselhos de Saúde. Brasília, DF: Secretaria de Controle Externo da Saúde, 2018a.

BRASIL. TCU - Tribunal de Contas da União. **Estrutura para a compreensão dos dados do IGG 2018**. [Brasília]: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado, 2018b.

BRASIL.Casa Civil da Presidência da República. **Guia da política de governança pública**. Brasília, DF, 2018c.

BRASIL. TCU - Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU**. Brasília, DF: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado, 2020.

BRASIL. TCU - Tribunal de Contas da União. Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado. **Perfil de Governança e Gestão Pública**: Ciclo. Brasília, DF, 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A Reforma da administração pública. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 269–294.

CAVALCANTE, P.; PIRES, R. R. C. Governança pública: das prescrições formais à construção de uma perspectiva estratégica para a ação governamental. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Brasília, DF, v. 1, p. 19-15, 2018b. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8958/1/bapi_19_cap_02.pdf. Acesso em: 11 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5ª.ed. São Paulo: [IBGC], 2015.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of financial economics**, v. 3, n. 4, p. 305–360, 1976.

LEVI-FAUR, D. **“Big government” to “big governance”**. New York: D. The Oxford Handbook of Governance, 2012.

MARTINS, H. F.; MARINI, C. **Um guia de governança para resultados na administração pública**. Brasília, DF: Publix, 2010a.

MATIAS-PEREIRA, J. A Governança corporativa aplicada ao setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 2, n.1, p. 109–134, 2010b.

(MAZALLI; ERCOLIN, 2018)

MEZA, M. L. F. G.; MORATTA, N. G.; GROSCHUPE, S. L. B. Governança Pública. In: OLIVEIRA, A. G.; PISA, B. J.; AUGUSTINHO, S. M. (org.). **Gestão e governança pública**: aspectos essenciais. Curitiba: UTFPR, 2016. p.137-194.

NARDES, J.A.R.; ALTOUNIAN, C.S.; VIEIRA, L. A. G. **Governança pública**: o desafio do Brasil. 3ª. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

OLIVIERI, C; NESTLENER, J.; PAIVA JUNIOR, P. C. A. Governança, Governança Corporativa e Governança Pública: os diferentes debates de um conceito em construção. **REA - Revista Eletrônica de Administração**, Franca, v. 17, n. 2, p. 230-247, jul./dez. 2018.

PALUDO, A. C.; PUTZ, R. B. Z.; FARAH JUNIOR, M. F. F. Governança corporativa. In: OLIVEIRA, A. G.; PISA, B. J.; AUGUSTINHO, S. M. (org.). **Gestão e governança pública**: aspectos essenciais. Curitiba: UTFPR, 2016. p.105-134.

SAMPAIO, J. R. C. **A emergência do conceito saúde global**: perspectivas para o campo da saúde coletiva. Orientadora: Miriam Ventura Silva. 2013. 44 f. Monografia (Bacharelado em Saúde Coletiva) - Instituto de Estudos em Saúde coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

GARIMPO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL DESCENTRALIZADO, O CASO DE ITAITUBA (PA)

GT04 – Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Igor de Lima Basílio-Silva¹

1. INTRODUÇÃO

A atividade de extração mineral em Itaituba data do final da década de 1950. Em quase 70 anos as intervenções do Governo Federal sobre esta atividade oscilaram entre o incentivo, a regulação e a repressão. Aos Estados cabia o licenciamento ambiental provendo quando muito legislação suplementar. Em 2011 a Lei Complementar nº 140 estabeleceu a distribuição de competência entre os entes federados, o que viabilizou o licenciamento ambiental por municípios.

A demanda pelo licenciamento ambiental local era um pleito antigo dos mineradores, tanto pelos custos que dispendiam para obter licença ambiental em Belém, na Secretaria Estadual de Meio Ambiente, quanto pela morosidade no trâmite processual. Havia consenso entre o executivo municipal e o empresariado de que o licenciamento municipal seria favorável à atividade econômica e ao município; agilizando a regularização de garimpos e promovendo um controle ambiental e fiscal. Entretanto, a realidade indica a persistência do garimpo ilegal. Tal inconformidade leva à evasão fiscal (MPF, 2020) e ao aumento dos impactos ambientais (MANZOLLI *et al.* 2021).

A perda na arrecadação de tributos ligados ao ouro ocorre num contexto de forte valorização do preço deste metal, o que torna atrativa a garimpagem (Instituto Escolhas, 2023) e ao mesmo tempo pressiona áreas florestadas com degradação ambiental. Itaituba está entre os 20 municípios do país com maior desmatamento no primeiro semestre 2023 (4.345 ha.), segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais² e concentra a maior área de garimpo do Brasil com 57.215 ha. (MAPBIOMAS, 2022).

Os dados aqui apresentados analisam as implicações da municipalização do licenciamento ambiental de garimpos a partir de julho de 2012, quando foram expedidas as primeiras licenças municipais, até 2019 antes da eclosão da COVID-19.

2. METODOLOGIA

A fim de se obter as áreas licenciadas por Itaituba foram delimitadas por meio geoprocessamento (*software* ArcMap 10.8) as áreas de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG) e de requerimento de PLG incidentes no município. Esses dados vetoriais foram obtidos no banco de dados SIGMINE da Agência Nacional de Mineração (ANM). A partir da tabela de atributos dos vetores geoespaciais – onde estão as informações do processo minerário – foram selecionados todos os processos cuja última tramitação remontava a julho de 2012. Antes, todas as licenças ambientais com origem em Itaituba haviam sido emitidas pelo governo estadual. Assim, foram selecionados todos os processos minerários de PLG com movimentação processual entre 2012 e 2019. Foram analisados ainda todos os processos de Requisição de Lavra Garimpeira tramitados

¹ Bacharel em Geologia, UFPA, igor.basilio-silva@icmbio.gov.br.

² Inpe diz que 20 cidades concentram metade dos alertas de desmatamento na Amazônia. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/inpe-diz-que-20-cidades-concentram-metade-dos-alertas-de-desmatamento-na-amazonia/>. Acesso em: 16/09/2023.

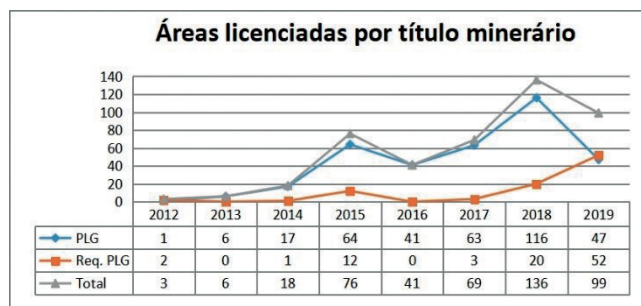
no mesmo período, pois alguns obtiveram licença ambiental, mas ainda aguardavam deliberação final da ANM. As tramitações podem ser vistas no site da própria Agência.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na área do município de Itaituba havia 774 títulos minerários de PLG. Entre 2012 e 2019 foram identificados 355 títulos minerários com o primeiro licenciamento conduzido pelo município de Itaituba, desde que lhe foi outorgada a capacidade de gerenciamento de licenças. Recobriam ainda a área do município 9.172 requerimentos de permissão de lavra garimpeira. Foram analisados todos os requerimentos movimentados a partir de 2012, que poderiam ter recebido licença de operação, mas por razões alheias ao licenciamento ambiental, não evoluíram à lavra garimpeira. Identificou-se apenas 90 requerimentos de PLG que receberam licença ambiental e que até 2019 ainda não haviam recebido a outorga de lavra garimpeira.

A emissão de licenças ambientais é condicionada pela ênfase com que a gestão municipal dá a este tema. O espaço temporal 2012-2019 enfeixa parcialmente três gestões municipais diferentes. No triênio 2017-2019 houve um avanço significativo na emissão de licenças para garimpo (Gráfico 1). Nota-se inclusive que o ritmo de emissão de licenças para garimpo foi superior ao de análise dos requerimentos pela ANM. Em 2019, foram registradas 99 licenças de operação na ANM para requerimentos de lavra garimpeira, 47 requerimentos evoluíram à lavra garimpeira, 52 ainda aguardavam deliberação da Agência de Mineração.

Gráfico 1. Evolução do número de áreas licenciadas por ano.



Embora seja expressivo o quantitativo de áreas licenciadas, a Secretaria de Meio Ambiente de Itaituba tem emitido, geralmente, apenas uma licença de operação por empreendedor. Assim, os requerimentos são reunidos em um único processo de licenciamento, especialmente se são áreas contíguas. Fazendo-se um recorte do número de licenças vinculadas a solicitantes individuais, há uma redução no número de autorizações ambientais emitidas (Gráfico 2).

Gráfico 2. Concentração de licenças indica concentração de vários títulos minerários em poucos empreendedores.



Os requerimentos são majoritariamente propostos por pessoas físicas, geralmente solicitando diversas áreas de 50 ha, o que provoca uma maior demanda de análise pelo órgão ambiental; enquanto requerimentos solicitados por cooperativas compreendem áreas maiores, atendem a vários cooperados e são registrados em nome da pessoa jurídica da cooperativa (Gráfico 3).

Gráfico 3. Prevalência de empreendedores individuais na atividade de mineração.



Resta claro que a municipalização do licenciamento provocou um aumento das emissões de licenças de operação, ainda que recente. Houve também maior procura de mineradores individuais entre 2018-2019 pelo licenciamento, superando a regularização em anos anteriores. Essa rápida expedição de licenças atendeu a uma das demandas do público minerador, entretanto não foi suficiente para coibir impactos ambientais.

No período de 2017 a 2019 a elevação do preço do ouro e a maior celeridade na expedição de licenças foram fatores que impulsionaram o aumento da atividade garimpeira e a consequente aumento da arrecadação de tributos. Nessa fase de bonança foram licenciadas duas vezes mais áreas de PLG do que no período 2012-2016. Apesar do aumento de licenças emitidas, ainda se observam extensas áreas de garimpagem sem qualquer legalidade. Essas áreas irregulares encontram-se por vezes ladeadas de PLG que não apresentam qualquer atividade de extração mineral (MANZOLLI *et.al.* 2021). Essa situação, para além do descontrole ambiental, indica uma possível fraude na comercialização de minérios e consequente diminuição no recolhimento de tributos.

A imbricação das licenças ambientais com o licenciamento mineral torna mais complexa a gestão ambiental. A licença de operação é o primeiro elo que garante a origem lícita do mineral extraído. A sua admissão no processo de permissão lavra garimpeira é obrigatória. Se a PLG é outorgada, tem validade de cinco anos e passa a ser o documento de referência para comercialização do ouro. Torna-se um selo de licitude na cadeia de custódia do bem mineral. O aumento da capacidade de atendimento de solicitações de licença de operação, vista como mera etapa burocrática, sem o efetivo monitoramento do que se passa nas áreas licenciadas, acaba por manter práticas que ocorriam antes de regularização ambiental.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando implementado o licenciamento local trouxe não só autonomia administrativa aos municípios, mas os incumbiu da responsabilidade de gerir a qualidade ambiental dos seus territórios. Inicialmente houve uma baixa adesão à regularização ambiental, repetindo-se as críticas, antes dirigidas ao órgão de meio ambiental estadual. Essa frustração de expectativa é uma consequência da colisão entre normativas ambientais restritivas e uma atividade que por longos anos não teve qualquer controle ambiental.

A simples emissão de licenças de operação não garante a qualidade ambiental do município, tampouco é possível atribuir a elas o aumento de arrecadação de tributos. Para se obter informações mais acuradas sobre esses dois atributos é necessária uma melhoria na gestão ambiental a fim de coibir fraudes. A premissa é um efetivo monitoramento das operações licenciadas, verificando-se a evolução nos trabalhos de campo, a aquiescência a normas e o respeito às condicionantes ambientais. Sendo o licenciamento ambiental parte do licenciamento mineral, deve haver maior integração entre os entes licenciadores e a ANM. Um sistema de monitoramento periódico do avanço das frentes de lavra poderia ser compartilhado

entre esses órgãos: sejam as secretarias de meio ambiente informando o início das frentes de lavra, cabendo à Agência categorizar as PLG entre ativas e inativas, seja a ANM bloqueando as PLG inativas para comercialização, enquanto não se iniciassem os trabalhos de lavra.

Cabe não só ao poder público municipal dar maior eficiência às licenças ambientais, mas a todos os entes envolvidos na regulação de bens minerais.

5. PALAVRAS-CHAVE

Licenciamento ambiental; Descentralização; Garimpo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INSTITUTO ESCOLHAS. **Abrindo o livro caixa do garimpo**. Sumário executivo. São Paulo: Instituto Escolhas, 2023, 11 p.

MANZOLLI, Bruno; RAJÃO, Raoni; BRAGANÇA, Ana Carolina Haliuc; OLIVEIRA Paulo de Tarso Moreira; ALCÂNTARA, Gustavo Kenner de; NUNES Felipe; SOARES FILHO, Britaldo. **Legalidade da produção de ouro no Brasil**. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2021, 45 p.

MAPBIOMAS. **Mineração no Brasil 1985-2021**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2022/09/23/916-da-area-garimpada-no-brasil- ficam-no-bioma-amazonia/>. Acesso em 16/09/2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Mineração ilegal de ouro na Amazônia: marcos jurídicos e questões controversas**. Brasília: MPF, 2020, 259 p. (Série Manuais de Atuação v. 7).

O GASTO PER CAPITA EM SAÚDE NO MUNICÍPIO DE BELÉM: UMA ANÁLISE COMPARADA COM AS CAPITAIS DO BRASIL

GT04 - Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Paulo Aguiar de Andrade Lima Neto¹

1 INTRODUÇÃO

Nesses mais de 20 anos da CF, o Sistema Único de Saúde (SUS) consolidou-se como uma das mais importantes políticas sociais do Estado brasileiro, sob responsabilidade da União, dos estados e dos municípios. Falta, porém, evoluir o debate e construir um novo modelo de financiamento capaz de dar sustentabilidade ao sistema, de suportar as pressões de custos e evitar a obsolescência da rede de atendimento. São necessários mais recursos públicos e, simultaneamente, garantir mais saúde com o mesmo dinheiro.

O financiamento das ações e serviços públicos do total de recursos financeiros, que os municípios detêm para aplicar aos serviços e ações com saúde, provém de orçamentos próprios e transferências intergovernamentais dos estados e da União. A administração dos recursos com saúde concentra-se na captação, na aplicação e na distribuição eficiente do necessário para satisfazer aos anseios da população e aos objetivos e metas, aos quais se propõe (SANTOS, 2006).

Em outras palavras, os planos de saúde, incentivados pelo governo, cobrem as doenças de menor custo uma vez que ocorra uma intercorrência mais grave, como uma neoplasia ou a necessidade de um transplante, a cobertura dos planos aprovados mais simples não acontece, onerando o SUS, o qual, por sua vez, não é ressarcido. Esse sistema visa favorecer o capital privado em detrimento do sistema público. Resumindo, vários atores obtêm vantagens e somente um perde, a maior parte da população brasileira: aquela situada nos estratos inferiores de renda familiar (OCKÉ-REIS, 2007; BAHIA, 2008; 2017).

Esse desenho enseja a discussão sobre o caráter da gestão pública pelas secretarias de saúde dos municípios e das estratégias necessárias para uma região metropolitana interligada, com gastos adequados para suas necessidades. A avaliação da qualidade do gasto, ou a adequação destes às necessidades da população, constitui pré-requisitos para o avanço desta discussão, pois a promoção da cidadania de parcela significativa da população depende da eficiência do setor público na provisão adequada de ações e serviços de saúde.

2. METODOLOGIA

O método científico de interpretação adotado, nesta dissertação, busca ser crítico e reflexivo. Dentre os princípios e elementos de análise, destacam-se: contradição, conflito, tese, antítese, síntese, totalidade, quantidade, qualidade, essência e aparência. Para a análise, portanto, pensa-se em conceber uma reflexão dialética sobre os recursos públicos com vistas à qualidade da saúde pública.

A dialética é um método de interpretação através do qual se visualiza a contraposição de elementos conflitantes e permite compreender o papel desses elementos em um fenômeno. Permite, ainda, ao

¹ Graduado em Direito pelo Centro de Estudos Superiores do Pará (CESUPA), com especialização em Gestão de Cidades e mestrado em Gestão Pública pela Universidade Federal do Pará (UFPA), e-mail: paulo.aguiar_@hotmail.com.

pesquisador confrontar enunciados tomados como “verdades” com outras realidades e teorias para se obter uma nova conclusão, uma nova apreensão do objeto. Por isso, a dialética conduz à análise do objeto de forma não estática, contextualizando-o na dinâmica histórica, cultural e social (THALHEIMER, 1979).

Sendo o objeto de estudo a análise de gastos na saúde, o método dialético incide em estruturar a incorporação que ocorre, ou seja, da negação da negação, para se iniciar uma nova afirmação. Em suma, trata-se de um debate de ideias diferentes, chegando a uma conclusão a partir desses pensamentos diversos que se tornam um novo conceito, que pode ser contrariado novamente. Se a qualidade na saúde existe, verificar o oposto está na afirmação da negação, obtendo-se um resultado novo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi feita uma pesquisa em nível nacional, pelo Conselho Regional de Medicina do estado do Paraná, que descobriu que municípios e estados ampliaram seus gastos com saúde, especialmente a partir dos anos 2000, com o estabelecimento da Emenda Constitucional nº 29 (BRASIL, 2000), que vinculou os recursos da saúde às suas receitas (12% para estados e 15% para municípios). Em 2008, as prefeituras assumiam 29% do gasto público total, percentual que, em 2019, alcançou 31,3%. No mesmo intervalo, os estados respondiam por 27,6% das despesas, percentual que caiu para 26,3% no ano passado (PARANÁ, 2020, s/p). “No caso da União, essa vinculação, que, na década de 1990, chegou a ser responsável de 75% da participação do Estado com o gasto sanitário total, no período analisado se manteve em torno de 43%” (PARANÁ, 2020, s/p)

Nos últimos doze anos, só as despesas das capitais com recursos próprios aumentaram 52%, passando de 15,2 bilhões de reais, em 2008, para 22,9 bilhões, em 2019 (PARANÁ, 2020). No ranking, o destaque positivo do ano passado recai sobre Teresina (PI), com um valor correspondente a R\$ 703,76 per capita no ano. Na sequência, aparecem São Paulo (SP), com R\$ 673,71; Vitória (ES), com R\$ 667,70; Campo Grande (MS), com R\$ 615,94; e Cuiabá (MT), com R\$ 596,97 (SILVEIRA, 2020).

De acordo com dados da Tabela 1, os piores desempenhos foram registrados em Macapá (AP), com R\$ 173,74; em Rio Branco (AC), com R\$ 255,76; em Salvador (BA), com R\$ 275,56; em Belém (PA), com R\$ 301,72; e em Maceió (AL), com R\$ 316,64. Considerando-se as 26 capitais, à exceção de Brasília, que possui uma especificidade administrativa que não permite este cálculo, a média nacional ficou em R\$ 490,72 per capita aplicados, pelas prefeituras, em ações e em serviços de saúde. Além dos cinco municípios com pior desempenho, já citados, outros 13 não conseguiram superar este parâmetro, entre as capitais.

Tabela 1 – Brasil: despesas com ações e com serviços públicos de saúde nas capitais estaduais (2019)

Estado	Capital	Gasto per capita
Acre	Rio Branco	R\$ 255,76
Alagoas	Maceió	R\$ 316,64
Amapá	Macapá	R\$ 173,74
Amazonas	Manaus	R\$ 337,26
Bahia	Salvador	R\$ 275,56
Ceará	Fortaleza	R\$ 419,09
Espírito Santo	Vitória	R\$ 667,70
Goiás	Goiânia	R\$ 403,17
Maranhão	São Luís	R\$ 364,29
Mato Grosso	Cuiabá	R\$ 596,97
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	R\$ 615,94
Minas Gerais	Belo Horizonte	R\$ 519,05
Pará	Belém	R\$ 301,72

Paraíba	João Pessoa	R\$ 336,34
Paraná	Curitiba	R\$ 514,63
Pernambuco	Recife	R\$ 390,18
Piauí	Teresina	R\$ 703,76
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	R\$ 486,68
Rio Grande do Norte	Natal	R\$ 407,52
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	R\$ 442,05
Rondônia	Porto velho	R\$ 349,73
Roraima	Boa Vista	R\$ 381,92
Santa Catarina	Florianópolis	R\$ 513,22
São Paulo	São Paulo	R\$ 673,71
Sergipe	Aracaju	R\$ 381,00
Tocantins	Palmas	R\$ 413,41
Médias das capitais		R\$ 490,72

Fonte: Silveira (2020)

Cerca de 2.200 municípios brasileiros gastaram menos do que R\$ 365,00 na saúde de seus habitantes, durante todo o ano de 2019. Segundo a análise do CFM, o valor médio aplicado pelos gestores municipais com recursos próprios em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) alcançou quase R\$ 442,00 per capita naquele ano.

O levantamento mostra, por exemplo, que os municípios menores (em termos populacionais) arcam proporcionalmente com uma despesa per capita maior. Em 2019, as prefeituras das cidades com menos de cinco mil habitantes gastaram R\$ 809,25 na saúde de cada cidadão, em média — quase o dobro da média nacional. Além disso, os municípios das regiões Sul e Sudeste foram os que apresentaram maior participação no financiamento do gasto público em saúde, consequência, principalmente, de sua maior capacidade de arrecadação.

Quase dois terços dos 164,4 bilhões de reais aplicados pelas cidades brasileiras em saúde no ano de 2019 saíram dos cofres das próprias prefeituras, evidenciando o que especialistas consideram uma crescente “municipalização” dos serviços nesta área. Dados compilados pelo Observatório de Informações Municipais (OIM) indicam que, no ano de 2020, 34,96% do montante gasto pelos municípios em saúde veio de transferências da União e 3,28%, dos estados (CARRO, 2020).

Evidencia-se, como resultado, uma equação cruel: quanto menor é o gasto per capita em saúde, pior é o acesso aos serviços. Outra face da desigualdade ocorre no interior das metrópoles, pois, em decorrência do modelo de urbanização brasileiro, uma parte importante da população que vive nestas cidades não tem acesso aos serviços e aos bens que o Estado deveria proporcionar, o que levou Milton Santos (1987) a cunhar a expressão “cidadãos incompletos”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No modelo federativo brasileiro, em que o município é um ente federado autônomo, semelhantemente aos estados e à União, torna-se impossível pensar em autonomia regional, sem que a chamada região de saúde possua instrumentos efetivos para exercer a integração do sistema. É por meio do fortalecimento das regiões de saúde, colocando os serviços existentes na região em rede, com eficiência, com economia de escala e com escopo, sendo facilitado o acesso e atingindo o máximo de integralidade nas localidades de

prestação de serviços, que a regionalização do sistema poderá ser o caminho para o estabelecimento de um SUS realmente nacional.

Sugerem-se planejamentos integrado, estratégico e situacional, assim como a aposta em orçamentos participativos, como formas de eliminar ou minimizar as discrepâncias existentes entre os municípios da RMB, visando suprir suas necessidades, tanto em recursos financeiros para as ações de saúde quanto em tecnologias de aperfeiçoamento da gestão, observando o melhor emprego dos recursos disponíveis. Recomenda-se, ainda, aperfeiçoar os sistemas de informações, mormente em relação aos gastos indiretos do estado nos municípios.

5. PALAVRAS-CHAVE

Planejamento urbano; Direito à saúde; Financiamento em saúde; Políticas Públicas; Região Metropolitana de Belém.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000**. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc29.htm. Acesso em: 7 ago. 2020.

CARRO, Rodrigo. Cresce a participação dos municípios no financiamento à saúde. **Jornal Valor Econômico**, nov. 2020. Disponível em: <https://www.conasems.org.br/jornal-valor-economico-cresce-a-participacao-dos-municipios-no-financiamento-a-saude/#:~:text=Quase%20dois%20ter%C3%A7os%20dos%20R,municipaliza%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D%20dos%20servi%C3%A7os%20nesta%20%C3%A1rea>. Acesso em: 14 jan. 2021.

PARANÁ. Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná. Estados mantêm tendência de redução na participação em gastos com Saúde. 2020. Disponível em: <https://www.crmpr.org.br/Estados-mantem-tendencia-de-reducao-na-participacao-em-gastos-com-Saude-11-54917.shtml>. Acesso em: 19 set. 2021.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, N. R. **Desenvolvimento do SUS, rumos estratégicos e estratégias para visualização dos rumos**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 429-435, abr. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200019>

SILVEIRA, T. **Brasil gasta R\$ 3,83 ao dia com a saúde de cada habitante**. Out. 2020. Disponível em: <https://grupomidia.com/hcm/brasil-gasta-r-383-ao-dia-com-a-saude-de-cada-habitante/#:~:text=O%20resultado%20mostra%20que%20os,em%20R%24%20441%2C88>. Acesso em: 21 set. 2021.

THALHEIMER, August. Introdução ao materialismo dialético. Tradução de MONIZ BANDEIRA São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 1979.

OCKÉ-REIS, C. O. **Os desafios da ANS frente à concentração dos planos de saúde**. Ciênc. Saúde Coletiva [on-line], v. 12, n. 4, p.1041-50, ago. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000400025>

Análise Comparativa De Custos: Aplicativo De Transporte Transgov Versus Frota de Veículos Alugados Nos Órgãos Públicos Estaduais de Belém/PA

GT04 – Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

*Bruno Rafael Dias de Lucena*¹

*Davi Silva Costalat*²

*Roseane Pinheiro Figueiredo*³

*Thiago de Sousa Lúcio*⁴

RESUMO

Com o intuito de otimizar o deslocamento dos servidores no exercício de suas funções, aliados a maior transparência e controle dos recursos públicos e à diminuição dos custos de serviços, a iniciativa recente adotada pelo Governo do Estado do Pará foi a adoção do Sistema de aplicativo “TRANSGOV” nos órgãos e secretarias estaduais em Belém/PA. Nesse sentido, o objetivo deste estudo, consiste em realizar uma análise dos custos dos serviços de transporte dos órgãos públicos estaduais, quando adotado o sistema “TRANSGOV” em comparação aos custos com a frota de veículos alugados acrescidos do custo com combustível, a fim de compreender os impactos, desafios e perspectivas da implantação desse sistema no âmbito da administração pública. Para tal, utilizou-se o método de pesquisa exploratória para coleta de dados, disponibilizados pela Secretaria de Planejamento e Administração - SEPLAD/PA. Nos resultados da pesquisa, apresentamos os pontos positivos na utilização do sistema TRANSGOV no que refere-se à redução dos custos dos serviços. Ressalta-se ainda que, além de promover a otimização da logística nos deslocamentos dos servidores, o sistema promove um controle mais eficiente do serviço por parte da gestão do Estado.

INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico tem desempenhado um papel fundamental na transformação dos serviços públicos, proporcionando maior eficiência, transparência e qualidade de vida para os servidores desse setor (e-government) (DOS SANTOS e DE MELO, 2020). Nesse contexto, o Governo do Pará tem adotado medidas inovadoras visando aprimorar os serviços oferecidos pela administração pública, em específico no setor de transportes.

Segundo Bresser e Carlos (1998) a nova administração pública parte do reconhecimento de que os Estados democráticos contemporâneos não são simples instrumentos para garantir a propriedade e os contratos, mas formulam e implementam políticas públicas estratégicas para suas respectivas sociedades, abrangendo as áreas social e científico-tecnológica. Para isso, segundo os mesmos autores, é essencial que o Estado adote práticas gerenciais modernas, sem perder de vista sua função primordial como entidade pública

Hauner & Kyobe (2010); Mukokoma & Dijk, 2013; Peña, 2008, dizem que a eficiência da gestão pública consiste em otimizar o uso de recursos, obtendo a máxima oferta possível de bens e serviços públicos em termos quantitativos e qualitativos

¹ Docente do Curso de Administração, Universidade Federal do Pará, brunolucena@ufpa.br.

² Graduando do Curso de Administração, Universidade Federal do Pará, dsc@ufpa.br.

³ Graduanda do Curso de Administração, Universidade Federal do Pará, roseanepfigueiredo@gmail.com

⁴ Graduando do Curso de Administração, Universidade Federal do Pará, thiagotw9@gmail.com.

Santos et al. (2019) abordaram em seus estudos, os benefícios e desafios dos aplicativos de transporte em Belém. Os mesmos autores, enfatizaram que essas plataformas têm contribuído para a melhoria da mobilidade na cidade, especialmente para grupos que enfrentam dificuldades com os transportes convencionais.

Nesse sentido, o sistema TRANSGOV foi implementado nos órgãos públicos estaduais, em específico na região metropolitana de Belém, como uma forma de locomoção que apresenta uma proposta de redução dos custos no transporte de servidores em pleno exercício de suas atividades, com uma economia estimada após 4 meses de R\$ 229.691,63.

Este serviço, possui semelhança a outros já existentes em outras cidades brasileiras, como podemos mencionar o “VAI - Servidor” em São Paulo, o “TáxiGov” no Distrito Federal, o “Move Bahia” na Bahia”, e o “TáxiGov RS” no Rio Grande do Sul, assim como no contexto internacional, através do “Waze Carpool for Government” nos Estados Unidos.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto, optou-se por uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (2010, p. 29), tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. É uma pesquisa bastante flexível, podendo envolver levantamento bibliográfico, entrevistas, estudos de caso, entre outros.

Os dados para análise foram obtidos junto à Secretaria de Planejamento e Administração - SEPLAD/PA, referentes aos gastos com transporte nos órgãos públicos estaduais após a implantação do sistema TRANSGOV. Os dados coletados são de períodos distintos, a partir da data de implementação do sistema e contemplam os custos inerentes ao já mencionado sistema e os custos com transportes da frota alugada acrescidos do combustível utilizado.

RESULTADOS

Os resultados da pesquisa indicaram que a implantação do sistema TRANSGOV trouxe significativa redução nos custos de transporte em comparação com a utilização da frota de veículos com contratos de aluguel, acrescidos do custo com combustível. Na tabela 1, mostramos os dados contábeis compactados no cenário mencionado

Tabela 1. Registro de Quilometragem, custo c/ com locação e combustível e o sistema Transgov - 1º Quadrimestre de 2020.

KM (*)	Custo combustível	Custo locação	(combustível + locação)	Custo TRANSGOV	Economia
270.730	R\$ 158.319,11	R\$ 628.501,13	R\$ 746.867,49	R\$ 558.192,96	R\$ 229.691,63

Fonte: Sistema de Gestão de Frota de Veículos Oficiais (Good Manager) e Sistema de Gestão de Contratos – SIGC.
(*) Média do registro de quilometragem percorrida no período informado em ambos os casos

Após esse período, foi possível observar uma economia estimada em **R\$229.691,63** nos gastos com transporte (ao se utilizar o serviço), representando uma redução de 25,26% nos gastos totais.

Segundo Meirelles (1991:86), dever de eficiência é o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhado apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.

Da mesma forma, nas Tabelas 2 e 3, apresentam-se os dados compilados dentre os 31 órgãos que tiveram o maior e o menor volume de serviços nos primeiros quatro meses de 2020. É notável que, independentemente da extensão percorrida, a economia com o sistema TRANSGOV é evidente.

Tabela 2. Órgão, quilômetros rodados, valor gasto com locação e combustível, valor gasto no sistema Transgov - 1º Quadrimestre de 2020.

Órgão	KM	Combustível + Locação	TRANSGOV	Economia
Secretária de Saúde	30539	R\$ 95.439,81	R\$ 67.796,58	R\$27.643,23
Casa Militar	21598	R\$ 73.137,85	R\$ 47.947,56	R\$25.200,29
Secretaria de Educação	19520	R\$ 55.027,22	R\$ 43.334,4	R\$11,692,82

Fonte: Sistema de Gestão de Frota de Veículos Oficiais (Good Manager) e Sistema de Gestão de Contratos – SIGC.

Tabela 3. Órgão, quilômetros rodados, valor gasto com locação e combustível, valor gasto no sistema Transgov - 1º Quadrimestre de 2020.

Órgão	KM	Combustível + Locação	TRANSGOV	Economia
ITERPA	615	R\$ 1.560,49	R\$ 1.365,3	R\$195,19
Fundação Carlos Gomes	1198	R\$ 6.234,84	R\$ 2.659,56	R\$3.578,28
CODEC	1645	R\$ 6.031,96	R\$ 3.651,9	R\$2.380,06

Fonte: Sistema de Gestão de Frota de Veículos Oficiais (Good Manager) e Sistema de Gestão de Contratos – SIGC.

No ano de 2022 (fonte: SIGC), registrou-se um total aproximado de R\$392.304,67 em despesas com o uso do TRANSGOV. É notável que essa economia de serviços se manteve, uma vez que a soma dos valores listados nas Tabelas 2 e 3, apenas no primeiro quadrimestre de 2020, alcançou quase metade do valor total gasto durante todo o ano de 2022.

Até maio de 2023, temos registros (fonte: SIGC), que totalizam R\$91.670,80, o que representa uma economia significativa quando comparada ao mesmo período nos anos anteriores.

CONCLUSÃO

A implantação do sistema TRANSGOV nos órgãos públicos estaduais de Belém/Pa demonstrou ser uma alternativa viável e econômica para a gestão de transporte de servidores públicos. A redução significativa nos custos de transporte, aliada ao maior controle e transparência na utilização dos recursos públicos, tornam esse sistema uma opção promissora para a administração pública.

Diante dos resultados positivos obtidos, a perspectiva futura é que o governo do Estado do Pará continue a expandir a utilização do sistema TRANSGOV, gradualmente, reduzindo a dependência de sua frota própria (aqui não analisada) e de veículos alugados. Isso não apenas contribuirá para a economia de recursos, mas também para a melhoria da eficiência na prestação de serviços públicos aos cidadãos.

PALAVRAS CHAVE

Transgov; aplicativo de transporte; custos

REFERÊNCIAS

DOS SANTOS, A. M., & DE MELO, M. B. **O impacto do E-Government no setor público: análise da implementação de sistemas de informação em uma prefeitura no interior do nordeste do Brasil.** In **A dimensão ética e social da tecnologia: uma reflexão a partir do contexto nordestino.** p. 95-118, 2020.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. **6.ed).** São Paulo: Atlas, 2010.

HAUNER, D., & KYOBE, A. Determinants of government efficiency. **IMF Working Paper**, 2010.

MUKOKOMA, M., & DIJK, T. V. Government effectiveness and efficiency: Empirical evidence from African countries. **International Journal of Development and Sustainability**. v. 2, n. 4, p. 2086-2106, 2013.

PEÑA, P. A. Efficiency measurement and public management: the case of schools in Chile. **Journal of policy analysis and management**. v. 27, n 4, p. 801-818, 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK P. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial (coletânea)**. ed. FGV, Rio de Janeiro, 1998.

Governo do Estado lança serviço de aplicativo de transporte para servidores. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/governo-do-estado-lanca-servico-de-aplicativo-de-transporte-para-servidores>. Acesso em: 15/09/2023.

SANTOS, D.; LIMA, E.; COSTA, F. Aplicativos de transporte urbano e a mobilidade dos cidadãos em Belém. **Revista Brasileira de Engenharia de Produção**. v. 5, n. 2, p. 95-106, 2019.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. ed. 16, **Revista dos Tribunais**, 1991.

GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL: uma análise do IGM/CFA no Pará

GT04 – Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Francisco Eduardo Araújo de Castro da Paz¹

Rafael Acatauassú Ferreira²

Rosana Pereira Fernandes³

Yurie Kamizono Mac-Culloch⁴

1. INTRODUÇÃO

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1998 a preocupação com o gerenciamento das finanças públicas e o comprometimento dos órgãos e agentes no fomento às ações de fiscalização do uso e aplicação dos recursos elevou à Gestão Pública brasileira a um patamar de maior incentivo à participação da sociedade no cotidiano dos atos do governo (Bevir, 2011; Platt Neto *et. al*, 2007; Grin *et. al*, 2018). Com isso, diante desses efeitos, a legislação brasileira foi sendo aperfeiçoada com a regulamentação de matérias que visam assegurar a responsabilidade dos gestores públicos, o controle social e a melhoria de desempenho, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 2000, a Lei de Acesso à Informação (LAI), de 2009, e a Política de Governança da Administração Pública (PGAP), de 2017.

Nesse contexto, a governança pública, concebida como o exercício do poder político-administrativo de gerenciar e controlar a utilização dos recursos inerentes à formulação e implementação de políticas públicas (Nardes; Altounian; Vieira, 2018; Matias-Pereira, 2010; 2020; Altounian; Souza; Lapa, 2020; Paludo; Oliveira, 2021) figura-se como estratégia indutora à melhoria do desempenho de diferentes arranjos institucionais de uma organização pública, do nível local ao macro.

Nessa perspectiva, apesar de aspectos sobre governança estarem associados à gestão pública, com mais ênfase, a partir da reforma administrativa de Bresser-Pereira, por meio do Plano Diretor de Reforma do Estado - PDRAE, foi na última década, em especial, a partir de orientações e recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Decreto Federal nº 9.203, de 2017, que a governança passou a ser mais percebida, difundida e, de modo geral, a fazer parte do dia-a-dia das organizações e entes federativos nacionais (Elias; Fernandes, 2022).

Assim, o Índice de Governança Municipal do Conselho Federal de Administração - IGM-CFA, criado no ano de 2016, é um instrumento que permite aferir aspectos relacionados à governança dos 5.570 municípios brasileiros, e vem sendo continuamente aperfeiçoado para subsidiar a gestão pública municipal (CFA, 2023), além de ser representativo no movimento de difusão e promoção da governança pública no país (Aquino *et. al*, 2021). O acesso ao índice é realizado de forma gratuita, por meio de uma plataforma digital⁵, onde ficam registradas as avaliações realizadas pelo órgão, a partir de uma metodologia que considera três

¹ Mestrando em Gestão Pública pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará - NAEA/UFPA, eduardoarcapaz@gmail.com.

² Mestrando em Gestão Pública pelo NAEA/UFPA e Servidor do Ministério Público Federal – MPF, rafaelferreira@mpf.mp.br.

³ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental e Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública pelo NAEA/UFPA, rosana.pereira.fernandes.22@gmail.com

⁴ Mestranda em Gestão Pública pelo NAEA/UFPA e Servidora do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS/PA, yuriekamizono@yahoo.com.br.

⁵ Endereço eletrônico da ferramenta <<https://igm.cfa.org.br/>>.

dimensões (finanças, gestão e desempenho), avaliadas no contexto das gestões municipais (Silva Neto; Reis; Ribeiro, 2020).

O objetivo principal deste trabalho é apresentar, por meio de pesquisa descritiva e exploratória, bem como através de análise de documentos e dados, a avaliação da governança dos municípios paraenses, apoiada no IGM-CFA. Tem como objetivos específicos: a) descrever o IGM-CFA; b) apresentar o IGM-CFA dos municípios do Pará; e c) ampliar o debate sobre a governança em municípios paraenses, apresentando o Índice como uma ferramenta para subsidiar os gestores públicos paraenses, que podem utilizá-la para fomentar a atuação de prefeituras na identificação de áreas que demandam aperfeiçoamento, além de possibilitar que sejam identificados os municípios em situações similares, com os quais sejam pertinentes interações a fim de permitir o compartilhamento de experiências de enfrentamento à adversidades envolvendo aspectos financeiros, de gestão e de desempenho.

Esta proposição justifica-se, inicialmente, pela pertinência ao Grupo de Trabalho 04 – Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia, pois tematiza e discute estruturas de governança, centrada no arranjo municipal. Além disso: 1) a média do IGM-CFA de 4,83 do estado do Pará reforça a necessidade de difusão e melhoria das dimensões de governança dos municípios paraenses; 2) pelo fato da governança ser um fenômeno em constante aperfeiçoamento, o que demanda um contínuo processo de conhecimento, difusão e aplicabilidade; e 3) por estar em consonância às aplicações dos ODS, em especial, o Objetivo 16.8 do ODS 16, que trata da ampliação e fortalecimento a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global.

2. METODOLOGIA

O Índice CFA de Governança Municipal foi criado no ano de 2016 pelo Conselho Federal de Administração (CFA) em parceria com o Instituto Publix, no intuito de ser uma ferramenta de auxílio para que os gestores municipais aperfeiçoem a gestão pública municipal. Trata-se de uma ferramenta destinada a aferir a qualidade da governança pública nos municípios brasileiros, a partir da avaliação de três dimensões: finanças, gestão e desempenho. (CFA, 2023). As dimensões avaliadas pelo IGM-CFA são decompostas em indicadores, que por sua vez são formulados a partir de uma série de variáveis.

As variáveis que compõem os indicadores do IGM-CFA são formuladas a partir de dados secundários, de bancos extraídos de bases públicas de informação, como: o Ministério da Economia, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN (por meio dos sistemas: Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais - CAUC, antigo Cadastro Único de Convênios, e Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (a partir da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC), a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente - Fundação Abrinq, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, o Ministério da Saúde (e o seu Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS) e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Essas bases públicas se encontram atualizadas, com as informações mais defasadas datando de 2021 (CFA, 2023).

No endereço eletrônico do IGM-CFA é possível identificar o processo de desenvolvimento de cada variável. As variáveis são submetidas a tratamento estatístico específico, de modo que gera um resultado para cada indicador. A multiplicidade de variáveis, envolvendo aspectos sociais, econômicos, ambientais e políticos, enriquece a eficácia da avaliação dos indicadores e, por conseguinte, das dimensões de governança dos municípios.

Tabela 01: Dimensões, indicadores e variáveis que compõem o IGM-CFA.

Dimensão	Indicador	Variável
Finanças	Fiscal	Autonomia
		Capacidade de Investir
		Liquidez
		Gasto com pessoal
	Investimento <i>per capita</i>	Gastos <i>per capita</i> em saúde
		Gastos <i>per capita</i> em educação
	Custo do legislativo	Gasto <i>per capita</i> do legislativo
Equilíbrio Previdenciário	Indicador da situação previdenciária	
Gestão	Planejamento	Planejamento da despesa
		Captação de recursos
		Lei geral MPE
	Colaboradores	Servidores <i>per capita</i>
		Comissionados
	Transparência	Disponibilidade das informações
		Cadastro Único de Convênios (CAUC)
Transparência		
Desempenho	Saúde	Mortalidade infantil
		Cobertura da atenção básica
		Cobertura vacinal
	Educação	Abandono escolar
		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 5º ano
		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 9º ano
		Taxa de distorção idade-série
		Cobertura creche
	Segurança	Taxa de homicídios
		Mortes no trânsito
	Saneamento e Meio Ambiente	Acesso à água
		Acesso à coleta de esgoto
		Tratamento de esgoto
Vulnerabilidade Social	Vulnerabilidade social	

Fonte: Metodologia IGM/CFA, 2023. Disponível em: <<https://igm.cfa.org.br/metodologia/>>. Acesso em 18 jul. 2023.

Para a composição do IGM-CFA, cada dimensão recebe o mesmo peso, assim como o valor de cada indicador possui a mesma métrica dentro de sua dimensão. O valor do índice é a média aritmética de cada uma das três dimensões e cada dimensão, por sua vez, é a média aritmética de todos os indicadores existentes nas respectivas dimensões.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise dos resultados, foi elaborada uma tabela (anexada neste arquivo), com a classificação dos municípios em grupos, de acordo com o tamanho da população e do PIB *per capita*. Ao levar em

consideração essas duas variáveis, o agrupamento dos municípios torna mais didática a comparabilidade de desempenho entre municípios com características similares.

Nesse sentido, na criação dos oito grupos existentes foram considerados os cortes demográficos dos municípios, a partir da metodologia do MUNIC (IBGE, 2021), relacionando-os com o PIB *per capita*, com base no conceito de mediana. A mediana pode ser considerada matematicamente como uma medida de tendência central e, no caso do IGM-CFA, é utilizada para indicar que metade (50%) dos valores do conjunto dos dados está abaixo e, a outra metade, está acima (CFA, 2023).

Nesse contexto, no Pará, por exemplo, existem 40 municípios com até 20.000 habitantes (IBGE, 2021). Somando-se o PIB desses 40 pequenos municípios e dividindo pela soma de suas populações, obtém-se o PIB *per capita* desse grupo. Porém, na prática, apenas 10 desses 40 municípios possuem um PIB *per capita* acima do valor médio encontrado, de R\$ 17.137,17. Assim, o IGM-CFA divide então os municípios em dois grupos a partir do valor médio (mediana) encontrado(a). Na tabela a seguir é possível identificar melhor os agrupamentos realizados pelo IGM-CFA.

Tabela 02: Agrupamento dos municípios do Pará para o IGM-CFA.

Grupo	Habitantes	PIB <i>per capita</i> (em R\$)	Quantidade de Municípios	Porcentagem sobre o total
01	Até 20.000	Até 17.137,17	30	20,83
02	Até 20.000	Acima de 17.137,17	10	6,94
03	De 20.000 a 50.000	Até 16.710,51	49	34,72
04	De 20.000 a 50.000	Acima de 16.710,51	08	5,56
05	De 50.000 a 100.000	Até 23.379,14	24	17,36
06	De 50.000 a 100.000	Acima de 23.379,14	03	2,08
07	Acima de 100.000	Até 32.336,97	14	9,72
08	Acima de 100.000	Acima de 32.336,97	04	2,78

Fonte: Metodologia IGM/CFA, 2023. Disponível em: <<https://igm.cfa.org.br/metodologia/>>. Acesso em 18 jul. 2023.

A maior parte da população paraense (cerca de 64%) está concentrada em 97 municípios, considerados pequenos, com cada um deles com no máximo até 50.000 habitantes (IBGE, 2021). Para Simonian, Baptista e Silva (2015), tal padrão de ocupação territorial do Pará, com muitos municípios pequenos, normalmente espalhados ao longo de extensas rodovias, é característico da região Amazônica e se origina nas políticas públicas federais de integração nacional, surgidas a partir da década de 50 do século XX.

Ainda segundo os autores, atualmente a Amazônia “[...] é, assim, a única região do Brasil onde cresce a população que vive em cidades com menos de 100 mil habitantes” (Simonian; Silva; Baptista., 2015, p. 25), sendo expressivo o crescimento das cidades pequenas, entre 20 e 50 mil habitantes. Os números apresentados no Estado do Pará confirmam tal tendência. Feita essa última observação metodológica, acerca dos grupos do IGM-CFA, são apresentadas, em anexo, as avaliações feitas sobre os municípios paraenses pelo Índice em cada uma das três dimensões, individualizados por município.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho buscou analisar a governança nos municípios paraenses com base no Índice de Governança Municipal, do Conselho Federal de Administração (IGM-CFA), apoiado nas dimensões de gestão, finanças e desempenho, compostas por doze indicadores e trinta variáveis.

Ao analisar a governança nos municípios paraenses sob a perspectiva do IGM-CFA, esta pesquisa ampliou o debate em torno da governança pública na esfera municipal, de modo que a utilização do índice como ferramenta para subsidiar e favorecer o desenvolvimento de políticas públicas, conforme sugerem os resultados preliminares alcançados, propicia uma avaliação de performance entre municípios.

Com base nos dados esmiuçados, em relação à avaliação dos municípios paraenses, o IGM-CFA apresenta uma leve tendência de melhoria da nota geral da governança aferida pelo indicador.

5. PALAVRAS-CHAVE

Governança Municipal; Pará; IGM-CFA.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Altounian, C. S.; Souza, D. L.; Lapa, L. R. G. **Gestão e governança pública para resultados: uma visão prática**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

Aquino, C. V. M. G.; Silva, C. R. M. da; Vasconcelos, L. R. S.; Castelo, J. L. GOVERNANÇA PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. **Gestão & Regionalidade**, [S. l.], v. 37, n. 110, 2021. Disponível em: https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/6542. Acesso em: 27 set. 2023.

Bevir, M. Governança Democrática: Uma genealogia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, pp. 103–114, jun. 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF**. Brasília, DF: 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação - LAI**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, Imprensa Nacional, 1995.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 e alterações**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm>. Acesso em 24 jul. 2023.

Conselho Federal de Administração – CFA. Índice CFA de Governança Municipal. CFA, 2023. Disponível em: <<https://igm.cfa.org.br/>>. Acesso em 19 jul. 2023.

Elias, L. M. S. L.; Fernandes, R. P. Governança no setor público: aspectos históricos e reflexões teóricas à luz da Teoria de Sistemas Sociais. In: Elias, L. M. S. L.; Fernandes, R. P. (Org.). **GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO: um olhar sistêmico na Amazônia**. Belém: Editora NAEA, 2022.

Grin, E. J.; Nascimento, A. B. do; Abrucio, F. L.; Fernandes, A. S. Sobre desconexões e hiatos: uma análise de capacidades estatais e finanças públicas em municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 23, n. 76, 2018. DOI: 10.12660/cgpc.v23n76.75417.

Matias-Pereira, J. **Governança no setor público**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

Matias-Pereira, J. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.

Nardes, J. A. R.; Altounian, C. S.; Vieira, L. A. G. **Governança Pública: o desafio do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

Paludo, A. V; Oliveira, A G. **Governança organizacional pública e planejamento estratégico: para órgãos e entidades públicas**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2021

Platt Neto, Orion Augusto; Cruz, Flávio da; Rolim Ensslin, Sandra; Ensslin, Leonardo. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira **Contabilidade Vista & Revista**, vol. 18, núm. 1, enero-marzo, 2007, pp. 75-94.

Simonian, L. T. L.; Silva, M. D. M.; Baptista, E. R. Formação Socioambiental da Amazônia. In: Baptista, E. R.; Simonian, L. T. L. (Org.). **Formação Socioambiental da Amazônia**. Coleção Formação Regional da Amazônia. v. 3. Belém: NAEA, 2015. 804 p.

Silva Neto, R. R.; Reis, T. R.; Ribeiro, A. L. Perfil da Gestão Municipal no Estado do Pará: Um Olhar a Partir do Índice de Efetividade. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 23, p. 93-106, 2020.



3

Simpósio
Internacional

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

GT 05 • Sessão 1

**Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico –
trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social
de desenvolvimento inclusivo e redistributivo**

Coordenação

Prof.^a. Dr.^a. Marcela Vecchione-Gonçalves
Prof. Dr. Ricardo Theóphilo Folhes (NAEA/UFGA)

MODELO SUSTENTÁVEL OU SUSTENTAÇÃO DE UM MODELO VIGENTE? A BIOECONOMIA COMO INICIATIVA POLÍTICA DO GOVERNO DO PARÁ

GT05: Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

Max André Correa Costa¹

1. INTRODUÇÃO

Em um período de emergência climática, a bioeconomia tem sido apresentada como uma alternativa sustentável, uma nova iniciativa política, capaz de integrar práticas econômicas e ações socioambientais que promovam uma interação equilibrada da humanidade com o meio ambiente. No Pará, apesar de ser uma temática relativamente nova, o termo bioeconomia tem sido recorrentemente usado nos últimos anos, sendo apontado como alternativa para o desenvolvimento da região, o que ganhou ainda mais centralidade no debate político e econômico após o anúncio de Belém como sede da 30^o Conference of the Parties da ONU (COP-30), que ocorrerá em 2025, e vai pautar o compromisso das Nações Unidas no combate às mudanças climáticas.

Em meio aos eventos da Cúpula da Amazônia, que reuniu líderes de Estado em agosto de 2023 em Belém, antecedendo os debates da COP-30, o governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, apresentou a bioeconomia como a ‘nova vocação econômica do planeta’. Em um de seus discursos, destacou que a prática bioeconômica agrega valor aos conhecimentos dos povos e protetores da floresta e defendeu o investimento em ciência e tecnologia para combater o desmatamento e manter a floresta em pé. Também apresentou a ambição de transformar o Pará como o líder de bioeconomia do Brasil, com um mosaico produtivo que prevê investimentos na mineração e em produtos da agricultura familiar, seguindo o Plano Estadual de Bioeconomia, elaborado em 2022 e apresentado na COP-27, em outubro do ano passado no Egito.

Mas a que conceito de Bioeconomia as lideranças políticas do Pará se referem? Em que medida esta iniciativa política pode ser considerada uma alternativa aos modelos de desenvolvimento historicamente adotados na Amazônia? Tais perguntas direcionam a construção deste trabalho, cujo objetivo é discutir os diferentes conceitos de Bioeconomia, a partir das iniciativas do Governo do Pará e suas relações com o mercado voltadas para a promoção de práticas apresentadas como bioeconômicas.

2. METODOLOGIA

Para tanto, este trabalho irá partir de uma breve revisão bibliográfica sobre as diversas concepções de Bioeconomia, e de análise documental do Plano Estadual de Bioeconomia lançado pelo Governo do Pará em 2022, buscando associá-lo a discursos do governador Helder Barbalho e as relações com empresas que atuam na área.

Assim como o conceito de sustentabilidade, o termo Bioeconomia tem sido objeto de disputa a partir de diversas concepções e práticas, que apresentam diferentes significados e, em muitos casos, contrapõem, de um lado, projetos sustentáveis ou associados aos debates dos limites planetários e, de outro, atividades

¹ Jornalista, mestre em Ciência Política pela UFPA e doutorando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU/NAEA/UFPA. Email: maxandrecosta@gmail.com

voltadas para a acumulação de capital, sejam elas diretamente ligadas ao campo econômico ou alinhadas às mudanças tecnológicas e à biotecnologia.

Segundo Ramcilovic-Suominen et al (2022), a Organização para a Cooperação Econômica (OCDE) começou a promover em 2006 a Bioeconomia como uma nova iniciativa política. De lá para cá, diversas publicações e estratégias de governos, principalmente na Europa, têm contribuído para popularizar o termo, ganhando peso na última década, com a União Europeia e seu conjunto de pesquisadores e atores governamentais retratando as práticas bioeconômicas como inevitáveis, apolíticas e uma estratégia tripla para o equilíbrio entre a natureza, os seres humanos e a economia.

De acordo com Barbanti Júnior et al (2021), o conceito de Bioeconomia predominante na Europa é diverso do apresentado na maioria dos estudos dos EUA. Enquanto no velho continente, trata-se de uma abordagem inserida no campo econômico para produzir materiais sustentáveis, ambientalmente amigáveis e competitivos, no país norte-americano o termo é aplicado às práticas biotecnológicas, como engenharia genética, seqüenciamento de DNA, entre outros. No Brasil, ainda conforme Barbanti Junior et al (2021), o conceito aponta imprecisão, com grande parte dos estudos da indústria nacional alinhados às visões dos EUA, mas com um diferencial, uma vez que agrega a matiz da biodiversidade brasileira. Segundo estes autores, apesar das iniciativas para bioeconomia, o Brasil ainda não possui uma estratégia nacional que articule os segmentos produtivos, financeiros e sociais.

Essa diferenciação conceitual demonstra como a literatura aponta diversas visões sobre bioeconomia, com algumas mais ligadas à ciência e à biotecnologia, outras alinhadas à biomassa e, mais recentemente, com estudos voltados aos limites da biosfera, que ganharam peso a partir dos debates sobre a emergência climática e o ponto de não retorno, que se ultrapassado pode ser destruidor para existência de vida na terra. Ramcilovic-Suominen et al (2022), porém, agrupam as diferentes visões da literatura e propõem duas linhas distintas de abordagem do conceito: uma voltada ao crescimento econômico e outra preocupada com os limites planetários. Assim, Bioeconomia é entendida como um projeto e domínio político caracterizados por agendas concorrentes posicionadas de maneira diferente para influenciar e ser influenciados pela política.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Bioeconomia se expressa como um novo paradigma que utiliza as novas tecnologias advindas das ciências biológicas e outras, para garantir um desenvolvimento apresentado como sustentável, que pode resolver os grandes problemas da atualidade. Essa visão é o que estrutura, pelo menos no papel, o Plano Estadual de Bioeconomia, que é considerada “uma oportunidade de desenvolvimento socioeconômico, que contempla a produção de baixo carbono”. No documento, Bioeconomia é “apresentada com a finalidade de promover, a partir de soluções baseadas na natureza, a viabilidade à transição para uma economia diversificada, justa e inclusiva”. O Plano destaca, ainda, o alinhamento da economia local à ciência, tecnologia e inovação, fazendo com que a Bioeconomia seja “capaz de criar e/ou melhorar processos produtivos locais e da sociobiodiversidade”, garantindo “segurança ao patrimônio genético, valorização dos conhecimentos tradicionais e da cultura dos povos indígenas, quilombolas e comunidades locais e benefícios sociais, econômicos e ambientais para toda população”.

Porém, embora ressalte a sustentabilidade ambiental, o Plano Estadual de Bioeconomia destaca que a indústria extrativa mineral é responsável por cerca de 20% da estrutura econômica do Estado, sendo o principal setor responsável pelas exportações, com destaque para minério de ferro e cobre. O próprio governador Helder Barbalho destacou, em seus discursos durante a Cúpula da Amazônia, que o Pará é a “mais importante província minerária do país”, o “segundo maior rebanho bovino do país”, querendo ser “o líder de bioeconomia do Brasil” e “o Estado da mineração legal”.

Embora ressalte-se a importância do combate às atividades minerárias ilegais, cabe destacar que a sustentabilidade que o Governo do Pará recorre discursivamente não pode ser resumida aos conceitos

de legalidade e ilegalidade. Ou seja, a sustentabilidade da mineração não se resume a ser legal ou ilegal. A história nos mostra que muitos danos socioambientais foram patrocinados por mineradoras que atuam na legalidade, até porque a prática extrativista promovida por essa indústria é altamente violenta e destrutiva, ao transformar bens naturais em uma massa extraível (Kröger, 2022).

Outro distanciamento entre discurso e prática apresentada pelo Governo do Estado, na construção de uma sustentabilidade socioambiental estruturada na Bioeconomia, refere-se à valorização dos conhecimentos tradicionais e da cultura de indígenas, quilombolas e demais comunidades, como estabelece o próprio Plano Estadual. Isto porque, no alinhamento entre Governo do Pará e iniciativa privada, um dos expoentes da promoção desta nova iniciativa política é a Brasil Biofuels (BBF), uma empresa com atuação em cinco estados da Amazônia, incluindo o Pará, onde produz óleo de dendê para a fabricação de biocombustíveis, na região do Vale do Acará.

Entretanto, embora seja apresentada como exemplo bem-sucedido de práticas bioeconômicas, a atuação da BBF tem sido constantemente questionada por pesquisadores e movimentos sociais, seja pelos danos socioambientais praticados pela empresa, principalmente pela monocultura do dendê, ou pelos conflitos existentes no território, em que a gigante do biocombustível é acusada de invadir o território que pertence a indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, em um flagrante desrespeito ao direito à terra, à memória e à ancestralidade.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das diferentes linhas conceituais, é notório que o termo bioeconomia foi apropriado pela indústria capitalista, por interesses corporativos e agentes do Estado, como no Pará, no sentido de avançar na exploração de recursos naturais em uma nova perspectiva de acumulação de capital. Um exemplo desse aspecto é o estudo de Almeida e Tourinho (2022) que mostram como a indústria de cosméticos utiliza ativos da biodiversidade amazônica, para agregar valores que aumentam o faturamento líquido do que eles denominam empresas de biocosméticos.

Tanto o Plano Estadual de Bioeconomia como as demais ações do Governo do Estado do Pará e seu alinhamento com a iniciativa privada, mais notadamente com empresas da mineração e do agronegócio, tem reforçado relações de dependência com os países do Norte Global, em que o papel do Pará é apenas de provedor e exportador de commodities, reproduzindo práticas socioambientais que pouco diferem dos modelos de desenvolvimento historicamente implantados na Amazônia.

Desta feita, nota-se que a Bioeconomia apresentada pelo Governo do Pará como uma iniciativa política sustentável, não alterou e nem se propõe alterar as bases produtivas, o que permitiria uma sustentabilidade efetiva, não apenas econômica, mas social, cultural e ambiental dos povos que aqui produzem. Percebe-se que o uso do termo Bioeconomia se resume a uma estratégia discursiva, para ampliar mercados e novos métodos de exploração da sociobiodiversidade, mantendo a subordinação ao Norte Global e promovendo a acumulação de capital, sem enfrentar a estrutura produtiva que continua reproduzindo desigualdades para os povos da Amazônia.

Nesse sentido, é fundamental um envolvimento crítico com a bioeconomia (Ramcilovic-Suominen et al, 2022), considerando que as práticas bioeconômicas difundidas por diversos atores políticos e econômicos, entre eles o Governo do Pará e a BBF como vimos neste trabalho, desviam a atenção das causas das crises socioambientais, como o consumo excessivo e a lógica capitalista de exploração da sociobiodiversidade, que contribuem para a espoliação e a reprodução de métodos (neo)coloniais, que alimentam desigualdades sociais, principalmente no Sul Global.

Este breve trabalho também aponta os limites na compreensão da bioeconomia enquanto alternativa que remeta à sustentabilidade e à transformação social, uma vez que esta iniciativa política é promovida pelos mesmos atores políticos e econômicos que seguem no poder historicamente, defendendo e aplicando ações orientadas pelos mercados, cujos efeitos socioambientais para a Amazônia tem sido nocivos há décadas.

5. PALAVRAS-CHAVE

Palavras-Chave: Bioeconomia, Desenvolvimento, Sustentabilidade

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ruth; TOURINHO, Manoel. Amazônia e mercado da beleza na era da bioeconomia. Curitiba: Appris, 2022.

BARBANTI JUNIOR, Olympio; BORTOLETTO, Catarina; ROCHA, Lucas dos Santos; BRANCO, Luís Gustavo. Bioeconomia: um caminho para o futuro ou um padrão de subordinação renovado? Disponível em: <https://oieb.org/2021/06/28>

KRÖGER, Markus. Extrativismos, Existências e Extinções: Monoculturas e Desmatamento da Amazônia. Londres: Routledge, 2022.

PARÁ. Plano Estadual de Bioeconomia. Belém: 2022

RAMCILOVIC-SUOMINEM, Sabaheta; KRÖGER, Markus; DRESSLER, Wolfram. From pro-growth and planetary limits to degrowth and decoloniality: An emerging bioeconomy policy and research agenda. *Forest Policy and Economics*, vol. 144. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2022.102819>

O MERCADO DE CARBONO VOLUNTÁRIO E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS TERRITORIAIS: OS CASOS DOS PEAEX DE PORTEL/PA

GT 05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico – trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

Suzana Melo de Oliveira¹

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho situa-se no contexto das políticas nacionais de mudanças climáticas, entre as quais está a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais², como forma de financiamento da conservação das florestas, o chamado REDD+ (abreviação para Redução de Emissões provenientes do Desmatamento e Degradação Florestal, ao passo que o \pm refere-se à conservação do estoque de carbono florestal, manejo sustentável da floresta e aumento do estoque de carbono florestal). Esse instrumento permite que empresas compensem as emissões de gases de efeito estufa, a partir da aquisição de créditos gerados por projetos de captura de carbono.

Ocorre, porém, que diante da incipiente regulamentação, as comunidades tradicionais, com sua perspectiva de desenvolvimento e proteção da floresta, têm sido inseridas em relações jurídica desequilibradas nesse mercado, sendo impactadas social, ambiental e economicamente.

Nesse sentido, o objetivo geral do presente trabalho consiste em compreender de que maneira os mecanismos de REDD+ na forma de contratos de crédito de carbono em áreas de comunidades tradicionais podem violar direitos humanos, em especial, direitos relacionados a identidade e territorialidade das comunidades.

Como objetivos específicos, o presente trabalho busca: i) compreender o conceito de crédito de carbono e o atual status regulatório desse instrumento de combate as mudanças climáticas dentro do ordenamento jurídico brasileiro; ii) em que sentido podem ocorrer violações de direito territorial pelos contratos de crédito de carbono em áreas de florestas públicas. Estes tópicos serão a seguir desenvolvidos.

2. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos mencionados, este trabalho realizou levantamento bibliográfico a respeito do tema, bem como realizou análise de quatro peças jurídicas, do tipo “ações civis públicas”, protocoladas pela Defensoria Agrária do Estado do Pará, na Vara Agrária de Castanhal, cujo objeto são projetos de crédito de carbono desenvolvidos no município de Portel/PA (situado no arquipélago do Marajó) sobrepostos em áreas públicas estaduais, quais sejam: a) Projeto Anapú-Pacajá; b) Projeto RMDLT/ Mandquari; c) Projeto Pacajá; e d) Projeto Ribeirinho. Optou-se por não divulgar os números das ações judiciais, por serem informações obtidas por meio de requerimento formal junto aos canais de comunicação oficial da defensoria agrária, apenas para fins de estudo acadêmico.

¹ Mestre em Direitos Humanos, PPGD/UFGA, suzanelouf@gmail.com.

² Instituída pela Lei 14.119/2021, na qual em seu artigo 8º, inciso IV, prevê que podem ser objeto de Projetos de Serviços de Pagamentos Ambientais “terras indígenas, territórios quilombolas e outras áreas legitimamente ocupadas por populações tradicionais, mediante consulta prévia, nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais”. Essa lei ainda está pendente de regulamentação.

Os três primeiros projetos possuem certificação internacional³, já tendo comercializado diversos créditos com empresas internacionais, já o último projeto encontra-se em período de análise pela certificadora. Nestas ações foram analisados os fatos e fundamentos jurídicos, bem como os documentos de comprovação relacionados no que dizem respeito a violação da posse das comunidades tradicionais moradoras dos assentamentos estaduais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Crédito de Carbono pode ser definido⁴ como “ativo financeiro, ambiental, transferível e representativo de redução ou remoção de uma tonelada de dióxido de carbono equivalente, que tenha sido reconhecido e emitido como crédito no mercado voluntário ou regulado”. O Código Florestal também definiu o crédito de carbono⁵ como “título de direito sobre bem intangível e incorpóreo transacionável” assim como estabeleceu que o poder executivo federal está autorizado a instituir programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, abrangendo categorias de ação através do pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhorias do ecossistema e que gerem serviços ambientais tais com o sequestro, conservação manutenção e aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono.

Diz-se que o mercado é voluntário porque não há lei que obrigue essa compensação, diferentemente do mercado obrigatório, em que a lei determina que as empresas compensem suas emissões.⁶ No mercado voluntário, o projeto enquadrado na categoria de REDD+ é o gerador de crédito e pode ser vendido no mercado de carbono para empresas que precisam compensar suas emissões. Esse instrumento do REDD+ implica em intervenção nos territórios tradicionais, já que prevê atividades desenvolvidas nos imóveis em que a floresta está situada, como fiscalização, monitoramento, inventário florestal, etc.

3.1 Violação do direito ao território tradicional

Segundo as ações civis públicas, os projetos analisados foram desenvolvidos em áreas de assentamentos rurais coletivos, de domínio e gestão do Estado do Pará (por meio de órgãos como ITERPA, IDEFLOR-Bio e SEMAS). Porém, as ações apontam que os requeridos utilizaram-se ilicitamente de matrículas imobiliárias inválidas e Cadastros Ambientais Rurais, com a alegação de se tratarem de propriedade privada, para se apropriarem da titularidade do crédito de carbono gerado por florestas públicas. Com isso, obtiveram a certificação do projeto e passaram a comercializar os créditos de carbono no mercado internacional com aqueles que buscam compensar suas emissões de gases de efeito estufa.

A posse e proteção das florestas, na realidade, são exercidas há décadas pelas comunidades tradicionais dos PEAEX, formalmente reconhecidas pelo Estado, através da afetação das áreas aos assentamentos e em contratos de concessão de direito real de uso, outorgados às associações representativas dos assentamentos. As comunidades também exercem nestas áreas a atividade agrária ou agroecológica, que possuem normas de uso definidas pelas comunidades, materializadas em seus Planos de Uso, o que inclui a proteção das florestas, dos rios e da biodiversidade, que são a base da subsistência e práticas culturais das famílias.

³ Esses projetos possuem registro no Verified Carbon Standard (VCS), perante a certificadora Verra, podendo ser consultados em: <https://registry.verra.org/>.

⁴ Definição do Decreto n. 11.075/2022, que estabeleceu procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas e instituiu o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SINARE).

⁵ Artigo 3º, XXVII, da Lei 12.651/2012.

⁶ O Decreto nº 11.075/2022 define crédito de carbono como “ativo financeiro, ambiental, transferível e representativo de redução ou remoção de uma tonelada de dióxido de carbono equivalente, que tenha sido reconhecido e emitido como crédito no mercado voluntário ou regulado” (artigo 2º, II).

Essa posse integra o direito ao território tradicional ou propriedade coletiva da terra, que constitui um direito humano, protegido pelo art. 21 da Convenção Americana de Direitos Humanos. Embora esse dispositivo faça referência à “propriedade privada”, a sua compreensão passou por uma evolução, sendo visto a partir do conteúdo coletivo, em decorrência da interpretação progressiva empreendida pela Corte.

A citada Convenção assegura ainda o direito aos povos indígenas e tribais de não serem transladados de seus territórios, assim como determina, em seu artigo 2º, que os Estados devem assumir a responsabilidade de desenvolver ações destinadas a proteger os direitos dos povos indígenas e tribais, respeitando a sua integridade, com adoção de medidas para assegurar a igualdade, oportunidade e efetividade dos direitos econômicos, sociais e culturais.

A garantia de proteção do território ou direito à propriedade coletiva da terra também encontra subsídio na legislação nacional⁷, particularmente em normas agroambientais. Trata-se do preceito e compreensão de posse agroecológica definida por Benatti (2018), como sendo “a forma de uma família camponesa (ou uma comunidade rural) se apossar da terra, levando em consideração neste apossamento as influências sociais, culturais, econômicas, jurídicas e ecológicas”. E acrescenta o autor que essa posse “fisicamente, é o conjunto de espaços que inclui o apossamento familiar conjugado com a área de uso comum, necessários para que o grupo social possa desenvolver suas atividades agroextrativistas de forma sustentável”.

Este preceito acerca da posse agroecológica é a base de sua função social, preconizada no artigo 186 da Constituição Federal, do qual se extrai que a terra não pode ser objeto de mera especulação, nem serve unicamente para atividade empresarial, que visa o lucro.

Com o desenvolvimento dos projetos de crédito de carbono, as atividades agrárias de agricultura, caça e extrativismo passaram a ser consideradas equivocadamente como violação da proteção florestal, sendo que constituem a base da subsistência e segurança alimentar das famílias. Além disso, o Plano de Uso passou a ser completamente violado, mesmo que elaborado pela própria comunidade, que definiram as diferentes formas de uso do solo, florestas e rios.

Além disso, com os projetos, o direito ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético passou a ser explorado ilicitamente, sem se submeterem a qualquer controle estatal e normativo. Esse conhecimento compreende técnicas de manejo de recursos naturais, métodos de caça e pesca, conhecimentos sobre a biodiversidade e diversos sistemas, como propriedades farmacêuticas, alimentícias, agrícolas, dentre outras. Afinal, como aponta a Convenção da Diversidade Biológica, promulgada pelo Brasil, os povos e comunidades tradicionais são os guardiões da diversidade biológica e participam de sua restauração, conservação e uso sustentável.

A violação do território tradicional também se percebe a medida que, as empresas proponentes e desenvolvedoras dos projetos atentaram contra o direito à consulta prévia, livre e informada⁸, que constitui norma convencional e princípio geral do direito internacional, devendo tal consulta ocorrer antes do ato administrativo ou legislativo que afete o território, isto é, antes de qualquer medida administrativa que autorize a implantação de projetos de REDD+ em área de uso e posse de comunidades tradicionais beneficiárias de PEAEX.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto acima, pode-se concluir que o debate acerca desse mercado ainda está sendo regulamentado, porém já existem normativas definidoras desse mecanismo de combate as mudanças

⁷ Decreto Federal nº 6.040/2007, Lei nº 11.284/2006, Lei Estadual nº 8.878/2019 e nas disposições do Código de Processo Civil (artigo 560), que asseguram a proteção ao direito à posse.

⁸ Previsto nos artigos 6º e 7º da Convenção nº 169 da OIT, em que o Brasil é signatário, por meio do Decreto Federal nº 5.051/2004, revogado pelo Decreto nº 10.088/2019.

climáticas a serem seguidas, como a as normas de pagamento por serviços ambientais. Quando se tratam de áreas públicas, é imprescindível a anuência dos órgãos responsáveis, sejam a nível federal, estadual ou municipal, bem como respeito aos procedimentos de consulta e consentimento livre, prévio e informado em casos de terras indígenas, territórios quilombolas e áreas destinadas a populações tradicionais. Além da fraude registral, no caso em tela houve interferência e modificação indevida dos planos de uso comum dos territórios e exploração indevida a pretexto de preservação florestal.

5. PALAVRAS-CHAVE

Crédito de carbono. Direitos territoriais. População tradicional.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TRENNEPOHL, Natacha. **Mercado de Carbono e Sustentabilidade**: desafios regulatórios e oportunidades. São Paulo: Saraivajur, 2022.

BENATTI, J. H. Posse coletiva da terra: um estudo jurídico sobre o apossamento de seringueiros e quilombolas. **Revista CEJ**, 1(3), 54-60, 1997. Disponível em: <[//revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/126](http://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/126)>. Acesso em 20 de set. 2023.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA EM TEMPOS DE CAPITALOCENO

GT05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

Stephanie Machado Vieira Brito¹

1. INTRODUÇÃO

Este resumo expandido tem por objetivo realizar parciais análises e considerações a respeito do Antropoceno, Capitaloceno e Plantationoceno e suas relações com a governança socioambiental global para a Amazônia (HARAWAY, 2016; TSING, 2020; FERDINAND, 2022). O objeto da investigação é o estudo de caso da cultura de dendê no município de Tomé-Açú, Alto-Acará, no Estado do Pará, convergindo temas de governança global, conflitos socioambientais e desenvolvimento de tipo sustentável (ROSENAU, 2000). De que modo as mudanças climáticas são resultados de políticas de governanças globais capitalocêntricas e como afeta a região amazônica?

2. METODOLOGIA

A metodologia é a partir de levantamentos bibliográficos com o estudo de caso da cultura de dendê no município de Tomé-Açú, Alto-Acará, no Estado do Pará, convergindo temas de governança global e desenvolvimento de tipo sustentável (ROSENAU, 2000). Será realizado estudo de caso envolvendo povos e comunidades tradicionais que são afetados por empreendimentos que atuam com a dedecultura, na região de Tomé-Açú, Pará.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No debate sobre o “Antropoceno” o filósofo indígena Ailton Krenak (2020) afirma que o nosso tempo tem uma especialidade em produzir ausências do próprio sentido da experiência da vida e que estamos todos sendo cada vez mais forçados a integrar a humanidade zumbi. Essa humanidade prega o fim do mundo como tentativa de fazer as pessoas desistirem dos próprios sonhos. Nesse sentido, é preciso abordar sobre a questão de como nós (humanidade) estamos vivendo em conjunto com o planeta Terra. Quando tratamos das relações entre homens, mulheres e a natureza podemos identificar a moderna sociedade que primeiro se afasta da natureza para poder dominá-la e que ao realizar essa dominação coloca esta (a natureza) a serviço dos interesses mais obscuros e mesquinhos, atendendo a sociedade do capitalismo financeiro global.

Malcolm Ferdinand, em *Uma Ecologia Decolonial* (2022), apresenta o conceito de Antropoceno, termo que se tornou famoso através de Paul Crutzen, o qual ganhou o Prêmio Nobel de Química em 1995, como dupla fratura colonial e ambiental da modernidade. Essa posição dualista que separa natureza e cultura, meio ambiente e sociedade, fixando uma escala vertical e horizontal de valores, estabelecendo o “homem”

¹ Mestra em Direito e doutoranda em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará (UFPA), s.vieirabrito2@gmail.com.

como estando acima da natureza com sua modernização de técnicas científicas e econômicas de dominação. Essa supremacia causa os efeitos colaterais, mensurados pela poluição da terra, perda da biodiversidade, alterações climáticas, à luz das desigualdades de gênero, das misérias sociais, das desigualdades étnicas e raciais, gerando o que o autor denomina por “vidas descartáveis”.

A lógica das vidas que podem ser descartáveis é uma tônica da sociedade moderna, essa lógica nega e suprime as outras humanidades, a pluralidade e formas de vidas que há no planeta Terra. Desde a revolução industrial no mundo europeu século XVIII, caracterizado por grandes mudanças tecnológicas como o surgimento da máquina a vapor e motor a combustão com intenso uso de combustíveis fósseis, as relações sociais foram profundamente alteradas. O desenvolvimento tecnológico alcançado nesse período foi concomitante às explosões demográficas e intensa exploração dos recursos naturais para atender as demandas da industrialização (GALEANO, 2013).

Esse modelo de crescimento econômico colonial-moderno começou a causar ruídos internacionais e a colapsar ecossistemas planetários apresentando experiências de destruição. Na década de 1960, a bióloga Rachael Carson ficou famosa com a publicação de seu livro “Primavera Silenciosa”, em que divulgou de modo muito contundente sobre a poluição do meio ambiente devido ao uso exagerado de produtos químicos tóxicos, principalmente do DDT, produto sintético utilizado em guerras como a do Vietnã e também em produtos alimentícios, são os que a autora denominou de “biocidas” ao invés de “inseticidas”. A utilização desse químico sintético ocorreu com a permissão do governo norte-americano e de outros países. Ela afirmou que: “[humanidade] parece estar se envolvendo cada vez mais em experiências de destruição de si própria e de seu mundo” (CARSON, p. 14).

Uma dessas experiências de destruição é a de que as nações mais empobrecidas são deliberadamente exploradas por governos europeus e norte-americanos, com concentração de práticas políticas de poder assimétricas, normas culturais que pregam o “progresso” e a “civilização”, imposição de infraestruturas legais e institucionais, bem como formações assimetrias da política comercial econômica. Configuram trocas desiguais entre nações reconhecidas como “grandes potências” econômicas e as nações de economias emergentes, um intercâmbio desnivelado que mutila as capacidades de o planeta se regenerar, produzindo uma desordem ecológica (ALMEIDA; KOLINJIVADI; GONÇALVES *et. al*, 2023).

Dentro dessa relação e do período do Antropoceno, podemos citar a política de governança global para a Amazônia, que desde 1992, pelo menos, ganhou uma importância internacional quanto a questão da biodiversidade da Amazônia, sustentando um ecossistema global. Dentro de políticas pensadas para a Amazônia, podemos tratar sobre a questão dos monocultivos de dendê na região, o qual estão inseridos em agroestratégias comandadas pelo capital transnacional e incentivadas por políticas governamentais a nível estadual, nível nacional e internacional se for considerar a existência da cultura do dendê em muitos países do trópico úmido, como a Indonésia.

Essas políticas governamentais estimulam e incentivam a alocação de grandes investimentos exógenos à realidade na Amazônia, a partir, inclusive, de um debate sobre o desenvolvimento sustentável. Essas modalidades de desenvolvimento sustentável, a partir do óleo de palma, de dendê, são uma forma de mecanismos de apropriação privada da terra pelo capital nacional e transnacional. A exemplo, nós temos o caso que ocorre em Tomé-Açu (SILVA, 2016). Além disso, esse modelo de apropriação do território tem desaguado em diversos conflitos socioambientais na região, envolvendo indígenas e quilombolas e empresas transnacionais.

No estado do Pará, formaram-se territórios usados pelas empresas produtoras de dendê, possibilitados por políticas estatais que foram relacionadas a interesses de grandes empresas nacionais e internacionais. Essas plantações de dendê se distribuem predominantemente na macrorregião do Nordeste paraense, os quais constituem territórios da rede. Essas plantações foram possibilitadas por ações governamentais de

política de estado, tais como o Plano Nacional de Produção de Uso de Biodiesel (2005) e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma, no Brasil (2010) (NAHUM *et. al.*, 2014).

A Panamazônia ocupa lugar central na definição da agenda (agenda setting) das práticas e novas modalidades de cooperação, governança e financiamento e, mesmo, na definição sobre políticas de desenvolvimento, o que inclui atores privados, e a relação com territórios. Já se constatou que a forma com que a humanidade tem se relacionado no planeta Terra tem provocado crises ecológicas e injustiças sociais, geradas pelo compromisso com acumulação de capital e crescimento econômico, os quais deságuam em políticas predatórias e que nunca questionam o projeto de modernização (ALMEIDA; KOLINJIVADI; GONÇALVES *et. al.*, 2023).

Parciais resultados do levantamento bibliográfico com o estudo de caso voltado para a dedeicultura no município de Tomé-Açu é de que as políticas de incentivo de plantio de monoculturas de dendê para extração do óleo dessa palma, nas esferas estadual, federal e a nível internacional, provocam alterações na floresta nativa na região, modificação dos modos de vidas dos povos e comunidades tradicionais que ali existem e ocupam as áreas desde meados do século passado. Esse cenário provoca conflitos socioambientais perigosos e, inclusive, resvalando na esfera criminal, do poder judiciário.

4. Conclusões/Considerações Finais

O Antropoceno se apresenta como um período em que a humanidade subverteu a sua coexistência com a natureza com intuito de dominação desta última. Essa forma de impor o poder dos homens sobre o planeta Terra tem produzido efeitos violentos de alterações climáticas, poluição, perda da biodiversidade, guerras, desastres ambientais e violências contra povos, desigualdades sociais. Esse esquema é engendrado pela era do capital que devora, uniformiza e barateia os recursos naturais, além de aniquilar com muitas vidas.

A governança global sobre desenvolvimento sustentável para responder às preocupações internacionais com a questão ambiental é importante, porém, válida se, principalmente às nações mais desenvolvidas, enfrentarem as reais estruturas desiguais que compõem o modelo de crescimento econômico de seus países. Será que as grandes potências estão dispostas a se confrontarem consigo próprias?

5. PALAVRAS-CHAVE

Amazônia. Dendeicultura. Governança global.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

ALMEIDA, Diana. KOLINJIVADI, Vijay. FERRANDO, Tomaso. ROY, Brototi. HERRERA, Héctor. GONÇALVES, Marcela. HECKEN, Gert Van. *The "Greening" of Empire: The European Green Deal as the EU First Agenda*. Rev: ScienceDirect: Journals&Books. Political Geography, vol. 105, august, 2023. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0962629823001038?via%3Dihub>>. Último acesso em 21.09.23.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. -/ Rachel Carson [traduzido por Claudia Sant'Anna Martins]. – 1 ed. – São Paulo: Gaia, 2010.

FERDINAND, Malcom. *Uma Ecologia Decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. [tradução Leticia Mei]. – São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América-Latina*. [tradução Sergio Faraco]. – Porto Alegre: L&PM, 2013.

HARAWAY, Donna. *Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes*. Trad. Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy. **ClimaCom – Vulnerabilidade** [Online], Campinas, ano 3, n. 5, 2016. Disponível em: <<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>>. Último acesso em: 21.09.23.

KRENAK, Aílton. *Ideias para adiar o fim do mundo* (Nova edição). Companhia das Letras: Capa comum – Edição padrão, 24 julho 2020.

NAHUM, J. S.; BASTOS, C. dos S. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 9, n. 17 Abr., p. 469–485, 2014. DOI: 10.14393/RCT91723628. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23628>. Acesso em: 22 set. 2023.

ROSENAU, James N. “Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial”. In: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (eds) (2000). *Governança sem Governo ordem e transformação na política mundial*. Pp11-46.

SILVA, Elielson. da; MAGALHÃES, S. B.; FARIAS, A. L. A. de. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia Paraense. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 11, n. 23 Jul., 2016. DOI: 10.14393/RCT112306. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/30699>. Acesso em: 22 set. 2023. TSING, Anna. “O Antropoceno mais que Humano”. *Manuscrito da Conferência de Encerramento da VII REACT – Reunião de Antropologia das Ciências e da Tecnologia*. Tradução e Revisão Técnica por Leticia Cesarino e Thiago Cardoso, 2020.

À CONSULTA PREVIA COMO GARANTIA DOS DIREITOS DA NATUREZA: O CASO POVOS INDÍGENAS DO RIO TAPAJÓS

GT05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

Vinícius Brito da Silva Machado¹

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto verificar qual o sentido e as possibilidades de utilização do Direito à Consulta e Consentimento Prévio, Livre, Informado, Culturalmente Adequado e de Boa-fé (CCPLI) a partir da perspectiva do Bem Viver dos povos indígenas do baixo rio Tapajós, no oeste do Estado do Pará, da Amazônia brasileira, na garantia dos Direitos da Natureza. Utilizando, para tal, o método antropológico da etnografia a partir das formulações de Geertz (1989), entendida aqui como uma forma de descrição da cultura enquanto um sistema de símbolos construídos, passível do que o próprio autor denomina como “descrição densa”.

Reflexão desenvolvida a partir das experiências que adquirimos auxiliando na produção dos protocolos de consulta do povo Tupinambá, Munduruku, Kumaruara, Tapajó, Jarakí e Arapiun, mediante o serviço de assessoria jurídica junto ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Em 2018 finalizamos o protocolo Tupinambá, em 2021 o protocolo Munduruku e no dia 11 de fevereiro de 2023 o do povo Kumaruara. Está em via de finalização o protocolo do território Cobra Grande, desenvolvido pelos povos Tapajó, Jarakí e Arapiun. São povos de recente autoidentificação e vivido processo de etnogênese (PACHECO DE OLIVEIRA; FREIRE, 2006). Convivem com inúmeras situações conflituosas e estão em luta pela garantia dos seus territórios, na linha de frente contra o agronegócio, garimpo ilegal, madeireiras etc.

Para tanto, está em desenvolvimento uma observação e análise sobre as lutas pela garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas por meio da utilização do direito à CCPLI, consagrada na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011), na Declaração das Nações Unidas sobre Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU, 2008) e na Declaração da América sobre os Direitos dos Povos Indígenas da Organização dos Estados Americanos (OEA, 2016).

Dessa maneira, pensar o Direito à CCPLI como uma forma de expressão do pluralismo jurídico é válida. A luta dos povos indígena do baixo rio Tapajós por seu Bem Viver é uma forma de luta pela interlegalidade (SANTOS, 1987), é a expressão de uma sensibilidade jurídica (GERTZ, 2007). Uma luta contra a colonialidade (QUIJANO, 2005), pois “o pluralismo jurídico pode ser caracterizado pela coexistência de diversos ordenamentos jurídicos no mesmo espaço geográfico, advindo de fontes diferentes, e não necessariamente dos órgãos estatais” (BENATTI, 2013, p. 29), onde a fonte destes povos é o seu Bem Viver, equalizado nas suas relações sociais, internas e externas, com a Natureza e o Direito.

¹ Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Antropologia e Bacharel em Direito, ambos os títulos pela UFPA. Especialista em Direito Agrário pela Universidade de Goiás (UFG). Membro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Membro do grupo de pesquisa Cidade Aldeia e Patrimônio na Amazônia, da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia da UFPA e do escritório de advocacia Machado, Brito, Will, Macedo & Pimentel Sociedade de Advogados. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0745494190799893>. E-mail: vinicius_s.m@hotmail.com.

Nossa pergunta problema é: Para os povos indígenas do baixo rio Tapajós, no Oeste do Estado do Pará, da Amazônia Legal brasileira, qual o sentido do protocolo de consulta e consentimento prévio, livre, informado, culturalmente apropriado e de boa-fé (CCPLI) para a garantia do seu Bem Viver e dos Direitos da Natureza?

Nosso objetivo geral é analisar o sentido do direito à CCPLI para os povos indígenas do baixo rio Tapajós, no Oeste do Estado do Pará, da Amazônia Legal brasileira, na defesa do Bem Viver e em relação ao Direito da Natureza.

Específicos: 1) Caracterizar a utilização do direito à CCPLI e sua relação com o Bem Viver e os Direitos da Natureza dos referidos povos indígenas do baixo rio Tapajós. 2) Debate em relação à teoria do Direito, mais precisamente à teoria dos Direitos humanos e suas relações com Bem Viver e os Direitos da Natureza. 3) Verificar a eficiência do direito à CCPLI para os povos indígenas do baixo rio Tapajós diante dos grandes projetos planejados para a região.

2. METODOLOGIA

De cunho etnográfico, esta pesquisa se orienta pelas formulações de Geertz (1989), para quem a etnografia é uma forma de descrição da cultura, entendida como um sistema de símbolos construídos passível do que o próprio autor denomina como “descrição densa”. Suporte metodológico para estudar os direitos diferenciados dos povos indígenas, seu Bem Viver, sua relação com a natureza e realizar a tradução intercultural do poder imaginativo dessa sensibilidade jurídica (GEERTZ, 2007) para gerenciar as diferenças de modo a garantir satisfatório espaço de diálogo que possibilite a compreensão do “outro” e a melhoria da compreensão da Cultura e do Direito em que se está inserido.

Utilizaremos como técnica metodológica entrevistas estruturadas e semiestruturadas, bem como atividades em grupos focais de forma a registrar a diversidade de pensamento dos povos indígenas do baixo Tapajós (gravadas com o consentimento) e observação participante em assembleias e reuniões, além de realizar, de forma contínua, pesquisa bibliográfica e legislativa sobre a questão aqui tratada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O direito entre vias, antropocêntrico e biocêntrico na transição descolonial: este ponto apresenta um debate em relação à teoria do Direito, mais precisamente a teoria dos Direitos humanos e suas relações com filosofias outra em relação aos conceitos: 1) antropocêntrico, uma racionalidade em que o homem é o centro de todas as questões, um conjunto de perspectivas que dizem respeito a dita “humanidade esclarecida” (KRENAK, 2019) e suas contradições e dificuldades de superação de seus dilemas; e 2) biocêntrico, uma elaboração que coloca no centro das questões a relação humana com a natureza e todas as suas decorrências epistêmicas, filosóficas, sociais e jurídicas. Apontando para as possibilidades existentes nesse período de incertezas, tendo como norte as experiências dos povos do sul que resistem e se orientam com saberes oriundos de relações mais equilibradas e conectadas com a natureza na transição decolonial.

Os povos do rio Tapajós: apresentará o processo social de retomada étnica dos povos do baixo Tapajós, como ocorreu o processo de etnogênese, na dimensão política, cultural e jurídica. Ponto que permite entender o pluralismo jurídico existente nos territórios reivindicados pelos povos.

Também, será descrito, a partir das entrevistas e descrição etnográfica, o Bem Viver de cada povo escolhido para compor a pesquisa e a relação dessas práticas culturais, sociais, políticas, jurídicas e espirituais com os Direitos da Natureza dos povos do baixo rio Tapajós. Como também a relação dos protocolos de consulta, uma ferramenta de defesa e proteção do bem viver dos povos, como os Direitos da Natureza.

A luta por direitos, utilização do direito à CCPLI: aqui apresentamos as ameaças e os ataques que estão ocorrendo com os povos indígenas do baixo rio Tapajós. As disputas que estão ocorrendo em relação ao

território, a luta pela demarcação das terras indígenas, o combate aos avanços do agronegócio, em especial a soja e sua política de ocupação, como também a implementação de grandes projetos de infraestrutura, como hidroelétricas, ferrovias e hidrovias.

Projetos que não têm respeitado as normas jurídicas, pois estão em desenvolvimento à revelia dos povos, não respeitam os protocolos de consulta e ameaçam seu Bem Viver, colocando em risco a relação com a natureza.

Conexões: neste tópico serão expostas as principais reflexões sobre a pesquisa e sobre os resultados obtidos com as entrevistas, participações, vivências, trocas e diálogos com os interlocutores, levando em consideração as pesquisas jurisprudenciais, bibliográficas e documentais, um cruzamento entre os dados obtidos com as ferramentas jurídicas e com as antropológicas. Será apresentada a relação que os protocolos de consulta possuem com a luta pela garantia do Bem Viver dos povos indígenas do baixo rio Tapajós e a importância dessa defesa para os Direitos da Natureza, uma análise jus-antropológica de profundidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os povos indígenas do rio Tapajós, o sentido do protocolo de CCPLI para a garantia do seu Bem Viver e dos Direitos da Natureza pode ser entendido em três dimensões, quais sejam: 1) organizativa; 2) educativa; 3) combativa, 4) protagonizante.

A dimensão organizativa está ligada a produção dos protocolos, no fortalecimento das organizações de base dos referidos povos indígenas, devido ao processo de articulação entre as aldeias durante referida produção.

A dimensão educativa se conecta com a tomada de consciência por parte dos interlocutores ao se depararem com instrumentos jurídicos que garantem direitos ao Bem Viver e possibilitam ampliação dos horizontes jurídicos.

A dimensão combativa diz respeito à utilização dos protocolos de CCPLI como arma no enfrentamento às ameaças ao Bem Viver e aos Direitos da Natureza dos povos indígenas mencionados, tais como madeireiros, agronegócio, grandes projetos mineradores e energéticos, entre outros.

E protagonizante se refere a tomada de decisão dos povos sobre os rumos de sua história, de suas construções, reproduções e ressignificações sobre os seus direitos e estratégias de autônomas dos rumos a seguir.

5. PALAVRAS-CHAVE

Povos Indígenas; Protocolo de Consulta; Direitos da Natureza.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENATTI, José Heder. **Posse agroecológica & manejo florestal**. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2013.

OEA. **Declaração americana sobre os direitos dos povos indígenas**. Brasília, 2016.

OIT. **Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes**. Brasília, 2011.

ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas**. Rio de Janeiro, 2008.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC. 1989.

_____. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 2007.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo. Companhia das Letras. 2019.

KUMARUARA. **Protocolo de consulta prévia livre e informada do povo Kumaruara**. Santarém: CIMI, 2023.

MUNDURUKU. **Protocolo de consulta prévia livre e informada do povo Munduruku**. Santarém: CIMI, 2021.

PACHECO DE OLIVEIRA, J.; FREIRE, C.A.R. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidade del saber: eurocentrismo y ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, pp. 227-278, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Law: A Map of Misreading. Toward a Postmodern Conception of Law**. *Journal of Law and Society*, v. 14, n. 3, pp. 279-301, 1987.

TUPINAMBÁ. **Protocolo de consulta prévia livre e informada do povo Tupinambá**. Santarém: CIMI, 2018.

[CONS]CIÊNCIA PARA CUIDAR DA MÃE-TERRA: MULHERIDADES E PARADIGMAS CONTRACOLONIAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

GT05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

Isabell Theresa Tavares Neri¹

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia tem enfrentado desafios dantescos sobretudo nos últimos 4 anos, momento histórico que testemunhou o agonizar de um país cada vez mais cindido. Como enfatiza Malheiro (2023), há uma atmosfera caracterizada pelo avanço dos discursos fundamentalistas neopentecostais, a cultura dos rodeios e a ameaça à democracia que flerta com o fascismo.

Ainda segundo o pesquisador, estamos falando de mais de 5 milhões de quilômetros de floresta sob o sol, 400 bilhões de árvores e 20 trilhões de litros de água produzidos diariamente que estão gravemente ameaçados. Violências crônicas, cuja capacidade de resiliência se faz presente ainda que em contextos políticos onde os ventos sopram a favor de governantes que se consideram mais progressistas.

Para Malheiro (2023), é impossível deter esta engenharia de destruição sem os paradigmas forjados pelas comunidades ancestrais que coevoluíram com a Amazônia. Por isso este resumo apresenta o recorte de uma dissertação de mestrado finalizada em 2018 que buscou realizar um mapeamento dos conhecimentos anticoloniais desenvolvidos por mulheres não brancas, ribeirinhas, migrantes e camponesas que residem nas inúmeras geografias que constituem a Amazônia paraense. Importante enfatizar que os cuidados éticos foram adotados, inclusive a aprovação do Comitê de Ética através do parecer de número: 2.232.950, além da preservação de suas identidades com nomes fictícios.

2. METODOLOGIA

Antropólogos como Pacheco de Oliveira (1999) discutem sobre o dilema entre o engajamento político e a neutralidade científica que se instalou no “sistema nervoso central” dos estudos etnográficos.

A etnografia tem sido uma ferramenta valiosa na busca pela aferição da eficácia das políticas públicas, na ampliação do diálogo com a sociedade civil e na agência (empoderamento) das aldeias, quilombos e comunidades tradicionais. Mas tais circunspeções são interpretadas como graves ameaças à integridade da objetividade e da neutralidade dos estudos científicos.

No entender de Pacheco de Oliveira (2004), a questão central é que há contradições entre os dogmas, vulgatas e interpretações arbitrárias referentes às teorias antropológicas de um lado e um campo investigativo cravejado de dilemas e desafios do outro. Contratempos que o intelectual vai denominar de *Cultural lag*, uma espécie de mal-estar que ultrapassa as críticas às epistemologias colonizadoras.

Tal agrura possui vários tensionamentos, mas o principal corresponde a um olhar antropológico exteriorizado. Ou seja, a antropologia clássica interpreta que as aldeias, quilombos, comunidades tradicionais e periferias estão distantes das cartografias ocidentais.

¹ Doutora em educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação-PPGED (Universidade Federal do Pará-UFGPA), mestre em educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação-PPGED (Universidade do Estado do Pará) e professora colaboradora do Instituto de Ciências da Educação-ICED/UFGPA. E-mail: isabell.neri@iced.ufpa.br

Segundo as palavras do antropólogo:

o mais central entre todos é a externalidade do olhar antropológico, pressuposição que está diretamente conectada a fatores definidores da natureza da pesquisa (a sua dissociação dos interesses em jogo; a preocupação com a descrição objetiva, baseada na observação, na abstração de inferências e no teste empírico; o uso de categorias analíticas na busca de explicações distanciadas e supostamente mais eficientes do que as “teorias nativas” (Pacheco de Oliveira, 2009, p.49).

O platô desta “ótica marciana” é a cristalização de papéis dicotomizados: de um lado há a/o antropólogo/a, comumente conhecido como o “especialista em culturas exóticas,” e do outro a/o dita/o nativa/o.

Esse é o pano de fundo para que a viagem se torne, nas palavras de Pacheco de Oliveira (2009), o sucedâneo do laboratório. Há, portanto, um foco na descrição da viagem em detrimento do aprofundamento e amadurecimento do caráter inventivo e dialógico das pesquisas em ciências humanas. A produção coparticipativa, biografias, registros orais dentre outras metodologias socialmente engajadas, criativas e críticas são soterradas pelo trabalho de gabinete que sucede a viagem. “Os argumentos vão para os arquivos e prateleiras, onde os iremos reencontrar anos depois, recobertos de poeira, enquanto continuamos a pensar da mesma forma que o fazíamos antes” (Pacheco de Olivera, 2009, p.2).

Todavia, as/os chamadas/os nativas/os são, na realidade, grupos informais periféricos, migrantes, campesinas/os e comunidades tradicionais que também estão inseridas nas dinâmicas sociais ocidentais.

São distintos pontos de vista que não podem ser ignorados no decorrer do percurso da pesquisa. Contratempos e rugas são inevitáveis no âmbito das relações entre a/o pesquisadora/o e as/os intelectuais públicas/os que não podem mais ser aplainados apenas com o compartilhamento de miçangas, tabacos ou a realização de fotografias (Pacheco de Oliveira, 2004).

A decisão sobre os objetivos da investigação não se restringe mais à/ao pesquisadora/or e à/ao orientadora/o, exigindo a aprovação da própria comunidade a ser investigada que tem o direito de ponderar se os benefícios superam os prováveis entraves e desconfortos acarretados pela investigação.

Tal encruzilhada imposta pelo *cultural lag* na esfera da etnografia mostra que as águas agitadas da história da antropologia não podem mais ser encobertas por teorias divorciadas da realidade sociocultural que se apresentam como verdadeiros “olhos d’água,” a exemplo de clássicos que caíram nas armadilhas da ortodoxia e de aplicações arbitrárias.

Concordamos com a pertinente provocação de Pacheco de Oliveira (2004) ao afirmar que devemos retirar das mesas os antigos troféus das vulgatas da teoria social para dar lugar aos estandartes das inovações metodológicas de modo a situar os debates teóricos e os métodos no chão dos movimentos sociais, comunidades tradicionais e grupos migrantes. É nesse sentido que acessamos os densos debates epistemológicos e políticos suscitados pelas epistemologias afrocentradas condensados neste resumo no sentido de cultura a partir da cosmo-sensação Kawaida:

[...] o conceito de integralidade, por sua vez, se remete ao conceito Kawaida de cultura, **que é a totalidade do pensamento e da prática pelos quais um povo se cria**; se celebra, se sustenta, se desenvolve; e se introduz à história e à humanidade. Essa atividade ocorre em ao menos sete áreas básicas: 1) história; 2) religião (espiritualidade e ética); 3) organização social; 4) organização econômica; 5) organização política; 6) produção criativa (artes plásticas, música, literatura, dança, teatro), 7) *ethos* [...] [grifo nosso](Karenga, 2009, p.342).

O significado cultural *Kawaida* por sua vez se conecta ao conhecimento *Dogon*, uma concepção de “aquisição do conhecimento que se coloca como um processo contínuo de vir-a-ser-no-pensamento-e-na-prática” (Karenga, 2009, p.339). Sem a pretensão de aprofundar, por conta da necessidade da objetividade

que este resumo exige², elencamos as 4 propriedades essenciais que constituem tal metodologia científica que decretou “o obituário intelectual do projeto eurocêntrico e apresentaram o conceito de relevância social na educação [...]”(Karenga, 2009, p.338).

São processos investigativos no âmbito da educação que estão cravejados de preceitos interdisciplinares. Nesse sentido, “[...] esses tipos de conhecimentos, então, podem ser caracterizados como: 1) **giri-so**, conhecimento descritivo; 2) **benne-so**, conhecimento analítico; 3) **bolo-so**, conhecimento comparativo; 4) **so-dayi**, conhecimento ativo” (Karenga, 2009, p.340).

3. Resultados e Discussão: as amazônidas vão falar, e numa boa, dos conhecimentos matrilineares sobre a terra

Destacamos, dentre os inúmeros relatos feitos pelas intelectuais públicas amazônidas, e que foram sistematizados em uma pesquisa de mestrado, algumas falas referentes aos conhecimentos agroecológicos buscando realizar uma tessitura entre os mesmos e os preceitos científicos matrilineares afrocentrados.

Nesse sentido, procuramos estabelecer uma polifonia de paradigmas ancestrais ligados à cultura da terra, especificamente no que se refere ao cultivo de tubérculos, cereais e frutas.

Sobre a lavra da mandioca, a intelectual pública Aracy (Neri, 2018, p.229) apresenta a seguinte explicação:

para plantar a mandioca, tem que fazer a roça, queimar ela, cavar um buraco. Tem diferença de roçado para terreiro. O terreiro custa a dar mandioca e às vezes nem nasce pé de mandioca. O roçado, não, porque você tem o mato. Você queima e tem como sustentar a maniva [...]

Ao estabelecermos um diálogo afrocentrado com a realidade amazônica sob as lentes do *giri-so*, potencializamos a capacidade de realizar um exercício de retificação da história da ciência, resultando em impactos positivos para a valorização dos conhecimentos, da autoestima e do fortalecimento das lutas pelos direitos humanos de quilombos, aldeias e comunidades tradicionais.

Afinal, segundo E. Nascimento (2009), o exercício de enfrentamento ao eurocentrismo, a partir de robustas comprovações epistemológicas, mostrou que a primeira revolução tecnológica da humanidade foi a agricultura, tendo como palco a porção central do continente africano que por sua vez já estabelecia relações com os povos latino-americanos que precederam a própria invasão europeia.

O próximo relato ilustra a intimidade que as culturas matrilineares estabelecem com a terra:

a plantação do arroz[...] só é jogar em cima da terra, ele cresce e você vai tirando com uma faca. O arroz tem que estar com a terra meio molhada para poder plantar[...] O milho é o mesmo processo também, só que tem que colocar debaixo da terra. E o arroz é em cima da terra, mas a terra é a mesma (Aracy [Neri, 2018, p.229).

E. Nascimento (2009) destaca as contribuições epistemológicas de Cheikh Anta Diop, um intelectual senegalês e polímata, que causou abalos sísmicos nos alicerces eurocêntricos ao defender a tese da teoria dos dois berços civilizatórios, um meridional e o outro setentrional.

A principal característica do primeiro, que corresponde às geografias não ocidentais, era a matrilinearidade. Civilizações extremamente sofisticadas que eram predominantemente chefiadas por mulheres.

A combinação entre o clima tropical favorável e o domínio das ciências da terra pelas intelectuais ancestrais de inúmeras comunidades permitiram o amadurecimento de uma cultura alimentar pautada no cultivo de frutas e grãos. Isso significa que os passos descritos pelo excerto anterior não são aleatórios, apresentando uma lógica rigorosa e um lastro empírico que sintetiza o acúmulo de paradigmas insurgentes que percorrem as correntes sanguíneas e cognitivas de inúmeras gerações.

² Ver a tese de doutorado **Pedagogias amefricanas-amazônidas: corpos, lutas e vivências educativas de um movimento de mulheres na Amazônia paraense.** (NERI, 2023).

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tirar a Amazônia desta temerária encruzilhada civilizatória? Certamente que a resposta está na valorização dos paradigmas, pedagogias e conhecimentos elaborados pelas comunidades ancestrais amazônicas.

Em nossa percepção, não se trata de apenas denunciar o colonialismo que sequestrou tanto as plataformas constitucionais, políticas, sociais e econômicas quanto a produção do conhecimento, ou de estabelecer dicotomias entre o saber popular e o conhecimento científico, mas em repensar os sentidos e significados que atribuímos à própria ciência, promovendo o reconhecimento de uma “via láctea espiral” de paradigmas que implodem científicas androcêntricas e brancocêntricas.

5. PALAVRAS-CHAVE

Amazônia; Mulheridades; Agroecologia;

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MALHEIRO, Bruno. Brasil como máquina de esquecimento da Amazônia. *Amazônia Latitude*. 18 de jan. 2022. Disponível em: < <https://www.amazonialatitude.com/2022/01/18/brasil-como-maquina-de-esquecimento-da-amazonia/>> Acesso em 26 de set. 2023.

NERI, T.T Isabell. *Cartografia de saberes de mulheres ribeirinhas na Amazônia paraense*. Dissertação (mestrado em educação)-Programa de pós-graduação em educação, Universidade dos Estado do Pará. Belém, p.248. 2018.

_____. *Pedagogias Amefricanas-Amazônicas: corpos, lutas e vivências educativas de um movimento de mulheres na Amazônia paraense*. Tese (doutorado em educação)- Programa de Pós-graduação em educação, Universidade Federal do Pará. Belém, p.476. 2023.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais da antropologia. *Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa*. Fiocruz/ Rio de Janeiro, 2004.

KARENKA, Maulana. A função e o futuro dos estudos Africana: reflexões críticas sobre sua missão, seu significado e sua metodologia. In: NASCIMENTO, E.L (org) *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

O MERCADO BRASILEIRO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES E SEU IMPACTO NA GOVERNANÇA GLOBAL DO CLIMA

GT05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

Jose Airton Carneiro Junior¹

INTRODUÇÃO

O presente resumo tem por objetivo refletir sobre a regulação do mercado brasileiro de redução de emissões por meio do Projeto de Lei 412/2022, o qual fez a opção de vetar a participação dos entes subnacionais deste comércio e seu impacto na governança global do clima. Para tanto, parte-se do seguinte questionamento: De que forma a opção do legislador impacta na governança global do clima frente aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na agenda ambiental? Para tanto, uma busca exploratória e uma pesquisa de cunho documental foi realizada para a concretização do objetivo deste trabalho. Diante disso, conclui-se que a escolha pela exclusão de dos entes subnacionais do mercado nacional de emissões, além de violar dispositivos normativos constitucionais e internacionais em matéria ambiental, pode também sinalizar uma incoerência da política da política ambiental brasileira nos âmbitos interno e externo, em um mundo que busca concertação e união em prol das metas climáticas.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica de cunho documental, com uma abordagem exploratória. A ideia da pesquisa resultou da apresentação de seminário temático da disciplina “Governança Global e Desenvolvimento”, na qual o tema em questão foi abordado pelo autor do presente resumo expandido.

A partir desse momento, além do referencial teórico disponibilizado na ementa da disciplina, foram utilizadas ferramentas de pesquisa disponibilizadas na rede mundial de computadores com o intuito de selecionar artigos científicos que tratassem sobre a temática, bem como documentos legais e notícias de periódicos, no recorte temporal de 2018 a 2023 que retratassem o panorama da situação ambiental do Brasil tanto durante a gestão do governo Bolsonaro, como na gestão do governo Lula, ao que tange as promessas de união e cooperação em relação à questão ambiental para a contextualização do estudo. Além de notícias que retratassem a atuação dos entes subnacionais sob esse pano de fundo. A escolha pelo Estado do Pará enquanto ente subnacional, resulta pelo fato de o pesquisador estudar e residir no referido ente da federação.

Após o levantamento dessas informações, procedeu-se ao confronto com a bibliografia e a reflexão do tema em relação à tentativa de exclusão dos entes subnacionais do mercado brasileiro de emissões e seu impacto na governança global no clima, da qual o Brasil faz parte e apoia, o que resultou no presente trabalho.

¹ Mestrando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Advogado. Bolsista do CNPQ. E-mail: carneiro_airton@yahoo.com

DISCUSSÃO E RESULTADOS

O Brasil sempre foi um país referência ao que tange as questões ambientais, seja por seu protagonismo na agenda global, seja pela técnica de suas legislações de proteção ambiental que servem de inspiração para outros países ao redor do globo. No entanto, durante a gestão do governo Bolsonaro, houveram reiteradas tentativas de desmonte não só da agenda ambiental, como também dos sistemas de proteção ambiental vistas como “travas ambientais” (O LIBERAL, 2022, *online*) que atrapalhavam não somente os planos de expansão do agronegócio brasileiro, mas também o ideário de desenvolvimento econômico para o país elegido pela referida gestão.

Nesse contexto, exacerbou-se a preocupação da comunidade internacional com a Amazônia, sendo a integridade da floresta um dos assuntos mais importantes e debatidos no cenário geopolítico global, frente as recorrentes notícias e dados que atestam o desmatamento e o estado de saúde do bioma num cenário no qual o comprometimento com os objetivos para o desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU embora cogentes, estariam comprometidos.

Com isso, os entes subnacionais da Amazônia (na figura dos Estados e municípios) afetados pela suspensão dos repasses de recursos internacionais que financiavam projetos de desenvolvimento sustentável como os do Fundo Amazônia, se utilizaram de instrumentos paradiplomáticos e se uniram na forma de consórcios interestaduais para dizer ao mundo que por mais que a posição do Brasil naquele momento definida pelo governo Bolsonaro não representava a posição dos estados da federação brasileira, os quais representados pelo consorcio Amazônia Legal, comprometidos com a questão ambiental, pois a verdadeira “união se faz pela soma das partes” (CANAL RURAL, 2022, *online*).

De fato, a atuação paradiplomacia dos estados da Amazônia legal, por intermédio do consorcio Amazônia legal foi de suma importância para a manutenção da estabilidade dos projetos de desenvolvimento sustentável já em curso além de sinalizar ao mundo que a questão ambiental ainda era uma pauta prioritária ao Estado Brasileiro, já que “as ações subnacionais tornam-se assim um meio de pressionar contra a inércia dos governos nacionais, e elas acabam por moldar, facilitar e mudar seu comportamento no cenário internacional” (GONÇALVES, 2022, p.102)

Segundo Mauad (2014, p.24) o Estado deixa de ser o ator com exclusivo poder de agência, as organizações internacionais abrem espaço para outros cenários de atuação não formalizados ou parcialmente formalizados e os assuntos domésticos passam a permear a política internacional, pois autonomia dos Estados foi reduzida pelo fato de que problemas domésticos agora possuem um inescapável componente internacional.” (ROSENAU, 1992, p. 127)

Com a eleição do Presidente Lula, e sua promessa de reavivamento do protagonismo brasileiro nas pautas relacionadas ao meio ambiente, acreditou-se que a atuação dos entes subnacionais teria papel estratégico na governança do clima, tendo em vista sua função de resistência na gestão passada. Tanto que na COP 28, a delegação do Brasil foi representada por Lula (até então presidente eleito) e não por Jair Bolsonaro (LEITE, 2022, *online*), além de ter participação dos entes subnacionais (SAAVEDRA, 2022, *online*).

No entanto, o discurso sobre importância da cooperação dos entes subnacionais na governança do clima foi posto à prova no ato da tramitação do projeto de lei 412/2022, o qual regula o mercado brasileiro de redução de emissões o qual excluiu a participação dos entes subnacionais do referido comércio, concentrando todos os mecanismos de ação e de decisão no ente central, a união federal.

A exclusão dos entes subnacionais do mercado de emissões brasileiro transgride marcos legais importantes como o parágrafo quinto do artigo 41 do Código Florestal (BRASIL, 2012), o qual prevê que o mercado de serviços ambientais deve necessariamente integrar todos os entes da federação. Além disso, viola não só o pacto federativo em matéria ambiental sacramentado na Constituição da República em seu artigo 23, incisos VI e VII (BRASIL, 1988), os quais definem a proteção do meio ambiente e de preservação das florestas, da fauna e da flora enquanto matérias de competência comum a todos os entes da federação.

É importante ressaltar que a atuação do Estado do Pará na agenda ambiental global foi de suma importância para firmar um posicionamento da Amazônia em relação às questões ambientais durante a gestão do governo Bolsonaro, sendo contundentes as ações para conformar as políticas ambientais do Estado aos padrões da agenda ambiental global. Tanto que durante a suspensão dos recursos do Fundo Amazônia, por ser o ente federado mais afetado pela interrupção dos repasses, criou o Fundo Amazônia Oriental (BORGES, 2021, *online*), com o intuito de suprir essa ausência de recursos que tanto prejudicou projetos de desenvolvimento sustentável.

Tal posição é demonstrada não só em discursos institucionais para os meios de comunicação, mas também por instrumentos normativos que corroboram a posição pró sustentabilidade do ente subnacional como a Lei Estadual nº 9.048/2020 (Política estadual sobre mudanças climáticas) e o Plano Estadual Amazônia Agora (Plano de Bioeconomia), os quais almejam compatibilizar o desenvolvimento econômico às políticas de redução das emissões de gases de efeito estufa cumprindo os padrões globais de competitividade e desempenho ambiental. Tanto que Belém, a capital do estado, foi escolhida como sede da COP²³0 em 2025 (RIBBEIRO, 2023, *online*).

Aliás, cooperação é a palavra-chave no que concerne na governança global do clima, principalmente quando se fala sobre o mercado de emissões e as metas a serem cumpridas pelos países. Além dos dispositivos legais acima mencionados, o PL 412/2022 viola o artigo 11 alínea 2 do Acordo de Paris (BRASIL, 2017), o qual ressalta não só o papel da colaboração de todos os atores em todos os níveis de governo, mas também reitera a necessidade de que a cooperação é elemento cogente para o cumprimento das metas na governança global do clima.

Assim, conforme os ensinamentos de Setzer et al (2012 p.132) o efetivo enfrentamento das questões ambientais globais necessita da ação cooperada e coordenada de sistemas de governança baseados em diversos níveis (estatais, supra, infra e interestatais) e compostos por atores estatais, infraestatais (regionais e locais) e não governamentais, cada um desempenhando uma variedade de papéis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, dito isso, é importante que o discurso do Estado Brasileiro nos fóruns mundiais do clima, o qual prega a união e a concertação, seja congruente e se reflita em suas ações no campo legislativo e das políticas públicas no âmbito doméstico, sob pena de repetir a mesma incongruência a qual foi caracterizada a gestão do governo Bolsonaro em matéria ambiental.

A opção do legislador pela exclusão dos entes subnacionais do mercado de carbono, sinaliza não só uma contradição no discurso institucional do Estado Brasileiro, pois ao passo que reconheceu a importância da atuação desses entes não só para a manutenção da estabilidade da política ambiental brasileira durante o governo Bolsonaro, e reconhece tal atuação enquanto fundamental para o cumprimento das metas climáticas, os alija de mecanismos importantes de governança que são imprescindíveis para a agenda ambiental brasileira.

Portanto, faz-se necessário que a participação dos entes subnacionais no mercado brasileiro de emissões com o objetivo não só de fortalecimento da governança global do clima e do melhor cumprimento das metas climáticas assumidas pelo Brasil perante o Acordo de Paris, mas também de obedecer as diretrizes constitucionais de preservação e proteção do meio ambiente com base na cooperação de todos os entes públicos e de toda a coletividade.

² Conferência das Partes (COP) é o encontro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizado anualmente por representantes de vários países com objetivo de debater as mudanças climáticas, encontrar soluções para os problemas ambientais que afetam o planeta e negociar acordos

PALAVRAS-CHAVE

Entes Subnacionais; Bioeconomia; Mercado De Carbono

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23/05/23.

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre o Código Florestal Brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 mai. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em: 23/05/23.

BRASIL. **Decreto nº 9.073**, de 5 de junho de 2017. Promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 jun. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9073.htm. Acesso em: 23/05/23.

BORGES, André. Sem Fundo Amazônia, Pará cria iniciativa estadual para tentar captar verbas. In: **ESTADÃO**. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/sem-fundo-amazonia-para-cria-fundo-estadual-para-tentar-captar-recursos-ao-meio-ambiente/>. Acesso em: 23/05/23.

GONÇALVES, Alcindo Fernandes. Governança Global e Relações Internacionais. **Caderno de Relações Internacionais**, v. 13, n. 24, 2022.

LEITE, Marcelo. Lula vai à COP para retomar protagonismo do Brasil no Clima. In: **UOL**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/11/lula-vai-a-cop-para-retomar-protagonismo-do-brasil-no-clima.shtml/>. Acesso em: 23/05/23.

MAUAD, Ana Carolina Evangelista. Governança global: intersecções com paradiplomacia em meio à crise climática. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 78, p. 17-28, 2014.

REDAÇÃO CANAL RURAL. Na Cop26, governadores lançam Consórcios Brasil Verde. In: **CANAL RURAL**. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/governadores-lancam-consorcio-brasil-verde/>. Acesso em: 23/05/23.

REDAÇÃO O LIBERAL. Presidente Bolsonaro fala sobre “travas ambientais” para o desenvolvimento econômico do Brasil. In: **O LIBERAL**. Disponível em: <https://www.oliberal.com/politica/presidente-bolsonaro-fala-sobre-travas-ambientais-para-o-desenvolvimento-economico-do-brasil-1.517421>. Acesso em: 23/05/23.

RIBBEIRO, Leonardo. ONU confirma Belém como sede da COP30 em 2025. CNN Brasil, 23 de maio de 2023. In: **CNN BRASIL**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/onu-confirma-belem-como-sede-da-cop-30-em-2025/>. Acesso em: 23/05/23.

ROSENAU, James N. **Governança Sem Governo: Ordem e Transformação na Política Mundial**. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

SAAVEDRA, Aline. COP 27: Governador Helder Barbalho participa do ‘Encontro Governadores pelo Clima - Ratificação da Coalizão’. In: **AGÊNCIA PARÁ**. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/39396/cop-27-governador-helder-barbalho-participa-do-encontro-governadores-pelo-clima-ratificacao-da-coalizao>. Acesso em: 23/05/23.

SETZER, Joana; REI, Fernando; CUNHA, Kamyla Borges. A Rio+ 20 e o quadro institucional pelo desenvolvimento sustentável: o papel dos governos subnacionais na governança ambiental global. **Revista de Direito Internacional**, v. 9, n. 3, p. 129-140, 2012.

A AMAZÔNIA E A GOVERNANÇA DA SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS ARRANJOS DA GOVERNANÇA GLOBAL

GT05 – Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico

Ananda Ridart Ribeiro Duarte¹

Marcos Felipe Rodrigues de Sousa Sousa²

1. OBJETO DE TRABALHO E OBJETIVOS

A partir das transformações relativas à governança global e as problemáticas diretamente capitaneadas por ela, tais como os efeitos dos acordos internacionais nas tomadas de decisões dos Estados Nacionais perante as mudanças climáticas, algumas perguntas se fazem presente para compreensão dessa dinâmica. Primordialmente nos processos cada vez mais inter-relacionados sob os parâmetros do ideal de sustentabilidade e que são presentes na Amazônia. Como exemplos: qual a importância da Amazônia nesse debate global? De que forma a agenda climática global influencia a agenda climática e ambiental do Estado brasileiro? Quais as contradições do paradigma da sustentabilidade envolvendo arranjos visando o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento econômico? Para responder a esses questionamentos, o trabalho utiliza da discussão sobre governança global, sustentabilidade e uma breve análise sobre os atuais desafios para a Amazônia brasileira.

2. METODOLOGIA

Através da análise crítica dos referências bibliográficos acerca de governança global, agenda climática e sustentabilidade, analisamos de maneira qualitativa a influência destes arranjos na definição de políticas públicas. Ademais, avaliamos como tais circunstâncias de organização do poder político e econômico capitalistas afetam a Amazônia brasileira. Embora o recorte analítico seja dado para o caso brasileiro, tais proposições globais também geram efeitos nos outros países amazônicos. Dado que, a Amazônia se destaca perante a governança global capitalista em razão da sua importância como reguladora climática, pela sua biodiversidade e pelo controle externo de suas potencialidades naturais.

É importante pontuar que embora tal processo de governança climática tenha se acelerado nas últimas décadas, a sua organização através dos centros capitalistas possui estruturas históricas. Os Acordos de Bretton Woods, o Consenso de Washington e as orientações desenvolvimentistas advindas do sistema do Banco Mundial, como exemplode acordos e instituições que foram fundantes nesse processo, contribuíram com o estabelecimento de um modelo de vida material e subjetivo que compõem a atual racionalidade ocidental.

Segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2016), esta racionalidade vinculada ao neoliberalismo se desdobra para além de uma política econômica ou ideologia, estruturando e ordenando com discursos e dispositivos a conduta de governantes e governados através da concorrência. Sob a premissa desenvolvimentista, essa racionalidade também se estabeleceu como um instrumento de poder e controle (ESCOBAR, 2007). Substancialmente na assimetria de poder entre norte e sul global. Como afirmado por Jason Van Vossle (2013), em um processo de hegemonia liderado pela União Europeia e os EUA, tendo a governança global como a sua institucionalização. O sentido de governança global climática será analisado a partir destas premissas.

¹ Mestra em Ciência Política (UFPA) – anandarduarte@gmail.com

² Doutorando-PPDSTU/NAEA (UFPA). Mestre em Ciência Política (UFPA).marcos.sousa@naea.ufpa.br

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de governança global comumente e de maneira simplificada é dado a partir da cooperação entre instituições, organizações, parcerias público-privadas e outras múltiplas partes interessadas, como demonstrado por Jessop (1998, p.3). Entretanto, o autor denota que as partes interessadas envolvidas em uma governança global se baseiam em distintas ordens institucionais com coordenações “heterárquicas”. Em suma, a partir de hegemonias políticas, culturais e espaciais.

A constituição desta governança global se concebe com uma série de relações complexas com uma acumulação de capital, tal como Escobar (2007) norteia, a partir da tecnologia, novas instituições financeiras, sistemas de tomadas de decisões e classificações. Na questão climática, por exemplo, através da mensuração de resultados no mercado de carbono.

Visando mediar e mitigar as consequências da degradação ambiental e climática do sistema de produção capitalista, outro modelo toma a centralidade da discussão nas últimas décadas, baseado na sustentabilidade econômica, social e ambiental. A partir da incapacidade da resolução de problemas socioambientais globais e alterações climáticas, manifesta-se crises na governança global, por meio do esgotamento das estruturas que permearam um desenvolvimentismo econômico e produtivo (VAN VOSSOLE, 2013).

Com o objetivo de contornar esta crise, a degradação ambiental e frear o aquecimento global com a mudança de temperatura média do planeta, uma série de Acordos Internacionais e metas foram discutidas e implementadas. Neste processo, a Amazônia ganhou um enfoque crescente da comunidade internacional. Entretanto, a importância ambiental e climática do bioma para o planeta não foi o único fator preponderante. A região possui uma atenção central nos planos de desenvolvimento econômico e político, seja do Estado brasileiro quanto por atores externos.

Neste sentido, se emerge contradições em torno do paradigma de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Se tece a tentativa de estruturar sustentavelmente as consequências do modo de produção e reprodução material capitalista. Este que atinge a vida dos povos amazônicos e a permanência da humanidade no planeta. A primeira questão a ser refletida nesse processo é se as mudanças promovidas e acordadas internacionalmente baseadas nesse modelo representam uma transformação estrutural na atual ordem do sistema, ou apenas reformas internas que contribuem com o “velho” desdobramento desenvolvimentista.

Embora haja um ensejo de mitigações e adaptações em cooperações internacionais para um melhor uso dos recursos naturais e o equilíbrio na relação humanidade-natureza, há uma diversidade de atores envolvidos, assim como interesses divergentes. A governança mundial pelo equilíbrio entre desenvolvimento e meio ambiente se embate com interesses materiais conflitantes de atores transnacionais e locais que compõem o modo produtivista imerso em um Estado, tal como setores do agronegócio e grupos ruralistas organizados politicamente perante à Amazônia brasileira.

Jason Von Vossolle (2013) demonstra como a sustentabilidade ao regime capitalista se mantém com uma governança ambiental liderada ao mercado, com o objetivo de “descarbonização” da economia com uma pequena interrupção ou alteração aos padrões de crescimento. Principalmente com a questão do mercado de carbono, envolvendo práticas e regras com base nos acordos internacionais sobre o clima a partir da produção e redução das emissões de carbono (VON VOSSOLE, 2013).

Avaliar a práxis do mercado de carbono envolve não apenas os Estados Nacionais, mas governos subnacionais, empresas transnacionais, organismos e organizações não governamentais e a mercantilização da natureza. Para Bigger et al. (2021), as abordagens orientadas ao mercado para a conservação e preservação da biodiversidade oferecem resultados e financiamentos insuficientes aos seus objetivos, como exemplo, na estratégia do Pagamento por Serviço Ecossistêmico e a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD+).

Ao avaliar os efeitos dos títulos verdes através da indústria florestal no Brasil, IagêMiola et al. (2021) afirmam que este parâmetro da financeirização para a sustentabilidade merece como um instrumento para a acumulação e intensificação da mercantilização através da natureza. Assim, reforçando antigas estruturas socioambientais desiguais que “despreza formas coletivas e alternativas de proteção da natureza” (MIOLA et al, 2021, p. 176). Como as autoras explanam, isso se associa a uma governança através de normas, autorregulação privada e políticas públicas.

As estratégias do empresariado, dos Estados Nacionais e subnacionais – além da descentralização nas municipalidades – pela contenção e mitigação da degradação ambiental se vincula principalmente para a emissão de carbono. Em que se tem como o enfoque para a Amazônia brasileira no combate ao desmatamento e as queimadas. Todavia, as problemáticas destas questões não devem se restringir às emergências climáticas, mas também a outros aspectos ao bem viver e a qualidade de vidas humanas e não-humanas. Ainda que a governança climática global pelo prisma da sustentabilidade tenha tentado dirigir ações para a transformação dessa realidade, os índices de violências contra povos tradicionais na Amazônia, a insegurança territorial, alimentar e econômica, se agrava na região.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos aparentes objetivos positivos dos mecanismos da cooperação internacional para contenção do aquecimento global por arranjos de governança, a resolução do problema possui problemas em sua estrutura. Isso se atrela a perspectiva desenvolvimentista associadas ao capitalismo. Esta que se perpetua na Amazônia como uma exploração histórica na expansão da riqueza capitalista. Desta forma, uma governança global que objetiva um ideacional de sustentabilidade global deve considerar também romper com esta dinâmica alicerçada na Amazônia. O que também se relaciona ao modelo de desenvolvimento econômico global.

Algumas interrogações surgem para a reflexão, e que nos ajudam a visualizar uma alternativa baseada nas recomendações oferecidas por Bigger et al. (2021). Como exemplo: se pensar e praticar a transformação estrutural do sistema econômico e produtivo baseado na exploração e intensificação do uso de recursos naturais e não um estabelecimento das prerrogativas de empresas transnacionais aos mercados de carbono; no reconhecimento e demarcação de territórios indígenas ao invés da expansão de

infraestruturas logísticas para a exportação de commodities a serviço de países hegemônicos na governança global; na diminuição da exploração de combustíveis fósseis; no cumprimento da legislação ambiental e na ampliação da reforma agrária; além de regular e penalizar as indústrias e Estados Nacionais por danos à biodiversidade e aos direitos de povos originários, assim como cumprir os acordos e convenções internacionais exigindo o pagamento das dívidas ecológicas dos países desenvolvidos (BIGGER et al. 2021).

As modificações nos paradigmas do desenvolvimento global, a partir dos mecanismos e institucionalidades da governança global através da cooperação internacional e por meio do ideal da sustentabilidade não representa uma transformação eficiente a um equilíbrio social, ambiental e econômico. Seja na desregulação entre sociedade-natureza, desigualdades nos países desenvolvidos e em desenvolvimento e suas tecnologias, assim como nas assimetrias entre classe, raça, gênero e povos. Ao que Escobar (2007) cita, esta perspectiva sustentável em voga na governança global não discute a questão do poder e da desigualdade em absoluto. Tal como Ferdinand (2022, p.267) demarca: a crise ecológica é uma crise de justiça.

PALAVRAS-CHAVE

Governança. Amazônia. Mudanças Climáticas. Sustentabilidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIGGER, P. et al. **Beyond The Gap**: placing biodiversity finance in the globaleconomy. S.L: The University Of British Columbia, 2021. 115 p.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 416 p.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007. 419 p.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 pp.

JESSOP, B. The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development. **International Social Science Journal**, [S.L.], v. 50, n. 155, p. 29-45, mar. 1998.

MIOLA, I. et al. Bonos verdes en la ecología-mundo: capital, naturaleza y poder en la expansión financiarizada de la industria forestal en Brasil. **Relaciones Internacionales**, [S.L.], n. 46, p.161-180, dez. 2021.

VAN VOSSOLE, J. A crise de legitimidade da governança climática global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 100, p. 153-176, 1 maio 2013.

A PROMOÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL COM BASE COMUNITÁRIA COMO COMPONENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO PARA A AMAZÔNIA

GT05 – Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico – trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

*Sônia Maria Fonseca Gama¹
Jadson Fernandes Chaves²*

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2022, de acordo com o Anuário da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (BRAZTOA) 2022, as agências de Turismo faturam R\$ 11,55 bilhões, equivalentes a 62,7% maior quando comparado com o de 2021. O que diz respeito ao embarque de passageiros, a situação também foi crescente, em 2022, foram contabilizados de 8,4 milhões de embarques, 13,5% a mais que em 2021. Para 2023, a expectativa para o setor de turismo é de um crescimento de 53,6%. Na expectativa dos grandes empresários, esse crescimento gera a expectativa de empregabilidade e desenvolvimento econômico.

Esse crescimento representa um grande fascínio no imaginário das pessoas que pensam em empreender a partir do turismo e ficam sonhando em como acessar tal recurso. Entretanto, embora conhecida mundialmente, a Amazônia não é uma das regiões mais procuradas para a realização do turismo e, mesmo se fosse seria necessário uma outra forma de fazer turismo que não o turismo tradicional capitalista

O turismo poderia contribuir para o desenvolvimento e, assim, melhorar a qualidade de vida da população que vive no campo e na cidade na Amazônia Brasileira, desde que sustentável e incluyente, com bases comunitária, planejado a partir do que a comunidade local quer e pensa como melhor alternativa e não somente o turista e os empresários.

A beleza da Amazônia Macapaense contrasta com as incipientes políticas públicas locais voltadas para o desenvolvimento do turismo local. O município de Macapá foi criado no “Meio do Mundo”. Não há outra capital no Brasil cortada pela linha do Equador onde se possa observar o equinócio. E o turismo nesta capital é pouco explorado e com incipientes recursos públicos voltados para esta área.

Neste sentido, foi realizado o Diagnóstico do Turismo Sustentável em Macapá/Amapá, financiado pelo Instituto de Turismo de Macapá (Macapatour).

Este do Turismo Sustentável em Macapá/Amapá é, então, o objeto deste trabalho, cujo objetivo é a construção do Plano Municipal Decenal de Turismo Sustentável de Macapá.

2. METODOLOGIA

O Diagnóstico ora apresentado partiu da realidade do município, com pesquisas primária e secundária, identificando os turistas, com abordagens diretas para este segmento, e a percepção do setor turístico para os que residem em Macapá, focadamente os que moram próximo dos atrativos turísticos.

¹ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo NAEA/UFPa, SG Consultores Associados, sgama35@yahoo.com.br.

² Doutor em Métodos Quantitativos, Estatística e Análise de Dados pelo Instituto Universitário de Lisboa- ISCTE/ IUL jadsonchaves@gmail.com

Foram analisadas, ainda, as políticas públicas do município, uma vez que se trata de um Diagnóstico voltado para as políticas públicas.

Para se adequar a este projeto de Diagnóstico de Turismo Sustentável, foi implementado um método de inovação tecnológica com descarte de folhas de papel substituídas por entrevistas via celular androide. Esse pequeno ato, mas grande na intenção, contribuiu para que a cultura da preservação da floresta fosse mantida. O sistema também agrega uma conexão direta com a comunidade. As pesquisas qualitativas gravadas e transcritas permitem uma maior fidelidade do que o/a entrevistado/a propõe e descreve como suas necessidades.

Para a construção do questionário foram realizados estudos a partir dos indicadores pesquisados e sugeridos por uma ampla pesquisa secundária de dados relacionados a cultura local da cidade de Macapá no Estado do Amapá. Em seguida, foram realizados testes-piloto e treinamentos de equipes locais com qualificação técnica e experiências mínimas em abordagens sociais, de turismo e levantamentos de campo, com perguntas abertas e fechadas, de acordo com a necessidade do questionamento, bem como se seguiram padrões de levantamento quantitativos ou mesmo qualitativos, descrevendo atitudes, comportamentos, necessidades, preferências e sentimentos referente ao contexto do turismo local. Foi possível treinar equipes a fim de extrair necessidades e características dos indivíduos entrevistados e de que forma pensam em relação à cidade e seu contexto turístico e ambiental.

É importante ressaltar que as variáveis escolhidas para os questionamentos seguem padrões para compor análises de turismo com o objetivo de sugerir um plano decenal de turismo em Macapá-AP, com o intuito de delimitar um conjunto de informações capazes de identificar, escutar os anseios e a estrutura social e de percepção da comunidade em relação ao turismo local.

Ao fazer a pesquisa para a construção deste Diagnóstico, optou-se por priorizar entrevistar a população do entorno, quer dos atrativos turísticos, ou dos grandes empreendimentos para saber o que pensam.

Ressalta-se que em pesquisas secundárias, foram encontradas algumas realizadas no Amapá sobre o setor de restaurantes e, ainda, como a da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), pesquisa nacional de percepção relativa à atividade turística e às políticas públicas da área turística, realizada em setembro de 2021. Tal pesquisa foi respondida somente pelo profissional de turismo interessado no projeto “Vai Turismo Rumo ao Futuro”, ou que foram indicados pelos grupos de trabalho estaduais (GTE). Portanto, o questionário foi respondido por especialistas, e não por turistas ou público em geral. Em continuidade, informam os produtores da publicação: “No Amapá³, a Pesquisa de Percepção contou com cinco respondentes, dos quais três representavam empresas privadas e empreendedores, um era do Sistema Comércio e um da administração pública”.

Importante observar que nessa iniciativa de pesquisa Nacional, há uma nota que transcrevemos na íntegra: “**A alternativa ‘As ações promovem emprego, renda e a economia em geral do estado’ não teve respondentes no Amapá**”⁴, o que denota a ausência de prioridade para o desenvolvimento do turismo e do emprego e renda a partir deste setor, bem como a reflexão de como o Turismo pode se constituir um componente de desenvolvimento do Estado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa, única e inovadora, ratificou a necessidade de implantação do Turismo Sustentável com Bases Comunitárias como a melhor forma de turismo aplicada ao município de Macapá/AP, uma vez que a pesquisa não está limitada aos aspectos turísticos, como vagas em hotéis, voos e informações estritamente

³ Ver: <https://vaiturismo.com.br/wp-content/uploads/sites/14/2021/12/AP-Resultados-PESQUISA-DE-PERCEPCAO-v9.pdf>

⁴ Ver: https://vaiturismo.com.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/05/PESQUISA_DE_PERCEPCAO_-_Resultados_Brasil.pdf

ligadas a esses aspectos, mas sim a um olhar mais amplo de políticas públicas inclusivas voltadas para as populações do campo e da cidade.

No Brasil e na Amazônia, as intervenções do Estado ainda não foram suficientes. A força do capital, que beneficia as grandes corporações turísticas sob o discurso de um desenvolvimento econômico, embora limitado a um grupo, ainda prevalece e, desta forma, a desigualdade social brasileira se amplia.

No setor turístico no Brasil, observam-se iniciativas promissoras voltadas para o turismo que poderiam promover o desenvolvimento como geração de renda e de trabalho, entretanto são espaços que geram renda para um determinado grupo de empresários sem que isso signifique desenvolver o território como um todo, pois no entorno há a disseminação da pobreza, da informalidade e do turismo de massa.

Em Macapá, a promoção do Turismo Sustentável com Base Comunitária não vai efetiva e diretamente promover o desenvolvimento sustentável, mas pode fazer a diferença quando o prefeito municipal assume o compromisso de levar adiante a construção de um Diagnóstico com vistas à construção do Plano Decenal de Turismo Sustentável de Macapá. Esse é um documento que aponta a realidade de Macapá/AP para que o Plano não seja de Governo, mas de Estado, e que legisladores assumam o compromisso em transformá-lo em Lei.

Não é possível ter no setor turístico a saída para todos os problemas sociais, econômicos e ambientais locais, mas este pode contribuir para fazer chegar um desenvolvimento legitimado no trabalho justo e no respeito à população ainda excluída da sociedade.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Indústria do Turismo, embora seja uma atividade promissora, é também capaz reproduzir desigualdades. Desta forma, falar do setor turístico e dos recursos que este movimenta há que se analisar em um sentido mais amplo.

Os estudos de Cruz (2018) apontam as desigualdades sociais e geográficas vindas da indústria do turismo nacional. Como exemplo, a pesquisadora destacou que 0,3% das empresas que exercem o papel de operadoras turísticas respondem por cerca de 90% do mercado nacional de viagens.

Resultados como esse nem sempre são divulgados, e quando aparecem, apontam para uma naturalização da acumulação de capital por grandes grupos econômicos do setor turístico e o Estado é visto como o único responsável pelas vulnerabilidades econômicas e sociais. Mesmo que o Estado, muitas vezes, seja influenciado por tais grupos econômicos, que estabelecem as prioridades e ações públicas de seus interesses, precisa manter a força de trabalho explorada e mal paga.

Assim, espera-se que a implementação e a promoção do Turismo Sustentável na capital do Estado do Amapá possam ser absorvida como um componente que poderá contribuir decisivamente para o desenvolvimento do Estado e do Município. Entretanto, jamais ser substituído por ele.

5. PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento inclusivo, Amazônia, Diagnóstico.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

BRAZTOA, Anuário da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo, 2022 disponível em <https://www.braztoa.com.br/>

_____. Anuário da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo, 2023 disponível em https://www.braztoa.com.br/_files/ugd/469f26_251b9f4775604442a48ffcc6b0bb7dd7.pdf

CRUZ, Rita de Cássia A. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. 02 Jul. 2018.

PENSAMENTO SOCIOAMBIENTAL AMAZÔNICO NAEANO

GT05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

Marcilena de Jesus Silva Ribeiro¹

Marilena Loureiro da Silva²

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia começou a ser descrita por europeus que descreviam de acordo com seus interesses e percepção, moldadas pelo capitalismo, visando apenas o lucro financeiro. Estas descrições são encontradas, inicialmente, nos mapas de navegações, nas crônicas de viagens dos conquistadores e naturalistas (PIZARRO, 2012). Por outro lado, as organizações sociais dos povos amazônicos já conseguem uma expressão de mais destaque que junto unem forças. Entre estas organizações estão as universidades, associações, sindicatos, reservas extrativistas, igrejas, entre outras. As reservas extrativistas, são baseadas em modo de vida florestais próprios, proposto pelo movimento social dos seringueiros amazônicos na década de 1980 (ALMEIDA, 2012).

Estas forças sociais evidenciam um poder da Amazonia continuar sendo ambiente de exploração. Diante disto, esta pesquisa bibliográfica, em andamento, no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, definiu como objetivo deste trabalho expor um pensamento socioambiental amazônico NAEANO e suas contribuições planetárias.

2. A DECOLONIALIDADE E AMAZONIA

Para Castro (2018) o embate teórico decolonial requer pensar na perspectiva crítica ao capitalismo, associada a questão de classe, raça, gênero etc. O “Giro decolonial” descrito por Ribeiro (2019), e segundo a mesma, usado originalmente por Nelson Maldonado-Torres (2005) significando “o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade (BALLESTRIN, 2013 apud RIBEIRO, 2019), apresentando a junção de movimentos global, que expressavam insatisfação com a concepção base da modernidade e da colonialidade (FANON, 1983; DUSSEL, 2005; SAID, 2007; SPIVAK, 2008; CASTRO, 2018, SANTOS, 2019 e KRENAK, 2019). É sobre isto que Castro (2019) afirma a existência de “agendas de pesquisa sobre o presente e o futuro das culturas, da ciência e das sociedades. Pensamento crítico e rupturas, para além do conhecido como epistemologia das ciências sociais. Debate complexo, difícil” (CASTRO, 2019, p 24)

É importante reconhecer os benefícios da modernidade às sociedades, mas não podemos negligenciar consequências negativas. Neste sentido Ribeiro (2019, p 67) afirma, “como exaltar a modernidade se esta é indissociável da perversão da colonialidade, prática “econômica” que legitimou genocídios, etnocídios, deculturações e a desumanização de pessoas em larguíssima escala”. Pois, a Amazonia, entre outras regiões do planeta, sempre despertou esse olhar de periferia, selvageria, ambiente que oferece apenas recursos naturais a serem explorados. Sendo ignorado ou menosprezado todo o modo de vida humana existente nesta. Mas na Amazonia já pensa-se diferente, são 50 anos de trabalho por uma episteme naeana.

3. ESCOLA NAEANA DE PENSAMENTO SOCIOAMBIENTAL SOBRE A AMAZÔNIA

Apesar de muitos estudos realizados na Amazonia por muitos pesquisadores, de diversas áreas que apresentam e revelam conhecimentos científicos, os quais expressam a diversidade amazônica. Ainda é explícito, a grande necessidade de estudos que ampliem a compreensão mais detalhada do modo de vida na Amazonia, em seus diversos sistemas: natural (físico e biológico) e socioeconômico. Esta necessidade sobre a região é explicitada por Oliveira (2018, P 356) quando descreve que “parecem ignorar que nela vivem ribeirinhos, camponeses, remanescentes de quilombos e indígenas e acabam não levando em consideração que cada um tem suas especificidades, suas necessidades e uma percepção única com a natureza que os cerca”.

Para Escobar (2005) é necessário considerar o lugar, não apenas como ponto de referência geográfica, mas com seus significados, culturais, sociais, [...] e seus universos de saberes. Castro (2019, P 40) acrescenta que “a complexidade e a originalidade das sociedades, no mundo, revelam a diversidade epistêmica, como sistemas de conhecimento com temporalidades e espacialidades próprias e diversas umas das outras.

Com afirma Ribeiro (2021, p 104) “podemos possibilitar olhares mais sensíveis, principalmente, das gerações mais novas, sobre as nossas relações [...]. E como estas relações podem contribuir para sermos pessoas mais saudáveis e felizes com o que a nossa Amazônia nos oferece”. Isto é, temos ainda possibilidade de amenizar os problemas causados pela modernidade em muitos lugares do planeta, como nos relata Escobar (2005) diante da persistência do poder da dominação.

Exatamente isto aconteceu em áreas amazônicas, onde grupos sociais receberam influências de religiosos, lideranças políticas, entre outros que aos poucos foram explicitando ao coletivo o poder social da população local. Allegretti (1989) e Nascimento e Nascimento (2020) destacam que as primeiras reservas extrativistas no Brasil, surgiram em meios a conflitos socioambientais. Por outro lado, a Teologia da Libertação (Padre Gustavo Gutiérrez) e da Filosofia da Libertação (DUSSEL), descritas por Ribeiro (2019) foi trabalhada em comunidades da Igreja Católica na região Amazônica brasileira, em especial, no nordeste paraense por religiosos europeus que vieram em missão e ao conhecerem a realidade de carência em serviços sociais (saúde, educação, cidadania, entre outros) articularam a força popular e fortaleceram o reconhecimento social do coletivo local. Assim, é necessário lembrar Castro quando afirma: “reconhecer o plural, e singular em si mesmo, já é uma postura emancipatória (CASTRO, 2019, p 41).

Ao lado de grupos de autores de países latino americano, está o grupo Naeano, pesquisadores(as)/ professores(as) e alunos(as) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, que há cinquenta anos vem contribuindo, diretamente na construção da base teórica de um pensamento socioambiental e econômico da Amazônia para a Amazônia, a qual identifica: o racismo da modernidade, na violência colonial e na razão neoliberal como base do necropoder e do necrosaber (SILVA, 2020); conflito de poder entre populações tradicionais e grandes empresas aliadas ao estado, e domínio do saber pelo Estado e pelas grandes empresas (MARIN e MAIA, 2018); planejamentos de desenvolvimentos para grandes corporações sem considerar a necessidade de política socioambiental para o povo Amazônicos (CASTRO, 2012); que há privatizações de lucros e socializações dos prejuízos (SILVA, 2020); exploração e expansão de fronteiras em períodos diferentes, e que em todos esses, esteve presente essa imposição de posse sobre os recursos naturais por grupos sociais ou corporações que visam a exploração dos recursos naturais e acúmulo de riquezas (LIMA E POZZOBON, 2005), assim como a necessidade de uma educação ambiental crítica e contínua, que para Ferreira e Silva, (2019, p 361) esta deve influenciar na “construção de relações sociais que estejam pautadas nos princípios da igualdade e fraternidade”

Toda esta articulação da escola Naeana e autores decoloniais da Amazonia internacional são ratificados por Aragón (2018) quando apresenta a Amazonia global e os principais interesses que este global, principalmente, representado pelo capital tem sobre a região e ao mesmo tempo este autor chama atenção para a Amazonia regional e a necessidade destes países que compõem a Amazonia se comunicarem cientificamente, ou seja, se conhecerem para se fortalecerem.

Assim esta escola Naeana, exige que a Amazonia seja vista não apenas por unidade física (terra), mas que possui relações sociais, culturais e ambientais que precisam ser consideradas diante de qualquer planejamento (COSTA, 2000; MARIN e MAIA, 2018); que haja planejamento específico para as regiões da Amazônia, onde as empresa camponesa atua para atender as necessidades da família, onde os trabalhadores são membros da família, e que no campo amazônico, o camponês passa por mudanças na organização social e política diante de adaptação ao “desenvolvimento capitalista” transformando-se em “o novo camponês”, que se transforma em empresário e é dono da terra, ou transforma-se em apenas mão de obra. (COSTA, 2000); que as políticas socioambientais precisam ser pensadas para os povos amazônicos (CASTRO 2012) e não para “o homem amazônico”. Pois a Amazonia é formada por contextos socioambientais diferenciados e não para um único povo ou um único contexto.

4. CONSIDERAÇÕES

A Amazonia, berçário de vida e estoque de riqueza. Exatamente assim esta região planetária que abrange vários países da América do Sul, é vista. No entanto, esta visão diferencia-se de acordo com os interesses e a concepção de quem a ver.

Entre vários grupos que estudam a Amazônia, o NAEA destaca-se, por estudar a região, atuando e construindo história dentro da mesma. Tecendo um pensamento socioambiental amazônico, construído ao longo de cinquenta anos, através do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, para este, o desenvolvimento é sinônimo de liberdade, do bom viver, de boa qualidade de vida e não de concentração de recursos financeiros.

E que não existe “o homem amazônico” pois, esta região é composta por povos e suas especificidades, pois, os povos amazônicos formam uma parte dos elementos naturais que estruturam a AMAZÔNIA e que esta parte depende das outras partes em equilíbrio para se manter. Contribuindo assim para um novo paradigma sobre a Amazonia e seus contextos socioambientais, o que chamamos, aqui, de escola naeana, de pensamento socioambiental sobre a Amazônia.

5. PALAVRAS CHAVE

Socioambiental; Amazônia; NAEA

6. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Mauro. “As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais”. In: *Mediações- Revista de Ciências Sociais*, Vol.17, n1, pp121-152. DOI:10.5433/2176-6665.2012v17n1p121-152.

ARAGÓN, LUIS EDUARDO. Rev. **NERA** Presidente Prudente ano 21, n. 42, pp. 14-33 Dossiê - 2018

CASTRO, E. (2012). Expansão da fronteira, megaprojetos de Infraestrutura e integração sul-americana. *Caderno CRH*, 25(64).

CASTRO, Edna - Epistemologias e caminhos da crítica sociológica latino-americana. In: Castro, Edna & Pinto, Renan- **Decolonialidade e Sociologiana América Latina**. NAEA/UFGA, 2018. p. 25-52

CASTRO, Edna. Introdução: pensamento crítico latinoamericano. In: CASTRO, Edna – **Pensamento crítico latino-americano**. São Paulo, Annablume/CLACSO, 2019.

COSTA, Francisco A. A Grande Empresa Agropecuária na Amazônia. In: COSTA, Francisco. **A. Formação Agropecuária da Amazônia – Os desafios do desenvolvimento sustentável**, Belém: Editora NAEA, 2000.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (coord.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

- ESCOBAR, Arturo - Cómo pensar la relación entre ser humano y naturaleza ? In : ESCOBAR, A - Mas Allá. Del tercer mundo, globalización e diferencia, Bogotá, 2005,
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983
- FERREIRA, Eliton Janio Araújo e SILVA, Marilena Loureiro da. Educação ambiental como instrumento para o desenvolvimento local: Uma Análise Teórica. **Revbea**, São Paulo, V. 14, No 3: 355-366, 2019.
- KRENAK, Ailton Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo, Companhia das Letras, 2019. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=ViIBcsGdYDM>>
- LIMA Deborah e POZZOBON Jorge. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados** 19 (54), 2005.
- MARIN, Rosa Acevedo e MAIA, Rosane de Oliveira Martins. Gênero nas ações e resistências ao modelo de desenvolvimento imposto em Barcarena, Pará. **cadernos pagu** (52), 2018:e185205.
- OLIVEIRA, Andreici Marcela Araújo de. Povos indígenas, desenvolvimento e colonialismo na Amazônia brasileira. In: Castro, Edna & Pinto, Renan- **Decolonialidade e Sociologia na América Latina**. NAEA/UFPA, 2018.
- PIZARRO, Ana. **Amazônia As Vozes do rio Imaginário e modernização**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- RIBEIRO, Adelia Miglievich O “giro decolonial” latino-americano e a razão do Outro: a transmodernidade como deslocamento epistemológico. In: CASTRO, Edna – **Pensamento crítico latino-americano**. São Paulo, Annablume/CLACSO, 2019.
- SAID, Edward. Introdução. In. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007. P. 13-39.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos - Caminhos para uma eistemologia crítica mundial. Prefácio. In: CASTRO, Edna - **Pensamento crítico latino-americano**. São Paulo, Annablume/CLACSO, 2019.p. 7-22.
- SPIVAK, Gayatri. **Estudios de la subalternidad: desconstruyendo na historiografía**. Mezzadra, Sandro et alli. Estudios Postcoloniales. Ensayos Fundamentales. Traficantes de Sueños, Madrid. 2008.



3

Simpósio
Internacional

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

GT 05 • Sessão 2

PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL E DIFICULDADES ESTRUTURAIS NA COMERCIALIZAÇÃO DE EXCEDENTES DOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE PARAUÁ, EM QUATRO-BOCAS (TOMÉ-AÇU), PARÁ

GT05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

Hildiane Dhesy Souza de Souza¹

Leticia Monteiro Matias²

Elielson Pereira da Silva³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho retrata a importância da agricultura familiar como forma de produção agrícola caracterizada pela gestão da propriedade e trabalho pelos próprios agricultores, promovendo a inclusão social e desenvolvimento econômico de comunidades rurais. Essas unidades familiares enfrentam dificuldades em relação à falta de crédito e transporte para escoamento da produção, bem como a subordinação aos atravessadores. O debate a respeito do tema produção familiar rural e dificuldades estruturais na comercialização, tem por finalidade analisar e compreender os meios socioeconômicos que interfere na vida dos agricultores e o estudo destaca a importância de identificar os problemas que impedem o fluxo de escoamento dos produtos agrícolas e buscar soluções, como a procura por programas de apoio ao agricultor familiar e a identificação da melhor estratégia de transporte.

PROBLEMATICA E OBJETIVOS

A partir do exposto, surge a seguinte pergunta-problema: Como os circuitos de comercialização dos agricultores familiares da comunidade Parauá, Tomé-Açu, tendem a ser marcados por dificuldades infraestruturais e pela atuação de atravessadores, e quais as implicações dessas restrições? O objetivo geral do presente trabalho consiste em identificar os efeitos socioeconômicos causados pela precariedade infraestrutural e pela atuação de atravessadores na comercialização da produção familiar dos agricultores da comunidade Parauá, Tomé-Açu. Os objetivos específicos foram: a) analisar os obstáculos desencadeados pelas condições inadequadas de escoamento da produção agrícola excedente dos agricultores familiares da comunidade Parauá e; b) examinar a amplitude da transferência da renda fundiária dos agricultores familiares da comunidade Parauá a agentes econômicos intermediários da comercialização da produção agrícola.

REVISÃO DE LITERATURA

No caso do estudo em questão, os objetivos específicos são a análise dos obstáculos decorrentes das condições inadequadas de escoamento da produção agrícola excedente dos agricultores familiares da comunidade Parauá e a investigação da amplitude da transferência da renda fundiária dos agricultores familiares para agentes intermediários da comercialização da produção agrícola.

¹ Graduada em Administração pela Universidade Federal Rural da Amazônia

² Graduada em Administração pela Universidade Federal Rural da Amazônia

³ Doutor em Ciências e Desenvolvimento Socioambiental junto ao NAEA/UFPA. Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Tomé-Açu. Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

Para atingir esses objetivos, a revisão de literatura objetivou explorar os temas relacionados ao escoamento da produção agrícola e à comercialização da produção agrícola de agricultores familiares.

Para Neves (2005), a agricultura familiar pode gerar debate, enfatizando os benefícios da renúncia freqüentes e desagradáveis divergências sobre os significados na sociedade brasileira, associados a agricultores e pequenos produtores (atrasados, resistentes a mudanças, semi-educados e muitas outras desvantagens sociais)

Para Santos et al. (2019) afirma que no Brasil, a importância da agricultura familiar não se limita ao abastecimento do mercado interno, garantindo a segurança alimentar e controlando 20 a inflação, mas também desempenha um papel importante na geração de emprego e renda para a população rural e é uma força motriz para o desenvolvimento da economia local.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma revisão bibliográfica e pesquisa de campo, optou-se neste projeto pela análise de caráter qualitativo e ocorreu por meio de entrevistas com aplicação de questionários.

A pesquisa contou com apontamentos semanais feitos pelo orientador, nos quais foram discutidas as melhores fontes para pesquisa dentro do material selecionado, a produção textual foi aprimorada a cada encontro visando conferir maior clareza e objetividade ao texto.

O estudo usou como aporte teórico as abordagens sobre campesinato e agricultura familiar, com isso será determinado o estado do problema do ponto de vista teórico e de outros estudos e pesquisas já realizados. Quanto ao método de coleta de dados, se deu por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas. A aplicação do questionário abrangeu sete famílias de agricultores familiares, sendo assim, a amostra representa 28% das famílias que moram na comunidade rural. Ademais, foi aplicado um questionário semiestruturado com três atravessadores, assim fazendo uma verificação sobre o modo intermediar os produtos dos agricultores familiares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos levantamentos realizados foi possível identificar as inúmeras dificuldades enfrentadas por comunidades rurais do município, o leque de mazelas é vasto: falta de energia elétrica, precariedade das estradas, condições de transporte deficitárias e problemas com unidades de saúde são algumas das questões enfrentadas diariamente por aqueles que estão a quilômetros de distância da vida urbana.

Portanto, um dos obstáculos infraestruturais enfrentados pelos agricultores familiares da comunidade Parauá para escoar a sua produção, é o fator natural (chuvas intensas em decorrência da alta pluviosidade referente ao inverno amazônico), assim como o descaso do poder público, que não dá a devida atenção a esses grupos sociais atingindo assim os direitos constitucionais de ir e vir e dificultando o acesso à zona urbana tanto para comercialização quanto para outros acessos às escolas e saúde.

O escoamento da produção dos agricultores familiares é um desafio relevante a ser enfrentado, especialmente em áreas remotas e de difícil acesso aos mercados consumidores. Os entrevistados relatam que transportam a produção em seus próprios veículos, como motocicletas, o que muitas vezes resulta em perdas de alimentos e na redução de sua renda, mas para eles transportarem em seus próprios veículos é menos custo.

A falta de manutenção das estradas rurais dificulta a locomoção dos agricultores para seus terrenos, o que ocasiona prejuízos à produção e à colheita dos produtos. Além disso, o transporte dos produtos para os mercados é afetado, o que gera prejuízos econômicos para as famílias e para a região como um todo. No entanto, a qualidade da manutenção da estrada é questionável, pois as máquinas utilizadas fazem uma raspagem superficial da estrada, o que acaba causando erosão e afundamento da via durante o período chuvoso.

A comunidade Parauá fica localizada a 12 quilômetros de distância da cidade de Quatro - Bocas, distrito de Tomé – Açu, e tem aproximadamente 40 anos de existência. Com base na obtenção dos dados identificou-se que a maioria dos agricultores, com exceção de dois, possuem baixa escolaridade.

A subordinação econômica pode limitar o acesso dos agricultores a informações sobre preços e tecnologias, restringir suas possibilidades de diversificação e de adoção de práticas sustentáveis, e reduzir sua capacidade de competir e de obter renda adequada para garantir sua subsistência e seu desenvolvimento. Em muitos casos, a subordinação econômica resulta em uma distribuição desigual do valor agregado ao longo da cadeia produtiva, com os produtores familiares recebendo uma parcela menor do que os intermediários ou as empresas agroindustriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agricultura Familiar é uma prática que surgiu ao longo dos anos e ainda está em processo de consolidação e valorização. A sua consolidação e valorização dependem de diversos fatores econômicos, sociais, políticos e culturais. Ela é fortemente representada por famílias que buscam o seu sustento e vivem principalmente em zonas rurais, onde existe solo com as características necessárias para o cultivo de produtos agrícolas.

No entanto, essas áreas possuem difícil acesso, o que dificulta o contato direto do agricultor com o mercado, fazendo com que ele precise vender seus produtos abaixo do valor de mercado ou buscar outras formas de transporte. Na pesquisa em campo, os agricultores relataram que não vendem seus produtos para atravessadores, devido à desvantagem na margem de lucro, preferindo transportar a produção e vendê-la na feira livre.

Na comunidade Parauá, os agricultores tem que arcar com despesas adicionais ao utilizar seus próprios veículos no processo de escoamento de suas produções, como a manutenção e o custo do combustível. Aqueles que não possuem veículos próprios são obrigados a pagar fretes para terceiros, o que reduz ainda mais a margem de lucro de alguns agricultores. Além disso, as condições precárias das vias limitam a capacidade dos produtores de comercializar seus produtos, resultando em transtornos e perdas de produção.

Os agricultores utilizam seus próprios meios de transporte para realizar o escoamento de sua produção, o que gera despesas adicionais, como a manutenção de veículos e o custo com combustível. Entretanto, os agricultores que não possuem veículos próprio acaba pagando fretes para terceiros para realizar o escoamento de sua produção, ocasionando ainda mais a redução da margem de lucro de alguns agricultores. Além disso, devido à situação das vias, os produtores encontram-se limitados a comercializar, o que gera transtornos e perdas da produção.

Uma solução para esse problema seria buscar auxílio de programas de apoio ao agricultor familiar. A pesquisa sobre a comercialização da produção da agricultura familiar e a distribuição física desses produtos é muito importante, considerando a representatividade da agricultura na economia nacional. Identificar os problemas que impedem o fluxo de escoamento dos produtos agrícolas pode contribuir para pesquisas futuras na busca da melhor estratégia de transporte e direcionamento político.

PALAVRAS-CHAVE

Transporte, escoamento de produção, agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Raynon Joel Monteiro et al. A agricultura familiar e sua importância para os povos amazônicos. O caso do município de Marapanim, Pará. **Pegada-A revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 109-127, 2021. DOI: 10.33026/peg.v21i3.7792. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7792>. Acesso em: 29 de mar. de 2023.

ANGULO, J. L. G. Mercado local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/242>. Acesso em: 17 de mar. de 2023.

BACK, Matheus Willian. Um estudo de caso de uma família rural no município de Medianeira – PR. 2021. 46 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Agronomia). Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguaçu -Uniguaçu-PR

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 26 de abr. de 2023. “IG - Tomé Açú.” DataSebrae, 28 mar. 2019. Disponível em: datasebrae.com.br/ig-tome-acu/. Acesso em: 25 de abr. de 2023.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Rural Federal da Amazônia (UFRA), por nos propiciar o acesso ao universo da pesquisa científica, área muito importante para estimular nossos conhecimentos. Ao professor Elielson da Silva por sua paciência, coerência e por nos orientar da melhor forma possível.

AGROINDÚSTRIA FAMILIAR CAMPONESA DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE AMAZÔNICA: RELATOS DA INICIATIVA DE PRODUÇÃO DE MANIVA NO NORDESTE DO PARÁ

**GT05 – Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos e
valores (bio) econômicos-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e
redistributivo**

Antônio Arthur Cruz do Nascimento ¹

INTRODUÇÃO

Este texto aglutina componentes importantes de uma pesquisa com amplitude maior desenvolvida no âmbito do curso de Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental do programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

Uma outra dimensão situacional e de fato mais importante desta pesquisa a coloca no panorama das empreitadas científicas que pesquisam a riqueza e a diversidade das realizações econômicas dos/ nos territórios amazônicos. Falamos, pois, de trabalhos preocupados em compreender, num sentido de colaborar e aperfeiçoar, cadeias de produtos da sociobiodiversidade amazônica que há séculos sustentam famílias em seus territórios e em harmônica compatibilidade com o bioma, mas que enfrentam a violência da convivência com projetos exógenos de “desenvolvimento”, a violência da invisibilidade diante dos órgãos de estado, a violência da espoliação e das ameaças climáticas.

A aproximação empírica que fazemos neste texto ilustra uma iniciativa técnica e produtiva da agroindústria familiar de beneficiamento do ingrediente principal de um dos pratos mais singulares e representativos da culinária paraense, a maniva, que é base para a maniçoba. A maniva é a folha de macaxeira e/ou mandioca, moída e cozida por até sete dias. No final do processo de cozimento, adiciona-se os mesmos condimentos da feijoada, serve-se com arroz.

Procuramos aproximar a elaboração teórica sobre agroindústrias familiares com a iniciativa de beneficiamento de maniva em Santo Antônio do Tauá, município do nordeste do estado do Pará, distante 62 km da capital Belém. A aproximação é coerente uma vez que o município, em especial pela produção da comunidade Tracuateua da Ponta, é líder estadual na produção de maniva pré-cozida, sendo que toda a produção advém de estruturas de beneficiamento montadas em fundos de quintais, que mais tarde se transformaram em agroindústrias familiares, aqui, oportunamente denominadas unidades produtoras.

O caso da produção de maniva em Santo Antônio do Tauá é representativo por diversos motivos, primeiro, por tratar-se de um produto intimamente inserido no contexto cultural paraense, além de ser uma atividade inteiramente funcionalizada por famílias que migraram do setor agrícola para o setor de beneficiamento dentro dos seus próprios estabelecimentos. Representa ainda um sistema econômico capaz de gerar renda sem se contrapor ao bioma, articulando redes sociais locais e de outros territórios camponeses para abastecer em escala considerável grandes mercados urbanos no Pará.

¹ Geógrafo, integrante do Grupo de Pesquisa Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia e doutorando em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA).

O modelo de beneficiamento da produção em Tracuateua da Ponta é uma das estratégias camponesas de reprodução, inovação e flexibilização. fazem parte da história de uma forma de produzir fortemente ligado com recursos naturais locais, culturalmente instituídos, articulado comercialmente com escalas e cadeias curtas.

Diante de uma série de estratégias de manutenção de sua autonomia reprodutiva econômica, a agroindústria camponesa figura como uma das mais antigas e diversas dentro do sistema produtivo destes sujeitos: “faz parte da sua própria história e da sua cultura, essa atividade emerge como uma prática alicerçada no seu conhecimento histórico” (STRATE & CONTERATO 2019, p. 230).

Precariedade no acesso a mercados convencionais, flutuação de preços e competição com grandes cadeias alimentares são alguns dos pressupostos que impulsionam agricultores familiares a ampliarem suas estratégias de reprodução econômica, muitas das quais incluem diversificação do agrossistema (por meio da ampliação da variedade de produtos), pela inclusão de atividades não agrícolas no portfólio financeiro familiar e, como tratado aqui, pela adoção de estratégias que agreguem valor a produtos advindos de agrossistemas familiares.

Esta agregação de valor é possível por meio do beneficiamento de produtos primários advindos do agrossistema familiar com a utilização de estruturas materiais no próprio estabelecimento, consistindo de um maquinário em pequena escala e específico para o produto. Em grande parte da literatura, estas estruturas são denominadas de agroindústrias camponesas.

Antes de um necessário aprofundamento no termo, convém destacar que para além de um simplório modelo de agregação de valor, as agroindústrias familiares fazem parte de um movimento amplo de afirmação de agricultores familiares em mercados locais em concorrência com mercados convencionais e que buscam a estruturação (em alguns casos, inauguração) de cadeias curtas que os conectem de maneira mais próxima a consumidores, estes cada vez mais atentos quanto à procedência e qualidade de produtos que consomem.

Os produtos beneficiados que circulam nas cadeias que se iniciam nos agricultores familiares são, em geral, parte do universo alimentar e produtivo de cada território, em cada região. Importa destacar este ponto pois um dos traços principais do beneficiamento de produtos ainda nos estabelecimentos familiares é a relação íntima entre os produtos originados na terra com o conhecimento sobre estes: uma simbiose que entrelaça história e técnica dos produtores com os frutos de sua terra, uma alternativa e uma diferenciação fundamental com a agroindústria capitalista predominante.

Convém também aproximar o leitor do significado cultural, alimentar, simbólico e até sagrado da maniçoba enquanto iguaria culinária paraense. Este aprofundamento é importante para destacar a singularidade do processo produtivo da maniça enquanto produto intrinsecamente oriundo da sociobiodiversidade amazônica, seja em pormenores de algumas escolhas técnicas de unidades produtoras ou pela importância e apego local do produto e da cadeia, em nível estadual.

A partir de então se torna possível descrever como a economia da maniça se originou e se realiza na comunidade de Tracuateua da Ponta, maior produtora do município e, por conseguinte, do estado.

Os dados que substanciam este texto foram obtidos em visitas a campo na comunidade de Tracuateua da Ponta entre 2018 e 2019. A comunidade é predominantemente agrícola e conta com atividades não agrícolas, como funcionalismo público. Deste modo, o recorte das entrevistas privilegiou os atores envolvidos na produção de maniça pré-cozida: proprietários e funcionários de unidades produtoras. Também foi realizada uma visita com o objetivo específico de conversar com os moradores mais antigos da comunidade, sendo que todas as interações foram roteirizadas por entrevistas semiestruturadas.

A “transição” de agricultores engajados suas em roças para proprietários de micro agroindústrias de beneficiamento de maniça ocorreu a partir do final da década de 1970, quando um produtor em especial, senhor Janguito, em passagem pelo mercado Ver-O-Peso em Belém observa a venda de maniça já moída e

pré cozida nas bancas, visualizando uma oportunidade comercial para si uma vez que a folha da macaxeira e da mandioca não tinham uso comercial na comunidade.

A transição de um preparo doméstico da maniva para uma escala superior de produção não foi feita sob uma racionalidade fordista de produção, porém orientada por conhecimento tácito intrínseco ao preparo da maniva em populações naturais da Amazônia. Obedece, portanto, a valores e regras social e historicamente instituídos: o saber-fazer maniva para virar maniçoba é uma prática tipicamente amazônica.

A partir de então Janguito passa a morar em Belém e transportar folhas para serem moídas, cozidas e comercializadas nas feiras da capital, a iniciativa se dissemina por outros produtores de Tracuateua da Ponta e a atividade ganha outras proporções, no começo dos anos de 2000 o produto advindo da comunidade abastecia grandes redes de supermercados na capital, como Y.Yamada, Líder e Formosa.

O auge da atividade sem dúvida é entre 2010 e 2015 quando já somavam-se 12 unidades de produção em Tracuateua da Ponta, articulando redes de obtenção de folhas que chegavam em comunidades longínquas no nordeste do Pará, como na cidade de Bragança, e comercializavam o produto para centros urbanos como Marabá e até Macapá.

Máquinas de moer carne que eram utilizadas para moer folhas de mandioca. Posteriormente, conforme as entrevistas, em sua maioria latões de óleo diesel e/ou recipientes metálicos similares eram reutilizados para cozinhar por uma semana as folhas colhidas, escaldadas e moídas, cozidas na lenha ou carvão. Os recipientes de envasamento eram bacias de plástico que armazenavam a maniva pós-cozimento antes de sua embalagem em sacos plásticos, alheios a caracterizações industriais comerciais, tais sejam marca, data de fabricação, validade etc.

Toda a expertise envolta na maniçoba e em seu preparo é resultado do acúmulo de conhecimento de povos da floresta, sejam indígenas e povos quilombolas com interseção sociocultural com o colonizador europeu. A maniva, enquanto matéria prima desta iguaria, insere-se em um sistema maior de produtos advindos da intersecção entre biodiversidade e sociodiversidade, sobretudo na Amazônia. Estes “produtos” adquirem significados como parte de um cosmos mais amplo que sua origem natural ou ecológica, mas integrado a um sistema de signos histórica e socialmente instituídos.

Atualmente a atividade é viabilizada por quatro unidades produtoras com layout de produção semelhante e adequado tecnicamente com normas previstas pela Agência de Defesa Agropecuária do Pará, a Adepará.

Restam apenas quatro, de um total anterior de doze quando em 2012 proprietários de unidades produtoras procuraram a Agência em busca de orientação de normatização técnica mas não obtiveram resposta, em 2016 a mesma agência por ordem do Ministério Público autuou unidades produtoras que operavam inadequadamente com normatizações publicadas no mesmo ano, finalizando a ação em quatro unidades que puderam operar mediante acordo de Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado entre as partes envolvidas.

Embora a atividade não englobe a maioria dos moradores de Tracuateua da Ponta, é possível tomar nota de algumas conclusões prévias. A venda de maniva possibilita novos arranjos produtivos dentro da comunidade por meio das unidades produtoras, desde a primeira iniciativa de Seu Janguito, até os desdobramentos que originam as outras unidades. Tais arranjos incluem novas relações institucionais como as firmadas entre a unidade Delícias do Pará, tanto pelo apoio inicial na busca de normatização técnica, como dos plantios experimentais da variedade “maniçobeira²”.

Há ainda uma projeção da comunidade para além dos limites municipais, seja pelas redes de captação de folhas junto a outras comunidades camponesas, pelos mercados consumidores até de fora do estado,

² Variedade da planta característica por produzir uma maior quantidade de folhas.

como também pelo reconhecimento midiático do município líder na produção de maniva pré-cozida no estado do Pará, e seu destaque na experimentação dos plantios de maniçobeira³.

A partir do surgimento da atividade na comunidade é visível como redes sociotécnicas de transmissão de conhecimento funcionam como elos entre agentes dentro do território. A difusão da atividade e as especificidades técnicas obedecem a um fluxo viável pela sociabilidade camponesa na comunidade e pela formação de redes de cooperação, mesmo em ambientes de concorrência mercadológica entre as unidades.

A produção de maniva pré-cozida em Tracuateua da Ponta figura como uma iniciativa ímpar de inovação técnica, conhecimento tácito e cadeias curtas de comercialização de um produto próprio e muito presente da sociobiodiversidade amazônica. É uma cadeia econômica compatível com o bioma, operada por atores do território que se comunicam com um mercado consumidor local que também compartilha padrões e senso de qualidade da maniva pré-cozida, sobretudo pelo produto ter ótima aceitabilidade entre os consumidores.

A iniciativa demonstra potencialidades, mas, principalmente, lições e a necessidade de investimentos e parcerias estratégicas, sobretudo com apoio de setores ligados ao poder público, buscando favorecer arranjos locais e capazes de responder favoravelmente a demandas econômicas, climáticas e sociais do nosso tempo.

REFERÊNCIAS

CONTERATO, Marcelo Antonio; STRATE, Mirian Fabiane Dickel. **Práticas de agroindustrialização e arranjos produtivos locais como estratégia de diversificar e fortalecer a agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. REDES: Revista do Desenvolvimento Regional, v. 24, n. 1, p. 227-245, 2019.

³ <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/05/experiencia-com-manicobeira-estimula-visita-de-chefs-em-taua.html>

TERRITÓRIOS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM DISPUTA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: O CASO DE CANAÃ DOS CARAJÁS-PARÁ-BRASIL

GT05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

Rogério Rego Miranda¹

1. INTRODUÇÃO

Canaã dos Carajás corresponde a um município do sudeste paraense que pela sua condição espacial, ou seja, riquezas minerais, especialmente ferro, cobre e ouro, é objeto de cobiça de agentes econômicos regionais e internacionais, com destaque a empresa Vale S.A. que possui projetos de exploração mineral na região desde a década de 1980, mas recentemente tem se focado na área pela implantação do Projeto S11D Eliezer Batista, considerado pela empresa o seu maior empreendimento.

A atuação da Vale na realidade em tela tem provocado uma série de alterações socioespaciais visto que aumentou a concentração fundiária, a especulação imobiliária, o fluxo migratório e as mazelas sociais.

Essa territorialização empreendida pela referida empresa implicou na desterritorialização de diversos camponeses que outrora moravam em antigas vilas rurais e acabaram por migrar forçosamente para a cidade de Canaã dos Carajás e áreas próximas. Contudo, em face da crescente precarização a que foram relegados (desemprego, falta de moradia, fome, prostituição etc.), esses camponeses se organizaram coletivamente e realizaram diversas ocupações em terras de interesse minerário da Vale, com vistas a se reterritorializarem, por meio da pressão sobre o Estado para a realização da reforma agrária, especialmente porque grande parte das áreas pleiteadas pela empresa mineradora apresenta irregularidades, indicadas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

No bojo desse processo não se disputa apenas a terra em si, mas igualmente projetos de desenvolvimento. De um lado, há um projeto excludente e que atende interesses exógenos ao município em relevo, assim como da região amazônica, pois se realiza por meio da expulsão da população local, da monopolização territorial e da degradação ambiental (apesar do discurso de desenvolvimento sustentável veiculado pela Vale). Por outro, há um projeto que visa a inserção social local-regional, a desconcentração fundiária e a manutenção da natureza, pois ela resguarda a condição de existência dos camponeses e de outros sujeitos.

A partir dessa contextualização propõe-se analisar os projetos de desenvolvimento territorial em disputa na realidade de Canaã dos Carajás, contudo, enfocando as estratégias de re-existência dos camponeses que lutam pelos seus territórios em acampamentos.

2. METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo se utilizou, em termos metodológicos, a revisão bibliográfica acerca da temática dos acampamentos, bem como da formação territorial da realidade pesquisada; uso de documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em relação aos registros de conflitos no campo, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no que tange ao registro de Projetos de Assentamento (PAs) e dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem

¹ Doutor em Geografia Humana, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), e-mail: rogeriomir@unifesspa.edu.br.

Terra (MST) e Federação Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) do Pará para o levantamento dos acampamentos existentes na área estudada; entrevistas semiestruturadas com lideranças dos movimentos sociais e sindicais e acampados, com vistas a melhor compreender o cotidiano dos acampamentos, enfatizando a organização espacial, articulações e estratégias de territorialização; por fim, procedeu-se a elaboração de uma cartografia temática para a espacialização dos acampamentos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Canaã dos Carajás é atravessado pela disputa territorial do seu espaço agrário. O acirramento do conflito territorial no município pode ser entendido pelo “choque” entre a tentativa de territorialização dos movimentos sociais/sindicais a partir da conquista/ocupação de uma parcela de terra para a reprodução social camponesa local, e a territorialização desenvolvida pela Vale S.A. por meio dos seus diversos projetos minerais.

Com o propósito de garantir a proteção territorial aos seus empreendimentos, a Vale S.A., articulada com outros agentes do capital incluindo o Estado, estabeleceu algumas estratégias com vistas a desarticular os movimentos sociais e sindicais e, principalmente, desterritorializar os acampados que ocuparam terras de interesse mineral.

A primeira foi a compra de diversas terras no/ou próximo dos projetos minerais, com a conversão dessas propriedades em fazendas, as quais são utilizadas no sistema de comodato, ou seja, embora a Vale tenha comprado as terras, ela garante o direito de uso agropecuário por parte dos fazendeiros que as venderam, com o intuito desses agentes garantirem a segurança da propriedade, ainda que por meio da violência.

A segunda foi transformar determinadas áreas de interesse mineral em Unidades de Conservação (UC), a exemplo do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos, que funciona como um muro de contenção contra possíveis intenções de ocupações próximas às minas.

Essas “contenções territoriais” (HAESBAERT, 2014) com vistas a conter/restringir/redirecionar, ainda que parcial e relativamente a massa de sujeitos excluídos de Canaã dos Carajás, são perceptíveis a partir de fronteiras que não são necessariamente visíveis. Logo, consolida-se sobre uma expressão ou imposição de poder. Desse modo, indica-se que essas ações realizadas pelos agentes do capital podem ser entendidas como estratégias de territorialidade, que segundo Sack (1986) visam moldar, controlar ou restringir o acesso de pessoas a uma determinada área, levando em consideração as relações de poder que se constituem no tempo e no espaço.

A terceira foi a desterritorialização dos sujeitos que viviam em vilas no entorno da mina, a exemplo do que ocorreu com a vila Mozartinópolis, conhecida popularmente como Racha-Placa, cujos habitantes foram reterritorializados no Projeto de Assentamento Américo Santana.

No que concerne à territorialização (ainda que precária e relativa) dos movimentos sociais e sindicais, esta ocorre pelas ocupações de terras e a criação de acampamentos. Por esse motivo, nos anos de 2015 e 2016, esses movimentos auxiliaram a organização e mobilização coletiva camponesa local e ocuparam terras formando diversos acampamentos rurais.

Inquestionavelmente a formação desses acampamentos rurais se tornou importante para esses movimentos, pois consiste em um espaço geográfico de resistência, formação e/ou ressocialização, além de ser o ambiente de articulação das principais estratégias de reivindicação para construir ações de territorialidade.

Na visão de Miranda (2019), os acampamentos podem ser definidos enquanto territórios-acampamentos. Segundo o autor, eles são produtos sociais advindos da luta cotidiana traçada pelos movimentos sociais e movimentos sindicais, que utilizam a política de escala (SMITH, 2000) (mobilização de diversas escalas geográficas — global, nacional, regional e local — para terem seus objetivos alcançados) e da construção de uma rede geográfica solidária camponesa (rede de solidariedade entre os acampados

e assentados historicamente construída com o fim de viabilizar a luta pela terra, ou seja, produzir transformações geográficas importantes, como a criação de projetos de assentamentos).

Esses acampamentos sofrem cotidianamente diversas modalidades de violência, como ameaças, intimidações físicas, restrição à circulação de estradas, impedimento ao acesso a recursos naturais (floresta, rio, lago etc.), além de vigilância por meio de empresas de segurança privada, de helicópteros e drones que mapeiam as ações dos acampados e levantam informações acerca das suas lideranças com vistas a futuras ações criminais.

Neste contexto de conflito, luta e resistência que os movimentos sociais e sindicais atuam na construção de estratégias de territorialização no município de Canaã dos Carajás.

A primeira estratégia refere-se ao bloqueio de estradas e da ferrovia (Estrada de Ferro Carajás), conforme relata um dos acampados de Nova Conquista II:

Nós ocupamos como ponto estratégico, né? Porque a nossa ideia era ter gente em cada local da Vale para pressioná-la. Por exemplo, se fecharmos o Sossego aqui, tudo para [produção], né?... (pensando). Esses dias fizemos isso aqui. Uma turma foi para negociar em Brasília, aí nós fechamos aqui e os meninos fecharam lá em Serra Pelada. (Entrevista realizada no acampamento Nova Conquista II. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

A estratégia de bloqueio de estradas e ferrovias é umas das mais utilizadas pelos acampados de Canaã dos Carajás. Isto porque atinge diretamente a mineradora, obstruindo a circulação dos produtos minerais, e impacta na reprodução do capital, o que já foi confirmado pela Vale S.A. como um dos elementos que lhe causam prejuízos ao longo do ano.

A segunda estratégia corresponde às ocupações de prédios públicos (prefeitura, vara agrária, INCRA) e prédios privados (Vale), como meio de tensionar sobretudo o Estado, especialmente quando são expedidas liminares de despejos. Em outras situações, as ocupações são empreendidas para reivindicar direitos básicos como transporte escolar para as crianças dos acampados, assistência médica mediante a entrada de ambulância e agentes de saúde nos acampamentos, entre outros.

A terceira estratégia diz respeito à chamada Feira dos Acampados. O informante do acampamento Eduardo Galeano explica o objetivo dessa estratégia:

O pessoal da feira estavam lá vendendo a galinha caipira de cinquenta a sessenta reais. Nós levamos muitas galinhas, todos os acampamentos foram para lá. O pessoal vende uma espiga de milho a dois reais, e nós vendíamos por vinte e cinco centavos. Nós não queríamos... Não era o financeiro, ganhar dinheiro, a nossa intenção era de resistência, era mostrar para o pessoal da cidade que nós produzíamos, que nós tínhamos condições de produzir alimentos. Além de nós consumirmos ainda estávamos vendendo para eles. Porque nós estávamos quase dando, estávamos vendendo por um preço simbólico, digamos de um oitavo do valor. [...] E aí, ajudou muito nas feiras dos acampados, nós provamos que nós queremos terra para trabalhar, a gente leva a nossa produção para o pessoal da cidade comprar, ver o que é um produto bom. (Entrevista realizada no acampamento Eduardo Galeano. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

A Feira dos Acampados representa um espaço de mobilização e conscientização popular. A feira ocorre em locais públicos (ruas, praças e no STTR) e se torna importante meio para chamar a atenção da sociedade sobre a produção camponesa nos acampamentos. Além de ser um momento de resistência e luta. Nesses espaços, realizam-se vendas de diversos produtos com preços abaixo (simbólico) dos praticados pelo mercado. É neste momento também que os acampados aproveitam para debater sobre as falácias produzidas principalmente pela mídia e fabricadas pelos agentes econômicos de que acampamento é lugar de “preguiçosos” e de “vagabundos”, visto que durante as vendas é feito um diálogo com os clientes.

Por fim, a quarta e última estratégia é a reunião coletiva, que consiste em mobilizar, articular, discutir e planejar todas as outras estratégias citadas anteriormente.

Todas essas estratégias têm sua importância para a conquista da territorialização camponesa. Mas nenhuma delas é mais importante para os acampados do que a estratégia de PRODUZIR:

A nossa que (...) nós consideramos a maior forma de resistência é a produção, e resistir aqui dentro do acampamento, o fato de a gente resistir (...) isso por exemplo, produzir alimento, auto se sustentar aqui, é a nossa maior forma de resistência (...) é tão mais importante do que ocupar um prédio público ou uma estrada. Porque se a gente se manter aqui e ganhar, com isso nós pretendemos ganhar o apoio do pessoal da cidade (...) olha o cara [camponês] tá trabalhando lá, vocês falam que ele é preguiçoso mas ele está produzindo o alimento dele, e ele ainda traz para vender para cá. [...] Para se ganhar uma terra tem que ocupar. O nosso lema é ocupar, resistir e produzir. (Entrevista realizada no acampamento Eduardo Galeano. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

No entanto, é de suma importância destacar que algumas dessas estratégias são criminalizadas por parte dos agentes do capital, que usam de artifícios jurídicos para paralisar os processos de desapropriação de terras, tal fenômeno é denominado de judicialização da questão agrária (RODRIGUES; MITIDIERO JÚNIOR, 2014).

Essas estratégias de territorialização camponesa impõem a necessidade de se discutir outro(s) projeto(s) de desenvolvimento territorial, para além daquele proposto pela Vale, visto que colocam em questão a reforma agrária, porém de maneira mais ampla, ou seja, o acesso à terra é o meio e não fim, pois para além dela é importante refletir sobre a produção de alimentos saudáveis e a preços acessíveis para a manutenção dos sujeitos do campo e da cidade, acesso a outras atividades produtivas para além da mineração, uma relação com natureza menos deletéria e mercadológica, uma inclusão social com qualidade e de longo prazo e não de forma dependente aos interesses empresariais e precarizada.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialização da luta pela terra na sub-região do sudeste paraense é incerta, especialmente no município de Canaã dos Carajás. Isso porque esse território está atravessado por diversos conflitos e contradições. A tentativa dos movimentos sociais e sindicais se territorializarem confronta com o modelo de desenvolvimento regional pautado no agronegócio e na mineração. Sendo assim, podemos dizer que o espaço agrário do município de Canaã dos Carajás adquire uma particularidade, pois não é somente o solo que está em disputa, mas também o subsolo. Desta maneira, os movimentos lutam e resistem no território a partir da construção de estratégias que permitem sua sobrevivência, mesmo que em condições territoriais instáveis e marcadas pela insegurança e incerteza.

5. PALAVRAS-CHAVE

Território. Projetos de desenvolvimento. Canaã dos Carajás.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- MIRANDA, Rogério Rego. A geografia dos acampamentos dos movimentos sociais e sindicais no sudeste paraense. In: IX Simpósio Internacional X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 10, 2019. Recife-PE. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPe, 2019. Disponível em: <https://www.singal9.com.br/resources/anais/8/singa2019/1572996159_ARQUIVO_590af444e1b4baaeffbdbf9349704a2.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.
- RODRIGUES, Luanna L. M.; MITIDIERO JÚNIOR, Marcos. A. Disputas territoriais e judicialização da questão agrária. **Campo-Território**. V. 9, p. 20, 2014.
- SACK, Robert David. **Humam territoality: its ths theory and history**. Cambridge University. Presse, 1986.
- SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antônio (Org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papius, 2000. p. 132-175.

MULHERES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS: LIDERANÇA, TRABALHO E RESISTÊNCIA

GT05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

Neuzeli Maria de Almeida Pinto¹

1 INTRODUÇÃO

Esta proposta de pesquisa teve como objetivo analisar o processo de construção da autonomia de lideranças comunitárias, e refletir sobre como elas articulam alternativas e possibilidades de desenvolvimento do trabalho produtivo e decisão nos espaços de poder. O debate em torno da organização do trabalho das mulheres em contextos das comunidades tradicionais, quilombolas e pescadoras tem ganhado centralidade na cena contemporânea. Isso devido à busca por modalidades de desenvolvimento numa perspectiva de sustentabilidade.

Apesar de verificar-se, atualmente, algumas mudanças nas relações espaciais de gênero, as relações patriarcais e desigualdades de gênero, ainda são uma realidade no espaço das comunidades tradicionais, continuando as mulheres a sofrerem inúmeras opressões em contextos sociais os mais diversos, tendo em vista a relação de subserviência em que vivem. De modo geral, os papéis sociais assumidos por elas ao longo da história as mantiveram em uma posição de opressão e desigualdade. Isso em uma realidade de invisibilidade social, mesmo alcançando conquistas políticas e sociais consideráveis.

Em geral, a mulher não consegue alcançar benefícios governamentais, sendo destinadas a elas, as funções de manutenção, sofrendo ainda, junto à natureza, consequências das falácias do desenvolvimento, sistema de capital e patriarcal, bem como, com a degradação dos recursos naturais (FREITAS, 2011). Contudo, observa-se o desenvolvimento de lideranças comunitárias com a inserção dessas mulheres nos movimentos sociais, militando por causas específicas das mulheres, trabalho no contexto local e melhores condições de vida; e, por causa de interesse mais amplo, atuam na organização sociopolítica e econômica locais.

Torna-se importante compreender como se estrutura e funciona as relações no processo de construção da autonomia de lideranças comunitárias de mulheres, na organização do trabalho em contextos das comunidades tradicionais, quilombolas e pescadoras, acerca do modo como articulam alternativas de sustentabilidade e possibilidades de desenvolvimento do trabalho produtivo.

É nesse sentido que este trabalho investigou os valores, crenças e atitudes das mulheres em relação à importância das atividades produtivas para a conservação da natureza, equilíbrio ecológico e valor econômico, além dos processos de interações recíprocas entre as mulheres, nos contextos de atividades produtivas e reprodutivas, sob a divisão sexual do trabalho, nas relações sociais de gênero, liderança e autoridade. Verificando autonomia e empoderamento das lideranças comunitárias; e também, articulação na inserção de redes de apoio e movimentos sociais e políticos.

¹ Estágio Pós-Doutoral do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/PPGDSTU/NAEA/UFGA. Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento/UFGA. Professora Adjunta IV do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional/PPDSR/UEMA. E-mail: neuzelipinto2609@gmail.com.

2. METODOLOGIA

Sobre a questão metodológica da pesquisa, acerca do estudo da atuação das mulheres sob a perspectiva sistêmica: pessoa e contexto ambiental requerem metodologias capazes de captar a dinâmica das relações estabelecidas, entre os diversos subsistemas, os quais compõem os contextos em que estão inseridas, dadas a complexidade desse grupo. Dessa forma, foi adotado o método qualitativo, que possibilitou analisar o fenômeno, além de observar o desenvolvimento do trabalho realizado pelas mulheres das comunidades tradicionais, a partir da inserção da pesquisadora no ambiente de estudo, denominado por Alessandra Ceconello e Silvia Koller (2003) de “inserção ecológica”.

A investigação proposta foi realizada com mulheres pertencentes às comunidades escolhidas como foco desta pesquisa: as mulheres quilombolas e pescadoras do Maranhão – Cururupu, comunidades que apresentam um modo de vida dessas mulheres, tipicamente amazônico. Participaram pesquisa mulheres lideranças das instituições: Casa da Mulher Cururupuense, que acolhe e dá assistência a mulheres vítimas de violência e em estado de vulnerabilidade, a presidente da Colônia de Pescadores de Cururupu/MA, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras de Cururupu/MA.

Os instrumentos metodológicos adotados e que deram base à pesquisa foram: o diário de campo (DC); (ISD) inventário sociodemográfico; e, a entrevista semiestruturada (ESE), que foram construídos para aplicação e observação participante, caracterizada pelas intervenções com ações junto à comunidade, através de oficinas e palestras. Estas, por sua vez, foram adotadas como estratégias de interação e troca, refletindo sobre os dados colhidos de modo qualitativa e, possibilitando maior compreensão do contexto em que essas mulheres atuam, e do modo como constroem sua autonomia e empoderamento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das relações sociais de gênero, liderança e participação política nos sindicatos, instituições, associações e grupos comunitários, relaciona-se ao processo de formação social e política das mulheres na sociedade, constituiu-se a partir de determinações marcadas pelo gênero, compreendido como categoria histórica baseada em um sistema hierárquico, presidindo as relações entre homens e mulheres, inseridos desigualmente nas estruturas de poder. O gênero é uma categoria central para entender e contextualizar, como histórica e socialmente se reproduzem as relações sociais de gênero, também consideradas relações de poder. Ao longo da construção da humanidade, as mulheres foram alijadas dos espaços de decisão e silenciadas no mundo doméstico.

Nesse sentido, para compreender as relações desiguais de poder, o engessamento dos direitos das mulheres e a exclusão de sua participação nas tomadas de decisão, é preciso voltar a análise para o âmbito do público e do privado, tendo em vista que a organização das relações na vida privada estabelece barreiras à participação paritária de mulheres e homens na vida pública.

Pensando no contexto das comunidades tradicionais, aponta-se que a luta das mulheres, também se intensifica e trazem para o cenário desses espaços reivindicações de igualdade e de sobrevivência. Faria (2009) define como “A trajetória de luta das mulheres que vivem no espaço rural [...], mostra a força como reivindicação pelo reconhecimento como trabalhadora e como cidadã”. Os movimentos sociais conduzidos por mulheres em comunidades tradicionais é a mais pura expressão de toda a desigualdade de gênero existente neste contexto, e com pautas de luta pelo acesso à renda, direito a documentação, autonomia econômica e política, além da manutenção de relação estreita com a natureza, gerando ações de sustentabilidade do meio ambiente.

Com destaque descreve-se a experiência das mulheres e atuação em vários contextos da comunidade garante a elas, maior autonomia e liderança comunitária. Segundo Leila, uma das lideranças da Comunidade Quilombola Ceará, as mulheres dentro da comunidade atuam em diversos espaços, assumindo papéis de grande importância:

Os papéis que mais se destaca na comunidade são das mulheres. A presidenta da associação é mulher Dona Miúda, lá dentro da associação a gente é que movimenta, é mais mulher que fica nessa parte, no trabalho nas hortas nossas mulheres têm bastante participação. (Leila – Comunidade Quilombola Ceará. Cururupu/MA. Abril/2022).

Pode-se então, analisar a liderança das mulheres das comunidades tradicionais, quilombolas e pescadoras, a partir da construção de sua autonomia e empoderamento, levanto em consideração três planos: autonomia simbólico-cultural, que expressa o reconhecimento das suas atividades exercidas; autonomia política, que envolve o princípio representativo; e, autonomia econômica e material. O reconhecimento deste trabalho e a participação política, através das associações comunitárias conquistadas por essas mulheres fazem parte de um processo em construção.

Observa-se também, que a rede e as articulações dessas mulheres são de fundamental importância para a manutenção e a busca de conquistas, em espaços de poder e decisão. Assim, sentem-se encorajadas a seguirem em frente, muitas vezes sobrecarregadas por uma jornada dupla de trabalho. A criação de uma rede de apoio é um modo para superar os desafios e as dificuldades das mulheres em posição de liderança e, conseqüentemente, para alcançar um equilíbrio maior nas questões de gênero, as mulheres criarem as suas redes de apoio, trocaram experiências e formar as frentes de transformação na comunidade:

Estamos na luta para a construção a igreja, eu e a Helena estamos sempre na frente, mas as outras da comunidade estão sempre juntas, unidas para melhorar as coisas aqui, tudo a gente se une para conseguir, isto dá força para a comunidade e as nossas ações. (Maria - Comunidade Quilombola Santa Maria. Cururupu/MA. Abril/2022)

Cabe salientar, que as líderes assumem uma posição estratégica nas redes de comunicação interpessoais, o que pode ser reconhecido, a exemplo: por medida de prestígio; e por serem muito citadas por uma determinada temática (ROGERS, 1995). São também, consideradas líderes de opinião (VALENTE; DAVID, 1999), em um modelo de difusão de inovações, que leva em conta as novas ideias e práticas com a capacidade de espalhar nas e entre as comunidades (ROGERS, 1995).

Vale ressaltar a importância do papel das mulheres e a participação efetiva nos quilombos, nas formas de organização de resistências. Com grande relação dos processos mais globais que vivemos de invisibilidade das mulheres, colocando estas em uma posição secundária nesse processo, e as mulheres negras ainda mais discriminadas, por estarem submetidas ao sistema escravocrata e de resistência. Historicamente, esses territórios não eram espaços que tinham apenas referências masculinas em sua organização política, econômica e social. As mulheres sempre foram muito importantes para sua estruturação, desenvolvimento e luta.

4. CONCLUSÃO

Os dados levantados permitiram constatar, a importância das relações de gênero, levanto em consideração a autonomia e o empoderamento das mulheres investigadas, para o desenvolvimento das lideranças e atividades remuneradas, criando eixos de inserção dessas mulheres em vários contextos e níveis de relacionamento. A possível procura de outras saídas para os momentos difíceis da vida cotidiana faz com que as mulheres sejam levadas, a se deslocar do âmbito doméstico para o público, organizando-se e, inclusive, participando de ações coletivas.

Além disso, esse estudo pode demonstrar que a autonomia e o empoderamento permitem às mulheres a circulação em vários contextos, bem como, a interação entre as pessoas de outros microsistemas de modo adaptado e com equilíbrio nas relações de poder, contribuindo para terem sucesso na execução das atividades por elas realizadas. Essas experiências podem implicar em transformações do âmbito doméstico e criam novas condições para a presença feminina nos movimentos sociais, interação com o meio ambiente

e sua importância para a própria sobrevivência dessas mulheres e da comunidade, estabelecendo, assim, a integração entre o cenário público e o privado, o que favorece aos processos de transformações macrossociais.

5. PALAVRAS-CHAVE

Mulheres; Comunidades tradicionais; lideranças

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASS, Bernard M. Leadership: Good, Better, Best. *Organizational Dynamics*: 13, 1985. pp. 26-40.

CECCONELLO, Alessandra Marques; KOLLER Silvia Helena. “Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco”. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, 2003.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: DI SABATTO, A. et all. **Estatísticas rurais e economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. Belo Horizonte. Editora Fórum, 2011.

ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. New York. Free Press. 4. ed. 1995, 519p.

VALENTE, T.W.; DAVIS, R.L. Accelerating diffusion of innovations using opinion leaders. **ANNALS**, AAPSS, n. 566, p. 55-67, 1999.

ACAMPAMENTO TERRA CABANA: RECAMPESINIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NA LUTA PELA TERRA

GT05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

*Nelissa Peralta*¹

*Arlan Seabra*²

1. INTRODUÇÃO

O Acampamento Luta e Resistência Terra Cabana é um território que foi ocupado em 2015 e, atualmente, conta com cerca de 68 famílias acampadas. Os acampados lutam pelo direito à terra e moradia, direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988. O Acampamento é organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, “um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil” (MST, 2023).

Segundo Andrio da Luz Vieira, uma das lideranças locais do acampamento e militante do MST, o território de cerca de 1000 hectares foi anteriormente ocupado pelas fazendas São Tomé I e São Tomé II, da empresa denominada SOPALM, cujas atividades econômicas registradas são a gestão e administração da propriedade imobiliária, a extração de pedra, areia e argila e o comércio atacadista especializado em materiais de construção. As fazendas produziam palmito extraído da pupunheira com investimentos de um empréstimo junto ao Banco da Amazônia (BASA) para reflorestamento da área. Como o projeto não cumpriu suas metas e houve inadimplência, o território foi a leilão e foi arrematado por cerca de 4 milhões de reais por uma empresa de Santa Catarina, a CCS Construtora e Incorporadora S/A, cuja atividade principal é a incorporação de empreendimentos imobiliários. A construtora arrematou as terras com o território já ocupado pelas famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e com elas reivindicando sua desapropriação. Atualmente, o coletivo de moradores do acampamento Terra Cabana encontra-se com ordem para despejo das famílias e em favor da CCS Construtora e Incorporadora, embora a compra das terras tenha sido feita após a ocupação do território.

Este trabalho foi realizado neste contexto de disputa e integra um projeto de extensão desenvolvido pela Prof.a. Dra. Nelissa Peralta Bezerra, do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA). A partir do diálogo com as lideranças do acampamento, recebemos a demanda por um estudo sobre a socioeconomia das famílias, a fim de obter dados para apoiar o processo de luta pela terra.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo socioeconômico do conjunto de famílias do Acampamento Luta e Resistência Terra Cabana, localizado próximo à Belém, no município de Benevides, no quilômetro 06 da PA-391. Um levantamento socioeconômico foi realizado durante o mês de novembro de 2022, por uma equipe de estudantes e professores do curso de Ciências Sociais da UFPA. Um questionário semiestruturado foi

¹ Doutora, UFPA, nelissapb@ufpa.br.

² Graduando, UFPA, seabrarlan@gmail.com

elaborado com perguntas sobre as características demográficas das famílias, suas condições de saúde, escolaridade, rendimentos, despesas, investimentos feitos no lote, bem como as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias. O questionário foi aplicado e tabulado em planilha Excel. Inicialmente buscava-se realizar um censo, ou seja, coletar dados em todos os domicílios do acampamento. Entretanto, a cobertura total não foi possível e a amostra totalizou 54 domicílios, dos 68 que existem no território. A análise dos dados foi realizada por meio da estatística descritiva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acampamento Terra Cabana é composto por 68 famílias. O levantamento socioeconômico foi realizado com uma amostra de 54 famílias e 132 moradores. A média de idade dos moradores é de 37 anos (DP = 20). A maioria dos moradores está na faixa etária entre 39 e 52; e há 19 crianças de até 13 anos no acampamento. Entre os moradores, 50% declararam ser do gênero feminino e 50% do masculino, 56% declararam-se pardos, 34% pretos, 9% brancos e 1% indígena.

As famílias que atualmente residem no acampamento vieram principalmente da região metropolitana de Belém, da capital (16) e de Ananindeua (10). Entretanto, algumas famílias migraram para o acampamento vindo de regiões mais distantes, como o estado do Maranhão (3). As famílias declararam morar em média há 3,4 anos no acampamento, sendo que 24% das famílias que residem atualmente, estão lá desde o início da ocupação em 2015. Os responsáveis pelo lote declararam que, antes da sua chegada ao acampamento, suas principais ocupações eram de agricultor, dona de casa, empregada doméstica, pedreiro, serviços gerais, autônomo, garçom, professor, vendedor ambulante, entre outras.

A procura por habitação, por terra para plantar e a busca por melhores condições de saúde foram as principais razões pelas quais os respondentes declararam ter entrado no movimento de ocupação da terra no acampamento Terra Cabana.

A busca por terra para plantar tanto para o consumo próprio, quanto para produzir um rendimento é uma grande motivação dos moradores do acampamento, conforme o depoimento a seguir: “Vim porque sou camponês. Vim conhecer a ocupação, me cadastrei e pensei em morar aqui porque gosto de viver da terra”. Outra motivação muito citada foi a busca por moradia própria: “Eu vim para sair do aluguel. Ou eu comprava comida ou pagava aluguel”. A terceira grande motivação foi a busca por atendimento de saúde.

A produção agroextrativista das famílias é composta principalmente pelos cultivos de açaí, banana, macaxeira, coco, cupuaçu e pupunha. Entretanto, há uma diversidade de plantios nos quintais e a produção é quase toda voltada para o consumo das famílias. O açaí, por exemplo, é cultivado por 43 famílias que têm mais de 2.500 pés de açaí em seus lotes, mas toda a produção é voltada para o consumo familiar. O cultivo que mais produz rendimentos monetários é a macaxeira, com R\$2.249 no ano de 2022. A produção da farinha ainda é pouca, mas quatro famílias conseguem produzir sua farinha para consumo próprio e duas delas têm sua própria casa de farinha. As outras duas produzem em parceria. A avicultura é importante para a subsistência das famílias como fonte de proteína animal. Dentre as 54 famílias da amostra, 28 criam um total de 605 galinhas e 31 patos, sendo que 25 famílias têm seu próprio galinheiro no lote. Em 2022 cerca de 250 galinhas foram consumidas pelas famílias e 216 foram destinadas à venda. Mel é produzido por três famílias no acampamento em um total de sete caixas de abelhas. As famílias produzem para seu próprio consumo, mas uma delas vendeu um total de R\$300,00 em mel em 2022.

Os rendimentos declarados dividiram-se em salários, serviços, produção agroextrativista, criação, comércio e benefícios. A renda mensal *per capita* média é de R\$452, não chegando a meio salário mínimo de 2022. Mesmo com 56% das famílias tendo recebido o Auxílio Brasil (pagamento do governo federal destinado às pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade econômica), 22% das famílias do acampamento que compuseram a amostra, ainda estava abaixo da linha da pobreza estabelecida pelo governo federal, que é de R\$200 *per capita*. Os benefícios declarados incluem aposentadorias, Auxílio Brasil, salário maternidade,

seguro desemprego, renda Pará, vale gás e benefício de prestação continuada (BPC). Na composição dos rendimentos, 53% é oriundo dos benefícios, seguidos de salários (26%), serviços (12%), comércio (7%) e produção (1%) e criação de animais (1%).

As famílias enfrentam inúmeras dificuldades no acampamento. Entre as dificuldades mais citadas estão o transporte, acesso à água, a regularização da terra, energia, saúde e emprego. A infraestrutura do acampamento, como o acesso à água potável, esgotamento e energia de qualidade são problemas enfrentados pelas famílias. Em relação à agricultura, muitas famílias têm dificuldade com a qualidade do solo, que segundo os moradores é pobre, principalmente no setor próximo onde ocorre extração de piçarra ilegal por um empreendimento instalado na sede municipal de Benevides. A falta de regularização da terra também é outra grande preocupação das famílias.

Os resultados da pesquisa demonstram que a situação da maioria da população do acampamento Terra Cabana é de vulnerabilidade socioeconômica. Mesmo recebendo os benefícios do governo destinados a esse público, 22% das famílias ainda estão abaixo da linha da pobreza. A procura por melhores condições de vida, garantia de terra para plantar e moradia é a principal razão para que as famílias se encontrem no acampamento. É uma população que busca produzir seu meio de vida da terra. Para isso, as famílias precisam ter acesso a políticas públicas de qualidade, incluindo acesso à água e saneamento, educação e saúde. Apenas a regularização fundiária trará segurança para as famílias, que poderão continuar produzindo e reproduzindo seu modo de vida para as novas gerações.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

As motivações para a ocupação do Acampamento Terra Cabana parece que sugerem um processo de recampesinização. Segundo a Via Campesina (2009, p.7):

Uma pessoa camponesa é um homem ou uma mulher da terra que tem uma relação direta e especial com a terra e a naturalidade através da produção de alimentos e/ou outros produtos agrícolas. As camponesas e os camponeses trabalham a terra por si mesmos; depende de todo o trabalho em família e de outras formas de uma pequena escala de organização do trabalho.

As famílias acampadas, tinham há duas ou três décadas migrado de territórios rurais para áreas urbanas nas periferias da região metropolitana de Belém. Elas ainda apresentam em sua memória cultural valores derivados de uma sociabilidade que pressupõe essa relação direta com a terra. E agora fazem o movimento de retorno ao campo, em busca de moradia e terras para plantio e fugindo de problemas urbanos como a violência, o desemprego e a fome.

O processo de recampesinização em áreas periurbanas da Amazônia deve ser investigado mais profundamente e pode ser uma alternativa para as dificuldades crônicas do meio urbano (como a insegurança alimentar) e, por outro lado, pode promover novas oportunidades de luta para o cumprimento da função social da terra.

5. PALAVRAS-CHAVE

Movimento Sem Terra. Recampesinização. Disputas Agrárias. Terra Cabana.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

LA VÍA CAMPESINA. Declaración de los Derechos de las Campesinas y Campesinos. Jakarta: La Vía Campesina, 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Quem Somos. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/> Acessado em 02/10/2023.

INDICADORES ESPACIAIS PARA ANÁLISE DE ÁREAS DE AGRICULTURA DE PEQUENA ESCALA NA PAISAGEM AMAZÔNICA

GT05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

*Flávia Domingos Pacheco*¹

*Mariane Souza Reis*²

*Danielle Silva de Paula*³

*Maria Isabel Sobral Escada*⁴

1. INTRODUÇÃO

A produção de farinha e mandioca na Amazônia cumpre importante função social, econômica e cultural (COSTA, 2012). Entender o uso da terra associado ao cultivo de mandioca e seus padrões espaciais é crucial para a análise da economia regional e de suas paisagens, que diferem das paisagens pouco diversificadas geradas pela agricultura industrial de larga escala (SOUZA, 2016). Grande parte da produção se dá em áreas de Agricultura de Pequena Escala (AGPE), que não são mapeadas nos sistemas de monitoramento de uso e cobertura da terra da Amazônia, como o TerraClass e o MapBiomás. Sendo assim, é necessário o uso de ferramentas de análise espacial para inferir a distribuição desse cultivo em regiões amazônicas. Este estudo investiga padrões de distribuição do cultivo de mandioca no Oeste do Pará, com base em indicadores espaciais propostos especificamente para a caracterização de áreas de AGPE.

2. METODOLOGIA

A área de estudo engloba os municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos (Figura 1). Este estudo se divide em duas etapas principais: i) a regionalização da área de estudo com base em classes comumente utilizadas em projetos de monitoramento; e ii) análise dos padrões espaciais de AGPE e sua inserção em regiões que identificam diferentes contextos de uso e cobertura da terra.

¹ MSc. Sensoriamento Remoto, INPE, flavia.pacheco@inpe.br

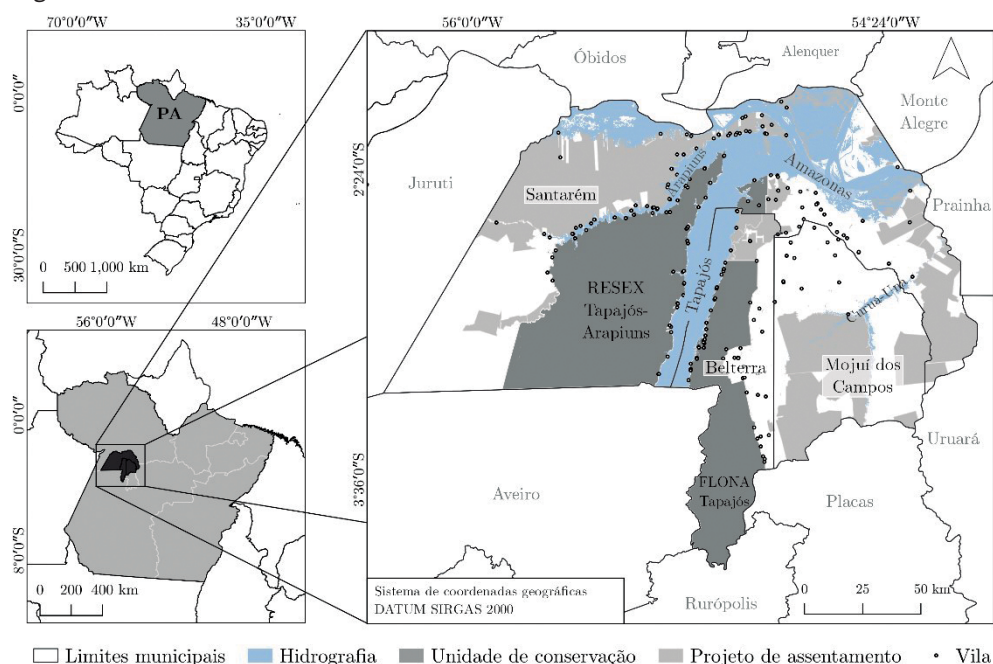
² PhD. Ciência do Sistema Terrestre, INPE, mariane.reis@inpe.br

³ MSc. Sensoriamento Remoto, INPE/Cemaden, danielle.depaula@cemaden.gov.br

⁴ PhD. Sensoriamento Remoto, INPE, isabel.escada@inpe.br

Quadro 1. Continuação

Figura 1. Área de estudo



A regionalização foi obtida com o uso do algoritmo Skater⁵, usando como atributo a proporção ocupada por quatro classes de cobertura da terra (floresta primária, agricultura anual, pastagem e rios⁶) em células de uma grade regular de 8 x 8 km. As regiões obtidas foram caracterizadas segundo os indicadores descritos no Quadro 1. O cálculo desses indicadores foi realizado em uma grade regular de células de 2 x 2 km.

Quadro 1. Indicadores para caracterização das regiões

Indicador	Método
Proporção de vegetação secundária por área desmatada	Área de vegetação secundária presente em 2019 em relação à área desmatada
Idade da vegetação secundária	Frequência de observação da vegetação secundária no intervalo de 2000 a 2019 (REIS, 2022) ponderada pela área das células
Regime de terras	Porcentagem de sobreposição de área total das seguintes categorias em relação à célula: unidades de conservação de uso sustentável, projetos de assentamento, minifúndio e pequena propriedade
Acesso potencial a mercados locais	Média ponderada de tempo de viagem (peso = 0,25) e frequência de transporte (peso = 0,75) (SOUZA, 2016). Posteriormente, foi feita normalização para que o indicador ficasse num intervalo de 0 a 1
Infraestrutura de transporte e urbana	Média ponderada das distâncias mínimas em relação a estradas de qualquer tipo, estradas pavimentadas, rios, cidades e vilas. Para o indicador ficar análogo aos demais, os valores foram normalizados e subtraídos de 1. Os valores mais próximos de 1 representam uma maior infraestrutura e os mais próximos de 0, menor infraestrutura
Síntese de cultivo de mandioca (ISCM)	Estimativa da média dos valores dos indicadores de regime de terras, idade e proporção de vegetação secundária e distância a rios. O indicador varia de 0 a 1 e, quanto maior o valor, maior a possibilidade de ocorrência de cultivo de mandioca

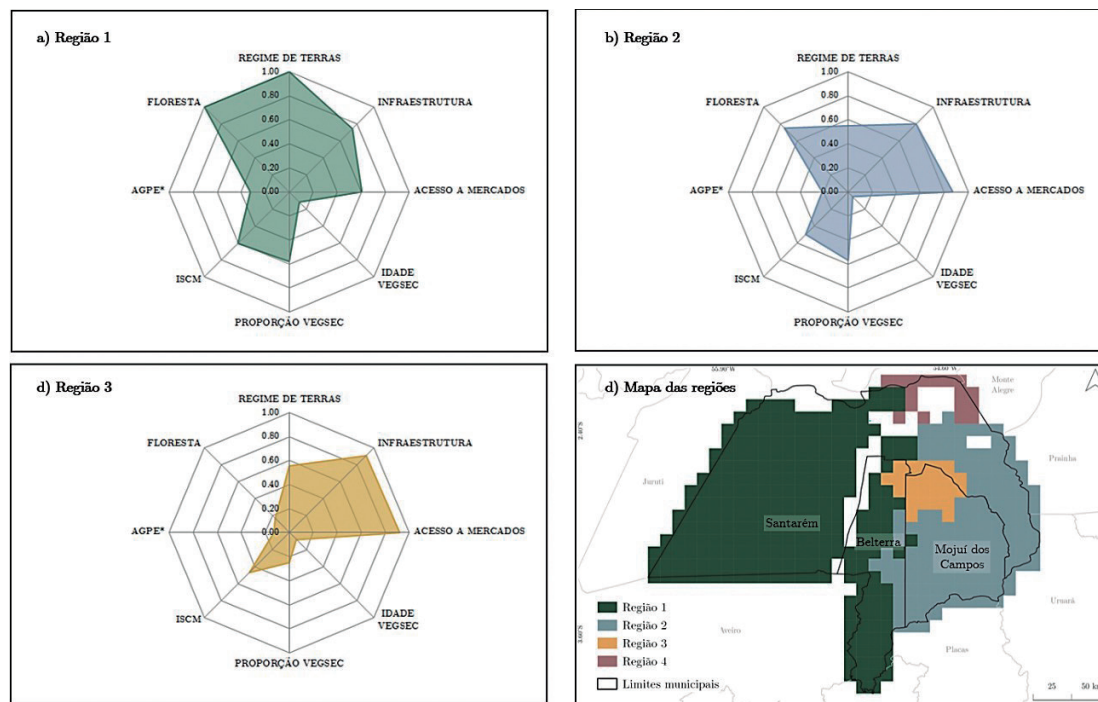
⁵ Regionalização via Skater identifica regiões internamente similares e diferentes entre si, considerando medidas de similaridade entre geo-objetos a partir de um conjunto de variáveis.

⁶ Mapeadas com base em uma cena Landsat-8/OLI e técnicas de classificação orientadas a objetos. Detalhes da metodologia estão descritos em Pacheco (2022) e Paula (2021).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira etapa, foram reveladas quatro regiões, ilustradas na Figura 2. Devido à baixa representatividade, a Região 4 foi omitida da análise. Nessa figura, também são apresentados os resultados dos indicadores, AGPE e de Floresta.

Figura 2. Gráfico de radar: mediana dos indicadores, proporção de AGPE e floresta, por região.



*Valores de AGPE multiplicados por 10

A Região 1 se caracteriza por apresentar maior área de AGPE e altos valores do Indicador Síntese de Cultivo de Mandioca ISCM, localizados principalmente nas áreas ribeirinhas às margens do Tapajós, Arapiuns e Amazonas. Esses valores de ISCM ocorrem em função das maiores áreas contínuas de vegetação secundária e em estágios mais avançados, associados a valores máximos do indicador de regime de terras. O acesso potencial a mercados locais apresentou os menores valores para essa região. Por outro lado, essa região tem a maior área preservada de floresta primária. Esse resultado ressalta a possibilidade de coexistência de sistemas produtivos integrados à paisagem com menor impacto social e ambiental e que são capazes de coexistir com a natureza.

A Região 2 apresenta valores intermediários de ISCM e de AGPE. Nessa região, a maior parte da vegetação secundária se encontra em estágios iniciais e não há diferenças expressivas nos demais indicadores em relação a outras regiões. O regime de terras é mais heterogêneo, criando uma paisagem com alguns elementos que favorecem (e.g. projetos de assentamento) e outros que limitam a AGPE e o cultivo de mandioca.

A Região 3 se caracteriza por apresentar os menores valores de ISCM e de AGPE. A região apresenta baixa proporção de áreas de vegetação secundária (geralmente em estágios iniciais) em relação à área desmatada, e menor diversidade quanto ao regime de terras se comparado às demais regiões. Trata-se de uma região mais integrada aos mercados locais e regionais (proximidade aos portos e núcleos urbanos), indicando uma maior possibilidade de comercialização dos produtos em locais como as feiras dos produtores rurais que ocorrem nas cidades ou em comunidades e/ou localidades vizinhas (SÁ et al., 2006). Essa região apresenta tanto usos da terra (em geral, áreas de cultivo de soja/milho) quanto sistemas de cultivo de mandioca mais intensificados (BOSERUP, 1972). Essa é uma região cuja dinâmica espacial desfavorece a AGPE ainda que esse modo de produzir persista na paisagem.

No geral, os resultados para as regiões se mostraram coerentes com o que se esperava e o observado na literatura (COELHO, 2021; PAULA, 2021), e evidencia a relação direta entre maiores valores de AGPE e de ISCM.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura de pequena escala e o cultivo de mandioca na Amazônia possuem dinâmicas territoriais diversas e essa heterogeneidade foi demonstrada por meio do uso de indicadores espaciais aplicados a regiões que apresentam diferentes padrões de uso da terra. O ISCM consolida o esforço em dar visibilidade aos modos de produzir que incluem o cultivo de mandioca, por ser capaz de revelar as categorias agrárias de pequena escala, muitas vezes invisibilizadas nos monitoramentos de uso da terra e também nas políticas econômicas da região.

5. AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), projeto “Monitoramento dos biomas brasileiros por satélites: construção de novas capacidades”, processo 444418/2018-0.

6. PALAVRAS-CHAVE

Regionalização, Cultivo de mandioca, Intensificação.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec e Polis, 1972. ISBN 85-271-0020-7-Hucitec.
- COELHO, A.; AGUIAR, A.; TOLEDO, P.; ARAÚJO, R.; CANTO, O.; FOLHES, R.; ADAMI, M. Rural landscapes and agrarian spaces under soybean expansion dynamics: a case study of the Santarém region, Brazilian Amazonia. **Regional Environmental Change**, v. 21, n. 4, out. 2021. Disponível em: <doi.org/10.1007/s10113-021-01821-y>.
- COSTA, F. A. **Formação agropecuária da Amazônia**. 2. ed. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2012. ISBN 978-85-7143-098-3.
- PACHECO, F. D. **Análise espacial para a identificação e caracterização de fatores ambientais e socioeconômicos associados ao cultivo de mandioca no estado do Pará**. 2023. 124 p. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) - INPE, São José dos Campos, 2022. Disponível em: <urlib.net/ibi/8JMKD3MGP3W34T/48HJQK2>.
- PAULA, D. S. **Expansão da agricultura de larga escala na bacia do rio Curuá-Una (PA): dinâmica agrária e suas implicações ambientais**. 134 p. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) - INPE, São José dos Campos, 2021. Disponível em: <urlib.net/ibi/8JMKD3MGP3W34T/45BAN3P>.
- REIS, M. S. **Detection and analysis of forest regeneration trajectories in the Lower Tapajós region**. 222 p. Tese (Doutorado em Ciência do Sistema Terrestre) - INPE, São José dos Campos, 2022. Disponível em: <urlib.net/8JMKD3MGP3W34T/47E2TRB>.
- SÁ, M. E. R.; COSTA, S. M. G.; TAVARES, L. P. O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: CARDOSO, A. C. D. (Ed.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006. p. 113 – 157. ISBN 85-247-0348-2.
- SOUZA, A. R. **Economia e natureza: padrões de uso e cobertura da terra associados a atividades agropecuárias e extrativistas de comunidades do Sudoeste do Pará**. 194 p. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) - INPE, São José dos Campos, 2016. Disponível em: <urlib.net/8JMKD3MGP3W34P/3M8SD78>.

A TERRITORIALIZAÇÃO QUILOMBOLA E O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, EM IGARAPÉ-AÇU (PA)

GT05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

Francisco Allan Araújo de Oliveira¹
Alcione Santos de Souza²

1. INTRODUÇÃO

Com as crescentes lutas e conquistas dos remanescentes de quilombo nas últimas décadas, surge a necessidade de analisar o processo de ocupação e uso do espaço pelas comunidades tradicionais e compreender o processo de territorialização quilombola no nordeste paraense. Sendo assim, este estudo tem como lócus de pesquisa a comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento, localizada no município de Igarapé-Açu, no nordeste paraense, e busca evidenciar a participação da Associação de Moradores na organização territorial e produtiva da comunidade.

A comunidade Nossa Senhora do Livramento está situada município de Igarapé-Açu, no nordeste paraense, localizada a 22 km da sede do município. Segundo Freitas (2005), o município de Igarapé-Açu foi criado pelo decreto-lei n.º 985 de 26 de outubro de 1906, assinado pelo então governador do estado do Pará, Dr. Augusto Montenegro. O município de Igarapé-Açu surge para atender uma demanda criada pela estrada de ferro Belém-Bragança, a fim de integrar a capital do estado à região nordeste do Pará (Miranda; Rodrigues, 2009).

Fundada em março de 2009, a Associação dos Remanescentes de Quilombos de Nossa Senhora do Livramento contava com 54 famílias cadastradas, e segundo a presidente da Associação, Teresa Soares da Costa, após a titulação da comunidade e seu registro no ITERPA, a Associação passou a contar, em 2016, com um total de 76 famílias, organizadas em diversos segmentos produtivos.

Desse modo, o presente estudo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso e tem como questão central entender a função da Associação de Moradores na organização territorial e produtiva da comunidade Nossa Senhora do Livramento. Para isso, além de identificar e caracterizar o padrão de ocupação e uso do solo pela comunidade, este estudo tem como objetivo evidenciar o papel da Associação e da cooperação entre os moradores a partir de sua organização econômica e territorial.

Após pesquisas de campo e diálogos entre moradores e líderes da comunidade, foi possível elencar os elementos essenciais para reestruturação deste trabalho, realçando a necessidade de compreender a organização territorial da comunidade e o papel da Associação de Moradores.

¹ Pós-graduando em Ensino de Geografia, pela Universidade Federal do Pará. Licenciado em Geografia, pela Universidade do Estado do Pará. E-mail: allan004araujo@gmail.com

² Professora associada no Departamento de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade do Estado do Pará. Doutora em Ciências Agrárias e mestre em Agronomia, pela Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: onesouza@yahoo.com.br

2. METODOLOGIA

A pesquisa de campo foi realizada durante o período de maio de 2016 a janeiro de 2017, ocasião em que foi possível estabelecer diálogos com diferentes integrantes da comunidade, permitindo ao pesquisador aproximar as pesquisas bibliográficas à realidade apresentada.

A pesquisa dividiu-se em três etapas para estruturar o trabalho de maneira mais objetiva. A partir da escolha do tema, iniciou-se a primeira parte do trabalho que consistia na pesquisa bibliográfica para levantar embasamento teórico e conceitos que pudessem sustentar o estudo. Após o levantamento bibliográfico, foi realizada a visita à comunidade, onde foi possível compreender melhor a dinâmica local e identificar pontos que foram cruciais para pesquisa, como por exemplo, o papel da Associação de Moradores, as atividades econômicas realizadas na comunidade e o uso do território. Em seguida, foi possível organizar o material disponível, relacionando a teoria e a realidade local.

A análise da comunidade Nossa Senhora do Livramento, consiste em evidenciar a importância da Associação de Moradores para a organização e utilização dos recursos naturais presentes na comunidade. Para tanto, foi realizada uma análise comparativa entre dados presentes no Plano de Utilização da Comunidade Remanescente de Quilombo Nossa Senhora do Livramento de junho de 2010, com dados encontrados nas pesquisas de campo realizadas no segundo semestre de 2016.

Optou-se pelo método de pesquisa participante, uma vez que a proposta é de investigar vários elementos (culturais, sociais e econômicos) presentes na comunidade Nossa Senhora do Livramento, na tentativa de compreender sua dinâmica através da análise de dados tanto bibliográficos e documentais, quanto empíricos obtidos através de diálogos com membros da comunidade, para, assim, analisar o ponto de vista local acerca dos problemas e características da comunidade.

Para Boterf (1999), a capacidade que a pesquisa participante possui de se adaptar a diferentes casos e especificidades, respeitando as limitações e dificuldades encontradas, tanto pelo pesquisador quanto pelos demais sujeitos envolvidos na pesquisa, a torna uma ferramenta essencial para desenvolver o diálogo e compreender a dinâmica local, esclarecendo diversas dúvidas sobre as atividades econômicas desenvolvidas e a organização do espaço produtivo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o ITERPA (2010), a comunidade Nossa Senhora do Livramento conta com uma área de 178,1272 ha, incluindo áreas de produção, habitação e outras atividades culturais e religiosas para atender uma demanda de 54 famílias, que tem como principais atividades econômicas a pesca artesanal, a agricultura familiar, a extração e comercialização de junco, seja em sua forma natural ou na forma de produtos e atividades terceirizadas em fazendas do entorno, principalmente nos plantios de dendê ou na colheita de pimenta-do-reino em outras propriedades. Outra fonte de renda importante para comunidade é o benefício de programas federais e da previdência social.

Conforme Leite (2000), as comunidades remanescentes de quilombo trazem em sua formação grande histórico de lutas e resistências, assumindo, assim, grande papel na busca pela reafirmação da matriz africana no Brasil, contribuindo para o processo de formação de uma sociedade plural e miscigenada.

Nesse sentido, segundo Amaral (2015), muitos quilombos na Amazônia seguem a estratégia de ocupar margens de rios a fim de usufruir de seus recursos e utilizá-lo como via de circulação, o que foi perceptível na Comunidade Nossa Senhora do Livramento, pois é através da extração de junco, realizada nas proximidades do rio Maracanã/Livramento, que muitas famílias conseguem a principal renda para sua sobrevivência.

De acordo com ITERPA³ (2010), titulada no dia 13 do novembro de 2009, a comunidade oficializa sua condição de comunidade remanescente de quilombo e passa a denominar-se Comunidade Remanescente

³ Dados obtidos na página do ITERPA (Instituto de Terras do Pará). Disponível em: <http://portal.iterpa.pa.gov.br/>. Acesso em: 16 de out. 2016.

de Quilombo de Nossa Senhora do Livramento (ARQUINSEL), uma conquista de extrema importância para os moradores, pois acarretou em inúmeras mudanças na dinâmica da comunidade, como, por exemplo, o maior acesso à programas de auxílio implantados em diversas esferas de poder, sejam elas estadual, federal ou municipal, dentre eles: Brasil Quilombola, Pará Quilombola e Programa Raízes.

Outra mudança perceptível na comunidade, foi o aumento no número de famílias, de 54 em 2010 para 76 em 2016, que se deu por dois fatores: o primeiro está ligado ao processo natural, e o segundo ao retorno de moradores para a comunidade. Esse aumento populacional é consequência do reconhecimento e titulação do território, que legitimou o uso do espaço e os modos de vidas tradicionais da comunidade.

Um ano após sua titulação, a comunidade, em parceria com as Secretarias de Estado de Agricultura, Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Diretoria de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário (DEAF), Coordenadoria de Projetos Especiais (CPE), Gerência de Projeto de Assentamento, criam o “Plano de Utilização da Comunidade Remanescente de Quilombo de Nossa Senhora do Livramento”, que apresenta como principais objetivos, atender as exigências impostas pela legislação ambiental estadual em vigor, além de inserir propostas e deveres para os moradores da comunidade, para garantir a utilização dos recursos naturais, tanto pelos moradores quanto por gerações futuras.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, compreende-se a importância da Associação como forma de organização e potencialização das relações já existentes na comunidade, como a cooperação durante a manutenção dos roçados, organização e criação de cronogramas que passaram a promover maior integração entre os moradores, para a construção de novos saberes e socialização dos já existentes.

Outro destaque fundamental, foi estabelecer uma relação entre as informações obtidas em campo e nas pesquisas bibliográficas, a partir de uma análise em escala, evidenciando as particularidades existentes na comunidade Nossa Senhora do Livramento, analisando sua dinâmica econômica e cultural, que evidenciam as transformações ocorridas após a emissão do documento de titulação e posse da terra no ano de 2009.

Além disso, com a formação da Associação de Moradores e o reconhecimento enquanto território tradicional, percebeu-se a relevância para a preservação da identidade quilombola na comunidade Nossa Senhora do Livramento, que, dentre outras características, mostra na prática que o manejo sustentável é, além de possível, uma proposta viável. Por esse fator, a pesquisa de campo foi crucial, pois possibilitou a convivência e a observação das dinâmicas da comunidade, ao analisar as dificuldades e limitações, mas, sobretudo, a sua capacidade de articulação e potencialidades.

5. PALAVRAS-CHAVE

Associação de moradores. Formação territorial. Comunidade remanescente.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Assunção José Pureza. Remanescentes das comunidades dos quilombos no interior da Amazônia: conflitos, formas de organização e políticas de direito à diferença. Políticas públicas: memórias e experiências. **Cadernos do CEOM**, v. 22, n. 30, 2010.

FREITAS, A. M. **Memórias de Igarapé-Açu**. Belém: Gráfica SUPERCORES, 2005.

LE BOTERF, G. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 51-81.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, **Lisboa**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

MIRANDA, R. R; RODRIGUES, J. C. Relação campo e cidade em um subcentro regional do nordeste paraense: o caso de Castanhal. In: TRINDADE JR., S; CARVALHO, G; MOURA, A; NETO, J. G. (Orgs.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: ICSA-UFPA, 2009.

PROJETOS DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA NO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ-PA

GT05 – Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

*Patrícia Oliveira da Silva¹
João Santos Nahum²*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a criação dos Projetos de Assentamento Extrativista (PAE's) no Arquipélago do Marajó, estado do Pará, executados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no âmbito do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) lançado em 2003. Com enfoque na espacialização destes projetos nesta região, buscamos analisar em que medida esta política cumpriu o papel de romper com o ciclo excludente de posse da terra na Amazônia marajoara. (BRASIL, 2003)

Esta análise considerou a distribuição dos PAE's na unidade regional definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de Região Geográfica Intermediária de Breves (RGI de Breves), que abrange os dezesseis municípios do Arquipélago do Marajó e está dividida em duas regiões geográficas imediatas, a de Breves (Breves, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista, Anajás, Chaves, Afuá, Bagre, Portel, Melgaço, Gurupá) e de Soure-Salvaterra (Soure, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras). (BRASIL, 2017).

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa apresenta resultados preliminares da distribuição dos PAE's nas duas porções regionais da RGI de Breves, circunscritas às regiões geográficas imediatas de Breves e Soure-Salvaterra, no Arquipélago do Marajó, devido ao aporte metodológico que consistiu essencialmente em levantamento bibliográfico e cartográfico a partir da aquisição dos dados geoespaciais condizentes aos limites políticos-administrativos municipais e das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias para o Estado do Pará do ano de 2021, disponibilizados pelo IBGE. A investigação também foi pautada em levantamento documental acerca do II PNRA e o quantitativo referente ao número de PAE's obtidos a partir da base de dados do INCRA.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Constituição Federal de 1988 que demarcou a transição do regime militar à democratização política, na qual passam a ter respaldo legal reivindicações de proteção do meio ambiente (art. 225), a preservação do patrimônio cultural (art. 216), o acesso à terra (arts. 184,187 e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), associada às pressões dos movimentos sociais do campo, das águas e das florestas, condicionaram a proposição de políticas públicas voltadas à regularização fundiária e ambiental dos territórios tradicionalmente ocupados (BENATTI, 2011).

¹ Doutoranda em Geografia, Universidade Federal do Pará, patricia.oliveira@ifpa.edu.br.

² Doutor em Geografia, Universidade Federal do Pará, prof.joanahum@gmail.com.

Nesta perspectiva, o II PNRA representou uma proposta que buscou incorporar uma política fundiária associada a uma dimensão ambiental pautada na sustentabilidade, com a criação de projetos de assentamento ambientalmente diferenciados, que estivessem caracterizados também por uma conservação do ambiente. Esta política também levou em consideração o uso tradicional do território para definição dos tipos de projetos.

Para além dos modelos já existentes de projetos de assentamento vinculados ao INCRA, foram criados os PAE's para regularização das comunidades ribeirinhas e extrativistas que habitam as áreas de várzea e utilizam os recursos pesqueiros e florestais de maneira conservada. O PAE é uma modalidade diferenciada de assentamento, com o propósito de potencializar esta relação manejada de uso comum dos recursos naturais localizados na várzea amazônica. (BRASIL, 2003).

Benatti (2011, p. 98) enquadrou os PAE's como uma categoria jurídica cuja definição, refere-se à modalidade de projeto de assentamento que permite a exploração das riquezas extrativas e o desenvolvimento de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupam ou venham ocupar uma determinada área conforme Portaria/Incra/nº 269, de 23 de outubro de 1996.

Nas várzeas da Amazônia, conforme estudos de Thomas, Almeida e Pinheiro (2019), os ribeirinhos não possuíam, no geral, concessão de direito de uso do território ocupado e dos seus recursos anteriormente ao estabelecimento dos PAE's, porém existiam instituições informais de manejo dos recursos tanto da terra, quanto da água, proveniente de organização interna de muitas comunidades ribeirinhas. No recorte amazônico do Marajó, com base no relatório do INCRA no período de 2006 a 2015 foram criados 148 (cento e quarenta e oito) PAE's na RGI de Breves.

Apesar de uma concepção abrangente de reforma agrária presente no II PNRA que pretendia “mudar a estrutura agrária brasileira” com a desconcentração da estrutura fundiária e democratização do acesso à terra. A institucionalização da modalidade destes projetos de assentamento no Marajó demonstra que a estrutura fundiária que marca a questão agrária marajoara, sobretudo na região imediata de Soure-Salvaterra, permaneceu praticamente inalterada. (BRASIL, 2003)

Esta afirmação ocorre em razão da disposição dos PAE's criados, visto que a criação de projetos está concentrada na região geográfica imediata de Breves, com 114 (cento e quatorze) assentamentos, enquanto Soure-Salvaterra apresenta 34 (trinta e quatro) PAE's estabelecidos. Este dado revela que a concentração fundiária histórica na região de Soure-Salvaterra desde o período colonial é mantida, apesar da proposta de reforma agrária presente no II PNRA.

Neste aspecto, Oliveira (2020) especifica que a criação destes assentamentos não necessariamente reflete uma reforma agrária, visto que a concessão de direito de uso não corresponde necessariamente à desapropriação e, por conseguinte, a desconcentração fundiária baseada na distribuição de terras para o segmento da agricultura camponesa que se encontra sem-terra para se reproduzir. No Marajó, a política implementada pelo II PNRA esteve mais direcionada ao controle do território institucionalizado por meio da concessão de títulos de direito de uso das terras já tradicionalmente ocupadas pelas comunidades ribeirinhas nas áreas de várzea.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A quantificação dos assentamentos extrativistas institucionalizados com a definição da área e de seu domínio de uso, revela um aspecto fundamental referente à importância de assegurar às populações tradicionais o direito legítimo ao domínio legal do uso da terra tendo como fundamento a ocupação histórica do território, no qual se construiu relações sociais, econômicas e culturais de reprodução da vida alicerçadas no manejo comunitário com regras e normas internas definidas coletivamente.

A Amazônia marajoara na sua totalidade apresenta um número expressivo de PAE's criados em reconhecimento ao uso tradicional do território pelas comunidades ribeirinhas, no entanto quando analisamos a localização dos assentamentos, concluímos que a região geográfica imediata de Breves concentra o maior número destes projetos, em detrimento da região de Soure-Salvaterra, o que indica que esta política nomeada de reforma agrária fundamentada na criação desses assentamentos, não foi priorizada na região do Marajó em toda a sua extensão territorial.

Apesar da relevância do II PNRA para fins de registro legal do domínio público do direito de uso da terra tradicionalmente ocupada pelas comunidades ribeirinhas no Marajó, esta política isoladamente não é suficiente para combater a problemática da concentração de terra, que depende da “[...] constitucionalização do limite do direito de propriedade, estabelecendo uma restrição ao tamanho da área e a quantidade de imóveis rurais que uma pessoa pode adquirir.” Enquanto perdurar a ausência de dispositivos para restringir a existência de grandes latifúndios, também continuará a pressão sobre as propriedades comuns, os territórios coletivos e as florestas. (BENATI, 2011, p. 109)

Neste processo, outra dimensão que não pode ser desconsiderada está além do reconhecimento desses territórios como pertencentes às comunidades, a criação desses assentamentos necessita ser efetivamente acompanhada da instalação de serviços básicos nos mesmos que possibilitem condições reais de melhoria de renda, da saúde, do nível de escolaridade, das condições de trabalho, da assistência técnica e extensão rural, de políticas de acesso ao crédito e lazer, que se fazem presente na política escrita.

Em síntese, em meio as considerações preliminares desta análise, evidenciamos o caráter conservador dessa política com manutenção da geografia agrária marajoara no que consiste na distribuição dos assentamentos nas regiões geográficas do arquipélago, ainda que com relativo avanço na proposta ambiental de projetos extrativistas sustentáveis.

5. PALAVRAS-CHAVE

Territórios tradicionais; Projetos de Assentamento Extrativista; Arquipélago do Marajó.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENATTI, J. H. Propriedade comum na Amazônia: acesso e uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (Orgs.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011, p. 93-113.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro, 2017.

_____. Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Incra nos Estados- **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária** (atualizado em 31/12/2021). Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 07 mai. 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília, 2003. 40p. Disponível em: [file:///C:/Users/olive/Downloads/Livro%20II%20plano_nac_reforma_agraria%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/olive/Downloads/Livro%20II%20plano_nac_reforma_agraria%20(1).pdf). Acesso em: 24 abr. 2022.

OLIVEIRA, A. U. de. **A grilagem de terras na formação territorial brasileira** [recurso eletrônico] / Projeto editorial: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

THOMAS, S. ALMEIDA, O.; PINHEIRO, E. S. **Projeto agroextrativista e gestão participativa dos recursos comuns na várzea amazônica** / Shaji Thomas, Oriana Almeida, Elysângela Sousa Pinheiro. — Belém: GAPTA : NUMA/UFGA, 2019.

AValiação DA SUSTENTABILIDADE DE AGROECOSSISTEMAS FAMILIARES: ESTUDO DE CASO NO PA MÁRTIRES DE ABRIL – MOSQUEIRO-PA

GT 05- Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico-trânsitos e valores bioeconômico- políticas na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

*Lana Gabriela Pardal de Andrade¹
Suelen Caroline Almeida Araújo²
Dayla Carolina Rodrigues Santos³
Luís Mauro Santos Silva⁴*

1. INTRODUÇÃO

O entendimento da importância da operacionalização do que é denominado sustentabilidade é essencial na atualidade. Dentro desta situação a agricultura familiar de base agroecológica, destacando-se os agroecossistemas familiares, exerce papel fundamental na proximidade de seus princípios camponeses e o que se preconiza como sustentabilidade multidimensional (SILVA et al., 2017).

Na ótica de Gliessman (2001), a ideia de sustentabilidade na agricultura é parte de um processo que reconhece a natureza sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, equilibrando com equidade, preocupações relacionadas à saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica. O mesmo autor destaca que é importante o uso de ferramentas que permitam a análise do agroecossistema, de modo que possam trazer informações para tomada de decisões e monitoramento enquanto unidades de produção, a partir da seleção de um conjunto de indicadores de sustentabilidade.

O uso de indicadores de sustentabilidade tem sido uma alternativa metodológica muito utilizada no debate sobre a operacionalização do conceito de sustentabilidade na agricultura (SILVA et al., 2017). Esses autores avaliaram agroecossistemas familiares através da adaptação da ferramenta MESMIS para realidades da Amazônia paraense e obtiveram resultados promissores, especialmente quando se propõem avaliar lógicas familiares diversificadas.

2. METODOLOGIA

O projeto de Assentamento (PA) onde se consolidou este estudo denomina-se Assentamento Mártires de Abril (AMA), criado em 2001, surgiu da ocupação da Fazenda Taba no ano de 1999, onde foram assentadas 91 famílias com área aproximada de 4ha (ROCHA et. al., 2015). Localizado no Distrito Administrativo de Mosqueiro, ele volta-se para a aplicação do Projeto Casulo de Assentamento (PCA). Uma das famílias do assentamento, é a família da Dona “A.B” e Seu “A”, proprietários do agroecossistema familiar abordado nesta pesquisa.

A avaliação da sustentabilidade da unidade familiar foi baseada na metodologia adaptada do MESMIS (SILVA et al., 2017), sendo uma análise da dimensão ambiental, social e técnico econômica do agroecossistema. A sistematização foi consolidada em planilha no microsoft excel 2010. Para cada

¹ Engenheira Ambiental e Sanitarista, UEPA, lanagabriela168@gmail.com.

² Especialista em georreferenciamento, UFPA, suelencaraújo@gmail.com.

³ Engenheira Agrônoma, UFPA, dayla.santos@ineaf.ufpa.br.

⁴ Doutor em Ciências, docente do PPGAA/INEAF/UFPA, lmsilva@ufpa.br.

dimensão houve a divisão em indicadores e índices, a soma dos pesos dos índices totalizou sempre 1, e as notas atribuídas a cada índice foi 0 (ruim), 5 (mediano) e 10 (boa), essa atribuição foi feita pelos autores segundo a vivência, questionário e turnê guiada em campo.

Para dimensão ambiental foram utilizados os seguintes indicadores: Análise de cobertura natural, de cobertura cultivada e de intervenção antrópica. Sendo o primeiro indicador mencionado composto pelos índices manutenção da vegetação natural (peso 0,6) e percentual de SAF's (peso 0,4). O segundo, composto pelos índices diversidade intracultivo (peso 0,6) e diversidade de atividades (peso 0,4). E o terceiro indicador composto pelos índices insumos químicos (peso 0,2), insumos orgânicos (peso 0,3), erosão visível (peso 0,1) e escassez hídrica (peso 0,4).

Para dimensão social foram utilizados os seguintes indicadores: Qualidade de vida, organização e demanda de trabalho. Sendo o primeiro indicador composto pelos índices serviço de saúde (peso 0,2), de saneamento (peso 0,1), de educação (peso 0,2), saúde da família (peso 0,4) e escolaridade familiar (peso 0,1). O segundo, composto pelos índices participação em organização formal (peso 0,4), em decisões coletivas (peso 0,4), em diálogos com a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) (peso 0,2). E o terceiro, composto pelos índices mão de obra contratada (peso 0,3), venda de trabalho (peso 0,2), descanso e lazer (peso 0,1) e capacidade de trabalho (peso 0,4).

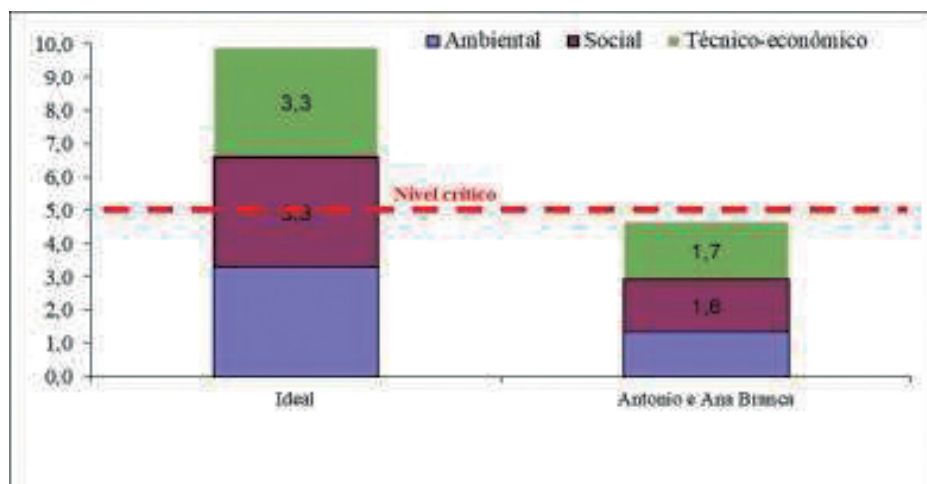
Para dimensão Técnico-social foram os seguintes indicadores: Renda familiar, dívidas, eficiência de manejo e possibilidade de diversificação da produção. Sendo o primeiro indicador composto pelos índices renda per capita (peso 0,4), relação renda particular/familiar (peso 0,2), renda não agrícola (peso 0,1) e relação terra/patrimônio (peso 0,3). O segundo, é composto apenas pelo índice de dívidas contraídas (peso 1). O terceiro, composto pelos índices rendimento físico (peso 0,4), perdas de rendimento físico (peso 0,1), diversificação de atividades (peso 0,3) e dependência de insumo externo (peso 0,2). Por fim, o quarto, foi composto pelos índices diversidade de linha de crédito (peso 0,2), diversidade atual (peso 0,3), vontade de diversificar (peso 0,3) e manutenção da diversidade natural (peso 0,2).

O resultado do valor atribuído a cada índice, multiplicado por seu respectivo peso foram somados consolidando um valor para cada respectivo indicador, e a soma de cada valor dos indicadores consolidou um valor para cada dimensão (valor ambiental, valor social e valor técnico econômico).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na avaliação de sustentabilidade do agroecossistema, realizada por meio da ferramenta MESMIS, a família do Seu "A" e da Dona "A.B" obteve nota 4,7 de um total de 10 (gráfico 1), bem abaixo da condição ideal (parâmetro), segundo o MESMIS.

Gráfico 1 - Comportamento das dimensões Ambiental, social e técnico-econômico da pesquisa



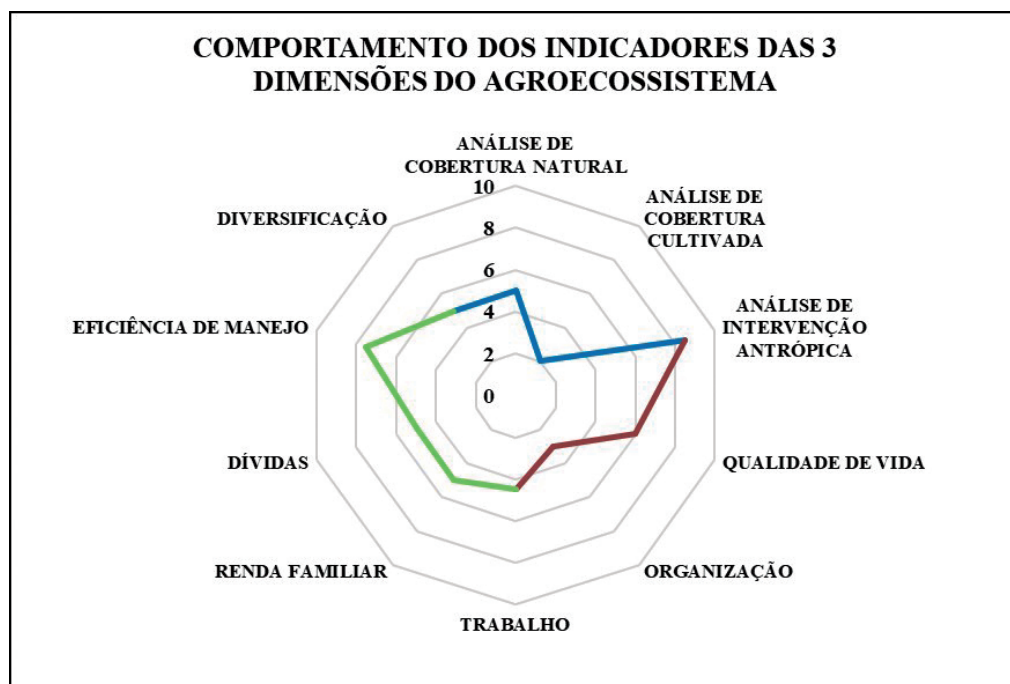
Fonte: Autores (2022)

O ponto de maior fragilidade do agroecossistema foi o ambiental, correspondendo a um valor de 1,4, enquanto o valor social e o Técnico-econômico foram 1,6 e 1,7, respectivamente. A renda agrícola da família é proveniente exclusivamente da produção do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), isso foi confirmado em turnê guiada pela propriedade, onde não foram observadas diversificação das espécies intra-cultivo. Recentemente, a família plantou algumas mudas de café (*Coffea arabica* L.). Na propriedade não é feita a utilização de insumos químicos, apenas orgânicos, todavia o senhor “A” declarou não ter feito nenhum aporte de matéria orgânica no último ano.

Em relação à dimensão social, observou-se que a família não demonstra interesse em participar das ações coletivas em relação ao assentamento, somente um membro da família participa das atividades coletivas, no viveiro e coletivo de mulheres, outrossim, a família têm uma dependência de mão-de-obra externa à propriedade, visto que tanto Seu “A”, quanto os filhos têm ocupações laborais na zona urbana exercendo atividades de pedreiro, carpinteiro e eletricista e Dona “A.B” é portadora de necessidade especial, o que a limita de algumas atividades.

A família possui tanques de piscicultura, com a criação de peixes, mas sem nenhum manejo específico, o próprio Seu “A” nos informou que oferece aos peixes o que sobra de pão e/ou outros alimentos. O gráfico 2 abaixo mostra de maneira didática o comportamento dos indicadores inseridos em cada dimensão:

Gráfico 2- Comportamento dos indicadores das 3 dimensões do agroecossistema



Fonte: Autores (2022)

O gráfico 2 evidenciou que de fato o agroecossistemas apresenta fragilidades em indicadores principalmente da dimensão ambiental e social, sendo que no âmbito ambiental o indicador com menor avaliação foi a diversidade de espécies cultivadas e no social o indicador com menor avaliação foi o nível de organização. Na dimensão Técnico-econômica não foram observadas fragilidades, seja pela ausência de informações por parte da família ou pelo fato de a renda proveniente do trabalho externo à unidade de produção ser capaz de atender as necessidades da família.

Vale ressaltar o caráter inovador e a curiosidade da família em aprender técnicas novas e aplicar na unidade de produção, adaptando suas ferramentas com experimentações próprias, como no caso do café, demonstrando potencialidade, mesmo diante de algumas limitações de aparatos técnicos. Como o projeto da família não está significativamente alinhado a grandes e complexos planejamentos, as construções das

metas estão no que é construído diariamente, e nas tentativas diárias, como é o caso do cacau e do café que são “tímidas” tentativas de diversidade de cultivo.

A metodologia de avaliação da sustentabilidade, expôs dificuldades e alguns fatores estão associados a isso, como: A extensão do questionário aplicado, que dificultou o diálogo com os entrevistados; Algumas perguntas são delicadas, em relação a parte financeira e de saúde, por isso é complicado concluir assertivamente e/ou corretamente o entendimento sobre determinada realidade; A entrevista funciona melhor com estratégias paralelas para perguntar; Os critérios de avaliação no momento da sistematização acabam por receber influência subjetiva do pesquisador (ou pesquisadores) envolvidos.

4. Conclusões/Considerações Finais

Na pesquisa fica nítida a importância de metodologias que possibilitem a avaliação do desempenho e eficiência de um agroecossistema, levando em consideração sempre, a especificidade da unidade familiar, a qual sempre se baseia em um projeto de vida como objetivo global particular, portanto, é importante a vivência e o envolvimento com os sujeitos sociais partícipes, a fim de chegar o mais próximo possível da realidade do agroecossistema estudado.

Vale ressaltar também que mesmo com as limitações e complexidade de entendimento das particularidades de cada unidade familiar, é de suma importância continuar aplicando e aprimorando metodologias de sistematização de dados quali-quantitativos, mediante a importância dos agroecossistemas na mitigação de diversas problemáticas socioambientais que assolam a Amazônia e o mundo, e também mediante à importância de devolutivas socioeconômicas para àqueles sujeitos, em especial do âmbito agrário, que convivem com a terra e vivem de tudo que ela pode oferecer perpassando por todos seus serviços ecossistêmicos.

5. PALAVRAS-CHAVE

Sustentabilidade. Agroecossistema familiar. Sistematização MESMIS.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2ª ed. Porto Alegre, RS: **Ed. Universidade/UFRGS**, 2001.

REBELLO, Y. A. P; LIMA, J. J. F; LIMA, A. P. C. Políticas de habitação e a urbanização periurbana na Amazônia: o caso do Assentamento Mártires de Abril, Mosqueiro, Belém, Pará. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.** 21 (1), Jan-Apr. 2019.

ROCHA, A. C. O; SILVA, D. S.; ASSIS, R. M. A; SENA, W. A. O. AGROECOLOGIA NA AMAZÔNIA: Uma alternativa para o sistema de “derruba e queima”, estudo de caso do lote agroecológico de produção orgânica. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Vol 10, N° 3 de 2015

SILVA, L. M. S.; RESQUE, A. G. L.; FEITOSA, L. L.; NOGUEIRA, A. C. N.; CARVALHO, J. P. L. de. Espaço amazônico e estado de sustentabilidade de lógicas familiares de produção: adaptações e uso do MESMIS no caso do estado do Pará. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento** • Belém • v.11, n°1 • p. 57-70 • 2015 / jan-jun 2017.

INTERFACES ENTRE OS PROGRAMAS DE AGRICULTURA FAMILIAR DE MOÇAMBIQUE, COLÔMBIA E BRASIL: UM ESTUDO DE CASO ENTRE O SUSTENTA, PAF E PRONAF

**GT 05- Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico-trânsitos e
valores bioeconômico- políticas na construção social de desenvolvimento inclusivo e
redistributivo**

*Zefanias Samuel Fazenda¹
Juliano Jorge de Freitas Salgado²
Isaleimi Quiguapumbo Valencia³*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os programas de apoio a agricultura familiar de Moçambique, da Colômbia e do Brasil, especificamente dos programas SUSTENTA, PAF e PRONAF. É notório que os países apresentam similaridades em seus aspectos econômicos, sociais, políticos, etc., fazendo com que possuam uma forte vocação agrícola em seus territórios e que tenham grandes disparidades socioambientais. Desta forma, serão analisados similitudes e dissimilitudes entre os programas dos países, apresentando a necessidade de uma programa global para apoio a agricultura familiar como forma de desenvolvimento socioambiental global.

PALAVRAS-CHAVE

Agricultura Familiar, Políticas Públicas, Desenvolvimento Socioambiental

ABSTRACT

The present work aims to present family farming support programs in Mozambique, Colombia and Brazil, specifically the SUSTENTA, PAF and PRONAF programs. It is clear that countries have similarities in their economic, social, political aspects, etc., meaning that they have a strong agricultural vocation in their territories and that they have great socio-environmental disparities. In this way, similarities and dissimilarities between countries' programs will be analyzed, presenting the need for a global program to support family farming as a form of global socio-environmental development.

KEYWORDS

Brazil, Mozambique, Public Policies, Family Farming.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar não é um conceito novo (HIDALGO FLOR, HOUTART, *et al.*, 2014), mas

¹ Mestrando em Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará. E-mail: zefaniasfazenda@gmail.com. Gestor Ambiental.

² Doutorando em Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará. E-mail: julianojfs21@gmail.com. Filósofo.

³ Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará. E-mail: isaleimi@unicauca.edu.co. Geógrafa.

recentemente a academia, os movimentos sociais e as políticas governamentais vêm realizando um processo de interpretação e cada um a entende de forma diferente; a abordagem dada pelas políticas governamentais é mais operacional, acadêmica e dos movimentos sociais a interpretação é mais analítica (ALTAFIN, 2007). O mesmo acontece nos países latino-americanos, existe uma grande diversidade de definições e políticas públicas para a agricultura familiar (SABOURIN, SAMPER, *et al.*, 2014).

Verifica-se que as políticas estatais para o desenvolvimento da agricultura familiar possuem parencas em suas estruturas de incentivos. Os governos de Brasil, Colômbia e Moçambique possuem programas nacionais para o fortalecimento da área. Em 1995, o governo federal brasileiro implementou o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF como forma de apoiar pequenos produtores familiares rurais para se desenvolverem integralmente (SCHNEIDER, CAZELLA, *et al.*, 2021). Na Colômbia, em 2017, foi criado o programa de agricultura familiar, camponesa e comunitária para combater a pobreza no setor rural, expandir a classe média rural e diminuir as disparidades entre as áreas urbanas e rurais. Em 2017, o governo federal moçambicano lançou o programa nacional SUSTENTA, com o objetivo de apoiar pequenos produtores familiares rurais moçambicanos a também se desenvolverem integralmente (EDUARDO, 2020). Os três países possuem programas que visam apoiar a agricultura familiar, neste sentido, este documento pretende comparar as semelhanças que existem entre estes três programas.

2. METODOLOGIA

A base metodológica desta pesquisa tomou com referência as análises documentais e bibliográficas referentes aos programas PAF, SUSTENTA e PRONAF, programas de apoio a agricultura familiar da Colômbia, Moçambique e Brasil, respectivamente. A busca ocorreu em sites oficiais dos governos dos países e em bancos de dados periódicos da SCOPUS e do Google Acadêmico, utilizando como palavras-chave PAF, SUSTENTA e PRONAF. Após a consulta, foram feitas filtragens dos artigos e dos documentos, utilizando critérios de historicidades dos programas e os principais entraves de execução destes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os governos dos três países (Moçambique, Colômbia e Brasil) apresentem grande similaridade nos programas nacionais de fortalecimento do sector agrário.

Na Colômbia, o programa de agricultura familiar – PAF, foi criado para fornecer diretrizes estratégicas para políticas públicas para a agricultura camponesa, familiar e comunitária. O instrumento operacional é através da (“resolução Número 464 de 2017”), cujo objetivo é fortalecer as capacidades sociais, econômicas e políticas da agricultura familiar. O programa PAF é administrado pelo Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural e é implementado em todo o território nacional. Fornece assistência técnica (diálogo de conhecimento) e financeira, a primeira com treinamento e atualizações sobre agricultura para agricultores e funcionários; no apoio financeiro de créditos agrícolas de curto prazo.

No Brasil, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi instituído pela Resolução nº 2.191/1995. A lei operacional visa dar apoio financeiro às atividades agrícolas exploradas através do emprego direto da mão de obra do produtor e de sua família. O programa está sob a supervisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário e é implementado em todas as áreas rurais brasileiras. Este programa fornece assistência técnica e financeira.

Em Moçambique, O SUSTENTA é um programa nacional de integração da agricultura familiar em cadeias de valor produtivas, iniciou em 2017 e 2020, como programa nacional, do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), com objectivo melhorar a qualidade de vida dos agregados familiares rurais através da promoção de agricultura sustentável, com acções viradas à Segurança Alimentar, Rendimento Familiar, Emprego, Inclusão Social e Produção e Produtividade. O programa SUSTENTA, presta apoio técnico e financeiro aos agricultores familiares, através das linhas de créditos de acordo cadeias de

valores produtivas.

Ao analisar a concepção e a história dos programas de apoio para a agricultura familiar dos países, constata-se que existe o reconhecimento e assistência governamental para o desenvolvimento desse segmento agrário. Ressalta também que os países possuem mais similaridades (fatores econômicos, ambientais, sociais etc.) do que dissimilaridades. Tais condições demonstram a necessidade de políticas públicas voltadas para a promoção da produção e da produtividade agrário e da segurança alimentar e nutricional.

4. CONCLUSÕES

Os programas implementados nos três países (Moçambique, Brasil e Colômbia), apresentam características comuns nas suas políticas públicas ligado ao desenvolvimento da agricultura familiar, buscando promover tecnologia e recursos aos produtores familiares. A agricultura familiar constitui a base fundamental para segurança alimentar e nutricional. O seu sucesso depende do fortalecimento institucional, a promoção de programas com apoio não só em insumos e valores monetário, mas também através de assistência técnica que permita otimizar recursos para uma produção agrícola adequada; O que levaria a combater as condições de vida desfavoráveis que os camponeses enfrentam.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, I. “REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR Iara Altafin Agricultura familiar não é propriamente um termo novo , mas seu uso recente , com ampla penetração nos meios acadêmicos , nas políticas de governo e nos movimentos sociais , adquire novas sig”, p. 1–23, 2007. .

EDUARDO, R. D. G. **LAVRAS-MG**. 2020. Universidade Federal de Lavras, 2020.

HIDALGO FLOR, F., HOUTART, F., LIZÁRRAGA ARANÍBAR, P., “Agriculturas campesinas en Latinoamérica : propuestas y desafíos” . [S.l: s.n.], 2014. v. 1. p. 313.

resolução Número 464 de 2017. . [S.l: s.n.], 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.12324/35667>.

SABOURIN, E., SAMPER, M., SOTOMAYOR, O. “Una mirada transversal a las políticas sobre la agricultura familiar en América Latina Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe : balance , desafíos y perspectivas”, **CEPAL Colección documentos del proyecto**, p. 300, 2014. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37193/S1420694_es.pdf?sequence=1.

SCHNEIDER, S., CAZELLA, A. A., MATTEI, L. F. “HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA RECENTE DO PRONAF – PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR”, **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 12–41, 28 set. 2021. DOI: 10.22295/GRIFOS.V30I51.5656. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5656>. Acesso em: 4 out. 2023.

3

Simpósio
Internacional

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

GT 05 • Sessão 3

CIÊNCIAS DO MAR: PROPOSTA DE CURSO EXTENSIONISTA EM UMA COMUNIDADE COSTEIRA

GT05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

*Antonio da Silva Oliveira Junior¹
Suzana Cunha Lopes²*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte da execução de uma pesquisa de Mestrado para obtenção do Título de Mestre em Ensino, pelo Programa de Pós-Graduação em Criatividade e Inovação em Metodologias em Ensino Superior, pela UFPA. Tem como foco a construção de um processo educacional, tendo como meta principal propor uma forma de atividade curricular extensionista que esteja de acordo com o processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação e até pós-graduação das Universidades Federais, especialmente da UFPA.

O processo construído e executado se baseia em um curso extensionista, cujo um dos objetivos foi de proporcionar momentos de contextualização de conceitos científicos que possam ser relacionados a ambientes costeiros e que estejam correlacionados as metas da Década dos Oceanos, estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). O curso piloto extensionista foi executado ao longo do mês de Agosto do ano em curso, tendo como seu primeiro público participante estudantes da Faculdade de Ciências Naturais do Campus da UFPA do município de Bragança/PA e um grupo de poupança feminino da comunidade costeira denominada de Vila dos Pescadores, localizada na praia de Ajuruteua.

A construção do próprio curso extensionista, assim como as atividades executadas, teve como base teórica a teoria filosófica da Aprendizagem por Experiência, onde buscamos por um processo de aprendizagem que estivesse diretamente ligado com as impressões obtidas a partir das interações que os indivíduos possuísem com o ambiente ao seu redor, ao qual gerassem nos sujeitos participantes reflexões significativas (PLACIDES, COSTA 2021).

Durante a execução do curso, foram realizadas atividades que proporcionaram uma investigação científica por parte dos estudantes, sobre tópicos conceituais estudados ao longo de seu curso de graduação e como estes conceitos podem ser atribuídos a dinâmica costeira local. As próprias atividades também proporcionaram vivências significativa com as mulheres da comunidade onde as “trocas de experiências e a reconstrução delas exigiram espaços de contato dialógico direto, mediado por instrumentos que estimularam o pensar bem sobre aquilo que se vivencia” (BIELUCZYK, CASAGRAND 2015).

Para que o curso pudesse ter sua ementa construída e ser executado, tivemos o auxílio dos membros da coordenação do Instituto de Estudos Costeiros (IECOS), do campus da UFPA de Bragança, ao qual a

¹ Docente do curso de Pós-Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias em Ensino Superior (PPGCIMES) - UFPA, e-mail: silva1992oliveira@gmail.com.

² Doutora, Professora do curso de Pós-Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias em Ensino Superior (PPGCIMES) - UFPA, e-mail: professora.suzanalopes@ufpa.br.

faculdade de Ciências Naturais estar vinculada, pois entendemos que por se tratar de um componente curricular extensionista para o Ensino Superior a nível de graduação e possivelmente para a pós-graduação, vimos a importância de que o curso extensionista pudesse ser criado de forma coletiva e conjunta com a própria Instituição de Ensino Superior e membros da comunidade costeira local.

Pretendemos com este processo educacional fomentar vivências e/ou experiências nos estudantes, seja a nível de graduação e pós-graduação, que os possibilitem a realizarem uma contextualização mais aprofundada dos conhecimentos científicos estudados ao longo de sua formação, transformando esses conhecimentos em ações sustentáveis e principalmente contribuir com o processo de curricularização da extensão no Ensino Superior, respeitando e seguindo os parâmetros contidos nas Diretrizes e demais documentos que regulamentam a estruturação das atividades acadêmicas de extensão nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos a nível superior.

2. METODOLOGIA

Destacamos um pouco do passo a passo de execução do curso extensionista, assim como as atividades que foram realizadas com os sujeitos participantes.

O primeiro encontro do curso extensionista teve como objetivo apresentar a temática do curso e abordar sobre a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, explorando sobre seus objetivos e metas. Ao longo da exploração da temática do curso extensionista com a Década dos Oceanos, muitas relações foram feitas pelos próprios estudantes com conceitos estudados e observado ao longo do próprio curso de Ciências Naturais, assim como vivências obtidas por eles ao longo de suas visitas e idas em ambientes costeiros.

Foi realizada uma atividade de imersão na temática, com o intuito de contextualizar os objetivos e metas da Década dos Oceanos com as vivências e experiências que os estudantes possivelmente já possuíam com os ambientes costeiros.

No segundo encontro do curso, o objetivo foi de apresentar aos estudantes o ambiente costeiro local, a qual este curso teve como foco de atuação. Foi realizado uma pequena imersão gráfica na comunidade Vila dos Pescadores, localizada na praia de Ajuruteua, no município de Bragança/PA. Apresentamos aos estudantes um pequeno panorama local da vila, através de dados coletados em visitas anteriores realizadas pelo pesquisador e idealizador do curso extensionista.

O terceiro encontro do curso se caracterizou por ser tornar um dia de imersão na comunidade costeira, com o objetivo de proporcionar aos estudantes um dia de aprendizagens práticas das atividades que são realizadas na Vila, assim como conhecer os ambientes que formam o espaço geográfico da comunidade costeira. As atividades realizadas assim como a visita aos ambientes da vila dos pescadores foi proporcionada pelas mulheres do clube de poupança feminino da comunidade.

As mulheres da vila, levaram os estudantes a conhecerem os três principais ambientes que compõe a comunidade: Área de restinga próximo a praia, denominada de “ajirusal”, área da pesca e ambiente de mangue. Em cada um desses ambientes, foi abordado e explicados pelas mulheres quais atividades eram desenvolvidas por elas e as técnicas executadas em cada atividade.

O quarto encontro do curso extensionista também ocorreu na comunidade com o objetivo de elaborar propostas de atividades extensionistas que pudessem ser executadas na vila dos pescadores, tendo como ponto de partida as experiências/vivências tidas no encontro anterior. Para esse momento, foi escolhido a técnica da Matriz Morfológica, de forma adaptada, para estimular a geração de ideias criativas.

A matriz Morfológica foi escolhida por se apresentar como um exercício que possibilita uma ampliação das possibilidades de combinações e recombinações que podem ser feitas ao longo de sua construção, gerando possibilidades de ideias para soluções de possíveis problemáticas ou de criação de

novas atividades ou produtos, possuindo formas de ser adaptada a variados contextos, mantendo seu caráter fixo e estrutural (MASCARENHAS, *et al* 2015).

Os estudantes e as mulheres da comunidade foram divididos em três equipes, para que juntos pudessem construir a matriz a partir de suas percepções adquiridas ao longo do processo de imersão e trocas realizadas no encontro anterior. Em cada matriz construída, os estudantes e mulheres da vila foram estimulados a colocarem sugestões de atividades extensionistas que estivessem relacionadas as vivências e trocas realizadas no encontro de imersão.

O quinto encontro do curso extensionista foi dedicado à execução da(s) atividade(s) extensionista(s) cujas propostas foram levantadas no encontro anterior pelos estudantes e mulheres da comunidade vila dos pescadores. Das propostas de atividades elaboradas, duas consideradas de curto prazo de execução foram escolhidas para serem executadas de forma conjunta na vila: sinalização de pontos do ambiente do ajiruzal e coleta de lixo na parte litorânea da comunidade.

O sexto e último encontro do curso extensionista foi realizado no campus da UFPA de Bragança/PA, com os estudantes do curso de Ciências Naturais, com o objetivo de compartilharmos os pontos positivos e negativos do curso, o que, na visão dos próprios estudantes, foi de grande contribuição das experiências adquiridas para suas formações em sua trajetória acadêmica e se foi possível realizar a contextualização final dos conceitos científicos, que foram abordados direta e indiretamente nos encontros realizados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a execução dos encontros do curso extensionista, principalmente nos dias de imersão e atividades realizadas na comunidade costeira Vila dos Pescadores, várias trocas conceituais e experiências foram compartilhadas entre os estudantes e as próprias mulheres da comunidade. Conceitos científicos foram contextualizados e aplicados em cada um dos ambientes visitados, assim como novas formas de conexões entre conhecimentos e conceitos estudados ao longo do curso de Ciências Naturais, foram construídos com as vivências e práticas compartilhadas pelas mulheres da vila.

No último encontro realizado no campus da UFPA de Bragança/PA, cada estudante presente compartilhou os momentos que, de forma individual, foram bastante significativos e que mudaram suas concepções acerca dos ambientes costeiros, destacando na fala de cada um o quão importante foi compartilhar cada momento com as mulheres da comunidade costeira, onde o conhecimento adquirido e acumulado por elas acerca daquele ambiente só fez suscitar nos estudantes uma vontade a mais de aprender e pesquisar sobre ambientes costeiros e suas mútuas relações ecológicas e ambientais.

Para as mulheres da vila dos pescadores, segundo seus relatos e contribuições, poder compartilhar um pouco de suas vivências com os estudantes e participar das atividades realizadas durante o curso piloto, as possibilitaram momentos de aprendizagem significativos, as auxiliando em seu processo de organização como coletivo feminino e proporcionando melhores formas de cocriar atividades que estimulem a sustentabilidade na comunidade.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tudo que foi “experenciado” na comunidade costeira Vila dos Pescadores, na praia de Ajuruteua, a execução deste curso piloto extensionista, se mostrou para nós como uma metodologia que, baseada na experiência atrelada a vivência, possibilita uma formação, seja na graduação ou na pós graduação, que rompe com as amarras tecnicistas que ainda perdura dentro da universidade. Nos mostrou que o papel da universidade é de formar profissionais não só capacitados em arcabouço científico, mas com habilidades e competências a serem trabalhadas em prol das comunidades e ambientes externos à academia.

Sendo assim, a execução deste processo educacional, no formato de curso extensionista, possibilitou

tantas vivências compartilhadas ao longo de sua execução que se configuraram como um percurso metodológico no processo de reaprender a fazer extensão, com base na experiência.

5. PALAVRAS-CHAVE

Curso Extensionista; Aprendizagem por Experiência, Década dos Oceanos

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PLACIDES, Fernando Mariano; COSTA, José Wilson. **Jhon Dewey e a aprendizagem como experiência**. Revista Apotheke, v. 7, n. 2, p. 130-145, Outubro, 2021.

BIELUCZYK, J. A; CASAGRANDE, C. A. **Dewey e a educação como reconstrução da experiência: implicações para os processos formativos escolares contemporâneos**. Revista Controvérsia, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 44-56, jan.-abr. 2015.

MASCARENHAS, Luiz Alberto Breda et al. **Utilização da matriz morfológica para desenvolvimento da bancada de testes de válvulas e sedes de válvulas**. Congresso Brasileiro de Engenharia de Fabricação – COBEF, Salvador 2015. Anais: SENAI/CIMATEC, 2015; p. 1-12.

PORTOS DA ORLA SUL DE BELÉM: VIDA URBANA E ACESSIBILIDADE

GT05 – Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico – trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

Érica Corrêa Monteiro¹

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da orla sul de Belém, capital paraense, estão situados importantes portos e trapiches que conectam a vida na metrópole a diversas ilhas e comunidades ribeirinhas mais próximas. Portanto, nela, é possível identificar, mesmo de forma fragmentada, a permanência da cidade ribeirinha como uma resistência, uma vez que resguardam dinâmicas, relações e usos que mais se aproximam da vida urbana ribeirinha, mesmo coexistindo com o modo de vida metropolitano.

Ao olhar as resistências presentes na orla sul da cidade a partir dos seus sistemas de objetos (paisagem), que são indissociáveis dos seus sistemas de ações (relações) (SANTOS, 2013), significa adentrar-se na dimensão do cotidiano que revela as práticas socioespaciais desenvolvidas nesses lugares. Neste ponto, o cotidiano sobre as estivas e os trapiches (objetos) não se limita apenas às funções mecânicas de circular, embarcar/desembarcar, mas de formas e conteúdo que transcendem as dimensões que englobam saberes, identidade, afetividade e atividades lúdicas, sendo, portanto, definidos por Trindade Júnior, Silva e Amaral (2008), como marcas materiais e simbólicas criadas pelas vivências e trocas de experiências desses grupos sociais.

Entretanto, embora esses portos, trapiches e feiras tenham um grande valor material e simbólico, são também espaços com grande precariedade urbana, onde o improvisado funciona como uma forma de atender as demandas daqueles que os vivenciam. Esses improvisos violam direitos humanos, uma vez que a falta de melhores condições de acessibilidade, ameaça não apenas a segurança das pessoas e as expõe aos riscos, mas vai de encontro a uma vida digna baseada na diversidade urbana e no modo de viver das populações amazônicas, uma das premissas do direito à cidade de Lefebvre (2016), o qual inclui o direito à acessibilidade espacial na Amazônia ribeirinha.

Assim, como o intuito de se pensar em uma acessibilidade espacial ribeirinha, é importante a compreensão de que forma os sujeitos ribeirinhos vivenciam a acessibilidade em seu cotidiano, considerando seus costumes, a cultura e os valores dos povos da floresta, mesmo coexistindo com os valores e conteúdo da vida urbana modernos. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo fazer uma análise dessas vivências em três portos que estão localizados na orla sul da cidade de Belém, no Pará: no Porto da Palha, no Porto do Açaí e no Terminal Hidroviário Ruy Barata.

2. METODOLOGIA

Para essa discussão, esta pesquisa se utiliza de uma investigação de natureza qualitativa, uma vez que, como bem cita Minayo (1994, p.21), “responde a questões muito particulares [...], ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...]”, e isso, faz com que essa

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), erica.monteiro@naea.ufpa.br

abordagem se apresente como uma importante ferramenta que possibilita maior aprofundamento sobre a realidade concreta que se faz presente no cotidiano dos ribeirinhos.

Para isso, mobilizou-se a técnica de levantamento bibliográfico tendo como referência temas relacionados à Amazônia ribeirinha, à acessibilidade espacial e à cidadania. Além disso, a pesquisa de campo realizada por meio das técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas, iniciadas desde o ano de 2021, foram relevantes na compreensão das particularidades locais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No caso do porto do Açaí, reivindicações e articulações de lutas de trabalhadores e de moradores locais levaram ao início, em 2015, das obras de requalificação do porto pela Prefeitura de Belém, concluídas, depois de contínuas reivindicações, no final de 2020. A substituição da estrutura de madeira pelo novo complexo de concreto, material símbolo da modernização das cidades, visa a uma maior durabilidade e a uma menor manutenção do objeto, mas suas formas espaciais ainda não conseguem alcançar grandes melhorias de qualidade que atravessem o conforto térmico do ambiente, assim como quesitos mais sensíveis à dimensão humana e cultural.

Enquanto obra recente, é possível observar um descaso com a segurança e o conforto das pessoas: no grande galpão, os trabalhadores que expõem seus produtos improvisam lugares para venderem, sentarem e descasarem ao longo do dia; a falta de uma cobertura na rampa e no flutuante utilizados para área de embarque/desembarque são pontos frágeis que deveriam ser considerados na concepção de projetos para áreas ribeirinhas, uma vez que esperar, embarcar, desembarcar expostos ao sol e/ou a chuva, tem a ver com desconfortos, saúde, riscos e afetividade do lugar. Tal situação, reforça a ideia de cidadãos incompletos e diminuídos de Santos (2013).

Nessa mesma linha, têm-se as obras mais recentes para portos públicos, como o caso do Terminal Hidroviário Ruy Barata, implantado em 2020, no antigo porto público da Praça Princesa Isabel, no bairro do Condor, para atender às demandas do mercado de turismo a partir da prestação de serviços de transporte fluvial que levam os visitantes até restaurantes, bares e hotéis nas ilhas mais próximas.

A implantação dessa nova edificação, faz-nos refletir sobre a padronização de portos com formas espaciais que ainda segregam e limitam a permeabilidade visual do rio com o seu entorno, que antes, se configurava como uma grande janela para o rio, onde as pessoas que ali moravam se reuniam para festas, contemplação, encontros e um acesso mais democrático aos ribeirinhos que atracavam seus barcos e rabetas.

Diante disso, pode-se dizer que, este ganho material para a cidade, ilustra a perda do valor de uso em prol do valor de troca (LEFEBVRE, 2016), uma vez que, se tem hora definida de funcionamento; onde nem todos podem pagar pelo acesso ao serviço de transporte, que também tem horário definidos de ida e volta; e, principalmente, a população ribeirinha não tem acesso livre ao flutuante e atracagem de barcos e rabetas, apenas para as embarcações credenciadas.

Quanto a qualidade das condições de acessibilidade espacial, mesmo sendo uma construção nova, não consegue abarcar todos os requisitos que a norma vigente-NBR 9050/2020 (BRASIL, 2020), também com viés racionalista, exige, o que implica dizer que esta construção está passível de multas. Diante disso, é importante destacar, que as soluções concebidas não conseguem avançar nos pontos mais sensíveis referentes ao embarque e desembarque de pessoas, sobretudo daquelas com deficiência e/ou com a sua mobilidade reduzida.

Por fim, chega-se ao Porto da Palha, um lugar muito movimentado e relevante para a grande maioria dos ribeirinhos que vêm das ilhas vizinhas próximas à Belém, por estar associado à facilidade de acesso aos serviços e aos equipamentos da cidade.

A partir de reivindicações dos trabalhadores e dos moradores locais, em 2011, houve uma reforma do trapiche, realizados pela Prefeitura de Belém, por meio das trocas do madeiramento e das tábuas apodrecidas, além da ampliação do trapiche sobre o rio, e a inclusão de uma rampa lateral de madeira para facilitar o acesso de pessoas com deficiência e com sua mobilidade reduzida, uma vez que era cobrado, um preço de trinta reais, pela “ajuda” para se fazer a transferência do barco para o trapiche e vice-versa.

Após doze anos dessa reforma, com a falta de verbas para a manutenção mais adequada ao trapiche, os problemas de precariedades físicas se acentuaram. Nesse ponto, observa-se que os improvisos tornam as vivências dos trabalhadores insalubres, sobretudo nas áreas de atracagem de barcos menores, cujas inadequações comprometem a sua segurança. Os entulhos, lixos e desníveis consideráveis vencidos por meio de escadas instáveis e inseguras, exigem dos trabalhadores, que carregam seus produtos nos ombros ou na cabeça, um grande esforço físico com desafios que inclui equilíbrio, agilidade e força para o seu uso, e que os expõem a sérios riscos de acidentes e problemas de saúde.

Mesmo diante das situações mais adversas nesse ambiente construído, as pessoas inventam e reinventam formas de sobreviverem e de resistirem por meio dos seus costumes e de práticas sociais com valores ribeirinhos que ainda permanecem nesses objetos e nas suas relações. Os improvisos utilizados para amenizar as negligências do poder público, põe em evidência a continuidade da invisibilidade de direitos e do reconhecimento desses ambientes urbanos que são diferenciados na cidade, mas dotados de importância para além do valor econômico, cujo aporte cultural e simbólico tem muito a nos ensinar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intervenções, com formas espaciais mais padronizadas com um viés de uma arquitetura homogênea, que ocorreram no Porto do Açaí e com a implantação do Terminal Hidroviário Ruy Barata, no antigo trapiche da Praça Princesa Isabel, de certo, trouxeram um avanço para a qualidade de vida daqueles que vivenciam esses objetos, mas ainda há a necessidade de um olhar mais sensível que priorize as pessoas na concepção desses projetos, levando em consideração também, o grande potencial da arquitetura ribeirinha enquanto formas/objetos que apresentam soluções bastante adequadas relacionadas ao valor cultural, estético e das condições climáticas da região.

Nesse ponto, essas considerações não devem estar descoladas das relações que dinamizam as práticas sociais e as sociabilidades que são desenvolvidas nesses ambientes construídos, tendo a cultura como um elemento relevante e diferencial das cidades amazônicas que os projetos urbanos devem abarcar.

Nesse sentido, é importante deixar claro que, o problema não está nas formas espaciais e conteúdos mais modernos que são implantados na cidade, incluindo a concepção de portos/trapiches, e sim, na sua sobreposição, isto é, quando se impõem valores alheios, sob a lógica do mercado, que as pessoas precisam assimilar de modo perverso, ignorando a existência de outros valores, como os da floresta e do rio, e de outros modos de vida, como a de tradição ribeirinha.

Dessa forma, entende-se que ignorar esses valores da floresta, hábitos, costumes e relações, significa também invisibilizar todas as possibilidades e potencialidades que estão presentes nos seus símbolos materiais, e com ela a oportunidade de aprendermos lições para se pensar na concepção de projetos mais heterogêneos e que contemplem critérios de acessibilidade espacial mais coerentes às realidades das zonas urbanas ribeirinhas.

PALAVRAS-CHAVE

Amazônia ribeirinha; Trapiches; Acessibilidade espacial.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050/2020**: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013. 456 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Itapevi, SP: Nebli, 2016. 155 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. 80 p.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2014. 176 p.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2013. 176 p.

TRINDADE JÚNIOR., Saint-Clair Cordeiro da; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; AMARAL, Márcio Douglas Brito. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. *In*: TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da.; TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs.). **Cidades ribeirinhas da Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 27-48.

CAJUEIRO: ENSAIO SOBRE ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DE UMA COMUNIDADE PESQUEIRA NO LITORAL, VISEU, PARÁ, AMAZÔNIA

**GT05 – Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico – trânsitos e
valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e
redistributivo**

Fábio Corrêa Tavares¹
Mayra Patrícia Corrêa Tavares²

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho realiza um breve estudo sobre as características socioculturais da comunidade pesqueira denominada Cajueiro situada no litoral de Viseu-Pa. Historicamente essa região em que se localiza município de Viseu estar ligado ao processo de ocupação sofrido pelo litoral norte da colônia do Brasil pelo governo português no século XVI. Em relação a Belém capital do Estado, Viseu se distancia a 320 km pela rodovia federal BR 308. No entanto, possui outras vias de acesso como a PA-25 e a PA-102. Outra forma de acesso é o transporte fluvial através dos rios Gurupi, Piriá, e Umburanunga ligando algumas vilas, municípios vizinhos e o Estado do Maranhão ao porto de Viseu. Atualmente o município é composto por quatro distritos: Viseu onde se localiza a Sede, São João do Gurupi, São José do Piriá e Fernandes Belo onde se localizava a comunidade do Cajueiro. A atividade pesqueira na vida do homem amazônico é parte de um processo longo que ocorre desde os tempos anteriores a colonização (séc. XVI), visto que os índios praticavam como atividade de subsistência para manutenção dessas populações (FURTADO, 1993). Nesse contexto, a atividade pesqueira envolve um conjunto de fatores culturais, políticos, econômicos, sociais e ambientais que fazem dela um campo de possibilidades para que possamos compreender o modo de vida do homem Amazônico e suas percepções de mundo. Durante muito tempo no Cajueiro a pesca caracterizou-se por uma atividade destinada a atender as necessidades familiares dos pescadores. Caracterizou-se também por envolver uma serie de saberes, conhecimentos e práticas que construiu o cotidiano de vida e trabalho daquela comunidade amazônica. Contudo, a partir da segunda metade do século XX, a região amazônica passou por um processo de desenvolvimento que pretendia integrar a região numa economia nacional e inserindo, conseqüentemente num mercado global (SANTOS, 2005). As medidas foram no sentido de aumento da produção e a pesca foi uma das atividades mais atingidas e impactadas (FURTADO, 1993). Além de enormes impactos ambientais influenciados por essas políticas públicas, foram atingidas também um universo de práticas e saberes, simbologias, valores culturais e socioeconômicos que compunham a forma de vida dos pescadores artesanais e ameaçam a continuidade de sua atividade (SANTOS, 2005). Desse modo, o pescador sofreu significativas mudanças na sua forma de trabalho e vida, visto que a pesca artesanal em Cajueiro era praticada de variadas formas como tapagem, zangaria, camarão, cacuri, curral, fuzarca, mergulho, etc. Essas práticas de pesca envolvem uma série de saberes, conhecimentos, habilidades passadas de geração em geração e que foram se tornando menos intensa, quando os pescadores passaram a se dedicar a pesca embarcada, com mais tempo no mar, utilizando novos instrumentos e tecnologias,

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Pará. E-mail: fabio.tavares2010@hotmail.com

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: mayrapatriciaport@gmail.com

pescando apenas uma espécie peixe, com fins lucrativos maiores, deixando de lado certos conhecimentos e saberes tradicionais que vieram dos índios, dos negros, dos europeus. Saberes estes que faziam parte das relações estabelecidas no lugar e de sua organização sociocultural. Portanto, nosso objetivo é de contribuir para o conhecimento e reflexões à cerca dos aspectos socioculturais na vida, no trabalho e saberes dos pescadores artesanais da praia de Cajueiro e como esses sujeitos percebem esse processo de mudanças ocorridas na comunidade pesqueira influenciadas pelas políticas de desenvolvimento para Amazônia a partir da segunda metade do século XX, que afetaram significativamente suas práticas e saberes tradicionais. Mediante esse processo de mudança os pescadores ainda continuam a resistir com parte de sua herança cultural, práticas que ainda permanecem como a relação com a natureza (Lua, Sol, Maré, Vento, animais, vegetação, etc.).

2.METODOLOGIA

Como Cajueiro deixou de existir enquanto comunidade, digo enquanto comunidade porque uma pequena parte do território ainda permanece e serve para estadias de pescadores durante a prática da pesca, nossa escolha metodológica se desenvolveu através do trabalho sobre memória dos pescadores que residiam no lugar como fonte de pesquisa, tomando como procedimento a oralidade, além de dados do IBGE (IDEB 2013) e da RESEX GURUPI-PIRIÁ reserva em que atualmente está localizado a praia de Cajueiro. Para o desenvolvimento do trabalho foram realizadas pesquisas em *lócus* através do acompanhamento da pesca embarcada na região e pesquisa de campo sobre pescadores que ainda permanecem exercendo a atividade na área estudada. Foram também realizadas as entrevistas semiestruturadas com antigos e novos pescadores que estão em atividade ou não, que foram gravadas, métodos comparativos dos depoimentos orais juntamente com dados levantados de instituições nacionais, estaduais e municipais e da pesquisa bibliográfica sobre o contexto da pesca em estudo serão confrontados. Vale lembrar que a memória dos pescadores é sempre a maior fonte, cabe ao pesquisador saber relacionar de forma precisa os elementos de seus depoimentos com o contexto em estudo. Em estudo sobre memória, cultura e saberes tradicionais dos camponeses de área do litoral de Bragança, especificamente da comunidade pesqueira do Castelo, (FEITOSA, 2012) demonstra que espaços precisam ser vistos como local de vivências de sujeitos humanos com práticas culturais, políticas, econômicas e sociais múltiplas e desse modo, devem ser evidenciados como sujeitos históricos. Para tanto, nosso esforço esteve na tentativa de compreensão das experiências vividas pelos entrevistados, nesse sentido Alessandro Portelli aponta que “se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência, será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais”. (1996, p. 63). Nesse sentido, segundo Le Goff (1994), a memória é um fenômeno individual e psicológico que permite ao homem lembrar das suas informações passadas se caracterizando como propriedade de conservação da informação, onde o homem poder atualizar suas impressões e representações do passado, presente e futuro. Assim, a memória apresenta-se como fonte pela qual podemos compreender a história dos indivíduos, grupos, sociedades e culturas humanas, uma ferramenta importante na construção do conhecimento sobre as comunidades amazônicas.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas últimas décadas do século XX e início do XXI, parte do litoral viseuense sofreu um processo de desocupação acelerado, visto que algumas comunidades pesqueiras deixaram de existir enquanto comunidades, desaparecendo com elas um vasto e rico campo cultural, político, econômico e social dessas populações. Riquezas estas que são parte de um conhecimento que nos proporcionaria uma melhor compreensão do homem amazônico litorâneo. Exemplo mais recentes, temos as praias de Sarnambi, Tucundeua e Cajueiro, este último nosso objeto de pesquisa. O litoral viseuense é composto por variadas comunidades que sobrevivem quase que exclusivamente da pesca artesanal, são populações onde a pesca

possui um significado cultural muito rico que ditava os ritmos do trabalho e saberes naquelas comunidades. Em Cajueiro a pesca era diversificada, composta por várias práticas, saberes e conhecimentos sobre a natureza, como a pesca de Tapagem que estabelecia uma relação íntima do homem com o mangue, a do Cacuri que exigia do pescador conhecimentos sobre os hábitos alimentares dos peixes, do Camarão que se localizava em territórios específicos, etc. Toda essa diversidade de pesca foi afetada com imersão da pesca embarcada que trouxe novos elementos para atividade pesqueira como o gelo, motor de combustão, o isopor. Boa parte dos pescadores deixou de praticar as diversas pescarias próximo da praia, para se dedicar a pesca embarcada no alto mar formando novas relações sociais e culturais. Outro fato importante é saber que a comunidade não existe mais, mas seus moradores que migraram para outros lugares permaneceram com as memórias vivas de um tempo em que habitaram em cajueiro.

4.CONCLUSÃO

Nesse estudo, identificamos também a importância da memória na compreensão da identidade da comunidade estudada, pois é notório que o mundo passa por um processo hegemônico econômico, social e cultural que busca transformá-lo numa aldeia global. Desse modo, este fato acarreta impactos significativos na identidade, valores, costumes e tradição das comunidades praianas que se deslocaram para grandes e pequenos núcleos urbanos. Portanto, identificar, analisar e estudar a comunidade pesqueira é também conhecer nossa história local, da nossa realidade regional, ampliando o entendimento sobre a cultura do homem amazônico litorâneo cercada de significados e formas de pensar o mundo.

5.PALAVRAS-CHAVE

Comunidade pesqueira. Memória. Cultura.

6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, C. R. O que é educação? 12. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- FEITOSA, Robson de Sousa. Educação do Campo e Identidade cultural em escolas da reserva extrativista Caeté-Taperaçú/Bragança-Pará. 2012.
- FURTADO, L. Pescadores do Rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: MPEG,1993.
- LE GOFF, Jaques. História e Memória. 3 ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- LEITÃO, W. Pesca e políticas públicas. Boletim do Museu Paraense Emílio Göeldi. Belém, 1995.
- MANESCHY, Maria Cristina. Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada. Belém: UFPA/CFCH, 1995.
- MELLO, A. A Pesca sob o Capital. A tecnologia a serviço da dominação. Belém, 1995.
- MORAES, S. C. Uma arqueologia dos saberes da pesca: Amazônia e Nordeste. Belém: UFPA, 2007.
- PORTELLI, Alessandro. "A filosofia e fatos: narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes". In: *Revista Tempo: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF)*. Rio de Janeiro, v. 01, n. 02, 1996, p. 63.
- WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

**SABERES TRADICIONAIS E ESCOLARES: POSSIBILIDADES DE DIÁLOGOS
MULTICULTURAIS NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ-TAPERACU,
BRAGANÇA/PA**

GT05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

*Gamaliel Tarsos de Sousa¹
Marilena Loureira da Silva²
Vitória Silva de Sousa³*

1. INTRODUÇÃO

O trabalho discute as possibilidades de diálogos entre os saberes tradicionais e científicos, mediados pela ideia do multiculturalismo, em duas Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX-Mar) no litoral do nordeste paraense, por entender que os elementos identitários que compõem o tecido de saberes produzidos nos territórios amazônicos são múltiplos e diversos, mas os currículos oficiais não os consideram, principalmente, aqueles implementados pelas escolas que estão inseridas nos espaços das Unidades de Conservação.

Partiu-se da premissa de que os saberes construídos localmente por sujeitos em relação com seu meio natural podem e devem estar contemplados no rol de saberes que permeiam os currículos escolares, servindo como elemento de mesclagem pedagógica e do encontro que deve acontecer entre a ciência e as demais formas de saberes de seus territórios.

Nesse sentido, buscou-se responder alguns questionamentos: i) Como a escola enquanto agência institucionalizada incorpora o multiculturalismo e os saberes tradicionais presentes nos territórios de RESEX-Mar em seu currículo? ii). Existe a possibilidade de termos uma educação pautada na ecologia de saberes dos povos de áreas de uso comum em consonância com a ciência? Tais questões merecem reflexões que permeiam discussões entorno dos saberes tradicionais locais e os saberes escolares no viés da multiculturalidade, numa realidade pensada para a integração desses dois campos de saberes, presentes nas Unidades de Conservação.

2. METODOLOGIA

O trabalho é uma pesquisa de campo, de cunho qualitativo, que utilizou como instrumento de coleta de dados a observação não participante, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, em que participaram como colaboradoras oito professoras, quatro coordenadores pedagógicos, um gestor e três gestoras escolares de duas instituições do Ensino Fundamental em uma comunidade pertencentes à RESEX-Mar Caeté-Taperaçu, município de Bragança/PA e de duas escolas da RESEX-Mar Gurupi-Piriá, município de Viseu, PA.

¹ Doutorando, NAEA/UFPA, e-mail: gamaliel.Tarsos@gmail.com

² Pós-doutorado, NAEA/UFPA, e-mail: marilenals@ufpa.com

³ Mestranda, PPLSA/UFPA-Bragança, e-mail: svitoriatarsos@gmail.com

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As evidências colhidas pela imersão nos campos de pesquisas e nos depoimentos coletados permitiram vislumbrar que as práticas pedagógicas orquestradas nas escolas das duas Reservas Extrativistas examinadas, são baseadas exclusivamente pelo currículo oficial, que privilegia o conhecimento científico como critério de verdade e por uma prática pedagógica com métodos tradicionais, além da alienação de muitos educadores a respeito dessas questões, o que pode e tem levado a naturalização de uma única forma de saber útil (ciência) em desfavor aos conhecimentos tradicionais de suas populações. Uma vez que a dinâmica empregada para a subsistência, dessas populações, está condicionada, massivamente, ao emprego e uso de saberes não-científicos e o cenário onde essas escolas se assentam não se imbricam a realidade sociocultural de seu entorno.

O que a escola poderia fazer, é não estabelecer a superioridade ou grau de relevância desses ou daqueles conhecimentos, nem mesmo apontar grau de superioridade ou inferioridade, em relação a um determinado tipo de conhecimento, como vem sendo feito e priorizado em seu interior, mas questionar sua validade universal, além de considerar outras possibilidades de conhecimentos que transitam pelo universo escolar, os quais estão permeados por aspectos da cultura e dos saberes tradicionais locais trazidos como bagagem cultural de seus aprendizes.

Essa modelo ideal de pedagogia que toma como base a multiculturalidade, centrada na terra e no modo de viver peculiares dos povos da Amazônia começa a ganhar corpo a partir de experiências pedagógicas que questionam a forma histórica como a ciência moderna se impôs a esse território, carregada de olhares preconceituosos, negativos e do discurso dominador eurocêntrico, pois “a negação de uma parte da humanidade é sacrificial, enquanto constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal”. (SANTOS, 2010, p. 39).

Outro ponto observado, durante a pesquisa de campo, foi a inexistência de orientações pedagógicas e formações continuadas, mais contundentes, que discutam metodologicamente a possibilidade de como fazer a aproximação entre os saberes tradicionais dos moradores das comunidades e a educação escolar. As respostas, obtidas pelas entrevistas, apontaram para uma série de falhas pedagógicas, que passam pela ausência da figura do coordenador pedagógico (pois os coordenadores pedagógicos são itinerantes); pelos poucos momentos de socialização de metodologias que sejam compatíveis com as peculiaridades de saberes locais das comunidades onde as escolas se situam.

Na perspectiva de tentar encontrar elementos pedagógicos que evidenciassem orientações gerais, construídas nas escolas, que balizam as ações dos docentes a respeito do saber/fazer aproximações entre os saberes locais e os escolares, identificou-se em duas das escolas que não existe o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e, em outras duas, o documento está desatualizado, mas mesmo assim não existe, no interior dos mesmos, nenhuma orientação no sentido de como os docentes possam incorporar em suas práticas escolares os saberes tradicionais das comunidades.

A ausência dos Projetos Pedagógicos e de elementos orientadores para o multiculturalismo nas ações pedagógicas nas escolas são indicadores que as escolas não têm planejamento educacional que tragam os saberes dos povos que habitam o ambiente em que se insere a Escola.

Dessa maneira, a prática pedagógica adotada pela escola, quase sempre traz em suas concepções diretrizes que se alinham com o saber científico e de sua derivação autoritária e fechada para outras possibilidades de conhecimentos, necessitando assim de pedagogias desconectadas das realidades do educando que em última análise, desvinculam-no de sua realidade local e o inserem em um mundo ideal e fantasioso.

Por fim, seria importante ao se pensar a Amazônia brasileira, sob seus diferentes aspectos, mas em especial o de ordem pedagógico, que se considere além da produção científica pensada e produzida localmente, que esta tenha uma estreita relação com as práticas e os saberes locais, sendo o produto final da inter-relação entre Ciência convencional e conhecimentos tradicionais distintos de seus territórios.

4. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se, que as escolas que atendem as comunidades dentro das Reservas Extrativistas investigadas adotam modelos pedagógicos que inviabilizam o processo de construção de uma pedagogia pautada na ecologia de saberes de seus povos, priorizando apenas um saber (científico), como possibilidade de entendimento das realidades tão distintas e complexas do cenário amazônico, corroborando negativamente para a construção da autonomia e de um processo civilizatório pautado na cidadania de suas populações.

Nesse contexto, a educação escolar, pautada, na verdade do conhecimento científico, pouco tem feito para inserir, em suas discussões, a concepção de multiculturalismo em seu currículo ou como prática educativa gerada a partir dos saberes da tradição, apesar de serem componentes relevantes no enredo dos territórios amazônicos, o que maximiza o saber da ciência e desqualifica as outras formas de saberes.

Conclui-se, portanto, pelos cenários apresentados, que se torna cada vez mais dificultoso e inviável uma pedagogia que articule o saber científico e os saberes tradicionais dos povos que habitam as áreas de proteção ambiental. Devendo ser papel das políticas públicas educacionais a mudança desse cenário com fins de promoção efetiva de uma educação emancipatória, pautada pelo multiculturalismo presente em seus territórios.

5. PALAVRAS-CHAVE

Saberes Tradicionais. Escola. Reserva Extrativista. Multiculturalismo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/7/2000.

CHASSOT, A. Tornando os saberes populares, saberes escolares com a mediação de saberes acadêmicos. *In*: Fórum Mundial de Educação, 2001, Porto Alegre. Resumos do Fórum Mundial de Educação. Porto Alegre, 2001.

SANTOS, Boaventura Sousa. MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

O DESENVOLVIMENTO COMO DISCURSO COLONIAL FRENTE AO AVANÇO DO GARIMPO ILEGAL NA TERRA INDÍGENA KAYAPÓ.

GT 05 – Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico – trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

*Alberto da Silva Amaral¹
Claudia Lopes²*

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo busca apresentar um recorte de nossa pesquisa desenvolvida no Museu Emílio Goeldi, onde buscamos compreender os Impactos socioambientais em decorrência do garimpo ilegal na Terra Indígena Kayapó, situado na região sudeste do estado do Pará. Para isso, o nosso objetivo central é compreender como, ao longo da história, o discurso do desenvolvimento do Estado é a força motriz para a política de morte de um Estado Inoperante frente aos direitos e defesa dos Povos Indígenas, para mostramos que o Garimpo Ilegal em terras indígenas é uma dessas estratégias mortíferas para a população indígena, tendo como exemplo o avanço do garimpo na terra indígena Kayapó. E essas questões puderam ser muito bem observados nos últimos anos, sobretudo no último governo federativo, que implementou uma Política de Morte contra os povos originários da Amazônia, com o argumento que o Estado estava promovendo o desenvolvimento do bioma Amazônico.

Nesse sentido, recorreremos as palavras de Ailton Krenak, que nos diz: “O Brasil não existiu, o Brasil é uma Invenção” apresentadas na série “Guerras do Brasil”, pois deste já compreendemos que o Estado Brasileiro, deste o período colonial até os dias atuais, sempre olhou para os povos indígenas como um verdadeiro entrave para o dito desenvolvimento e progresso de sua nação, e para isso ao avançar nas leituras em torno de tais problemáticas fomos percebendo que a maioria, para não dizer, todos os conflitos territoriais na Amazônia, principalmente os ligados ao avanço do garimpo ilegal, que se faz presente nos dias atuais, sobretudo se observamos os enormes retrocessos legais e desrespeitosos com a legislação sobre a extração de recursos minerais em terras indígenas.

2. METODOLOGIA

Para avançar nas investigações imergimos em uma grande pesquisa bibliográfica analisando documentos como os relatórios do Mapbiomas (2021/2022), artigos jornalísticos como os da BBC Brasil, produções acadêmicas como artigos, dissertações e teses. Com base nas fontes citadas acima, nos debruçamos para compreender como a problemática do Desenvolvimento na Amazônia tem contribuído para o avanço do garimpo ilegal na Terra Indígena Kayapó, tendo como consequências seus grandes impactos na sociabilidade dos Mebêngôkre-Kayapó e os impactos socioambientais.

Compreendendo que esta pesquisa é uma pesquisa Social, onde o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade (MINAYO, 1994, p.23).

¹ Graduado em Geografia - UFPA, Bolsista -MPEG, albertoamaral@gmail.com

² Doutora em Antropologia, MPEG, e-mail. clapez@museu-goeldi.br

3. DISCUSSÃO

Como podemos perceber, todo esse massacre contra os povos indígenas sempre tem um nome chamado DESENVOLVIMENTO. A experiência da colonização europeia na América provocou, aos povos indígenas, enormes prejuízos, construindo um cenário onde se observariam todos os tipos de violências materiais e simbólicas. As implicações mais recorrentes da colonialidade remontam ao atual racismo institucional e estrutural, aos massacres e espoliações, tudo com raízes lá no sistema colonial, que perduram, mesmo com ressignificações, até a atualidade, para isso evocamos as palavras de Fanon que nos diz:

O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente – isto é, por meio da polícia e das forças militares – o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal. A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valor. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor jamais habitaram o mundo colonizado. O nativo é declarado impermeável à ética: ausência de valores, mas também a negação de valores. Ele é, ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores. Nesse sentido, é o mal absoluto. Elemento corrosivo, que destrói tudo o que dele se aproxima, elemento deformador que desfigura tudo o que tenha a ver com ética ou moral, depositário de forças malélicas, instrumentos inconsciente e irrecuperável de forças cegas. (FANON, 2022.p. 27-28)

Como bem nos mostra as palavras de Fanon (2005), os indígenas ainda hoje são vistos como sujeitos sem direitos, ou melhor, sujeitos que deveriam deixar de existir, uma vez que, o Estado não faz nenhuma questão de assegurar os seus direitos, muito menos o seu território, e nesse caso, esse território no qual nos referimos é a Amazônia, região fortemente marcada pelos conflitos agrários, contaminação dos rios, desmatamento da floresta, implementação de grandes projetos hidrelétricos e minerários e no caso dessa pesquisa o avanço do garimpo ilegal na TI Kayapó. Tendo em vista que os Mebêngôkre-Kayapó sofre e sofreram bastante com a perversidade das políticas desenvolvimentista na Amazônia tendo em vista que desde a década de 70 os grandes projetos voltados para o progresso da Amazônia, sempre foram perversos como nos apresenta Cardoso, 2018:

(...) A instalação das estradas de rodagens – a abertura de rodovias -, correspondendo ao processo de interiorização da colonização, a partir da segunda metade do século XX nas matas do Tocantins – Xingu. As principais rodovias são Belém – Brasília, cuja abertura foi iniciada em 1955; e a Transamazônica, iniciada em 1970. (CARDOSO, 2018.p. 24)

Ao avançar sobre essas questões, percebemos que esses grandes projetos, ele foi extremamente impactante para os povos indígenas e populações tradicionais, uma vez que, para o Estado Brasileiro, o bioma amazônico era e é um território sem sujeitos, ou seja, até hoje esses sujeitos não são reconhecidos como Sujeitos de direitos. “A construção das estradas da Amazônia está assim. Associada aos projetos de colonização” (Cardoso, 2018, p.45). No entanto, o discurso proferido pelo Estado é de igualdade. “A construção das estradas da Amazônia está assim: associada aos projetos de colonização” (Cardoso, 2018, p.45).

O garimpo é uma atividade econômica que tem crescido ao longo dos anos nos solos amazônicos, agente de forte destruição ambiental, resultando em impactos diretos entre os povos de comunidades tradicionais e os indígenas, uma vez que, grande parte dessa atividade tem sido desenvolvida em terras indígenas. Os impactos diretos é o desmatamento, a poluição dos rios, os conflitos fundiários, criando um forte clima de tensão entre os envolvidos nessa atividade. E nesse sentido, podemos interpretar que o esse avanço do garimpo em terras indígenas não deixa de ser uma continuação do processo de colonização contra os povos indígenas, e os Mebêngôkre-kayapó estão em um constante estado de luta contra essa atividade.

Não podemos nos esquecer que a resistência dos Povos Indígenas em relação ao avanço do Garimpo em terras indígenas, é uma resistência ao conceito colonizador de *Desenvolvimento* imposto nas sociedades

ameríndias deste as invasões no início do séc. XVI até os dias atuais. “Desenvolvimento é uma moderna ideologia e utopia do Ocidente” (RIBEIRO, 2009, p. 67)

É nesse embate, sobre o que é desenvolvimento e sobre qual desenvolvimento está pautada a democracia brasileira, que se discute o avanço do garimpo ilegal em terras indígenas. Cabe assinalar que o atual governo tenta de toda forma favorecer essa prática ilegal propiciando uma verdadeira devastação das terras indígenas e da Amazônia, pois essa atividade tem sido uma das responsáveis pelo desmatamento da Amazônia, resultando também em conflitos entre indígenas e garimpeiros.

Por essas razões, compreendemos o (des)governo de Jair Bolsonaro como o novo colonizador perverso da Amazônia, pois em nome do desenvolvimento, vem criando instrumentos como a PL 191/2020, para proporcionar o avanço do garimpo em terras indígenas, resultando em novos genocídios dos povos originários.

Desse modo, é possível visualizar uma discussão do modelo liberal-capitalista imposto, ainda por quem defende a manutenção desse sistema e defende uma ascensão econômica dos países periféricos ou subdesenvolvidos, mas é necessário tecer uma crítica ainda mais consistente e fundamentada no próprio modo de construção do pensamento e da ideia de desenvolvimento.

(...) O desenvolvimento pode inclusive não ter conteúdo, mas justifica seus próprios meios até os fracassos. Aceitamos as próprias regras do “vale-tudo”. Tudo é tolerado na luta para deixar o subdesenvolvimento em busca do progresso. (...) Por isso, aceitamos a devastação ambiental e social em troca de alcançar o “desenvolvimento”, pelo “desenvolvimento, para citar o exemplo, aceita-se a grave destruição humana e ecológica provocada pela megamineração, e **nesse sentido incluímos a atividade ilegal do garimpo** mesmo sabendo que ela aprofunda a modalidade de acumulação extrativista herdada da colonização e que é uma das causas diretas do subdesenvolvimento. (ACOSTA, 2016, p. 51-52)³

Por esses aspectos que ressaltamos que a ideia colonial de desenvolvimento apresentado ao longo da tradição histórica, se confunde com o avanço do modo de pensar colonial. Uma vez que questões econômicas sempre estão à frente dos demais aspectos da vida em sociedade. E é essa ideia de desenvolvimento, comumente confundido com o acúmulo de riquezas e transformado em fundamento do modo de produção capitalista, que vem tornando o extrativismo do Ouro e outros minérios em terras indígenas uma atividade necessária ao progresso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos deixar de compreender que nesses territórios, existem interlocutores que, enunciando posições diversas à hegemônica, elaboram uma construção positiva de si mesmos resignificando direitos historicamente negados, e isso podemos perceber na luta dos povos originários em defesa da Amazônia, que estão anos lutando pela preservação da floresta. Daí a importância de notar os territórios, os sujeitos e culturas, já que o desenraizamento que decorre da globalização é um fator da condição moderna (ESCOBAR, 2005).

Um dos efeitos da destruição gerada por esta atividade pode ser notada nos garimpos de ouro que estão instalados em diversas terras indígenas na Amazônia, ressaltando que as TI Yanomami, TI Mundurucu e a TI Kayapó tem sido as mais impactadas por conta dessa atividade ilegal, uma vez que, uma grande carga de sedimentos é despejada ao longo dos rios, provocando forte contaminação dos rios e das pessoas em decorrência da utilização do Mercúrio, criando uma forte preocupação na saúde pública na região amazônica. A utilização de mercúrio para amalgamar as partículas finas de ouro no processo de sua extração, lança aos rios centenas de toneladas de mercúrio, substância altamente tóxica. Concentrações de mercúrio nos peixes do rio Fresco na região sudeste do Pará, tem atingido diretamente os Mebêngôkre-

3 Grifos nosso.

Kayapó da TIK. Lembrando que o peixe é a proteína que se faz, mas presente na dieta dos residentes na Amazônia, incluindo os povos indígenas que habitam as regiões fortemente atingidas por essa atividade ilegal.

5. PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento; Garimpo Ilegal; Mebêngôkre-Kayapó.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: ed. Elefante, 2016.

ARÁOZ, H.M. **Mineração, genealogia do desastre**. São Paulo: Ed Elefante, 2020.

CARDOSO, Núbia Vieira. **Quando a Terra é Dinheiro, a Natureza é Território**: Uma investigação histórico-geográfica de povos indígenas no Médio Xingu – 1950-1980. Dissertação de mestrado da Pós-graduação em Geografia da Universidade do estado do Rio de Janeiro.

ESCOBAR, A. **O lugar da natureza e a natureza do lugar**: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar. 2022.

MINAYO, Maria Cecília (org). Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade. Ed Vozes. Petrópolis -RJ. 1997.



3

**Simpósio
Internacional**

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

**PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL**

RESUMOS SIMPLES

Flavio Henrique Souza Lobato
Coordenação



3

Simpósio
Internacional

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

**Grupo de Trabalho 1
Resumos Simples**

A IMPORTÂNCIA DO APROVEITAMENTO DE MATERIAL: UMA INICIATIVA DE VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

GT01 - Sociedade, urbanização e estudos populacionais

Fabiana dos Santos Borges¹

Resumo

Esse trabalho é um relato de experimentação, no qual tentou-se sensibilizar a comunidade quanto ao descarte incorreto de resíduos sólidos e a importância do aproveitamento de material através da exposição de cartazes de Educação Ambiental em praça pública. O objetivo principal da exposição é levar até a comunidade informação de qualidade, que incentivem a um estilo de vida sustentável, reforçando a importância do aproveitamento de material, oferecendo propostas que possam ser colocadas em prática no seu dia a dia. A exposição aconteceu dia 17 de setembro de 2023, na praça Raimundo Peres, localizada no centro da cidade de Cametá, nordeste paraense. Os cartazes foram confeccionados com material recolhido em lixeiras previamente triado: papel, plástico, pneus, e outros através dos quais tentou-se sensibilizar, a população quanto ao descarte incorreto de resíduos sólidos. Nota-se que a falta de conscientização, a falta de informação e a falta de compromisso com a sociedade, são os principais desafios encontrados frente ao combate da poluição. Diante da experiência, constatou-se a necessidade de meios de divulgação da educação ambiental, pois a maioria das pessoas afirmou ter gostado das informações. Outras disseram nunca ter tido acesso a elas. Dessa forma, fica evidente que esse tipo de conhecimento é muito importante nos ambientes públicos, para conscientizar as pessoas sobre a importância de aproveitar resíduos sólidos e como isso pode contribuir para o enfrentamento da poluição ambiental a partir da mudança comportamental no que se refere ao descarte incorreto de resíduos sólidos.

Palavras-chave: resíduos sólidos; conscientização; poluição ambiental

¹ Graduanda em Geografia, Universidade Federal do Pará, e-mail: fabianaborgesgam@gmail.com

CENTRALIDADES URBANAS NA AMAZÔNIA: DESLOCANDO OLHARES E INTERPRETAÇÕES

GT 01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Maryse Caroline Sobral Lobato¹

Vanessa Oliveira da Silva²

Resumo

A região amazônica é um espaço marcado por múltiplas relações com a floresta, como por temporalidades e espacialidades distintas, de maneira que temos uma região diversamente territorializada, e quando se fala da sua realidade urbana, essa não é diferente. A expressão do urbano na região não se dá de forma generalizada como acontece em outras partes do País. Falar da região amazônica é falar de um espaço que possui uma diversidade de agentes e atividades que contribuem para as suas particularidades e que marcam igualmente as especificidades e complexidade das cidades no contexto regional e nas suas respectivas centralidades urbanas. Partindo dessa interpretação crítica e à luz de algumas contribuições teórico-conceituais de Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos, o trabalho analisa os elementos socioterritoriais que contribuem para a centralidade urbana de uma cidade média da Amazônia oriental (Marabá). Com o levantamento e sistematização de uma literatura teórico-científica relacionada à discussão proposta, foi possível evidenciar a conformação de centralidades incomuns na cidade de Marabá comandadas pelas necessidades dos sujeitos do seu território, relacionados a conteúdos socioespaciais não precisamente marcados pela modernização econômica desse espaço e que revelam a formação de um urbano com características e particularidades de uma região que é diversa e não homogênea.

Palavras-chave: Centralidade Urbana. Amazônia. Marabá.

¹ Bolsista PIBIC/CNPq e graduanda de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: sobralmaryse@gmail.com.

² Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialização em Ensino da Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) – Cursando. E-mail: vanerasil@gmail.com.

CULTURA E RESISTÊNCIA MARAJOARA: O QUILOMBO DO ROSÁRIO NO MUNICÍPIO DE SALVATERRA – PA

GT 01 – Sociedade, Urbanização e Estudos populacionais

Patrick Jorge Magina Farias¹

Ana Paula da Silva Santiago²

Resumo

A comunidade quilombola do Rosário foi reconhecida como quilombo por meio da certificação Palmares e neste trabalho iremos elencar pontos importantes sobre cultura, modo de vida e resistência dessa comunidade. A mesma está situada no espaço rural, distante a 32 km da sede do município de Salvaterra, no Marajó dos Campos, com aproximadamente 290 moradores e cerca de 45 famílias e o acesso é realizado por via terrestre. Nessa pesquisa tivemos como principal objetivo entender de que forma se deu o processo da dinâmica Espaço Colonial ao Espaço Contemporâneo dentro da sociedade. A metodologia utilizada foi a entrevista e posteriormente pesquisas bibliográficas que foram fundamentais para que pudéssemos obter o resultado desejado. No ano de 2005, no município de Salvaterra, foi implementado ao programa Raízes para atender as comunidades remanescente em território quilombola, onde foi prestado atendimento para garantir direitos a políticas públicas e garantia da identidade étnica-racial, foi então que a comunidade do Rosário se auto declarou uma comunidade quilombola, o programa foi importante para comunidade entender o pertencimento de sua terra, de sua história e se conhecer como quilombola. Além disso, foi falado de maneira incisiva pelas pessoas sobre a luta diária contra a agropecuária da região, principalmente a grande indústria do arroz que interfere nas atividades de caça, pesca e extrativismo desta comunidade. Conclui-se que essas dificuldades não impedem os quilombolas de lutarem pelos seus direitos e além do mais, vem reforçar o quanto é importante a resistência para a efetivação dos direitos territoriais para sua subsistência.

Palavras-chave: Comunidade. Quilombola. Marajó

¹ Graduando, Universidade Federal do Pará, patrickmfarias@gmail.com

² Graduada, Universidade Federal do Pará, anapaulastgo@gmail.com

**DE ÁGUA LIMPA À ÁGUAS SUJAS: UM ESTUDO DE CASO DAS OCUPAÇÕES
IRREGULARES ÀS MARGENS DE CURSOS D'ÁGUA
NO BAIRRO ÁGUA LIMPA EM IGARAPÉ-AÇU-PA**

GT 01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*Henrique Pinto Ribeiro¹
Maria Eduarda Noronha Moreira²
Clícia Da Silsa Santos³*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar as contradições ambientais do Bairro Água Limpa, no Município de Igarapé-Açu-PA, tendo em vista seu processo de ocupação às margens dos cursos d'água. Quanto aos procedimentos metodológicos e os objetivos específicos, é destacado o levantamento bibliográfico referente à temática ambiental e social, com enfoque as ocupações espontâneas/irregulares que refletem em problemáticas socioambientais; identificação do processo de formação do bairro e os diferentes usos da água realizado pela própria comunidade, possível a partir do contato com os moradores, realizado durante a pesquisa de campo. A partir da pesquisa, foi possível identificar diferentes problemáticas – como focos de poluição hídrica, sistema de esgotamento sanitário inadequado, deficiência no abastecimento de água, retirada da cobertura vegetal – que envolvem as ocupações irregulares do bairro nas margens dos cursos d'água. Assim, foi constatado a má qualidade de vida dessa parte da população, levando em consideração os comprometimentos dos cursos hídricos. A priori, é visível que a água é fator essencial para a comunidade e permeia tanto o lazer e subsistência, porém, a realidade consiste na precariedade, reflexos da falta de infraestrutura e comprometimento da gestão municipal, interferindo o direito à cidadania. Em suma, o bairro “água limpa” tornou-se um aspecto maléfico na configuração da qualidade de vida desta parte da população, o que expõe contradições inerentes ao próprio nome.

Palavras-chave: Comunidade, Água, Ocupação.

¹ Graduando no curso de Licenciatura Plena em Geografia, Universidade do Estado do Pará UEPA Campus x, e-mail: henryribeiro20@gmail.com

² Graduanda no curso de Licenciatura Plena em Geografia, Universidade do Estado do Pará UEPA Xampus x, e-mail: noronha.1530@gmail.com

³ Secretária de Estado de Educação – Seduc PA; e-mail: cliciassantos@gmail.com.

PRÁTICAS MÁGICO-RELIGIOSAS DA POPULAÇÃO NEGRA NA BELÉM DO SÉCULO XVIII

GT 01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*Juliane de Miranda Souza¹
Pedro Henrique Lobo Pedrosa²*

Resumo

Por meio da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (CGCGPM) há a sistematização e a regularização do tráfico de escravizados africanos para a Amazônia, na segunda metade do século XVIII com a função de contornar os obstáculos da escravização dos povos indígenas. Nesse contexto de invente da chegada de africanos ao Pará, objetiva-se visibilizar a presença dos africanos e seus descendentes além do mundo do trabalho, examinado o seu lugar na sociedade amazônica a partir para das práticas mágico-religiosas engendradas por eles na sociedade belenense. Trata-se de perceber a teia de relações sociais criadas à margem da cidade em crescimento. Por intermédio da metodologia da micro-história de Carlo Ginzburg, analisa-se duas denúncias ao Santo Ofício da Inquisição em sua visita em 1763, estas são: Maria, escrava negra denunciada por práticas mágico-religiosas na cura de escravos com bexigas no sítio do Guamá; e Marçal, escravizado negro confitente à Inquisição por práticas mágico-religiosas que visavam encontrar autores de furtos. Ambos demonstram que essa população realizava feitiços para solucionar intercorrências do cotidiano de negros, indígenas e brancos. Propõe-se discutir as motivações, rituais e as denúncias contra feiticeiros e curandeiros. Conclui-se que a população negra cidadina construiu uma teia de sociabilidade multirracial na região Amazônica.

Palavras-chave: feitiçaria. Dinâmicas socioculturais. Afrodescendentes.

¹ Graduanda em licenciatura em História, UFPA, e-mail: mirandaajulianne@gmail.com

² Graduando em licenciatura em História, UFPA, e-mail: pedrohlp23@gmail.com

RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DA POPULAÇÃO DE BELÉM COM OS RECURSOS HÍDRICOS NA BELLE ÉPOQUE: RESGATE HISTÓRICO E REFLEXÕES PARA O PRESENTE

GT01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

*Lourdes Maria Santana Galvão¹
Cristina do Socorro Fernandes de Senna²*

Resumo

A relação da população de Belém-PA com as águas é ancestral, desde os povos originários na antiga Maiani tupinambá. Durante a Belle Époque, Belém passou por transformações socioeconômicas e culturais a partir do ciclo da borracha, modificando o traçado da urbe com o manejo e a implementação dos primeiros projetos de saneamento básico e canalizações; em decorrência dos surtos de doenças de veiculação hídrica, que aterrorizavam a população no século XIX ocorreu o aterramento de lagos como o Pirí, pântanos e rios; além das mudanças de comportamento com os banhos, através das leis e regras morais estipuladas, seja para a classe baixa, impedida de usufruir de certos rios, seja para o culto das casas de banhos usadas pela elite. Essa urbanização que seguia os padrões europeus, levou o governo a afastar a população indesejada, pobre, trabalhadora e racializada recém-saída da escravidão para as periferias. O trabalho incluiu levantamentos bibliográficos, literários, imagético e pesquisas em campo, com a participação em projetos de extensão como o Roteiro Geo-Turístico da Dra. Goretti Tavares nos bairros da Campina e Cidade Velha. Com o objetivo compreender como essas mudanças afetaram a cidade e as interações socioambientais dos belenenses com os recursos hídricos, influenciaram o cotidiano durante esse período, no qual a conjuntura permeia até a atualidade com os descasos com a cidade, como o enfrentamento das enchentes consecutivas, devidas aos aterramentos malsucedidos de canais. Consequentemente, o racismo ambiental se revela na sociedade, em que corpos pretos, pardos e indígenas, ainda vivenciam a falta de saneamento básico.

Palavras-chave: Belle Époque. Recursos Hídricos. Racismo Ambiental.

¹ Graduanda de Licenciatura em História, FIBRA/Museu Paraense Emílio Goeldi, email: lourdessantanag@gmail.com

² Doutorado em Biologi Tropical, Museu Paraense Emílio Goeldi, e-mail: cristinasennageo@gmail.com

O ESTADO DA ARTE SOBRE OS GRANDES PROJETOS E SEUS IMPACTOS NA AMAZÔNIA LEGAL

GT01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Matheus de Jesus Sarraf Melo¹

Iris Soares²

Resumo

Esta comunicação é parte da pesquisa realizada para a elaboração de um pré-projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com o objetivo de realizar o estado da arte sobre os impactos de grandes projetos na Amazônia Legal. Inicialmente, a revisão bibliográfica foi realizada por meio de pesquisas nos repositórios institucionais de universidades federais localizadas na região amazônica, incluindo UFPA (Universidade Federal do Pará), UFAM (Universidade Federal do Amazonas), UFMA (Universidade Federal do Maranhão), UNIFAP (Universidade Federal do Amapá) e UFRO (Universidade Federal de Rondônia). A partir disso, foi elaborado o mapeamento de teses e dissertações das ciências humanas publicadas entre os anos de 2018 e 2023 por meio das palavras-chave “Amazônia”, “Grandes Projetos na Amazônia” e “Impactos na Amazônia”. A metodologia adotada para realizar a revisão bibliográfica, envolveu coleta de dados e análise de resumos. Os resultados apontaram que até o momento, apenas duas universidades (UFPA e UNIFAP) contribuíram com pesquisas que utilizam a palavra-chave ‘Amazônia’, visto que somente 5 abordaram questões relacionadas aos grandes projetos na Amazônia. Entre as pesquisas analisadas, a Hidrelétrica de Belo Monte foi um dos principais objetos de estudo, destacando a ausência de investigações relacionadas a outros grandes projetos. Este estudo contribui para identificar a necessidade de explorar outros projetos na Amazônia e enfatizar a importância de investigações contínuas sobre os impactos dos grandes projetos na região.

Palavras-chave: Amazônia. Grandes Projetos na Amazônia. Impactos na Amazônia.

¹ Graduando em Turismo, Universidade Federal do Pará, matheus_sarraf2.0@hotmail.com

² Graduanda em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, irissoares@gmail.com

**O BEM-VIVER, MAS NÃO PARA TODOS:
UMA ANÁLISE SOBRE A MORADIA EM BELÉM (1881-1916)**

GT 1 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais.

Arlton Deivedy da Costa Pereira¹
Camila Nathalia Santos Zacarias²
Hanna Ingrid Pororoca Leite³
Ruan Souza dos Santos⁴

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre diferentes configurações de moradia na cidade de Belém, na virada do século XIX para o XX, e observar suas transformações a partir do contexto em tela, por se tratar de um período central para compreensão das dinâmicas populacionais na capital paraense, tendo em vista que se tratava de um momento em que a cidade experienciava fluxos migratórios decorrentes do período áureo da borracha na Amazônia e de secas ocorridas no Nordeste. De tal maneira, ideias e vivências atravessavam o ambiente urbano, se estruturando como um espaço de disputas e complexidades. A partir de uma análise qualitativa do Diário de Notícias (PA), A Província do Pará (PA) e da obra *Notas de um Repórter* (1916), foi possível lançar luz às diferentes vivências e moradias em Belém. A partir da análise das fontes investigou-se transformações sociais e estruturais das casas não só a partir da perspectiva do ideal civilizador moderno do “morar”, fortificado pela percepção burguesa, mas também de uma ótica que considera as moradias populares, onde constituem-se novas delimitações para definir os locais de sociabilidade do domicílio, espaços abertos ao convívio e os íntimos reservados à família em moradias de baixo custo e normalmente associadas a pessoas pobres, em contraste com os elegantes palacetes da elite local. Assim, essas diferentes composições das moradias permitiram vislumbrar os movimentos populacionais no meio urbano e as normas técnicas e científicas para dar conta do fluxo migratório na capital paraense.

Palavras-chave: Urbanização. Moradia. Belém/PA.

¹ Graduando em História, IFCH/UFPA, aripereira.academico@gmail.com

² Graduanda em História, IFCH/UFPA, camilazacariasufpa@gmail.com

³ Graduanda em História, IFCH/UFPA, hanna.ingrid22@gmail.com

⁴ Graduando em História, IFCH/UFPA, ruan.ufpa@hotmail.com

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NAS PRÁTICAS RITUALÍSTICAS DAS RELIGIÕES AFRODIASPÓRICAS EM BELÉM DO PARÁ.

GT01-Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Adria Emanuelle da Costa Guedes¹

Alessandra Torres Pinho²

Barbara Leticia Padilha Gonçalves³

Marcelo Coelho Campos⁴

Mariana Corrêa Velloso⁵

Rita Denize de Oliveira⁶

Resumo

Os debates sobre sustentabilidade vêm ganhando enorme notoriedade, por conta das mudanças drásticas no clima e no ecossistema mundial. Pensando na importância da região amazônica nesse processo, norteia-se um olhar para as comunidades afrodiaspóricas, que a partir da sua religiosidade, se comungam práticas de cunho educacional, pois estas possuem valores e crenças que incentivam a preservação e conexão harmoniosa com a natureza, já que essa é parte do seu sagrado. Este estudo realizado em Belém (PA) propõe apresentar como a educação ambiental se expressa em meio aos ritos e doutrinas destas religiões, a partir de entrevistas com membros de algumas vertentes destas religiosidades em que notaram-se mudanças em relação a algumas de suas práticas ritualísticas, adaptando-se às mudanças ambientais. Dessa forma, busca-se identificar quais práticas educacionais estão sendo repassadas nestes espaços e quais são seus agentes de mudança, investigando também como o sagrado ali presente influencia na conscientização do meio-ambiente dos integrantes destas religiões.

Palavras-chave: Afrodiaspórico. Sociedade. Sagrado.

¹ Técnica em Agropecuária pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) e Graduada em Museologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: adriaemanuelle01@gmail.com

² Graduada em Museologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: alessandragillead@gmail.com

³ Graduada em Museologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: barbarapadilha276@gmail.com

⁴ Licenciado em Ciências da Religião pela Universidade Estadual do Pará (UEPA) e graduando em Museologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) E-mail: Junior_cn3@hotmail.com

⁵ Graduada em Museologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: marianavelloso@outlook.com

⁶ Docente da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: denize40geotm@gmail.com

OS QUINTAIS DE OUTEIRO – MUSEOLOGIA E PRESERVAÇÃO DE MEMÓRIAS

GT1 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Benedita Luvinda da Silva Almeida¹

Rayanne dos Santos Goes²

Rosilene Barata Aleixo Correa³

Waldir Moreira Cardoso⁴

Resumo

Os quintais são um espaço em ambientes rurais, urbanos e periurbanos de memórias afetivas e à medida que culturas se sobre põe, valores, hábitos, costumes se incorporam e passam a fazer parte de uma nova cultura. A ilha de Caratateua, distrito de Belém, conhecida como ilha de Outeiro, tem em seu território além de praias e balneários, um patrimônio de produções agronômicas, medicinais e alimentares desenvolvido nos quintais de alguns moradores da ilha. Tem-se como objetivo, entender, analisar e preservar memórias ancestrais ainda vivas na comunidade para a subsistência, memória e resistência de seus moradores com a utilização de plantas naturais e a segurança alimentar das famílias, para assim estabelecer uma ligação entre seus quintais e vivências, criando pontos de memória familiar. A metodologia se estabelece a partir de pesquisa bibliográfica e de campo, sendo ela quanti-qualitativa de análise, apresentando resultado através de questionário e entrevista com moradores locais. Os quintais desempenham um papel importante nas residências, proporcionando um espaço ao ar livre para lazer, convivência social e conexão com a natureza e o reconhecimento da importância desses locais para os moradores entrevistados, dos saberes transmitidos por gerações e dessa forma os quintais se tornam museus a céu aberto.

Palavras-chave: Quintais amazônicos. Memória afetiva. Sustentabilidade.

¹ Graduanda, Universidade Federal do Estado do Pará, benedita.almeida@ica.ufpa.br:

² Graduanda, Universidade Federal do Estado do Pará, rayanne.goes@ica.ufpa.br:

³ Graduada em Licenciatura em Letras, Universidade Federal do Estado do Pará rosilene.correa@ica.ufpa.br:

⁴ Graduando, Universidade Federal do Estado do Pará, waldir.cardoso@ica.ufpa.br:

TURISMO GASTRONÔMICO: A INFLUÊNCIA SOCIOCULTURAL DA FEIRA DO VER-O-PESO EM BELÉM DO PARÁ

GT01 – Sociedade, Urbanização e Estudo Populacionais

Adriana Rocha Moreira¹

Bruna da Cruz Silva²

Jessiane Sousa do Espírito Santo³

Anilce Cleia de Sousa Chaves⁴

Resumo

O Ver-o-Peso é considerado a maior feira livre da América Latina e é reconhecido como um patrimônio histórico e um dos principais pontos turísticos de Belém, no Pará. Esta pesquisa quali-quantitativa tem como objetivo analisar a dinâmica do turismo gastronômico e seu potencial na região. A metodologia inclui pesquisa bibliográfica e de campo, com entrevistas estruturadas com boieiras, feirantes registrados na Secretaria Municipal de Economia, consumidores e turistas. A pesquisa se baseia em conceitos teóricos, como o de Ricardo-Martins (2009) sobre turismo gastronômico, Pecini (2013) sobre experiência gastronômica e Sousa (2017) sobre dinâmica comercial. Os resultados revelaram que das 223 barracas, 56 estão localizadas na parte superior da feira, onde são oferecidos alimentos, artesanato e suvenires, enquanto 167 barracas estão na parte inferior, dividindo-se entre alimentos, farinhas, frutas e temperos. O prato mais popular é o peixe frito com açaí, que tem alta demanda. Além disso, o mês de outubro registra o maior movimento turístico devido ao Círio de Nazaré. Conclui-se que o Ver-o-Peso enfrenta vulnerabilidades estruturais e é fundamental que a gestão municipal desenvolva políticas públicas voltadas para a gastronomia como parte importante do turismo local. Isso contribuirá para o desenvolvimento econômico, geração de empregos e renda, bem como para a promoção da cultura e culinária amazônica na região.

Palavras-chave: Turismo Gastronômico. Ver-o-Peso. Atração turística.

¹ Acadêmica de Turismo, Universidade Federal do Pará, adriana.rocha.moreira36@gmail.com

² Acadêmica de Turismo, Universidade Federal do Pará, bruninhasilva_15@hotmail.com

³ Acadêmica de Turismo, Universidade Federal do Pará, jessiepita97@gmail.com

⁴ Acadêmica de Turismo, Universidade Federal do Pará, anilcechaves2015@gmail.com

CAÇA E CULTURA ALIMENTAR NO QUILOMBO PROVIDÊNCIA - MARAJÓ/PA

GT 01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais.

*Maurício Reis Lopes¹
Silvio Kanner Pereira Farias²*

Resumo

A pesquisa objetivou identificar e descrever as práticas de caça e a cultura alimentar do quilombo Providência, na região do Marajó. A pesca e a roça de mandioca são as principais atividades econômicas desenvolvidas. Contudo, a caça se mostra como uma alternativa voltada à subsistência das famílias e relevante para a cultura alimentar local. Na pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa, com a observação das práticas alimentares locais e realização de entrevistas com perguntas abertas guiadas por roteiro junto aos caçadores, todos do sexo masculino. Os resultados apontaram várias espécies de animais caçados, dentre os quais os mais citados foram o tatu, o veado e a paca. Os entrevistados relataram diversas práticas e saberes tradicionais que mobilizam no momento da caçada. Os mais mencionados foram a “encova” e a “varrida”. Relatou-se a diminuição da fauna local causada pelo desmatamento gerado com o avanço do monocultivo do arroz. Assim, conclui-se que a comunidade do quilombo Providência apresenta uma cultura alimentar que engloba o consumo de animais silvestres da fauna local obtidos através da caça e das práticas e saberes a ela associados. No entanto, os caçadores apontaram a diminuição do número de espécies em virtude da expansão da agricultura moderna naquele território.

Palavras-chave: Quilombo; Caça; Cultura Alimentar.

¹ Acadêmico do Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural, UFPA, e-mail: reis.mauricio8@gmail.com

² Doutor em Ciências Sociais - PPGSA, UFPA, e-mail: silviokanner@gmail.com

MANIFESTAÇÃO CULTURAL E TECNOLOGIAS SOCIAIS: ESTUDO DE CASO DO CORDÃO DE PÁSSARO COLIBRI DE OUTEIRO DE BELÉM/PA

GT01 - Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Bruna Maria Araújo de Melo Maranhão¹

Jomara Ferreira Chaves Santos²

Ramon Teobaldo Alcantara³

Wemerson Cardias Barreto⁴

Rita Denize de Oliveira⁵

Resumo

Este trabalho apresenta uma pesquisa em andamento sobre o Cordão de Pássaro Colibri, desde a sua organização aos desafios representados pela cultura popular dessa comunidade na ilha de Outeiro, em Belém do Pará. O Cordão de Pássaro Colibri, estabelecido em 1971 na vila de Icoaraci, é uma manifestação folclórica cultural paraense, conhecida muitas vezes por ópera Cabocla, uma vez que foi inspirado no Teatro da Paz na época da “Bellé Époque”. Constitui-se da mistura de encenações, músicas e indumentárias com personagens do imaginário Amazônico como os caçadores e pássaros. Sua guardiã chama-se Laurene Ataíde e com colaboradores fundaram a Associação Folclórica e Cultural Colibri de Outeiro, que lhes permitem uma grande inserção nas programações de instâncias governamentais. Objetivamos entender a dinâmica do Cordão de Pássaro Colibri por meio do reconhecimento do coletivo para a preservação dessa prática cultural. A metodologia segue a base da literatura investigada sobre tecnologias sociais, bem como entrevistas com pessoas selecionadas que resultaram em uma gravação audiovisual. A partir da pesquisa de campo foi realizada uma síntese do conteúdo apresentada em formato de vídeo disponível na plataforma YouTube, que busca tanto subsidiar pesquisas e potencializar o alcance em espaços de alta interação social, quanto retornar o produto deste estudo para a comunidade trabalhada. Em vista disso, discutimos a relação artístico-cultural que é fundamentada na força coletiva da comunidade, reunidas na brincadeira teatral e musicada. Nesta pesquisa, observou-se a importância da relação do Colibri para o fortalecimento da comunidade artística e a preservação da natureza.

Palavras-chave: Comunidade. Cultura. Preservação.

¹ Graduanda em Museologia, Universidade Federal do Pará, brunaraujomm@gmail.com

² Graduanda em Museologia, Universidade Federal do Pará, jomaramuseo@gmail.com

³ Graduando em Museologia, Universidade Federal do Pará, museoamon@gmail.com

⁴ Graduando em Museologia, Universidade Federal do Pará, wem.cardias@gmail.com

⁵ Doutora em Geografia, Universidade Federal do Pará, e-mail: ritadenize@ufpa.br

LABORATÓRIO DE URBANISMO, PAISAGISMO E PERCEPÇÃO SENSORIAL: SUPORTE À CRIAÇÃO DE SISTEMA DE ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA PARA O CAMPUS DA SAÚDE

GT 01 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Giuliana Cira Cardoso Morais Lima¹
Ana Cláudia Duarte Cardoso²
Sebastião Gabriel Guimarães Ferreira³
Bárbara Faciola Pessôa Baleixe da Costa⁴

Resumo

A cidade Universitária Professor José da Silveira Neto abrange parte do Igarapé Sapucajuba e de seu Bosque, um espaço não construído que integra uma sub-bacia hidrográfica com problemas e invisibilidades históricas. Atualmente, servidores, alunos e professores desenvolvem o projeto de extensão intitulado “Laboratório de Urbanismo, Paisagismo e Percepção Sensorial: Suporte a criação de sistemas de espaços de convivência e de soluções baseadas na natureza para o Campus da Saúde”, que realizou leituras e propostas para revelar potenciais da área para a instituição (drenagem sustentável, apropriação coletiva, pesquisa, acolhimento) e para a população do entorno, como um exemplo para a cidade de Belém e também como uma possibilidade de contribuição para a formação de uma rede interligada de espaços de vegetação e águas com funções socioculturais e ambientais para a população da Região Metropolitana de Belém, chamada de Trama dos Povos da Floresta. O diagnóstico do Igarapé e Bosque Sapucajuba se deu mediante a aplicação de questionários, a realização de entrevistas estruturadas, semiestruturadas e abertas, a elaboração de questionários, observações in loco e levantamentos técnicos. Como resultado do projeto, foi realizado um microzoneamento da região baseada nos eixos de saneamento, drenagem, fluxos e usos. Considerando o contexto de emergência climática e a distribuição desigual de suas consequências, a ideia é pensar o Sapucajuba como uma janela de múltiplas possibilidades: pode ser um laboratório aberto para a solução de processos de degradação de cursos d’água, também um local para a prestação de serviços ecossistêmicos, dentre outros.

Palavras-chave: Igarapé Sapucajuba. Rio urbano. Trama dos povos da floresta.

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, giuliana.lima@itec.ufpa.br:

² Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, aclaudiacardoso@gmail.com:

³ Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, gmrsebastiao@gmail.com:

⁴ Graduanda e Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, barbarabaleixe@gmail.com:



3

**Simpósio
Internacional**

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

**PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL**

**Grupo de Trabalho 2
Resumos Simples**

O SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA E O PROJETO DE SANEAMENTO E EDUCAÇÃO SANITÁRIA NO PARÁ DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

GT 02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas.

Thalyson Souza Pinheiro¹

Edivando da Silva Costa²

Resumo

Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, Brasil e Estados Unidos formalizaram acordos diplomáticos para fortalecer as relações entre os países. Em consequência disso se deu a criação de um serviço de saúde com o objetivo de atuar na área da saúde e do saneamento da Amazônia. Assim, nasceu o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Objetivamos analisar o Projeto de Saneamento e Educação Sanitária, promovido pelo SESP, como uma política intervencionista na região da Amazônia paraense durante a Segunda Guerra Mundial, além das consequências dessas ações no cotidiano da população. As discussões estão sendo fundamentadas a partir da discussão historiográfica que trata do tema SESP, de políticas públicas de saúde, do contexto da guerra e do governo Vargas. Foram realizados levantamentos e análises de documentos oficiais produzidos pelo SESP sobre as atividades realizadas na Amazônia paraense. Os resultados demonstram as ações do SESP no Vale Amazonas, durante o conflito mundial, com ações na área do saneamento, educação sanitária, combate à malária, tuberculose e à mortalidade infantil. Ademais, as representações que o SESP criou sobre a população local divergem nas fontes, se por um lado o discurso humanitário e compreensível aparece nos documentos oficiais do Serviço, as análises recentes demonstram que o serviço difundia visões estereotipadas sobre a população local. Por fim, deve-se entender que o SESP era uma instituição que estava atrelada ao pensamento varguista de desenvolvimento da Amazônia, errôneo pensar que uma possível alteridade com os costumes dos povos locais seria levada em conta pelo serviço.

Palavras-chave: SESP; Educação Sanitária e Saneamento; Pará.

¹ Graduando do curso de História Bacharelado, Universidade Federal do Pará, e-mail: thalysonp12@gmail.com

² Doutor em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, e-mail: edivandoc@ufpa.br

O CADASTRO AMBIENTAL RURAL E SUA IMPLANTAÇÃO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ESTADO DO PARÁ

GT 02 - Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas.

Vitória da Silva Rodrigues¹

Resumo

O Estado brasileiro adotou como política ambiental chamada Cadastro Ambiental Rural (CAR), um registro eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais. O objetivo foi combater o desmatamento, realizar planejamentos nas esferas das políticas públicas e ambientais. A partir das informações coletadas e armazenadas na base de dados do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), conforme o Decreto nº 7.830, de 2012. No entanto, a lógica que ordena o CAR é sustentada a partir da propriedade privada e possui determinações muito específicas do uso da terra, que divergem das práticas de manuseio que comunidades tradicionais utilizam, haja vista que uma grande quantidade faz uso coletivo da terra. Em vista disso, o presente trabalho analisa sociologicamente qual a aplicabilidade do CAR frente às comunidades tradicionais no Estado do Pará? A pesquisa é de cunho exploratório, tendo em vista o uso de recursos bibliográficos, dissertações, livros, artigos e boletins informativos. Foram realizadas também entrevistas com técnicas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) com o intuito de aprofundar o entendimento sobre os procedimentos executados pelo governo do estado do Pará. Os resultados iniciais apontam que foi possível notar que a aplicabilidade do cadastro colide com as inscrições e que apesar dos avanços alcançados e ações realizadas para a disseminação de informações, existe uma barreira informacional que dificulta as inscrições no cadastro, seja no sentido de compreender os procedimentos necessários para realizá-la como no entendimento dos seus objetivos.

Palavras-chave: Cadastro Ambiental Rural. Comunidades Tradicionais. Políticas Públicas

¹ Graduanda de Licenciatura Plena em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará. E-mail: vitoriarodrigues223@gmail.com

NOVOS RUMOS PARA O AEROPORTO INTERNACIONAL DE BELÉM: A MUDANÇA DE GESTÃO DA INFRAERO PARA A NOA

GT 02 - Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Naiza Cristina da Silva Soares¹

Yasmin Pantoja das Chagas²

Vânia Lúcia Quadros³

Resumo

A gestão aeroportuária no Brasil passou por mudanças significativas nas últimas décadas devido a eventos globais e à necessidade de modernização da infraestrutura física e visando promover investimentos, melhorar a qualidade dos serviços e impulsionar o desenvolvimento econômico. Este trabalho objetivou analisar a transição da gestão do Aeroporto Internacional de Belém/Val-de-Cans/Júlio César Ribeiro da INFRAERO para a Norte da Amazônia Airports (NOA). Utilizou como suporte teórico os postulados de Paiva (2015), Santos (2016) e Silva et al. (2022). O percurso metodológico congregou pesquisa bibliográfica, documental e campo, com realização de entrevistas semiestruturadas com oito informantes, incluindo o superintendente e coordenadores. Os resultados indicam que o maior desafio enfrentado pelos colaboradores da INFRAERO foi a pandemia do Covid-19, quando o Aeroporto operou apenas atividades essenciais, gerando ansiedade em relação à transição e suas implicações financeiras e pessoais. Formada pela SOCICAM e pela DIX Empreendimentos, a NOA assumiu a gestão em setembro de 2023, estando em processo de treinamento e organização das equipes. Conclui-se que no processo de transição da gestão de um aeroporto, é importante atentar tanto para os aspectos financeiros quanto para os impactos sociais advindos dessa mudança; que os conhecimentos gerados por esta pesquisa poderão orientar decisões futuras sobre concessões e gestão aeroportuária.

Palavras-chave: Gestão aeroportuária. Concessão. Aeroporto Internacional de Belém.

¹ Graduanda em Turismo, Universidade Federal do Pará, e-mail: silvanaiza4@gmail.com

² Graduanda em Turismo, Universidade Federal do Pará, e-mail: yasmin.chagas@icsa.ufpa.br

³ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, Docente Adjunta e Pesquisadora, Universidade Federal do Pará, e-mail: vaniaquadros.ufpa@gmail.com

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO MUNICÍPIO DE MARITUBA (PA)

GT 02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Anilce Cleia de Sousa Chaves¹

Lucidalva Silva de Sousa²

Vânia Lúcia Quadros³

Resumo

Este trabalho versa sobre as políticas públicas de turismo em municípios da Amazônia paraense. Objetivou caracterizar as políticas públicas de turismo no município de Marituba (PA). A fundamentação teórica está pautada nos postulados de Silva e Bassi (2012), Dias (2003), Hall (2001), Lanzarini e Barretto (2014), Matias-Pereira (2007) e Souza (2006). O percurso metodológico congregou pesquisa bibliográfica, documental e de campo, esta, com realização de entrevista semiestruturada com o Diretor de Turismo. Os resultados revelam que: Marituba está no Mapa do Turismo Brasileiro do Ministério do Turismo (SISMapa), na Região Turística de Belém, enquadrado na categoria D; a gestão do turismo está sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Trabalho, Emprego e Renda (SEDETER); que o município possui Conselho Municipal de Turismo, legalmente constituído e em funcionamento, e Inventário da Oferta Turística. No entanto, inexistente Plano de Turismo, bem como Fundo Municipal de Turismo; e os recursos destinados à atividade turística estão vinculados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Formal e Informal (FUNDEC). Conclui-se que Marituba não possui uma política pública de turismo consistente, carecendo de maior sensibilização da gestão municipal quanto à importância e benefícios da atividade turística com vistas a definição de uma política pública eficaz, formulada de modo participativo e visando contribuir para o desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Turismo. Marituba (PA).

¹ Graduanda em Turismo, Universidade Federal do Pará, anilcechaves2015@gmail.com

² Graduanda em Turismo, Universidade Federal do Pará, lucidalvasilva4861@gmail.com

³ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará, vaniaquadros.ufpa@gmail.com

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E PARTICIPAÇÃO: O CONSELHO MUNICIPAL DE ANANINDEUA (PA)

GT 02 - Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

**Andreza Santos Lima¹
Cassiany da Costa Pereira²
Vânia Lúcia Quadros³**

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa sobre a participação e as políticas públicas de turismo em municípios da Amazônia paraense. Objetivou caracterizar o Conselho Municipal de Turismo de Ananindeua (PA) face aos processos da política pública de turismo para o município. Utilizou como referencial teórico o disposto por Beni (2006) e Dias (2003) sobre política pública de turismo; e Bordenave (1993) sobre os graus e aos níveis de participação. As evidências estão baseadas em pesquisa bibliográfica, para a revisão da literatura e estabelecimento da teoria de base analítica, e documental, para caracterizar o referido Conselho. Os resultados evidenciam que Ananindeua está no Mapa do Turismo Brasileiro, na Região Turística de Belém, categoria C; que o Conselho Municipal Desenvolvimento do Turismo de Ananindeua (COMDET) foi criado 2021, sendo constituído por 16 membros titulares e suplentes, representado o poder público, a sociedade civil, a iniciativa privada conforme indicam Beni (2006) e Dias (2003); que o Conselho está ativo e em pleno funcionamento. Todavia, para se estabelecer os graus e níveis de participação há que se continuar pesquisa, ouvindo o gestor e os conselheiros municipais de turismo.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Turismo. Participação. Conselho Municipal de Turismo de Ananindeua (PA).

¹ Graduanda em Turismo, Universidade Federal do Pará, andreza.santos.lima@icsa.ufpa.br

² Graduanda em Turismo, Universidade Federal do Pará, cassianypereira09@gmail.com

³ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará, vaniaquadros.ufpa@gmail.com

DESENVOLVIMENTO PARA QUEM? O IMPACTO DE BELO MONTE NA VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

GT 02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Alan Alysson da Silva Brito¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo investigar os impactos da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) na segurança pública do estado do Pará, avaliando especificamente seus impactos no município de Altamira, município mais afetado com a construção da barragem. A análise parte do recorte temporal de 2005 a 2019, permitindo observar os impactos antes, durante e depois da construção de UHE Belo Monte, centrando-se em registros policiais relacionados a homicídios, estupros e mortes no trânsito, a partir das fontes de dados do ATLAS Violência, Sistema Integrado de Segurança Pública do estado do Pará (SISP) e de revisão bibliográfica para a análise dos indicadores de violência no estado. As conclusões revelam o aumento da insegurança pública após a implementação da barragem, um fenômeno exacerbado pela evidente ausência de investimentos proporcionais em infraestruturas regionais de segurança pública. Altamira, próxima à barragem, surge como um caso emblemático, sintetizando as reverberações sociais da migração induzida pelas atividades de construção, a qual, teve como objetivo central no abastecimento energético do setor de mineração na região, não refletindo ganhos reais à população, que por sua vez, enfrenta um aumento proibitivo nos custos de habitação e produtos essenciais, tornando assim a cidade inacessível a uma parte significativa dos seus habitantes originais. Em suma, conclui-se que o modelo de desenvolvimento proposto para a região com a hidroelétrica visou a Amazônia apenas como forma de obter recursos naturais em detrimento à população, impactando na violência e na segurança pública da região.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Segurança Pública. Violência

¹ Graduando em Ciências Sociais, UFPA, alan.brito@ifch.ufpa.br

UMA ANÁLISE DA “CRIAÇÃO” DAS ÁREAS VERDES E SEU VIÉS MODERNIZADOR E CIVILIZADOR EM BELÉM/PA DURANTE A INTENDÊNCIA DE ANTÔNIO LEMOS (1897-1911)

GT 02 - Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Gean da Silva Maia¹
Joel Jefferson Lima Madeira²
Matheus William Fonseca Ribeiro³
Pedro Victor Ribeiro Barbosa⁴

Resumo

O presente trabalho tem como intuito, a partir de uma perspectiva historiográfica, analisar o processo de “criação” das áreas verdes e o seu viés modernizador e civilizador durante a intendência de Antônio Lemos na cidade de Belém (1897-1911). A gestão de Lemos foi marcada por uma política que visava modernizar a cidade. No entanto, esse projeto visava, além das reformas estéticas, modificar os hábitos dos cidadãos belenenses, que eram vistos como incivilizados para o momento de transformação que a capital paraense passara. Para a análise, utilizamos como fonte o *Álbum Municipal de 1902*, as leis e códigos municipais de 1900 e, por fim, o relatório da intendência municipal de 1902. Como resultado da análise das fontes, podemos inferir que o processo de “criação” e dos espaços verdes na cidade de Belém durante a intendência de Lemos foi excludente e direcionado para a elite da economia gomífera, uma vez que limitava o acesso das classes menos abastadas aos referidos espaços, pois, na visão da época, as camadas populares ainda tinham comportamentos inadequados e usavam vestimentas consideradas impróprias para poder usufruir desses locais. Como conclusão, compreendemos o processo pelo qual a cidade de Belém passou nesse período histórico como resultado direto dos ganhos econômicos gerados pela comercialização da borracha. Desse modo, a “criação” de espaços verdes fazia parte da ideia de uma “cidade civilizada”. Portanto, é fundamental analisar a construção da “Paris n’América” considerando a vivência das pessoas comuns que foram afetadas pelo projeto modernizador e civilizador de Lemos.

Palavras-chave: Espaços Verdes. Antônio Lemos. Belém/PA.

¹ Graduando em História, IFCH/UFPa, geansilvamaia@gmail.com

² Graduando em História, IFCH/UFPa, jeferson3671@gmail.com

³ Graduando em História, IFCH/UFPa, mtheuswfr@gmail.com

⁴ Graduando em História, IFCH/UFPa, pedro_victor_10@hotmail.com

A COR DO AÇAÍ, O CALOR DO TRABALHO: ARTE, CROMOTOPIA E RACISMO NA PINTURA MODERNISTA NO PARÁ EM MEADOS DO SÉCULO XX

GT 02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas.

*Alessandra Moreira Galvão¹
Aldrin Moura de Figueiredo²*

Resumo

O modernismo brasileiro foi um movimento cultural realizado no século XX, com propósito de visibilizar o povo brasileiro e construir uma identidade nacional, esse pensamento teve seu início no final da década de 1880. Para isso os artistas evidenciaram em suas obras aspectos culturais e sociais inerentes às camadas populares dos centros urbanos. Sendo assim, os intelectuais paraenses também participaram desse movimento, tendo como aporte identitário a cultura indígena, difundindo os costumes e as práticas relacionadas à ela na arte paraense. Deste modo, o trabalho objetiva analisar pinturas produzidas do século XX que retratam a vivência com a alimentação, presente na urbes Belém, percebendo os espaços e as relações sociais vinculadas ao preparo e consumo da comida, apreendendo em tela as questões do trabalho, racismo e a cromotopia. Para isso, os quadros escolhidos foram: ‘Amassadeira de Açaí’ (1954); ‘Venda de Tacacá’ (1954) e ‘Casa de Farinha’(1954), produzidos pelo artista paraense Andrelino Cotta (1894-1972), juntamente com obras de outros artistas paraense e algumas edições do jornal O Liberal (1946-1989). Tendo o cruzamentos de tais fontes, consegue-se identificar o cotidiano da cidade de Belém, da segunda metade do século XX, ligados às práticas de produção e consumo dos alimentos presentes no meio urbano da capital paraense. Tendo nas produções artísticas uma forma materialismo, vinculado ao alimento, com isso, mostrando uma relação ambígua entre o efêmero (o alimento) e o perene (a arte).

Palavras-chave: arte; cromotopia, racismo e trabalho.

¹ Graduanda do curso de Bacharelado em História da Universidade Federal do Pará (UFPA), bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq, e-mail: alessandramoreiragalvao@gmail.com

² Doutor em História pela UNICAMP, professor da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor do Programa de Pós-graduação em História da Amazônia (PPHIST – UFPA), e-mail: figueiredoaldrin@gmail.com

AS FACES DO NEOLIBERALISMO NA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE BELÉM

GT 02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

*Fernanda Cardoso Brasil¹
Janaina Borges Soeiro²*

Resumo

O Estado caracterizado por Montañó é capitalista e do capitalismo, tornando-se necessário para a sustentação da ordem burguesa. Sendo assim, utiliza diversos recursos para este processo. Assim, no seguimento histórico surgiu a necessidade do capitalismo de utilização do Estado como forma de consenso social, momento que ocorre a vinculação de sua atuação pela lógica do capitalismo (coerção) e da lógica democrática para o alcance do consenso por meio da ampliação da cidadania, para garantir sua reprodução ideológica e econômica. O neoliberalismo visa a menor intervenção estatal, se desresponsabilizando dos serviços prestados para a população como estratégia, desfinanceirizando e focalizando as políticas sociais por meio da transição das lógicas do Estado, em que mantém a lógica capitalista de sua equação e substitui gradativamente a lógica democrática pela lógica da sociedade civil. Este trabalho objetiva-se para compreensão da isenção do município de Belém na execução da política de assistência social. Realizou-se pesquisa documental e bibliográfica baseada no materialismo histórico e dialético. Dessa forma, a chamada pública para o credenciamento de organizações da sociedade civil (OSC's) para prestação de serviços para a FUNPAPA gestora da política de assistência em Belém, executora de serviços de proteção social nos níveis de baixa, média e alta complexidade se mostra concernente com o projeto neoliberal de mercantilização, filantropização dos serviços, assim como a retirada do Estado com suas funções sociais básicas. Destarte para como o capital recorre ao Estado para si e a sociedade civil passa a realizar serviços como mercadoria gerida pelo capital.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Políticas públicas. Organizações da sociedade civil.

¹ Graduanda de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. fernanda.brasil@icsa.ufpa.br

² Graduanda de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. janaina.soeiro@icsa.ufpa.br

POLÍTICAS PÚBLICAS DE AMENIZAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA AMAZÔNIA E SEU IMPACTO NAS COMUNIDADES LOCAIS

GT 02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Carlos Alessandro Duarte¹

Resumo

As mudanças climáticas representam um desafio global de grande relevância, e a Amazônia, com sua vasta biodiversidade e comunidades únicas, não está imune a seus efeitos. Este estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas de amenização às mudanças climáticas na Amazônia e seu impacto nas comunidades locais. O método que orienta este trabalho é o materialismo histórico e dialético e os procedimentos metodológicos empregados envolveram um levantamento bibliográfico na base de dados do Google acadêmico e análise de dados climáticos presentes no portal do Instituto Nacional de Meteorologia (IMET). Os resultados indicam que, apesar dos esforços governamentais, estas políticas ainda são inexpressivas, resultando em impactos negativos nas comunidades, como o aumento da vulnerabilidade. A discussão destaca a necessidade de maior integração entre as políticas de amenização e as demandas das comunidades, bem como a importância de considerar o conhecimento tradicional na tomada de decisões. Além disso, ressalta-se a urgência de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa, a fim de mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Em conclusão, este estudo destaca a importância de políticas públicas eficazes e adaptadas à realidade local na Amazônia para enfrentar os desafios das mudanças climáticas. É fundamental promover a participação das comunidades afetadas e ações concretas para preservar esse ecossistema único.

Palavras-chave: Mudanças climáticas, Amazônia, Políticas Públicas de amenização.

¹ Acadêmico do 4º semestre do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (FASS/UFPA). E-mail: carlos.duarte@icsa.ufpa.br

UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE FLUVIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO À SAÚDE: UM ESTUDO NO BRASIL DO PÓS-FORDISMO

GT 02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Camila Maciel Cavalheiro¹

Resumo

O problema deste trabalho visou entender de que maneira as Unidades Básicas Fluviais, enquanto política pública, conseguem democratizar o acesso à saúde na Amazônia. Nesse sentido, objetivou-se estudar a respeito do impacto das Unidades Básicas de Saúde Fluvial no que compete à assistência médica às populações ribeirinhas paraenses. Além disso, metodologicamente, pesquisa possui um recorte temporal entre 2011 e 2022 e espacial compreendendo o estado do Pará, sendo analisados os municípios de Abaetetuba, Breves, Melgaço e Santarém. Outrossim, além de se tratar de uma investigação analítica, essa pesquisa foi fundamentada em relatórios realizados pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA) em relação à coleta de dados. Como resultado, o trabalho identificou certa incompatibilidade entre a proposta das UBSF e a realidade dos municípios estudados. Logo, o trabalho sugere que a abrangência da prestação do serviço das UBSF é insuficiente e pouco democrática. Assim, o trabalho evidencia que há precariedade no serviço, visto que as UBSF acabam sendo usadas para suprir a carência estrutural e operacional da atuação da APS tradicionais. Conclui-se, portanto, ser esperado que ocorra um efeito em cadeia em que uma política pública mal operacionalizada não oferta à população a garantia a um direito fundamental constitucional: saúde.

Palavras-chave: Saúde; Amazônia; Direito.

¹ Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal do Pará, e-mail: camila.cavalheiro@icj.ufpa.br.

EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS NA AMAZÔNIA: UM DESAFIO IMPOSTO PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS À DEMOCRACIA NA AMAZÔNIA

GT 02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Sandra Nunes Greidinger¹
Alexandre José França Carvalho²

Resumo

Introdução: A Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, desempenha um papel crítico no equilíbrio climático global, num território que sobrevive 13% da população brasileira, que mesmo após 35 anos da Constituição da República, ainda não experimenta os benefícios da Democracia, pois no interior da região o modelo de Democracia liberal, não contempla os anseios de uma vida digna e a garantia de direitos aos povos e comunidades tradicionais, mais suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas. **Metodologia:** Este é um estudo de revisão bibliográfica, sobre o arcabouço teórico sobre o impacto das mudanças climáticas na Amazônia e a democracia ambiental resultado da união entre autodeterminação popular com o ideal de vida digna para as presentes e futuras gerações. **Resultados:** Como resultado da pesquisa foi possível comprovar que os efeitos dos impactos das mudanças climáticas na Amazônia têm um efeito catástrofe, pois além dos efeitos climáticos, mitiga a efetivação dos direitos fundamentais, em particular, ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, por meio da participação social. **Discussão:** No Direito internacional se destaca a Convenção 169 da OIT que afirma a obrigação dos governos em reconhecer e proteger os valores e práticas sociais, culturais e religiosos na tomada de decisões que afetam aos interesses dos povos e comunidades tradicionais. **Conclusões:** Num cenário de mudanças climáticas se acentua o desafio de promover uma Democracia ambiental na Amazônia, com a maior participação social no processo decisório para o Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas; Democracia; Amazônia

¹ Estudante do 5º Semestre em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA), e-mail: sandra.greidinger@gmail.com

² Bacharel em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA), e-mail: prof.alexandrefcarvalho@gmail.com

A (IN)EFETIVIDADE DO DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO NAS ILHAS MARAJOARAS: O PROBLEMA DOS ALTOS ÍNDICES DE EVASÃO ESCOLAR

GT 02 – Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

Manuela Anthonelle Amaral Soares¹
Coautora: Valeska Dayanne Pinto Ferreira²

Resumo

O presente trabalho tem por objeto de estudo o direito social à educação, com recorte sobre o problema da evasão escolar na ilha marajoara, estruturando-se sob o seguinte problema de pesquisa: o que explica os maiores índices de evasão escolar no Marajó? Com isso, objetiva-se identificar as causas do abandono escolar massivo nos anos finais do ensino fundamental regular na região. Para isso, foi adotado método dedutivo e pesquisas do tipo bibliográfica e documental. Verificou-se que, segundo o Tribunal de Contas dos Municípios do estado do Pará, a taxa de evasão escolar no Brasil é de 1,9%, já na região marajoara alcança 7,8%, ou seja, enquanto apenas um adolescente abandona a escola no Brasil como um todo, quatro abandonam no Marajó. Mendes (2008) averiguo que as causas desse abandono expressivo se explicam por: falta de transporte público de qualidade para os alunos, pois a locomoção é realizada primordialmente por barcos particulares; precária infraestrutura escolar, porque o local é frequentemente improvisado, sem iluminação e banheiro; e trabalho, pois muitos discentes começam a laborar para ajudar no sustento da família. Segundo Silva (2021) a educação, enquanto direito social, quando associada às políticas públicas efetivas é uma importante forma de mitigar as desigualdades, entretanto se conclui que a altíssima taxa de evasão escolar marajoara é uma evidência da reduzida efetividade desse direito na região, ao passo que são precárias as condições de acesso e permanência na escola ofertadas pelo Estado aos estudantes marajoaras, o que colabora para a perpetuação e aprofundamento das desigualdades.

Palavras-chave: Evasão escolar. Escolas marajoaras. Desigualdades.

¹ Discente de Direito. Número de matrícula: 202306140071. Vinculada à Faculdade de Direito, Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará. E-mail: manuela.soares@icj.ufpa.br

² Professora Substituta da Faculdade de Direito, do Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará FAD-ICJ/UFPa). Mestre em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD-UFPa). E-mail: valeskapintoferreira@gmail.com



3

**Simpósio
Internacional**

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

**PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL**

**Grupo de Trabalho 3
Resumos Simples**

ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO DE CERÂMICA VERMELHA NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PA

GT 03 – Gestão de Recursos Naturais

*Nafitalino dos Santos Everton Autor¹
Terezinha de Jesus Lima de Souza²*

Resumo

O A produção de cerâmica vermelha¹ exerce significativa importância na economia nacional, gera mais de 900 mil empregos por ano e o seu faturamento representa aproximadamente 1% do PIB brasileiro. Por outro lado, diversos problemas socioambientais estão associados a esse tipo de produção. Sendo assim, este artigo tem o objetivo de caracterizar e analisar a produção da cerâmica vermelha no município de Bragança-PA e os seus potenciais impactos socioambientais². Por meio de visitas *in loco* em 13 empreendimentos na comunidade da Fazendinha, Tamatateua e Jiquiri, foram aplicados questionários, realizados registros fotográficos e observações na produção, sendo possível identificar as seguintes problemáticas: descarte inadequado dos resíduos, uso da madeira de diversas procedências, baixos salários, jornadas e condições de trabalho sem conformidade legal, dentre outros. Esses empreendimentos possuem potencial para a criação de um Arranjo Produtivo Local³, porém, constatou-se uma fraca articulação entre os empreendimentos, havendo a necessidade de atuarem de forma cooperada, com formalização das empresas e adequações trabalhistas, visando o aumento da produção e maior desenvolvimento social econômico local.

Palavras-chave: Cerâmica vermelha¹; Impactos socioambientais²; arranjos Produtivos Locais³.

¹ Tecnólogo em Gestão Ambiental IFPA; Especialista em Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia IFPA; Graduando em Licenciatura em Geografia IFPA; naf1930@hotmail.com

² Tecnóloga em Gestão Ambiental IFPA; Graduanda em Licenciatura em Geografia IFPA; Mestranda PPGDSTU/NAEA UFPA; terezalima426@gmail.com

O IMPACTO DA EXPANSÃO DA DENDEICULTURA NOS MUNICÍPIOS DE TAILÂNDIA E TOMÉ-AÇU: AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO SOB A PERSPECTIVA DAS COMUNIDADES AFETADAS

GT 03 – Gestão de Recursos Naturais

Carlos Eduardo do Nascimento Henriques dos Santos¹

Diego de Mendonça Costa²

Cleyton Alves Candeira Pimentel³

Martha Regina Mera⁴

Resumo

Neste trabalho, analisou-se a ação reguladora do Estado frente à expansão da dendeicultura nos municípios paraenses de Tailândia e Tomé-açu; com vistas a investigar como as capacidades estatais atribuídas aos Poderes Públicos municipais estimulam ou não processos de governança ambiental participativa em seus respectivos territórios. Baseando-se em diálogos instituídos com populações amazônicas marginalizadas e constantemente afetadas pelos impactos socioambientais estimulados pela expansão da dendeicultura nos dois municípios, aliou-se pesquisa de campo aos métodos de pesquisa documental e revisão bibliográfica. A necessidade de selecionar a metodologia investigativa de base empírica mostrou-se fundamental; sobretudo no tocante à captura de cosmovisões e nuances associadas aos agentes diretamente impactados pela expansão de atividades vinculadas à produção da commodity, bem como de seus pontos de vista em relação à regulação oferecida por políticos, instituições estatais e funcionários públicos. Concluiu-se que o Estado – aqui representado pelo Governo Federal e do Estado do Pará, além das prefeituras e secretarias estaduais e municipais de Tailândia e Tomé-açu – não empreende esforços significativos no tocante à regulação concedida aos territórios e recursos naturais situados em zonas onde as empresas de dendê operam. Ademais, constatou-se que populações impactadas pela expansão da dendeicultura (e da cadeia produtiva do óleo de palma como um todo), além de não terem suas demandas sociais devidamente atendidas pelo Poder Público, sofrem por conta da ausência de fiscalização efetiva aos ecossistemas amazônicos nos quais residem e fazem uso dos recursos naturais.

Palavras-chave: Regulação Estatal. Dendeicultura. Governança Ambiental.

¹ Graduando em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, e-mail: ce6849308@gmail.com

² Doutorando em Desenvolvimento Sustentável, UFPA/NAEA/PPGDSTU, e-mail: diegodemendonca23@gmail.com

³ Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento, UFPA/NAEA/PPGDSTU, e-mail: cleytonacandeira@gmail.com

⁴ Graduanda em História, Universidade Federal do Pará, e-mail: marthareginamera@gmail.com

DIÁLOGOS AMAZÔNICOS/PA: "SUSTENTABILIDADE E CULINÁRIA" OBSERVANDO E DESCREVENDO UM EVENTO.

GT 03 – Gestão de Recursos Naturais

Luiz Fernando de Assunção Corrêa¹

Resumo

O *Diálogos Amazônicos*, propôs uma atividade auto-organizada: "Sustentabilidade e culinária: como culturas ancestrais podem mudar os rumos da alimentação nos países amazônicos". Analisar a experiência do evento "Sustentabilidade e culinária: como culturas ancestrais podem mudar os rumos da alimentação nos países amazônicos", focando em aspectos que dizem respeito a sustentabilidade, culinária e alimento na Amazônia. Este texto está dentro da perspectiva metodológica da Pesquisa de Campo e da Etnografia, pois me parece fundamental para dar conta deste trabalho, também utilizou como técnica a Observação participante. Trago o "olhar etnográfico" como a primeira "técnica" que o antropólogo pode utilizar ao ler o ambiente e seu entorno, e através dela perceber o lugar, identificar objetos, sobretudo, com o olhar investigativo e aguçado. A sustentabilidade é uma ênfase presente nas falas dos membros presente que se agarram à cultura ancestral para trazer maior clareza nos fazeres e saberes tradicionais/regionais por populações que vivem e sobrevivem do que essas áreas produzem como alternativa para pensar a sustentabilidade amazônica e suas nuances. Na culinária, destaco o quanto a antropologia da alimentação vem ajudando os antropólogos a compreender e desmitificar os hábitos alimentares no Brasil. O evento em si, propôs uma consciência coletiva da sociedade de forma geral, desde o Estado até os sujeitos que protagonizam (ou não) o ser cidadão amazônico, a resistir ou repensar a forma que olham à sustentabilidade, sua culinária, suas raízes ancestrais partindo da sua forma de viver e ser na Amazônia.

Palavras-chave: Pesquisa de Campo e Etnografia; Sustentabilidade; Culinária e hábitos alimentares.

¹ Graduando de Licenciatura em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará – UFPA; Membro do Grupo de Estudos em Sociologia, Educação e Desigualdades Sociais (GESEDES), Bolsista PIBIq; luiz.correa@ifch.ufpa.br.

EXTREMOS DA PRECIPITAÇÃO AO LONGO DA SÉRIE HISTÓRICA DE 40 ANOS (1981-2021) NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU, AMAZÔNIA ORIENTAL

GT 03 - Gestão de Recursos Naturais

Henrique Gabriel Marques Moura¹

Rafael Alexandre Alves Menezes²

Marcos Ronielly Da Silva Santos³

Eder Mileno Silva De Paula⁴

Resumo

As mudanças climáticas ligadas as transformações antrópicas no meio natural tem sido alvos de grandes discussões nos últimos anos devido aos efeitos causados no planeta. O Estado do Pará, caracterizado pelos altos índices de precipitação devido a sua localização na zona de convergência intertropical do globo terrestre, torna-se palco para diversas organizações governamentais e ambientalistas que buscam desenvolver e suprir o mercado nacional e internacional do século XXI. O município de São Felix do Xingu, possui uma economia centrada na pecuária de corte e pequenas áreas agrícolas espalhadas pelo território que, além do crescimento urbano nas últimas décadas, tem transformado as áreas naturais, viabilizando as alterações climáticas nos sítios locais. Através da pesquisa focada na questão climática e formação estrutural do território, foi identificada uma grande variação nos níveis de chuva durante o período de 40 anos, adquiridas com técnicas de sensoriamento remoto aplicadas aos dados do satélite CHIRPS por um código escrito em JavaScript. A construção do banco de dados meteorológicos do município, mostrou os níveis de precipitação no espaço de tempo usado em proporções anuais, com o maior e menor valor correspondente a 2287,4mm, em 2007, e 1712,8mm, em 1981. A análise revelou a importância dos estudos de precipitação para identificar a atual dinâmica de chuvas no município de São Felix do Xingu para suporte ao planejamento e gestão ambiental.

Palavras-chave: Precipitação; ENOS; Mudanças Climáticas.

¹ Graduando do curso de Geografia Bacharelado, UFPA, e-mail: hgmoura74@gmail.com

² Mestre em Oceanografia, PPGOC/UFPA, e-mail: rafa.menezes1996@gmail.com

³ Doutor em Geografia, IFPA/Campus Tucuruí, e-mail: marcos.santos@ifpa.edu.br

⁴ Doutor em Geografia, Universidade Federal do Pará, e-mail: edermileno@ufpa.br

ENERGIA E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO AMAPÁ: O COMPLEXO HIDRELÉTRICO DE FERREIRA GOMES

GT 03 - Gestão de Recursos Naturais

Kayque da Silva Dias¹
Henrique Gabriel Marques Moura²
Giselly Marília Thalez Pantoja³

Resumo

A produção de energia hidrelétrica na Amazônia é pauta de grande discussão, seja pelo suposto desenvolvimento ou pela preocupação com os impactos socioambientais. Um dos estados que apresenta essa problemática é o Amapá, que está localizado na fronteira setentrional amazônica, com uma população total de 733.508 habitantes, e que possui certo potencial hidrelétrico, embora seu perfil histórico e geográfico apresente algumas lacunas no que se remete a questão energética. O estado possui 04 usinas hidrelétricas de energia (UHE), sendo que três delas formam um complexo hidrelétrico: UHE Coaracy Nunes, UHE Ferreira Gomes Energia, e a UHE Cachoeira Caldeirão. Estes empreendimentos estão localizados na Bacia do rio Araguari, no município de Ferreira Gomes, que com a construção destas sofreu várias transformações e impactos socioambientais que alteraram a vida da comunidade e os recursos naturais. O escopo principal deste trabalho é analisar como a instalação dessas hidrelétricas gerou e contribuiu para a intensificação de impactos socioambientais na última década. Para a consecução de tal objetivo utilizou-se como metodologia um levantamento bibliográfico; aquisição de imagens digitais dos satélites *Landsat*, obtidas através de linguagem em *Javascript* na plataforma *Google Earth Engine*; confecção de produtos cartográficos, mediante índices de vegetação e uso da terra e cobertura vegetal. Como resultados iniciais aponta-se aumento do desflorestamento afetando a qualidade da água, ampliação das áreas alagadas e enchentes, mortalidade de peixes, desaparecimento de espécies como o quelônio tracajá, e contribuição para o assoreamento da foz do Araguari.

Palavras-chave: Usinas Hidrelétricas. Amapá. Impactos socioambientais.

¹ Graduando em Geografia Bacharelado, FGC/UPFA, e-mail: kayquedias093@gmail.com

² Graduando em Geografia Bacharelado, FGC/UPFA, e-mail: hgmoura74@gmail.com

³ Mestra em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. gise_thalez@hotmail.com

ANÁLISE ARGUMENTATIVA DAS JURISPRUDÊNCIAS SOBRE CRIMES AMBIENTAIS JULGADOS NO ESTADO DO PARÁ ENTRE 2015 E 2021

GT 03 – Gestão de Recursos Naturais

Ananda Macedo Chedieck Martins¹

Maria do Socorro Almeida Flores²

Resumo

O presente trabalho tem como objeto de estudo o observatório das jurisprudências quanto à Lei nº 9.605/88, para analisar as tendências e verificar a eficácia das decisões judiciais sobre processos de crime ambiental, visando promover o controle social pela população. A metodologia utilizada foi a criação de um banco de dados, por meio do software digital “Notion” em conjunto com o “Google Sheets”, com a elaboração de planilhas e gráficos que contém processos do período de 2015 a 2021, disponíveis no acervo digital do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) em formato de Processo Jurídico Eletrônico (PJ-e). Os resultados encontrados foram uma maioria de processos na esfera civil e administrativa, demonstrando uma tendência do judiciário paraense de priorizar a via cível. Também é notório a concentração de processos de matéria florestais (87,5%), com a exploração ilegal de madeira. Quanto aos pedidos iniciais civis, foi constatado a prevalência de obrigação de fazer, no caso reflorestar, com pleito subsidiário de pagamento de indenização, além de danos materiais pela devastação e danos morais coletivos. Nas jurisprudências analisadas, há uma incidência maior de violação dos Arts. 46, parágrafo único; Art. 54 e Art. 60 da Lei de Crimes Ambientais. Por fim, é necessário destacar as dificuldades do PJ-e, com processo em condições inacessíveis de digitalização. Além do fato que na área penal foram encontrados apenas recursos de “habeas corpus” e mandados de segurança. A pesquisa é pertinente para promover acesso à informações de interesse coletivo.

Palavras-chave: Crime Ambiental. Direito Ambiental. Jurisprudência.

¹ Graduanda de Direito. Universidade Federal do Pará. ananda.chedieck@gmail.com

² Doutora em Direito. Núcleo de Meio Ambiente. Universidade Federal do Pará. saflores@ufpa.br

ANÁLISE DO ÍNDICE DE VEGETAÇÃO POR DIFERENÇA NORMALIZADA DO SETOR CONTINENTAL ESTUARINO – BARCARENA E REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM, PARÁ

GT 03 - Gestão de Recursos Naturais

*Maria Isabel de Oliveira Amorim¹
Alan Nunes Araújo²*

Resumo

A zona costeira do Pará é rica em biodiversidade, e caracterizada por diversos ecossistemas incluindo manguezais, praias, estuários, dunas, florestas de várzea e áreas de transição entre ambientes terrestres e aquáticos. Assim, se pretende identificar nesta pesquisa a qualidade da vegetação por meio de diferença normalizada, localizada no Setor 3 - Continental Estuarino, e que considera Barcarena e a Região Metropolitana de Belém: Abaetetuba, Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Inhangapi e Castanhal de acordo com a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado do Pará (Lei 9.064, de 25 de maio de 2020). Como recurso metodológico foi utilizada a plataforma Google Earth Engine, para processamento e análise de imagens de satélite sendo o Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI) gerado via scripts por meio da fórmula: $NDVI = (NIR - RED) / (NIR + RED)$. Constatou-se que o setor continental estuarino, ainda apresenta qualidade vegetacional satisfatória e próxima ao índice 1, ao mesmo tempo que evidencia uma perda expressiva nas áreas urbanas em razão da expansão metropolitana e nas localidades portuárias e industriais, como em Barcarena. A pesquisa constatou, portanto, a importância de manter e mesmo recompor áreas desflorestadas de Belém e região metropolitana, visando melhorar os serviços ecossistêmicos já impactados pelos múltiplos usos humanos.

Palavras-chave: Qualidade da Vegetação, Setor Estuarino, INDVI, Pará.

¹ Graduanda da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará, e-mail: amorimbel4@gmail.com

² Doutor em Geografia. Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, e-mail: alanaraujo@ufpa.br

DINÂMICA DO ÍNDICE DE VEGETAÇÃO POR DIFERENÇA NORMALIZADA DO SETOR FLÚVIO-MARÍTIMO DA ZONA COSTEIRA PARAENSE

GT 03 - Gestão de Recursos Naturais

*Liliam Clisrana Alves das Neves*¹

*Alan Nunes Araújo*²

Resumo

O setor flúvio-marítimo da zona costeira paraense é um território de grande importância ecológica e econômica na região Norte, abrigando uma extensa área de estuários e manguezais, muitos situados em reservas e unidades de conservação, justamente por serem ecossistemas necessários para manutenção da vida marinha e costeira. Neste sentido, se pretende analisar por meio do índice de vegetação por diferença normalizada, a dinâmica ambiental do Setor Flúvio-Marítimo paraense, composto pelos municípios: Colares, Vigia, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, Curuçá, Terra Alta, Marapanim, Magalhães Barata e Maracanã, de acordo com a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado do Pará (Lei 9.064, de 25 de maio de 2020). Foi utilizado o Google Earth Engine (GEE) para processamento das imagens, sendo o Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI) gerado por meio da fórmula: $NDVI = (NIR - RED) / (NIR + RED)$. Constatou-se que o setor flúvio-marítimo da Zona Costeira Paraense, apresenta mais de 60% de sua área com qualidade vegetal próxima a 1, e, portanto, com satisfatória qualidade. Contudo a expansão imobiliária das áreas litorâneas, pastagens e projetos de exploração econômica como o petróleo, podem acelerar e reduzir a quantidade e qualidade desta vegetação. Assim o setor flúvio-marítimo da zona costeira paraense desempenha um papel fundamental na economia e no ecossistema da região, contudo requerer uma gestão cuidadosa e sustentável desses recursos é essencial para garantir que eles continuem a beneficiar as comunidades locais e a preservar a rica biodiversidade dessa área única.

Palavras-chave: Qualidade da Vegetação, Setor Flúvio Marítimo Paraense, GEE.

¹ Graduanda da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará, e-mail: liliannevesk2@gmail.com

² Doutor em Geografia. Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, e-mail: alanaraujo@ufpa.br

CONTABILIDADE E A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM O DESCARTE DO CAROÇO DE AÇAÍ.

GT 03 – Gestão de Recursos Naturais

Regeane Kelly Holanda do Carmo¹

Sandra dos Santos Rocha²

Resumo

Este trabalho aborda a importância do descarte adequado do caroço de açaí na gestão do negócio e dos recursos naturais, mostrando a importância da contabilidade no controle, planejamento, mensuração e informação para viabilizar a redução de custos, que pode se dar através do aproveitamento do resíduo do caroço de açaí que pode reduzir os custos de produção e com o aproveitamento do resíduo do caroço de açaí pode gerar novas receitas, como a venda de biocombustíveis, biomateriais e outros produtos. Justifica-se, a partir da necessidade de destinação correta do caroço do açaí, para que possa contribuir com a tríade da sustentabilidade que é ser ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável. Objetivando utilizar a contabilidade para mensurar e evidenciar os benefícios do aproveitamento do resíduo do caroço de açaí que é um fruto típico da região amazônica que dá em palmeiras, originalmente cultivado em área de várzea e o crescimento do consumo pelo Brasil e pelo mundo é notório. Esta é uma pesquisa bibliográfica que utilizou as plataformas do Google acadêmico, periódicos CAPES e SciELO. Conclui-se que, é importância saber como é feito o descarte do caroço, haja vista que, com o aumento do consumo do açaí, que geralmente (se não, unicamente) é exportado em polpa, aumenta o número da quantidade de caroço a ser descartado e seu aproveitamento evita que esse resíduo seja descartado de forma inadequada, evitando a degradação ambiental, reduzindo custos para o empreendimento e possibilitando melhorias na receita do negócio.

Palavras-chave: Gestão dos Recursos naturais; Contabilidade; Caroço de Açaí.

¹ Graduanda, Universidade Federal do Pará, regeane.carmo@icsa.ufpa.br.

² Graduanda, Universidade Federal do Pará, tttsandrarocha@gmail.com.

ANÁLISE FITOECOLÓGICA DA MICRORREGIÃO DE TOMÉ-AÇU (PA) POR MEIO DO ÍNDICE DE VEGETAÇÃO POR DIFERENÇA NORMALIZADA (NDVI)

GT 03 – Gestão de Recursos Naturais

*Alana Amaral de Alencar¹
Alan Nunes Araújo²*

Resumo

A dinâmica espacial na microrregião de Tomé-Açu reflete influências históricas, socioeconômicas e políticas. Objetiva-se compreender a influência destes usos na qualidade da vegetação por diferença normalizada na Microrregião de Tomé-Açu, Pará. A análise fitoecológica da região, utilizando o Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI), é crucial para avaliar a saúde e a distribuição da vegetação. A metodologia define cinco classes de densidade de cobertura vegetal, valores próximos de 1 indicando maior densidade. Imagens dos satélites Landsat TM/Landsat 5 (2000) e OLI/Landsat 8 (2020), processadas na plataforma Google Earth Engine, foram usadas para calcular o NDVI. A análise do uso da terra se baseou na classificação do projeto MapBiomas. Constatou-se que o índice “Alto” corresponde a áreas de Formação Florestal, com predomínio da Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas. “Moderadamente Alto” representa a Formação Campestre, sobretudo, composta por Floresta Ombrófila Densa Aluvial. O “Médio” apresenta área composta por pastagem e floresta plantada. O “Moderadamente baixo”, identificado como lavouras e corpos d’água, e o índice “Baixo” apresentou-se como áreas desprovidas de vegetação, comportando a infraestrutura urbana. Os resultados mostram diminuição da vegetação natural e um aumento de pastagens e agricultura, mudanças na paisagem que ameaçam a fauna local e a qualidade do solo. Essa análise revela a importância de um equilíbrio consciente entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, visando um futuro sustentável e o bem-estar dos indivíduos que a habitam.

Palavras-chave: Cobertura vegetal. NDVI. Usos e ocupação.

¹ Graduanda em Geografia pela Faculdade de Geografia e Cartografia na Universidade Federal do Pará, alanaamaraldealencar@gmail.com

² Doutor em Geografia, Professor e Diretor da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará, Pesquisador e Coordenador do Grupo de Pesquisa Modelagem de Sistemas Ambientais Amazônicos, alanaraujo@ufpa.br

ANÁLISE ESPAÇO-TEMPO DE USO E COBERTURA DA TERRA DO MUNICÍPIO DE BENEVIDES-PA DE 2010 A 2020

GT 03 – Gestão de recursos Naturais

Lucas Macedo de Jesus¹

Wendel Soares Ferreira²

Luiz Paulo de Sousa Santos³

Resumo

O presente estudo busca compreender o espaço-tempo da cobertura da terra do município de Benevides-PA entre os anos de 2010 a 2020. Metodologicamente foram utilizadas técnicas de sensoriamento remoto pela plataforma Google Earth Engine (GEE). A classificação supervisionada foi feita a partir de imagens de satélites Landsat7 com as bandas sobrepostas 'B3', 'B2', ' B1' (2010) e Landsat8, bandas 'B4' 'B3', 'B2' (2020). Constatou-se a retira da camada vegetativa em detrimento da classe de urbanização, assim como, o aumento das camadas de vegetação rasteiras, logo, nota-se que à decorrência de processos antrópicos que encadeiam o desmatamento e desestruturação nas camadas naturais do município, posto isso, tem-se de imediato um reflorestamento para agregar na sua biodiversidade e medidas com a finalidade de preservar e inibir o avanço contínuo do processo de urbanização que procedem no município de Benevides-PA.

Palavras-chave: Análise Temporal, classificação supervisionada, GEE.

¹ Graduando da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Feral do Pará, e-mail: lucasmacedouni@gmail.com

² Graduando da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Feral do Pará, e-mail: wendelsoares0511@gmail.com

³ Graduando da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Feral do Pará, e-mail:lpssantos19@gmail.com

PESCA ARTESANAL DE CAMARÃO NA COSTA AMAZÔNICA: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

GT 03 – Gestão de Recursos Naturais

Alice Emilly Mendes de Castro Correia¹

Thyffane Tayana Martins da Rocha²

Quéren Hapuque Pantoja Lobo³

Voyner Ravena-Cañete⁴

Resumo

Esta pesquisa realizou um levantamento bibliográfico sobre a pesca artesanal de camarão na costa amazônica: Maranhão, Pará e Amapá. O objetivo consistiu em identificar a produção científica sobre a temática, discutir os temas abordados nos trabalhos e as formas de acesso e uso dos recursos pesqueiros da região. O estudo teve como base de dados as instituições de ensino e pesquisa dos sete Estados da região Norte do Brasil, cujas publicações, do período de 2010 a 2022, tivessem como área de estudo a costa e a porção flúvio-estuarina dos estados do Maranhão, Pará e Amapá. As buscas foram restritas ao ambiente virtual, com exceção do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA), dada a facilidade de acesso às produções físicas. Foram consultados repositórios institucionais das Universidades Federais e Estaduais, Programas de pós-graduação e sites oficiais de instituições de pesquisa, fiscalização e ordenamento do setor pesqueiro. Para filtrar os trabalhos por tema, foram eleitas quinze palavras-chave relacionadas à pesca artesanal de camarão na Amazônia costeira estuarina. As literaturas encontradas abordam desde a caracterização da pesca, com destaque para os petrechos, espécies-alvo e destino da produção, até os diferentes atores sociais e suas plurais formas de organização e de relação com a natureza. Espera-se que este levantamento contribua para a compreensão da importância dos estudos sobre a pesca de camarão, trazendo à tona temas correlatos a ela, particularmente aqueles relacionados ao conhecimento tradicional no manejo e exploração sustentável dos recursos por populações pesqueiras da costa amazônica.

Palavras-chave: Recursos pesqueiros. Manejo. Estuário amazônico.

¹ Graduanda do 6º período do curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: alice.correia@ifch.ufpa.br

² Graduanda do 8º período do curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: thyffane.rocha@ifch.ufpa.br

³ Bacharela em Oceanografia e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: queren.lobo@ifch.ufpa.br

⁴ Professora Associada III da Universidade Federal do Pará (UFPA/Brasil), vinculada ao Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca (NEAP). Atua no Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca (PPGEAP/UFPA), no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA) e no Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFPA). Email: ravenacanete@ufpa.br

MUDANÇAS NO USO E COBERTURA DA TERRA NA ILHA DE COTIJUBA, BELÉM-PA ENTRE OS ANOS DE 2003, 2013 E 2023

GT 03-Gestão de Recursos Naturais

Glenda Helena Nunes Corrêa¹

Resumo

As áreas costeiras são fortemente afetadas por processos naturais e pelas atividades humanas, portanto, compreender a dinâmica do meio biofísico e os tipos de uso da terra neste espaço, para classificá-lo em sistemas ambientais é importante para compreensão das alterações nas paisagens. A ilha de Cotijuba, em Belém (PA), situada na região estuarina, é um recorte emblemático deste contexto. Dessa forma, o estudo tem como objetivo avaliar as alterações na paisagem da ilha de Cotijuba entre os anos de 2003, 2013, 2023, identificando os fatores que influenciam nas alterações. A metodologia reúne etapas de pesquisa bibliográfica, mapeamento multitemporal com técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento e levantamentos de campo. Neste estudo, foi levado em consideração o intervalo temporal dos usos e cobertura indo em conjunto com as suas especificidades das quais foram escolhidos nessa média de 20 anos. Nessa concepção, é notório visualizar nos resultados apresentados a intensa ocupação do solo durante esses anos sendo em grande correspondem ao aumento da expansão da área urbana, falta de gestão e intensidade turística. Além disso, indicaram que os sistemas ambientais sendo grande parte é composta por floresta ombrófila densa aluvial indicando mudanças na cobertura. Assim, os indicadores auxiliam na implementação de planejamento para preservar a cultura na ilha e diminuir os impactos causados.

Palavras-chave: Mudanças da paisagem. Dinâmica de ocupação, Sistema ambientais costeiros.

¹ Bacharelado em Geografia, Universidade Federal do Pará, e-mail: Glenda42h@gmail.com

BACIA DO TUCUNDUBA: HIDROGEOGRAFIA DO IGARAPÉ LAGO VERDE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, BELÉM-PA

GT 03 - Gestão de recursos naturais

Cauã Oliveira Lima¹
Mairla Cristiane Silva²
Odilon Kewym dos Santos Santos³
Rita Denize de Oliveira⁴

Resumo

A bacia do Tucunduba que está entre uma das maiores bacias hidrográficas urbanas da Amazônia oriental, com área aproximada de 10, 5km² localizada na porção sudeste da cidade de Belém, abrangendo cinco bairros populosos, com destaque no artigo o bairro da Terra Firme, onde-se localiza o igarapé Lago Verde. O objetivo da pesquisa é caracterizar a hidrogeografia do igarapé e levantar os principais conflitos socioambientais em torno das suas obras de macrodrenagem. A metodologia constou de levantamento bibliográfico e documental, pesquisa participativa, em plenária sobre o projeto de Macro drenagem da Bacia do Tucunduba, com presença de órgãos públicos, movimentos sociais e roda de conversas com moradores da área. Em Laboratório de Informação Geográficas–LAIG, foi confeccionada uma carta imagem da área de estudo, utilizando os programas *Qgis* e *Google Earth Pro*. A percepção da população sobre as obras de infraestrutura é contraditória, em função dos impactos socioambientais na área de influência do igarapé Lago Verde, colonizada por vegetação inundável, vem sendo substituída gradativamente por concretos, canalizações e asfalto. O pertencimento a esse espaço gerou microterritorialidades fortalecidas ao longo de toda a bacia, os moradores exigem que as residências permaneçam próximas ao corpo d'água. O projeto de macrodrenagem é excludente, pois a comunicação entre a sociedade e o Estado é insipiente, o Estado valoriza a moradia, o saneamento básico, o acesso à água potável, com remanejamentos e indenizações, porém, conflita com modelo de reforma popular, que valoriza à naturalização, o paisagismo e principalmente o pertencimento e as territorialidades.

Palavras-chave: Bacia urbana, Macro drenagem, Territorialidades, Pertencimento e Urbanismo.

¹ Graduando em Licenciatura em Geografia, UFPA, e-mail: limacaua366@gmail.com

² Graduando em Licenciatura em Geografia, UFPA, e-mail: maisilva1019@gmail.com

³ Graduando em Licenciatura em Geografia, UFPA, e-mail: kewymaopaulino@gmail.com

⁴ Doutora em Geografia, Docente da UFPA, e-mail: denize40geoatm@gmail.com

PATRIMÔNIO NATURAL DA AMAZÔNIA: UM ESTUDO NA ILHA DE CARATATEUA, BELÉM-PA

GT 03 – Gestão de Recursos Naturais

Aimée de Oliveira Fonseca¹
Elizabete de Nazaré Pantoja dos Santos²
Sabrina Silva Santos³
Rita Denize de Oliveira⁴

Resumo

Esta pesquisa discute os conceitos de Patrimônio Natural na Ilha de Caratateua, popularmente conhecida como Outeiro, distrito de Belém-PA. Ela tem o objetivo de refletir sobre o patrimônio natural e compreender como ele se relaciona com os valores culturais, afetivos, econômicos e históricos dos moradores locais. A abordagem metodológica escolhida consistiu no levantamento bibliográfico sobre tal concepção patrimonialista e seus desdobramentos, assim como a aplicação de questionários e entrevistas com os habitantes da região para obter uma visão direta de suas perspectivas e experiências. Os resultados obtidos evidenciaram a importância de uma interpretação inclusiva de Patrimônio Natural como prática de legitimação da ilha para a valorização da diversidade e a ampliação do acesso aos recursos que a própria área oferta enquanto bens naturais destacando falésias, praias fluviais, igarapés de águas cristalinas. Além disso, fatores econômicos são comumente apontados como os responsáveis pela intensificação das transformações naturais na localidade, como também o risco ambiental causado pela desordenada ocupação urbana. Um exemplo disso é o desaparecimento das falésias, que coloca em perigo constante os moradores e frequentadores das praias da região. Desta forma, a conscientização e entendimento da população de Caratateua com relação ao seu Patrimônio Natural é um movimento necessário para que haja a correta preservação dessas áreas, que também são centros de lazer e de turismo no estado paraense.

Palavras-chave: Outeiro. Ambiente. Preservação.

¹ Graduanda em Museologia, Universidade Federal do Pará, aimee.oliveira.f@gmail.com

² Graduanda em Museologia, Universidade Federal do Pará, betebalancoam2@hotmail.com

³ Graduanda em Museologia, Universidade Federal do Pará, sabrijws@gmail.com

⁴ Doutora em Geografia, docente da Universidade Federal do Pará, ritadenize@ufpa.br

VARIABILIDADE CLIMÁTICA E SEUS IMPACTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR EM UM MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM/PA

GT 03 - Gestão de Recursos Naturais

Adriano Lazaro Gama Teixeira¹

Rita Denize de Oliveira²

Resumo

O presente resumo é na perspectiva do método experimental, para tanto se faz necessária a intensificação da pesquisa acadêmica sobre e o ensino de geografia em campo. No ano de 1995 ocorre a criação do PRONAF com sua atualização da publicação da lei nº 11.326/2006, que potencializa a produção de alimentos saudáveis, combinada com preservação do meio ambiente. O objetivo da pesquisa é compreender de que forma a variabilidade climática atinge o setor agrícola, onde as temperaturas elevadas, a redução nas precipitações, resultam em perdas consideráveis para o agricultor no ano de 2023, sob influência da El Nino. A metodologia da pesquisa constou de pesquisa bibliográfica das principais políticas públicas do Brasil para a agricultura familiar; seleção de quintal agroecológico no município de Marituba/PA; aplicação de questionário social na perspectiva das questões sobre segurança alimentar, mudanças climáticas e vulnerabilidades da atividade. O tratamento das informações do questionário social, constatou-se que as mudanças climáticas (aumento de temperatura) alteram a rotina da produção das hortaliças ocasionando maior consumo de água para a irrigação aumentando o custo final dos produtos, outro aspecto é a adaptação de outras técnicas de proteção térmica nos canteiros. A necessidade do governo brasileiro para cumprir a lei nº 12.187/2009, fato que o Brasil é signatário do Acordo de Paris desde o ano de 2015. As mudanças climáticas afetam a todos sem distinção, fato que corrobora a ideia da sustentabilidade com preservação do meio ambiente potencializando equilíbrio do clima mundial diminuindo o impacto climático sobre a produção de alimentos.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Mudanças climáticas. Protocolo internacional.

¹ Graduando da Licenciatura em Geografia, UFPA, e-mail: adrianolteixeira@gmail.com.

² Doutora em Geografia, Docente da Licenciatura em Geografia, e-mail: ritadenize@ufpa.br

CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DE ARRASTO DE CAMARÃO NA VILA DO AÊ, EM SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA

GT 03 – Gestão de Recursos Naturais

Thyffane Tayana Martins da Rocha¹
Alice Emily Mendes de Castro Correia²
Quéren Hapuque Pantoja Lobo³
Voyner Ravena-Cañete⁴

Resumo

Este estudo aborda a pesca artesanal de camarão na comunidade de Vila do Aê, do município de São Caetano de Odívelas-PA, litoral norte brasileiro. Para tanto, buscou identificar e descrever as técnicas e artes de pesca, espécies de camarão capturadas e aspectos sociais relativos à atividade, dando ênfase às definições e conhecimentos nativos. Do ponto de vista metodológico, foram aplicados, em agosto de 2023, formulários semiestruturados com perguntas relacionadas ao tema, bem como se utilizou de uma abordagem etnográfica voltada à compreensão das peculiaridades da pesca de camarão. Portanto a pesquisa teve caráter quantitativo e qualitativo. Os resultados indicam que a modalidade de pesca predominante na comunidade é a de arrasto de camarão, com uso do puçá de arrasto como petrecho de pesca. O camarão piticaia ou piré, aparece como a principal espécie capturada e a segunda espécie mais citada foi o camarão branco. A produção dos(as) pescadores(as) está relacionada diretamente à subsistência familiar e à venda do excedente. Conclui-se que o conhecimento local relacionado à natureza e de seus ciclos refletem na elaboração de diversas estratégias de acesso e uso dos recursos pesqueiros. Na Vila do Aê, a pesca artesanal de arrasto de camarão orienta-se pelas cosmovisões e relação cotidiana com a natureza dos(as) pescadores(as), em oposição a obtenção de lucro pela lógica mercantilista capitalista, portanto por uma reprodução cultural e social pautada em um ideal de comunhão com a natureza e dependência de seus ciclos.

Palavras-chave: Recursos pesqueiros. Salgado Paraense. Amaônia

¹ Graduanda do 8º período do curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: thyffane.rocha@ifch.ufpa.br

² Graduanda do 6º período do curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: alice.correia@ifch.ufpa.br

³ Bacharela em Oceanografia e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: queren.lobo@ifch.ufpa.br

⁴ Professora Associada III da Universidade Federal do Pará (UFPA/Brasil), vinculada ao Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca (NEAP). Atua no Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca (PPGEAP/UFPA), no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA) e no Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFPA). Email: ravenacanete@ufpa.br

A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E O DESENVOLVIMENTO URBANO

GT 03 – Gestão de Recursos Naturais

Gabriel da Silva Leão¹

Denis Pedrosa Dos Santos Junior²

Resumo

Recentemente, tem ocorrido uma alteração na maneira como percebemos os desafios ambientais e urbanos, deixando de lado uma análise segmentada das cidades em prol de uma abordagem mais abrangente que leva em conta uma variedade de fenômenos sociais e urbanos que têm impacto no desenvolvimento urbano. Um dos fenômenos notáveis é a rápida urbanização global, que se concentra principalmente em regiões economicamente prósperas, como as regiões metropolitanas. A falta de devida consideração por um recurso tão versátil quanto a água torna a gestão uma tarefa desafiadora, pois a negligência da população, especialmente aqueles que carecem de informações adequadas, torna os recursos hídricos mais suscetíveis a contaminação e poluição. Além disso, o setor industrial e agrícola também desempenha um papel nesse cenário, contribuindo para impactos como a eutrofização e o assoreamento, que resultam na redução das reservas disponíveis e no aumento de seu custo. Uma possível ação para reduzir os efeitos de longo prazo é direcionar investimentos para a educação ambiental, especialmente em escolas de comunidades de baixa renda. Isso visa proporcionar uma educação mais abrangente sobre o ecossistema local, com o objetivo de preparar crianças e jovens para se tornarem adultos conscientes do ambiente em que vivem buscando o uso racional sobre os recursos hídricos finitos, auxiliando no asseguramento do acesso a água para as futuras gerações e fortalecendo a gestão e o planejamento desses recursos.

Palavras-chave: Urbanização global. Recursos Hídricos. Educação Ambiental.

¹ Graduando do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, Universidade do Estado do Pará, gabriel.leao@aluno.uepa.br:

² Graduando do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, Universidade do Estado do Pará, denis.junior@aluno.uepa.br:

APROVEITAMENTO INTEGRAL DOS ALIMENTOS: UMA ALTERNATIVA PARA A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NO ÂMBITO DA NUTRIÇÃO

GT 03 – Gestão de Recursos Naturais

*Nayana Véras Jardim de Oliveira¹
Salatiel da Conceição Luz Carneiro²
Paulo Henrique de Melo Ferreira³
Júlya Véras Jardim Damasceno⁴*

Resumo:

Introdução/objetivo: O trabalho consiste no relato de experiência de uma atividade de extensão da Liga Acadêmica de Segurança Alimentar e Nutricional (LASAN) desenvolvida em uma escola pública do município de Ananindeua/PA no primeiro semestre de 2023, no tempo de aula reservado aos “Projetos Integradores”. O objetivo geral foi relatar a experiência de membros da LASAN com relação a uma ação sobre sustentabilidade em uma escola de ensino médio. **Metodologia:** Consistiu em um relato de experiência para descrever aspectos vivenciados pelos ligantes de uma liga acadêmica em uma ação de extensão. **Resultados:** Os ligantes conseguiram explanar sobre sustentabilidade aplicada a nutrição e ao ambiente da cozinha doméstica, esclarecendo dúvidas sobre o enriquecimento nutricional que uso integral pode promover na dieta cotidiana. **Discussão:** A atividade promovida pela LASAN foi realizada em uma escola pública de Ananindeua a convite da equipe de Ciências da Natureza, por três sextas-feiras consecutivas, em turmas do 2º ano do ensino médio, onde o objetivo da ação foi promover a sustentabilidade dentro da nutrição a partir de palestras e jogos de perguntas e respostas, além de demonstrar e degustar uma receita de bolo de banana com aproveitamento integral. É possível dizer que a contribuição dos acadêmicos instigou e ampliou o conhecimento dos alunos sobre a temática. **Conclusão:** A atividade promovida pela LASAN sugere o “Novo Ensino Médio” como alternativa para a interação saúde e educação no sentido de instigar a práxis da sustentabilidade, além de ter contribuído para a construção de um arcabouço teórico-prático dos acadêmicos de nutrição.

Palavras-chave: Aproveitamento integral. Nutrição. Sustentabilidade.

REFLORESTAMENTO, QUINTAIS ECOPOÉTICOS E HORTAS: UM MODELO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA BOSQUE PROFESSOR EIDORFE MOREIRA

GT 03 - Gestão de Recursos Naturais

*Iranildo C. Do Carmo¹
João Vitor S. e Silva²
Lucivaldo M. Barroso³
Luisa C. Nunes da Silva⁴
Rita Denize de Oliveira⁵*

Resumo

Pesquisa interdisciplinar entre geografia e ecologia com ênfase em Agroecologia, na Ilha de Caratateua. Apresenta características híbridas entre campo e cidade, executada na Escola Bosque professor Eidorfe Moreira, localizada no Outeiro, Belém - Pará. Metodologicamente constou-se dados bibliográfico sobre o tema, a partir de questionários no sentido de coletar informações sobre o Projeto Pedagógico da Escola e ações que fortalecem a agricultura familiar e reflorestamento, foram realizadas coletas de relatos com a coordenação pedagógica e observação empírica. Destacam-se resultados vinculado ao curso técnico em Meio Ambiente, que valoriza o reflorestamento de espécies madeireiras em extinção como Pau-Brasil, ipês, andiroba na ilha. Existem atividade nas feiras educativas que são utilizadas para distribuição de pequenas mudas que irão ser plantadas em lugares diversos na escola com 12 hectares de área com espécies arbóreas que ajudam na manutenção de espécies típicas da Floresta de Terra Firme. Outrossim, há fortalecimento dos quintais eco poéticos onde a agricultura familiar em pequenos espaços promoveu segurança alimentar após a pandemia COVID-19, nestes quintais plantam-se hortaliças, frutíferas, plantas ornamentais e criação de abelhas sem ferrão, desenvolvem-se ações de valorização da cultura, educação e economia solidária. Observa-se ações vinculada a horta na escola, mais que inserir verduras e legumes na alimentação dos alunos, propõem práticas de plantio e nutrição, transformando o espaço pedagógico na Escola. Portanto, entendemos que ações vinculadas a Educação Ambiental perpassam por aspectos que envolvem tanto a comunidade escolar como população da ilha fortalecendo a agricultura familiar, práticas de reflorestamento e um modelo de educação amazônica.

Palavras-chave: Agroecologia. Covid-19. Meio Ambiente.

¹ Graduando da Licenciatura em Geografia, UFPA, e-mail: iranildocarvalho55@gmail.com

² Graduando da Licenciatura em Geografia, UFPA, e-mail: jv.ssilva2005@gmail.com

³ Graduando da Licenciatura em Geografia, UFPA, e-mail: lucivaldojunior60@gmail.com

⁴ Graduanda da Licenciatura em Geografia, UFPA, e-mail: luh.nunes42@gmail.com

⁵ Doutora em Geografia, Docente da Licenciatura em Geografia, UFPA, e-mail: ritadenize@ufpa.br

O GEOSSISTEMA DO PARACURI ECOMUSEU, ARGILA E RESISTÊNCIA

GT 03 – Gestão dos Recursos Naturais

Everton Cordeiro Serêjo
Isabel Cristina Teixeira do Carmo Lopes
Tiago Miguel Vilhena Sarmiento de Souza¹
Rita Denize de Oliveira²

Resumo

O Geossistema é uma unidade da paisagem que considera uma combinação dinâmica entre os elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagem dialeticamente uns sobre os outros num conjunto indissociável. Constitui-se um conceito antrópico com a finalidade de explicar o funcionamento do território modificado pela sociedade. No bairro do Paracuri, em Icoaraci, existe uma pequena concentração de artesãos ceramistas que fazem parte do patrimônio histórico da região e dependem dos elementos físicos da natureza como a argila. A cerâmica é um artefato biocultural fruto do extrativismo mineral da argila em rios e igarapés que, nas mãos desses profissionais, torna-se um elemento utilitário e artístico e contribui para sua subsistência. Nesse sentido o objetivo desta pesquisa é descrever e analisar como é realizado o mapeamento das olarias na perspectiva do Ecomuseu de Icoaraci. Para isso, a metodologia constou análise bibliográfica e documental, entrevistas com os profissionais do museu e com ceramistas que vivem e trabalham nesta região. Dos resultados observou-se que ao longo do tempo, com tantas mudanças oriundas do avanço tecnológico, esses profissionais encontram dificuldades para manter viva a tradição desse savoir-faire familiar e dele tirar seu sustento. O Ecomuseu de Icoaraci segue a perspectiva dos museus comunitários inseridos na nova museologia, mapeou várias olarias no bairro do Paracuri afim de valorizar a cultura local e, também, desenvolver ações educativas integradas à educação do município.

Palavras-chave: Patrimônio. Ecomuseu de Icoaraci; cerâmica.

¹ Graduando em museologia, Universidade Federal do Pará, tiago.souza@ica.ufpa.br e, evertonccss@gmail.com

² Graduada em letras língua francesa e graduanda em museologia, Universidade Federal do Pará isabeldocarmo@yahoo.fr;

³ Doutora em Geografia, Universidade Federal do Pará, e-mail: ritadenize@ufpa.br

A SUSTENTABILIDADE DA PESCA ARTESANAL E SOCIOBIODIVERSIDADE DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS, BELÉM, PARÁ, BRASIL

GT 03 - GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Paola Carolina Oliveira dos Santos¹

Lucia Gabriele Malato Santos²

Samara Carolina Ferreira da Silva³

Rita Denize de Oliveira⁴

Resumo

A pesca artesanal consiste em utilizar métodos mais sustentáveis para captura de alimentos nos rios que predominam na região no qual essas comunidades estão instaladas, contando com uma herança ancestral de conhecimento sobre as matas, rios e peixes e também sobre técnicas com menos impactos ambientais, preservando a biodiversidade da região. A pesquisa concentra-se na vida das comunidades ribeirinhas, especialmente da região das ilhas de Belém, com ênfase na pesca artesanal e diálogo com a museologia. O estudo tem como objetivo levantar técnicas ancestrais que promovem a sustentabilidade da pesca artesanal e a preservação dos recursos naturais da região, bem como mostrar a luta, resistência e autoafirmação social das comunidades sobre seus territórios, desempenhando um papel vital para esse contexto. Em síntese, a metodologia adotada envolve, principalmente, análises bibliográficas referentes a estudos sobre essa atividade e com trabalhos realizados em campo, que buscam reconhecer o valor cultural e ecológico da pesca artesanal, e visita em campo de pescadores da região das ilhas por meio da técnica história oral. Observou-se que a pesca artesanal não é apenas uma atividade econômica, mas também uma parte essencial da cultura e do patrimônio dessas comunidades que dependem de aspectos naturais como lua, marés, dinâmica anual dos rios e do nível de intervenção antrópica local, devido a algumas atividades conflitantes como a poluição que ocorre em ilhas de Belém. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam influenciar positivamente o desenvolvimento de estratégias e políticas que beneficiem essas comunidades e o meio ambiente em que vivem.

Palavras-chave: Museologia, técnicas ancestrais e impactos.

¹ Graduanda em Museologia, UFPA, e-mail: paolacarolinaoliveira@gmail.com

² Graduanda em Museologia, UFPA, e-mail: gabrielemalato06@gmail.com

³ Graduanda em Museologia, UFPA, e-mail: samarasilva228.ss@gmail.com

⁴ Doutora em Geografia, UFPA, e-mail: denize40geoatm@gmail.com



3

**Simpósio
Internacional**

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

**PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL**

**Grupo de Trabalho 4
Resumos Simples**

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL: ETNODESENVOLVIMENTO COMO MEDIDA DE REPARAÇÃO DOS DANOS

GT 04 – Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional da Amazônia

Camila Berredo da Silva e Silva¹

Resumo

As práticas de mineração ilegal, fortalecidas pelo aumento do preço do ouro no mercado internacional, refletem atualmente no preço que a sociedade, enquanto enfrenta os impactos negativos causados, ainda precisa pagar para que o dano seja reparado. O etnodesenvolvimento é ligado ao conceito de sustentabilidade ambiental em terras indígenas. O presente estudo tem o objetivo de investigar o etnodesenvolvimento como forma de mitigar os impactos ocasionados pela mineração não apenas ilegal, mas, principalmente, a sustentável, no contexto histórico, social e ambiental. A metodologia utilizada envolveu o método dedutivo, qualitativo e técnica de pesquisa bibliográfica e documental. As emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) gerados pela mineração podem chegar a 28%. Estudos recentes relacionam a atuação minerária com o aumento das ondas de calor no Brasil. Como resposta ao desenvolvimento sustentável e redução dos impactos que resultam o agravamento climático, o etnodesenvolvimento promovido pelas comunidades tradicionais, garante o desenvolvimento econômico, a conservação e restauração do meio ambiente, posto os costumes e cultura provindos historicamente desses povos. Decorrentes os resultados das práticas de mineração sustentável, conclui-se neste estudo que o etnodesenvolvimento resulta em soluções realistas para a preservação, precaução e regeneração dos territórios.

Palavras-chave: Etnodesenvolvimento. Emergência Climática. Mineração.

¹ Graduanda do 8º Semestre do curso de Direito, Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA, e-mail: berredocamila@gmail.com



3

Simpósio
Internacional

**INTER-
DISCIPLINARIDADE
SUSTENTABILIDADE
e DESENVOLVI-
MENTO**

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO NA
AMAZÔNIA PARA UM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL COM RESPONSABILIDADE GLOBAL

**Grupo de Trabalho 5
Resumos Simples**

A IMPORTÂNCIA DAS SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS NA CONSTRUÇÃO DE INDICADORES NO ESTADO DO PARÁ

GT 05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

Gabriel da Cunha Melo¹

Resumo

As salvaguardas socioambientais possuem como desafio correlacionar os problemas sociais e ambientais a partir de estratégias que busquem (re)conectar sociedade e natureza. Dito isso, esse trabalho orienta-se por uma abordagem metodológica qualitativa com o objetivo de discutir sobre a importância da construção de indicadores para a análise de salvaguardas socioambientais a partir do projeto Preparando um Território Sustentável Carbono Neutro no Estado do Pará executado pela The Nature Conservancy (TNC), organização na qual estou como estagiário na equipe de ciências. O estudo foi realizado a partir da investigação nos relatórios de monitoramento do projeto, no que tange a gênero, raça e geração. Em síntese, foram utilizadas as salvaguardas socioambientais de Cancun que atuam como normas e diretrizes para mitigar impactos negativos e potencializar impactos positivos em projetos de Redução por Emissão de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), mecanismo financeiro que remunera países que diminuem as suas emissões de gases poluentes decorrentes do desflorestamento. Sendo assim, os indicadores são pensados para acompanhar a realização dessas ações, em diálogo com políticas públicas que contemplem as especificidades da realidade local diante das mudanças climáticas, além de articular com setores da sociedade civil na construção de um novo modelo de desenvolvimento. Logo, essa análise buscará compartilhar experiências e desafios em relação a estratégias socioambientais que contribuirão para o empoderamento e protagonismo de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais em projetos que impactam suas vidas.

Palavras-chave: Monitoramento. Salvaguardas. Sustentabilidade.

¹ Graduando em ciências sociais, Universidade do Estado do Pará (UEPA), gabriel.melo@tnc.org

DISCUSSÕES SOBRE OS LIMITES ECOLÓGICOS DA PRODUÇÃO DE ESPAÇO URBANO NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE NOVAMUTUM

**GT 05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico - trânsitos
e valores (bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento
inclusivo e redistributivo**

Bianca Santos de Farias¹

Leon Vale Lobo²

Raulda Silva Ventura Neto³

Resumo

O Cadastro Nacional de Obras (CNO) é um armazenamento de registros de obras da indústria da construção civil, administrada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). A partir de seu acervo de dados é possível visualizar um recorte formal das construções dentro da região amazônica, mais precisamente dos territórios compreendidos na Amazônia Legal. A implementação de análises estatísticas é utilizada como metodologia, através da qual a correlação entre os registros presentes nesse banco e o padrão de produção de riqueza na AML nos permite localizar os municípios cujo padrão de performance é excepcional em comparação ao restante dos municípios, destacando-se em valores de CNO's emitidos e soma do PIB. É o caso de Nova Mutum: um projeto de colonização privado localizado no Mato Grosso, o município se localiza nos rastros da rota do agro e é atravessado pela BR-163, um empreendimento destinado a interligar as cidades de Cuiabá (PA) e Santarém (PA) e responsável por grande parte do escoamento de grãos produzidos pela atividade agrária da região. Com uma dinâmica de produção de espaço urbano pautada por uma retroalimentação do circuito imobiliário como agronegócio surgem importantes questões sobre os limites ambientais da produção de valor econômico, tais discussões são feitas no âmbito da economia ecológica.

Palavras-chave: Produção de Espaço Urbano. Amazônia Legal. Economia Ecológica.

¹ Graduanda em Economia, UFPA, bianca.farias@icsa.ufpa.br

² Graduando em Engenharia Civil, UFPA, leon.lobo@itec.ufpa.br

³ Doutor em Economia, UFPA, raulvneto@ufpa.br

A INSEGURANÇA JURÍDICA COMO PROJETO DE VULNERABILIZAÇÃO DE POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA

**GT 05 – Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico – trânsitos e valores
(bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento
inclusivo e redistributivo**

Arlan Seabra Nunes¹

Resumo

O presente estudo surge a partir da análise de como a insegurança jurídica em relação às políticas fundiárias se consolidou como catalisador de violências estruturais, institucionais e socioculturais direcionadas aos povos originários na Amazônia. A partir disso, tem-se como objetivo embasar quais pressupostos teóricos e históricos permitem que tais violências tenham e sigam impactando seus modos de vida e destacar o papel do âmbito jurídico nesse contexto. Metodologicamente, o estudo é voltado para a análise qualitativa através de revisão narrativa da literatura, com mobilização de referências teóricas, conceituações e documentos. Através da pesquisa foi possível elencar obstáculos para desenvolvimento de uma segurança jurídica, mesmo com o reconhecimento da multiétnicidade brasileira pela Constituição Federal de 1988. São apontados no estudo dados de morosidade em processos de sobreposições e violação de demarcações de terra, tornando possível a relação com o desmonte das políticas públicas de desenvolvimento territorial rural. Dados fundiários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) identificou 1.692 sobreposições de fazendas em terras indígenas, correspondendo a 1,18 milhões de hectares, sendo 95,5% desse total em territórios pendentes de demarcação. 72% dos assassinatos por conflitos no campo no Brasil em 2022 aconteceram na Amazônia sendo 29% de indígenas, segundo a Comissão Pastoral da Terra. A insegurança jurídica, portanto, emerge como um fator que permite violências estruturais contra os povos originários, evidenciando a existência de lacunas legais, as quais contribuem para a vulnerabilidade social desses grupos, resultando em apagamento cultural, subordinação política, conflitos fundiários e políticas de extermínio.

Palavras-chave: Povos originários. Insegurança Jurídica. Violência.

1 Graduando em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, e-mail: seabrarlan@gmail.com

NOTAS SOBRE OS IMPACTOS DA MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA: UM ENFOQUE NAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE UMA COMUNIDADE INDÍGENA

**GT05 – Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico – trânsitos e valores
(bio)econômico-políticos na construção social de desenvolvimento
inclusivo e redistributivo**

Ana Paula de Souza Fernandes¹

Resumo

Este trabalho se concentra na análise dos impactos da mineração sobre a Terra Indígena Mãe Maria, com ênfase nas preocupações socioambientais e culturais que afetam a aldeia *Akrātikatêjê*. Particularmente, explora as iniciativas adotadas pela comunidade para garantir sua subsistência e independência financeira diante do avanço das atividades da Mineradora Vale. O objetivo é avaliar os impactos da exploração mineral e apontar as estratégias de resistência. O estudo baseou-se em trabalho de campo realizado junto à liderança Kátia (Tonkÿre) Gavião, a Cacique da aldeia *Akrātikatêjê*, durante uma pesquisa para elaboração de dissertação, onde foram coletadas notas e dados por meio de entrevistas e observações diretas. Os resultados destacam a importância de considerar os impactos de longo prazo das atividades econômicas, como as da Vale, sobre comunidades indígenas. Além disso, ressalta a necessidade de abordar as preocupações socioambientais e culturais associadas a essas atividades e, ainda, oferece um exemplo de como as comunidades podem buscar alternativas diante desses desafios.

Palavras-chave: Amazônia. Desenvolvimento sustentável. *Akrātikatêjê*.

¹ Discente do Curso de Ciências Sociais (UFPA), e-mail: paullafernan@gmail.com

Trabalhos premiados

“Prêmio Jovem Pesquisador(a) Destaque em Pesquisa Interdisciplinar na Amazônia”

GT01- Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

TURISMO GASTRONÔMICO: A INFLUÊNCIA SOCIOCULTURAL DA FEIRA DO VER-O-PESO EM BELÉM DO PARÁ

Adriana Rocha Moreira, Bruna da Cruz Silva, Jessiane Sousa do Espírito Santo e Anilce Cleia de Sousa Chaves

CENTRALIDADES URBANAS NA AMAZÔNIA: DESLOCANDO OLHARES E INTERPRETAÇÕES

Maryse Caroline Sobral Lobato e Vanessa Oliveira da Silva

GT02 - Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO MUNICÍPIO DE MARITUBA (PA)

Anilce Cleia de Sousa Chaves, Lucidalva Silva de Sousa e Vânia Lúcia Quadros

A (IN)EFETIVIDADE DO DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO NAS ILHAS MARAJOARAS: O PROBLEMA DOS ALTOS ÍNDICES DE EVASÃO ESCOLAR

Manuela Anthonelle Amaral Soares e Valeska Dayanne Pinto Ferreira

GT03 - Gestão de Recursos Naturais

ENERGIA E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO AMAPÁ: O COMPLEXO HIDRELÉTRICO DE FERREIRA GOMES

Kayque da Silva Dias, Henrique Gabriel Marques Moura e Giselly Marília Thalez Pantoja

PESCA ARTESANAL DE CAMARÃO NA COSTA AMAZÔNICA: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Alice Emilly Mendes de Castro Correia, Thyffane Tayana Martins da Rocha, Quéren Hapuque Pantoja Lobo e Voyner Ravena-Cañete

GT05 - Dimensões contemporâneas do agrário e regional amazônico – trânsitos e valores (bio) econômico-políticos na construção social de desenvolvimento inclusivo e redistributivo

DISCUSSÕES SOBRE OS LIMITES ECOLÓGICOS DA PRODUÇÃO DE ESPAÇO URBANO NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE NOVA MUTUM

Bianca Santos de Farias, Leon Vale Lobo e Raul da Silva Ventura Neto

A INSEGURANÇA JURÍDICA COMO PROJETO DE VULNERABILIZAÇÃO DE POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA

Arlan Seabra Nunes



REALIZAÇÃO



APOIO

